

# DISPOSITIVOS DO SISTEMA DEFENSIVO DA PROVÍNCIA DO NORTE DO ESTADO DA ÍNDIA, 1521-1739



Sidh Daniel Losa Mendiratta

Dissertação de Doutorado em Arquitectura, especialidade em História e Teoria da  
Arquitectura

Julho de 2012

Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de  
Coimbra





# **DISPOSITIVOS DO SISTEMA DEFENSIVO DA PROVÍNCIA DO NORTE DO ESTADO DA ÍNDIA, 1521-1739**

Sidh Daniel Losa Mendiratta

Dissertação de Doutorado em Arquitectura, especialidade em História e Teoria da  
Arquitectura

Julho de 2012

Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da  
Universidade de Coimbra





Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Arquitectura, especialidade em Teoria e História da Arquitectura, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Arquitecto Walter Rossa e do Professor Doutor Paulo Varela Gomes.





à memória de minha Mãe





### *Agradecimentos*

Raros serão os doutorandos que puderam contar com orientação de não “o” mas “os” dois especialistas da sua área de investigação. Os professores Paulo Varela Gomes, na área da história de arquitectura de origem portuguesa e/ou católica na Índia; e Walter Rossa, na área da história do urbanismo de origem/influência portuguesa durante a Idade Moderna, estão de facto na posição mais avançada da linha da frente dos seus campos disciplinares respectivos. Embora nomes como Baçaim ou Asserim já fizessem parte do meu imaginário, apenas quando me filiei na equipa do projecto “Bombaim antes dos Ingleses”, em Dezembro de 2004, é que comecei a aperceber-me, por intermédio dos dois professores, da dimensão histórica da PN e da dimensão da lacuna a ela referente na historiografia recente. Desde então, tanto a PN como Paulo Varela Gomes e Walter Rossa não me têm deixado de surpreender. Aquela pela riqueza e diversidade da sua história; estes pela capacidade absolutamente ímpar de motivar e orientar aqueles que com eles trabalham e pesquisam. Durante os meus anos de licenciatura, tive o privilégio de ser aluno de mestres como Fernando Távora, Nuno Portas, Alexandre Alves Costa e Raul Hestnes Ferreira. Não o tive dos mestres Paulo Varela Gomes e Walter Rossa. Mas esse handicap na minha aprendizagem ficou mais que compensado quando, em boa hora, acederam ao meu pedido para serem os orientadores do presente trabalho. A ambos, e sem conseguir conter a emoção ao escrever estas palavras, o meu Obrigado.

Gostaria de agradecer ao meu amigo e colega Saurabh Malpani a sua ajuda essencial na preparação e organização da campanha de levantamentos topográficos efectuada em Janeiro de 2010 e o facto de me ter acompanhado nessa mesma viagem. Sem a sua presença, jamais teria conseguido chegar onde cheguei. Agradeço ao meu amigo Jonathan Josenhans, pela generosidade e profissionalismo na elaboração das imagens tridimensionais de fortificações. Agradeço àqueles que fizeram uma leitura crítica da versão preliminar deste trabalho: Alice Santiago Faria; Helena Miranda; Joaquim Rodrigues dos Santos; e Rosalina Sousa Gomes.

Do lado de lá do Cabo da Boa Esperança, gostaria de agradecer a: Nizzamudin Taher; Luís Velho; Laxman Salve; Subhash Lakhe; Branca Pegado; Sunith Velho; Ms. Medeira; Joaquim Loiola Pereira; Kiran Kalamdani; Kurush Dalal; Kol de Carvalho; Alito Siqueira; Leeladhar Ragunath Chorge; Comunidade Católica de Mahim-quelme; Romain Hayes; Mayur Thakare; R. N. Hedge; Ramesh Dengre; Dilip Shekdar; Rahul; Ram; e Gosawi.



Do lado de cá do Adamastor, gostaria de agradecer ante de mais aos meus colegas no Núcleo de Cidades e Culturas Urbanas do Centro de Estudos Sociais: Antonieta Leite, Adelino Gonçalves; Vera Domingues; Nuno Grancho; Luísa Barbosa; e Margarida Ribeiro. E ainda uma palavra de agradecimento ao Instituto de Investigação Científica Tropical, especialmente ao seu director, Vítor Gaspar Rodrigues; e ao Alexandre Lobato. Ao Pedro Faria; Ana Canas; Isabel Amado; e Isabel Silva.

Pelo apoio constante, à Joana Restivo e ao Filipe Moreira da Silva.

À Sylvia, presente nos momentos de calamidade.

Finalmente, ao meu Pai, por nunca ter abandonado o leme.

A todos, Obrigado.

## ***Resumo***

A Província do Norte constituiu a primeira parcela do Estado da Índia com dimensão e profundidade territorial. Até então, a soberania portuguesa na esfera oriental do Império implantava-se apenas em posições costeiras – cidades ou fortificações – ou pequenas ilhas. Durante o período de existência do território, de 1534 a 1739, as suas quatro cidades desenvolveram extensas cercas abaluartadas cujos vestígios arqueológicos encontram-se ainda, na sua maior parte, em bom estado de preservação. Para além das suas quatro cidades costeiras, o território foi dotado de uma extensa rede de fortificações de menor dimensão e na qual se incluem estruturas de grande diversidade morfológica. Como consequência do modelo de ocupação e administração adoptado para o território, na primeira linha da sua defesa ou segurança estava uma abrangente rede de casas-torre ou casas-senhoriais, muitas das quais foram fortificadas com posições de artilharia. Estas casas constituíam a residência rural dos foreiros portugueses, proprietários das aldeias respectivas.

Também como consequência das características intrínsecas ao processo de apropriação territorial, surgiu uma rede considerável de estruturas religiosas afectas às ordens missionárias do Padroado, das quais se destacam claramente os franciscanos e os jesuítas. Muitas destas edificações detinham cariz defensivo, sendo que uma mão cheia também foi dotada de muralhas e bastiões para artilharia. Para além destas estruturas afectas aos privados e aos religiosos, o Estado edificou uma longa lista de estruturas para defender as povoações mais pequenas e fortificar outros locais de importância estratégica como montanhas, passos e cotovelos fluviais, desfiladeiros, etc. Não apenas pelo seu número, mas também pela sua diversidade – a nível de desenho e de materiais construtivos – e pelas relações estabelecidas entre si, toda esta rede de sítios fortificados, complementada com o modelo miliciano para a sua guarnição e com as armadas militares, constitui um sistema defensivo territorial de elevado interesse histórico, especialmente ao nível da história da arquitectura, urbanismo e paisagem. Este sistema defensivo foi posto à prova repetidas vezes por invasões e ataques, constatando-se a sua evolução face à escala e natureza das ameaças, condicionada também pela quase constante falta de recursos económicos e militares do próprio Estado da Índia, especialmente a partir da perda da hegemonia marítima no Golfo de Cambaia.

Quer no seu conjunto quer a nível individual, os dispositivos deste sistema defensivo permanecem por estudar, com a excepção das referidas quatro cidades, constituindo um tema fundamental não apenas no estudo da história da Província do Norte mas também do Estado da Índia em geral.

Palavras-chave: Idade Moderna; Índia; Portugal; Fortificação; Arquitectura; Território.

## ***Abstract***

The Northern Province was the first area of the *Estado da Índia* to have territorial dimension and depth. Until then, Portuguese sovereignty in the eastern sphere of its empire was limited to coastal possession – cities or forts – or little islands like Tiswadi. During the Northern Province's timeline, from 1534 to 1739, its four urban settlements developed bulwarked walls, whose archaeological traces are mostly still well preserved. Beyond these towns, the territory was dotted with an extensive network of smaller defensive positions, varying considerably in size and shape. As a result of the colonial occupation and administration system, the territory's first line of defence was a string of fortified manor houses, many of which mounted artillery on their walls. These were the country residencies of the Portuguese land and village owners.

Also as a consequence of the process of colonial occupation, a comprehensive network of religious structures emerged, mostly built by the religious orders, within which the Jesuits and the Franciscans clearly stand out. Many of these structures also had a defensive outlook or potential, and a handful was even fitted with bulwarks mounting cannons. Besides the private and religious structures, the *Estado da Índia* built many fortifications to protect smaller settlements and strategic locations like mountaintops and passages, river crossings and bends. Due not only to their numbers but also to their diversity – both morphologically and tectonically – and also their interdependence, this network of strong points, together with the militia model and the naval forces adopted to tender it, represents a territorial defensive system of outstanding interest, especially from the architectural, urban and landscape history perspective. This defensive system was put to the test repeatedly by an array of invasions and attacks, and its structures evolved according to the scale and nature of its enemies, hampered constantly by the limited resources and manpower of the *Estado da Índia*, notably after the loss of supremacy on the Arabian Sea.

Both as part of a network and individually, the devices of this defensive system have not been researched, with the exception of the aforementioned four urban settlements and they represent a fundamental topic not only in the history of the Northern Province but also of the whole *Estado da Índia*.

Keywords: Modern Age; India; Portugal; Forts; Architecture; Territory.

Índice:

<b>1. Introdução</b>	<b>3</b>
<b>2. História diplomático-militar da Província do Norte, 1521-1739</b>	<b>11</b>
2.1. Gênese, ocupação e consolidação, 1521-1570	11
2.2. Quatro décadas conflituosas, 1570-1615	41
2.3. Quatro décadas relativamente pacíficas, 1615-1658	75
2.4. Novos vizinhos e inimigos, 1658-1687	97
2.5. Um balão de oxigênio, 1687-1718	125
2.6. Escalada bélica e queda da Província do Norte, 1718-1739	147
2.7. Epílogo, 1739-1761	183
<b>3. Análise dos Dispositivos do Sistema Defensivo</b>	<b>187</b>
3.1. Cidades com cerca abaluartada	189
3.1.1. Chaul	189
3.1.2. Baçaim	229
3.1.3. Damão	265
3.2. As Fortificações Principais	299
3.2.1. Taná (Thane)	299
3.2.2. São Jerônimo de Damão Pequeno (Nani Daman)	321
3.2.3. Tarapur	335
3.2.4. Asserim (Asherigad)	347
3.2.5. Mahim-quelme (Kelwamahim)	371
3.2.6. Santa Cruz de Belaflor do Sabaio (Belapur)	381
3.2.7. São Miguel de Caranjá (Uran)	392
3.2.8. Morro de Chaul (Korlai)	401
3.3. As Fortificações Secundárias	425
3.3.1. São Luís de Pareri (Pardi)	425
3.3.2. Sangens (Sanjan)	428
3.3.3. Danu (Dahanu)	435
3.3.4. Serra de Santa Cruz (Asava)	439

3.3.5. Manorá (Manor)	441
3.3.6. Casa senhorial fortificada de Sirgão (Shirgaon)	450
3.3.7. Forte da praia de Quelme (Madla)	456
3.3.8. Casa senhorial fortificada de Quelme (Kelwa)	459
3.3.9. Baluarte do Mar de Quelme (Panikot, Kelwa)	463
3.3.10. Casa senhorial fortificada de Danda (Danda-Kital)	467
3.3.11. Saibana Nova (Chandipo ou Mandvi)	470
3.3.12. Serra Nilá (Nildongri)	475
3.3.13. Cambá (Kambhe)	476
3.3.14. Aguada de Dongrim (Dongri)	477
3.3.15. Casa senhorial de Gorbandel (Ghodbandar)	481
3.3.16. Pareica (Parsik)	486
3.3.17. Igreja fortificada de Arengal	488
3.3.18. Versavá (Madh Island)	492
3.3.19. Residência fortificada de Santa Ana de Bandorá (Bandra)	498
3.3.20. Baluarte do Nome de Jesus de Bandorá (Bandra)	502
3.3.21. Casa senhorial fortificada de Bombaim (Mumbai fort)	504
3.3.22. Nossa Senhora da Penha de Caranjá (Dronagiri hill)	511
3.4. Tranqueiras, torres, casas-torre e outros dispositivos	515
3.4.1. Terras de Chaul	515
3.4.2. Distrito de Baçaim	519
3.4.3. Distrito de Damão	573
<b>4. Conclusão</b>	<b>599</b>
<b>5. Bibliografia e Fontes</b>	<b>617</b>
<b>6. Anexo</b>	<b>631</b>
6.1. Comentários à Bibliografia	631

## 1. Introdução

Durante um longo período, o território Província do Norte do Estado da Índia ficou praticamente ausente dos estudos históricos. Apenas algumas notas de rodapé sobre a camada portuguesa em Bombaim e o episódio da sua transferência para os ingleses, em 1661-1665; e uma mão cheia de estudos para os outros tantos núcleos urbanos daquela província: Chaul, Baçaim, Damão e Diu. Eis aquilo que se conhecia, em boa medida, sobre a história da Província do Norte no alvorecer do século XXI.

Contribuiu para esta lacuna o facto de grande parte do conhecimento produzido na segunda metade do século XX sobre a presença portuguesa na Ásia enfatizar os aspectos mercantis, dinâmicos e tallassocráticos do Estado da Índia, por vezes numa perspectiva de valorização dos papéis dos seus agentes enquanto pioneiros da globalização. No contexto desta tendência, ficaram relegados para um plano secundário o aprofundamento de temas relacionados com os processos de colonização territorial “pura e dura”, por assim dizer<sup>1</sup>.

Assim, mantiveram-se de à margem da historiografia, particularmente a nível de história da arquitectura e do urbanismo, não apenas a história da Província do Norte mas também a do processo de ocupação colonial no Ceilão, territórios que tiveram menor longevidade que os restantes do Estado da Índia – Goa, Timor e Moçambique, até meados do século XVII - e sobre os quais operaram outra potências coloniais europeias.

Esta sequência de eventos muito contribuiu para o desconhecimento da dimensão e limites geográficos do território da Província do Norte. O facto de essa mesma região, essencialmente agrícola e costeira, ter sido fortemente polarizada e parcialmente submergida pelo crescimento avassalador da metrópole de Bombaim a partir do inícios do século XX, ofuscando as paisagens e também a(s) história(s) das aldeias ou pequenas cidades em seu redor, também dificultou a identificação das balizas de um território sobre o qual pouco se sabia em concreto.

Por não se conhecerem a dimensão e limites da Província do Norte, ninguém poderia afirmar, por exemplo, que a sua extensão sempre ultrapassou a de Goa, mesmo considerando as fronteiras Oitocentistas e definitivas deste último território<sup>2</sup>. Ninguém poderia afirmar que o arquipélago de Bombaim cedido aos britânicos em 1665 representava uma parcela de cerca de 2% da área total da

---

<sup>1</sup> DISNEY, Anthony, “The Portuguese Empire, ca. 1550-1650: Some Suggestions for a Less Seaborne, More Landbound Approach to its Socio-economic History”, *Indo-Portuguese History: Sources and Problems*, John Correia-Afonso (ed.), Bombay, Oxford University Press, 1981, pp. 148-162.

<sup>2</sup> O território total de Goa aproxima-se dos 3.370 km<sup>2</sup>. As Velhas Conquistas ocupavam uma área de cerca de 712 km<sup>2</sup>. Durante o período de maior extensão, entre 1560 e 1581, a Província do Norte atingiu os 4972 km<sup>2</sup> (incluindo Diu). A título comparativo, a actual região portuguesa do Minho ocupa 4.838 km<sup>2</sup>.

Província do Norte sob soberania portuguesa. Ninguém poderia afirmar que, no período em que a Província atingiu a sua maior extensão, as suas novecentas entidades geotributárias se espalhavam por vinte e sete praganas ou subdivisões, num território com profundidade máxima de quase 50 km disposto ao longo de 215 km de costa. São factos e números que apenas recentemente se começaram a compilar e que em breve serão considerados triviais em relação à história da Província do Norte.

Constatando estas e outras lacunas na historiografia acerca da dimensão e compreensão do território da Província do Norte; acerca da importância da camada portuguesa no desenvolvimento da urbe de Bombaim; acerca das origens e do papel da comunidade dos *East-Indians* nessa mesma metrópole e sua região; constatando todas essas falhas, os professores Walter Rossa e Paulo Varela Gomes criaram o projecto “Bombaim antes dos ingleses” no ano de 2004, projecto esse que foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e que obteve dessa mesma instituição a avaliação máxima. A presente dissertação é uma consequência directa da colaboração do autor enquanto bolsheiro de iniciação à investigação no seio da equipa do referido projecto, conhecido no meio científico pela sigla resultante da sua designação inglesa, “Bombay before the british” ou “BBB”.

Uma das principais tarefas do projecto “BBB” foi cartografar, no sentido mais operativo do termo, a metade sul do território da Província do Norte, ou seja, o distrito de Baçaim. Apenas depois de concluído esse exercício foi possível comprovar um dos principais argumentos do “BBB”, postulando que a expansão urbana e suburbana de Bombaim fora estruturada por uma rede ou matriz pré-existente de aldeias, edifícios e caminhos desenvolvidos ou criados durante o período de duzentos anos de soberania portuguesa sobre esse mesmo território.

Tornou-se necessário conceber um método para esta tarefa cartográfica, entrosando a aturada pesquisa de documentação histórica dos mais variados suportes com imagens de satélite de alta definição adquiridos pelo projecto e confirmando no terreno os principais “pontos no mapa”. Apenas através desse método foi possível elaborar o mapa da jurisdição de Baçaim e, por consequência, comprovar a tese relativa às camadas da articulação urbana e suburbana de Bombaim.

Para a elaboração de um bom mapa enquanto ferramenta operativa, é essencial senão indispensável o trabalho em equipa. Por este motivo, a do projecto “BBB” integrou não apenas arquitectos, arqueólogos e historiadores, mas também geógrafos e técnicos de informática, todos desempenhando papéis cruciais na concepção e execução de uma mapa interactivo em ambiente SIG, acoplado a uma extensa base de dados igualmente em suporte digital, onde se concentrou a pesquisa documental. São fruto desse labor colectivo os mapas que a seguir se desdobram representando o território do distrito de Baçaim. É fruto do método pioneiro concebido e desenvolvido durante esse mesmo labor os mapas que aqui representam e delimitam, pela primeira vez, o território do distrito de Damão.

Durante a investigação para o “BBB”, houve igualmente um forte impulso para descer da escala do território e dos mapas para a escala monográfica dos edifícios e da arquitectura, não fosse a sua equipa multidisciplinar ser tão atreita à curiosidade suscitada pelo fabuloso conjunto de ruínas que iam surgindo no território cartografado, pontuando o antigo circuito da Província do Norte.

Procedeu-se assim ao levantamento topográfico de estruturas arqueológicas na ilha de Salcete, nomeadamente da igreja/gruta e sacromonte da antiga missão franciscana de Manapacer; procedeu-se a uma prospecção arqueológica das ruínas no topo da misteriosa montanha de Asserim; e procedeu-se à sistemática documentação fotográfica desses e muitos outros locais na antiga jurisdição de Baçaim.

Foi no contexto de toda essa intensa actividade de investigação do “BBB” e das intensíssimas missões de campo de Janeiro de 2006 e Fevereiro de 2007 que se constatou a surpreendente dimensão e diversidade do conjunto de estruturas defensivas que assegurava a segurança do território da Província do Norte, factos naturalmente já intuídos pelos investigadores responsáveis do projecto. A partir desse momento, aliando o útil ao agradável, como é usual dizer-se, foi uma questão de tempo e financiamento até à concepção e princípio de um trabalho que ao projecto “BBB” foi beber como de facto bebe não apenas no manancial inestimável de documentação reunida ao longo de anos de esforço dedicado mas também na orientação dos professores Paulo Varela Gomes e Walter Rossa. A ambos cumpre desde já agradecer a disponibilização da base de dados e do mapa SIG para a presente dissertação.

E também cumpre aqui destacar a dissertação “irmã”, por assim dizer, elaborada de forma brilhante pelo arqueólogo e historiador André Teixeira, ele próprio parte da equipa do “BBB”, defendida em 2010 e obtendo os louvores mais elevados. Coube a Teixeira escrever a história política e económica do distrito de Baçaim para o período 1534-1665, designação humilde porque no fundo encerra em si um estudo muito mais abrangente em termos disciplinares e cronológicos, fornecendo uma visão ampla sobre toda a história em geral da presença portuguesa na jurisdição de Baçaim pelo menos até ao alvorecer de Setecentos, e com achegas fundamentais, naturalmente, para o estudo da história do Província do Norte em geral.

Competiu ao presente autor estudar a evolução do sistema defensivo de toda a Província do Norte para o período mais lato da sua existência, de 1521 a 1739, focando as perspectivas arquitectónica e urbanística. Contudo, cedo ficou constatada a necessidade de se elaborar também uma contextualização diplomática e militar para a totalidade do território durante esse intervalo cronológico. Esta tarefa, de inusitado calibre para uma pessoa sem formação em história, ainda que usufruindo plenamente da base de dados do “BBB” e também da dissertação do colega de projecto, ocupou prontamente e sem mais cerimónias a primeira terça parte do presente trabalho. Esta contextualização diplomatico-militar fornece os indispensáveis enquadramentos para a compreensão



das opções tomadas relativamente às redes e dispositivos do sistema defensivo, fornecendo-nos uma visão de conjunto das preocupações de segurança face a extenso território, contínuo de Damão a Baçaim, quase contínuo até Chaul, e descontínuo para Diu.

E para Diu, surgiu quase de imediato um conjunto de considerações que cedo conduziram à amputação daquela parcela do presente trabalho, situação que urge justificar. Em primeiro lugar, foi averiguado como o tema do trabalho se centrava, na sua essência, num conjunto de estruturas de arquitectura e engenharia consubstanciando uma rede territorial/sistema defensivo. Ora as fortificações de Diu, a 200 km de distância (numa linha recta sobre o mar) do local mais próximo no território da restante Província do Norte, não constituíam parte dessa rede territorial. Antes formavam um subconjunto com as suas próprias condicionantes e preocupações.

O mesmo poderia ser dito, numa primeira impressão, em relação a Chaul, enclave costeiro igualmente separado do território principal da Província do Norte por cerca de 35 km de costa ou pouco mais de caminho terrestre. Mas ao invés de Diu, a história diplomático-militar do enclave de Chaul está constantemente e intrinsecamente relacionada com a história das parcelas de Baçaim e Damão. Os mesmos exércitos que invadiam ou cercavam Chaul acometiam também Baçaim e Damão; as manobras diplomáticas urdidas em Chaul afectavam também Baçaim e Damão; as dificuldades económicas sentidas em Chaul afectavam também Baçaim e Damão. De facto, e ao contrário de Diu, Chaul, embora sendo um enclave, fazia parte da rede territorial do sistema defensivo da PN. Ao contrário de Diu, os seus capitães nunca alcançaram autonomia da capital em Baçaim.

Em segundo lugar verificou-se que, pelo menos a partir da segunda metade de Seiscentos, vários capitães-gerais ou generais da Província do Norte não detinham alçada até Diu. Cite-se por exemplo o caso do capitão-geral Manuel Lobo da Silveira Benevides e Córdova, designado em 1677 por “*capitão-geral das fortalezas e terras do Norte desde a Fortaleza de Chaul até Damão pera nestas três fortalezas e em todas suas jurisdições, fortes, tranqueiras, tanadarias e terras a nas mesmas cidades e fortalezas dispor e obrar o que lhe parecer*”<sup>3</sup>.

Em terceira instância, cedo se constatou o monumental peso e quantidade de informação relativos à fortificação principal de Diu, uma das mais singulares e complexas obras de vocação defensiva de origem portuguesa em todo o mundo. O seu estudo no âmbito do presente trabalho ficaria necessariamente cabimentado num espaço demasiado exíguo, em contraste com a real dimensão do seu valor patrimonial e histórico.

---

<sup>3</sup> Carta régia datada de Fevereiro de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 138-139v, BACL.

Finalmente, em último lugar, e esvanecendo qualquer hesitação que ainda pudesse haver sobre esta opção, surgiu a notícia de que se ultimava uma dissertação em torno da história de arquitectura das fortificações de Diu e duas outras fortificações, pelo que uma hipotética e necessariamente breve análise dessa cidade no presente trabalho corria o risco acrescido de se tornar um exercício inconsequente.

Assim, ficaram estabelecidas e deste modo justificadas as balizas territoriais deste trabalho: a Província do Norte à excepção de Diu para o período de 1521-1739. Naturalmente que, para a fundação da Província do Norte e mesmo para certas passagens da sua história diplomático-militar, Diu está presente - mas para a análise dos dispositivos do sistema defensivo do território, não.

Em termos temáticos, e como já foi mencionado, dividiu-se o trabalho em três partes, sendo que a primeira coube à contextualização da história diplomático-militar do território e ainda a um breve epílogo pós-1740. A segunda componente constitui a análise dos diversos dispositivos do sistema defensivo e das relações estabelecidas entre si consubstanciando as redes territoriais. A terceira e última componente poderá ser considerada, em rigor, a explanação de argumentos propostos para fundamentar uma tese relativamente à especificidade do sistema defensivo da Província do Norte no campo da história do Estado da Índia.

A primeira parte, da história diplomático-militar da Província do Norte, foi subdividida em seis tempos, para além do já referido epílogo. Esta divisão cronológica, que vale tanto como outra qualquer que se queira aplicar ao abordar a história do território, centra-se numa interpretação do conjunto de operações militares que afectaram a Província do Norte e no modo como estas condicionaram as diferentes visões e opções relativas à sua defesa. Não se pretende apregoar esta arrumação cronológica como definitiva – antes, pareceu constituir a mais intuitiva e operativa ao analisar as preocupações militares. Para descrever a história diplomático-militar foi fundamental indagar os vizinhos que rodeavam o território e o modo como as relações externas do Estado da Índia evoluíram à toa das grandes convulsões no subcontinente Indiano, buscando equilíbrios estratégicos com nações e comunidades muitas vezes hostis.

A precariedade das pazes firmadas na Província do Norte constitui um *leitmotif* na sua história, sendo a lista de inimigos ou potenciais inimigos longa. Desde o inicialmente poderoso sultanato de Gujarate; engolido pelo voraz e temido Império Mogol; em expansão sobre os sultanatos de Ahmadnagar e Bijapur; cujos clãs maratas se autonomizaram sob Shivaji; cuja marinha, sob a linhagem dos Angres começou a contender com os sidis ou abexins de Danda-rajapur; cuja influência se estendeu a Surate no momento em que surgem em Bombaim os ingleses; e nas orlas de Cambaia os omanitas; e tudo isto para além das quase constantes guerrilhas dos parós malabares e dos reinos feudatários dos Coles e de Sarceta; apenas destrinchando todos estes protagonistas se compreende a diplomacia do Estado da Índia relativamente à Província do Norte.

Fica assim o caminho livre e o novelo desenredado, por assim dizer, para a segunda parte do trabalho, em que se pretende compreender e descrever de que forma os dispositivos do sistema defensivo do território responderam ou não à sucessão de desafios colocados pela evolução da história diplomático-militar da Província do Norte. Estes dispositivos foram agrupados em quatro conjuntos, percorrendo em escala desde as três cidades com cerca abaluartada até às isoladas torres de aldeia, em sintonia não apenas com a robustez ofensiva e defensiva das estruturas arquitectónicas mas também tendo em conta as redes em que se inseriam ou em que a administração do Estado empiricamente as colocava.

Por último, na conclusão, sintetizam-se os aspectos mais marcantes do sistema defensivo da Província do Norte e que constituem os argumentos que a presente dissertação propõe no campo da história da arquitectura, urbanismo e território.

Porto, 25 de Junho de 2012

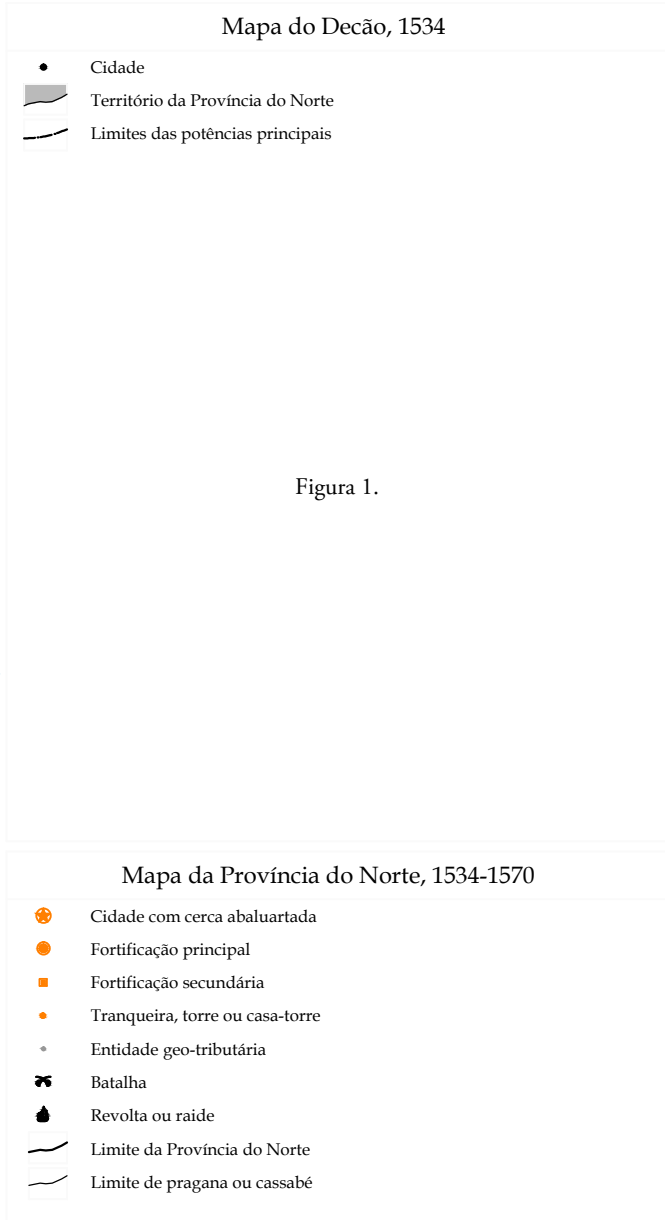
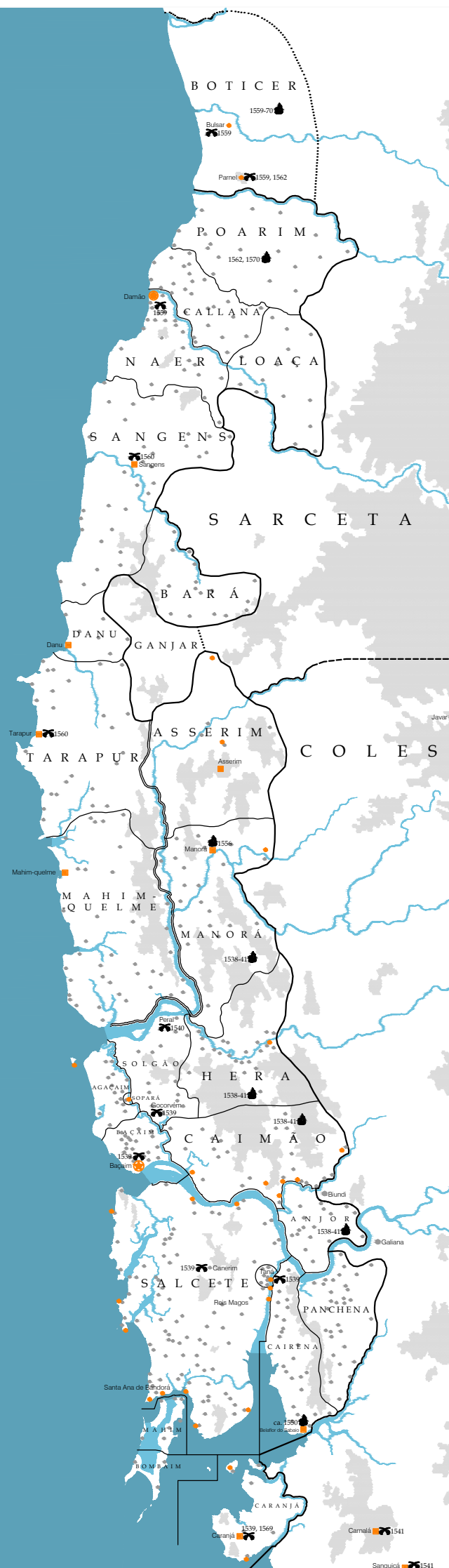
### ***Convenções e abreviaturas***

Em relação à toponímia da Província do Norte, de modo geral escrevem-se os nomes na grafia portuguesa coeva mais generalizada, seguido em parêntesis do nome em grafia inglesa mais divulgada actualmente. Excepcionalmente, as quatro cidades da Província do Norte, Diu, Damão, Baçaim e Chaul e ainda Bombaim registam-se apenas com a grafia portuguesa.

Sempre que se menciona-se um local da Província do Norte pela primeira vez, indica-se as coordenadas geográficas, em forma de graus, minutos e segundos. Para alguns locais na vizinhança da Província do Norte também se utiliza a grafia portuguesa, caso exista, e a anglo-saxónica. Para outros locais na Índia usa-se geralmente a grafia anglo-saxónica.

Ao longo de todo o presente trabalho, a sigla “PN” abrevia “Província do Norte (do Estado da Índia)”. Por convenção, e salvo indicação em contrário, quando se denomina “Estado”, entenda-se “Estado da Índia”; “Império” entenda-se o “Império Mogol”; “Sultanato” entenda-se “Sultanato de Ahmadnagar”; “East India Company” ou “EIC” entenda-se “Companhia Inglesa das Índias Orientais”; “VoC” entenda-se “Companhia Holandesa das Índias Orientais”.

Outra abreviaturas: AHU (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa); ASM (Asian Society of Mumbai); BA (Biblioteca da Ajuda, Lisboa); BACL (Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa); BBB (projecto “Bombay Before the British”); BL (British Library, Londres); BN (Biblioteca Nacional, Lisboa); BNI (Biblioteca Nacional da Indonésia, Djakarta); CHAM (Centro de História de Além-mar, Lisboa); CNCDP (Comissão Nacional Para os Descobrimentos Portugueses); DRILM (Documentos Remetidos da Índia ou Livros da Monções, Instituto Arquivo Nacional-Torre do Tombo); FBN (Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro); FCSH (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa); HAG (Historical Archives of Goa, Pangim); IAN/TT (Instituto Arquivo Nacional-Torre do Tombo, Lisboa); LOC (Library of Congress, Washington); NHM (Navy Heritage Museum, Greenwich); SGL (Sociedade de Geografia de Lisboa).



## 2. História diplomático-militar da Província do Norte, 1521-1739

### 2.1. Gênese, ocupação e consolidação, 1521-1570

*“Mandei apregoar que todo o homem que o aleijarão no cerco de Dio ou na batalha se fosse escrever em hum livro a casa do ouvidor geral pera lhe dar terras e comedias em Baçaim de que vivessem”.*

João de Castro, 1546<sup>4</sup>

#### **Introdução**

A fixação de mercadores portugueses no Golfo de Cambaia remonta aos primeiros anos do século XVI, com o estabelecimento de feitorias em Diu e Chaul<sup>5</sup>, por volta de 1510. Nessa altura, o sultanato de Gujarate era a potência dominante na região e os seus portos escalas principais nas rotas marítimas que ligavam o subcontinente indiano a vários locais do Oceano Índico, com destaque para aqueles no Golfo Pérsico. Após uma longa guerra com as armadas muçulmanas do império Otomano, aliadas com o sultanato de Gujarate, os portugueses lograram obter, em 1534, as “*terras de*” Baçaim<sup>6</sup>, momento fundacional da PN. Este incremento territorial do Estado da Índia, até então um império essencialmente marítimo composto por uma teia de cidades e fortificações costeiras – representa o início do “*primeiro ensaio verdadeiramente colonial da expansão portuguesa*” a Oriente<sup>7</sup>.

No ano imediato à cedência de Baçaim, os portugueses obtinham também a cobiçada cidade de Diu, seguindo-se os dois famosos cercos impostos àquela cidade, para além de repetidos ataques à jurisdição de Baçaim. Durante esse período, o sultanato Gujarate entrou em declínio militar, o que levou os portugueses a adoptarem uma postura colonizadora mais agressiva, introduzindo a missão católica no território e aforando a maior parte das suas aldeias a portugueses, subtraindo-as aos senhores feudais indianos.

---

<sup>4</sup> *Livro das mercês que fez [D. João de Castro] aos homens que servira El-Rei...*, Ms. 51-VIII-46, BA, cit. in PEREIRA, António de Bragança, “Os Portugueses em Baçaim”, *O Oriente Português*, vol. 7-8-9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1935, p. 157.

<sup>5</sup> Diu, coordenadas: 20°42’52”N, 70°59’56”E; Chaul, coordenadas: 18°32’50”N, 72°55’38”E.

<sup>6</sup> Baçaim, coordenadas: 19°19’46”N, 72°48’53”E.

<sup>7</sup> ROSSA, Walter, “Enquadramento da Província do Norte”, *Património de Origem Portuguesa no Mundo-Arquitectura e Urbanismo*, José Mattoso (ed.), Walter Rossa (ed.), vol. “Ásia e Oceânia”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 63-87.

Sensivelmente a meio do período abordado, a morte de Mahmud Sháh III (g. 1536-1554) causou grandes convulsões internas no sultanato Gujarat, levando à fracturação do seu território entre os nobres mais poderosos. Foi a desculpa para os portugueses alargarem o seu território a Norte, não sem antes tomarem a precaução de iniciar um novo perímetro fortificado para a cidade de Baçaim. Assim, entre 1556 e 1559, conquistaram a jurisdição e porto de Damão<sup>8</sup>, quase duplicando a extensão territorial inicial e definindo as fronteiras da PN, limites esses que não viriam a sofrer alterações significativas durante mais de um século. À conquista de Damão seguiu-se uma década de conflitos de baixa intensidade com os pequenos reinos feudatários de Sarceta e dos Coles, povos guerreiros com tradições de autonomia, aos quais os portugueses teriam inclusivamente de pagar tributo para evitar uma guerrilha quase constante nas zonas mais interiores dos distritos de Baçaim e Damão.

Também na década de 1560 se instalou a ameaça dos chamados piratas malabares nas zonas costeiras da PN, guerrilha marítima ainda mais temida do que aquela movida pelos reinos feudatários de terra firme.

Esta situação de insegurança, tanto ao longo da orla costeira como nas aldeias das zonas mais interiores da província, aliada ao modelo de colonização adoptado e adaptado pelos portugueses, viria a gerar a surpreendente rede de casas senhoriais torreadas ou fortificadas da PN – uma das características mais interessantes do sistema defensivo do território.

Para além deste tipo de edificações de iniciativa particular, e do forte primitivo de Chaul fundado em 1521, os maiores projectos defensivos deste período ocorreram em Diu, cuja análise não integra o presente trabalho, e em Baçaim. No restante território, assim como inicialmente nas suas cidades, ergueram-se tranqueiras e posições fortificadas de materiais efémeros - madeira, folha de ola, adobes - para as quais existem poucas descrições e praticamente nenhum vestígio arqueológico.

### ***Génese***

Logo nos primeiros anos de Quinhentos, os portugueses começaram a deambular pelas orlas do Golfo de Cambaia, guiados – como tantos outros navegantes – pela cintilante Diu, verdadeiro farol e plataforma giratória de lucrativas rotas comerciais distendidas pelo Índico<sup>9</sup>. O poderio do sultanato de Gujarat estava então próximo do seu zénite, sendo Diu e Cambaiete (Khambhat) e os

---

<sup>8</sup> Damão, coordenadas: 20°24'28"N, 72°50'00"E.

<sup>9</sup> As primeiras descrições portuguesas dos portos do Golfo de Cambaia datam do período entre 1505 e 1515 (*O Livro de Duarte Barbosa*, Maria Augusta Veiga e Sousa (ed.), Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, vol. I, 1996, pp. 229, 230).

seus portos principais, fontes de importantes receitas alfandegárias e sedes de prósperas comunidades mercantis<sup>10</sup>.

As embarcações portuguesas começaram a disputar o controlo marítimo dessa região, subtraindo-o progressivamente às armadas e comunidades de origem otomana ou muçulmana que desde vários séculos monopolizavam as rotas de longa distância com o Golfo Pérsico, o Mar Vermelho e a costa Africana. As etapas do conflito movido pelo Estado da Índia na região são relativamente bem conhecidas, pelo que aqui serão apenas enumeradas de forma sumária.

O Estado tentou impor o sistema de cartazes de modo a controlar o comércio de longo curso, o que cedo conduziu a várias confrontações com as armadas e comunidades pré-existentes<sup>11</sup>. A derrota de uma importante armada portuguesa em 1508 na barra de Chaul, principal empório marítimo do sultanato de Ahmadnagar, foi compensada por uma vitória decisiva ao largo de Diu, no ano imediato, batalha que assinala o início da preponderância marítima portuguesa no Golfo de Cambaia. Ainda que insuficiente para submeter as armadas otomanas ou os portos do sultanato de Gujarat às ambições imperialistas do Estado, a vitória de 1509 foi determinante para o estabelecimento de feitorias portuguesas. Assim, Afonso de Albuquerque obteve autorização para edificar uma feitoria em Diu em 1513, enquanto que o reconhecimento oficial da sua congénere em Chaul ocorreu em 1516<sup>12</sup>.

Enquanto que a influência e presença do Estado da Índia no Golfo de Cambaia – ainda mercantil nesta fase – se enraizou em Chaul<sup>13</sup>, a feitoria de Diu teve uma história inicial muito atribulada. Em 1521, quando o governador Diogo Lopes de Sequeira tentou fortificar ambas as estruturas - método de implantação de soberania frequentemente empregue pelo Estado -, o projecto defensivo foi rechaçado em Diu levando inclusive ao encerramento temporário da feitoria, mas aplicado com sucesso em Chaul através de um acordo com o sultão Burhan Nizam Shah I (g. 1508-1553)<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> Cambaiete (Khambhat), coordenadas: 22°18'46"N, 72°37'11"E.

<sup>11</sup> Sobre o sistema de cartazes no Oceano Índico, V. por exemplo, THOMAZ, Luís Filipe, "A Crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia", *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, pp. 481-520.

<sup>12</sup> Segundo o cronista Diogo de Couto, doze portugueses vindos de Diu haviam aportado a Chaul no princípio do governo de Afonso de Albuquerque e foram convidados a ficar no local pelo Sultão Burhan Nizam Shah, que à altura estava em Chaul (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. IV, cap. 9, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, p. 340).

<sup>13</sup> Não obstante a morte de um dos primeiros feitores de Chaul, Fernão Gomes de Lemos, pelas forças do sultanato de Ahmadnagar (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década III, liv. VI, cap. 8, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, p. 70).

<sup>14</sup> AUBIN, Jean, "Albuquerque et les Négociations de Cambaye", *Le Latin et L'Astrolable*, vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 197-250.



O acordo com o sultanato Ahmadnagar foi obtido na ressaca de um ataque de Bijapur sobre a cidade de Chaul de Cima (Cheul)<sup>15</sup>, durante uma das frequentes guerras que opunham estas duas potências do Decão. Chaul de Cima era o porto mais importante da exígua frente marítima do sultanato de Ahmadnagar e por onde entravam os cavalos da região do golfo Pérsico elemento absolutamente vital para a condução das guerras no subcontinente Indiano. Esta dependência de cavalos oriundos do Golfo Pérsico naturalmente que favoreceu os interesses portugueses, contribuindo decisivamente para a sua fixação em Chaul bem como noutros locais da costa ocidental indiana.

Ao invés, a malograda tentativa de estabelecer uma fortificação em Diu abriu um longo ciclo bélico entre o Estado e o sultanato de Guajarate, apenas concluído um quarto de século mais tarde. Esta guerra foi uma das mais importantes na história do Estado da Índia, concentrando muitos dos seus recursos e soldados, plena de acções ofensivas e maquinações diplomáticas. Amiúde, são também registadas nas crónicas as “*espantosas cruezas*” e muitas “*tiranias*” praticadas pelos portugueses nas regiões costeiras do Golfo de Cambaia.

#### ***Relações com os sultanatos de Gujarate e de Ahmadnagar, 1521-1534***

A fortificação portuguesa em Chaul, a primeira edificada pelos portugueses a norte de Goa, inaugura a implantação da soberania portuguesa no Golfo de Cambaia e também o âmbito cronológico restrito do presente trabalho, visto que lhe fornecem a primeira estrutura defensiva passível de análise<sup>16</sup>. O forte de Chaul também é muito provavelmente a mais antiga estrutura defensiva de origem portuguesa no subcontinente indiano cujas ruínas sobreviveram até hoje<sup>17</sup>.

A nova fortificação começada pelo governador Diogo Lopes de Sequeira situava-se meia légua ou aproximadamente 3,3 km a jusante da cidade indiana de Chaul de Cima (Cheul). Poucos meses após o início das obras, com o estaleiro defendido por uma tranqueira, houve um primeiro ataque de uma armada afecta ao governador de Diu, “*Meliqiaz*”, acção na qual as embarcações portuguesas prevaleceram. Nessa conjuntura, os portugueses também edificaram um dispositivo defensivo de materiais perecíveis, “*cestões cheos de terra*”, na ponta norte do Morro de Chaul

---

<sup>15</sup> Chaul de Cima (Cheul), coordenadas: 18°33'27"N, 72°56'37"E. Bijapur ou “*Visapor*”, capital do sultanato, coordenadas: 16°49'26"N, 75°42'55"E.

<sup>16</sup> RODRIGUES, Vítor Gaspar, “A Organização Militar da Província do Norte durante o Séc. XVI e Princípios do Séc. XVII”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, p. 247.

<sup>17</sup> A única outra estrutura defensiva existente cuja fundação poderia recuar à segunda década de Quinhentos é a torre de Palipuram, estrutura que terá sofrido alterações radicais durante o seu período holandês (RODRIGUES, Vítor, MENDIRATTA, Sidh, “Palipuram”, *Património de Origem Portuguesa no Mundo-Arquitectura e Urbanismo*, José Mattoso (ed.), Walter Rossa (ed.), vol. “Ásia e Oceânia”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 397, 398).

(Korlai)<sup>18</sup>, posição estratégica para controlar o acesso da barra do rio Kundalika<sup>19</sup>. Precisamente sobre esse reduto, ocorreu novo ataque por parte do sultanato de Gujarate ainda no último mês de 1521, igualmente rechaçado<sup>20</sup>.

Entretanto, aumentava de intensidade a guerra entre o Estado e Gujarate e a tomada de três importantes embarcações por Heitor de Silveira ao largo de Diu, em 1526, fez com que o novo governador do porto, “*Melique Saca*”, contactasse o capitão português para negociações. Destas não houve, contudo, qualquer seguimento prático<sup>21</sup>. Neste período, e à medida que as armadas do Estado cruzavam com maior frequência o Golfo de Cambaia, aumentava a influência portuguesa na baía de Bombaim, ancoradouro privilegiado especialmente durante a época das monções. Durante esses períodos, a soldadesca abastecia-se de mantimentos e “*desenfadava-se*” na ilha de Bombaim, razão pela qual lhe conferiram o epíteto de “*ilha da Boa Vida*”<sup>22</sup>.

Já em finais de 1528 estalava a guerra entre Ahmadnagar e Gujarate, tendo esta última potência conquistado as estratégicas fortificações de Carnalá (Karnala) e Sanguicá (Sankshi)<sup>23</sup>, o que levou o sultão Burhan Nizam Shah I a solicitar a ajuda do Estado. Acedendo ao pedido, o governador Lopo Vaz de Sampaio veio para Chaul com uma armada, em Janeiro de 1529. Foi então concedido um contingente de oitenta portugueses ao sultanato de Ahmadnagar, tendo estes tomado de assalto uma das duas fortificações de montanha ocupadas por Gujarate. Entretanto, arribava à barra de Chaul a esquadra do governador de Diu, seguindo-se uma batalha naval perto de Bandorá (Bandra) na ilha de Salcete<sup>24</sup>, cujo resultado foi uma decisiva vitória para o Estado<sup>25</sup>.

Galvanizado com esta acção, Lopo Vaz de Sampaio planeou acometer Diu, no que foi obstado por quase todos os seus capitães reunidos em conselho, excepto Heitor de Silveira. Ao narrar estes

---

<sup>18</sup> Morro de Chaul (Korlai), coordenadas: 18°32'10"N, 72°54'28"E.

<sup>19</sup> CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, liv. IV, caps. 72-75, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833, pp. 272-285; BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década III, pt. II, liv. VI, caps 8, 9, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 69-91.

<sup>20</sup> CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, liv. IV, cap. 81, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833, pp. 293-297; BARROS, João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década III, pt. II, liv. VI, cap. 10, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 92-98.

<sup>21</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década IV, pt. I, liv. I, cap. 5, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 21-25.

<sup>22</sup> Os primeiros contactos dos portugueses com o arquipélago de Bombaim recuam a 1505. Segundo uma tradição local, a cruz implantada em *Cross Island* remonta à primeira década do século XVI (coordenadas: 18°56'52"N, 72°51'06"E) (BARROS, João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década II, liv. III, cap. 5, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 289, 290; *Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. III, *Trade and Fortifications*, Bombay, Government Central Press, 1894, p. 655).

<sup>23</sup> Carnalá (Karnala), coordenadas: 18°52'55"N, 73°07'07"E; Sanguicá (Sankshi), coordenadas: 18°49'34"N, 73°08'52"E.

<sup>24</sup> Bandorá (Bandra), coordenadas: 19°03'14"N, 72°49'59"E.

<sup>25</sup> Na opinião do cronista, esta teria sido uma excelente ocasião para conquistar o célebre porto de Diu, evitando os esforços militares posteriores (BARROS, João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década IV, pt. I, liv. II, cap. 14, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 202-215).

episódios, o cronista João de Barros lamentou o facto de o governador ter sido contrariado – particularmente por dois capitães de embarcações destacadas da armada do novo governador designado Nuno da Cunha que estava prestes a chegar à Índia<sup>26</sup>.

Vaz de Sampaio rumou então para o sul, tendo Heitor de Silveira permanecido na região durante o segundo quartel de 1529 à testa de vinte e duas embarcações ligeiras e trezentos soldados. Com esta força, Silveira assolou parte da costa do sultanato de Gujrate, incluindo Baçaim onde existia uma “*tranqueira de madeira entulhada*” com bastantes peças de artilharia e em cuja ribeira estavam varadas algumas embarcações. Após tomar a tranqueira, Silveira derrotou o arraial do capitão “*Alixiah*” e represou as embarcações. Estas acções assim como a violência exercitada sobre as povoações costeiras, intimidaram o xeque da cidade de Taná (Thane) que se resolveu a enviar um representante aos portugueses oferecendo-lhes uma quantia monetária em troca da segurança da sua cidade<sup>27</sup>.

No final de 1529, aportava à Índia o governador Nuno da Cunha, trazendo por missão principal do seu regimento conquistar Diu<sup>28</sup>. Para alcançar este objectivo, Cunha entabulou tanto a via diplomática, enviando um agente a negociar com “*Melique Saca*”, como a militar, ordenando ao capitão António Silveira que continuasse as operações bélicas no Golfo de Cambaia. Enquanto que a primeira iniciativa não teve seguimento prático, os ataques de Silveira no primeiro quartel de 1530 foram particularmente intensos, destacando-se o ataque à cidade de Surate (Surat)<sup>29</sup>, abandonada de véspera pelos seus moradores, e o saque de Reinel (Rander)<sup>30</sup>, na margem oposta, sendo provavelmente a primeira vez que uma armada do Estado negociou o curso do rio Tapti. Silveira desembarcou também em Damão, onde já há altura existia uma fortificação - igualmente abandonada pelos seus defensores -, e ainda em Agaçaim (Agashi)<sup>31</sup>. Segundo o cronista Lopes de Castanheda, passando à zona da ilha de Salcete, Silveira cobrou as “*paredas*” anuais devidas por Taná (Thane), Bendorá (Bandra) e Caranjá (Uran)<sup>32</sup>, sendo que nesta “*aspera*” campanha se queimaram

---

<sup>26</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década IV, pt. I, liv. II, cap. 14, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 217-224.

<sup>27</sup> Taná (Thane), coordenadas: 19°11'46"N, 72°58'55"E (BARROS, João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década IV, pt. I, liv. II, cap. 15, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, p. 217-226).

<sup>28</sup> O governador Nuno da Cunha chegou a Goa a 22 de Outubro de 1529 (BARROS, João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década IV, pt. I, liv. III, cap. 27, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, p. 359).

<sup>29</sup> Surate (Surat), coordenadas: 21°11'44"N, 72°49'21"E.

<sup>30</sup> Reinel (Rander), coordenadas: 21°13'21"N, 72°47'47"E.

<sup>31</sup> Agaçaim (Agashi), coordenadas: 19°27'47"N, 72°46'34"E.

<sup>32</sup> Caranjá (Uran), coordenadas: 18°52'45"N, 72°56'25"E.

muitas aldeias costeiras, trezentas embarcações e se cativaram muitas pessoas, algumas das quais foram enviadas para Portugal<sup>33</sup>.

Enquanto António de Silveira assolava a costa de Cambaia, a fortificação portuguesa em Chaul sofria um breve cerco imposto pelas tropas de Gujarate que invadiam novamente o sultanato de Ahmadnagar. O capitão de Chaul, Francisco Pereira de Barredo, foi instigado a fazer uma sortida para defender Chaul de Cima (Cheul), tendo sido derrotado pelas forças de Gujarat. Esta acção custou-lhe a capitania, tendo sido enviado preso para Goa, sucedendo-lhe António da Silveira<sup>34</sup>.

No ano seguinte, em Janeiro de 1531, o governador Nuno da Cunha embarcava para a conquista de Diu, à frente de uma numerosa armada de quase duzentas embarcações, fazendo escala na Baía de Bombaim e em Damão. Apesar do cerco imposto à cidade pelas numerosas forças do Estado, o intento português foi derrotado<sup>35</sup>. Não obstante, continuaram com redobrado esforço durante os três anos seguintes as acções ofensivas contra o sultanato de Gujarate, atacando-se cidades ou locais como Pormangalor (Mangrol); Madrasaval (Jafrabad); Goga (Ghogha); novamente Surate (Surat); Damão; Tarapur; ilha de Salcete; e Baçaim<sup>36</sup>. Nesta última povoação, uma armada comanda por Nuno da Cunha tomou de assalto, em inícios de 1533, uma nova fortificação edificada pelo governador de Diu. Aqui detiveram-se os portugueses alguns dias, desmantelando a fortificação indiana e expedindo esquadras para outros locais<sup>37</sup>.

### ***Cedência e consolidação do território de Baçaim (1534-1554)***

Desgastado por esta acção bélica e ainda pelos sistemáticos bloqueios marítimos a ela associados, o sultão Bahadur Shah decidiu concluir um tratado com os portugueses em 1534 de modo a poder concentrar os seus recursos num conflito com um adversário mais poderoso: o Império Mogol.

---

<sup>33</sup> A Armada de António de Silveira compreendia cerca de cinquenta embarcações e novecentos homens, metade dos quais espingardeiros, sendo que os seus ataques ocorreram entre meados de Janeiro e Abril de 1530 (BARROS, João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década IV, pt. I, liv. IV, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, caps 4, pp. 389-391, cap. 8, pp. 407-420, cap. 9, pp. 416-418; CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, liv. VIII, caps. 8, 9, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833, pp. 17-22; ANDRADE, Francisco de, *Crónica de D. João III*, vol. II, cap. 56, Coimbra, Na Real Off. da Universidade, 1796).

<sup>34</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década IV, pt. I, liv. IV, cap. 10, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 420-224.

<sup>35</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década IV, pt. I, liv. IV, caps. 12-15, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 433-458.

<sup>36</sup> Pormangalor (Mangrol), coordenadas: 21°06'32"N, 70°05'57"E; Madrasaval (Jafrabad), coordenadas: 20°52'01"N, 71°22'01"E; Goga (Ghogha), coordenadas: 21°41'24"N, 72°26'21"E; Tarapur, coordenadas: 19°51'49"N, 72°40'55"E.

<sup>37</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década IV, pt. I, liv. IV, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, cap. 17, pp. 463-469, caps. 21, 22, pp. 490-501; CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, liv. VIII, caps. 59-62, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833, pp. 144-154; ANDRADE, Francisco de, *Crónica de D. João III*, vol. II, cap. 81, Coimbra, Na Real Off. da Universidade, 1796.

Contudo, em vez de ceder a cobiçada Diu, o sultanato ofereceu antes a periférica posição de Baçaim aos portugueses.

Naturalmente que o trato e o valor estratégico do porto de Baçaim era diminuto comparado com o do empório consagrado de Diu. Mas Baçaim tinha outros atractivos: a produtividade do seu território, abundante em arroz, sal, horticulturas e madeira de teca, em suma, fonte de importantes “rendas”. Assim, Nuno da Cunha aceitou Baçaim em vez de Diu, mas terá insistido na cedência do seu relativamente extenso *hinterland*, durante as negociações com o embaixador do sultanato. Compensava-se desta forma a inexistência de rendimentos comerciais com os rendimentos agrícolas tendo em vista o equilíbrio das finanças da Fazenda Real para com as despesas da fortificação e defesa de uma novo território<sup>38</sup>. Esta visão pragmática de Nuno da Cunha pode também ser vista como sintomática de uma nova tendência da expansão portuguesa, associada ao reinado de D. João III e caracterizada por uma vocação mais colonizadora a par da puramente mercantil e talassocrática<sup>39</sup>.

Levadas a bom termo as negociações, o tratado assinado ao largo de Baçaim em Dezembro de 1534 transferiu para a soberania portuguesa um território de cerca de 2410 km<sup>2</sup>, acontecimento inédito nas três décadas de existência do Estado da Índia. De facto, se excluirmos a conquista da ilha de Tiswadi com aproximadamente 120 km<sup>2</sup>, praticamente todos os locais adquiridos ou conquistados pelo Estado da Índia restringiam-se nesta fase a fortificações ou cidades costeiras com circuitos de limitada relevância económica. Outras cláusulas do tratado luso-gujarate estipulavam que todos os barcos do sultanato que fossem para o Mar Vermelho teriam de obter cartazes em Baçaim e, no seu regresso, pagar na mesma cidade direitos alfandegários. Interditava-se a construção de qualquer navio de guerra por parte do sultanato assim como qualquer aliança com os turcos do Império Otomano<sup>40</sup>. No território cedido ao Estado, ficavam asseguradas, as rendas das mesquitas a partir da produção das aldeias, bem como os soldos das guarnições da fortificações de “Aceira e Coeja”, ou Asserim (Asherigad) e Coja (Kohoj)<sup>41</sup>.

As reacções à ocupação portuguesa de Baçaim não se fizeram esperar: entre 1535 e 1540, o capitão muçulmano desapossado, Burhan-ul-Mulk, “*Bramaluco*” das fontes portuguesas, assim como Malik

---

<sup>38</sup> ANDRADE, Francisco de, *Crónica de D. João III*, vol. II, cap. 8, Coimbra, Na Real Off. da Universidade, 1796.

<sup>39</sup> Sobre esta tendência imperial associada ao reinado de D. João III, V. COSTA, João Paulo Oliveira, “O Império Português em meados do Século XVI”, *Anais de História de Além-Mar*, vol. III, Lisboa, Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa, 2002, pp. 87-121.

<sup>40</sup> O tratado foi assinado em 23 de Dezembro a bordo do Galeão São Mateus, ancorado ao largo de Baçaim (BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez...*, tom. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 63-65; COUTO, Dejanirah, “Em torno da Concessão e da Fortaleza de Baçaim (1529-1546)”, *Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, CNCDP, 1995, pp. 117-132).

<sup>41</sup> Asserim (Asherigad), coordenadas: 19°49'16"N, 72°55'13"E; Coja (Kohoj), coordenadas: 19°40'20"N, 72°59'18"E.

Ilias, antigo senhor feudal da ilha de Salcete, e outros militares afectos à anterior administração do sultanato de Gujarate, acometeram por diversas vezes a jurisdição

Este conflito, cuja fase de maior intensidade ocorreu entre a monção de 1538 e finais de Março de 1540, começou na mesma altura em que os exércitos de Gujarate, reforçados por uma armada otomana, puseram cerco a Diu. Note-se que a fortificação de Diu fora cedida ao Estado um ano após as terras de Baçaim, no seguimento de uma invasão mogol sobre o sultanato de Gujarate. Pode-se assim supor que o sultanato tentava desviar tropas portuguesas desta frente, criando um ataque de engodo em Baçaim. Findo o cerco de Diu, em Novembro de 1538, continuou com maior intensidade a guerra em Baçaim, período que coincidiu com o triénio do capitão-mor Rui Lourenço de Távora<sup>42</sup>.

Durante a maior parte do ano de 1539, praticamente todo o território afecto a Baçaim esteve ocupado ou constantemente sujeito às incursões dos referidos capitães de Gujarate. A própria ilha de Salcete foi invadida por duas vezes nesse ano, embora por forças pouco numerosas. Ainda assim, foi a única ocasião em que a ilha foi franqueada a partir de terra firme durante dois séculos de domínio colonial português. A primeira incursão ocorreu em Janeiro de 1539, tendo as forças de Gujarate atravessado a norte do Passo Seco perto de Taná (Thane), o único guarnecido pelos portugueses à altura<sup>43</sup>. Depois de passarem cerca de um mês a deambular pela ilha, fortificaram-se numa montanha, muito provavelmente Canerim (Kanhari)<sup>44</sup>, de onde apenas foram desalojados após uma expedição com cerca de quinhentos soldados portugueses<sup>45</sup>.

Derrotado este contingente na ilha de Salcete, surgiu outro no cassabé de Baçaim, comandado pelo capitão “*Samgredegi*”. Este exército ocupou os arrabaldes da povoação, tendo os portugueses retaliado com a artilharia do forte de São Sebastião, iniciado um par de anos antes. Os atacantes recuaram então para uma posição exterior ao cassabé de Baçaim, provavelmente Gindama (Jidvhan)<sup>46</sup>. Contudo, em Maio do mesmo ano de 1539, chegava novo exército invasor, comandado por Burhan-ul-Mulk totalizando cerca de dez mil homens, entre os quais uma centena de

---

<sup>42</sup> O conflito esgotou os recursos e lucros do capitão Lourenço de Távora, levando-o inclusive a desistir do seu terceiro e último ano à frente da fortaleza, e regressando a Portugal na mesma altura em que Estêvão da Gama assumia em Goa o governo do Estado da Índia (CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses (1552-1561): Thirty-one chapters of the lost “Livro IX”*, C. Wessels (ed.), The Hague, Martinus Nijhoff, 1929, pp. 64, 65).

<sup>43</sup> Passo Seco de Taná (Thane), coordenadas: 19°11'16"N, 72°59'05"E.

<sup>44</sup> Canerim (Kanhari), coordenadas: 19°12'27"N, 72°54'17"E.

<sup>45</sup> CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses (1552-1561): Thirty-one chapters of the lost “Livro IX”*, C. Wessels (ed.), The Hague, Martinus Nijhoff, 1929, pp.1-4.

<sup>46</sup> Gindama (Jidvhan), coordenadas: 19°28'01"N, 72°49'38"E (CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses (1552-1561): Thirty-one chapters of the lost “Livro IX”*, C. Wessels (ed.), The Hague, Martinus Nijhoff, 1929, pp. 4-5).

espingardeiros e ainda cinco elefantes “armados”<sup>47</sup>. Desta feita, o capitão da cidade, Lourenço de Távora, ordenou a edificação de uma linha defensiva exterior ao forte pré-português, defendendo a parte mais exposta da povoação, do lado oeste. Esta cerca incluía “*huma vala alta e forte*” e uma “*tranqueira de madeira forte que seria de çem braças*” ou 220 m<sup>48</sup>.

Com Baçaim cercada durante a monção de 1539, o capitão Burhan-ul-Mulk ordenava simultaneamente um destacamento para atacar Caranjá (Uran) e outro para invadir novamente a ilha de Salcete. Em Caranjá (Uran) o tanadar português do cassabé resistiu ao ataque a partir da sua casa-torre e na ilha de Salcete os portugueses defenderam-se a partir de um novo baluarte em Taná (Thane) ajudados por embarcações ligeiras que varejavam a margem oposta do rio. Contudo, não conseguiram evitar nova invasão após a monção desse ano, altura em a ilha foi mais uma vez livremente percorrida pelas tropas indianas. Resistindo no pequeno baluarte novo, e contando com superioridade naval, os portugueses lograram mais tarde obrigar as forças invasoras a retrocederem para terra firme<sup>49</sup>.

Entretanto, o exército sitiante de Baçaim apertava os portugueses, registando-se algumas tentativas de assalto sobre a tranqueira improvisada a oeste da povoação. A chegada de vários reforços no último quartel de 1539 permitiu ao Estado passar à ofensiva, obrigando Burhan-ul-Mulk a evacuar o cassabé de Baçaim, estabelecendo o seu arraial a leste do Rio de Sopará<sup>50</sup>.

Nos últimos meses de 1539, encetaram-se negociações com o capitão de Gujarate, que acabaria por abandonar o território de Baçaim em Dezembro. Porém, permaneceu um exército mais pequeno aquartelado perto da aldeia Peral<sup>51</sup>, no sertão de Baçaim, sob o comando de “*Meliqueaçem Naçaruto*”. Este efectuou vários raids no cassabé de Baçaim no primeiro quartel de 1540, tendo sido decisivamente derrotado apenas em finais de Março. Terminava desta forma a guerra de cerca de dois anos que opôs Burhan-ul-Mulk aos portugueses e a primeira invasão e ocupação prolongada do distrito de Baçaim<sup>52</sup>.

---

<sup>47</sup> Militavam também neste exército os capitães *Melique Acem*, *Cogerrahmude* e *Posegi*. Muitos moradores de Baçaim de Cima fugiram para a povoação portuguesa, tendo os principais sido agasalhados e outros embarcados para Salcete (CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses (1552-1561): Thirty-one chapters of the lost “Livro IX”*, C. Wessels (ed.), The Hague, Martinus Nijhoff, 1929, , pp. 23, 39).

<sup>48</sup> CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses (1552-1561): Thirty-one chapters of the lost “Livro IX”*, C. Wessels (ed.), The Hague, Martinus Nijhoff, 1929, pp. 23-26.

<sup>49</sup> CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses (1552-1561): Thirty-one chapters of the lost “Livro IX”*, C. Wessels (ed.), The Hague, Martinus Nijhoff, 1929, pp. 33-43.

<sup>50</sup> Burhan-ul-Mulk ordenou um assalto a Baçaim a 9 de Agosto de 1539, tendo sido rechaçado pelos portugueses (CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses (1552-1561): Thirty-one chapters of the lost “Livro IX”*, C. Wessels (ed.), The Hague, Martinus Nijhoff, 1929, pp. 32-47).

<sup>51</sup> Peral, coordenadas: 19°30'56"N, 72°51'41"E.

<sup>52</sup> O combate decisivo ocorreu perto do arraial *Meliqueaçem Naçaruto*, na aldeia de Peral, num campo entre duas grandes serras. Em finais de 1540, a paz com Burhan-ul-Mulk e com o sultão Mahmud Khan foi negociada através do envio de

Imediatamente após a conclusão desta guerra, Lourenço de Távora foi substituído por Francisco de Meneses<sup>53</sup>. No seu triénio, eclodiu a guerra entre Gujarate e Ahmadnagar, tendo os últimos tomado, em inícios de 1541, as duas fortificações de montanha de Carnalá (Karnala) e Sanguicá (Sankshi), frequentes posições de contenda na fronteira entre as duas potências. Os dois capitães desapossados pediram a assistência do capitão de Baçaim para reconquistar as posições, comprometendo-se a ficarem vassallos do Estado. A fazer jus no relato de Diogo do Couto, as posições foram facilmente conquistadas por um continente português e apropriadas pelo Estado, compensando-se os capitães do sultanato de Gujarate com “*tenças*” de aldeias no distrito de Baçaim. As tropas de Ahmadnagar retaliaram ocupando as áreas em redor das fortificações e cercando Sanguicá (Sankshi). Aqui resistiram os portugueses, seguindo-se uma batalha com uma expedição de socorro liderada pelo capitão-mor de Baçaim Francisco de Meneses, prevalecendo os portugueses. Nessa conjuntura, aportou a Chaul o governador Estêvão da Gama, onde recebeu um embaixador de Ahmadnagar. Negociou-se então a entrega das fortificações a Ahmadnagar com a contrapartida de um pagamento anual de cinco mil pardaús de ouro, tendo os portugueses evacuado Carnalá (Karnala) e Sanguicá (Sankshi) apesar da relutância de Francisco de Meneses<sup>54</sup>.

A contrapartida monetária aceite pelo governador Estêvão da Gama no referido acordo apenas fazia sentido no contexto da supremacia naval portuguesa no Golfo de Cambaia, sendo que também influíram as boas relações entre o Estado e o sultão Burhan Nizam Shah I. É também possível entrever no tratado assinado em Goa em 1542 - que formalizou a entrega das duas fortificações - um desígnio português para garantir a estabilidade dos territórios vizinhos de Baçaim, reconhecendo a soberania de Ahmadnagar sobre as importantes cidades de Galiana (Kalyan) e Biundi (Bhiwandi) e assegurando a sua assistência defensiva na zona fronteira a Manorá (Manor)<sup>55</sup>, de modo a impedir que estas regiões fossem usadas por Burhan-ul-Mulk ou outros capitães afectos a Gujarate ou ainda

---

um embaixador português à corte do sultanato de Gujarate. A descrição de Diogo de Couto difere em vários aspectos da de Fernão Lopes de Castanheda (CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses (1552-1561): Thirty-one chapters of the lost “Livro IX”*, C. Wessels (ed.), The Hague, Martinus Nijhoff, 1929, pp. 44-61; BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década V, pt. II, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, cap. 3, pp. 94-101, cap. 4, pp. 102-104).

<sup>53</sup> E inícios de Abril de 1540, assumiu o governo do Estado da Índia Estêvão da Gama que, face ao pedido de Rui Lourenço de Távora, nomeou Francisco de Meneses capitão-mor de Baçaim, provavelmente em Abril ou Maio de 1540. (CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses (1552-1561): Thirty-one chapters of the lost “Livro IX”*, C. Wessels (ed.), The Hague, Martinus Nijhoff, 1929, pp. 73, 74).

<sup>54</sup> Os capitães de Gujarate eram *Amergim* e *Atridican*, ausentes das suas fortificações quando estas foram ocupadas por Ahmadnagar. As duas posições de montanha ficaram em posse do Estado apenas por escassos meses (BARROS, João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década V, pt. II, liv. VIII, caps. 2-6, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 183-210).

<sup>55</sup> Galiana (Kalyan), coordenadas: 19°14'38"N, 73°07'39"E; Biundi (Bhiwandi), coordenadas: 19°17'59"N, 73°03'15"E; Manorá (Manor), coordenadas: 19°43'15"N, 72°54'40"E.



pelos Coles como base para incursões sobre o território de Baçaim<sup>56</sup>. De facto, a vizinhança de Gujarate tinha sido comprovadamente hostil e prejudicial para o território de Baçaim<sup>57</sup>.

Apenas após a guerra de 1538-1540 e o acordo de 1542 com Ahmadnagar, se procedeu à incorporação dos capitães feudatários de Belafior do Sabaio (Belapur)<sup>58</sup>, pertencentes à linhagem marata “*Patecar*” ou Patkar, enquanto vassalos da Coroa - uma relação de vassalagem herdada aliás do período pré-português<sup>59</sup>. O capitão *Posagi* Patkar foi descrito em 1548 como possuindo várias aldeias isentas de foros nas praganas de Panchena e Cairena, ficando com a obrigação de defender aquelas subdivisões com duzentos peões e cinquenta cavaleiros. Pouco depois, “*Posagi*” revoltou-se contra os portugueses, tendo sido condenado à pena capital durante o triénio do capitão Francisco Barreto, por volta de 1550. Sucedeu-lhe o filho “*Essagi Patecar*”, que também se “*alevantou*” contra a Coroa, sendo esbulhado das suas aldeias. Estas foram contudo devolvidas a “*Posagi*”, neto do primeiro, investido das mesmas obrigações militares. Apesar destas dificuldades iniciais, a relação de vassalagem com a linhagem marata foi duradoura, mantendo-se até finais de Seiscentos<sup>60</sup>.

Regista-se outro capitão vassalo, “*Tongogi*”, estabelecido na praga de Anjor<sup>61</sup>, com obrigação de assistir o Estado com uma centena de peões e doze cavaleiros. Esta linhagem, contudo, foi definitivamente expropriada e afastada da PN após se ter revoltado no contexto da guerra de Chaul, em 1570-1571<sup>62</sup>.

---

<sup>56</sup> Sobre o reino feudatário dos Coles, V. *infra*, pp. 29-31.

<sup>57</sup> TEIXEIRA, André Dias, *Baçaim e o seu território: política e economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Janeiro de 2010, pp. 69-72.

<sup>58</sup> Belafior do Sabaio (Belapur), coordenadas: 19°00'31"N, 73°01'43"E.

<sup>59</sup> Consta do ano 1540 a primeira menção a “*Sabajo*” e “*Taloja*” nos inventários das rendas da jurisdição de Baçaim compilados pelo vedor da Fazenda Simão Botelho, referindo ainda que várias aldeias foram dadas a “*Posagi*” por Burhan-ul-Mulk por “*goardar a praguanaa panchenaa, e cairena*”. Curiosamente, a historiografia de origem anglo-saxónica associa esta fortificação e linhagem de feudatários vassalos ao Estado com os sidis, ou seja, muçulmanos de origem etíope. Contudo, todas as fontes portuguesas são unânimes em descrever os capitães como “*gentios*” ou hindus, sendo de facto o nome “*Patecar*” ou Patkar de origem marata, significando “*homem dextro no maneo da patta, ou espada de dois gumes*”. Se Belapur teve de facto um período de domínio sidi, este ocorreu antes de 1534 ou então apenas entre 1683 e 1686. Sobre os clãs maratas existentes nos sultanatos de Ahmadnagar e Bijapur, V. *infra*, 2.3. “Quatro décadas relativamente pacíficas, 1615-1658”, p. 78; 2.4. “Novos vizinhos e inimigos, 1658-1687”, pp. 99-101 (Relatório de todas as pessoas que nas terras de Damão e Baçaim e as mais anexas a elas têm aldeas, datado de 20 de Novembro de 1611, *Índia*, cx. 3, doc. 93, AHU; *Subsídios para a Historia da India Portuguesa...*, Rodrigo Lima Felner (ed.), Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868, pp. 147, 160, 204; DALGADO, Sebastião Rodolfo, *Glossário Luso-Asiático*, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1919, p. 192). Pissurlencar alude a um documento marata de meados do século XVIII no qual se assinala o clã Patkar como militando originalmente nos exércitos do sultanato de Ahmadnagar (Assento do Conselho de Estado datado de 20 de Fevereiro de 1646, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. III, Bastorá, Arquivo Histórico do Estado da Índia, 1955, p. 104, nota).

<sup>60</sup> Relatório de todas as pessoas que nas terras de Damão e Baçaim e as mais anexas a elas têm aldeas datado de 20 de Novembro de 1611, *Índia*, cx. 3, doc. 93, AHU; BARROS; João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Asia*, Década VIII, pt. II, cap. 30, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 257-258.

<sup>61</sup> Aldeia de Anjor (Anjurdiva), coordenadas: 19°12'57"N, 73°02'19"E.

<sup>62</sup> Relatório de todas as pessoas que nas terras de Damão e Baçaim e as mais anexas a elas têm aldeas datado de 20 de Novembro de 1611, *Índia*, cx. 3, doc. 93, AHU.

Através destes episódios ocorridos entre 1534 e 1542 e do contínuo declínio do sultanato de Gujarate, os portugueses consolidaram a sua soberania sobre Baçaim, melhorando a segurança das suas extensas fronteiras com a terra firme. Esta consolidação territorial abriu caminho para a disseminação de políticas coloniais mais impositivas sobre a parte costeira do território, processo que teve uma aceleração brusca, por assim dizer, após a vitória portuguesa no segundo cerco de Diu, em 1546. Durante esse conflito, Baçaim e Chaul tornaram-se plataformas para as várias embarcações que rumavam à posição cercada, não havendo registo de uma ofensiva de Gujarate sobre as suas terras como na ocasião do primeiro cerco a Diu<sup>63</sup>. Ao regressar de Diu, João de Castro passou por Baçaim onde concedeu aos seus soldados várias aldeias, decisão que teria fortes consequências para o território e o seu sistema defensivo<sup>64</sup>. A derrota de Gujarate em Diu e consequente enfraquecimento do sultanato também contribuíram para o aumento da influência portuguesa nas cidades ao longo da sua costa. A presença e preponderância de mercadores portugueses em locais como Surate (Surat), Baroche (Baruch), Cambaiete (Khambayet), e Reinel (Raynal) coincidiu com a supremacia marítima dos portugueses no Golfo de Cambaia, situação que se manteve incontestada durante toda a segunda metade de Quinhentos.

### ***Ocupação e conquista da jurisdição de Damão***

No seguimento do assassinato do sultão Mahmud Khan III em 1554 e durante a menoridade do seu sucessor Ahmad Khan (1554-1561), o território de Gujarate foi dividido entre alguns nobres principais, fracturando-se o poder central<sup>65</sup>. Esta crise foi encarada pelos portugueses não apenas como uma oportunidade para a expansão do seu território de Baçaim mas também para a obtenção do porto de Surate (Surat), empório que florescera consideravelmente desde a incorporação da cidade de Diu no Estado, beneficiando ainda de uma nova fortificação concluída por volta de 1546 - iniciativa defensiva que os portugueses procuraram em vão impedir<sup>66</sup>.

O duplo desígnio português sobre Surate (Surat) e Damão foi especialmente acalentado por Diogo de Noronha, capitão de Diu, que desde 1550 se envolveu a fundo nas conspirações e conflitos

---

<sup>63</sup> Ocorreu apenas uma limitada incursão numa praga do Campo de Baçaim, em 1546, efectuada pelo filho de Malik Iliás, antigo capitão ou tanadar da ilha de Salcete, em conjunto com um contingente do reino dos Coles, aparentemente descoordenada das operações em Diu (Carta do capitão-mor de Baçaim Jerónimo de Noronha datada de 6 de Julho de 1547, pub. in *Documentação Ultramarina Portuguesa - VIII (Coleção de S. Lourenço, III)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1983, pp. 530-532).

<sup>64</sup> V. *infra*, pp. 35-39.

<sup>65</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. VI, *Rewa Kántha, Nárukot, Cambay and Surat States*, Bombay, Government Central Press, 1880, p. 218.

<sup>66</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, *History of Gujarat*, Bombay, Government Central Press, 1896, pp. 258.

internos do sultanato de Gujarate<sup>67</sup>. Logo nos primeiros meses do governo do vice-rei Francisco Barreto, em 1555, foi posto em marcha este projecto, não sem antes se ter tomado a precaução de reforçar a guarnição de Baçaim e iniciar a substituição do seu perímetro defensivo de materiais perecíveis por uma cerca abaluartada<sup>68</sup>.

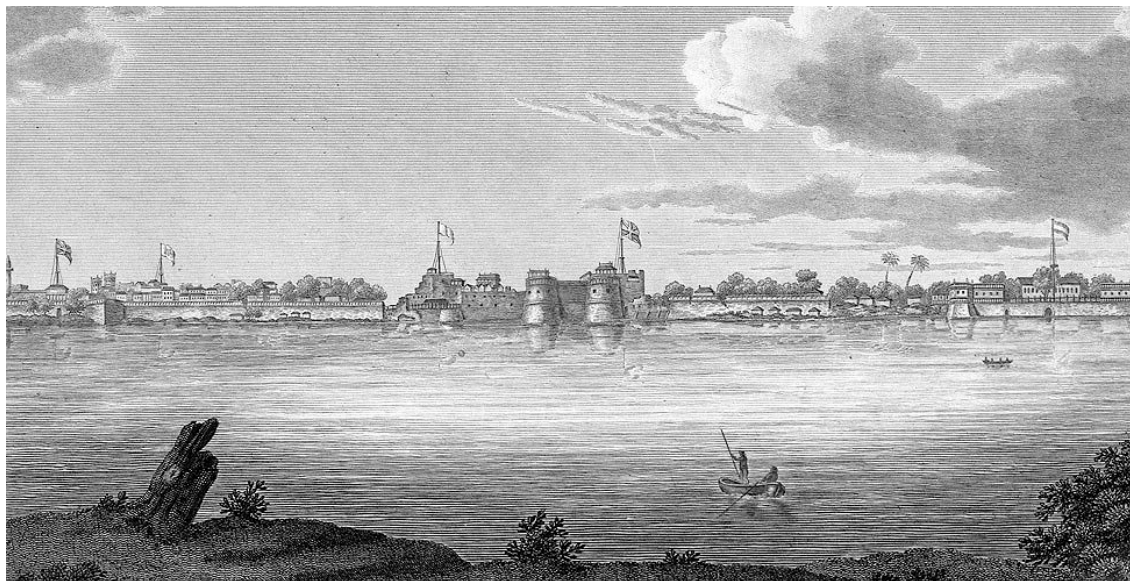


Fig. 2. Surate, ca.1760 (Forbes, 1813, BL)

Segundo o cronista Diogo do Couto, que tomou parte como jovem soldado nos momentos culminantes desta empresa expansionista, os objectivos da aquisição de Damão eram melhorar a situação defensiva da jurisdição de Baçaim e “*aposentar naquela cidade, e suas terras muitos cavalleiros honrados, e casados pobres*”. Por seu turno, da conquista de Surate (Surat), “*que tanto importava ao Estado*”, poder-se-ia “*esperar muito grande rendimento da sua Alfandega*”, para além de acabar de “*deitar uma braga àquella enseada e a todo o Reyno de Cambaya, com huma ponta em Dio e outra naquella fortaleza*” de Surate<sup>69</sup>. Para adquirir o distrito de Damão, governado à data pelo capitão sidi ou “*abexim Alucan*”<sup>70</sup>, o vice-rei expediu o embaixador Tristão de Paiva a Ahmedabad<sup>71</sup>, onde

---

<sup>67</sup> Sobre as manobras diplomáticas tendo em vista a obtenção de Damão, V. *O Tombo de Damão, 1592*, Artur Teodoro de Matos (dir.), Lisboa, Centro de Estudos Damião de Góis / CNCDP, 2001, pp. 33, 34, nota.

<sup>68</sup> A crise de 1554 aliada aos desígnios expansionistas do Estado levaram ao reforço da guarnição de Baçaim e ao início da construção da sua cerca abaluartada em substituição do seu perímetro defensivo de tranqueiras. V. *infra*, 3.1.2. “Baçaim”, pp. 240-242 (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. I, cap. 13, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1781, p. 109).

<sup>69</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, liv. III, cap. 1, pp. 186, 187; liv. IX, cap. 11, p. 386, cap. 14, p. 415.

<sup>70</sup> Este capitão vassalo de Gujarate tinha-se autonomizado em 1554, estabelecendo o seu ascendente sobre as tanadarias desde Damão até ao rio Vaitarna, imediatamente a norte de Agaçaim (Agashi) (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VI, liv. X, cap. 16, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 514, 515).

<sup>71</sup> Ahmedabad, coordenadas: 23°01'N, 72°34'E.

governava o regente Nasir-ul-Mulk ou “*Madremaluco*”. Em contrapartida pela jurisdição de Damão, os portugueses ofereceram ao regente metade da receita da alfândega de Diu, o que não foi aceite. Seguiu-se a deslocação de um embaixador de Gujarate, “*Xeque Estabolim*”, a Goa, o que também não surtiu o efeito pretendido pelo Estado. Insistindo, Francisco Barreto enviou outro embaixador, desta feita Cristóvão do Couto, “*língua do Estado*”, para representar novamente a Nasir-ul-Mulk a questão de Damão. Este, chegando a Cambaia (Khambhat) em Março de 1556, encontrou Itimád Khan, na regência do sultanato e igualmente adverso à proposição portuguesa. Esgotada a via diplomática, o vice-rei aparelhou uma armada de cento e cinquenta embarcações em Novembro desse ano e partiu para Baçaim, onde se encontrou com Diogo de Noronha. Em conselho militar, optou-se então por adiar a investida sobre Damão e conquistar primeiro Manorá (Manor) e Asserim (Asherigad), duas fortificações vizinhas ao distrito de Baçaim<sup>72</sup>.

Como a montanha de Asserim (Asherigad) era considerada inexpugnável excepto pela via da fome ou da traição, optou-se por esta segunda estratégia, tendo o seu capitão “*Condixá*” recebido seis mil pardaus de ouro pela entrega da posição. Pouco depois, Manorá (Manor) foi abandonada pelo seu capitão, concluindo-se assim, em Novembro ou Dezembro de 1556, a ocupação daquelas duas posições e suas praganas<sup>73</sup>, sem contender o Estado com o sidi “*Bofetá*”, que entretanto se havia estabelecido como capitão na jurisdição de Damão<sup>74</sup>.

A decisão de conquistar Damão foi adiada dois anos, ocorrendo apenas após a chegada do novo vice-rei Constantino de Bragança. Logo nos primeiros meses do seu governo, e últimos do ano de 1558, o vice-rei foi aconselhado por Diogo de Noronha a renovar as conversações com Itimád Khan. Disto resultou, aparentemente, um “*formão*” do sultão cedendo a cidade e distrito de Damão<sup>75</sup>. Para expulsar o capitão sidi “*Bofetá*”, o vice-rei rumou ao Golfo de Cambaia à testa de uma poderosa esquadra. Arribando à barra de Damão, o exército português pôs-se em marcha contra a fortificação, o que levou o capitão sidi a abandoná-la e a recuar para próximo da montanha de Parnel (Parnera), permitindo aos portugueses tomar posse de Damão “*Grande*”, em Fevereiro de

---

<sup>72</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. III, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1777-1788, cap. 1, pp. 186-196, cap. 8, pp. 225-230.

<sup>73</sup> V. *infra*, 3.4.2. “Distrito de Baçaim”, pp. 520, 521.

<sup>74</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. III, cap. 12, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 261-270; *O Tombo de Damão, 1592*, Artur Teodoro de Matos (dir.), Lisboa, Centro de Estudos Damião de Góis / CNCDP, 2001, pp. 33, 34, nota.

<sup>75</sup> Diogo de Couto admitiu na sua crónica que não conseguira encontrar o dito formão nem obter informações precisas acerca da sua obtenção (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. III, cap. 8, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 225-230).

1559. Para além de se ter reaproveitado a fortaleza indiana, o vice-rei rapidamente deu início a uma tranqueira em redor do recinto ocupado pelas tropas portuguesas<sup>76</sup>.

À semelhança do que havia acontecido após a cedência de Baçaim, os portugueses tiveram de consolidar a ocupação da jurisdição de Damão através de um conflito com o seu antigo governador indiano. Este invadiu repetidamente as aldeias da praga Poarim, situada entre o rio Couleca e Parnel (Parnera). Poucos dias após a conquista de Damão, uma força portuguesa encaminhou-se para Parnel (Parnera), desbaratando o arraial de “*Bofetá*”. Porém, para assegurar a defesa de Poarim e, por extensão, de Damão, era vital aos portugueses controlarem não apenas a montanha de Parnel (Parnera) mas também toda a praga Boticer, território vizinho pelo lado norte à subdivisão de Poarim. A cidade e fortificação principal de Boticer era Bulsar (Valsad)<sup>77</sup>. Por estas razões, Constantino de Bragança expediu novo exército para ocupar aquela parcela territorial, tomada igualmente sem batalha<sup>78</sup>. Surate (Surat) ficou deste modo apenas a 60 km de distância. Nas pragas de Boticer e Poarim assim como nas da restante jurisdição, mandou o vice-rei apregoar a nova soberania, sem alterar as condições dos “*forais*” pelos quais se regia a sua economia pré-existente<sup>79</sup>.

Não tardou muito que “*Bofetá*” atacasse Bulsar (Valsad), onde tinha ficado por capitão Álvaro Gonçalves Pinto. Este e grande parte da guarnição portuguesas foram derrotados e mortos no campo exterior à fortificação, ficando uma força mais pequena dentro de muralhas. Esta sofreu um duro assédio até ser socorrida de Damão e os sitiados desbaratados. Apesar de levantado o cerco de Bulsar (Valsad), o capitão sidi continuou as suas incursões sobre as aldeias de Boticer. Novo ataque ocorreu ainda em finais de 1559, durante o qual morreu o novo capitão, Afonso Dias Pereira. Apesar de novamente socorrido a partir de Damão, a guarnição portuguesa de Bulsar (Valsad) foi evacuada, ficando esta e a praga de Boticer novamente expostas às incursões do sidi “*Bofetá*”. Seguiram-se incursões da cavalaria sidi sobre o restante distrito de Damão, atacando a fortificação de Sangens (Sanjan) e a tranqueira de Tarapur<sup>80</sup>. Novamente em Outubro de 1562, o capitão sidi “*Merião*” efectuou incursões no circuito de Damão, ocupando desta feita as pragas de Boticer e Poarim. O capitão da cidade, Garcia de Távora, reforçado com soldadesca de Baçaim e Chaul, foi

---

<sup>76</sup> Importa referir a traição de alguns moradores parsis principais na fortificação de Damão, executados por sidi “*Bofetá*”. Parnel (Parnera) situava-se a 20 km a nordeste de Damão (coordenadas: 20°33'00"N, 72°56'53"E) (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. VI, caps. 3-6, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 12-33).

<sup>77</sup> Bulsar (Valsad), coordenadas: 20°44'31"N, 72°55'19"E.

<sup>78</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. IX, cap. 11, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, p. 390.

<sup>79</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. VIII, caps. 4, 5, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 195-207.

<sup>80</sup> Sangens (Sanjan), coordenadas: 20°11'48"N, 72°48'23"E.

ao encontro do arraial inimigo, no sopé de Parnel (Parnera), onde se travou uma batalha que derrotou as tropas indianas, assinalando o fim deste ciclo de incursões sobre Damão<sup>81</sup>. A praga de Boticer, com a sua cidade de Bulsar (Valsad), manteve-se sob soberania do Estado apenas até 1581<sup>82</sup>.

Entretanto, em inícios de 1560, surgia a ansiada ocasião para a obtenção de Surate (Surat), espoletada pelo conflito entre o nobre que governava aquela cidade, “*Cedemecan*”, e outro fidalgo principal de Guajarate. Apesar da hábil manipulação do conflito pelo capitão António de Noronha, e de uma promessa de entrega da fortificação da cidade aos portugueses por “*Cedemecan*” que - segundo o testemunho presencial de Diogo do Couto - esteve a escassos dias de se concretizar, Surate (Surat) não caiu nas mãos do Estado. Para esse efeito tinha-se enviado uma armada portuguesa sob o comando do referido capitão de Damão para a cidade e que esteve duas semanas à vista da sua fortificação. Gorou-se assim o intento sem “*nunca mais se oferecer outra ocasião pera os Viso-Reys lançarem mão de Surrate*”. Ainda no entendimento de Diogo do Couto, se Diogo de Noronha fora vivo, teria certamente levado a bom termo “*aquelle negocio em pessoa e com tempo, porque a elle com mais gosto, que a nenhum outro capitão*”, entregaria “*Cedemecan*” a fortificação. Apesar deste desaire, os portugueses continuaram à espreita de nova conjuntura favorável para se apoderarem de Surate (Surat), visto que a situação interna de Gujarate tendia a piorar em vez de melhorar<sup>83</sup>. Começava a ser patente, na década de 1560, a crescente ingerência do Império Mogol, adivinhando-se a conquista ou anexação do débil sultanato de Gujarate, cenário contrário aos interesses do Estado, que desejava o prolongamento dos conflitos internos e a fracturação do território vizinho a Damão mas não a sua incorporação no Império<sup>84</sup>. Sinal deste eminente desfecho foi a incursão de dois capitães mogóis, “*Mir Mahamed e Abdulacan*” - segundo Diogo do Couto, “*desavindos*” com o imperador Akbar (g. 1556-1605) - sobre a fronteira a norte de Damão e que lançou o alarme de cerco mogol na cidade, o primeiro de muitos<sup>85</sup>.

---

<sup>81</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, liv. VIII, caps. 4, 5, pp. 195-207; liv. X, cap. 8, pp. 502-510.

<sup>82</sup> V. *infra*, 2.2. “Quatro décadas conflituosas, 1570-1615”, pp. 47.

<sup>83</sup> Os ataques portugueses a embarcações na zona de Surate mantiveram a sua intensidade até a incorporação da cidade no Império Mogol, em 1571-1572. Veja-se por exemplo, a acção na monção de 1568, quando embarcações portuguesas destacadas para o Poço de Surate (Suvali) (coordenadas: 21°05'40"N, 72°41'44"E) represaram embarcações sem cartazes, tendo capturado duas importantes naus de Meca e saqueado outra abandonada pelos seus tripulantes (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, cap. 27, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 215-217).

<sup>84</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. I, *History of Gujarat*, Bombay, Government Central Press, 1896, p. 259-264.

<sup>85</sup> As movimentações de *Mir Mahamed e Abdulacan* foram constatadas em Damão em inícios de 1565, tendo a cidade recebido um reforço de soldados de Chaul, Baçaim e Goa. O capitão-mor de Damão, João de Sousa, organizou então um exército de seiscentos espingardeiros e cento e vinte cavaleiros que, atravessando o Damanganga, alcançou o arraial inimigo, no sopé da fortificação de Parnel (Parnera), tendo os capitães mogóis fugido sem darem batalha. Não foi possível asseverar a origem ou contexto da revolta destes dois líderes militares. *Mir Mahamed* pode ter sido Miran Muhammed

### *Relações com Ahmadnagar, 1542-1570*

Após o tratado assinado em 1542 entre o Estado e Ahmadnagar, confirmado por outro instrumento cinco anos mais tarde<sup>86</sup>, as relações entre ambas as potências foram amistosas durante mais de uma década, período de franco desenvolvimento económico para a cidade de Chaul. Esta situação alterou-se, algo subitamente, no ano de 1557 quando Goa estava ameaçada pelas tropas de Bijapur. Em Outubro desse ano, o governador Francisco Barreto decidiu enviar um agente à corte de Ahmadnagar com o duplo objectivo de incitar o sultanato a guerrear o seu fidalgal inimigo do Decão, e de obter autorização para fortificar o Morro de Chaul (Korlai).

Segundo Diogo do Couto, os portugueses visavam com este último projecto melhorar as defesas de Chaul face aos rumores da vinda de uma armada otomana sobre o Índico. A proposta foi mal recebida na corte de Ahmadnagar, tendo o sultão Hussain Nizam Shah I aprisionado o enviado Jorge Correia Dantas e enviado prontamente um exército para o Morro (Korlai), de modo a fortificar o local em antecipação dos desígnios portugueses. O início destas obras, em Março de 1558, levou os portugueses a retaliarem com bombardeamentos navais a partir do rio Kundalika, tendo o governador Francisco Barreto viajado até Chaul à testa de uma armada. As hostilidades cessaram através de um tratado de paz onde ficou assente que o Morro (Korlai) ficaria permanentemente desmilitarizado, tendo as estruturas defensivas em construção sido desmanteladas<sup>87</sup>.

Resolvida esta espinhosa questão, a cidade de Chaul retomou o seu próspero comércio, não se registando mais hostilidades entre o Estado e Ahmadnagar até 1570. Porém, durante essa última década pacífica, a forte ingerência dos portugueses nos assuntos internos de Ahmadnagar provocou algumas conturbações, visto que o Estado procurava apoiar a facção anti-mogol no sultanato, de modo a impedir ou dificultar a expansão do Império sobre o Decão. Para melhor inculcar esta causa junto do sultão Murtaza Nizam Shah (g. 1565-1586), as embarcações portuguesas adoptavam por vezes uma postura mais hostil ao longo da costa de Ahmadnagar<sup>88</sup>. Esta atitude terá predisposto o sultão a participar na liga anti-portuguesa formada após a batalha de Talikota de 1565, atacando

---

Shah, filho do então rei de Khandesh, à altura envolvido nos conflitos intersticiais do sultanato de Gujarat (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. I, *History of Gujarat*, Bombay, Government Central Press, 1896, p. 263; BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, cap. 4, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 39-43; *Diogo de Couto e a Década 8ª da Ásia*, Maria Augusta Lima Cruz (ed.), vol. I, Lisboa, CNCDP / Imprensa Nacional, 1993, pp. 80-85 e 774-75)

<sup>86</sup> BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez...*, tom. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 120-122.

<sup>87</sup> A partir de 15 de Março de 1558, o capitão do sultanato de Ahmadnagar Faret Khan, o *Faratecão* das fontes portuguesas, começou a construção de uma fortificação no Morro de Chaul (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, pt. I, liv. V, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, cap. 4, pp. 369-371, caps 5, 6, pp. 376-391).

<sup>88</sup> GOERTZ, R. O. W., "Attack and Defense Techniques in the Siege of Chaul, 1570-1571", *Sep. do II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 269, 270.

Chaul cinco anos mais tarde, altura em que a sorte dos ricos moradores da cidade portuguesa sofreria um grave revés.

### ***Relações com os feudatários vizinhos***

A co-existência da PN com os dois reinos feudatário vizinhos dos Coles (Jawhar State) e Sarceta (Dharampur State) e ainda com o reino de Vergi (Baghlan) - menos vizinho mas mais poderoso - marcou decididamente a evolução da história diplomático-militar do território. Estes três reinos detinham fortes tradições de autonomia, assentes não apenas na topografia acidentada da região dos Gates Ocidentais mas também nas sempre tensas relações de vizinhança entre os sultanatos de Ahmadnagar e Gujarat. Os reinos feudatários foram assim geralmente sustentados por esta última potência enquanto estados-tampão (*buffer states*) de modo a melhorar a situação defensiva da faixa costeira de Damão e Baçaim, parcelas no extremo sul do sultanato e algo periféricas em relação ao poder central de Gujarat. Em contrapartida por assistirem na defesa desses distritos, tanto o reino de Sarceta como o dos Coles recebiam parte do rendimento das suas produtivas aldeias. A tributação era conhecida normalmente como “*chouto*”, mas também apelidada de “*grão-candi*” em relação ao reino dos Coles, ou de “*grassa*”, em conexão com o de Vergi<sup>89</sup>.

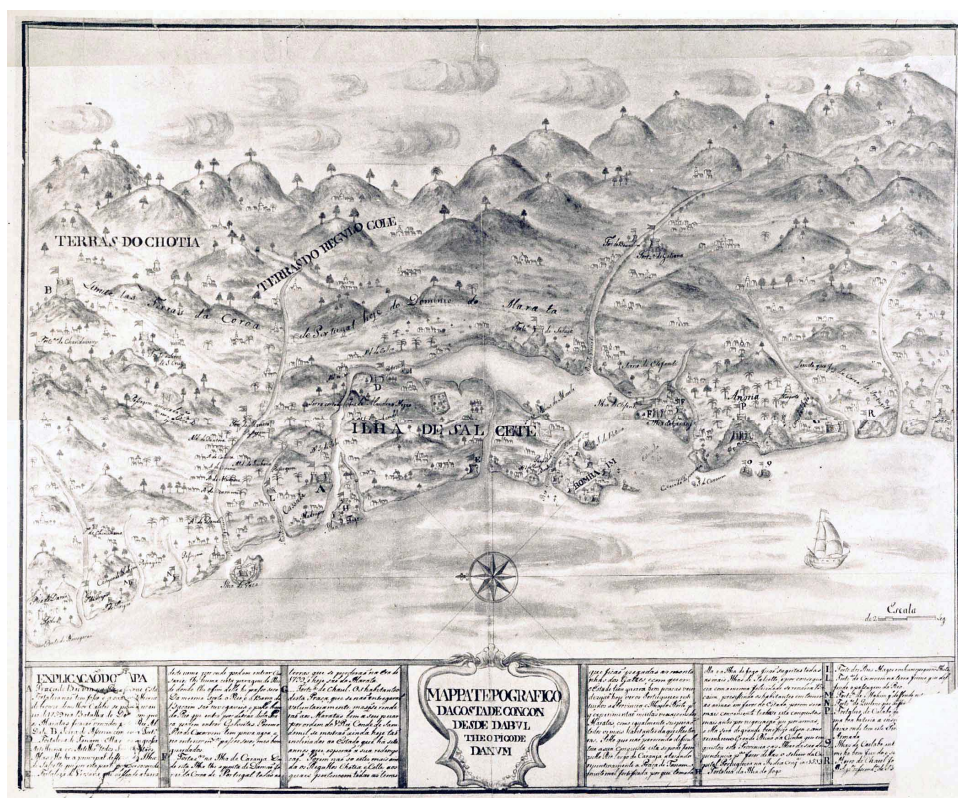


Fig. 3. Região do distrito de Baçaim (*Mapa Topografico...*, ca. 1757, AHU)

<sup>89</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. VI cap. 6, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 40-42.



Aquando do tratado de cedência de Baçaim aos portugueses, não se fez menção explícita destes reinos vizinhos nem das tributações devidas. Existe contudo uma interessante referência a duas fortificações, “*Aceira e Coeja*”, cujas guarnições de “*lascarins*” recebiam anualmente duzentos pardaús pagos das rendas ou aldeias da jurisdição, como já foi mencionado<sup>90</sup>. Esclarecia-se que estas fortificações ficavam entre “*as terras de Baçaim e as dos resbutos*”. Esta cláusula referia-se às estratégicas posições de Asserim (Asherigad) e Coja (Kohoj), sendo que a designação “*resbutos*” aludia à linhagem dos reis de Sarceta ou dos monarcas de Vergi, visto que ambos detinham aquela ascendência. Coloca-se assim a hipótese desta cláusula fazer eco de um acordo entre o sultanato de Gujarate e o reino dos Coles relativamente ao guarnecimento das duas fortificações e segurança das aldeias das suas circunscrições<sup>91</sup>.

Seja como for, terá certamente sido um indício para os portugueses de que as fronteiras do distrito de Baçaim eram inseguras. Efectivamente, bem cedo começaram as incursões dos combativos Coles de Javar (Jawhar)<sup>92</sup>, que insistiam na cobrança directa do grão-candil, tributação *de facto* imposta sobre as aldeias das praganas sertanejas<sup>93</sup>. Esta tributação era cobrada à revelia das autoridades portuguesas durante os períodos de melhor vizinhança e através de raides sobre as aldeias em momentos mais tensos. Inicialmente, os Coles foram favorecidos nestas acções pelo conflito de 1538-1540 com a antiga nobreza indiana de Baçaim e pelo breve conflito com o sultanato de Ahmadnagar no ano seguinte.

No seguimento dessa última peleja, como já foi referido, o governador Estêvão da Gama cedeu as valiosas fortificações de Carnalá (Karnala) e Sanguicá (Sankshi) ao sultanato de Ahmadnagar mediante contrapartidas financeiras mas também com uma importante cláusula sobre a segurança de Baçaim. Obrigava-se o sultanato a impedir as incursões dos Coles ou “*ladrões*” pelas fronteiras leste e nordeste de Baçaim, através da eficaz defesa e policiamento da posição de Manorá (Manor) e das cidades de Galiana (Kalyan) e Biundi (Bhiwandi) e seus *hinterlands*, recentemente subtraídos a Gujarate. No fundo, esperava-se que a incorporação desses territórios e do reino dos Coles no

---

<sup>90</sup> V. *supra*, p. 18.

<sup>91</sup> BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez...*, tom. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 63-65; DALGADO, Sebastião Rodolfo, *Glossário Luso-Asiático*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919, pp. 514-516.

<sup>92</sup> Javar (Jawhar), coordenadas: 19°54'33"N, 73°13'38"E (loc. prov.). Surgem também as grafias Javer e Tavar nos documentos portugueses.

<sup>93</sup> Nas fontes portuguesas coevas, as designações mais comuns para este reino feudatário eram *dos Colles* ou *do Colle*, também se registando amiúde a designação de “*ladrões*”, “*ladrões ratoneiros*”, “*ladrões formigueiros*”, etc., sendo que durante o período britânico, passou a ser apelidado por Jawhar State, por derivação da sua povoação principal, Javar (Jawhar). As referências ao grão-candil são escassas, talvez pelo seu carácter vexatório para o Estado (Carta régia datada de 10 de Março de 1598, *Livro das Monções nº 2*, Ms 2, fl. 406, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. II, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 863, 864; Cópia da representação para ver e saber as noticias das Terras e Fortalezas do Norte..., pub. in MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. II, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, p. 90).

sultanato de Ahmadnagar conduzisse à pacificação daquele hostile vizinho e ao fim das tributações e depredações sobre as aldeias de Baçaim, de modo a poder-se “*livremente arrecadar pera el-Rey noso senhor aquelas rendas suas que lhe pertencerem*”<sup>94</sup>.

Assim, os portugueses não viram vantagens em sustentar um estado-tampão na fronteira entre Baçaim e Ahmadnagar, dadas as relações normalmente pacíficas entre as duas potências. Aos olhos do Estado, a relação dos Coles com a jurisdição de Baçaim era essencialmente hostile e parasitária e portanto uma ameaça a extinguir. A realidade é que o acordo com o sultanato de Ahmadnagar não reduziu a autonomia dos Coles nem estes pararam as suas incursões, instalando-se antes uma guerrilha nas fronteiras do distrito de Baçaim, guerrilha essa que se prolongou, com altos e baixos, durante os dois séculos de existência da PN, condicionando fortemente a sua economia e defesa. No final do período de consolidação agora abordado, os portugueses conduziram uma expedição retaliatória contra os Coles, penetrando cerca de 12 km no seu território e destruindo a povoação de “*Darila*”<sup>95</sup>.

A evolução desfavorável das relações entre o Estado e os Coles de Javar (Jawahar) terá seguramente contribuído para uma atitude diferente face ao reino feudatário de Sarceta, cujos territórios se dispunham a norte e leste da jurisdição de Damão<sup>96</sup>. Estas terras, nas palavras de Diogo do Couto, eram “*montuosas, seccas e escaldadas, de muitos matos de bambuaes asperissimos e da mais e melhor madeira que no mundo ha, que he a teca*”. Apesar de não se conhecer o tratado pelo qual o território de Damão foi cedida ao Estado, documentos posteriores permitem-nos inferir que os portugueses estavam cientes do imposto do chouto sobre grande parte das suas aldeias. Por outro lado, em

---

<sup>94</sup> BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez...*, tom. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1882, pp. 63-65.

<sup>95</sup> A expedição ocorreu em inícios de 1569 e foi comandada pelo capitão de Baçaim, Martim Afonso de Melo. Participaram também o fidalgo Paulo de Lima, Jorge de Moura, e os irmãos “*Pessagis*”, feudatários das praganas de terra firme a leste da ilha de Salcete. Entrando no reino dos Coles perto de Manorá, os atacantes alcançaram a cidade de Darila, provavelmente Deharje (19°46’22”N, 73°3’23”E), que incendiaram após batalha com as tropas inimigas. Segundo Couto, que escrevia em inícios de Seiscentos, esta acção quebrara o ímpeto ofensivo dos Coles (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, cap. 30, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, 258-261; COUTO, Diogo do, *Vida de D. Paulo de Lima...*, Lisboa, Escripitorio, 1903, p. 51-54).

<sup>96</sup> Este reino feudatário era normalmente designado nas fontes portuguesas por “*Sarceta*” ou “*Assarceta*”, de “*Chouteda*” ou ainda de “*Ramanaguer*”. Todos estes nomes se aplicam ao mesmo território, o que se explica do seguinte modo: Sarceta, a designação mais frequente, era o nome da principal fortificação do reino na altura da consolidação da PN, provavelmente perto da actual aldeia de Sakarshet (coordenadas: 20°02’10”N, 73°11’06”E); Chouteda provém de chouto ou chauth, o tradicional imposto cobrado pelo reino sobre as aldeias vizinhas da faixa costeira. Ramanaguer (Ramnagar) era o nome da capital fundada pelo mítico rei Rám Rája algures no século XII ou XIII, cuja localização, de certeza a norte de Damão, ainda não foi estabelecida. Em 1581, os portugueses atacaram essa cidade, sendo provável que a corte se tenha enstão transferido para a fortificação de Sarceta. Finalmente, em 1710, a capital do reino transferiu-se para Nagar ou Fatapor Nagar Aveli (Fatehpur Nagar Haveli) (provavelmente submergida pelo lago Madhuban, coordenadas: 20°12’23”N, 73°06’15”E). E novamente em 1766, para Darampur (Dharampur) (coordenadas: 20°32’23”N, 73°10’44”E), nome que desde então se adoptou para designar o reino e o território. Cf. “*O Choutiá me escreveo [dizendo] que estava senhor de todas as serras tirando a de Sarceta, pedindo-me lhe mande entregar todo o dinheiro do chouto [...]*”, (Carta do vice-rei António Pais de Sande datada de 29 de Julho de 1679, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 2*, Ms. 1250, fls. 51, 51v, HAG; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. VI, *Rewa Kántha, Nárukot, Cambay and Surat States*, Bombay, Government Central Press, 1880, p. 254-257).

relação a Damão, a noção de um estado-tampão era mais interessante aos portugueses, dada a volatilidade do sultanato de Gujarat, numa altura em que também já se entrevia a expansão do Império Mogol sobre o Decão<sup>97</sup>.

Principalmente por estes motivos, as relações entre o Estado e o reino feudatário de Sarceta foram bastante diversas daquelas entabuladas com os Coles<sup>98</sup>. E não surpreende que os portugueses tenham ajudado os primeiros nos seus conflitos com os segundos, acalentando guerrilhas mais produtivas para o Estado do que aquelas movidas contra as aldeias de Damão ou Baçaim. Isto não quer dizer que as relações com Sarceta tenham sido pacíficas. Seriam doravante no mínimo problemáticas com uma mão cheia de guerras e frequentes incursões predatórias, à semelhança daquelas lançadas pelos Coles. Mas estes atritos foram talvez encarados como um mal necessário face à vizinhança muito mais ameaçadora e temida dos mogóis a partir do período histórico seguinte, como se verá. O imposto do chouto tinha assim um enquadramento legal e uma razão de ser e, apesar de numerosas dificuldades e atrasos na sua liquidação, nunca foi cabalmente negado à linhagem dos reis de Sarceta, excepto nos breves períodos em que estes entraram em guerra declarada com o Estado<sup>99</sup>.

Já o terceiro reino feudatário, o de Vergi ou “*dos Bagulos*” (Baghlan), não era normalmente vizinho directo da PN mas o facto de ser um reino mais poderoso levou à sua influência e ingerência sobre os destinos dos reino de Sarceta e dos Coles, surgindo ocasionalmente nas fronteiras de Damão e amiúde envolvido nas relações diplomáticas do Estado<sup>100</sup>.

---

<sup>97</sup> Diogo do Couto, por exemplo, refere que o vice-rei Constantino de Bragança sabia que “*o rey de Sarzeta vivia no Sertão daquellas terras, e que ellas lhe pagavam hum certo foro*” (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. VI cap. 6, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, p. 40).

<sup>98</sup> Pelo menos em teoria, existiam várias vantagens em ter um estado-tampão aliado entre a PN e o Império Mogol. O primeiro tratado conhecido assinado entre o Estado e o reino de Sarceta, datado de 1579, estipulava que as tropas deste reino deviam assistir os portugueses em ocasiões de guerra e não militar nas hostes dos seus inimigos. Capítulos de tratados posteriores obrigavam o rei Sarceta a informar o Estado dos intentos ou movimentações de exércitos terceiros contra a PN, permitindo assim uma melhor preparação das suas defesas (BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez...*, tom. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 61-81)

<sup>99</sup> Em Junho de 1567, o vedor das fortalezas do Norte, Vicente Dias de Villalobos, foi encarregue pelo vice-rei de investigar o imposto “*Choutocare*”, referente à praga de Tarapur, distrito de Damão (Alvará do vice-rei Antão de Noronha datada de 26 de Junho de 1567, *Livro das Monções nº 4*, Ms 6, fl. 132, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. V pt. II, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1865, pp. 641, 642).

<sup>100</sup> Este reino surge designado na documentação portuguesa como “*de Vergi*” ou “*dos Bagulos*” ou ainda “*de Grassiá*”. Enquanto que a primeira designação é uma corrupção de Baharji, o título hereditário dos seus monarcas, a segunda provém de Baghlan, nome da dinastia reinante, A terceira designação relaciona-se com o nome da tributação arrecadada sobre as aldeias. As duas fortificações principais do reino eram as montanhas de Morey (Mulher) (coordenadas: 20°45'05"N, 74°03'46"E), onde normalmente demorava a corte, e Salery (Salher) (coordenadas: 20°43'20"N, 73°56'38"E). Embora prestando vassalagem nominal a Gujarat ou a outra potência no Decão, o reino de Baghlan manteve a sua autonomia intacta até meados do século XVII, cunhando moeda e mantendo um considerável exército. A partir de finais de Quinhentos, entrou em aliança com o Império Mogol (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XVI, *Nasik*, Bombay, Government Central Press, 1883, pp. 399-404; Relação dos Reis Vizinhos datada de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 447-454, HAG, pub. in “*A Índia em 1629*”, *Boletim do Insitituo Vasco da Gama*, nº 7, Bastorá, Tipografia Rangel, 1930, pp. 58-60). O historiador Artur Teodoro de Matos oferece uma identificação alternativa para o reino “*dos Bagulos*” (Cf. *O Tombo de Damão, 1592*, Artur Teodoro de Matos (dir.), Lisboa, Centro de Estudos Damião de Góis / CNCDP, 2001, p. 288, nota 168).

### ***Intervenções no sistema defensivo***

Como seria de esperar neste período inicial de ocupação e consolidação territorial, ocorreram várias iniciativas defensivas, especialmente centradas nas quatro cidades do território. As fortificações em Diu - cuja análise não faz parte do âmbito do presente trabalho -, ocupam claro destaque neste panorama, pois os dois cercos impostos à cidade obrigaram a um investimento de recursos provavelmente superior ao somatório de todas as outras obras defensivas efectuadas na PN, pelo menos até o início da nova cerca abaluartada para a cidade de Baçaim.

A primeira estrutura defensiva edificada pelos portugueses no território da PN foi a fortificação primitiva de Chaul - que alguns autores designam por forte São Dinis e outros por Nossa Senhora do Mar - e uma secção de muralha intercalada por um reduto para defesa da ribeira da cidade<sup>101</sup>. Edificada com materiais extraídos de pedreiras na margem sul do Rio Kundalika, esta fortificação de planta quadrada com torres ou redutos nos vértices foi rapidamente concluída e permaneceu a única estrutura defensiva de materiais perenes na cidade durante a meia centúria seguinte.

Ainda com o forte de Chaul em construção, os portugueses reconheceram o valor estratégico do promontório a sul na margem oposta do Rio Kundalika. Aqui, no topo da elevação do Morro de Chaul (Korlai), colocaram um “*facho*” para aviso de movimentações inimigas na costa e, na ponta norte do promontório, edificaram uma posição com materiais perecíveis e posteriormente consolidada, para defesa da barra do rio. Contudo, infere-se que estas duas estruturas foram posteriormente desmanteladas<sup>102</sup>.

A próxima obra defensiva fundada na PN foi o forte de São Sebastião de Baçaim, em 1536. Esta estrutura de morfologia irregular, possivelmente integrando elementos da fortificação indiana preexistente, foi rapidamente secundada por uma linha de tranqueiras para defesa da povoação que celeremente se desenvolveu em seu redor. Os alinhamentos dessas tranqueiras condicionaram sem dúvida a implantação da nova cerca abaluartada de pedra e cal para a cidade que foi paulatinamente substituindo o perímetro primitivo a partir de 1554. Esta nova obra detinha dimensões consideráveis e demorou largas décadas a ficar concluída, visto que abraçava uma área de aproximadamente dois hectares, vindo a incluir onze baluartes no seu circuito. Volvida uma década

---

<sup>101</sup> MITTERWALLNER, Gritli von, *Chaul: eine unerforschte stadt an der westküste indiens*, Berlin, Walter de Gruyter, 1964 p. 27; TEXEIRA, André, *Fortalezas do Estado Português da Índia*, Lisboa, Tribuna da História, 2008, p. 63.

<sup>102</sup> Nos seus roteiros, João de Castro não menciona esta estruturas, referindo antes a necessidade de fundar uma fortificação no local (CASTRO, Dom João de, *Primeiro Roteiro da Costa da Índia desde Goa até Diu...*, Porto, Typographia Commercial Portuense, 1843, p. 51).

desde o seu início, estavam destacados para Baçaim doze bombardeiros, não se especificando se serviam no forte de São Sebastião ou nos baluartes do novo perímetro defensivo em construção<sup>103</sup>.

Para o restante distrito de Baçaim, apenas existem registos de estruturas defensivas em materiais perenes construídas ou sustentadas pelo Estado para Taná (Thane) e Caranjá (Uran). Enquanto que no primeiro local, as descrições referem uma torre ribeirinha de dimensões modestas, no segundo poderá ter existido na fase final do período agora abordado uma fortificação mais complexa, possivelmente com um perímetro defensivo pontuado por redutos nos seus vértices<sup>104</sup>.

No distrito de Damão, assinalam-se pelo menos cinco fortificações pré-portuguesas, reaproveitadas pelo Estado. Para além da fortificação renomeada de Nossa Senhora da Purificação, em Damão propriamente dito, existia uma considerável estrutura defensiva em Sangens (Sanjan); outra de dimensões mais reduzidas em Danu (Dahanu)<sup>105</sup>; a famigerada posição de montanha em Asserim (Asherigad); e a fortificação de Manorá (Manor)<sup>106</sup>.

A fortificação pré-portuguesa em Damão - de planta rectangular e orientada sensivelmente segundo os eixos cardinais -, teve um impacte decisivo sobre a povoação que se desenvolveu em seu redor, visto que os alinhamentos e dimensões da sua implantação regularam o traçado das ruas e dimensões dos quarteirões. Assim como em Baçaim, os portugueses apressaram-se a encintar esta povoação com uma linha de tranqueiras – “*uns entulhos grossos*”, estacados por “*grossos paos de teca*”, que estavam “*encadeados com hervas leiteiras*”, fazendo “*muito bom tapigo*” -, intercalada por redutos ou baluartes possivelmente já com alguns materiais perenes. O início da edificação de uma cerca abaluartada em pedra e cal para substituir as tranqueiras viria a acontecer em inícios da década de 1570.

A fortificação de Sangens (Sanjan) possuía algumas características comuns à de Damão, sendo que ambas eram essencialmente edificadas com tijolos e defendiam-se com torres cilíndricas nos vértices dos respectivos perímetros. A fortificação de Sangens, contudo, apresentava uma implantação irregular, aproximadamente hexagonal. Descrevendo o território da PN em 1575, o jesuíta Pe.

---

<sup>103</sup> Sobre as estruturas defensivas de Baçaim, V *infra*, 3.1.2. “Baçaim”, pp. 229-264 (PISSURLENCAR, Panduranga, *Regimentos das Fortalezas da Índia*, Bastorá, Tipografia Rangel, 1951, p. 340).

<sup>104</sup> V. *infra*, 3.2.7. “São Miguel de Caranjá (Uran)”, pp. 392-400.

<sup>105</sup> Danu (Dahanu), coordenadas: 19°58'21”N, 72°43'10”E.

<sup>106</sup> Note-se como Asserim (Asherigad) e Manorá (Manor) e suas praganas respectivas faziam originalmente parte da jurisdição de Damão, tendo sido integradas no distrito de Baçaim no tempo do governo do vice-rei Luís de Ataíde (g. 1578-1581) (RODRIGUES, Vítor Gaspar, “A Organização Militar da Província do Norte durante o Séc. XVI e Princípios do Séc. XVII”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, pp. 255, 256).

Monclaro elogiou esta fortificação e as qualidade do respectivo capitão, que havia edificado uma capela dentro do recinto defensivo<sup>107</sup>.

Enquanto que sabemos muito pouco sobre as estruturas pré-existentes em Danu (Dahanu) e Manorá (Manor), no planalto fortificado de Asserim (Asherigad), os portugueses aproveitaram as sólidas posições edificadas nas zonas mais atreitas a escaladas inimigas, sendo que o acesso principal ao topo da montanha era um percurso facilmente defensável por fazer uso de um acesso vertical em túnel e dos precipícios da montanha.

Para além deste panorama que assinala as fortificações em materiais perenes edificadas e guarnecidas pelo Estado, é necessário acrescentar dois grupos de estruturas que começaram desde cedo a pontuar o território da PN: as tranqueiras e as torres ou casas-torre.

O primeiro grupo representava o método mais expediente e económico de fortificação, fazendo uso de madeira e vários outros materiais perecíveis, tendo sido empregue frequentemente em antecipação ou em conjunção com estaleiros de estruturas de materiais perenes, como já foi mencionado. Mas a omnipresente *tranqueira* também se enraizou como fortificação *per se*, renovada anualmente após as monções ou após os incêndios postos por atacantes, fortalecida por entulhamentos e por vezes integrando torres ou baluartes de pedra e cal. As tranqueiras foram extensivamente empregues ao longo da raia da PN e estavam vocacionadas para impedir as incursões dos reinos feudatários vizinhos. Naturalmente que a abundância da madeira de teca no território contribuiu para este tipo de solução defensiva pragmática<sup>108</sup>.

O segundo grupo abarca construções particulares de origem portuguesa para defesa das aldeias ou propriedades dos foreiros do território. A necessidade e disseminação deste tipo de estruturas defensivas pelo território – sendo que por muitas vezes eram também a residência rural dos foreiros, evoluindo para a casa senhorial fortificada – representa um dos aspectos mais interessantes do sistema defensivo da PN<sup>109</sup>.

### ***Administração***

A aplicação de uma administração colonial sobre o território de Baçaim apenas se cristalizou entre 1542 e 1546, como já ficou registado, altura em que se consolidou o domínio efectivo do território. Os dois vectores principais desta política colonial foram a substituição dos senhores feudais indianos

---

<sup>107</sup> Carta do Padre Francisco de Monclaro datada 18 de Outubro de 1575, pub. in *Documenta Indica*, Joseph Wicki (ed), vol. X, Roma, Typis Universitatis Gregoriana, 1968, pp. 5, 6.

<sup>108</sup> V. *infra*, 4. Conclusão”, pp. 608-611.

<sup>109</sup> V. *infra*, 4. “Conclusão”, pp. 599-605.

por proprietários portugueses e a missionação católica. Durante o meio século seguinte, esta estratégia criou uma sociedade e paisagem colonial “indo-portuguesa” nas subdivisões ao longo da costa do território, diversa da realidade nas praganas sertanejas ditas *de terra firme*. Nessas regiões do interior, onde militavam os já referidos capitães feudatários indianos, assistiu-se a uma ingerência do Estado mais tímida. A divisão cristalina do território de Baçaim – e, mais tarde, da PN – em duas esferas distintas de colonização e missionação é um dos aspectos mais interessantes e paradigma da presença portuguesa na região<sup>110</sup>.

Primeiramente ensaiada pelo vice-rei João de Castro, a atribuição de aldeias e rendas a veteranos portugueses mediante contrapartidas de serviço miliciano – fundindo o sistema indiano pré-existente no território com uma tradição de povoamento portuguesa – incidiu inicialmente sobre as aldeias que tinham pertencido a muçulmanos que se haviam revoltado contra a administração durante as incursões dos anos passados ou ainda sobre aldeias e áreas “*desaproveitadas*” ou “*quebradas*”. Cedo constatarem os portugueses que as aldeias das praganas sertanejas ficavam sujeitas a ataques regulares dos reinos vizinhos e que as povoações costeiras eram alvo frequente de raides de corsários ou piratas. Este clima de constante ameaça e guerrilha teve implicações directas no desenvolvimento das casas-torre ou casas senhoriais fortificadas dos foreiros portugueses em praticamente todo o território. Estas ameaças, aliadas ao facto da sua jurisdição ser ainda mais exposta e atreita a invasões, dificultaram a aplicação do mesmo sistema colonial em Damão. De facto, houve relutância dos portugueses em aceitar aldeias em aforamento ou enfiteuse naquela jurisdição, descrentes na sua segurança e rentabilidade, pelo que o Estado optou por aforar algumas aldeias a sidis ou “*abexins*” convertidos ao Cristianismo<sup>111</sup>.

A política de consolidação colonial de João de Castro foi prosseguida pelos seus sucessores, destacando-se as iniciativas dos vice-reis Francisco Coutinho (g. 1561-1564) e Antão de Noronha (g. 1564-1568), no culminar de um período excepcionalmente pacífico tanto para a PN em particular como para o Estado da Índia em geral<sup>112</sup>. Procedeu-se assim à codificação ou legislação do sistema de aforamento ou prazos das aldeias do distrito de Baçaim, o “*Foral das terras e rendas*”, iniciado em 1562 mas ainda em elaboração uma década mais tarde<sup>113</sup>. Antão de Noronha definiu também os regimentos dos capitães e tanadares do distrito de Baçaim, assim como dos seus subalternos, definindo o número das guarnições e o seu soldo. Foi nessa conjuntura que a figura do

---

<sup>110</sup> Sobre esta dicotomia territorial, V. *infra*, 2.2. “Quatro décadas conflituosas, 1570-1615”, pp. 72, 73.

<sup>111</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. VIII, caps. 4, 5, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 195-207.

<sup>112</sup> THOMAZ, Luís Filipe, “A crise de 1565-1575 na história do Estado da Índia”, *Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, CNCDP, Julho de 1995, p. 484.

<sup>113</sup> WICKI, José, “Os Percalços de Baçaim pelo Pe. Francisco Rodrigues”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 76, Bastorá, 1959, pp. 35-75.

capitão-tanadar - até então provavelmente pouco diferenciada da dos capitães feudatários indianos antecessores aos portugueses -, começou a ser moldada segundo as necessidades da nova administração do Estado<sup>114</sup>.

O sistema miliciano cedo começou a dar dores de cabeça aos capitães e governantes, visto que pressupunha uma certa disciplina e zelo por parte dos foreiros, qualidades nem sempre presentes. Consoante o rendimento das cerca de setecentas e cinquenta aldeias, os foreiros respectivos ficavam divididos em três grupos de obrigações milicianas: servir com “*cavalo arábio*”; servir com “*cavalo da terra*”; ou servir com espingarda<sup>115</sup>. Geralmente, ficavam ainda obrigados a viver em Baçaim ou Damão Grande “*com sua mulher, caza e familia como moradores nellas onde serão continos*”<sup>116</sup>. Especialmente para Damão, esta última cláusula, que era indispensável para o povoamento e eficaz defesa da cidade, nem sempre foi cumprida. Meia dúzia de anos após a conquista daquela cidade, o vice-rei Antão de Noronha constatava que “*muitas peçoas das que tem aldeas nas terras*” de Damão viviam “*nas tanadarias e lugares onde tem as ditas aldeas, avendo de viver na dita fortaleza*”. Para tentar solucionar esta questão, o vice-rei legislou que os foreiros poderiam passar no máximo “*hum mez em cada quartel*” do ano nas suas aldeias e propriedades, para “*vizitar e grangear*” e “*pôr em arrecadação*” o seu tributo. Para além deste período, teriam de obter autorização dos capitães de Damão para “*hir as ditas aldeas*”. Contudo, não havia regra sem excepção, e uma das principais características das cartas de aforamento pelo qual se regia o sistema miliciano era a sua diversidade, como claramente se constata pelo *Tombo de Damão* elaborado por Gaspar Pais, por volta de 1592<sup>117</sup>. Nesse documento, registam-se excepções à regra da obrigatoriedade de residência na cidade para certos foreiros, especialmente para aqueles que detinham aldeias de maior rendimento nas duas praganas mais afastadas de Damão: Tarapur e Mahim-quelme<sup>118</sup>. Infere-se que a presença e assistência destes foreiros nessas subdivisões era essencial para defender as suas aldeias da guerrilha ou das pilhagens cometidas pelos reinos feudatários vizinhos. Por outro lado, também se afigura de certo modo natural que os foreiros mais abastados preferissem morar nas suas casas rurais, por vezes herdadas de seus ascendentes, investindo nas suas aldeias e propriedades “*em vidas*”, em vez de

---

<sup>114</sup> Cópia do Regimento para os Tanadares das Terra de Baçaim pelo vice-rei Antão de Noronha, datado de 13 de Março de 1565, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 2*, Ms. 1250, fls. 46, 46v, HAG, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Regimentos das Fortalezas da Índia: estudos e notas*, Bastorá, Tipografia Rangel, 1951.

<sup>115</sup> Os foreiros poderiam também ficar isentos de obrigações milicianas se o rendimento das aldeias ou entidades geotributárias fosse considerado insuficiente.

<sup>116</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, *Regimentos das Fortalezas da Índia: estudos e notas*, Bastorá, Tipografia Rangel, 1951, p. 394.

<sup>117</sup> *O Tombo de Damão, 1592*, Artur Teodoro de Matos (dir.), Lisboa, Centro de Estudos Damião de Góis / CNCDP, 2001.

<sup>118</sup> Aldeia de Mahim-quelme (Kelwamahim), coordenadas: 19°38'33"N, 72°43'16"E.



residirem na exígua cidade de Damão, sujeitos aos constrangimentos da rotina de uma praça de guerra.

Para além do mais, houve certamente alguns foreiros que nem no território da PN residiam, auferindo das rendas das suas aldeias morando na capital do Estado. Provavelmente, esses foreiros transferiam a obrigação miliciana para os seus “*rendeiros*”, figura intermediária encarregue de explorar as aldeias, propriedades e rendas e assegurar a sua produtividade. Décadas mais tarde, essa prática de milícia “*por representação*” foi considerada como um dos principais defeitos de todo o sistema miliciano<sup>119</sup>.

Pessoas como o médico Garcia da Orta, foreiro da aldeia ou ilha de Bombaim em meados do século XVI, certamente terão preferido residir em Goa, relegando a gestão das suas propriedades para os seus *rendeiros*, neste caso, Simão Toscano. Estaria Garcia de Orta isento da obrigação de servir com uma espingarda ou com cavalo na milícia de Baçaim ou terá esta obrigação simplesmente transitado para Toscano ou outro representante do foreiro<sup>120</sup>?

Relativamente ao segundo vector da política de ocupação e consolidação colonial, a propagação do Cristianismo, importa salientar as novas leis pró-Católicas, ou “*Provisoens a favor da Cristandade*”, promulgadas essencialmente entre 1549 e 1557, contribuindo decisivamente para as acções de conversão. Através desta legislação, restringiu-se progressivamente a liberdade de culto das populações hindus e muçulmanas<sup>121</sup>. Apoiados nesta legislação, os missionários franciscanos e jesuítas começaram a expandir a sua esfera de missão para além do campo experimental da ilha de Salcete, penetrando nos cassabés de Baçaim, Agaçaim (Agashi), Caranjá (Uran) e arquipélago de

---

<sup>119</sup> V. *infra*, 4. “Conclusão”, pp. 603, 604.

<sup>120</sup> O capítulo nº 259 do Regimento do vice-rei Antão de Noronha ordenava que as pessoas, a quem fossem aforadas aldeias, rendas ou propriedades nas terras de Baçaim, eram obrigados a viver na cidade com toda a família e a defenderem quando tal fosse necessário, prevenindo sanções sobre aqueles que não cumprissem esta ordem (Treslado do Capítulo 256 do Regimento do vice-rei Antão de Noronha sobre as aldeias de Baçaim e seus aforamentos, datado de 16 de Setembro de 1657, *Livro das Monções nº 26-B*, Ms. 36, fl. 319, HAG). Na mesma direcção, regista-se o alvará do vice-rei Constantino de Bragança de 30 de Agosto e 1559 ordenando aos foreiros de Baçaim que fossem viver na cidade *conforme a mercê que lhe he feita* (Alvará do vice-rei Constantino de Bragança datado de 30 de Agosto de 1559, *Livro das Monções nº 3*, Ms. 5, fl. 95v, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. V pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1865, pp. 413, 414). Segundo Júlio Gonçalves, Garcia da Orta terá vivido em Bombaim após 1549 (GONÇALVES, Júlio, *Garcia de Orta e a sua ilha de Bombaim*, sep. do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, Julho-Dezembro de 1963, pp. 207, 208).

<sup>121</sup> Em 1549, o governador Jorge Cabral promulgou uma lei mandando *que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja torne a edificar pagode ou mesquita* e *que nenhuma pessoa seja ousado a impedir a outra pessoa que não seja Cristão*. No ano seguinte, os missionários jesuítas e franciscanos em Baçaim eram incitados a destruir os templos hindus na zona do cassabé de Baçaim pelo Bispo de Goa (*Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. V, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1865, pp. 217-218, 224) Provisões ainda mais rigorosas foram passadas em Março de 1555, quando o vice-rei Pedro de Mascarenhas mandou aplicar várias leis contra os *gentios* em terras de Baçaim (Provisão do vice-rei Pedro Mascarenhas datada de 14 de Novembro de 1555, *Livro das Monções nº 3*, Ms 5, fl. 397, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. V, pt. III, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1866, pp. 1569, 1570). As Provisões a favor da Cristandade previam ainda a conversão forçada de órfãos menores. Contudo, esta última lei parece ter sido apenas aplicadas nos principais núcleos populacionais portugueses e áreas contíguas. Sobre as disposições destas leis, V. *Livro das Provisões a Favor da Cristandade*, fls. 18, 39, 61, 64, 68, 72-74, 79, 80, HAG.

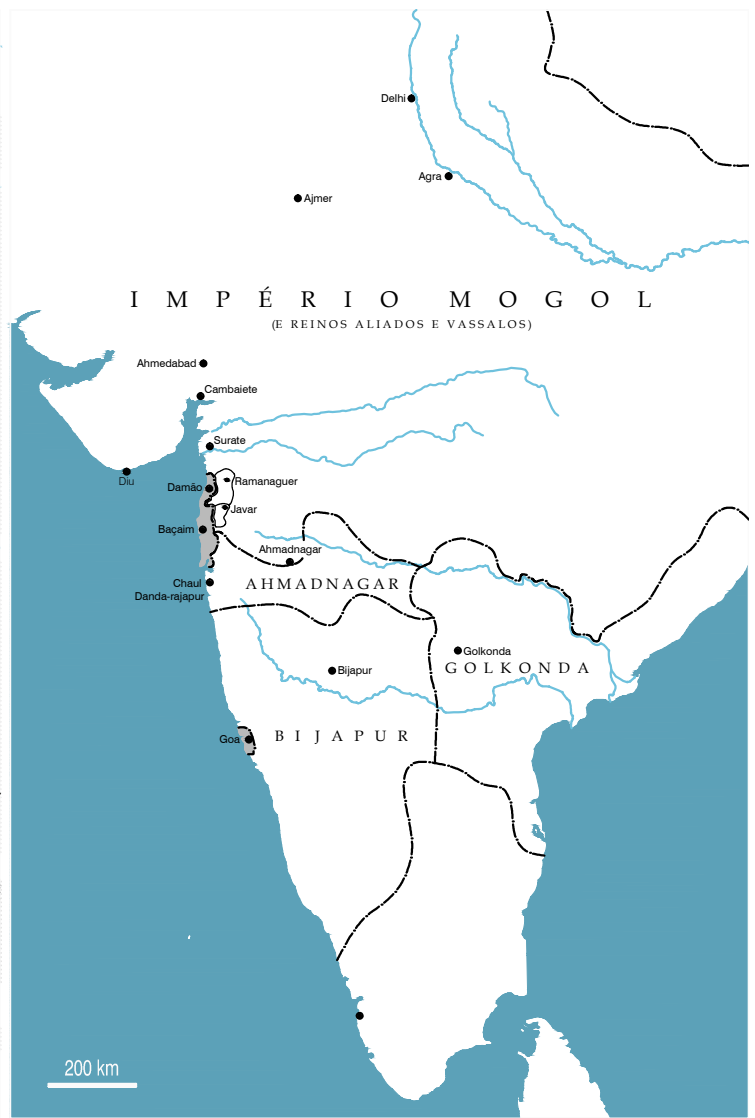
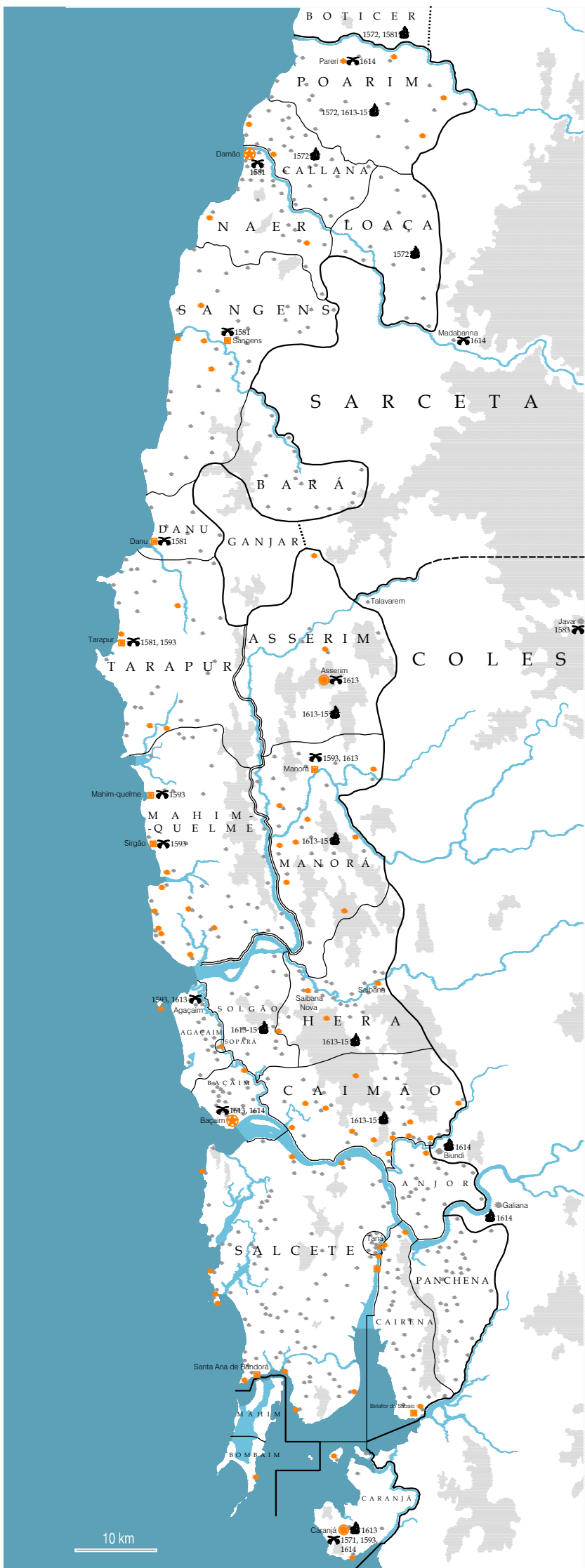
Bombaim<sup>122</sup>. Novamente, e tanto quanto sabemos, as leis “*a favor da Cristandade*” foram apenas aplicadas na faixa costeira do território. De facto, nas praganas de terra firme, excluindo uma ou duas estruturas religiosas de apoio às guarnições das fortificações, praticamente não houve presença da Igreja Católica. Se para o território de Baçaim, esta delimitação poderá ter tido origem no facto de a maior parte das praganas da zona de terra firme – Belafior (Belapur), Panchena, Cairena e Anzor – terem ficado sob a protecção de capitães feudatários hindus como o clá Patkar, o mesmo não se pode dizer do distrito de Damão<sup>123</sup>. Apesar de não penetrarem em terra firme, os missionários viriam a ter um papel absolutamente crucial nas subdivisões costeiras. Já no derradeiro ano do período histórico aqui abordado, os jesuítas obtinham a posse da aldeia de Banderá (Bandra) na ilha de Salcete, futura sede de um notável empório económico desenvolvido no período seguinte, quando a actividade missionária na PN das ordens religiosas em geral e da congregação jesuíta em particular atingiria o seu zénite<sup>124</sup>.

---

<sup>122</sup> O labor da missionação começou com o religioso fr. António do Porto, figura pioneira e algo ignorada pela historiografia, pertencente aos franciscanos da Estrita Observância. O missionário fez da ilha de Salcete a sua base principal de actividade a partir de 1546, sendo que a reconvertida gruta de Manapacer (Mandapeshwar) foi provavelmente a primeira estrutura religiosa a ser fundada na PN exterior aos casarios portugueses de Chaul ou Baçaim (GOMES, Paulo Varela “‘There is no spot in the world where the Catholic and Heathen imagery come so closely in contact as here.’ Franciscan architecture in Mandapeshwar / Mount Painsur, Bombay, India”, *The Arts & the Portuguese Colonial Experience Symposium*, Institute of Fine Arts, New York University, 24 e 25 de Março, 2006 (no prelo)).

<sup>123</sup> V. *infra*, 2.2. “Quatro décadas conflituosas, 1570-1615”, pp. 72, 73.

<sup>124</sup> V. *infra*, 3.3.19. “Residência fortificada de Santa Ana de Banderá (Bandra)”, pp. 498-501.



Mapa do Decão, 1605

- Cidade
- Território da Província do Norte
- Limites das potências principais

Figura 4.

Mapa da Província do Norte, 1570-1615

- Cidade com cerca abaluartada
- Fortificação principal
- Fortificação secundária
- Tranqueira, torre ou casa-torre
- Entidade geo-tributária
- Batalha
- Revolta ou raide
- Limite da Província do Norte
- Limite de pragana ou cassabé

## 2.2. Quatro décadas conflituosas, 1570-1615

*“Durou a bateria das casas de dom Nuno Alvarez [em Chaul, 1571] quarenta e dous dias continuos, cō quatro peças das mayores e mais furiosas, que as arrazaram, até fazerem dellas hua salada de materias, em que se viam esmigalhadas juntamente, as paredes, forros e madeiramentos, e os telhados, e as escadas, e grades de ferro mesturadas cō as obras baxas, vigas e tijolos, tudo esmiuçado de modo que não ficava que ver ali cousa inteira ou partada, senão hua confusam e mistura nunca vista...”*

Diogo do Couto, ca. 1610<sup>125</sup>

### **Introdução**

O terceiro período histórico da PN inicia-se com os reflexos da crise de 1565-1575 do Estado da Índia no território, ou seja, com o começo do cerco do sultanato de Ahmadnagar a Chaul em finais de 1570. Seguiram-se quatro décadas particularmente intensas do ponto de vista militar que incluíram: o assédio mogol a Damão de 1581; a guerra pelo Morro de Chaul (Korlai) em 1594; e ainda o conflito que opôs Ahmadnagar e mogóis à PN em várias acções distintas entre 1612 e 1615. No final deste último conflito, firmou-se um acordo de paz com o vizinho Império Mogol que viria a traduzir-se numa maior estabilidade para a PN. De permeio, poderíamos citar várias outras acções, como as incursões nos reinos vizinhos de Sarceta e do Coles e as batalhas navais com os ingleses e holandeses nos mares ao longo da costa da PN. Com a excepção da ilha de Salcete e do arquipélago de Bombaim, todas as diferentes partes do território da PN sofreram o peso de invasões inimigas durante o período agora abordado.

Este período marca também o início das relações oficiais luso-mogóis, cujo primeiro tratado foi assinado em 1573, no seguimento da anexação do sultanato de Gujarate pelo Império. Foi esta anexação um dos passos essenciais para a expansão mogol sobre o Decão, tendência geopolítica que se prolongaria durante mais de um século, condicionando fortemente a política do Estado. Este assumiu uma posição relativamente subserviente, alternando as ajudas veladas àqueles que resistiam ou lutavam contra o Império no Decão com o apoio oficial às mesmas campanhas dos exércitos mogóis. A este perigoso jogo duplo, contrapunham os mogóis com incursões ocasionais nos territórios portugueses, ostensivamente à revelia da autoridade central do imperador.

---

<sup>125</sup> PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorey Dom Luis de Ataíde*, Coimbra, Na Impressam de Nicolao Carvalho, 1617, p. 114v.

As relações com o sultanato de Ahmadnagar, após o referido cerco a Chaul de 1570-1571, mantiveram-se relativamente estáveis durante duas décadas, tendo os portugueses beneficiado com as várias guerras entre o sultanato e os seus vizinhos, pressentindo-se já o desígnio mogol sobre o seu território. Apesar da guerra pelo Morro de Chaul (Korlai) ter constituído uma vitória significativa para os portugueses, com o alvorecer de Seiscentos materializou-se a anexação/conquista do sultanato pelo Império Mogol, cenário que os portugueses tinham tentado evitar. Ainda assim, a anexação apenas viria a ser definitiva após três décadas de resistência por parte de Malik Ambar, regente sidi assistido veladamente pelos portugueses – situação que não evitou a guerra de 1612-1615, última entre os portugueses e o sultanato.

Durante este último conflito com Ahmadnagar, o Estado teve de enfrentar simultaneamente o Império Mogol e também a *East India Company*, cujas embarcações começavam a comerciar em Surate (Surat). Contudo, estas três potências não estavam coligadas ou coordenadas, factor que facilitou aos portugueses derrotar os inimigos indianos - mas não o inimigo europeu. De facto, as vitórias dos ingleses nas batalhas do Poço de Surate (Suvali), em 1612 e 1614, significaram o fim da superioridade naval e militar do Estado no Mar da Arábia. Começou assim o longo processo de declínio económico das cidades da PN, não obstante as quatro décadas abordadas no subcapítulo seguinte serem essencialmente pacíficas no que toca ao seu território.

Face ao clima bélico e às múltiplas ameaças durante estas quatro décadas conflituosas, iniciaram-se neste período algumas das principais obras defensivas da PN, tais como: a cerca abaluartada de Chaul; a de Damão; a reconstrução e ampliação do Morro de Chaul; a fortificação de Tarapur; e ainda intervenções ou reformas em vários outros locais. Foi também neste período que os arquitectos Baptista Cairatti e Júlio Simão operaram na PN, deixando a sua marca nas praças do território. Em suma, este é um dos períodos mais importantes para o presente trabalho, dada a extensão das iniciativas de fortificação e seu impacte na rede defensiva da PN.

### ***Relações com Ahmadnagar e cerco de Chaul, 1570-1571***

Como foi exposto por Luís Filipe Thomaz, a crise de 1565-1575, para além de perigar simultaneamente várias posições vitais do Estado, teve um impacte profundo na sua administração e sociedade. A crise teve origem na aliança temporária entre os principais sultanatos do Decão para derrotar o Império de Vijayanagar, conduzindo à retumbante vitória de Talikota (1565).

Seguidamente, os sultanatos de Ahmadnagar e Bijapur acometeram Chaul e Goa em ataques coordenados, aliados ainda ao poderio naval do samorim de Calecute (Khodizkoze)<sup>126</sup>.

As notícias portuguesas do cerco imposto a Chaul entre Novembro de 1570 e Setembro de 1571 são de tal modo pormenorizadas e dramáticas que se torna difícil contrapor uma perspectiva do campo oposto. A crer nos autores portugueses, Chaul sofreu um assédio duríssimo, tendo grande parte da cidade sido destruída e ocupada pelas forças de Ahmadnagar, obrigando os portugueses a recolherem-se numa exígua área em redor da fortificação manuelina e ribeira contígua. Ainda a fazer jus na versão portuguesa dos acontecimentos, a vitória foi “*milagrosa*”, dada a desproporção das forças e dos meios disponíveis a ambos os beligerantes<sup>127</sup>.

Através de mercadores portugueses residentes em Ahmadnagar, o capitão-mor de Chaul Luís Freire de Andrade cedo teve notícia das intenções inimigas<sup>128</sup>. Consequentemente, o vice-rei Luís de Ataíde ordenou um primeiro reforço para a cidade em Outubro de 1570, liderado por Francisco de Mascarenhas, designado como capitão-geral do Norte, levando “*amplissimos poderes sobre las tierras y fortalezas del Norte, para mandar en ellas y disponer en orden à sua defensa*”<sup>129</sup>.

Os soldados afectos a Mascarenhas ajudaram os moradores da cidade nas obras de defesa iniciadas pelo capitão de Chaul. Tratava-se de improvisar uma linha de defesa “*muito para dentro da povoação*” aproveitando os muros de casas ou propriedades e também os materiais construtivos – “*taboado, pedras e mais cousas*” – das casas imediatamente exteriores ao mesmo perímetro, que foram para este fim sistematicamente desmanteladas. Os pontos nevrálgicos deste perímetro eram as “*bocas das ruas que sahiam para o campo*”, onde foram edificadas “*tranqueiras*”. Decidiu-se também

---

<sup>126</sup> THOMAZ, Luís Filipe, “A crise de 1565-1575 na história do Estado”, *Mare Liberum*, nº 9, CNCDP, Lisboa, Julho de 1995, pp. 481-520; GOERTZ, R. O. W., *Attack and Defense Techniques in the Siege of Chaul, 1570-1571*, Sep. do II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, p. 269-271.

<sup>127</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, caps. 33, 34, 36 e 38, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 283-455; PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorey Dom Luis de Ataíde*, Coimbra, Na Impressam de Nicolao Carvalho, 1617.

<sup>128</sup> Segundo uma missiva do próprio capitão da cidade, os mercadores ou agentes portugueses em Ahmadnagar eram “*Janalvarez de Magalhães*” e “*Lopo Suárez*”. Este último tinha sido enviado pelo próprio capitão como espião (Carta de Luís Freire de Andrade datada de 30 de Novembro de 1571, Corpo Cronológico 1-109-75, IAN-TT, pub. in GOERTZ, R. O. W., *Attack and Defense Techniques in the Siege of Chaul, 1570-1571*, Sep. do II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 286, 287).

<sup>129</sup> Francisco de Mascarenhas chegou a Chaul em Outubro de 1570, com treze navios principais e cerca de seiscentos soldados. Segundo André Teixeira, este foi o primeiro “*Capitão-geral das Terras do Norte*” nomeado pelo Estado, embora Couto o designe por capitão-geral “*daquella guerra*” (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, cap. 33, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, p. 289; TEIXEIRA, André Dias, *Baçaim e o seu território: política e economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Janeiro de 2010, p. 103; MACEDO, José Pereira de, *Vida del Grande D. Luis de Atayde, tercer Conde de Atogüia y Virrey de la Índia dos vezes*, Madrid, En la Imprensa del Reino, 1633, p. 76).

defender certas posições estratégicas exteriores a este perímetro, sendo a principal o convento franciscano de Santa Bárbara, que viria a ser fortemente fortificado no decorrer do conflito<sup>130</sup>.

O cerco propriamente dito começou em finais de Novembro, com sortidas e escaramuças para controlo do campo e casario em redor da capela de São Sebastião. Esta zona foi ganha pelas forças de Ahmadnagar em meados de Dezembro, altura em que estabeleceram o seu quartel nas “*casas da Madre de Deus*” e implantaram artilharia em vários locais estratégicos. Em Janeiro de 1571 chegava o próprio sultão, existindo também já nessa altura artilharia indiana assestada na barra do Morro de Chaul (Korlai)<sup>131</sup>.

A vinda de reforços de Baçaim em inícios de 1571 não chegou para equilibrar a proporção numérica entre sitiantes e sitiados que, segundo as contas talvez algo exageradas de Diogo do Couto, era nesta altura de cem para um<sup>132</sup>. Assim, os portugueses não conseguiram evitar o aniquilamento do convento de Santa Bárbara, evacuado após uma barragem de fogo da artilharia do sultanato. Com a queda do convento franciscano, aproximaram-se as forças indianas do de São Domingos. Este foi igualmente fortificado e alvo de repetidos bombardeamentos pelo fogo inimigo. A sua capela-mor foi inclusivamente transformada num baluarte, tendo a abóbada de pedraria sido desmantelada pelo mesmo mestre-de-obras que a havia edificado<sup>133</sup>.

Após meses de baterias e ataques localizados, e com os portugueses apinhados em redor da fortaleza manuelina e na ribeira de Chaul, as forças do sultão estavam agora aptas a lançar um ataque geral. Este último assalto teve lugar em inícios de Julho de 1571, tendo sido decisivamente rechaçado, pelo que se começaram a negociar tréguas no final desse mês<sup>134</sup>. Com as chuvas da monção, levantou-se o cerco de Chaul e concluiu-se a batalha que destruiu a maior parte da cidade.

De realçar que enquanto decorriam as operações em Chaul, a cavalaria de Ahmadnagar fez várias incursões ao longo das áreas sertanejas da jurisdição de Baçaim, aonde não houve aparentemente qualquer resistência à sua passagem. Não lograram, contudo, atravessar os passos fluviais e entrar na ilha de Salcete ou no cassabé de Baçaim. A pequena fortificação de Caranjá (Uran), por exemplo, foi assediada em Fevereiro de 1571, tendo resistido sob o seu capitão Estêvão Perestrelo. A estas

---

<sup>130</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, cap. 33, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 288-290.

<sup>131</sup> COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, cap. 33, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, p. 290-296.

<sup>132</sup> Segundo Couto, soldadesca e fidalguia em Chaul era estimada em mil e duzentos homens e as forças de Ahmadnagar ultrapassavam o número de cento e vinte mil (COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, cap. 36, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, p. 345).

<sup>133</sup> COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, cap. 38, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, p. 421.

<sup>134</sup> As negociações começaram a 24 de Julho de 1571 (COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, cap. 38, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, p. 445).

incursões, ripostaram os portugueses com um ataque anfíbio nos arrabaldes da fortificação de Galiana (Kalyan)<sup>135</sup>.

Levantado o cerco a Chaul, as relações com Ahmadnagar mantiveram-se relativamente calmas durante duas décadas, período de instabilidade interna para o sultanato. Nessa altura já se desenhava a expansão mogol sobre os sultanatos do Decão, situação que era considerada desvantajosa para os interesses do Estado<sup>136</sup>. Saliente-se também a influência de alguns portugueses estabelecidos na corte de Ahmadnagar – nem todos afectos à causa do Estado –, especialmente durante este último quartel de Quinhentos<sup>137</sup>.

### ***Relações com os mogóis e cerco a Damão em 1581-1582***

Volvido um ano após o levantamento do cerco de Chaul, a anexação do sultanato de Gujarat pelo Império Mogol inaugurava as relações de vizinhança luso-mogóis. Os portugueses começaram por tentar impedir o abastecimento do exército de Akbar tanto em Cambaia (Khambhat) como em Surate (Surat) através do clássico bloqueio naval dos seus portos. Para esse efeito, e também para reunir informação sobre as movimentações mogóis, o vice-rei expediou duas esquadras para o Norte, em Agosto e Outubro de 1572<sup>138</sup>. Provavelmente, a segunda destas esquadras surgiu em Surate (Surat) no momento em que Akbar cercava a cidade, em Janeiro de 1573. Segundo os cronistas indianos, esta força tencionava ajudar os sitiados mas quando se apercebeu da dimensão das forças mogóis, os portugueses apresentaram-se como enviados amigáveis do Estado, saudando o imperador<sup>139</sup>. A proximidade dos exércitos mogóis causou naturalmente grande alarme em Damão, especialmente porque a cedência da jurisdição aos portugueses tinha sido efectuada num contexto de desordem interna do reino Gujarat, o que poderia levantar dúvidas acerca da sua

---

<sup>135</sup> O capitão Estêvão Perestrelo foi assistido neste cerco por Manuel de Melo Pereira, que comandava uma pequena frota para defesas das orlas de Salcete e baía de Bombaim (COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, cap. 36, pp. 362-364, cap. 38, p. 427).

<sup>136</sup> Cf. FLORES, Jorge da Silva, *Firangistan e hindustan: o Estado e os Confins Meridionais do Império Mogol (1572-1636)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004, pp. 140-147, 148-154; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XVII, *Ahmadnagar*, Bombay, Government Central Press, 1884, pp. 373-378.

<sup>137</sup> COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década X, liv. 3, cap. 11, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, p. 346; FLORES, Jorge da Silva, *Firangistan e hindustan: o Estado e os Confins Meridionais do Império Mogol (1572-1636)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004, p. 160.

<sup>138</sup> A conquista definitiva de Surate (Surat), após cerco posto pelo imperador Akbar, apenas ocorreu em Março de 1573 (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. II, *Gujarat: Surat and Broach*, Government Central Press, Bombay, 1877, pp. 73; COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década IX, cap. 13, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 67, 68).

<sup>139</sup> Diogo de Couto não menciona este episódio de Surate (Surat) nas suas *Décadas*, apesar de afirmar ter estado em Baroque (Baruch) nesse mesmo ano. A conquista de Surate (Surat), após o cerco de Akbar, apenas ocorreu em Março de 1573 (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década V, liv. I, cap. 11, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, p. 115; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, *History of Gujarat*, Government Central Press, Bombay, 1896, pp. 265-266).



legitimidade<sup>140</sup>. Podemos supor que desde as primeiras notícias da entrada dos exército imperiais em Gujarate, os moradores da cidade viessem reconstruindo ou fortalecendo o primitivo perímetro defensivo da povoação, “*umas tranqueiras de paus metidos em uns vallos de hervas leiteiras*”<sup>141</sup>. A ameaça cristalizou-se ao mesmo tempo que o mogóis iniciavam o cerco de Surate (Surat), enviando Akbar um destacamento do seu exército sob o comando de Kutbud-din-Khan para se apropriar das terras de Damão, em Dezembro de 1572.

Em vez de cercar a cidade, o capitão mogol ocupou as praganas a norte do rio Damanganga e entabulou negociações com o capitão português tendo em vista a sua rendição. Este compasso permitiu ao vice-rei reunir e embarcar numa poderosa armada de socorro em Goa que arribou a Damão em meados de Janeiro de 1573<sup>142</sup>. Depois de prover nas questões da defesa da cidade<sup>143</sup>, o vice-rei recebeu um enviado mogol na sua embarcação ancorada na barra da cidade. Na audiência, determinou-se enviar um embaixador português a Gujarate para concluir um acordo junto de Akbar. Foi assim concedido em Baroche (Baruch) o firmân de Março de 1573<sup>144</sup>, fundando as bases de um relacionamento amistoso entre as duas potências e reconhecendo a apropriação portuguesa da jurisdição de Damão. Por seu turno, o Estado cedeu ao Império Mogol uma viagem anual ao Mar Vermelho isenta de direitos.<sup>145</sup>

Esta cedência relacionava-se também com a intenção de várias mulheres da família imperial de efectuarem o *Hajj* ou peregrinação a Meca, viagem que ocorreu em 1576. No contexto dessa viagem e talvez em contrapartida de um salvo-conduto ou protecção especiais, foi também reconhecida a soberania portuguesa sobre a praga de Boticer e a cidade de Bulsar (Valsad), no extremo meridional do distrito de Damão, circunscrição já *de facto* pertencente à PN embora com limitada soberania portuguesa<sup>146</sup>. Foi nessa conjuntura que a PN atingiu a sua máxima extensão territorial,

---

<sup>140</sup> V. *supra*, 2.1. “Génese, ocupação e consolidação, 1521-1570”, pp. 23-26.

<sup>141</sup> COUTO, Diogo do, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, Lisboa, Escritorio, 1903, pp. 59, 60.

<sup>142</sup> Quando chegou a Damão, a armada do vice-rei Luís de Ataíde incluía no total cerca de duzentos capitães distribuídos por muitas embarcações (COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década IX, cap. 13, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, p. 69-71; COUTO, Diogo do, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, Lisboa, Escritorio, 1903, pp. 62, 63).

<sup>143</sup> V. *infra*, pp. 67, 68.

<sup>144</sup> Baroche (Baruch), coordenadas: 21°42'N, 72°79'E.

<sup>145</sup> A embaixada portuguesa coube a António Cabral, acompanhando-o Cristóvão do Couto, intérprete do Estado, e ainda oito ou dez cavaleiros e respectiva criadagem (COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década IX, cap. 13, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, p. 75-85; COUTO, Diogo do, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, Escritorio, Lisboa, 1903, pp. 64, 65).

<sup>146</sup> A cedência resultou de negociações com uma tia de Akbar, Gulbadan Begum, que partiu para Meca em Outubro de 1576. Acerca deste episódio, V. SUBRAHMANYAM, Sanjay, “A matter of alignment: Mogol Gujarate and the Iberian world in the transition of 1580-81”, *Actas do VII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, Mare Liberum*, Lisboa, Julho de 1995, nº 9, pp. 461-479; BANERJEE, S. N., HOYLAND, John S., *The Commentary of Father Monserrate S.J. on his journey to the court of Akbar*, London, 1922, pp. 166-170; SMITH, Vicent Arthur, *Akbar, the Great Mogul, 1542-1605*, Oxford, Clarendon Press, 1917, pp. 203, 204).

embora por um breve período, visto que a imposição do sistema de cartazes para as viagens a Meca afectava o empório de Surate (Surat) e afrontava o Império que - concluído o *Hajj* da família imperial - não tardou a reagir. Assim, o capitão de Baroque (Baruch) Qutb al-Din Muhammad Khan invadiu o distrito de Damão em Março de 1581, seguindo as directivas do governador mogol de Surate (Surat)<sup>147</sup>.

Antes que o território a norte do Rio Damanganga fosse novamente ocupado, os portugueses tiveram tempo de recolher à cidade, tendo as mulheres e o gado dos curumbins encontrado refúgio no reino de Sarceta, estando o feudatário “concertado” para tal efeito com o capitão de Damão<sup>148</sup>. Como o arraial mogol ficou implantado alguns quilómetros a norte da cidade, os portugueses também tiveram tempo para receber reforços de Goa e outros locais, tendo-se entrincheirado na cidade, mediante uma série de obras defensivas improvisadas, um pouco à semelhança do que havia acontecido uma década antes. De novo se reedificaram e guarneceram as tranqueiras e bastiões que formavam o perímetro defensivo da povoação, havendo particular cuidado em reedificar e artilhar o proto-baluarte de São Sebastião, sobre a porta do Campo. Enquanto que deste modo se fortificava Damão, um destacamento do exército mogol atravessou o Rio Damanganga, saqueando as povoações de Sangens (Sanjan) e Tarapur e atacando também Danu (Dahanu), onde o foreiro e capitão da aldeia estava “muito fortificado em huma torre”, e Mahim-quelme (Kelwamahim), onde o capitão respectivo se tinha refugiado com os moradores na igreja “de São Domingos”. Após algumas escaramuças no Campo de Damão, em Abril do mesmo ano de 1581, o exército mogol recolheu ao arraial, deixando os numerosos soldados portugueses algo ociosos<sup>149</sup>.

Com a monção desse ano, levantaram os mogóis o seu acampamento e regressaram para Surate (Surat) e Baroque (Baruch), tendo contudo permanecido ocupada pelo Império a praga de Boticer, território que o Estado nunca conseguiu reaver<sup>150</sup>. Como medida retaliatória, os portugueses procuraram aprisionar as naus de Meca que nos últimos meses de 1581 regressavam ao Golfo de Cambaia. Efectivamente, em Setembro foram aprisionadas duas naus, uma no porto de Goga (Ghogha) e outra em Surate (Surat). Contudo, apenas esta última foi confiscada, tendo a primeira sido liberta, mediante uma célere acção diplomática junto do vice-rei em Goa. Nessa

---

<sup>147</sup> SOUSA, Alfredo Botelho de, *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia*, vol. I, Lisboa, Imprensa da Armada, 1930, pp. 118-120; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. II, *Gujarate: Surat and Broach*, Government Central Press, Bombay, 1877, p. 73; SUBRAHMANYAM, Sanjay, “A matter of alignment: Mogol Gujarat and the Iberian world in the transition of 1580-81”, *Actas do VII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, Mare Liberum*, Lisboa, Julho de 1995, nº 9, pp. 461-479).

<sup>148</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década X, pt. I, caps. 4 e 5, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, p. 184.

<sup>149</sup> V. *infra*, p. 71 (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década X, pt. I, liv. III, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, cap. 7, pp. 194, 195, cap. 8, pp. 201-204.

<sup>150</sup> *O Tombo de Damão, 1592*, Artur Teodoro de Matos (dir.), Lisboa, CNCDP / Centro de Estudos Damião de Góis, 2001, p. 287.

mesma embaixada, enviada pelo governador ou vice-rei mogol de Gujarate, representou-se ao Estado que o imperador não tinha ordenado ou sancionado o ataque sobre Damão, versão aparentemente aceite em Goa, pelo que se regressou ao *statu-quo* pré-bélico sem se celebrar qualquer tratado de pazes<sup>151</sup>.

A fronteira ente a PN e o Império Mogol manteve-se relativamente pacífica durante as três décadas seguintes, embora o sistema de cartazes permanecesse um espinho no relacionamento entre ambas as potências. Foi este o período das primeiras embaixadas portuguesas à corte Mogol, geralmente lideradas por missionários jesuítas, e das trocas de faustosos saguates entre monarcas. Simultaneamente, os portugueses não deixaram de estar atentos às convulsões que ocorreram em Gujarate durante a década de 1580, imiscuindo-se nas operações do pretendente Muzaffar Sháh e equacionando, nessa conjuntura, ocupar o porto de Surate (Surat). Aliás, a revolta de Muzaffar havia sido motivo suficiente para o vice-rei Francisco de Mascarenhas embarcar para a PN em Dezembro de 1584<sup>152</sup>.

À medida que cresciam os desígnios imperiais sobre os sultanatos do Decão, os portugueses aumentavam a ajuda secreta a todo aqueles que resistiam aos exércitos mogóis na vizinhança da PN e de Goa. Tornava-se uma prioridade estratégica para o Estado incitar os sultanatos do Decão a formarem uma aliança contra a expansão imperial, conforme se pode ler na correspondência com a metrópole<sup>153</sup>. Quando o próprio imperador desceu em força e cercou a capital Ahmadnagar, em 1600, os portugueses prestaram assistência militar velada ao sultanato, para além de reforçarem a guarnição de Damão<sup>154</sup>. Nessa ocasião, dada a idade avançada de Akbar, antevia-se já a crise

---

<sup>151</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década X, liv. III, caps. 4 e 5, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 287-305.

<sup>152</sup> Uma armada portuguesa assistiu ao cerco da cidade de Baroche (Baruch) imposto por Muzaffar Sháh ou “*Modafá*”, em Novembro de 1583. Em 1589, o rei aconselhava o vice-rei a tomar Surate (Surat), logo que houvesse boa ocasião para tal, aproveitando-se das “*mudanças em Cambaia por parte del Rei Modafar e seus aliados*” e ainda das guerras entre os mogóis e os povos da zona do Afeganistão (Carta régia datada de 6 de Fevereiro de 1589, *Livro das Monções nº 3*, Ms 5, fl. 334 e segs., HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 192-204; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, *History of Gujarate*, Bombay, Government Central Press, 1896, pp. 269-272; COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década X, liv. IV, cap. 6, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 428-452).

<sup>153</sup> No sentido de se promover a aliança dos sultanatos, havia o Estado enviado uma embaixada à corte de Bijapur (Carta régia datada de 28 de Janeiro de 1596, *Livro das Monções nº 4*, Ms 6, fl. 697, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. II, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, p. 595; FLORES, Jorge da Silva, *Firangistan e hindustan: o Estado e os Confins Meridionais do Império Mogol (1572-1636)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004, p. 153). Segundo Sanjay Subrahmanyam, face à gravidade da ameaça mogol, o vice-rei Francisco da Gama teria agenciado o assassinato do príncipe Murad, filho de Akbar (SUBRAHMANYAM, Sanjay, “The Portuguese, the Mughals, and Deccan Politics, c. 1600”, *Mughal and Franks. Explorations in Connected History*, New Delhi, Oxford University Press, 2005, pp. 71-103; FLORES, Jorge da Silva, *Firangistan e hindustan: o Estado e os Confins Meridionais do Império Mogol (1572-1636)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004, pp. 169, 170).

<sup>154</sup> O capitão Álvaro Costa liderou um socorro a Damão, que chegou à cidade em finais de 1599 ou inícios de 1600 (Certidão de Serviços de Francisco Homem de Azevedo datado de 26 de Agosto de 1603, *Res. 2*, maç. 4, nº 100, fls. 23, 25, SGL).

sucessória no Império, situação que era seguida de perto em Goa, onde se ansiava pela fracturação dos seus amplos domínios<sup>155</sup>.

Apesar das convulsões nos últimos anos de vida de Akbar, o Império manteve-se estável com a acessão de seu filho Jahangir (g. 1605-1627), que continuou o movimento expansionista sobre o Decão e o longo processo de anexação do sultanato Ahmadnagar, concluído apenas três décadas mais tarde. Durante a primeira década de Seiscentos, as relações luso-mogóis foram também afectadas pela chegada de embarcações e agentes ingleses e holandeses ao Golfo de Cambaia, situação que alteraria profundamente as dinâmicas comerciais dos portos principais da região, da PN e do Índico em geral<sup>156</sup>.

### ***Relações com os reinos feudatários vizinhos e corsários***

Durante estas quatro décadas, as relações com os reinos feudatários vizinhos à PN também foram bastante conturbadas. Se durante a guerra de 1570-71, o Estado conseguira assegurar a neutralidade do reino de Sarceta<sup>157</sup>, tal não aconteceu uma década mais tarde com a incursão mogol sobre Damão. Apesar de haver escassa informação sobre o processo de integração ou vassalagem deste reino no Império Mogol, ocorrido entre 1572 e 1576, a tradicional autonomia de Sarceta parece ter continuado<sup>158</sup>. Curiosamente, quando o exército mogol se aproximou da fronteira da PN, o rei feudatário ajudou os portugueses, acolhendo nas suas terras as mulheres e gado dos curumbins das aldeias a norte de Damão, aparentemente incorrendo contra a sua obrigação de vassalagem para com o Império. Porém, quando os mogóis partiram e a ameaça sobre Damão se cessou, o rei “*Ramanada Rana*” apoderou-se dos bens e sequestrou as mulheres, o que levou o capitão-mor de Damão Martim Afonso de Melo a organizar uma incursão sobre o reino.

Reunindo soldados portugueses e peonagem na cidade, nesse mesmo ano de 1581, o capitão saqueou e incendiou a capital “*Ramanaguer*” (identificada com a actual Dharampur), abandonada

---

<sup>155</sup> A crise sucessória no Império Mogol desenrolou-se entre Julho de 1600 e 1606, ano em que Jahangir eliminou os seus rivais, estabelecendo-se firmemente no trono imperial (FLORES, Jorge, “‘I will do as my father did’: On Portuguese and Other European Views of Mogol Succession Crises”, *e-JPH*, Vol. III, nº 2, 2005. Disponível em: <[http://www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/html/issue6/html/flores\\_main.html](http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue6/html/flores_main.html)> Acesso: Julho de 2012).

<sup>156</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década X, cap. 15, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, p. 255.

<sup>157</sup> PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o Visorei Dom Luís de Ataíde*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987, pp. 533-535; BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, cap. 38, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, p. 417.

<sup>158</sup> Apenas após a anexação definitiva do sultanato de Ahmadnagar, em 1636, há notícia de uma tentativa mogol de anexar o reino de Sarceta e cobrar directamente o chouto aos portugueses (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. VI, *Rewa Kántha, Nárukot, Cambay and Surat States*, Bombay, Government Central Press, 1880, p. 256).

de véspera pelos moradores e seu rei<sup>159</sup>. Diogo do Couto refere que a cidade estava a “*cinco léguas a norte de Damão, estendida pelo pé de huma fermosa serra*”, sendo uma “*cidade de meia légua em roda*” com cerca de “*mil e quinhentos fogos, a mór parte de casas de pedra e telha com seus quintaes e hortas*”. Depois de derrotar algumas forças de Sarceta, e apesar de fustigados pela sua guerrilha, os portugueses ainda incendiaram várias aldeias antes de regressar a Damão. Ainda segundo Couto, esta medida punitiva surtiu o efeito desejado, recuperando os habitantes e gado das aldeias depois do rei enviar agentes a Damão para se assentarem pazes<sup>160</sup>.

Talvez entre as condições impostas pelos portugueses estivesse já contemplada uma incursão conjunta contra o reino feudatário dos Coles, a sul do de Sarceta. Certo é que as habituais incursões do rei de Sarceta sobre a PN - suposto que tenham diminuído nas duas últimas décadas de Quinhentos - renovaram-se durante os triénios de Pedro da Silva Meneses e Rui de Melo de Sampaio em Damão, ou seja, entre cerca de 1604 e 1607<sup>161</sup>. Nessa ocasião, a metrópole realçava o facto de os capitães portugueses não honrarem o compromisso do chouto, pelo que se passou um alvará régio proibindo o seu pagamento através de “*cavallos velhos e mancos*”<sup>162</sup>. De facto, era no interesse dos portugueses fomentar e assegurar a autonomia do reino feudatário, mantendo-o como um território tampão nas fronteiras entre a PN e o Império Mogol. Assim, durante as décadas seguintes, o Estado procurou evitar quezílias no pagamento do chouto, principal factor de contenda com o reino vizinho<sup>163</sup>.

Novo momento de crise ocorreu em meados 1613, altura em que “*Berba Torato*”, rei de Vergi<sup>164</sup>, efectuou algumas incursões na praga Poarim para aprisionar curumbins e gado, obrigando ao reforço da guarnição de Damão. Pouco tempo depois, Rui Freire de Andrade retaliou sobre o arraial do reino vizinho - feito de “*bambuais fortíssimos e mui cerrados, que por seus espinhos intractáveis são*

---

<sup>159</sup> V. *supra*, 1.1. “Génese, ocupação e consolidação, 1521-1570”, p. 31, nota 97.

<sup>160</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década X, pt. I, liv. II, cap. 15, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 248-259.

<sup>161</sup> Cartas régias datadas de 6 de Março de 1605 e 10 de Dezembro de 1607, in *Documentos Remmetidos da Índia ou Livros das Monções*, António Bulhão Pato (ed.), tom. I, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1880, pp. 27, 145.

<sup>162</sup> A provisão régia data de 19 de Março de 1604 ordenava que o pagamento do chouto se fizesse atempadamente e infalivelmente por *dinheiro de contado*. A presença de um forte exército mogol aquartelado em Ramanaguer entre 1609 e 1614 também terá contribuído para os portugueses evitarem irregularidades no pagamento do tributo desses anos (BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado Portuguez fez...*, Tomo II, Imprensa Nacional, Lisboa, 1882, pp. 81-83; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. I, “History of Gujarat”, Bombay, Bombay Government Press, 1896, p. 274; Carta régia datada de 26 de Fevereiro de 1605, in *Documentos Remmetidos da Índia ou Livros das Monções*, António Bulhão Pato (ed.), tom. I, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1880, p. 3)

<sup>163</sup> BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado Portuguez fez...*, tom. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 81-83; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. I, *History of Gujarat*, Bombay, Bombay Government Press, 1896, p. 274.

<sup>164</sup> Sobre o reino de Vergi ou Baglan, V. *supra*, p. 32 (BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado Portuguez fez...*, tom. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, pp. 197-201).

as árvores a que tem mais respeito todos os animais” -, a quatro “dias de jornada” de Damão, tendo-o desbaratado<sup>165</sup>.

Galvanizadas com a ofensiva mogol sobre Damão, novas incursões do rei “Jaeda Rana” de Sarceta também afectaram Damão a partir de inícios de 1614, levando o vice-rei a suspender o pagamento do chouto e ordenando que a sua verba fosse aplicada nos quartéis de quinhentos peões recrutados para assistirem o capitão do Campo da cidade<sup>166</sup>. Organizou-se então nova expedição, em meados do mesmo ano, liderada pelo capitão-mor de Damão, Manuel de Melo Pereira. Esta acção retaliatória teve como objectivo principal a destruição de uma importante aldeia e horta, Madabanna (Madhuban)<sup>167</sup>, empregando “gastadores” para derrubar árvores e esventrando algumas vacas no local. Volvido um ano, e após a partida do exército mogol que cercava Damão, assinou-se novo acordo com Sarceta que restabelecia o status-quo pré-bélico, ficando ainda aquele monarca com a renda exclusiva de uma aldeia na jurisdição de Damão<sup>168</sup>.

As relações com o reino dos Coles de Javar (Jahwar) foram porventura ainda mais problemáticas, talvez por não estar oficializado o imposto do grão-candil para as aldeias sertanejas do distrito de Baçaim, tributação equiparável ao chouto de Damão, como já foi mencionado<sup>169</sup>. O reino vizinho procurava impor esta tributação sobre o Estado, exigindo efectivamente alguns impostos directamente sobre os moradores das aldeias que repetidamente assolava e saqueava.

Principalmente por esse motivo, o vice-rei Francisco de Mascarenhas ordenou uma expedição contra o reino dos Coles, organizada em Baçaim em inícios de 1583. Importa realçar que o reino de Sarceta foi recrutado para assistir nesta campanha, uma das raras ocasiões em que os seus soldados lutaram lado a lado com os portugueses. Reunido o corpo de tropas do Estado ao de Sarceta na aldeia de Talavarem (Talvade)<sup>170</sup>, na fronteira entre aquele reino e o dos Coles, marcharam os exércitos em conjunto durante uma semana “com infinito trabalho”, até alcançarem a capital Javar (Jawhar). Seguiu-se uma situação semelhante à da expedição contra a cidade de Ramanaguer (Dharampur), tendo o rei dos Coles abandonado a sua capital, que foi saqueada e incendiada pelos

---

<sup>165</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Ciencias de Lisboa, vol I, 1876, pp. 64, 70-73.

<sup>166</sup> Provisão do vice-rei Jerónimo de Azevedo datada de 7 de Março de 1614, pub. in *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado Portuguez fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 83-85.

<sup>167</sup> Madabanna (Madhuban), coordenadas: 20°10'59"N, 73°04'47"E (localização provável).

<sup>168</sup> Na acção contra a horta de Madabanna (Madhuban) os portugueses empregaram *gastadores* para cortar árvores de fruto, tendo depois esventrado várias vacas nos local e espalhado o seu sangue. O tratado de pazes com Sarceta foi assinado em finais de Maio de 1615, tendo sido negociados pelo vedor da Fazenda Gonçalo Pinto da Fonseca, restabelecendo-se assim o *status-quo* (BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner, (ed.), Lisboa, Academia Real das Ciencias de Lisboa, 1876, vol. I, pp. 248-251, vol. II, pp. 389-400; BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado Portuguez fez...*, tom. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 197-201).

<sup>169</sup> V. *supra*, 2.1. “Génese, ocupação e consolidação, 1521-1570”, pp. 29-31.

<sup>170</sup> Talavarem (Talvade), coordenadas: 19°54'35"N, 72°08'50"E.

atacantes. No regresso, fizeram o mesmo a várias aldeias, matando gado e aprisionando curumbins, enquanto a guerrilha do reino feudatário os ia fustigando pelas florestas<sup>171</sup>. Novamente segundo Diogo do Couto, este castigo surtiu os efeitos pretendidos visto que as aldeias do Cole ficaram despovoadas durante largos anos, tendo o rei pedido pazes e desistido “*da imposição que queria pôr nas Aldeias dos Portuguezes*”<sup>172</sup>.

Apesar desta versão do cronista Diogo do Couto, volvido pouco mais de uma década o Senado de Baçaim voltava a lamentar à metrópole a tributação encoberta do grão-candil<sup>173</sup>. E já em finais de 1599, com um forte exército mogol nas vizinhanças da PN, nova incursão dos Coles “*abrazou muitas aldeas e matou a gente da tranqueira que hera a defenção*” do distrito de Baçaim, muito provavelmente Saibana Velha (Saivan)<sup>174</sup>. Para lá se dirigiu Álvaro da Costa, capitão-mor da armada do Norte, depois de ter desembarcado em Baçaim. Afastados os Coles, e “*reduzidos dous dos principaes autores*” dessa “*guerra*”, o capitão reconstruiu a tranqueira, “*com muito trabalho e dilligencias*” e, segundo o próprio, “*trazendo muitos paos as costas*”<sup>175</sup>.

Os conflitos tanto com o reino de Sarceta com o dos Coles constituíam situações de guerrilha, como se depreende pelas descrições portuguesas. Beneficiando da acidentada topografia e densa vegetação das suas terras, ambos os feudatários instituíram o seu *modus operandi* com base em raides de pilhagem sobre as praganas do Estado, levando ao desgaste das suas aldeias, não hesitando em fugir e abandonar as suas próprias povoações quando invadidos por exércitos superiores. Estes, contudo, dificilmente poderiam derrotar definitivamente os feudatários, ou sequer permanecer muito tempo nas suas terras, dadas as dificuldades em abastecimento e comunicações. Assim, manteve-se o sistema do *chouto* em Damão e, de modo não oficial, o do “*grão-candil*” em Baçaim – tributo que no essencial servia para evitar que os reinos de Sarceta e dos Coles atacassem a PN.

Ainda mais perigosa para a economia da PN era a actividade de corsários ao longo de toda a costa ocidental na Índia. Estas acções depredatórias parecem ter aumentado de intensidade com a crise de

---

<sup>171</sup> O objectivo do ataque era dar um “*castigo ao Rey dos Colles pelos damnos*” que durante anos vinha praticando contra a jurisdição de Baçaim, visto os “*lavradores das aldeas foreiras*” pagarem em “*segredo huma pensão, que era de cada mura de bate dous larins, que vinhão a montar muito pella grossidão daquellas terras*”. As forças portuguesas foram comandadas pelo capitão-mor de Baçaim Manuel de Saldanha e totalizavam duzentos “*cavallos arábios*”, oitocentos “*soldados de pé*”, quinhentos “*peões gentios da obrigação das terras*”, fora escravos dos “*Portuguezes e cristãos naturaes*”. Destes, cerca de trezentos seriam os espingardeiros da milícia do distrito de Baçaim, principalmente os moradores e fidalgos da cidade (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década X, liv. 3, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, cap. 10, pp. 335-337, cap. 11, pp. 342-354).

<sup>172</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década XI, liv. 3, cap. 11, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, p. 354.

<sup>173</sup> Carta régia datada de 10 de Março de 1598, *Livro das Monções nº 2*, Ms 2, fl. 406 e segs., HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. II, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 863, 864.

<sup>174</sup> Saibana Velha (Saivan), coordenadas: 19°29'12"N, 72°59'01"E.

<sup>175</sup> Certidão de Serviços de Francisco Homem de Azevedo datado de 26 de Agosto de 1603, *Res. 2*, maç. 4, nº 100, fl. 23, SGL.

1565-1575, já referida no início deste subcapítulo, transformando-se numa verdadeira “*guerrilha marítima*”<sup>176</sup>. As principais bases portuárias dos corsários situavam-se na costa a sul de Goa, onde os samorins de Calecute apoiavam activamente os “*parós malabares*”, um nome omnipresente na documentação portuguesa ao longo de toda a segunda metade de Quinhentos e também do século XVII<sup>177</sup>. Os malabares parecem ter tido preferência pelos alvos a norte de Goa e no golfo de Cambaia. Aqui, juntavam-se outros grupos de piratas, operando a partir dos portos da península de Kutch, tanto a leste como a oeste de Diu, como Goga (Ghogha); Castelete (Mandhuva); e Por (Porpatane)<sup>178</sup>. Ainda que nominalmente sob soberania do Império Mogol a partir de 1572-73, nessas bases operavam corsários apoiados por feudatários locais com alguma autonomia da corte de Agra. Precisamente nesses portos, durante os períodos de conflito com o Império, efectuaram os portugueses ataques retaliatórios, tendo também em vista o apresamento das embarcações de maior porte que viajavam para o Golfo Pérsico<sup>179</sup>. Para fazer face a estas ameaças marítimas, os portugueses começaram a escoltar regularmente a cáfila anual de Cambaia com uma armada, a “*do Norte*”, para evitar o apresamento das embarcações mercantes<sup>180</sup>. Mas os ataques de corsários malabares e outros não se limitavam ao mar: por algumas vezes, durante o período agora abordado, surgem ecos de raides sobre aldeias ou posições costeiras. Os alvos preferenciais eram as igrejas ou casas senhoriais, atacando também povoações indefesas<sup>181</sup>.

---

<sup>176</sup> THOMAZ, Luís Filipe, “A Crise de 1565-1575 na História do Estado”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, pp. 485; Carta de Luís Freire de Andrade datada de 30 de Novembro de 1571, Corpo Cronológico 1-109-75, IAN-TT, pub. in GOERTZ, R. O. W., *Attack and Defense Techniques in the Siege of Chaul, 1570-1571*, Sep. do II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 286, 287.

<sup>177</sup> No início do período agora abordado, já estava estabelecida a ameaça dos piratas malabares sobre as orlas da PN, cuja primeira acção notável havia sido a captura das embarcação de Luís Lobo, capitão cessante de Baçaim, em 1567 (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, cap. 19, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 110, 111). Sobre o curso Malabar, V. BOUCHON, Geneviève, “Reis e piratas no Malabar: o jogo da guerra marítima nas vésperas da segunda expansão Europeia”, *A abertura do Mundo-Estudos de História dos Descobrimentos Europeus em homenagem a Luís de Albuquerque*, Francisco Contente Domingues (ed.), Luís Filipe Barreto (ed.), Lisboa, Presença, 1987, pp. 139-152.

<sup>178</sup> Castelete (Mahuva), coordenadas: 21°05’10’’N, 71°45’52’’E; Por (Porpatane), coordenadas: 21°38’31’’N, 69°36’05’’E

<sup>179</sup> Goga (Ghogha) e Castelete (Mahuva) foram atacadas em 1581 (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década X, liv. 3, cap. 5, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 305). Porpatane foi atacada em 1613 ([Certidão de serviços de] Thomé Lobo Teixeira, fidalgo cavaleiro, [Consultas dirigidas ao Rei pelo Governador da Índia, António Teles de Meneses], Goa a 13 de Novembro de 1640, *Cod. 6946*, fls. 69, 69v, BNP).

<sup>180</sup> A instituição regular desta armada para acompanhar a cáfila parece ter ocorrido em 1568, quando o recém-chegado vice-rei Luís de Ataíde nomeou Afonso Pereira de Lacerda como capitão-mor da armada do Norte, com sete embarcações (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, cap. 28, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 217-222).

<sup>181</sup> Durante a segunda metade do século XVI, os ataques dos corsários malabares ao longo da PN incidiram sobre a baía de Bombaim, registando-se raides sobre aquela aldeia, sobre Caranjá (Uran) e Taná (Thane) (MEERSMAN, Achilles, *The ancient Franciscan provinces in India, 1500-1835*, Bangalore, Christian Literature Society Press, 1971, p. 214; Carta de Luís Freire de Andrade datada de 30 de Novembro de 1571, Corpo Cronológico 1-109-75, IAN-TT, pub. in GOERTZ, R. O. W., *Attack and Defense Techniques in the Siege of Chaul, 1570-1571*, Sep. do II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 286, 287).



A guerrilha movida pelos reinos feudatários vizinhos e pelos corsários foi um dos principais factores que levou à edificação generalizada de torres e casas-torre no território da PN<sup>182</sup>.

### ***Relações com Ahmadnagar e guerra do Morro de Chaul (Korlai), 1593-1594***

Duas décadas após o cerco a Chaul, as relações com Ahmadnagar voltaram a piorar. Segundo o cronista anónimo da vida do vice-rei Matias de Albuquerque, a situação interna no sultanato de Ahmadnagar deteriorou-se quando a facção da nobreza muçulmana, com o conluio do governador Manuel de Sousa Coutinho e do Império Mogol, resolveu depor o sultão Ismael Nizâm Sháh, substituindo-o em 1590 por Burhâm Sháh. Esta decisão estratégica por parte do governador português veio assim contribuir para uma maior ingerência dos mogóis sobre Ahmadnagar, numa aparente contradição com a política habitual do Estado<sup>183</sup>.

Um par de anos após esta mudança no trono, a carga de um navio do sultanato naufragado perto de Agaçaim (Agashi) foi apropriada pelo portugueses, seguindo-se o agravo dos mercadores proprietários ou investidores do sultanato e uma crise diplomática entre as duas potências. Aproveitando este *casus belli*, Burhân Sháh II ordenou ao tanadar ou capitão de Danda-rajapur a ocupação do Morro de Chaul (Korlai), ocorrida em Maio de 1593, tendo em vista a sua fortificação<sup>184</sup>. A partir do arraial principal a leste do Morro (Korlai), as tropas de Ahmadnagar começaram a atacar o Campo de Chaul e outros locais<sup>185</sup>.

O vice-rei expediu prontamente um socorro sob o comando de Cosme de Lafetá, designado capitão-mor da gente-de-guerra em Chaul, com seis embarcações e cerca de trezentos soldados. Apesar de Lafetá levar ordens para tentar tomar e fortificar o Morro (Korlai) antes que o inimigo o fizesse, a decisão sobre esta iniciativa coube ao conselho dos capitães estantes Chaul, incluindo o capitão-mor da praça Diogo de Sá Pereira, que se pronunciaram maioritariamente contra a arriscada operação. A soldadesca da praça ficou assim na defensiva, distribuindo-se pelos diversos baluartes da

---

<sup>182</sup> Sobre este tipo de edificações e dispositivos defensivos, V. *infra*, 4. “Conclusão”, pp. 599-605.

<sup>183</sup> “Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visorrei do Estado”, Antonella Vignati (ed.), *Mare Liberum*, nº 17, Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 271-273.

<sup>184</sup> Danda-rajapur, coordenadas: 18°18'13"N, 72°58'13"E.

<sup>185</sup> Sobre as causas do conflito entre o Estado e Ahmadnagar, V. ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Colecção “Pelo Império”, nº 109, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945; FLORES, Jorge, *Firangistan e hindustan: o Estado e os Confins Meridionais do Império Mogol (1572-1636)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004, pp. 157-159; “Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visorrei do Estado”, Antonella Vignati (ed.), *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, 1998 e 1999, nº 15, pp. 139-245, nº 17, 269-360)

muralha, enviando-se ainda o capitão Sebastião de Sousa com uma centena de soldados para a defesa dos rios de Taná (Thane)<sup>186</sup>.

Durante a monção de 1593, enquanto se edificava a fortificação do Morro, houve escaramuças tanto no Campo de Chaul como em Chaul de Cima (Cheul). Do lado português, guarneceu-se o convento da Madre de Deus, estrutura fundamental para a defesa da povoação extra-muros. Após uma incursão destrutiva de Cosme Lafetá sobre Chaul de Cima (Cheul), já abandonada de véspera pela sua população, o sultanato respondeu com a edificação de uma tranqueira artilhada na elevação imediatamente a sul e defronte de Chaul. Daqui, começaram a bombardear a igreja matriz localizada extramuros, sendo necessário defendê-la “*com cestões redondos altos, cheios de terra*”<sup>187</sup>.

Também durante o período das chuvas, a cavalaria do sultanato alcançou Caranjá (Uran), onde o capitão do cassabé e fortificação Mateus de Gomide resistiu aos ataques, tendo inclusive efectuado incursões retaliatórias no território vizinho. Não obstante esta resistência, a cavalaria do sultanato rapidamente ocupou todas as praganas sertanejas da jurisdição de Baçaim, chegando a atacar Agaçaim (Agashi), onde os moradores portugueses se entrincheiraram na igreja franciscana, e ainda os arrabaldes de Baçaim, saqueando algumas das igrejas. Por seu turno, embarcações portuguesas atacaram os portos de Danda-rajapur e Sifardão (Shrivardhan)<sup>188</sup>.

No último quartel de 1593, a cavalaria de Ahmadnagar entrou na jurisdição de Damão, apoderando-se no caminho de Manora (Manor), provavelmente abandonada pela sua guarnição. Em Tarapur, os moradores resistiram na tranqueira da povoação; mas em Mahim-quelme (Kelwamahim), visto não existir “*fortificação alguma*”, os portugueses entrincheiraram-se no “*convento de São Domingos*”. Assim, no final do ano de 1593, o exército de Ahmadnagar controlava a parte sul do distrito de Damão até Danu (Dahanu), mantendo-se isoladas as fortificações de

---

<sup>186</sup> “Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visor-rei do Estado”, Antonella Vignati (ed.), *Mare Liberum*, nº 17, Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 279, 282-283, 284-286; 289-290. ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Colecção “Pelo Império”, nº 109, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 12-20; BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década XI, cap. 32, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 165-167.

<sup>187</sup> A incursão portuguesa sobre Chaul de Cima (Cheul) ocorreu em Junho de 1593. Também durante a monção, os portugueses atacaram várias aldeias ao longo do rio Kundalika, bloqueando assim o abastecimento do arraial inimigo por aquela via fluvial, assegurando as orlas do rio até perto da ilha do Estamim (Ashtami), coordenadas: 18°27'16"N, 73°05'54" (ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Colecção “Pelo Império”, nº 109, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 12-21; “Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visor-rei do Estado”, Antonella Vignati (ed.), *Mare Liberum*, nº 17, Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 290-296).

<sup>188</sup> Sifardão (Shrivardhan): coordenadas 18°02'43"N, 73°00'59"E (“Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visor-rei do Estado”, Antonella Vignati (ed.), *Mare Liberum*, nº 17, Lisboa, CNCDP, 1999, p. 297-300; BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década XI, cap. 32, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 164-173; Certidão de serviços de] Nicolaou Barretto da Fonseca, filho de Duarte da Fonseca..., in [Consultas dirigidas ao Rei pelo Governador da Índia, António Teles de Meneses], Goa a 13 de Novembro de 1640, *Cod. 6946*, fls. 63, 63v, BNP).

Tarapur, Sirgão (Shirgaon), Asserim (Asherigad) e ainda a posição de Mahim-quelme (Kelwamahim)<sup>189</sup>.

Entretanto, o cerco sobre Chaul e seu campo tinha apertado e as obras no Morro (Korlai) prosseguiram rapidamente. Trabalhava-se em vários baluartes, desde o da ponta norte do istmo até à cumeeira da elevação, onde se situava o núcleo central. Apesar da numerosa artilharia assestada no baluarte ribeirinho, as embarcações portuguesas conseguiam entrar pela barra, permitindo o reabastecimento de Chaul. Como a guerra nessa frente estava relativamente imóvel, Cosme de Lafetá embarcou parte das tropas e percorreu a costa da PN, reabastecendo Taná (Thane) e as fortificações do distrito de Damão. Para a defesa da ilha de Salcete, mandou edificar um “*baluarte no Passo Cansado e pôr um pano de muro, que tomasse tudo que de baxamar ficava seco*”<sup>190</sup>.

Com a chegada de reforços e do capitão-mor da armada do Norte, em fins de Maio de 1594, os portugueses passaram à ofensiva, tendo efectuado várias incursões em Chaul de Cima (Cheul), queimando as aldeias circunvizinhas e obrigando o capitão da cidade a refugiar-se numa serra próxima<sup>191</sup>. Durante a monção desse ano, as forças de Ahmadnagar voltaram a atacar o Campo de Chaul e os portugueses ripostaram com a destruição de algumas aldeias ao longo do rio Kundalika, tendo logrado, perto da ilha fluvial de Estamim (Ashtami), aprisionar cinco mil aldeões e muito gado. Nos primeiros dias de Setembro, após a chegada de mais reforços, assentou-se em conselho geral de capitães, atacar o arraial principal do inimigo e também a fortificação em construção no Morro de Chaul (Korlai). Seguiu-se uma célebre batalha, talvez a última conquista de uma significativa fortificação indiana pelos portugueses – até o processo de expansão setecentista do território de Goa – e uma substancial derrota para o sultanato, levando inclusivamente Burnhâm Shah II (g. 1590-1594) a fazer alterações nas suas chefias militares<sup>192</sup>.

Os portugueses atravessaram o Rio Kundalika de madrugada em várias embarcações pequenas, levando mil e quinhentos homens, entre soldados, casados, naturais e escravos. Começando por atacar as posições circundantes e o arraial do sultanato, rapidamente cercaram as forças de Ahmadnagar na fortificação, beneficiando ainda do facto de um elefante morto ter ficar atravessado

---

<sup>189</sup> Sirgão (Shirgaon), coordenadas: 19°41'46"N, 72°42'48"E (“Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visorrei do Estado”, Antonella Vignati (ed.), *Mare Liberum*, nº 17, Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 300-305).

<sup>190</sup> Santa Cruz do Passo Cansado (mais tarde, São Jerónimo) do rio de Taná (Thane), coordenadas: 19°12'33"N, 72°59'40"E (“Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visorrei do Estado”, Antonella Vignati (ed.), *Mare Liberum*, nº 17, Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 303, 304).

<sup>191</sup> Segundo consta da certidão de serviços de Duarte Barreto da Fonseca, este havia acompanhado o capitão-geral de homens de armas, Cosme de Lafetá, na *queima dos bazares e de todos os edificios sumptuosos que na mesma cidade de Chaul de Cima avia e bom número de pagodes* ([Certidão de serviços de] *Nicolaou Barretto da Fonseca, filho de Duarte da Fonseca...*, in [Consultas dirigidas ao Rei pelo Governador da Índia, António Teles de Meneses], Goa a 13 de Novembro de 1640, Ms. *Cod. 6946*, fl. 63, BNP).

<sup>192</sup> ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Colecção “Pelo Império”, nº 109, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p 25-35; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XVII, *Ahmadnagar*, Bombay, Government Central Press, 1884, p. 379.

numa das suas portas. Depois de dura batalha, os últimos resistentes entrincheiraram-se na torre principal, que foi finalmente escalada pelos portugueses após encarniçada defesa<sup>193</sup>.

Segundo o autor da biografia do vice-rei Matias Albuquerque, uma das razões que contribuiu decisivamente para a vitória portuguesa sobre Ahmadnagar foi o facto do Estado ter habilmente impedido a coligação deste sultanato com o de Bijapur, evitando-se assim a sempre temida guerra de duas frentes acometendo simultaneamente Goa e a PN. Os portugueses de Chaul também beneficiaram da informação colhida por espões infiltrados nas hostes inimigas e que comunicavam através de Lopo Godinho, feitor em Dabul (Dabhol), porto pertencente ao sultanato de Bijapur<sup>194</sup>.

Apesar da dimensão da vitória, a fortificação conquistada foi considerada por muitos portugueses como demasiado extensa para ser eficazmente guarnecida. A crer em Diogo do Couto, a maior parte das estruturas foi desmantelada, tendo-se mantido apenas o baluarte ribeirinho e a torre “*da resistência*”<sup>195</sup>. Ao invés da sua situação militar, o comércio de Chaul parecer ter sofrido após a conquista do Morro (Korlai), especialmente por causa da destruição que os portugueses causaram em Chaul de Cima (Cheul), importante empório de produção têxtil e de mobiliário. Muitos dos seus mercadores terão passado assim para Dabul (Dabhol)<sup>196</sup>.

Nas duas décadas seguintes, as relações entre o sultanato de Ahmadnagar e o Estado foram mais ambíguas. Se por um lado, as duas guerras de 1570-71 e de 1593-1594 demonstravam que o sultanato era uma perigosa ameaça para a PN, o processo de expansão mogol sobre o Decão impelia a diplomacia portuguesa a auxiliar a potência vizinha nas manobras e guerras contra o Império. Assim, segundo o jesuíta Fernão Guerreiro, quando Akbar invadiu o sultanato e impôs um cerco à sua capital e à fortificação de Asirgah, em 1600-1601, alguns descendentes de portugueses prestaram assistência à rainha Chand Bibi (g. 1595-1599)<sup>197</sup>.

Apesar da queda da capital de Ahmadnagar nesse episódio, o abissínio Sidi Malik Amber, regente do sultanato entre 1607 e 1626, prosseguiu a guerra contra os mogóis, transferido a corte e o novo

---

<sup>193</sup> “Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visorrei do Estado”, Antonella Vignati (ed.), *Mare Liberum*, nº 17, Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 277, 296; ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Colecção “Pelo Império”, nº 109, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 35-37, 38-42, 45-47; [Certidão de serviços de] *Nicolaou Barretto da Fonseca, filho de Duarte da Fonseca...*, in [Consultas dirigidas ao Rei pelo Governador da Índia, António Teles de Meneses...], Goa a 13 de Novembro de 1640, Ms. *Cod. 6946*, fl. 63v, BNP.

<sup>194</sup> Dabul (Dabhol), coordenadas: 17°35'07"N, 73°10'34"E (“Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visorrei do Estado”, Antonella Vignati (ed.), *Mare Liberum*, nº 17, Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 277, 296).

<sup>195</sup> V. *infra*, 3.2.8. “Morro de Chaul (Korlai)”, pp. 406, 407 (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década XI, cap. 32, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, p. 173).

<sup>196</sup> ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Colecção “Pelo Império”, nº 109, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p. 8.

<sup>197</sup> GUERREIRO, Pe. Fernão, *Relação anual das coisas que fizeram os Padres da companhia de Jesus nas suas Missões...dos anos 1600 a 1609*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, p. 6-8; SMITH, Vicent Arthur, *Akbar, the Great Mogul, 1542-1605*, Oxford, Clarendon Press, 1917, p. 272.

sultão Murtaza Nizam Shah II (g. 1600-1631) para a fortificação de Parenda (Parendra) e depois para Juner (Junnar)<sup>198</sup>. Deste modo, após um período de instabilidade na sequência da derrota de 1600, Chaul de Cima (Cheul) retornou à posse do sultanato de Ahmadnagar por volta de 1610<sup>199</sup>. Embora não tenha localizado documentos específicos sobre a ajuda do Estado a Malik Amber, o mais provável é que esta tenha de facto acontecido, sempre de forma velada, pelo menos até 1613. E talvez ainda após a nova guerra que eclodiu nesse ano entre o sultanato e o Estado<sup>200</sup>.

### *Relações com ingleses e holandeses*

Desde o momento em que as embarcações inglesas e holandesas alcançaram o Índico através da rota do Cabo da Boa Esperança, a partir de 1591, iniciou-se um longo e duro conflito com o Estado pela supremacia naval naquele oceano. Apesar de, no período histórico agora abordado, não ter existido por parte das novas potências europeias qualquer ataque ao território da PN, a sua acção e preponderância no Golfo de Cambaia e no porto de Surate (Surat), incluindo a primeira batalha do Poço de Surate (Suvali), estiveram na origem das hostilidades de 1613-1615 entre o Império Mogol e Estado, descritas em baixo.

Enquanto que as primeiras armadas inglesas e holandesas a cruzar o Índico se encaminharam preferencialmente para a Insulíndia, os norte-europeus cedo alcançaram também o Golfo de Cambaia, atraídos pelo empório de Surate (Surat)<sup>201</sup>. Logo nos primeiros anos de Seiscentos, para além de fazerem reconhecimentos na foz do Rio Tapti, os holandeses frequentavam os portos de Dabul (Dabhol) e Danda-rajapur, pertencentes a Bijapur e Ahmadnagar respectivamente, enquanto implementavam o seu primeiro bloqueio à barra de Goa<sup>202</sup>.

---

<sup>198</sup> Parenda (Parendra), coordenadas: 18°16'11"N, 75°27'10"E; Juner (Junnar), coordenadas: 19°12'33"N, 73°52'21"E. Sobre a história do Sultanato para este período, V. *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XVII, *Ahmadnagar*, Bombay, Government Central Press, 1884, p. 380-395).

<sup>199</sup> Carta do vice-rei João Coutinho Conde do Redondo datada de 1619, *Livro dos Reis Vizinhos nº 1*, Ms. 969, fls. 38-38v, HAG; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XI, *Kolaba and Janjira*, Bombay, Government Central Press, 1883, p. 280.

<sup>200</sup> Sobre esta estratégia do Estado da Índia, V. PISSURLENCAR, Panduranga, "A extinção do reino de Nizam Shah", *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 27, Bastorá, Tipografia Rangel, 1935, pp. 97-124.

<sup>201</sup> A primeira embarcação inglesa a penetrar no Índico dobrando o continente Africano foi provavelmente a do capitão Lancaster, em Julho de 1591 (RAWLINSON, H. G., *British Beginnings in Western India, 1579-1657*, Oxford, Clarendon Press, 1920, p. 35-51).

<sup>202</sup> Uma armada expedida de Goa em 1604 para guerrear as embarcações da VOC nos portos de Dabul (Dabhol) e Danda-rajapur não alcançou o seu objectivo. Já no Poço de Surate (Suvali), os portugueses apenas conseguiram apresar uma embarcação ligeira, enquanto as principais escaparam graças em parte à sua maior velocidade (CORDEIRO, Luciano, *Dois Capitães da Índia*, Lisboa, Escriptorio, 1898, pp. 139-140).



Fig. 5. Mapa do Golfo de Cambaia, 1630 (Teixeira, *Taboas Geraes*, 1630, LOC)

Por sua vez, a *East India Company* obtinha o primeiro contacto oficial com o Império Mogol em finais de 1608, situação que causou alarme entre os agentes do Estado assistentes em Surate (Surat) e na corte de Agra<sup>203</sup>. Estes tentaram protelar o estabelecimento de uma feitoria inglesa em Surate (Surat) e noutros locais, enquanto que a foz do Rio Tapti se tornava o palco das escaramuças regulares entre as embarcações dos rivais europeus. A fixação de uma feitoria inglesa em Surate (Surat) materializou-se em Outubro de 1612, facto que conduziu à primeira batalha luso-britânica do Poço de Surate (Suvali)<sup>204</sup>.

<sup>203</sup> Agra, coordenadas: 27°10'48"N, 78°01'12"E.

<sup>204</sup> RAWLINSON, H. G., *British Beginnings in Western India, 1579-1657*, Oxford, Clarendon Press, 1920, pp. 42-44; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. II, *Gujarate: Surat and Broach*, Bombay, Government Central Press, 1877, pp. 75.

Cientes da presença inglesa nesta local, partiu de Goa em Novembro de 1612 uma armada comandada pelo capitão Nuno da Cunha<sup>205</sup>. Na barra do Tapti, as embarcações inglesas em inferioridade numérica tiraram partido da sua maior velocidade e agilidade para levarem a bom termo dois dias de troca de artilharia, evitando a abordagem que os galeões portugueses procuravam efectuar. Finalmente, a esquadra inglesa conseguiu escapar do Poço de Surate (Suvali) sem danos significativos, enquanto que do lado português se registaram muitas baixas e vários estragos. Após mais três semanas de manobras navais e trocas esporádicas de tiros no Golfo de Cambaia, as embarcações inglesas voltaram a Surate (Surat) em Janeiro de 1613, a tempo de receber o firmân do imperador Mogol reconhecendo a feitoria, sendo que os portugueses desistiram de as acometer novamente no mesmo local<sup>206</sup>. Ficou assim estabelecida a feitoria inglesa em Surate (Surat)<sup>207</sup>. Em retaliação à autorização, os portugueses adoptaram uma atitude hostil contra as embarcações afectas ao Império Mogol, impondo um bloqueio à barra após a partida da esquadra inglesa. O feitor português de Surate (Surat), António Soares Rua, foi expulso ou partiu de sua própria iniciativa, visto que em Agosto de 1613, chegava uma armada de Diu com ordens expressas para aprisionar navios mogóis, como de facto veio a acontecer com uma importante nau de Meca, em Agosto. Esta foi a primeira acção de guerra aberta entre as duas potências<sup>208</sup>.

O Estado conseguiu manter o bloqueio a Surate (Surat) durante cerca de um ano, até que em Outubro de 1614 chegou à barra do Tapti nova esquadra da *East India Company*. Depois de expedir de Goa uma primeira força naval que não logrou impedir o trato das naus inglesas, o próprio vice-rei embarcou no galeão *Todos os Santos* à testa de uma considerável armada e numerosa soldadesca,

---

<sup>205</sup> Tratava-se da esquadra da oitava viagem da *East India Company*, comandada pelo capitão Best (RAWLINSON, H. G., *British Beginnings in Western India, 1579-1657*, Oxford, Clarendon Press, 1920, pp. 52-56; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. II, *Gujarate: Surat and Broach*, Bombay, Government Central Press, 1877, pp. 75, 76; BRUCE, John, *Annals of the Honorable East India Company...*, vol. I, Londres, 1810, pp. 163-164; BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Ciencias de Lisboa, vol I, 1876, pp. 24, 25).

<sup>206</sup> A batalha naval decorreu entre 29 de Novembro e os primeiros dias de Janeiro de 1613, tendo havido reencontros ao largo de Castelete (Mahuva) e Diu, para além do Poço de Surate (Suvali). Nuno da Cunha regressou a Goa em Março de 1613, achando já no governo o vice-rei Jerónimo de Azevedo (BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Ciencias de Lisboa, vol. I, 1876, p. 26-28, 29-31; RAWLINSON, H. G., *British Beginnings in Western India, 1579-1657*, Oxford, Clarendon Press, 1920, pp. 53-56; *Gazetteer of the Bombay Presidency, Gujarate: Surat and Broach*, vol. II, Bombay, Government Central Press, 1877, p. 75-77; SOUSA, Alfredo Botelho de, *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia*, vol. II, Lisboa, União Gráfica, 1948, pp. 244-253; FOSTER, William, *The Voyage of Thomas Best to East Indies, 1612-1614*, New Delhi, Asian Educational Society, 1995, p. 119-175).

<sup>207</sup> O firmân do imperador Mogol foi concedido em Janeiro de 1613 (BRUCE, John, *Annals of the Honorable East India Company...*, vol. I, Londres, 1810, pp. 164). Dois anos mais tarde, os ingleses obtiveram também autorizações para estabelecer feitorias em Baroche (Baruch), Cambaiaete (Khambhat) e Goga (Gogha) (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. I, *History of Gujarate*, Bombay, Government Central Press, 1896, p. 274).

<sup>208</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Ciencias de Lisboa, vol. I, 1876, pp. 189-192, 203; Carta do vice-rei Jerónimo de Azevedo datada de 22 de Dezembro de 1613, *Livro das Monções nº 12*, Ms. 13, fls. 44-46, HAG.

decidido a derrotar definitivamente o inimigo da Europa<sup>209</sup>. Contudo, as acções que decorreram novamente no mesmo local entre Janeiro e Fevereiro de 1615, constituindo a segunda batalha do Poço de Surate (Suvali), representaram uma pesada derrota para os portugueses ainda mais grave do que a primeira. Efectivamente, esta segunda batalha demonstrou nitidamente a superioridade das embarcações, artilharia e marinhagem inglesas face às portuguesas, mesmo em situação de inferioridade numérica<sup>210</sup>.

Em 1618, os holandeses também obtinham a confirmação imperial para a sua feitoria em Surate (Surat)<sup>211</sup>. Durante as duas décadas seguintes, período de guerra quase constante entre o Estado e os rivais europeus, estes conseguiriam sempre visitar regularmente o referido porto, bloqueando-o por vezes ao trato dos portugueses, desenvolvendo as suas feitorias em detrimento da feitoria e influência portuguesas<sup>212</sup>.

### ***Campanhas do Sultanato de Ahmadnagar e do Império Mogol, 1612-1615***

No contexto das ofensivas de Sidi Ambar ou Malik Ambar, o “*regente Melique Ambar*” das fontes portuguesas, Chaul de Cima (Cheul) foi reintegrada no sultanato de Ahmadnagar por volta de 1610, como ficou dito<sup>213</sup>. Nessa altura, Ambar obtinha importantes vitórias sobre os mogóis, tendo inclusive saqueado o *hinterland* de Surate (Surat) em 1609, conseguindo assim libertar e restaurar parte considerável do território do sultanato de Ahmadnagar<sup>214</sup>. Aos portugueses interessava fomentar a resistência de Ambar, impedindo a efectiva anexação do sultanato pelo Império. Contudo, quando o estandarte de Ahmadnagar foi reposto em Chaul de Cima (Cheul), as relações entre o novo tanadar Abdallah Khari e o capitão português Francisco Rolim rapidamente se deterioraram. O principal pomo de discórdia relacionava-se com as tributações devidas por proprietários portugueses de palmares perto de Chaul de Cima (Cheul). Terão contribuído para este clima hostil a presença de embarcações holandesas em Dabul (Dabhol) e a galvanização das embarcações sidis afectas a Ahmadnagar - que agora contavam com um correligionário à frente dos

---

<sup>210</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, vol. I, 1876, pp. 228, 229, 327-333, 338-341; [Certidão de serviços de] *Manoel de Siqueira de Matos moço da Camara...*, in [Consultas dirigidas ao Rei pelo Governador da Índia, António Teles de Meneses], Goa a 13 de Novembro de 1640, *Cod. 6946*, fl. 83, BNP; CORREIA, Germano, *História da Colonização Portuguesa na Índia*, vol. V, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954, pp. 80).

<sup>211</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. I, *History of Gujarat*, Bombay, Government Central Press, 1896, p. 274.

<sup>212</sup> As notícias da feitoria portuguesa em Surate (Surat) durante os séculos XVI e XVII são fragmentadas, mas fica-se com a impressão que a agência não conseguiu competir com as congéneres inglesa e holandesa. Note-se também que a *East India Company* alcançou fechar a feitoria portuguesa na cidade de Cambaete (Khambhat) em 1616 (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. VI, *Rewa, Kántha Nárukot, Cambay and Surat States*, Bombay, Government Central Press, 1880, p. 219).

<sup>213</sup> V. *supra*, pp. 57-58.

<sup>214</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. I, *History of Gujarat*, Bombay, Government Central Press, 1896, p. 274.



destinos do sultanato -, mencionadas nas fontes portuguesas como os “*corsários de Dandaraipur*”<sup>215</sup>. Assim, ocorreram algumas escaramuças no Campo de Chaul e em Chaul de Cima (Cheul) durante a monção de 1612, altura em os sidis bloquearam temporariamente a barra do rio Kundalika. Um ataque surpresa a Chaul de Cima com o intuito de capturar ou matar o seu tanadar, em Setembro de 1612, fracassou, mas serviu para abrir formalmente a guerra entre as duas potências. Seguiram-se ataques sobre as casas e palmares no Campo de Chaul<sup>216</sup>.

A guerra aumentou de intensidade no início de 1613. Logo no primeiro dia do ano, o vice-rei Jerónimo de Azevedo enviava para o Norte uma armada de aventureiros sob o comando de Rui Freire de Andrade. Estes, “*entrando em todos os rios*” da costa do sultanato, participaram em nova ofensiva contra Chaul de Cima, incendiando parte da povoação. O conflito alastrava também ao distrito de Baçaim, tendo sido necessário prover a defesa da vital ilha de Salcete com algumas embarcações ligeiras e reforço dos seus passos secos. Mas, por finais de Janeiro, todas as praganas sertanejas do distrito de Baçaim tinham sido varridas pelo sultanato, tendo-se abandonado as suas tranqueiras. Resistiam isoladas as fortificações de Manorá (Manor) e Asserim (Asherigad). O próprio cassabé de Baçaim ficou também sujeito a incursões da cavalaria de Ahmadnagar<sup>217</sup>.

No cassabé de Caranjá (Uran) estalou uma sublevação, tendo o capitão português sido morto por moradores muçulmanos. A fortaleza de São Miguel chegou a ser ocupada pelos revoltosos, mas os moradores portugueses rapidamente conseguiram reaver a estrutura e aniquilar o levantamento, tendo a guarnição sido reforçada por Freire de Andrade. Como retaliação, Andrade atacou algumas aldeias perto de Caranjá (Uran) e de Galiana (Kalyan) continuando a defesa das orlas de Salcete. Receando uma revolta semelhante nesta ilha, prenderam-se alguns habitantes muçulmanos, expulsando-se ainda todos os restantes moradores muçulmanos “*naiteás*” que nela moravam há menos de vinte anos<sup>218</sup>.

---

<sup>215</sup> Sobre o estabelecimento dos sidis na costa ocidental do subcontinente indiano, V. *infra*, 2.3. “Quatro décadas relativamente pacíficas, 1615-1658”, pp. 85, 86.

<sup>216</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Ciencias de Lisboa, vol I, 1876, pp. 17-25; [Certidão de serviços de] *Manoel de Miranda Campelo, cavaleiro fidalgo...*, in [Consultas dirigidas ao Rei pelo Governador da Índia, António Teles de Meneses], Goa a 13 de Novembro de 1640, *Cod. 6946*, fl. 27v, BNP; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XI, *Kolaba and Janjira*, Bombay, Government Central Press, 1883, p. 435.

<sup>217</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Ciencias de Lisboa, vol. I, 1876, pp. 47-48, 59; Alvará do vice-rei Jerónimo de Azevedo datado de 21 de Fevereiro de 1613, *Livro de Alvarás nº 3*, fl. 105v, HAG, pub. in, *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. VI, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 920, 921; Carta do capitão de Baçaim Gaspar Pereira datada de 18 de Dezembro de 1613, *DRILM*, António Bulhão Pato (ed.), tom. II, Lisboa, Academia Real das Ciencias, 1884, pp. 463, 464.

<sup>218</sup> O capitão de Caranjá (Uran) era Baltazar Rebelo de Almeida. Suspeitava-se que vários participantes da sublevação se haviam refugiado em Salcete (BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Ciencias de Lisboa, vol. I, 1876, pp. 50, 54; Carta do capitão de Baçaim Gaspar Pereira datada de 18 de Dezembro de 1613, *DRILM*, António Bulhão Pato (ed.), tom. II, Lisboa, Academia Real das Ciencias, 1884, pp. 463, 464; Cartas do vice-rei Jerónimo de Azevedo datadas de 22 de Março e 7 de Maio de 1613, *Livro de*

Novos reforços para a guarnição de Chaul e fortificação do Morro (Korlai) e também para a defesa de Salcete chegaram de Goa em Fevereiro de 1613. No mês seguinte, o cassabé de Baçaim foi franqueado perto de Agaçaim (Agashi), povoação indefesa que foi facilmente conquistada. Evacuou-se então toda a faixa costeira do cassabé, ficando Baçaim e Baçaim de Cima (Vasai) praticamente cercadas<sup>219</sup>.

Entretanto, nos primeiros meses de 1613, também os Coles atacavam as praganas do sertão de Baçaim, pelo que Rui Freire de Andrade, principal protagonista das acções ofensivas portuguesas nesta fase da guerra, decidiu fazer uma incursão no território daquele reino vizinho. Usando como base a tranqueira de Manorá (Manor), já isolada mas acessível por via fluvial, Andrade penetrou cerca de 4 km no reino dos Coles, tendo incendiado uma povoação importante e “*muita madeira que tinham alli cortada, que não foi pequena perda*”<sup>220</sup>.

Regressando a Chaul, durante os meses que precederam a monção de 1613, o Campo da cidade tornou-se o palco principal das escaramuças com a cavalaria de Ahamadnagar. Para defender as casas da povoação extra-muros, o novo capitão da gente-de-guerra, Manuel de Azevedo, destacou soldados para o convento da Madre de Deus “*com berços e mosquetes e todos os petrechos necessários*”, e guarneceu também duas casas particulares, “*com o que ficou o campo e distrito delle como cercado, e em apontando os mouros se desparava uma câmara, com que logo acudiam da cidade*”. Já durante a monção, e reforçadas as principais fortificações da PN, continuaram as escaramuças tanto em Chaul como em Baçaim, onde se trabalhava num perímetro defensivo de tranqueiras para proteger a sua zona suburbana<sup>221</sup>.

Também durante a monção, estalou a guerra aberta com o Império Mogol, com o ataque a uma embarcação importante em Surate (Surat), como foi referido<sup>222</sup>. A resposta mogol não tardou,

---

*Alvarás nº 3*, fl. 105v, HAG, pub. in, *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. VI, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 927, 962.

<sup>219</sup> Baçaim de Cima (Vasai), coordenadas: 19°20'26"N, 72°48'16"E (BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, vol. I, 1876, pp. 55-66; Carta do capitão de Baçaim Gaspar Pereira datada de 18 de Dezembro de 1613, *DRILM*, António Bulhão Pato (ed.), tom. II, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1884, pp. 463, 464; Cartas do vice-rei Jerónimo de Azevedo datadas de 22 de Março e 7 de Maio de 1613, *Livro de Alvarás nº 3*, fl. 105v, HAG, pub. in, *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. VI, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 927, 962; Carta do vice-rei Jerónimo de Azevedo datada de 22 de Dezembro de 1613, *Livro das Monções nº 12*, Ms. 13, fls. 44v-46, HAG).

<sup>220</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, vol. I, 1876, pp. 60.

<sup>221</sup> Em Baçaim de Cima (Vasai), os portugueses haviam guarnecido: a igreja de Nossa Senhora dos Remédios; a da Madre de Deus de Palle; e a casa de Marcos Rodrigues. Iniciava-se assim uma cortina de madeira e outros materiais desde a derradeira ponta do challe de Marcos Rodrigues até o mar, com palmeiras entulhadas, a respeito da gente a cavalo não passar dali para dentro, de onde ficavam muitos cristãos da terra (BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, vol. I, 1876, pp. 68, 69, 81-92, 107-111, 272, 273; Carta do vice-rei Jerónimo de Azevedo datada de 22 de Dezembro de 1613, *Livro das Monções nº 12*, Ms. 13, fls. 46-49, HAG).

<sup>222</sup> V. *supra*, p. 60.

iniciando-se as incursões de cavalaria sobre a jurisdição de Damão a partir de Setembro de 1613. A PN ficou assim em guerra contra todos os seus vizinhos e ainda contra as embarcações inglesas e holandesas que cruzavam a costa. Contudo, infere-se das crónicas portuguesas que a ameaça mogol sobre Damão durante este conflito nunca atingiu a gravidade dos ataques sobre Baçaim e Chaul. Terá talvez contribuído para esta situação o facto do imperador Jahangir estar envolvido noutras campanhas pelo norte do Índustão e, em relação ao Decão, estar mais empenhado na conquista definitiva do sultanato de Ahmadnagar e derrota de Malik Ambar do que no aniquilamento dos portugueses<sup>223</sup>. Nas frentes contra o sultanato de Ahmadnagar, a guerra atingia o seu pico no último quartel de 1613. Enquanto que em Outubro partia de Goa nova armada para assolar os portos inimigos, os sitiados em Baçaim efectuavam uma tentativa de escalada das muralhas no mês seguinte. Também no Campo de Chaul se intensificavam as incursões, obrigando os portugueses a reforçar as posições defensivas da área<sup>224</sup>.

O terceiro ano de conflito, 1614, começou com a nomeação de um novo capitão-mor da guerra na PN, Gaspar Melo de Sampaio, e a vinda de uma armada de quatrocentos “*soldados velhos*” ou veteranos para o Norte. Os portugueses passaram assim à ofensiva e obtiveram algumas vitórias no primeiro quartel desse ano, tanto nas praganas de Baçaim, como no mar perto da ilha das Vacas (Arnalla Island)<sup>225</sup>, como ainda em Baçaim de Cima (Vasai) “*perto do tanque*” da igreja Nossa Senhora da Graça. Igualmente, em Caranjá (Uran), em meados de Abril, as tropas de Ahmadnagar foram repelidas, tendo o capitão da fortificação prometido um “*larim por cada cabeça*” dos inimigos, que foram depois enviadas como troféu a Baçaim. Em Chaul, travaram-se também despiques no Campo da cidade, obtendo os portugueses sucessos significativos em Março. Durante todo o conflito, o convento da Madre de Deus e algumas outras estruturas resistiram às repetidas investidas das tropas do sultanato. Passando à ofensiva, ainda antes da monção de 1614, algumas sortidas portuguesas conseguiram destruir um importante palmar a norte do Campo, obtendo ainda uma vitória perto de um templo hindu em Chaul de Cima (Cheul)<sup>226</sup>.

---

<sup>223</sup> Pelo menos o cronista António Bocarro, cujo relato temos vindo a seguir, não deu grande relevo às acções mogóis sobre Damão, sendo que as restantes operações bélicas de 1612-1615 foram narradas de forma algo detalhada (BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, vol. I, 1876).

<sup>224</sup> A tentativa de escalada em Baçaim ocorreu em inícios de Novembro de 1613. Em Chaul, recrutaram-se indianos hindus e cristãos para tentar suprir a falta de soldados Europeus (BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, vol. I, 1876, p. 109-111, 218-220; [Certidão de serviços de] *Thomé Lobo Teixeira, fidalgo cavaleiro...*, in [Consultas dirigidas ao Rei pelo Governador da Índia, António Teles de Meneses], Goa a 13 de Novembro de 1640, *Cod. 6946*, fls. 69, 69v, BNP).

<sup>225</sup> Ilha das Vacas (Arnalla Island), coordenadas: 19°27'54"N, 72°43'51"E.

<sup>226</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, vol. I, 1876, p. 51-53, 213-217, 220, 229, 230, 215-254.

As vitórias decisivas para os portugueses aconteceram durante o período da monção de 1614, altura em que, a par da chegada de reforços, se mudaram os quatro ou cinco capitães da gente-de-guerra aquartelada nas fortificações principais. Duas incursões sobre aldeias próximas a Chaul de Cima (Cheul) permitiram aliviar a carestia de mantimentos na cidade portuguesa, subtraindo-os ao arraial do sultanato. Uma ofensiva naval também a partir de Chaul logrou incendiar uma nau que hibernava em Danda-rajapur. Embarcações ligeiras continuavam a defender a ilha de Salcete, registando-se também alguns raids portugueses perto de Galiana (Kalyan) e Biundi (Bhiwandi). Entretanto, as fortificações de Asserim (Asherigad) e Manorá (Manor) eram eficazmente socorridas e providas de mantimentos, tendo resistido praticamente cercadas e isoladas durante pelo menos dois anos de guerra<sup>227</sup>.

A norte de Damão alcançava o novo capitão da gente de guerra, Vasco da Gama, uma importante vitória sobre o arraial mogol que estava acampado provavelmente no sopé de Pareri (Pardi)<sup>228</sup>. Consequentemente, as tropas mogóis abandonaram a jurisdição do Estado, recuando para Bulsar (Valsad). Galvanizados com esta vitória, os soldados portugueses embarcaram em Damão numa esquadra, atacando de seguida a cidade de Baroche (Baruch) - situada cerca de 150 km para Norte da cidade portuguesa -, e as embarcações ancoradas no seu porto<sup>229</sup>.

Com as últimas acções ofensivas de Setembro a Novembro de 1614 e uma vitória portuguesa perto da aldeia de Virar no Campo de Baçaim<sup>230</sup>, suspendiam-se as hostilidades com Ahmadnagar no final desse ano. Começou-se assim a desviar soldados para atacar os portos mogóis no Golfo de Cambaia - como Goga (Ghogha), atacado em Dezembro -, e também para guerrear as embarcações inglesas perto de Surate (Surat)<sup>231</sup>.

A paz favorável com o Império Mogol estava em boa medida dependente de uma vitória contras as embarcações dos rivais europeus, pois o bloqueio naval e a exclusividade do sistema de cartazes eram as principais armas dissuasoras do Estado contra o seu poderoso vizinho. Assim, nos últimos dias de

---

<sup>227</sup> Pouco antes da monção de 1614, o vice-rei Jerónimo de Azevedo enviou para a PN uma armada com quinhentos soldados. Vasco da Gama foi nomeado capitão-mor da gente de guerra em Damão; Luís da Cunha capitão-mor da guerra em Chaul; Francisco Cardoso de Almeida capitão-mor da guerra em Baçaim; e Bartolomeu Coelho Sodré capitão-mor da guerra em Taná (Thane). (BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, vol. I, 1876, pp. 255, 256; 266, 267, 260, 261, 267-271, 281, 286, 287 289, 290; Carta do vice-rei Jerónimo de Azevedo datada de Abril de 1614, *Livro das Monções nº 12*, Ms. 13, fls. 169-172v, HAG).

<sup>228</sup> Pareri (Pardi), coordenadas: 20°30'29"N, 72°56'48"E.

<sup>229</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, vol I, 1876, pp. 308-312; Carta do vice-rei Jerónimo de Azevedo datada de 31 de Dezembro de 1614, *Livro das Monções nº 12*, Ms. 13, fls. 161-167, HAG.

<sup>230</sup> Virar, coordenadas: 19°27'24"N, 72°48'45"E.

<sup>231</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, vol. I, 1876, pp. 315-318, 327-333; Carta do vice-rei Jerónimo de Azevedo datada de 31 de Dezembro de 1614, *Livro das Monções nº 12*, Ms. 13, fls. 161-167, HAG.

1614, o vice-rei Jerónimo de Azevedo embarcava em Goa, como já foi referido, à testa de uma poderosa armada para combater os ingleses e assentar pazes na PN<sup>232</sup>. Apesar da derrota portuguesa nessa batalha naval<sup>233</sup>, o vice-rei permaneceu durante o primeiro quartel de 1615 no Golfo de Cambaia e na PN, iniciando as formalidades de pazes tanto com Ahmadnagar como com o Império Mogol. No início da monção desse ano, a par da desmobilização da gente de guerra ainda estante nas cidades da PN, firmou-se um primeiro documento de tréguas entre o capitão de Surate (Surat) e Gonçalo Pinto da Fonseca, vedor geral da Fazenda. Esse documento foi depois enviado para Goa, sendo ratificado pelo vice-rei alguns meses mais tarde, terminando assim formalmente a guerra na PN. A cláusula principal determinava que o Império Mogol não tivesse “*commercio algum com as ditas nações*” inglesa e holandesa, “*nem em seus portos serão recolhidos, nem providos de mantimentos, nem de alguma outra coisa*”. Já em Outubro de 1615, firmavam-se as pazes com Ahmadnagar, contendo uma cláusula semelhante<sup>234</sup>.

Apesar dos tratados favoráveis assinados com o Império Mogol e com o sultanato de Ahmadnagar, a guerra de 1612-1615, entendida no contexto geral do conflito pela supremacia naval no Mar da Arábia em geral e porto de Surate (Surat) em particular, não representou tanto uma vitória mas antes o canto do cisne dos portugueses. Quebrada a hegemonia portuguesa nos mares, tornava-se impossível sustentar o sistema de cartazes imposto ao Império Mogol. Efectivamente, depois de década e meia de enérgicas acções ofensivas contra os rivais europeus nos primeiros anos de Seiscentos, as forças navais do Estado passaram à defensiva, procurando essencialmente proteger as rotas mercantis que lhes restavam, tentando impedir que os seus próprios portos fossem conquistados ou bloqueados. Este cenário desastroso foi compreendido pela corte dos Habsburgos, que não o perdoou ao vice-rei Jerónimo de Azevedo<sup>235</sup>.

---

<sup>232</sup> Carta do vice-rei Jerónimo de Azevedo datada de 31 de Dezembro, *Livro das Monções nº 12*, Ms. 13, fls. 161-167, HAG; [Certidão de serviços de] *Manoel de Siqueira de Matos moço da Camara...*, in [Consultas dirigidas ao Rei pelo Governador da Índia, António Teles de Meneses...], Goa a 13 de Novembro de 1640, *Cod. 6946*, fl. 83, BNP.

<sup>233</sup> V. *supra*, pp. 60, 61.

<sup>234</sup> As negociações com Ahmadnagar iniciaram-se em Março de 1615 por via de um enviado português, António Monteiro de Corte Real, a Daulatabad (coordenadas: 19°56'33"N, 75°12'47"E) empregando-se um agente do sultanato de Bijapur enquanto intermediário. O tratado assinado entre as duas potências a 9 de Outubro de 1615 previa a revalidação daquele celebrado em 1571, adicionando a cláusula contra ingleses e holandeses. Dois anos depois, confirmavam-se as pazes e resolvia-se também o litígio relativo às propriedades portuguesas em Chaul de Cima (Cheul) e ainda a demarcação da fronteira meridional do território português no Campo de Chaul, identificado como o “*limite de Tigão até Ragaçaim*”. A diplomacia com o Império Mogol fazia-se por via de missionários jesuítas estantes em Surate (Surat) e Agra, em contacto com o vedor da Fazenda Geral na PN, Gonçalo Pinto da Fonseca (BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado Portuguez fez...*, tom. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 189-196; BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, vol. I, 1876, pp. 352-354, 392-400; PISSURLENCAR, Panduranga, “A extinção do reino de Nizam Shah”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 27, Bastorá, Tip. Rangel, 1935, pp. 101, 102).

<sup>235</sup> Quando chegou a Goa, a 17 de Novembro de 1617, o novo vice-rei João Coutinho, Conde do Redondo trazia ordens para enviar preso para o reino Jerónimo de Azevedo. Este veio a falecer na prisão do Castelo de São Jorge, Lisboa em 1625 (BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, vol. II, 1876, p. 754).

### ***Intervenções no Sistema Defensivo***

O período aqui abordado foi de crucial importância para a concepção e evolução do sistema defensivo da PN. Tanto a edificação da robusta cerca abaluartada de Chaul como a da imponente muralha de Damão foram catalisadas pelos ataques de 1570-1571 e 1572, respectivamente. Este facto não significa que ambas as cidades estivessem completamente indefesas antes daqueles momentos de crise. Garantidamente para o caso de Damão e muito provavelmente para Chaul, existiam já as omnipresentes tranqueiras de paus rolados de madeira de teca e espinhos, incorporando alguns bastiões mais robustos e entulhados com materiais mais ou menos perenes, selando as bocas das ruas principais entre o casario e ainda os muros de propriedades fortalecidos com andaimes para a espingardaria.

Estas estruturas defensivas ad-hoc edificadas antes e durante os assédios mencionados, amiúde descritas nas fontes portuguesas, formaram como que um primeiro esqueleto das cercas amuralhadas em pedra e cal subsequentes. Necessariamente, a coexistência solidária das antigas cortinas de paus rolados e seus bastiões em madeira e entulhos com as novas cercas abaluartadas de pedra e cal em edificação foi longa. A transição de um sistema para o outro fazia-se certamente por secções, evitando expor as cidades a perigos ainda maiores. Por outro lado, outras fortificações mais pequenas ao longo da PN integravam simultaneamente de forma premeditada elementos de materiais perenes e outros de materiais efémeros. Com esta promiscuidade tectónica em mente é possível compreender melhor a evolução das fortificações da PN<sup>236</sup>.

Em Chaul, estas estruturas foram edificadas na sua maior parte imediatamente antes ou durante o cerco de 1570-71, começando a ser substituídas por muralhas e baluartes findas as hostilidades. Nuno Freire de Andrade, capitão da cidade durante o cerco, e Alexandre Sousa Freire, seu sucessor, tiveram um papel determinante na edificação da muralha do lado sul e sudoeste da cidade, ou seja, a zona imediatamente a oeste do forte manuelino e ao longo da praia, perto do convento dominicano. As características desta secção de muralha e dos torreões que a intercalavam eram menos robustas que as zonas de cerca abaluartada do lado Norte e Nordeste. Para esta zona, contudo, não foi possível localizar documentos com informações sobre a datação das obras<sup>237</sup>.

Já em Damão, estas mesmas estruturas efémeras foram sendo construídas paulatinamente a partir da conquista da cidade, visto que em 1573, o vice-rei achando “*a cerca mui grande a cortou e a fez mais restringida e de melhor forma para se poder defender*”. Esta cerca, nas palavras de Couto, não compreendia “*mais muros que uns entulhos altos de areia, e mettidos por elles humas arvores, e hervas leiteiras mui grandes, e espessas, às quaes se não póde chegar para cortar, porque o leite dellas, se dá nos*

---

<sup>236</sup> Sobre a diversidade e justaposição de diferentes materiais construtivos, V. *infra*, 4. “Conclusão”, pp. 608-611.

<sup>237</sup> V. *infra*, 3.1.1. “Chaul”, pp. 197-203.

*olhos, logo os cega*”. Depreende-se também pelo mesmo relato que já existiam pelo menos duas estruturas denominadas baluartes, mas da “*mesma feição*” que as defesas anteriores. Imediatamente antes e durante o cerco de 1581, restaurou-se e reforçou-se a cerca existente, conforme nos relata Diogo do Couto, edificando-se inclusivamente uma cortina, necessariamente de madeira, para “*fechar a praia, da ponta do Baluarte de sobre a barra até o mar*”<sup>238</sup>.

Em Baçaim, prosseguiram as obras na cerca abaluartada precocemente iniciada em 1554. Novamente, não tenho dúvida que a par das novas secções de muralha de pedra e cal, se tenham mantido durante largos anos as primitivas cortinas de madeira com seus “*vallos e espinhos*”. Aliás, outro cenário não faria sentido. As guerras de 1571, 1581 e 1594 devem ter servido de estímulo para o andamento das obras. Ainda assim, a escrever por volta de 1584, o senado da cidade informava a metrópole que não havia qualquer “*baluarte acabado, nem pano de muro fechado*”. Durante as duas décadas seguintes, e até o fim do período abordado, várias menções à obra de fortificação na correspondência oficial aludem às dificuldades e litígios com o senado de Baçaim relativos ao financiamento da obra<sup>239</sup>. Um relatório mais pormenorizado do ouvidor-geral, Francisco Monteiro Leite, informava que a parte mais incompleta da cerca abaluartada era a da zona da “*vaza*”, ou seja, a Norte. As partes oeste e sul, da “*praia*”, eram as mais adiantadas<sup>240</sup>. Quando eclodiu a guerra com Ahmadnagar e o Império Mogol, o essencial da cerca abaluartada estaria já edificada, referindo-se a uma tentativa inimiga de a escalar nessa peleja<sup>241</sup>. Nesse contexto, também se defenderam nos arrabaldes de Baçaim algumas posições, como ficou dito - contudo, esta iniciativa não se cristalizou numa efectiva fortificação dos arrabaldes da cidade, como viria a acontecer em Chaul ou, em menor escala, em Damão.

Foi portanto num cenário de intensa actividade construtiva que o engenheiro-mor Battista Cairatti visitou a PN, algures na década de 80 do século XVI. Sabemos muito pouco sobre a sua actuação no

---

<sup>238</sup> V. *infra*, 3.1.3. “Damão”, pp. 268-279 (COUTO, Diogo do, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, Lisboa, Escripório, 1903, pp. 60-63; BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, cap. 4, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 39-43; BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década IX, cap. 13, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 70, 71, 74; COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década X, cap. 5, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, p. 186).

<sup>239</sup> Cartas régias datadas de 7 de Fevereiro de 1586, 8 e 22 de Março de 1588, 6 de Fevereiro de 1589, 12 de Janeiro de 1591, 18 de Fevereiro de 1595, *Livro das Monções nº 3A*, Ms. 4, fls. 130-131v, 346-348v, 285-286, 334-343 e 406-425, 529-535v, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 61-66, 218-223, 155-158, 192-204 e 242-274; 473-483; Carta régia datada de 15 de Fevereiro de 1593, *Livro das Monções nº 2A*, Ms. 2, fls. 126-137, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 366-383; Carta régia datada de 5 de Fevereiro de 1596, *Livro das Monções nº 4*, Ms. 6, fls. 758-763, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 683-692; Carta régia de 10 de Março de 1598, *Livro das Monções nº 2B*, Ms. 4, fls. 406-407v, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 861-864.

<sup>240</sup> Lembrança das cousas do Norte pelo ouvidor-geral por Francisco Monteiro Leite datado de 25 de Junho de 1602, *Ms. 11410*, fls. 73-84, BNP.

<sup>241</sup> V. *infra*, 3.1.2. “Baçaim”, p. 246 (BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, vol. I, 1876, pp. 215-218).

território, para além de ter merecido louvores do vice-rei Francisco de Mascarenhas<sup>242</sup>. É certo que interveio em Damão e Baçaim, mas o mesmo não é seguro para as obras em Chaul<sup>243</sup>. Sobre a actuação de Júlio Simão, jovem arquitecto que acompanhou à Índia o novo vice-rei Francisco da Gama, sabemos ainda menos<sup>244</sup>. De destacar ainda a visita à PN de António Pinto da Fonseca, provedor da Fazenda geral, em 1613, visto levar várias instruções sobre fortificação, nomeadamente para Diu<sup>245</sup>.

Para o restante território, as notícias concretas sobre fundações de novas fortificações são escassas para este período, mas sem dúvida que o clima bélico conduziu a várias intervenções. Uma das mais salientes ocorreu em Tarapur, segunda povoação em importância do distrito de Damão. Por acção do vedor da Fazenda Domingos Pais, que em 1593 se encontrava na PN, a tranqueira em madeira da povoação foi substituída por uma fortificação de materiais perenes. Esta decisão, tomada num contexto de guerra com o sultanato de Ahmadnagar, reflecte a importância da povoação, à qual não terá sido alheio a fixação de uma missão dominicana no local. Outras estruturas religiosas e ainda a Misericórdia atestam a vitalidade de Tarapur e o movimentado comércio regional do seu porto<sup>246</sup>.

Por seu turno, a conquista do Morro de Chaul, em 1594, colocou um desafio aos engenheiros e militares do Estado dadas as dimensões da fortificação e características topográficas do local. Enquanto que numa primeira instância se desmantelou parte das estruturas, intervenções posteriores tomaram a direcção oposta, com a edificação de novas cortinas e dependências<sup>247</sup>.

Decorreram deste último conflito uma série de outras iniciativas na defesa da PN, algumas das quais apenas se materializaram passados longos anos. Por um lado, a derrota portuguesa nas duas batalhas do Poço de Surate (Suvali) e a ameaça naval anglo-holandesa conduziram a uma tentativa de reforço das defesas das barras e ancoradouros principais do território, para além de um reforço geral das fortificações das suas três cidades. Por outro, face à rapidez com que os exércitos de Ahmadnagar

---

<sup>242</sup> Carta régia datada de 21 de Janeiro de 1587, *Livro das Monções nº 3*, Ms 5, fl. 162, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 79-86; Carta régia datada de 7 de Março de 1596, *Livro das Monções nº 4*, Ms. 6, fls. 617-621, HAG; VITERBO, Sousa, *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros...*, Lisboa, Imprensa Nacional, vol. I, 1899, pp. 154-157.

<sup>243</sup> A planta de Damão contida no *Atlas do Marquês de Héliche*, estante no Arquivo Militar da Suécia poderá fornecer pistas para a actuação de Cairatti em Damão V. *infra*, 2.1.3. “Damão”, pp. 268-279 (*Imágenes de un imperio perdido: el Atlas del Marqués de Heliche...de Leonardo de Ferrari*; ed. Rocío Sánchez Rubio, Isabel Testón Núñez e Carlos M. Sánchez Rubio, Junta de Extremadura, [Mérida], [2004]; Carta régia datada de Março de 1588, *Livro das Monções nº 3*, Ms 5, fl. 285, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, p. 157).

<sup>244</sup> Carta régia datada de 7 de Março de 1596, *Livro das Monções nº 4*, Ms 6, fl. 731, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. II, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, p. 604.

<sup>245</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Ciencias de Lisboa, vol. I, 1876, pp. 7,8, 38, 39.

<sup>246</sup> V. *infra*, 3.2.3. “Tarapur” pp. 335-346.

<sup>247</sup> V. *infra*, 3.2.8. “Morro de Chaul (Korlai)”, pp. 406-408.



varreram as praganas sertanejas de Baçaim, chegando facilmente ao seu cassabé, levou o vice-rei Jerónimo de Azevedo a reestruturar o sistema de tranqueiras na raia da PN, trasladando e fundando novas posições<sup>248</sup>. Houve também lugar a um reforço das posições defensivas do rio de Taná (Thane), onde Freire de Andrade mandou edificar uma tranqueira “*defronte da aldeia de Pareica*” (Parsik)<sup>249</sup>. Note-se que durante todo o período agora abordado, a defesa da vital ilha de Salcete e arquipélago de Bombaim foi assegurada essencialmente por uma eficaz armada de embarcações ligeiras que percorriam as orlas e rios das ilhas, prevenindo qualquer tentativa de atravessamento ou de desembarque.

Finalmente, importa referir que o clima de ameaça constante, especialmente devido às incursões do reinos feudatários vizinhos e aos raide de corsários e piratas, levou à disseminação generalizada de torres e casas-torre particulares por praticamente todo o território, processo iniciado nas décadas de 50 e 60 do século XVI<sup>250</sup>.

### ***Administração***

Como foi exposto por Luís Filipe Thomaz, o período de crise de 1565-1575 contribuiu para o enraizamento das tensões sociais entre os reinóis e os *casados* ou *descendentes*, grupo social que foi progressivamente adquirindo visibilidade e vocalidade a partir da segunda metade do século XVI<sup>251</sup>. Enquanto que os primeiros ocupavam invariavelmente os postos mais altos do aparelho de Estado, como os dos capitães de praças e de armadas e os altos cargos da justiça, os segundos tornaram-se progressivamente mais numerosos especialmente nas zonas de colonização territorial portuguesa, como a PN. Assim, enquanto que muito dos capitães apenas pretendiam servir os seus triénios, juntar *fama e cabedal* e voltar para o reino, os casados tinham outros interesses e ambições menos ligadas à rede de clientelismo estatal que recompensava a fidalguia reinol.

É nesse contexto de dissociação de interesses que as câmaras municipais da PN adquirem importância e eco junto da metrópole, catalisando os interesses dos casados e denunciando repetidamente os abusos ou corrupção dos militares e oficiais do Estado nas suas cidades. É também possível que esta tensão social tenha contribuído para a decisão do Estado de nomear as ordens religiosas como administradores das obras de fortificação na PN, experiência primeiro ensaiada com

---

<sup>248</sup> V. *infra*, 3.4.2. “Distrito de Baçaim”, pp. 528-536

<sup>249</sup> V. *infra*, 3.3.16. “Pareica (Parsik)” p. 486.

<sup>250</sup> V. *infra*, 4. “Conclusão”, pp. 599-605.

<sup>251</sup> V. *supra*, 2.1. “Génese, ocupação e consolidação, 1521-1570”, p. , nota THOMAZ, Luís Filipe, “A Crise de 1565-1575 na História do Estado”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, pp. 481-520.

os dominicanos e jesuítas em Damão<sup>252</sup>. Certo é que estas clivagens entre portugueses na PN adquiriam contornos mais dramáticos durante as visitas dos altos cargos das autoridades de Goa, tanto do provedor geral da Fazenda como do ouvidor-geral do Crime ou dos Inquisidores<sup>253</sup>. Claro que esses eram também os momentos que se tomavam várias e onerosas iniciativas relativas ao sistema defensivo do território.

Com este cenário em mente, pode-se enumerar alguns momentos de crise que espelham o conflito – muitas vezes surdo – entre reinóis e casados na PN, ainda que nem todos tenham tido sido espoletados por desentendimentos exclusivamente sociais. Um dos mais graves ocorreu em Damão, em 1581, quando um grupo de soldados amotinados que regressava de uma armada se entrincheirou numa das zonas da cidade, obrigando os moradores a recolherem às “*suas casas, onde se fortificaram*”. Seguiram-se mais desacatos em 1587, que conduziram à prisão do capitão-mor da cidade, Luís de Meneses, volvidos dois ou três anos<sup>254</sup>. Por volta da mesma altura, ocorreram tumultos também em Baçaim<sup>255</sup>. Relacionado ou não com estes acontecimentos, o fidalgo Rodrigo de Castro foi aprisionado na PN em 1590 e depois decapitado em Goa por “*sentença da Rellação por culpas graves e grandes*”, pena severa aplicada possivelmente para tentar pôr cobro a uma excepcional vaga de desordem<sup>256</sup>. Foi assim no último quartel de Quinhentos que se colheram as primeiras tempestades do conflito que opôs casados ou descendentes a reinóis, clivagem social que se tornou o *leitmotif* transversal a muitas questões internas do Estado e que, na minha leitura, atingiu o seu estado mais endémico na esfera da PN durante o século XVII<sup>257</sup>.

Relativamente à religião, indubitavelmente, este foi o período áureo da missionação portuguesa na PN. Após o trabalho precursor de frei António do Porto nas duas décadas anteriores, entraram em

---

<sup>252</sup> V. *infra*, 2.3.3 “Quatro décadas relativamente pacíficas”, pp. 92, 93.

<sup>253</sup> Durante o período agora abordado, as visitas de provedores gerais ou vedores da Fazenda tornaram-se praticamente anuais, enquanto que as dos ouvidores-gerais oscilavam conforme a gravidade dos casos de justiça (Regimento do provedor e visitador-geral António Pinto da Fonseca datado de 9 de Novembro de 1611, *Livro de Alvarás nº 2*, fls. 274, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. VI, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 872-878; Carta régia datada de 16 de Fevereiro de 1587, *Livro Vermelho da Relação*, fl. 119v, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. V, pt. II, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1866, p. 1139).

<sup>254</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década X, liv. 3, cap. 4, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 287-299; SOUSA, Alfredo Botelho de, *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia*, vol. I, Lisboa, Imprensa da Armada, 1930, pp. 120-122; Carta régia datada de Janeiro de 1591, *Livro das Monções nº 3*, Ms 4, fl. 430, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, p. 287; Carta régia datada de 6 de Fevereiro de 1589, *Livro das Monções nº 2*, Ms 2, fl. 48, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 168-170.

<sup>255</sup> Em Baçaim, registaram-se tumultos para o ano de 1588 (Carta régia datada de Janeiro de 1591, *Livro das Monções nº 3*, Ms 4, fl. 430, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, p. 287).

<sup>256</sup> Carta régia datada de 12 de Janeiro de 1591, *Livro das Monções nº 3*, Ms 4, fl. 406, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 265, 266.

<sup>257</sup> Para um relato de alguns desacatos mais notórios neste período, V. *Relaçam da mais extraordinaria, admiravel, e lastimosa tormenta de vento... era de 1618, aos 17 do mes de Mayo*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619.

cena os dominicanos e agostinhos, enquanto que o trabalho de conversão dos jesuítas, depois de algumas partidas em falso, vingou plenamente neste período. Apoiados pelas várias medidas legisladoras pró-cristãs de fins do período anterior e embalados pelo rejuvenescido espírito de cruzada que brotou na Índia durante a crise de 1565-1575<sup>258</sup>, os missionários inicianos completaram assim a conversão da ilha de Salcete, factor essencial para o desenvolvimento da sua residência fortificada em Bandorá (Bandra)<sup>259</sup>.

Por seu turno, os dominicanos, já implantados nas três cidades da PN, centraram a sua actividade missionária no distrito de Damão, onde viriam a assumir regularmente o cargo de Pai dos Cristãos, à semelhança do que acontecia em Chaul. É possível que esta preferência tenha decorrido de um acordo tácito sobre esferas missionárias negociado com as outras ordens. Certo é que a sua actividade missionária na jurisdição de Damão foi um pálido reflexo daquela dos jesuítas na de Baçaim.

Os agostinhos, talvez por chegarem tardiamente, tiveram uma presença algo discreta na PN, apesar de também terem fundado casas nas quatro cidades e ainda na vila de Taná (Thane) durante este período. Estas estruturas serviam de base de apoio à actividade missionária na região do Golfo Pérsico, esfera onde a ordem concentrava nesta altura grande parte dos seus esforços missionários.

Finalmente, os franciscanos, ordem mais antiga a missionar na PN, viam o seu papel pioneiro e militante ser eclipsado pelos jesuítas. Ainda assim, a peregrina missão de Manapacer (Mandapeshwar) continuou a polarizar uma produtiva rede de paróquias, servindo a sua aldeia-missão de exemplo para as congéneres jesuítas<sup>260</sup>.

Apesar da expansão e produtividade da acção missionária na PN neste período, esta nunca penetrou nas praganas sertanejas do distrito Baçaim, como já ficou referido no subcapítulo anterior. No distrito de Damão, a actividade missionária foi também extremamente limitada, cingindo-se aos arrabaldes da cidade de Damão e às proximidades das fortificações costeiras, como Nargol, Sangens (Sanjan), Danu (Dahanu), Tarapur e Mahim-quelme (Kelwamahim). Exteriores a estes territórios e locais, a presença da igreja católica era praticamente inexistente, limitando-se a uma ou duas estruturas dentro dos recintos fortificados para assistência das guarnições ou a ermidas sem párocos.

Se, para o caso de Baçaim, esta delimitação tão cristalina pode ter sido causada pela assistência dos capitães feudatários hindus vassalos nas praganas de terra firme, para o caso do distrito de Damão, a

---

<sup>258</sup> V. *supra*, 2.1. “Génese, ocupação e consolidação, 1521-1570”, pp. 38, 39 (THOMAZ, Luís Filipe, “A Crise de 1565-1575 na História do Estado”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, pp. 487, 488).

<sup>259</sup> V. *infra*, 3.3.19 “Residência fortificada de Santa Ana de Bandorá (Bandra), pp. 498-501.

<sup>260</sup> Manapacer (Mandapeshwar), coordenadas: 19°14’40”N, 72°51’11”E. V. *infra*, 3.4.2. “Distrito de Baçaim”, p. 553.

explicação para esta dicotomia não se reduz certamente a uma fraca vocação missionária por parte dos dominicanos.

Talvez o facto de a aquisição e ocupação portuguesa das terras de Damão não ter assentado num legítimo acordo de transferência de soberania - como ocorreu com Baçaim - e ainda a vizinhança desta parcela territorial com o Império Mogol, a partir de 1571-72, tenham inibido os portugueses de pôr em campo as habituais campanhas de missionação e conversão<sup>261</sup>. Talvez ainda, por motivos que desconheço, a resistência à conversão tenha sido maior entre os aldeãos do distrito de Damão que entre as comunidades piscatórias da ilha de Salcete e arquipélago de Bombaim. Efectivamente, enquanto missionários jesuítas como frei António dos Quadros convertiam grande parte da população hindu da ilha de Salcete ou do Cassabé de Baçaim, no distrito de Damão, não localizei nenhuma notícia de conversões exteriores à esfera da cidade portuguesa e seus arrabaldes para este período – ou para qualquer outro momento da história da PN.

Seja como for, afigura-se certo que os próprios foreiros portugueses das aldeias de Damão e das praganas de terra firme de Baçaim tiveram um papel fundamental em perpetuar esta dicotomia missionária, após a sua implantação<sup>262</sup>. Durante uma visita de um missionário dominicano à PN em 1633, por exemplo, este tentou fundar “*huma casinha e igreja*” numa aldeia sertaneja, intento que foi frustrado pelo facto de “*nenhum senhorio das aldeas o consentir em suas terras*”<sup>263</sup>. António Bocarro fez eco deste tipo de situações para o distrito de Damão, afirmando que os religiosos tinham “*grandes queixas de não favorecerem os senhorios*” a introdução da missionação na aldeias daquela jurisdição<sup>264</sup>. Levanta-se assim a hipótese de o *lobby* dos foreiros ter conseguido limitar a expansão da actividade missionária, provavelmente alegando que a fragilidade económica e defensiva das suas aldeias tornava demasiado arriscada a progressão da missionação e perseguição da população hindu, potencialmente causadoras de graves convulsões.

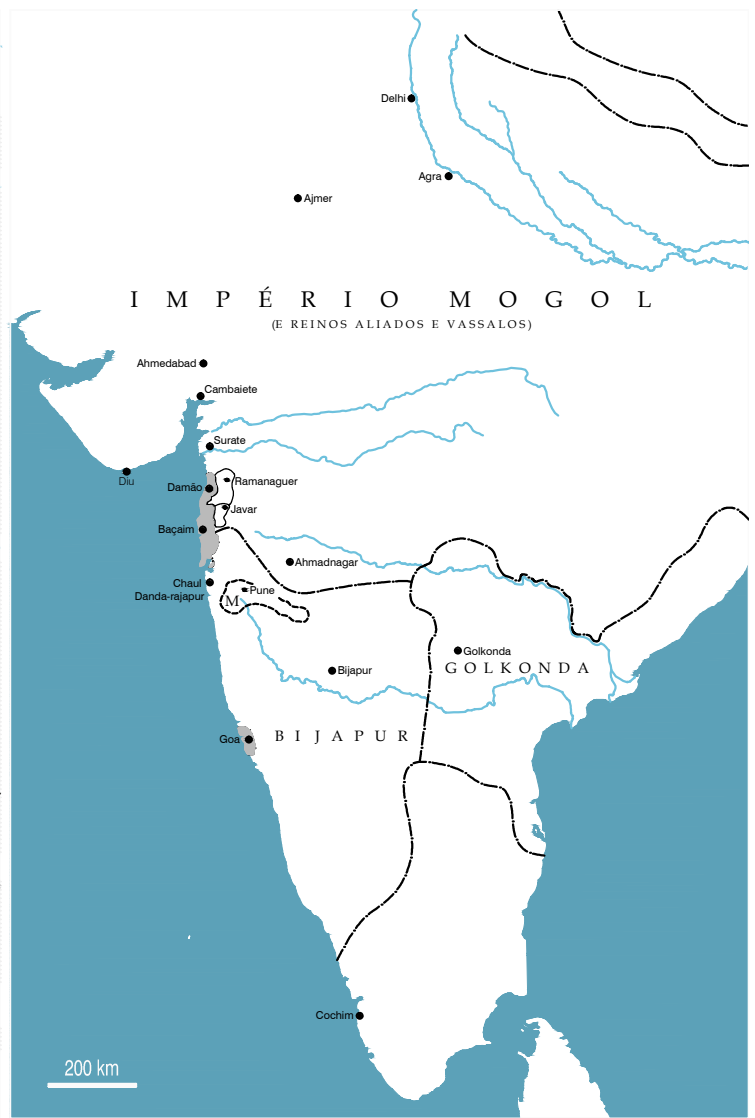
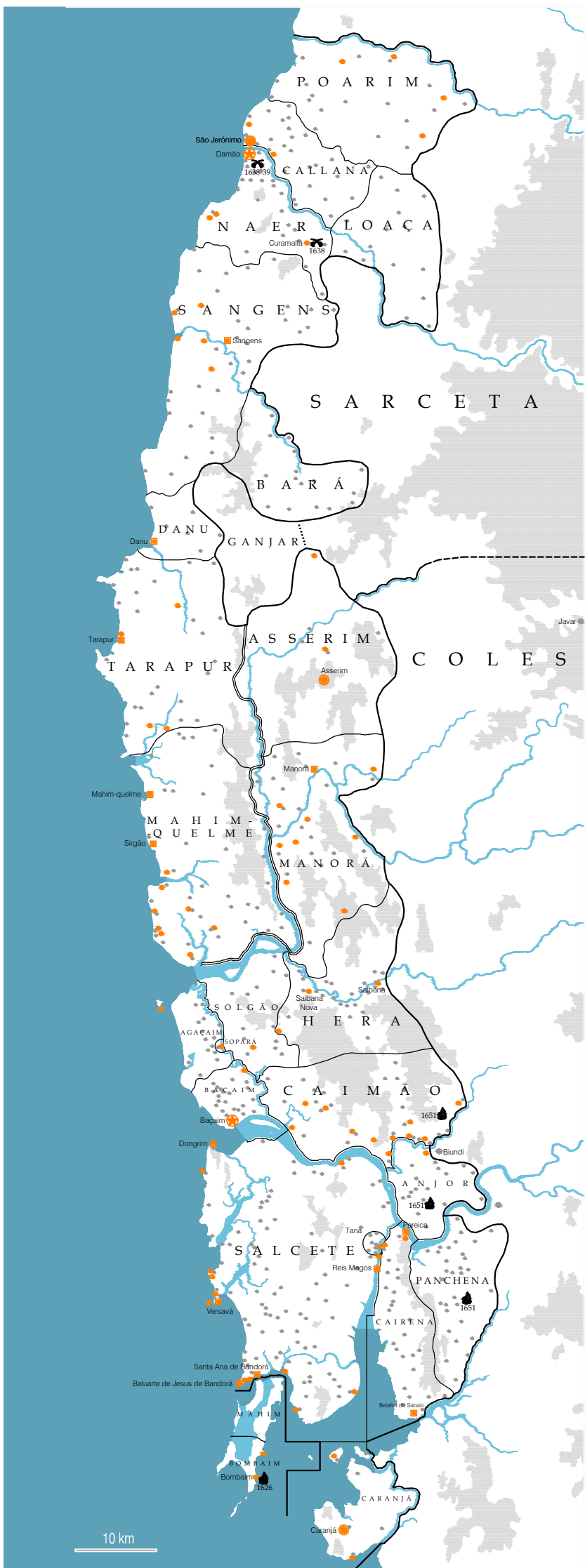
---

<sup>261</sup> Importa aqui referir a provisão do vice-rei Luís de Ataíde de 1578 garantindo algumas liberdades aos hindus face à pressão das conversões (Provisão do vice-rei Luís de Ataíde datada de 16 de Dezembro 1578, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. V, pt. III, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 949-951).

<sup>262</sup> TEIXEIRA, André Dias, *Baçaim e o seu território: política e economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2010, pp. 167, 168.

<sup>263</sup> *Relações summarias de alguns serviços que fizeram a Deos, & a estes reynos, os religiosos dominicos...*, Lisboa, Lourenço Craesbeeck, 1635, pp. 10, 10v.

<sup>264</sup> BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], vol. II, Isabel Cid (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 88.



Mapa do Decão, 1646

- Cidade
- Território da Província do Norte
- Limites das potências principais

Figura 6.

Mapa da Província do Norte, 1615-1658

- Cidade com cerca abaluartada
- Fortificação principal
- Fortificação secundária
- Tranqueira, torre ou casa-torre
- Entidade geo-tributária
- Batalha
- Revolta ou raide
- Limite da Província do Norte
- Limite de pragana ou cassabé

### 2.3. Quatro décadas relativamente pacíficas, 1615-1658

*“È circondata Daman di mura forti a guisa di buona fortezza: ha territorio grande e molte ville sotto di sé; [...] i Portoghesi di Daman però son tutti cavalieri, e tengono molti buoni cavalli arabi, anzi sono obbligati a tenergli, perché con quelli escono bene spesso a cavallo a far guerra in difesa del loro territorio, quando occorra, sebbene per lo più sogliano stare, come al mio tempo stavano, in pace. In Daman gustai la prima volta [...] molti frutti strani dell'India [...]: la papaia, il casù o cagiù, il giambò o iambò, la manga ovvero amba e li ananas...”*

Pietro della Valle, 1623<sup>265</sup>

#### **Introdução**

As duas batalhas do Poço de Surate (Suvali) em 1612 e 1615 ditaram o fim da supremacia naval dos portugueses no Índico, como já foi referido. Seguiu-se uma longa vaga de acções bélicas por parte de ingleses e especialmente de holandeses, em que estes conquistaram, atacaram ou bloquearam um número considerável de fortificações ao longo de toda a extensão do Estado da Índia. Neste contexto, não deixa de ser notável o facto da PN ter escapado praticamente ilesa a este período de assédio. Aparentemente o comércio dos seus portos e as riquezas do seu *hinterland* não foram suficientes para atrair a cobiça dos rivais europeus. De facto, excluindo o ataque localizado à aldeia de Bombaim em 1626, não houve qualquer acção directa por parte das novas potências europeias contra o território da PN – apesar de Diu ter estado nitidamente nas suas miras.

Porém, nas águas do Golfo de Cambaia e com epicentro na foz do Rio Tapti, prolongou-se durante este mesmo período o intenso conflito naval entre as potências europeias rivais, que se havia iniciado ainda nos primeiros anos de Seiscentos. E naturalmente que este conflito, aliado às batalhas e bloqueios noutras cidades importantes do Estado, teve duras consequências para as cidades e economia da PN.

Excluindo o cerco mogol a Damão em 1638-1639, também não se registou qualquer ameaça de vulto ao território da PN por parte dos seus vizinhos Indianos. Tantas as relações com o Império como com os sultanatos de Ahmadnagar e de Bijapur foram de modo geral cordiais, e isto apesar

---

<sup>265</sup> VALLE, Pietro della, *Viaggi di Pietro della Valle, Il Pellegrino...*, vol. II, Brighton, G. Gancia, 1843, p. 581.

das convulsões bélicas que afectaram estas duas últimas potências do Decão. Registaram-se apenas as habituais acções de guerrilha dos feudatários vizinhos e um ataque sobre o Morro de Chaul (Korlai).

Todo este panorama relativamente pacífico no território da PN contrasta fortemente com o resto da Estado da Índia. De facto, este período foi precisamente um dos mais dramáticos para os portugueses desde o Golfo Pérsico a Macau, passando por Ceilão e o Golfo de Bengala.

Contudo, na última década deste período e bem perto das fronteiras da PN, assistiu-se à emergência de uma nova potência no Decão: os maratas. Beneficiando das guerras da expansão mogol sobre os sultanatos de Bijapur e Ahmadnagar, os clãs guerreiros maratas adquiriram maior poder e autonomia e começaram a expandir a sua base territorial. Com o início da carreira militar de Shivaji Bhosle em 1646 – data em que provavelmente ocorreu a primeira batalha entre este e os portugueses –, os horizontes da PN começaram a escurecer. Mas seria necessário esperar uma década para o nome do jovem líder surgir na correspondência portuguesa e o Estado reconhecer o perigo da ameaça marata sobre a integridade territorial da PN.

### ***Relações com o Império Mogol e os sultanatos do Decão, 1615-1638***

A relações luso-mogóis durante as duas décadas após as pazes de 1615 foram excepcionalmente pacíficas<sup>266</sup>. O tratado firmado previa que os ingleses e holandeses fossem excluídos do comércio dos portos do Império, como Surate (Surat), mas esta cláusula foi ignorada pelos diversos governadores e oficiais mogóis<sup>267</sup>. O Estado já não tinha capacidade bélica para impor a cláusula por força das armas, ao mesmo tempo que se deteriorava rapidamente o sistema de cartazes, tanto com o império Mogol como com o sultanato de Ahmadnagar<sup>268</sup>. Gerou-se assim uma acomodação ao novo *status-quo* que funcionou bem, especialmente durante o período em que Mukarrab Khan (g. 1616-1618) e Shahjahan, futuro imperador, foram vice-reis do Gujarate (g. 1618-1622)<sup>269</sup>. O Estado também

---

<sup>266</sup> Apesar de se tomarem precauções para reforçar as guarnições das cidades da PN quando os exércitos mogóis se aproximavam das suas fronteiras. V. por exemplo: carta do governador Fernão de Albuquerque datada de 18 de Fevereiro de 1622, *DRILM*, Silva Rego (ed.), tom. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1975, pp. 385-387.

<sup>267</sup> V. *supra*, 2.2. “Quatro décadas conflituosas, 1570-1615”, p. 66.

<sup>268</sup> Veja-se por exemplo a missiva do governador Fernão de Albuquerque em que este lamentava o facto das embarcações do sultanato não pagarem direitos em Chaul, descarregando em Danda-rajapur ou Chaul de Cima (Cheul) sem contactarem a alfândega portuguesa (Carta do governador Fernão de Albuquerque datada de 11 de Julho de 1620, *Livro dos Reis Vizinhos nº 1*, Ms. 969, fl. 120, HAG). Também o pagamento das párias devidas pela cedência das fortificações de Carnalá (Karnala) e Sanguicá (Sankshi) parece ter sido suspenso pelo sultanato após a guerra de 1612-1615 (BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), vol. II, Lisboa, Academia Real das Ciencias de Lisboa, 1876, p. 700).

<sup>269</sup> Já em 1631, o Conselho da Fazenda anuiu a um pedido do governador de Surate (Surat) que requeria que o feitor de Damão fosse até àquela cidade para conceder os cartazes para as naus de Meca em vez de as ditas naus virem tratar do cartaz ao porto português (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. I, *History of Gujarat*, Bombay Government Press, Bombay, pp. 275, 276; RAWLINSON, H. G., *British Beginnings in Western India, 1579-1657*, Oxford, Clarendon Press, 1920, pp. 75-83; Assento do Conselho da Fazenda datado de 16 de Julho de 1631, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 3*, Ms. 1161, fl. 155, HAG).

manteve boas relações diplomáticas com o regente de Ahmadnagar, Malik Ambar (g. 1607-1626), interessando-se naturalmente na guerra entre este e os mogóis<sup>270</sup>.

Apesar da morte do imperador Jahangir e a Coroação de Shahjahan (g. 1627-1658) terem causado alguma tensão no Estado da Índia<sup>271</sup>, as relações mantiveram-se relativamente estáveis com o novo imperador. Shahjahan renovou as campanhas sobre Ahmadnagar, pelo que o Estado concedeu uma ajuda financeira considerável a Murtaza Shah II (g. 1599-1631), penúltimo sultão da linhagem dos nizamshahs, contra o penhor da alfândega de Chaul de Cima (Cheul)<sup>272</sup>. Simultaneamente, tentavam os portugueses, através do governador mogol de Surate (Surat), renovar junto do novo imperador o tratado pelo qual se expulsava do porto os ingleses e holandeses, manobra igualmente sem efeitos práticos<sup>273</sup>.

Quando o sultanato de Ahmadnagar estava já próximo do colapso, foi restaurado em 1633 pelo líder marata Shahaji Bhosle (ca. 1600-1665) pertencente a um dos vários clãs maratas que se haviam estabelecido na região dos Gates Ocidentais. A regência de Shahaji durou três anos, tendo este sido finalmente cercado pelas forças mogóis na fortificação de Mahuli, aproximadamente 50 km a leste de Agaçaim (Agashi). Daquela fortificação, escreveu ao capitão de Chaul pedindo asilo na cidade para a sua mulher e filhos, oferecendo em troca o território costeiro afecto ao sultanato<sup>274</sup>. Este pedido foi negado após decisão do Conselho de Estado em Goa por receio de represálias mogóis. Ainda assim, Shahaji e a sua família obtiveram o transporte necessário para atravessar a raia da PN e descer pela sua costa até Danda-rajapur<sup>275</sup>. Após esta batalha, os territórios vizinhos à PN que

---

<sup>270</sup> O Estado procurava manter boas relações com o sultanato especialmente em Chaul de Cima (Cheul), e aconselhando-se aos capitães portugueses boa correspondência com os seus tanadares ou governadores (Cartas do vice-rei João Coutinho Conde do Redondo datadas de 26 de Novembro e 13 de 1619, *Livro dos Reis Vizinhos nº 1*, Ms. 969, fls. 38, 38v, 51v, 52, HAG; Cartas do vice-rei Fernão de Albuquerque datada de 13 de Março de 1620, *Livro dos Reis Vizinhos nº 1*, Ms. 969, fls. 92, 92v, HAG).

<sup>271</sup> FLORES, Jorge, “I will do as my father did’: On Portuguese and Other European Views of Mughal Succession Crises”, *e-JPH*, Vol. III, nº 2, 2005. Disponível em: <[http://www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/html/issue6/html/flores\\_main.html](http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue6/html/flores_main.html)> Acesso: Julho de 2012.

<sup>272</sup> Assento do Conselho de Estado datado de 25 de Abril de 1639, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. I, Bastorá, Arquivo Histórico do Estado da Índia, 1953, pp. 266-268; Carta de Miguel de Noronha conde de Linhares datada de 2 de Janeiro de 1633, *Livro das Ordens Régias nº (?) (1630-1643)*, Ms. (?), fl. 28v, HAG;

<sup>273</sup> BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia fez...*, tom. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, pp. 237-239.

<sup>274</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “A Extinção do Reino de Nizam Shah”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 27, Bastorá, Tipografia Rangel, Setembro de 1935, pp. 122, 123; Assento do Conselho de Estado datado de 12 de Outubro de 1636, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. I, Bastorá, Arquivo Histórico do Estado da Índia, 1954, pp. 113-115.

<sup>275</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “A Extinção do Reino de Nizam Shah”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 27, Bastorá, Tipografia Rangel, Setembro de 1935, pp. 123, 124.



havia pertencido ao sultanato de Ahmadnagar foram integrados no de Bijapur, em aliança com o Império Mogol<sup>276</sup>.

O breve período de regência de Shahaji Bhosle (g. 1633-1636) e a sua posterior reincorporação no exército do sultanato de Bijapur reflectem o processo de autonomização e galvanização dos clãs maratas, tradicionais guerreiros hindus ao serviços dos sultanatos do Decão<sup>277</sup>. O clã Bhosle era um dentre vários que vinham consolidando as suas bases territoriais autónomas ao longo dos Gates Ocidentais. O clã mais conhecido e influente na altura era provavelmente o de Chandrarav - os “*Chandarãos*” das fontes portuguesas - cujo território se situava no sultanato de Bijapur e viria a ser conquistado pelo filho de Shahaji em 1656<sup>278</sup>. No sultanato de Ahmadnagar, os maratas adquiriam maior poder durante a regência de Malik Ambar, especialmente o clã de Jádhav, polarizado pela fortificação de Sindkhed<sup>279</sup>. Os mogóis aproveitaram-se das aspirações destes clãs durante o longo processo de expansão sobre o Decão, reconhecendo a sua autonomia e regalias feudais. Assim, nos territórios a leste e sudeste da PN que foram incorporadas no sultanato de Bijapur em 1636, os maratas mantiveram e consolidaram o seu poder, criando uma base para a sua futura expansão.

Note-se ainda como, desde a fundação da PN, os próprios portugueses tinham mantido uma linhagem feudal marata sob vassalagem do Estado: o clã Patkar, baseado na fortificação de Belafloor do Sabaio (Belapur), com direitos reconhecidos sobre grande parte das praganas de Panchena e Cairena. Este era, à escala da PN, o sistema de vassalagem equivalente ao dos clãs maratas maiores estabelecidos nos sultanatos do Decão<sup>280</sup>.

---

<sup>276</sup> Deste modo, a partir de 1636, a fronteira entre o Império Mogol e o Sultanato de Bijapur localizava-se perto de Asserim (Asherigad), onde também se situava a fronteira tradicional entre o Reino de Sarceta e o reino dos Coles. Já antes da queda final de Ahmadnagar, os portugueses tinham tentado revogar os direitos comerciais do sultanato no porto de Chaul, de modo a não serem transmitidos ao estado sucessor (PISSURLENCAR, Panduranga, “A Índia em 1629”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 7, Bastorá, Tipografia Rangel, 1930, pp. 57-59).

<sup>277</sup> Desde pelo menos inícios do século XVI, as comunidades maratas agrupavam-se em clãs feudais estabelecidos nos sultanatos de Ahmadnagar e Bijapur, detendo alguma autonomia nas hostes dos exércitos respectivos e guardando fortificações de montanha. Na última década de Quinhentos, o marata Maloji Bhosle, pai de Shahaji, criou um pequeno grupo guerreiro de cerca de um milhar de soldados servindo nas hostes do sultanato de Ahmadnagar, que à altura sofria as primeiras investidas do Império Mogol. Shahaji assumiu pouco depois o comando das tropas, aparecendo menções do seu nome em registos portugueses a partir de 1624. Entre 1633 e 1636, Shahaji ocupou o lugar de regente de Ahmadnagar, tendo sido nesse último ano derrotado pelos mogóis. Seguidamente, incorporou-se nos exércitos do sultanato de Bijapur, onde manteve contacto com os agentes e embaixadores do Estado (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XVII, *Ahmadnagar*, Bombay, Government Central Press, 1884, pp. 388-389; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XVIII, pt. II, *Poona*, Bombay, Government Central Press, 1885, pp. 222-225).

<sup>278</sup> Sobre a importância do clã Chandrarav, V. por exemplo, DESHPANDE, Prachi, *Creative Pasts: Historical Memory and Identity in Western India, 1700-1960*, Columbia University Press, New York, 2007, pp. 43, 44; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIX, *Sátara*, Bombay, Government Central Press, 1885, pp. 230, 231.

<sup>279</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. II, *History of the Konkan Dahkan and Southern Marátha Country*, Bombay, Government Central Press, 1896, p. 624.

<sup>280</sup> Deste modo, pode-se considerar que o início das relações luso-maratas recua a 1540, data da incorporação do clã *Patekar* ou Patkar no sistema administrativo da PN.

### *Conflitos navais e o ataque anglo-holandês a Bombaim*

Com o estabelecimento e reconhecimento das feitorias inglesa e holandesa em Surate (Surat), respectivamente em 1615 e 1618, e como consequência das referidas batalhas de Suvali, a supremacia marítima portuguesa no Golfo de Cambaia esvaneceu-se<sup>281</sup>. A partir desse momento, e especialmente depois do precedente de Ormuz em 1622, os portugueses na PN começaram a reear uma aliança ofensiva entre os norte-europeus e o Império Mogol ou os sultanatos do Decão. Para além das acções de diplomacia ou espionagem em Agra para evitar este cenário<sup>282</sup>, ocorreram algumas iniciativas no sistema defensivo do território da PN. Continuou também o conflito naval entre as potências europeias ao longo de todo o Índico e com grande enfoque no Golfo de Cambaia. Os temidos ataques euro-mogóis não se concretizaram - apesar de algumas tentativas inglesas nesse sentido -, mas a situação marítima dos portugueses tornava-se cada vez mais frágil<sup>283</sup>. Um dos períodos mais intensos deste conflito ocorreu nos anos imediatos após a queda de Ormuz, quando o general Rui Freire de Andrade tentou reinstalar a influência portuguesa no Golfo Pérsico e Golfo de Cambaia. O conflito pelo domínio das rotas e preponderância nos portos estendia-se nessa altura desde Baçorá (Basra) até Surate (Surat), com ramificações noutras partes costeiras<sup>284</sup>. Nas cidades da PN, foi um período de constante sobressalto, especialmente para Diu, empório cobiçado pelos rivais europeus.

Foi no desenrolar deste tenaz conflito marítimo que uma esquadra anglo-holandesa desceu de Surate (Surat) até Bombaim em Outubro de 1626, em perseguição das embarcações de Nuno Botelho, capitão-mor que no ano anterior havia guerreado uma esquadra anglo-holandesa no Golfo Pérsico<sup>285</sup>. Quando os norte-europeus chegaram à baía de Bombaim, Botelho já havia zarpado.

---

<sup>281</sup> Nos anos imediatos ao desaire português do Poço de Surate (Suvali), estes procuraram não hostilizar os ingleses no Golfo de Cambaia (BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), vol II, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1876, pp. 653, 654).

<sup>282</sup> A facção pró-portuguesa na corte de Agra era apoiada, na segunda e terceira década de Seiscentos, pelo príncipe Khurram, futuro imperador Shah Jahan (RAWLINSON, Hugh George (1920), *British Beginnings in Western India, 1579-1657. An account of the early days of the British factory of Surat*, Clarendon Press, Oxford, 1920, pp. 76, 80 e 82). Sobre as preocupações que uma hipotética aliança batavo-mogol causava na metrópole, V. por exemplo: Carta régia datada 18 de Fevereiro de 1640, *Livro das Monções nº 21-A*, Ms. 27, fls. 70-(?), HAG.

<sup>283</sup> RAWLINSON, Hugh George, *British Beginnings in Western India, 1579-1657. An account of the early days of the British factory of Surat*, Oxford, Clarendon Press, 1920, p. 87.

<sup>284</sup> Para um resumo sobre o conflito entre potências europeias no Mar da Arábia nas três primeiras décadas de Seiscentos, V. por exemplo BLANCO, Maria Manuela Sobral, *O Estado Português da Índia: da rendição de Ormuz à perda de Cochim (1622-1663)*, dissertação de doutoramentos, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1992.

<sup>285</sup> Após algumas batalhas com embarcações inimigas ao longo do percurso Surate-Golfo Pérsico, o capitão da armada de alto-bordo Nuno Álvares Botelho logrou incendiar o navio inglês *Lion* com a ajuda de Rui Freire de Andrade, em meados de 1626. Em retaliação, e dadas as dificuldades que os portugueses causavam ao comércio anglo-holandês em Surate (Surat) nesta altura, estes determinaram atacar Nuno Botelho em conjunto, perseguindo-o até à baía de Bombaim. No início de 1626 Nuno Botelho estava na barra de Bombaim e a ele se juntou o almirante António Telles com três galeões ([Certidão de] Leonardo de Silveira, escudeiro e cavaleiro...[Consultas dirigidas ao Rei pelo Governador da Índia, António Teles de Meneses...], Goa a 13 de Novembro de 1640, fl. 16, *cod. 6946*, BNP; *Relacion de la Batalla que Nuño Alvarez Botello, General de la Armada Portuguesa de albobordo...*, Madrid, En Casa de Bernadino de Guzman, 1626.

Resolveram então retaliar em terra, desembarcando cerca de trezentos homens na ilha. Os portugueses e aldeãos abandonaram a povoação, que foi incendiada após saque da casa senhorial e da igreja franciscana de Nossa Senhora da Esperança<sup>286</sup>.

Apesar do desembarque não ter sido uma operação premeditada, o reconhecimento da excelente baía de Bombaim e do seu porto interessava aos ingleses e holandeses, uma vez que ambos ambicionavam obter uma base na costa noroeste da Índia, tendo equacionado fazê-lo em conjunto. Diu seria a base de eleição mas as suas sólidas defesas eram um factor dissuasor. Após a incursão de 1626, a ocupação de Bombaim - ou de Danda-rajapur - tornou-se um dos objectivos a médio prazo para a *East India Company*<sup>287</sup>. Também logo no seguimento deste raide, os monarcas Habsburgos ordenaram uma informação sobre as forças anglo-holandesas no Índico e o melhor modo de fazer frente à sua ameaça.

Quatro anos após o raide de Bombaim, os portugueses responderam com um ataque sobre as estruturas anglo-holandesas no Poço de Surate (Suvali)<sup>288</sup>. Curiosamente, esta foi uma das raras ocasiões em que soldados portugueses, ingleses e holandeses combateram abertamente em solo indiano. O ataque foi repellido, constituindo mais uma perda de prestígio para os portugueses na região de Cambaia<sup>289</sup>.

Felizmente para o Estado, os desentendimentos entre ingleses e holandeses hipotecaram projectos mais arrojados contra as cidades da PN. Encetaram-se assim negociações entre Goa e a *East India Company* que conduziram à cessão de hostilidades em 1630 e um tratado de paz formal cinco anos

---

<sup>286</sup> O saque anglo-holandês foi também uma tentativa de renumerar a soldadesca que participou na acção. Para além dos primeiros relatos ingleses e holandeses de Bombaim, o ataque deu origem ao primeiro documento iconográfico conhecido da zona do arquipélago e da sua baía: o célebre mapa de David Davies de 1626. O documento encontra-se publicado em várias obras, entre as quais: FOSTER, William, *English Factories in India, 1624-1629*, Oxford, Clarendon Press, 1909; PISSURLENCAR, Panduranga, "Fragmentos Históricos. Rivalidade Luso-Holandesa na Índia Durante a Dominação Filipina", *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 47, Bastorá, Tipografia Rangel, 1940, entre as pp. 72 e 73. Sobre o ataque anglo-holandês a Bombaim, V. RAWLINSON, Hugh George (1920), *British Beginnings in Western India, 1579-1657. An account of the early days of the British factory of Surat*, Oxford, Clarendon Press, 1920, pp. 68-76; KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo Portuguese negotiations relating to Bombay 1660-1677*, London, Oxford University Press, 1922, pp. 421-425.

<sup>287</sup> Simultaneamente, o Estado atribuiu maior importância a Bombaim após o ataque, iniciando-se o debate em trono da defesa da sua baía. V. *infra*, pp. 89-90 (KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo Portuguese negotiations relating to Bombay 1660-1677*, London, Oxford University Press, 1922, pp. 425-431).

<sup>288</sup> O projecto de expulsar os ingleses e holandeses das suas tendas em Suvali era promovido pelo Estado da Índia desde inícios de Seiscentos, procurando-se autorização para tal junto da corte mogol e dos vice-reis de Gujarat (FOSTER, William, *The Voyage of Thomas Best to East Indies, 1612-1614*, New Delhi, Asian Educational Society, 1995, p. 95).

<sup>289</sup> A peleja de 1630 em Suvali encontra-se representada num documento iconográfico pertencente ao códice de Barreto de Resende, datado de 1646. A inscrição no verso da imagem lê: "*A pintura é de um mau successo que um capitão de uma armada teve nelle [Surate] com Holandeses por sua culpa, e como foi mau successo não digo o nome do capitão-mor*". Apesar de Resende não mencionar ingleses na legenda, estes estavam presentes como se confirma por outras fontes (Livro do Estado da Índia..., Ms. Sloane 197, fl. 181v, BL); Cf RAWLINSON, H. G., *British Beginnings in Western India, 1579-1657*, Oxford, Clarendon Press, 1920, p. 68; FOSTER, William, *English Factories in India, 1630-1633*, Oxford, Clarendon Press, 1910, pp. IX, X.

mais tarde<sup>290</sup>. Concluíram-se deste modo três décadas de guerra naval mais ou menos contínua entre o Estado e os ingleses, mas manteve-se aberta a frente contra os holandeses<sup>291</sup>. A paz luso-britânica no Índico, apesar de muito tensa e plena de rivalidades e duplicidades, “aguentou-se” até à extinção dos respectivos impérios coloniais. Foi apenas quebrada pela guerra (não-declarada) de 1722 nas ilhas de Salcete e Bombaim<sup>292</sup>.

O conflito luso-holandês continuou com os bloqueios intermitentes de 1633-1653 à barra de Goa e várias outras acções noutros locais. Apesar dos receios de ataques a Diu, foi progressivamente um período menos perigoso para as embarcações portuguesas ao longo da PN. Já nos derradeiros anos do período agora abordado, materializou-se uma aliança ofensiva entre holandeses e Bijapur, o que causou alarme no Estado. Contudo, apesar de alguns ataques pontuais a Goa e escaramuças nas fronteiras da PN, a ofensiva não foi prosseguida com vigor por parte do sultanato, resultando essencialmente em bloqueios e batalhas navais<sup>293</sup>.

### ***Relações com os reinos feudatários vizinhos e corsários***

As notícias sobre as relações de vizinhança entre a PN e os feudatários vizinhos são algo fracturadas para o período agora abordado, sendo difícil de interpretar os momentos históricos cruciais. Um tratado abrangente assinado com o reino de Sarceta em 1617 normalizou as relações com o Estado após a guerrilha dos anos antecedentes. Apesar de se ter aliciado o rei de Sarceta a trocar a vassalagem do Império Mogol pela do Estado da Índia, este manteve-se autónomo, requisitando antes uma residência em Damão e outra em Danu (Dahanu) para as suas visitas. Este tratado procurou também pôr cobro às rivalidades relativas aos direitos de chouto sobre algumas aldeias entre o rei Sarceta e o reino de Vergi<sup>294</sup>. Estas não devem ter ficado sanadas, visto que dois anos mais tarde o capitão-mor de Damão sequestrava a viúva de um dos reis ou pretendentes ao trono de Vergi que tinha vindo demandar o chouto – ou “*grasso*” – da aldeia Vetar, na pragana Callana<sup>295</sup>. Tratava-se provavelmente de um conflito sucessório entre os dois reinos, à altura ligados por laços

---

<sup>290</sup> O tratado foi assinado em Goa por William Methwold, presidente inglês de Surate, a 20 de Janeiro de 1635 (FOSTER, William, *The English Factories in India, 1634-1636*, Oxford, Clarendon Press, 1911, pp. VII-X; BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia fez...*, tom. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 50-60).

<sup>291</sup> Carta do vice-rei Miguel de Noronha conde de Linhares datada de 9 de Fevereiro de 1635, *Livro das Monções nº 19-D*, Ms. 25, fl. 588v, HAG.

<sup>292</sup> V. *infra*, 2.6. “Escalada bélica e queda da Província do Norte, 1718-1739”, pp. 154-156.

<sup>293</sup> Sobre esta aliança entre holandeses e Bijapur, V. *infra*, 2.3. “Quatro décadas relativamente pacíficas, 1615-1658”, p. 185.

<sup>294</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), vol. II, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1876, pp. 675, 676; BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez...*, tom. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, pp. 197-203.

<sup>295</sup> Vetar, coordenadas: 20°26'02"N, 72°52'54"E.

de parentesco<sup>296</sup>. Este feudo poderá ter causado novo conflito, visto que em 1620 se reforçou a guarnição da praça, registrando-se ainda a morte, por volta dessa altura, do capitão Pedro Gomes de Aranha<sup>297</sup>.

Aparentemente, o conflito resolveu-se em prol do mais poderoso dos dois feudatários, o reino de Vergi, visto uma relação portuguesa datada de 1629 informar que a “*Beiramoxá*”, filho de “*Pratapaxá*” e neto do “*Rey Vergi*”, se pagava o chouto. Esta interpretação está em sintonia com a opção dos mogóis de recompensarem a fidelidade do rei de Vergi, atribuindo-lhe um ascendente sobre o reino Sarceta em 1637. Procurava-se então pacificar e regularizar os impostos nas regiões mais acidentadas e voláteis do extinto sultanato de Ahmadnagar. Face a esta situação, o rei de Sarceta refugiou-se na praça de Damão em Março do ano seguinte, o que motivaria uma invasão mogol contra a PN<sup>298</sup>.

Ainda durante o triénio de Diogo de Melo de Sampaio como capitão-mor de Damão, por volta de 1630, as relações com Sarceta foram algo tensas, tendo partido da cidade o aparentado do monarca feudatário que por norma residia junto dos portugueses. Aparentemente, as notícias da proximidade de um exército mogol e o regresso de Sampaio a Goa acalmaram os ânimos nas fronteiras da jurisdição de Damão<sup>299</sup>. Após este episódio, e para as duas décadas entre 1640 e 1660, a guerrilha do reino de Sarceta contra os portugueses foi de reduzida intensidade, não havendo qualquer eco de incursão sobre as praganas de Damão.

Em relação aos Coles vizinhos do distrito de Baçaim, em meados de 1619 falecia o seu rei, tomando-se a precaução de reforçar as defesas de Asserim por se temerem incursões de sucessores ou pretendentes<sup>300</sup>. Com a extinção do sultanato de Ahmadnagar, o reino feudatário ficou sujeito ao sultanato de Bijapur. Volvidos alguns anos e num contexto em que os maratas implantavam a sua base territorial a leste da PN, registou-se uma grande revolta dos Coles contra o poder da administração do sultanato de Bijapur. Seguiu-se uma violenta represália que quebrou temporariamente a autonomia do reino feudatário e enfraqueceu a economia das suas aldeias

---

<sup>296</sup> Alvará do governador João Coutinho datada de 13 de Maio de 1619, *Livro de Alvarás nº 4*, fl. 78, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), vol. VI, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875, p. 1177.

<sup>297</sup> Provisão do Conselho da Fazenda datada de 8 de Outubro 1624, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 2*, Ms. 1160, fls. 242v-244, HAG.

<sup>298</sup> “A Índia em 1629”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 7, Bastorá, Tipografia Rangel, 1930, pp. 59-60; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XVI, *Násik*, Bombay, Government Central Press, 1883, pp. 403-404; Regimento que há de usar António Coelho da Silva, capitão-mor..., *Livro de Regimentos nº 3*, Ms. 1420, fls. 98, 98v, HAG.

<sup>299</sup> Assento do Conselho de Estado datado de 11 de Março de 1630, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. I, Bastorá, Arquivo Histórico do Estado da Índia, 1953, pp. 260-264.

<sup>300</sup> Carta do vice-rei João Coutinho Conde do Redondo datada de 1619, *Livro dos Reis Vizinhos nº 1*, Ms. 969, fls. 38-38v, HAG.

durante décadas<sup>301</sup>. Talvez relacionado com este episódio, uma das escassas referências aos Coles neste período seja um pedido de asilo do seu rei feudatário em 1655 para se refugiar em Asserim (Asherigad) - pedido que foi recusado pelo Estado<sup>302</sup>.

Continuou durante todo este período a guerrilha marítima dos corsários malabares, embora as notícias de ataques concretos a posições costeiras ou a barras de rios da PN sejam igualmente fragmentadas e escassas<sup>303</sup>.

### ***Cerco mogol a Damão, 1638-1639***

Concluído o moroso processo da anexação do sultanato de Ahmadnagar e derrotado Shahaji Bhosle, determinaram os mogóis pacificar os reinos de Sarceta e de Vergi, como já foi referido. O rei de Sarceta fugiu para Damão em Março de 1638, onde estava por capitão Filipe da Câmara. Esta situação, que obviamente desagradou ao vizinho exército mogol, levou o vice-rei Pêro da Silva a enviar um primeiro reforço de cem soldados para a praça<sup>304</sup>. Foram também tomadas precauções na ilha de Salcete e jurisdição de Baçaim, visto que, nesta altura, uma guerra com os mogóis significava também – oficialmente, pelo menos – uma guerra com o sultanato de Bijapur<sup>305</sup>.

Durante a monção do mesmo ano, o exército mogol entrou na PN, pilhando a pragana de Poarim e assentando arraiais a alguns quilómetros de Damão. O seu capitão exigiu o pagamento do chouto, alegando a incorporação dos reinos feudatários no Império. Filipe da Câmara protelou a resposta ao campo mogol, enquanto requisitava mais reforços a Goa<sup>306</sup>.

---

<sup>301</sup> MACKINTOSH, Capt. A., “An Account of the Tribe of Mhadeo Kolies”, *Transactions of the Bombay Geographical Society from 1836 to 1838*, Bombay, Amercian Missionary Society, 1844, pp. 241-243.

<sup>302</sup> Parecer do Conselho de Estado datado de 11 de Dezembro de 1655, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. III, Bastorá, Arquivo Histórico de Goa, 1956, pp. 419-421.

<sup>303</sup> Em 1616, havia informações de que a aldeia de Nargol do distrito de Damão era frequentemente infestada por parós malabares que nela desembarcavam sem oposição para fazerem aguadas e comprar mantimentos, roubando também com frequência as embarcações que demandavam o rio Nargol (Nargol, coordenadas: 20°13'51"N, 72°44'56"E) (BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), vol. II, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1876, p. 670).

<sup>304</sup> A ordem de se reforçar Damão foi dada em Abril de 1638, ficando António Coelho da Silva como capitão-mor da gente de armas na cidade durante a monção subsequente (Regimento que há de usar António Coelho da Silva, capitão-mor..., *Livro de Regimentos nº 3*, Ms. 1420, fls. 98, 98v, HAG; BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez...*, tom. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 100-102).

<sup>305</sup> Dada a proximidade dos exércitos mogóis, o capitão de Baçaim André de Salema, decidiu, em Maio de 1638, nomear Tristão da Silveira de Meneses como “capitão-mor de toda ilha de Salcete, Bendorá, Bombaim e mais ilhas”, de modo a prevenir qualquer tentativa de invasão [Certidão de serviços de] *Manoel de Miranda Campelo, cavaleiro fidalgo...*, in [Consultas dirigidas ao Rei pelo Governador da Índia, António Teles de Meneses], Goa a 13 de Novembro de 1640, *cod. 6946*, fl. 38v, BNP.

<sup>306</sup> O exército mogol aquartelou perto da aldeia de Carmala ou Curamalla (Korboly) da pragana Naer (coordenadas: 20°18'22"N, 72°54'09"E). A torre desta aldeia foi defendida por espingardeiros enviados de Damão, que causaram várias baixas ao exército inimigo (Regimento para Dom Brás de Castro, capitão-mor do Norte, *Livro de Regimentos nº 3*, Ms. 1420, fls. 124v -125v, HAG).

Os portugueses entabularam também iniciativas diplomáticas, visto que o pomo de discórdia era de natureza económica e as relações luso-mogóis atravessavam um bom período. Enviou-se assim um agente jesuíta a Surate (Surat) para negociar as questões relativas ao chouto e a Sarceta<sup>307</sup>.

Com a praça de Damão já em estado de sítio, foi designado um novo capitão-geral da PN, Brás de Castro, em Dezembro de 1638<sup>308</sup>. Nesta altura, os portugueses defendiam ainda o Campo de Damão ou Damão de Cima, através de estâncias nas capelas de Nossa Senhora dos Remédios e Nossa Senhora das Angústias e ainda numa horta murada pertencente aos jesuítas, onde se haviam improvisadas banquetas nos muros<sup>309</sup>. Volvidos três meses, com Damão de Cima já evacuado pelos portugueses, nomeou-se um novo capitão da gente-de-guerra na cidade, Luís de Melo de Sampaio<sup>310</sup>. Este veio a morrer pouco depois, durante uma sortida de reconhecimento<sup>311</sup>.

A Sampaio sucedeu António Teles de Meneses, que partiu de Goa em Maio de 1639 à testa de importantes reforços. Do seu regimento constava a sugestão de semear a discórdia entre o arraial mogol, composto por tropas muçulmanas e hindus e de várias nações, como era habitual. Recomendava-se também o emprego de espingardeiros destros em detrimento de cavalaria, visto que experiências passadas haviam demonstrado serem estas as forças mais eficazes contra as tropas mogóis. Quando Teles de Meneses chegou à PN, já os esforços diplomáticos em Surate (Surat) haviam surtido efeito, tendo-se alcançado tréguas com o exército mogol. A monção de 1639 foi assim passada a erradicar “*alguns desmandados*” das aldeias do distrito de Damão e a manter vigilância na raia da PN<sup>312</sup>. Não há dúvida que a paz com o Império se alcançou através de

---

<sup>307</sup> Instrução para o Padre Vizitador da Comp. de Jesus sobre as couzas que em Surrate...datada de 25 de Janeiro de 1639, *Livro de Instruções e Regimentos nº 3*, Ms. 1420, fls. 128, 129, HAG; pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. II, Bastorá, Arquivo Histórico do Estado da Índia, 1954, pp. 556-558.

<sup>308</sup> Regimento para Dom Brás de Castro capitão-mor do Norte, datado de Dezembro de 1638, *Livro de Instruções e Regimentos nº 3*, Ms. 1420, fls. 124v-125v, HAG.

<sup>309</sup> QUEYROS, Fernão, *Historia da vida do venerável irmão Pedro de Basto*, Lisboa, 1689, pp. 280-282.

<sup>310</sup> Regimento que se deu a Luís de Mello de Sampaio quando foi por capitão...de Damão, datado de 5 de Março de 1639, *Livro de Regimentos e Instruções nº 3*, Ms. 1420, fl. 147, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 6 de Maio de 1639, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 6*, Ms. 1163, fl. 60v, HAG; PISSURLENCAR, Panduranga, “Antigualhas”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 42, Bastorá, Tipografia Rangel, p. 131.

<sup>311</sup> Luís de Melo de Sampaio faleceu antes de 12 de Maio de 1639, talvez o primeiro capitão-geral da PN a morrer em combate (Assento do Conselho de Estado datado de 25 de Abril de 1639, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. I, Bastorá, Arquivo Histórico do Estado da Índia, 1954, pp. 259-264; XAVIER, Pe. Manuel, “Compêndio Universal, etc.”, *O Oriente Português*, vol. 14, nº 1-2, Nova Goa, Janeiro-Fevereiro de 1917, p. 16).

<sup>312</sup> A 12 de Maio de 1639 partiu de Goa uma armada de onze navios com quatrocentos soldados de socorro capitaneada por António Teles de Meneses, investido de capitão-geral de todos os homens de armas da PN em substituição de Luís de Melo de Sampaio. Esta armada chegou à PN a 26 de Maio, obtendo notícia de que já haviam sido celebradas tréguas em Damão. Teles repartiu então a sua soldadesca pelas aldeias e terras circunvizinhas em que o inimigo tinha feito dano, e porque andavam alguns desmandados e por acabar de deizar as couzas de Damão com as ordens e segurança conveniente, paçou por terra em Junho à dita cidade de Damão, onde chegando lhe foi dado avizo como por morte do Vice-rey Pero da Silva, ordenava sua Magestade fosse governador deste Estado (Regimento que levou António Telles capitão-mor da Armada d’alto bordo e das fortalezas do Norte datado de 1 de Maio de 1639, *Livro de Regimentos e Instruções nº 3*, Ms. 1420, fls. 149-153v, HAG; Certidão passada em nome de António Telles por António Bocarro, datada de 15 de Setembro de 1642, col. particular de Charles Boxer, cit. in BOXER, Charles, “António Telles em Goa”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 37, Bastorá, Tipografia Rangel, 1938, pp. 3-13).

contrapartidas financeiras, desfecho constante de várias incursões mogóis sobre a PN. Para além de estarem previstos saguates para o governador mogol em “*Dolataba*” (Daulatabad)<sup>313</sup>, foram concedidos aos agentes de “*Sofação, capitão geral do exército mogor*”, várias isenções relativas aos seus interesses comerciais em Goa<sup>314</sup>.

### ***Relações com o Império Mogol e o sultanato de Bijapur, 1640-1658***

Concluídas as operações mogóis contra Damão, regressou um clima de paz e estabilidade à PN. Igualmente com o sultanato de Bijapur - novo vizinho da PN a partir de 1638 – se prolongou o bom relacionamento que o Estado cultivava há longas décadas. Nesse mesmo ano, enviou-se um embaixador à capital do sultanato para firmar um novo acordo, tendo em vista principalmente a expulsão dos holandeses de Vengurla e a manutenção do sistema cartazes. Aparentemente, nenhum desses objectivos foi cumprido, mas as relações mantiveram-se cordiais<sup>315</sup>. O panorama alterou-se momentaneamente com a guerra de 1653-1654, altura em que os holandeses e Bijapur se aliaram contra os portugueses. Contudo, esta guerra não teve consequências de maior para o território da PN, para além do reforço das guarnições e apetrechos das suas fortificações principais<sup>316</sup>. Findas as hostilidades, o tratado de paz assinado com os portugueses em Março de 1655 viria a ser o último antes da anexação do sultanato de Bijapur pelo Império Mogol<sup>317</sup>.

Para além dos holandeses, adquiriram relevo na diplomacia da PN por volta da década de 1630 os capitães autónomos sidis estabelecidos no porto de Danda-rajapur desde inícios do século XVI<sup>318</sup>. No estertor final de Ahmadnagar, o capitão de Chaul manteve correspondência com o último

---

<sup>313</sup> Assentos do Conselho da Fazenda datados de 1 de Junho e 10 de Setembro de 1643, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 7*, Ms. 1164, fls. 16, 39, HAG.

<sup>314</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 2 de Dezembro de 1641, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 6*, Ms. 1163, fls. 189, 189v, HAG.

<sup>315</sup> BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez...*, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 88-100.

<sup>316</sup> Carta do capitão de Damão Pedro Henriques datada de 2 de Julho de 1652, *Livro de Monções nº 22-B*, Ms. 30, fls. 379-380v, HAG; Carta do capitão de Chaul Fernão de Miranda Henriques datada de 1 de Setembro de 1652, *Livro de Monções nº 22-B*, Ms. 30, fls. 377-378v, HAG; Assentos do Conselho de Estado datados de 3 de Janeiro e 26 de Março de 1655, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. III, Bastorá, Arquivo Histórico de Goa, 1955, pp. 368-376, 599.

<sup>317</sup> BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez...*, tom. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 232-239.

<sup>318</sup> Os portugueses estavam em contacto com a influente comunidade militar sidi representada na corte de Bijapur. Nas instruções da sua embaixada de 1638, António Moniz Barreto era aconselhado a tratar um capítulo delicado apenas com *alguns Abexins, amigos do Estado*. O novo capitão-geral da PN, Brás de Castro, era igualmente aconselhado a manter boas relações com os sidis (BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez...*, tom. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, p. 93; Regimento para Dom Brás de Castro capitão-mor do Norte, datado de Dezembro de 1638, *Livro de Regimentos nº 3*, Ms. 1420, fls. 124v-125v, HAG; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XI, pt. II, *Kolaba and Janjira*, Bombay, Government of Bombay Press, 1883, pp. 434-435). Para uma introdução sobre os sidis ou habshis estabelecidos no subcontinente indiano, V. SADIQ ALI, Shanti, *The African Dispersal in the Deccan*, New Delhi, Orient Longman Limited, 1996.



regente Shahaji Bhosle no sentido de se entregar Danda-rajapur aos portugueses em troca de assistência militar<sup>319</sup>. Este projecto não teve efeitos práticos, visto que a fortificação e respectivo termo foram integrados no sultanato Bijapur. Nessa ocasião, o seu capitão sidi Ambar foi elevado à posição de vizir, reforçando a sua autonomia. Consequentemente, os portugueses iniciaram um contacto diplomático mais regular com este estado semi-independente, cujos limites incorporavam uma pequena faixa costeira desde a foz do rio Nagotana até o Bankot<sup>320</sup>. Um par de anos mais tarde, o Estado acalentava ainda a possibilidade de incorporar sidi Ambar como capitão vassalo da Coroa, antecipando assim uma possível conquista e ocupação da sua base pelos holandeses<sup>321</sup>. Apesar dos projectos nesse sentido, que se prolongaram durante o período histórico seguinte e até finais de Seiscentos, os sidis de Danda-rajapur mantiveram e consolidaram a sua autonomia. As relações com portugueses continuaram amistosas durante a segunda metade do século XVII, beneficiando de uma aproximação face a um novo inimigo comum que iniciava o seu processo de expansão: os maratas.

Efectivamente, durante a última década do período agora abordado, o principal desenvolvimento nas vizinhanças da PN foi a gradual ascensão e protagonismo militar do marata Shivaji Bhosle (1627-1680)<sup>322</sup>, filho do já mencionado Shahaji. Aproveitando as várias convulsões que resultaram da expansão mogol sobre os sultanatos do Decão, Shivaji consolidou e alargou uma base de poder autónoma num território montanhoso perto de Puna (Pune) herdado do seu pai, embora mantendo uma postura oficial de vassalagem ora aos mogóis ora a Bijapur. Estes territórios alargaram-se solidamente às zonas fronteiriças do distrito de Baçaim por volta de 1656<sup>323</sup>. No ano imediato, Shivaji atacou pela primeira vez tropas mogóis, erguendo o estandarte da independência dos clãs maratas e povo hindu face ao domínio islâmico<sup>324</sup>.

---

<sup>319</sup> O projecto de ocupar o porto de Danda-rajapur ou de obter autorização para aí edificar uma fortificação data pelo menos do tempo em que *Lucão* era seu capitão e Estêvão de Ataíde capitão-mor de Chaul, ou seja, ca. de 1600 (Carta régia datada de 6 de Janeiro de 1602, *Livro das Monções nº 8*, Ms. 10, fls. 40-45, HAG; Carta régia datada de 15 de Fevereiro de 1603, *Livro das Monções nº 7*, Ms. 9, fls. 191-195, HAG).

<sup>320</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XI, pt. II, *Kolaba and Janjira*, Bombay, Government Central Press, 1883, p. 436.

<sup>321</sup> Assentos do Conselho de Estado datados de 6 de Agosto de 1637, 7 de Fevereiro e 29 de Novembro de 1640, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. I, Bastorá, Arquivo Histórico do Estado da Índia, 1954, pp. 174-178, 275-278, 299-301; Carta do vice-rei Conde de Aveiras datada de 2 de Agosto de 1641, *Livro das Monções nº 21-B*, Ms. 28, fl. 516v, HAG.

<sup>322</sup> Sobre a origem dos clãs maratas, V. *supra*, p. 78.

<sup>323</sup> Shivaji Bhosle autonomizou-se do seu pai, criando o seu próprio exército e conquistando várias fortificações nas franjas do sultanato de Bijapur. Quando a cidade de Galiana (Kalyan) e a sua jurisdição territorial caíram pela primeira vez em poder de Shivaji, em 1648, foi aí que o líder marata estabeleceu um primeiro sistema administrativo através do *subedar* Abâji (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. II, *History of the Konkan Dakhan And Southern Maratha Country*, Bombay, Government Central Press, 1896, p. 67).

<sup>324</sup> A primeira incursão de Shivaji em território imperial foi o ataque à fortificação de Juner (Junnar) em Maio de 1657 (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. II, *History of the Konkan Dakhan And Southern Maratha Country*, Bombay, Government Central Press, 1896, p. 592).

Embora a primeira referência explícita a Shivaji encontrada até ao presente em documentos portugueses date de 1658<sup>325</sup>, creio que o primeiro contacto directo entre o futuro rei marata e os habitantes da PN recue a 1646. Nesse ano ocorreu um ataque surpresa ao Morro de Chaul (Korlai), tendo os atacantes entrado na fortificação e morto o seu capitão, Mateus Pinhão, aproveitando-se do “descuido de uma sentinela”. Embora num documento coevo o líder do audaz assalto seja descrito como um “mouro alevantado”, suponho que se tratou de facto do jovem desconhecido Shivaji<sup>326</sup>. Precisamente nesse ano, o marata iniciava o seu percurso militar com a conquista da fortificação de Torna, a cerca de 80 km a leste de Chaul, e outros ataques<sup>327</sup>. Nesse contexto, o raide sobre a fortificação portuguesa terá servido para adquirir dinheiro ou armamento, uma prática recorrente na futura carreira militar do líder marata. Face a este ataque, o Estado reagiu com obras defensivas, reforço da guarnição e atribuição de guarda-costas aos futuros capitães da fortificação<sup>328</sup>.

Volvida uma década, quando o futuro rei marata tentava construir embarcações nos portos perto de Baçaim, como mais à frente se verá, o Estado reconheceu a gravidade da nova ameaça militar nas fronteiras da PN. A partir desse momento, Shivaji tornava-se personagem habitual na correspondência portuguesa.

Finalmente, excluindo o referido ataque ao Morro de Chaul em 1646, constata-se que para as décadas de 40 e 50 do século XVII existem escassas notícias entre a documentação portuguesa sobre acontecimentos de relevo na história diplomático-militar da PN. Esta lacuna talvez se deva à falta ou extravio de fontes coevas, contribuindo – artificialmente? – para a noção de que este período foi, essencialmente, pacífico em relação à integridade territorial da PN<sup>329</sup>. Regista-se apenas a notícia de uma fugaz incursão mogol no distrito de Baçaim em 1651<sup>330</sup>; a notícia de um “capitão alevantado” –

---

<sup>325</sup> V. *infra*, 2.4. “Novos vizinhos e inimigos, 1658-1687”, p. 99.

<sup>326</sup> A sepultura do capitão estava entre as ruínas do Morro de Chaul (Korlai) em 2010. A sua inscrição lê: “Sepultura de Matheus Pinhão Capitão que foi desta fortaleza cujo valor não pode remediar o descuido de uma sentinela pois veio a acabar a vida nas mãos dos inimigos chand[?]rãos depois de atirar a muitos. Ano de 1646”. Para a fundamentação da hipótese do ataque de Shivaji, V. *infra*, 3.2.8. “Morro de Chaul (Korlai)”, pp. 413, 414 (Cf. Assento do Conselho da Fazenda datado de 3 de Novembro de 1646, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 7*, Ms. 1164, fls. 217-218, HAG).

<sup>327</sup> SARKAR, Janudath, *Shivaji and His Times*, Calcutta, M. C. Sarkar & Sons, 1929, pp. 32, 33.

<sup>328</sup> Assentos dos Conselhos da Fazenda datados de 5 de Outubro e 3 de Novembro de 1646, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 7*, Ms. 1164, fls. 210v, 211, 217-218, HAG; Cópia de carta do capitão de Chaul Fernão de Miranda Henriques datada de 1 de Setembro de 1652, *Livro das Monções nº 22-B*, Ms 30, fls. 377-378v, HAG.

<sup>329</sup> Contribui para esta ausência de informação o facto de não ter localizado – ou de não existir – a documentação da série *Livros dos Reis Vizinhos* para o período 1620-1662. Note-se ainda como, para o período entre 1641 e 1663, o cargo de capitão-geral da PN esteve aparentemente vago. Os quatro capitães responsáveis pelas jurisdições de Baçaim, Damão, Chaul e Diu ficaram directamente dependentes das ordens imanescentes de Goa, evitando-se assim a despesa de um oficial que coordenasse os esforços de guerra e administração de toda a PN. Recorde-se ainda o facto de o Estado da Índia estar então a braços com uma encarniçada guerra em Ceilão.

<sup>330</sup> Em 1651, os exércitos do império mogol fizeram incursões nas praganas de Anjor, Caimão e Panchena da jurisdição de Baçaim. Houve também um alarme de ataque mogol no distrito de Damão durante a monção de 1652, aparentemente sem grande consequência (Assento do Conselho da Fazenda datado de 5 de Julho de 1652, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 8*, Ms. 1166, fls. 117v, 118v, HAG; Carta do capitão de Damão Pedro Henriques datada de 2 de Julho de 1652, *Livro das Monções nº 22-B*, Ms. 30, fls. 379-380v, HAG)

Shivaji novamente? – a incomodar as vizinhanças de Chaul em 1652<sup>331</sup>; e as já referidas precauções durante a guerra com Bijapur, em 1653-1654. São informações algo lacónicas que não acarretaram, aparentemente, consequências de vulto para o território durante o período aqui ora concluído – embora fossem presságios de um porvir complicado no próximo.

### ***Intervenções no Sistema Defensivo***

Após os conflitos com o Império Mogol e o sultanato de Ahmadnagar de 1612-1615, houve lugar a várias intervenções na defesa da PN, destacando-se as novas fortificações de São Jerónimo de Damão Pequeno (Nani Daman) e a de Aguada de Dongrim (Dongri), na ilha de Salcete e na margem oposta a Baçaim. Também continuaram as obras das cercas abaluartadas das três cidades, sendo que a de Baçaim suscitava preocupações maiores por estar mais incompleta. Comparativamente, as referências aos perímetros de Damão e de Chaul são mais escassas, inferindo-se que estavam essencialmente concluídos e melhor apetrechados. Tanto o forte de São Jerónimo como o de Aguada de Dongrim (Dongri) são projectos do tempo do vice-rei Jerónimo de Azevedo e resultam das novas preocupações defensivas face à ameaça anglo-holandesa no Golfo de Cambaia, mas por razões e com propósitos muito diferentes<sup>332</sup>. Enquanto a fortificação de Dongrim (Dongri) visava essencialmente defender a barra do Rio de Gorbandel impedindo o seu acesso a embarcações inimigas ligeiras, a de Damão Pequeno (Nani Daman) tinha funções menos óbvias e sua fundação foi motivo de alguma polémica.

As derrotas portuguesas nas duas batalhas do Poço de Surate (Suvali) e a presença cada vez mais regular das embarcações inglesas e holandesas na foz do Rio Tapti dificultavam e por vezes impediam o trato da cáfila de Cambaia naquele porto. Para contornar esta situação, o vice-rei procurou aliciar os mercadores de Surate (Surat) a deslocarem-se temporariamente a Damão, de modo a se fazer nesta cidade a “*feira e negócios*” da cáfila. Para garantir a segurança destes ricos mercadores – geralmente muçulmanos, hindus e parsis – e suas fazendas, decidiu-se erguer a fortificação de São Jerónimo. Contudo, dada a proximidade da posição face às muralhas da praça Damão, na margem oposta do Rio Damanganga, opinou-se que a nova fortificação poderia ameaçar a cidade portuguesa se fosse tomada por exércitos inimigos. Por esta razão, todo o flanco sul do forte

---

<sup>331</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 21 de Junho de 1652, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 8*, Ms. 1166, fls. 187v, 188, HAG.

<sup>332</sup> O vice-rei recomendava também a edificação de estruturas defensivas na embocadura do rio de Nargol, perto de Sangens (Sanjan) e na do rio de Vaitarna, em Agaçaim (Agashi) (Carta do vice-rei Jerónimo de Azevedo datada de 28 de Dezembro de 1616, *Livro das Monções nº 12*, Ms. 13, fl. 299, HAG).

ficou desprovido de baluartes e guarnecido com uma muralha consideravelmente mais baixa e delgada do que as restantes<sup>333</sup>.

Enquanto que a fortificação de São Jerónimo se edificou rapidamente<sup>334</sup>, a de Aguada de Dongrim (Dongri) iniciou-se apenas depois de um longo braço de ferro entre o governo do Estado da Índia e o Senado de Baçaim. Este último era o principal promotor do projecto, visto que muitas das principais casas senhoriais dos moradores da cidade se situavam ao longo das margens do Rio de Gorbandel, cuja barra se pretendia fortificar e defender. Goa contrapunha com a falta de dinheiro dos cofres do Estado e a necessidade mais urgente de se completar e apetrechar a cerca abaluartada da própria capital da PN. Assim, as obras apenas começaram na terceira década de Seiscentos e arrastaram-se durante um longo período. Segunda a perspectiva do Estado, a ameaça do inimigo da Europa sobre a barra de Baçaim não era grave, visto que o leito do rio, cheio de “*baixios e restingas*”, causava danos até às embarcações ligeiras e “*navios de remos*”. A principal função do forte, segundo Goa, era impedir a entrada dos parós malabares que “*por em algumas noites haverem entrado em esse rio*”, poderiam ameaçar as casas nas margens. Mas esse risco não era suficiente para se fazer a despesa com artilharia e guarnição necessárias para a posição<sup>335</sup>.

Entretanto, o ataque anglo-holandês à casa senhorial de Bombaim em 1626 trazia momentaneamente ao seio da PN o conflito que até então se desenrolara ao largo da sua costa. Este raide desencadeou um debate sobre o melhor modo de defender a ampla barra e baía de Bombaim. No seguimento de determinações do Conselho do Estado, fizeram-se inquirições na PN e consultaram-se vários militares, incluindo o capitão-mor de Baçaim. Todas estas diligências resultaram em opiniões díspares, sobressaindo as dificuldades óbvias em defender eficazmente uma barra tão extensa através de posições fixas de artilharia. Consequentemente, a metrópole acabou por reconhecer que o único método para defender a baía de Bombaim era através de embarcações de alto bordo à altura das suas congéneres norte-europeias<sup>336</sup>. A questão da defesa de Bombaim prolongou-se durante o governo do vice-rei Miguel de Noronha, conde de Linhares. No seu triénio, procedeu-se a uma extensa recolha de informação sobre os aspectos fundamentais da administração

---

<sup>333</sup> V. *infra*, 3.2.2. “Fortificação de São Jerónimo, p. 322 (Carta do vice-rei Caetano de Melo e Castro datada de 6 de Agosto de 1704, *Livro da Correspondência de Baçaim* nº 3, Ms. 1251, fl. 107, HAG).

<sup>334</sup> Já em 1616, o Conselho da Fazenda em Goa nomeava capitão com guarnição para a fortificação, estipulando os soldos respectivos (Assento do Conselho da Fazenda datado de 19 de Abril de 1616, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 2, Ms. 1159, fls. 48v-49v, HAG).

<sup>335</sup> Carta do vice-rei Conde de Aveiras datada de 12 de Julho de 1641, *Livro da Correspondência de Baçaim* nº 1, Ms. 1249, fl. 33v-35, HAG.

<sup>336</sup> V. *infra*, 3.3.21. “Casa senhorial fortificada de Bombaim (Mumbai fort)”, pp. 506, 507.

e da defesa de cada estabelecimento colonial do Estado da Índia, resultando num panorama bastante completo do estado das fortificações da PN e das suas necessidades mais prementes<sup>337</sup>.

Através de relatórios datados de 1629, ficamos a saber que apenas cinco baluartes na cerca de Baçaim estavam considerados terminados, sendo que aqueles voltados a norte conjuntamente com as suas cortinas intercalares eram as secções mais carentes de obras<sup>338</sup>. Em Damão, praticamente todos os baluartes foram classificados de “*imperfeitos*”, necessitando de entulhos para seus paramentos e também mais artilharia. De modo geral, aqueles voltados a sul e ao Campo estavam mais evoluídos do que os baluartes dos flancos oeste e norte do circuito<sup>339</sup>. A fortificação da Serra de Asserim (Asherigad) estava em bom estado, referindo-se a necessidade de mais mantimentos e de um moinho. Lamentavam-se os tratos privados entre os seus sucessivos capitães e o reino de Sarceta sobre o abate de madeira de teca nas florestas vizinhas à PN, de que resultavam “*as dissenções e padecem as aldeas da pragana*”<sup>340</sup>. Já a fortificação de Manorá (Manor) estava em pior estado, com a sua torre central a precisar de uma nova cobertura e mais artilharia, para além da falta de mantimento e da inexistência de água potável dentro da tranqueira, feita de “*paos muitos velhos e podres*”<sup>341</sup>. Por seu turno, as tranqueiras de Saibana Velha (Saivan) e Corangagem (Kuran-Gaunza), ambas feitas inteiramente de materiais perecíveis, tinham necessidade de reparações e artilharia<sup>342</sup>. Surge pela primeira vez uma descrição portuguesa de casa senhorial fortificada da Bombaim, defendida por dois baluartes e duas peças de artilharia, tudo a expensas do foreiro da aldeia e cassabé<sup>343</sup>. Finalmente, para Caranjá (Uran), a par de uma descrição da estrutura fortificada, fica-se

---

<sup>337</sup> No contexto deste inquérito, depois de um primeira informação obtida junto dos capitães das várias fortificações, seguiu-se uma deslocação de três altos oficiais e um engenheiro de Goa à PN em inícios de Novembro de 1633, com o intuito principal de vistoriar a despesa pública da administração e inspecionar o estado das fortificações. Estes eram: Francisco de Moura, capitão da cidade de Goa; Doutor Gonçalo Pinto da Fonseca, chanceler do Estado; José Pinto da Fonseca, vedor da Fazenda; e o engenheiro Manuel Homem de Pina (Relatório dos Ministros Conselheiros visitantes da PN, datado de 10 de Fevereiro de 1635, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU; Ms. 459, fls. 146, 234, 237v, BGUC, cit. por DIAS, Pedro, “Diu em 1634; Documentos e notas para um retrato de uma praça portuguesa no Guzerate”, *Arte Indo-portuguesa*, Coimbra, Almedina, 2004, p. 243).

<sup>338</sup> V. *infra*, 3.1.2. “Baçaim”, p. 248 (Informação sobre a fortificação de Baçaim pelo capitão Gaspar Mello de Miranda datada de 1 de Dezembro de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 509v-512, HAG).

<sup>339</sup> V. *infra*, 3.1.3. “Damão”, pp. 283, 284 (Informação sobre a fortificação de Damão pelo capitão Diogo de Mello de Sampayo datada de 19 de Novembro de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 531-537, HAG).

<sup>340</sup> V. *infra*, 3.2.4. “Asserim (Asherigad)”, pp. 357-359 (Informação sobre a Serra de Asserim pelo capitão António Barboza d’Antas datada de 14 de Novembro de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 519v-521v, HAG).

<sup>341</sup> V. *infra*, 3.3.5. “Manorá (Manor)”, pp. 443, 444 (Informação sobre a fortificação de Manorá pelo capitão Crispeão da Misquita datada de 13 de Novembro de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 518-519v, HAG).

<sup>342</sup> V. *infra*, 3.4.2. “Distrito de Baçaim”, pp. 524, 525 (Informação sobre a fortificação de Saibana e sobre a fortificação de Coremgamgem datada de Novembro de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 521v-522v, HAG).

<sup>343</sup> V. *infra*, 3.3.21. “Casa senhorial fortificada de Bombaim (Mumbai fort)”, p. 506 (Informação sobre a fortificação de Bombaim por João Lourenço da Corda datada de 12 de Dezembro de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 526-526v, HAG).

com a impressão de estar bem defendida e provida de munições, em parte devido ao investimento do seu capitão vitalício, que também havia construído uma cisterna<sup>344</sup>.

Face a este cenário e às inspecções do trio de oficiais do Estado que visitou a PN em finais de 1633, foram ordenadas uma série de intervenções, delineadas com a assistência do engenheiro Manuel Homem de Pina, e registadas nos “*Apontamentos*” por ele assinados, datados entre Janeiro e Maio de 1634<sup>345</sup>. Este conjunto de disposições operativas em formato de caderno de encargos fornece-nos uma imagem invulgarmente nítida de quase todas as fortificações principais da PN da altura, apenas comparável aos relatórios de André Ribeiro Coutinho, elaborados um século mais tarde<sup>346</sup>. Dado o detalhe e a extensão da informação contidas nos “*Apontamentos*”, estes serão objecto de análise cuidada nas componentes de texto relativas a cada fortificação, na terceira parte do presente trabalho. Anoto aqui apenas as fortificações que foram fundadas ou iniciadas por determinação da referida visita: Saibana Nova (Chandipo ou Mandvi) na pragana de Hera, para onde se transferiu a maior parte da guarnição da tranqueira de Saibana Velha (Saivan)<sup>347</sup>; e a já referida Aguada de Dongrim (Dongri), na ilha de Salcete, um projecto concebido duas décadas antes mas que permanecia na gaveta; para além dos fossos e obras exteriores determinados para as três cidades da PN.

Nas duas décadas após o enérgico governo do vice-rei Miguel de Noronha, tiveram lugar outras obras de vulto no sistema defensivo do território, entre as quais se destaca a de Versavá (Madh Island) na ilha de Salcete. Este projecto data de 1643, altura em que o provedor da Fazenda Valentim Correia visitou a PN em companhia do engenheiro “*Jozeph Angely*” ou Guiseppe Anjeli<sup>348</sup>. Este desenhou uma fortificação “*pera a defenção do rio de Verssavá e*” para “*nelle se poderem com segurança recolher as embarçaõins que vierem e ser necessário demandar o dito porto*”<sup>349</sup>. Finalmente,

---

<sup>344</sup> V. *infra*, 3.2.7. “São Miguel de Caranjá (Uran)”, p. 394 (Informação sobre a fortificação de Caranjá pelo escrivão Bartolomeu Cunha datada de 12 de Dezembro de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 525-527, HAG).

<sup>345</sup> Manuel Homem de Pina deixou escritos apontamentos de intervenções para as seguintes fortificações, todos datados ou datáveis de 1634: Diu (7 de Janeiro); Baçaim (s/d); Damão (s/d); São Jerónimo de Damão (s/d); Sangens (6 de Março); Tarapur (8 de Março); Danu (12 de Março); Aguada de Dongrim (25 de Março); Chaul (2 de Abril); Morro de Chaul (28 de Abril); Passos do Rio de Taná (1 de Maio); Caranjá (1 de Maio) (Apontamentos do engenheiro Manuel Homem de Pina, 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU).

<sup>346</sup> V. *infra*, 2.6. “Escalada bélica e queda da Província do Norte, 1718-1739”, p. 173-181.

<sup>347</sup> V. *infra*, 3.3.11. “Saibana Nova (Chandipo ou Mandvi)”, pp. 470, 471 (Relação das fortificações da Província do Norte de Valentim Correia datada de 17 de Novembro de 1634, *Livro das Monções nº 19-D*, Ms. 25, fls. 65-70, HAG).

<sup>348</sup> Guiseppe Anjeli não terá chegado à Índia antes de finais de 1640, visto que em Março desse ano ainda se procurava em Madrid um engenheiro para substituir Manuel Homem de Pina e Pedro Massai (Carta régia datada de 7 de Março de 1640, *Livro das Monções nº 21-A*, Ms. 27, fl. (?) HAG).

<sup>349</sup> Curiosamente, a administração desta obra defensiva foi atribuída a um religioso franciscano, frei António da Conceição, reflexo da preponderância da ordem religiosa nesta área de Salcete (Assento do Conselho da Fazenda datado de 31 de Dezembro de 1642, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 6*, Ms. 1163, fl. 273, HAG; Assentos do Conselho da Fazenda datados de 7 e 12 de Setembro de 1643, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 7*, Ms. 1164, fls. 37v, 40, HAG; Carta do vice-rei Conde de Aveiras datada 12 de Setembro de 1641 e 28 de Agosto de 1644, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 1*, Ms. 1249, fls. 39, 39v, 67, 67v, HAG).

salienta-se as reacções ao ataque sobre o Morro de Chaul em 1646, com várias obras nas partes cimeira e sul daquela fortificação<sup>350</sup>.

A maioria das fortificações fundadas ou significativamente aumentadas no período agora abordado situava-se na orla marítima da PN, em embocaduras de rios, baías e povoações costeiras. Esta realidade é reflexo de uma crescente preocupação com o advento da ameaça europeia sobre o Estado da Índia, tendência que remonta à fundação da fortificação de Aguada na barra do Rio Mandovi em Goa, em 1604<sup>351</sup>. Embora os portugueses na PN nunca estivessem em posição de descurar a ameaça vinda de terra firme, também é certo que estas quatro décadas foram, de modo geral, pacíficas em relação aos vizinhos indianos mais poderosos. Por outro lado, não nos podemos esquecer que todas as fortificações principais do território – com uma excepção – situavam-se precisamente ao longo da costa. Desde os tempos em que os mogóis se tornaram vizinhos da PN – e especialmente desde o início da conquista do sultanato de Ahmadnagar – que a estratégia defensiva portuguesa face a uma invasão determinada do território passava pelo recuo estratégico para a faixa costeira e abandono de todo o *hinterland* agrícola, talvez à excepção da ilha de Salcete. Este era afinal um dos principais paradigmas sobre o qual assentava a estratégia defensiva da PN e através do qual se compreende melhor a distribuição dos investimentos do Estado nas suas fortificações.

### **Administração**

Na terceira década do século XVII generalizou-se por toda a PN um dos aspectos mais interessantes da presença portuguesa no território e que fundiu, na verdadeira acepção da palavra, administração, religião e defesa. Nessa altura, os jesuítas ficaram encarregues da administração das obras defensivas – arquitectónicas, navais e de armamento – em Baçaim e sua jurisdição<sup>352</sup>. Tratava-se de uma experiência já ensaiada em Damão (cerca de 1590)<sup>353</sup>, Chaul (1620)<sup>354</sup>, e em 1624, alargada à capital e todo o território da PN.

---

<sup>350</sup> Assentos do Conselho da Fazenda datados de 5 de Outubro e 3 de Novembro de 1646, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 7*, Ms. 1164, fls. 210v, 211, 217-218, HAG.

<sup>351</sup> RODRIGUES, Vítor, MENDIRATTA, Sidh, “O sistema defensivo da ilha de Tiswadi”, *Património de Origem Portuguesa no Mundo, Arquitectura e Urbanismo*, vol. III, “Ásia”, José Mattoso (dir.), Walter Rossa (dir.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 241-243.

<sup>352</sup> Não terá sido alheio a esta decisão os atritos entre o aparelho de Estado e o Senado de Baçaim acerca do financiamento e sucessivos atrasos da obra da cerca abaluartada daquela cidade (Carta do governador Fernão de Albuquerque datada de 10 de Fevereiro de 1621, *DRILM*, Silva Rego (ed.), tom. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1975, pp. 126, 127; Carta régia datada de 30 de Março de 1635 citada na de 23 de Abril de 1737, *Livro das Monções nº 108*, Ms. 130, fl. 189, HAG; Carta ânua da província de Goa datada de 15 de Dezembro de 1626, *Goana História*, 33, I-II, fl. 762v, ARSI; Cartas régias datadas de 31 de Março e 13 de Abril de 1626, Índia, cx. 14, doc. 93, AHU).

<sup>353</sup> V. *infra*, 3.1.3. “Damão”, pp. 280-283.

Os jesuítas substituíram assim os diversos oficiais “*provedores*” e “*vedores das obras*” da fazenda régia existentes até então nas quatro cidades, assumindo a responsabilidade de gerir e fiscalizar a aplicação das verbas do Estado nas diversas esferas da defesa do território. Foi uma decisão polémica, tomada - segundo alguns autores coevos - face à gravidade da ameaça europeia sobre o Estado da Índia<sup>355</sup>. Na prática, a decisão traduziu-se num reforço do poder e influência da Companhia de Jesus na PN, onde já detinham propriedades e interesses económicos muito consideráveis, especialmente aqueles polarizados pela missão de Bandorá (Bandra)<sup>356</sup>.

Tornou-se assim quase omnipresente a figura do *padre administrador* nas obras defensivas das três jurisdições e cidades do território, realidade que se manteve praticamente ininterrupta até à extinção da PN. Naturalmente que esta situação granjeou muitos opositores, entre os quais vice-reis e governadores menos adeptos da causa jesuíta. Multiplicaram-se assim a partir de meados de Seiscentos as queixas dos abusos de poder e prepotência dos jesuítas, nomeadamente quando chegava a altura de prestar contas ao Estado dos dinheiros investidos. A estas acusações contrapunha normalmente a metrópole com uma maior vigilância sobre os bens patrimoniais da congregação, alguns dos quais adquiridos nas franjas das leis vigentes<sup>357</sup>. Apesar de vários governantes terem elogiado a zelosa gestão dos inacianos<sup>358</sup>, outros chegaram ao extremo de os afastar, temporariamente, dos encargos de administradores das mesmas obras<sup>359</sup>.

Após as numerosas conversões na faixa costeira do distrito de Baçaim em finais de Quinhentos e inícios de Seiscentos, a missionação na PN estacou no período agora abordado. Como se referiu no subcapítulo anterior, enraizou-se então a dicotomia entre as zonas cristianizadas e as praganas do

---

<sup>354</sup> Carta do governador Fernão de Albuquerque datada de 13 de Julho de 1620, *Livro dos Reis Vizinhos nº 1*, Ms. 969, fl. 120, 120v, HAG; Carta do governador Fernão de Albuquerque datada de 10 de Fevereiro de 1621, *DRILM*, Silva Rego (ed.), tom. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1975, pp. 126, 127.

<sup>355</sup> Carta régia datada de 30 de Março de 1635 citada na de 23 de Abril de 1737, *Livro das Monções nº 108*, Ms. 130, fl. 189, HAG.

<sup>356</sup> Por provisão de 30 de Outubro de 1620, o Estado autorizou os jesuítas a adquirirem propriedades “*foreiras a Sua Magestade*” para sustento da missão na corte de Agra (Provisão do Conselho da Fazenda datada de 30 de Outubro 1620, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 2*, Ms. 1160, fls. 75v, 76, HAG.) No distrito de Damão, a ordem religiosa adquiriu cerca de vinte aldeias, entre as quais Nargol, na pragana de Sangens (MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. IV, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, p. 233, nota).

<sup>357</sup> A partir de 1624, desenvolveram-se vários esforços para investigar e avaliar as propriedades da ordem dos Jesuítas na Índia, especialmente na PN (Carta de Miguel de Noronha Conde de Linhares datada de 16 de Janeiro de 1630, *Livro das Monções nº 13-A*, Ms. 14, fls. 109, HAG; Informação do Padre Francisco Garcia reitor do Colégio de São Paulo de Goa datada de 26 de Janeiro de 1630, *Livro das Monções nº 13-A*, Ms. 14, fls. 180-188, HAG; Informação sobre os rendimentos do distrito de Baçaim datado de 1 de Dezembro de 1629, *Livro das Monções 13-B*, Ms. 15, fls. 517-518, HAG).

<sup>358</sup> Em 1641, o conde vice-rei e o Conselho da Fazenda referiam o bom préstimo dos jesuítas enquanto administradores das obras de fortificação da PN e que de modo nenhum se devia transferir essa incumbência para “*as mãos de seculares*”, apesar do Padre Provincial da Congregação ter dado a entender que não a quer prosseguir (Assento do Conselho da Fazenda datado de 18 de Maio de 1641, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 6*, Ms. 1163, fls. 157, 157v, HAG).

<sup>359</sup> Contudo, estes afastamentos foram inconsequentes, voltando sempre à tona a figura do *Padre Administrador* jesuíta na PN (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 16 de Fevereiro e 6 de Junho de 1646, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 7*, Ms. 1164, fls. 159v, 160, 160v, 196, 196v, HAG).



sertão e do distrito de Damão, onde praticamente não existiram conversões fora das povoações costeiras principais. Possivelmente para tentar desbloquear esta situação, e num dos últimos registos de tentativas de fundação de estruturas religiosas, regista-se a notícia da morte ou martírio em 1636 de dois religiosos, frei Jerónimo da Paixão, vigário geral dos dominicanos em Baçaim, e Francisco Calassa, padre secular. Estes deslocaram-se à aldeia de Cassumba (Koshimbe) na praga Solgão<sup>360</sup>, com o objectivo de demolir uma estrutura sagrada hindu, tendo sido mortos pelos aldeãos. Analisado o caso em Conselho de Estado, determinou-se enviar para a PN o desembargador Luís Mergulhão Borges para devassar o caso e aplicar justiça, “*salgando a dita aldea, pondo nella os Padroens necessarios*”. Decidiu-se ainda edificar uma igreja no lugar do templo, embora seja improvável que tal tivesse de facto acontecido<sup>361</sup>. Uma das últimas subdivisões onde se procurou expandir a missionação foi o cassabé de Caranjá, através da fundação de várias estruturas religiosas extra-muros durante a década de 1620<sup>362</sup>. Apesar dessas iniciativas, a população cristã do cassabé permaneceria em franca minoria face às influentes e numerosas comunidades muçulmanas e hindus. Nas esferas mais mundanas da sociedade da PN, o período agora abordado começou e findou da pior maneira para a segurança pública dos seus habitantes, visto que tanto em 1617 como em 1656 ocorreram duas situações tumultuosas de contornos graves. De permeio, sucederam vários casos de justiça notórios. Todos estes episódios ilustram o profundo conflito na PN entre os moradores descendentes e os reinóis que ocupavam os altos cargos do aparelho de Estado<sup>363</sup>.

---

<sup>360</sup> Cassumba (Koshimbe), coordenadas: 19°29'44"N, 72°52'15"E (localização provável).

<sup>361</sup> Assento do Conselho de Estado datado de 7 de Março de 1636, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. II, Arquivo Histórico do Estado da Índia, Bastorá, 1954, pp. 71, 72.

<sup>362</sup> V. *infra*, 3.4.2. “Distrito de Baçaim”, p. 569, nota (MEERSMAN, Achilles, *The ancient Franciscan provinces in India, 1500-1835*, Bangalore, Christian Literature Society Press, 1971, 236-239; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thane: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, p. 194).

<sup>363</sup> Continuaram neste período as missivas das câmaras da PN denunciando a Goa ou à metrópole as ilegalidades dos capitães, feitores e ouvidores. A reacção típica do vice-rei era enviar um oficial de justiça superior – desembargador ou ouvidor-geral – para averiguar as situações. Assim, a título de exemplo, e para o início do período agora abordado, podemos citar o exemplo do capitão de Damão, Gaspar de Carvalho Meneses, acusado pela Senado de várias ilegalidades. Ordenada uma primeira devassa dos acontecimentos ao ouvidor da cidade, esta não teve seguimento ou ilibou o capitão, pelo que o desembargador Gonçalo de Mendes Homem seguiu de Goa para a cidade, onde prendeu o dito ouvidor e o feitor da cidade, “*Mangu Sinai*”. Ficou ainda encarregue de executar nova devassa sobre a actuação do capitão para ser analisada no tribunal da Relação (Cartas do governador Fernão de Albuquerque datadas de 25 de Dezembro de 1619, *Livro da Reis Vizinhos nº 1*, Ms. (?), fl. 59v, 60, HAG; Provisão do Conselho da Fazenda datada de (?) de Março de 1619, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 2*, Ms. 1160, fl. 31, HAG). Em 1628 veio preso para Goa o feitor de Baçaim, Sebastião Veloso, sob acusação de ter “*recebido os quarteis dados, e não ter feito com elles os pagamentos que estão consignados na dita feitoria, e por ter cobrado muitos dos chitos que deu por dívida nos Contos, e outras razões*” (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 7 de Setembro de 1628, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 3*, Ms. 1161, fl. 34, HAG). Entre os oficiais de justiça enviados à PN durante este período, salienta-se: em 1623, tinha visitado a PN João Gomes; em Novembro de 1639, partia para a PN Amanso Roiz, procurador-mor da Casa dos Contos (Assento do Conselho da Fazenda datado de 12 de Novembro de 1639, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 6*, Ms. 1163, fls. 74, 74v, HAG); em Dezembro de 1641, passou a norte o secretário de Estado Manuel Ramos com “*poderes na Fazenda*” (Assento do Conselho da Fazenda datado de 18 de Dezembro de 1641, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 6*, Ms. 1163, fls. 158v–159v, HAG); em meados de 1649, partia o desembargador Miguel Pereira de Lacerda (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 20 de Fevereiro de 1649, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 7*, Ms. 1165, fl. 65, 65v, HAG).

O primeiro caso grave de justiça, em 1617, resultou da rivalidade entre dois fidalgos, Fernão de Miranda e André de Abreu. De acordo com Bocarro, em Baçaim haviam se improvisado “*tranqueiras, tapado e tomado as ruas*”, estando a soldadesca da guarnição repartida pelas facções dos dois fidalgos. Das escaramuças nas ruas de Baçaim, e também em Taná (Thane) e Tarapur resultaram várias mortes. Após consulta do Conselho de Estado, o vice-rei enviou para a PN um ouvidor-geral e um capitão para repor a ordem pública e aplicar a justiça necessária. Enquanto que Fernão de Miranda foi condenado e executado em praça pública - pena severa para um fidalgo -, André de Abreu alcançou evadir-se da justiça, tendo-se barricado em Taná (Thane), onde permaneceu com o seu bando durante três meses, fugindo de seguida para terras de Ahmadnagar<sup>364</sup>.

O segundo caso teve origem em 1656, quando foram assassinados os irmãos Manuel e Luís de Mendonça Furtado, fidalgos moradores em Baçaim, e ainda o ouvidor-geral da cidade, Francisco Soares da Costa. Enviado de Goa em Novembro do mesmo ano para investigar este crime, o “*ouvidor-geral do Crime com superintendência na Fazenda*”, João Álvares Carrilho, foi igualmente assassinado. Os perpetradores deste último crime e provavelmente dos três anteriores foram os irmãos Diogo e Francisco de Melo de Sampaio, membros da linhagem de descendentes mais poderosa da PN. Após o último episódio, os irmãos fugiram para a Agra, onde foram incorporados como capitães no exército mogol. Aqui permaneceram pelo menos uma década, mantendo um papel importante entre a comunidade cristã radicada na corte e alimentando também intrigas para destabilizarem a PN. A saga destes dois irmãos foragidos prolongar-se-ia bem adentro do próximo período histórico<sup>365</sup>.

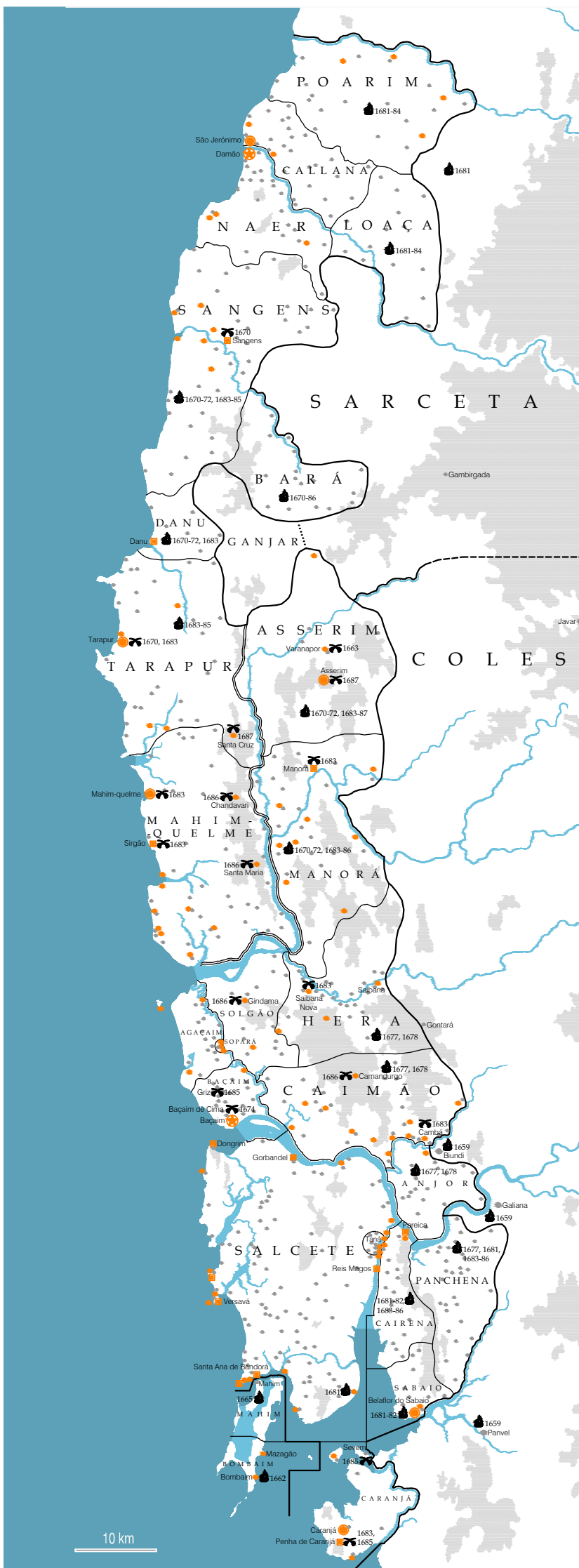
Nota ainda para o infeliz triénio do capitão-mor Rui Dias da Cunha em Baçaim, por volta de 1641-1643. Este oficial foi acusado pelos principais fidalgos da cidade de abuso de poder e outras ofensas aos moradores, litígio aparentemente originado por questões relativas ao abate e comércio da madeira. Os principais acusadores de Dias da Cunha, que tinham tentado amotinar o povo contra o capitão-mor, foram expulsos da cidade de Baçaim por determinação do Conselho de Estado, mas permaneceram na PN<sup>366</sup>.

---

<sup>364</sup> O oficial de justiça enviado para a PN foi Domingos Cardoso de Mello, conjuntamente com o militar Pedro de Azevedo. Após a reposição da ordem pública, André de Abreu estabeleceu-se no sultanato de Ahmadnagar, onde viria a receber mais tarde o perdão da Coroa (BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, dir. Rodrigo de José Lima Felner, Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, vol II, 1876, pp. 618, 699-700; CORREIA, Germano, *História da Colonização Portuguesa na Índia*, vol. V, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954, pp. 82-89).

<sup>365</sup> V. *infra*, 2.5. “Novos vizinhos e novos inimigos, 1658-1687”, p. 123 (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 13 de Novembro de 1656 e 14 de Março de 1657, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 9*, Ms. 1167, fls. 130v, 131, 159v, HAG; CORREIA, Germano, *História da Colonização Portuguesa na Índia*, vol. V, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954, pp. 72-89).

<sup>366</sup> Assento do Conselho de Estado datado de 29 de Dezembro de 1624, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. I, Arquivo Histórico do Estado da Índia, Bastorá, 1954, pp. 387-392.



Mapa do Decão, 1680

- Cidade
- Território da Província do Norte
- Limites das potências principais

Figura 7.

Mapa da Província do Norte, 1658-1687

- Cidade com cerca abaluartada
- Fortificação principal
- Fortificação secundária
- Tranqueira, torre ou casa-torre
- Entidade geo-tributária
- ✠ Batalha
- ✠ Revolta ou raide
- Limite da Província do Norte
- Limite de pragana ou cassabé

## 2.4. Novos vizinhos e inimigos, 1658-1687

*“A 24 [de Agosto de 1673], o presidente [britânico de Bombaim, Gerald Aungier] supervisionou a recruta de todas as pessoas capazes de trazer armas que tinham feito o juramento a 17 [de Agosto]. O campo da recruta era sob a janela do convento onde eu estava hospedado [...] Naquele tempo, haviam tirado as armas a trinta portugueses porque estes tinham pedido para se fazer uma excepção no seu juramento de modo a não serem forçados a lutar contra os [outros] Portugueses.”*

Ambrosio Bembo, 1673<sup>367</sup>

### ***Introdução***

Ao longo das três décadas do período agora abordado, várias novas potências inimigas ou rivais se estabeleceram nas fronteiras da PN e frequentaram a sua frente marítima, resultando num período recheado de ameaças e ataques sobre o território. Assim, se a fase anterior foi essencialmente pacífica no que toca à integridade territorial, a etapa agora abordada foi especialmente atribulada, culminando com a guerra luso-marata de 1683-1687 que quase aniquilou o Estado da Índia.

Este cenário conflituoso instalou-se a partir da Coroação do imperador mogol Aurangzeb em 1658, facto que teve fortes repercussões para a PN. A partida repentina do até então vice-rei do Decão para Agra e a subsequente crise sucessória permitiu ao líder marata Shivaji reconquistar e consolidar a sua base de poder nas regiões fronteiras aos portugueses e retomar o seu fulgurante caminho expansionista. Reflexo deste impacte é o facto de alguns autores considerarem esse mesmo ano como o início formal das relações luso-maratas.

Para além da hostilidade marata, a PN sofreu neste período repetidos ataques por parte de uma nova potência no Mar Árabe: os omanitas. Estes, depois de expulsarem os portugueses de Mascate em 1650, passaram rapidamente à ofensiva ao longo das orlas do Índico ocidental. Os seus audazes ataques à PN causaram grande destruição e alarme, para além de afectarem fortemente o comércio e capacidade naval de todo o Estado da Índia.

---

<sup>367</sup> BEMBO, Ambrosio, *The Travels and Journal of Ambrosio Bembo*, Anthony Welch (ed.), Clara Bargellini (trad.), Berkeley, University of California Press, 2007, p. 217.

Esta capacidade estava de resto já muito enfraquecida pela desgastante guerra contra os holandeses. Após a queda final da última fortificação em Ceilão, precisamente em 1658, e um pouco mais tarde, de Cochim, as quatro cidades da PN eram consideradas por muitos como os próximos alvos na mira da VOC. Completando este cenário sombrio, a fixação dos ingleses em Bombaim a partir de 1665 viria a enfraquecer política e economicamente a PN, subtraindo-lhe um território pequeno mas não desprezível em termos produtivos. Pois se os ingleses eram oficialmente aliados do Estado da Índia, na prática as suas acções rivalizavam com os portugueses. E em Bombaim, as relações de vizinhança entre as duas potências europeias foram desde o início pautadas pela discórdia e desconfiança mútuas.

As relações com o Império Mogol foram também particularmente complexas neste período, embora de modo geral amistosas. Os seus exércitos frequentaram regularmente os territórios fronteiros ou sertanejos da PN para guerrear os maratas ou encaminhando-se para o sul do Decão, importando aos portugueses não hostilizá-los. Por outro lado, tornavam-se cada vez mais importantes as acções navais dos sidis, mercenários que compunham a armada do império mogol no mar da Arábia a partir do período abordado. Os sidis combateram os maratas ao largo da PN e na baía de Bombaim, tomando quase sempre os portugueses o lado dos primeiros, uma vez que estavam determinados a impedir a existência de uma armada marata. Assim, a aliança – essencialmente tácita mas também abrangida pelos tratados luso-mogóis – entre portugueses e sidis ficou estabelecida neste período, vindo a adquirir grande importância militar para PN, como mais à frente se verá.

Em síntese, estas três décadas foram de intensa actividade militar na PN, obrigando os portugueses a investir nas suas fortificações e a defendê-las de cercos, principalmente por parte dos maratas que, durante a campanha de 1683-1684, ocuparam a maior parte do seu território. Foram também tempos de intensa actividade diplomática, procurando um reajustamento face ao profundo desequilíbrio de poder introduzido na região, desequilíbrio que acelerou o enfraquecimento da economia da PN e das suas redes de comércio naval.

Mas foi também neste período que a PN assumiu a sua vital importância económica como “celeiro” e fonte de receitas para sustento das possessões portuguesas no subcontinente, especialmente para o território de Goa. De facto, a queda de Ceilão em 1658 e a perda de Cochim e outras fortificações na costa do Canará alguns anos mais tarde fizeram sobressair a produtividade e relativa estabilidade da PN, o que viria a gerar uma maior focalização e ingerência da Coroa na sua administração, pelo menos a nível de questões tributárias. Esta tendência está patente, por exemplo, na presença preponderante da PN entre os assuntos abordados em Conselhos da Fazenda e em Conselho do Estado a partir da década de sessenta do século XVII.

### ***A ascensão de Shivaji Bhosle e as relações luso-mogóis, 1658-1665***

A partir de 1646, Shivaji Bhosle (1629-1680) criou uma base autónoma de poder num território em redor de Puna (Pune), que se alargou aos territórios fronteiros ao distrito de Baçaim por volta de 1656, como já ficou dito<sup>368</sup>. O sultão e vice-rei Aurangzeb (1618-1707), que se encontrava há alguns anos a guerrear os sultanatos do Decão, partiu repentinamente para Agra em 1658 de modo a assegurar para si o trono imperial, facto que concedeu a Shivaji uma margem de manobra suficiente para expandir e consolidar a sua base territorial<sup>369</sup>. Nessa conjuntura, surgem as primeiras referências explícitas ao líder marata em documentos portugueses, revelando ansiedade face aos sucessos da ágil cavalaria marata sobre tropas mogóis mais numerosas<sup>370</sup>.

A ameaça marata ganhou novos contornos quando Shivaji começou, em 1659, a construir uma frota nas ribeiras de Galiana (Kalyan), Biundi (Bhiwandi) e Panvel. Esta iniciativa era demasiado hostil e perigosa para a segurança dos portugueses, que fizeram os possíveis para a impedir. Curiosamente, Shivaji tinha aliciado mão-de-obra especializada da PN para alcançar o seu objectivo; mas um raide militar destruiu as embarcações em construção e reconduziu ao território português os oficiais mecânicos navais<sup>371</sup>. A partir deste episódio, as notícias de Shivaji tornam-se frequentes nas fontes portuguesas. Aparentemente, foi também depois desta altura que se começou a desenhar a aproximação entre o Estado e os sidis de Danda-rajapur, visto que a ambos interessava impedir a capacidade ofensiva de uma nova força naval nos portos do Concão.

---

<sup>368</sup> V. *supra*. 2.3. “Quatro décadas relativamente pacíficas, 1615-1658”, pp. 86-88.

<sup>369</sup> FLORES, Jorge, “I will do as my father did’: On Portuguese and Other European Views of Mughal Succession Crises”, *e-JPH*, Vol. III, nº 2, 2005. Disponível em: <[http://www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/html/issue6/html/flores\\_main.html](http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue6/html/flores_main.html)> Acesso: Julho de 2012)

<sup>370</sup> Segundo Pissurlencar, a primeira menção de Shivaji na documentação oficial portuguesa nos Arquivos de Goa remonta a Maio de 1658 e relaciona-se com a necessidade de reforçar as guarnições do forte do Morro (Korlai) e do Campo de Chaul face á proximidade dos seus exércitos, que assolavam as regiões vizinhas (Carta dos governadores Francisco de Melo e Castro e António de Sousa Coutinho datada de 15 de Maio de 1658, *Livro das Monções nº 26-A*, Ms. 35, fls. 78-79, *cit. por* PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas I: Shivaji”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 1, Bastorá, Tipografia Rangel, 1926, p. 51). A primeira menção do líder marata na correspondência com a metrópole ocorre provavelmente numa carta de Março de 1660 (Carta de Francisco de Melo de Castro e de António de Sousa Coutinho para o rei datada de 22 de Março de 1660, *Livro das Monções nº 26-B*, Ms. 36, fl. 535, HAG).

<sup>371</sup> Os maratas tinham aliciado *oficiais mecânicos e carpinteiros* e marinhagem portuguesa entre os moradores na PN, conduzindo-os para as ribeiras onde construía as suas embarcações. Após uma resolução do Conselho de Estado em Goa, a maior parte das embarcações construídas ou em construção nos locais mencionados foi destruída e os trabalhadores – cerca de trezentos homens – reconduzidos ao território da PN através de uma expedição militar comandada pelo capitão Rui Leitão Viegas, secundado pelo capitão João de Salazar Vasconcelos (Parecer do Conselho Ultramarino datado de 20 de Setembro de 1661, *Índia*, cx. 44, doc. 30, AHU; PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Shivaji”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 1, Bastorá, Tipografia Rangel, 1926, p. 51).



Fig. 8. Shivaji Bhosle, séc. XVII

Entre 1660 e 1665, Shivaji alcançou várias vitórias contra o Império Mogol, saqueando inclusivamente a cidade de Surate (Surat)<sup>372</sup>. Com epicentro na fortificação de Raigad<sup>373</sup>, os maratas controlavam nessa altura praticamente toda a costa entre Caranjá (Uran) e Goa – com a excepção de Chaul e Danda-rajapur<sup>374</sup>. Os sucessos militares de Shivaji assentavam em manobras bélicas não convencionais no contexto do Decão do século XVII. Os maratas evitavam guerrear em campo aberto os seus inimigos mais potentes, recolhendo à sua rede de fortificações de montanhas nos Gates Ocidentais. A partir destas posições, e beneficiando da sua ágil cavalaria e de um superior conhecimento do território, efectuavam sortidas e raids de longo alcance que cortavam as linhas de comunicação dos exércitos inimigos. Como não era viável cercar todas as fortificações em simultâneo, os numerosos e lentos exércitos mogóis eram muitas vezes derrotados através de operações de guerrilha ou de desgaste sem perderem batalhas convencionais. Shivaji beneficiou também de um sentimento anti-muçulmano entre os muitos hindus influentes ao serviço dos seus inimigos<sup>375</sup>.

Reconhecendo o ascendente de Shivaji, o vice-rei António de Melo e Castro (g. 1662-1666) tomou a iniciativa de escrever ao líder marata, sugerindo um acordo secreto entre as duas nações, pelo que enviava o capitão Luís de Ataíde para a PN para entabular negociações. Nesse contexto de forte expansão mogol no Decão, aos portugueses interessava apoiar as revoltas contra as anexações imperiais, sendo que o vice-rei informava a metrópole em inícios de 1664 que trabalhava por se

<sup>372</sup> Em Abril de 1663, Shivaji alcançava uma importante vitória contra o exército Mogol em Puna e nos primeiros dias de Janeiro do ano seguinte ano saqueou a rica cidade de Surate, então o maior porto da costa Ocidental Indiana. Este audacioso ataque surpreendeu o Império Mogol, cujo principal exército na região acampava próximo da fronteira do distrito de Baçaim (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. II, *History of the Konkan Dakhan And Southern Maratha Country*, Bombay, Government Central Press, 1896, p. 68).

<sup>373</sup> Raigad (coordenadas: 18°14'06''N, 73°26'26''E) situa-se aproximadamente 25 km a leste de Chaul.

<sup>374</sup> DUFF, Grant, *History of the Mahrattas*, vol. I, New Delhi, Low Price Publications, 1995, pp. 136-139.

<sup>375</sup> TANDO, Ram Krishna, "European Adventurers and Changes in the Indian Military System", *Responding to the West. Essays on Colonial Domination and Asian Agency*, Hans Hägärdal (ed.), Amsterdam, University Press, pp. 33-35.

“*entender bem com o Shivaji*”<sup>376</sup>. Acima de tudo, importava acalantar e prolongar o conflito emergente e tripartido entre Shivaji, mogóis e sultanato de Bijapur de modo a enfraquecer todas as facções. No seguimento dos contactos iniciados por Melo e Castro, os portugueses viriam a apoiar mais ou menos secretamente algumas das acções de Shivaji contra as forças imperiais, embora reconhecendo já a potencial ameaça marata sobre a própria PN<sup>377</sup>. Ciente destas iniciativas ou da ajuda secreta supostamente prestada a Shivaji durante o seu saque de Surate (Surat), o capitão mogol Ludi Khân invadiu em 1664 a praga de Panchena do distrito de Baçaim, saqueando algumas das suas aldeias<sup>378</sup>.

### ***Ascensão dos omanitas no mar Árábico***

A ascensão de Shivaji nas vizinhanças da PN coincide cronologicamente com o início da ameaça omanita sobre as zonas costeiras do mesmo território. Estes ataques vieram no encalço da unificação e expansão marítima desse povo, a partir de várias bases na costa da península arábica polarizadas pela zona de Mascate. A cidade e fortificação foram tomadas aos portugueses pelo sultão Saif al-Yarubi em 1650, ano tradicionalmente considerado como o da independência do Sultanato de Omã<sup>379</sup>. A partir desse momento, o seu raio de acção expandiu-se rapidamente pela costa oriental Africana e pelas orlas de todo o médio oriente e subcontinente indiano. O porto de Surate (Surat) cedo atraiu os omanitas pois nele podiam adquirir armas, pólvora e outros apetrechos de guerra necessários para as suas embarcações e consertá-las recorrendo a mão-de-obra especializada. Uma das primeiras referências a uma ataque omanita sobre o território da PN é o de Bombaim, ocorrido em finais de 1661, incendiando a casa senhorial e ocupando temporariamente vários outros locais do arquipélago<sup>380</sup>.

---

<sup>376</sup> Carta do vice-rei António de Melo e Castro datada de 14 de Janeiro de 1664, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. IV, Pangim, Arquivo Histórico de Goa, 1956, pp. 526-530.

<sup>377</sup> Cartas do vice-rei António de Melo e Castro datadas de 26 e 27 de Abril de 1663, *Livro dos Reis Vizinhos*, nº 2, Ms. 970, fls. 15v, 16, HAG, cit. in PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Shivaji”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 1, Bastorá, Tipografia Rangel, 1926, p. 53, 54.

<sup>378</sup> Entre as queixas mogóis, constava a assistência de soldados e artilheiros portugueses no exército de Shivaji; a livre passagem concedida aos exércitos maratas; e ainda o impedimento do abastecimento do arraial mogol em Galiana (Kalyan). Em retaliação, Ludi Khân saqueou alguns locais de Panchena, entre os quais a aldeia de Cansem ou Cansem (Katai), pertencente ao foreiro António de Sousa (Cartas do vice-rei António de Melo e Castro datadas de 31 de Março de 1665, *Livro dos Reis Vizinhos*, nº 2, Ms. 970, fl. 36, HAG, cit. in PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Shivaji”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 1, Bastorá, Tipografia Rangel, 1926, pp. 57, 58; *Collecção de Tratados e Concertos de Paz que o Estado da Índia fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 125-127).

<sup>379</sup> Al-Buisaidi, Ibrahim Yahya Zahran, *Oman e Portugal (1650-1730): Política e Economia*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.

<sup>380</sup> A partir de oito embarcações, cerca de um milhar de homens desembarcaram na ilha de Bombaim, ocupando também as aldeias de Mazagão (Mazgaon) (coordenadas: 18°57'46"N, 72°50'36"E) e Parella (Parel) (coordenadas: 19°00'01"N, 72°50'37"E) (Assento do Conselho de Estado datado de 6 de Dezembro de 1661, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. IV, Pangim, Arquivo Histórico de Goa, 1956, pp. 71-77).



Sete anos mais tarde, foi a vez de Diu sofrer um ataque, obrigando os portugueses a recolherem-se à fortaleza de São Tomé e deixarem a cidade exposta à pilhagem. Como no ataque anterior, as igrejas foram os alvos principais dos omanitas que estabeleceram a sua base na dos jesuítas. Aqui estiveram cerca de uma semana, tempo necessário para encherem as suas embarcações com o saque e darem à vela evitando a confrontação com socorros portugueses<sup>381</sup>.

Já na jurisdição de Baçaim, o ataque mais grave teve lugar em finais de 1674, quando uma força omanita desembarcou sem oposição nas praias da aldeia Boigão (Bhuigaon)<sup>382</sup>, aproximadamente 8 km a norte da cidade, invadindo o seu cassabé durante cerca de uma semana e semeando o pânico entre a população. Enquanto decorria o saque às igrejas e as casas senhoriais, a fidalguia concentrou-se na praça de Baçaim com os seus “*abunhados*”, preparando-se para o cerco. Contudo, após algumas escaramuças em Baçaim de Cima (Vasai) com as forças do capitão-mor do Campo, os omanitas embarcaram apressadamente<sup>383</sup>.

Este ataque parece ter mobilizado o Estado da Índia para a ameaça omanita sobre o território da PN, pois se no rescaldo do ataque a Bombaim de 1661, o Conselho de Estado se havia pronunciado contra o envio de um socorro para a PN, já em 1676 uma armada portuguesa reforçada conseguia evitar novo assalto omanita sobre Diu<sup>384</sup>. Durante a década seguinte, manteve-se a ameaça de ataques sobre a PN, sem afrouxar o conflito naval entre ambas a potências no mar da Arábia.

### ***Entrega de Bombaim e relações com os Ingleses (1662-1687)***

Foi já num contexto de crescentes preocupações com os maratas e omanitas que entraram em cena os ingleses no território da PN, mais precisamente em Fevereiro de 1665, com a sua fixação no arquipélago de Bombaim. O episódio da cedência desta pequena parcela da PN à Coroa britânica conforme o tratado de casamento de 1661 é sobejamente conhecido, tendo sido alvo de diversos

---

<sup>381</sup> Em Conselho da Fazenda reunido em Março de 1669, se referia que a cidade de Diu tinha sido *destruída, queimada e saqueada* pelos omanitas (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 18 e 21 de Março de 1669, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 10*, Ms. 1169, fls. 229, 229v, 232, HAG; MENEZES, D. Luís de, *História de Portugal Restaurado*, Lisboa, Na Officina de Ignacio Nogueira Xisto, 1759, pp. 402-405; PEREIRA, António de Bragança, “Os Portugueses em Diu: História Política e Militar”, *O Oriente Português*, série II, nº 18, Bastorá, Tipografia Rangel, 1937, pp. 105-126).

<sup>382</sup> Boigão (Bhuigaon), coordenadas: 19°23’03”N, 72°46’27”E (Diário do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado de 30 de Agosto de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fl. 138, BACL).

<sup>383</sup> V. *infra*, 3.1.2. “Baçaim”, pp. 250, 251 (Carta do capitão-mor de Baçaim Henrique de Silva de Sá datada de 19 de Fevereiro de 1674, *Índia*, cx. 54, doc. 41, AHU; Carta do vice-rei Luís Furtado e Albuquerque datada de Dezembro de 1674, *Índia*, cx. 54, doc. 41, AHU; Carta do vice-rei Luís de Mendonça Furtado e Albuquerque datada de 8 de Outubro de 1671, *Livro das Monções nº 36*, Ms. 44, fl. 353, HAG).

<sup>384</sup> Pareceres do Conselho de Estado datados de 6 de Dezembro de 1661, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. IV, Pangim, Arquivo Histórico de Goa, 1956, pp. 71-77; Carta do vice-rei Luís de Mendonça Furtado e Albuquerque data de 26 de Janeiro de 1676, *Livro das Monções nº 39-40*, Ms. 48, fls. 237, 237v, HAG.

estudos monográficos, pelo que será apenas sinteticamente descrito no presente subcapítulo<sup>385</sup>. Contudo, entre essa produção historiográfica, existe uma lacuna que me parece interessante abordar com algum detalhe noutra parte do presente trabalho<sup>386</sup>.

Apesar da esquadra de James Ley encarregue de receber Bombaim também transportar o novo governador designado do Estado da Índia, António de Melo e Castro, este último fez tudo à sua chegada à Índia para protelar a entrega do arquipélago<sup>387</sup>. Acresce a esta atitude o facto de, desde o primeiro momento, ingleses e portugueses não se terem entendido quanto aos limites geográficos da área a ceder. Temendo uma ocupação por via da força, Melo e Castro ordenou prontamente a transferência de artilharia de Baçaim para a casa senhorial de Bombaim<sup>388</sup>. Despachou também para a metrópole o Padre Manuel Godinho para expor o caso contra os ingleses e explicar a retenção do arquipélago de Bombaim contra as ordens régias<sup>389</sup>. Todas estas acções tiveram duras consequências sobre a força expedicionária inglesa, iniciando-se assim um efeito de bola-de-neve que azedou permanentemente as relações luso-inglesas na PN<sup>390</sup>.

A ilha de Bombaim e as três aldeias de Mazagão (Mazgaon), Parella (Parel) e Varoly (Worli) foram apenas efectivamente cedidas a 18 Fevereiro de 1665, após ter sido assinada nova convenção entre o Estado e o governador inglês<sup>391</sup>. O território cedido constituía, segundo os ingleses, apenas uma

---

<sup>385</sup> Em termos sintéticos, o tratado de casamento celebrado a 23 de Junho de 1661 dava Tânger, Bombaim e dois milhões de cruzados aos ingleses em troca de dois mil soldados, mil cavaleiros e dez embarcações de guerra ingleses até Portugal assegurar a sua independência. Entre as principais obras que abordam as questões deste tratado em relação a Bombaim, destaca-se: KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo-Portuguese negotiations relating to Bombay, 1660-1677*, London, Bombay, Oxford University Press, [1923]; COUTO, Adriano Ernesto, *A Cessão de Bombaim à Inglaterra*, tese de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1952.

<sup>386</sup> Trata-se da questão dos limites da subdivisão ou cassabé de Bombaim à data da celebração do tratado luso-britânico. V. *infra*, 3.4.2. “Distrito de Baçaim”, pp. 567, 568.

<sup>387</sup> António de Melo e Castro viajou para a Índia na armada de cinco embarcações comandada por James Ley, Duque de Marlborough. Melo e Castro considerou que os ingleses não o haviam tratado condignamente durante a viagem e que, à chegada à Índia, haviam desrespeitado o tratado ao negar assistência aos portugueses cercados em Cochim. A estas motivações essencialmente pessoais ter-se-à juntado a constatação da importância do arquipélago que estava encarregue de alienar do Estado da Índia, especialmente a sua importância económica para os jesuítas e o seu valor estratégico enquanto ancoradouro. Melo e Castro permaneceu cerca de três meses na PN, tendo assumido o governo do Estado da Índia apenas a 14 de Dezembro de 1662 (Acto de Entrega datado de 14 de Dezembro de 1662, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. IV, Pangim, Arquivo Histórico de Goa, 1956, pp. 87-90).

<sup>388</sup> Foi também enviado para Bombaim Sebastião da Silva com duas companhias de soldados (Assento do Conselho da Fazenda datado de 15 de Novembro de 1663, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 10*, Ms. 1168, fl. 149v, HAG; Alvará do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado de 1 de Setembro de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fls. 145, 145v, BACL).

<sup>389</sup> O próprio Padre Manuel Godinho, que viajou *incognito*, descreveu a sua viagem para a Europa (GODINHO, Padre Manoel, *Relação do novo caminho que fez por terra...*, Lisboa, na Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1665).

<sup>390</sup> FOSTER, W., *The English Factories in India*, vol. XI, 1661-1664, Oxford, Clarendon Press, pp. 214, 215; *Materials Towards a Statistical Account...*, vol. I, Bombay, Government Central Press, 1893, pp. 10, 11; General Muster of Soldiers, &c, in his Majesty's service at Bombay on 25th Feb.; IOR/H/48/, fls. 183-188, BL.

<sup>391</sup> Abraham Shipman recebeu uma nova carta-patente de Carlos II em Abril de 1664, tendo de seguida feito um testamento a favor de Humphrey Cooke. Estes documentos foram aprovados em Conselho de Estado em Goa em Novembro de 1664, procedendo-se assim à elaboração da convenção de entrega de Bombaim. Contudo, esta convenção foi rapidamente desconsiderada pelo lado britânico (BIKER, Júlio Firmino, *Supplemento à Collecção de Tratados*,

fracção daquele designado no tratado de 1661<sup>392</sup>. O primeiro governador inglês Humphrey Cooke ocupou assim a ilha de Mahim, tendo Candil (Colaba) sido comprada ao seu foreiro alguns anos mais tarde<sup>393</sup>.

A ocupação de Mahim privou os portugueses de uma importante alfândega e parcelas agrícolas. Como retaliação, estes triplicaram a taxação às embarcações não portuguesas que passavam defronte de Taná (Thane) e a sul Caranjá (Uran) com destino a Bombaim; aplicaram ainda uma tributação proibitiva sobre a madeira de teca proveniente dos *hinterlands* de Galiana (Kalyan) e Biundi (Bhiwandi)<sup>394</sup>. Dependente em boa medida do comércio fluvial por estas vias para abastecer Bombaim, os ingleses fizeram tudo para impedir esta taxação, incluindo escoltas armadas para a condução dos barcos indianos ao seu porto<sup>395</sup>.

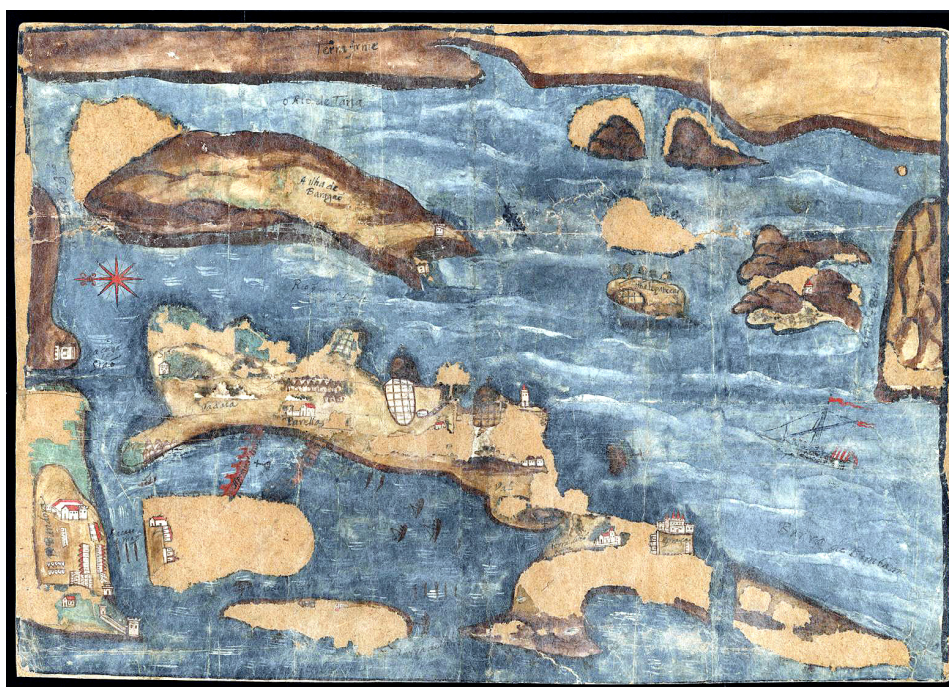


Fig. 9. Mapa da Baía de Bombaim, 1665 (AHU)

---

*Convenções, Contratos e Actos Públicos...*, tom. IX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872, pp. 238-267; *Materials Towards a Statistical Account...*, vol. I, Bombay, Government Central Press, 1893, pp. 13, 14).

<sup>392</sup> As pretensões inglesas variavam conforme as opiniões: as mais moderadas consideravam que a Coroa tinha direito a todas as ilhas do arquipélago enquanto que, no outro extremo, havia quem considerasse a ilha de Salcete, Baragão ou Turumbá (Trombay), Caranjá (Uran) e todas as restantes ilhas da baía de Bombaim como território dependente ou afecto a Bombaim e assim incluído no tratado luso-britânico. Esta noção parece ter sido maioritária entre os oficiais ingleses da armada de James Ley (Cf. KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo-Portuguese negotiations relating to Bombay, 1660-1677*, London, Bombay, Oxford University Press, [1923], pp. 442, 443, 516-518, 524-525).

<sup>393</sup> A ocupação de Mahim por Humphrey Cooke ocorreu em Março de 1665 e foi referenciada numa carta de António de Melo e Castro (Carta do vice-rei António de Melo e Castro datada de 5 de Janeiro de 1666, *Livro das Monções nº 35*, Ms. 43, fl. (?), HAG, pub. in BIKER, Júlio Firmino, *Collecção dos Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia fez...*, tom. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 94-96).

<sup>394</sup> *Materials Towards a Statistical Account...*, vol. I, Bombay, Government Central Press, 1893, p. 60.

<sup>395</sup> Sobre a evolução das medidas e contra-medidas relativas ao comércio e navegação na zona de Bombaim e Salcete, V. KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo-Portuguese negotiations relating to Bombay, 1660-1677*, London, Bombay, Oxford University Press, [1923], pp. 464-475, 506-510.

Igualmente problemática foi a aplicação de uma nova administração colonial britânica sobre um território já colonizado pelos portugueses. Apesar do tratado de 1661 e da convenção de 1665 preverem a salvaguarda dos direitos e regalias dos senhorios portugueses, os ingleses cedo constatarem que estas mesmas regalias eram excessivas e prejudiciais à eficiente administração do arquipélago<sup>396</sup>. Especialmente com os poderosos jesuítas, sedeados na sua residência em Parella (Parel) desde o início houve disputas. Para além das questões tributárias sobre as suas extensas propriedades e salinas, os principais pontos de discórdia com os jesuítas relacionavam-se com as actividades da Inquisição e a conversão dos órfãos hindus<sup>397</sup>.

Em Setembro de 1668, a transferência da administração de Bombaim para a *East India Company* não melhorou as relações luso-britânicas, visto que a Companhia exigia também a cedência de territórios vizinhos ao arquipélago e o fim da taxaço em Taná (Thane) e Caranjá (Uran). Por outro lado, a chegada do Presidente Gerald Aungier a Bombaim, em Janeiro de 1670, contribuiu decisivamente para o crescimento económico e desenvolvimento da povoação. Apenas com a administração de Aungier se normalizaram as relações entre os proprietários portugueses e a administração do arquipélago, graças a um compromisso relativo aos impostos sobre as suas propriedades<sup>398</sup>.

Curiosamente, e apesar da desconfiança em relação aos moradores portugueses, a Companhia Inglesa manteve o sistema de milícia pré-existente em paralelo com o pequeno corpo de soldados que guarnecia a casa senhorial de Bombaim. Conhecida doravante como a *portuguese militia*, esta incorporava já em Dezembro de 1665 quarenta portugueses “*brancos da Europa*” - sem dúvida entre

---

<sup>396</sup> Eram particularmente contrários aos interesses ingleses os direitos feudais dos chamados *foreiros maiores*, ou seja, dos portugueses foreiros das nove aldeias e dos dois cassabés de Mahim e Bombaim em que dividia primordialmente a tributação do arquipélago. A escrever em Março de 1667, Gervase Lucas, segundo governador de Bombaim, refere que quase todo território do arquipélago pertencia ou aos Jesuítas, ou a Bernardino de Távora, foreiro de Mazagão, ou a Inês de Miranda, foreira do Cassabé de Bombaim (KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo-Portuguese negotiations relating to Bombay, 1660-1677*, London, Bombay, Oxford University Press, [1923], pp. 472, 487).

<sup>397</sup> Em Março de 1665, o reitor da residência de Parella, padre António Barbosa, exigiu ao governador inglês a maior parte da renda anual do mandovim de Mahim, alegando tratar-se de uma esmola instituída pelos reis portugueses. O foreiro do mandovim era Francisco Murzelo Coutinho (KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo-Portuguese negotiations relating to Bombay, 1660-1677*, London, Bombay, Oxford University Press, [1923], pp. 472, 473; BRUCE, John, *Annals of the Honourable East India Company*, vol. II, London, 1810, pp. 254-256)

<sup>398</sup> Com a ajuda do morador Simão Serrão, Aungier obteve informações sobre os títulos de aforamento ou enfiteuse dos proprietários portugueses, o que levaria à celebração do compromisso de Novembro de 1672, altura em que os foros foram actualizados e os títulos de propriedade reformados e actualizados. A Companhia Inglesa adquiriu também nessa altura a ilha de Candil (Kolaba Island) ao seu proprietário português (*Substancia do contrato de compuzição entre a muito Hon. Companhia e os dous povos desta ilha de Bombaym, e Mahim, subditos da mesma Companhia, e mais foreiros menores moradores em outras partes que possuem bens de rais nesta ilha...*, Livro das Monções nº 39-40, Ms. 48, fls. 35-42, HAG, pub. in BIKER, *Collecção de Tratados e Concertos de Pazas que o Estado da Índia fez...*, tom. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 120-128; *Materials Towards a Statistical Account...*, vol. I, Bombay, Government Central Press, 1893, pp. 39, 54; KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo-Portuguese negotiations relating to Bombay, 1660-1677*, London, Bombay, Oxford University Press, [1923], p. 554-556; BRUCE, John, *Annals of the Honourable East India Company*, vol. II, London, 1810, pp. 271-272).

os principais habitantes do arquipélago - para além de indianos<sup>399</sup>. O sistema miliciano foi posto à prova em 1676, quando uma frota holandesa se aproximou de Bombaim, semeando o alarme de invasão. Vários moradores e milicianos portugueses fugiram então para Salsete e Turumbá (Trombay), incluindo um dos principais, Álvaro Pires de Távora, foreiro da aldeia de Mazagão (Mazgaon)<sup>400</sup>.

De resto, o ano de 1676 foi especialmente problemático para as relações luso-inglesas pois começou com o assassinato de um sargento inglês em Banderá (Bandra); continuou com o capitão-geral da PN a embarcar seiscentos homens numa esquadra, ameaçando invadir a ilha de Mahim; e terminou com uma ordem do presidente Aungier no sentido de se expulsar de Bombaim os religiosos – jesuítas e outros – suspeitos de incitar os moradores contra a autoridade da Companhia Inglesa<sup>401</sup>. Em retaliação, os portugueses instalaram ainda no final desse ano um bloqueio económico entre Salsete e Bombaim. Este bloqueio foi doravante decretado repetidamente pela administração da PN sempre que as relações com Bombaim pioravam. Contudo, era uma medida de difícil aplicação no território e parece não ter preocupado os ingleses<sup>402</sup>.

Volvido pouco tempo após o tenso ano de 1676, o ouvidor de Baçaim listava as principais queixas contra os vizinhos ingleses, entre as quais constava a obrigação de pagar direitos pelas embarcações portuguesas que navegavam no rio de Mahim e o despovoamento das terras e aldeias portuguesas pelo facto dos ingleses darem guarida e asilo a todas pessoas, incluindo escravos e ainda a “*Phelipe de Lima e seu irmão, que tomarão a casta de gentio andando publicamente com touca e cabayo e sandalo na testa [...] e depois que o fizerão*” eram “*mais favorecidos dos ingleses*”<sup>403</sup>.

Por seu turno, o embaixador inglês em Lisboa, Francis Parry, escrevia nesta altura que as disputas acerca das taxas em Taná (Thane) e Caranjá (Uran) sobre embarcações inglesas havia três meses estavam a ser analisadas no Conselho Ultramarino, sem haver qualquer indicação de uma resolução sobre o assunto; ao invés, o Conselho aludia à injusta ocupação da ilha de Mahim como acção

---

<sup>399</sup> Provavelmente, foram estes portugueses que tentaram evitar o juramento em 1676 (V. *supra*, p. 95). Já no ano seguinte, a milícia estava estabilizada em seiscentos homens, todos residentes no arquipélago. Os proprietários brâmanes e banianes ficaram isentos de servir em troca de uma contribuição pecuniária (KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo-Portuguese negotiations relating to Bombay, 1660-1677*, London, Bombay, Oxford University Press, [1923], p. 477; ANDERSON, Philip, *The English in Western India*, Bombay, Smith, Taylor & Co., 1854, p. 57, 58; *Materials Towards a Statistical Account of Bombay City and Island*, vol. III, Bombay, Government Central Press, 1894, p. 71).

<sup>400</sup> V. *infra*, 3.4.2. “Distrito de Baçaim”, pp. 562-564.

<sup>401</sup> A acção do capitão-geral Manuel de Saldanha aconteceu em retaliação pela guarida dada no porto de Bombaim a uma embarcação de Calecute (Khozikhode) perseguida por outra portuguesa (*Materials Towards a Statistical Account...*, vol. I, Bombay, Government Central Press, 1893, pp. 61-64).

<sup>402</sup> *Materials Towards a Statistical Account...*, vol. II, Bombay, Government Central Press, 1894, pp. 17-21.

<sup>403</sup> BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e Concertos de Pazes que o Estado da Índia fez...*, tomo III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 152-157.

catalisadora das más relações entre aliados na esfera da PN <sup>404</sup>. A tensa situação com os ingleses manteve-se com o início da década de 80 do século XVII<sup>405</sup>. Com a guerra luso-marata de 1683-1684, à lista de queixas do lado português acrescentava-se a venda por parte dos ingleses de material bélico aos maratas<sup>406</sup>. Naturalmente que uma guerra luso-marata não era desinteressante aos ingleses, dado as suas boas relações com o rei Sambhaji Bhosle (1657-1689), sucessor de Shivaji, e o facto de poderem lucrar com a exportação de material de guerra para ambas as facções.

Finalmente, para além de todas estas disputas com os ingleses, havia ainda uma questão contra a qual os portugueses praticamente nada podiam fazer e que provavelmente causava mais dano à PN do que todas as outras queixas juntas: a migração de mercadores indianos das cidades portuguesas para Bombaim. Estes eram antes de mais atraídos por benesses fiscais e pela liberdade de culto no arquipélago. Particularmente prejudicial foi a saída de vários mercadores “*banianes*” principais de Diu, Baçaim e Chaul<sup>407</sup>.

### ***A ameaça marata e as relações luso-mogóis, 1665-1683***

Em inícios de 1665, enquanto os ingleses se instalavam em Bombaim, um forte exército mogol sob o comando de Mizra Jai Singh e Diler Khân foi enviado contra Shivaji, descendo pela raia da PN até ao coração da nação marata. A dimensão das forças mogóis causou alarme entre os portugueses, que contemporizaram com Jai Singh, oferecendo artilharia e presentes ao general e assumindo a oficial postura pró-mogol. No regimento do novo capitão-geral Inácio de Sarmiento de Carvalho enviado à PN em Abril desse ano, constava evitar qualquer acto que desagradasse aos mogóis, mas também continuar a ajuda secreta a Shivaji<sup>408</sup>.

---

<sup>404</sup> O embaixador inglês escrevia esta informação ao monarca Carlos II em Abril de 1678 (KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo-Portuguese negotiations relating to Bombay, 1660-1677*, London, Bombay, Oxford University Press, [1923], pp. 560-561)

<sup>405</sup> BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e Concertos de Paz que o Estado da Índia fez...*, tomo III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 152-157; KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo-Portuguese negotiations relating to Bombay, 1660-1677*, London, Bombay, Oxford University Press, [1923], pp. 560-561.

<sup>406</sup> Carta do vice-rei Francisco de Távora datada de 25 de Janeiro de 1684, *Livro das Monções nº 48*, Ms. 55, fl. 185, HAG.

<sup>407</sup> Dois exemplos deste movimento migratório no período inicial da Bombaim britânica foram o da comunidade de recelões de Chaul em 1667 e de Nima Párah, importante mercador baniane de Diu, em 1677 (*Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. I, Bombay, Government Central Press, 1893, pp. 74-77; *Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. III, *Trade and Fortifications*, Bombay, Government Central Press, 1894, p. 431; Carta do vice-rei Luís de Mendonça Albuquerque datada de 4 de Dezembro de 1674, *Livro das Monções nº 39-40*, Ms. 48, fl. 34, HAG).

<sup>408</sup> No exército mogol militavam os renegados irmãos Diogo e Francisco de Melo de Sampaio, e ainda o médico italiano Niccolau Manucci. O vice-rei António de Melo e Castro enviou o jesuíta Padre Damião Vieira para cumprimentar e manter conversações com Jai Singh. Em Agosto de 1665, o Conselho da Fazenda em Goa aprovou a oferta de artilharia e um saguete ao general mogol, para o dissuadir de uma incursão sobre a PN (Carta do vice-rei António de Melo e Castro datada de 22 de Agosto de 1665, *Livro dos Reis Vizinhos, nº 2*, Ms. 970, fl. 38, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 11 de Agosto de 1665, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 10*, Ms. 1168, fls. 223, HAG; Cartas de António de Melo e Castro datadas de 22 de Agosto de 1665, *Livro dos Reis Vizinhos nº 2*, Ms. 970, fls. 38, HAG, pub. in

Após um breve sequestro em Delhi em consequência dessa campanha, Shivaji retomou o caminho das vitórias, reconquistando fortificações e adotando atitudes ainda mais agressivas para com os portugueses. Depois de uma invasão de Bardez, Goa, em 1667, voltou-se contra os sidis de Dandarajapur, que resistiram a um cerco com ajuda do Estado<sup>409</sup>.

Apesar dos tratados luso-maratas de 1667 e 1670, os sucessos militares de Shivaji na década subsequente falaram mais alto<sup>410</sup>. Entre 1670 e 1676, os maratas concluíram a conquista ou reconquista de todos os territórios fronteiros à PN, alcançando nesse último ano a fortificação de Parnel (Parnera), a norte de Damão, à data pertencente ao rei de Sarceta<sup>411</sup>. Em locais estratégicos dessa mesma raia - como Gambirgada (Gambhirgad) perto da praga Bará ou Gontará (Gumtara), perto da tranqueira de Saibana Velha (Saivan) - edificaram fortificações, causando escaramuças entre as duas potências<sup>412</sup>. A partir de Galiana (Kalyan) intentaram em 1672 um ataque anfíbio contra Gorbandel (Ghodbandar), mas embarcações portuguesas evitaram o desembarque dos maratas na ilha de Salcete<sup>413</sup>.

A ocupação do reino de Sarceta, fronteiro ao distrito de Damão, levou Shivaji a exigir os réditos do chouto que tradicionalmente se pagavam àquele feudatário<sup>414</sup>. Este pagamento foi protelado pelos portugueses, contribuindo para o deteriorar das relações entre os novos vizinhos, havendo registo de novos confrontos com os maratas na jurisdição de Damão em 1677<sup>415</sup>. Na monção do ano seguinte,

---

BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e Concertos de Paz que o Estado da Índia fez...*, tom. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 127, 128; PISSURLENCAR, Panduranga, "Portugueses e Maratas: Shivaji", *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 1, Bastorá, Tipografia Rangel, 1926, p. 34; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XVIII, pt. II, Poona, Bombay, Government Central Press, 1885, pp. 231-233; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. II, *History of the Konkan Dakhan And Southern Maratha Country*, Government Central Press, 1896, p. 593).

<sup>409</sup> A invasão de Bardez ocorreu a 20 de Novembro de 1667 enquanto que o cerco a Dandarajapur ocorreu em inícios de 1669 (Cartas do vice-rei António de Melo e Castro datadas de 23 e 24 de Novembro de 1667, *Livro dos Reis Vizinhos*, nº 2, Ms. 970, fls. 73, 73v, HAG; COSTA, A. Delduque da, "Os Portugueses e os Reis da Índia: Maratas", *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 20, Tipografia Rangel, Nova Goa, 1933, p. 8; BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e Concertos de Paz que o Estado da Índia fez...*, tom. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, pp. 118-132; PISSURLENCAR, Panduranga, "Portugueses e Maratas: Shivaji", *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 1, Bastorá, Tipografia Rangel, 1926, p. 76).

<sup>410</sup> PEREIRA, António de Bragança, *Arquivo Português Oriental*, tom. I, vol. III, pt. 1, Bastorá, Tipografia Rangel, 1939, pp. LXVII e segs; *Collecção de Tratados e Concertos de Paz que o Estado da Índia fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, pp. 118-132.

<sup>411</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. VI, *Rewa Kántha, Nárukot, Cambay and Surat States*, Government Central Press, Bombay, 1880, p. 256; SARDESAI, G. S., *New History of the Marathas*, vol. I, 1946, Phonex Pub., p. 109.

<sup>412</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 3 de Dezembro de 1677, *Série Azul*, Ms. 496, fl. 6, BACL; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. II, *History of the Konkan Dakhan and the Southern Maratha Country*, Bombay, Government Central Press, 1896, pp. 69-71.

<sup>413</sup> O autor desta referência não menciona a fonte. Gorbandel (Ghodbandar), coordenadas: 19°17'43"N, 72°53'20"E (DUFF, Grant, *A History of the Mahrattas*, vol. I, Londres, Longman, Rees, Orme, Brown and Green, 1826, p. 253).

<sup>414</sup> Trelado da carta de Shivaji Raze datada de Abril de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 202, 202v, BACL; Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 17 de Fevereiro de 1678, *Série Azul*, Ms. 497, fl. 134v, BACL.

<sup>415</sup> O vice-rei Luís de Mendonça Furtado e Albuquerque ordenou em 1677 ao capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira para não pagar o chouto exigido por Shivaji. Os principais habitantes de Damão fizeram então uma exposição ao capitão-geral onde aconselhavam o dito pagamento para se evitar uma possível guerra com os maratas. O vice-rei seguinte Pedro de Almeida também protelou as diligências, apesar de anuir ao pagamento na sua correspondência com a corte

tropas maratas entraram nas praganas de terra firme defronte de Salcete com o intuito de atravessar para Taná (Thane). Valeu aos portugueses nessa ocasião a acção do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira, que se deslocou para a ilha de Salcete e aparelhou embarcações para defender os passos do seu rio, fazendo Shivaji desistir da ofensiva<sup>416</sup>. No ano seguinte, Shivaji fortificou o ilhéu de Cunderim (Khanderi), defronte da costa entre Chaul e Bombaim, perante a surpresa e passividade de portugueses e ingleses. Durante este período ocorreram também várias batalhas navais, tendo havido perdas de parte a parte<sup>417</sup>.

Entretanto, Shivaji fez-se Coroar rei em 1674, desfazendo toda a pretensa ou nominal vassalagem tanto para com o império mogol como com os Nizam Sháhs de Bijapur<sup>418</sup>. Os seus sucessos militares continuavam praticamente imparáveis, obrigando tanto portugueses como ingleses a estarem de constante sobreaviso. Especialmente o distrito de Baçaim e a cidade de Chaul estavam claramente na mira da expansão marata e sem meios para defenderem o seu território face a um ataque decidido, que aliás já se antevia com nitidez - até que a morte de Shivaji, em Abril de 1680, veio arrefecer momentaneamente o conflito luso-marata.

Esgotado pelos esforços bélicos recentes, o Estado procurou então entabular negociações com o novo monarca, Sambhaji Bhosle. Contudo, este mostrou-se líder militar tão activo como o pai, renovando as hostilidades contra os mogóis, portugueses e outras potências<sup>419</sup>. Pouco tempo depois,

---

marata (Certidão do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 15 de Dezembro de 1678, *Série Azul*, Ms. 58, fl. 138, BACL; Proposta da Cidade de Damão datada de 28 de Maio de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 139v-141, 236-238, BACL; Cartas do vice-rei Pedro de Almeida datadas de 10, 12 e 15 de Janeiro de 1678, *Livro dos Reis Vizinhos nº 3*, Ms. 971, fls. 2-3v, HAG; Carta do governador António Pais de Sande datada de 20 de Março de 1679, *Livro dos Reis Vizinhos nº 3*, Ms. 971, fls. 29, 29v, HAG). Pissurlencar publicou um documento datado de 1678 onde se refere que o capitão do Campo de Baçaim pagava por esta altura o “*grão-candil*” aos maratas (PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Shivaji”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 1, Bastorá, Tipografia Rangel, 1926, pp. 89, 92-94; PISSURLENCAR, Panduranga, “Antigualhas”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 42, Bastorá, Tipografia Rangel, 1939, pp. 131-134).

<sup>416</sup> Cartas do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datadas de 3, 6, 14 e 15 de Agosto de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fls. 68-69, 72, 84, 84v, 90-93, BACL.

<sup>417</sup> Apesar das acções dos sidis de Danda-rajapur, os maratas fortificaram o ilhéu entre Agosto e Outubro de 1679 (Carta do vice-rei António Pais de Sande datada de 18 de Setembro de 1679, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 2*, Ms. 1250, fls. 57-58v, HAG; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. II, *History of the Konkan Dakhan and the Southern Maratha Country*, Bombay, Government Central Press, 1896, pp. 69, 71, 72; PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Sambaji”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 2, Bastorá, Tipografia Rangel, 1928, p. 74, nota). Esta acção marata levou a um reforço das guarnições de Chaul e do seu Morro (Korlai) em Outubro de 1681, com a partida de Goa a Armada do Norte capitaneada por Martinho Mascarenhas, levando cinco peças de artilharia e cem arcabuzes “*novos com suas bolças e polvarinhos*” (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 7 de Outubro e 11 de Novembro de 1681, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 14*, Ms. 1172, fls. 136, 136v, 146, HAG).

<sup>418</sup> GORDON, Stewart, *The Mahrattas, 1600-1818, Cambridge New History of India*, Cambridge University Press, 1993, pp. 59-90.

<sup>419</sup> Após um conflito com o seu meio-irmão Rajaram (filho primogénito de Shivaji) Sambhaji ascendeu ao trono marata em Dezembro de 1680 (GOKHALE, Kamal, *Chhatrapati Sambhaji*, Poona, 1978, p. 39). Nessa ocasião, o Estado da Índia ofereceu uma espingarda revestida a ouro ao novo monarca, procurando aliciá-lo para conversações diplomáticas. Porém, no ano imediato Sambhaji escrevia ao governador António Pais de Sande num tom pouco conciliador (Cartas do governador António Pais de Sande datadas de 8 e 25 de Maio e 4 e 20 de Junho de 1680 e 4 de Junho de 1681, *Livro dos Reis Vizinhos nº 3*, Ms. 971, fls. 42v, 43, 54, 54v HAG).



o vice-rei Francisco de Távora decidiu ocupar e fortificar a ilha de Angediva (Anjedip Island) a sul de Goa, ciente de planos maratas com objectivo semelhante e aproveitando o facto de um exército mogol estar em marcha contra as forças Sambhaji<sup>420</sup>. Durante essa nova campanha que opôs maratas ao Império Mogol, os portugueses tomaram a postura pró-mogol, permitindo a passagem das suas tropas pelo território da PN, em Dezembro de 1682, e a entrada e circulação da frota sidi em redor da ilha de Salcete. As forças imperiais lograram assim destruir Galiana (Kalyan) e saquear o seu termo em Janeiro de 1683. Esta opção do vice-rei Francisco de Távora conde do Alvor, talvez tendo em vista a obtenção de terras na vizinhança de Goa com a convívência mogol, desagradou a Sambhaji e conduziu à guerra luso-marata que estalou nesse mesmo ano<sup>421</sup>.

### ***Relações com os reinos feudatários vizinhos e os sidis***

A emergência da ameaça marata, para além de destabilizar as fronteiras da PN, conduziu a uma certa reaproximação entre os portugueses e algumas das potências regionais vizinhas, principalmente os sidis de Danda-rajapur. Ao invés, as relações com os Coles, quase sempre conflituosas, pioraram por volta de 1663, quando Asserim (Asherigad) foi acometida, após rendição da tranqueira de Varanapor (Barhanpur), sendo necessário enviar um socorro a partir de Baçaim<sup>422</sup>. Já em 1670, talvez instigados pelos maratas, os Coles entraram em guerra com o reino de Sarceta, invadindo também o distrito de Damão e exigindo o chouto das praganas de Mahim-quelme (Kelwamahim) e Tarapur. O Estado fez então frente comum com Sarceta, assinando um tratado com o monarca “*Soma de Ranna*”. Para além de rectificar os acordos anteriores, este acordo colocava o ónus das boas relações de vizinhança no cumprimento de várias obrigações por parte do rei de Sarceta. Infere-se também pelo tom das cláusulas terem havido incursões depredatórias de Sarceta sobre a PN pouco antes da sua celebração embora tal não seja explicitado. Provavelmente, o rei vizinho também já previa a necessidade de usar Damão como local de refúgio durante as movimentações de exércitos mogóis ou maratas em campanha pelas suas terras. Na sequência deste tratado, efectuou-se uma incursão conjunta contra o reino dos Coles a partir de Asserim (Asherigad) no ano de 1671<sup>423</sup>.

---

<sup>420</sup> Assento do Conselho de Estado datado de 27 de Abril de 1682, pub. in *Assentos do Conselho de Estado*, Panduranga Pissurlencar, (ed.), vol. IV, Basorá, Tipografia Rangel, 1956, pp. 388-390.

<sup>421</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “Tentativas dos Portugueses para a ocupação do Concão”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, série 2, vol. 6, Lisboa, 1955, pp. 432, 433; PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Sambaji”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 2, Bastorá, Tipografia Rangel, 1928, pp. 78, 79.

<sup>422</sup> Cartas do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datadas de 15 de Julho e 28 de Agosto de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fls. 23, 133-135, BACL.

<sup>423</sup> Proposta da Cidade de Damão datada de 28 de Maio de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 231-233, BACL; BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concerto de Pazes...*, tom. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 61-70.

Contudo, no ano imediato, voltaram a haver incursões dos Coles, pelo que o capitão de Damão Manuel Furtado de Mendonça tomou a iniciativa de escrever a Shivaji aliciando-o a participar na guerra contra aquele reino feudatário. Aproveitando a ocasião, o rei marata invadiu não apenas o território dos Coles - conquistando-o rapidamente em Maio de 1672 -, mas também o de Sarceta, completando a sua conquista quatro anos mais tarde. Estas campanhas levaram Shivaji a reivindicar o pagamento do chouto, diligência protelada em Goa, como já ficou dito. Antes, o Estado continuou a pagar, secretamente, parte desse dinheiro ao rei de Sarceta, acalentando a guerrilha contra os maratas. Assim, em finais de 1676, e depois de um período de exílio em Damão, o rei feudatário tentou recuperar o seu reino. Disto resultaram as já mencionadas escaramuças nas fronteiras da jurisdição de Damão, tendo as forças de Sarceta sido decisivamente derrotadas na primeira metade de 1677<sup>424</sup>.

A morte de Shivaji em 1680 aliviou a situação do rei de Sarceta, que então saqueou algumas aldeias da praga de Poarim, talvez para cobrar as verbas do chouto em atraso. Os portugueses retaliaram com outra incursão, em Dezembro de 1681, liderada pelo capitão-mor do Campo de Damão, Fernando Martins Mascarenhas, que “*por cauza da guerra que moveo o Rey Choutia contra o Estado da Índia*”, entrou no “*Reino do dito inimigo a fazer o dano que fosse possível*”. Este clima conflituoso com Sarceta continuou durante a guerra luso-marata de 1683-1687, noticiando-se acções de guerrilha durante esse período<sup>425</sup>.

As relações dos sidis com os portugueses haviam sido já motivo de uma reaproximação e de um acordo celebrado em 1670. Este instrumento foi assinado no seguimento de acções conjuntas contra a embrionária frota marata e também de uma demonstração de força no ano anterior do capitão-geral da PN, Jerónimo Manuel, após um bloqueio sidi a Chaul. Volvido dois anos após o acordo luso-sidi, o líder Yakúb Khan, colocava as suas forças directamente dependentes do Império Mogol, dada a desintegração do sultanato de Bijapur. Esta transferência de vassalagem fez desequilibrar o conflito naval com os maratas a favor dos sidis, galvanizando a frota abissínia, que viria a atingir o

---

<sup>424</sup> Proposta da Cidade de Damão datada de 28 de Maio de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 231-233, BACL; Carta do capitão Manuel da Silva datada de 1 de Abril de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fl. 195, BACL; Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 12 de Dezembro de 1677, *Série Azul*, Ms. 496, fls. 53-54, BACL; Assento do Conselho da Fazenda datado de 20 de Maio de 1675, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 13*, Ms. 1171, fl. 30v, HAG; Carta do governador arcebispo António Brandão datada de 12 de Maio de 1678, *Livro dos Reis Vizinhos nº 4*, Ms. 972, fls. 7, 7v, HAG, cit. in LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, p. 23; Carta do governador António Pais de Sande datada de 14 de Novembro de 1679, *Livro dos Reis Vizinhos nº 4*, Ms. 972, fl. (?), HAG; Carta do vice-rei António Pais de Sande datada de 29 de Julho de 1679, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 2*, Ms. 1250, fl. 51v, HAG; Breve Relação das Escrituras dos Gentios da Índia Oriental, e seus Costumes, [1672], Ms, BPADE, pub. in *Colecção de Notícias para a História e Geografia...*, tom. I, Academia das Ciências de Lisboa, 1812, p. 58; SARDESAI, G. S., *New History of the Marathas*, vol. I, Phoenix Publications, 1957, p. 109.

<sup>425</sup> *Memória... pelo Fr. Simão da Graça*, Ms. (?), fl. [?], HAG cit. in NAZARETH, J. M. do Carmo, “Religiosos da Índia em Empresas Militares”, *O Oriente Português*, vol. 6, nº 9-10, Setembro-Outubro de 1909, Nova Goa, pp. 287, 288; Assentos do Conselho da Fazenda datados de 30 de Outubro de 1687, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fls. 194, 194v, HAG.

seu zénite militar durante o ataque de 1689 a Bombaim – isto apesar de as suas bases na costa estarem praticamente reduzidas às fortificações de Danda-rajapur e Underi (Undheri) e sujeitas a frequentes cercos por forças terrestres<sup>426</sup>.

Não localizei dados concretos, entre as fontes portuguesas, acerca da suposta assistência portuguesa prestada aos sidis durante o cerco de Bombaim, em 1689. Certo é que pelo menos os jesuítas de Bandorá (Bandra) devem ter tido um papel significativo e hostil para com os vizinhos ingleses, pois contra eles se viraram as retaliações da *East India Company* após a partida dos sitiantes. Seja como for, não restam dúvidas que os sidis ajudaram os portugueses durante o cerco marata a Chaul, em 1683-1684<sup>427</sup>.

### ***Revolta do capitão vassalo Essagi Patecar, 1681***

O acordo de vassalagem entre o Estado da Índia e os capitães sedeados em Belapur do Sabaio (Belapur) funcionou aparentemente sem sobressaltos de maior durante mais de um século. Sucessor da linhagem ou clã de capitães maratas Patkar, o capitão “*Essagi*” detinha assim obrigações militares para com o Estado em troca do senhorio directo de vinte e duas aldeias e várias outras rendas e direitos, maioritariamente nas praganas de Panchana, Belapur e Cairena, defronte da ilha de Salcete. Contudo, em Agosto de 1681, “*Essagi Patecar*” entrou em revolta aberta contra os portugueses. As origens desta revolta parecem radicar no fortalecimento de Patkar – talvez galvanizado pelos sucessos maratas – e na sua crescente ingerência na economia local da PN. Eventualmente por estas razões, Patkar entrou em rota de colisão com um dos principais fidalgos e foreiros de Salcete, Luís Henriques. O conflito chegou a vias de facto com uma disputa sobre terrenos agrícolas entre duas aldeias vizinhas na ilha de Turumbá (Trombay), pertencentes a cada um dos proprietários<sup>428</sup>.

O momento mais dramático ocorreu quando o capitão feudatário desembarcou trezentos homens para assaltar a aldeia principal de Turumbá (Trombay), também pertencente a Luís Henriques, tendo morto o seu tanadar ou rendeiro e sequestrado um religioso e outras pessoas. Inteirando-se destas notícias em Goa, o vice-rei ordenou ao capitão-geral da PN, Rodrigo da Costa, que derrotasse

---

<sup>426</sup> Cartas do vice-rei João Nuno da Cunha datadas de 9 de Março e 7 de Maio de 1668, *Livro dos Reis Vizinhos*, nº 2, Ms. 970, fls. 80v, 84, HAG; Carta do vice-rei João Nuno da Cunha datada de 5 de Janeiro de 1668, Res. 2 – maç. 3, nº 5, fl. 1, SGL; Certidão dos Juizes e mais oficiais de Chaul datada de 7 de Dezembro de 1667, Res. 2 – maç. 3, nº 5, fls. 7-10, SGL; BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e Concertos de Paz que o Estado da Índia fez...*, tom. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, pp. 136-138; Diário do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado de 23 de Março de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fl. 167, BACL; Carta do governador António Pais de Sande datada de 28 de Fevereiro de 1680, *Livro dos Reis Vizinhos* nº 4, Ms. 972, fl. 40v, HAG; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XI, *Kolaba and Janjira*, Bombay, Government Central Press, pp. 436-438.

<sup>427</sup> V. *infra*, pp. 114, 115.

<sup>428</sup> V. *infra*, 3.2.6 “Belapur do Sabaio (Belapur)”, pp. 382-384 (Sobre a retirada de Essagi Raze Patecar das Praganas Champana e Cairana, datado de 9 de Janeiro de 1683, *Índia*, cx. 58, doc. 51, AHU).

a sublevação de Patkar, tendo antes o cuidado de informar os oficiais mogóis vizinhos. Assim, em Fevereiro de 1682, o capitão-geral dirigiu-se à fortificação de Belaflor do Sabaio (Belapur) para acometer o capitão feudatário. Este, quando soube da aproximação da força portuguesa, fugiu para as terras maratas, onde viria a falecer volvidos poucos anos<sup>429</sup>.

Consequentemente, o Estado confiscou todas as suas aldeias, incorporando-as na Fazenda Real, ordenando também uma investigação judicial sobre os acontecimentos. Seguiu-se uma petição de Tristão de Melo de Sampaio - provavelmente o fidalgo mais poderoso da PN à data -, requerendo para ele próprio as aldeias e direitos de “*Essagi Patecar*” em troca da continuação das mesmas obrigações militares. Esta petição foi negada em Conselho de Estado, tendo ao invés algumas aldeias sido leiloadas e outras aforadas a instituições religiosas<sup>430</sup>.

A incorporação destas aldeias no sistema tributário da PN e o seu aforamento a portugueses – entre os quais o próprio tribunal da Inquisição – não parece ter modificado as vivências deste território. A população manteve-se Hindu ou Muçulmana, não havendo eco de edificação de estruturas religiosas – para além daquela destinada à nova guarnição de Belaflor do Sabaio (Belapur) – ou tentativas de conversão<sup>431</sup>. Volvidas duas décadas destes acontecimentos, o filho de Patkar, “*Possagy Raja Patecar*”, procurava reaver alguns dos privilégios do pai, escrevendo ao vice-rei Caetano de Melo e Castro (g. 1702-1707) e interpondo a palavra do rei marata, pedido negado por Goa<sup>432</sup>.

Não foi possível estabelecer qualquer relação entre a revolta e fuga de Patkar e a invasão marata que ocorreu dois anos mais tarde. Não se sabe se o capitão feudatário fomentou a campanha ou se participou na conquista marata de Belaflor do Sabaio (Belapur) em meados de 1683. Por um lado, parece-me que os portugueses não deixariam de registar essa participação, caso ela tivesse ocorrido; por outro, afigura-se natural que Sambhaji tenha feito uso dos conhecimentos de Patkar para as suas operações militares.

---

<sup>429</sup> O ataque a Turumbá (Trombay) ocorreu na madrugada do dia 8 de Agosto de 1681, sendo a situação abordada em Conselho de Estado em 29 de Novembro desse ano. V. *infra*, 3.2.7 “Belaflor do Sabaio (Belapur)”, pp. 382-384 (Sobre a retirada de *Essagi Raze Patecar* das *Praganas Champana e Cairana*, datado de 9 de Janeiro de 1683, *Índia*, cx. 58, doc. 51, AHU).

<sup>430</sup> Por determinação do Conselho de Estado reunido a 19 de Março de 1682, enquanto se tirava uma devassa de todo o episódio da revolta para averiguar as culpas do capitão vassalo, ficavam as suas aldeias sob a Fazenda Real e envia-se uma guarnição para a fortificação de Belaflor do Sabaio (Belapur). Em Junho desse mesmo ano, o Estado lançou as ditas aldeias em leilão (Sobre a retirada de *Essagi Raze Patecar* das *Praganas Champana e Cairana*, datado de 27 de Setembro de 1683, *Índia*, cx. 58, doc. 108, AHU; Assento do Conselho da Fazenda datado de 30 de Junho de 1682, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 14*, Ms. 1172, fl. 212, HAG).

<sup>431</sup> V. *infra*, 3.2.7. “Santa Cruz de Belaflor do Sabaio (Belapur)”, pp. 384-386.

<sup>432</sup> Cartas do vice-rei Caetano de Melo e Castro datadas de 13 e 15 de Junho de 1707, *Livro dos Reis Vizinhos nº 8*, Ms. 976, HAG.

## *A guerra luso-marata, 1683-1687*

Com um início informal em Fevereiro de 1683, as ofensivas maratas que acometeram Goa e a PN em ataques simultâneos e coordenados colocaram o Estado da Índia numa situação extremamente delicada. A potência indiana ocupou de forma fulgurante quase todo o território da PN, excepto as suas quatro cidades, a ilha de Salcete, e duas ou três outras posições. Deixou igualmente a capital Velha Goa numa situação alarmante. Após o enfraquecimento geral do Estado durante as guerras com ingleses e holandeses e as campanhas de Ceilão, simplesmente não havia recursos – homens, barcos, dinheiro – para fazer frente aos poderosos exércitos maratas.

As notícias sobre as campanhas na esfera da PN são algo fragmentadas e nem sempre concordantes, sendo difícil de traçar um quadro abrangente e ritmado das operações bélicas sobre o território<sup>433</sup>. As hostilidades aparentam ter começado em Fevereiro de 1683 quando as forças de Sambhaji começaram a combater os mogóis no *hinterland* de Galiana (Kalyan). O primeiro ataque contra a PN ocorreu em Tarapur, tendo os maratas cercado a fortificação durante uma semana<sup>434</sup>. Após os mogóis abandonarem Galiana (Kalyan) em inícios de Abril, os maratas perseguiram as suas hostes em direcção ao norte, tendo então invadido extensamente as praganas de terra firme de Baçaim “*com mil cavalos e dous mil infantes*”, pilhando as aldeias e levando suas colheitas<sup>435</sup>. Para o período da monção existem escassas notícias, mas em Setembro, a pragana de Anjor foi invadida e em Novembro, os maratas controlavam já as serras de Tulloja (Taloja), na pragana de Panchena e a posição de Cambá (Kharbav) na pragana Caimão<sup>436</sup>.

Entretanto, a partir de Junho de 1683, um numeroso exército impôs um cerco a Chaul ou, mais precisamente, ao Campo de Chaul, doravante o palco principal das operações bélicas na PN. Uma tentativa de assalto à cerca de Chaul e também à fortaleza do Morro (Korlai), na noite de 22 de Julho, deixou os portugueses numa situação delicada. Valeu-lhes nessa ocasião a ajuda dos sidis de

---

<sup>433</sup> Do lado português, a descrição dos eventos encontra-se esmiuçada numa Relação, parcialmente transcrita por Pissurlencar: Relação verdadeira do que sucedeu no Estado da Índia desde 2 de Janeiro de 1683 até 5 de Janeiro de 1684, *cod. 465*, nº 70, BNP, in PISSURLENCAR, Panduranga “Portugueses e Maratas. Sambhaji”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 2, 3, 4, Bastorá, Tipografia Rangel, 1928, pp. 66-92, 62-92, 53-67.

<sup>434</sup> O capitão da fortificação era Manuel Tavares da Gama, “*filho da Índia*” que resistiu a um cerco de uma iniciado a 15 de Fevereiro de 1683 (Relação verdadeira do que sucedeu no Estado da Índia desde 2 de Janeiro de 1683 até 5 de Janeiro de 1684, *cod. 465*, nº 70, fl. 33m BNP, in PISSURLENCAR, Panduranga “Portugueses e Maratas. Sambhaji”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 2, Nova Goa, Tipografia Bragança & Ca., 1928, p. 91).

<sup>435</sup> Sambhaji recuperou Galiana (Kalyan) pouco depois do exército mogol ter abandonado o local, arrasando as suas fortificações e edifícios principais, em inícios de Abril de 1683. Atente-se por exemplo na seguinte carta do general da PN, Manuel Lobo da Silveira: “[N]a monção passada dei conta a Vossa Alteza por carta de 20 de Janeiro do mesmo anno ter vindo por mar e terra aos limites destas, grosso poder d’El Rey Mogor e de Sambagy. Os exercitos do primeiro se alojarão em Galiana duas leguas de Baçaim donde levantarão em 11 de Abril do mesmo anno pera suas terras, hindo os de Sambagy na retaguarda ate os limites das que dominão; nestas da Coroa de Vossa Alteza fica grosso poder de Sambagy que as tem cercado, e as forçar tirando a cidade de Damão” (Carta do general da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 23 de Janeiro de 1684, *Índia*, cx. 59, doc. 164, AHU).

<sup>436</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Sambhaji”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 3, Nova Goa, Tipografia Bragança & Ca., 1928, p. 66.

Danda-rajapur que ofereceram quatrocentos soldados, componente principal do socorro enviado à fortificação por Manuel Lobo da Silveira, capitão-geral da PN no seu segundo triénio, nos primeiros dias de Agosto. Nova tentativa de assalto ocorreu na madrugada de 18 de Agosto. Em Setembro e Novembro, reuniram-se socorros em Goa - compostos por peças de artilharia, munições, ferramentas, arroz, medicamentos, e dinheiro - embarcado em duas fragatas<sup>437</sup>.

Durante todo este período e até o final do cerco, o convento da Madre de Deus e possivelmente outras posições e estâncias no Campo de Chaul resistiram isoladamente aos maratas. Datará talvez da primeira metade de 1683 o essencial da linha defensiva que circundava esta zona suburbana, constituída através de paliçadas, atalaias ou baluartes e o próprio esteiro de Chaul, terminando a noroeste no referido convento fortificado<sup>438</sup>.

Novo exército marata varreu a PN em Dezembro de 1683, ocupando desta feita a quase totalidade do território, salvando-se apenas as praganas de Damão a norte de Danu (Dahanu), a ilha de Salcete, parte do Cassabé de Baçaim e ainda um punhado de fortificações principais. No fim do ano, tinham-se já rendido posições como Sirgão (Shirgaon), Sangens (Sanjan), Belafior do Sabaio (Belapur) e a Penha de Caranjá (Dronagiri Hill). Para consolidar as suas conquistas, os maratas começaram a fortificar várias posições estratégicas na serras do distrito de Baçaim.

Nesse momento de crise tanto na PN como em Goa, novo exército mogol comandado pelo próprio Aurangzeb assomou ao Decão, o que alterou o curso do conflito, tendo-se rapidamente assinado tréguas com os maratas em Goa, em de Fevereiro de 1684<sup>439</sup>. O conteúdo desse acordo, cujas notícias chegaram à PN cerca de duas semanas mais tarde, determinava que os maratas levantassem

---

<sup>437</sup> O assalto sobre Chaul de Julho de 1684 foi liderado pelo comandante marata “Pingle”, à testa de aproximadamente seis mil peões e dois mil cavaleiros. Apesar de vários soldados terem conseguido chegar aos parapeitos da cerca abaluartada, a oposição do capitão de Chaul Francisco da Costa e de vários religiosos que se voluntariaram para a defesa da praça rechaçou o assalto. O socorro enviado pelo capitão-geral Manuel Lobo da Silveira contava com cerca de cem soldados reunidos na PN. A assistência de Sidi Yakut Khan foi recompensada por uma isenção de direitos para comerciar nos portos da PN (Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 28 de Abril de 1694, *Livro dos Assentos do Conselho de Estado* [nº ?], fls. 16, 17, HAG cit. in PISSURLENCAR, Panduranga, “Antigualhas”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 42, Bastorá, Tipografia Rangel, p. 135, nota 2; Assentos do Conselho da Fazenda datados de 14 de Setembro e 4 de Novembro de 1683, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fls. 9, 18v, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 14 de Novembro de 1692, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 16*, Ms. 1174, fl. 84v, HAG; Relação verdadeira do que sucedeu no Estado da Índia desde 2 de Janeiro de 1683 até 5 de Janeiro de 1684, *cod. 465*, nº 70, BNP, in PISSURLENCAR, Panduranga “Portugueses e Maratas. Sambhaji”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 3, Nova Goa, Tipografia Bragança & Ca., 1928, pp. 63-65).

<sup>438</sup> O convento da Madre de Deus no Campo de Chaul foi guarnecido com soldados portugueses e indianos. A sua *guarita*, ou atalaia, situada no canto nordeste da cerca conventual, era defendida por quinze soldados, tendo sido repetidamente acometida. Os frades, os soldados e o foragido Domingos Gomes defenderam durante cinco meses o convento impedindo assim que os maratas o usassem como posto avançado para um cerco mais prolongado à Praça de Chaul (PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Sambhaji”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 3, Bastorá, Tipografia Rangel, 1928, p. 65).

<sup>439</sup> O exército imperial passou perto de Aurangabad e depois por Ahmadnagar, de onde um exército sob o comando do sultão Mauzin (futuro imperador) invadiu o reino marata pela zona do Concão em finais de Janeiro de 1684, obrigando Sambhaji a recolher à sua fortaleza de Raigad (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XVII, *Ahmadnagar*, Bombay, Government Central Press, 1884, pp. 401, 402; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. II, *History of the Konkan Dakhn And Southern Maratha Country*, Bombay, Government Central Press, 1896, pp. 596, 626).

todos os cercos e evacuassem todo o território da PN, resumindo-se então o pagamento do grão-candil das terras de Baçaim e o chouto em Damão<sup>440</sup>. Contudo, a retirada acordada não se efectivou no terreno e as forças maratas continuaram a fazer sortidas a partir de posições conquistadas ou edificadas nas montanhas das praganas de Baçaim, impedindo efectivamente o seu controlo pelos portugueses<sup>441</sup>.

O Estado não tinham capacidade para impor o tratado de Pondá pela força. Assim, durante os três anos seguintes, continuaram as hostilidades com as guarnições maratas na PN, não obstante as manobras diplomáticas de embaixadores em Goa e outras acções de retaliação<sup>442</sup>. Durante esse período, os portugueses foram lentamente reconquistando as posições nas serras do sertão, embora este processo também não seja linear de seguir nas fontes históricas. Por alturas de Março de 1685, o capitão-geral José de Melo de Castro havia já reconquistado todo o Cassabé de Baçaim, a ilha de Sevem (Shive), a Serra de Gris (Griz) e ainda todo o Cassabé de Caranjá (Uran)<sup>443</sup>. Entre Janeiro de 1685 e inícios de 1686, reconquistou-se a montanha de Gindama (Jidvhan), a posição de Camandurgo (Kamandurg) e a de Chandevári (Chandavadi). Em Janeiro de 1687, os portugueses reconquistavam a Serra de Santa Cruz (Asava) perto de Mahim-quelme (Kelwamahim)<sup>444</sup>. Finalmente, apenas em Outubro desse ano, através de determinado ataque surpresa e audaz escalada de cinquenta “*lascarins*” liderado pelo capitão Gaspar Freire de Carmona, reconquistava-se Asserim (Asherigad), concluindo deste modo a reocupação do território da PN<sup>445</sup>.

---

<sup>440</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Sambaji”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 3, Bastorá, Tipografia Rangel, 1928, pp. 90, 91.

<sup>441</sup> Para fazer valer o tratado de paz, o vice-rei Francisco de Távora resolveu enviar um embaixador à corte marata, que à altura estava em Raigad. Frei António de São Joseph, agostinho, foi acompanhado por outros religiosos ainda um indiano chamado Ramacrishna Naik, saindo de Goa em fins de Março de 1684. Enquanto esta embaixava demorava em Raigad, o capitão marata “*Quenso Panta*” continuava a fazer incursões tanto no cassabé de Caranjá como nas praganas sertanejas de Baçaim. A embaixada de Fr. São Joseph regressou a Goa em Outubro de 1684 mas os enviados maratas que a deveriam acompanhar para continuar o processo diplomático apenas chegaram a Pondá em Dezembro (PISSURLENCAR, Panduranga, “Antigualhas”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 42, Bastorá, Tipografia Rangel, 1939, pp. 141, 142, 158, nota).

<sup>442</sup> Para pressionar os maratas a evacuar a PN, os portugueses atacaram Rairy (Reddi), a norte de Goa e apoiaram as revoltas dos Dessais de Cudal (Kudalore). A sublevação de vários dessaidos ao longo da costa a norte de Goa foi negociada por tratado secreto a 8 de Fevereiro de 1685, tendo pouco depois uma armada portuguesa bloqueado o porto marata de Vingurla. Esta acção permitiu aos dessais estabelecerem-se num amplo território, que se estendia quase até Pondá (PISSURLENCAR, Panduranga, “Antigualhas”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 42, Bastorá, Tipografia Rangel, 1939, pp. 165-168).

<sup>443</sup> A posição de Nossa Senhora da Penha havia sido reconquistada a 19 de Setembro de 1684 (*Livro das Monções*, nº 49, Ms. 56, fl. 311, HAG, cit. in LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658- 1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, p. 33, nota).

<sup>444</sup> Carta do vice-rei Rodrigo da Costa datada de 27 de Janeiro de 1687, *Livro das Monções* nº 52, Ms. 60, fl. 15, HAG.

<sup>445</sup> Por assento do Conselho de Fazenda, distribuíram-se cinco mil xerafins pelos cinquenta lascarins que ajudaram ao capitão Gaspar Freire de Carmona a escalar e reconquistar a fortificação de Asserim (Asherigad) (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 4 de Fevereiro de 1688, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 15, Ms. 1173, fls. 206, 208, HAG) V. *infra*, 3.2.4, “Asserim (Asherigad)”, p. 351.

### ***Intervenções no sistema defensivo***

O início da ameaça marata sobre a PN coincidiu, como já se referiu, com os primeiros ataques anfíbios dos omanitas no início da segunda metade de Seiscentos. Ambos parecem ter conduzido, num período inicial, ao reforço das defesas de casas senhoriais e pequenas fortificações, tanto nas zonas mais expostas da costa como nos territórios sertanejos. Especialmente ao longo da orla oeste de Salcete e arquipélago de Bombaim foi provavelmente reforçada neste período a rede de pequenas torres cilíndricas ou quadradas, vocacionadas para proteger as aldeias durante ataques de corsários. Sabe-se que logo em 1658, o conselho governativo em Goa informava a corte que tinha enviado à PN três ministros para averiguar o estado das suas fortificações<sup>446</sup>. Contudo, dessas intervenções, assim como de quase todas as obras de cariz particular ou de menor dimensão, não foram localizados registos na documentação coeva. Por outro lado, cedo se deve ter constatado que as ameaças maratas ou omanitas eram de escala muito diferente das dos reinos feudatários vizinhos ou dos corsários malabares. As pequenas torres pouca ou nenhuma resistência poderiam oferecer a ataques decididos por parte dos novos atacantes.

Enquanto que a agressividade ofensiva dos omanitas ficou comprovada com os ataques sobre a cidade de Diu, em 1668, e sobre Baçaim de Cima (Vasai), em 1674, as incursões maratas na PN a partir desse último ano demonstraram a fragilidade do sistema defensivo da fronteira terrestre da PN. De facto, o poderio e agilidade das tropas maratas causaram grande alarme entre os portugueses, que cedo desistiram de confrontá-las em campo aberto, tal como já acontecia com as ocasionais incursões mogóis. Em escaramuças, seria ainda possível fazer frente a pequenos esquadrões de cavalaria marata com pelotões de espingardeiros disciplinados munidos de bom armamento; mas contra um exército invasor determinado, apenas restava aos portugueses recolherem às cidades ou fortificações principais. Aqui, por detrás de artilharia e engenharia militar tecnologicamente mais avançada, estariam ainda dependentes de apoio e socorros por via marítima, apoio cada vez mais incerto ao longo da segunda metade do século XVII.

Face a este novo cenário bélico, os portugueses optaram por investir na manutenção e apetrechamento das fortificações principais, destacando-se as intervenções em Baçaim, Chaul, e no Morro de Chaul (Korlai), obras onde se destaca o papel do engenheiro João Roiz de Sande<sup>447</sup>.

---

<sup>446</sup> Não foi possível localizar o relatório desta visita de inspecção (Carta dos Governadores da Índia Manuel Mascarenhas Homem, Francisco de Melo e Castro e António de Sousa Coutinho datada de 1658, *Livro das Monções* nº 27, Ms. 37, fl. 394, HAG). Já em 1666, e face aos “avizos dos capitães das praças do Norte e Dio”, se resolveu enviar o jesuíta Padre Grimaldi a vistoriar e reparar as fortificações da PN, “por saber de profisão a arte de fortificar” (Assento do Conselho da Fazenda datado de 8 de Outubro de 1668, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 11, Ms. 1169, fls. 198v, 199, HAG).

<sup>447</sup> V. *infra*, 3.1.1. “Chaul”, pp. 210-212; 3.1.2. “Baçaim”, pp. 251-254; 3.2.8. “Morro de Chaul (Korlai)”, pp. 415, 416 (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 26 de Fevereiro, 19 de Abril, 18 de Maio, 3 de Setembro e 7 de Dezembro de 1677, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 13, Ms. 1171, fls. 108, 108v, 112, 117v, 127, 138, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 11 de Novembro de 1681, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 14, Ms. 1172,



Procuraram também reformar e adaptar o sistema de tranqueiras sertanejas - vocacionado para defender as aldeias sertanejas da guerrilha movida pelos reinos de Sarceta e dos Coles – aos novos desafios militares<sup>448</sup>.

Dentro deste contexto de reforma e adaptação, e já na ressaca da campanha marata de 1683-1684, foram de particular importância as alterações e disposições ordenadas pelo vice-rei Francisco de Távora conde do Alvor, prosseguidas pelo seu sucessor Rodrigo da Costa. Para além de novos regimentos dados aos capitães das principais fortificações, o vice-rei legislou um extenso rol de “*alvarás, portarias e provisões*”, vários dos quais relacionados com obras de fortificação, com enfoque sobre as suas quatro cidades<sup>449</sup>.

Foi igualmente implementada a substituição das obrigações milicianas dos foreiros da PN por contribuições pecuniárias, comprovada cabalmente a inutilidade desses contingentes durante a campanha de Sambhaji. Constava também ao Conselho da Fazenda em Goa estarem vários foreiros já isentos das obrigações “*de cavalo*” ou “*de espingarda*” - para além dos subterfúgios que encontravam para evitarem as despesas associadas ao sistema miliciano, com o conluio dos capitães da PN<sup>450</sup>. Foram assim extintas ou “*frustradas as ditas pensões*” de obrigação de servir com espingardas ou cavalos, “*que forão postas pera se acudir melhor a deffença das mesmas terras*”. Esta medida estava em sintonia com o emergente processo de profissionalização das tropas no Reino<sup>451</sup>. Determinou-se também aplicar a verba resultante na criação de companhias de soldados volantes,

---

fls. 146, HAG). Em 1676 iniciava funções um novo engenheiro-mor do Estado, Manuel Barreto da Ponte, mas não foi possível relacioná-lo com intervenções na PN (Cartas do vice-rei Luís Furtado e Albuquerque datadas de 22 e 23 de Janeiro de 1676, *Livro das Monções nº 39-40*, Ms. 48, fls. 132-133, 234-235, HAG).

<sup>448</sup> Desta tentativa de reforma, salienta-se as várias disposições ordenadas entre 1677 e 1687, com enfoque para as guarnições e apetrechamentos das estruturas fortificadas nas posições sertanejas e ainda a construção de uma tranqueira na praga de Manorá (Manor) (Assento do Conselho da Fazenda datado de 25 de Maio de 1677, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 13*, Ms. 1171, fl. 120, HAG; Assentos do Conselho da fazenda datados de 25 de Junho e 2 de Julho de 1686, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fls. 135v, 136, 136v, HAG)

<sup>449</sup> Em Dezembro de 1686, o vice-rei Francisco de Távora informava a metrópole que havia visitado a PN, conforme as ordens régias, tendo ordenado in loco vários “*regimentos, alvarás, portarias e provisões*”, de que dava conta num volume especialmente compilado para ser enviado a Portugal. Algumas obras terão começado ainda antes dessa visita (Carta do vice-rei Francisco de Távora datada de 20 de Janeiro de 1685, *Livro das Monções nº 49*, Ms. 56, fls. 255-255, HAG; Carta do vice-rei Conde do Alvor datada de 10 de Dezembro de 1686, *Livro das Monções nº 51-B*, Ms. 59, fl. 188, HAG). Os regimentos para os capitães das fortificações, datados de 1686, encontram-se transcritos no *Livro da Correspondência do Norte nº 1*, Ms 1376, fls. 9- 21v, HAG.

<sup>450</sup> De facto, como referiu Vítor Rodrigues, o cumprimento das funções milicianas dos foreiros “*dependia sobretudo do zelo dos capitães e demais oficiais das fortalezas que estavam encarregues de fazer os alardos*” (RODRIGUES, Vítor Gaspar, “A Organização Militar da Província do Norte durante o séc. XVI e Princípios do Séc. XVII”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, p. 255). As denúncias destes esquemas de corrupção relativamente às obrigações milicianas são numerosas, especialmente para o século XVII (V. por exemplo, Treslado da ordem do capitão-geral Manuel da Saldanha datada de 11 de Setembro de 1671, *Série Azul*, Ms. 58, fl. 229v, BACL).

<sup>451</sup> Em 1670 chegava à Índia o primeiro corpo de tropa regular, um terço, comandado por um mestre-de-campo e quatro capitães de companhia, prevendo-se a formação de mais cinco companhias. Este terço ficou servindo em Salcete, tendo sido nomeado seu sargento-mor Sebastião Botelho de Castelo Branco, anterior capitão de infantaria no Alentejo (PEREIRA, António Felix, “Primeiro corpo de tropa regular em Goa”, *O Oriente Português*, vol. VIII nº 5-6, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1911, pp. 137,138).

tanto tropas de cavalo como de infantaria, para poderem assistir nas praganas do sertão. Esta medida deve ter desagradado aos foreiros da PN mas como já tinha sido ensaiada em vários momentos anteriores, foi nesta conjuntura definitivamente aplicada<sup>452</sup>. Contudo, note-se como o Estado continuou – ou incrementou – a obrigação por parte de alguns foreiros de fornecerem “*abunhados*” para as marinhagens embarcações que ocasionalmente se aparelhavam para guardar a costa da PN<sup>453</sup>.

Em relação às fortificações propriamente ditas, e começando por Baçaim, ordenava-se uma série de intervenções nos baluartes da sua cerca, começando pelo do Elefante, que estava então “*totalmente arruinado*”. Previa-se também a elevação da altura de segmentos da muralha e, exterior a esta, a edificação de “*huma estacada de quatro ordens de estacas desde a Praya da Ribeira até a ponta dos Salgueiros, pera reparar com ella a impressão que a força da corrente do rio faz nas muralhas de que se segue o ir-las pouco a pouco arruinando*”. Todas estas obras deveriam ser feitas como ficava “*deliniado na planta*”<sup>454</sup>.

Obras comparáveis foram ordenadas para a cerca abaluartada de Damão, onde urgia restaurar ou concluir vários baluartes de modo a torná-los eficientes para o uso da artilharia e também subir cortinas e alargar parapeitos. Para além destas intervenções, determina-se o prosseguimento das obras no fosso<sup>455</sup>.

Já em Chaul, para além de obras semelhantes na cerca abaluartada, previa-se uma série de medidas para o seu Campo. Assim, ordenava-se o reforço do seu perímetro defensivo e a edificação de uma “*atalaya*” perto do convento fortificado da Madre de Deus<sup>456</sup>. Determinava-se também o desmantelamento e reconstrução dos *challes* mais próximos ao flanco norte da cerca abaluartada da cidade, os quais se deveriam “*reduzir todos às ruas direitas em fiadas com a artilharia das muralhas*

---

<sup>452</sup> A documentação relativa ao processo de suspensão e desmantelamento do sistema miliciano da PN é relativamente extensa, abrangendo os últimos três quartéis do século XVII. Salientam-se alguns dos principais registos: Carta do governador António Teles de Meneses datada de 26 de Maio de 1640, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 1*, Ms. 1249, fl. 7, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 21 de Junho de 1652, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 8*, Ms. 1166, fls. 187v, 188, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 7 de Outubro de 1664, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 10*, Ms. 1168, fl. 172v, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 10 de Abril de 1665, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 10*, Ms. 1168, fls. 209v-210v, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 30 de Outubro de 1685, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fls. 106, 106v, HAG; Assentos do Conselho da Fazenda datados de 5 de Março de 1691 e 3 de Junho de 1692, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 16*, Ms. 1174, fls. 36, 36v, 37v, 38, 66v, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 14 de Maio de 1693, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 16*, Ms. 1174, fl. 106v, HAG; Portaria do vice-rei (?) datada de 13 de Março de 1695, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fls. 68, 68v, HAG.

<sup>453</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 17 de Março de 1682, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 14*, Ms. 1172, fl. 187, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 7 de Dezembro de 1709, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 18*, Ms. 1177, fls. 28v-29, HAG.

<sup>454</sup> V. *infra*, 3.1.2. “Baçaim”, pp. 251-254 (Alvará sobre as obras da Fortificação da dita Cidade [de Baçaim] datado de 21 de Abril de 1686, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fls. 19-20, HAG).

<sup>455</sup> V. *infra*, 3.1.3. “Damão”, p. 288 (Alvará sobre as obras de Fortificação da dita Cidade [de Damão] datado de 27 de Abril de 1686, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fls. 40v, 41, HAG).

<sup>456</sup> V. *infra*, 3.1.1. “Chaul”, 210-212 (Alvará sobre as obras de Fortificação [de Chaul] datado de 6 de Maio de 1686, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fls. 45v, 46, HAG).

*para que ella as possa lavar*". Note-se que também estas obras se deviam fazer da "*maneira que ficão delineadas na planta*" que o vice-rei deixava "*entregue na administração*"<sup>457</sup>. Estas obras estavam, nesta altura, a cargo dos reitores jesuítas nas respectivas cidades, aos quais o vice-rei Francisco de Távora recomendava contenção na despesa e prontidão na execução das empreitadas.

Para a ilha de Salcete, Francisco de Távora ordenava a edificação de três "*atalayas*" no Rio de Taná (Thane)<sup>458</sup>. Retomaram-se também as obras em Aguada de Dongrim (Dongri), possivelmente com alterações ao seu desenho original. Prosseguiram igualmente as obras em Versavá (Madh Island) com a edificação de um armazém na fortificação<sup>459</sup>. Nas fortificações mais pequenas, salienta-se a intervenção na Penha de Caranjá (Dronagiri Hill), um dos locais tomados pelos maratas durante 1683 e a custo reconquistado pelos portugueses. Aqui, ordenava-se a edificação de uma cisterna visto que "*não havia agoa e a que era necessaria para a gente de guarnição se guardava em pipas*"<sup>460</sup>. Defronte da ilha de Salcete, regista-se a incorporação da fortificação de Belaflor do Sabaio (Belapur) no Estado da Índia escassos meses antes da sua conquista pelos maratas<sup>461</sup>. No sertão, à medida que se reocupavam as aldeias e posições fortificadas, houve naturalmente lugar a obras de reconstrução, nomeadamente em Asserim (Asherigad), Manorá (Manor) e Saibana Nova (Chandip ou Mandvi)<sup>462</sup>.

É provável que nalgumas destas obras tenha assistido o capitão engenheiro Manuel Peres da Silva, um de dois oficiais que recentemente haviam vindo da metrópole<sup>463</sup>. Por último, também é

---

<sup>457</sup> V. *infra*, 3.1.1. "Chaul", p. 211([Alvará] Para se reduzirem todos os challes [do Campo de Chaul] datado de 11 de Maio de 1686, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fls. 47v, 48, HAG).

<sup>458</sup> V. *infra*, 3.2.1. "Taná (Thane)", pp. 308, 309 (Assento do Conselho da fazenda datados de 15 de Maio de 1687, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fl. 178, HAG; Carta do vice-rei Francisco de Távora datada de 20 de Janeiro de 1685, *Livro das Monções nº 49*, Ms. 56, fls. 255-255, HAG; Carta do vice-rei Francisco de Távora datada de 20 de Janeiro de 1685, *Livro das Monções nº 49*, Ms. 56, fls. 255-255, HAG).

<sup>459</sup> V. *infra*, 3.3.14. "Aguada de Dongrim (Dongri)", pp. 477-489 e 3.3.18. "Versava (Madh Island)", pp. 492-497. A 20 de Janeiro de 1685, o vice-rei informava a metrópole que havia começado (ou recommçado?) uma fortificação na "*Barra de Baçaim*" e outra na "*povoação de Tanná*", tendo o rei respondido por carta do ano seguinte que as obras deveriam ser analisadas em Conselho do Estado (Carta Régia datada de 27 de Fevereiro de 1686, *Livro das Monções nº 51-B*, Ms. 59, fl. 10, HAG; Carta do vice-rei Francisco de Távora datada de 10 de Dezembro de 1686, *Livro das Monções nº 51-B*, Ms. 59, fl. 11, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 20 de Outubro de 1682, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 14*, Ms. 1172, fl. 238v, HAG).

<sup>460</sup> V. *infra*, 3.3.22. "Nossa Senhora da Penha de Caranjá (Dronagiri Hill)" p. 512 (Portaria para se fazer huma sisterna na Serra de Nossa Senhora da Penha, datada de 6 de Abril de 1686, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fl. 25v, HAG; Assentos do Conselho da Fazenda datados de 6 de Julho de 1686, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fl. 138v, HAG).

<sup>461</sup> V. *infra*, 3.2.6. "Santa Cruz de Belaflor do Sabaio (Belapur)", pp. 384-391 (Assento do Conselho da Fazenda datado de 31 Março de 1682, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 14*, Ms. 1172, fl. 196, HAG).

<sup>462</sup> V. *infra*, 3.2.4. "Asserim (Asherigad)" p. 351 e 3.3.5. "Manorá (Manor)" p. 445 (Assentos do Conselho da fazenda datados de 25 de Junho e 2 de Julho de 1686, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fl. 135v, 136, 136v, HAG; Carta do vice-rei da Índia D. Rodrigo da Costa datada de Outubro de 1688, *Livro das Monções nº 53*, Ms. 61, fls. [?], HAG).

<sup>463</sup> Carta Régia datada de 27 de Fevereiro de 1686, *Livro das Monções nº 51-B*, Ms. 59, fl. 10, HAG; Carta do vice-rei Conde do Alvor (?) datada de 10 de Dezembro de 1686, *Livro das Monções nº 51-B*, Ms. 59, fl. 11, HAG

verosímil que algumas das intervenções no território da PN após a guerra de 1683-87 tenham sido de demolição de estruturas edificadas pelos maratas. O facto de várias posições de montanha na PN terem ficado ocupadas durante anos pelas forças maratas – como as de Santa Cruz (Asava), Santa Maria (Tandulwadi) e Camandurgo (Kamandurg) –, dificultou a reconquista do território, levando os portugueses a demoli-las, visto não terem meios para as guarnecer eficazmente.

### ***Administração***

A queda da ilha de Ceilão em 1658 foi um dos momentos mais dramáticos e definidores do Estado da Índia, como já foi mencionado. A importância económica do comércio e das aldeias daquela ilha justificou a condução de conflitos desgastantes a partir de finais de Quinhentos, primeiro contra os próprios habitantes e mais tarde contra os holandeses. Apesar desta instabilidade militar, Ceilão era ainda considerada por muitos como a jóia do Estado da Índia, tendo as derradeiras acções de resistência contra a VOC quase esgotado os recursos e capacidade ofensiva dos portugueses<sup>464</sup>. Por outro lado, a queda ou abandono de fortificações da Costa do Canará, como Onor (Honawar), Barcelor ou Mangalor entre 1652 e 1654 também afectou seriamente Goa, visto que essa região era uma das principais fonte de abastecimento de arroz para a capital<sup>465</sup>. Nesse contexto, a PN assumiu um papel ainda mais vital para o Estado, não apenas como celeiro abastecedor de víveres mas também como fonte de receitas para o sustento de todo o aparelho administrativo. Esta realidade traduziu-se num crescente interesse e ingerência por parte da Coroa, tendência reflectida pelas várias ordens imanes da metrópole no sentido de se indagar as características e estatísticas relativas ao aforamento das cerca de oitocentas aldeias ou entidades geotributárias principais no sentido de reformar ou legislar a sua eficiente taxaço<sup>466</sup>.

A par da maior ingerência dos altos oficiais da Coroa na administração da PN constata-se também outra tendência - talvez relacionada - mais difícil de mapear ou explicar: o recrudescimento e galvanização das actividades do tribunal da Inquisição no território. Esta tendência consubstancia-se numa sucessão de episódios ocorridos a partir da segunda metade do século XVII e, com maior dramatismo, a partir de XVIII. As características destes episódios permitem-nos pensar que a

---

<sup>464</sup> Cf. FITZLER, Mathilde Hedwig, *O cerco de Columbo: Ceilão e Portugal: últimos dias do domínio português em Ceilão, rompimento das hostilidades pelos holandeses até à rendição de Columbo (1652-1656)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, p. 53.

<sup>465</sup> Isto apesar de se ter reestabelecido mais tarde uma feitoria em Mangalor (PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. III, Pangim, Arquivo Histórico de Goa, 1956, pp. 581, 582).

<sup>466</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 8 de Setembro de 1649, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 8*, Ms. 1166, fls. 19, 19v, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 15 de Setembro de 1665, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 10*, Ms. 1168, fl. 220, HAG.

Inquisição operou como veículo de intimidação e repressão contra várias pessoas ou comunidades não-Cristãs na PN, muitas das quais detinham propriedades, rendas ou interesses comerciais<sup>467</sup>.

Seja como for, pode-se assinalar os principais acontecimentos associados a este fenómeno, alguns dos quais tiveram impacto não apenas na quotidiano interno do território mas também nas relações com os seus vizinhos. Recuando a 1652, o Padre Nicolau Jorge, “*comissário do Santo Ofício*” e reitor do colégio jesuíta de Chaul, ordenava a proibição de cerimónias hindus num local próximo à cidade. A aplicação desta iniciativa foi aparentemente travada ou protelada em Goa, de modo evitar-se o agravamento das relações com o sultanato de Bijapur. O braço de ferro prolongou-se até 1655 mas fica-se com a impressão de que o édito religioso foi de facto aplicado pelo capitão-mor de Chaul<sup>468</sup>.

Volvida uma década, durante o governo do vice-rei João Nunes da Cunha (g. 1666-1668), introduziu-se uma lei através da qual os foreiros das aldeias da PN necessitavam de apresentar uma certidão assinada pelo Pai dos Cristãos da sua zona respectiva atestando o zelo dos proprietários em prol da religião cristã de modo a poderem renovar os aforamentos das suas aldeias. Uma década mais tarde, esta certidão passou a ser emitida pelos comissários da Inquisição, e nela “*constava uma cláusula obrigando a os foreiros a mandarem todos os anos certidões dos Comissários do Santo Ofício à Secretaria do Estado, por que conste de como ajudam à propagação da fê e trabalham para extirpar o paganismo*”. Neste mesmo contexto aludia-se ainda à necessidade de enviar um inquisidor à PN para aplicar as ordens régias “*anteriores em favor da Christandade*”<sup>469</sup>.

Outra questão notória e violenta associada à Inquisição era a conversão dos órfãos. A sua aplicação na PN nesta conjuntura esteve patente na correspondência interna do Estado da Índia e mereceu também queixas junto da metrópole<sup>470</sup>. O desabafo do capitão-mor de Baçaim em 1674 é

---

<sup>467</sup> É importante realçar que, em meados de Seiscentos, parte substancial da actividade mercantil da PN e respectivas rendas – como as dos mandovins de Baçaim, Taná e Agaçaim, a renda do tabaco e a renda do sal – estavam concentradas em pessoas ou agentes não-cristãos. A título de exemplo: Em Fevereiro de 1619, os mandovins de Baçaim, Agaçaim (Agashi) e Taná (Thane) estavam arrendados em conjunto a Vituba Sinay (Provisão do Conselho da Fazenda datada de 7 de Fevereiro de 1619, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 2*, Ms. 1160, fl. 19, HAG). Em Abril de 1665, Babugi Sinnay era rendeiro dos mandovins de Baçaim, Taná (Thane), e Agaçaim (Agashi) (Assento do Conselho da Fazenda datado de 7 de Outubro de 1664, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 10*, Ms. 1168, fls. 207, HAG). Em 1679, a renda do sal de Damão e Baçaim estava arrendada a Dada Sinay Cabaddy (Assento do Conselho da Fazenda datado de 25 de Agosto de 1679, *Livro dos Assentos do Conselho de Estado nº 14*, Ms. 1172, fl. 8, HAG).

<sup>468</sup> Carta do governador Brás de Castro datada de 1 de Julho de 1654, *Livro das Monções nº 24*, Ms. 33, fls. 261-261v, HAG; Carta do governador Brás de Castro datada de 3 de Fevereiro de 1655, *Livro das Monções nº 24*, Ms. 33, fl. 247, HAG; Treslados de documentos datados de 6, 7 e 8 de Janeiro de 1655, *Livro das Monções nº 24*, Ms. 33, fls. 256, 256v, 258, 258v, 262-262v, HAG.

<sup>469</sup> Carta do vice-rei Luís Furtado e Albuquerque datada de 3 de Outubro de 1671, *Livro das Monções nº 36*, Ms. 44, fl. 258, HAG, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, “A campanha Luso-marata de Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 52, Bastorá, Tipografia Rangel, 1942, p. 98; Certidão datada de 1671, *Livro de Certidões nº 4*, (1672-1694), Ms. (?), fl. (?) HAG; Carta régia para o vice-rei Luís Furtado e Albuquerque datada de 21 de Março de 1671, *Livro das Monções nº 36*, Ms. 44, fl. 257, HAG, pub. in PEREIRA, António de Bragança, “Portugueses em Baçaim”, *O Oriente Português*, vol. 7-8-9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1935, pp. 200, 201.

<sup>470</sup> Carta do príncipe regente datada de 23 de Setembro de 1672, *Livro das Monções nº 38-B*, Ms. 47, fl. 202, HAG.

elucidativo, dizendo que a “*actuação dos comissários do Santo Ofício*” levava ao despovoamento da PN, obrigando “*mouros e gentios*” a sair de suas terras e “*vender suas propriedades*”<sup>471</sup>.

Esta tendência prolongou-se nos períodos subsequentes, vindo a causar reacções notáveis na PN nas primeiras décadas de Setecentos, convulsões que viriam a ter implicações na defesa do território. Contudo, ainda no período abordado, houve uma pronta reacção às actividades da Inquisição em Bombaim, após a sua cedência aos ingleses. Estes demoraram apenas um par de anos a proibir as diligências do tribunal no arquipélago<sup>472</sup>.

A completar este panorama, mantiveram-se durante este período as turbulências e desacatos entre vários dos principais moradores da PN e a relação sempre instável entre os reinóis e os casados ou descendentes. Como também já foi referido, as visitas dos superiores oficiais do Estado à PN eram muitas vezes os momentos de maior tensão neste conflito latente, levando muitos moradores a evadirem-se da Justiça e a procurar refúgio nas terras vizinhas<sup>473</sup>. Prolongou-se também a saga dos irmãos Diogo e Francisco de Melo de Sampaio, acusados de várias mortes em Baçaim no período histórico anterior. Depois de se refugiarem na corte de Agra, o Estado chegou a projectar o assassinato dos criminosos naquela cidade<sup>474</sup>. Contudo, com a chegada à Índia do vice-rei António de Melo e Castro, o cenário alterou-se. Recebendo notícia de que os irmãos militavam no exército mogol que assomavam à PN em 1666, o dito vice-rei ofereceu uma amnistia aos irmãos, mediante assistência para garantir a segurança do território. Depois desta oferta, a sorte de Diogo de Melo de Sampaio balançou de governo para governo em Goa<sup>475</sup>, tendo o foragido fixado residência em Bombaim, na aldeia de Sião (Sion)<sup>476</sup>. Aparentemente, o seu irmão Francisco falecera entretanto.

---

<sup>471</sup> A missiva do capitão, datada de Setembro de 1674, surge transcrita noutra para a metrópole (Carta do vice-rei Luís Furtado e Albuquerque datada de 3 de Dezembro de 1641, *Livro das Monções nº 39-40*, Ms. 48, fl. 109-112, HAG).

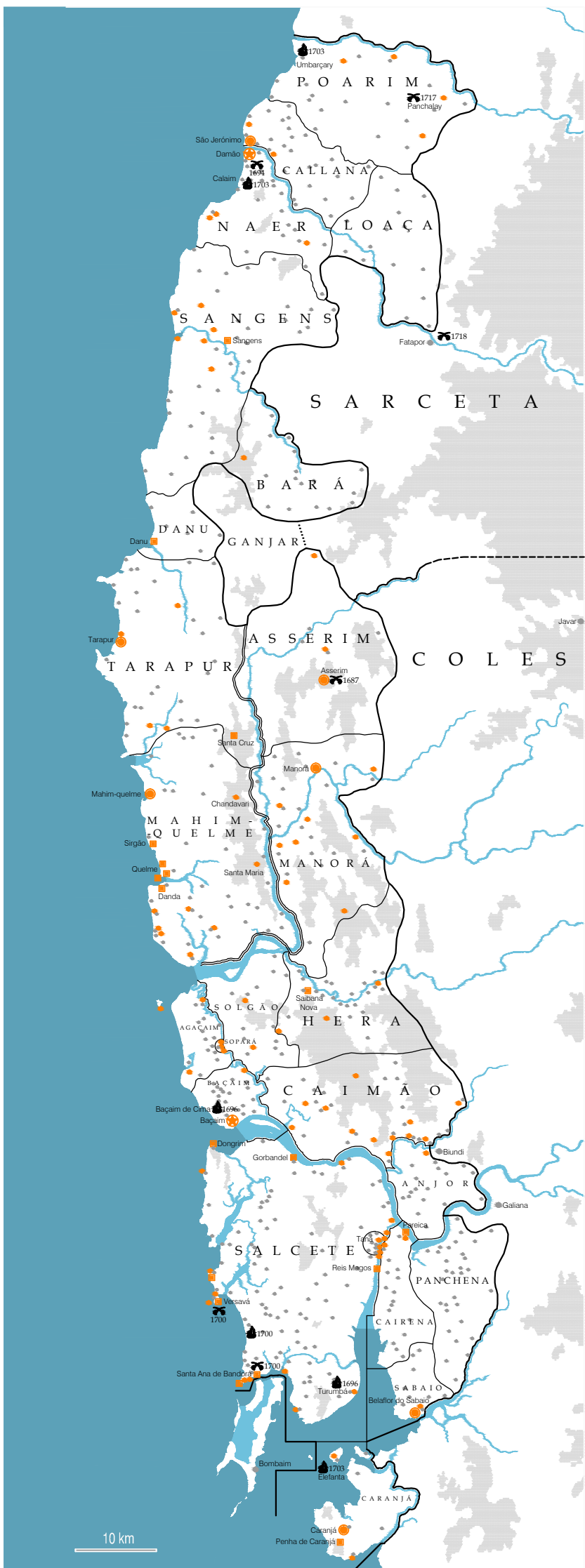
<sup>472</sup> Carta do príncipe regente datada de 26 de Abril de 1669, *Livro das Monções nº 34*, Ms. 42, fl. 232, HAG.

<sup>473</sup> As visitas de oficiais do Estado – vedores da Fazenda, desembargadores, secretários – à PN sucederam-se a um ritmo mais cadenciado durante o período aqui abordado. V. por exemplo: Cartas dos governadores António Melo e Castro e Manuel Corte Real de Sampaio datadas de 26 e 27 de Janeiro de 1670, *Livro das Monções nº 34*, Ms. 42, fls. 283-284v, 288, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 1 de Dezembro de 1674, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 13*, Ms. 1171, fl. 14, HAG; Assentos do Conselho da Fazenda datados de 1 de Dezembro de 1680 e 27 de Outubro de 1682, *Livro dos Assentos do Conselho de Estado nº 14*, Ms. 1172, fls. 87, 89, 242, 242v, HAG.

<sup>474</sup> Parecer do Conselho Ultramarino datado de 30 de Março de 1662, *Índia*, cx. 44, doc. 82, AHU.

<sup>475</sup> Carta do príncipe regente datada de 4 de Abril de 1670, *Livro das Monções nº 36*, Ms. 44, fl. 137, HAG.

<sup>476</sup> Sião (Sion), coordenadas: 19°02'44"N, 72°51'56"E. Na aldeia de Sião, Diogo de Melo de Sampaio escreveu poesia e compôs as suas memórias, *Fructífico Poema*, manuscrito datado de 10 de Novembro de 1682. Infelizmente, não consegui localizar a obra referida (Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana...*, tom. I, Lisboa, Na Officina Isidoro da Fonseca, 1741, pp. 673, 674).



Mapa do Decão, 1695

- Cidade
- Território da Província do Norte
- Limites das potências principais

Figura 10.

Mapa da Província do Norte, 1687-1718

- Cidade com cerca abaluartada
- Fortificação principal
- Fortificação secundária
- Tranqueira, torre ou casa-torre
- Entidade geo-tributária
- Batalha
- Revolta ou raide
- Limite da Província do Norte
- Limite de pragana ou cassabé

## 2.5. Um balão de oxigénio, 1687-1718

*“[H]uma das causas da quietação e socego com que de presente se acha este Estado seja o andarem divididos, e com guerras entre sy os principaes nossos confinantes [...] Os generaes do Mogor, como só dezejam que as guerras não tenham fim porque enquanto durão têm que comer, se hão com dissimulação andando um em seguimento dos outros para darem a entender ao Rey que fazem suas obrigações sendo tudo um mero engano.”*

Governador Miguel de Almeida, 1691<sup>477</sup>

### **Introdução**

Ao tempo que os portugueses concluíram a reocupação da PN, em Outubro de 1687, principiava um ciclo de três décadas de quase contínua guerra entre o Império Mogol e a nação marata acompanhado de instabilidade interna nesta última potência. Estes conflitos e a reocupação mogol dos territórios vizinhos à PN trouxeram uma relativa estabilidade aos portugueses, contra cujos territórios houve escassas acções bélicas. Num contexto em que o imperador Aurangzeb se assenhoreava já da maior parte do Decão – o sultanato de Bijapur fora anexado em 1686 –, importa realçar que os mogóis nunca intentaram conquistar a PN, embora tal estivesse claramente ao seu alcance. Após 1707, a reunificada confederação marata retomou a direcção expansionista, mas apenas em 1718 logrou subtrair definitivamente Galiana (Kalyan) e Biundi (Bhiwandi) ao Império, reconquistando assim os territórios vizinhos à PN.

A presença dos exércitos mogóis na raia da PN também impeliu os reinos de Sarceta e dos Coles a manter relações amistosas com os portugueses, tendo-se um dos seus soberanos refugiado em Damão durante a primeira década de Setecentos.

Durante este período, os portugueses mantiveram relações cordiais com os sidis ou abexins, mercenários e marinheiros sob o estandarte do império mogol, cujas forças navais se concentravam em Danda-rajapur. O ataque sidi a Bombaim em 1689 quase destruiu a povoação colonial inglesa, tendo sido sub-repticiamente apoiado pelos jesuítas da ilha de Salcete. Após este prolongado cerco, as relações luso-britânicas na PN deterioraram-se, tendo os portugueses aplicado várias vezes um bloqueio comercial entre a ilha de Salcete e o arquipélago de Bombaim. Contudo, os portugueses

---

<sup>477</sup> Carta do governador Miguel de Almeida datada de 16 de Janeiro de 1691, *Livro das Monções nº 55*, Ms. 63, fls. 424-425, HAG, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Rajaram”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Nº 6, Nova Goa, Tipografia Bragança & Ca., 1929, pp. 82-84.



foram temporariamente favorecidos por uma crise na *East India Company*, na primeira década de Setecentos, que enfraqueceu o comércio de Bombaim<sup>478</sup>.

A guerra com os árabes omanitas continuou a ser a ameaça mais temida na PN ao longo de todo o período que aqui tratamos. Contudo, após o último ataque anfíbio sobre o território, em 1700, os portugueses conseguiram lentamente inverter a tendência do conflito. Em Dezembro de 1714 obtinham uma importante vitória, na foz do rio Tapti, após a qual a frota omanita não recuperou o seu vigor ofensivo.

Apesar destes sucessos navais portugueses, importa assinalar a emergência de uma nova potência regional neste período: a frota de Kanhoji Angre, o “*pirata Angriá*” das fontes portuguesas. Sedeado inicialmente na fortificação de Griém (Gheria ou Vijaydurg) e posteriormente na fortificação insular do Culabo (Kolaba fort)<sup>479</sup> - a uns escassos 11 km de Chaul -, este feudatário obteve o título de almirante das forças navais maratas em 1707, tendo conquistado posteriormente várias zonas costeiras. A partir desta data, Angre causou grandes estragos à navegação portuguesa, logrando aprisionar toda a cáfila de Cambaia em finais de 1711, uma das piores derrotas navais dos portugueses neste período. A partir desse momento, a sua base de operações na fortificação do Culabo (Kolaba fort) obrigou a uma vigilância apertada das defesas de Chaul e do seu Morro (Korlai), para além do constante acompanhamento militar das embarcações portuguesas.

Em suma, este período de três décadas foi de relativa acalmia militar na PN, pelo menos no que diz respeito a campanhas terrestres. Após o choque da invasão de Sambhaji e a difícil reocupação do sertão, houve algumas iniciativas no sentido de melhorar tanto a defesa do território como tornar mais eficiente a sua administração e comércio. Uma das preocupações defensivas principais era a de evitar que as posições de montanha ocupadas pelos maratas voltassem a cair em mãos alheias. Contudo, durante estas três décadas, não há registo da edificação de novas estruturas, sendo que as únicas obras de vulto ocorreram na cerca abaluartada de Chaul.

### ***Relações com o Império Mogol e o reino Marata***

Como foi referido, em Outubro de 1687 os portugueses reconquistaram a fortificação de Asserim (Asherigad), concluindo assim a reocupação de todo a área sertaneja da PN<sup>480</sup>. As sucessivas vitórias do Império Mogol no Decão - sobre os sultanatos de Ahmadnagar (1636), Bijapur (1686) e Golconda (1687) - deixaram os maratas praticamente sozinhos a lutar contra a Aurangzeb no

---

<sup>478</sup> ANDERSON, Philip, *The English in Western India*, Bombay, Smith, Talyor & Co., 1854, pp. 138-176

<sup>479</sup> Griém (Vijaydurg), coordenadas: 16°33'37"N, 73°20'00"E; Culabo (Kolaba fort), coordenadas: 18°38'03"N, 72°51'51"E.

<sup>480</sup> V. *supra*, 2.4. “Novos vizinhos e inimigos, 1658-1687”. p. 114.

Decão. Apesar de alguns sucessos pontuais, Sambhaji foi capturado em Dezembro de 1688 e morto volvido pouco tempo. Para os portugueses, uma completa derrota marata e anexação dos seus territórios pelo mogóis - especialmente aqueles vizinhos à PN - era um cenário a evitar, interessando-lhes sobretudo o prolongamento do conflito: nas palavras de um oficial do Estado da Índia, era preferível ter “*por vezinho o Marata destruído a[o] Mogol potente*”<sup>481</sup>.

Assim, após a morte de Sambhaji em 1689, a diplomacia portuguesa procurou apoiar ocultamente os maratas, de modo a garantir que continuassem a guerrear Aurangzeb a partir das suas numerosas fortificações de montanha e dos seus vários portos no Concão<sup>482</sup>. Contudo, o prolongamento do conflito implicava também a presença de fortes exércitos mogóis na raia da PN, facto que causava muita apreensão entre os moradores portugueses.

A assistência dada aos maratas não passou despercebida ao comandante mogol Matabar Khan, cujos exércitos haviam reconquistado por 1689 as cidades de Galiana (Kalyan) e Biundi (Bhiwandi). A partir do ano seguinte, este efectuou algumas incursões na jurisdição de Baçaim, tendo chegado a ameaçar a cidade de cerco<sup>483</sup>. A estas hostilidades, responderam os portugueses com a habitual medida de apresamento de uma embarcação afecta ao império, desta feita uma galeota carregada de cavalos<sup>484</sup>. Novamente, em meados de 1693, o capitão mogol “*Cacagi Naique*” havia feito incursões na jurisdição de Baçaim, levando o Estado a investir na fortificação de Manorá (Manor)<sup>485</sup>. Em 1694, Aurangzeb declarou guerra formal aos portugueses mas esta cessou passado pouco tempo através de um tratado celeremente negociado<sup>486</sup>. Esta foi a última ofensiva de um imperador mogol sobre o Estado da Índia e o tratado acordado foi considerado muito vantajoso pelos portugueses<sup>487</sup>.

---

<sup>481</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “Os Maratas em Baçaim”, *O Oriente Português*, nº 7-8-9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1935, p. 326; Carta do governador Miguel de Almeida datada de 16 de Janeiro de 1691, *Livro das Monções nº 55*, Ms. 63, fls. 424-425, HAG, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Rajaram”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Nº 6, Nova Goa, Tipografia Bragança & Ca., 1929, pp. 82-84.(?)

<sup>482</sup> As forças navais afectas ao reino marata estavam nesta altura sob o comando de Tukaji Angre, que controlava as fortificações costeiras do Culabo (Colaba Island), Griém (Vijaydurg) e Suvarnadurg (coordenadas: 17°48’58”N, 73°05’01”E) entre outras (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. II, *History of the Konkan Dakhan and the Southern Maratha Country*, Bombay, Government of Bombay Press, 1896, p. 79; Assento do Conselho de Estado datado de 18 de Setembro de 1696, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. V (1695-1750), Bastorá, Tipografia Rangel, 1957, pp. 17, 18).

<sup>483</sup> LOBATO, António, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 35, 36.

<sup>484</sup> O apresamento aconteceu ao largo de Diu, pouco antes da monção de 1692, e foi efectuada pelo capitão-geral António da Cunha de Melo (Carta do vice-rei Pedro Noronha de Albuquerque datada de 30 de Abril de 1694, *Livro dos Reis Vizinhos nº 6*, Ms. 974, fl. 127, HAG).

<sup>485</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 2 de Setembro de 1693, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 16*, Ms. 1174, fl. 110, HAG.

<sup>486</sup> Foram localizadas poucas referências a estas incursões. Para além dos ataques de Matabar Khan, cujas forças incendiaram a igreja de Nossa Senhora dos Remédios de Baçaim de Cima (Vasai) provavelmente em meados de 1692, existem notícias de várias ameaças de ataques anfíbios por parte dos sidis. Carta do governador Rodrigo da Costa datada de 24 de Janeiro de 1690, *Livro das Monções nº 54*, Ms. 62, fl. 194, HAG, cit. in PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Rajaram”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 6, Bastorá, Tipografia Rangel, 1929, p. 85;

No encalço do conflito com os mogóis, os maratas instalados do ilhéu de Cunderim (Kanhari) efectuaram um raide sobre a ilha e aldeia de Turumbá (Trombay), sequestrando a família do seu senhorio, António Henriques. O Estado retaliou com o bloqueamento naval de Cunderim (Kanhari), após o que os reféns foram devolvidos, durante a monção de 1696. Este foi um incidente algo isolado mas que reflecte a instabilidade de toda a zona da baía de Bombaim e Chaul mesmo durante um período de fragilidade marata na região<sup>488</sup>.

Cimentaram-se também nesta altura as boas relações entre portugueses e os sidis de Danda-rajapur, iniciadas durante o período do comandante Yakub Khan (g. ca. 1670-1700)<sup>489</sup>. Nesse contexto de guerra quase contínua entre maratas e sidis, interessava aos portugueses alimentar o conflito e continuar os esforços para impedir o fortalecimento da marinha marata<sup>490</sup>.

Na transição do século XVII para XVIII, o Império Mogol estava próximo do seu zénite expansionista, controlando nominalmente todo Decão até ao sul de Goa. Os portugueses continuavam a apoiar veladamente os pólos de resistência marata, procurando simultaneamente não quebrar as pazes com o seu poderoso vizinho. Para manter este frágil equilíbrio estratégico, eram necessárias hábeis manobras diplomáticas. Assim, quando o general da PN Pêro Vaz Bacelar concluiu um acordo mais ou menos secreto com os maratas em 1701, o vice-rei António da Câmara Coutinho decidiu exonerá-lo de modo a apaziguar a indignação mogol daí decorrente<sup>491</sup>.

---

PEREIRA, António de Bragança, "Portugueses em Baçaim", *O Oriente Português*, vol. 7-8-9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1935, p. 303-307; SARKAR, Jadunath, *History of Aurangzib*, vol. V, Calcutta, M. C. Sarkar & Sons, 1912-1924, pp. 154-156.

<sup>487</sup> O ajuste de pazes, negociado pelo Padre Luís da Piedade, estipulava uma indemnização aos portugueses de duzentas mil rupias pelos danos causados (Carta do vice-rei Pedro António de Noronha de Albuquerque datada de Outubro de 1694, *Livro dos Reis Vizinhos nº 6*, Ms. 974, fl. 147, HAG; *Livro das Monções nº 71*, Ms. 78, fl. 84, HAG).

<sup>488</sup> Carta do vice-rei Pedro António de Noronha datada de 15 de Dezembro de 1696, *Livro das Monções nº 60*, Ms. 69, fl. 146, HAG, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, Assentos do Conselho de Estado, vol. V, Bastorá, Arquivo Histórico do Estado da Índia, 1957, p. 18.

<sup>489</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XI, pt. II, *Kolaba and Janjira*, Bombay, Government of Bombay Press, 1883, p. 437.

<sup>490</sup> [Carta] para Seddy Iacut Can datada de 20 de Março de 1695, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fls. 70v, 71, HAG; Carta do vice-rei António da Câmara Coutinho datada de 12 de Dezembro de 1700, *Cod. 51-VII-24*, fl. 51, BA.

<sup>491</sup> Este acordo ia contra o tratado firmado com o Império Mogol por intermédio do padre Luís da Piedade, em 1700 (Carta do vice-rei António da Câmara Coutinho datada de 3 de Novembro de 1701, *Livro das Monções nº 65*, Ms. 74, fl. 16, HAG; Carta dos governadores Vasco Luís Coutinho e frei Agostinho da Anunciação datada de 4 de Janeiro de 1702, *Livro das Monções nº 65*, Ms. 74, fl. 247, HAG; Instrução de que hade uzar o Rdo. Pe. Frey Luis da Piedade...datado de 21 de abril de 1700, *Livro de Regimentos e Instruções nº 8*, Ms. 1425, fls. 68v e segs., HAG; Assento porque se elegeo por embaixador...datado de 25 de Maio de 1700, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 17*, Ms. 1175, fl. 150, HAG, publicados in PISSURLENCAR, Panduranga, "Antigualhas: Últimas Embaixadas Portuguesas à Corte Mogol", *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 38, Bastorá, Tipografia Rangel, 1938, pp. 148-157; Carta do vice-rei Caetano de Melo e Castro datada de 11 Dezembro de 1703, *Livro das Monções nº 67*, Ms. 76, fl. 10, HAG, cit. in LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Centro de Lisboa, Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 40, 41).

Volvidos quatro anos, o general da PN Diogo de Melo de Sampaio acudia a Damão, pois neste distrito tinha o nababo de Surate (Surat) feito algumas incursões<sup>492</sup>. Certo é que, até à reocupação marata de Galiana (Kalyan) e Biundi (Bhiwandi) em 1718, os portugueses tiveram relativamente poucas confrontações tanto com maratas como com mogóis no território da PN, facto a que não terá sido alheio o bom relacionamento cultivado com a rainha marata Tarabhai (g. 1700-1708) e a influência de Juliana Dias na corte mogol<sup>493</sup>.

A morte de Aurangzeb em 1707 gerou conflitos de sucessão que enfraqueceram o Império, tendência que se agudizou na década seguinte. Em Surate (Surat), os governadores mogóis tornaram-se praticamente independentes do poder central, cada vez mais desligado dos seus extensos territórios. Por estas razões, o Estado descontinuou as regulares embaixadas à corte mogol preferindo investir nos contactos directos com Surate (Surat) e outros locais<sup>494</sup>.

Também nos primeiros anos de Setecentos, o reino marata se dividiu entre os campos rivais da rainha Tarabhai e do príncipe Shahu Sambhaji Raje (g. 1707-1749). Contudo, a partir de 1713, com Tarabhai exilada do poder e o rei Sambhaji Raje aliado ao feudatário Kanhoji Angre, os maratas retomaram o seu rumo expansionista, reavendo durante os cinco anos seguintes todos os territórios vizinhos à PN. Registam-se assim algumas incursões sobre as aldeias de Damão nos derradeiros anos do período abordado, não se especificando se tratava de tropas maratas ou do rei de Sarceta – ou do conjunto de ambas<sup>495</sup>. Todas estas convulsões eram proveitosas aos portugueses e apesar dos presságios do retorno da problemática vizinhança marata, no período agora abordado os

---

<sup>492</sup> Carta do vice-rei Caetano de Melo e Castro datada de 30 de Novembro de 1705, *Livro da Correspondência de Baçaim* nº 3, Ms. 1251, fls. 129v, 130.

<sup>493</sup> Os serviços prestados por Juliana Dias (Agra, 1647(?) – Delhi, 1734(?)) ao Estado da Índia foram recompensados pela cedência da aldeia de Manori (coordenadas: 19°12'17"N, 72°47'11"E) na ilha de Salcete e pelo fôro de fidalguia em 1714 (Cartas do vice-rei Vasco César de Meneses datadas de 24 de Novembro de 1714, *Livro dos Segredos* nº 2, fl. 70v, HAG; CORREIA, Germano, *História da Colonização Portuguesa na Índia*, vol. V, Lisboa, Agência-geral do Ultramar, 1954, pp. 574-603; GRACIAS, Ismael, *Uma dona portuguesa na Corte do Grão-Mogol...*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1907; MACLAGHAN, Edward, *The Jesuits and the Great Mogul*, Londres, 1932, pp. 181-189). As boas relações com os mogóis entre 1694 e 1718 são também espelhadas pela tom amistoso da correspondência com os oficiais de Galiana (Kalyan) e Biundi (Bhiwandi). A este respeito, V. por exemplo, Carta do vice-rei Rodrigo da Costa datada de 2 de Dezembro de 1707, *Livro dos Reis Vizinhos* nº 8, Ms. 976, HAG.

<sup>494</sup> Uma década mais tarde, no contexto de uma acção hostil por parte do governadore de Surate (Surat), desabafava assim o vice-rei Vasco César de Meneses: “Não ser o Mogor tão bem obedecido como prometia a sua grandeza não deixa de ser infelicidade sua mas tão bem devemos considerar nessa desgraça alguma providência do Ceo porque se se ajustassem todos os seus generaes, capitães e vassallos he certo que só aquelle Príncipe seria o absoluto e dispótico senhor de toda a Ásia. Mas bem podia este negócio tomar algum meyo termo pello qual se não seguisse nem hum nem outro extremo.” (Carta do vice-rei Vasco César de Meneses datada de 4 de Abril de 1716, *Livro do Norte* nº 2, Ms. 1377, fls. 23v, 24, HAG).

<sup>495</sup> Antes de Junho de 1715, havia o inimigo invadido a jurisdição de Damão, sem que se lhe pudesse “fazer alguma opozição”. O capitão da tropa de Cavalaria de Damão, João Baptista Lopes de Lavra foi acusado, neste contexto, de pôr a tropa em “ruína, não somente pella morte de todos os Cavallos della, como de sellas, coldres, botas, mais arreyos e armas, de sorte que se tem incapacitado pesta se montar nem servir de defeza contra os inimigos do Estado”. Consequentemente, o Conselho da Fazenda decidiu sequestrar a aldeia de Lopes de Lavra, Sumquer (?) e dela extrair os meios necessários para acudir à tropa e comprar cavalos (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 22 de Junho e 24 de Outubro de 1715, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 18, Ms. 1177, fls. 180, 180v, 190v, HAG; LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, p. 57).

portugueses puderam concentrar a maior parte das suas forças nas frentes marítimas contra as esquadras dos omanitas e as de Kanhoji Angre.

### ***Cerco sidi a Bombaim e relação com os ingleses.***

Ainda no mesmo ano em que Asserim (Asherigad) foi reconquistada pelos portugueses, foi declarada a guerra entre o Império Mogol e a *East India Company*. Os ingleses bloquearam a foz do rio Tapti e aprisionaram algumas embarcações portuguesas que seguiam na cáfila de Cambaia. Queixando-se à metrópole de mais esta acção hostil, o vice-rei Rodrigo da Costa recebeu a ordem de não apenas manter a cordialidade com os britânicos mas ainda fornecer-lhes todo o apoio possível, de forma dissimulada, em caso de um ataque mogol a Bombaim<sup>496</sup>. O previsto ataque ocorreu entre Fevereiro de 1689 e Junho de 1690, altura em que os sidis ocuparam praticamente todo o arquipélago e cercaram os ingleses em Bombaim. Estes ficaram confinados à antiga casa senhorial portuguesa e a uma pequena zona da povoação imediatamente a sul<sup>497</sup>. Ainda que os portugueses tenham de facto ajudado os ingleses, certo é que os jesuítas da residência de Santa Ana de Bandorá (Bandra) forneceram mantimentos ao arraial do comandante sidi Kasim (g. 1680-1707), durante a sua ocupação do arquipélago<sup>498</sup>.

Apesar das tréguas entre os ingleses e o sidi Kasim terem sido mediadas pelo general da PN Norte, João de Sequeira de Faria, os jesuítas foram expropriados de todas as suas extensas propriedades no arquipélago<sup>499</sup>. Esta medida piorou as relações luso-britânicas na região, seguindo-se o habitual bloqueio económico entre Salcete e o arquipélago de Bombaim por parte dos portugueses<sup>500</sup>. A partir da última década do século XVIII, as atitudes provocatórias entre embarcações de ambas as partes tornaram-se frequentes nas orlas da PN, tendo o general Pedro Vaz Bacular ameaçado Mahim com uma força de desembarque em Fevereiro de 1700. No ano seguinte, renovado o bloqueio

---

<sup>496</sup> BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e Concertos de Pazes que o Estado da Índia fez...*, tom. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 166-168.

<sup>497</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XI, pt. II, *Kolaba and Janjira*, Bombay, Government of Bombay Press, 1883, p. 442.

<sup>498</sup> Carta do vice-rei D. Pedro António Noronha de Albuquerque datada de 20 de Outubro de 1694, *Livro das Monções nº 58*, Ms. 67, fls. 226, 227, HAG; Carta do vice-rei D. Pedro António Noronha de Albuquerque datada de 10 de Dezembro de 1694, *Livro das Monções nº 59*, Ms. 68, fls. 72, 73, HAG.

<sup>499</sup> Para uma relação das propriedades dos jesuítas nos cassabés de Mahim e Bombaim, V. Carta do vice-rei Francisco José de Sampaio datada de 13 de Janeiro de 1721, pub. in BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e Concertos de Pazes que o Estado da Índia fez...*, tom. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 231-235.

<sup>500</sup> Em Dezembro de 1695, haviam já os portugueses desistido do bloqueio, dada a sua inaplicabilidade no terreno (BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e Concertos de Pazes que o Estado da Índia fez...*, tom. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 170-172; Carta do vice-rei D. Pedro António Noronha de Albuquerque datada de 12 de Dezembro de 1694, *Livro das Monções nº 59*, Ms. 68, fl. (?), HAG).

comercial, os portugueses usavam a sua artilharia ligeira na torre da aldeia de Curlem (Kurla) para tentar impedir a passagem ou desembarque de mercadorias no arquipélago de Bombaim<sup>501</sup>.

O motivo central da fricção luso-britânica era nessa altura a navegação no rio de Mahim-Bandorá e o comércio entre as duas posições na sua barra, principal razão que levou os ingleses a aumentar a sua fortificação em Mahim, a partir de 1701. Esta medida causou alarme do lado de Bandorá (Bandra), procurando-se impedi-la<sup>502</sup>. Foi também nesse período de crescente tensão que os ingleses em Bombaim encetaram negociações com os religiosos Carmelitas afectos à *Propaganda Fide*, com o objectivo de instituir uma nova jurisdição religiosa sobre Bombaim e extinguir a influência dos religiosos do Padroado sobre a população Católica do arquipélago. Os Carmelitas haviam fugido de Goa para Pondá e pouco depois chegaram a Karwar, em 1709. Acabariam por estabelecer um vicariato apostólico em Bombaim uma década mais tarde<sup>503</sup>.

De modo a lançar água na fervura das tensas relações luso-britânicas, o general do Norte João Fernandes de Almeida e o presidente de Bombaim Charles Boone assinaram um acordo em 1716, tendo provavelmente já em vista uma acção conjunta contra Kanhoji Angre. Os seus capítulos visavam sobretudo resolver a questão dos réditos cobrados sobre a navegação nas costas e rios da zona de Salcete e Bombaim. Na prática, esta convenção representava uma cedência aos interesses ingleses, reconhecendo os direitos da alfândega de Mahim sobre os portos de Bandorá (Bandra), Versavá (Madh Island) e ilha de Turumbá (Trombay Island), conforme o antigo foral português de pré-1665<sup>504</sup>. Este acordo não foi sancionado oficialmente pelo vice-rei Vasco César de Meneses. Contudo, poucos dias após a celebração deste tratado, ocorreu um incidente em Mahim, tendo havido uma troca de fogo de artilharia entre a fortificação inglesa e uma bateria próxima da residência de Santa Ana de Bandorá (Bandra). Quando Bartolomeu de Melo de Sampaio tomou

---

<sup>501</sup> *Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. I, Bombay, Government of Bombay Press, 1893, p. 129.

<sup>502</sup> *Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. I, Bombay, Government of Bombay Press, 1893, p. 134; Carta do Governo do Estado da Índia datada 4 de Janeiro de 1702, *Livro das Monções nº 65*, Ms. 74, fl. 247, HAG; Assento do Conselho de Estado datado de 31 de Outubro de 1701, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. V, Bastorá, Tipografia Rangel, 1957, pp. 118-121.

<sup>503</sup> Sobre o estabelecimento dos religiosos da Propaganda Fide em Bombaim, V. *infra*, 2.6. “Escalada bélica e queda da Província do Norte”, p. 152.

<sup>504</sup> O vice-rei César de Meneses escrevia em Maio de 1716: “*Vejo os rediculos artigos que propoem o General de Bombaim que por elles [se confirma] a profecia que fiz em ordem à guerra do Angriá, e parece-me que tendo Vossa Mercê occasião lhe mande dizer que as suas proposicoens são tão pouco razoáveis que se não atreve a fazermas presentes. Se eu ficar na Índia outro anno, de que Deos me livre, poderá ser que tenha alguma moléstia de que se inquiete; porém, para que a nossa queixa seja sempre justificada, Vossa Mercê tenha com elle toda a cordialidade e gallantria. E ao Padre Provincial de São Francisco escrevo para que por seu respeito converta a Amaro do Nascimento, na mesma casa em que se acha e estou certo que tudo quanto Vossa Mercê apertar (?) dos Ingleses há de ser em grande crédito e reputação deste Estado...*” (Carta do vice-rei Vasco César de Meneses datada de 16 de Maio de 1716. *Livro da Correspondência de Baçaim nº 2*, Ms. 1377, fl. 26, HAG; *Convenção Celebrada entre D. João Fernandes de Almeida... e Carlos Boone...*, datado de 19 de Dezembro de 1716 (calendário juliano), pub. in CASTRO, José Pereira, *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Publicos...*, tom. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, pp. 278-280.

posse do governo da PN, em Novembro de 1716, repudiou o tratado e expulsou os feitores ingleses<sup>505</sup>.

Todas estas tensões associadas ao rio de Mahim-Bandorá acumularam-se através de um efeito de bola-de-neve, conduzindo à guerra não declarada luso-britânica na região de Bombaim, em 1722<sup>506</sup>. Registam-se ainda algumas batalhas entre embarcações portuguesas e francesas ao largo ou próximo da costa da PN durante a primeira década de Setecentos<sup>507</sup>. Estabelecida em Tellichery (Thalassery), a Companhia Francesa acabaria por se compor com o Estado da Índia após a guerra de Sucessão Espanhola e a paz de Utrecht em 1713<sup>508</sup>.

### ***Conflito com os árabes omanitas***

Durante todo o período agora abordado, os omanitas continuaram a sua ofensiva contra as posições portuguesas, sendo as suas esquadras uma ameaça frequente e temida em todo o Mar da Arábia e no Golfo de Cambaia em particular. Os duros ataques sobre Diu, em 1668, e sobre Baçaim, em 1674 – para não falar de vários outros raids sobre localidades mais pequenas –, tinham semeado o pânico e a destruição em territórios portugueses<sup>509</sup>. Note-se também como, entre 1690 e 1695, dado o poder naval dos omanitas e a debilidade naval do Estado da Índia, as armadas portuguesas não visitaram o Golfo Pérsico, tendo sido encerrada nesse período a feitoria em Baçorá (Basra). Durante a última década do século XVII, travaram-se várias batalhas navais ao largo da PN e de Surate (Surat), porto onde os omanitas regularmente consertavam e apetrechavam as suas embarcações. Esta presença tornava ainda mais perigosa a viagem anual da cáfila do Estado para aquele porto<sup>510</sup>.

Apesar das frequentes acções bélicas no mar e dos ataques anteriores, apenas há notícia durante o período agora abordado de um ocasião em que os omanitas desembarcaram as suas tropas no território do distrito de Baçaim. Este ataque ocorreu a 26 de Fevereiro de 1700 nas praias perto da

---

<sup>505</sup> Assento do Conselho de Estado datado de 1 de Outubro de 1717, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. V, Bastorá, Tipografia Rangel, 1957, pp. 317-321; BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e Concertos de Paz que o Estado da Índia fez...*, tom. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 188-191, 195-197, 198, 199).

<sup>506</sup> Sobre este conflito, V. *infra*, 2.6. “Escalada bélica e queda da Província do Norte” pp. 155-157.

<sup>507</sup> Carta do vice-rei Caetano de Melo e Castro datada de 17 de Novembro de 1704, *Livro da Correspondência de Baçaim* nº 3, Ms. 1251, fls. 111v, 112, HAG.

<sup>508</sup> BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e Concertos de Paz que o Estado da Índia fez...*, tom. V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, pp. 251, 252.

<sup>509</sup> Sobre estes ataques, V. *supra*, 2.4. “Novos vizinhos e inimigos 1658-1687” pp. 99, 100.

<sup>510</sup> Sobre as batalhas navais luso-omanitas na região do Golfo de Cambaia, V. Carta do vice-rei Rodrigo da Costa datada de 24 de Janeiro de 1690, *Livro Reis Vizinhos* nº 5, Ms. 973, fl. 99, HAG; Carta do vice-rei Pedro Noronha de Albuquerque datada de Julho de 1694, *Livro dos Reis Vizinhos* nº 6, Ms. 974, fl. 137, HAG; Carta do vice-rei Pedro de Noronha de Albuquerque datada de 8 de Dezembro de 1695, *Livro das Monções* nº 59, Ms. 68; fls. (?), HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 23 de Dezembro de 1694, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 16, Ms. 1174, fl. 182, HAG).

aldeia de Manori, na ilha de Salcete. A fortificação de Versavá (Madh Island) foi prontamente tomada de assalto e a aldeia e igreja próximas incendiadas. De seguida os atacantes marcharam por terra e ocuparam a residência fortificada de Bandorá (Bandra), tendo os jesuítas fugido para o arquipélago de Bombaim. Apenas com reforços vindos de Goa, conseguiu o general da PN Pedro Vaz Bacelar derrotar os omanitas, duas semanas mais tarde<sup>511</sup>. Para o distrito de Damão, ocorreram pelo menos dois desembarques mas de menor escala: em Dezembro de 1703, na aldeia de Umbarçary (Umarsadi) e em 1705, na aldeia de Calaim (Kalai) perto de Damão de Cima<sup>512</sup>.

Durante a primeira década do século XVIII, continuaram as batalhas navais, tendo os omanitas capturado várias embarcações, afectando seriamente a economia da PN<sup>513</sup>. O facto dos omanitas contarem por vezes com o apoio das forças sidis constituía uma forte preocupação para os portugueses nesta altura, para além da considerável despesa dos comboios das cáfilas que percorriam a costa ocidental da Índia e do patrulhamento naval da costa da PN<sup>514</sup>.

Em Novembro de 1713, os omanitas aprisionaram uma importante embarcação portuguesa no porto de Surate (Surat). Aproveitando este *casus belli*, o vice-rei Vasco César de Meneses enviou para a PN uma esquadra sob o comando do general do Estreito Francisco Pereira da Silva<sup>515</sup>. Reforçada com a armada do Norte, esta força naval chegou a Surate (Surat) em Fevereiro de 1714. Na batalha

---

<sup>511</sup> Carta do governador António Luís Gonçalves da Fonseca, datada de 25 de Agosto de 1700, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 3*, Ms. 1251, fl. 7v, HAG; Assento do Conselho de Estado datado de 13 de Março de 1700, *Livro dos Assentos do Conselho de Estado nº (?)*, Ms. 9536, fls. 22-25, HAG, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. V (1695-1750), Bastorá, Tipografia Rangel, 1957, pp. 101-105; Carta do vice-rei António da Câmara Coutinho datada de 19 de Janeiro de 1701, *Livro das Monções nº 64*, Ms. 73, fls. 247, 248, HAG, pub. in PEREIRA, António de Bragança, "Portugueses em Baçaim", *O Oriente Português*, vol. 7-8-9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1935, pp. 307-309; Carta do vice-rei António da Câmara Coutinho datada de 6 de Dezembro de 1700, *Cod. 51-VII-24*, fl. 159, BA; *Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. I, Bombay, Government of Bombay Press, 1893, p. 128.

<sup>512</sup> Nestes raides, não lograram os omanitas aprisionar pessoas ou bens. Umbarçary (Umarsadi), coordenadas: 20°30'43"N, 72°53'54"E; Calaim (Kalai), coordenadas: 20°21'58"N, 72°49'15"E (Assento do Conselho de Estado datado de 26 de Dezembro de 1703, *Livro dos Assentos do Conselho de Estado nº (?)*, Ms. 9536, fls. 58-59v, HAG; Cartas do vice-rei Caetano de Melo e Castro datadas de 18 e 19 de Dezembro de 1703, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 2*, Ms. 1250, fls. 93v-95, HAG; Carta do vice-rei Caetano de Melo e Castro datada de 17 de Fevereiro de 1705, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 3*, Ms. 1251, fls. 116, 116v, HAG; MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. III, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, p. 222, nota).

<sup>513</sup> Carta do vice-rei Caetano de Melo e Castro datada de 29 de Fevereiro de 1704, *Livro das Monções nº 68*, Ms. 77, fls. 198, 198v, HAG; Assentos do Conselho de Estado datados de 26 de Dezembro de 1703 e 14 de Dezembro de 1707, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. V, Bastorá, Tipografia Rangel, 1957, pp. 155-158, 217; BALSEMÃO, E. de Sá Nogueira, "Os Portuguezes no Oriente: Derrota de uma armada inimiga", *Boletim Oficial do Governo do Estado da Índia*, nº 3 de 7 de Janeiro de 1882, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1882, p. 18 (A partir de documentos no *Livro das Monções nº 65*, Ms. 74, fl. 229, HAG); *Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. I, Bombay, Government of Bombay Press, 1893, pp. 130, 131.

<sup>514</sup> Instrução de que hade uzar o Rdo. Pe. Frey Luis da Piedade...datado de 21 de Abril de 1700, *Livro de Regimentos e Instruções nº 8*, fls. 68v e segs., HAG, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, "Antigualhas: Últimas Embaixadas Portuguesas à Corte Mogol", *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 38, Bastorá, Tipografia Rangel, 1938, pp. 155-157; Carta do vice-rei Caetano de Melo e Castro datada de 6 de Agosto de 1704, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 3*, Ms. 1251, fl. 107, HAG.

<sup>515</sup> A embarcação aprisionada pertencia a Francisco Xavier Doutel, comerciante de Macau. A esquadra expedida de Goa chegou a Versavá (Madh Island) após um mês de viagem, devido ao mau tempo, seguindo então para Surate (Surat) (Carta do vice-rei Vasco César de Meneses datada de 9 de Fevereiro de 1714, *Livro dos Segredos nº 2*, fl. 52, HAG).



que se seguiu, os portugueses danificaram várias embarcações inimigas, sendo que as principais conseguiram escapar. Contudo, já no regresso para o Golfo Pérsico, a principal nau da frota omanita foi a pique, com perda da sua tripulação<sup>516</sup>. Esta batalha inverteu assim a tendência do conflito, tendo posteriormente os portugueses obtido vários sucessos. Finalmente, em Agosto de 1719, uma decisiva batalha naval no Golfo Pérsico praticamente extinguiu a ameaça omanita sobre o Estado<sup>517</sup>.

Relacionado com a preponderância dos árabes omanitas no Índico ocidental, a empresa para a restauração de Mombaça (Mombasa) na costa oriental africana levou à concentração de meios bélicos e financeiros por parte do Estado a partir da PN. O desenlace final desta operação foi negativo para os portugueses, tendo-se perdido a fortificação de Jesus e ainda uma quantidade considerável de tropas, para além dos respectivos encargos financeiros<sup>518</sup>.

### ***Relações com os corsários de Kanhoji Angre e os sanganianos da Península do Kathiawar***

Apesar das relações relativamente pacíficas com os maratas neste período, especialmente até 1708, estas não se aplicavam ao feudatário autónomo Kanhoji Angre que comandava as forças navais aliadas àquele reino a partir de vários portos no Concão. Este havia sucedido a Sidoji Gujar na chefia da marinha marata em 1698. No ano seguinte, após ter derrotado uma força conjunta portuguesa e sidi, Angre estabelecia-se firmemente na costa entre Chaul e Caranjá (Uran). Durante a primeira década de Setecentos, a escalada bélica entre Angre e o Estado continuou, apesar de alguma correspondência entre o vice-rei Caetano de Melo e Castro (g. 1702-1707) e o corsário<sup>519</sup>.

---

<sup>516</sup> MASCARENHAS, José de Monterroyo, *Relaçam dos progressos das armas portuguezas no Estado da India, no anno de 1713...*, pt I, Lisboa, na Officina de Pascoal da Sylva, 1716, pp. 21, 22; MASCARENHAS, José de Monterroyo, *Relaçam dos progressos das armas portuguezas no anno de 1714...*, pt. IV, Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1716, pp. 3-15; Carta do vice-rei Vasco César de Meneses datada de 6 de Março de 1714, *Livro dos Segredos nº 2*, fl. 54v, HAG; Carta do vice-rei Vasco César de Meneses datada de 13 de Janeiro de 1715, *Livro das Monções nº 80*, Ms. 88, HAG, pub. in *Collecção de Tratados e Concertos de Paz que o Estado da Índia fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, pp. 312-314.

<sup>517</sup> Cartas do vice-rei Luís de Meneses datadas de 6 de Novembro, 18 e 19 de Dezembro, *Livro do Norte nº 2*, Ms. 1377, fls. 92, 92v, 93, HAG; BARBOSA, José, *Epitome da vida do illustris. e excellentis. senhor D. Luiz Carlos Ignacio Xavier de Menezes...*, Lisboa, Offic. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1743, pp. 39-40.

<sup>518</sup> A título de exemplo, veja-se os empréstimos dos jesuítas aos feitores de Baçaim e Damão (Carta do Governo do Estado da Índia datada de 2 de Dezembro de 1701, *Livro das Monções nº 65*, Ms. 74, fl. 218, HAG).

<sup>519</sup> Em 1704, efectuavam-se diligências para se tratar de um acordo paz mais ou menos secreto com Angre, de modo a não hostilizar o Império Mogol (Cartas do vice-rei Caetano de Melo e Castro datadas de 8 de Junho e 8 de Novembro de 1703, *Livro dos Reis Vizinhos nº 5*, fls. 973, HAG; Carta do vice-rei Caetano de Melo e Castro datada de 6 de Agosto de 1704, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 3*, Ms. 1251, fls. 107v, 108, HAG; SEN, Surendra Nath, *Early Career of Kanhoji Angria and other Papers*, University of Calcutta, 1941; MORAES, G. M., “Kanhoji Angria’s relations with the Portuguese”, *Journal of the University of Bombay*, vol. X, pt. I, Julho 1941; DESHPANDE, Anirudh, “The Politics and Culture of Early Modern Warfare on the Konkan Coast of India during the Seventeenth and Eighteenth Centuries”, *Coastal Histories, Society and Ecology in pre-Modern India*, Yogesh Sharma (ed.), Nova Deli, Primus Books, 2010, pp. 58-63.

Uma das bases usada pelas embarcações do corsário Angre era o Ilhéu de Cunderim (Khanderi Island), cerca de 21 km a norte de Chaul. Esta posição foi atacada antes de Abril de 1706, pelo capitão daquela cidade, Gaspar Aranha de Lencastre, tendo os portugueses aprisionado uma embarcação e outros bens<sup>520</sup>. Dois anos mais tarde, quando acabava o seu triénio e regressava a Goa com sua fazenda, Lencastre foi capturado e morto por forças afectas a Angre. Pior desastre para os portugueses ocorreu em 1711 quando toda a cáfila de Cambaia foi capturada, fortalecendo consideravelmente a armada de Angre, que artilhou muitas das embarcações apresadas. Lamentando este episódio, escrevia o vice-rei Luís Xavier de Meneses “*que o nosso descuido deixou fazer poderoso*” Angre, “*pois no tempo do Senhor Vice-rei Caetano de Mello e Castro [1702-1707] tinha somente oito ou dez galvetas havendo pouco tempo antes sido morador em Versava*”<sup>521</sup>.

Na monção de 1712, os portugueses efectuaram alguns raids sobre as aldeias de Angre e este retaliou com ataques à ilha do Elefante (Elephanta Island) e outros locais da baía de Bombaim. Estas convulsões obrigavam ainda ao reforço das guarnições da praça de Chaul e da fortificação do Morro (Korlai), dada a sua proximidade às bases de Angre<sup>522</sup>.

Por esta altura, Kanhoji Angre controlava já praticamente toda a costa do Concão desde Bombaim até Goa excepto Chaul e um punhado de portos pertencentes aos sidis. Como o líder naval se tornava tão poderoso, ameaçando destabilizar a corte marata em Satará<sup>523</sup>, em 1713 foi enviada uma expedição sob o comando do Peshwa Bahirupant Pingle para pôr freio à sua expansão. Angre derrotou a expedição e confirmou as suas possessões territoriais ao longo da costa, assumindo-se como potência independente em aliança com o Peshwa e recebendo a estratégica fortificação de Melondim (Suvarnadurg) e outras posições. A vitória permitiu a Angre retomar os seus ataques sobre as fortificações dos portugueses e dos sidis<sup>524</sup>.

Em inícios de 1713, a armada portuguesa enviada ao Norte actuava essencialmente na zona da fortificação do Culabo (Kolaba Island) de modo impedir as sortidas do inimigo. Ao seu capitão-mor recomendava o vice-rei Vasco César de Meneses que aliciasse os sidis a participar nas campanhas

---

<sup>520</sup> Nesta notícia, as forças de Angre são descritas como *sivagis alevantados* (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 26 de Fevereiro de 1706, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 18, Ms. 1177, fls. 143v, 144, HAG).

<sup>521</sup> *Collecção de Tratados e Concertos de Pazes que o Estado da Índia fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, pp. 292, 293; [Memorial sobre o Estado da Índia pelo] Conde de Ericeira D. Luiz de Menezes, Pangim, 22 de Outubro de 1720, *cod.* 6698, fl. 44, BNP.

<sup>522</sup> Cartas do vice-rei D. Rodrigo da Costa datadas de 16 de Fevereiro e 11 de Maio de 1712, *Livro dos Segredos* nº 2, fls. 8, 8v, 15, 15v, HAG; Cartas do vice-rei D. Rodrigo da Costa datadas de 25 e 26 de Maio e 1 de Junho de 1712, *Livro dos Segredos* nº 2, fls. 16v, 18v, 21, HAG.

<sup>523</sup> Satará, coordenadas: 17°41'25"N, 74°00'02"E.

<sup>524</sup> BIDDULPH, John, *The Pirates of Malabar; and, An Englishwoman in India two hundred years ago*, London, Smith, Elder & Co., 1907, pp. 76-78; *Gazetter of the Bombay Presidency*, vol. XI, *Kolaba and Janjira*, Bombay, Government Central Press, 1883, p. 146.

contra Angre<sup>525</sup>. Após a monção desse ano, foi enviado um forte reforço naval para a PN, com o intuito de bloquear Culabo (Kolaba Island), operação que não resultou pois Angre utilizava o ilhéu de Cunderim (Khanderi Island) e outras fortificações como bases para os seus ataques<sup>526</sup>.

A escalada do conflito naval com Angre tornava-se agora insuportável para o Estado da Índia; em inícios de 1714, após vários anos de combates, procuraram-se ajustar pazes com o almirante marata. Estas tentativas não resultaram e volvidos dois anos, o vice-rei Vasco César de Meneses escrevia ao presidente de Bombaim a propor uma aliança ofensiva contra o inimigo comum<sup>527</sup>. No fim do período presentemente abordado, tanto ingleses como portugueses estavam em guerra declarada com Angre, sendo este considerado por ambas as potências como a principal ameaça à navegação e comércio no Mar da Arábia<sup>528</sup>. Dada a urgência face à ameaça de Angre, a recusa do vice-rei em concluir um acordo com o presidente de Bombaim não impediu o general da PN, João Fernandes de Almeida, de assinar uma “*convenção*”, por onde se procuravam resolver as disputas mais prementes entre ambas as nações<sup>529</sup>. De resto, os sucessos fulgurantes de Angre atraíram grande número de mercenários ou piratas europeus e asiáticos à sua causa, entre os quais o português António Gomes Pereira, foreiro maior do cassabé de Caranjá (Uran)<sup>530</sup>.

---

<sup>525</sup> Esta armada, capitaneada por António de Sousa, continha uma fragata com um corpos de soldadesca para reforçar a guarnição de Chaul. Após o desembarque destas tropas, ocorreu uma batalha com Angre ao largo de Chaul, na qual os portugueses foram melhor sucedidos. Mascarenhas, José de Monterroyo, *Relaçam dos progressos das armas portuguezas no Estado da India, no anno de 1713. Sendo vice-rey, e capitam general do mesmo Estado Vasco Fernandes Cesar de Menezes*, Parte I, Lisboa, na Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1716, p. 19; Carta do vice-rei Vasco César de Meneses datada de 29 de Março 1713, *Livro dos Segredos nº 2*, fl. 39, HAG.

<sup>526</sup> Comandava esta esquadra o capitão-mor António Cardim Fróis. Carta do vice-rei Vasco César de Meneses datada de 15 de Dezembro de 1713, *Livro dos Segredos nº 2*, fl. 51v, HAG; MASCARENHAS, José de Monterroyo, *Relaçam dos progressos das armas portuguezas no Estado da India, no anno de 1714. Sendo vice-rey, e capitam general do mesmo Estado Vasco Fernandes Cesar de Menezes*, Parte IV, Lisboa, na Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1716, p. 18.

<sup>527</sup> Carta do vice-rei Vasco César Meneses, datada de 18 de Março de 1716, *Livro dos Reis Vizinhos nº 7*, Ms. 975, fls. 33v-34v, HAG; pub. in *Collecção de Tratados e Concertos de Pazos que o Estado da Índia fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 178-181.

<sup>528</sup> Para uma breve perspectiva da ascensão de Angre sobre os portugueses, V. Assento do Conselho de Estado datado de 9 de Agosto de 1721, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. V, Bastorá (Goa), Tipografia Rangel, 1957, pp. 332-344.

<sup>529</sup> V. *infra*, pp. 129, 130.

<sup>530</sup> Carta do vice-rei Vasco César de Meneses datada de 23 de Fevereiro de 1715, *Livro dos Segredos nº 2*, fl. 79, HAG; Carta do vice-rei Vasco César de Meneses datada de 11 de Setembro de 1715, *Livro do Norte nº 2*, Ms. 1377, fl. 4, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 23 de Março de 1715, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 18*, Ms. 1177, fl. 175, HAG.



Fig. 11. Forte de Colaba (1855, BL)

Outra potência regional que neste período subsistia essencialmente da prática do corso eram os Sanghárs, os “*sanganés*” ou “*sanganianos*” das fontes portuguesas. As suas bases situavam-se no extremo oeste da península do Kathiawar, sendo o principal Bet-Dvarka, cerca de 270 km a oeste de Diu<sup>531</sup>. Durante o período agora abordado, houve um recrudescimento das suas acções predatórias, especialmente em aliança com outras cidades costeiras daquela península, como Porpatane (Porbandar). A dedicação dos sanganianos ao corso aparenta datar de antes da chegada dos portugueses ao Índico mas a sua história é algo obscura.

Apesar das embarcações portuguesas terem conseguido derrotar os sanganianos em vários embates durante as primeiras décadas de Setecentos, as suas operações causavam grandes estragos ao comércio da PN<sup>532</sup>. Esta ameaça apenas diminuiu com o assalto português a Porpatane (Porbandar), em 1717, porto situado a 170 km a noroeste de Diu que desafiava há vários anos a imposição dos cartazes portugueses, aliando-se ainda com os sanganianos em acções ofensivas contra os portugueses<sup>533</sup>. Alguns anos mais tarde, o capitão de Diu tomava a iniciativa de conquistar a pequena fortificação de Simbor (Simar), a escassos quilómetros a leste de Diu, por esta ser um dos

<sup>531</sup> Bet-Dvarka, coordenadas: 22°27'15"N, 69°05'59"E. Sobre as actividades marítimas dos *sanganés* no séc. XVIII, V. BIDDULPH, John, *The Pirates of Malabar; and, An Englishwoman in India two hundred years ago*, London, Smith, Elder & Co., 1907, pp. 72-64; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIII, pt. 2, *Thana*, Bombay, Central Government Press, 1882, pp. 713-715, nota.

<sup>532</sup> Carta datada de 15 de Janeiro de 1716, *Livro das Monções nº 81*, Ms. 89, fl. 144, HAG.

<sup>533</sup> Nesta operação, comandada pelo capitão-mor da Armada do Norte Lopo José de Almeida, os portugueses tomaram a cidade de assalto a 13 de Dezembro de 1717. Na batalha morreram cerca de oitenta portugueses, entre os quais alguns capitães (BARBOSA, José, *Epitome da vida do illustris. e excellentis. senhor D. Luiz Carlos Ignacio Xavier de Menezes...*, Lisboa, Offic. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1743, pp. 13-18).

locais predilectos de ancoradouros e ciladas por parte de “*Ramogi Vare*”, um dos principais sanganianos<sup>534</sup>.

### ***Relações com os reinos feudatários vizinhos.***

São particularmente escassas entre as fontes portuguesas deste período as notícias sobre os reinos de Sarceta e dos Coles. Pode-se assim supor ter sido esta uma fase de relativa acalmia nas relações entre o Estado e os reinos feudatários vizinhos, embora se registem alguns ecos de incursões no distrito de Damão durante o período conflituoso com o Império Mogol, entre 1690 e 1694. Talvez para sanar as relações com o Estado após essas acções, o vice-rei Pedro António de Noronha recebeu um enviado do reino de Sarceta, quando aportou a Damão em Março de 1695, embora não tenha localizado qualquer registo de um acordo de pazes celebrado nessa conjuntura<sup>535</sup>.

Os mogóis, que por esta altura haviam reocupado a região fronteira à PN incluindo Galiana (Kalyan), aproveitaram-se da rivalidade entre os dois reinos feudatários. Para além de instigarem os Coles a invadir o reino de Sarceta, também acalentavam as incursões dos primeiros sobre a jurisdição de Baçaim, como aconteceu no último quartel de 1707. Esta incursão foi espoletada por alterações entre aquele monarca feudatário e o capitão de Asserim (Asherigad) relativas ao trato da madeira e possivelmente aproveitando as alterações habituais no momento de sucessão entre imperadores mogóis<sup>536</sup>. Estas acções, apesar de não terem tido consequência de maior, reflectem o modo como mogóis e maratas tentavam manipular os reinos feudatários no contexto das suas longas guerras pelo domínio do Decão. Talvez pelo facto de os maratas terem favorecido e estabelecido o seu ascendente sobre Sarceta durante a segunda metade do século XVII, os mogóis parecem ter exercido maior influência sobre os Coles e reino de Vergi.

Como consequência destes conflitos e de uma incursão mogol sobre Sarceta em inícios de Setecentos – aliados talvez com os outros dois reinos feudatários –, o monarca de Sarceta esteve refugiado em Damão, onde encontrou apoio militar e financeiro por parte do Estado para tentar reaver o seu reino dos invasores. Assim, o Conselho da Fazenda em Goa ordenava em 1710 que se

---

<sup>534</sup> Simbor (Simar), coordenadas: 20°45'47"N, 71°09'04"E. Sobre a história da fortificação V. Carta do capitão de Diu Luís de Melo datada de 1722, *Livro das Monções nº 90*, Ms. 101, fls. 60 e segs., HAG; Cartas do vice-rei Francisco Sampaio e Castro datadas de 20 de Novembro de 1722 e 3 de Janeiro, 3 de Maio, 25 de Novembro e 15 de Dezembro de 1723, *Livro da Correspondência de Diu nº 2*, Ms. (?), fls. 6-8v, 12v, HAG; PEREIRA, António de Bragança, “Os Portugueses em Diu: História Política e Militar”, *O Oriente Português*, série II, nº 18, Bastorá, Tipografia Rangel, 1937, pp. 105-126).

<sup>535</sup> A 13 ou 14 de Março de 1695, o vice-rei Pedro António de Noronha conde da Vila Verde encontrava-se em Damão, tendo recebido “*Ganaji Ramogi, pradana-mor*” do rei “*Ranil Darmadar e Ranna*”, de Sarceta (Documentos datados de 11 e 14 de Março de 1695, *Livro da Correspondência do Norte nº 1*, Ms. 1376, fls. 73, 73v, 76v, 77, HAG).

<sup>536</sup> O imperador mogol Aurangzeb faleceu em Março de 1707, tendo sido sucedido por Bahadur Shah I (g. 1707-1712) (Assento do Conselho de Estado datado de 14 Dezembro de 1707, PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. V, Bastorá, Tipografia Rangel, 1957, pp. 217, 219).

concedesse dois anos de chouto adiantado ao rei de Sarceta “*pera com este dinheiro ser restetuido ao seu Reyno*”, autorizando ainda o feitor de Damão a despende quinhentos xerafins para um “*saguete*” ao mesmo monarca<sup>537</sup>.

Numa apreciação global, a presença dos mogóis nos territórios vizinhos à PN durante este período contribuiu para uma relação menos conflituosa entre o Estado e os reinos feudatários de Sarceta e também dos Coles, apesar das incursões pontuais referidas.

### ***Intervenções no sistema defensivo***

Após a visita do vice-rei Francisco de Távora à PN, referida no subcapítulo anterior<sup>538</sup>, e concluída a reconquista do território, deu-se rápido seguimento às obras iniciadas através da deslocação de João Sequeira de Faria, vedor geral da Fazenda, munido de ampla chancela e de instruções para “*vizar praças e prezídios, reformallos do necessário, levantar companhias, applicando a ellas consignações mais convenientes*”, e “*dispor a condução da madeira de teca*”<sup>539</sup>. Para além das obras já mencionadas, efectuaram-se várias outras intervenções, nomeadamente em Chaul, Asserim (Asherigad), Manorá (Manor) e Saibana Nova (Chandip ou Mandvi)<sup>540</sup>. Começando com o triénio de Sequeira de Faria, designado capitão-geral da PN pouco depois da sua chegada a Baçaim, e durante as três décadas seguintes, pode-se traçar uma panorama geral destas e outras intervenções no sistema defensivo da PN, em muitas das quais actuou o capitão engenheiro – e depois engenheiro-mor – João Pires de Rebouça<sup>541</sup>.

A praça de Chaul foi uma das fortificações mais afectadas pelas campanhas de Sambhaji, tendo sido necessárias várias intervenções de reparação. Sobre a esplanada do baluarte de São Francisco, na extremidade noroeste do seu perímetro amuralhado, foi edificada em 1688 uma torre hexagonal<sup>542</sup>. Três décadas após o cerco marata, procedeu-se ao restauro do próprio baluarte, arruinado pela força

---

<sup>537</sup> Assentos do Conselho de Estado datados de 14 de Dezembro de 1707, 16 de Maio de 1710 e 14 de Março de 1712, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. V, Bastorá, Tipografia Rangel, 1957, pp. 217-218, 256-260 e 277-278; Assentos do Conselho da Fazenda datados de 2 e 15 de Maio de 1710, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 18*, Ms. 1177, fls. 8v-9v, HAG.

<sup>538</sup> V. *supra*, 2.4. “Novos vizinhos e inimigos, 1658-1687”, pp. 116-119.

<sup>539</sup> Assentos do Conselho da Fazenda datados de 30 de Outubro de 1687 e 9 de Outubro de 1688, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fls. 194, 194v, 216, HAG.

<sup>540</sup> Assentos do Conselho da Fazenda datados de 9 de Outubro de 1688 e 18 de Janeiro de 1689, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fls. 133v, 134, 216, HAG; Carta do vice-rei Rodrigo da Costa datada de Outubro de 1688, *Livro das Monções nº 53*, Ms. 61, fl. 13, HAG.

<sup>541</sup> As intervenções de João Pires de Rebouça na PN ocorreram pelo menos entre 1698 e 1715. Já em 1711, era nomeado engenheiro-mor do Estado da Índia (Assento do Conselho da Fazenda datado de 5 de Março de 1698, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 17*, Ms. 1175, fl. 58v, HAG; Cartas do vice-rei Vasco César de Meneses de 14 e 16 de Novembro de 1714, *Livro dos Segredos nº 2*, fls. 67v e 68, HAG).

<sup>542</sup> V. *infra*, 3.1.1. “Chaul”, pp. 187-226.

das monções<sup>543</sup>. Nessa altura temia-se novo cerco tanto à praça de Chaul como ao Morro (Korlai), desta feita pelas forças de Kanhoji Angre, o que provocou inclusive deserções entre os soldados das respectivas guarnições<sup>544</sup>. Também no perímetro defensivo do Campo de Chaul se procederam a significativas obras, centradas nas suas atalaias e redutos<sup>545</sup>. Estas preocupações indiciam a importância económica desta zona exterior à praça abaluartada, onde há data residia a maioria dos habitantes de Chaul. Note-se como o vice-rei conde da Ericeira lamentava o abandono dos habitantes europeus e dos principais mercadores indianos da cidade, sendo obrigado a prover vários cargos de importância, como o de ouvidor ou feitor, nos casados castiços da cidade. A guarnição da praça contava, em 1720, com cerca de trezentos soldados, quase todos goeses ou indianos convertidos de Chaul<sup>546</sup>.

Em Baçaim, que não havia sofrido directamente durante os anos de 1683-1684, debatia-se o projecto de “*abrir*” o rio de Suporá, ou seja, alargar o seu leito nas zonas mais estreitas de modo a permitir a circulação de embarcações ligeiras, defendendo as suas margens. Esta operação permitiria uma defesa mais eficaz dos cassabés de Baçaim e Agaçaim (Agashi), as duas zonas mais densamente povoadas da PN. Apesar do projecto ter sido aprovado pelo vice-rei Vasco César de Meneses em 1714, as obras não avançaram no terreno<sup>547</sup>. César de Meneses lembrava ainda ao general da PN Manuel de Sousa Meneses enviar as plantas das fortificações do Norte, documentos que haviam sido encomendados havia já dois anos<sup>548</sup>.

Em relação à ilha de Salcete, para além da fundação das três atalaias fluviais em Taná (Thane), este período foi marcado pelo ataque omanita sobre a fortificação de Versavá (Madh Island), em 1700. Na ressaca desse episódio, houve lugar a obras de reconstrução, segundo a planta de um engenheiro que à data assistia em Baçaim – possivelmente Pires Rebouça – e com a administração do padre António Guerreiro, reitor do colégio jesuíta de Baçaim<sup>549</sup>. Associada à fortificação, os jesuítas

---

<sup>543</sup> Esta obra foi aprovada pelo vice-rei em Setembro de 1714 (Cartas do vice-rei Vasco César de Meneses de 26 e 27 de Setembro e de 14 e 16 de Novembro de 1714, *Livro dos Segredos nº 2*, fls. 65, 66, 67v e 68, HAG).

<sup>544</sup> Cartas do vice-rei Rodrigo da Costa datadas de 28 de Fevereiro e 28 de Março de 1712, *Livro dos Segredos nº 2*, fls. 11 e 13, HAG.

<sup>545</sup> Em 1718 e 1719, ordenava-se ao feitor de Chaul que mandasse reparar a *Atalaya* de São João, *cita no Campo daquela cidade* (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 5 de Maio de 1718 e de 7 de Fevereiro de 1719, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 18*, Ms. 1177, fls. 281, 292v, HAG).

<sup>546</sup> [Memorial sobre o Estado da Índia] [Manuscrito], Conde de Ericeira Luiz de Menezes, Pangim, 22 de Outubro de 1720, Ms. *Cod. 6698*, fls. 20v, 21, BNP.

<sup>547</sup> V. *infra*, 3.4.2. “Distrito de Baçaim”, pp. 515-551 (Cartas do vice-rei Vasco César de Meneses datadas de 26 de Setembro, 27 de Outubro, 24 de Novembro, 23 de Dezembro e 30 de Dezembro de 1714, *Livro dos Segredos nº 2*, fls. 65, 67, 69v, 71v, 72 e 73, HAG).

<sup>548</sup> Carta do vice-rei datada de 7 de Janeiro de 1715, [Copiador de correspondência expedida por Vasco Fernandes César de Meneses, Goa, 1714-1716] Manuscrito, *cod. 10668*, fls. 5, 6, BNP.

<sup>549</sup> Carta do governador António da Câmara Coutinho datada de 1 de Abril de 1700, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 3*, Ms. 1251, fls. 25v-26v, HAG; Carta do vice-rei Vasco César Meneses datada de 4 de Abril de 1714, *Livro dos*

edificaram também em Versavá (Madh Island), antes de 1720, um aqueduto sobre batelões que canalizava a água de dois poços para as embarcações ancoradas na baía<sup>550</sup>. Estas iniciativas reflectem também a crescente importância de Versavá (Madh Island) enquanto ancoradouro para grandes embarcações. Regista-se também durante este período a crescente tensão com o ingleses na zona de Bandorá (Bandra). Face às obras que os ingleses efectuaram a partir de 1701 na fortificação de Mahim no seu lado do rio, os portugueses respondiam com medidas semelhantes na residência fortificada de Santa Ana e ainda com a edificação, já em 1716, de um pequeno fortim ou bateria, suficiente para catorze peças de artilharia, na ponta de uma restinga defronte de Mahim<sup>551</sup>.

Asserim (Asherigad) foi também alvo de reconstruções e benfeitorias no rescaldo da sua ocupação pelos maratas. A maior parte das notícias reporta às duas primeiras décadas de Setecentos, quando se edificaram quarenta habitações no seu planalto, tendo Pires Rebouça ficado encarregue de elaborar um orçamento para as obras necessárias nas suas estruturas defensivas<sup>552</sup>.

Rebouça foi também incumbido orçamentar as obras necessárias para o restauro do forte de São Miguel de Caranjá (Uran)<sup>553</sup> e Manorá (Manor)<sup>554</sup>.

Na jurisdição de Damão, registam-se menos intervenções, pelo que se infere que as suas estruturas defensivas escaparam relativamente ilesas à campanha marata de 1683-1684, com a excepção de Tarapur e Mahim-quelme (Kelwamahim). Em relação à cerca abaluartada da cidade de Damão, continuava-se por 1700 a obra do fosso, cuja administração cabia ao reitor do colégio jesuíta<sup>555</sup>. Registam-se ainda, já nos últimos anos do período agora abordado, intervenções em Tarapur<sup>556</sup>;

---

*Segredos* nº 2, fl. 62, HAG; Carta do vice-rei Luís de Meneses datada de 30 de Agosto de 1719, *Livro do Norte* nº 2, Ms. 1377, fls. 88v, 89, HAG.

<sup>550</sup> V. *infra*, 3.3.17. “Versavá (Madh Island)”, pp. 490-495 [Memorial sobre o Estado da Índia] [Manuscrito], Conde de Ericeira Luiz de Menezes, Pangim, 22 de Outubro de 1720, Ms. Cod. 6698, fl. 12, BNP.

<sup>551</sup> *Collecção de Tratados e Concertos de Pazos que o Estado da Índia fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 192.

<sup>552</sup> V. *infra*, 3.2.4. “Asserim (Asherigad)”, pp. 345-368 (Cartas do vice-rei Rodrigo da Costa datadas de 26 de Maio de 1712, *Livro dos Segredos* nº 2, fls. 18v, 19, HAG; Carta do vice-rei Vasco de César Meneses datada de 24 de Março de 1715, *Livro dos Segredos* nº 2, fl. 83v, HAG).

<sup>553</sup> V. *infra*, 3.2.7. “São Miguel de Caranjá (Uran)”, pp. 390-398 (Carta do vice-rei Rodrigo da Costa datada de 28 de Fevereiro de 1712, *Livro dos Segredos* nº 2, fl. 10, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datados 5 de Fevereiro de 1712 e 17 de Junho de 1713, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 18, Ms. 1177, fls. 55v, 106v, HAG).

<sup>554</sup> V. *infra*, 3.3.5. “Manorá (Manor)”, pp. 439-447 (Carta do governador António Luís Gonçalves da Fonseca, datada de 25 de Abril de 1699, *Livro da Correspondência de Baçaim* nº 3, Ms. 1251, fl. 33, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 5 de Março de 1698, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 17, Ms. 1175, fl. 58v, HAG; Carta do vice-rei Rodrigo da Costa datada de 26 de Maio de 1712, *Livro dos Segredos* nº 2, fl. 19, HAG; Carta do vice-rei Vasco César de Meneses datada de 3 de Novembro de 1712, *Livro dos Segredos* nº 2, fl. 30, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 31 de Agosto de 1713, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 18, Ms. 1177, fl. 112, HAG).

<sup>555</sup> V. *infra*, 3.1.3. “Damão”, pp. 263-296 (Carta do vice-rei Luís da Câmara Coutinho datada de 16 de Novembro de 1700, *Livro dos Reis Vizinhos* nº 5, Ms. 973, fl. 43v, HAG).

<sup>556</sup> V. *infra*, 3.2.3. “Tarapur”, pp. 333-344 (Assento do Conselho da Fazenda datado de 1 de Outubro de 1718, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 18, Ms. 1177, fl. 289v, HAG).



Embora se registre uma missiva do vice-rei Vasco César Meneses a requisitar o envio urgente das plantas de todas as fortificações da PN, incluindo as suas tranqueiras, não se conhece nenhum documento deste tipo, sendo que em 1715, Rebouça aparentemente já não acompanhava as obras na PN<sup>557</sup>.

Alargou-se neste período a responsabilidade e ingerência dos jesuítas sobre o sistema defensivo da PN. Para além das gestão das obras de fortificação, desde o governo do vice-rei Francisco de Távora que o celeiro de Baçaim era também gerido pelos jesuítas, sendo que foi então dotado de aldeias para a sua sustentação<sup>558</sup>. Celeiros semelhantes foram instituídos em Tarapur e Mahim-quelme (Kelwamahim)<sup>559</sup>. Por volta de 1720, o vice-rei Luís de Meneses resumia desta forma as responsabilidades dos jesuítas: compravam e mandavam fundir artilharia e armas; fabricavam pólvora; pagavam as companhias de infantaria; e construíam embarcações de guerra nos estaleiros de Baçaim e Damão. Acrescia a esta lista a administração do Hospital Real em Baçaim. E isto tudo para além da dependência do Estado dos frequentes empréstimos e serviços solicitados à congregação religiosa<sup>560</sup>.

### ***Administração***

Após a crise da guerra luso-marata de 1683-1684, o Estado retomou as iniciativas reformadoras relativas à economia e administração da PN, tais como a regularização do sistema de enfiteuse ou aforamento das suas aldeias. A par desta preocupação, a extinção do sistema miliciano terrestre – tanto as obrigações de cavalo como de espingarda – gerou tensão entre os proprietários da PN, dado o acréscimo na taxaço<sup>561</sup>.

Para aclarar o justo valor das tributações devidas ao Estado, tornava-se agora mais que nunca essencial elaborar o tombo das aldeias e rendas da jurisdição de Baçaim. Incumbidos dessa tarefa, foram sucessivamente enviados à PN vários oficiais com alçada de vedor-geral da fazenda. Infere-se

---

<sup>557</sup> Cartas do vice-rei Vasco César Meneses datadas de 20 de Outubro de 1713 e 24 de Março de 1715, *Livro dos Segredos* nº 2, fls. 45, 83v, HAG.

<sup>558</sup> Consulta do Conselho Ultramarino datada de 29 de Janeiro de 1697, *Índia*, doc. 12, cx. 60, AHU.

<sup>559</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 14 de Novembro de 1692, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 16, Ms. 1174, fl. 76, 76v, HAG.

<sup>560</sup> Memorial sobre o Estado da Índia [Manuscrito], Conde de Ericeira Luiz de Menezes, Pangim, 22 de Outubro de 1720, *cod.* 6698, fls. 11, 12, BNP; Carta do vice-rei Vasco César Meneses datada de 16 de Janeiro de 1716, *Livro das Monções* nº 81, Ms. 89, fl. 202, HAG, pub in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. IV, suplementos, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1876, pp. 66-69.

<sup>561</sup> Sobre o fm do sistema miliciano, V. *supra*, 2.4. “Novos vizinhos e inimigos, 1658-1687”, pp. 116-120 e *infra*, 4. “Conclusão” pp. 567-583.

da correspondência coeva que estes oficiais encontraram grande resistência por parte dos foreiros de Baçaim em efectuar as suas diligências<sup>562</sup>.

De resto, o aumento dos casos judiciais na PN - muito dos quais sem dúvida relacionados com propriedades e taxaço - e as despesas com as frequentes deslocações de oficiais de Goa, conduziam à criação do cargo de ouvidor-geral da PN por volta da última década de Setecentos, doravante figura crucial do aparelho de Estado no território<sup>563</sup>.

Mas o caso de justiça mais notório durante este período ocorreu em Velha Goa em Dezembro de 1694: o assassinato do ex-general da PN, António Machado de Brito, às mãos de Tristão Melo de Sampaio, também ele ex-general. O crime teve as suas origens na PN durante o triénio de Machado de Brito - reinol e protegido do vice-rei Pedro de Noronha -, quando este entrou em rota de colisão com o ex-capitão geral João de Sequeira de Faria, à data octogenário e um dos foreiros mais ricos de Damão. Sequeira foi preso em Damão pelo general da PN e enviado em ferros para Goa, o que causou alterações na PN. Não demorou muito tempo a formar-se no território uma conjuração de descendentes, liderada pelo clã Melo de Sampaio, levada às últimas consequências por Tristão Melo de Sampaio e pelo padre José da Silva Maciel, consumando-se o assassinato do general em Velha Goa.

Nas palavras do vice-rei Pedro de Noronha, por causa deste e de outros episódios violentos, “*pera com os reinos se tem feito odioso*” o apelido “*Mello de Sampayo*”. Não há dúvida que, nas duas centúrias de história da PN, este foi um dos momentos culminantes do conflito entre reinóis e descendentes, clivagem social do Estado da Índia que acompanhou a história da PN desde a segunda metade do século XVI. Se os contornos deste conflito ainda são algo obscuros, não restam dúvidas que o clã Melo de Sampaio era a face mais visível do lado dos descendentes. E pelo menos para o notório episódio espoletado pela morte de António Machado Brito é possível agrupar a longa lista de pessoas envolvidas nos dois campos opostos<sup>564</sup>.

---

<sup>562</sup> Em Novembro de 1693, o Conselho da Fazenda referia que tinha partido para a PN na monção desse ano o Doutor Domingos Dourado de Oliveira, com o objectivo principal de efectuar o “*tombamento*” das aldeias daquele território (Assento do Conselho da Fazenda datado de 20 de Novembro de 1692, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 16, Ms. 1174, fl. 124v, HAG). Entre outros oficiais enviados com as mesmas funções, contam-se Paulo Lopes de Ayres Figueiredo, enviado pelo vice-rei Francisco de Távora (g. 1681-1686); João de Sequeira de Faria, antes de ser capitão-geral (enviado pelo vice-rei Rodrigo da Costa (g. 1686-1690)); e Gregório Pereira Fidalgo, que acompanhou a deslocação do vice-rei Pedro António de Noronha, em Janeiro de 1695 (Carta do vice-rei Rodrigo da Costa datada de 24 de Janeiro de 1688, *Livro das Monções* nº 52, Ms. 60, fl. 330, HAG).

<sup>563</sup> Relacionada com estas questões, temos a carta do vice-rei Rodrigo da Costa de 24 de Janeiro de 1690, onde refere: “*Há nas fortalezas do norte, que são quatro, outros tantos ouvidores que costumão ser destes casados e como não sabem direito, padecem as partes grade detrimento e principalmente os pobres porque não podem seguir apelações para a Rellação porque o que melhor [?] tem um advogado que lhes despacha os feitos e se aquelle pode ascender à justiça [...]* Sendo vossa magestade servido criar hum ouvidor geral do crime nas fortalezas do norte.” (Carta do vice-rei Rodrigo da Costa datada de 24 de Janeiro de 1690, *Livro das Monções* nº 56, Ms. 65, fls. 42, 53, 54, HAG).

<sup>564</sup> O assassinato de António Machado de Brito (general da PN entre 1693 e Novembro de 1694) ocorreu em Velha Goa a 30 de Dezembro de 1694. O principal acusado foi Tristão de Melo de Sampaio, ex-general da PN e um dos fidalgos

Os tumultos e desacatos continuaram pelo século XVIII adentro, especialmente na cidade de Baçaim. Em inícios de 1712, o general António Pereira de Sequeira encarcerou os influentes vereadores do senado, no contexto de um conflito com a população indiana rural ou “hortelãos” do cassabé de Baçaim. Consequentemente, o general foi exonerado do seu cargo pelo vice-rei Rodrigo da Costa<sup>565</sup>. É particularmente eloquente um desabafo do vice-rei Vasco César de Meneses de 1715 ao ouvidor-geral da PN, Miguel Monteiro Bravo, onde lamentava a actuação fraudulenta do juiz ordinário de Baçaim; o facto dos gentios serem sequestrados em prisões privativas; a manipulação das eleições para o senado da cidade; e as “*atrocidades incríveis, insolências, injustiças e encobrimentos*” que reinavam no território<sup>566</sup>.

Relativamente à orgânica militar da PN, instituiu-se de forma definitiva durante o governo do governador Miguel de Almeida (Junho de 1690 a Janeiro de 1691) o cargo de “*General do Norte*” em substituição do habitual “*Capitão-geral*”. O posto parece ter sido criado à semelhança do de “*General de Alto-bordo do Estreito*” do Golfo Pérsico, ou seja, um cargo essencialmente naval associado à expedição e presença da armada do Norte<sup>567</sup>. Na prática, o cargo tornou-se numa nomeação geralmente trienal e equivalente a um “*governador de armas de Província*”, à semelhança do estilo que então se aplicava em Portugal continental. Seguindo essa lógica, o general da PN deveria residir permanentemente em Baçaim, ao contrário do capitão-mor da armada do Norte, cargo que de resto parece ter sido mantido após 1691 e cuja jurisdição, embora superior à dos vários capitães-mor das cidades da PN, foi sendo progressivamente restringido às questões marítimas, não se ingerindo geralmente na chefia dos efectivos militares nas praças. Apesar da necessidade do “*General do Norte*” ter sido ainda debatida com a metrópole, o cargo foi confirmado em 1694<sup>568</sup>.

Prolongou-se durante este período a crescente ingerência da Inquisição na política e economia da PN<sup>569</sup>. Note-se como o próprio Santo Ofício se tornou proprietário, de aldeias no território no

---

mais notáveis do Estado da Índia à época (Carta do vice-rei Pedro de Noronha de Albuquerque datada de 5 de Outubro de 1694, *Livro das Monções nº 59*, Ms. 68, fl. 324, HAG, pub. in RIVARA, Joaquim da Cunha, *Ensaio Historico da Lingua Concani*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1858, p. 274-276; Carta do vice-rei Pedro de Noronha de Albuquerque datada de 12 de Dezembro de 1695, *Livro das Monções nº 59*, Ms. 68, fl. (?), HAG; GRACIAS, Ismael, “Uma Tragédia na cidade de Goa”, *Oriente Português*, vols. VI e VII, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1910, 1911). Parece estar também relacionado com este episódio o assassinato do ex-capitão de Baçaim António de Oliveira (Silveira?) Meneses (*Livro das Monções nº 59*, Ms. 68, fl. 179, HAG).

<sup>565</sup> Este conflito parece ter originado numa petição dos hortelãos Baçaim relacionada com a sua renumeração pelos serviços prestados à cidade e numa eleição manipulada dos vereadores do senado daquela cidade (Cartas do vice-rei Rodrigo da Costa datadas de 20, 22 e 26 de Janeiro de 1712, *Livro dos Segredos nº 2*, fls. 5v-7, HAG).

<sup>566</sup> Carta do vice-rei Vasco César Meneses datada de 20 de Fevereiro de 1715, *Livro dos Segredos nº 2*, fl. 78, HAG.

<sup>567</sup> Carta do Conselho Ultramarino datada de 23 de Outubro de 1692, *Livro das Monções nº 58*, Ms. 67, fl. 213, HAG, pub. in PEREIRA, António de Bragança, “Portugueses em Baçaim”, *O Oriente Português*, vol. 7-8-9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1935, pp. 179-181.

<sup>568</sup> Carta do vice-rei Pedro de Noronha de Albuquerque datada de 6 de Novembro de 1694, *Livro das Monções nº 58*, Ms. 67, fl. 156, HAG.

<sup>569</sup> V. *supra*, 2.5. “Novos vizinhos e inimigos, 1658-1687”, pp. 119-121.

seguimento da revolta e confisco das propriedades de Patkar em 1681<sup>570</sup>. Volvidas duas décadas, regista-se a visita do inquisidor frei Manuel da Ascensão à PN, durante a qual se prenderam e enviaram para Goa cerca de sessenta pessoas. Segundo opiniões coevas, os prisioneiros eram todos cristãos; ainda assim, muitos habitantes hindus e muçulmanos se refugiaram na terra firme vizinha durante a estadia do inquisidor, facto que perturbou o quotidiano das aldeias<sup>571</sup>. Enquanto sucessivos vice-reis aconselhavam a metrópole a garantir a liberdade de culto privado na PN - confirmada em 1579 e nunca revogada - e a acomodar comunidades não-católicas para incentivar o comércio, os religiosos da Inquisição contrapunham com a aplicação da polémica legislação sobre a conversão dos órfãos<sup>572</sup>. Esta tendência continuou durante o século XVIII, tendo sido cada vez mais direccionada contra os habitantes hindus, especialmente os comerciantes de Baçaim e ilha de Salcete, como adiante se verá<sup>573</sup>.

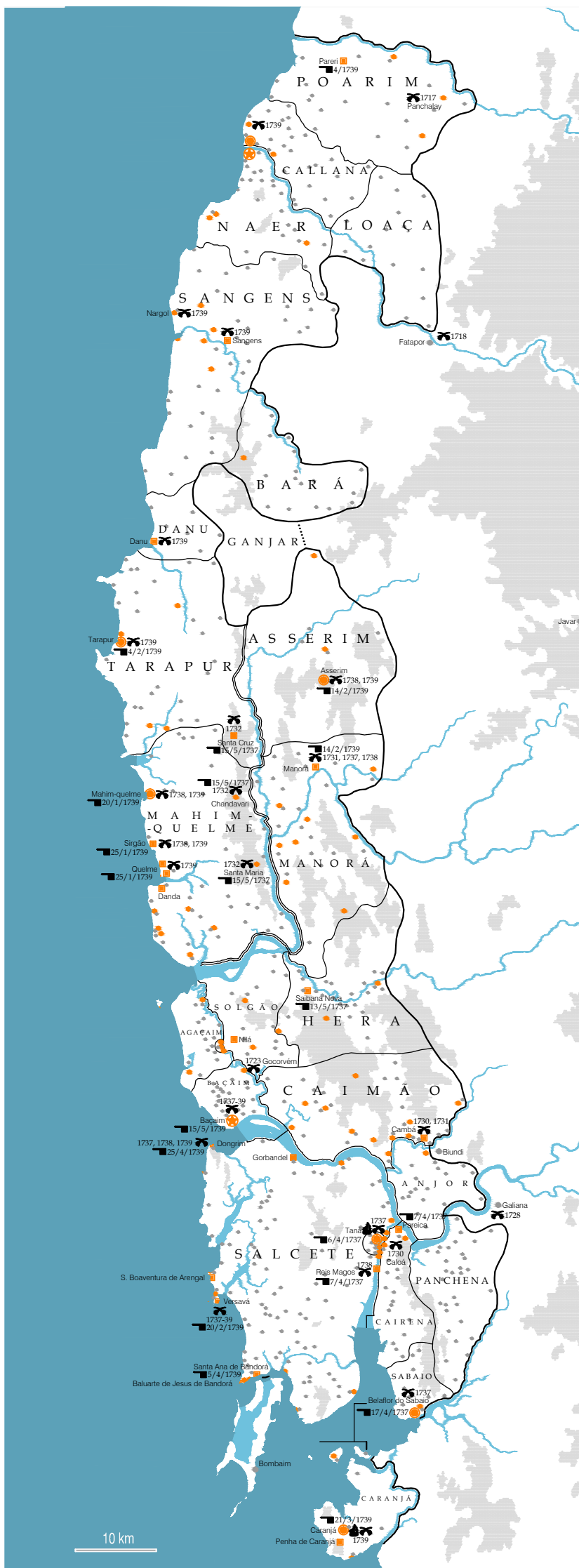
---

<sup>570</sup> Carta do vice-rei Pedro de Noronha de Albuquerque datada de 27 de Outubro de 1694, *Livro das Monções nº 58*, Ms. 67, fl. 216, HAG; Carta régia para o vice-rei Pedro de Noronha de Albuquerque datada de 24 de Janeiro de 1695, *Livro das Monções nº 59*, Ms. 68, fl. 76, HAG; Carta do vice-rei Pedro de Noronha de Albuquerque datada de 8 de Dezembro de 1696, *Livro das Monções nº 59*, fl. 77; Queixas dos curumbins das aldeias do Santo Ofício datada de [Janeiro ou Fevereiro de] 1706, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 3*, Ms. 1251, fl. 138, HAG.

<sup>571</sup> Estas detenções causaram consternação até na corte Mogol (Carta do vice-rei Luís da Câmara Coutinho datada de 9 de Abril de 1701, *Livro dos Reis Vizinhos nº 5*, Ms. 973, fl. (?), HAG; Carta do vice-rei António da Câmara Coutinho datada de 19 de Dezembro de 1700, *Cod. 51-VII-24*, fls 194-195, BA). Pouco antes de 1703, havia o presidente do tribunal do Santo Ofício de Goa, padre Manuel João Vieira, escrito à metrópole, queixando-se do facto de os capitães na PN empregarem amiúde gentios para administrar as suas fazendas, servir nas suas casas e militar nas guarnições das fortificações, para além de não existir nas cidades segregação religiosa (Parecer do Conselho Ultramarino datado de 6 de Janeiro de 1703, *Índia*, cx. 75 doc. 59, AHU). Segundo o desembargador Domingos de Oliveira, essas detenções não tinham fundamento aparente e haviam causado um clima de medo entre os habitantes da PN, muitos dos quais optaram por fugir para a terra firme (Carta do desembargador Domingos Dourado de Oliveira datada de 19 Janeiro de 1703, *Livro das Monções nº 68*, Ms. 77, fls. 238 e segs., HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. VI, suplementos, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1876 p. 166; Carta do vice-rei António da Câmara Coutinho datada de 9 de Abril de 1701, *Livro dos Reis Vizinhos nº 5*, Ms. 973, fls. (?), HAG).

<sup>572</sup> Sintomático desta tendência conservadora é a recusa, por parte da metrópole, em autorizar a fixação de uma comunidade parsi na jurisdição de Damão em 1697, negando-lhe liberdade de culto. O vice-rei Pedro Noronha de Albuquerque tinha dado um parecer favorável a esta petição, alegando o precedente dos *baneanes* de Diu, quando comunicou o assunto à metrópole em Dezembro de 1695 (Carta do vice-rei Pedro de Noronha de Albuquerque datada de 8 de Dezembro de 1695, *Livro das Monções nº 59*, Ms. 68, fl. (?), HAG; Carta régia datada de 23 de Janeiro de 1697, *Livro das Monções nº 61*, Ms. 70, fl. 395, HAG).

<sup>573</sup> LOPES, Maria Jesus dos Mártires, "Aspectos da política religiosa na Província do Norte", *VII Seminário de História Indo-portuguesa*, Pangim, 20-24 de Janeiro 1994, pp. 175-180.



Mapa do Decão, 1737

- Cidade
- Território da Província do Norte
- Limites das potências principais

Figura 12.

Mapa da Província do Norte, 1718-1739

- Cidade com cerca abaluartada
- Fortificação principal
- Fortificação secundária
- Tranqueira, torre ou casa-torre
- Entidade geo-tributária
- ✠ Batalha
- ✠ Revolta ou raide
- ✠ Rendação ou evacuação final durante a guerra de 1737-39
- Limite da Província do Norte
- Limite de pragana ou cassabé

## 2.6. Escalada bélica e queda da Província do Norte, 1718-1739

*“Aquelle mesmo inimigo [marata], [...] entrou novamente no projecto de dominar a Província do Norte [...] o que se executou em tempo que governava as armas da Província [...] Luis Gonsalves Coutinho, o qual, incerto do fim que teria a guerra de Galiana [entre mogóis e maratas], se não quis interessar nella, nem ainda permitindo que o Sydy passasse pellos rios de Baçaim a socorrer com a sua armada o Nababo [de Galiana] [...]. Nestas antecedencias que passarão nos annos de 1718 e 1719 tiveram origem as perturbações que depois experimentou o Estado da Índia e muito especialmente a provincia do Norte que [...] hera o melhor patrimonio do Estado [...], sendo em todo aquele corpo o mais preciso torrão a ilha de Salsete”*

[Anónimo], ca. 1745<sup>574</sup>

### **Introdução**

Como vimos, as duas primeiras décadas do século XVIII, apesar dos ataques de Kanhoji Angre e da tensão com vários outros inimigos, foram de relativa acalmia e até de algum sucesso para as armas portuguesas na PN. Contudo, em 1718, os maratas subtraíram definitivamente Galiana (Kalyan) e Biundi (Bhiwandi) ao Império Mogol, restabelecendo-se nos territórios vizinhos à PN, facto que teve um impacte imediato nas relações entre o reino indiano e o Estado.

A partir desse momento, os maratas moveram uma guerrilha quase incessante à PN, intercalada por invasões e guerra aberta em 1723-1724 e 1730-1732. Esta situação abateu a economia de parte do território e obrigou o Estado a investir consideravelmente no seu sistema defensivo. Simultaneamente, aumentaram de intensidade os ataques de Kanhoji Angre ao longo de toda a costa ocidental da Índia, o que levaria portugueses e ingleses a formarem uma aliança ofensiva para derrotar o corsário. Lançaram-se duas expedições conjuntas, ambas fracassadas, a última das quais espoletou a quasi guerra luso-britânica de 1722.

Apenas os sidis de Danda-rajapur forneceram alguma assistência à causa portuguesa na PN e do mesmo modo foram por estes ajudados em vários cercos impostos pelos maratas. A ajuda portuguesa

---

<sup>574</sup> Rellação da guerra que o infl. Maratá fez no Estado da Índia..., desde o dia seis de Abril de 1737 até os primeiros de Janeiro de 1745, *cod. 1605 A. G.*, BNP, in PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas. Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 9, Nova Goa, Tipografia Bragança & Ca., 1931, pp. 24-26.

aos abexins não era altruísta, visto estarem cientes que uma vez derrotado este inimigo fidalgal da nação marata, esta concentraria sobre o Estado da Índia todos os seus recursos no Concão.

Foi o que de facto se passou, após os sidis terem sofrido uma pesada derrota em 1734. E após o Estado se ter envolvido no feudo sucessório entre os filhos de Kanhoji Angre, maquinando e fomentando o conflito, sustentando um dos pretendentes enquanto que os maratas apoiavam outro. Este envolvimento do Estado – sincronizado com a derrota sidi e a tentativa de conquistar Taná (Thane) antes que a sua nova fortificação ficasse pronta – determinou o *timing* da invasão marata de Abril de 1737.

Seguiu-se a guerra luso-marata cujas campanhas rapidamente colocaram a PN num estado precário, subtraindo-lhe as suas parcelas mais produtivas – a ilha de Salcete e o Cassabé de Baçaim - e cercando a capital. Note-se que Sambhaji Angre assistiu os maratas com as suas forças navais, condicionando as comunicações entre Baçaim e o resto do Estado. De referir também a atitude ambígua dos ingleses em Bombaim durante o conflito, ciosos do poderio marata mas ambicionando simultaneamente obter de algum modo a ilha de Salcete. As operações de guerra ficaram concluídas com a queda de Baçaim em Maio de 1739 e êxodo dos portugueses para Bombaim.

Assim, durante estas duas décadas conflituosas, as intrigas diplomáticas, acções de guerrilha e campanhas militares sucederam a um ritmo vertiginoso, criando uma densa e bizantina teia de ambições, interesses e duplicidades entre portugueses, maratas, ingleses, Angre e sucessores, e sidis, todos empenhados em manter – ou expandir – a sua base de poder na faixa costeira do norte do Concão. Nesse contexto, não surpreende a rápida sucessão e algumas resignações de generais da PN nem a morte de dois deles - Pedro de Melo e Martinho da Silveira Meneses - em combate.

Todo este panorama gerou naturalmente uma forte preocupação pela defesa da PN, procurando-se reforçar e reformar tanto as forças militares como os dispositivos do sistema defensivo. Fundaram-se várias novas fortificações, reformaram-se ou alteraram-se muitas das posições existentes, e em praticamente todas houve obras de reparação e manutenção. Durante a última campanha houve ainda lugar a várias intervenções pontuais, geralmente edificação ou reforço de tranqueiras no calor dos cercos e batalhas. Foi um esforço tardio e insuficiente para impedir uma das piores derrotas do Império Português.

### ***Relações com os maratas, 1718-1730***

Entre meados de 1718 e Agosto de 1719, os maratas apoderaram-se definitivamente de Galiana (Kalyan) e Biundi (Bhiwandi) e os respectivos distritos, após negociações com o enfraquecido

Império Mogol<sup>575</sup>. Segundo uma relação anónima portuguesa, nessa ocasião o Estado não consentiu que as forças navais sidis passassem pelos rios de Salcete de modo a impedir a ocupação das duas cidades mencionadas, contribuindo assim para a consolidação do poder marata na vizinhança da PN<sup>576</sup>. Galvanizados com esta aquisição e no seguimento de campanhas de pacificação nos reinos de Sarceta e dos Coles, os oficiais maratas de Galiana (Kalyan) demandaram aos portugueses os tributos do chouto e grão-candil, enfatizando esta iniciativa com raides fronteiriços sobre o território da PN<sup>577</sup>.

Face a isto, os portugueses tentaram protelar, evadindo-se aos pagamentos exigidos. Após algumas escaramuças ao longo da raia do distrito de Damão em 1722<sup>578</sup>, e não obstante um tratado de pazes assinado com o general Baji Rao em inícios desse ano após a fracassada expedição luso-britânica contra Angre<sup>579</sup>, os maratas atacaram em força no ano seguinte na jurisdição de Baçaim, fazendo uma incursão que ocupou Saibana Nova (Chandipo ou Mandvi) - após debandada da sua guarnição -, atingindo rapidamente o passo e aldeia de Gocorvem (Gokhvire). Esta aldeia foi incendiada pelos próprios portugueses, não tendo os maratas atravessado para o cassabé de Baçaim<sup>580</sup>.

Com estas três praganas do Campo de Baçaim ocupadas e o inimigo às portas do cassabé, os portugueses optaram por ceder às exigências maratas, através dos costumados “*saguates*”, desta feita no valor de três mil xerafins para o reino marata e dois mil xerafins directamente aos militares<sup>581</sup>. Assinaram-se assim, a 10 de Janeiro de 1724, as tréguas da aldeia de Cambá (Khambe)<sup>582</sup>, entre o

---

<sup>575</sup> O comando de Galiana (Kalyan) foi atribuído a Ramachandra Mahadev Chaksar, parente do peshwar Baji Rao (PISSURLENCAR, Panduranga, “A campanha Luso-marata de Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 52, Bastorá, Tipografia Rangel, 1942, pp. 82).

<sup>576</sup> V. *supra*, p. 145, nota 567.

<sup>577</sup> Carta do vice-rei Francisco de Sampaio e Castro datada de 22 de Janeiro de 1721, *Livro das Monções nº 86-B*, Ms. 96, fl. 607v, HAG e Carta de Pilaji Jahdavi datada de 13 de Dezembro de 1723, *Livro das Monções nº 89-B*, Ms. 100, fl. 421, HAG, cit. in LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 73, 77; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. II, *History of the Konkan and Southern Marátha Country*, Bombay, Government Central Press, 1896, p. 82.

<sup>578</sup> No distrito de Damão houve incursões de parte a parte em finais de 1722 e meados de 1723, destacando-se as acções de do capitão marata Khanderao Dábhade, ou *Rau Dabariá*, que à altura guerreava contra Sarceta (Carta dos governadores Cristóvão de Melo e arcebispo Inácio de Santa Teresa datada de 12 de Janeiro de 1724, *Livro das Monções nº 89-B*, Ms. 100, fl. 412, HAG e Carta de Pilaji Jahdavi datada de 13 de Dezembro de 1723, *Livro das Monções nº 89-B*, Ms. 100, fl. 421, HAG, citadas in LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 73, 74, 77).

<sup>579</sup> O tratado foi assinado o a 9 de Janeiro de 1722, perto de Chaul (Tratado de paz que se ajustou entre o Exmo. Sr. Francisco José de Sampaio e Castro..., *Livro de Pazes nº 1*, fl. 289, HAG, pub. in *Collecção de Tratados e concertos de pazes...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, pp. 10-12).

<sup>580</sup> Carta do general da PN Luís de Melo de Sampaio datada de 5 de Dezembro de 1723, *Livro das Monções nº 89*, Ms. 100, fls. 415-416, HAG.

<sup>581</sup> Os portugueses também reforçaram temporariamente as suas forças na PN contratando quinhentos sipaios e duzentos lascarins, em Dezembro de 1723 e Fevereiro de 1724. Na correspondência do Estado, menciona-se “*saguates*” destinados a “*Sahu Raja, rei Marata*”, e aos “*cabos do exército de Bagi Rao*” (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 30 de Dezembro de 1723, 13 de Janeiro e 24 de Fevereiro de 1724, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fls. 146v, 152v, 156, HAG).

<sup>582</sup> Cambá (Khambe), coordenadas: 19°18'51"N, 73°02'14"E.



general Luís da Costa Pimentel, o governador marata de Galiana (Kalyan) Ramachandra Chaksar e o militar Pilaji Jahdav. Uma das cláusulas principais do acordo previa o envio de um agente do Estado à corte marata para formalizar as questões do pagamento do chouto e grão-candil<sup>583</sup>.

A realização desta embaixada foi considerada em Conselho de Estado em Goa em Março de 1724, tendo-se deliberado contra a iniciativa<sup>584</sup>. Face a este incumprimento do que ficara ajustado em Cambá (Khambe), o governador de Galiana (Kalyan) aproximou-se novamente da raia do distrito de Baçaim com um exército<sup>585</sup>, o que levava o Estado a enviar reforços para a PN e a guarnecer duas embarcações ligeiras para rondarem a ilha de Salcete<sup>586</sup>.

A situação manteve-se tensa, com os maratas a insistirem novamente no envio da embaixada e os portugueses e escusarem-se da mesma e dos pagamentos<sup>587</sup>. Vendo-se assim “*ameaçado de todos os inimigos da Ásia por uma liga feita entre o Sáu Rajá e os mais potentados arraianos*”, o novo vice-rei João Saldanha da Gama enviou reforços para PN, mal chegou a Goa, em Outubro de 1725<sup>588</sup>.

Nos dois anos seguintes prolongaram-se as escaramuças ao longo da fronteira, efectuando-se incursões depredatórias de parte a parte<sup>589</sup>, ao passo que os maratas derrotavam decisivamente o reino de Sarceta em 1727<sup>590</sup>. Contudo, por escassos meses, respirou-se de alívio na PN com as notícias de que os mogóis enviavam um exército contra os maratas em Galiana (Kalyan). No ensejo do ataque mogol, enviaram-se presentes ao general “*Quiliscan*”; mas o dito ataque não se

---

<sup>583</sup> Refira-se que esta cláusula estava em contradição com a primeira do tratado de paz assinado a 12 de Janeiro de 1722 após a falhada expedição luso-britânica contra o Culabo (Alibhag). V. *infra*, pp. 152-153 (Tradução do Ajuste que foi feito pelo Governador da fortaleza e terras de Galiana...no anno de 1724, *Livro de Pazes nº 1*, fl. 294, HAG, pub. in *Collecção de Tratados e concertos de pazes...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, pp. 12-15).

<sup>584</sup> Proposta dos Governadores ao Conselho de Estado datada de 17 de Março de 1724, *Livro das Monções nº 90*, Ms. 101, fls. 94-99, HAG, cit. in LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 81-85.

<sup>585</sup> Carta do capitão de Baçaim Francisco Pereira Pinto datada de 13 de Outubro de 1724, *Livro das Monções nº 90*, Ms. 101, fl. 66, HAG, cit. in PISSURLENCAR, Panduranga, “A campanha Luso-marata de Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 52, Bastorá, Tipografia Rangel, 1942, p. 82; Carta dos governadores Cristóvão de Melo e arcebispo Inácio de Santa Teresa datada de 13 de Dezembro de 1724, *Livro das Monções nº 90*, Ms. 101, fl. 72, HAG, cit. in LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, p. 85.

<sup>586</sup> Assentos do Conselho da Fazenda datados de 27 de Julho e 5 de Outubro de 1724, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fls. 170v, 175v, 178, 180v, HAG.

<sup>587</sup> Carta de Ramachandra Chaksar datada de 25 de Dezembro de 1724, *Livro de Cartas e Ordens nº 14*, Ms. 818, fl. 166v, HAG, cit. in LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 90, 91.

<sup>588</sup> Assentos do Conselho da Fazenda datados de Setembro de 1725, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fls. 253, 253v, HAG; Carta do vice-rei João Saldanha datada de 19 de Janeiro de 1726, *Livro das Monções nº 92*, Ms. 103, fl. 266, HAG, cit. in LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 91, 92.

<sup>589</sup> Estas incursões normalmente tinham por objectivo quebrar o rendimento das aldeias (LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 74-79).

<sup>590</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. VI, *Rewa Kántha, Nárúkot, Cambay and Surat States*, Bombay, Government Central Press, 1880, p. 256.

concretizou<sup>591</sup>. Após vários ataques maratas a Asserim (Asherigad); Manorá (Manor) e Cambá (Khambe)<sup>592</sup>, foram os próprios portugueses a saquear os arrabaldes de Galiana (Kalyan) na monção de 1728<sup>593</sup>. Por seu turno, os maratas ocuparam a posição de Tacamaca (Takmak)<sup>594</sup>, na praga de Manorá (Manor). Face a outras frentes de guerra com os mogóis, os maratas acederam a mais um cessar-fogo, assinado em Outubro desse ano, em Baçaim<sup>595</sup>.

Foi por esta altura que o feitor de Baçaim André Ribeiro Coutinho visitou as principais fortificações da PN, propondo várias reformas tanto para as estruturas defensivas como para a orgânica militar das forças portuguesas<sup>596</sup>. Coutinho advogou também que o Estado deveria pagar uma contribuição anual ao reino marata equiparável ao chouto e grão-candil, de modo a evitar as repetidas incursões<sup>597</sup>. De facto, tanto as reflexões do feitor de Baçaim como uma apreciação geral das guerras e guerrilhas movidas pelos maratas desde a segunda década de Setecentos permitem-nos pensar que estes últimos estavam mais interessados nas contribuições pecuniárias da PN do que no seu aniquilamento. Já a campanha de 1730-1732 teria objectivos de outro alcance.

### ***Relações com os Ingleses e Kanhoji Angre***

As relações entre portugueses, ingleses e Kanhoji Angre estão densamente interligadas durante este período, visto que o corsário/almirante vinha infligindo derrota após derrota às potências europeias, situação que por volta de 1718 se tornava insustentável para ambas. Consequentemente, houve uma

---

<sup>591</sup> Cartas do vice-rei João Saldanha da Gama datadas de 27 de Fevereiro, 15 de Abril e 10 de Maio de 1728, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fls. 16v, 17, 19v-21, HAG; DANVERS, Frederick Charles, *The Portuguese in India*, London, W. H. Allen & Co., 1894, p. 394.

<sup>592</sup> Memórias militares do Estado da Índia pertencentes ao ano de 1728, *Cod. 51-VII-16*, fls. 31-32, BA.

<sup>593</sup> Na preparação para o ataque sobre a cidade marata, o vice-rei recomendou ao general da PN António Casco e Melo que nomeasse António dos Santos e André Ribeiro Coutinho oficiais responsáveis pelas operações (Cartas do vice-rei João Saldanha da Gama datadas de 10 de Maio, 13 e 17 de Agosto de 1728, *Livro de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fls. 21, 26, 26v; PISSURLENCAR, Panduranga, “A campanha Luso-marata de Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 52, Tipografia Rangel, Bastorá, 1942, pp. 83).

<sup>594</sup> Tacamaca (Takmak), coordenadas: 19°3’51’’N, 72°56’32’’E.

<sup>595</sup> Segundo Alexandre Lobato, cujo estudo temos vindo a seguir para este período, o acordo de tréguas não foi localizado por extravio de alguns volumes da série *Livros dos Reis Vizinhos* do Arquivo de Goa (HAG). A celebração do tratado é referida noutras missivas, que não esmiúçam as suas cláusulas (Cartas do vice-rei João Saldanha da Gama datadas de 15 e 20 de Setembro e 12 de Outubro de 1728, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fls. 27-28v, 31, HAG; Carta do vice-rei João Saldanha da Gama datadas de Dezembro de 1728, *Livro das Monções nº 95-B*, Ms. 111, fl. 520, HAG, cit. in LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 96-98; Memórias militares do Estado da Índia pertencentes ao ano de 1728, *Cod. 51-VII-16*, fl. 33, BA).

<sup>596</sup> V. *infra*, pp. 172-178 (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 2 de Setembro e 5 de Dezembro de 1729, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 131, 135v, HAG; Carta do vice-rei João Saldanha da Gama datada de 10 de Outubro de 1729, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fls. 59v, 60, HAG).

<sup>597</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tisuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 51.

reaproximação luso-britânica tendo em vista uma ofensiva conjunta contra Angre, tendência já mencionada no subcapítulo anterior<sup>598</sup>.

Para o ataque que planeava contra o Ilhéu de Cunderim (Khanderi Island), base de Angre mais próxima de Bombaim, o presidente Charles Boone propôs aos portugueses uma acção conjunta<sup>599</sup>. Consequentemente, partiu de Goa uma esquadra para bloquear o grosso da armada de Angre na barra de Griém (Vijaydurg)<sup>600</sup> enquanto os ingleses cercavam Cunderim (Khanderi Island), prevendo-se a junção das forças europeias para um assalto final sobre esta última fortificação. Em troca, os ingleses comprometiam-se a ajudar os portugueses na conquista da fortificação de Culabo (Alibhag)<sup>601</sup>. Tratava-se de um esquema ambicioso que falhou rotundamente e que azedou as relações entre Boone e o general Luís da Câmara Coutinho, instalando-se um clima muito tenso entre vizinhos na PN<sup>602</sup>.

A este episódio seguiu-se a expulsão em Maio de 1720 dos missionários do Padroado em Bombaim e a vinda do vigário apostólico frei Maurício de Santa Teresa, encarregue de estabelecer a jurisdição da *Propaganda Fide* sobre todos os católicos do arquipélago<sup>603</sup>. Seguiu-se o “clássico” bloqueio económico português entre Salcete e Bombaim e alguns apresamentos de embarcações, ao que os ingleses retaliaram com o confisco de propriedades de portugueses na ilha<sup>604</sup>.

A chegada a Goa em Setembro de 1720 do novo vice-rei, Francisco de Sampaio e Castro e a nomeação de um novo general para a PN, António Casco e Melo, veio lançar alguma água na fervura das relações luso-inglesas. Ainda assim, o general recebia ordens para retirar parte das

---

<sup>598</sup> V. *supra*, 2.5. “Um balão de oxigénio, 1687-1718”, p. 134.

<sup>599</sup> Carta do vice-rei Luís Xavier de Meneses datada de 5 de Outubro de 1718, *Livro dos Reis Vizinhos nº 7*, Ms. 975, fl. (?), HAG; Carta do vice-rei Luís de Meneses datada de 8 de Dezembro de 1718, *Livro do Norte nº 2*, Ms. 1377, fl. 79v, HAG.

<sup>600</sup> Griém (Gheria ou Vijaydurg), coordenadas: 16°33'37"N, 73°20'00"E. Desta acção da armada portuguesa subsiste um documento cartográfico manuscrito da fortificação, onde se lê que Angre detinha à data doze “palas”, representando-se um exemplo desse tipo de embarcação ([Planta da Fortaleza e povoação de Griém], [n/d, ca. 1718], 3-F-1, SGL).

<sup>601</sup> Carta do vice-rei Luís Xavier de Meneses datada de 8 de Dezembro de 1718, *Livro dos Reis Vizinhos nº 7*, Ms. 975, fl. 79v, HAG.

<sup>602</sup> As operações decorreram entre finais de Outubro e meados de Dezembro de 1718 (BIDDULPH, John, *The Pirates of Malabar; and, An Englishwoman in India two hundred years ago*, London, Smith, Elder & Co., 1907, pp. 119-127; *Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. I, *History*, Bombay, Government Central Press, 1893, pp. 144-150; Carta do vice-rei Luís de Meneses datada de 29 de Dezembro de 1718, *Livro do Norte nº 2*, Ms. 1377, fls. 79v, 80, HAG).

<sup>603</sup> Segundo alguns autores ingleses, o momento escolhido para a expulsão dos religiosos portugueses relaciona-se com associação de algumas pessoas da comunidade portuguesa à traição de Rama Kamati, por sua vez ligada à derrota inglesa em Cunderim (Khanderi Island) em finais de 1718 (Carta do vice-rei Luís de Meneses datada de 19 de Julho de 1720, *Livro do Norte nº 2*, Ms. 1377, fls. 100, 100v, HAG; *Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. I, “History”, Government Central Press, Bombay, 1893, pp. 153-156).

<sup>604</sup> Assento do Conselho de Estado datado de 14 de Janeiro de 1721, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. V, Bastorá, Tipografia Rangel, 1957, pp. 329-332; *Colecção de Tratados e concertos de Pazes...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 211, 212; *Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. I, *History*, Bombay, Government Central Press, 1893, pp. 156-158; DANVERS, Frederick Charles, *The Portuguese in India*, London, W. H. Allen & Co., 1894, pp. 387, 388.

guarnições de várias fortificações e concentrá-las na zona da baía de Bombaim<sup>605</sup>. Simultaneamente, o vice-rei escrevia ao presidente Charles Boone a recomendar a reinstalação da jurisdição do Padroado e procurando contemporizar face ao litígio do Rio de Mahim<sup>606</sup>. Entretanto, em Bombaim, as preocupações continuavam centradas em Angre, efectuando-se novo ataque sobre o porto de Griém (Vijaydurg) em Outubro desse ano<sup>607</sup>. Do lado português, também se ensaiou um ataque a Culabo (Alibhag) em finais de 1720<sup>608</sup>. Angre derrotou ambos os intentos.

Retomaram em 1721 as conversações tendo em vista uma ofensiva conjunta luso-britânica contra Angre. Apesar de várias opiniões negativas proferidas no Conselho de Estado em Goa, firmou-se em Agosto desse ano um acordo onde se previa que cada nação contribuisse com tropas e cinco embarcações principais, e que concluídas as operações militares, a fortificação do Culabo (Alibhag) ficaria para o Estado e a de Griém (Vijaydurg) para a Companhia Inglesa<sup>609</sup>. Feitas estas diligências e outras em Chaul tendo em vista o plano de ataque, o vice-rei chegou àquela cidade em inícios de Dezembro de 1721, à testa de uma considerável armada<sup>610</sup>. Entretanto, tinha enviado o capitão António Cardim Fróis para negociar o apoio do sidi Yakub Khan para a empresa, auxílio que provavelmente se traduziu na cedência de um contingente de tropas<sup>611</sup>.

A partir do Campo de Chaul, cerca de quatro mil e quinhentos homens – um dos maiores corpos de infantaria reunidos pelo Estado da Índia – marcharam para norte, demorando vários dias a percorrer os 25 km de distância até Culabo (Alibhag). Aqui, na costa defronte da fortificação inimiga,

---

<sup>605</sup> As fortificações visadas eram Mahim-quelme (Kelwamahim), Asserim (Asherigad), Manorá (Manor), Saibana Nova (Chandipo ou Mandvi), Belafior do Sabaio (Belapur) e Caranjá (Uran), totalizando duzentos e cinquenta soldados. Estes e os respectivos oficiais deveriam estar a prestes com uma esquadra de trinta e seis galvetas para assistir na baía de Bombaim a partir de Novembro de 1720 (Carta do vice-rei Francisco de Sampaio e Castro datada de 28 de Outubro de 1720, *Livro do Norte* n.º 2, Ms. 1377, fl. 105, HAG).

<sup>606</sup> Carta do vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro datada de 26 de Outubro de 1721, *Livro dos Reis Vizinhos* n.º 7, Ms. 975, fl. 101, 101v, HAG.

<sup>607</sup> É possível que algumas embarcações portuguesas tenham participado neste ataque, que destruiu dezasseis embarcações de Angre (*Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. I, *History*, Bombay, Government Central Press, 1893, pp. 151, 152; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. II, *History of the Konkan Dakhn and Southern Marátha Country*, Bombay, Government Central Press, 1896, p. 87).

<sup>608</sup> Instrução para o capitão-mor da Armada do Norte, *Livro de Regimentos e Instruções* n.º 11, Ms. 1428, fl. 82, HAG.

<sup>609</sup> Para se ajustar o âmbito da aliança ofensiva, Robert Cowan deslocou-se a Goa, tendo-se assinado um acordo com o vice-rei em Agosto de 1721 (*Artigos de Aliança Offensiva e Defensiva ajustados entre os Portuguezes e Inglezes*, datado de 20 de Agosto de 1721, pub. in *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Publicos...*, José Pereira de Castro (ed.), tom. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, pp. 281-283; Carta do vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro datada de 11 de Outubro de 1721, *Livro dos Reis Vizinhos* n.º 7, fl. 975, HAG; BIDDULPH, John, *The Pirates of Malabar; and, An Englishwoman in India two hundred years ago*, London, Smith, Elder & Co., 1907, pp. 175-177).

<sup>610</sup> Acompanhou o exército do vice-rei Francisco de Sampaio e Castro uma comitiva numerosa, incluindo o Secretário de Estado Francisco Gomes e o visitador Dr. Tomé Gomes Moreira (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 11 e 13 de Novembro de 1721, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* n.º 19, Ms. 1178, fls. 84, 85, HAG).

<sup>611</sup> Carta do vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro datada de 20 de Outubro de 1721, *Livro dos Reis Vizinhos* n.º 7, Ms. 975, fl. (?), HAG; DANVERS, Frederick Charles, *The Portuguese in India*, London, W. H. Allen & Co., 1894, p. 391.

edificou-se uma paliçada e assestou-se a artilharia. Entretanto, várias embarcações inglesas tomavam posição a norte da fortificação<sup>612</sup>.

Quando as forças opositoras estavam assim entrincheiradas, um reforço marata conseguiu aproximar-se da fortificação do Culabo (Alibhag) e formar uma primeira linha defensiva ao abrigo da sua artilharia. A 29 de Dezembro, os aliados lançaram o assalto, tendo o vice-rei recolhido pouco depois à sua embarcação, alegando forte indisposição. Seguiu-se uma peleja confusa, em que houve hesitações do lado português – segundo testemunhos ingleses, no seguimento de uma ordem dada pelo general da PN –, resultando numa debandada geral e regresso às posições originais. A acção portuguesa foi considerada uma traição pelos ingleses, tendo o general António de Casco e Melo recebido uma bofetada do comodoro Thomas Matthews, comandante da esquadra inglesa<sup>613</sup>.

No dia seguinte, chegaram mais reforços maratas liderados por Baji Rao. Este sondou os portugueses no sentido de se efectuarem tréguas, o que foi aceite pelo vice-rei, assinando-se o tratado de 9 de Janeiro de 1722, perto de Chaul<sup>614</sup>.

Para além de especulações sobre o que se passou em campo no dia do malogrado assalto, a primeira cláusula do tratado assinado com os maratas ajuda a explicar a conduta do vice-rei. Provavelmente já descrente de uma vitória aliada sobre Kanhoji Angre, Sampaio e Castro procurou extrair algum benefício da expedição, negociando aquele que era o principal factor de contenção luso-marata em relação à PN: a contribuição do chouto e grão-candil exigido aos portugueses desde a reocupação marata do distrito de Galiana (Kalyan) em 1718<sup>615</sup>. Sampaio e Castro sacrificou assim o cumprimento do acordo luso-britânico relativo à ofensiva contra Angre – e talvez alguma da sua honra pessoal – em prol de um novo acordo que, na sua visão, pouparia a PN a guerra que já se

---

<sup>612</sup> Segundo Biddulph, as forças afectas ao Estado compunham-se com mil europeus; dois mil e quatrocentos sipaios; trezentos voluntários (sidis?); e cento e sessenta cavaleiros. A artilharia portuguesa totalizava trinta peças, entre canhões e morteiros. Foi necessário aos portugueses construírem uma ponte sobre o rio de Regaçaim, limite norte do termo de soberania ou influência de Chaul, para chegar ao Culabo (Alibhag) (DANVERS, Frederick Charles, *The Portuguese in India*, London, W. H. Allen & Co., 1894, pp. 391, 392; BIDDULPH, John, *The Pirates of Malabar; and, An Englishwoman in India two hundred years ago*, London, Smith, Elder & Co., 1907, pp. 176, 178).

<sup>613</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 28 de Janeiro de 1722, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fl. 86, HAG; Cartas do vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro datadas de 27 de Março de 1722, *Livro dos Reis Vizinhos nº 7*, Ms. 975, fls. 117, 117v, HAG.

<sup>614</sup> Firmado este acordo, os portugueses retiraram-se do campo de batalha (Tratado de paz que se ajustou entre o Exmo. Sr. Francisco José de Sampaio e Castro..., *Livro de Pazes nº 1*, fl. 289, HAG, pub. in *Collecção de Tratados e concertos de pazes...*, Julho Firmino Biker (ed.), tom. VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, pp. 10-12; Cartas do vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro datadas de 27 de Março de 1722, *Livro dos Reis Vizinhos nº 7*, Ms. 975, fls. 117, 117v, HAG; Ms. 6-17, vol. B, fls. 98-159, BPADE)

<sup>615</sup> A primeira clausula do tratado lê: “*Que as terras da corôa de Portugal, suas embarcações, e Colles ficarão isentos de todo o tributo, e o mesmo se praticará com o Maratta*” (Tratado de paz que se ajustou entre o Exmo. Sr. Francisco José de Sampaio e Castro..., *Livro de Pazes nº 1*, fl. 289, HAG, pub. in *Collecção de Tratados e concertos de pazes...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, p. 10).

adivinhou com os maratas. Neste ponto, a opção de Sampaio e Castro seria rapidamente desmentida pela evolução das relações luso-maratas após 1722<sup>616</sup>.

Em contrapartida, logo a seguir a este episódio do Culabo (Alibhag), as relações luso-britânicas degeneraram num conflito não declarado na esfera da PN e ilha de Bombaim. Não é fácil descrever imparcialmente as operações deste conflito dadas as emoções exaltadas dos documentos coevos e a falta de um relato imparcial dos acontecimentos<sup>617</sup>. Por esse motivo, referem-se aqui apenas os seus episódios principais.

O presidente Charles Boone começou por reinstalar a polémica taxaço sobre as embarcações portuguesas que frequentavam Bandorá (Bandra), obrigando-as com tiros de artilharia a acostar na alfândega de Mahim. Ainda em Janeiro de 1722, escassos dias após a derrota do Culabo (Alibhag), uma embarcação pertencente aos jesuítas de Bandorá (Bandra) foi apresada por ter resistido ao pagamento. Em retaliação, outra embarcação inglesa foi sequestrada no mesmo porto<sup>618</sup>. Seguiu-se o habitual bloqueio económico entre a PN e Bombaim e também o apresamento de uma embarcação inglesa em Mahim-quelme (Kelwamahim)<sup>619</sup>. Entretanto, os ingleses começaram a fortificar a ilha das Patecas (Butcher's Island), propriedade agregada à aldeia de Mazagão (Mazgaon)<sup>620</sup>.

Em Junho desse ano, o conflito subiu de tom, com a troca de tiros entre o forte inglês de Mahim e a residência fortificada de Bandorá (Bandra). Durante esse mês, os ingleses desembarcaram em Curlem (Kurla), aprisionaram o militar responsável pela pequena fortificação – que havia sido reforçada um ou dois meses antes pelos portugueses – tendo nessa mesma noite efectuado raides sobre a aldeia de Chandeni (Chendene), perto de Taná (Thane) e sobre o baluarte dos Reis Magos do Mar (Majj Island), aprisionando o seu capitão e família e deitando ao mar suas peças de artilharia<sup>621</sup>. Pouco depois, desembarcaram na ilha de Elefanta (Elephanta Island), queimando a sua

---

<sup>616</sup> V. *supra*, pp. 147-148

<sup>617</sup> Entre as descrições mais completas sobre este conflito, do lado português, V. Carta do vice-rei Francisco de Sampaio e Castro datada de 14 de Setembro de 1722, *Índia*, cx (?), doc. (?), AHU, pub. in *Supplemento à Collecção dos Tratados, Convenções, Tratados...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. X, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, pp. 322-331; *Collecção dos Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 244-328; Da perspectiva inglesa, V. *A Description of the port and island of Bombay : and an historical account of the transactions between the English and Portugeuze concerning it, from the year 1661 to this present time*, [London], 1724.

<sup>618</sup> Carta do vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro datadas de 2 de Março de 1722, *Livro dos Reis Vizinhos nº 7*, Ms. 975, fls. 116, 116v, HAG.

<sup>619</sup> Cartas do vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro datadas de 18 de Abril de 1722, *Livro dos Reis Vizinhos nº 7*, Ms. 975, fls. 119, 119v, HAG; “Memorandum or Abstract taken from Letters and Papers from Bombay Relative to the Disputes Between the English and the Portuguese”, Ms. IOR/H/60, fls. 60 e segs., BL.

<sup>620</sup> *Collecção dos Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 349.

<sup>621</sup> No seguimento do ataque a Taná (Thane), o vice-rei ordenou em Setembro de 1722 que se destacasse uma galveta guarnecida para assistir na fortificação de Reis Magos (Majj Island) e oito “cibares” com marinheiros e respectivos “mocadões” para assistir nos rios de Baçaim, iniciativas sancionada pelo Conselho da Fazenda “enquanto durar a guerra com os ingleses” (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 7 de Setembro de 1722, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fl. 84, 96v, HAG).

aldeia. No mês de Agosto, os portugueses passaram à ofensiva, com raides perto de Mahim e sobre Riva e Daravi (Dharavi). O ataque mais audaz terá sido sobre a fortificação de Varoli (Worli) que foi destruída e a sua aldeia igualmente queimada. Já em Setembro, reforçados com várias embarcações, os ingleses atacaram uma pequena fortificação portuguesa perto de Siuri (Sewri) e, em inícios de Novembro, apresaram duas embarcações portuguesas ao longo da costa à latitude de Chaul. Após esta última acção, o conflito abrandou<sup>622</sup>. Não obstante, as relações luso-inglesas continuaram tensas, não se conhecendo qualquer instrumento de tréguas a suspender a quási-guerra de 1722.

Outrossim, teve lugar uma acalorada troca de correspondência entre o presidente de Bombaim e o vice-rei em Goa, que foi progressivamente perdendo o tom belicoso, até que finalmente o general António Casco e Melo foi substituído – ostensivamente, após entregar a sua resignação – em Fevereiro de 1723. Como esta alteração de chefia se havia tornado a principal exigência do presidente William Phipps, as relações luso-britânicas melhoraram então ligeiramente<sup>623</sup>. Ficaram também os ingleses com a posse *de facto* da ilha de Elefante (Elefanta Island), situação que já tinha acontecido com a ilha das Patecas (Butcher's Island) havia algumas décadas<sup>624</sup>.

Após este episódio, os portugueses na PN viram-se a braços com uma invasão marata<sup>625</sup>, continuando a sofrer, como os ingleses, as depredações de um Angre cada vez mais poderoso. A frustração do lado português levou inclusivamente o vice-rei a sugerir ao general da PN colocar um prémio de vinte mil xerafins pela cabeça do corsário<sup>626</sup>. Poucos anos depois, em Julho de 1729, falecia Angre, ocasião que deve ter sido motivo de não pouco regozijo em Goa e Bombaim<sup>627</sup>. Ambas as potências apressaram-se então a alimentar o feudo que se gerou entre os sucessores legítimos e ilegítimos do corsário. Do lado português, as instruções do vice-rei Saldanha da Gama para o general da PN revelam a *realpolitik* do Estado para a nova conjuntura:

“[E] *havendo entre elles dissensões, se inclinará a ajudar o que lhe parecer há de ser mais nosso amigo, mas nunca em forma que o outro fique vencido, pois nos convem entretelos ambos em guerra*

---

<sup>622</sup> “Memorandum or Abstract taken from Letters and Papers from Bombay Relative to the Disputes Between the English and the Portuguese”, Ms. IOR/H/60, fls. 60 e segs., BL.

<sup>623</sup> *Collecção dos Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 244-342.

<sup>624</sup> Carta do vice-rei José de Sampaio e Castro datada de 5 de Fevereiro de 1721, *Livro dos Reis Vizinhos nº 7*, Ms. 975, fls. (?), HAG, pub. in *Collecção dos Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 349.

<sup>625</sup> V. *supra*, pp. 147-148.

<sup>626</sup> Cartas do vice-rei João Saldanha da Gama datadas de 8 de Fevereiro de 1728, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fls. 40, 40v, HAG.

<sup>627</sup> Para um resumo sobre o percurso de Kanhoji Angre, V. DESHPANDE, Anirudh, “The Politics and Culture of Early Modern Warfare on the Konkan Coast of India during the Seventeenth and Eighteenth Centuries”, *Coastal Histories, Society and Ecology in pre-Modern India*, Yogesh Sharma (ed.), Nova Deli, Primus Books, 2010, pp. 43-73.

[...]. *Não consinta VM de nenhuma forma se continue ao filho do Angriá penção alguma das nossas aldeias, porque he melhor ter guerra com elle no princípio em que não estava [sic] estabelecido que dar lhe dinheiro pera se fortificar contra nós.*"<sup>628</sup>

Entretanto, estalava a guerra luso-marata de 1730-1732. Graças aos esforços diplomáticos de Luís Caetano de Almeida, um dos poucos portugueses que granjeava influência junto do presidente de Bombaim Robert Cowan, este acedeu a fornecer algumas tropas para reforçar a guarnição portuguesa em Taná (Thane), acção crucial para impedir a invasão da ilha. O facto de os sucessores de Angre já estarem em conflito entre si nesta altura – aliviando a situação defensiva de Bombaim - terá contribuído para essa decisão do presidente inglês. Esta assistência e a mediação do presidente para as negociações do tratado de paz luso-marata de 1732 também contribuíram para uma ligeira reaproximação entre os vizinhos europeus da PN, tendência que se manteve em crescendo até a invasão marata de 1737.

Durante essa meia década, tanto os portugueses como os ingleses embrenharam-se no conflito entre os sucessores de Angre através de várias iniciativas e acções cuja leitura não se apresenta linear sem um estudo aprofundado. Muito resumidamente, ambas as potências europeias começaram por adoptar a causa de Manaji Angre, um dos quatro filhos ilegítimos, ajudando-o a tomar Culabo (Alibhag) ao seu irmão mais velho Sambhaji, legítimo sucessor. Do lado português, este apoio foi fornecido pelo capitão da praça de Chaul, Caetano da Sousa Pereira, tendo como contrapartida a cedência de algumas aldeias ao longo da costa a norte da cidade. Estabelecido no Culabo (Alibhag), Manaji protelou a entrega das aldeias. Pouco depois, abandonou a fortificação recém-tomada face a um ataque de Sambhaji, vindo a refugiar-se no Campo de Chaul, em Dezembro de 1734<sup>629</sup>.

Nesse local, Manaji obteve o apoio de um exército marata que se aproximava de Chaul de Cima (Cheul), ajudando-o a conquistar a principal fortificação dessa cidade, conhecida nas fontes portuguesas como a “*casa-forte*”. As relações com o capitão Sousa Pereira em Chaul rapidamente se deterioraram, seguindo-se várias escaramuças pelo controlo de uma mesquita que se situava a meio caminho entre as fortificações indiana e portuguesa. Para evitar uma confrontação com os maratas que apoiavam Manaji, os portugueses acederam a tréguas, assinadas em Março de 1735. Contudo, a

---

<sup>628</sup> Carta do vice-rei João Saldanha da Gama datada de 30 de Agosto de 1729, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fl. 56, HAG.

<sup>629</sup> Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas datada de 13 de Dezembro de 1734, *Livro da Correspondência de Chaul nº 2*, Ms. 1248, fl. 21v, HAG, cit. in PISSURLENCAR, Panduranga, “A campanha Luso-marata de Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 52, Bastorá, Tipografia Rangel, 1942, p. 83, nota.



partir desse momento, transferiram o seu apoio para o irmão Sambhaji, que estava em guerra com os maratas, opção que se manteve durante os dois anos seguintes<sup>630</sup>.

### ***Relações com os feudatários de Sarceta***

O período de duas décadas agora abordado começou da pior forma para as relações entre o Estado e o reino de Sarceta, cujas tropas invadiram extensamente o distrito de Damão entre os últimos dias de 1717 e Maio do ano seguinte, levando “*os curumbins e abunhados*” e “*os gados*” das aldeias e queimando “*tudo o que nelas havia*”. Enquanto que em Abril de 1718 se ordenava ao general da PN Bartolomeu de Melo de Sampaio que, com a “*maior brevidade possível*”, mandasse “*reedificar as torres das tranqueiras da jurisdição de Damão*”, a partir de Junho, os portugueses retaliaram, com o saque e destruição de uma feira perto da corte do reino em Fatapôr (Fatehpur Nagar Haveli) e de outras quinze aldeias. Com a morte do rei “*Jadeo Ranna*”, o seu sucessor “*Ranna Sonno Deo Ranna*” acedeu fazer tréguas com o capitão-mor de Damão, Luís de Melo Pereira, assinadas em Maio de 1719<sup>631</sup>.

Nesse instrumento previa-se indemnizações aos portugueses no valor de trinta mil xerafins, a serem descontados nos pagamentos do chouto<sup>632</sup>. Regista-se também o facto de o rei de Sarceta ser foreiro ou rendeiro de várias aldeias no distrito de Damão e de ser responsável por impedir que gente do reino de Vergi – ou “*do Grassiá*” – passasse pelas suas terras a caminho ou no regresso de incursões na jurisdição de Damão, sendo ainda obrigados a “*avisar o Estado de qualquer movimento que estes*” reinos vizinhos fizessem “*para invadir as terras da Norte*”<sup>633</sup>.

---

<sup>630</sup> Para um resumo do envolvimento português na sucessão de Angre, v. LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Ultramarinos, 1965, pp. 150-161; PISSURLENCAR, Panduranga “Portugueses em Baçaim”, *Oriente Português*, nº 7-8-9, Bastorá, Tipografia Rangel, p. 369.

<sup>631</sup> O ataque português a Fatapôr (Fatehpur Nagar Haveli) ocorreu em Junho de 1718, sendo liderado pelo capitão-mor do Campo de Baçaim, Marcos Vieira de Carvalho. O rei “*Jadeo Ranna*” morreu na sequência de uma queda de cavalo após uma escaramuça com os portugueses (BARBOSA, José, *Epítome da vida do illustris. e excellentis. senhor D. Luiz Carlos Ignacio Xavier de Menezes...*, Lisboa, Offic. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1743, p. 18; Assentos do Conselho da Fazenda datados de 11 de Abril e 20 de Maio de 1718, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 18*, Ms. 1177, fls. 246, 283; HAG; Assentos do Conselho da Fazenda datados de 3 de Agosto e 31 de Outubro de 1719, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fls. 28v-30, HAG; Cartas do vice-rei Luís de Meneses datadas de 16 de Maio e 15 de Agosto de 1719, *Livro do Norte nº 2*, Ms. 1377, fls. 84v, 85, 87, 87v, HAG; Carta do vice-rei Luís Xavier de Meneses datada de 24 de Abril de 1720, *Livro dos Reis Vizinhos nº 7*, Ms. 975, fl. (?), HAG; Treslado das ultimas pazes e condições..., *Livro de Pazes nº 1*, fls. 195 e segs., HAG, cit. in *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 74-81).

<sup>632</sup> Nesta altura, o chouto rendia dezoito mil xerafins anuais (Carta do vice-rei Luís de Meneses datada de 9 de Dezembro de 1719, *Livro das Monções nº 85*, Ms. 94, fl. 5, HAG, cit. in *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885, pp. 6, 7).

<sup>633</sup> As aldeias aforadas ao rei de Sarceta situavam-se sobretudo nas praganas de Bará e Loaça (Treslado das ultimas pazes e condições..., *Livro de Pazes nº 1*, fls. 195 e segs., HAG, cit. in *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 64, 65, 78).

As pazes contudo não foram duradouras<sup>634</sup>, dada a presença dos maratas, que procuravam pacificar e aliciar as hostes de Sarceta para combater contra os portugueses. Embora não tenha localizado referências à participação de tropas maratas no conflito de 1717-1719, esta incursão pode ser já enquadrada na vigorosa guerra de desgaste movida por aquela potência contra a PN a partir da terceira década de Setecentos, conflito que contou com o envolvimento de Sarceta, dada a progressiva submissão daquele reino à confederação marata.

Apesar de haver registos ocasionais de boas relações com o reino vizinho para os anos imediatos ao tratado de 1719<sup>635</sup>, a tendência era para o escalar de hostilidades, sendo que o dinheiro do chouto que se evitava pagar aos maratas acabava por servir os seus desígnios. Em meados da década de 1720, com a extinção da autonomia do reino feudatário, as relações com Sarceta foram absorvidas pelas relações luso-maratas, embora não tenha localizado qualquer documento oficial a suspender o pagamento do chouto aos reis de “*Sarceta e Terras de Ramanaguer*”.

Situação semelhante ocorreu com o reino dos Coles, apenas que aqui, a presença marata foi mais forte, logo a partir das primeiras campanhas de pacificação de 1718. Consequentemente, as referências a este reino feudatário são raras para o período agora abordado, embora a linhagem da corte de Javar (Jawhar) tenha continuado, em subserviência aos maratas.

### ***Relações com os maratas e guerra de 1730-1732***

Após mais de uma década de intensa guerrilha, os maratas determinaram invadir a PN com um forte exército, talvez aproveitando a ocasião do vice-rei João Saldanha da Gama ter efectuado, em Janeiro de 1730, uma desgastante expedição a Mombaça, que havia envolvido muitos recursos e efectivos militares<sup>636</sup>. Houve também um *casus belli* espoletador, pelo menos na perspectiva oficial do Estado: a questão da taxação de embarcações maratas num mandovim português, provavelmente em Taná (Thane) ou Caranjá (Uran)<sup>637</sup>. Esta situação aponta para o incremento de comércio entre Bombaim e locais da terra firme marata como Galiana (Kalyan) e Panoel (Panvel), tráfico do qual os portugueses tentavam, naturalmente, tirar o seu quinhão, possivelmente infringindo a cláusula

---

<sup>634</sup> Dada a gravidade da guerra de 1717-1719 e a contínua ameaça de Sarceta, o Estado decidiu edificar uma fortificação na aldeia e elevação principal da praga Poarim, em Pareri (Pardi). V. *infra*, 3.3.1. “São Luís de Pareri (Pardi)”, pp. 423-425.

<sup>635</sup> Carta do vice-rei Francisco de Sampaio e Castro datada de 15 de Abril de 1721, *Livro dos Reis Vizinhos nº 7*, Ms. 975, fl. (?), HAG.

<sup>636</sup> Cartas do vice-rei João Saldanha da Gama datadas de 15 de Dezembro de 1729 e 9 de Janeiro de 1730, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fls. 62, 63, HAG.

<sup>637</sup> Instrução que se deu a António casco e Melo, General do Norte, quando partiu para aquela Província, datado de 19 de Setembro de 1730, *Livro de Instruções e Regimentos nº 12*, Ms. 1429, fl. 66v, HAG, cit. in LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 105, 106.

oitava do tratado luso-marata de 1724<sup>638</sup>. O conflito de 1730-1732 foi abordado pelos historiadores Panduranga Pissurlencar e Alexandre Lobato e quase todos os documentos coevos doravante mencionados foram por estes autores citados ou transcritos<sup>639</sup>.

Após a notícia de uma incursão no distrito de Damão durante a monção de 1729<sup>640</sup>, a proximidade das tropas maratas em finais de Março do ano seguinte colocou o governador interino da PN Francisco Guerra de Mesquita em alvoroço, tendo o vice-rei ordenado em Abril que seria “*bom deitar lhe*”, ao governador marata de Galiana, “*quatro bombas e tirar-lhe alguns tiros, dando licença juntamente aos nossos pera que lhe entrem a roubar e a queimar suas Aldeas*”<sup>641</sup>.

No seguimento de nova incursão marata sobre a jurisdição de Damão, em Maio de 1730, declarou-se guerra aberta no mês seguinte, enquanto os maratas avançavam sobre as praganas de Anjor e Caimão, tomando a fortificação de Cambá (Khambe) em inícios de Junho<sup>642</sup>. Outra força marata entrava pela pragana de Cairena, acampando defronte de Taná (Thane), lançando o alarme de invasão da ilha de Salcete. Consequentemente, os portugueses concentraram as suas fileiras ao longo dos passos fluviais, ao mesmo tempo que patrulhavam o rio com embarcações ligeiras. Aperceberam-se, contudo, que face à dimensão do exército marata, as suas forças eram insuficientes<sup>643</sup>. Como o socorro de Goa poderia demorar mais de uma semana a chegar, o general Guerra de Mesquita pediu então ajuda ao presidente britânico de Bombaim, através de Luís Caetano de Almeida. Estes enviaram prontamente um corpo de cerca de setecentos homens a reforçar Taná (Thane), a expensas do Estado da Índia<sup>644</sup>. A chegada deste reforço fez com que os

---

<sup>638</sup> Esta cláusula estipulou que as embarcações afectas aos maratas destinadas a Bombaim ficavam isentas de pagarem direitos em postos portugueses. V. *supra*, p. 148.

<sup>639</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 9, 10, 11, Nova Goa, Tipografia Bragança & Ca., 1931, 1932, pp. 22-81, 25-60, 30-81, 25-60; PISSURLENCAR, Panduranga, “A campanha Luso-marata de Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 52, Tipografia Rangel, Bastorá, 1942, pp. 75-120 LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1965, pp. 100-126.

<sup>640</sup> Carta do vice-rei João Saldanha da Gama datada de 14 de Julho de 1729, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fl. 52v, HAG.

<sup>641</sup> Para esta acção, o vice-rei recomendava os oficiais Domingos António e Manuel Roller Colaço, homens de “*habelidades, experiência e capacidade*” (Cartas do vice-rei João Saldanha da Gama datadas de 5 e 19 de Abril de 1730, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fls. 68, 68v, 69, 69v, HAG).

<sup>642</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “A campanha Luso-marata de Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 52, Bastorá, Tipografia Rangel, 1942, pp. 79, 80.

<sup>643</sup> Carta do vice-rei Saldanha da Gama datada de 16 de Novembro de 1731, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, HAG 1253, fl. 142v.

<sup>644</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 31 de Agosto de 1730, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 164, HAG; Carta do vice-rei João de Saldanha da Gama datada de 19 de Janeiro de 1731, *Livro das Monções nº 102 B*, Ms. 122, fl. 657, HAG; Carta do vice-rei João de Saldanha da Gama datada de 20 de Março de 1731, *Livro das Monções nº 99*, Ms. 116, fl. 247, HAG; Carta do vice-rei Saldanha da Gama datada de 16 de Novembro de 1731, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fl. 142v, HAG; Relação da guerra que o infl. Maratá fez no Estado da Índia..., *cod. 1605 A. G.*, BNP, in PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas. Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 9, Nova Goa, Tipografia Bragança & Ca., 1931, pp. 28-30.

maratas desistissem do seu ataque a Salcete, optando por continuar a assolar as praganas de terra firme do distrito de Baçaim.

Assim, na segunda metade de 1730, os atacantes tomaram algumas fortificações, entre as quais Saibana Nova (Chandipo ou Mandvi) e Firanguipará (Kharbav) e ocuparam todas as praganas sertanejas do distrito de Baçaim, fortificando-se em várias posições de montanha como Tacamaca (Takmak); Camandurgo (Kamandurg); Caldruça (Kaldrug); Chandevári (Chandavadi); e Bará (Bharot) - estas três últimas já na jurisdição de Damão. Resistiam isoladas as fortificações de Asserim (Asherigad); Manorá (Manor); Pareica (Parsik) na pragana Cairena; e ainda Belaflor do Sabaio (Belapur)<sup>645</sup>.

Para comandar a PN no decurso desta guerra, foi nomeado general António Casco e Melo, servindo assim o seu terceiro triénio a Norte. Nas suas instruções, constava a ordem de desalojar as tropas maratas “*das faxinas que tem no rio de Manorá ou de alguma das serras que mais se facilite*”. Não durou muito a sua assistência – talvez por ter sido nomeado capitão-geral de Moçambique -, sendo substituído ainda em meados de Dezembro de 1730 por Martinho da Silveira Meneses<sup>646</sup>.

Simultaneamente, o vice-rei João Saldanha da Gama iniciava a ofensiva diplomática, desta feita já não na decadente corte mogol mas antes na de Jai Singh II, em Jaipur. Para essa cidade foi enviado o jesuíta padre Manuel de Figueiredo em Novembro, com instruções para inculcar no marajá a causa portuguesa e sugerir a sua participação na guerra. Também se abria o canal de negociação com os maratas através dos ingleses em Bombaim, das quais se poderiam esperar resultados a mais curto prazo<sup>647</sup>.

Com a chegada de reforços de Goa, os portugueses passaram à contra-ofensiva em Janeiro de 1731, sendo que a maioria desta acções se desenrolaram nas praganas ocupadas e não em território marata<sup>648</sup>. Distinguiu-se nestes ataques o tenente António dos Santos através de uma série de acções

---

<sup>645</sup> Aparentemente, nenhuma destas posições de montanha estava fortificada com estruturas de materiais perenes antes da invasão, embora pudessem subsistir estruturas e ruínas maratas do período de 1683-1687 (PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 9, Nova Goa, 1931, pp. 30-32; Assentos do Conselho da Fazenda datado de 9 de Janeiro, 6 de Março e 23 de Agosto de 1731, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fls. 178, 182v, 192v, 193, HAG; *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885, p. 176).

<sup>646</sup> Instrução que se deu a D. António Casco e Melo, General do Norte, quando partiu para aquela Província, datado de 19 de Setembro de 1730, *Livro de Instruções e Regimentos nº 12*, Ms. 1429, fl. 66v, HAG; LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 108

<sup>647</sup> Esta opção reflecte não apenas a decadência do Império Mogol – recorde-se que a última embaixada à corte de Agra ou Delhi foi em 1717 – mas também a rivalidade entre os marajás de Jaipur, que consolidavam a sua tradicional base autónoma no Rajastão, e os maratas, que à altura se expandiam sobre aquela região (Instrução que se deu ao Padre Manuel de Figueiredo da Companhia de Jesus que vai à Corte de Maha Razá, *Livro de Instruções e Regimentos nº 12*, Ms. 1429, fl. 70, HAG; Carta do vice-rei Saldanha da Gama datada de 6 de Novembro de 1730, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fl. 87, HAG).

<sup>648</sup> Carta do vice-rei Saldanha da Gama datada de 13 de Dezembro de 1730, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fl. 98v, HAG,

cirúrgicas com pequenos grupos de granadeiros, criando emboscadas sobre os arraiais maratas<sup>649</sup>. Uma das principais operações foi o socorro introduzido por via fluvial em Manorá (Manor) que permitiu derrotar as tropas sitiadas. Apesar destas acções de desgaste, os maratas não retrocediam do território ocupado, levando o vice-rei a autorizar a destruição de aldeias pertencentes à PN de modo a subtrair ao inimigo a sua produção agrícola. Simultaneamente, para forçar os maratas a virem a negociações, os portugueses jogavam com a ameaça de conversão ao Cristianismo dos cativos que haviam feito nos seus ataques e incursões<sup>650</sup>.

Em consequência destas tácticas, os maratas aceitaram assinar tréguas em Julho de 1731. Estas efectuaram-se à vista de Cambá (Khambe), fortificação entretanto reconquistada pelos portugueses, tendo sido conduzidas pelo capitão-mor do Campo de Baçaim, Luís de Melo de Sampaio. Porém, os maratas armaram uma cilada e Melo de Sampaio e alguns outros oficiais foram aprisionados, tomando novamente os maratas a fortificação<sup>651</sup>.

Continuou assim a guerra, ainda que com menor intensidade, face à necessidade marata de empregar algumas das suas forças noutras frentes bélicas do Decão. Efectuaram ainda incursões contra o distrito de Damão, correspondidos por raides portugueses nos arredores de Galiana (Kalyan), Biundi (Bhiwandi) e Panoel (Panvel) após a monção de 1731<sup>652</sup>. Entretanto, as notícias da proximidade de um exército mogol facilitaram o reatar das conversações de paz por intermédio do presidente de Bombaim, tendo sido assinado finalmente o tratado luso-marata de 10 de Fevereiro de 1732<sup>653</sup>.

---

<sup>649</sup> As duas companhias de granadeiros da PN foram comandadas primeiro pelo capitão Francisco de Oliveira e já no fim do conflito por Francisco Silveira (Carta do vice-rei João Saldanha da Gama datada de 23 de Outubro de 1731, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, HAG, fl.137v).

<sup>650</sup> Cartas do vice-rei Saldanha da Gama datadas de 16 de Novembro de 173 e 18 de Janeiro de 1732, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fls. 140v, 141, 147, HAG; Carta do vice-rei Saldanha da Gama datada de 27 de Junho de 1731, *Livro das Monções nº 99*, Ms. 116, fl. 248, HAG.

<sup>651</sup> A cilada marata ocorreu a 25 de Julho de 1731. O capitão-mor Luís de Melo de Sampaio logrou resgatar-se rapidamente, mas foi afastado do seu posto (Cartas do vice-rei Saldanha da Gama datadas de 30 de Abril, 20 de Agosto e 24 e 28 de Outubro de 1731, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fls. 131, 128, 128v, 138v, 139, HAG). Em retaliação, os portugueses aprisionaram o embaixador marata em Baçaim (Assentos do Conselho da Fazenda datado de 9 de Janeiro, 6 de Março e 23 de Agosto de 1731, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fls. 178, 182v, 192v, 193, HAG; Ms. 6-17, vol. B, fls. 98-159, BPADE).

<sup>652</sup> Carta do vice-rei João Saldanha da Gama datada de 24 de Outubro de 1731, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, HAG, fl. 138, 138v, Ms. 6-17, vol. B, fls. 98-159, BPADE).

<sup>653</sup> Por uma carta do vice-rei infere-se que Baji Rao recebeu provavelmente um saguate monetário do Estado: “Quando Quiliscan venha sobre Galiana, esteja ou não esteja feita a paz, sempre Vossa Mercê o deve ajudar com o mayor calor, pois hé grão vizir do Mogor, de cuja amisade devemos a conservação da Índia. Se a pas se fizer pella medeação dos Inglezes, e Bagi Rao tiver feito outra com o Embaixador de Chouteá, não duvide Vossa Mercê a dar-lhe presente. E no que tocca às exorbitâncias delle pode haver porporção, e o dito presente não é indecoroso, por ser de estillo sempre observado, e nas últimas duas occasiões similhante praticado. Saldanha” (Carta cifrada anexa à carta do vice-rei Saldanha da Gama datada de 18 de Janeiro de 1732, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fl. 147v, HAG; Artigos e convenção de paz e amizade..., *Livro das Monções nº 101*, Ms. 120, fl. 1189, HAG, pub. in *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885, pp. 175-176; Ms. 6-17, vol. B, fls. 98-159, BPADE).

As cláusulas desse instrumento merecem particular atenção. Mantém-se o silêncio sobre a tributação do chouto e grão-candil, dando a entender que não fora possível encontrar um consenso sobre a questão. Através da cláusula duodécima, autorizava-se o estabelecimento de uma feitoria ou agência marata na cidade de Baçaim; reduziam-se algumas taxas alfandegárias; e autorizava-se a passagem de barcos maratas por certos rios. Esta cláusula reflecte uma cedência clara dos portugueses aos interesses maratas. No fundo, a única contrapartida portuguesa do tratado, por assim dizer, foi a continuidade da existência da PN de acordo com as fronteiras preexistentes.

Ainda assim, os portugueses tiveram de reconquistar várias posições de montanha que se mantiveram em posse dos maratas após o instrumento de pazes, tais como a Serra de Chandevadi (Chandvadi) e Tacamaca (Takmak) em Março de 1732; e Saibana Nova (Mandvi ou Chandip) ainda mais tarde<sup>654</sup>.

Cientes de que a ilha de Salcete era agora o principal objectivo da expansão marata, os portugueses começaram a fortificar Taná (Thane) e outros locais, visto que o tratado assinado não garantia qualquer segurança à PN. Antes, a guerra de 1730-1732 parece ter finalmente inculcado no Estado da Índia a noção de que os maratas não desistiriam dos seus desígnios expansionistas. Se antes dessa campanha, as exigências maratas se haviam centrado nas tributações do chouto e grão-candil, as suas intenções sobre a PN eram agora claramente de conquista<sup>655</sup>.

A partir de 1732, as tensas relações luso-maratas foram polarizadas em boa medida pelos conflitos dos sucessores de Kanhoji Angre e pelas campanhas contra os sidis de Danda-rajapur. Estes foram decisivamente derrotados em 1734 – apesar da ajuda inglesa e portuguesa – e grande parte do seu território costeiro anexado pelos maratas. A partir desse momento, a nação e marinha sidi perderam quase toda a sua influência no Golfo de Cambaia, apesar de manterem invicta a fortificação insular de Danda-rajapur<sup>656</sup>.

Derrotados os sidis, um exército marata sob comando de Baji Rao permaneceu perto do Culabo (Alibhag) durante 1735, facto que causou grande ansiedade em Chaul. Nos primeiros meses desse ano, ocorreram várias escaramuças em Chaul de Cima (Cheul) entre os portugueses e os partidários de Manaji Angre, com tréguas assinadas em finais de Março. Foi nessa conjuntura que começaram a surgir os primeiros indícios de que os maratas preparavam nova campanha contra a PN, chegando

---

<sup>654</sup> Carta do general da PN Martinho da Silveira Meneses datada de 23 de Março de 1732, *Livro das Monções nº 101-B*, Ms. 120, fl. 1192, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 21 de Março de 1732, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 213v, HAG.

<sup>655</sup> Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas datada de 10 de Janeiro de 1734, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fl. 657, HAG.

<sup>656</sup> Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas datada de 25 de Janeiro de 1735, *Livro das Monções nº 103-B*, Ms. 124, fl. 911, HAG; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XI, *Kolaba and Janjira*, Bombay, Government Central Press, 1883, pp. 444-446.

também queixas por parte do embaixador marata em Goa pelo facto do general do Norte, Luís Botelho, não aceder ao estabelecimento de uma feitoria em Baçaim. Já em 1736, o Estado tinha informação certa de que Baji Rao reunia um exército em Puna (Pune) para uma campanha, registando-se algumas incursões localizadas na raia da PN ainda em Outubro desse ano<sup>657</sup>.

Para melhor auscultar as movimentações inimigas e também para acalentar as obras da nova fortificação, o general Luís Botelho estava em Taná (Thane) em Abril de 1737. Apesar de dois avisos recebidos nos dias antecedentes à invasão marata, Botelho não tomou as precauções necessárias para defender Salcete de uma ataque em larga escala. Para essa situação contribuiu seguramente a acção de um agente duplo marata e “*lingoa*” do general, que logrou desinformá-lo sobre os objectivos das forças maratas que se aproximavam da raia da PN<sup>658</sup>. Assim, o ataque marata sobre Salcete alcançou surpreender os portugueses em Taná (Thane), factor que, aliado à sublevação de alguns habitantes da ilha<sup>659</sup>, levaria à sua fulgurante conquista em poucas horas.

### ***Guerra de 1737-1739 (ofensivas maratas, Abril - Dezembro de 1737)***

A guerra luso-marata de 1737-1739 constitui um dos períodos melhor documentados da história da PN e divide-se vincadamente em três fases de operações: a primeira corresponde à fulminante campanha inicial marata que subtraiu aos portugueses, entre Abril e Agosto de 1737, quase todo o território do distrito de Baçaim, seguindo-se um período de consolidação e menor mobilidade bélica; a segunda fase, de Janeiro até Dezembro de 1738, constitui um período de contra-ofensivas portuguesas, vindo a culminar com a tentativa falhada da reconquista de Taná (Thane); na terceira fase, de Dezembro de 1738 até Maio de 1739, assistiu-se ao inexorável avanço marata sobre a jurisdição de Damão e à queda dos últimos bastiões de resistência na de Baçaim, conduzindo à rendição final da capital da PN<sup>660</sup>.

---

<sup>657</sup> Em 1735, tanto a viúva de Kanhoji Angre, Laxmibai, como o sidi Yakub Khan avisaram os portugueses que os maratas preparavam um ataque sobre o distrito de Baçaim (PISSURLENCAR, Panduranga, “A campanha Luso-marata de Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 52, Bastorá, Tipografia Rangel, 1942, p. 84).

<sup>658</sup> Luís Botelho não actuou sobre um aviso do presidente britânico de Bombaim e outro de um aldeão da praga de Cairena, recebidos na véspera da invasão marata (PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas. Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1931, pp. 37, 38; Cartas do vice-rei de 24 de Setembro e 2 de Outubro de 1736, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 6*, fls. 89v e 91, HAG, cit. in PISSURLENCAR, Panduranga, “A campanha Luso-marata de Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 52, Bastorá, Tipografia Rangel, 1942, p. 84, nota).

<sup>659</sup> V. *infra*, pp. 179.

<sup>660</sup> Apesar da perda da documentação do Tombo de Baçaim, a documentação estante no Arquivo Histórico de Goa (HAG) e em Portugal, e ainda as fontes britânicas e maratas, permitem-nos acompanhar as operações militares e comparar as várias descrições e perspectivas dos acontecimentos. Em relação às fontes portuguesas, para além da correspondência de cariz oficial estante nos Livros da Monções e outros manuscritos, existem duas relações, ambas anónimas, de acrescida importância: *Relação da guerra que o infl. Maratá fez no Estado da Índia...desde o dia seis de Abril de 1737 até os primeiros de Janeiro de 1745...*, cod. 1605, BNP, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: como se perdeu Baçaim”, *Boletim Vasco da Gama*, nº 12, Nova Goa, Tipografia Bragança & Ca., 1932; e *Relação dos Successos acontecidos*

Antes de se descrever sucintamente as operações do conflito, convém realçar três factores que o condicionaram decisivamente. Assim como na campanha de 1683-84, os maratas atacaram simultaneamente Goa e a PN, facto que limitou o envio de soldados e armamento para o Norte. Por outro lado, o envolvimento das forças dos sucessores de Angre permitiram aos maratas controlar, em boa medida, a orla costeira e embocaduras da PN, dificultando as comunicações com Goa. Finalmente, a neutralidade inglesa, como já se referiu, não foi assim tão estrita pelo menos a crer na maioria das fontes coevas, afectando o esforço de guerra do Estado.

A primeira fase de operações teve início na madrugada do dia 6 de Abril de 1737, quando três exércitos maratas invadiram simultaneamente a PN por zonas distintas. O exército principal partiu de Galiana (Kalyan), percorreu rapidamente a praga de Cairena, e atravessou para a ilha de Salcete em poucas horas. O segundo exército partiu de Biundi (Bhiwandi) e atravessou a raia perto de Cambá (Kharbav), atingindo nesse mesmo dia ou no início do seguinte a ponte de Gocorvem (Gokhvire). Um terceiro corpo penetrou no sertão perto de Saibana Velha (Saivan), descendo pela estrada real até chegar a Agaçaim (Agashi)<sup>661</sup>. Dado o sucesso fulgurante do primeiro exército sobre Salcete, os maratas alcançaram no espaço de poucos dias ocupar todas as subdivisões e fortificações do distrito de Baçaim excepto: o cassabé de Caranjá (Uran); Baçaim; Asserim (Asherigad); Manorá (Manor); Bandorá (Bandra); e Versavá (Madh Island).

Como já ficou dito, o factor surpresa – ainda que não total – foi essencial para a eficaz invasão de Salcete e rápida conquista de Taná (Thane). Também terá sido crucial a sublevação de alguns habitantes da ilha que assistiram o exército invasor, embora ainda não seja claro quais as consequências das suas acções de sabotagem. Assim, nas primeiras horas do dia 6 de Abril, um destacamento avançado marata conquistou facilmente a torre fluvial ou atalaia de São Jerónimo, evitando a propagação do alarme para a cidadela de Taná (Thane) e permitindo ao restante exército atravessar para a ilha nesse passo sem oposição<sup>662</sup>.

Quando amanheceu, já os maratas estavam em controlo dos arredores da vila ao mesmo tempo que irrompiam em chamas alguns edifícios mais perto da sua cidadela, incluindo o convento dos agostinhos. Um outro destacamento tinha rumado para a orla norte da ilha após o atravessamento,

---

*no Estado da Índia desde 17 de Outubro de 1733...*, cod. 929, BNP. Entre os manuscritos de origem britânica salienta-se a volumosa correspondência oficial de Bombaim pertencente à secção da *India Office, British Library* (BL) e aquela que foi transladada para os Arquivos de Puna. Finalmente, entre as fontes maratas, existe igualmente documentação importante, sendo que apenas uma pequena parte foi traduzida para inglês ou para português.

<sup>661</sup> Os dois exércitos maratas principais reunidos em Galiana (Kalyan) e Biundi (Bhiwandi) totalizavam cerca de doze mil homens (Carta do vice-rei Francisco Mascarenhas datada de 25 de Janeiro de 1738, *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fls. 214-217, HAG; Ms. 6-17, vol. B, fls. 98-159, BPADE).

<sup>662</sup> A torre de São Jerónimo foi surpreendida às quatro horas da madrugada do dia 6 de Abril por um destacamento avançado de cem soldados maratas. O capitão e guarnição portuguesa foram mortos sem conseguirem lançar o alarme de invasão (Carta do vice-rei Francisco Mascarenhas datada de 25 de Janeiro de 1738, *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fls. 214, HAG; Ms. 6-17, vol. B, fls. 98-159, BPADE).



estabelecendo uma posição ribeirinha perto da aldeia Germal (Ghormal)<sup>663</sup>. Em conjunto com o segundo exército que havia partido de Biundi (Bhiwandi), as duas margens do rio de Gorbandel ficavam assim ocupadas e fortificadas pelos maratas nesse ponto, bloqueando o percurso mais célere entre Baçaim e a cidadela de Taná (Thane)<sup>664</sup>.

Nessa fortificação, como já referimos, estava o general do Norte Luís Botelho com cerca de duzentos soldados, entre portugueses e indianos. Sabemos com algum detalhe o estado das obras no momento do assalto marata, estando ainda por levantar uma cortina no seu flanco sul<sup>665</sup>. Face à entrada avassaladora dos maratas na ilha e a sublevação da população em Taná (Thane), o general da PN reuniu um conselho dos oficiais onde se decidiu pelo abandono da fortificação. Saindo pela porta de mar, Luís Botelho passou pelo Baluarte dos Reis Magos (Majj Island), onde deixou alguns soldados para reforço da sua pequena guarnição, seguindo para Caranjá (Uran) e daí para Baçaim. Pelo caminho, reforçou as guarnições de Bandorá (Bandra) e Versavá (Madh Island), únicos pontos de resistência portuguesa na ilha de Salcete. Neste entretanto, os maratas ocupavam Pareica (Parsik) e Firanguipará (Kharbav)<sup>666</sup>.

Em Baçaim, Luís Botelho encontrou os maratas já entrincheirados na Casa Senhorial de Madrapôr (Vasai) e o seu Cassabé completamente ocupado, incluindo a ilha das Vacas (Arnalla Island) onde os atacantes edificavam uma fortificação. Poucos dias depois, chegava a notícia da queda Belafloor do Sabaio (Belapur). Extinguia-se assim, em menos de duas semanas, toda a presença portuguesa na parte sertaneja do distrito de Baçaim, com a excepção das fortificações de Manorá (Manor) e Asserim (Asherigad) e Saibana Nova (Chandip ou Mandvi). Em Salcete, resistiam ainda as fortificações de Versavá (Madh Island) e Bandorá (Bandra), esta última entretanto reforçada com artilharia e soldados ingleses<sup>667</sup>.

A notícia da invasão de Salcete chegou a Goa a 12 de Abril, tendo o vice-rei Pedro de Mascarenhas expedido o primeiro socorro para a PN uma semana mais tarde, sob o comando do mestre-de-

---

<sup>663</sup> Germal (Ghormal), coordenadas: 19°17'13"N, 72°56'18"E.

<sup>664</sup> Carta do vice-rei D. Pedro de Mascarenhas datada de 26 de Abril de 1737, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 6*, Ms. 1254, fl. 146v, HAG, cit. in PISSURLENCAR, Panduranga, "Maratas em Baçaim", *O Oriente Português*, nº 7-8-9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1934-1935, pp. 374, 375; Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas à Inquisição de Goa datada de 19 de Abril de 1737, *Livro de das Cartas e Ordens nº 20*, Ms. 814, fl. 213, HAG, cit. in PISSURLENCAR, Panduranga, "A campanha Luso-marata de Baçaim", *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 52, Bastorá, Tipografia Rangel, 1942, pp. 81, 82; Carta do vice-rei Francisco Mascarenhas datada de 25 de Janeiro de 1738, *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fls. 214, HAG.

<sup>665</sup> "Planta de Tanná", [s.l., s.d.] [1739], 1/G/54, SGL.

<sup>666</sup> O conselho era constituído, entre outros, por João de Sousa Ferraz, capitão-mor da ilha de Salcete; Caetano de Sousa Pereira, provavelmente o capitão de Taná (Thane); e o engenheiro José Lopes de Sá (Carta do vice-rei Francisco Mascarenhas datada de 25 de Janeiro de 1738, *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fls. 214, HAG; PISSURLENCAR, Panduranga, "A campanha Luso-marata de Baçaim", *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 52, Tipografia Rangel, Bastorá, 1942, pp. 86, nota; Ms. 6-17, vol. B, fls. 98-159, BPADE).

<sup>667</sup> Cartas do vice-rei Francisco Mascarenhas datadas de 25 de Janeiro e 20 de Dezembro de 1738, *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fls. 214, 214v, 283. HAG.

campo Pedro de Melo. Chegado a Bombaim, Melo encontrou-se com o presidente inglês Robert Cowan e tentou aliciá-lo para assistir a causa portuguesa mas sem sucesso<sup>668</sup>. Pouco depois, em Maio, chegava à PN o novo general António Cardim Fróis, sucedendo ao exonerado Luís Botelho<sup>669</sup>.

Uma das primeiras operações de Cardim Fróis foi reconquistar a fortificação de Aguada de Dongrim (Dongri), a 26 de Maio de 1737. Assim, os portugueses passaram a manter três posições de resistência na ilha de Salcete. Contudo, o sucesso português foi ofuscado pela conquista marata de Saibana Nova (Chandip ou Mandvi) e de Manorá (Manor), fortificações que estavam cercadas havia um mês<sup>670</sup>.

Em inícios de Junho, ocorreu a primeira tentativa de escalada das muralhas de Baçaim, repelida pelos portugueses. Nova investida viria a acontecer em Setembro, mas com igual resultado. Com o seu arraial em Madrapôr (Vasai) e base principal em Taná (Thane) os maratas dominavam nessa altura todo o distrito de Baçaim à excepção de Caranjá (Uran) e de Asserim (Asherigad), tendo ocupado ainda duas posições de montanha no interior das praganas de Tarapur e Mahim-quelme (Kelwamahim)<sup>671</sup>.

Em Agosto de 1737, o vice-rei escrevia que a “*jurisdição de Damão não está invadida mas os ladroens ratoneiros a infestão com bastante prejuizo*”<sup>672</sup>. Contudo, em finais desse ano, locais costeiros como Mahim-quelme (Kelwamahim) e Sirgão (Shirgaon) foram cercados. Em relação à postura inglesa, Pedro de Mascarenhas afirmava:

“*Os Inglezes que pella vizinhança das nossas terras entendi eu que se intereçassem muito na nossa cauza, se contentarão com defender Bandorá e com hua muito moderada porção de pólvora que pello nosso dinheiro mandarão para Baçaim, e só cuidão na defença da sua ilha, de sorte que eu*

---

<sup>668</sup> Este primeiro socorro enviado na fragata *Nazareth*, com duzentos e quarenta soldados e o tenente-coronel João Barbosa de Barros, chegou a Baçaim a 28 de Abril de 1737 (Carta do vice-rei Francisco Mascarenhas datada de 25 de Janeiro de 1738, *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fls. 214v-215, HAG; Ms. 6-17, vol. B, fls. 98-159, BPADE; PAWAR, A. C., “English Records on the Conquest of Salsette by the Marathas in 1737”, in *Journal of the University of Bombay*, nº [?], July 1942, p 31).

<sup>669</sup> O novo general da PN tomou posse a 19 de Maio de 1737 (PISSURLENCAR, Panduranga, “A campanha Luso-marata de Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 52, Bastorá, Tipografia Rangel, 1942, pp. 85, 86; [Memorial de] Luís Carneiro Alcáçova, *Livro das Monções nº 112*, Ms. 133, fls. 108v e segs., HAG; Carta do vice-rei Francisco Mascarenhas datada de 25 de Janeiro de 1738, *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fls. 215, HAG; Ms. 6-17, vol. B, fls. 98-159, BPADE.

<sup>670</sup> Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas datada de Agosto de 1737, *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fls. 286, 286v, HAG; Ms. 6-17, vol. B, fls. 98-159, BPADE.

<sup>671</sup> O assalto marata às muralhas de Baçaim ocorreu a 9 de Junho, atacando as muralhas entre os baluartes dos Reis Magos e o de São Gonçalo. Nova tentativa de escalada viria a acontecer a 15 de Setembro desse mesmo ano (Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas datada de 20 de Dezembro de 1738, *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fls. 282v-283, HAG).

<sup>672</sup> Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas datada de 20 de Dezembro de 1738, *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fls. 282v-283, HAG.

*delles não espero couza alguma em quanto não virem melhorado o nosso partido, nem me parece que será temeridade o entender que se não aflijão com a nossa perdição.”*<sup>673</sup>

Entretanto, tentava-se reunir em Goa um socorro de quatro mil homens, dimensão considerada adequada para intentar a reconquista da ilha de Salcete. Porém, dadas as dificuldades económicas do Estado, não era possível recrutar um número tão elevado de tropas. Entre Setembro e Novembro de 1737, chegaram a Baçaim apenas cerca de mil homens, entre “*lascarins*”, “*sipaio*s” e portugueses. Assim, não se intentou nesse ano a desejada ofensiva sobre Salcete, encetando os portugueses contra-ataques localizados noutras posições<sup>674</sup>.

Concluídos os primeiros oito meses de guerra na PN, a situação era desastrosa para os portugueses. A perda de Salcete e do cassabé de Baçaim subtraiu-lhes os preciosos mantimentos necessários ao abastecimento das populações. Na cidade de Baçaim, cedo se começou a confranger o clero para emprestar a prata das igrejas para bater moeda. Esta era indispensável para pagar as tropas e comprar pólvora aos ingleses em Bombaim. As comunicações marítimas da cidade ficaram afectadas, especialmente com Chaul e Goa, tendo os maratas obtido o apoio das embarcações de Manaji Angre, como já foi mencionado, apesar deste último estar nominalmente em paz com o Estado<sup>675</sup>.

### ***Guerra de 1737-1739 (contra-ofensivas portuguesas, Janeiro - Dezembro de 1738)***

O primeiro resultado das contra-ofensivas portuguesas foi o levantamento dos cercos das posições de Mahim-quelme (Kelwamahim) e Sirgão (Shirgaon) nos primeiros dias de Janeiro de 1738, através de operações conduzidas por Pedro de Melo a partir de Baçaim<sup>676</sup>. Já a 27 de Janeiro, o mesmo militar socorreu a fortificação de Asserim (Asherigad), igualmente rompendo o seu cerco. Após esta última vitória, os maratas abandonaram Manorá (Manor), depois de demolirem as suas estruturas. Volvido um mês, os portugueses reconquistaram Aguada de Dongrim (Dongri), entretanto tomada novamente pelos maratas<sup>677</sup>.

---

<sup>673</sup> Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas datada de 20 de Dezembro de 1738, *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fl. 283, HAG.

<sup>674</sup> Para além de se contratarem lascarins e patanes em Diu e Surate (Surat), o Estado adquiriu munições e pólvora na feitoria francesa de Tellichery (*Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fl. 215-216v, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 5 de Setembro de 1737, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 22*, Ms. 1180, fl. 74, 74v, HAG).

<sup>675</sup> Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas datada de 21 de Fevereiro de 1738, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 7*, Ms. 1255, fl. 59, HAG, cit. in PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas. Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 10, Bastorá, Tipografia Rangel, 1931, p. 28.

<sup>676</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas. Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1931, p. 65; PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas. Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 10, Bastorá, Tipografia Rangel, 1931, pp. 25-27.

<sup>677</sup> Carta de Pedro de Mascarenhas datada de 17 de Março de 1738, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 7*, Ms. 1255, fl. 65v, HAG, cit. in PISSURLENCAR, Panduranga, “A campanha Luso-marata de Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco*

Apesar destes cinco sucessos importantes para o Estado, António Cardim Fróis demitiu-se do cargo de general da PN pelo facto de não ter recebido mais reforços de Goa. Foi substituído, previsivelmente, pelo mestre-de-campo Pedro de Melo, em Abril de 1738. Nesse mesmo mês, os maratas retomaram a ofensiva no distrito de Damão, alcançando as subdivisões mais a norte. Durante a monção de 1738, a actividade militar na PN diminuiu, mas em Novembro chegou a Baçaim um contingente de cerca de meio milhar de soldados europeus, reforço que levou Pedro de Melo a pôr em marcha o plano de reconquista de Taná (Thane)<sup>678</sup>.

Reunindo cerca de dois mil homens em trinta e seis embarcações, a força portuguesa partiu de Baçaim a 5 de Dezembro e, contornando Salsete e Bombaim, alcançou o Baluarte dos Reis Magos (Majj Island) no dia seguinte. O percurso seguido pela frota permitiu aos ingleses inteirarem-se das intenções portuguesas. Consequentemente, e num dos gestos menos neutrais de todo o conflito, resolveram enviar para os Reis Magos (Majj Island) três artilheiros ingleses para ajudar os maratas na sua defesa. Esta acção inglesa provou-se decisiva não apenas para a batalha subsequente mas também para o desfecho da própria guerra, visto que o desaire português em Reis Magos (Majj Island) – onde os tiros certos da fortificação causaram grandes danos às embarcações, matando inclusivamente o próprio general Pedro de Melo – anulou as hipóteses de reconquista de Taná (Thane), o que por sua vez selou o destino do conflito<sup>679</sup>. De facto, sem a valiosa ilha de Salcete, os portugueses não poderiam manter o esforço de guerra durante muito mais tempo.

### ***Guerra de 1737-1739 (ofensivas finais maratas, Dezembro de 1738 - Maio de 1739)***

Quando o novo general da PN Martinho da Silveira Menezes tomou posse, em inícios de Janeiro de 1739, do lado marata assumiu o comando das operações o general Chimaji Appa, irmão do Peshwa<sup>680</sup>. Se a derrota de Dezembro em Reis Magos (Majj Island) havia afectado seriamente a moral e capacidade ofensiva dos portugueses, a chegada do novo líder marata e de importantes reforços fez cair uma-a-uma as últimas posições de resistência portuguesa.

---

*da Gama*, nº 52, Bastorá, Tipografia Rangel, 1942, p. 87, nota; PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas. Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 10, Bastorá, Tipografia Rangel, 1931, pp. 26-31.

<sup>678</sup> Assento do Senado de Damão datado de 13 de Abril de 1738, cit. in MONIZ, Anrónio Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. II, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, pp. 17, 18.

<sup>679</sup> A batalha durou dois dias, tendo Pedro de Melo falecido a 8 de Dezembro de 1738. Do lado marata, defendia a fortificação o comandante Malhar Rao Holkar (*Selections from the Letters, Dispatches and other State Papers preserved at the Bombay Secretariat, Maratha Series*, vol. I, pt. 1, George W. Forrest (ed.), Bombay, Government Central Press, 1885, p. 26).

<sup>680</sup> Entre a morte de Pedro de Melo e a tomada de posse do novo general, a 8 de janeiro de 1739, assumiu *ab interino* o cargo de general João Xavier Pereira Pinto, capitão da praça de Baçaim (GRACIAS, J. A. Ismael, “Os últimos cinco Generaes do Norte”, *O Oriente Português*, vol. III, nº 7, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1906, p. 217).

Já em finais de Novembro de 1738, os maratas invadiam em força a jurisdição de Damão, voltando a cercar as suas fortificações principais. De pouco valeu ao Estado a assistência do regimento de cavalaria parsi ou dos “*naiques Variás*” ou dos “*lascarins*”. Dois meses volvidos, rendiam-se as fortificações de Mahim-quelme (Kelwamahim), Quelme (Kelwa) e Sirgão (Shirgaon). Em Fevereiro, caiu a importante fortificação de Tarapur, após teimosa defesa, o que precipitou a queda de Asserim (Asherigad) e Manorá (Manor)<sup>681</sup>.

Por esta altura chegou a Baçaim a notícia de que forças maratas haviam finalmente invadido Goa em larga escala, após meses de movimentações e escaramuças ao longo de suas fronteiras<sup>682</sup>. Por consequência, e dada a necessidade de poupar ainda mais os escassos recursos e tropas disponíveis, o general Martinho da Silveira recebeu ordens para evacuar todas as fortificações da PN excepto as suas quatro cidades fortificadas e Caranjá (Uran). Nessas cinco posições se deveria concentrar todos os recursos e resistência. A ordem traduziu-se no abandono de Versavá (Madh Island), Bandorá (Bandra) e Aguada de Dongrim (Dongri), posições na ilha de Salcete, e ainda a fortificação de Pareri (Pardi), a norte de Damão<sup>683</sup>.

Chimaji Appa ficava assim com o caminho livre para o assalto final a Baçaim, tendo reunido para o efeito no campo de Madrapôr (Vasai) vinte e cinco mil cavaleiros, quarenta mil peões, quatro mil mineiros, cinco mil camelos e cinquenta elefantes<sup>684</sup>. Ainda em Fevereiro, começaram os maratas a aproximarem-se das muralhas através de trincheiras e túneis. Nessas operações, eram assistidos por militares europeus filiados nos seus exércitos, beneficiando ainda de pólvora, artilharia e balas adquiridas ao ingleses em Bombaim.

Entretanto, a 21 de Março, Manaji Angre tomava São Miguel de Caranjá (Uran), incitando a população local a sublevar-se contra o capitão da fortificação. Galvanizado com este sucesso, Manaji tentou escalar as muralhas de Chaul, mas foi repellido. Voltou-se então contra o Morro de Chaul (Korlai), cercando a fortificação em inícios de Abril. Reforçada a sua guarnição a partir da praça de

---

<sup>681</sup> Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas datada de 20 de Dezembro de 1738, *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fl. 282v, HAG, cit. in LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 173, 174; Carta do governador de Damão Filipe de Valadares Sotto Mayor datada de Dezembro de 1738, *Livro das Monções nº 108*, Ms. 130, fl. 104, HAG, cit. in LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, p. 174; MONIZ, Anrónio Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. II, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, pp. 17, 18, 92, 93; *Selections from the Letters, Dispatches and other State Papers preserved at the Bombay Secretariat, Maratha Series*, vol. I, pt. 1, George W. Forrest (ed.), Bombay, Government Central Press, 1885, p. 27.

<sup>682</sup> Um forte exército marata invadiu Salcete de Goa a 23 de Janeiro de 1739 e Bardez, um mês mais tarde.

<sup>683</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas. Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 10, Bastorá, Tipografia Rangel, 1931, pp. 43, 48, 49.

<sup>684</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas. Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 12, Bastorá, Tipografia Rangel, 1932, pp. 77- 93.

Chaul, os portugueses fizeram uma sortida contra o arraial de Angre, situado na igreja franciscana perto do Morro de Chaul (Korlai), desbaratando-o<sup>685</sup>.

Em Baçaim, a situação dos portugueses era agora desesperada, visto que os maratas haviam minado o baluarte de São Sebastião, causando uma considerável brecha nas suas muralhas. Como já não havia munições nem mantimentos, o general Caetano de Sousa Pereira reuniu o seu conselho de oficiais, decidindo-se pela rendição da praça. Esta efectuou-se a 15 de Maio, assinando-se um acordo com os maratas no dia imediato. Através desse instrumento, os portugueses tiveram uma semana para reunir as suas posses e abandonarem a cidade, evitando assim o seu saque. Baçaim foi evacuada no dia 23 de Maio, antes do nascer do sol. Curiosamente, a rendição dos portugueses da capital da PN havia sido também determinada em Goa, com a ignominiosa capitulação da Raia, a 6 de Maio. Nesse tratado, o Estado sacrificou Baçaim em troca da sobrevivência de Goa, cujo território também se encontrava em grande parte ocupado. Esta notícia tardou a chegar a Baçaim, dadas as comunicações irregulares nessa altura do conflito<sup>686</sup>.

Extinguia-se assim a PN após vinte e cinco meses de guerra, e duzentos e cinco anos de existência. Ao invés de várias outras incursões maratas desde os tempos de Shivaji, a campanha de 1737-1739 não falhou os seus objectivos.

### ***Relações com os Ingleses e êxodo da PN***

Não restam dúvidas, após uma recensão da documentação de origem britânica, que a guerra entre portugueses e maratas foi encarada por Bombaim como uma oportunidade para obter a ilha de Salcete e consolidar a sua presença nas margens da sua baía. Tratava-se afinal de um desígnio antigo, negado ou impossibilitado durante décadas pela presença dos aliados portugueses. Embora não tenha localizado qualquer iniciativa para a concretização desse desígnio durante a guerra de 1737-1739<sup>687</sup>, naturalmente que aos ingleses interessava prolongar a guerra, na esperança que ambos os partidos esgotassem os seus recursos e ficassem em posições fragilizadas. A alimentação do conflito permitia também a venda de material de guerra e outros produtos a ambas as potências vizinhas, conduta natural para os agentes da *East India Company*.

---

<sup>685</sup> *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fls. 286, 286v, HAG; Ms. 6-17, vol. B, fls. 98-159, BPADE.

<sup>686</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas. Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 11, Nova Goa, Tipografia Bragança & Ca., 1931, pp. 57-77.

<sup>687</sup> O governo inglês em Bombaim chegou a ponderar fazer uma proposta secreta a Chimaji Appa no sentido deste entregar Salcete à *East India Company*, poucos dias após a sua conquista aos portugueses em 1737. Mas esta via de aquisição foi considerada demasiado hostil para a oficial aliança luso-inglesa (Proceedings and Consultations of the Government of India and of its Presidencies and Provinces, 5 January 1737-28 December 1738, IOR/P/341/9, fls. 124-126, BL, cit. in *Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. I, *History*, Government Central Press, Bombay, 1893, pp. 184, 185).

Por outro lado, desde o início da campanha que os ingleses se viram forçados a investir na defesa e guarnição de Bombaim, temendo um ataque marata a partir de Salcete<sup>688</sup>. Por esse motivo, e também para assegurar o escoamento de víveres de terra firme para o seu porto, os ingleses mantiveram contactos com os capitães dos exércitos maratas e também com a corte em Puna.

Nesse contexto, assistir os portugueses com tropas e embarcações em número significativo representaria arriscar a segurança de Bombaim, atraindo o ressentimento dos maratas. Efectivamente, desde o primeiro até o último dia da campanha de 1737-1739, houve uma intensa troca de correspondência entre Baçaim, Goa e Bombaim, na qual os portugueses frequentemente pediram ajuda aos ingleses e estes recusaram-se repetidamente vezes a prestá-la. Apenas o pedido dos jesuítas de Bandorá (Bandra) para o reforço da sua residência fortificada com uma guarnição inglesa foi acedido, mediante o pagamentos das despesas respectivas<sup>689</sup>.

Quando o primeiro reforço português vindo de Goa sob Pedro de Melo passou por Bombaim, o governador John Horne encontrou-se com o português, mas recusou novamente qualquer assistência para além de cem barris de pólvora<sup>690</sup>. Nova tentativa foi feita pelo novo general Cardim Fróis através do padre Manuel Rodrigo d'Estrada, que veio a Bombaim conferenciar com o presidente. Apesar desta recusa, determinou-se enviar um militar a Goa para debater directamente com o vice-rei as possibilidades de um ataque conjunto a Taná (Thane). Mas dessas conversações, apenas resultou Bombaim confirmar a sua relutância em assistir o Estado<sup>691</sup>.

Quando Pedro de Melo ajuntou em Dezembro de 1738 as tropas necessária para atacar Taná (Thane), foi morto na sua embarcação por um tiro de artilharia proveniente da fortificação dos Reis Magos (Majj Island). Várias fontes portuguesas e algumas inglesas mencionam que o artilheiro responsável pelo tiro certo era inglês e tinha sido enviado de Bombaim escassas horas antes do ataque propositadamente para obstruir a ofensiva portuguesa. Os registos oficiais do governo de Bombaim guardam silêncio sobre este episódio e dificilmente se poderá saber o que se passou exactamente naquele fatídico dia. Seja como for, este foi o momento decisor do conflito e os portugueses nunca recuperaram a sua capacidade ofensiva até à derrota final de Baçaim.

---

<sup>688</sup> Logo em meados de Abril de 1737, os ingleses contrataram soldados sidis de Danda-rajapur para guarnecer a fortificação e passagem de São (Sion) (*Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. I, *History*, Bombay, Government Central Press, 1893, pp. 178-179).

<sup>689</sup> Proceedings and Consultations of the Government of India and of its Presidencies and Provinces, 5 January 1737-28 December 1738, IOR/P/341/9, fls. 86-87, BL, cit. in *Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. I, *History*, Government Central Press, Bombay, 1893, pp. 181, 182.

<sup>690</sup> Note-se também como, em meados de Maio de 1737, as autoridades resolveram expulsar de Bombaim todos os refugiados de guerra da ilha de Salcete (Proceedings and Consultations of the Government of India and of its Presidencies and Provinces, 5 January 1737-28 December 1738, IOR/P/341/9, fls. 124-126, BL).

<sup>691</sup> Proceedings and Consultations of the Government of India and of its Presidencies and Provinces, 5 January 1737-28 December 1738, IOR/P/341/9, fls. 217, 255-256, BL, cit. in *Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. I, *History*, Government Central Press, Bombay, 1893, pp. 190-194; Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas datada de Outubro de 1737, *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fls. 290, HAG.

À medida que se apertou o cerco da capital da PN, os ingleses concederam auxílio em munições e dinheiro aos sitiados de modo a protelar o fim do conflito. Contudo, entrevendo já uma derrota final do Estado, mantiveram conversações com os maratas relativas à ilha de Salcete. Em Janeiro de 1739, os maratas avisaram Bombaim de que se aproximava a ofensiva final sobre todas as fortificações portuguesas e aconselharam os ingleses a evacuar Bandorá (Bandra). A casa jesuíta acabaria por ser demolida em Abril de 1739. Após a queda e êxodo de Baçaim, o general Caetano da Sousa Pereira dirigiu-se com os restantes soldados e moradores para Bombaim, em embarcações cedidas pelos ingleses. Aqui estiveram refugiados vários meses, situação que perturbou as autoridades ingleses. Parte destes refugiados, incluindo o general, chegou a Chaul a 18 de Outubro de 1739, a tempo de levantar o cerco que Manaji Angre movia à praça<sup>692</sup>. Mantiveram-se na cidade até inícios de 1740, aguardando por embarcações que os levassem para Goa. Contudo, a maior parte da soldadesca teve de regressar por terra, onde foi atacada repetidamente pelos maratas, perdendo mais de metade das suas fileiras<sup>693</sup>.

Finda a guerra, os ingleses de Bombaim enviaram ao vice-rei a conta das sua relutante assistência durante a guerra, totalizando mais de cinquenta e três mil rupias, entre as despesas para a guarnição de Bandorá (Bandra); quatro empréstimos a Baçaim em 1739; e outros custos com as negociações de paz, por eles mediadas<sup>694</sup>.

### ***Intervenções no Sistema Defensivo***

Para o presente período da história da PN, existe uma quantidade considerável de informação relativa a obras defensivas, reflectindo as fortes preocupações reformadoras do Estado para o território face à constante ameaça marata desde as primeiras incursões em 1718<sup>695</sup>.

Durante estas duas décadas, fundaram-se, aumentaram-se e repararam-se várias fortificações, sendo que o projecto mais ambicioso foi decididamente a cidadela de Taná (Thane), parte de um plano

---

<sup>692</sup> Em Bombaim ficou o capitão João Sousa Ferraz a assistir “*para as dependencias a elle encarregadas de Serviço de Sua Magestade*”. Foi assim o primeiro representante ou agente da “*nação portuguesa*” de Bombaim, cargo que evoluiria para o de cônsul (*Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fls. 286, 286v, HAG; *Selections from the Letters, Dispatches and other State Papers preserved at the Bombay Secretariat, Maratha Series*, vol. I, pt. 1, George W. Forrest (ed.), Bombay, Government Central Press, 1885, pp. 28-39; Ms. 6-17, vol. B, fls. 98-159, BPADE; Assento do Conselho da Fazenda datado de 4 de Dezembro de 1739, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 22*, Ms. 1180, fl. 107, HAG).

<sup>693</sup> GRACIAS, J. A. Ismael, “Os últimos dias de Baçaim”, *O Oriente Português*, vol. IV, nº 6, 7-8, 9, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1907, pp. 207-216, 255-266, 335-347).

<sup>694</sup> A soma total das despesas, enviada a Goa em Janeiro de 1740, cifrava-se em 53.101 rupias, incluindo as despesas com as deslocações dos capitães Inchbird e Frank von Gallenfeld ao Culabo (Alibhag) e à corte em Puna (*Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. I, *History*, Bombay, Government Central Press, 1893, pp. 221-225).

<sup>695</sup> Em Fevereiro de 1719, o vice-rei Luís de Meneses enviava novos regimentos para as quatro praças da PN e, possivelmente, também para as suas fortificações principais (Carta do vice-rei Luís de Meneses datada de 18 de Fevereiro de 1719, *Livro do Norte nº 2*, Ms. 1377, fls 84, HAG).



maior para encintar aquela vila. No distrito de Damão, a obra mais sonante foi a edificação do forte de Pareri (Pardi), iniciativa também há muito requerida pelos moradores daquela jurisdição. Simultaneamente, a ameaça de Kanhoji Angre e seus sucessores sobre Chaul levou a várias intervenções defensivas tanto na praça, como no Campo e ainda no Morro. De facto, o grupo de estruturas fortificadas de Chaul esteve quase constantemente em obras durante as duas décadas aqui abordadas.

A PN parece ter beneficiado da sinergia criada pelo bom relacionamento entre o empreendedor vice-rei João Saldanha da Gama, o general António Casco de Melo, e o feitor de Baçaim, André Ribeiro Coutinho. Efectivamente, entre 1728 e 1731, avultam as notícias relativamente a considerações ou intervenções sobre o sistema defensivo da PN envolvendo estes três oficiais<sup>696</sup>.

Neste contexto de intensa actividade obreira, importa realçar a presença de vários engenheiros - maioritariamente militares “*com experiência de engenheiro*” - na PN. Para além do referido André Ribeiro Coutinho, que assistiu em Baçaim entre 1728 e 1733<sup>697</sup>, salienta-se: Inácio Gomes Fragoso<sup>698</sup>; Francisco de Sarmay<sup>699</sup>; José Lopes de Sá; e António de Gávila<sup>700</sup>. Este último inaugurou em 1733 ou pouco antes, a cátedra da Aula da Academia Militar em Goa<sup>701</sup>.

Os conhecidos relatórios de Ribeiro Coutinho datados de 1728 e de 1733 e as informações comunicadas pelo general do Norte Luís Botelho, para além de outras fontes coevas, fornecem-nos um panorama bastante completo e homogéneo da situação do sistema defensivo da PN, imagem útil para compreensão da geografia do derradeiro conflito luso-marata na PN<sup>702</sup>.

---

<sup>696</sup> Em Abril de 1728, o general António Casco e Melo visitou as praças da jurisdição de Baçaim em companhia de André Ribeiro Coutinho (Carta do vice-rei João Saldanha da Gama datada de 11 de Maio de 1728, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fl. 22, HAG).

<sup>697</sup> Carta do vice-rei João Saldanha da Gama datada de 11 de Maio de 1728, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fl. 22, HAG.

<sup>698</sup> Inácio Gomes Fragoso partiu de Goa para a PN em Dezembro de 1725, com a patente de “*mestre-de-campo general de Infantaria*” e acompanhado por dois assistentes (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 17 e 20 de Dezembro de 1725, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fls. 255, 262v, HAG).

<sup>699</sup> De nacionalidade francesa e descrito como “*engenheiro e capitão de artilharia*”, Francisco de Sarmay assistia na PN em 1728, tendo sido contratado directamente pelo general da PN, António Casco de Melo (Carta do vice-rei João Saldanha da Gama datada de 18 de Agosto de 1728, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fls. 20v, 21, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 2 de Setembro de 1728, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 81v, HAG).

<sup>700</sup> O “*Tenente de Mestre-de-Campo Geral Joseph Lopes de Sá*” partiu para a PN em Outubro ou Novembro de 1735 (Assento do Conselho da Fazenda datado de 20 de Outubro de 1735, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 22*, Ms. 1180, fl. 31, HAG).

<sup>701</sup> Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas datada de 28 de Janeiro 1734 e carta do engenheiro-mor Joseph Lopes de Sá datada de 26 de Janeiro de 1734, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 770, 771, HAG.

<sup>702</sup> O relatório de 1728 foi encomendado pelo vice-rei João Saldanha da Gama (COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 34-59; Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas datada de 4 de Janeiro de 1733, *Livro das Monções 101-B*, Ms. 120, fls. 972 e segs, HAG; Carta do General da PN Luís Botelho datada de 15 de Julho de

Começando pelo extremo norte do território, a já referida fortificação de São Luís de Pareri (Pardi) foi fundada em 1720 na ressaca das incursões do rei de Sarceta do ano anterior. Participaram activamente nesta obra os principais foreiros da praga de Poarim, suportando um terço do seu custo. Próximo à elevação onde se implantou a fortificação, localizavam-se duas tranqueiras, “*Baldá*” e “*Sadolvará*”, provavelmente parte da linha de defesa preexistente em redor da elevação composta de torres e barreiras de materiais perecíveis. Coutinho criticou o desenho de implantação da nova fortificação, pelo que recomendava a edificação de mais um baluarte e um fosso. Já Luís Botelho pugnava pela edificação de uma capela para a sua guarnição, composta de quarenta soldados, defendidos por cinco peças de artilharia de fraco calibre<sup>703</sup>.

Mais perto de Damão e já na praga Naer, estava o forte de São Jerónimo em Damão Pequeno (Nani Daman), cuja arquitectura e desempenho do seu capitão arrancaram fartos elogios de Coutinho, apesar de também opinar que se havia sido feito “*sem justa causa*” relativamente à proximidade de Damão. Estava relativamente bem defendida em 1733, com cinquenta e quatro homens de guarnição, incluindo condestável e vigário<sup>704</sup>.

A praça de Damão, considerada por Coutinho como a de “*melhor consideração que tem toda a província*”, tinha a cerca abaluartada em bom estado, incorporando setenta e quatro peças de artilharia, sendo normalmente defendida por setenta soldados e doze artilheiros. Tanto Botelho como Coutinho não viam grande razão para se continuarem as obras do fosso – medida requerida pelos seus moradores – quando havia necessidades defensivas mais urgentes. Coutinho lamentava a proximidade das capelas de Nossa Senhora das Angústias e de Nossa Senhora dos Remédios às muralhas, e recomendava a reconstrução dos elementos que anteriormente haviam defendido o seu Campo (ou Damão de Cima): um conjunto de “*torres e três tanques*”. Aproveitava também para criticar a avareza dos padres administradores jesuítas da cidade<sup>705</sup>.

---

1733 e Relatórios de André Ribeiro Coutinho, datados de 6 de Julho e 31 de Dezembro de 1733, *Livro das Monções 102-B*, Ms. 122, fls. 627-636v, 643– 651v, 658-661, HAG).

<sup>703</sup> V. *infra*, 3.3.1. “São Luís de Pareri (Pardi)”, pp. 423-425 ([Memorial sobre o Estado da Índia] [Manuscrito], Conde de Ericeira D. Luiz de Menezes, Pangim, 22 de Outubro de 1720, *cod.* 6698, fls. 26v, 27, BNP; BARBOSA, José, *Epitome da vida do illustris. e excellentis. senhor D. Luiz Carlos Ignacio Xavier de Menezes...*, Lisboa, Offic. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1743, pp 45-46; Assento do Conselho da Fazenda datado de 13 de Março de 1727, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 25, HAG; COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 34, 53, 59; Relatórios de André Ribeiro Coutinho, datados de 6 de Julho e 31 de Dezembro de 1733, *Livro das Monções 102-B*, Ms. 122, fls. 643– 651v, 658-661, HAG; Assentos do Conselho da Fazenda datados de 1 de Setembro de 1735 e 10 de Abril de 1736, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 22*, Ms. 1180, fls. 21, 40v, HAG.

<sup>704</sup> V. *infra*, 3.2.2. “São Jerónimo de Damão Pequeno (Nani Daman)”, pp. 319-332 (COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 34; Relatórios de André Ribeiro Coutinho, datados de 6 de Julho e 31 de Dezembro de 1733, *Livro das Monções 102-B*, Ms. 122, fls. 643– 651v, 658-661, HAG).

<sup>705</sup> V. *infra*, 3.1.3. “Damão” pp. 263-296 (COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp.

Passando a Sangens (Sanjan), que na altura se reduzia a “*huma casa com hum mao baluarte e sinco ou seis pessas de artelharía*”, havia necessidade de dismantelar a sua primitiva cerca abaluartada, arruinada e abandonada desde as primeiras campanhas de Shivaji. Registam-se poucas notícias para fortificação após o primeiro relatório de Coutinho, para além da intenção de restauro da igreja de Nossa Senhora do Parto e da nomeação de um condestável para a sua guarnição, em 1736, o que provavelmente resultou de um reforço de artilharia<sup>706</sup>.

No governo do vice-rei Luís de Meneses iniciou-se uma reforma da fortificação de Tarapur, posição que apresentava “*grandes faltas e deffeitos*”, empregando-se uma planta analisada em Goa e reenviada para o Norte. Determinou-se então diminuir consideravelmente o circuito dos seus muros. Apesar da campanha de obras decorrente, em 1733 ainda haviam muitas secções de muralha sem parapeitos e às quais não se podia aceder. Inspirava também cuidados o baluarte de Nossa Senhora das Angústias pela sua reduzida altura. Tarapur defendia-se com uma vintena de bocas de fogo e uma companhia de sessenta homens “*do terço*”, mas que se subdividia em dois contingentes para guarnecer também a montanha de Santa Cruz (Asava)<sup>707</sup>.

Assim, como Tarapur, Mahim-quelme (Kelwamahim) era uma fortificação muito irregular, causando desalento a Coutinho. Apesar da importância económica da povoação e seu *hinterland*, a estrutura defensiva compunha-se na sua maior parte de materiais perecíveis ou adobes, unindo baluartes ou redutos de pedra e cal. Para além de advogar o arrasamento de todas as casas apegadas ao lado exterior do perímetro defensivo, Coutinho sugeria a construção de mais estacadas enquanto não se fizessem obras perenes. No seu relatório de 1733, recomendava a redução do seu circuito e a edificação de dois novos baluartes. A posição encontrava-se defendida por uma companhia de sessenta soldados, dos quais apenas sete eram europeus, e quinze peças de artilharia<sup>708</sup>.

A valiosa fortificação de Asserim (Asherigad) inspirava particular cuidado resultante do desleixo e abuso de poder dos seus capitães sucessivos, dos quais Coutinho era particularmente crítico, notando que não haviam feito “*mais que acrescentar ruína sobre ruína, e lentamente se vai desfazendo*”

---

34, 58; Relatórios de André Ribeiro Coutinho, datados de 6 de Julho e 31 de Dezembro de 1733, *Livro das Monções 102-B*, Ms. 122, fls. 643–651v, 658–661, HAG).

<sup>706</sup> V. *infra*, 3.3.2. “Sangens (Sanjan)” pp. 426–432 (Relatórios de André Ribeiro Coutinho, datados de 6 de Julho e 31 de Dezembro de 1733, *Livro das Monções 102-B*, Ms. 122, fls. 643–651v, 658–661, HAG; Assentos do Conselho da Fazenda datados de 22 de Setembro e 5 de Outubro de 1735 e 10 de Abril de 1736, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 22*, Ms. 1180, fls. 23v, 26, 40v, HAG).

<sup>707</sup> V. *infra*, 3.2.3. “Tarapur” pp. 333–344 (Carta do vice-rei Luís de Meneses datada de 8 Janeiro de 1720, *Livro do Norte nº 2*, Ms. 1377, fls. 93v, 94, 94v, HAG; COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 35, 59; Relatórios de André Ribeiro Coutinho, datados de 6 de Julho e 31 de Dezembro de 1733, *Livro das Monções 102-B*, Ms. 122, fls. 643–651v, 658–661, HAG).

<sup>708</sup> V. *infra*, 3.2.5. “Mahim-quelme (Kelwamahim)” pp. 369–378 (COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 34, 35, 59; Relatórios de André Ribeiro Coutinho, datados de 6 de Julho e 31 de Dezembro de 1733, *Livro das Monções 102-B*, Ms. 122, fls. 643–651v, 658–661, HAG).

na mão dos Portugueses o que mouros e gentios com tão louvavel cuidado e despeza fizerão e augmentarão”. Recomendava a reconstrução da igreja de Nossa Senhora da Conceição e o restauro da casa do capitão e do corpo da guarda. Era constantemente referida na correspondência a *pataya* de Asserim (Asherigad), a partir da qual os moradores se abasteciam de mantimento em caso de cerco. A posição de montanha defendia-se com uma guarnição de cento e cinquenta homens e três peças de artilharia, das quais “*não tinha necessidade*”. Ainda na opinião de Coutinho, estava num sítio onde se “*ninguem a entrega, ninguém a toma*”<sup>709</sup>.

A fortificação de Manorá (Manor) mereceu duras críticas do militar, dado uma elevação próxima que lhe ficava de “*padrasto*” e a fraqueza dos seus muros e baluartes. Recomendava-se o alteamento da muralha para se “*escuzar a despeza anual da estacada sobre ella*”, a construção de um novo paiol e a edificação de uma “*sacada*” sobre a porta da igreja de Nossa Senhora que ficava extra-muros. A sua guarnição contava, em 1728, com uma centena de homens e era defendida por oito peças de artilharia. Coutinho censurou os seu capitães sucessivos nos mesmos moldes que os de Asserim (Asherigad). Após 1728, a fortificação beneficiou de várias intervenções, especialmente durante o tempo em que nela assistiu o militar germânico von Gallenfeld<sup>710</sup>.

Continuando para sul na raia do distrito de Baçaim, região mais fustigada pela guerrilha marata, mereciam atenção as várias posições ao longo da “*estrada real*” que ligava Baçaim ao interior do Decão, passando pela ponte de Gocorvém (Gokhvire) e prosseguindo ao longo do rio Vaitarna e das praganas Hera e Solgão até Saibana Velha (Saivan), ponto ulterior de soberania portuguesa. Para proteger um dos desfiladeiros ou “*candes*” desse percurso, iniciou-se em 1729 a nova fortificação de Parol, segundo sugestão e traça de Coutinho, que havia criticado a tranqueira de Saibana Nova (Chandipo ou Mandvi). Contudo, esta última fortificação, conquistada pelos maratas em 1730, foi posteriormente reedificada pelos portugueses no tempo do vice-rei Pedro de Mascarenhas. Coutinho advogava também que a guarnição de Saibana Nova (Chandipo ou Mandvi) devia assistir parte do ano em Saibana Velha (Saivan), visto ser o único meio de prevenir as frequentes incursões depredatórias dos maratas, defendendo que a partir desta posição da raia deviam os portugueses retaliar em terras maratas e “*dar nas suas aldeas com tanta força, que saiba mais à tyrania de que à*

---

<sup>709</sup> V. *infra*, 3.2.3. “Asserim (Asherigad)” pp. 345-368 (COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 32, 33, 57, 58; Assento do Conselho da Fazenda datado de 13 de Maio de 1728, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 68v, HAG; Carta do vice-rei João Saldanha da Gama datada de 14 de Maio de 1728, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fls. 22, 22v, HAG).

<sup>710</sup> V. *infra*, 3.3.5. “Manorá (Manor)” pp. 439-447. Gallenfeld foi capitão de Manorá (Manor) entre ca. de 1728 e 1732 (COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 33, 34, 58; Cartas do vice-rei João Saldanha da Gama datadas de 11 de Março de 1729, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fl. 43v, HAG, Assentos do Conselho da Fazenda datados de 10 de Março 1729 e 26 de Abril de 1731, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 116v, 186, HAG).

guerra”. Nas várias fortificações e tranqueiras das praganas referidas e ainda na de Caimão assistiam cerca de duzentos e cinquenta homens<sup>711</sup>.

Para a capital da PN, a preocupação maior era a defesa do seu Cassabé, pelo que se tentou reforçar as defesas da zona de Sopará (Nallasopara), onde se situava a principal ponte e passo para a terra firme, secção da já referida “*estrada real*”. Em Baçaim propriamente dita, lastimava-se a brecha na face do baluarte de São Paulo, parcialmente afundado, e sugeria-se a plantação de salgueiros para estabilizar o solo circundante. Do lado norte da cerca abaluartada, o facto de o leito do esteiro transbordar sobre as várzeas apegadas às muralhas no período da monção podia danificar as estruturas, pelo que se recomendava a aquisição desse terreno pelo Senado e a edificação de maiores valados e de uma comporta. A cerca abaluartada da cidade jogava com noventa peças de artilharia e estava defendida por duas companhias, totalizando oitenta soldados “*naturaes*”, e ainda doze artilheiros<sup>712</sup>.

Indubitavelmente, a defesa da ilha de Salcete era a questão mais urgente para Coutinho a escrever em 1728, visto que com “*suas aldeas se substenta a mayor parte da jurisdição de Baçaim e corte de Goa*”. Dada a fragilidade defensiva da ilha, o militar advogava a edificação de uma “*praça real*” para defesa da povoação. Enquanto não houvesse meios financeiros para começar essa obra, sugeria a continuação do sistema já empregue na povoação, continuando-se “*huma linha exterior, que comprehenda todas as casas da povoação*”, dotada nos seus vértices com “*reductos, ou pequenos baluartes, capazes só de duas peças de artelharia*”. Após a tentativa de invasão da ilha em 1730, o Estado finalmente decidiu principiar a obra de um forte regular e moderno em Taná (Thane). O principal protagonista desse projecto foi novamente André Ribeiro Coutinho, militar “*com experiência de engenheiro*”, que delineou a planta-base e assistiu na obra durante o seu primeiro ano. Provavelmente, esta é a única obra defensiva da PN cuja concepção e evolução podemos seguir de perto, através das eloquentes peças desenhadas e dos vários relatórios e passagens constantes na correspondência entre os principais agentes associados ao projecto - incluindo os engenheiros por ele responsáveis. Em termos estritos este processo durou sete anos, culminando no momento da invasão de 1737, altura em que os maratas conquistaram a fortificação enquanto ainda decorria a obra<sup>713</sup>.

---

<sup>711</sup> V. *infra*, 3.3.1. “Saibana Nova (Mandvi ou Chandip)” pp. 468-472 (COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. 1, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 31, 32, 55, 56; Carta do vice-rei Saldanha da Gama datada de 18 de Julho de 1731 e 16 de Novembro de 1731, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fls. 53, 141v, HAG,

<sup>712</sup> V. *infra*, 3.1.2. “Baçaim” pp. 227-262; 3.4.2. “Distrito de Baçaim” pp. 515-551 (Carta do vice-rei Luís de Meneses datada de 20 de Outubro de 1718, *Livro do Norte nº 2*, Ms. 1377, fls 75, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 24 de Fevereiro de 1724, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fl. 160, HAG; Assentos do Conselho da Fazenda datado de 9 de Janeiro, 6 de Março e 23 de Agosto de 1731, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fls. 178, 182v, 192v, 193, HAG.

<sup>713</sup> V. *infra*, 3.2.1. “Taná (Thane)”, pp. 297-318. Assentos do Conselho da Fazenda datado de 9 de Janeiro, 6 de Março e 23 de Agosto de 1731, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fls. 178, 182v, 192v, 193, HAG; Carta

O capitão de Belafior do Sabaio (Belapur), forte “*exposto e costumado às invazões do inimigo*”, mereceu críticas de Luís Botelho, sendo velho e “*sem emenda*”. Coutinho sugeria a regularização do desenho da fortificação, transformando a sua forma “*pentagonica irregular*” num rectângulo, e edificando um baluarte indispensável à sua defesa. Era defendida por quatro companhias totalizando cento e oitenta homens e montava catorze peças de artilharia<sup>714</sup>.

Em São Miguel de Caranjá (Uran), fortificação irregular, pouco se poderia fazer para além de proteger alguns do ângulos salientes com redutos e nomear capitães que fossem zelosos, visto que havia “*alguns que athé os nosso inimigos os reprehendem por causa de sua ignorancia e frouxidão*”. Esta situação era de certo modo compensada pelo facto do seu Cassabé contar com quatrocentos “*moradores de espingarda, muito costumados a este genero de armas*”, mais “*do que no resto de toda a província*”. A sua guarnição era uma companhia de cinquenta soldados incluindo um artilheiro para manusear as suas seis peças de artilharia. A fortificação de Nossa Senhora da Penha (Dronagiri Hill), sobranceira a Caranjá (Uran), contava também em 1728 com uma companhia de cinquenta homens e seis peças de calibre pequeno<sup>715</sup>.

A cerca abaluartada de Chaul beneficiou de extensas campanhas de modernização durante todo este período, especialmente com a reedificação do baluarte de Santa Cruz ou de São João e da Madre de Deus, obra iniciada já em inícios de Setecentos. O seu fosso mereceu igualmente atenção, visto necessitar constantemente de ser desentulhado. A guarnição cumulava perto de cento e setenta homens, e contava com seis dezenas de peças de artilharia assestadas nos baluartes<sup>716</sup>. Em relação à zona extra-muros, o Campo de Chaul, também há registo de um número considerável de intervenções, destacando-se a fundação de um novo baluarte para o seu circuito, o de Nossa Senhora da Conceição, e os melhoramentos na atalaia de São João, próxima ao convento da Madre de Deus. Este Campo era defendido por uma vintena de canhões e duas companhias totalizando cento e vinte homens e ainda duas centenas e meia de milicianos “*bandarins, soldados que merecem*

---

do vice-rei João Saldanha da Gama datada de 20 de Agosto de 1731, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, HAG, fl. 130; LOBATO, *Alexandre, Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 139-167).

<sup>714</sup> V. *infra*, 3.2.7. “Santa Cruz de Belafior do Sabaio (Belapur)”, pp. 379-389 (COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 31, 32, 55, 56).

<sup>715</sup> V. *infra*, 3.2.7. “São Miguel de Caranjá (Uran)”, pp. 390-398 (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 1 de Fevereiro de 1720, 24 de Fevereiro de 1724, 29 de Abril de 1726, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fls. 46, 157, 229v, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 30 de Setembro de 1728, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 82v, HAG; COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 31, 32, 55, 56; Assento do Conselho da Fazenda datado de 19 de Outubro de 1733, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 262, HAG).

<sup>716</sup> Em 1733, a guarnição da praça compunha-se de três companhias do terço e uma de socorro enviada de Baçaim, totalizando cento e oitenta homens, dos quais apenas cento e setenta e cinco estavam efectivos (Relação de Philipe de Valladares de Sottomayor datada de 10 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 637-641, HAG).

*muito pelo bom serviço*". O estado de alerta das guarnições mereceu elogios de Coutinho, concluindo que Chaul era – como Damão - a “*mais consideravel*” de todas as praças da PN<sup>717</sup>.

Fechando o panorama defensivo da PN, estava a fortificação do Morro de Chaul (Korlai), uma “*admiravel peça*” com “*admiraveis couraças*”. Defendia-se em 1728 com cento e trinta soldados e trinta peças de artilharia e, em 1733, e estava bem apetrechada e em bom estado de defesa graças a várias campanhas de obras ao longo das décadas anteriores<sup>718</sup>.

Fica de fora desta perspectiva uma extensa lista de fortificações secundárias, tranqueiras, torres e casas-torre que pontuavam todo território, formando uma densa rede de dispositivos defensivos secundários. Estes contudo, raramente conseguiam opor resistência aos exércitos maratas no contexto de guerra aberta. De facto, toda esta rede defensiva foi facilmente transposta pelos maratas em 1737, como uma faca quente sobre manteiga. Nas palavras do vice-rei Pedro de Mascarenhas, “*sabem todos quanto aberta hé a sua fronteira*” da PN, “*e que sempre que os inimigos quizerão entrar nella, o fizerão sem dificuldade*”<sup>719</sup>.

Durante a guerra de 1737-1739, a rapidez com que os maratas conquistaram e cercaram a maior parte do território e fortificações descritas acima não permitiu aos portugueses, de modo geral, efectuar obras de porte nos seus dispositivos defensivos. Apenas aquelas posições que foram conquistadas ou ameaçadas mais tardiamente no conflito – como Damão, Chaul, ou Pardi (Pardi) – poderão ter tido significativas intervenções de benfeitorias nas suas estruturas.

Contudo, não foi possível localizar qualquer registo de tais melhoramentos. No caso de fortificações cercadas por longos períodos, como Baçaim, Versavá (Madh Island), Banderá (Bandra), Dongrim (Dongri) ou Tarapur – foi necessário reparar os troços de muralhas destruídos pela artilharia ou investidas dos sitiantes. Mas essas reparações de urgência foram seguramente intervenções *ad hoc* e de carácter temporário, à semelhança das que se improvisaram nos baluartes de Baçaim. Pode-se

---

<sup>717</sup> V. *infra*, 3.1.1. “Chaul”, pp. 187-226 (Cartas do vice-rei Luís de Meneses datadas de 11 e 30 de Agosto de 1719, *Livro do Norte nº 2*, Ms. 1377, fl. 86, 88, HAG; Assentos do Conselho da Fazenda datados de 12 e 29 de Agosto de 1719, 11 de Novembro de 1723, 24 de Julho de 1725, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fl. 20v, 21, 22v, 133v, 134, 135v, 243, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 3 de Fevereiro de 1728, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 60v, HAG; COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 35; Assento do Conselho da Fazenda datado de 23 de Setembro de 1734, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 22*, Ms. 1180, fl. 3, HAG; Assentos do Conselho da Fazenda datados de 31 de Outubro de 1719, 18 de Abril de 1720 e 1 de Fevereiro de 1721, 24 de Julho de 1725, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fl. 32v, 49v, 71, 243, HAG; Assentos do Conselho da Fazenda datados de 11 de Março de 1727, 10 de Fevereiro de 1729, e 5 de Fevereiro de 1733, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 24v, 115, 245v, HAG).

<sup>718</sup> V. *infra*, 3.2.8. “Morro de Chaul (Korlai)”, pp. 399-422 (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 28 de Agosto de 1721, 6 de Abril de 1724, 18 e 23 de Agosto de 1725, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fls. 76, 162, 246-247v, HAG; COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 35).

<sup>719</sup> Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas datada de 15 de Janeiro de 1738, *Livro das Monções nº 107*, Ms 129, fls. 229v-230, HAG.

assim concluir, até prova em contrário, que durante os dois anos em que lavrou a guerra final da PN, não se fundou nenhuma fortificação nem se procedeu a alterações ou acrescentos em materiais perenes nas fortificações existentes, com a possível excepção das suas três cidades fortificadas<sup>720</sup>.

### *Administração*

Durante este período, as preocupações defensivas praticamente monopolizaram as atenções da administração da PN. Para além das reformas que se introduziram no sistema miliciano, apenas naval e cada vez mais irrisório face ao poder dos inimigos neste período, o Estado optou por extinguir a tropa de cavalaria da jurisdição de Damão, resignando-se ao facto de que esta pouco ou nada poderia fazer contra a superior e numerosa cavalaria marata. Levantou-se antes uma companhia de granadeiros, na “*forma das companhias do terço*” e mais companhias “*volantes*” de infantaria para a jurisdição<sup>721</sup>. Em momentos de maior aperto, contratavam-se mercenários ou tropas afectas a outras nações para suprir a falta de efectivos militares.

Foi neste derradeiro período que vingaram as reacções às actividades da Inquisição na PN, com a conspiração dos moradores hindus de Salcete tendo em vista a expulsão dos portugueses. A este respeito, é particularmente eloquente uma carta do vice-rei João Saldanha da Gama. Começando por dizer que todos os mercadores do Estado eram, em 1729, “*gentios*” ou “*mouros*”, afirmava que estes tinham “*horror*” ao “*procedimento do Santo Ofício*” porque constando terem algum “*cabedal*”, eram acusados de “*crimes de infidelidade*” e as suas posses confiscadas. O vice-rei questionava-se qual o “*regimento que a Inquisição*” tinha “*para conhecer culpas de homens que nunca foram catholicos*”, concluindo que o despovoamento da PN em geral e da “*admiravel fabrica*” têxtil de Taná (Thane) em particular se deviam às consequências das diligências e prisões decretadas pela Inquisição sobre a população não-cristã do território<sup>722</sup>.

Não será descabido relacionar estas palavras do vice-rei com uma série de prisões ou fugas de moradores da ilha de Salcete ocorridas escassos anos antes. Processos como aquele movido contra Antaji Ragunath Kavle, foreiro ou “*vatandar*” da aldeia Malar (Malad), em 1726, ou deserções como as de Gangaji Naik e familiares em 1723 – proprietários em Bandorá (Bandra) que haviam

---

<sup>720</sup> Tanto em Baçaim como em Chaul e Damão se procedeu à construção de estacadas em madeira exteriores às respectivas cercas abaluartadas (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 9 de Maio e 17 de Setembro de 1737, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 22, Ms. 1180, fls. 65v, 77v HAG).

<sup>721</sup> A extinção da arma de cavalaria na PN ocorreu em 1729, directiva que se replicou em Goa em 1735 (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 2 de Setembro e 5 de Dezembro de 1729, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 20, Ms. 1179, fl. 131, 135v, HAG.; Carta do vice-rei João Saldanha da Gama datada de 10 de Outubro de 1729, *Livro da Correspondência de Baçaim* nº 5, Ms. 1253, fls. 59v, 60, HAG).

<sup>722</sup> Carta do vice-rei João Saldanha da Gama datada de 19 de Dezembro de 1729, *Livro das Monções* nº 98, Ms. 115, fls. 7, HAG, pub. in *Collecção de Tratados e concertos de pazes...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885, pp. 172-175.



perdido riqueza e privilégios —, foram os mais notórios neste período e ponto culminante da tendência persecutória iniciada na segunda metade de Seiscentos amiúde referida no presente trabalho. A pontaria destas diligências sobre Salcete levam-me a especular que, nesta fase, os procedimentos da Inquisição na PN poderiam estar sincronizados com a defesa dos interesses económicos dos jesuítas. Certo é que tanto Kavle como os Naik, depois de abandonarem Salcete, tiveram um papel activo nas campanhas maratas de 1724, 1730-1732 e especialmente na concepção e organização da sublevação de Taná (Thane) e derradeira invasão marata de Abril de 1737<sup>723</sup>. A escrever à posteriori, o capitão-mor da ilha de Salcete João de Sousa Ferraz não teve dúvidas em associar a “*traição dos gentios de Salcete*” às actividades da Inquisição, opinião secundada pelo vice-rei Pedro de Mascarenhas numa carta dirigida ao Santo Ofício<sup>724</sup>.

De referir ainda a consternação causada na PN por uma ordem régia para se “*compor uma História Eclesiástica do Ultramar*”, tarefa delegada em 1720 à recém-formada Academia Real da História Portuguesa. Para reunir a informação necessária relativa à arquidiocese de Goa, os párocos da PN procuraram levar a cabo o censo da população das suas aldeias. Estas inquirições causaram desconfiança entre a população não-cristã, pelo que o vice-rei Luís de Meneses recomendava ao general do Norte, em 1727, para apaziguar os ânimos do “*gentilismo*”<sup>725</sup>.

---

<sup>723</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “A campanha Luso-marata de Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 52, Bastorá, Tipografia Rangel, 1942, pp. 78-80; Carta de Xau Rajá datada de 24 de Novembro de 1724, *Livro das Monções nº 90*, Ms. 101, fl. 176, HAG, cit. in PISSURLENCAR, Panduranga, “Maratas em Baçaim” *O Oriente Português*, nº 7-8-9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1934-1935, pp. 334, 335; LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 168-172; XAVIER, Francisco Nery, *Collecção de Bandos e outras diferentes providencias das Novas Conquistas*, tom. II, p. 76; DIGHE, V. G., *Peshwa Bajirao I: Maratha Expansion*, Bombay, Karnatak Publishing House, 1944, pp. 163-165.

<sup>724</sup> Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas datada de 26 de Abril de 1737, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 6*, Ms. 1254, fl. 146v, HAG cit. in PISSURLENCAR, Panduranga, “Maratas em Baçaim” *O Oriente Português*, nº 7-8-9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1934-1935, pp. 374, 375; Carta do vice-rei Conde de Sandomil à Inquisição de Goa datada de 19 de Abril de 1737 e traslado de uma carta de João de Sousa Ferraz, *Livro de das Cartas e Ordens nº 20*, Ms. 814, fl. 213, HAG, cit. in PISSURLENCAR, Panduranga, “A campanha Luso-marata de Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 52, Bastorá, Tipografia Rangel, 1942, pp. 81, 82.

<sup>725</sup> Os principais resultados desta iniciativa da Academia Portuguesa da História foram compilados no códice 706 da Biblioteca Nacional de Portugal (Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Goa e seus suffraganeos por Henrique Bravo de Moraes datado de 1726, *cod. 176* (microfilme F 2527), BNP; Carta do vice-rei Luís de Meneses datada de 3 de Novembro de 1718, *Livro do Norte nº 2*, Ms. 1377, fls 75v, 76, HAG; Carta do vice-rei Saldanha da Gama datada de 31 de Outubro de 1727, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fls. 6, 6v, HAG; ROCHA, Leopoldo da, “Henrique Bravo de Moraes e a sua ‘Notícia’ inédita: ensaio bio-bibliográfico”, sep. do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1979, pp. 121-142).

## 2.7. Epílogo, 1739-1761

Com a queda e extinção da PN – e o desmembramento dos territórios em Moçambique escassos anos mais tarde –, a soberania do Estado da Índia ficou reduzida ao território das Velhas Conquistas em Goa<sup>726</sup>; aos exíguos circuitos em Damão e Diu; à ilha de Angediva; às ilhas de Solor e Flores; a uma mão cheia de locais costeiros na ilha de Timor, onde os “*governadores sucediam-se*” desde inícios de Setecentos “*sem conseguirem estabelecer um simulacro sequer de normalidade administrativa*”<sup>727</sup>; a Macau; e talvez ainda dois ou três hectares de hortas em Hugli<sup>728</sup>. O Estado da Índia “batia no fundo”, por assim dizer, dos seus quatro séculos e meio de história. Se a queda da PN foi a última derrota numa longa série de desastres militares para o Estado, representou também um ponto de charneira na sua história. A partir desse momento, apoiado por um maior investimento vindo da metrópole – especialmente tropas *regladas* e artilharia – e motivado também pela afirmação e preponderância da comunidade Católica de origem goesa, o Estado encetou nesse território o processo das Novas Conquistas, que viria a triplicar a sua área até finais de Setecentos. Este processo cumpria o duplo objectivo de conquistar um *hinterland* mais vasto para compensar o desequilíbrio económico resultante da perda da PN, “*sem o domínio*” da qual não podia “*subsistir seguramente o Estado, nem os seus vassalos*”<sup>729</sup>, e para evitar semelhante campanha militar através do controle da cordilheira dos Gates, barreira natural do território costeiro goês. Também noutros locais, como em Timor e na região de Bengala se procurou expandir ou reintroduzir a soberania portuguesa, embora a consolidação do território goês fosse prioritária para a Coroa. Durante esse período de intensa actividade militar em Goa ao longo da segunda metade de Setecentos, o Estado não perdeu a ambição de reconquistar a PN.

O desígnio de reconquista dos territórios perdidos constava do regimento do novo vice-rei Luís de Meneses marquês do Louriçal, que partiu de Lisboa à testa de um considerável exército sensivelmente ao mesmo tempo que se rendia Baçaim<sup>730</sup>. Meneses apenas arribou a Goa um ano mais tarde, altura em que já se tinham assinado vários tratados que oficializaram a derrota portuguesa, instituindo um exíguo termo em redor da praça de Damão, composto por parte das

---

<sup>726</sup> Acrescidos da ilha de Corjuém, anexada pelo Estado em 1706.

<sup>727</sup> “Timor”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXXI, Lisboa, Rio de Janeiro, 1978, p. 680.

<sup>728</sup> “Privilégios que o Imperador Mogol concedeu à caza do Bandel de Ugoly...”, *O Chronista de Tissuary*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), vol. I, nº 2, Fevereiro de 1866, pp. 60-62.

<sup>729</sup> Instrução ao Marquês de Castello Novo datada de 25 de Março de 1744, *Livro das Monções nº 117*, Ms. (?), fl. 173 e segs. HAG, pub. in *O Chronista de Tissuary*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), nº 19, Nova Goa, Imprensa Nacional, Julho de 1867, p. 158.

<sup>730</sup> Instruções para o vice-rei designado Marquês de Louriçal datadas de 2 de Maio de 1740, *Livro das Monções nº 111-B*, fls. 955-960v, *Fundo GIND*, cod. 2023, AHU.

aldeias das antigas praganas de Callana e Naer<sup>731</sup>. Chaul continuava ainda na posse do Estado, mas já se finalizavam as negociações para a sua entrega, motivada pela inexistência de qualquer alfoz agrícola para seu sustento e pela profunda decadência da cidade desde meados de Seiscentos<sup>732</sup>. Quatro anos mais tarde, nas instruções do vice-rei Pedro de Almeida e Portugal (g. 1744-1750), constatava-se a grande desproporção de forças entre o Estado e o reino marata, pelo que se recomendava contenção no desígnio da reconquista, esperando que os “*accidentes do tempo*” proporcionassem “*uma conjuntura oportuna*” para negociar com os generais maratas a restauração da PN, ou “*ao menos algumas das ditas praças com as suas Praganãs*”<sup>733</sup>.

A aguardada conjuntura ganhou forma após batalha de Panipat em 1765, que lançou a confederação marata num período de instabilidade. Logo no ano imediato, o Estado encomendou ao senado de Damão uma relação sobre as fortificações e forças maratas no antigo território da PN. Uma das constatações nesse documento referia a aspiração do “*Povo gentílico*” a ter “*alguma liberdade para viver na sua Ley*” sob a restaurada administração portuguesa<sup>734</sup>. Os anos de 1773 e 1774 foram ainda mais problemáticos para a corte marata em Puna (Pune)<sup>735</sup>. Assim, quando o novo governador Pedro da Câmara arribou a Goa em Setembro de 1774 com um forte contingente de tropas europeias, decidiu-se finalmente intentar a reconquista da PN<sup>736</sup>. Para tal, aprestou-se uma armada sob comando de José Sanches de Brito, que partiu de Goa rumo ao Norte em meados de Dezembro de 1774<sup>737</sup>.

Todos estes preparativos foram notados pelo residente inglês em Goa que os comunicou ao presidente de Bombaim escassos dias antes da armada de Brito surgir na baía daquela cidade<sup>738</sup>. Nesse preciso momento, os ingleses enviaram a sua própria esquadra e tropas para cercar Taná (Thane) e atravessar o rio de Bandorá-Mahim para a ilha de Salcete. Em cerca de duas semanas,

---

<sup>731</sup> SOARES, Pedro Celestino, *Documentos Comprovativos do Bosquejo das Possessões Portuguesas no Oriente*, tom. III, Lisboa, 1853, p. 18.

<sup>732</sup> *Arquivo Português Oriental*, António de Bragança Pereira (ed.), tom. IV, vol. II, pt. 3, Bastorá, Tipografia Rangel, 1938, p. 22.

<sup>733</sup> Instrução ao Marquês de Castello Novo datada de 25 de Março de 1744, *Livro das Monções nº 117*, Ms. 138, fl. 173 e segs. HAG, pub. in *O Chronista de Tissuary*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), nº 19, Nova Goa, Imprensa Nacional, Julho de 1867, p. 158.

<sup>734</sup> Cópia da representação para ver e saber as notícias das Terras e Fortalezas do Norte...datado de 1766, pub. in MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. II, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, pp. 87-95.

<sup>735</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “Notícias do Reino, Situação, Forças e Costume do Marata: uma relação inédita”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 77, Bastorá, 1959, pp. 44-50.

<sup>736</sup> Carta régia datada de 20 de Janeiro de 1774, pub. in MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. II, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, p. 97.

<sup>737</sup> Pissurlencar, Panduragna, “Portugueses e Maratas. Tentativas para a Reconquista da Província do Norte”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 44, Bastorá, Tipografia Rangel, 1940, p. 104.

<sup>738</sup> *A Calendar of Indian State Papers: secret series, Fort Wiliam, 1774-75*, Scott Smith (ed.), Record Commission, Calcutta, The Military Orphan Press, 1864, p. 68.

enquanto a armada de Brito permanecia ancorada ao largo de Bombaim, os ingleses conquistaram não apenas Salcete mas também a antiga pragana de Caranjá (Uran) e ainda Baçaim<sup>739</sup>. Terminava deste modo o projecto de reconquista da PN.

Apesar deste desaire, acentuou-se a fragilidade do reino marata e, em finais de Setecentos, os portugueses alcançaram negociar a cedência de um pequeno território perto de Damão em compensação pelo apresamento de uma embarcação do Estado em 1778<sup>740</sup>. Este território incluía algumas aldeias da antiga pragana de Loça do distrito de Damão e uma área maior anteriormente pertencente ao reino de Sarceta. A sua designação portuguesa, “*pragana de Dadrá e Nagar-Aveli*”, derivava do nome de duas das principais aldeias daquele território. Anexada entre 1782 e 1785, a soberania do Estado sobre esta pragana foi extremamente limitada – à semelhança do que se tinha passado anteriormente com a subdivisão de Loça – durante um século. Apenas em finais de Oitocentos se fixou uma pequena povoação e estrutura colonial na aldeia de Silvassa<sup>741</sup>. Até esse momento, como observou Cunha Rivara em 1859, a única construção de “*pedra e cal*” em toda a pragana era a casa do “*administrador das matas*” na aldeia de Dadrá<sup>742</sup>. Assim, não espanta que não tenha existido qualquer fortificação de origem portuguesa na pragana. Quando esta foi ocupada por forças insurgentes anti-coloniais em 1954, o ponto nevrálgico da resistência do Estado foi o diminuto posto policial de Dadrá<sup>743</sup>.

Continuaram também a fazer parte do Estado até Dezembro de 1961 as relíquias de Damão e Diu, “*nós agora inúteis e obsoletos onde o tempo ficara suspenso pelo receio de se desfazer a memória de um passado grandioso*”<sup>744</sup>. Foi também no pequeno circuito das aldeias em redor de Damão que se manteve ainda até inícios de Oitocentos o sistema de prazos e aforamentos vigente na antiga PN, embora com alterações e já sem qualquer obrigação miliciana. É assim plausível que tenham sobrevivido nesse território rural exemplos de casas senhoriais fortificadas ou pelo menos torres solarengas edificadas antes de 1739. Contudo, e para além de uma breve menção à casa rural da

---

<sup>739</sup> *Materials Towards a Statistical Account...*, vol. I, Bombay, Government Central Press, 1893, pp. 375- 395.

<sup>740</sup> MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. I, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, pp. 220-226, 304, 305.

<sup>741</sup> PINTO, A. de M., *Breves estudos referentes à praganá Nagara-Aveli*, Bombaim, 1892; PAES, L., “A Praganá de Nagar-Aveli”, *Boletim da Arquidiocese de Goa*, Série II, Ano V, nº 2, 1946, pp. 33-40.

<sup>742</sup> RIVARA, Joaquim da Cunha, *Memórias Biográficas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, p. 115; PINTO, Gonçalo Teixeira, *Memórias sobre as Possessões Portuguezas na Asia escriptas no anno de 1823*, Joaquim da Cunha Rivara (ed. e anot.), Nova Goa, Imprensa Nacional, 1859, p. 37.

<sup>743</sup> Apenas em 1940 foi introduzida a missão católica no território, a partir da igreja de Nossa Senhora da Conceição em Silvassa, consagrada ao culto em 1897 (“Nagar-Aveli”, *Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, sér. II, ano V, nº 2-3, 1946).

<sup>744</sup> ROSSA, Walter, *Cidades Indo-portuguesas*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos, 1997, p. 80.

aldeia de Ambavari<sup>745</sup>, não encontrei nenhuma descrição ou documentação sobre tais edificações. A memória da casa-torre terá caído assim no esquecimento, assim como tantos outros aspectos da história da PN.

Note-se ainda como a feitoria portuguesa de Surate permaneceu funcional até à primeira década de do século XIX, altura em que o profundo declínio económico daquela cidade levou ao êxodo dos últimos mercadores. Tendência inversa àquela da agência portuguesa em Bombaim, representação fundada em 1739 e que viria a ser redesignada por consulado na transição para Oitocentos. Esta legação diplomática, que ainda está em funções, acabaria por ser o catalisador de toda a “*nação portuguesa*” de Bombaim, ou seja, os católicos de ascendência indiana ou indo-portuguesa que permaneceram ligados à jurisdição do clero do Padroado. De facto, importa não esquecer que, à semelhança de tantos outros locais no subcontinente indiano, a presença e jurisdição espiritual da Igreja Católica entre populações de origem indiana ou indo-portuguesa manteve-se após a extinção da soberania do Estado. Foi também o que se passou na antiga PN. E apesar dessa ligação também se ter progressivamente enfraquecido, especialmente a partir da extinção da diocese de Damão afecta ao Padroado em 1925, muitos dos locais arqueológicos visitados e documentados ao longo da investigação para o presente trabalho devem a sua conservação – tanto no sentido físico como na memória – à presença de comunidades católicas locais.

---

<sup>745</sup> V. *infra*, 3.4.3. “Distrito de Damão”, pp. 552-566.

### **3. Análise dos Dispositivos do Sistema Defensivo**

#### ***Introdução***

Nesta segunda componente do trabalho abordar-se-ão os dispositivos do sistema defensivo do território da PN – os mais importantes de forma monográfica e os menos possantes de modo colectivo. Para efeitos desta análise e descrição, optou-se por agrupar estes mesmos dispositivos primordialmente em dois grandes grupos: o dos dispositivos ou objectos arquitectónicos; e o dos dispositivos de engenharia, no sentido mais estrito do termo. Destes dois grupos, apenas o primeiro será objecto de análise aprofundada no presente trabalho.

O grupo dos objectos de arquitectura divide-se por seu turno em quatro subgrupos: o dos núcleos urbanos com cerca abaluartada; das fortificações principais; das fortificações secundárias; e um último subgrupo abrangendo as tranqueiras, as torres, as casas-torre e alguns outros dispositivos menores.

O primeiro subgrupo, dos núcleos urbanos com cerca abaluartada, fica quase imediatamente definido pela sua designação. Inclui apenas casos em que uma porção de assentamento urbano ou cidade – no entendimento administrativo coevo do termo – ficou totalmente cercada por um perímetro defensivo eficaz e regularmente provido de baluartes com artilharia, incluindo ainda no interior do seu recinto todos os equipamentos necessários para resistir autonomamente a cercos prolongados, contando naturalmente com reabastecimentos pontuais a partir do mar. Excluindo à partida Diu - ausência já justificada no início deste trabalho -, este subgrupo restringe-se às três cidades de: Chaul; Baçaim; e Damão.

O segundo subgrupo, das fortificações principais, não se define de forma tão linear como o primeiro, sendo necessário justificar os critérios que o separam do subgrupo subalterno na hierarquia. Estes critérios de distinção são tanto de ordem administrativa ou de orgânica militar como de natureza arquitectónica. À priori, e a nível administrativo, apenas qualificam como fortificações principais aquelas que eram governadas por um capitão ou um capitão-mor sustentado, em conjunto com a respectiva guarnição, pelo Estado da Índia. Os requisitos arquitectónicos satisfazem um nível considerável de autonomia e robustez defensiva, obedecendo a cinco critérios específicos: um circuito defensivo implantado no solo exclusivamente através de materiais perenes; pelo menos três baluartes ou bastiões providos de artilharia; pelo menos uma secção de muralha com parapeitos; existência de uma estrutura religiosa dentro do recinto fortificado ou muito próximo da sua implantação; e finalmente, um franco acesso por via marítima ou fluvial. A título excepcional, inclui-se neste grupo das fortificações principais uma estrutura que não obedece a todos os critérios, Asserim (Asherigad), situação que será justificada na sua descrição.

Note-se ainda como apenas pode haver uma fortificação principal por subdivisão administrativa (excluindo o exíguo *hinterland* associado a Chaul), razão pela qual os capitães de várias fortificações principais acumulavam o cargo de tanadares das respectivas jurisdições. Esclarecidos estes critérios, incluem-se assim no grupo das fortificações principais oito casos: Taná (Thane); São Jerónimo de Damão Pequeno (Nani Daman); Tarapur; Asserim (Asherigad); Mahim-quelme (Kelwamahim); Belafior do Sabaio (Belapur); São Miguel de Caranjá (Uran); e o Morro de Chaul (Korlai).

O terceiro subgrupo, o das fortificações secundárias, fica melhor definido por exclusão de partes se atendermos às já referidas características das fortificações principais e também àquelas que definem o quarto e último subgrupo. Ou seja, inclui-se neste terceiro subgrupo vinte e duas fortificações que não qualificam como fortificações principais mas que também excedem ou extravasam as limitações definidas para as estruturas do quarto subgrupo.

O quarto e último subgrupo é o mais heterogéneo em termos arquitectónicos e nele se incluem várias estruturas de limitada vocação defensiva, tais como tranqueiras, torres, casas-torre e igrejas de vocação defensiva. No essencial, e excluindo as tranqueiras em materiais perecíveis, são estruturas defensivas que não encerram em si um recinto exterior mas apenas um espaço interior. As referidas tranqueiras, para pertencerem a este subgrupo, teriam de ter um perímetro defensivo - muralhas e bastiões ou torres - integralmente edificado em materiais perecíveis. Exemplificando, uma fortificação com metade das suas cortinas em materiais perecíveis e outra metade em materiais perenes qualificaria para pertencer ao terceiro subgrupo da hierarquia estabelecida. Pondo de lado as tranqueiras, todos os restantes elementos deste grupo apresentam apenas uma estrutura arquitectónica defensiva desprovida de um recinto exterior. Na maior parte dos casos, este elemento corresponde a uma torre. Esta poderia surgir isolada ou então integrada numa outra estrutura particular, como uma habitação. Finalmente, e na ausência de torres ou baluartes, consideram-se ainda como dispositivos de defesa outros tipos de construções com potencial defensivo: as casas senhoriais sem torre; certas estruturas religiosas; e ainda outras situações *sui generis* que se eximem a tipificações. Para este subgrupo, os dispositivos não serão analisados separadamente, mas sim colectivamente e dentro das circunscrições territoriais a que pertenceram.

Para além do grupo de objectos arquitectónicos assim subdivididos, existe toda uma miríade de estruturas de engenharia - ou seja, sem qualquer espaço interior habitável - que pontuavam o território e cuja importância para o sistema defensivo da PN é inegável: túneis; pontes; paliçadas ou muros desligados de qualquer estrutura arquitectónica; aquedutos; fontes canalizadas; pontões ou cais isolados; etc. Naturalmente que é impossível contabilizar quantos objectos desta natureza existiram no território da PN, sendo que no presente trabalho, apenas se consideram alguns exemplos ilustrativos para compreensão da sua relação com os objectos de natureza arquitectónica da rede de dispositivos defensivos da PN, que são o vero tema da presente investigação.

### 3.1. Cidades com cerca abaluartada

#### 3.1.1. Chaul

18°32'50"N, 72°55'38"E

*“Having crossed the gates, the tourist has before him a scene which may be equalled, but not surpassed, by any of the ruined cities of the Portuguese on the coast, except the old city of Goa. A pretty large town [...], with regular though unpaved streets, and huts of bamboo plastered with mud or cowdung and clay, and covered with a roof of palm-leaves and straw, ensconded in deep groves of trees, where many a carved stone and painted wood that once belonged to the Portuguese churches and monasteries is seen in grotesque patchwork.”*

Gerson da Cunha, 1876<sup>746</sup>.

#### **Introdução**

Implantada a 88 km a sul de Baçaim e aproximadamente 350 km a norte da foz do rio Mandovi de Goa, Chaul, designada oficialmente por São Pedro e São Paulo de Chaul<sup>747</sup>, representa a mais antiga povoação e fortificação portuguesa a integrar a extensão da PN. Pode-se considerar que a presença portuguesa no local decorreu entre 1516, altura em que a primitiva feitoria foi reconhecida por Ahmadnagar, e finais de 1740, momento em que a cidade foi entregue aos maratas mediante um tratado. Ou seja, uma camada histórica portuguesa de duzentos e vinte e quatro anos, particularmente rica em termos de arquitectura. E se associarmos Chaul portuguesa a Chaul de Cima (Cheul), antiquíssimo empório indiano da costa do Decão, o resultado é provavelmente o local mais rico e diverso em termos arqueológicos nas proximidades da actual cidade de Bombaim.

Em termos patrimoniais, a fortificação dita manuelina, a cerca abaluartada e ainda o campo fortificado de Chaul compõem um conjunto de inegável interesse histórico, sendo que as ruínas das duas primeiras fortificações estão em razoável estado de preservação, ao invés dos vestígios da terceira estrutura, que desapareceram aparentemente sem deixar rasto. Todo este conjunto completava-se, naturalmente, com o forte do Morro de Chaul (Korlai), na margem oposta do rio

---

<sup>746</sup> CUNHA, J. Gerson da, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein*, Bombay, Thacker, Vining & Co., 1876, p. 80.

<sup>747</sup> Designação oficial corrente pelo menos a partir de meados de Seiscentos (Certidão dos Juizes e mais oficiais de Chaul datada de 7 de Dezembro de 1667, Res. 2 – maç. 3, nº 5, fl. 8, SGL).



Kundalika e abordado individualmente no presente trabalho, contribuindo para tornar Chaul um dos locais mais robustos do ponto de vista militar na PN.

De facto, com a sua cerca abaluartada provida de fosso e de artilharia bastante; o campo fortificado defendendo uma produtiva área suburbana; e uma barra eficazmente defendida contra incursões ou bloqueios, Chaul representa um “*praça real*” exemplar no contexto do Estado da Índia. Chaul era ainda um ponto privilegiado para o Estado auscultar e contactar com as cortes do Decão, dada a sua proximidade a cidades como Ahmadnagar, Pune ou Satará. Apesar do profundo declínio da cidade portuguesa a partir da segunda metade de Seiscentos, este não se traduziu num abandono das suas estruturas defensivas, que foram sendo actualizadas e mantidas em bom reparo até o fim da existência da PN. Após esse momento, a cidade de Chaul arruinou-se paulatinamente ao sabor das intempéries, tendo cedo despertado o interesse de historiadores e curiosos, entre os quais importa nomear Gerson da Cunha e Gritli von Mitterwallner, sem os quais o nosso conhecimento de Chaul e sua arquitectura militar seria bem mais limitado.

### ***Período pré-português.***

A história da cidade e porto de Chaul de Cima (Cheul) recua pelo menos até os primeiros séculos da era Cristã, altura em que já se incluía numa alargada teia marítima, registando-se contactos com os chineses, por exemplo, para os séculos VI e VII. A sua vocação marítima contribuiu para a fixação de uma florescente comunidade muçulmana, por volta do século X e na centúria seguinte, “*Chemuli*” é mencionada como um dos portos principais da região da futura da PN, conjuntamente com Taná (Thane) e Sopará (Nallasopara). Após um período de alterações na soberania da cidade, Chaul de Cima foi incorporada nos sultanatos da dinastia bahmani pouco antes de 1350. A partir desse momento, a importância do seu trato marítimo aumentou, sendo que o período áureo da cidade começa com a sua integração no autonomizado sultanato de Ahmadnagar, por volta de 1490. Durante a centúria seguinte, Chaul de Cima desenvolveu-se enquanto dinâmico e cosmopolita empório marítimo, principal porto do sultanato e um dos maiores de toda a costa ocidental indiana<sup>748</sup>, tendo desde cedo atraído a atenção dos portugueses<sup>749</sup>.

---

<sup>748</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XI, *Kolaba and Janjira*, Bombay, Government Central Press, 1883, pp. 270-273, 469, 470.

<sup>749</sup> V. *supra*, 2.1. “Génese, ocupação e consolidação, 1521-1570”, pp. 13, 14.

### ***Período português, 1516-1570***

A primeira feitoria portuguesa em Chaul, em funcionamento desde pelo menos 1516, terá ficado perto ou no local onde veio a surgir a fortificação manuelina. Mas não se conhece qualquer documento relativo a elementos defensivos nessa feitoria, nem se pode precisar o local da sua implantação. Assim, o forte iniciado pelo governador Diogo Lopes de Sequeira em 1521, no rescaldo de uma guerra entre Ahmadnagar e o sultanato de Bijapur, constitui a primeira estrutura defensiva fundada pelos portugueses a norte da ilha de Tiswadi, Goa<sup>750</sup>.

Segundo a notícia de Fernão Lopes Castanheda, o governador começou por improvisar “*huma tranqueira bem fortalecida d’artelharia pera se defender se viessem imigos, em quanto fazia a fortaleza*”<sup>751</sup>. De implantação quadrangular, as obras começaram pelo flanco sul ou ribeirinho, “*onde logo se fundaram dous cubellos e huma torre de menagem, pera onde se fez a porta*”<sup>752</sup>. A pedra para esta edificação foi obtida em cavoucos no Morro de Chaul, local de grande importância para o controlo da barra do rio de Kundalika<sup>753</sup>. É provável que os autores desta primeira fortificação tenham sido Manuel da Ponte, “*mestre d’obras*”, e seu irmão João da Ponte que, segundo o relato pormenorizado de Gaspar Correia, acompanharam o governador Lopes de Sequeira na sua viagem ao Golfo de Cambaia<sup>754</sup>. Quando o governador partiu para Cochim, em Outubro de 1521, a “*fortaleza ficava somente com a torre de menagem no primeiro sobrado, e as outras officinas junto a ella, sem ter mais muro que as cerrasse, que a primeira cerca madeira*”<sup>755</sup>. Já em 1524, a estrutura estaria concluída no seu essencial, tendo havido uma intervenção importante dois anos mais tarde, estando o governador Lopo Vaz de Sampaio no local, quando se mandou “*reparar a fortaleza de Chaul, levantando a torre de homenagem*”<sup>756</sup>.

De implantação quadrada e sobre a praia do Kundalika, ao longo do seu flanco oeste situavam-se as casas do capitão, perto da porta principal de terra. As casas continuavam até à possante torre de

---

<sup>750</sup> Como afirmou Vítor Rodrigues, o forte manuelino de Chaul “*marca, por assim dizer, o ponto de partida do processo de estabelecimento militar dos portugueses numa área de grande valor estratégico para os seus designios expansionistas*”, a PN (RODRIGUES, Vítor Gaspar, “A Organização Militar da Província do Norte durante o Séc. XVI e Princípios do Séc. XVII”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, p. 247).

<sup>751</sup> CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, liv. V, cap. 72, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833, pp. 272-274.

<sup>752</sup> CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, Rodrigo José de Lima Felner (ed.), tom. III, pt. II, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1863, p. 660.

<sup>753</sup> CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, liv. V, cap. 74, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833, p. 276.

<sup>754</sup> CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, Rodrigo Lima Felner (ed.), liv. II, tom. II, pt. II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1861, p. 622.

<sup>755</sup> BARROS; João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década III, liv. VI, cap. 9, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777, pp. 82, 83.

<sup>756</sup> BARROS; João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década IV, pt. I, liv. I, cap. 5, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777, p. 26.

menagem, no vértice sudoeste da estrutura, marco fundamental para os marinheiros negociarem as restingas da foz do rio. À torre de menagem ficava justaposta uma torre mais baixa de planta hexagonal que, por seu turno, comunicava com uma plataforma de tiro ou couraça aposta ao flanco sul da fortificação. Nesta estrutura abria-se uma porta sobre a praia. O vértice sudeste do perímetro não apresentava, tanto quanto se sabe, qualquer torre, sendo que o ângulo nordeste detinha um bastião cilíndrico e o de noroeste apresentava uma torre de planta quadrada.

Foi esta a fortificação desenhada, no essencial, por João de Castro por volta de 1538. Mas o valioso documento iconográfico também representa uma cortina a arrancar a partir do ângulo nordeste da fortificação, percorrendo a ribeira, e terminando numa outra torre de dois pisos, possivelmente denominada por Santa Catarina ou “da Vaza”<sup>757</sup>. De acordo com descrições mais tardias, esta era uma sólida construção de dois pisos, com paredes de 3,3 m de espessura<sup>758</sup>. A meio dessa secção de muralha rasgava-se uma porta para a ribeira. Esta primeira expansão exterior à fortificação manuelina protegia assim a zona ribeirinha de Chaul, onde se implantou parte do primitivo casario português, perto da praia onde varavam as embarcações. Embora Castro não represente peças de artilharia, certamente terão existido tanto na torre de Santa Catarina como nos bastiões da fortificação manuelina. No desenho de Castro vê-se ainda uma estrutura religiosa, sobre a zona ribeirinha aparentemente a poente da fortificação.

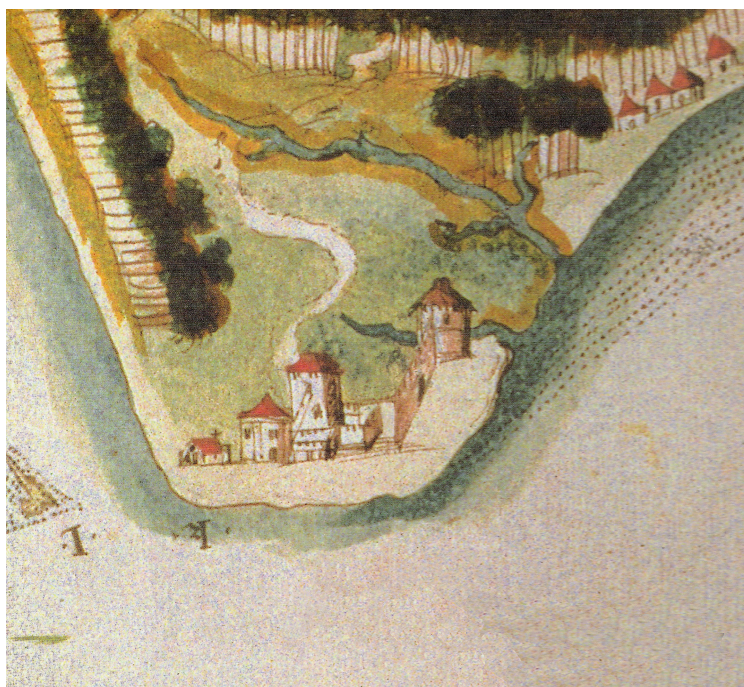


Fig. 13. Chaul, pormenor, ca. 1538 (Castro, *Roteiros...*, 1843)

<sup>757</sup> GOERTZ, R. O. W., *Attack and Defense Techniques in the Siege of Chaul, 1570-1571*, Sep. do II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 273, 274.

<sup>758</sup> ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Coleção “Pelo Império”, nº 109, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p 11.





# **Chaul (1521–1535)**

Legenda:

- 1 – Forte (iniciado em 1521)
- 2 – Torre de Santa Catarina (ca. 1525)
- 3 – Muralha e Porta do Campo
- 4 – Tranqueiras
- 5 – Igreja de Nossa Senhora do Mar (ca. 1535)
- 6 – Feitoria (localização hipotética)

Figura 14.



[A3]

Talvez seja possível imaginar a aparência da fortificação manuelina de Chaul e a sua primitiva povoação se, à representação de João de Castro, associarmos a vista de Challe (Beypura) incluída nas *Lendas da Índia* de Gaspar Correia<sup>759</sup>. Apesar de fundada uma década após Chaul, a fortificação de Challe (Beypura) apresenta também uma implantação quadrangular com uma torre de menagem num dos seu vértices, para além de três bastiões de planta circular nos outros. Várias canhoieiras abrem-se num nível inferior para fazer tiro rasante sobre o rio enquanto outras se abrem sobre parapeitos para fazer tiro de maior alcance para o lado da terra firme. Sobre este nível superior de canhoieiras, existe um segundo parapeito guarnecido por ameias. Este duplo sistema de parapeitos em dois níveis distintos pode ajudar a explicar a considerável espessura dos muros na fortificação de Chaul. À sombra dos muros da fortificação de Challe (Beypura), e num pequeno recinto protegido por um muro e uma tranqueira, vemos um estrutura religiosa e possivelmente um mandovim, para além de um singelo casario bem perto da ribeira onde estão varadas algumas embarcações.

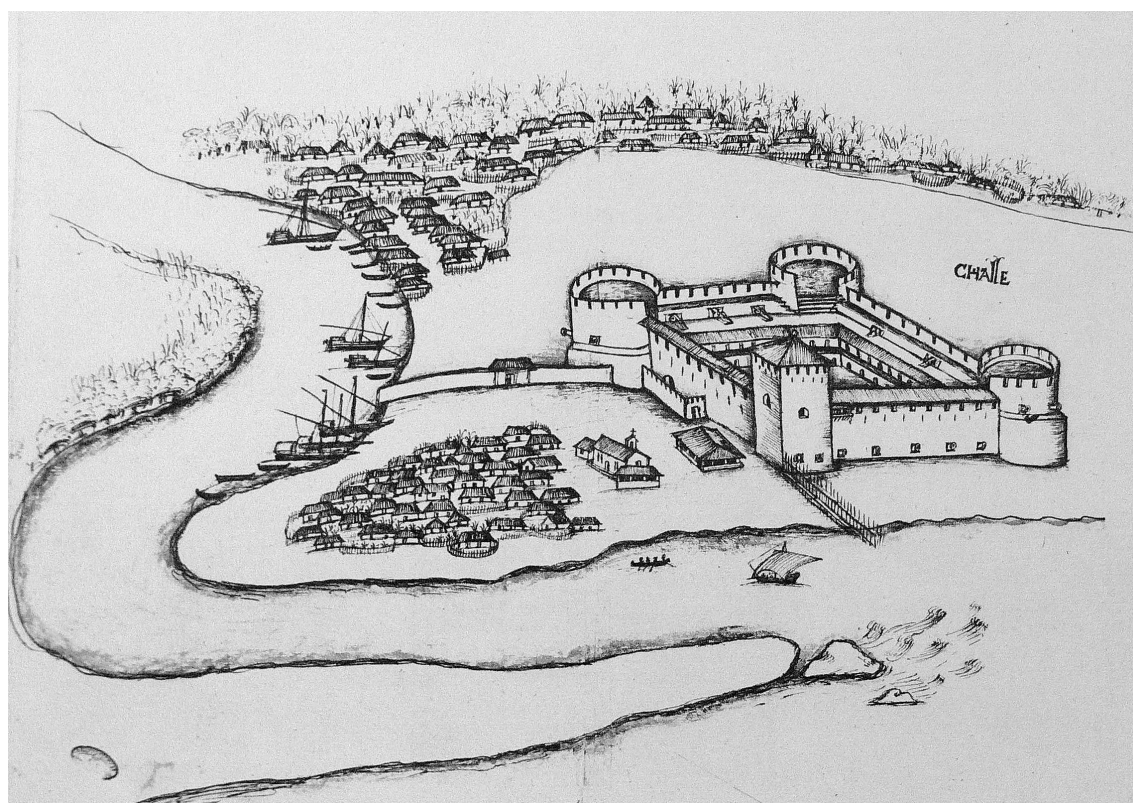


Fig. 15. Challe (Beypura), ca. 1540 (Correia, *Lendas...*, 1863)

Chaul terá tido um desenvolvimento acentuado durante o segundo e terceiro quartéis de Quinhentos. As edificações expandiram-se rapidamente, extravasando as zonas ribeirinhas e

---

<sup>759</sup> Challe (Beypura), coordenadas: 11°10'44"N, 75°48'14"E (CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, Rodrigo Lima Felner (ed.), liv. III, tom. III, pt. II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1863, p. 438).

envolvendo a fortificação e a torre “da Vaza” pelos lados norte e oeste. Durante esse processo de expansão urbana, não parece ter havido qualquer preocupação em implementar uma zona não *aedificandi* em redor do forte e da muralha ribeirinha. Meia centúria após a sua fundação, o forte manuelino era descrito pelo capitão de Chaul Luís Freire de Andrade como “*hum castello muito piqueno e velho e muy fraco*”, sendo que não poderia opor resistência eficaz a um exército sitiante<sup>760</sup>.

Por volta de 1570, o casario da cidade portuguesa tinha se expandido muito para além da sombra da fortificação manuelina e tanto o convento franciscano como a recém-construída casa dominicana polarizavam zonas densamente habitadas<sup>761</sup>. Mais para norte, ricas casas de mercadores e núcleos de populações não cristãs constituíam uma extensa zona suburbana, conhecida como o *Campo*, onde se situava a igreja de São Sebastião. Toda esta extensão de cidade estava praticamente desprotegida, ficando também a fortificação manuelina numa situação perigosa em caso de cerco, dada a abundância de estruturas em redor das suas muralhas.

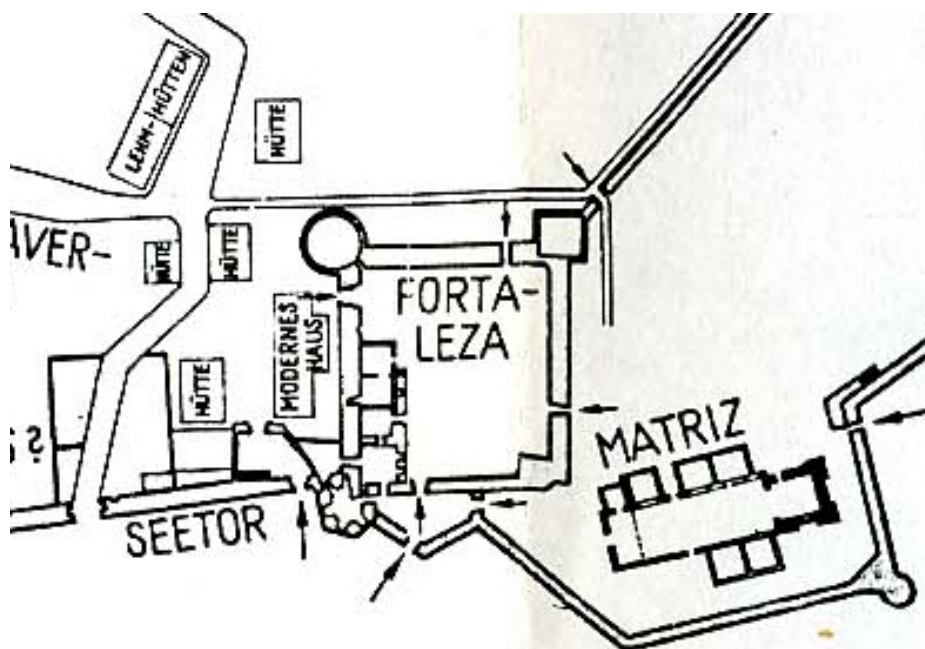


Fig. 16. Chaul, pormenor da planta da fortaleza manuelina (© Mitterwallner, *Chaul...*, 1964)

<sup>760</sup> Carta de Luís Freire de Andrade datada de 30 de Novembro de 1571, Corpo Cronológico 1-109-75, IAN-TT, pub. in GOERTZ, R. O. W., *Attack and Defense Techniques in the Siege of Chaul, 1570-1571*, Sep. do II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 286, 287.

<sup>761</sup> A fundação do convento dominicano de Nossa Senhora da Guadalupe teve uma grande importância no desenvolvimento urbano de Chaul. As obras da igreja, fundada cerca de 1555, tinham demorado mais de uma década, tendo sido sagrada ao culto apenas em Julho de 1570, escassos meses antes do início do cerco (PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorey Dom Luis de Ataíde*, Coimbra, Na impressam de Nicolao Carvalho, 1617, p. 99v; GOMES, Paulo Varela, MENDIRATTA, Sidh, “Igreja e convento dominicanos de Nossa Senhora de Guadalupe, Chaul”, *Património de Origem Portuguesa no Mundo, Arquitectura e Urbanismo*, vol. “Ásia e Oceânia”, José Mattoso (dir.), Walter Rossa (dir.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010).

### ***Período português, 1570-1683***

Devido à precária situação defensiva de Chaul, assim que soube dos desígnios inimigos no além-Gates em Setembro de 1570<sup>762</sup>, o capitão Luís Freire de Andrade começou a improvisar uma linha de defesa “*muito para dentro da povoação*”. Esta barreira, articulando-se entre o casario e quintais da cidade, compunha-se de “*tranqueiras de paaos e paredes de pedras e barro e emtulhos*”. Para estas obras foram aproveitados os materiais construtivos – “*taboado, pedras e mais cousas*” – das casas imediatamente exteriores ao mesmo perímetro. Os pontos nevrálgicos deste perímetro eram as “*bocas das ruas que sabiam para o campo*”, onde foram edificadas “*tranqueiras*” mais sólidas ou proto-baluartes para disparo de artilharia. Estes eram dispositivos de formas e materiais variados, celeremente construídas, não ultrapassando os 2,2 m de altura. Do seu lado interior, apunham-se entulhos para sustentar artilharia ou andaimes para tiro e circulação de espingardeiros<sup>763</sup>.

O alinhamento deste perímetro defensivo é difícil de determinar com rigor. Segundo Goertz, uma secção corria desde o convento dominicano até à Misericórdia e daí em direcção a nordeste até ao esteiro de Chaul, abraçando assim uma área triangular da cidade que deixava de fora muitas das suas casas e ainda o convento franciscano de Santa Bárbara. A secção de cortina que defendia a ribeira a leste da fortaleza manuelina foi reforçada, tendo-se igualmente improvisado uma linha defensiva ao longo da margem do rio Kundalika a oeste da fortaleza, fechando o perímetro no convento dominicano. Ainda na opinião de Goertz, o bastião ou estância no vértice nordeste deste triângulo foi denominado São Tiago enquanto que aquele situado entre este e a torre da couraça ribeirinha (Santa Catarina ou “*da Vaza*”) foi designado por Santa Cruz<sup>764</sup>. A esta reconstituição acrescenta-se certas posições ou “*estâncias*”, exteriores ao perímetro mas igualmente fortificadas, tais como o convento franciscano de Santa Bárbara, sendo que algumas destas posições foram unidas ao perímetro por passagens muradas ou por passagens abertas nas paredes meãs das casas<sup>765</sup>.

---

<sup>762</sup> Segundo uma missiva do próprio capitão da cidade Luís Freire de Andrade, os mercadores ou agentes portugueses em Ahmadnagar com quem mantinha correspondência eram *Janalvarez de Magalhães* e *Lopo Suaréz* (Carta de Luís Freire de Andrade datada de 30 de Novembro de 1571, Corpo Cronológico 1-109-75, IAN-TT, pub. in GOERTZ, R. O. W., *Attack and Defense Techniques in the Siege of Chaul*, 1570-1571, Sep. do II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 286, 287).

<sup>763</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, cap. 33, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 288-290; Carta de Luís Freire de Andrade datada de 30 de Novembro de 1571, Corpo Cronológico 1-109-75, IAN-TT, pub. in GOERTZ, R. O. W., *Attack and Defense Techniques in the Siege of Chaul*, 1570-1571, Sep. do II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 286, 287; ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Coleção “Pelo Império”, nº 9, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p. 11.

<sup>764</sup> GOERTZ, R. O. W., *Attack and Defense Techniques in the Siege of Chaul*, 1570-1571, Sep. do II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 273, 274.

<sup>765</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, cap. 33, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 288-290; ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Coleção “Pelo Império”, nº 9, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 9-12; Carta de Luís Freire de Andrade datada de 30 de Novembro de 1571, Corpo Cronológico 1-109-75, IAN-TT, pub. in GOERTZ, R. O. W., *Attack and*



As primeiras escaramuças com as tropas de Ahmadnagar, em finais de Novembro de 1571, ocorreram no Campo e casario em redor da capela de São Sebastião, zona que foi rapidamente conquistada pelos indianos. Estes aproveitaram as “*casas da Madre de Deus*” para quartel, tendo implantado um extenso hemicírculo de artilharia desde a estrutura religiosa até às “*casas de Diogo de Guião*”, situadas na margem do esteiro, no “*passo das almadias*”. Também assestaram artilharia no Morro de Chaul (Korlai). O convento franciscano de Santa Bárbara foi uma das estruturas mais fustigadas pelas barragens de artilharia. No seu interior foram assentados canhões em andaimes improvisados no corpo da igreja e que disparavam pelas suas janelas. O convento foi evacuado em Fevereiro de 1571, tendo os portugueses incendiado o que restava da estrutura. Outro local extensamente bombardeado foi a tranqueira ou proto-baluarte de Santa Cruz, na zona oposta da cidade e a nordeste da ribeira. Com a evacuação do convento franciscano, aproximaram-se as forças de Ahmadnagar da casa dominicana de Nossa Senhora da Guadalupe. Esta foi então fortificada, numa altura em que uma das paredes do corpo da igreja e o seu tecto tinham já desabado. A sua capela-mor foi transformada em baluarte, tendo a sua abóbada sido desmantelada pelo mesmo mestre-de-obras que a havia edificado. Mais tarde, o próprio corpo de igreja foi transformado em posição de artilharia, sendo que as forças de Ahmadnagar chegaram a ocupar as dependências do claustro do convento, ficando praticamente cara-a-cara com os portugueses entrincheirados na igreja<sup>766</sup>.

Após meses de baterias e ataques pontuais, e com os portugueses apinhados em redor da fortaleza manuelina e na ribeira, as forças do sultanato lançaram um ataque geral. Este ocorreu em inícios de Julho de 1571, tendo sido decisivamente rechaçado, pelo que se começaram a negociar tréguas no final desse mês<sup>767</sup>. Com as chuvas da monção, levantou-se o cerco de Chaul e conclui-se a guerra que destruiu a maior parte da cidade. Como que para comprovar essa destruição e a tenacidade dos sitiados, o capitão Luís Freire de Andrade enviou para o reino “*dous retratos de Chaul, hum de como estava antes do serquo e outro depois delle posto*”<sup>768</sup>.

---

*Defense Techniques in the Siege of Chaul, 1570-1571*, Sep. do II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 274, 275).

<sup>766</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, caps. 33, 36, 38, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 290-296, 356, 421).

<sup>767</sup> As negociações começaram a 24 de Julho de 1571 (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, cap. 38, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, p. 445).

<sup>768</sup> É possível que tenha existido outro testemunho do cerco na forma de um pequeno monumento: um arco sobre a rua que ligava o convento dos agostinhos ao centro da cidade, conforme sugerido pela iconografia Seiscentista e por levantamentos topográficos mais recentes (Carta de Luís Freire de Andrade datada de 30 de Novembro de 1571, Corpo Cronológico 1-109-75, IAN-TT, pub. in GOERTZ, R. O. W., *Attack and Defense Techniques in the Siege of Chaul, 1570-1571*, Sep. do II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 286, 287; BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992).





### Chaul (1570-1571)

Legenda:

- 1 – Forte (iniciado em 1521)
- 2 – Torre de Santa Catarina (ca. 1525)
- 3 – Estância ou proto-baluarte de Henriques de Bettencourt, Fernão Pereira de Miranda e Fernão Teles
- 4 – Estância ou proto-baluarte de Rui Pires de Távora
- 5 – Estância de Heitor de Sampaio
- 6 – Estância de Nuno Álvares Pereira
- 7 – Tranqueiras
- 8 – Alinhamento da cerca abaluartada iniciada após 1571
- 9 – Convento franciscano de Santa Bárbara
- 10 – Convento dominicano de N. Sra. da Guadalupe
- 11 – Misericórdia
- 12 – Igreja Matriz
- 13 – Feitoria (localização hipotética)

Figura 17.



[A3]

Na opinião de Goertz, um dos factores que contribuiu para a eficaz defesa de Chaul face a um exército e artilharia em clara superioridade numérica foi o emprego da “*trincheira entulhada*”, uma obra militar incorporando um parapeito escavado na terra, primeiramente adoptado pelo capitão Agostinho Nunes na sua estância na zona noroeste do perímetro defensivo da cidade. A altura reduzida deste tipo de barreira fazia com que grande parte da artilharia inimiga sobrevoasse os defensores, tornando mais fácil a sua reparação quando os projecteis a alcançavam. Constituíra também uma posição mais adequada para o tiro de espingardaria contra alvos a curta distância<sup>769</sup>.

Findo o cerco de 1570-1571, começou o processo de reconstrução em Chaul e do encintamento da cidade por uma cerca abaluartada. Nas palavras do jesuíta Monclaro, a porção de assentamento que se decidiu então encintar correspondia a “*um terço*” da extensão urbana anterior à guerra<sup>770</sup>. Infelizmente, existem escassos documentos sobre o faseamento e evolução das obras da nova fortificação de Chaul. É verosímil que estas tenham começado pelos três possantes baluartes no flanco norte onde se abriu a porta “*do Campo*”. Esta era afinal a zona da cidade mais atreita a ataques terrestres e aquela mais afectada pelo cerco<sup>771</sup>.

Também se afigura provável que os locais de implantação de alguns dos novos baluartes correspondesse àqueles dos proto-baluartes edificados durante o cerco e que pelo menos as zonas sul e leste da muralha de pedra e cal correspondesse, grosso modo, ao alinhamento das tranqueiras pré-existentes. Assim, desde o convento dominicano, ao longo da ribeira e flanco sul da cidade, passando pela fortificação manuelina, prosseguindo pela cortina até o baluarte de Santa Catarina e até o futuro baluarte de Santa Cruz – todo este perímetro provavelmente correspondia ao alinhamento daquele improvisado durante o cerco. Para os restantes flancos da nova cerca abaluartada, a oeste e norte, a nova traça implantou-os um pouco para além ou para norte da linha de tranqueiras. Infelizmente, nos novos baluartes de pedra e cal, não se conseguiu localizar qualquer inscrição epigráfica a atestar o início ou conclusão da sua edificação.

Paralelamente ao estaleiro da cerca abaluartada, iniciou-se a reconstrução da cidade. A Misericórdia e inúmeras casas privadas haviam sido completamente arrasadas – como as do “*soldado*” António Fernandes<sup>772</sup> – e os conventos tiveram de ser reedificados. A reconstrução de Nossa Senhora de Guadalupe, por exemplo, iniciada apenas em 1580, durou cerca de uma década, resultando numa

---

<sup>769</sup> GOERTZ, R. O. W., *Attack and Defense Techniques in the Siege of Chaul, 1570-1571*, Sep. do II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 282, 283.

<sup>770</sup> Carta do Padre Francisco de Monclaro datada 18 de Outubro de 1575, in *Documenta Indica*, Joseph Wicki (ed.), vol. X, Roma, Typis Universitatis Gregorianae, 1968, p. 3.

<sup>771</sup> Cf. LOBO, Francisco Sousa, “Indo-portuguese Fortification”, *IX Seminar of Indo-Portuguese History*, New Delhi, 7/12/1998 a 11/12/1998, texto dactilografado, p. 15.

<sup>772</sup> PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorey Dom Luis de Ataíde*, Coimbra, Na Impressam de Nicolao Carvalho, 1617, p. 114v.

igreja de “*uma só nave, com capella mor d’abobada alterosa, e bem feita*”, sendo todo o convento de “*bom edificio, acompanhado de hortas, e tanques, e tão boa cerca, que a mor parte della he a mesma que faz muro à cidade*”<sup>773</sup>.

Quando soou novo alarme de cerco a Chaul, em 1593, as notícias coevas indiciam que o essencial da nova cerca abaluartada estava já operacional, embora os moradores e soldados continuassem a laborar na sua conclusão e aperfeiçoamento. Desta feita, os portugueses optaram por fortificar o convento da Madre de Deus, no extremo norte do Campo de Chaul, guarnecido com duzentos homens e quatro capitães em meados de 1593<sup>774</sup>. É assim possível indicar este conflito como catalisador da fortificação do Campo de Chaul, processo iniciado pela fortificação e guarnição do referido convento. Infere-se ainda dos relatos da época que, com a defesa do Campo e as ofensivas portuguesas sobre Chaul de Cima (Cheul) e outros locais, as forças do sultanato não alcançaram danificar os novos baluartes da cerca da cidade<sup>775</sup>. Ainda assim, para maior segurança da cerca abaluartada da cidade, no ano imediato à vitória do Morro (Korlai), o vice-rei Matias de Albuquerque proibia a construção de casas “*sobradadas*” no Campo de Chaul e determinava que todas as casas “*terreas*” na mesma zona área fossem construídas de “*paredes fracas*” e afastadas “*setenta braças craveiras*”, ou cerca de 154 m das muralhas, sob pena de demolição<sup>776</sup>.

Volvidas duas décadas, Chaul foi novamente atacada pelas forças de Ahmadnagar. O Campo da cidade foi desta feita o palco privilegiado de operações, consolidando-se o seu perímetro defensivo. Para além do guarnecimento do convento da Madre de Deus, foram também fortificadas as casas de Francisco Bocarro e de Gonçalo de Abreu, “*com o que ficou o campo e distrito delle como cercado, e em apontando os mouros se desparava uma câmara, com que logo acudiam da cidade, e não havia lugar para fazerem o dano referido*”<sup>777</sup>. Para além dessas diligências, o vice-rei Jerónimo de Azevedo determinou destruir os *vallados* dos arrozais que estavam ao longo do esteiro a leste do Campo de

---

<sup>773</sup> SOUSA, fr. Luís de, *Terceira Parte da História de S. Domingos, particular do reino e Conquistas de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Typographia do Panorama, 1866, p. 440.

<sup>774</sup> O convento foi guarnecido com duzentos soldados e quatro capitães (“Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visorrei do Estado”, Antonella Vignati (ed.), *Mare Liberum*, nº 17, Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 282-283, 284-286, 294; ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Colecção “Pelo Império”, nº 109, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 12-20; BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década XI, cap. 32, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 165-167).

<sup>775</sup> ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Colecção “Pelo Império”, nº 109, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p. 25-35, 45-47; [Certidão de serviços de] *Nicolaou Barretto da Fonseca, filho de Duarte da Fonseca...*, Goa a 13 de Novembro de 1640, *cod.* 6946, fl. 63v, BNP.

<sup>776</sup> Alvará do vice-rei Matias de Albuquerque datado de 10 de Novembro de 1595, *Livro de Alvarás nº 1*, fl. 73, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. II, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 562, 563.

<sup>777</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), vol I, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1876, pp. 19, 20, 68.

Chaul, desde o “*Passo das almadias*” até “*Regaçaym*”, ficando deste modo “*aquela cidade, com os seus arrabaldes, em ilha*”<sup>778</sup>.

Terminada a guerra de 1612-1615 e as obras de reparação decorrentes, a cerca abaluartada de Chaul estaria então concluída e o perímetro defensivo do seu Campo - muito provavelmente uma linha de tranqueiras intercalada por algumas estruturas em pedra e cal - em estado defensável. Aparentemente, cidade recuperou das três guerras que a afectaram no intervalo de cinquenta anos, ficando também reconhecida a soberania portuguesa sob o Campo e numa extensão que se prolongava até ao esteiro de Regaçaim, ou seja, 3,2 km para norte da cerca abaluartada. Nessa extensão de faixa costeira, extinguiram-se as rendas que os portugueses pagavam ao sultanato de Ahmadnagar<sup>779</sup>.



Fig. 18. Chaul, ca. 1610 ([seg. Erédia], *Códice de São Julião da Barra*, ca. 1622)

<sup>778</sup> Alvará do vice-rei Jerónimo de Azevedo datada de 9 de Maio de 1613, *Livro de Alvarás nº 3*, fl. 107, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), vol. VI, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 963, 964.

<sup>779</sup> Como consequência desta acção, o sultanato deixou de pagar a totalidade das párias anuais acordadas em troco da cedência das fortificações de Carnalá (Karnala) e Sanguicá (Sankshi) (BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), vol II, Lisboa, Academia Real das Ciencias de Lisboa, 1876, p. 700)

Nas primeiras décadas de Seiscentos, Chaul era uma cidade com setecentos casados portugueses ou descendentes, existindo “*adentro*” várias casas de “*gentios e mouros*”, totalizando assim quase dois mil vizinhos<sup>780</sup>. É este o cenário captado pela iconografia de Barreto de Resende, uma das mais eloquentes do conjunto da sua produção, e cuja análise pormenorizada se torna essencial para uma reconstituição gráfica do traçado urbano e arquitectura da cidade. Confrontando esta vista de Chaul com os relatórios coevos e as obras determinadas pelo engenheiro Manuel Homem de Pina, ficamos com uma noção bastante informada acerca do estado das defesas da cidade e das intervenções necessárias à sua reforma e optimização.

Nos seus apontamentos datados de 1634, a primeira preocupação de Homem de Pina foi defender a igreja matriz, edificação extra-muros implantada num local muito próximo do vértice sudeste da fortificação manuelina. Para tal, foi ordenada a construção de um pano de muralha desde o baluarte de “*São Pedro e São Paulo*” até à “*esquina da igreja, na coal se fará hum reducto em que possão jugar coatro pessas de artelheria, e do dito reducto se fará outro lanço de muro a fechar no beluarte da fortaleza em que vive o capitão*”. A vista de Resende evidencia já algumas secções deste muro e baluarte de esquina para a artilharia. Contudo, esta obra apenas ficou concluída na década de 1670<sup>781</sup>. Partindo do princípio que Homem de Pina e, por consequência, Barreto de Resende tenham acertado na designação do baluarte de “*São Pedro e São Paulo*” - e que Mitterwallner identifica por “*São Filipe*”<sup>782</sup>- este corresponde então àquele edificado muito próximo da antiga torre de “*Santa Catarina*”, cujas ruínas ainda são identificáveis no documento iconográfico<sup>783</sup>.

De seguida, Homem de Pina determinava que em toda as muralhas onde ainda houvesse ameias, estas deveriam ser substituídas por “*peitos singelos de pedra d'area, deixando lugar no alto dos ditos muros para que por sima delles se possa correr de huns para os outro beluartes*”. Visto as casas do capitão estarem “*caídas*” dentro da fortificação manuelina, Homem de Pina determinava também que se acabassem “*na forma em que estão comessadas*”.

Transitando para o já referido baluarte de São Pedro e São Paulo, que estava “*na vaza donde comesão a correr os muros que vão pera a parte do Campo*”, este permanecia inacabado e por entulhar. Homem de Pina ordenava também que o ponto de arranque do já referido pano de muralha para protecção

---

<sup>780</sup> ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Coleção “Pelo Império”, nº 109, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p 11.

<sup>781</sup> Diário do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado de 8 de Abril de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 184-186, BACL.

<sup>782</sup> Para a nomeação dos baluartes de Chaul, Mitterwallner baseou-se no códice do Fônd Portugais da Bibliothèque Nationale de France (MITTERWALLNER, Gritli von, *Chaul: eine unerforschte stadt an der westküste indiens*, Berlin, Walter de Gruyter, 1964, desenho rigoroso nº 2; *Breve Tratado ou Epilogo de Todos os Visorresys, que tem Havido no Estado da India...*, ca. 1636, MSS Fonds Portugais nº 1, BNF).

<sup>783</sup> Atendendo ao facto de Manuel Homem de Pina ter ficado alguns meses em Chaul para elaborar os cadernos de encargos das obras necessárias, é improvável que se tenha enganado quanto à designação dos seus baluartes.

da igreja matriz deveria permitir um través de 2,2 m de comprimento para “*dellle se defender o dito pano de muro*”. Esta advertência não foi seguida, sendo que o muro se edificou a partir do ângulo saliente do baluarte.

Prosseguindo para norte, o próximo baluarte na cerca era o de Santa Cruz, que apenas tinha feito “*parte das paredes dos esteriores, e lhe*” faltava “*muita parte para chegar à sua altura*”. Novamente, o engenheiro recomendou o entulhamento deste baluarte e a conclusão dos seus “*travezes e caixas*”, e ainda o abate de um “*espeza mata de arvores brabas*” que se avizinhavam aos muros pela parte da vaza “*por neste lugar se poder esconder muita gente e ser de dano por estarem por esta parte os muros muito baixos*”.

A seguir implantava-se o baluarte de São Tiago, onde estava o armazém da pólvora e a casa do “*sobreronda dos muros*”. Nessa posição, era necessário uma esplanada bastante para suportar um peça de grosso calibre e para se poder mover as peças de umas canhoes para as outras. Os seus muros e parapeitos tinham atingido a altura necessária.

Inflectindo para oeste, o baluarte “*da porta grande do Campo*” também estava por terminar, sendo preciso “*alevantar na altura do beluarte Santiago*”. Seguia-se o baluarte de São Dinis, sobre o qual estava uma “*gorita da vigia*”, que também necessitava de uma esplanada adequada ao uso da artilharia. Mais a oeste, encontrava-se o baluarte de São Francisco, que “*está na costa do mar*”. Aqui, era urgente levantar os muros e fazer a sua esplanada. Já no vértice sudoeste, e perto do baluarte de São Domingos, ordenava-se a demolição de umas casas e uma varanda que os dominicanos tinha edificado sobre as muralhas e no topo sul do seu dormitório de dois pisos.

Considerando a cerca abaluartada em geral, Homem de Pina determinava que todos os “*baluartes e lانسos de muros se*” concluíssem “*na forma apontada fazendo a todos suas esplanadas e parapeitos assy nos beluartes como nos panos dos muros*”. Do lado exterior de todos os baluartes, era necessário abrir “*fosetos junto às cazamatas, porque sendo necessário abrirensse suas bombardeiras, fiquem livres de por ellas serem entradas*”. Estes pequenos fossos junto aos travezes dos baluartes deveriam ter cerca 2,5 m de profundidade. Ordenava-se também que “*todas as paredes de quintais e cercas de Religiosos*” que estivessem “*emparadas com*” as muralhas, deveriam possuir aberturas de pelo menos 2,2 m de largura, as “*coais seus donos taparão ou com portas ou com paredes de pedra seça, para que nos tempos necessários se possam abrir facilmente*”. É curioso notar como a vista de Barreto de Resende também diferenciou entre os baluartes entulhados e providos de esplanada e aqueles cujas caixas ainda estavam por entulhar.

A obra mais onerosa proposta para Chaul era sem dúvida a da “*cava*”, um fosso que deveria começar no “*rio que vay pra Chaul de Sima*” e continuar “*até o beluarte de São Francisco que está na costa brava*”. Do lado do leste, previa-se uma parede assente sobre estacaria com “*duas portas de maré, por*



*onde esta cava se encha d'agoa*" a partir do esteiro. Do lado oposto, terminaria num través apegado ao baluarte de São Francisco, "*por ter mão nas areas do mar não entulhem*". O fosso devia ficar afastada da raiz das muralhas cerca de 22 m, "*por rezão de que fazendoa mais chegada, podem arroinar os ditos muros*", sendo a sua largura total de 30 m, incluindo a sua escarpa, banquetta e contra-escarpa. Do lado exterior do fosso, previa-se "*huma estrada cuberta com seus rebelins*". No alinhamento da porta do campo no baluarte homónimo se faria uma "*ponte de madeira armada sobre pilares de paredes de pedra e cal*", de fácil desmantelamento em caso de ataque.

Relativamente ao Campo de Chaul, e cerca de 660 m de distância do fosso, "*que he tiro de mosquete*", previa-se uma zona não *aedificandi* sem "*cazas nem palmares nem outros arvoredos, que tudo seja arazado e feito em campo livre*". Contudo, esta directiva contradiz outra, onde apenas se ordenava a demolição de todas as "*cazas fortes, altas e baixas*", permitindo-se a permanência de "*chales e mais cazas de madeira e verinhas, que sendo neçessario se abraçarão brevemente*". Apenas a segunda versão foi aplicada, conforme o relatório assinado pelo vedor Valentim Correia, onde consta ter-se desmantelado "*toda a casa padraço a eles*", os muros da cerca abaluartada, "*o que logo se deu execução que foi grande número*", e ainda ter-se trasladado a igreja de São Sebastião para um local mais afastado das muralhas<sup>784</sup>, por "*ser alta e forte*" e ficar igualmente "*sendo padraço aos ditos muros*". Ainda para a zona suburbana do Campo, recomendava-se que em caso de guerra, se "*entricheirarão todas as boças das ruas com fortes trincheiras para que as ditas cazas e challes sirvão de valos e trincheiras a esta fortaleza*" da praça de Chaul, e "*que neste lugar se ha de ter, e rebater o enemigo por lhe não dar ao primeiro emcontro os muros tão despídos de artelharia e mais petrechos como estes estão*". Ordenou-se também a transferência do "*baganssal do mantimento*" de uma estrutura que estava junto à porta do campo para outra dentro de muros.

Para além destas intervenções, era premente aumentar o número de peças de artilharia em Chaul, uma vez que apenas existiam catorze canhões para "*sete beluartes*", e também o arsenal de mosquetes. Recomendava-se ao capitães que não consentissem a entrada na praça a "*mouros armados, que a vezes em que andão tantos que são mais que os christãos, e avendo que venhão a negócio com os ditos capitães os tanadares de terra de mouros, lhes limitem a gente armada com que se han de acompanhar, que de aver descuidos nesta matéria nascem erremediaveis danos*". Em termos administrativos, a decisão de maior momento foi a instituição de uma alfândega para a cidade, iniciativa repetidamente exigida pela metrópole e protelada durante longas décadas<sup>785</sup>.

---

<sup>784</sup> A nova estrutura religiosa foi muito provavelmente consagrada a São João e daí o facto de o Campo de Chaul ser conhecido, a partir de meados de Seiscentos, por *Campo de São João* (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XI, *Kolaba and Janjira*, Bombay, Government Central Press, 1883, p. 299).

<sup>785</sup> Apontamentos das obras para a fortaleza de Chaul por Manuel Homem de Pina, datado de 2 de Abril de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.





### Chaul (1683-1730)

Legenda:

- 1 – Forte (iniciado em 1521)
- 2 – Baluarte de Santa Luzia ou da Sé
- 3 – Baluarte de São Filipe ou da Vasa
- 4 – Baluarte de Santa Cruz. Após 1720, baluarte de São João e da Madre de Deus
- 5 – Baluarte de São Tiago
- 6 – Baluarte de São Pedro e São Paulo
- 7 – Porta do Campo
- 8 – Baluarte de São Dinis
- 9 – Baluarte de São Francisco
- 10 – Reduto de São Diogo
- 11 – Reduto de São Luís
- 12 – Baluarte de São Domingos (ou de São Tomás ?)
- 13 – Reduto de São Tomás (ou de São Domingos ?)
- 14 – Reduto de São Jacinto
- 15 – Reduto ou meio baluarte de São Martinho
- 16 – Poterna
- 17 – Igreja Matriz
- 18 – Convento dominicano de N. Sra. da Guadalupe
- 19 – Convento Franciscano de Santa Bárbara
- 20 – Convento jesuíta
- 21 – Convento agostiniano
- 22 – Misericórdia
- 23 – Capela de São Francisco Xavier

Figura 19.



[A3]

Todas estas obras estavam a cargo da administração jesuíta, aparentemente incumbidos destas funções na jurisdição de Chaul logo após uma solicitação feita pelos próprios vereadores ao governador Fernão de Albuquerque, em 1620 ou pouco antes<sup>786</sup>.



Fig. 20. Chaul, ca. 1634 (Resende, *Livro do Estado...*, 1646, BL)

Importa realçar que nesta altura Chaul começava já sofrer os efeitos da quebra no comércio marítimo do Estado. Ao contrário de Baçaim e Chaul, a cidade não possuía qualquer circuito agrícola para sustento dos seus habitantes. Também contribuiu para o declínio de Chaul o enfraquecimento de Chaul de Cima (Cheul). De facto, apesar de serem duas cidades separadas e autónomas, a grande maioria dos produtos que escoavam pelo porto de Chaul provinham ou eram processadas em Chaul de Cima (Cheul). Esta cidade ficou abatida com as convulsões na região durante o período de Malik Ambar e o estertor final do sultanato de Ahmadnagar, tendo perdido muito da sua importância comercial após a sua anexação pelo sultanato de Bijapur, em 1631. Este processo de declínio económico piorou com a ascensão do líder marata Shivaji, que conquistou temporariamente a cidade em 1652, tendo vários dos seus habitantes a procurado refúgio no

<sup>786</sup> Carta do governador Fernão de Albuquerque datada de 1620, *Livro dos Reis Vizinhos nº 1*, Ms. 969, fls. 121, 121v, HAG.

Campo de Chaul<sup>787</sup>. A fixação dos ingleses em Bombaim uma década mais tarde também não favoreceu o comércio de Chaul – antes, muitos dos principais mercadores que ainda permaneciam na cidade transferiram-se para a esfera da *East India Company*<sup>788</sup>.

A forte tendência de declínio instalada em Chaul aliada ao progressivo aumento da ameaça marata e à polarização das rotas comerciais por Bombaim fez com que a cidade perdesse a sua vivência urbana e comercial, mantendo apenas intacta a sua natureza militar. Esta situação era onerosa para o Estado, que manteve Chaul essencialmente para evitar que fosse tomada e aproveitada pelos seus inimigos.

### ***Período português, 1683-1740***

Nova guerra afectou tanto a cidade portuguesa como Chaul de Cima em 1681-1683, no contexto das ofensivas mogóis contra o rei marata Sambhaji. Apesar de ter resistido ao assédio marata que veio no encalço do saque da cidade indiana pelos exércitos mogóis, a cidade portuguesa ficou ainda mais debilitada.

Após esse conflito e a visita do vice-rei Francisco de Távora conde do Alvor à cidade, determinaram-se algumas intervenções nas defesas de Chaul, como o entulhamento ou “*terrapleno*” dos baluartes de Santa Cruz (também denominado “*do Cardoso*”), de São Pedro e São Paulo (ou “*da Vaza*”), e de São Dinis (designado também por “*São Filipe*”). Estes eram precisamente os três baluartes que estavam por entulhar e terraplenar em 1634. Relativamente ao baluarte de São Francisco, urgia demolir uma casa que impedia a artilharia do seu través sul de varejar a muralha contígua. Para a fortificação manuelina, previa-se subir a esplanada da sua couraça cerca de 2,2 m, fazendo-se novo lajeamento. E para as muralhas em geral, era necessário consertar parapeitos danificados e continuar a obra do fosso em direcção ao baluarte de São Francisco<sup>789</sup>.

---

<sup>787</sup> De acordo com o primeiro biógrafo português de Shivaji, os refugiados de Chaul de Cima (Cheul) fundaram uma povoação em “*campo raso chamada Camarabando*” (GUARDA, Cosme da, *Vida e Acções do Famoso e Felicíssimo Sevagy...*, Lisboa, Na Officina da Música, 1730, pp. 33, 34).

<sup>788</sup> Em Janeiro de 1665, a praça de Chaul estava com falta de gente, tanto a nível da guarnição como moradores. Assim, o Conselho da Fazenda resolveu que cerca de quarenta antigos moradores de Cochim que estavam albergados no forte de Gaspar Dias em Goa fossem para Chaul como soldados (Assento do Conselho da Fazenda datado de 25 de Janeiro de 1665, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 10*, Ms. 1168, fls. 193v, 194, HAG; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XI, *Kolaba and Janjira*, Government Central Press, Bombay, 1883, p. 285). Três anos depois de se instalarem em Bombaim, os ingleses edificaram uma rua e um bairro exclusivamente para alojar uma comunidade de tecelões oriunda de Chaul (*Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. III, *Trade and Fortifications*, Bombay, Government Central Press, 1894, p. 431). Em 1677, residiam normalmente em Chaul apenas quarenta e sete “*cidadãos*” e dez “*moradores que ainda não forão cidadãos*”. Nesse mesmo ano, o capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira estava que Tarapur já tinha ultrapassado Chaul em “*gente branca*” (Carta do escrivão da Câmara de Chaul Tomás Barbosa datada de 1 de Abril de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fl. 184, BACL; Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 13 de Abril de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fl. 194v, BACL).

<sup>789</sup> Alvará sobre as obras de Fortificação [de Chaul] datado de 6 de Maio de 1686, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fls. 45v, 46, HAG.

Em relação ao Campo de Chaul, a principal directiva do vice-rei incidia sobre os “*challes*” que se estendiam de modo desorganizado a partir das muralhas da cerca abaluartada e que punham em risco a sua segurança em caso de cerco. Decidiu-se então “*reduzir*” os “*challes todos às ruas direitas em fiadas com a artilharia das muralhas para que ella as possa lavar*”, ou seja, reconstruir ou realinhar os quarteirões de modo a que as ruas norte-sul ficassem alinhadas com as canhoelras dos baluartes do flanco norte da cerca abaluartada. As novas traças para os quarteirões ficavam “*delineadas na planta*” que o vice-rei deixava “*entregue na administração*” das obras a cargo do reitor jesuíta. Ordenava-se também a construção de uma “*atalaya sobre a praya defronte do convento da Madre de Deus*”, em tal posição que ficasse cruzando fogo com “*a outra nova que está no campo do Convento que olha pera a parte do campo*”<sup>790</sup>.

As obras ordenadas pelo vice-rei Francisco de Távora devem ter avançado a um ritmo lento dado o abatimento geral das finanças do Estado em geral e da feitoria de Chaul em particular. Surgem assim para as décadas seguintes vários registos a repetir ou recordar as determinações tomadas ou a ordenar intervenções semelhantes. Abundam também as notícias acerca da guarnição de cidade, seu Campo e Morro.

Estas duas preocupações defensivas e ainda a questão da perda de habitantes e êxodo de mercadores dominam claramente os temas na correspondência oficial do Estado relativamente à cidade de Chaul para o último meio século do período português<sup>791</sup>.

Registe-se ainda a notícia do Padre Henrique Bravo de Moraes de 1726, descrevendo a cidade como “*posta no miseravel estado de suas ruinas*” e “*em tudo muito diminuida*”. Reflectindo como outrora Chaul “*se pintou como ramilhete entre as mais da India*”, o seu destino era o da “*pouca duração com que as flores conservão sua fermosura*”. Ainda assim, Moraes destacava a qualidade da arquitectura e da fortificação da cidade, gabando a “*fermoza e muito rica*” igreja matriz, onde abundava ainda a “*prata daquelle tempo*” de comércio florescente. Na totalidade do seu termo existiam apenas seiscentos e

---

<sup>790</sup> Afigura-se improvável que a ordem relativa aos challes tenha sido cumprida e executada na íntegra (Alvará sobre as obras de Fortificação [de Chaul] datado de 6 de Maio de 1686, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fls. 45v, 46, HAG; [Alvará] Para se reduzirem todos os challes [do Campo de Chaul] datado de 11 de Maio de 1686, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fls. 47v, 48, HAG).

<sup>791</sup> Relativamente à guarnição de Chaul, ordenou-se a duplicação dos seus bombardeiros em 1677, passando de cinco para dez, servindo todos sob um condestável-mor (Assento do Conselho da Fazenda datado de 26 de Fevereiro de 1677, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 13*, Ms. 1171, fl. 108v, HAG). Nesse mesmo ano enviava-se para Chaul uma companhia do terço sob o capitão Francisco de Brito (Assento do Conselho da Fazenda datado de 18 de Maio de 1677, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 13*, Ms. 1171, fl. 117v, HAG). Já em 1680, o capitão-mor do Campo de Chaul Manuel Tavares da Gama esteve naquela posição com um reforço de soldadesca, transportada de outros locais da PN pelas embarcações do capitão José da Fonseca Cidade (Assento do Conselho da Fazenda datado de 1 de Julho de 1680, *Livro dos Assentos do Conselho de Estado nº Baçaim nº 14*, Ms. 1172, fl. 51v, HAG).

sessenta cristãos affectos a quatro paróquias. Mas uma delas, a igreja de São João Baptista situada fora da cidade, não contava à data da notícia com “*freguez algum*”<sup>792</sup>.

Destacam-se também os registos referentes ao Campo de Chaul, área que atraiu boa parte dos investimentos do Estado a partir da segunda década de Setecentos face às ameaças de ataques por parte de Kanhoji Angre ou dos omanitas. Esta preocupação reflecte também a importância da zona do Campo, onde à data se processava a maior parte senão todo o comércio restante e onde residiam muitos mais habitantes do que na praça<sup>793</sup>. A fortificação dos bastiões e torres do seu perímetro defensivo traduziu-se, por exemplo, no acrescento de quatro artilheiros à sua guarnição, em 1712<sup>794</sup>. Nessa mesma altura, a enfermaria do convento da Madre de Deus servia de quartel a uma companhia de infantaria, pelo que se ordenava o restauro daquela dependência<sup>795</sup>. Volvidos três anos, procedia-se à renovação de um dos oito redutos ou torres que compunham o perímetro fortificado, a “*guarita da Alcaçaria*”, pelo que o feitor da cidade edificou ao seu lado uma “*barraca de madeira de mato e ollas, pera assistencia dos soldados de sua guarnição e cobertura de duas pessoas de artilharia, que tinha para sua defeza*”<sup>796</sup>.

---

<sup>792</sup> As paróquias das terras de Chaul eram em 1726: Igreja Matriz, com 133 fregueses; São Sebastião do Campo de Chaul, com 226 fregueses; São João Baptista, com nenhum freguês; Nossa Senhora do Mar do Morro de Chaul, com 310 fregueses (Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Goa e seus suffraganeos por Henrique Bravo de Moraes datado de 1726, *cod.* 176 (microfilme F 2527), fls. 11v, 12, BNP).

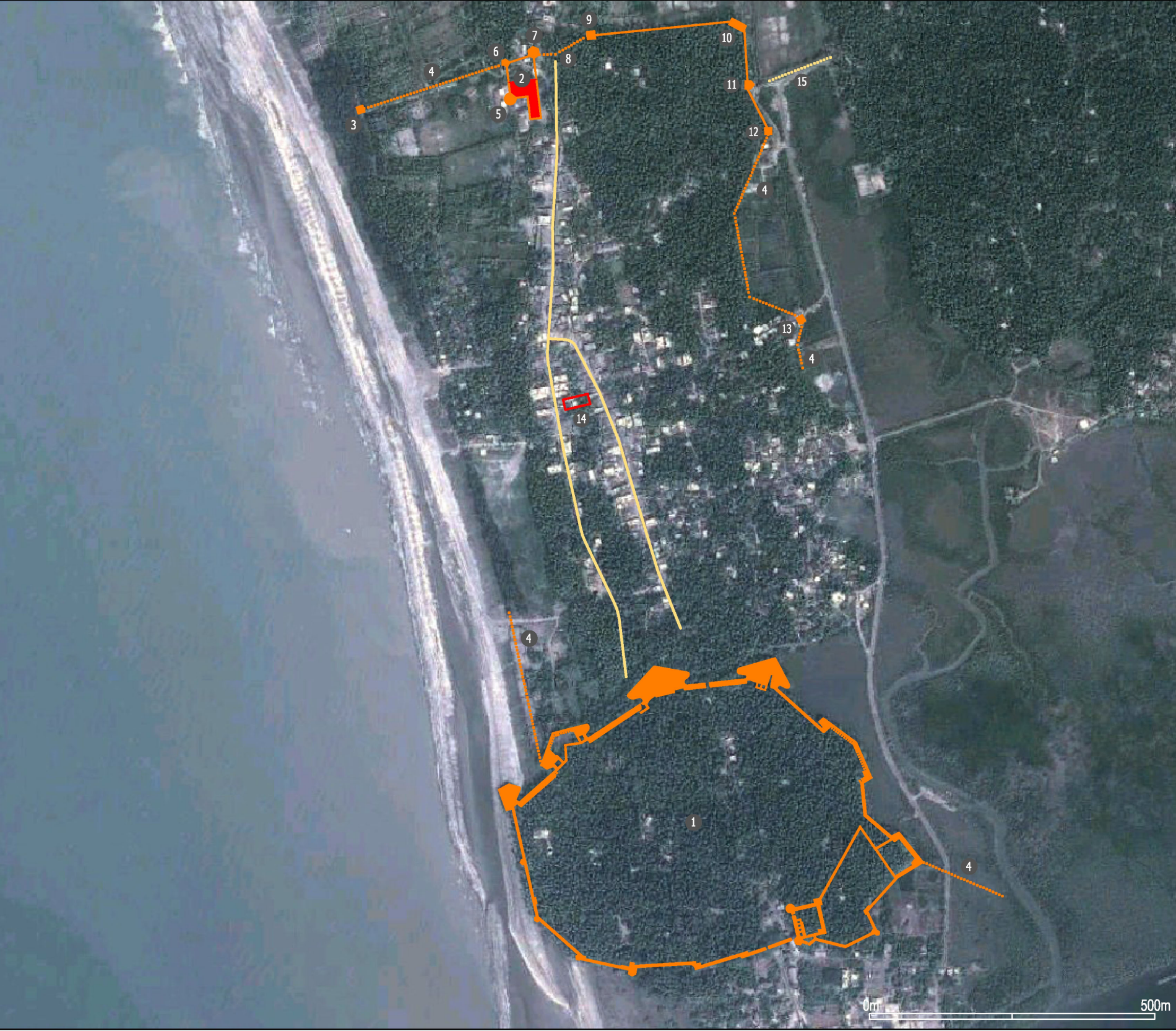
<sup>793</sup> Em 1703, o desembargador Domingos Dourado de Oliveira escrevia ao rei informando que em Chaul, fora dos muros e à distância de “*um tiro de pedra*”, havia várias ruas de “*gentios de vários officios*”, conhecido como o Campo de Chaul, onde se processava a maior parte do comércio da zona. Refere ainda que a “*um tiro de mosquete*” do Campo de Chaul estavam “*vários pagodes com bogios*” ((Carta do desembargador Domingos Dourado de Oliveira datada de 19 Janeiro de 1703, *Livro das Monções* nº 68, Ms. 77, fls. 238 e segs., HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. VI, suplementos, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1876 pp. 163, 164).

<sup>794</sup> Já em 1711, o Conselho da Fazenda ordenava ao feitor da cidade e a seus sucessores “*retelhar todos os annos os beluartes das fortificações do Campo da mesma cidade nos quais despenderá somente athé dez xerafins para além das mais despesas que faz nas ditas obras cada anno*” (Assento do Conselho da Fazenda datado de 23 de Agosto de 1711, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 18, Ms. 1177, fl. 33, HAG).

<sup>795</sup> Assento do Conselho da Fazenda datados de 23 de Julho e 23 de Agosto de 1711 e de 31 de Março de 1712, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 18, Ms. 1177, fls. 32v, 34, 61, HAG; Assentos do Conselho da Fazenda datados de 23 de Dezembro de 1723, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 19, Ms. 1178, fl. 146, HAG.

<sup>796</sup> Assentos do Conselho da Fazenda datados de 22 de Julho de 1715 e 21 de Outubro de 1717, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 18, Ms. 1177, fls. 184, 261, HAG.





**Campo de Chaul (1739)**

Legenda:

- 1 – Chaul (praça)
- 2 – Convento fortificado da Madre de Deus
- 3 – Reduto ou torre da Praia
- 4 – Tranqueiras
- 5 – Reduto ou guarita de São Luís
- 6 – Reduto ou guarita de São João
- 7 – Reduto ou guarita da Madre de Deus
- 8 – Porta
- 9 – Atalaia de São João
- 10 – Atalaia de Santo António
- 11 – Atalaia de São Francisco
- 12 – Atalaia da Alcaçaria
- 13 – Atalaia do Pagar
- 14 – Igreja de São João (localização hipotética)
- 15 – Passo das Almadias, para Chaul de Cima

Figura 21.



[A3]

Já em 1718 e 1719, decorriam obras na “*atalaya de São João*”, imediatamente a leste da porta norte do perímetro defensivo<sup>797</sup>. Poucos anos mais tarde, previa-se a conclusão de uma pano de muro no flanco ocidental do Campo, numa extensão de cerca de 360 m a partir do flanco do baluarte de São Francisco e “*athe outro muro de um palmar*”<sup>798</sup>. Notícias análogas até o fim do período português dão conta da conservação e reforma das defesas do Campo e também da importância vital da “*milícia de bandarins*”, normalmente a principal força de guarnição para essa zona<sup>799</sup>.

Relativamente à cerca abaluartada da cidade, as preocupações durante a segunda década de Setecentos centravam-se na conclusão e manutenção do seu fosso; no fortalecimento do baluarte de São Francisco; e especialmente na reedificação do baluarte de Santa Cruz que, talvez por causa desta mesma campanha, se passou a designar “*São João e da Madre de Deus*” ou “*São João Capucha*”.

Esta última iniciativa foi a de maior consequência para a evolução das suas defesas pois resultou na construção de um baluarte muito diverso dos restantes da praça de Chaul. As obras começaram em finais de 1714, altura em que o feitor da cidade adquiriu a madeira e “*pregadura*” necessária para “*as grades do Belluarte que se manda levantar na Praça de Chaul*”<sup>800</sup>. As “*grades*” ou estacaria era necessária para estabilização das fundações numa zona alagadiça, factor que seguramente também contribuiu para a própria traça do novo baluarte, com o seu ângulo saliente pouco pronunciado, o que aliás dificultava o seu flanqueamento a partir das casamatas no través sul do baluarte de São Tiago. A reconstrução deste baluarte demorou largos anos, período durante o qual surgem repetidas ordens para o prosseguimento das obras<sup>801</sup>, sendo possível que seguissem um projecto do engenheiro João Pires de Rebouça<sup>802</sup>.

Em relação ao baluarte de São Francisco, registam-se várias intervenções, desde 1688, altura em que se iniciou uma característica torre de vigia octogonal implantada sobre a sua esplanada, até os

---

<sup>797</sup> Assentos do Conselho da Fazenda datados de 5 de Maio de 1718 e de 7 de Fevereiro de 1719, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 18*, Ms. 1177, fls. 281, 292v, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 31 de Outubro de 1719, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fl. 32v, HAG.

<sup>798</sup> Aparentemente, esta obra não foi executada, visto não figurar numa planta datável de 1735 (Assento do Conselho da Fazenda datado de 24 de Julho de 1725, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fl. 244, HAG; [Planta de Chaul e da sua região], [S.d., ca. 1735], D 370 V, BNL).

<sup>799</sup> Relação de Philipe de Valladares de Sottomayor datada de 10 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 637-641, HAG; Assentos do Conselho da Fazenda datados de 18 de Abril de 1720 e 1 de Fevereiro de 1721, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fl. 49v, 71, HAG; Assentos do Conselho da Fazenda datados de 10 de Fevereiro de 1729 e de 5 de Fevereiro de 1733, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fls. 115, 245v, HAG.

<sup>800</sup> Assentos do Conselho da Fazenda datados de 8 de Novembro e 22 de Dezembro de 1714 e 19 de Dezembro de 1715, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 18*, Ms. 1177, fls. 153v, 159v, 199v, HAG.

<sup>801</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 11 de Março de 1727, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 24v, HAG).

<sup>802</sup> V. *supra*, 2.5. “Um balão de oxigénio, 1687-1718”, pp. 137-138.

derradeiros anos da presença portuguesa<sup>803</sup>. Pelo meio, destacam-se os efeitos nefastos da monção de 1719 que obrigou a vários restauros<sup>804</sup>. Na manutenção da restante cerca abaluartada, as notícias incidem sobre os seus flancos sul e oeste, zona mais afectada pela erosão do mar e pela rigorosa monção de 1719<sup>805</sup>. Regista-se ainda a edificação de uma nova “*guarita que se fez no muro junto à Sé para ficar nella huma centinela*”<sup>806</sup>.

Uma das últimas intervenções terá sido a colocação de estacadas em redor das muralhas, conforme recomendação de André Ribeiro Coutinho em 1733, e na iminência de um ataque por parte dos sucessores de Kanhoji Angre. Uma destas estacadas, em “*angolo saliente (isto he, ponta de diamante)*”, deveria defender a porta do mar ou da praia e ser rodeada por um fosso. Prevvia-se outra estacada “*dobre*” desde o ângulo saliente do baluarte da vasa “*athé o termo em que pára a baixa-mar da aguas vivas*”. Coutinho teceu também várias considerações sobre o correcto uso das casamatas nos travezes dos baluartes, prevenindo a entrada das suas canhoeriras por eventuais atacantes<sup>807</sup>. Em relação ao fosso de Chaul, para além das preocupações na sua desobstrução e manutenção, infere-se que ainda decorriam obras importantes nas suas estruturas durante década de 1720<sup>808</sup>.

---

<sup>803</sup> Em Setembro de 1714, o Conselho da Fazenda ordenava ao reitor do Colégio Jesuíta de Chaul que, “*visto ser preciso fazerse as obras de que necessita o Belluarte de São Francisco*”, mandasse executar a dita obra valendo-se do dinheiro depositado no cofre do convento franciscano onde estavam depositadas as verbas do “*imposto insittuído pelo Conde Da Villa Verde*” (Assento do Conselho da Fazenda datado de 27 de Setembro de 1714, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 18*, Ms. 1177, fl. 144, HAG). Em Março de 1718, ordenava-se ao feitor de Chaul que mandasse “*lagear*” o baluarte de São Francisco daquela cidade e no mês seguinte, reforçava a ordem (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 23 de Março e 25 de Abril de 1718, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 18*, Ms. 1177, fl. 275v, 280, HAG).

<sup>804</sup> Carta do vice-rei Luís de Meneses datada de 11 de Agosto de 1719, *Livro do Norte nº 2*, Ms. 1377, fl. 86, HAG; Carta do vice-rei Francisco de Sampaio e Castro datada de 6 de Novembro de 1720, *Livro dos Reis Vizinhos nº 7*, Ms. 975, fl. (?), HAG.

<sup>805</sup> Em Agosto de 1719, ordenava-se ao feitor de Chaul que empregasse três mil xerafins para começar a obra do “*conçerto do Belluarte de São Thomaz que fica na entrada da Barra da dita cidade de Chaul, e o Belluarte de São Diogo, e a Guarita que está no salgado*” e ainda da “*Guarita que está na Praya*” e que havia desabado novamente (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 12 e 29 de Agosto de 1719, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fl. 20v, 21, 22v, HAG). Em Agosto de 1720, havia o feitor de Chaul despendido novecentos e vinte e oito xerafins nas obras do “*Belluarte do Morro, Guaritas e panno do Muro daquella Praça*” (Assento do Conselho da Fazenda datado de 28 de Agosto de 1721, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fl. 76, HAG). Em Fevereiro de 1727, o Conselho da Fazenda ordenava ao mesmo oficial que fizesse as obras “*de terrado da varanda e reparo dos almazens da Polvora*” (Assento do Conselho da Fazenda datado de 3 de Fevereiro de 1728, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 60v, HAG).

<sup>806</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 23 de Setembro de 1734, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 22*, Ms. 1180, fl. 3, HAG.

<sup>807</sup> A edificação da estacada ocorreu entre 1733 e 1737 (Relatório de André Ribeiro Coutinho datado de 6 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 643–651v, 663–663v; Assento do Conselho da Fazenda datado de 9 de Maio de 1737, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 22*, Ms. 1180, fl. 65v, HAG).

<sup>808</sup> Em Novembro de 1723, ordenava-se ao feitor de Chaul que pagasse dois mil xerafins para as obras de reparação do baluarte de São Diogo e para se “*levantar o parapeito da cava da fortaleza*” (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 11 de Novembro de 1723, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fls. 133v, 134, 135v, HAG). Em Julho de 1725, ordenava-se ao feitor de Baçaim que mandasse despende três xerafins nas “*obras da cava da Praça de Chaul*” (Assento do Conselho da Fazenda datado de 24 de Julho de 1725, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fl. 244, HAG).



Fig. 22. Chaul e o seu Campo, ca.1735, pormenor ([Mapa de Chaul], ca. 1735, BNL)

Em finais de Março de 1739, depois de ter conquistado a fortificação de São Miguel de Caranjá (Uran), Manaji Angre pôs cerco a Chaul, conquistando rapidamente o seu Campo. Não foi possível localizar qualquer descrição desta batalha, mas é provável que tenha contribuído para a ruína ou desmantelamento das estruturas defensivas da zona suburbana de Chaul. Nessa altura, era capitão-mor da praça o barão Frank von Gallenfeld. Considerada a situação de Chaul em Conselho de Estado a 6 de Abril desse mesmo ano, optou-se por sacrificar a praça e usá-la como moeda de troca para as negociações de paz que à altura se encetavam com o exército marata em Goa<sup>809</sup>. Como as negociações demoraram mais de um ano, a praça apenas foi entregue ao maratas, por intercessão dos ingleses, em Outubro de 1740<sup>810</sup>.

<sup>809</sup> Assentos do Conselho de Estado datados de 6 de 1739, pub. in PISSURLENCAR; Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. V, Bastorá, Arquivo Histórico do Estado da Índia, 1957, pp. 547, 548.

<sup>810</sup> *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885, pp. 196-199, 202-206, 206-210.

### *Período pós-português*

Os maratas guarneceram Chaul mas não contribuíram para o reavivar do seu comércio e povoamento. A dimensão urbana extinguiu-se de vez com o abandono do casario da praça, tendo a população restante ficado no Campo de Chaul. De forma algo surpreendente, os missionários franciscanos do convento da Madre de Deus foram autorizados a permanecer na sua casa após a entrega da cidade aos maratas<sup>811</sup>. Manteve-se assim também em funcionamento a igreja de Nossa Senhora do Carmo na aldeia de Korlai, reconstruída num local distinto logo após o ataque de Manaji Angre de 1739<sup>812</sup>. Tanto quanto pude apurar, em todo território da PN perdido para os maratas, apenas em Chaul se manteve sem interrupção a presença do Padroado Português, tendo esta missão servido como testa-de-ponte para tentativas de regresso dos franciscanos às suas antigas paróquias, nomeadamente a Taná (Thane).

Apesar da decadência e abandono de Chaul, a sua fortificação ainda despertava, em finais de Setecentos, o interesse de holandeses e franceses. Estes últimos chegaram a ocupar a praça durante alguns meses, quando o aventureiro Saint-lubain aí desembarcou em 1777, tendo de seguida partido para Pune para obter a cedência oficial da cidade. Esta acção não foi sancionada pela Companhia Oriental Francesa<sup>813</sup>.

Com a incorporação inglesa em 1818, Chaul transformou-se num palmar de coqueiros e num romântico conjunto de ruínas. Durante o período colonial britânico, o *Archaeological Survey of India* manteve os vestígios patrimoniais em bom estado de conservação, procedendo provavelmente à reinstalação de lápides tombadas. Nas últimas décadas do século XX, a melhoria das comunicações com Bombaim e o incremento de turismo conduziram à edificação de algumas casas no interior do recinto da praça, uma das quais incorporou em boa medida as ruínas do antigo convento dos agostinhos. Apesar de estarem protegidos por classificações do mesmo *Archaeological Survey of India* e legislação respectiva, as ruínas em Chaul têm vindo a deteriorar-se a um ritmo crescente, sendo que algumas intervenções ditas de conservação mais recentes também não contribuíram para a desejável salvaguarda do seu património arqueológico.

---

<sup>811</sup> Para a presença dos missionários católicos em Chaul após 1740, V. CLEMENS, John Clancy, *The genesis of a language: the formation and development of Korlai Portuguese*, Creole Language Library 16, Amsterdam e Philadelphia, Johns Benjamin, 1996.

<sup>812</sup> V. *infra*, 3.2.8. “Morro de Chaul (Korlai)”, pp. 399-422.

<sup>813</sup> DUFF, Grant, *A History of the Mahrattas*, vol. I, London, Longman, Rees, Orme, Brown and Green, 1826, pp. 245-249.



### ***Descrição das ruínas.***

Não se pretende efectuar no presente trabalho uma descrição abrangente e detalhada das extensas ruínas em Chaul - ruínas que formam um dos sítios arqueológicos mais interessantes de toda a costa ocidental da Índia e cujo valor patrimonial suscitou já um brilhante estudo monográfico<sup>814</sup>. Antes, procurarei descrever os elementos principais de relance, identificando os nomes dos baluartes e detendo em alguns dos seus pormenores, e propondo também uma reconstituição gráfica do seu traçado viário.

Principiando pela porta do mar ou da praia no flanco sul da cerca abaluartada, sobre o seu arco dispõe-se um conjunto decorativo incluindo uma inscrição completamente obliterada e um escudo encimado por uma Coroa igualmente muito deteriorada.

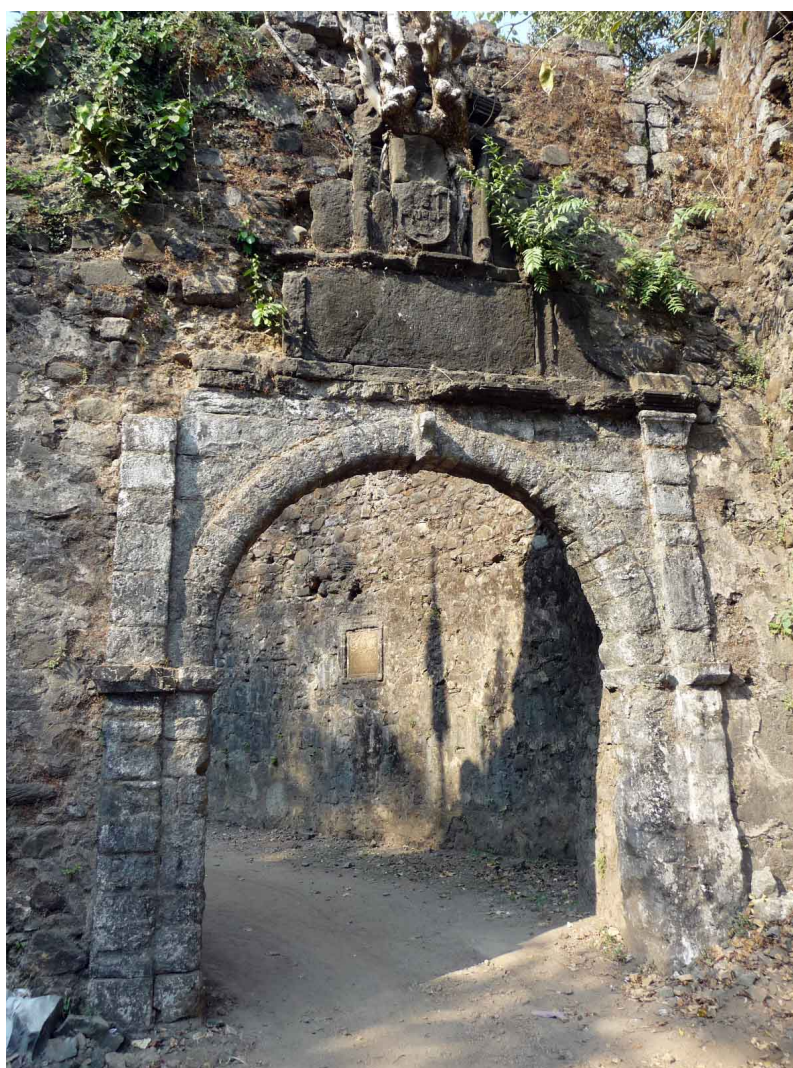


Fig. 23. Porta do Mar da cerca abaluartada (© Mendiratta, 2010)

---

<sup>814</sup> MITTERWALLNER, Gritli von, *Chaul: eine unerforschte stadt an der westküste indiens*, Berlin, Walter de Gruyter, 1964).



Ainda nesta posição, e flanqueando a porta do lado nascente, está a antiga torre hexagonal da fortificação manuelina com suas bombardeiras. Apegada a esta torre e parcialmente obstruída por vegetação e uma construção recente está a couraça, também aposta à fortificação manuelina. Tanto a torre hexagonal como a couraça perderam os seus pavimentos mas as suas alvenarias prolongam-se até uma altura considerável. Numa destas alvenaria estava, em finais de Oitocentos, uma epígrafe com cerca de 1,4 m por 0,7 m com a figura do monarca D. João IV e a data de 1656. Tratava-se sem dúvida de uma das inscrições disseminadas por todas as cidades do Estado por ocasião da encomenda da protecção do reino a Nossa Senhora da Imaculada Conceição. O resto da inscrição encontrava-se, também em finais do século XIX, num museu em Bombaim<sup>815</sup>.



Fig. 24. Torre hexagonal da fortaleza manuelina (© Mendiratta, 2010)

---

<sup>815</sup> CUNHA, J. Gerson da, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein*, Bombay, Thacker, Vining & Co., 1876, p. 84.





Fig. 25. Porta do Mar interior da cerca abaluartada (© Mendiratta, 2010)

Transpondo a porta da praia, entra-se num pequeno recinto fechado do lado nascente pelos muros da fortificação manuelina, do lado norte por nova porta e do lado poente por um pano de muro perpendicular ao alinhamento da cerca abaluartada. Esta porta está em melhor estado do que a primeira, mostrando por cima do seu arco um brasão possivelmente do rei D. Henrique ladeado por uma esfera armilar e os três espigões da paixão de Cristo, encimadas por uma cruz de Cristo envolta num círculo.



Fig. 26. Porta do Mar interior, pormenor (© Mendiratta, 2010)



Aposta à parede da fortificação manuelina está uma inscrição que lê:

*“Na era de 1577 sendo capitão Alixandre de Sousa Freire desta fortaleza se fes toda esta fortificação da banda da praia e do mar”.*

Sobre o texto está o brasão dos Freires com um lema em latim:

*“Ave Maria Gratia Plena”.*

Franqueando a segunda porta, uma construção recente do lado nascente esconde quase por completo a muralha da fortificação manuelina. Ainda na face interior da mesma porta, um inscrição perto do arco assinala:

*“Esta porta goarda Nossa Senhora do Roário [...] que he sua [...]”.*

Enquanto que outra do lado poente, já danificada em finais de Oitocentos, lia:

*“Na Era de 1638 se redeficou esta Porta”.*



Fig. 27 e 28. Pormenores de inscrições e elementos decorativos na foraleza manuelina (© W. Rossa, 2007)

Mais a norte, vislumbra-se a porta principal do forte manuelino, de implantação quadrada com aproximadamente 50 m de flanco, e orientada segundo um eixo desviado cerca de 12° no sentido contrário aos ponteiros do relógio.

A entrada principal apresentando um notável desenho cuja análise não é linear, devido a intervenções posteriores. Sobre o friso do arco da porta está uma pedra de tom alaranjado ou ocre com o brasão da dinastia filipina ao centro. Flanqueando o brasão e em baixo-relevo estão as

imagens de São Paulo e São Pedro em nichos rematados por semicírculos em forma de vieira. Sobre estes avulta a cruz de Cristo inscrita num círculo e esculpida numa pedra também de tom diferente das restantes, eventualmente cimento. A encimar esta cruz está uma vieira estilizada e ainda outra cruz, estes elementos já executados na pedra granítica do conjunto. Em cada lado deste conjunto central estão duas aletas onde ainda se nota a cal que revestia a restante parede da fortificação. Provavelmente, a pedra com o brasão e as figuras dos santos no seus nichos maneiristas não pertencem ao desenho original da porta. Porém, já se encontravam nessa posição em 1876<sup>816</sup>.



Fig. 29. Porta da fortaleza manuelina , pormenor (© Mendiratta, 2010)

No interior do forte, ao longo do seu flanco oeste, situavam-se as casas do capitão, e no seu canto sudoeste são visíveis as ruínas da torre de menagem que ainda atingem cerca de 16,5 m de altura. Apegadas ao flanco oeste estavam as também as casas do capitão e ainda, no piso térreo, o tronco ou cadeia. Pelo seu lado interior, este recinto mede aproximadamente 41,3 m de norte a sul e 47,3 m de leste a oeste, ocupando o seu perímetro exterior, incluindo os baluartes e couraça, uma área total de 3.384 m<sup>2</sup>. Em média, as espessuras das paredes rondam os 4,5 m. Da torre quadrangular

---

<sup>816</sup> Mitterwallner é de opinião que este elemento epigráfico foi apostado na porta da fortaleza manuelina após o cerco de 1570-1571 e no âmbito das obras da nova cerca abaluartada. Mas poderá também ter decorrido de uma intervenção de renovação sob os administradores jesuítas algures na década de 1630. V. *supra*, pp. 202-207. (MITTERWALLNER, Gritli von, *Chaul: eine unerforschte stadt an der westküste indiens*, Berlin, Walter de Gruyter, 1964, pp. 27-30; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XI, *Kolaba and Janjira*, Bombay, Government Central Press, 1883, p. 292).



implantada no vértice nordeste do forte manuelino ainda é claramente visível o alinhamento da antiga muralha da ribeira, conduzindo até o local da torre “*da Vasa*,” arruinada durante o cerco de 1570-1571, mas cujas ruínas eram ainda visíveis em finais do século XIX<sup>817</sup>.

A sul deste alinhamento situa-se a igreja matriz ou Sé de Chaul. Iniciada em 1534, a sua fachada principal apresenta alguma afinidade com a entrada principal do forte manuelino. Já a sua porta lateral pode ser rotulada de manuelina, uma das três ou quatro nesse estilo que ainda perduram na Índia<sup>818</sup>. Poucos metros a sudeste da cabeceira da igreja matriz, estão as ruínas do baluarte “*da Sé*” ou de Santa Luzia, sendo que ainda incluíam uma peça de artilharia em finais de Oitocentos.



Fig. 30. Porta manuelina da Igreja Matriz (© S. Malpani, 2010)

---

<sup>817</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XI, *Kolaba and Janjira*, Bombay, Government Central Press, 1883, p. 293.

<sup>818</sup> As outras duas situam-se no frontispício da igreja franciscana do Espírito Santo em Velha Goa e na fachada principal da igreja de São Francisco em Cochim. Eventualmente, a própria porta principal da fortificação manuelina de Chaul também poderá ser incluída nesse grupo, apesar de alterações posteriores.

Prosseguindo para nordeste, a muralha conduz ao baluarte “*da Vasa*”, e daí para o baluarte de Santa Cruz conhecido como São João e da Madre de Deus após a sua reedificação nas primeiras décadas de Setecentos<sup>819</sup>.

Inflectindo ligeiramente para noroeste, atinge-se o baluarte de Santiago, o mais robusto de toda a cerca abaluartada. Na sua caixa localizam-se várias estruturas de armazenamento e ainda uma casamata com duas canhoiras voltadas para poente. Continuando para oeste, constata-se uma secção de muralha rasgada para permitir a construção de uma estrada e passagem de veículos. Provavelmente, na secção desmantelada situava-se uma poterna, conforme sugere a vista de Barreto de Resende.

O próximo baluarte a leste é o de São Pedro e de São Paulo, conhecido até cerca de 1636 simplesmente como baluarte “*da Porta do Campo*” ou “*da Porta dos Casados*”. Perto do través oeste deste baluarte abre-se a porta sifonada do Campo.



Fig. 31 e 32. Porta de Terra da cerca abaluartada e pormenor (© W. Rossa, 2007)

---

<sup>819</sup> Aproximadamente a 200 m para sudoeste do Baluarte de São João e da Madre de Deus e entre este e a fortaleza manuelina, situam-se os vestígios arqueológicos de uma importante estrutura religiosa, cuja identificação tem iludido os historiadores. Mitterwallner sugere que pertençam à capela do “*Hospital Real*” de Chaul (MITTERWALLNER, Gritli von, *Chaul: eine unerforschte stadt an der westküste indiens*, Berlin, Walter de Gruyter, 1964, pp. 177-181).



Segundo Gerson da Cunha, sobre o arco da porta exterior, e sob um brasão aparentemente da dinastia filipina, estaria originalmente uma inscrição que lia:

*“Esta obra se fes no remate do anno de 635 e principio de 636 sendo capitao desta fortaleza de Chaul João de Thobar Velasco e se tomou por padroeiro desta cidade o gloriozo Padre São Francisco Xavier da Companhia de Jesus”*<sup>820</sup>.

Mais para oeste estão as ruínas do igualmente possante baluarte de São Dinis, igualmente provido de compartimentações para armazenamento ou aquartelamento<sup>821</sup>.

Segue-se o irregular baluarte de São Francisco, na charneira entre as secções terrestre e marítima da muralha. Sobre a esplanada do mesmo baluarte de São Francisco estão as ruínas de uma torre octogonal, talvez fundada em 1688.

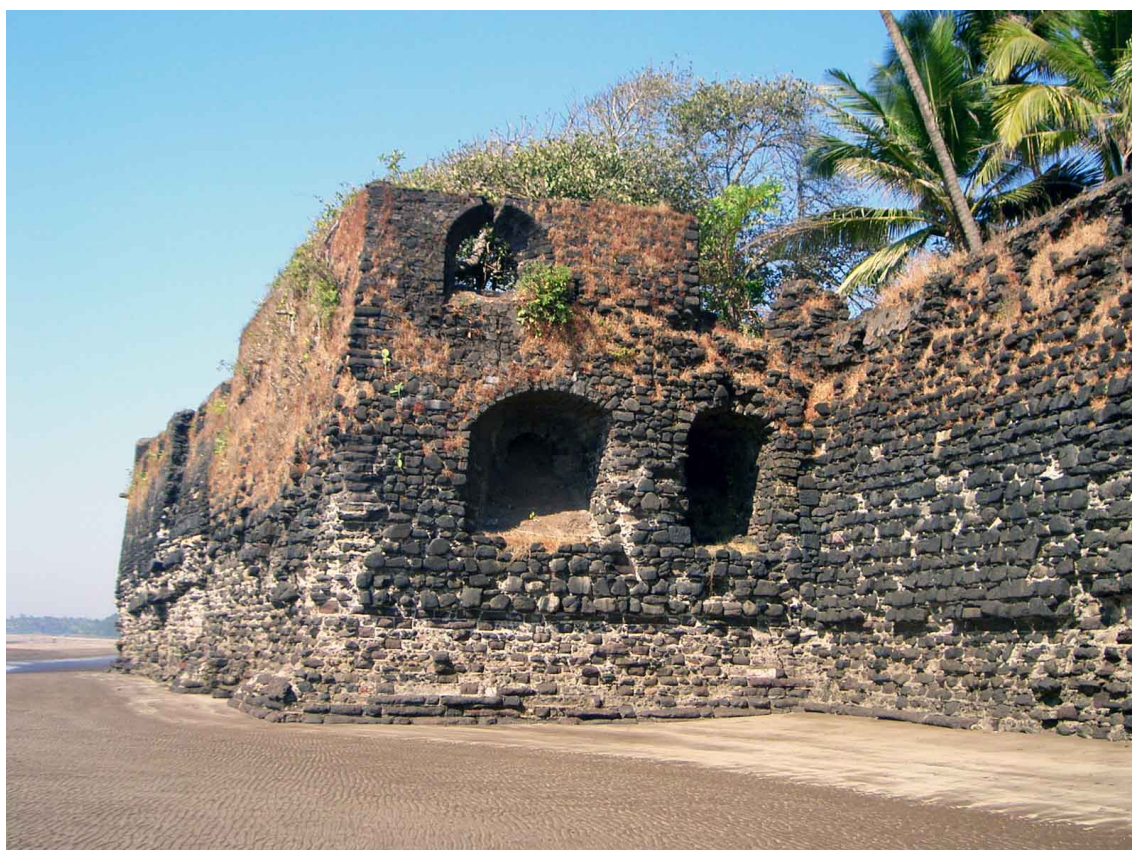


Fig. 33. Través sul do baluarte de São Francisco (© W. Rossa, 2007)

---

<sup>820</sup> Em 1883, essa inscrição pertencia à colecção do museu da *Bombay Asiatic Society* (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XI, *Kolaba and Janjira*, Bombay, Government Central Press, 1883, p. 293).

<sup>821</sup> Próximo deste baluarte e no alpendre de uma casa estava em finais de Oitocentos uma sepultura com a seguinte inscrição: “*Sepultura de Luis Alvares Camelo e de seus erdeiros*” (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XI, *Kolaba and Janjira*, Bombay, Government Central Press, 1883, p. 295).

Gerson da Cunha referia a seguinte inscrição aposta às ruínas de uma torre nesta zona:

*“Sendo Vice-rei da Índia Francisco de Tavora conde do Alvor mandou João de Lemos de Brito fazer esta atalaia a sua custa sendo capitão mor deste campo na esta de 1688”.*

A inscrição estava encimada por um brasão nacional. Infelizmente, o autor não especifica o seu local, sendo pouco provável que os vestígios tenha sobrevivido no sítio original até hoje<sup>822</sup>. Outra inscrição, possivelmente aposta num dos flancos do baluarte, lia:

*“No ano de 1721, sendo capitão e gov.or desta fortaleza de Chaul António de Lemos, fidalgo da Casa de Sua Magestade e que ds.sp por ordem que teve do Exmo. Sr. Francisco José de Sampaio e Castro, Vice-rei e Capitão Geral da Índia para levantar-se a fortificação chamada N. Sra. da Conceição. Aos 2 de Março da dita Era de cima”*<sup>823</sup>.



Fig. 34. Vista da torre do convento franciscano e parte do baluarte de São Francisco da cerca abaluartada, ca. 1870 (pub. in Cunha, *Antiquities...*, 1876)

---

<sup>822</sup> CUNHA, J. Gerson da, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein*, Bombay, Thacker, Vining & Co., 1876, p. 85.

<sup>823</sup> CUNHA, J. Gerson da, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein*, Bombay, Thacker, Vining & Co., 1876, p. 85.



Se não restam dúvidas que este baluarte sempre se intitulou São Francisco, onde ficaria a “*fortificação de Nossa Senhora da Conceição*”? Sugiro que esta correspondesse ao muro de 360 m edificado a partir do flanco norte do baluarte de São Francisco e “*athe outro muro de um palmar*”<sup>824</sup>, fechando assim uma secção considerável do praia do Campo de Chaul e possivelmente substituindo uma tranqueira pré-existente.

A partir do baluarte de São Francisco, a muralha inflecte em direcção a sul, com uma espessura muito menor - aproximadamente 2,5 m - até encontrar o pequeno reduto ou torre de São Diogo. Continuando para sul, atinge-se o reduto de São Luís. Daqui, a muralha inflecte para sudeste, em direcção ao ligeiramente mais desenvolvido reduto de São Domingos. Prosseguindo para leste, vê-se o baluarte de São Jacinto, junto do qual se abre uma poterna. Continuando ao longo da praia, surgem ainda as posições ou meios redutos de São Tomás e de São Martinho, regressando-se de novo à porta do Mar.



Fig. 35. Flanco sudoeste da cerca abaluartada (© BBB, 2007)

---

<sup>824</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 24 de Julho de 1725, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fl. 244, HAG.

### 3.1.2. Baçaim

19°20'30"N, 72°51'33"E

*“[P]orque os melhores fidalgos da India casarão naquella cidade, pagos do sitio, e bons ares, que nella se gozão, e tambem por comerem grossas rendas de aldeas que El-Rey lhes deu em galardão de seus serviços, [...] passando de filhos para netos. [...] He finalmente Baçaim terra muito sadia, por gozar de hum ceo sereno, ares temperados e clima salutifero. [...] Occupavão a minha memoria as fontes de Bāngani, de Murmugão, e o poço do Pilar em, Goa; a fonte de Agoada em Baçaim, a de Corlem em Salcete, o tanque de Siracer em Tanna...”*

Manuel Godinho, 1665<sup>825</sup>.

#### **Introdução**

A fortificação de Baçaim, propriamente cidade de São Sebastião de Baçaim<sup>826</sup>, constitui a mais extensa cerca abaluartada edificada pelos portugueses no subcontinente Indiano a encintar completa e regularmente um assentamento urbano<sup>827</sup>. Iniciada em 1554, apenas treze anos após a fortaleza de Mazagão em Marrocos, a sua execução demorou largas décadas, facto reflectido nas diferentes características dos seus onze baluartes. A precocidade da data do início desta obra contrasta com os perímetros abaluartados de Damão e especialmente Chaul, iniciados na década de 1570. Esta cerca abraçou o primitivo forte de São Sebastião, fundado em 1536 no local de uma estrutura pré-portuguesa e no sítio que cedo se tornou o centro do assentamento urbano de origem portuguesa. Com a finalização da nova cerca abaluartada, São Sebastião perdeu a sua função militar, mantendo-se como local de residência para o capitão-mor da cidade.

Ao longo do século XVII, a cerca abaluartada de Baçaim sofreu escassos ataques – mas foi incapaz de resistir ao prolongado cerco marata de 1737-1739. Durante essa batalha, dois baluartes foram parcialmente destruídos, tendo sido posteriormente refeitos pelos maratas. Terá contribuído para este desfecho o facto de nunca se ter executado o projectado fosso para a sua cerca abaluartada, ao contrário do que ocorreu em Chaul e Damão.

---

<sup>825</sup> GODINHO, Manuel, *Relação do novo caminho que fez por terra e mar vindo da Índia para Portugal no anno de 1663*, Lisboa, Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1665, pp. 9, 10, 115.

<sup>826</sup> V. por exemplo, Certidão dos Juizes e mais oficiais de Baçaim datada de 30 de Outubro de 1667, Res. 2 – maç. 3, nº 5, fls. 3-5, SGL.

<sup>827</sup> O perímetro exterior da cerca abaluartada de Baçaim mede 3.244 m e ocupa um área de 413.630 m<sup>2</sup>. As cercas abaluartadas de cidades como Velha Goa, Cochim ou Diu, apesar de maiores no seu comprimento, não envolviam completamente os respectivos tecidos urbanos nem detinham baluartes artilhados em intervalos regulares ao longo toda a sua extensão.



Uma das peculiaridades do perímetro fortificado de Baçaim é o facto de abarcar uma extensa área pantanosa – aproximadamente, um terço da área encintada – que permaneceu sempre zona não *aedificandi*. Apesar de alterações maratas e inglesas, a cerca abaluartada de Baçaim permanece relativamente bem preservada. Eventuais prospecções ou escavações arqueológicas poderão fornecer mais pistas acerca da sua história e também colocar em evidência as estruturas subterrâneas que certamente existem sobre alguns dos baluartes e secções de muralha.

### ***Período pré-português***

Enquanto que a fortificação indiana em Baçaim se resumia em 1529 a uma “*tranqueira de madeira entulhada em que havia muita artilheria grossa*”<sup>828</sup>, a estrutura atacada por Nuno da Cunha em 1533, se bem que ainda em construção, era mais robusta. Fernão de Castanheda relata-nos que, ao longo da margem do rio e numa extensão de cerca de 2 km, estava uma “*tranqueyra de valos de terra*”, com pouco mais de 3 m de altura, precedida de um fosso e guarnecida de artilharia. Do lado leste, esta linha defensiva terminava num baluarte, “*pegado com a boca do esteiro*”, uma estrutura de planta circular, segundo Francisco de Andrade, e feita “*de cantaria muyto grossa, que ao lume de agoa tinha seis tiros grossos, e por cima alguns miudos*”. Esta torre estava unida à fortificação principal através de um “*trabuco*”, talvez uma secção de muralha<sup>829</sup>.

Do lado oeste, a tranqueira estendia-se até uma mesquita, mais perto da povoação principal de Baçaim. A norte desta linha defensiva de materiais perecíveis, estava a fortaleza propriamente dita, estrutura de alvenarias de perda e ainda em edificação, mas já defensável. A fazer jus na descrição dada por Francisco de Andrade – a mais circunstanciada entre os cronistas –, a sua implantação era “*feita em forma quadrada*”, com “*torres da mesma forma*” nos seus vértices. A artilharia assestada nessas quatro torres cruzava tiro entre si, defendendo assim as suas cortinas. Enquanto que a artilharia a nível dos parapeitos era de menor calibre, aquela colocada em canhoes a uma cota mais baixa era “*grossa*”. No interior do seu recinto estava um paiol e armazém semi-enterrado<sup>830</sup>.

Do lado norte, entre a fortaleza e o esteiro de Baçaim, estava um “*pedaço de campo*”, que se “*alagava com a agoa do mar, em que os mouros abríão muytos esteyros para estarem mais fortes*”. Sobre os “*vallados*” desta zona alagadiça, havia igualmente “*traqueyras*” com peças de artilharia.

---

<sup>828</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década IV, pt. I, liv. II, cap. 16, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777, p. 220.

<sup>829</sup> No sentido mais erudito, “trabuco” designa uma máquina de guerra para arremesso de pedras. Neste contexto, Andrade estaria talvez a aludir a uma estrutura arquitectónica (ANDRADE, Francisco de, *Crónica de D. João III*, pt. II, cap. 78, Coimbra, 1798, pp. 483, 484).

<sup>830</sup> ANDRADE, Francisco de, *Crónica de D. João III*, pt. II, cap. 78, Coimbra, Na Real Off. da Universidade, 1798, pp. 483, 484.





### Baçaim (1533-1536)

Legenda:

- 1 – Forte pré-português, demolido em 1533
- 2 – Baluarte pré-português (localização provável)
- 3 – Tranqueiras pré-portuguesa
- 4 – Tranqueiras e valados pré-portugueses
- 5 – Mesquita (localização hipotética)
- 6 – Estrutura religiosa Cristã primitiva fundada em 1535
- 7 – Feitoria (localização hipotética)
- 8 – Poço de água potável
- 9 – Caminho para Baçaim de Cima (Rua Direita)

Figura 36.



[A3]

Curiosamente, nessa zona, onde estava assente o arraial das tropas de Gujarte, haviam também “*carretas de bois, em que tinham assentados berços de ferro com as bocas para trás, e os bois sempre postos e já tão affeitos a aquilo que não se espantavão do estrondo da artilharia*”<sup>831</sup>.

Tanto Castanheda como Barros como ainda Andrade asseveram que as estruturas fortificadas foram desmanteladas “*té os alicerces*” por ordem de Nuno da Cunha durante os dez dias em que se deteve em Baçaim<sup>832</sup>.

Enquanto que o sítio da fortificação principal indiana coincidia com aquele onde os portugueses implantaram o forte de São Sebastião, como adiante se justificará, o do baluarte cilíndrico a leste, “*na boca do esteiro*”, coincidia provavelmente com o sítio do futuro baluarte da Madre de Deus, pertencente à nova cerca abaluartada edificada a partir da segunda metade do século XVI.

### ***Período português, 1534-1554***

A primeira estrutura defensiva e o primeiro foco polarizador de desenvolvimento urbano de origem português em Baçaim foi uma feitoria fortificada, como nos narra Castanheda<sup>833</sup>. Andrade acrescenta que se tratava de uma grande casa de pedra e cal, com “*hum grande alpendre*”, e “*dianta della hum grande terreyro cercado de estacada e entulhado*”, que ficava “*hum taboleyro alto*”<sup>834</sup>. No ano imediato à cedência do território, quando soou o alarme de ataque mogol, não existia outra posição em Baçaim que pudesse oferecer resistência a um exército invasor. Foi assim rapidamente improvisada uma tranqueira rodeada por uma cava, por iniciativa do capitão Garcia de Sá e do fidalgo António Galvão<sup>835</sup>. Afastado o perigo imediato, e regressando de Diu o governador Nuno da Cunha - onde à data se trabalhava nas suas novas defesas -, este ordenou uma nova fortificação para Baçaim, fundada em Março de 1536<sup>836</sup>. Designada por São Sebastião, a estrutura foi implantada num sítio diferente da recém-construída tranqueira portuguesa<sup>837</sup>. Antes, na leitura que faço da sua

---

<sup>831</sup> ANDRADE, Francisco de, *Crónica de D. João III*, pt. II, cap. 78, Coimbra, Na Real Off. da Universidade, 1798, p. 484.

<sup>832</sup> CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, liv. VIII, caps. 59-62, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833, pp. 144-153; BARROS, João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década IV, pt. I, liv. IV, cap. 22, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777, pp. 497, 499.

<sup>833</sup> CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, liv. VIII, cap. 84, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833, p. 205.

<sup>834</sup> ANDRADE, Francisco de, *Crónica de D. João III*, pt. III, cap. 2, Coimbra, Na Real Off. da Universidade, 1798, p. 9.

<sup>835</sup> CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, liv. VIII, cap. 120, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833, pp. 283-285.

<sup>836</sup> Conforme a inscrição ainda aposta num dos seus bastiões.

<sup>837</sup> CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, liv. VIII, cap. CXXIII, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833, pp. 294-296.

arquitectura e do desenvolvimento urbano de Baçaim, implantou-se no preciso local da antiga fortificação indiana.

Não duvido da palavra dos cronistas que em unísono asseveram a demolição até os alicerces da estrutura defensiva edificada pelo sultanato de Gujrate. Mas se atentarmos ao encadeamento dos factos primeiro elencados por Walter Rossa, é possível postular uma explicação para a estranha morfologia do forte de São Sebastião<sup>838</sup>.

Primeiro, tenha-se em conta o curto hiato temporal entre a demolição levada a cabo por Nuno da Cunha, em 1533, e o início da nova estrutura portuguesa. Durante esses três anos, o amontoado de escombros da antiga fortificação indiana terá certamente servido de importante fonte de materiais construtivos. Para além do mais, dentro desse antigo recinto estava um importante poço de água, talvez o melhor disponível para a povoação<sup>839</sup>. Assim, em redor do recinto implantaram-se não apenas a feitoria fortificada e o primeiro casario mas também a primordial estrutura religiosa de Baçaim, fundada em 1535, e bastante mais tarde designada por Nossa Senhora da Vida<sup>840</sup>.

Este último dado é crucial, pois permite-nos supor que o alinhamento do flanco noroeste da nova fortificação de São Sebastião, principiada em 1536, foi determinado pela pré-existência da estrutura religiosa – provavelmente ainda em obra –, e não ao contrário como numa primeira impressão poderíamos pensar. Por outras palavras, não foi Nossa Senhora da Vida que se encostou a São Sebastião, foi este que se encostou a Nossa Senhora. Prosseguindo neste argumento, não é preciso grande artifício para imaginar a implantação da fortificação indiana, “*feita em forma quadrada*” com “*torres da mesma forma*”, descrita por Andrade. Trata-se basicamente da implantação quadrangular do partido nascente da fortificação portuguesa. Estes aproveitaram de modo pragmático não apenas os materiais construtivos espalhadas pelo recinto mas também as fundações já escavadas por mãos alheias para os flancos leste, norte e sul da nova fortificação – o terreno da demolida fortificação indiana era de facto o estaleiro ideal para a sua congénere portuguesa. Este quadrado abraçava não apenas o poço mas poderia ter incluído também os alinhamentos do único bastião quadrangular da fortificação posta de pé pelos portugueses, no seu vértice sudeste.

---

<sup>838</sup> ROSSA, Walter, “Baçaim, sete alegações para uma aproximação ao espaço físico”, *Os Espaços de um Império: estudos*, Mafalda Soares da Cunha (coord.), Porto, CNCDP, 1999, pp. 104-123.

<sup>839</sup> Este poço de água continuou a ser usado pela população local muito para além do abandono total da cidade, em inícios do século XIX.

<sup>840</sup> Esta estrutura poderá corresponder à primeiríssima igreja da Misericórdia de Baçaim, sendo que a primeira menção à invocação “*Nossa Senhora da Vida*” ocorre em 1629. Se bem que a Misericórdia da cidade tenha sido fundada apenas em 1540, pode-se supor já existir, em 1536, uma estrutura no sítio em questão, de natureza religiosa ou hospitalar (ROSSA, Walter, “Baçaim, sete alegações para uma aproximação ao espaço físico”, *Os Espaços de um Império: estudos*, Mafalda Soares da Cunha (coord.), Porto, CNCDP, 1999, pp. 104-123; TEIXEIRA, André Dias, *Baçaim e o seu território: política e economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010, pp. 80, 81; PINTO, Carla Alferes, “A Misericórdia de Baçaim (1540-1739)”, *Ler História*, nº 44, 2003, pp. 25-38; HULL, Ernest R., *Bombay Mission-History, with a special study of the Padroado question*, Bombay, Examiner Press, 1927, p. 4).

No flanco oeste, e dada a proximidade da nova estrutura religiosa em construção – que poderia ficar “*padrasto*” aos muros da nova fortificação em caso de cerco – optou-se por não seguir o alinhamento da fortificação indiana. Antes, alargou-se a sua área através do triângulo mínimo necessário para incorporar o novo flanco noroeste determinado pelos alinhamentos da estrutura religiosa, que ficou então adocada à muralha<sup>841</sup>. Existe, contudo, um dado que retira alguma firmeza a este argumento: o facto de a estrutura religiosa não figurar na vista da fortificação de São Sebastião de Gaspar Correia. Estaria ainda em construção aquando da conclusão das obras defensivas?

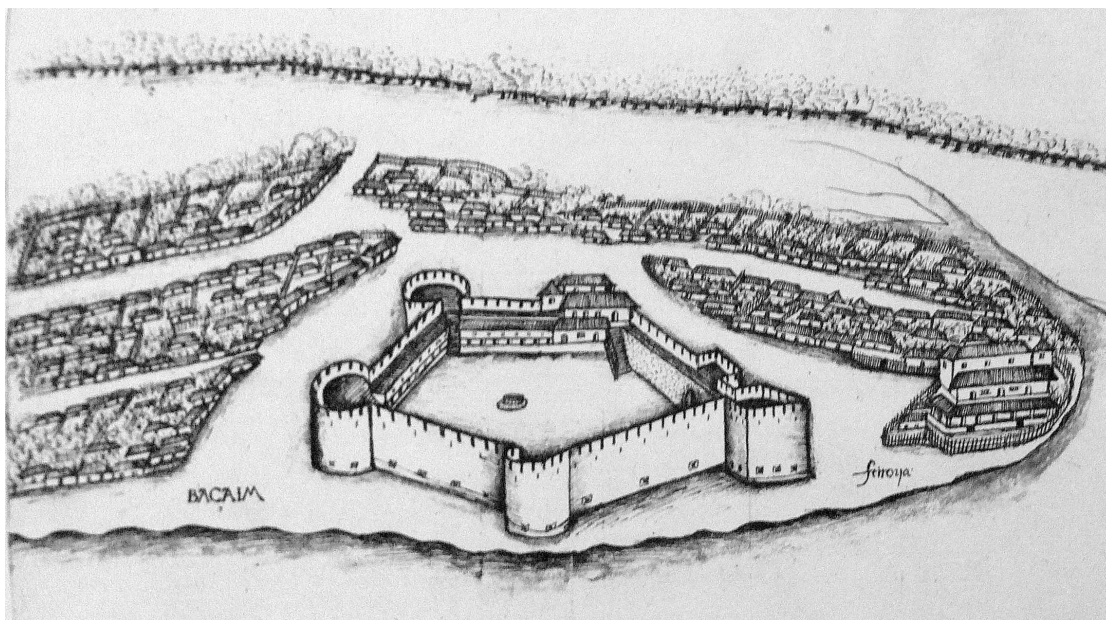


Fig. 37. Baçaim, ca. 1538 (Correia, *Lendas...*, 1863)

A nova fortificação de São Sebastião foi de facto celeremente construída, visto estar operacional dois anos mais tarde quando ocorreram as primeiras invasões da jurisdição de Baçaim por Burhâm ul-Mulk, em 1538<sup>842</sup>. As suas características essenciais – como as torres cilíndricas ou bastilhas e a inclusão de ameias – são típicas das fortificações ditas de transição no contexto da cronologia da evolução da arquitectura militar portuguesa geralmente adoptada<sup>843</sup>.

<sup>841</sup> Dejanirah Couto também chegou à mesma conclusão, afirmando que a “*cidadela portuguesa foi certamente levantada no mesmo perímetro*” da fortificação indiana. Note-se como António Bocarro também refere o facto de São Sebastião ter sido implantado no local de uma fortificação pré-portuguesa (COUTO, Dejanirah, “Em Torno da Concessão e da Fortaleza de Baçaim (1529-1546)”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, pp. 117-132; BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 109).

<sup>842</sup> CASTANHEDA, Lopes de (1929), *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses (1552-1561): Thirty-one chapters of the lost “Livro IX”*, C. Wessels (ed.), The Hague, Martinus Nijhoff, 1929, pp. 4, 5; Carta de Pêro Faria datada de 20 de Outubro de 1537, *Corpo Cronológico*, I-59-105, AN/TT).

<sup>843</sup> MOREIRA, Rafael, “História das Fortificações no Mundo”, *Arquitectura Militar no Renascimento*, Lisboa, Alfa, p. 151; BARROCA, Jorge Mário, “Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)”, *Portugalia*, vol. XI-XII, 2003, Porto.

No contexto dos ataques de 1539, e como a povoação portuguesa tinha crescido muito para além do seu núcleo original, houve também necessidade de edificar nova linha de tranqueiras a oeste do forte de São Sebastião, como nos relata Castanheda. Assim, o capitão da cidade Lourenço de Távora ordenou construir “do cabo do esteiro” de Baçaim “*pera ho mar huma vala alta e forte*” com cerca de 100 m de comprimento. Continuando “*dali por diante por ser area e não se poder fazer vala, mandou fazer uma tranqueira de madeira forte*” com aproximadamente 220 m de extensão. Com esta barreira “*ficavão a povoação e fortaleza cercadas tirando aquilo que cô maré vazia ficava espraído*”, ou seja, cerca de 22 m de extensão de praia em maré vasa. Depreende-se que esta barreira tinha uma porta, visto que a mesma descrição assinala a construção de uma “*estância a par da entrada da tranqueira*”<sup>844</sup>.

No total, e segundo a aritmética de Castanheda, este elemento defensivo linear media 320 m. Coincidência ou não, é esta a distância entre os baluartes de São Sebastião e de Nossa Senhora dos Remédios pertencentes à nova cerca abaluartada iniciada quinze anos mais tarde. Tudo aponta para que esta secção de muralha correspondesse de facto ao alinhamento que mediava entre o fim ou “*cabo*” do esteiro e a praia a sul da tranqueira de 1539. Afinal, era o flanco mais atreito a ataques terrestres por ser o ponto mais exíguo da única ligação enxuta entre a terra firme e a local de implantação da cidade portuguesa<sup>845</sup>.

Com o fim destas campanhas em 1540, a cidade continuou o seu crescimento. Enquanto que numa fase precoce, o casario de Baçaim desenvolveu-se à sombra de São Sebastião e da feitoria da cidade - e entre estas estruturas e a ribeira ou praias a sul e sudeste -, cedo houve uma expansão para oeste e noroeste deste pólo. Por um lado, esta era a direcção natural para a evolução urbana, pois as praias a leste e sul e o esteiro e zonas alagadiças a norte excluía ou dificultavam a expansão urbana nessas direcções. Por outro lado, a partir do forte para oeste começava o eixo viário - designado por “*Rua Direita*” na sua secção urbana - que unia a povoação portuguesa à indiana localizada em Baçaim de Cima (Vasai), espraída a cerca de 2 km a noroeste dos muros de São Sebastião. Assim, a oeste da fortificação e ao longo deste eixo de comunicação e crescimento implantaram-se os franciscanos e, numa rua paralela a sul, os jesuítas<sup>846</sup>.

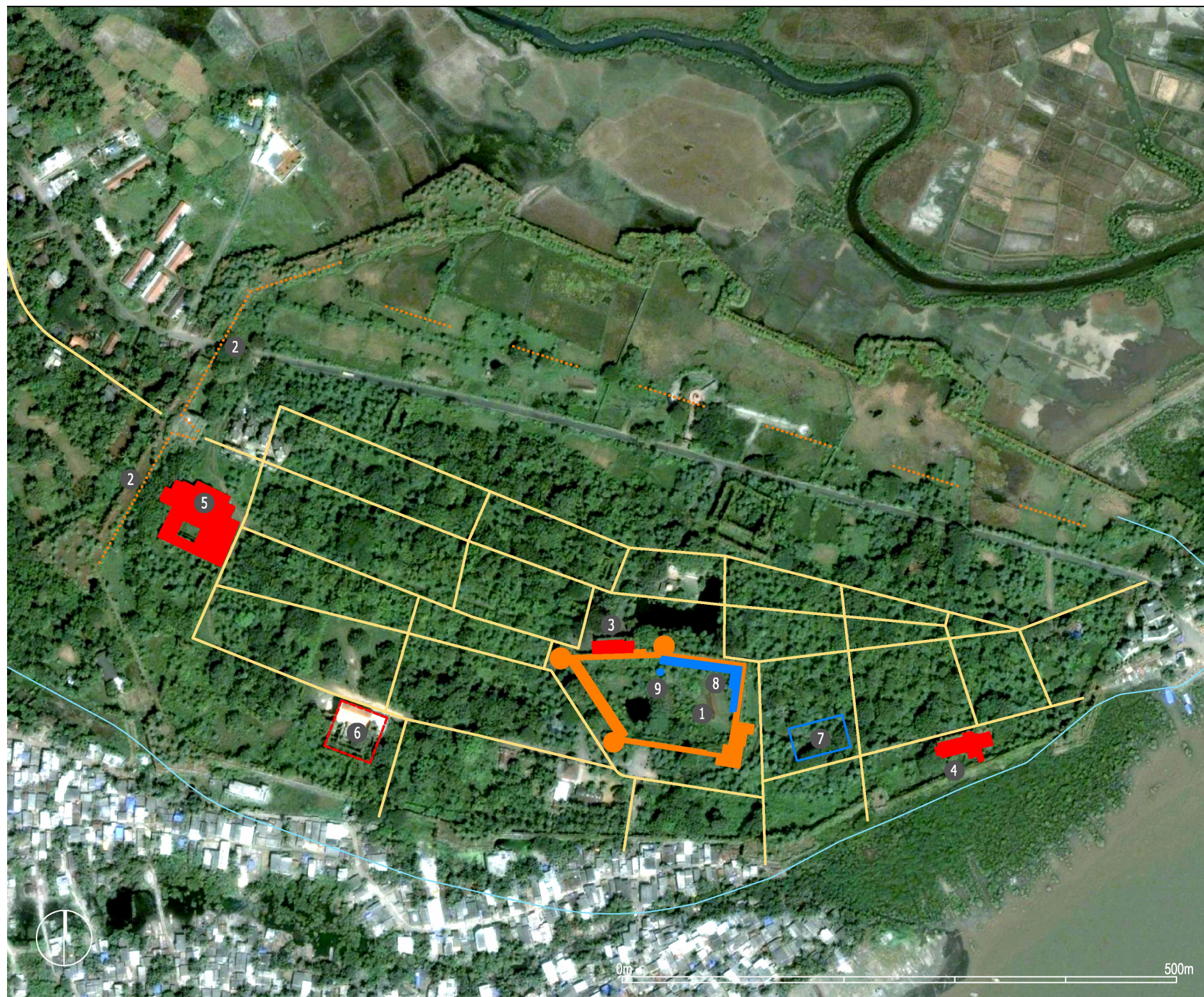
---

<sup>844</sup> CASTANHEDA, Lopes de (1929), *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses (1552-1561): Thirty-one chapters of the lost “Livro IX”*, C. Wessels (ed.), The Hague, Martinus Nijhoff, 1929, pp. 23-26.

<sup>845</sup> CASTANHEDA, Lopes de, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses (1552-1561): Thirty-one chapters of the lost “Livro IX”*, C. Wessels (ed.), The Hague, Martinus Nijhoff, 1929, pp. 23-26.

<sup>846</sup> GOMES, Paulo Varela, “Arquitectura Religiosa, Baçaim”, *Património de Origem Portuguesa no Mundo*, vol. Ásia e Oceânia, José Mattoso (dir.), Walter Rossa (dir.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 166-169; TEIXEIRA, André Dias, *Baçaim e o seu território: política e economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010, pp. 80-98, 162-172; PEREIRA, António de Bragança, “Os Portugueses em Baçaim”, *O Oriente Português*, vol. 7-8-9, Bastorá, Tipografia Rangel, pp. 204-214; SOUSA, fr. Luís de, *Terceira Parte da História de S. Domingos, particular do reino e Conquistas de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Typographia do Panorama, 1866, p. 441).





### Baçaim (1536-1554)

#### Legenda:

- 1 – Forte de São Sebastião (iniciado em 1536)
- 2 – Tranqueiras (edificadas em 1548-1540)
- 3 – Igreja da Misericórdia (fundada ca. 1540)
- 4 – Igreja Matriz
- 5 – Convento franciscano de Santo António (fundado ca. 1547)
- 6 – Convento jesuíta (fundada ca. 1554)
- 7 – Feitoria (localização hipotética)
- 8 – Casas do capitão-mor
- 9 – Poço de água potável

Figura 38.



[A3]

Para proteger o tecido urbano em desenvolvimento, e embora não existam descrições coevas, poderemos supor que se tenham igualmente improvisado linhas de tranqueiras de paus rolados e valas para o lado norte da povoação, à semelhança daquelas edificadas por Lourenço de Távora no flanco leste. Tal é indiciado pela já referida vista de Baçaim contida na obra de Gaspar Correia, onde se assinala uma cerca de madeira praticamente contínua desde a primitiva feitoria fortificada até a zona onde viria a surgir o convento dominicano de São Gonçalo, a norte do forte de São Sebastião<sup>847</sup>. Com o início da construção de uma nova cerca abaluartada para a cidade, em 1554, o forte de São Sebastião começou a perder importância militar, mas manteve intacto o seu valor simbólico enquanto sede de poder e pólo central do tecido urbano.



Fig. 39. Portal do forte de São Sebastião de Baçaim (© BBB, 2007)

---

<sup>847</sup> CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, liv. II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1863, p. 660,

### *Período português, 1554-1633*

Comparativamente a outras obras de fortificação de envergadura comparável, existem poucos dados relativos à história do perímetro abaluartado de Baçaim, sendo que traçar a evolução do seu estaleiro mantém-se uma tarefa árdua, à falta de uma intervenção arqueológica no local. No presente texto, apenas poderemos conjecturar uma hipótese necessariamente elementar para o faseamento das obras através do cruzamento desses parcos dados com outras informações relacionadas, nomeadamente, a comparação com outras obras militares na PN<sup>848</sup>.

Neste cenário de incertezas em relação a factos concretos, dados suficientes atestam a longa duração do estaleiro da cerca abaluartada entre meados de Quinhentos e pelo menos a primeira década de Seiscentos e ainda várias intervenções posteriores de aperfeiçoamento, restauro ou reconstrução até o fim do período português, fornecendo a impressão de que esta obra militar esteve em constante beneficiação e modernização.

Segundo uma carta régia datada de 1586, aludindo a outra do senado de Baçaim, o início das obras tinha ocorrido cerca de três décadas antes<sup>849</sup>, o que apontaria genericamente para pouco depois de meados de Quinhentos, se não tivéssemos outro dado precioso: uma inscrição num baluarte observada *in loco* por Cunha Rivara, aquando a sua viagem a Baçaim em 1859. O registo epigráfico lia:

*“Reinando ho muito alto e poderoso Rei Dom Juam de Portugal 3º deste nome e governando a Índia o Vice Rei Dom Afonso de Noronha, filho do Marquez de Villa Real, sendo Francisco de Sá capitão desta fortaleza e cidade de Baçai, fundou este baluarte per nome Sam Sebastiam aos 22 dias do mes de Fevereiro era 1554 anos”*<sup>850</sup>.

Enquanto que os perímetros abaluartados de Chaul e Damão foram iniciados na ressaca de cercos ou alarmes de cerco em inícios da década de 1570, o arranque das obras em Baçaim ocorreu bastante mais cedo e não está relacionado com nenhum assédio ou campanha militar na PN.

---

<sup>848</sup> Pouco poderei acrescentar ao texto de Walter Rossa e ao levantamento topográfico das ruínas de Baçaim que coordenou e fixou em maqueta (ROSSA, Walter, “Baçaim, sete alegações para uma aproximação ao espaço físico”, *Os Espaços de um Império: estudos*, Mafalda Soares da Cunha (coord.), Porto, CNCDP, 1999, pp. 104-123).

<sup>849</sup> Em 1585 ou 1584, a câmara de Baçaim escreveu ao rei a respeito do tributo imposto no tempo do vice-rei Luís de Ataíde sobre o tráfico de mercadorias no porto a ser aplicado nas obras de fortificação da cidade. A câmara informava também que as obras tinham começado há mais de trinta anos e que ainda não havia qualquer baluarte completo nem pano de muralha fechado e apenas sete peças de artilharia montadas. Em 1586, o rei voltava a recomendar ao vice-rei que desse avanço às obras (Carta régia datada de 27 de Fevereiro de 1586, *Livro das Monções nº 3*, Ms. 4, fl. 144, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 62-66).

<sup>850</sup> Segundo Cunha Rivara, a escrever em 1859, esta inscrição estava sobre um postigo na face interior da muralha e perto do baluarte de São Sebastião. Em 1887, o elemento epigráfico tinha sido retirado do seu lugar original e levado para perto da Porta do Campo. Não pude confirmar o paradeiro actual da inscrição (RIVARA, Joaquim H. da Cunha, “Baçaim em 1859”, *O Chronista de Tissuary*, nº 24, vol. II, Nova Goa, Imprensa Nacional, p. 277; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, pp. 42, 43).

Suponho que esta data precoce possa estar relacionada com duas circunstâncias menos evidentes: em primeiro lugar, a morte do sultão Mahmud Sháh III, facto que desencadeou um período de instabilidade política em Gujarate e, por consequência, iniciativas do Estado para a obtenção de Damão<sup>851</sup>; e em segundo, a vinda do mestre Francisco Pires para a Índia, tendo estado activo em Diu após o segundo cerco daquela fortificação<sup>852</sup>.

Apesar da incerteza quanto às causas que espoletaram as obras, certo é que estas começaram pelo lado mais exposto da cidade, a zona de terreno enxuto 400 m oeste do forte de São Sebastião, por onde se fazia a ligação entre a povoação e o seu *hinterland* agrícola. Como já foi mencionado, este era o flanco mais atreito a um ataque terrestre, a ameaça mais temida em Baçaim. A implantação do baluarte de São Sebastião - em cujo muro foi aposta a referida inscrição de 1554 -, e o alinhamento da secção de muralha entre esta posição e o baluarte de Nossa Senhora dos Remédios, a norte, foram muito provavelmente condicionados pela tranqueira edificadas década e meia antes pelo capitão Lourenço de Távora. Talvez tenha também condicionado o alinhamento dessa secção a localização do convento franciscano de Santo António, fundado por volta de 1550 e um dos principais pólos de crescimento urbano da cidade a oeste<sup>853</sup>. Esta secção de muralha, que compreende ainda o meio o baluarte cavaleiro sobre a Porta do Campo, é de longe a mais sólida de todo o perímetro abaluartado e a única que contém paramento duplo com enchimento.

Por seu turno, a localização das dependências dos jesuítas, aproximadamente 160 m a sudeste das franciscanas, terá condicionado o desenho do circuito amuralhado desde o baluarte de São Sebastião para sudeste, até o baluarte de São Pedro. A presença das duas casas religiosas nesta zona da povoação, para além de ter condicionado o desenho do seu novo perímetro abaluartado, terá também contribuído para o andamento ritmado do seu estaleiro. De facto, era prática corrente nas

---

<sup>851</sup> Mahmud Sháh III foi assassinado a 15 de Fevereiro de 1554, seguindo-se a fracturação do poder central no sultanato. Embora o espaço de uma semana entre este acontecimento e o início oficial das obras em Baçaim seja muito curto, podemos especular que os portugueses tivessem inteligência de que se preparava um golpe palaciano naquele sultanato. Ou então que a data oficial na inscrição tenha sido recuada alguns dias para fazer coincidir a fundação da fortificação com alguma efeméride. Note-se também como, antes de Julho de 1554, o vice-rei Pedro de Mascarenhas havia reforçado a guarnição das terras de Baçaim com seiscentos homens, pelas “*alterações de Cambaya*” (*The Encyclopaedia of Islam, New Edition*, C. E. Bosworth, E. van Donzel, B. Lewis e Ch. Pellat (ed.), vol. VI, fasc. 99-100, “Mahkama, Makdishu”, Leiden, 1986, p. 52; BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VI, pt. II, liv. X, cap. 16, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1781, p. 514; BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. III, cap. 16, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1781, p. 265; BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. I, cap. 12, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1781, p. 109).

<sup>852</sup> Se houvesse algum registo da presença de Francisco Pires em Baçaim durante ou após 1554, poderíamos justificar melhor o início das obras da cerca abaluartada. Sendo assim, apenas uma comparação arquitectónica aprofundada entre as ruínas dos baluartes de Baçaim com aqueles existentes na fortificação de São Tomé em Diu poderia consubstanciar esta ligação hipotética entre as duas campanhas de obras defensivas na PN (VITERBO, Sousa, *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros...*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, pp. 299-303; CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, liv. III, tom. IV, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1864, pp. 581-583).

<sup>853</sup> Para a história desta estrutura religiosa, V. GOMES, Paulo Varela, “Colégio do Nome de Jesus, Baçaim”, *Património de Origem Portuguesa no Mundo*, vol. Ásia e Oceânia, José Mattoso (dir.), Walter Rossa (dir.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 168, 169.

cidades do Estado da Índia os missionários concorrem para as obras defensivas que lhes ficavam mais próximas e que lhes eram mais caras<sup>854</sup>.

Escassos anos após o início das obras da nova cerca abaluartada, o seu desenho inicial foi alterado, conforme consta de uma carta do vice-rei Francisco Coutinho, datada de 1561 e citada recentemente por Walter Rossa. Nessa missiva, informava-se que o circuito havia sido alargado no flanco norte de modo a abraçar uma extensa zona designada por “*alagoa*”. Referia-se ainda que essa decisão obrigaria a um acréscimo de “*humas cem braças*”, ou 220 m, ao circuito. Mas não se fundamentava a opção tomada<sup>855</sup>. Na zona da “*alagoa*” não havia – nem nunca houve – tecido urbano. Estaria o vice-rei a prever um crescimento do casario sobre aquela área?

Não se sabe ao certo qual a utilidade deste extenso terreno, acompanhando toda a extensão da povoação do seu lado norte, após a sua inclusão no lado de dentro da muralha - embora haja registo de várias opiniões sobre o assunto<sup>856</sup>. Não duvido que no momento do seu encintamento, essa área fosse maioritariamente ocupada por arrozais. Essa mesma cultura foi, aliás, mantida nos terrenos apegados à mesma cerca pelo seu lado exterior até ao fim do período português<sup>857</sup>. Já não creio que a decisão tenha resultado de uma intenção de aproveitar essa mesma cultura arrozífera para aliviar a população em caso de cerco prolongado. Nessas situações, os celeiros da cidade necessitariam de milhares de “*muras de bate*” para alimentar uma população acrescida de soldados e refugiados, sendo que a área em questão representaria, comparativamente, um potencial irrisório de produção de arroz.

Para além do mais, se se tivesse mantido em funcionamento as várzeas no interior da muralhas, estas teriam forçosamente de incorporar um sistema de comportas semelhantes àqueles ainda visíveis ao longo da ponte do Conde de Linhares, entre Pangim e Ribandar, ou na cerca abaluartada de Velha Goa, ao longo do canal de Cumbarjua. Já a conversão dessa mesma área em reserva piscícola, como foi sugerido por Walter Rossa<sup>858</sup>, afigura-se mais congruente e provável do ponto de vista económico. Mas se tal tivesse ocorrido, acho que dificilmente essa reserva ou tanque passaria

---

<sup>854</sup> Sobre a relação entre as ordens religiosas e as obras defensivas, V. *infra*, 4. “Conclusão”, pp. 567-583.

<sup>855</sup> Carta do vice-rei Francisco Coutinho datada de 20 de Dezembro de 1561 pub. in WICKI, José, “Duas cartas oficiais de Vice-reis da Índia escritas em 1561 e 1564”, *Studia*, nº 3, Lisboa, 1959, pp. 36-89, cit. in ROSSA, Walter, “Baçaim, sete alegações para uma aproximação ao espaço físico”, *Os Espaços de um Império: estudos*, Mafalda Soares da Cunha (coord.), Porto, CNCDP, 1999, pp. 104-123.

<sup>856</sup> Gerson da Cunha adianta três possíveis razões para a ausência de edificação nesta área: a maior exposição à artilharia inimiga em caso de cerco; o seu aproveitamento para arrozais igualmente em situações de assédio; e como consequência da devastação causada por epidemias (conforme Careri). Todas estas justificações soam pouco satisfatórias (CUNHA, J. Gerson da, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein*, Bombay, Thacker, Vining & Co., 1876).

<sup>857</sup> Assentos do Conselho da Fazenda datados de 9 de Janeiro, 6 de Março e 23 de Agosto de 1731, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fls. 178, 182v, 192v, 193, HAG.

<sup>858</sup> ROSSA, Walter, “Baçaim, sete alegações para uma aproximação ao espaço físico”, *Os Espaços de um Império: estudos*, Mafalda Soares da Cunha (coord.), Porto, CNCDP, 1999, pp. 104-123.

despercebido aos autores coevos, especialmente aos olhos das primeiras gerações de missionários jesuítas e as suas prolixas *cartas anuas*.

A questão da decisão de incluir esta área no circuito intra-muros é naturalmente pertinente, mas dificilmente poderemos asseverar a sua causa a não ser pela voz daqueles que a tomaram ou por autores coevos. Já a função desse terreno *após* a sua inclusão poderá ser averiguada através de pistas na documentação coeva. Assim, a hipótese que na minha opinião se afigura mais provável é que a área não *aedificandi* de Baçaim tenha servido principalmente para albergar *challes*, pelo menos durante o segundo século do período português da cidade. Permanece por estudar a importância e características dos *challes* nos assentamentos urbanos do Estado da Índia. A sua existência dentro dos recintos abaluartados de cidades como Baçaim, Chaul ou Damão constitui um tema algo polémico visto que alguma legislação do período inicial da presença portuguesa determinava que apenas cristãos poderiam possuir casas nessas cidades. Mas dificilmente estas regras foram cumpridas escrupulosamente. Tal contribuía para o subdesenvolvimento comercial das cidades visto que, especialmente a partir de meados de Seiscentos, os principais mercadores ou agentes financeiros nas cidades da PN não eram cristãos<sup>859</sup>. Dada a mobilidade desses agentes e talvez para contornar alguma legislação vigente, não será descabido pensar que estes morassem em *challes* ou estruturas temporárias no terreno não *aedificandi* da cidade<sup>860</sup>.

Tampouco se poderia encetar qualquer obra de vulto – como uma igreja, ou um colégio, ou uma embarcação – sem a presença e residência temporária de um grupo considerável de trabalhadores de fora da cidade, sem os seus *challes*. Ainda que estes estivessem normalmente espalhados maioritariamente ao redor da cerca amuralhada ou em Baçaim de Cima (Vasai), em períodos de conflito ou para obras pontuais, os *challes* teriam necessariamente de passar para a área intra-muros. A título de exemplo, registre-se a missiva do desembargador Domingos Dourado de Oliveira que, a escrever no alvorecer de Setecentos, informava sobre um *challe* dentro dos muros de Baçaim onde

---

<sup>859</sup> V. *supra*, 2.4., “Novos vizinhos e inimigos, 1658-1687”, p. 120, nota 460.

<sup>860</sup> Para além das definições de “*challe*” dadas por Bluteau e Dalgado, interessa registar o decreto nº 23 do Sínodo Provincial de Goa de 1567: “*Item. Pareceo que os mouros, assi moradores como estrangeiros, vivão separados dos Christãos [...] Pelo que manda a sancta Synodo que nenhum Christão alugue casa na povoação dos Christãos a mouro algum, sob pena de cinquenta cruzados; e que se entenderá depois do futuro Concílio; e pede ao Visorey que neste tempo mande fazer bairro apartado dos fieis em que os ditos mouros se agasalhem. Todavia, os gentios estrangeiros, como Guzerates, poderão viver pela cidade [de Goa] em alguns chales, com tanto que sejam cerrados e nelles não vivão Christãos e assi em travessas ou ruas em que não viver Christão algum da terra, e as estes poderão os fieis alugar as ditas casas*” (Primeiro Concílio Provincial de Goa, 1567, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. IV, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1862, p. 23; DALGADO, Sebastião Rodolfo, *Glossário Luso-Asiático*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919, p. 252). A hipótese deste terreno ser usado para acampamento/aquartelamento temporária também já fora intuída por Walter Rossa (ROSSA, Walter, “Baçaim, sete alegações para uma aproximação ao espaço físico”, *Os Espaços de um Império: estudos*, Mafalda Soares da Cunha (coord.), Porto, CNCDP, 1999, pp. 104-123).

moravam mais de um milhar de hindus<sup>861</sup>; ou a notícia do padre Bravo de Morais opinando que moravam mais hindus na cidade do que os seus quatro mil cristãos<sup>862</sup>.

Em síntese: ainda que a decisão de alargar o circuito da cerca abaluartada de Baçaim em 1561 se tenha ficado a dever a uma visão optimista de crescimento urbano, penso que a função primordial desse terreno no período subsequente tenha sido chão para a edificação de *challes*, ou seja, habitações mais ou menos temporárias em materiais perecíveis para moradores não cristãos, organizadas por profissões ou castas.

Infelizmente, e retornando às obras da cerca, para a meia centúria após o seu princípio, os registos documentais cingem-se essencialmente às questões de financiamento do estaleiro, lamentando-se amiúde o seu atraso<sup>863</sup>. Outras remetem para os efectivos da sua guarnição<sup>864</sup>. Uma das poucas informações concretas data de 1582 e assevera que o circuito estava completo e já “*cercada de muro de pedra e cal com seus baluartes muito fortes*”<sup>865</sup>. Este registo deve ser interpretado com fortes reservas, visto que, a escrever por volta de 1584, o senado da cidade informava a metrópole que não havia qualquer “*baluarte acabado, nem pano de muro fechado*”<sup>866</sup>.

Foi nesta conjuntura, algures na década de 1580, que o engenheiro-mor Battista Cairatti visitou Baçaim, influenciando no prosseguimento da obra, intervenção que mereceu elogios por parte da metrópole. Contudo, não sabemos quase nada em concreto acerca da sua actuação no estaleiro de Baçaim<sup>867</sup>.

---

<sup>861</sup> Carta do desembargador Domingos Dourado de Oliveira datada de 19 Janeiro de 1703, *Livro das Monções nº 68*, Ms. 77, fls. 238 e segs., HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. VI, suplementos, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1876 pp. 163, 164.

<sup>862</sup> Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Goa e seus suffraganeos por Henrique Bravo de Morais datado de 1726, *cod. 176* (microfilme F 2527), fl. 14, BNP.

<sup>863</sup> Cartas régias datadas de 8 e 22 de Março de 1588, 6 de Fevereiro de 1589, 12 de Janeiro de 1591, 18 de Fevereiro de 1595, *Livro das Monções nº 3A*, Ms. 4, fls. 346-348v, 285-286, 334-343 e 406-425, 529-535v, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 218-223, 155-158, 192-204 e 242-274; 473-483; Carta régia datada de 15 de Fevereiro de 1593, *Livro das Monções nº 2-A*, Ms. 2, fls. 126-137, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 366-383; Carta régia datada de 5 de Fevereiro de 1596, *Livro das Monções nº 4*, Ms. 6, fls. 758-763, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 683-692; Carta régia de 10 de Março de 1598, *Livro das Monções nº 2B*, Ms. 4, fls. 406-407v, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 861-864.

<sup>864</sup> Em 1565 assistiam doze bombardeiros em Baçaim e recomendava-se ao capitão-mor de Baçaim que tivesse quarenta homens “*parentes, criados ou achegados*” para servir na defesa da cidade (PISSURLENCAR, Panduranga, *Regimentos das Fortalezas da Índia: estudos e notas*, Bastorá, Tipografia Rangel, 1951, p. 340).

<sup>865</sup> *Livro das cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia...*, Francisco Mendes da Luz (ed.), *Studia*, nº 6, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, fls. 23, 23v.

<sup>866</sup> Carta régia datada de 7 de Fevereiro de 1586, *Livro das Monções nº 3A*, Ms. 5, fl. 130-131v, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 61-66.

<sup>867</sup> Em 1587, o rei escrevia ao vice-rei a louvar o facto deste ter enviado ao Norte o “*engenheiro-mor João Baptista Cairato*” para visitar as fortalezas que naquela província se construíam. Refere ainda o progresso e sábias decisões tomadas durante essa visita relativamente às mesmas obras e ainda a necessidade de se acabarem primeiro as obras de Damão, por estar mais



Volvidas duas décadas, surgia o segundo documento iconográfico representando a cidade de Baçaim e o primeiro onde figura a cerca abaluartada. Datada de 1610, a vista de Godinho de Erédia representa as muralhas todas fechadas e os seus dez baluartes concluídos com uma traça homogénea, o que corresponde seguramente a uma idealização da obra provavelmente ainda em curso<sup>868</sup>.

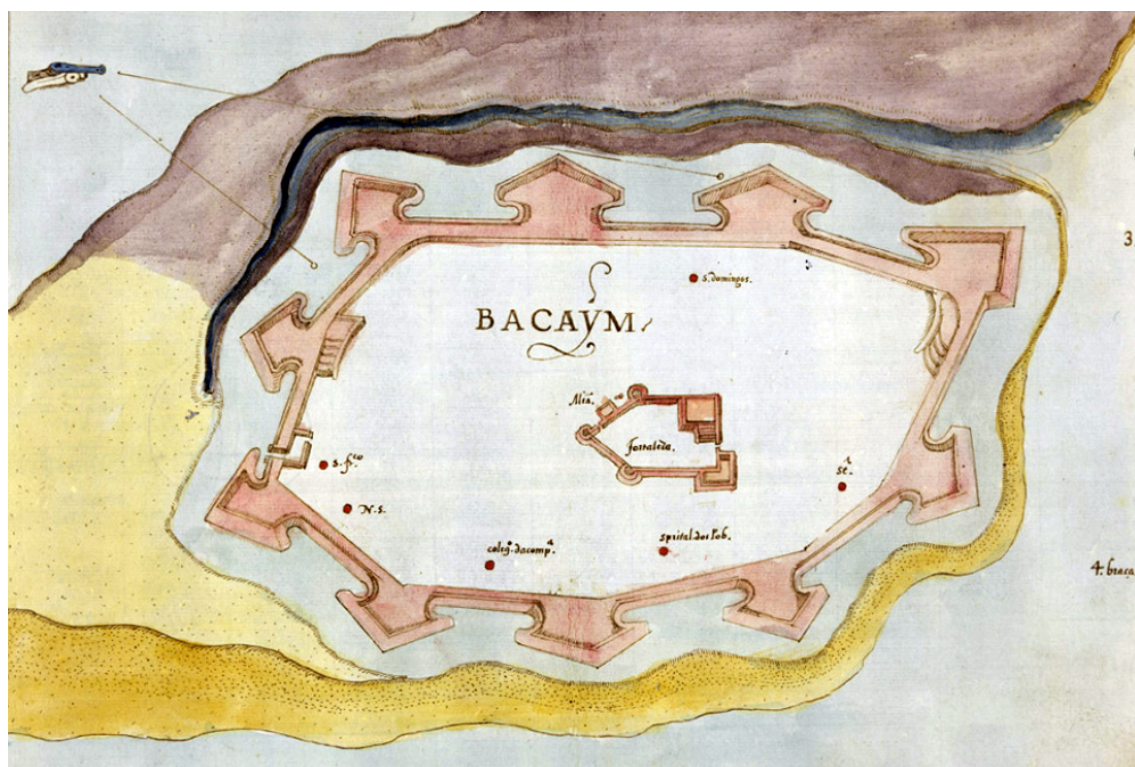


Fig. 40. Mapa de Baçaim, 1610, pormenor (Erédia, *Atlas...*, FBN)

Escassos anos antes da data da vista de Erédia, e no relatório do ouvidor-geral Francisco Monteiro Leite, informava-se que a parte mais incompleta da cerca abaluartada era a da zona da “vaza”, ou seja, a Norte, onde as cortinas atingiam apenas “meia altura”. A parte Sul, da “praia”, era a mais adiantada, embora, na perspectiva do ouvidor-geral, fosse a zona da cidade “por donde corre menos risco de ser combatida dos ynimigos”<sup>869</sup>. Qual a razão desta contradição notada por Monteiro Leite? Como já referi, pode estar relacionada com a contribuição de franciscanos e especialmente jesuítas

exposta aos ataques do Império Mogol (Cartas régias datadas de 21 de Janeiro de 1587 e Março de 1588, *Livro das Monções nº 3*, Ms 5, fls. 162, 285, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 79-86, 157; VITERBO, Sousa, *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros...*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, pp. 154-157).

<sup>868</sup> A vista foi posteriormente copiada noutros códices (*Plantas de Praças das Conquistas de Portugal Feytas por ordem de Ruy Lourenço de Tavora Vizo rey da India...* por Manuel Godinho de Herédia, 1610, Doc. CAM 3,5, FBN).

<sup>869</sup> Lembrança das cousas do Norte pelo ouvidor-geral por Francisco Monteiro Leite datado de 25 de Junho de 1602, Ms. 11410, fls. 73-84, BNP.



para o prosseguimento das obras nas secções mais próximas dos seus conventos e colégios<sup>870</sup>. Também se poderá acrescentar duas justificações construtivas para os dois ritmos diferentes do estaleiro: por um lado, a secção de muralha ao longo da praia era a mais estreita, tendo apenas um paramento sustentando um exíguo parapeito; por outro, o estaleiro do flanco norte tinha a dificuldade acrescida de se situar sobre uma zona alagadiça ou pantanosa, muito provavelmente arrozais, dificultando a sua construção. Basta ter em conta que todas as alvenarias deste flanco norte necessitariam de obras de estacaria para as suas fundações. Todos estes factores terão assim contribuído para o seu atraso, mais de qualquer opção relativa a prioridades defensivas<sup>871</sup>.

Já no contexto do conflito de 1612-1615, considerava-se no reino que Baçaim estava “*cercada e defensável*”<sup>872</sup>, pese embora o facto de, no final desse conflito, o senado voltar a afirmar que faltava “*ainda muita parte da fortificação por acabar*”, estando pelo menos um baluarte em ruína<sup>873</sup>.

Também nessa altura, o Estado da Índia perdia a supremacia naval no Índico para as armadas holandesas e inglesas, factor que veio recentrar algumas das prioridades defensivas<sup>874</sup>. Antes de mais, importava aos portugueses restaurar, aperfeiçoar e apetrechar o melhor possível as suas fortificações para fazer face a um inimigo com superior tecnologia naval, engenharia militar e artes de sapagem e minagem. Também importava assegurar a defesa das barras das várias cidades portuárias para prevenir incursões e bloqueios<sup>875</sup>.

Foi assim num contexto de forte preocupação com o inimigo “*da Europa*” e de um certo atrito entre a administração reinol do Estado e a câmara de Baçaim relativamente ao financiamento e gestão das obras defensivas, que a Coroa decidiu em 1624 entregar a administração dessas mesmas obras aos

---

<sup>870</sup> Registe-se o facto de já em 1599 se ter rasgado uma poterna no flanco sul da cerca abaluartada, mais precisamente a sul da igreja dos jesuítas (COUTO, Dejanirah (1996), “A Fortaleza de Baçaim”, *Oceanos*, nº 28, Lisboa, CNCDP, 1996, pp. 112).

<sup>871</sup> André Teixeira forma uma análise diversa do relatório do ouvidor-geral Francisco Monteiro Leite, inserindo-o numa perspectiva alargada sobre as preocupações defensivas de Baçaim. Estou em desacordo com Teixeira, quando este refere que se privilegiou, tanto na “*segunda metade de Quinhentos*” como nas “*primeiras décadas de Seiscentos*”, a segurança do flanco marítimo ou ribeirinho da cerca abaluartada de Baçaim em detrimento do seu flanco terrestre, a norte e noroeste (Cf. TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu território: política e economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2010, p. 132).

<sup>872</sup> Carta régia datada de 3 de Fevereiro de 1614, *DRILM*, António Bulhão Pato (dir.), tom. III, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1885, pp. 35-38.

<sup>873</sup> Carta do Senado de Baçaim datada de 7 de Dezembro de 1614, *Índia*, cx. 3, doc. 142, AHU, cit. por TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu território: política e economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010, p. 129.

<sup>874</sup> V. *supra*, 2.3. “Quatro décadas relativamente pacíficas, 1615-1658”, pp. 88, 89.

<sup>875</sup> É neste contexto que surgem as primeiras menções sobre a necessidade de se fortificar o local de Aguada (Dongri), na margem oposta à da cidade de Baçaim, no extremo noroeste da ilha de Salcete (Carta do vice-rei Jerónimo de Azevedo datada de 28 de Dezembro de 1616, *Livro das Monções nº 12*, Ms. 13, fl. 299, HAG; Carta dos Oficiais da Fazenda de Baçaim, datada de 23 de Dezembro de 1626, *Índia*, cx. 15, doc. 169, AHU).

jesuítas<sup>876</sup>. Esta não era uma solução inédita, pois já vigorava em Damão, tendo sido ensaiada a partir da última década de Quinhentos<sup>877</sup>, e estava também já instituída em Chaul<sup>878</sup>. Mas a medida generalizou-se a toda a PN nessa conjuntura, condicionando o desenvolvimento e funcionamento do seu sistema defensivo durante a centúria seguinte e representando um notável caso de promiscuidade entre o poder religioso e a esfera militar do Estado. E, claro, um significativo aumento de influência para os jesuítas da PN<sup>879</sup>. A partir da terceira década de Seiscentos, tornou-se assim quase onnipresente a figura do padre administrador nos estaleiros das obras defensivas das quatro subdivisões do território, realidade que se manteve praticamente sem interrupção até à extinção da PN.

Apesar da ameaça inglesa ou holandesa sobre a cidade de Baçaim nunca se ter cristalizado, as batalhas perto de Surate (Surat) e Golfo de Cambaia e especialmente o ataque sobre Bombaim em 1626, mantiveram a pressão para o investimento, manutenção e aperfeiçoamento das defesas de Baçaim e sua jurisdição, mesmo durante um período essencialmente pacífico nas relações entre a PN e os seus vizinhos indianos da terra firme.

Cabe aqui uma nota, antes de abordarmos o período do vice-rei Miguel de Noronha conde de Linhares, sobre a “*lastimosa tormenta*” que atingiu com violência Baçaim e outros lugares da orla da PN em Maio de 1618<sup>880</sup>. Esta constituiu muito provavelmente um ciclone tropical associado a uma onda sísmica. Para além de danificar praticamente todas as estruturas notáveis da cidade, o ciclone terá certamente afectado as coberturas das dependências defensivas integradas na cerca abaluartada e aquelas do forte de São Sebastião<sup>881</sup>.

---

<sup>876</sup> Carta anua da província de Goa datada de 15 de Dezembro de 1626, *Goana História*, 33, I-II, fls. 762v, ARSI; Cartas régias datadas de 31 de Março e 13 de Abril de 1626, *Índia*, cx. 14, doc. 93, AHU.

<sup>877</sup> V. *infra*, 3.1.3. “Damão”, pp. 278-281

<sup>878</sup> V. *supra*, 3.1.1. “Chaul”, p. 207

<sup>879</sup> Sobre a relação entre as ordens religiosas e as obras do sistema defensivo da PN, V. *infra*, 4. “Conclusão”, pp. 567-583.

<sup>880</sup> *Relaçam da mais extraordinaria, admiravel, e lastimosa tormenta de vento... era de 1618, aos 17 do mes de Mayo*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619; TRINDADE, Fr. Paulo da, *Conquista Espiritual do Oriente...*(ca. 1629), Fr. Félix Lopes (ed.), pt. II, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, pp. 125-135.

<sup>881</sup> O convento de dominicano de São Gonçalo de Amarante também ficou bastante danificado, estando ainda em reconstrução dois anos após a catástrofe natural (SOUZA, fr. Luís de, *Terceira Parte da História de S. Domingos, particular do reino e Conquistas de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Typographia do Panorama, 1866, p. 441). Em Março de 1619, o Conselho da Fazenda ordenava que se gastasse trezentos patações da renda do 1% de Baçaim para se reconstruir ou reparar a Casa da Câmara da cidade (Provisão do Conselho da Fazenda datada de 4 de Março de 1619, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 2*, Ms. 1160, fl. 20v, HAG). Igualmente ordenava que se continuassem as obras de “*reedificação e reparo*” da Sé ou igreja Matriz de Baçaim (Provisão do Conselho da Fazenda datada de 6 de Março de 1619, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 2*, Ms. 1160, fls. 21v, 22, HAG). No Hospital da Misericórdia, a Fazenda despendia seiscentos patações nas “*obras de sua reformação*” e duzentos patações “*pera ajuda da reformação*” da igreja da mesma Misericórdia (Provisão do Conselho da Fazenda datada de 13 de Março de 1619, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 2*, Ms. 1160, fls. 26v, 27, HAG).

A pedra de supremacia naval e a concorrência de ingleses e holandeses no Golfo de Cambaia ditou o fim do período expansivo das quatro cidades da PN, embora esta alteração não se tenha traduzido imediatamente num declínio urbano ou numa contracção da economia interna da PN, pelo menos no caso de Baçaim. Registaram-se outrossim consequências directas nas obras defensivas, onde foi necessário incrementar investimentos mesmo face às dificuldades financeiras generalizadas no Estado da Índia.

Poucos anos após a entrega da administração e gestão das obras defensivas aos jesuítas de Baçaim e no início do governo reformador do vice-rei Miguel de Noronha, produziu-se um inquérito às fortificações da PN, incluindo um relato algo pormenorizado sobre a cerca abaluartada da sua capital. Nessa notícia, declara-se concluído e em bom estado o pano de muralha oeste, entre os baluartes de São Sebastião e de Nossa Senhora dos Remédios, a secção mais robusta de todo o circuito. A zona mais débil e necessitada de obras era na boca do esteiro, no extremo nordeste da cerca, especialmente os baluartes de São Gonçalo e São Tiago, e os panos de muralha contíguos que ainda estavam inacabados ou “*imperfeitos*”. Do lado sul, ao longo da praia, estava danificado o baluarte de São Paulo, mas os outros estavam em boas condições, assim como as muralhas, apesar de igualmente inacabadas na “*sua perfeição*”<sup>882</sup>.

Face ao exposto no relato de 1629 e a uma *in loco* inspecção quatro anos mais tarde, o engenheiro Manuel Homem de Pina ordenou uma série de intervenções, sendo a principal uma iniciativa que, tanto quanto pude apurar, nunca foi aplicada: a abertura de um fosso ao longo do flanco oeste da muralha, unindo assim o esteiro a norte da cidade com a praia e completando a insularidade da sua implantação. Especificava-se que esta “*cava*” deveria ficar cerca de 25 m afastada da raiz das muralhas e baluartes e ter cerca de 44 m de largura, incluindo as obras exteriores: uma estrada coberta com revelins e “*espaldas*” do lado exterior do fosso, de modo aos espingardeiros poderem “*atirar seguramente*”. Projectava-se também, no extremo sul do fosso, uma comporta para controlar o influxo das águas do rio e ainda uma “*ponte de madeira feita sobre pilares de pedra*”, para servir a porta do Campo<sup>883</sup>. Todo este projecto defensivo, que deveria distender-se ao longo de aproximadamente 750 m de comprimento, entre os baluartes dos Reis Magos e o de São Sebastião, representava um investimento considerável para os cofres do Estado. Porém, projectos semelhantes foram encetados e concluídos para as cercas abaluartadas de Damão e Chaul. Desconheço as razões pelas quais a ordem não foi cumprida em Baçaim.

---

<sup>882</sup> Auto que o Capitão [Gaspar de Melo] desta Fortaleza [de Baçaim] e Ouvidor mandou fazer, datado de 11 de Dezembro de 1629, *Livro das Monções nº 13B*, Ms. 15, fls. 509v-512, HAG.

<sup>883</sup> Apontamentos das obras para Baçaim por Manuel Homem de Pina datado de 25 de Março de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.

A maior parte das directivas de 1634 confirmam as preocupações evidenciadas no relatório de 1629, ordenando-se por exemplo o aperfeiçoamento do baluarte de Nossa Senhora dos Remédios, “*porque este baluarte e o de São Sebastião e o baluarte Cavaleiro eram os principais e os que hão de ter em si a melhor e mais grossa artilharia que nesta fortaleza houver*”. Os baluartes de São Gonçalo e São Tiago, “*os quais não têm feito mais que as paredes de seus exteriores e ainda estão por levantar*”, não tinham qualquer artilharia assestada. Quanto ao danificado baluarte de São Paulo, se determinou deixá-lo rachado, “*pois há muitos anos não fez de si mais que o primeiro abalo, com que se arruinou*”. Muitas das restantes recomendações relacionavam-se com a expansão e justaposição do casario à – e sobre – a cerca abaluartada, fornecendo uma noção bastante nítida da paisagem urbana de Baçaim<sup>884</sup>.

Homem de Pina também determinou uma intervenção no forte de São Sebastião, ou “*fortaleza em que moram os capitães*”, para onde concebeu uma “*casa para armazem da polvora*”, a edificar no “*baluarte redondo*” situado no vértice sul do perímetro. Para tal, era necessário primeiro retirar “*os entulhos que*” então tinha o bastião. Para cobrir o armazém, o engenheiro previa “*uma abobada de tijolo com um frol no alto da dita abobada com suas lâminas de ferro com buracos miúdos para por ele tomar ar a dita casa, para melhor conservar as coisas que lhe meterem*”<sup>885</sup>. A fortificação fundada por Nuno da Cunha mantinha assim pouco do seu valor militar, servindo antes para albergar os capitães e talvez ainda o tronco ou cadeia, e alguns armazéns<sup>886</sup>. Mas mantinha o seu valor simbólico, atestado por uma extensa intervenção na sua porta principal, igualmente no período de Miguel de Noronha e que lhe conferiu um carácter (mais) monumental<sup>887</sup>.

As quatro décadas subsequentes à visita de Homem de Pina foram excepcionalmente pacíficas para a cidade de Baçaim, não obstante a tensão decorrente do imbróglio com os ingleses acerca de Bombaim, entre 1662 e 1665. Mas com a materialização da ameaça omanita sobre as orlas da PN na segunda metade de Seiscentos, a defesa de Baçaim voltou a ser matéria premente. Numa carta aos governadores do Estado, o senado da cidade traçou em 1662 um panorama preocupante sobre a cerca abaluartada, cujos muros estavam “*arruinados*” e as “*caixas dos beluartes vazias, pessas*” de artilharia “*sem telhas e sem cheleiras*”, e a guarnição “*sem arcabuzes e monições*”. Por estas razões, e visto que o inimigo omanita estava “*tão atrevido*”, os governadores encomendaram ao Padre

---

<sup>884</sup> Apontamentos das obras para Baçaim por Manuel Homem de Pina datado de 25 de Março de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.

<sup>885</sup> Apontamentos das obras para Baçaim por Manuel Homem de Pina datado de 25 de Março de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.

<sup>886</sup> Segundo Cunha Rivara uma lápide em Baçaim mencionava a obra da prisão de Baçaim, iniciada no tempo do capitão-mor Rui Dias da Cunha e concluída no triénio do capitão-mor André Salema, ou seja, edificada entre 1635 e 1639. Situava-se provavelmente perto do Senado. Provavelmente, terá sido assim desactivado o tronco no interior do forte de São Sebastião (RIVARA, Joaquim da Cunha, “Baçaim em 1859”, *O Chronista de Tissuary*, vol. II, nº 24, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1859, p. 278.

<sup>887</sup> A atestar esta intervenção, encontravam-se apostas duas inscrições perto da porta principal do forte de São Sebastião. V. *infra*, p. 258.

Administrador reitor do colégio jesuíta de Baçaim que se aplicasse nas questões da defesa da cidade<sup>888</sup>.

Quando os omanitas desembarcaram perto de Baçaim em 1674, invadindo o seu cassabé durante cerca de uma semana, gerou-se o pânico entre a população da cidade. Apanhados desprevenidos, os portugueses tentaram defender alguns pontos em Baçaim de Cima (Vasai), como a igreja de Nossa Senhora da Graça de Papdi. Aparentemente, os omanitas planeavam cercar Baçaim, pelo que traziam “*muitos petrechos*” e peças de artilharia<sup>889</sup>.



Fig. 41. Vista de Baçaim, ca. 1634 (Resende, *Livro de Estado...*, 1646, BL)

A defesa da cidade ficou essencialmente a cargo da milícia dos foreiros que, com seus escravos e “*abunhados*”, guarneceram os muros e baluartes, destacando-se vários fidalgos principais de Taná (Thane). O “*Vigário da Vara com os seus clérigos*” guarneceram também a porta de Mar da cerca. Dada a gravidade da situação, os milicianos e religiosos, “*achando os muros e seus baluartes em tudo*

<sup>888</sup> Carta dos governadores Luís de Melo Furtado e Pedro de Lencastre datada de 17 de Março de 1662, *Livro de Baçaim*, Ms. 2624, fl. 18, HAG.

<sup>889</sup> A igreja de Nossa Senhora da Graça foi defendida pelo capitão-mor da esquadra de Diu, Pedro Lamego Palha, que após um breve reencontro com a armada omanita, conduziu a sua esquadra e cáfila para o rio de Baçaim, tendo seguidamente passado para Baçaim de Cima com os seus soldados. Lamego Palha morreu no incêndio que os omanitas puseram à mesma igreja. Foram igualmente incendiadas as igrejas de São Tomé de Puri (Manickpur) e Calvário de Baçaim de Cima (Vasai) (Carta do capitão-mor de Baçaim Henrique de Silva de Sá datada de 19 de Fevereiro de 1674, *Índia*, cx. 54, doc. 41, AHU; Carta do vice-rei Luís Furtado e Albuquerque datada de Dezembro de 1674, *Índia*, cx. 54, doc. 41, AHU; Carta do vice-rei Luís de Mendonça Furtado e Albuquerque datada de 8 de Outubro de 1671, *Livro das Monções nº 36*, Ms. 44, fl. 353, HAG).

*imperfeitos pelo pouco ou nenhum cuidado do administrador*”, apressaram-se a pôr em estado defensável as estruturas, e “*pois trabalharão estes homens tanto em elles que em seis dias fizerão o que em muitos outros meses senão poderia acabar*”, nas palavras do capitão-mor da cidade, Henrique de Silva de Sá. Após os omanitas terem saqueado e incendiado várias aldeias e igrejas em redor de Baçaim, convergiram para o cassabé as forças do capitão-mor do Campo de Baçaim e as do capitão-mor da esquadra de Diu Pedro Lamego Palha que na altura se encontrava na barra de Baçaim com sua cáfila. Após algumas escaramuças em Baçaim de Cima, os atacantes evacuaram o cassabé e reembarcaram apressadamente<sup>890</sup>.

O ataque omanita desencadeou novas intervenções na cerca abaluartada como o entaipamento de todos as suas cinco poternas, iniciativa efectuada no primeiro triénio do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira (1677-1678)<sup>891</sup>, facto que aliás muito desagradou aos padres administradores da cidade<sup>892</sup>. Nessa altura, assistia em Baçaim o capitão-engenheiro João Fuzeiro de Sande, militar acusado de corrupção e preso por ordem do mesmo capitão-geral da PN<sup>893</sup>.

Volvida uma década do desembarque omanita, foi a vez dos maratas invadirem extensamente a PN. Novamente, as muralhas escaparam ilesas às investidas atacantes, mas procederam-se a intervenções de beneficiação durante o período de reconquista do território, entre 1684 e 1687, determinadas pelo vice-rei Francisco de Távora conde do Alvor.

Nessa campanha, o baluarte que inspirava maiores cuidados era o “*do Elefante*”, ou de São Francisco Xavier, que se achava “*totalmente arruinado e se há de alevantar logo, reparandose na melhor forma em que for possível, advertidno que se arrancará mais o angullo flanqueado para que possa ser visto e defendido dos flancos oppostos*”. Previam-se também obras de lajeamento e aperfeiçoamento para os baluartes de São Tiago, São Gonçalo e dos Reis Magos. Em relação ao baluarte Cavaleiro sobre a porta do Campo, havia uma planta segundo a qual se ordenava edificar um “*huma meya lua*” para a sua porta. Era ainda necessário altear várias secções de muralha e evitar a erosão dos solos entre a

---

<sup>890</sup> Carta do capitão-mor de Baçaim Henrique de Silva de Sá datada de 19 de Fevereiro de 1674, *Índia*, cx. 54, doc. 41, AHU; Carta do vice-rei Luís Furtado e Albuquerque datada de Dezembro de 1674, *Índia*, cx. 54, doc. 41, AHU.

<sup>891</sup> As obras incidirão nos baluartes do lado norte da cerca, ou “*da Vaza*”, acabando-se também de entulhar o baluarte Cavaleiro sobre a porta do Campo (Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 1 de Dezembro de 1677, *Série Azul*, Ms. 496, fl. 1, BACL; Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 17 de Janeiro de 1678, *Série Azul*, Ms. 497, fl. 29, BACL).

<sup>892</sup> Cartas do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datadas de 20 e 25 de Abril de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 196, 196v, 199v, 200, BACL; Carta do padre administrador André Mendonça de Furtado datada de 25 de Abril de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 196, 196v, BACL; Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 15 de Agosto de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fls. 90-93, BACL.

<sup>893</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 7 de Janeiro de 1678, *Série Azul*, Ms. 496, fl. 136, BACL; Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 16 de Janeiro de 1678, *Série Azul*, Ms. 497, fl. 15, BACL.

praia e o flanco sul e sudoeste da cerca abaluartada, pelo que se recomendava a plantação de salgueiros e a edificação de estacadas nessas zonas<sup>894</sup>.

Durante a meia centúria entre o conflito luso-marata de 1683-1687 e a derradeira invasão marata da PN, as obras de reparo nos baluartes e cortinas de Baçaim prolongaram-se, conforme se constata por uma série de registos fragmentados. Constituíram essencialmente intervenções pontuais, dando a entender que não se iniciaram obras de vulto de remodelação ou modernização dos baluartes após o período do vice-rei Francisco de Távora<sup>895</sup>.

Também no último quartel de Seiscentos, Bombaim ofuscava Baçaim enquanto cidade e porto principal da região, através de um processo relativamente rápido, conforme tinha previsto o vice-rei António de Melo e Castro. Enquanto que a cidade inglesa se desenvolvia graças à tolerância religiosa e à dinâmica comercial da *East India Company*, entre outros factores, a capital da PN ia perdendo os seus mercadores principais e actividade comercial, ficando cada vez mais dependente dos produtos que arribavam ao porto de Bombaim, que então começava a rivalizar com o próprio empório de Surate (Surat).

Ainda que não tenha localizado registos referentes ao despovoamento da cidade análogos àqueles referentes a Taná (Thane) e Chaul em inícios de Setecentos, não será descabido supor que a partida de mercadores influentes e a diminuição da actividade comercial do porto e alfândega tenham condicionado fortemente a vida urbana de Baçaim<sup>896</sup>. Por outro lado, terá certamente havido uma diminuição da população cristã em Baçaim, à semelhança do que vinha acontecendo noutras áreas da PN<sup>897</sup>.

---

<sup>894</sup> Alvará sobre as obras da Fortificação da dita Cidade [de Baçaim] datado de 21 de Abril de 1686, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fls. 19-20, HAG.

<sup>895</sup> Pelo menos até o final do século XVII, continuaram as intervenções na cerca abaluartada de Baçaim (Acrescentamentos para o Regimentos do Capitão de Baçaim, datada de 7 de Janeiro de 1696, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fl. 86, 86v, HAG).

<sup>896</sup> Um dos primeiros registos acerca da migração dos mercadores de Baçaim ocorre em 1686: “*E porque com as insolencias e tiranias de que pella mayor parte usarão os capitães desta praça no tempo de seus governos se acha ella totalmente arruinada assy pella auzencia que fizeram muitos mercadores como por falta de comercio deste porto para os outros, e dos outros para este, tereis particular cuidado em ajudar o negocio com todo aquelle favor que for licito, procurando animar os mercadores para que elles o continuem com todo o empenho posivel e assy para que a terra por este caminho se restetua ao seu antigo ser como tãobem para que com o mayor rendimento da alfandiga possa Sua Magestade suprir as grandes despesas que aqui continuamente está fazendo e as mais que adiante puderem ser necesarias*” (Regimento para o capitão de Baçaim dado pelo Conde do Alvor, ca. de 1686, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fls. 12, 12v, HAG).

<sup>897</sup> Note-se a já mencionada preocupação do desembargador Domingos Dourado de Oliveira em 1703 sobre o milhar de hindus a residir em Baçaim (Carta do desembargador Domingos Dourado de Oliveira datada de 19 Janeiro de 1703, *Livro das Monções nº 68*, Ms. 77, fls. 238 e segs., HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. VI, supplementos, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1876 pp. 163, 164).





### Baçaim (1635-1739)

Legenda:

- 1 – Praça principal
- 2 – Terreiro de S. Francisco
- 3 – Forte de S. Sebastião
- 4 – Porta Principal do Forte de S. Sebastião
- 5 – Porta do Campo e Baluarte Cavaleiro
- 6 – Baluarte de N. Sra. dos Remédios
- 7 – Baluarte dos Reis Magos
- 8 – Baluarte de S. Tiago
- 9 – Baluarte de S. Gonçalo
- 10 – Baluarte da Madre de Deus
- 11 – Baluarte de S. João
- 12 – Baluarte do Elefante e, posteriormente, de S. Francisco Xavier
- 13 – Baluarte de S. Pedro
- 14 – Baluarte de S. Paulo
- 15 – Baluarte de S. Sebastião
- 16 – Igreja de N. Sra. da Vida
- 17 – Local da Igreja da Misericórdia
- 18 – Convento de Sto. António (Franciscanos)
- 19 – Convento de N.ª S.ª da Anunciada (Agostinhos)
- 20 - Colégio do Sagrado Nome de Jesus (Jesuítas)
- 21 – Igreja de N.ª S.ª da Saúde (Hospitaleiros de S. João de Deus)
- 22 - Convento de S. Gonçalo (Dominicanos)
- 23 – Igreja Matriz de S. José
- 24 – 1ª Casa do Capitão de Baçaim
- 25 – 2ª Casa do Capitão de Baçaim
- 26 – Local do Mercado
- 27 - Palácio do General da Província do Norte
- 28 – Feitoria e, posteriormente, Celeiro Público
- 29 - Alfândega
- 30 – Ruínas de casas particulares

Figura 42.



[A3]

Outra consequência deste processo de declínio económico da PN foi a crescente dependência do Estado em contingentes militares contratados temporariamente a outras potências. Recorde-se como o sistema de milícia da PN tinha sido oficialmente extinto em finais de Seiscentos, sendo que as companhias de tropas portuguesas regladas ou terços disponíveis ao Estado eram bastante limitadas. Mesmo os onnipresentes sipaios e lascarins arregimentados entre os habitantes da PN e de Goa não bastavam para assegurar a defesa do território em caso de ameaças graves. Nessas ocasiões, o Estado era obrigado a contratar “*patanes*” em Diu, lascarins em Surate (Surat), sidis em Danda-rajapur ou mesmo ingleses em Bombaim, como aconteceu em 1730.

Nesse panorama, e apesar dos esforços reformadores durante os governos dos vice-reis João Saldanha da Gama e Pedro de Mascarenhas, Baçaim não detinha por normalmente uma guarnição suficientemente robusta para assegurar a eficaz defesa da sua cerca abaluartada. Nas primeiras décadas de Setecentos, esta guarnição era de quatro companhias - duas “*do terço*” e duas “*de guarnição*” -, totalizando cento e sessenta soldados, partindo do princípio que as suas fileiras estariam completas<sup>898</sup>.

### ***Cerco de 1737-1739***

A única ocasião em que o perímetro abaluartado de Baçaim foi posto à prova e cercado de modo convencional foi durante a campanha marata que conduziu à queda da PN. Prolongando-se durante dois anos, este assédio culminou com acções de minagem que destruíram parcialmente dois baluartes e causaram estragos noutras estruturas. Até esses momentos de deflagração, a cerca abaluartada de Baçaim resistiu aos atacantes apesar de defendida por uma guarnição reduzida e subequipada, facto que comprova o seu valor enquanto obra de engenharia militar adequada às suas funções. Contudo, no momento decisivo, e segundo um autor coevo, a inexistência de um fosso permitiu aos maratas escavarem vários túneis até à raiz das muralhas, detonando aí as bombas que causaram as decisivas brechas nos baluartes.

A primeira tentativa de assalto à cerca abaluartada, em Junho de 1737, acometeu a muralha entre os baluartes dos Reis Magos e de São Gonçalo, ou seja, no flanco norte do perímetro e numa zona normalmente aproveitada para arrozais. Já o assalto seguinte, em Setembro desse ano, terá ocorrido noutra zona da cerca abaluartada, visto que as chuvas da monção terão certamente dificultado o acesso às zonas pantanosas.

---

<sup>898</sup> Acrescentamentos para o Regimentos do Capitão de Baçaim, datado de 7 de Janeiro de 1696, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fl. 86, 86v, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 6 de Maio de 1694, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 16*, Ms. 1174, fls. 154, 155v, HAG.

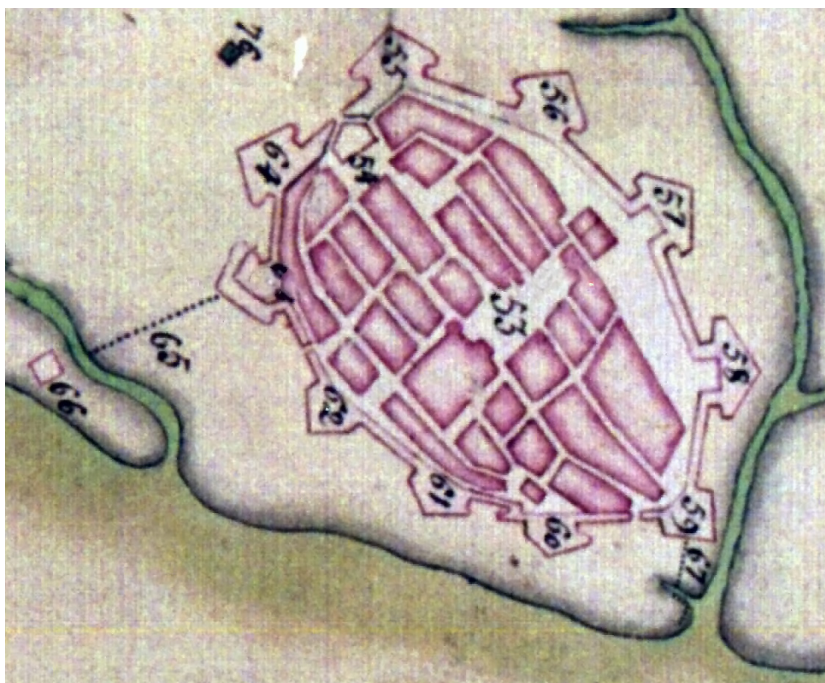


Fig. 43. Mapa de Baçaim, 1739, pormenor (*Mostrador...*, 1739, SGL)

Em inícios de 1739, e com o resto do território da PN já quase totalmente ocupado, as operações de cerco em Baçaim aumentaram de intensidade, tendo os maratas edificado uma considerável tranqueira em madeira defronte da secção de muralha voltada a oeste. A partir de posições à mesma altura ou mais elevadas que as canhoiras da muralha portuguesa, os maratas conseguiam bombardear com maior eficácia os defensores nos parapeitos e também o casario da cidade. Entre Fevereiro e Abril desse ano, os maratas escavaram catorze galerias subterrâneas, a maior parte das quais até à raiz das muralhas portuguesas, com o intento de minar as fundações dos baluartes de São Sebastião, Cavaleiro e Nossa Senhora dos Remédios. Apesar de muitos desses túneis terem sido destruídos ou alagados pelos portugueses, um deles, apontado a uma das faces do baluarte de Nossa Senhora dos Remédios, abriu uma considerável brecha no momento da deflagração, abertura imediatamente acometida pelos maratas<sup>899</sup>.

Este primeiro assalto foi rechaçado pelas tropas portuguesas, tendo-se improvisado uma “*cortadura de fogo que se conservou sempre ardendo*” ao longo da secção desabada do baluarte<sup>900</sup>. No dia seguinte rebentavam outras bombas sob o baluarte de São Sebastião, que causaram uma brecha maior numa das suas faces, conforme se lê não apenas nos relatos coevos mas também nas legendas de documentos iconográficos.

<sup>899</sup> *Relação da guerra que o infl. Maratá fez no Estado da Índia...desde o dia seis de Abril de 1737 até os primeiros de Janeiro de 1745...*, Ms. 1605, BNP, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas IV: como se perdeu Baçaim”, *Boletim Vasco da Gama*, nº 12, Nova Goa, Tipografia Bragança & Ca., 1932, pp. 78, 79, 84-86.

<sup>900</sup> Carta do general da PN Caetano de Sousa Pereira datada de 17 de Agosto de 1739, *Livro das Monções nº 110*, Ms. 131, fls. 34-39, HAG, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, “Maratas em Baçaim”, *O Oriente Português*, nº 7-8-9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1934-1935, pp. 385-388.

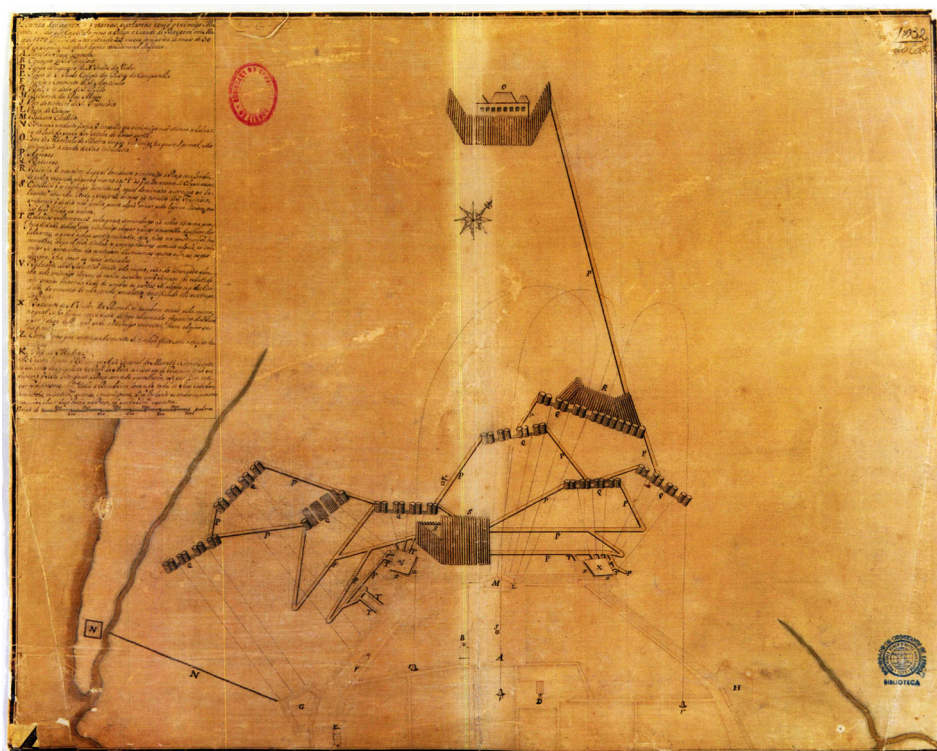


Fig. 44. Mapa do cerco de Baçaim, 1739 (*Mapa dos Aproxes...*, 1739, SGL)

Nessa brecha fortificaram-se os maratas, conseguindo afastar do baluarte os seus defensores. Ouçamos o relato dessa derradeira acção pelo último general interino da PN, Caetano de Sousa Pereira:

*“Não me sendo possível fazer outra [cortadura de fogo] no belloarte de São Sebastião, assim pela falta de lenha, como por ficar a barlavento, engrossei a sua guarnição com a companhia de granadeiros de Phellipe Barata, e lhe mandei fazer de noite um parapeito de cestoens e portas para reparo dos deffensores. Mas logo que amanheceo o dia quatorze [de Maio de 1739] derão fogo à outra mina no mesmo belloarte, que totalmente lhe deitou a face [norte] em terra [...]. Sendo mortos neste dia muitos officiaes e soldados, [...] convoquei aos prelados, officiaes de graduação e vereadores, [...] e assentarão todos ser conveniente ao serviço de Deos e de El-Rey levantar uma bandeira branca”*<sup>901</sup>

Ao desfaldar do pano branco, a 16 de Maio de 1739, rendia-se oficialmente a cidade de Baçaim, instrumento de tréguas que também representa o fim da existência da PN<sup>902</sup>.

<sup>901</sup> Carta do general da PN Caetano de Sousa Pereira datada de 17 de Agosto de 1739, *Livro das Monções nº 110*, Ms. 131, fls. 34-39, HAG, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, “Maratas em Baçaim”, *O Oriente Português*, nº 7-8-9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1934-1935, pp. 387, 388.

<sup>902</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas. Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 11, Bastorá, Tipografia Rangel, 1931, pp. 57-77.

## *Alterações Maratas e Inglesas*

A história da camada histórica marata em Baçaim permanece em boa medida por estudar<sup>903</sup>. Para além de terem certamente restaurado as principais brechas causadas nos baluartes pela suas próprias bombas e de terem sistematicamente obliterado todos os cruzeiros da cidade, sabe-se muito pouco acerca das suas intervenções em Baçaim. Certamente que a cerca abaluartada foi mantida em bom reparo, mas existem indícios de dificuldades relativamente ao repovoamento de Baçaim. Não terá ajudado o facto de, à luz da ortodoxia Hindu, o chão de Baçaim ter sido considerado impuro, não apenas pelos cruzeiros e igrejas, mas também pelas actividades associadas à Inquisição e à conversão de órfãos. Já para não falar nas dificuldades da coabitação entre as várias castas de hindus e os cristãos indianos numa cidade relativamente exígua, provavelmente com apenas um poço de água potável. Uma das principais preocupações da nova administração marata foi precisamente a reconversão da população católica local ao Hinduísmo, processo que acarretava rituais religiosos profundos<sup>904</sup>.

A mão cheia de viajantes europeus que viajou pelos territórios da antiga PN durante o seu período marata descreve um panorama de quebra comercial e agrícola<sup>905</sup>. Ainda assim, nas décadas de 1740 a 1760, o reino marata estava no seu apogeu militar, sendo que apetrechar e reconstruir Baçaim não teria representado dos maiores desafios para a sua administração, desde que assegurado esse desígnio.

Seja como for, certo é que os ingleses de Bombaim também tinham ambições sobre Baçaim. A cidade foi rapidamente ocupada em 1774, no encalço da invasão da ilha de Salcete. Contudo, regressou aos maratas escassos anos depois. Foi novamente conquistada após um breve cerco em finais de 1780<sup>906</sup>, e mais uma vez devolvida aos maratas pelo tratado de Sálbai, de 1782. Apenas em 1818 se deu a incorporação definitiva de Baçaim e sua jurisdição a norte de Salcete nos territórios da presidência de Bombaim. Por essa altura, a cidade de Baçaim estaria já despovoada<sup>907</sup>.

---

<sup>903</sup> KARMAKAR Dipesh. "Understanding Place Names in Historical Geography: Case of Vasai", *XXVII Conference of Place Names Society of India*, Udipi, Março, 2007.

<sup>904</sup> Ainda assim, e mesmo quando aceitavam retornar ao Hinduísmo, os antigos cristãos eram desprezados pelo colectivo das restantes castas (CUNHA, J. Gerson da, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein*, Bombay, Thacker, Vining & Co., 1876, pp. 149, 150).

<sup>905</sup> Entre as descrições do território entre 1740 e 1818, salientam-se: HOVÉ, A. P., *Tours for scientific and economical research made in Guzerat, Kattiawar, and the Conkuns* [1787-1788], Bombaim, 1855; DUPERRON, Anquetil du, *Voyage en Inde, 1754-1762. Relation de voyage en préliminaire à la traduction du 'Zend-Avesta'*, Jean Deloche (ed.), École Française d'Extrêm-Orient, 1997.

<sup>906</sup> Segundo o polaco Hové, em 1780 os ingleses abriram uma brecha nas muralhas, posteriormente entaipada pelos maratas com um novo bastião ou posição defensiva (HOVÉ, A. P., *Tours for scientific and economical research made in Guzerat, Kattiawar, and the Conkuns* [1787-1788], Bombaim, 1855, p. 103).

<sup>907</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of Interest*, Bombay, Central Government Press, 1882, pp. 34, 35.

Sob os ingleses, manteve-se um pequeno destacamento militar dentro da cerca abaluartada até cerca de 1825, facto que poderá ter conduzido ao retorno de alguns moradores. Mas uma década mais tarde, o recinto intramuros estava definitivamente abandonado. A partir desse momento, o maior interesse de Baçaim passou a ser turístico e arqueológico. Ainda assim, assinalam-se duas intervenções fundamentais na cidade abandonada: a tentativa – falhada – de reconversão da antiga igreja de Nossa Senhora da Vida numa fábrica, em 1852; e a construção de uma estrada a atravessar todo o comprimento do recinto abaluartado e a consequente demolição de duas, relativamente pequenas, porções de muralha<sup>908</sup>.

Esta última intervenção demonstra que, enquanto a antiga cidade portuguesa permanecia abandonada, a sua congénere indiana, Baçaim de Cima (Vasai) iniciava em meados de Oitocentos um período de desenvolvimento. Nesse contexto, tornava-se importante estabelecer uma ligação viária mais franca com a zona ribeirinha mais próxima e apta ao desembarque, ou seja, o cais do período português.

As actividades desse cais e alfândega e as lides dos pescadores estabelecidos a oeste e sudoeste da cerca abaluartada acabariam por devolver alguma vida, ainda que temporária, ao interior da cidade abandonada. Mas nunca existiu por parte da população local, o mínimo sinal de regresso e assentamento no recinto da antiga cidade portuguesa. Para além das condicionantes já mencionadas, ter-se-à enraizado entre os habitantes da zona uma lenda maldita relativa às ruínas de Baçaim, entravando em boa medida o seu repovoamento ou reaproveitamento.

Em 1860, todo a área intra-muros ficou arrendada a um militar britânico para exploração agrícola e assim se manteve até ao final desse século<sup>909</sup>. Nas primeiras décadas do seguinte, o interesse arqueológico em torno de Baçaim cresceu<sup>910</sup>, concomitantemente com a refundação cultural da comunidade dos *East-Indians*, descendentes da população Indiana católica afectada à soberania da PN.

Após a independência da Índia, edificaram-se algumas estruturas no recinto, fixando-se aí duas ou três dezenas de famílias ligadas ao quadro da administração portuária e também do *Archaeological Survey of India*. Esta última instituição tem vindo a implementar as leis que protegem o património material em Baçaim. Mas várias intervenções nas últimas duas ou três décadas tiveram efeitos descaracterizadores e irreversíveis sobre as estruturas arqueológicas de origem portuguesa, especialmente o restauro e reabertura ao culto ocasional da igreja do Sagrado Nome de Jesus.

---

<sup>908</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of Interest*, Bombay, Central Government Press, 1882, pp. 35, 36.

<sup>909</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of Interest*, Bombay, Central Government Press, 1882, pp. 38.

<sup>910</sup> Regista-se o facto de ter sido feito um levantamento topográfico abrangente das ruínas de Baçaim em 1906 (*Progress Report, Archaeological Survey of India-Western Circle*, Bombay, 1905-1906, pp. 30-31).

### ***Descrição actual***

A cerca abaluartada de Baçaim enquadra-se num rectângulo compreendido entre as latitudes 19°19'39"N e 19°20'00"N e as longitudes 72°49'11"E e 72°48'35". No interior desta área encontra-se a fortificação de São Sebastião, polarizada pelas coordenadas 19°19'44"N e 72°48'53"E, para além de ruínas de vários outros edifícios de carácter não defensivo. Pelo seu lado exterior, a cerca abaluartada de Baçaim mede 3.205 m, ocupando uma área total de 411.520 m<sup>2</sup> ou 41.152 ha. Desta área, 12.400 m<sup>2</sup> ou 1.240 ha são ocupados pela implantação da fortificação de São Sebastião, incluindo a área da igreja de Nossa Senhora da Vida<sup>911</sup>. No presente texto apenas cabe uma breve descrição dos aspectos mais notáveis das ruínas das estruturas defensivas.

No interior do recinto do forte de São Sebastião, não subsistem vestígios aparentes de qualquer estrutura autónoma às suas muralhas e bastiões, às quais se apunham dependências como a casa do capitão ou o tronco. Durante o período colonial britânico, o *Archaeological Survey of India* efectuou algumas prospecções arqueológicas nessas mesmas muralhas, indicando algumas pistas para uma possível camada pré-portuguesa nas suas fundações<sup>912</sup>.

A porta principal do forte, voltada a leste, apresenta um notável desenho monumental, possivelmente condicionado pelas intervenções de 1631, conforme duas inscrições que originalmente faziam parte do conjunto:

*“Governando o Estado da India o Vice-rei Miguel de Noronha Conde de Linhares se fez este portal em o qual se poz por padroeiro desta cidade a Sam Francisco Xavier. A des de Maio de 1631”*

*“Sendo capitão desta cidade Gaspar de Mello de Miranda e vereadores Gonçalo Coelho da Silva, Pero Ferreira e João Boto Machado cõ os mais Officiaes se poz neste portal a Sam Xavier que tomarão por seu patrono [...] no anno de 1631”*<sup>913</sup>.

A ladear a abertura e o seu arco, vêem-se ainda os capiteis de dois pares de colunas e ainda dois pares de pilastras<sup>914</sup>, sobre o que se desenvolve um friso. Na secção central deste friso vê-se um brasão, talvez de D. João IV ou D. Afonso VI, flanqueado pela cruz de Cristo e uma esfera armilar. Sobre este pronunciado friso dispõe-se um nicho ladeado por dois pares de colunas semelhantes àquelas a flanquear a porta, mas com cerca de metade da sua altura. Suponho que o nicho, com a sua vieira

---

<sup>911</sup> ROSSA, Walter, *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002, p. 155.

<sup>912</sup> *Progress Report, Archaeological Survey of India-Western Circle*, Bombay, 1905-1906, pp. 30-31.

<sup>913</sup> Estas duas inscrições foram registadas por Joaquim da Cunha Rivara em 1859, sendo que a primeira já se encontrava tombada mas a segunda ainda estava no seu local original, “no tympano do portal e à direita de quem olha” (RIVARA, Joaquim da Cunha, “Baçaim”, *O Chronista de Tisuary*, vol. II, nº 24, Nova Goa, Imprensa Nacional, Dezembro de 1867, p. 276).

<sup>914</sup> Segundo uma tradição local relatada por Gerson da Cunha, os dois pares de colunas que adornavam a entrada principal do forte de São Sebastião foram levadas para uma igreja do cassabé de Baçaim, antes de 1876 (CUNHA, J. Gerson da, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein*, Bombay, Thacker, Vining & Co., 1876, pp. 216, 217).



estilizada, acolhesse uma imagem de São Sebastião ou de São Francisco Xavier. Sobre o nicho, vêem-se ainda as cartelas a envolver uma inscrição, cuja pedra epigráfica tombou. Porém, numa fotografia de finais de século XIX, constata-se que a inscrição era o monograma de Cristo e símbolo dos jesuítas. A zona do nicho e cartela é flanqueada por aletas. Sobre o local da inscrição e a Coroar todo a máquina do portal estaria sem dúvida uma cruz. Supostamente, algures no portal estaria ainda a data “1606”, mas tal não foi possível comprovar<sup>915</sup>.

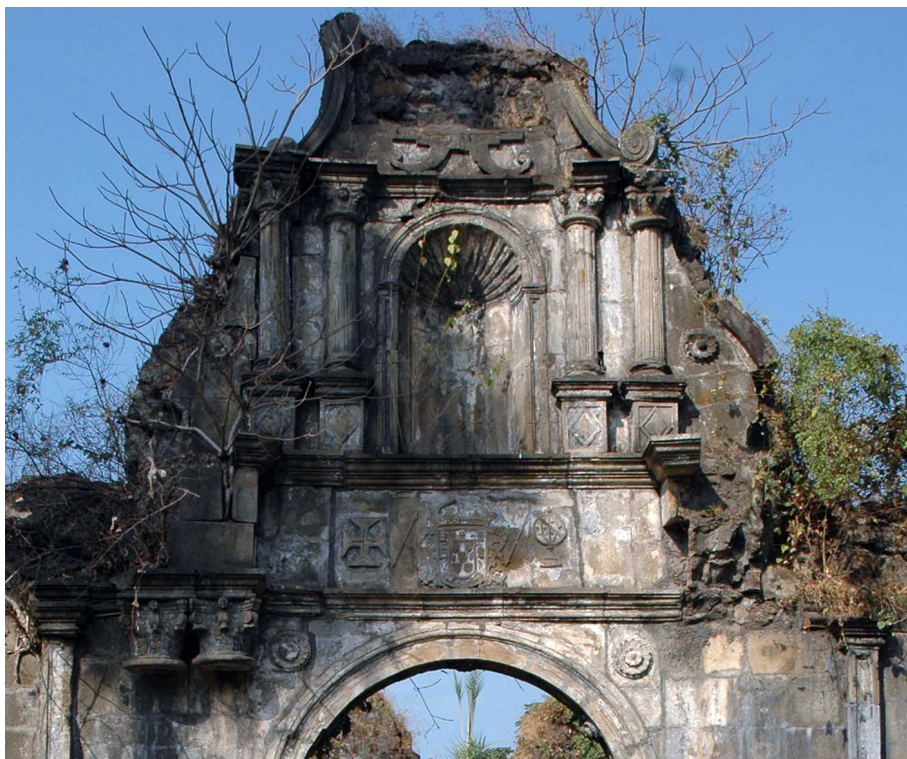


Fig. 45. Pormenor do portal do forte de São Sebastião (© BBB, 2007)



Fig. 46. Pormenor do portal do forte de São Sebastião (H. Cousens, 1898, BL)

---

<sup>915</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of Interest*, Bombay, Central Government Press, 1882, p. 39.



Nas alvenarias do bastião de planta circular entre os flancos sul e sudoeste do forte, está a célebre inscrição de 1536:

*“Ho primeiro capitam que edeficou esta fortaleza foi Garcia de Sa por mão do Governador Rui Nuno da Cunha. Era de 1536”.*

Contornado o bastião cilíndrico a oeste, vêm-se as ruínas da igreja de Nossa Senhora da Vida encostadas ao flanco noroeste do forte, em cujos muros estão rasgadas duas poternas.

Passando à cerca abaluartada e ao baluarte de São João na sua zona sudeste, a porta de Mar articula-se no seu través norte, sendo um acesso sifonado com outra abertura na gola do mesmo baluarte. A porta exterior ainda ostenta as suas folhas de madeira. Uma inscrição no madeiramento da porta de Mar referia a data de 20 e Novembro de 1720<sup>916</sup>. Mas as zonas deste flanco do baluarte são de clara aparência marata, facto constatado pelo característico aparelho das suas alvenarias, provavelmente decorrente de uma campanha de reconstrução após o cerco britânico de 1780.



Fig. 47. Porta de Mar da cerca abaluartada (© BBB, 2007)

---

<sup>916</sup> CUNHA, J. Gerson da, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein*, Bombay, Thacker, Vining & Co., 1876, p. 213.

Subindo ao exíguo parapeito e caminhando para nordeste, atinge-se o baluarte da Madre de Deus, defesa algo incongruente dado o facto de a sua face norte ficar abscondida do flanco do baluarte de São Tiago, implantado mais a oeste<sup>917</sup>. Este e o próximo baluarte a oeste, o de São Gonçalo, são de desenho claramente diferente dos anteriores e também de maiores dimensões. Não será descabido pensar que as suas traças resultem de reedificações na transição do século XVII para o XVIII, mas tal não foi comprovado por documentação coeva. Certo é que, ainda em meados de Seiscentos, estas eram as duas defesas mais incompletas e frágeis na cerca de Baçaim<sup>918</sup>. De São Gonçalo e prosseguindo para oeste, chega-se à máquina do baluarte de Reis Magos, a partir do qual as cortinas adquirem a sua maior espessura, aproximadamente 15 m medidos na raiz. Permanece por estudar e cartografar a rede de túneis sob este e outros baluartes<sup>919</sup>.



Fig. 48. Banqueta e parapeitos da cerca abaluartada no flanco oeste (© BBB, 2007)

---

<sup>917</sup> ROSSA, Walter, “Baçaim, sete alegações para uma aproximação ao espaço físico”, *Os Espaços de um Império: estudos*, Mafalda Soares da Cunha (coord.), Porto, CNCDP, 1999, pp. 104-123.

<sup>918</sup> Apontamentos das obras para Baçaim por Manuel Homem de Pina datado de 25 de Março de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.

<sup>919</sup> ROSSA, Walter, “Baçaim, sete alegações para uma aproximação ao espaço físico”, *Os Espaços de um Império: estudos*, Mafalda Soares da Cunha (coord.), Porto, CNCDP, 1999, pp. 104-123.



Continuando para oeste, atinge-se o baluarte de Nossa Senhora dos Remédios, um dos que mais sofreu com o cerco de 1737-1739, especialmente o seu flanco leste. Da sua reconstrução terá resultado o seu estranho desenho. Inflectindo para sudoeste, apresenta-se o baluarte Cavaleiro sobre a elaborada porta sifonada para o Campo. Esta defesa incorpora vários acessos verticais e uma ampla e monumentalizada esplanada. A porção superior do portal interior apresenta uma interessante monumentalização e decoração, mas toda a parte inferior a flanquear a porta foi retirada.



Fig. 49. Aspecto parcial da Porta do Campo da cerca abaluartada (© BBB, 2007)

Do baluarte Cavaleiro para sudoeste, chega-se ao célebre e trágico baluarte de São Sebastião, evidenciando amplas intervenções maratas ou britânicas. Algures nas suas alvenarias apunha-se a já referida inscrição datada de 1554, assinalando o início das obras da nova cerca abaluartada da cidade portuguesa. Inflectindo para sudeste, a espessura das cortinas reduz-se para cerca de 4,8 m, atingindo-se uma poterna com marcada com a data de 1599, muito provavelmente de uso exclusivo para o colégio jesuíta.

O próximo baluarte é o de São Paulo, também conhecido como o baluarte “*Quebrado*” desde meados de Seiscentos. Algures antes de 1634, parte das suas fundações cedera, pelo que ficou desde então com uma pequena brecha na sua face leste. Segue-se o baluarte de São Paulo, também conhecido em Setecentos como o “*do Celeiro*”. Transpondo nova poterna, atinge-se o baluarte do Elefante, designado após a década de 1630 por São Francisco Xavier e conhecido também, já em Setecentos, como o “*do Pechundra*”. A leste desta defesa, existe ainda um reduto inominado. Daqui, o circuito fecha-se a leste novamente no baluarte de São João.

### 3.1.3. Damão

20°24'28"N, 72°50'00"E

*“[D]e então [1559] para cá se foi sempre trabalhando em sua fortificação, sem interrupção alguma; o que tem feito aquela fortaleza mais defensavel que nenhuma outra das que temos na costa do Norte. [...] A cidade he toda murada [...], em que se contão dez baluartes mui fortes, e espaçosos [...]; mas as suas ruas são muito largas, e direitas, e ordenadas com tal ordem, que de todas se descobrem os muros de huma e outra parte; [...] Os Portugueses que a habitão farão numero de cem casaes; mais erão, porém estes annos morrerão muitos de certas doenças contagiosas, que se attribuirão aos vapores da cava que abrirão, os quaes parece que inficionarão os ares, de antes salutiferos.”*

Manuel Godinho, 1665<sup>920</sup>

#### ***Introdução***

Damão e o seu distrito foram as últimas parcelas territoriais a serem conquistadas e incorporadas na PN, em 1559. Damão constitui também a única fortificação abordada no presente trabalho que permaneceu sob administração do Estado da Índia até Dezembro de 1961. Ou seja, o período português da cidade avulta em quatro séculos, o dobro do tempo de Baçaim.

Desde cedo que visitantes e historiadores se surpreenderam com a regularidade do traçado urbano de Damão Grande, a cidade fundada ou refundada pelos portugueses e encintada por uma vetusta cerca abaluartada. Situada na margem sul do rio Damanganga, aproximadamente 190 km a norte de Baçaim, a cidade de Damão representa de facto o único exemplo conhecido entre a constelação de assentamentos urbanos do Estado da Índia cujo traçado viário obedece a uma rigorosa e proporcionada quadrícula<sup>921</sup>.

Tanto esta quadrícula como a qualidade e regularidade da sua cerca abaluartada conferiram um carácter castrense e compacto a Damão Grande, sendo que a cidade propriamente dita cedo começou a perder a sua vocação mercantil e, consequentemente, habitantes. Restaram-lhe apenas as funções militar e administrativa, num processo análogo ao de Chaul. A função militar da praça

---

<sup>920</sup> GODINHO, Manuel, *Relação do novo caminho que fez por terra e mar vindo da Índia para Portugal no anno de 1663*, Lisboa, Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1665, pp. 13, 14.

<sup>921</sup> Pelo menos até a construção da cidade de Vasco da Gama, em Goa, no século XX.

acabaria também por se esvanecer em meados de Oitocentos, com a implantação da *Pax Britannica* na Índia. A cidade ficou então praticamente abandonada, à excepção do palácio do governador, um punhado de igrejas e dois ou três edifícios da administração colonial.

Foi nestes moldes que o Estado manteve Damão Grande até 1961, enquanto que a povoação de Damão Pequeno ou Nani Daman já há muito se afirmava como verdadeiro núcleo urbano na foz do Damanganga. As ruínas da cerca abaluartada de Damão estão em bom estado de conservação, pondo de parte algumas intervenções pontuais de restauro que descaracterizaram a sua arquitectura e o lixo que entulha o seu fosso.

### ***Período pré-português***

Enquanto que uma das primeiras referências portuguesas a Damão remonta a 1521<sup>922</sup>, a primeira acção militar contra a sua fortificação data de Janeiro de 1530, quando as tropas do capitão António da Silveira aí desembarcaram. Defendia a embocadura do rio uma estrutura na sua margem sul, “*huma fortaleza com quatro cubelos, e muro de oito pés*” ou 2,6 m de espessura. A sua guarnição indiana, assim como os moradores das povoações mais próximas, abandonaram o sítio que foi logo saqueado pelos portugueses. Estes subiram ainda o Damanganga para “*cativar alguns mouros pelas aldeas*”<sup>923</sup>. Situação semelhante ocorreu no ano imediato, desta feita com o grande exército reunido pelo governador Nuno da Cunha para a conquista de Diu. Já em 1533, após o desmantelamento da fortificação de Baçaim, Nuno da Cunha tentou levar a cabo a mesma iniciativa para Damão, pelo que expediu uma força de cerca de trezentos homens contra a fortificação. Contudo, visto a posição estar à altura bem defendida por “*abexins e fartaquins, todos homens de feito*” e munidos artilharia, os portugueses desistiram do intento<sup>924</sup>.

Quatro anos volvidos, o Estado tentou obter Damão pela via diplomática, firmando um tratado com Muhammad Zamán Mizra, pretendente ao trono de Gujarate após o assassinato do sultão Bahadur Sháh. Este nobre mogol cedeu ao Estado “*todalas terras de Damão, a saber, o mesmo lugar de Damão até as terras de Baçaim com todas as terras e praganas asy como estaam com toda jurdiçam e*

---

<sup>922</sup> Nesse ano, a esquadra do capitão Diogo de Melo aportou no Damanganga, a caminho de Ormuz (*O Tombo de Damão, 1592*, Artur Teodoro de Matos (dir.), Lisboa, CNCDP, 2001, p. 9).

<sup>923</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década IV, pt. I, liv. IV, cap. 9, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 416, 417; ANDRADE, Francisco de, *Crónica do Rei D. João III*, pt. II, cap. 56, Coimbra, Na Real Off. da Universidade, 1798.

<sup>924</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década IV, pt. I, liv. IV, caps. 12, 22, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 436, 437, 500; ANDRADE, Francisco de, *Crónica do Rei D. João III*, pt. II, cap. 66, Coimbra, Na Real Off. da Universidade, 1798.

*gemte e rendas*”<sup>925</sup>. Contudo, como as ambições deste pretendente não vingaram, o tratado não teve efeito<sup>926</sup>.

O desígnio português sobre Damão ganhou novo fôlego após a vitória do governador João de Castro em Diu, tendo o governador Francisco Barreto enviado várias embaixadas à corte do sultanato de Gujarate, as quais aparentemente também não vingaram. Determinou-se assim conquistar Damão pela força, acção que ocorreu em Fevereiro de 1559, logo após a chegada do vice-rei Constantino de Bragança à Índia<sup>927</sup>.

### ***Período português, 1559-1739***

Desembarcando perto do rio Calaim, cerca de 5 km a sul da barra do Damanganga, as forças portuguesas ocuparam primeiro a “*cidade de fora*”, ou seja a povoação de Damão de Cima. Daqui aproximaram-se da fortificação, provavelmente a mesma que já defendia Damão havia pelo menos três décadas, refeita dos ataques anteriores<sup>928</sup>. Segundo Diogo do Couto, esta era de planta quadrada e feita de “*adobes*”, talvez com defesas reforçadas por estarem nela alojados “*Cide Bofetá, Cide Rana e Carnabec*”, os três nobres principais da comunidade sidi de Guajarate. Estes haviam improvisado também algumas posições para artilharia sobre a barra do rio Damanganga e a noroeste da fortificação<sup>929</sup>.

Terá sido decisiva para o sucesso português a traição de cinco ou seis “*parçias*” ou parsis principais de Damão que estavam “*peitados*” ou subornados pelo vice-rei para franquearem uma das portas da fortificação no momento da chegada das tropas portuguesas. Estes parsis foram executados quando os sidis descobriram a traição. Mas o ardil resultou para os portugueses, que facilmente franquearam

---

<sup>925</sup> *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, p. 73.

<sup>926</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. I, *History of Gujarat*, Bombay, Government Central Press, 1896, pp. 255-257; BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VI, liv. I, caps. 11 e 12, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 116-123.

<sup>927</sup> V. *supra*, 2.1. “Génese, ocupação e consolidação, 1521-1570”, pp. 23-26.

<sup>928</sup> Segundo o jesuíta Francisco Monclaro, a fortificação pré-existente era feita de tijolo “*ao modo das antigas de Portugal*”. Monclaro refere ainda que corria na PN, em 1575, “*a estória que antigamente vieram por mar à Índia francezes desagarrados e que fizeram estas duas forças*”, de Damão e Sangens, “*a el-rei de Cambaia*”. Esta lenda aparenta estar relacionada com a vinda de uma embarcação oriunda de Dieppe a Diu, em 1527 (Carta do Padre Francisco de Monclaro datada 18 de Outubro de 1575, pub. in *Documenta Indica*, Joseph Wicki (ed.), vol. X, Roma, Typis Universitatis Gregorianae, 1968, pp. 6, 7; “Chronica dos Reis de Guzerate...1535”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Ethel Pope (trad.), nº 22, Bastorá, Tipografia Rangel, 1934, p. 70-71; MCCABE, Baghdiantz, *Orientalism in early modern France: Eurasian trade, exoticism and the Ancien Regime*, Berg, Oxford, 2008, p. 78).

<sup>929</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, pt. II, liv. VI, cap. 5, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 26-33.

uma das portas da fortificação, enquanto os sidis fugiam por outra, atravessando o rio Damanganga para norte<sup>930</sup>.

Rebaptizada de Nossa Senhora da Purificação, a fortificação foi prontamente envolvida por uma nova linha exterior de “*vallos muito grossos, e altos, com tranqueiras de madeira, e hervas leiteiras, ao que se deu muita pressa*”. Esta tranqueira defendia o numeroso exército que acampava à sombra do forte, dentro do qual permaneceu durante algumas semanas o vice-rei Constantino de Bragança<sup>931</sup>. Nada nos impede de supor que ainda no governo desse vice-rei se tenha elaborado um primeiro projecto para uma cerca abaluartada em Damão - embora a passagem a ele relativa contida na crónica de frei João dos Santos seja obscura<sup>932</sup>. Entre um primeiro projecto e o início do respectivo estaleiro podia mediar um longo intervalo de tempo, especialmente numa obra de grande envergadura. Certo é que, ou pelo protelamento do seu início ou pelo atraso no seu andamento, durante as duas décadas seguintes à conquista da fortificação, os portugueses em Damão defenderam-se essencialmente com um linha de tranqueiras.

Assim, volvidos cinco anos após a conquista da cidade, o mesmo Diogo do Couto voltou a descrever esta linha defensiva como “*uns entulhos grossos*”, estacados por *grossos paos de teca*, que estavam “*encadeados com hervas leiteiras*”, fazendo “*muito bom tapigo*”, visto que não se podiam destruir com fogo de artilharia nem cortar ao machado porque “*qualquer gota do seu leite que saltar nos olhos, logo cega*”<sup>933</sup>.

Já em 1573, e ainda segundo o mesmo cronista, o vice-rei António de Noronha achando “*a cerca mui grande a cortou e a fez mais restringida e de melhor forma para se poder defender*”<sup>934</sup>. Esta já incluía baluartes “*da feição*” dos muros, ou seja, “*huns entulhos altos de areia, e mettidos por elles*

---

<sup>930</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, pt. II, liv. VI, cap. 5, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 26-33.

<sup>931</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, pt. II, liv. VI, cap. 6, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, p. 40.

<sup>932</sup> Segundo o cronista dominicano frei João dos Santos, o projecto da cidade e/ou cerca abaluartada de Damão se devia a um arquitecto educado na Flandres e sobrinho do arcebispo frei Bartolomeu dos Mártires, que tinha passado à Índia com o prelado. Pedro Dias levanta a hipótese do cronista ter em mente a personagem de António Pinto da Fonseca, nomeado vedor-geral de todas as fortificações do Estado da Índia. Á primeira vista, esta hipótese não é verosímil, visto que a obra do cronista data de 1609 enquanto que Pinto da Fonseca apenas chegou à Índia em 1612. Contudo, a alusão de frei João de Santos permanece uma pista valiosa (SANTOS, João dos, *Ethiopia Oriental e varia historia de cousas notaveis do Oriente*, Évora, liv. III, cap. 4, Impressa no Convento de S. Domingos por Manuel de Lira, 1609, p. 269; DIAS, Pedro, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822): O Espaço Índico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 149, 150; Carta régia datada de 13 de Fevereiro de 1612, *DRILM*, António Bulhão Pato (ed.), tom. II, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1884, p. 160; *O Tombo de Damão, 1592*, Artur Teodoro de Matos (dir.), Lisboa, CNCDP, 2001, pp. 301, 302, nota; *Livro das cidades, e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das capitánias, e mais cargos, que nelas há, e da importância deles*, Francisco Mendes da Luz (ed.), Sep. de Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1952, p. 5, nota) .

<sup>933</sup> Sobre este tipo de método de fortificar, V. *infra*, 4. “Conclusão”, pp. 567-583 (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, cap. 4, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 39-40).

<sup>934</sup> COUTO, Diogo do, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, Lisboa, Escripório, 1903, pp. 60-63.



*humas arvores e hervas leiteiras mui grandes e espessas*”, sobre os quais se assestou artilharia<sup>935</sup>. Nessa conjuntura, avizinhava-se da fronteira da PN um forte exército mogol. Dada a dimensão e qualidade do exército que acompanhou o vice-rei António de Noronha a Damão e a gravidade da ameaça mogol sobre a cidade, é plausível que se tenha delineado nessa circunstância uma (nova?) traça para cerca abaluartada da cidade<sup>936</sup>. Se assim foi, a planta de Damão contida no *Atlas do Marquês de Heliche* poderá estar relacionada com esse projecto<sup>937</sup>.

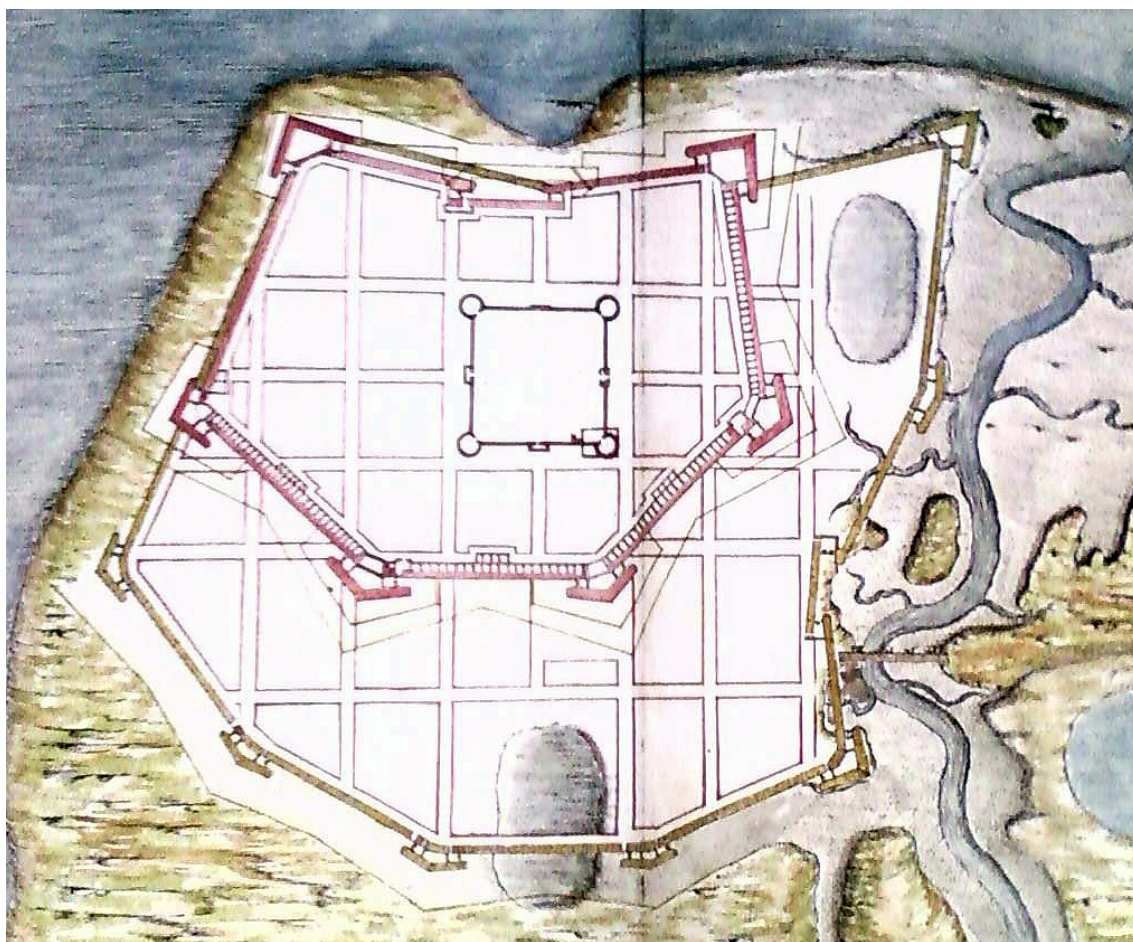


Fig. 50. Planta de Damão, pormenor (Ferrari, *Atlas de Heliche*, ca. 1655)

Terão as obras da nova cerca abaluartada de pedra e cal começado apenas após o alarme de 1573? Durante um dos dois governos do vice-rei Luís de Ataíde (g. 1568-1571 e 1578-1581), havia-se legislado uma taxaço de 1% sobre as movimentações da alfândega para a “*necessidade que havia de*

<sup>935</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década IX, cap. 13, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 74, 75.

<sup>936</sup> COUTO, Diogo do, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, Lisboa, Escritorio, 1903, pp. 60-62.

<sup>937</sup> Apenas com uma análise aprofundada da planta de Damão patente no *Atlas do Marquês de Heliche* se poderá tentar indagar a data do documento que o pintor Leonardo Ferrari copiou e inseriu, em 1655, na referida obra (*Imágenes de un imperio perdido: el Atlas del Marqués de Heliche...de Leonardo de Ferrari*; ed. Rocío Sánchez Rubio, Isabel Testón Núñez e Carlos M. Sánchez Rubio, Junta de Extremadura, [Mérida], [2004], pp. 20-32).

*se fortificar*” a cidade<sup>938</sup>. E o jesuíta Francisco de Monclaro, depois de visitar a jurisdição de Damão, afirmava em 1575 que “*começão de se cerquar de novo o que está povoado, que agora tem valos e tranqueiras en lugar de muros*”<sup>939</sup>.

O vice-rei Constantino de Bragança e seu sucessor Francisco Coutinho procederam também aos primeiros aforamentos das aldeias do território aos soldados veteranos, “*pera ficarem povoando aquella cidade, entrando nisto com grandes liberdades*”. Mas nem estes incentivos terão sido suficientes para convencer muitos dos soldados, cientes do facto da jurisdição de Damão constituir um alvo fácil e provável para as incursões de exércitos inimigos. Este facto conduziu ao aforamento de algumas aldeias a “*abexins christãos*”, igualmente obrigados a servir na milícia da cidade<sup>940</sup>. Para além da milícia, foi logo provido um capitão do Campo para Damão, “*para andar correndo aquelas terras*”, com “*quatro naiques, que trazem em sua companhia vinte e quatro homens*” cada um. Este corpo volante totalizava assim uma centena de homens, todos indianos excepto o dito capitão do campo<sup>941</sup>. Apesar destes riscos, as terras de Damão cedo atraíram as ordens religiosas, sendo que volvida meia década após a conquista da cidade, já estavam fundadas as casas dos franciscanos, jesuítas e dominicanos, “*sem aver muro nem baluarte nem ser ainda posta a prymeira pedra pera a fortificação daquela fortaleza*”<sup>942</sup>.

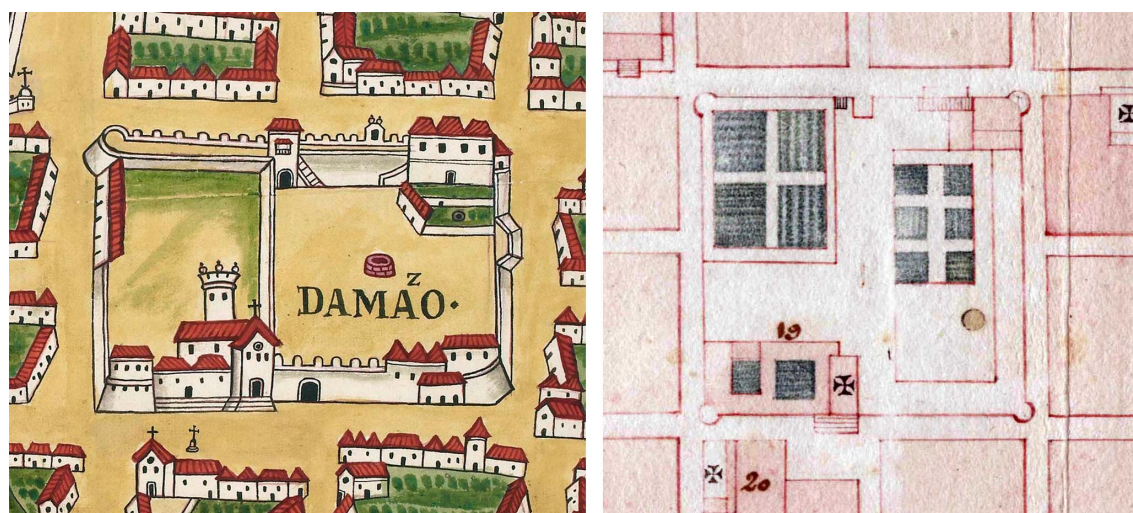


Fig. 51 e 52. Vista de Damão, pormenor da fortificação pré-portuguesa, ca. 1634 (Resende, *Livro de Estado...*, 1646, BL); Planta de Damão, pormenor da fortificação pré-portuguesa (*Mapa...*, ca. 1760, AHU)

<sup>938</sup> Carta régia datada de 18 de Janeiro de 1607, *DRILM*, António Bulhão Pato (ed.), tom. I, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1880, pp. 93, 94; *O Tombo de Damão*, 1592, Artur Teodoro de Matos (dir.), Lisboa, CNCDP, 2001, pp. 301, 302, nota.

<sup>939</sup> Carta do Padre Francisco de Monclaro datada 18 de Outubro de 1575, pub. in *Documenta Indica*, Joseph Wicki (ed.), vol. X, Roma, Typis Universitatis Gregorianae, 1968, p. 6.

<sup>940</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. VI, cap. 6, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 42, 43

<sup>941</sup> Orçamento do Estado da Índia datado de 12 de Dezembro de 1571, *Cod. 51-VII-32*, fl. 10, BA.

<sup>942</sup> Carta do vice-rei Antão de Noronha datada de 30 de Dezembro de 1564, pub. in *Documentação Para a História das Missões Portuguesas...*, Silva Rego (ed.), vol. IX, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953, pp. 414-415.





### Damão (1559)

Legenda:

- 1 – Forte pré-português
- 2 – Tranqueiras pré-portuguesas
- 3 – Mesquita (localização provável)
- 4 – Caminho para Damão de Cima

Figura 53.



[A3]

Note-se como os jesuítas instalaram a sua igreja e colégio das Onze Mil Virgens dentro do recinto da antiga fortificação indiana, o forte de Nossa Senhora da Purificação, aparentemente aproveitando as alvenarias do seu flanco oeste e mantendo na fachada do colégio um baluarte de planta circular. Esta situação algo excepcional poderá ter resultado da precoce ocupação de uma mesquita existente no mesmo local à data da sua conquista<sup>943</sup>.

Novo alarme de invasão mogol ocorreu em 1581. Mal soube da aproximação desse exército e constatando estar a “*cidade aberta, e rota por muitas partes*”, o capitão Martim Afonso de Melo começou a “*se fortificar*”, restaurando e reforçando a tranqueira existente e eventualmente um ou outro baluarte de pedra e cal já iniciado. Uma das preocupações principais foi “*fechar a praia, da ponta do Baluarte de sobre a barra até o mar*”, ou seja, construir uma tranqueira no flanco oeste da cidade, a partir do iniciado ou proto-baluarte de São Filipe. Também sobre a porta do campo já existia um proto-baluarte, tendo sido nessa conjuntura “*reformado*” por “*estar todo no chão*”. Muito provavelmente, seria uma estrutura que dataria da campanha de obras iniciada em 1572 que foi rapidamente reformado pelo capitão João Rodrigues Coutinho, com “*madeira e adobes crus, com o que o fez muito forte e fermoso, e o guarneção de artilheria*”, ficando assim suficientemente robusto para acolher meia centena de soldados. Com a chegada de mais reforços, várias posições na tranqueira foram dotadas de artilharia, constituindo também assim proto-baluartes. Posta a defesa de Damão nestes termos, os mogóis levantaram arraiais e abandonaram o cerco<sup>944</sup>. As intervenções nas defesas da cidade foram resumidas numa inscrição colocada sobre a porta do campo do Baluarte de São Sebastião:

“*Na era de 1581 sendo Martim Affonso de Melo capitão desta cidade foi por el defendida aos capitães do Grã Mogor que a tiverão de serquo, he se fez na fortificação della parte deste Baluarte de São Sebastião e se fes 4 quortinas de muro cõ dous baluartes de madeira, São D.º [?] he São Mart. he se fes esta Porta*”<sup>945</sup>.

Qual o traçado desta tranqueira com seus baluartes de madeira e “*adobes crus*”? Proponho, antes de mais, contrapor o registo epigráfico anterior e as informações de Diogo do Couto com a planta de

---

<sup>943</sup> O colégio encontra-se representado não apenas na vista associada a Pedro Barreto de Resende mas também numa planta da cidade datável de cerca de 1760 (Planta da Praça de Damão, s.l., n.d. [ca. 1760], Cart. M. 58, D. 756, AHU).

<sup>944</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década X, cap. 5, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, p. 186.

<sup>945</sup> RIVARA, Joaquim da Cunha, “Inscrições de Damão no anno de 1859”, *O Chronista de Tissuary*, nº 18, Junho de 1867, Nova Goa, Imprensa Nacional, p. 144.

Damão contida no *Plantas de Praças das Conquistas de Portugal* elaborado por Erédia em 1610 ou aquela constante do *Atlas Miscelânea*, actualmente em parte incerta<sup>946</sup>.

Ambas foram muito provavelmente baseadas num documento anterior associado ao período em que o engenheiro-mor Battista Cairatti assistiu em Damão. Aquilo que está representado nas plantas de Erédia é, com toda a probabilidade, uma síntese entre a obra da nova cerca abaluartada de pedra e cal - actualizada por Cairatti em 1582 -, e a linha da tranqueira pré-existente que foi sendo progressivamente substituída e na qual já estavam iniciadas algumas estruturas em materiais perenes, provavelmente segundo uma traça de 1572 ou 1573.

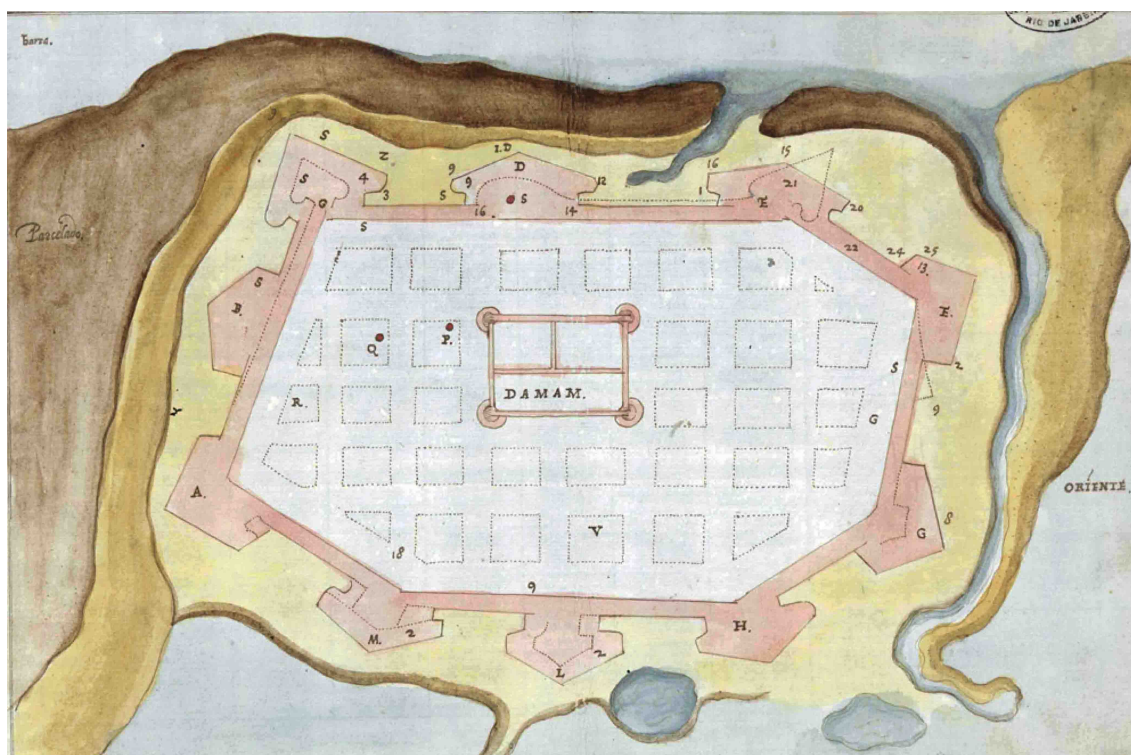


Fig. 54. Planta de Damão, pormenor (Erédia, *Atlas...*, 1610, FBN)

Este perímetro de tranqueiras e baluartes em construção é perceptível na planta de 1610 tanto pela sua representação a linha pontilhada como, em ambos os documentos da autoria de Erédia, pela clara aparência “arcaica” dos seus proto-baluartes. Alguns destes são representados envolvido pelos desenhos mais avançados dos novos baluartes em materiais perenes. Vê-se assim nesses documentos iconográficos, no vértice noroeste da cidade, o antigo proto-baluarte de São Filipe na barra, sem dúvida uma das defesas mais precoces de Damão, provavelmente herdada já do período pré-

<sup>946</sup> Durante o governo do vice-rei Rui Lourenço de Távora (g. 1609-1612), Manuel Godinho de Erédia explorou e cartografou a costa do Golfo de Cambaia e região do Gujarate, pelo que a sua planta de Damão resulta muito provavelmente de um conhecimento presencial da cidade. Antes dessa encomenda, já Erédia tinha residido em Goa, entre 1576 e 1601, estudando *Artes* no colégio jesuíta de Velha Goa e produzindo cartografia. Não é improvável que tenha conhecido Battista Cairatti e que tenha tido acesso a cópias de documentos produzidos pelo engenheiro-mor (MILLS, J. V., “Eredia’s Description of Malaca, Meridional Indian and Cathay”, *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, vol. VIII, pt. I, 1930, pp. 265-267).

português. A linha de tranqueira prosseguia para leste, contornando o local do primeiro convento ou igreja da Madre de Deus, cuja memória subsistiu não apenas nesses mapas mas também no nome do novo baluarte edificado no seu lugar e ainda no seu cruzeiro, que terá escapado às demolições.

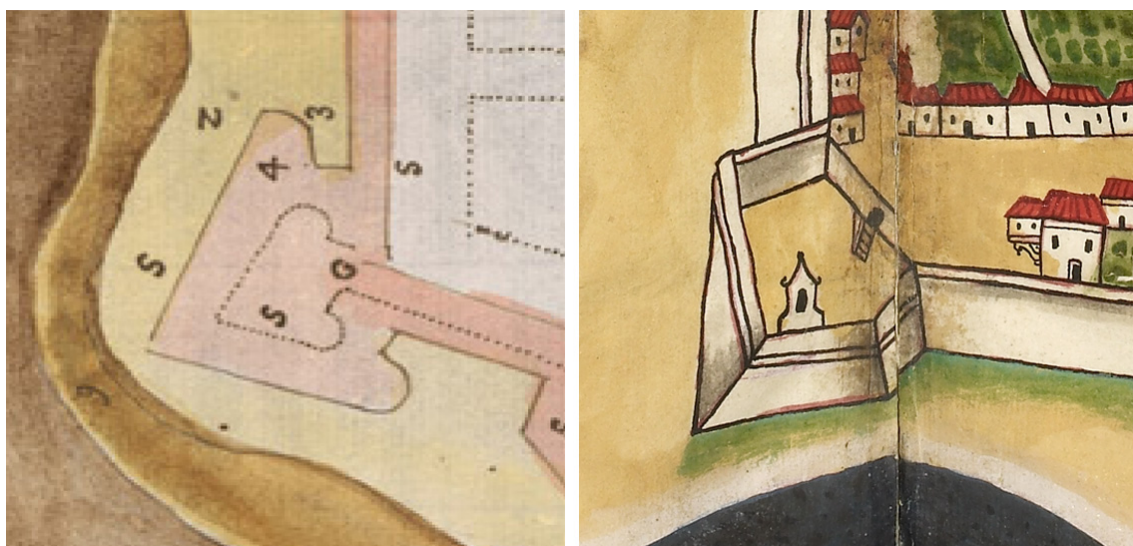


Fig. 55 e 56. Planta de Damão, pormenor do baluarte de São Filipe da cerca abaluartada (Erédia, *Atlas...*, 1610, FBN); vista de Damão, pormenor do baluarte de São Filipe da cerca abaluartada, ca. 1634 (Resende, *Livro de Estado...*, 1646, BL)

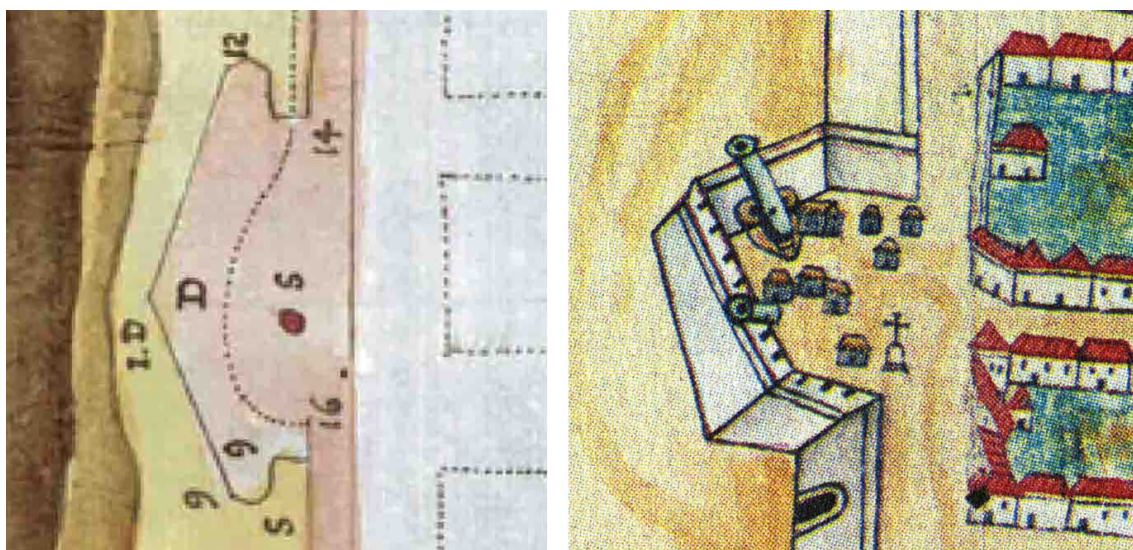


Fig. 57 e 58. Planta de Damão, pormenor do baluarte da Madre de Deus da cerca abaluartada (Erédia, *Atlas...*, 1610, FBN); vista de Damão, pormenor do baluarte da Madre de Deus da cerca abaluartada (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE)

Daqui a tranqueira continuava ao longo da ribeira até ao proto-baluarte de São Francisco, de desenho igualmente “arcaico”. O seu alinhamento inflectia então para sudeste e depois para sul, sem qualquer proto-baluarte no seu vértice, até atingir o proto-baluarte de São Martinho, um dos edificados pelo capitão Martim Afonso de Melo em 1581. Inflectindo para sudeste, a tranqueira encontrava o baluarte de São Sebastião, igualmente de recorte arcaizante mas bem mais possante que os restantes, atestando a importância da sua fundação durante o mesmo cerco. Continuando



para oeste e transpondo a porta do Campo, vê-se representado o proto-baluarte de Santo Inácio, provavelmente uma estrutura iniciada na reforma de 1572-1573 e sem dúvida designada por outro nome. O próximo proto-baluarte a oeste é o de São Jorge, cuja origem também poderá recuar à mesma reforma do vice-rei António de Noronha. Inflectindo para noroeste, vê-se o proto-baluarte de São Tiago, um dos que foram edificados em 1581. Daqui, fechava-se o circuito regressando novamente ao proto-baluarte de São Filipe.

Sintetizando, a obra da cerca abaluartada de Damão após 1581, seguramente segundo actualizações e alterações conforme um projecto de Cairatti, seguiu em boa medida o alinhamento do circuito pré-existente já em edificação. As alterações mais significativas a este alinhamento correspondem à introdução de três novos baluartes – Madre de Deus; São Miguel; e São Domingos. O desenho da nova cerca foi particularmente condicionado pelos baluartes ou proto-baluartes de São Filipe na barra, São Francisco, São Sebastião e São Tiago e São Domingos, todos já em construção quando os mogóis cercaram a cidade.

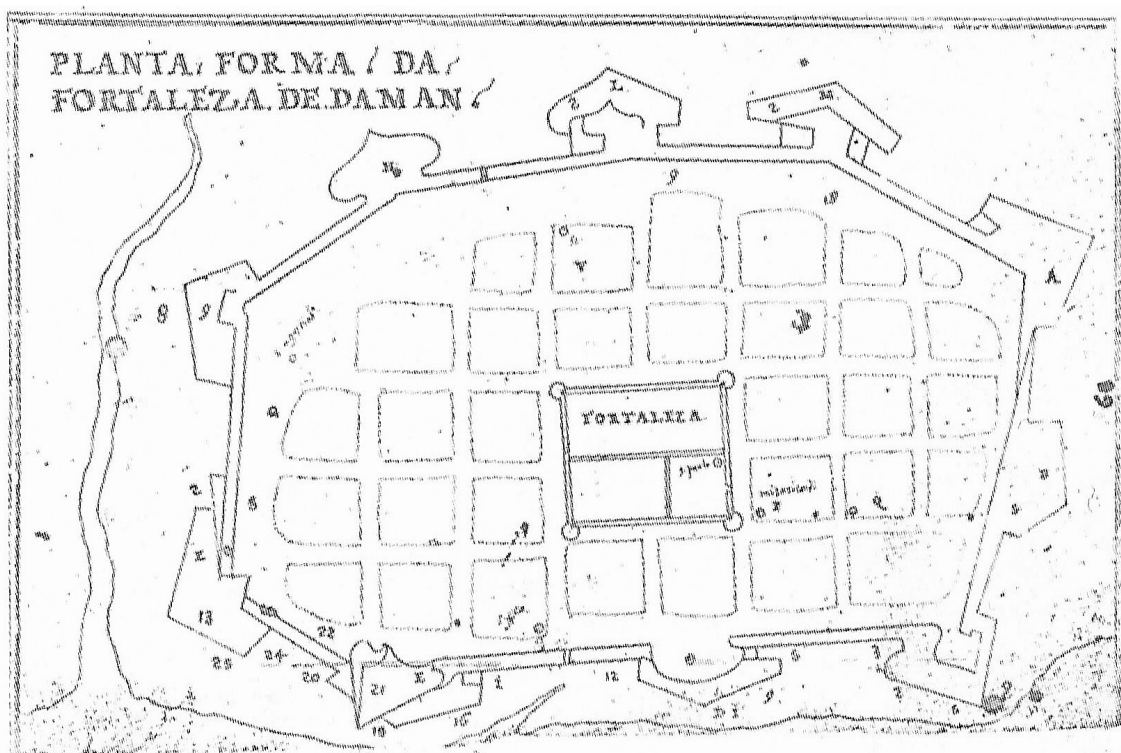
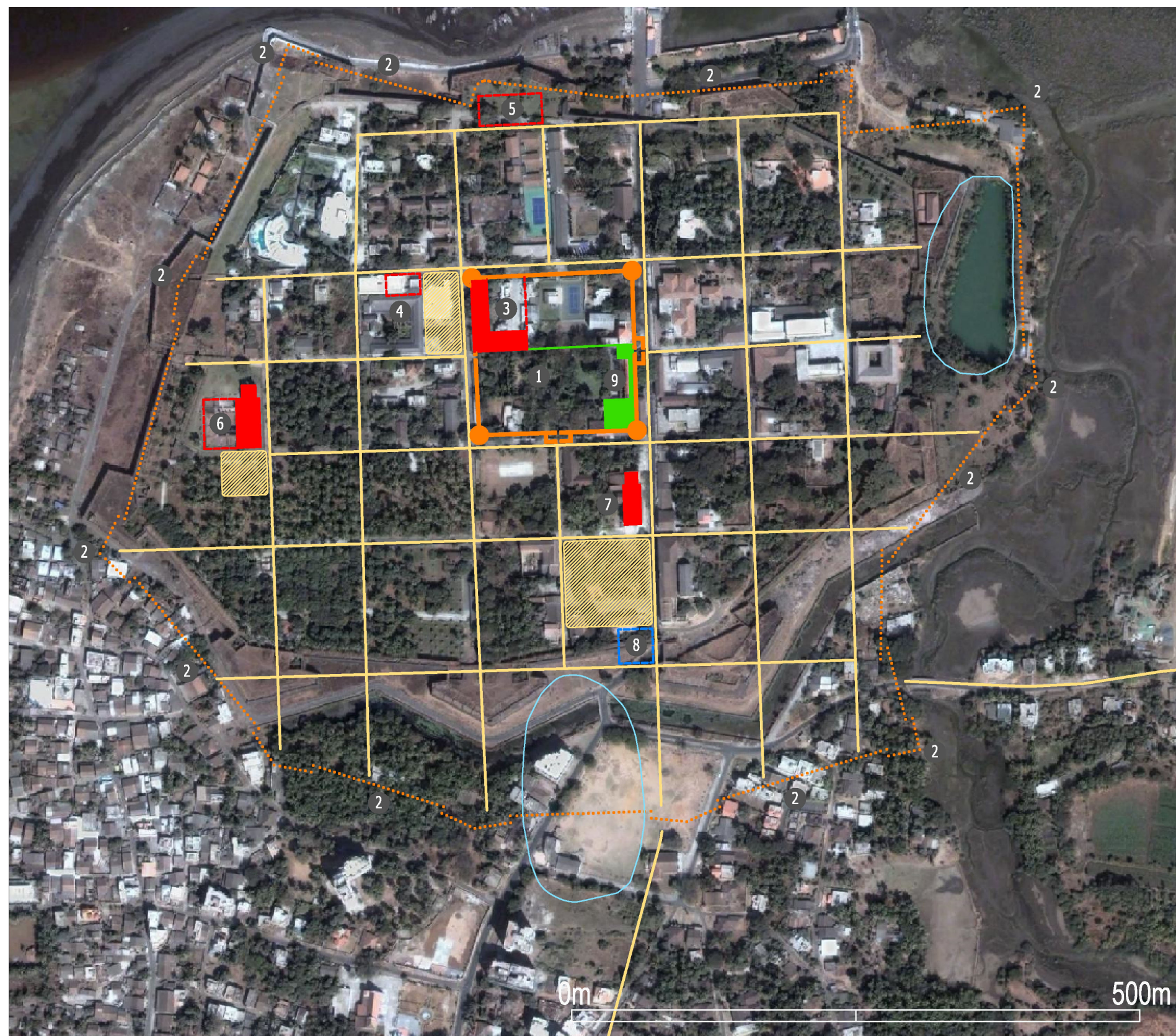


Fig. 59. Planta de Damão, ca. 1612 (Erédia, *Atlas Miscelânea...*, (desaparecido))





### Damão (1559-1572)

Legenda:

- 1 – Forte de Nossa Senhora da Purificação
- 2 – Tranqueiras
- 3 – Colégio jesuíta das Onze Mil Virgens
- 4 – Misericórdia
- 5 – Convento da Madre de Deus (localização provável)
- 6 – Convento dominicano de N. Sra. da Vitória
- 7 – Igreja Matriz
- 8 – Senado (localização hipotética)
- 9 - Casas do capitão-mor

Figura 60.



[A3]

Embora todos os baluartes tenham sido redesenhados e reformados, levanta-se a hipótese de os alinhamentos das suas paredes exteriores corresponderem àqueles das paredes interiores da nova traça de Cairatti. Sugiro ainda que, para ajudar a esclarecer estes dois faseamentos na edificação da cerca de Damão, se averigúe o facto de alguns baluartes apresentarem orelhões nos seus flancos e outros não - e outros ainda apenas em um.

De qualquer modo, e como já foi exposto por Walter Rossa, certo é que a origem do traçado viário reticulado da cidade de Damão não se deve a Cairatti, sendo a sua concepção anterior à chegada do engenheiro-mor à Índia. Poderá ter sido aprimorada por ele no contexto da sua intervenção, mas o novo assentamento urbano em Damão não ficou quase um quartel de século à espera de um engenheiro e de uma traça para conformar o seu desenvolvimento. Terá sido seguramente durante os primeiros anos após a conquista portuguesa, em resultado de uma série de circunstâncias ainda não esclarecidas, que surgiu um desígnio e um desenho com vigor e visão para aquilo que se ambicionava fazer de Damão.

Quanto desse desígnio se deve ao vice-rei Constantino de Bragança, empenhado em “*engrandecer aquella cidade pera nella conservar sua memoria*”? ao primeiro capitão Diogo de Noronha, munido de uma provisão para poder “*repartir os chãos*” da cidade “*como lhe parecesse mais conveniente*”? ao primeiro feitor e segundo capitão Diogo da Silva? Diogo do Couto, que conheceu bem Damão e a PN, diz-nos que o vice-rei “*deo pressa à fortificação, e cousas da povoação*” e que “*traçou lugares pera os Mosteiros, e Igrejas*”<sup>947</sup>.

Não se pretende subestimar o papel do engenheiro Battista Cairatti em Damão – muito do carácter homogéneo, erudito e moderno da cerca abaluartada da cidade a ele se deve, sem dúvida. Mas enquanto não se localizar quaisquer dados concretos sobre a sua intervenção em Damão e no resto da PN, julgo ser necessária prudência ao atribuir-lhe ideias, projectos e obra<sup>948</sup>.

Após o cerco mogol de 1581 e a passagem de Cairatti pela cidade, as obras da cerca abaluartada correram a bom ritmo<sup>949</sup>, sendo que uma dúzia de anos após o seu início, o vice-rei Matias de

---

<sup>947</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. VI, cap. 7, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, p. 51; *O Tombo de Damão, 1592*, Artur Teodoro de Matos (dir.), Lisboa, CNCDP, 2001, pp. 294, 295.

<sup>948</sup> A própria castramentação do acampamento militar assente em redor da fortificação pré-portuguesa logo após a sua conquista poderá ter originado o traçado da cidade. De facto, “*nem architectos ou engenheiros*” eram indispensáveis para se “*desenhar e fundar*” a cidade, sendo que a aprendizagem matemática e geométrica elementar de “*mestres de obras, pilotos e militares*” constituíam base suficiente para se traçar uma quadrícula no território (CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, *Da Cidade e Fortificação em Textos Portugueses (1540-1640)*, dissertação de doutoramento, Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 234-236).

<sup>949</sup> Aplicou-se na obra não apenas o imposto do 1% sobre as transacções da alfândega da cidade mas também o procedido da venda de importantes viagens do reino, como a viagem do Japão (Carta régia datada de 27 de Fevereiro de 1586, *Livro das Monções nº 3*, Ms 5, fl. 144, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 62-66; Alvará do vice-rei Matias de Albuquerque datado de 14 de Fevereiro de

Albuquerque informava a metrópole que previa fechar “*de todo*” a fortificação de Damão durante o ano de 1594<sup>950</sup>. Poderá ter contribuído para este progresso o facto da administração do estaleiro ter ficado a cargo do clero religioso – jesuítas e dominicanos – constituindo, tanto quanto se sabe, o primeiro exemplo de tal situação na PN<sup>951</sup>.

Na versão de frei Luís de Sousa, a administração da obra da nova cerca abaluartada de Damão tinha primeiro ficado a cargo dos jesuítas. Contudo, durante o governo do vice-rei Matias de Albuquerque (g. 1591-1597), os inacianos foram afastados ou desvincularam-se dessas funções, ficando então os dominicanos responsáveis pela condução do estaleiro. Ainda segundo este religioso, foi durante esse período, de 1592 a 1603, que as obras avançaram de forma mais célere, levantando-se “*desde os fundamentos a grande machina do baluarte de São Sebastião*” e concluindo-se o “*baluarte que chamam de São Domingos*”. No mesmo período, completaram-se as cortinas entre o baluarte de “*São Domingos*” e o de “*São Tiago, que não estava mais que principiado*”, e entre este último e o de “*São Jorge*”, que concluiu-se “*de levantar*”. Alcançou-se ainda pôr “*em sua altura*” o baluarte “*de São Filipe, de sorte que ficou logo d’elle jogando a artelharia*”. Iniciaram-se ainda o “*pano de muro que corre entre o de São Filipe*” e o baluarte da “*Madre de Deus*”, e entre este e o de “*São Francisco*”. Ergueram-se também os baluartes de “*São Miguel*” e “*São Martinho*”.

A crer ainda em frei Luís de Sousa, nessa mesma década de 1590 iniciou-se um “*rebellim*” junto ao baluarte de São Martinho, que seria “*obra forte, e de grandes terraplenos*”. O autor refere assim que as obras feitas durante a década da administração dos dominicanos, em coordenação com o Senado de Damão, deixaram a “*cidade perfeitamente cercada, e fechada com suas portas mui fortes, chapeadas todas de ferro*”, guarnecidas de espigões do mesmo material<sup>952</sup>. Também terá apressado o andamento do estaleiro uma provisão do mesmo vice-rei Matias de Albuquerque, datada de 1592, ordenando suspender as obras da “*Sé, da Câmara, do Colégio dos Jesuítas e do mosteiro de São Domingos*”, aplicando-se os seus materiais e trabalhadores, especialmente “*pedra e chunambo, e todos os pedreiros que aly forem moradores ou rezidirem nas aldeas anexas*” nas obras da fortificação da cidade.

---

1592, *Livro de Alvarás nº 2*, Ms ?, fl. 35, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (dir.), fasc. III, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 347, 348).

<sup>950</sup> Carta régia datada de 24 de Fevereiro de 1595, *Livro das Monções nº 5*, Ms 7, fl. 609, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, p. 492.

<sup>951</sup> Sobre a relação entre as ordens religiosas e o sistema defensivo da PN, V. *infra*, 4. “Conclusão”, pp. 567-583.

<sup>952</sup> Para além das obras defensivas, durante esta década, os dominicanos estiveram também envolvidos na edificação da capela da Misericórdia de Damão e na Câmara, com a sua prisão no piso térreo (SOUSA, Fr. Luís de, *Terceira Parte da História de S. Domingos, particular do reino e Conquistas de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Typographia do Panorama, 1866, pp. 445, 446; GONÇALVES, Padre Sebastião, *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus*, José Wicki (ed.), vol. II, Coimbra, Atlântida, 1960, pp. 365, 366; *O Tombo de Damão, 1592*, Artur Teodoro de Matos (dir.), Lisboa, CNCDP, 2001, pp. 15, 16).





### Damão (1573-1581)

Legenda:

- 1 – Forte de Nossa Senhora da Purificação
- 2 – Baluartes fundados entre 1573 e 1581
- 3 – Tranqueiras edificadas entre 1573 e 1581
- 4 – Alinhamento da cerca abaluartada edificada após 1581
- 5 – Colégio jesuíta das Onze Mil Virgens
- 6 – Convento da Madre de Deus (localização provável)
- 7 – Convento franciscano
- 8 – Misericórdia
- 9 – Convento dominicano de Nossa Senhora da Vitória
- 10 – Igreja Matriz
- 11 – Senado
- 12 – Casas do capitão-mor

Figura 61.



[A3]



Qualquer pedreiro que trabalhasse noutra obra que não a fortificação, excepto se fosse “*retelhar*” casas, corria o risco de ser “*degradado para as galés*” por um período de cinco anos<sup>953</sup>. Os jesuítas regressaram à administração das obras defensivas em 1603 por intercessão do vice-rei Aires de Saldanha (g. 1600-1605), afastando definitivamente os dominicanos<sup>954</sup>.

Apesar do relato de frei Luís de Sousa ser parcial à sua ordem religiosa, as duas primeiras décadas do estaleiro foram seguramente muito produtivas. Já em 1593 se inauguravam os trabalhos no novo baluarte de São Francisco e na porta do Mar, conforme ainda se lê numa inscrição sobre o seu arco dessa abertura<sup>955</sup>. Mas no extremo oposto à versão do missionário dominicano, regista-se a opinião do vice-rei Jerónimo Azevedo que, a escrever em 1615, alegava “*nada*” se ter feito nos “*últimos vinte e cinco*” anos relativamente às obras defensiva de Damão<sup>956</sup>.

O alinhamento da nova cerca abaluartada deixou de fora algumas estruturas notáveis e muito casario, colocando-se a questão da proximidade dessas construções às muralhas pelo seu lado exterior, tal como ocorreu em Chaul. Uma dessas estruturas, como já se referiu, foi a igreja da Madre de Deus, em demolição durante 1613 e situada perto do baluarte homónimo, no flanco norte e ribeirinho da nova cerca. Edificou-se por conseguinte nova casa com a mesma invocação intra-muros<sup>957</sup>.

Sete anos mais tarde, face a ameaça do reino de Sarceta, reforçou-se a guarnição da praça e repararam-se as tranqueiras das suas praganas<sup>958</sup>. Nesse mesmo contexto, o governador Fernão de Albuquerque autorizou o reitor do colégio jesuíta a cunhar moeda, “*bazarucos*”, para poder pagar as obras defensivas da jurisdição<sup>959</sup>. No início do vice-reinado de Miguel de Noronha conde de Linhares, procedeu-se à inspecção das defesas de Damão Grande assim como das demais

---

<sup>953</sup> Alvará do vice-rei Matias de Albuquerque datado de 14 de Fevereiro de 1592, *Livro de Alvarás nº 2*, Ms 1420, fl. 35, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 347, 348.

<sup>954</sup> GONÇALVES, Padre Sebastião, *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus*, José Wicki (ed.), vol. II, Coimbra, Atlântida, 1960, p. 366; Carta régia datada de 26 de Fevereiro de 1605, *DRILM*, António Bulhão Pato (dir.), tom. I, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1880, p. 3.

<sup>955</sup> V. *infra*, p. 293.

<sup>956</sup> Carta do vice-rei Jerónimo de Azevedo datada de 18 de Dezembro de 1615, *Livro das Monções nº 12*, Ms 13, fl. 189, HAG.

<sup>957</sup> Provisão do vice-rei Jerónimo de Azevedo datada de 18 de Maio de 1613, *Livro de Alvarás nº 3*, Ms. 1421, fl. 111v, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. VI, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, p. 968.

<sup>958</sup> Em Maio de 1620, a guarnição de Damão era reforçada com cerca de uma centena de soldados sob as ordens do capitão-mor da gente de armas da cidade, Luís de Ataíde (Cartas do governador Fernão de Albuquerque datadas de 15 de Maio de 1620, *Livro dos Reis Vizinhos nº 1*, Ms. 969, fl. 110v, 111, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 8 de Outubro 1624, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 2*, Ms. 1160, fls. 242v-244, HAG).

<sup>959</sup> Carta do governador Fernão de Albuquerque datada de 1620, *Livro dos Reis Vizinhos nº 1*, Ms. 969, fls. 121, 121v, HAG; MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. III, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, pp. 316-322.

fortificações da PN. Num primeiro relato assinado pelo capitão da praça Diogo de Melo de Sampaio, constata-se que os baluartes da nova cerca estavam quase todos “*imperfeitos*”, sendo seus defeitos principais a falta de entulhamento das caixas e a carência de peças de artilharia. Havia também dois baluartes cujos muros exteriores ainda não haviam atingido altura suficiente: o de São Domingos (designado por “*São João*” no relatório); e o da Madre de Deus. No baluarte de São Martinho, a sudeste, estava a “*casa onde se*” fazia “*a pólvora*”; e no de São Filipe sobre a barra, no outro extremo da cidade, ia-se à data “*trabalhando nelle de dentro nas silhas*”<sup>960</sup>.

Já a inspecção dos oficiais despachados de Goa para a PN, em finais de 1633, resultou em informações mais pormenorizadas sobre a cerca abaluarta da cidade, complementadas pelos apontamentos das obras necessárias elaborados pelo engenheiro Manuel Homem de Pina. Os oficiais começaram por ordenar a demolição de algumas estruturas pertencentes ao convento dos agostinhos e que se encostavam às muralhas entre os baluartes de São Martinho e de São Miguel, determinando ainda que “*toda a pessoa que tivesse casas junto aos muros da cidade*” pelo lado interior, “*as mudasse para outra parte, e que havendo alguma janela ou sacada nos muros, se tapasse logo*”<sup>961</sup>.

As directivas de Homem de Pina abordam primeiro os dez baluartes no seu conjunto, determinando a execução de “*esplanadas de argamassa*” para toda a extensão de “*suas frentes*”, de modo a poder “*jugar a artilharia e ser por ellas*” esplanadas “*levada de humas para outras parte*”. Como a maioria dos baluartes estava por entulhar, decidiu-se “*que todo os entulhos que*” estivessem “*junto aos muros pella parte de dentro se*” lançassem dentro das caixas dos mesmos baluartes, concluindo também os muros e portas nas suas golas, de modo a evitar que os habitantes usassem essas zonas como lixeiras. Nos muros das golas dos baluartes onde faltavam “*cansellas*” recomendava-se “*se lhe ponhão brevemente, com portas na forma que as*” tinham os outros baluartes “*fechados, e se notifique aos cazados vezinhos com pena de cem pardaos não quebrem nem abirão as ditas portas*”. As chaves destas cancelas deveriam ficar na posse do “*sobreronda dos muros*” ou do condestável. Aparentemente, as casamatas dos baluartes eram aproveitadas para fins impróprios, visto ordenar-se “*que todas as portas das entradas*” dessas estruturas fossem entaipadas “*com paredes singelas de pedra e cal, e as não ocupe gente alguma salvo forem os condestaveis que nellas quizerem viver*”<sup>962</sup>.

---

<sup>960</sup> Trespado da Lista feita pelo capitão de Damão Diogo de Melo de Sampaio datado de 19 de Novembro de 1629, *Livro das Monções 13-B*, Ms. 15, fls. 531-537, HAG.

<sup>961</sup> Apontamentos das obras para Damão por Manuel Homem de Pina datado de 25 de Abril de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.

<sup>962</sup> É curioso notar como na vista de Damão associada Pedro Barreto de Resende todos os baluartes estão representados com muros e portas pelo seu lado interior, ou seja, nas suas golas, excepto um, o da Madre de Deus. O interior da caixa deste baluarte está ocupado por várias casas de adobe e coberturas vegetais – um *challe*? – e ainda um cruzeiro, seguramente aquele que havia pertencido ao primeiro convento dos franciscanos recolectos de Damão, demolido na segunda década de Seiscentos. (BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992; MENDIRATTA, Sidh Losa, SANTOS, Joaquim, “A melhor cousa que Vossa Alteza tem nestas partes’: Representações

Também se proibia os moradores de “lanssar entulhos e outras emmundissias pellos muros pera a parte de fora”, prevendo-se uma coima de “trinta pardaus” e declarando-se que pagaria esta “pena o senhor ou amo do escravo, ou escrava que” fosse “tomado neste descuido”. Ainda neste tópico, mandava-se executar “huma canssela de madeira fixa na parede com nós de ferro” na extremidade do “canno que” estava “no muro da parte da praya”. Mais se determinava “que os mais kannos que” houvesse “da cidade pera fora se” fizessem “de modo” que não coubesse “por elles mais que hum gato”.

Relativamente aos baluartes individualizados, dava-se prioridade às obras no de São Francisco, na zona nordeste da cerca, alargando-se a esplanada no seu flanco oeste para poder suportar seis peças “grossas, que com esta artelharia se ha de socorrer o beluarte” ou fortificação de “São Jerónimo sendo cazo que tenha neçessidade”.



Fig. 62. Damão, ca. 1634 (Resende, *Livro de Estado...*, 1646, BL)

Assim como para Chaul e Baçaim, a obra defensiva de maior porte determinada por Homem de Pina para Damão foi um fosso para a cerca abaluartada, desde o “Rio e acabando na parte da costa brava”. Esta obra deveria ficar “cincoenta passos que fazem doze brassas de des palmos” ou 26,4 m

---

das cidades da Província do Norte do Estado da Índia (séc. XVI-XVIII)”, *IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9-12 de Novembro, 2011).

afastada da raiz dos muros e baluartes. Principiando pela “*parte do Rio*”, a leste, deveria ser feita tão “*profunda quanto*” desse “*lugar os baixos de agoas vivas*”, prevendo-se para essa extremidade uma “*porta de maré*”.

Munida de contra-escarpa e estrada coberta com “*hum parapeito singelo donde*” os soldados pudessem “*milhor defender esta cava*”, e ainda revelins, as instruções para esta cava ou fosso ficaram descritas de forma detalhada por Homem de Pina, incluindo ângulos e dimensões bastantes para servir de caderno de encargos<sup>963</sup>.

A execução deste projecto defensivo ficou a cargo da administração jesuíta, sendo que foi rapidamente posto à prova por nova invasão e cerco mogol, em finais de 1638. Nessa ocasião, para além de reforços enviados de Goa, foram ainda chamados a servir em Damão os milicianos da jurisdição de Baçaim<sup>964</sup>. A milícia da cidade de Damão compunha-se então de cerca de quatrocentos moradores, entre reinóis, descendentes e cristãos “*pretos*”. Destes, apenas noventa serviam com “*cavallos arabios de obrigação das aldeas*”. Aos moradores acrescentavam-se duzentos escravos, também capazes de tomar armas, sendo que no dito cerco mogol, também militaram os religiosos das cinco casas da cidade<sup>965</sup>.

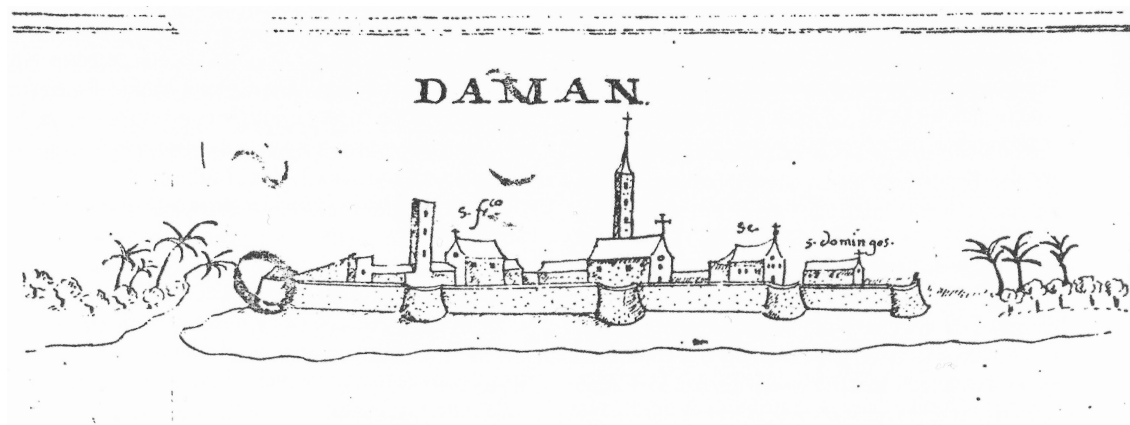


Fig. 63. Perfil de Damão, ca. 1612 (Erédia, *Atlas Miscelânea...*, (desaparecido))

<sup>963</sup> Apontamentos das obras para Damão por Manuel Homem de Pina datado de 25 de Abril de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU; BOULLAYE, François Le Gouz de, *Les Voyages et observations du sieur de la Boullaye...*, Paris, 1653, cit. in “François Le Gouz de la Boullaye: Gebtilhomme angevin”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série nº 21, nº 11, Lisboa, Novembro de 1903, pp. 396, 397.

<sup>964</sup> Regimento que levou António Telles de Menezes capitão-mor da Armada d’alto bordo e das fortalezas do Norte datado de 1 de Maio de 1639, *Livro de Regimentos e Instruções nº 3*, Ms. 1420, fls. 149-153v, HAG.

<sup>965</sup> BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), Lisboa, vol. II, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 84.



No contexto deste cerco surgem as primeiras referências concretas sobre posições fortificadas em Damão de Cima, ou “*Campo*” da cidade<sup>966</sup>. Nessa zona, havia-se fortificado “*estâncias*” nas capelas de Nossa Senhora dos Remédios e Nossa Senhora das Angústias e ainda numa horta murada pertencente aos jesuítas, onde se improvisaram banquetas para espingardeiros<sup>967</sup>. Embora não se mencione a existência de um linha de tranqueiras, é provável que tal barreira tenha sido empregue, unindo as posições referidas e possivelmente tomando partido dos três lagos ou tanques a sul da cerca abaluartada. Um destes tanques detinha importância acrescida, pois dele a cidade se abastecia de água potável<sup>968</sup>. Apesar desses esforços, os portugueses apenas resistiram três meses em Damão de Cima, recuando então para detrás das muralhas da cidade<sup>969</sup>.



Fig. 64. Planta de Damão, pormenor da zona de Damão de Cima (*Mapa...*, ca. 1760, AHU)

<sup>966</sup> As primeiras referências a preocupações defensivas com o Campo de Damão datam de cerca. de 1616 (Carta do vice-rei Jerónimo de Azevedo datada de 5 de Janeiro de 1616, *Livro das Monções nº 12*, Ms. 13, fls. 216, 217, HAG).

<sup>967</sup> QUEYROS, Fernão, *Historia da vida do venerável irmão Pedro de Basto*, Lisboa, 1689, pp. 280-282.

<sup>968</sup> Bando do Senado da Damão datado de 11 de Agosto de 1751, pub. in MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. II, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, p. 62, vol. IV, p. 258).

<sup>969</sup> Regimento que se deu a Luis de Mello de Sampaio quando foi por capitão...de Damão, datado de 5 de Março de 1639, *Livro de Regimentos e Instruções nº 3*, Ms. 1420, fl. 147, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 6 de Maio de 1639, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 6*, Ms. 1163, fl. 60v, HAG; PISSURLENCAR, Panduranga, “Antigualhas”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 42, Bastorá, Tipografia Rangel, p. 131.

Levantado o cerco mogol em inícios de 1639, Damão atravessou um período de quatro décadas relativamente pacífico, acompanhado de estagnação ou declínio económico. Apesar da guerra luso-marata de 1683-1684 não ter perigado directamente a cidade, no espírito reformista do vice-rei Francisco de Távora ordenaram-se algumas intervenções para a cerca abaluartada.

Uma das principais preocupações continuava a ser o baluarte de São Francisco e também o da Madre de Deus, “*porque sendo ambos opostos ao forte de São Jerónimo e sogeitos às suas baterias*”, eram aqueles que se encontravam “*mais fracos e incapazes de defença*”. Estes dois baluartes continuavam por entulhar e terraplenar, sendo premente alargar-se os seus parapeitos para o eficaz maneo das suas peças de artilharia. Efectuada esta intervenção, proceder-se-ia à conclusão do lajeamento e parapeitos das secções de muralha nos flancos norte e leste da cerca. Já para os baluartes restantes, previa-se obras semelhantes de entulhamento e terrapleno das suas caixas e ainda a construção de “*guaritas*” para os seus ângulos salientes. Ordenava-se também a conclusão do fosso, com suas “*estradas cubertas, explanadas e tudo mays que a planta mostra*”. Novamente, a gestão e administração das obras ficavam a cargo dos reitores do colégio das Onze Mil Virgens de Damão, que nesta altura serviam a incumbência estatal por mandatos de três anos<sup>970</sup>.

Entre 1718 e 1739 as praganas do distrito de Damão foram extensamente invadidas e saqueadas não apenas pelas tropas dos reinos de Sarceta e dos Coles mas também por uma campanha de guerrilha e desgaste movida pelos maratas, que então controlavam em boa medida aqueles dois reinos feudatários. Face a essa situação e ao cenário cada vez mais provável de um cerco convencional por parte dos exércitos maratas, a cerca abaluartada da cidade foi mantida em boa ordem e a sua guarnição em estado de alerta.

Assim, quando André Ribeiro Coutinho redigiu o seu primeiro relatório sobre as fortificações da PN, considerou Damão “*a praça de melhor consideração*” de todo o território. Como seria de esperar, o militar gabou as “*ruas em linha recta de muralha a muralha, com admiravel semetria*” da cidade, mas criticou a zona extra-muros e o fosso, “*tão mal soccedido, que junto à contra escarpa*” tinha “*huma igreja, e a tiro de mosquete outra*”, edificações que poderiam servir de aquartelamento para um exército sitiante. Ainda em relação ao campo de Damão de Cima, Coutinho referiu ter sido “*fechado (não ha muito tempo) de torres e lagos, mas o descuido, a inveja, e o tempo forão arruinando esta defesa*”.

---

<sup>970</sup> Muito provavelmente, a planta referida é aquela que se encontra actualmente no Arquivo Histórico Ultramarino (“Risco para o dique de Damão”, [séc. XVIII ?], Ms. color, em papel, 640x1515 mm, ant. col. JICU (CECA), p. 29-nº 26, Catálogo CECA, p. 69; Alvará sobre as obras de Fortificação da dita Cidade [de Damão] datado de 27 de Abril de 1686, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fls. 40v, 41, HAG).

Por esse motivo, recomendou “reedificar humas torres, que se” achavam “meio demolidas, as quaes” poderiam constituir, “com tres tanques, huma bella defesa ao grande campo” da cidade<sup>971</sup>.

Meia década mais tarde, o mesmo Coutinho voltava a referir o fosso de Damão e o facto dos moradores queixarem-se das suas águas estagnadas como nocivas para a saúde pública. Para remediar este mal, debatia-se o projecto de continuar o fosso para oeste até atingir a orla marítima. Segundo o militar, esta questão não era pertinente visto que “nem se encharca a água nelle nem tem as immundices de cães e outros animais mortos como se dizia nem vi couza que pudesse conduzir para doenças da praça”. Na sua opinião, a água escoava “pela mesma porta da sua entrada”, ou seja, pela porta de maré que comunicava com o esteiro a leste da cidade, não havendo necessidade de se concretizar o referido projecto<sup>972</sup>. Na visão de Coutinho, era mais urgente terraplenar esplanadas e parapeitos, no que era secundado pelo general da PN Luís Botelho<sup>973</sup>.

Outra interessante reflexão tecida por Coutinho relacionava-se com a artilharia das casamatas dos baluartes:

*“E confeço a Vossa Excelência [vice-rei Pedro de Mascarenhas] que perco o allento vendo tal absurdo e considerando as funestas consequências que delle podem resultar, sendo tão grande a desgraça que construindo-se [n]aquella praça casas-matas para se lhe dobrar o fogo das suas únicas deffenças com o dos flancos altos, venha por [isto] se não cobrirem e pavimentarem, a ficar sem casas-matas nem flancos. E isto he ao que se deve mandar logo acudir”*<sup>974</sup>.

Ou seja, havia-se originalmente construído casamatas nos pisos térreos dos travezes dos baluartes; porém, em muitas destas compartimentações, não existiam coberturas planas bastantes para suportar artilharia e para formarem um pavimento contínuo com os parapeitos das faces desses mesmos baluartes. Como entretanto as canhoelras das casamatas haviam sido entaipadas para prevenir a sua entrada por atacantes, resultava ficarem muitos dos baluartes sem bocas de fogo na totalidade dos seus flancos sendo assim incapazes de varejar o terreno imediatamente defronte das muralhas contíguas. De facto, ainda actualmente se pode constatar essa situação em alguns dos baluartes de Damão Grande.

---

<sup>971</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 34, 58, 59.

<sup>972</sup> Relatório de André Ribeiro Coutinho datado de 6 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 643–651v, HAG.

<sup>973</sup> Nesta altura, a guarnição de Damão contava com uma companhia pé-de-castelo e outra do terço, totalizando cento e quarenta homens por regimento, e ainda doze artilheiros (Carta do General da PN Luís Botelho datada de 15 de Julho de 1733, *Livro das Monções 102-B*, Ms. 122, fls. 627-636v, HAG; Relação de Philipe de Valladares de Sottomayor datada de 10 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 637-641, HAG).

<sup>974</sup> Relatório de André Ribeiro Coutinho datado de 6 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 643–651v, HAG.



Os maiores receios de André Ribeiro Coutinho nunca se concretizaram e a praça de Damão não voltou a ser cercada após 1638. Apesar de praticamente todo o seu distrito ter sido ocupado pelos maratas durante a campanha de 1737-1739, estes nunca intentaram atacar Damão Grande nem chegaram a cercar a fortificação de São Jerónimo (Nani Daman)<sup>975</sup>.



Fig. 65. Flanco oeste do Baluarte de São Martinho, com as cazamatas entaipadas (© Mendiratta, 2006)

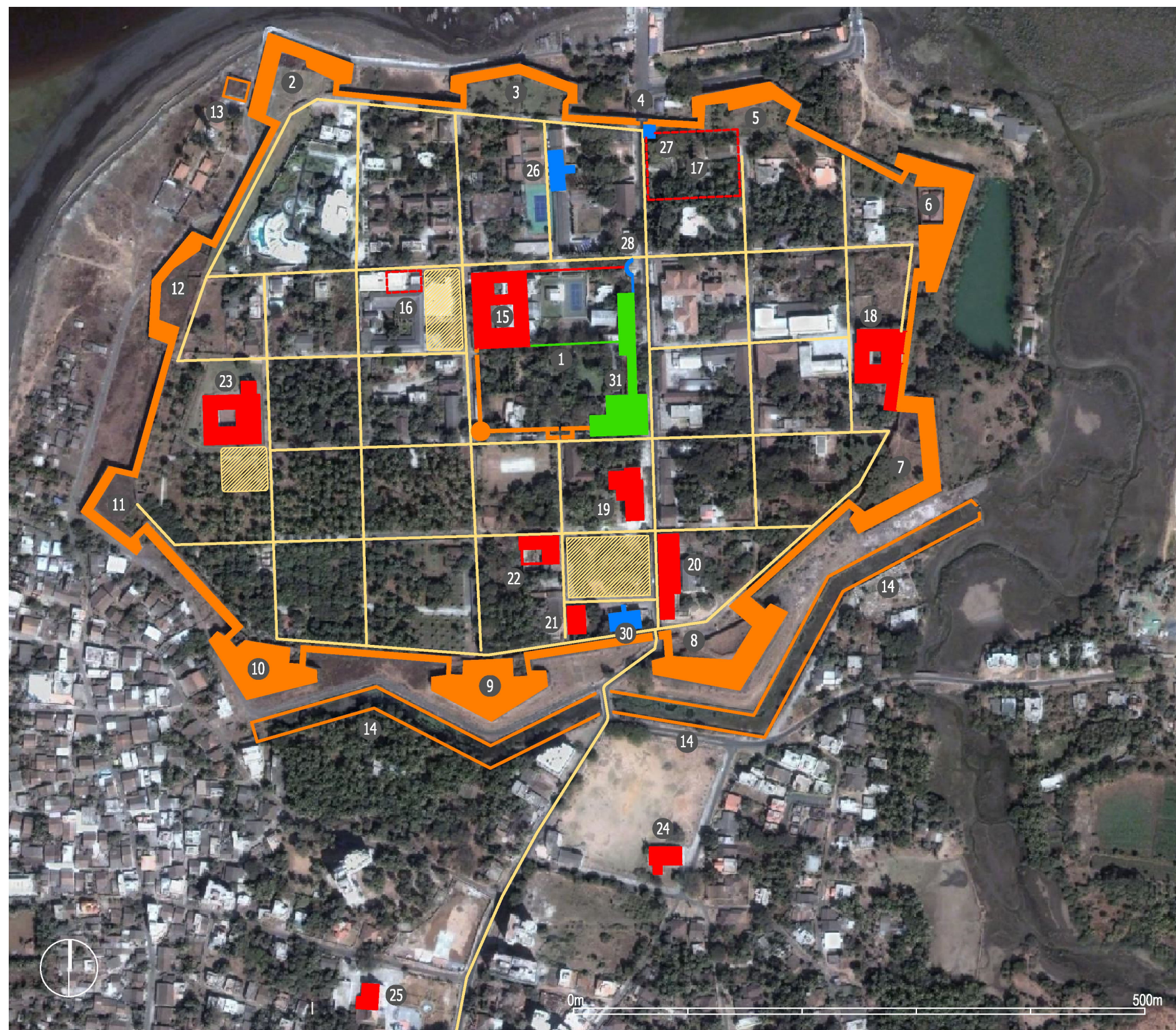


Fig. 66. Vista de Damão, ca. 1770 (Rachs, BNI)

---

<sup>975</sup> LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, p. 176.





### Damão (1581-1830)

Legenda:

- 1 – Forte de Nossa Senhora da Purificação
- 2 – Baluarte de São Filipe ou da Barra
- 3 – Baluarte da Madre de Deus
- 4 – Porta do Mar
- 5 – Baluarte de São Francisco
- 6 – Baluarte de São Miguel
- 7 – Baluarte de São Martinho
- 8 – Baluarte de São Sebastião e Porta do Campo
- 9 – Baluarte de Santo Inácio
- 10 – Baluarte de São Jorge
- 11 – Baluarte de Tiago
- 12 – Baluarte de São Domingos
- 13 – Fortim de São Miguel
- 14 – Fosso (edificado 1635-1700)
- 15 – Colégio jesuíta das Onze Mil Virgens
- 16 – Misericórdia
- 17 – Convento franciscano
- 18 – Convento agostiniano
- 19 – Igreja Matriz
- 20 – Convento de São João de Deus
- 21 – Igreja da Madre de Deus. Após 1835, Capela de Nossa Senhora do Rosário
- 22 – Recolhimento de Nossa Senhora das Necessidades
- 23 – Convento dominicano de Nossa Senhora da Vitória
- 24 – Capela de Nossa Senhora das Angústias
- 25 – Igreja de Nossa Senhora dos Remédios
- 26 – Alfândega
- 27 – Casa do Corpo da Guarda
- 28 – Monumento ou “Meia Laranja”
- 30 - Senado

Figura 67.



[A3]

### ***Período português, 1740-1961.***

Após a queda da PN e de acordo com o tratado de 1740, a Damão ficou atribuído um exíguo circuito, composto de parte das aldeias das antigas praganas de Naer e Callana. O produto dessa circunscrição era praticamente irrisório face à despesa do Estado em manter e guarnecer uma praça de guerra encravada no meio do território marata e a alguns minutos de distância de uma incursão de cavalaria e da nova fortificação marata de Indragad<sup>976</sup>. Ainda assim, acalentava-se a esperança de reconquistar os territórios perdidos da PN, pelo que Damão foi também mantida como eventual testa-de-ponte para tal operação, sendo que a sua cerca abaluartada foi mantida em bom reparo<sup>977</sup>. Para compensar o declínio da cidade, propuseram-se esquemas para reanimar o seu comércio, concomitantes com a pragmática tolerância religiosa decretada pelo governo pombalino<sup>978</sup>. Mas a situação económica de Damão apenas melhorou ligeiramente com a cedência da pragana de Nagar-Aveli em 1783, através da qual o Estado recebeu parte dos territórios anteriormente pertencentes ao extinto reino de Sarceta, ricos em florestas de teca<sup>979</sup>.

Por meados de Oitocentos, completou-se o processo de abandono de Damão Grande com o êxodo de praticamente todos os seus moradores excepto o governador, sua criadagem e alguns religiosos do clero secular. Encerraram-se os conventos; fecharam-se as últimas lojas; saíram as derradeiras famílias. Durante o período diurno, regressava alguma vida a parte dos seus edifícios administrativos, mas findo o horário laboral, as pessoas regressavam às suas casas em Damão Pequeno ou Damão de Cima e o recinto amuralhado ficava deserto.

As últimas intervenções de vulto relativas às defesas de Damão Grande datam de uma ou duas décadas antes desta situação, durante o enérgico governo do capitão Julião da Silva Vieira, adepto da causa absolutista. Demoliram-se então as ruínas do colégio das Onze Mil Virgens, aproveitando-se o seu material para a construção de um novo pontão, junto à porta do Mar, e os seus retábulos para a

---

<sup>976</sup> Indragad, coordenadas: 20°21'43"N, 72°50'49"E.

<sup>977</sup> Uma das principais obras de beneficiação foi a *reedificação* do Baluarte de São Miguel ou *Novo*, a partir de 1744, exterior à cerca abaluartada (Instrução de Sua Magestade dada ao Marquez de Castello Novo (depois, de Alorna) quando veio por Vice Rei da Índia", pub. in *O Chronista de Tisuary*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), nº 19, Nova Goa, Imprensa Nacional, Julho de 1867, p. 158; MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. II, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, pp. 27, 28).

<sup>978</sup> O decreto pombalino foi publicado e apregoado em Damão a 4 de Janeiro de 1775 (Carta régia datada de 20 de Janeiro de 1774, pub. in MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. II, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, p. 97). Esta abertura religiosa já tinha sido ensaiada na "*nova conquista*" de Pondá, Goa, em 1763 (PISSURLENCAR, Panduranga, "Tentativas dos Portugueses para a ocupação do Concão", *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2ª série, vol. 6, Lisboa, 1955, pp. 436). Sobre estas tentativas de reanimação do comércio, V. CASTELO-BRANCO, Fernando, "Subsídios para a história económica de Damão no século XVIII", *Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, CNCDP, Julho de 1995, pp. 95-98.

<sup>979</sup> V. *supra*, 2.7. "Epílogo, 1739-1961", pp. 181-184 (PISSURLENCAR, Panduranga, "Portugueses e Maratas. Tentativas para a Reconquista da Província do Norte", *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 44, Bastorá, Tipografia Rangel, 1940, pp. 42-119; PINTO, A. de M., *Breves estudos referentes à praganá Nagara-Avely*, Bombaim, 1892).

igreja Matriz<sup>980</sup>. Na praia, e apegado ao baluarte de São Filipe, ergueu-se o diminuto fortim de São Miguel, uma estrutura aparentemente sem qualquer vocação ou utilidade defensiva, eventualmente relacionado com a navegação na barra do rio Damanganga. Reformaram-se as casas do governador dentro do antigo forte pré-português contribuindo para a perda do seu antigo carácter militar<sup>981</sup>. Finalmente, durante o período do perfeito Bernardo Peres, restauraram-se algumas posições nos baluartes e cortinas da cerca, prevendo-se um ataque de forças portuguesas rivais a partir Goa<sup>982</sup>.

Durante toda a segunda metade do século XIX e até 1961, a cerca abaluartada de Damão foi mantida em reparo mas sem alterações significativas<sup>983</sup>.



Fig. 68. Mapa de Damão, pormenor (*Mapa...*, ca. 1760, AHU)

<sup>980</sup> MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. IV, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, pp. 72, 84, notas.

<sup>981</sup> A data de 1827 sob um brasão na porta principal da fortificação de Nossa Senhora da Purificação atesta esta intervenção (RIVARA, Joaquim da Cunha, "Inscrições de Damão no anno de 1859", *O Chronista de Tissuary*, nº 18, Junho de 1867, Nova Goa, Imprensa Nacional, p. 144).

<sup>982</sup> MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. IV, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, pp. 121-126.

<sup>983</sup> PINTO, Gonçalo Teixeira, *Memorias sobre as Possessões Portuguezas na Asia escriptas no anno de 1823*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), Nova Goa, Imprensa Nacional, 1859, p. 38.

### *Descrição das ruínas*

As ruínas da cerca abaluartada de Damão permanecem em bom estado de conservação, tendo sido já amplamente descritas e documentadas, tanto cartograficamente como fotograficamente. Assim, neste relance sobre essas mesmas estruturas, não se pretende mais do que fixar e sintetizar algumas informações básicas e talvez acrescentar um ou dois dados menos evidentes.

Considerada pelo seu lado exterior, a cerca encinta uma área de aproximadamente 313.000 m<sup>2</sup>. sendo que desta área, cerca de 23.000 m<sup>2</sup> correspondem à antiga área de implantação da fortificação de Nossa Senhora da Purificação. Começando pela porta do Mar, no flanco norte da cerca, assinala-se o seu singular desenho, composto por um arco de depurada traça e pedra de cantaria encimado por uma grande superfície rectangular. Nessa superfície, que apresenta sinais de ter sido bastante retocada, apõe-se uma inscrição central flanqueada por duas inscrições mais pequenas e dois orifícios aparentemente para outros dois elementos epigráficos. A inscrição central, que contém um brasão ladeado por dois leões, lê:

*“Na era de 1593 sendo capitão desta cidade Dō Duarte D’Eça, que foi ho deradeiro que El-Rei Dom Sebastião com ela despachou, foi por ele lançada a primeira pedra neste beluarte S. Francisco, e se fez esta Porta”*<sup>984</sup>

As duas peças epigráficas mais pequenas aludem à construção do cais Oitocentista, projectado defronte da abertura<sup>985</sup>. Sobre a grande superfície rectangular contendo as inscrições, avulta uma surpreendente guarita extensamente decorada, assemelhando-se ao pedestal de um cruzeiro, e flanqueada por dois pequenos parapeitos com seteiras e aberturas para tiro de espingarda.

Atravessando toda a cidade em linha recta até à porta do Campo, no flanco sul da cerca, é notável o facto desta apresentar rigorosamente o mesmo desenho para a sua parte inferior: ou seja, para o seu arco, pilastras e entablamento. As semelhanças entre as duas portas não podem ser coincidência. Dado o seu desenho depurado e erudito, transparece uma canónica aplicação de tratadística e afigura-se provável serem do período de actuação de Battista Cairatti, como já foi sugerido por Walter Rossa<sup>986</sup>.

Igualmente na porta do Campo, sobre o friso de cantaria desenvolve-se um relativamente confuso desenho de elementos monumentais e decorativos, contrastando com o sóbrio equilíbrio da parte inferior. Aqui encontramos a já referida inscrição aludindo ao cerco de 1581, rodeada por uma

---

<sup>984</sup> RIVARA, Joaquim da Cunha, “Inscrições de Damão no anno de 1859”, *O Chronista de Tissuary*, nº 18, Junho de 1867, Nova Goa, Imprensa Nacional, p. 143.

<sup>985</sup> RIVARA, Joaquim da Cunha, “Inscrições de Damão no anno de 1859”, *O Chronista de Tissuary*, nº 18, Junho de 1867, Nova Goa, Imprensa Nacional, p. 143.

<sup>986</sup> ROSSA, Walter, *Cidades Indo-portuguesas*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos, 1997, p. 80.

típica cartela maneirista. Ainda que a inclusão desta cartela possa também ter sido parte do desenho de Cairatti, o nicho que a sobrepõe e que obriga à interrupção do pronunciado cordão da muralha constitui sem dúvida um acréscimo em momento posterior. Bem como os dois elementos que o ladeiam: uma pedra-de-armas e uma incaracterística pinha ou tentativa falhada de esfera armilar, ambas Coroadas por vieiras estilizadas em semi-círculo.



Fig. 69 e 70. Porta de Mar e Porta de Terra da cerca abaluartada (© Mendiratta, 2006)

Transpondo novamente a porta, e do seu lado leste, começa a máquina do baluarte de São Sebastião. Embora apenas parcialmente entulhado, a sua gola encontra-se protegida por um muro com uma porta, perto da qual se assinala a entrada de um túnel, possivelmente um de vários para efectuar acções de contraminagem. Com o seu cordão, parapeitos e guaritas, o baluarte constitui uma exemplar defesa, embora as suas casamatas do flanco leste tenham sido inutilizadas e entulhadas.

Prosseguindo para leste ao longo da cortina contígua, encontra-se o baluarte de São Martinho, igualmente em excelente estado de preservação. Este é o ponto privilegiado para observar a zona nascente do fosso e a sua contra-escarpa. Nessa obra exterior, detecta-se ainda uma pequena inscrição num dos seus muros, provavelmente aludindo à fundação da obra, em 1634, ou à sua conclusão algures em finais de finais de Seiscentos. São também visíveis os vestígios da comporta de maré do fosso. O baluarte de São Martinho apresenta uma pequena empena para sinos - à semelhança de todo os demais baluartes - e três guaritas para os ângulos dos seus flancos e ainda o



saliente. Acedia-se a esta última guarita por uma porta aberta no campanário referido. Regista-se o facto desta baluarte não ter orelhão no seu flanco norte.

Caminhando para nordeste, acompanha a cortina pelo seu lado interior a volumetria do antigo convento dos agostinhos, uma das frequentes preocupações dos antigos capitães pelo facto de atrapalhar a circulação pelos parapeitos. Ficava especialmente saliente a empena da cabeceira da sua igreja, ainda visível. Passando esta parede, atinge-se o baluarte de São Miguel, onde ainda se constata os alinhamentos de importantes construções, provavelmente os antigos armazéns da pólvora. Também aqui encontramos casamatas entaipadas e ainda peças de artilharia nos seus reparos. Implantada nos parapeito sobre o seu ângulo saliente, está uma estrutura com uma pequena divisão e ainda um campanário.



Fig. 71 e 72. Inscrição na contra-escarpa do fosso e campanário no baluarte de São Martinho da cerca abaluartada (© Mendiratta, 2006)

Inflectindo para noroeste, demora o baluarte de São Francisco, perto do quartelão anteriormente ocupado pela casa da ordem franciscana. Esta baluarte tem um parapeito reforçado precisamente na face que olha para São Jerónimo, sendo que daqui se poderia varejar o seu flanco sul – mas não o leste. Sobre o ângulo saliente existe novo campanário, associado a uma guarita. Este baluarte apenas tem um orelhão no seu flanco oeste.

Após a porta do Mar e sua guarita decorada, chega-se à máquina do baluarte da Madre de Deus, um dos principais para defender ou ofender o forte de São Jerónimo. Para além das peças de artilharia

ainda apontadas nas suas canhoeriras, este baluarte apresenta uma escada para aceder aos seus parapeitos e ainda guaritas nos seus três vértices.

A oeste e sobre a barra está o baluarte mais importante de toda a cerca: o de São Filipe. Este defendia não apenas a embocadura do Damanganga mas também era aquele mais próximo de São Jerónimo. Talvez por estes motivos, é o único cuja caixa está completamente entulhada. Por consequência, a porta no muro da gola é acedida através de uma escadaria, dando acesso a uma esplanada quase à mesma cota que os parapeitos; naquele a oeste implanta-se um pequeno farol oitocentista. Quase apegado à mesma face oeste, mas do lado extra-muros, situa-se o pequeno fortim ou posto de São Miguel. São Filipe era seguramente a defesa mais precoce no circuito defensivo da cidade, fundada provavelmente sobre um elemento pré-português. Repare-se como apenas o seu flanco leste é provido de orelhão.

Inflctindo para sul, o próximo baluarte é de São Domingos, perto das ruínas do convento daquela casa conventual. Este apresenta um parapeito reforçado na sua face norte. Contudo, não apresenta orelhões nos seu flancos, situação que indicia, a meu ver, a sua fundação anterior a 1581, conforme a inscrição já mencionada. Continuando para sul, segue-se o baluarte de São Tiago, de menores dimensões que os restantes, possivelmente traíndo a sua traça mais antiga. Este apenas tem orelhão no flanco sul. Seguem-se para leste os baluartes de São Jorge e Santo Inácio, de traça e morfologia semelhantes. Talvez estes fossem aqueles mais adiantados quando se deu o cerco de 1581, conjuntamente com São Filipe na barra e São Francisco. Aqui, a actuação de Cairatti terá sido mais linear, reforçando as estruturas com orelhões – se é que estes não estivessem já em construção – e reforçando os seus muros. Situação semelhante terá acontecido com São Sebastião, embora este, talvez por estar mais atrasado, teve de ser completado com “*adobes crus e madeira*” ainda durante as operações de 1581<sup>987</sup>.

Permanecem por explorar os túneis sob as muralhas do flanco sul da cerca abaluartada de Damão, escavados pelos portugueses para detecção de trabalhos de sapa e acções de contraminagem.

---

<sup>987</sup> V. *supra*, p. 271.

## 3.2. As Fortificações Principais

### 3.2.1. Taná (Thane)

19°11'46"N, 72°58'55"E

*“[E] porque o cabedal he o fundamento solido do conselho no que se deve tomar na construcção das obras desta natureza, devo retractar o votto que tinha dado na segunda idea, parcendo-me se cubra Tannâ com a linha e cidadella da terceira idea”.*

André Ribeiro Coutinho, 1733<sup>988</sup>

### *Introdução*

Na ilha de Salcete, a cerca de 25 km a sudeste de Baçaim, situava-se a célebre “vila” de Taná, em muitos aspectos o quinto núcleo urbano na PN, apesar de nunca ter sido dotada das instituições e enquadramento administrativo inerentes ao estatuto urbano da época<sup>989</sup>. Contrastando com esta importância económica, a questão da defesa de Taná foi caracterizada por hesitações e pela incúria do Estado praticamente até ao final da presença portuguesa. Apenas com o início da edificação da sua cidadela em 1734, a rede de frágeis dispositivos nos passos e ilhéus ao longo do rio de Taná deu lugar a uma fortificação capaz de sustentar um exército invasor. Esta fortificação encontrava-se ainda em construção quando foi tomada pelos maratas, três anos mais tarde.

Taná destaca-se claramente no subgrupo de fortificações principais do sistema defensivo da PN pelo facto de a sua cidadela fazer parte de um circuito defensivo projectado - e iniciado - para envolver parte considerável da sua povoação. Este projecto defensivo representa talvez um meio termo entre os processos de fortificação de Chaul ou Damão, por exemplo, e aqueles que ocorreram em povoações como Tarapur ou Mahim-quelme. Ainda assim, como esta cerca ficou apenas nas suas fundações, as defesas de Taná não podem ser classificadas como um núcleo urbano cercado.

Existem dois outros aspectos excepcionais que destacam a cidadela setecentista de Taná do panorama geral de *todos* os dispositivos do sistema defensivo da PN: em primeiro lugar, esta é a única obra defensiva no território cuja concepção e construção está documentada de forma compreensiva, tanto a nível de informação escrita como de peças desenhadas. Por outro lado, a cidadela de Taná é a única fortificação verdadeiramente regular da PN, sendo que a sua arquitectura

---

<sup>988</sup> Carta de André Ribeiro Coutinho datada de 31 de Dezembro de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 658-661, HAG.

<sup>989</sup> O facto de Taná ser a única povoação da PN a ser constantemente designada por vila reflecte, a meu ver, uma certa aspiração urbana por parte dos seus moradores. Devido a este facto, trata-se primeiro de Taná nesta secção de fortificações principais, sendo que as restantes oito estruturas defensivas serão organizadas pela sua posição geográfica.

se pode considerar um exemplo quase canónico de aplicação de métodos patentes na tratadística da altura.

É igualmente excepcional o facto de, neste texto, se considerarem como componentes integrantes da fortificação de Taná não apenas a cidadela Setecentista e as estruturas edificadas junto ou em redor da povoação mas também todo o sistema de pequenas fortificações ao longo do seu rio. Este sistema estava intrinsecamente relacionado com a complicada navegação do rio de Taná, que separava a ilha de Salcete da terra firme, confluindo mais a norte com o Ulhas, que por sua vez conduzia à cidade de Galiana (Kalyan). Defronte de Taná, o rio estreitava ao ponto de, no período da maré vaza, se poder atravessá-lo em certos passos com água pelo joelho. Por este motivo, Taná era o local da ilha de Salcete mais exposto a ataques a partir da terra firme. Excluindo a povoação, este sistema fluvial incluiu ao todo sete estruturas autónomas que, desligadas do contexto de Taná e tratadas de forma autónoma, poderiam ser remetidas para o terceiro ou quarto subgrupos da hierarquia do sistema defensivo.

### ***Período pré-português***

Conjuntamente com Diu, Taná foi a única cidade indiana – no sentido cultural e monumental do termo – a ser integrada no território da PN<sup>990</sup>. Contudo, no momento dessa incorporação, a cidade estava em profundo declínio e parcialmente abandonada. Para esta situação, contribuiu sem dúvida a guerra que os portugueses moveram contra o sultanato de Gujarat antes de 1534. Mas as causas do declínio de Taná recuam até ao século XIV, quando o sultanato ocupou a região.

Taná era nessa época recuada uma florescente cidade-templo hindu e um dos principais pólos comerciais da costa ocidental do Decão. No século XIII, durante a dinastia dos Silharas, Taná - ou *Shri-Sthanaka* - atingiu o seu maior desenvolvimento. Nos primeiros anos do século seguinte, foi conquistada por um exército muçulmano e cerca de meia centúria depois, a sua região foi incorporada no sultanato de Gujarat. A partir dessa altura, a importância económica do seu porto começou a diminuir, registando-se várias guerras sobre a cidade e sua região até o ataque português<sup>991</sup>. Ainda em 1514, a cidade foi visitada por Duarte de Barbosa, cuja descrição sintética refere extensos jardins, templos e mesquitas<sup>992</sup>.

---

<sup>990</sup> Os outros dois antigos assentamentos urbanos da PN, em Sopará (Nallasopara) e Puri (Gharapuri) na ilha do Elefante, já estavam abandonados à data da chegada dos portugueses.

<sup>991</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of Interest*, Bombay, Central Government Press, 1882, pp. 355-357.

<sup>992</sup> CUNHA, J. Gerson da, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein*, Bombay, Thacker, Vining & Co., 1876, pp. 169, 170.

Durante o ataque de Setembro ou Outubro de 1531, a fortificação de Taná, “*huma tranqueyra entulhada e bem artilhada*” localizada junto à margem do rio, “*diante do lugar e junto de huns penedos, que de baixa mar todo o rio ficava seco*”<sup>993</sup>, foi tomada de assalto. A cidade, “*tam chea de povo e de riquezas*”, foi pilhada e queimada pelos portugueses, ficando reduzida a “*miseros moradores*”, apenas com uma “*pequena parte dela morada, mais semelhante a hum deserto e despovoado que ao que antiguamente se mostrava*”<sup>994</sup>.

### ***Período português, 1534-1730***

A partir do momento em que ocuparam Taná, em Dezembro de 1534, os moradores portugueses concluíram o processo de ruína das estruturas indianas, reaproveitando extensamente os seus materiais para novas edificações. Foram assim desmanteladas casas, templos e tanques sagrados, “*com muitos assentos e degraos por derredor como hum teatro*”<sup>995</sup>. Em redor dos tanques maiores implantaram-se, durante a segunda metade do século XVI, as casas das ordens religiosas da cidade. A camada portuguesa de Taná constitui assim um singular caso de reimplantação urbana sobre as ruínas de uma ancestral e extensa cidade-templo indiana.

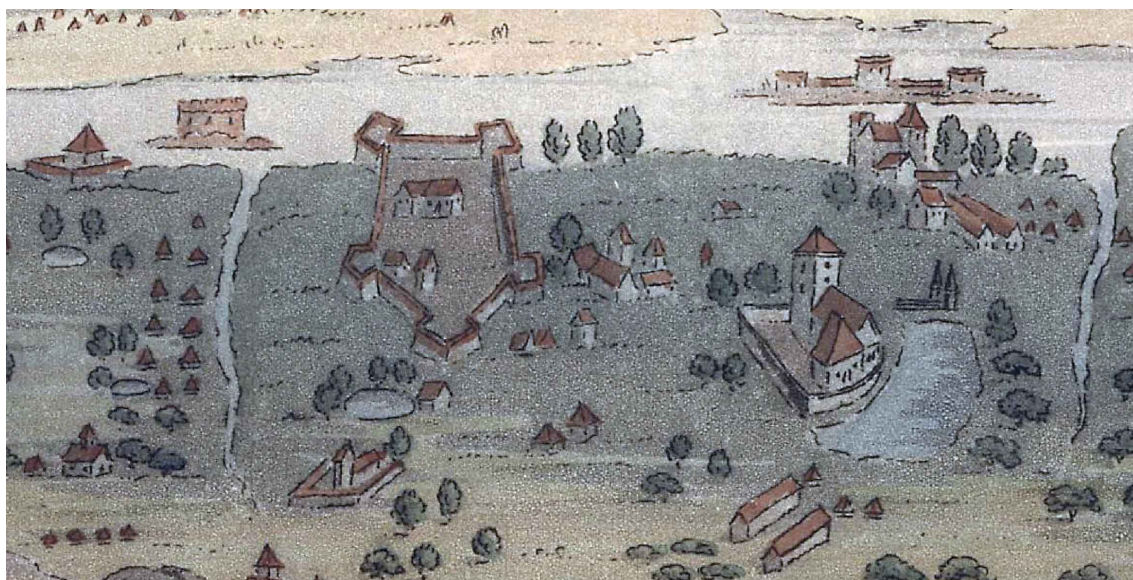


Fig. 73. Vista de Taná, séc. XVIII (Barth, *An Elevated View...*, 1803, BL)

<sup>993</sup> CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, José da Lima Felner (ed.), liv. III, tom. III, pt. II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1863, pp. 444, 445.

<sup>994</sup> Este ataque foi liderado por Diogo da Silveira (CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, liv. VIII, cap. 64, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833, pp. 100, 111; CASTRO, Dom João de, *Primeiro Roteiro da Costa da Índia desde Goa até Diu...*, Porto, Typographia Commercial Portuense, 1843, p. 72).

<sup>995</sup> CASTRO, Dom João de, *Primeiro Roteiro da Costa da Índia desde Goa até Diu...*, Porto, Typographia Commercial Portuense, 1843, p. 71.



Também se edificou prontamente uma primeira fortificação, denominado “*baluarte velho*”, provavelmente no local da tranqueira pré-portuguesa, eventualmente associada á casa do “*xequê*” ou tanadar da ilha de Salcete. A envolver este baluarte e ainda as primeiras casas dos moradores portugueses, edificou-se uma tranqueira, conforme nos relata Castanheda, e “*com isto ficaram a povoação e fortaleza cercadas tirando aquilo que com maré vazia ficava espreado que seriam dez braças*”, ou 22 m “*de comprido*”<sup>996</sup>. Desta referência, infere-se que a tranqueira defendia a povoação pela parte da terra, possivelmente num semi-círculo, sendo que, durante a maré cheia, os seus extremos eram alcançados pelo rio, mas, durante a vaza, ficavam bastante aquém da sua margem.

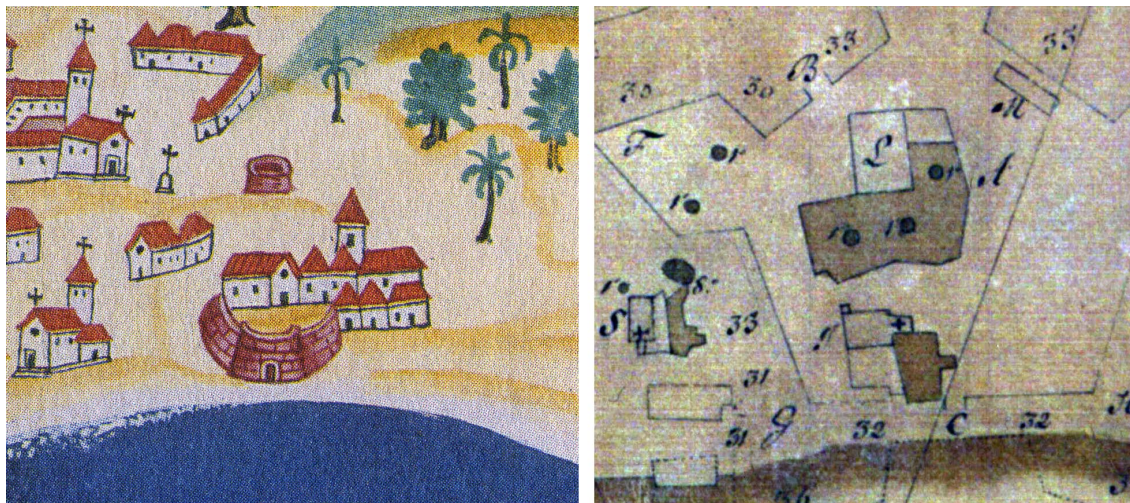


Fig. 74 e 75. Vista de Taná, pormenor do “*baluarte velho*” (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE); Planta de Taná, pormenor da casa do capitão-tanadar, antigo “*baluarte velho*”, identificado com a letra “L” (*Planta de Tanna*, 1737-1738, SGL)

Volvidos cinco anos após a cedência do território, e face a um ataque a partir de terra firme, edificou-se o “*baluarte novo*”, uma estrutura que ficava à “*borda d'agoa que lhe cobria o pe com preamar e tinha as paredes de grossura de sete palmos*”, ou 1,54 m “*entulhado até altura de mea lança*”, ou cerca de 2,2 m, “*e ali era terrado, e tinha quatro peças d'artelharia e servia-se por hum escada leuadaça e dali pera cima tinha hum sobrado*”<sup>997</sup>. Ou seja, uma estrutura de dois pisos com canhoes no primeiro e área de aquartelamento no segundo. Pela confrontação desta descrição com documentação posterior, parece-me admissível identificar este baluarte com aquele posteriormente designado por “*São Pedro do Passo Seco*” ou ainda “*do Meio*”. Partindo desta hipótese, a estrutura de 1539 foi edificada a sul da tranqueira de Taná, e no local onde ainda subsistia a “*torre de São Pedro*” no final do período português.

<sup>996</sup> CASTANHEDA, Fernão, *História da Descoberta e Conquista da Índia...*, vol. II., livro. IX, cap. 10, Porto, Ed. Lello, 1979, p. 910.

<sup>997</sup> CASTANHEDA, Fernão, *História da Descoberta e Conquista da Índia...*, vol. II., livro. IX, cap. 10, Porto, Ed. Lello, 1979, p. 920.





Fig. 76 e 77. Vista de Taná, pormenor da torre do “Passo Seco” (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE); Planta de Taná, pormenor da torre do “Passo Seco” com o nº 27 (*Planta de Tanna*, 1737-1738, SGL)

Durante algumas décadas, o baluarte “*velho*” no centro da povoação e o “*novo*” no Passo do Meio parecem ter sido as únicas fortificações de Taná, sendo que com o desenvolvimento da vila, a tranqueira em seu redor aparenta ter desaparecido. Tampouco se volta a associar o baluarte “*velho*” à assistência de uma guarnição ou a peças de artilharia. Como já foi mencionado, grande parte do ónus da defesa da povoação de Taná e de toda a ilha de Salcete assentava em embarcações ligeiras que, em caso de necessidade, varejavam a margem oposta do rio, evitando o seu atravessamento. Manteve-se contudo a figura do capitão-tanadar, residindo provavelmente no baluarte “*velho*”.

A próxima referência que consegui localizar sobre as defesas do rio de Taná data apenas da última década de Quinhentos, no contexto da guerra do Morro de Chaul, altura em que o capitão Cosme de Lafetá mandou edificar um “*baluarte no Passo Cansado e pôr um pano de muro, que tomasse tudo que de baxamar ficava seco*”<sup>998</sup>. Tratava-se assim de defender o segundo passo mais atreito ao atravessamento do rio a seguir ao “*Passo Seco*”. Esta fortificação foi posteriormente designada por “*Santa Cruz do Passo Cansado*” ficando ainda associado a uma povoação ou sítio chamado “*Belgrado*” ou “*Belgravo*” pelos portugueses. Infere-se que esta estrutura defensiva mudou de designação por volta da segunda metade de Seiscentos, passando a ser designada por “*São Jerónimo*”.

Foi ainda no contexto do conflito de 1613-1615 que se aludiu pela primeira vez na correspondência com a metrópole à necessidade de prover a vila de Taná de uma fortificação robusta<sup>999</sup>.

<sup>998</sup> Comse de Lafetá, provido do cargo de capitão-mor da Armada do Norte, partiu de Chaul em Fevereiro de 1594. Em Baçaim, reforçou a defesa de seus baluartes com artilharia e soldados. No baluarte que se iniciava no *Passo Cansado*, deixou por capitão Manuel de Lima, com algumas peças de artilharia (“*Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visorrei do Estado*”, Antonella Vignati (ed.), *Mare Liberum*, nº 17, Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 303, 304).

<sup>999</sup> Carta régia datada de 3 de Fevereiro de 1614, *DRILM*, António Bulhão Pato (ed.), tom. III, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1885, pp. 35-38.

Escassos anos depois, em 1619, surge a primeira notícia localizada sobre o “*Baluarte do Mar de Taná*” e capitão respectivo<sup>1000</sup>. Este situava-se bem mais a sul, muito provavelmente no ilhéu conhecido actualmente como Majj Island, um caso verosímil de corrupção do seu antigo nome português. Fica assim completo o trio de pequenas estruturas que durante o século XVII e parte de Setecentos constituíram as únicas fortificações dotadas de capitão e guarnição sustentados pelo Estado para defesa de Taná e seu rio. Precisamente estes três baluartes constam do relatório de João Lourenço da Corda, ouvidor da povoação em 1629, e das intervenções recomendadas no seu encalço pelo engenheiro Manuel Homem de Pina. Não se refere nesse documento o baluarte “*velho*” nem a sua tranqueira<sup>1001</sup>.



Fig. 78 e 79. Vista de Taná, pormenor da torre do “*Baluarte do Mar*” (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE); Mapa da região de Salcete, pormenor do “*Baluarte do Mar*” (*Mostrador...*, 1737-1738, SGL)

Começando por “*Santa da Cruz do Passo Cansado*”, confirmava-se a sua localização a norte de Taná e “*no caminho de Baçaim*”, numa das zonas que durante a maré vaza, era de difícil navegação, pelo que se mantinha na estrutura uma “*lampada*” alimentada a azeite. A sua guarnição era de oito soldados, para além do capitão, um bombardeiro e um tocheiro. Defendia-se com de três peças de artilharia de fraco calibre, não tendo estruturas para armazenamento de munições nem para aquartelamento da guarnição “*mais que uma ramada de ola*”. A casa onde “*antigamente se recolhia o capitão*” estava destelhada e um “*lanço de parapeito*”, com a extensão de cerca de 17 m, que se prolongava a partir do baluarte para leste e sobre o rio - para “*defender a passagem*” - tinha desabado parcialmente. Face a esta situação, Homem de Pina recomendava a reconstrução desse parapeito ou plataforma e ainda, na zona do baluarte, a edificação de uma casa para o seu capitão e um telheiro

<sup>1000</sup> Em Novembro de 1619, o governador do Estado da Índia Fernão de Albuquerque escreveu ao capitão do “*Baluarte do Mar*”, João da Silva, ordenando-lhe que o informasse sobre o estado da fortificação (Carta datada de 22 de Novembro de 1619, *Livro dos Reis Visinhos nº 1*, Ms. 969, fl. 52v, HAG).

<sup>1001</sup> Treslado do Inventario do que se achou nos Baluartes de Taná por João Lourenço da Corda datado de 10 de Dezembro de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 504-506, HAG; Apontamentos das obras que se há de fazer nos passos de Taná por Manuel Homem de Pina datado de 1 de Maio de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.

“com pilares de paredes de pedra e cal” com coberto por “telhado de telha de canudo argamassada de cal para que o vento não a leve”. A última recomendação acrescenta algumas noções básicas acerca do local de implantação da estrutura: “Indo das várzeas para entrar neste forte se fará direito do valado das ditas várzeas, um valado alto e grosso que o mar não cubra para a serventia deste forte”<sup>1002</sup>.

Interpretando estas informações, o baluarte de Santa Cruz constituía uma estrutura de implantação rectangular, com um eixo maior de 25 m a 30 m de comprimento, transversal ao fluxo do rio, facto que talvez tenha contribuído para o desabamento de parte dos muros. Na parte leste da estrutura ficava uma plataforma alongada para tiro de artilharia e, oeste, uma zona onde ficavam as dependências cobertas de armazenamento e aquartelamento. Nesta zona, existiria uma porta para comunicação com as várzeas e valados na ilha de Salcete. Muito provavelmente, o baluarte de Santa Cruz do Passo Cansado foi renomeado de “*São Jerónimo*”, fortificação que surge referenciada em documentos a partir da segunda metade do século XVII e também na iconografia Setecentista<sup>1003</sup>. É uma questão que apenas poderá ser esclarecida através de um estudo aprofundado de toda a documentação relativa ao sistema fluvial de Taná.



Fig. 80 e 81. Vista da região de Salcete, pormenor da torre do “*Baluarte de São Jerónimo*” (Barth, *An Elevated View...*, 1803, BL); Mapa da região de Salcete, pormenor do “*Baluarte de São Jerónimo*” (*Mostrador...*, 1737-1738, SGL)

“*São Pedro de Passo Seco*” ficava mais próximo do centro de Taná, no local onde, durante a maré vaza, o rio ficava mais estreito, ficando à vista de “*huma parte e doutra do canal huns grandes montes*

<sup>1002</sup> Treslado do Inventario do que se achou nos Baluartes de Taná por João Lourenço da Corda datado de 10 de Dezembro de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 504-506, HAG; Apontamentos das obras que se há de fazer nos passos de Taná por Manuel Homem de Pina datado de 1 de Maio de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.

<sup>1003</sup> A designação “*São Jerónimo de Taná*” figura em documentos pelo menos a partir de 1654 e continua até à queda da PN (Carta do capitão João Serrão datada de 2 de Novembro de 1678, *Série Azul*, Ms. 499, fl. 11, BACL; Carta datada de 7 de Janeiro de 1702, *Livro das Monções nº 66-68*, Ms. 75, fl. 290, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 18 de Julho de 1720, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fl. 60, HAG).

*de pedra*”<sup>1004</sup>. Apesar de ser este o local mais atreito ao atravessamento do rio, esta era a estrutura mais fraca e mal conservada das três, talvez por ser a mais antiga, sendo a sua guarnição metade das outras posições. Detinha também uma embarcação se serviço com quatro marinheiros. Com apenas duas peças de artilharia ligeira, o baluarte estava “*todo danificado e por dentro quebrado e coberto de ola*”. Dado o seu mau estado, Homem de Pina considerou serem as suas obras “*mais importante de todas*”, aconselhando a reforma da sua “*torre, fazendo-lhe madeiramentos para se cobrir de telhado de telha de canudo argamassado de cal*”, e renovando-lhe “*o madeiramento do sobrado, pondo-se-lhe as vigas e tabuado necessário*”. Para além desta obras interiores, recomendava que a torre se rebocasse por fora e por dentro. Em redor da torre, determinava-se levantar uma plataforma até atingir a cota da “*superfície do chão da loja*” ou primeiro piso “*da dita torre*”. Após esta obra, e para recolher a artilharia em tempos de paz, era necessário abrir uma nova porta na loja da “*torre*”. Considerava também Homem de Pina ser “*coisa mui importante advertir aos capitães destes passos não consintam se tire neles as ostras que nascem pegadas aos penedos porquanto com sua aspereza fazem estes passos mais intratáveis*”<sup>1005</sup>. As notícias de 1629 e 1634 vão no sentido de confirmar a identificação de São Pedro do Passo Seco com o “*baluarte velho*” de 1539.

Finalmente, o baluarte dos “*Reis Magos do Mar*” cuja guarnição se compunha com quinze homens: capitão; oito soldados; um bombardeiro; um tocheiro; e quatro marinheiros. Quanto à artilharia, era algo mais possante que as estruturas anteriores, montando duas “*peças de colher*”; um “*pedreiro*”; e um “*falcão de metal*”. Segundo a opinião do ouvidor Lourenço da Corda, para a fortificação ficar bem apetrechada, faltava-lhe apenas “*duas peças de artilharia, o corredor de artilharia e a casa de munições*”. Das três fortificações, esta era sem dúvida a mais possante em termos militares - não obstante o capitão de Santa Cruz do Passo Cansado receber um soldo maior - e a única que não requeria obras na opinião do engenheiro Manuel Homem de Pina<sup>1006</sup>. Deste relato e especialmente da iconografia Setecentista, podemos especular que esta estrutura se compunha, basicamente, de uma torre sobre uma plataforma de tiro, esta possivelmente de planta hexagonal. Por consequência, o baluarte dos Reis Magos permaneceu em boa medida a principal defesa de Taná até o início da edificação da cidadela, em 1733 - apesar da sua distância à povoação.

---

<sup>1004</sup> CASTRO, Dom João de, *Primeiro Roteiro da Costa da Índia desde Goa até Diu...*, Porto, Typographia Commercial Portuense, 1843, p. 73.

<sup>1005</sup> Trespelado do Inventário do que se achou nos Baluartes de Taná por João Lourenço da Corda datado de 10 de Dezembro de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 504-506, HAG; Apontamentos das obras que se há de fazer nos passos de Taná por Manuel Homem de Pina datado de 1 de Maio de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.

<sup>1006</sup> Trespelado do Inventário do que se achou nos Baluartes de Taná por João Lourenço da Corda datado de 10 de Dezembro de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 504-506, HAG; Apontamentos das obras que se há de fazer nos passos de Taná por Manuel Homem de Pina datado de 1 de Maio de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.



Em cada uma destas três posições ribeirinhas, acendia-se de noite uma “*lampada*” para a navegação do rio de Taná<sup>1007</sup>.

Segundo os dois relatórios de Seiscentos, a vila de Taná ficava aparentemente desprotegida, sem qualquer perímetro defensivo a envolver o seu casario. Porém, outros registos fragmentados sugerem que se tinha vindo a improvisar um muro para protecção da zona central e ribeirinha da povoação. Atente-se, por exemplo, na petição do vigário da igreja dominicana de Taná no sentido de angariar fundos para obras na igreja e ainda para a aquisição de uma ou duas peças de artilharia. Nesse documento justifica-se este pedido pelo facto da igreja e convento servirem de “*defesa aos muros da povoação*”<sup>1008</sup>. A iconografia do século XVIII confirma esta noção, assinalando uma linha de posições de artilharia ao longo da margem do rio para defesa de Taná entre as casas jesuíta e dominicana, descrita como uma “*fortificação feita de pedra e terra com que se acha fichada parte desta povoação pello rio, e nella montadas oyto peças de piquenos calibres*”<sup>1009</sup>. Estes muros desenvolveram-se incorporando talvez as alvenarias das principais estruturas ribeirinhas, como a alfândega, casa do tanadar, armazéns, etc., destacando-se, sensivelmente a meio desta defesa linear a abertura para o cais da cidade, protegida pelo “*reducto paraa cobrir a porta da marinha*”<sup>1010</sup>. Podemos ainda especular que tanto o colégio jesuíta como o convento dominicano fossem dotados de posições de artilharia nas respectivas cercas. Perto do convento dominicano poderiam ainda estar em funcionamento algumas estruturas do original “*Baluarte Velho*”, a primeiríssima estrutura defensiva de Taná.

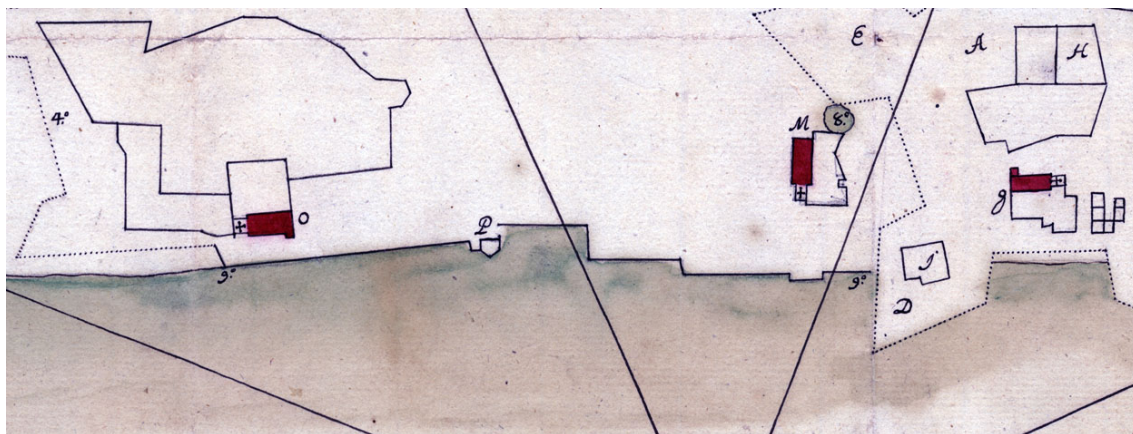


Fig. 82. Planta de Taná, pormenor da frente ribeirinha fortificada, entre a residência jesuíta e o convento dos dominicanos (*Planta e desenho...*, ca. 1734, BNP)

<sup>1007</sup> KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo-Portuguese negotiations relating to Bombay, 1660-1677*, London, Bombay, Oxford University Press, [1923], p. 536.

<sup>1008</sup> Esta petição de duzentos xerafins de prata, datada de 1649, foi assinada pelo padre vigário da igreja de Nossa Senhora do Rosário e aprovada em Conselho de Fazenda. Foi deferida pelo vice-rei a 27 de Janeiro de 1650 (TT/IAN, Junta da Real Fazenda do Estado da Índia, Livro 6 (1638-1668), dir. Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa / Centro de História de Além-mar, 2001, p. 42,43 (fls. 37)).

<sup>1009</sup> “Planta e dessenho da Linha, e Cidadelle da Fortalz.a de Tanna”, (s.l.), (s.d.), [ca. 1735], D-334-A, BNP.

<sup>1010</sup> “Planta de Tanná”, (s.l.), (s.d.), [ca. 1735], D-335-A, BNP.

Supondo que a povoação de Taná ficasse assim com uma frente ribeirinha fortificada e provida de artilharia, descrições mais conservadoras como a do próprio capitão-tanadar André Roiz em 1677 descrevem uma situação muito frágil:

“[É] muito conveniente aver nesta terra forte pera defença ou ao menos pera recolhimento das mulheres e filhos dos moradores pera poderem elles acudir às occasioens [...] fica Vossa Mercê sabendo de que não tenho a meu cargo forte nenhum nem soldados pagos de Sua Alteza [...] Esta povoação he aberta por mar e terra sem modo de se poder entranqueirar as ruas por estarem as cazas desordenadas...”<sup>1011</sup>.

A maioria dos dados concretos recolhidos e datados antes de 1730 não voltam a aludir a esta frente ribeirinha fortificada mas sim aos baluartes fluviais. Assim, em finais do século XVII e por iniciativa do vice-rei Francisco de Távora conde do Alvor, ordenou-se a edificação três “atalayas” no rio de Taná. Previstas inicialmente como estruturas sobre pilares de madeira, foram contudo construídas com fundações assentes sobre “entulhos”, por sugestão do capitão de Baçaim Tristão de Melo de Sampaio, que considerava este a melhor solução para resistir às correntes do rio<sup>1012</sup>. Estas três atalaia ou torres foram denominadas “Santo António, São João e São José”. As duas primeiras situavam-se muito próximas do baluarte de São Pedro do Passo Seco, no mesmo ilhéu fluvial<sup>1013</sup>.



Fig. 83. Mapa da região de Salcete, pormenor da três atalaia de São João, Santo António e São José, com os números 28, 29 e 30, respectivamente convento dos dominicanos (*Mostrador...*, 1737-1738, SGL)

A terceira torre edificou-se mais para norte e perto do local onde viria a surgir a cidadela. Enquanto que as estruturas de “São João” e “São José”, seria, apenas um exíguos postos de observação e marcos para a navegação no rio, muito provavelmente contendo lamparinas para alumiar os rochedos onde

<sup>1011</sup> Carta do capitão-tanadar de Taná André Roiz datada de 29 de Março de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 181-182, BACL.

<sup>1012</sup> O capitão Tristão de Melo de Sampaio calculou que cada atalaia ficasse assim por quinhentos xerafins. Esta proposta foi aceite pelo Conselho da Fazenda (Assento do Conselho da fazenda datados de 15 de Maio de 1687, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fl. 178, HAG; Carta do vice-rei Francisco de Távora datada de 20 de Janeiro de 1685, *Livro das Monções nº 49*, Ms. 56, fls. 255-255, HAG).

<sup>1013</sup> Esta relação constata-se a partir da iconografia Setecentista (“Mostrador da parte da Costa do Norte da Barra de Bombaim até a de Baçaim, em que comprehende a ilha de Salcete...”, (s.l.), (s.d.). [1737-1738], 6-D-17, SGL).



se implantava<sup>1014</sup>, a atalaia de “*Santo António*” e poderá ter constituído uma posição algo mais robusta. Ainda assim, e tanto quanto se sabe, nenhuma delas tenha teve guarnição militar permanente ou posições para artilharia.

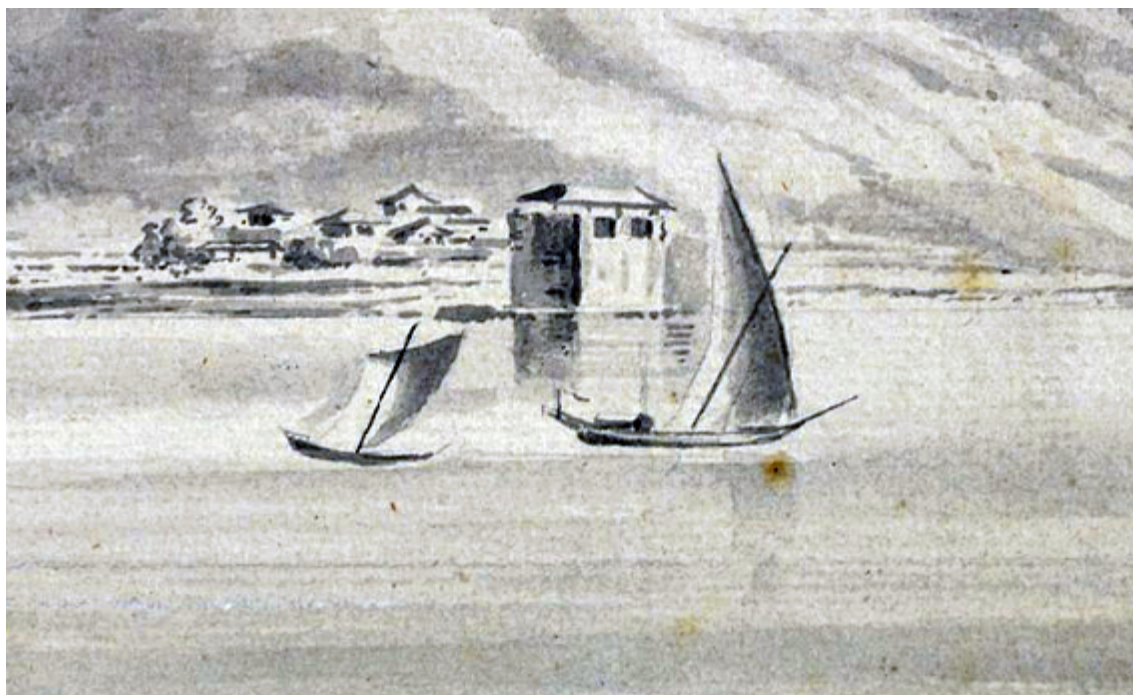


Fig. 84. Vista de Taná, pormenor da atalaia de São José (Heen, *Thana Fort*, ca. 1775, BL)

Completando e perfazendo o quadro das sete pequenas estruturas do sistema fluvial de Taná, assinala-se a sétima e última posição, situada bastante mais a norte do passo de São Jerónimo, e que figura na cartografia setecentista com o nome “*Trincheira do Balcão*”. Nessa mesma iconografia, aparenta ser uma pequena plataforma ribeirinha anexa a uma estrutura residencial<sup>1015</sup>. Já o nome “*Balcão*” corresponde a uma corrupção portuguesa de Balkhum, designação actual do sítio.

Todas estas sete estruturas encontram-se claramente assinaladas no documento cartográfico “*Mostrador de Parte da Costa do Norte...*” efectuado durante o derradeiro conflito luso-marata na PN e possivelmente no âmbito do plano de reconquista de Taná e ilha de Salcete<sup>1016</sup>.

---

<sup>1014</sup> As atalaias de São João e São José eram provavelmente dispositivos comparáveis àqueles edificadas em Portugal para assistir na navegação dos rios, como por exemplo o farol de São Miguel-o-Anjo, na foz do rio Douro.

<sup>1015</sup> Antes de Outubro de 1733, havia o feitor de Baçaim ordenado fazer uma “*barraca no Passo do Balcão do Rio de Tanna*” (Assento do Conselho da Fazenda datado de 19 de Outubro de 1733, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 262, HAG; “Mostrador da parte da Costa do N. da Barra de Bombaim até a de Baçaim, em que comprehende a ilha de Salcete...”, (s.l.), (s.d.), [1738], 6-D-17, SGL).

<sup>1016</sup> “Mostrador da parte da Costa do N. da Barra de Bombaim até a de Baçaim, em que comprehende a ilha de Salcete...”, (s.l.), (s.d.), [1738], 6-D-17, SGL.

### *Período português, 1730-1737*

A guerra luso-marata de 1730-1732 espoletou finalmente o início de uma fortificação regular para a defesa da povoação de Taná. De facto, a invasão sobre da ilha de Salcete nesse conflito foi evitada *in extremis* por embarcações e tropas oriundas de Bombaim. Os passos fluviais e as embarcações do Estado já não eram suficientes para assegurar a defesa de Taná e especialmente de Salcete, cuja importância vital para a economia do Estado estava mais que comprovada.

Deu-se assim princípio ao projecto para fortificar a vila de Taná, iniciativa na qual o “*militar com formação de engenheiro*” André Ribeiro Coutinho, alcaide e feitor de Baçaim desde 1728, desempenhou um papel crucial<sup>1017</sup>. Ainda antes do referido alarme de invasão marata, Coutinho comunicou as suas preocupações relativas a Taná ao vice-rei João Saldanha da Gama, lamentando a “*deploravel omissão com que se deixou de fazer huma praça na deliciosissima, e fertilissima*” ilha de Salcete, alegando que os três passos de “*São Jerónimo, São Pedro e Reis Magos*” eram “*defensas collatraes*” de “*nenhuma utilidade*” para a ilha, pois apenas serviam os “*ditos fortes de impedir o curso de galvetas, e não o trajecto de tropas de Calloá para Thaná*”. As aldeias de Salcete ficavam assim, na opinião de Coutinho, “*sem o menor abrigo a qualquer invasão que nellas queiram fazer só duzentos ou trezentos homens, os quaes em dez ou doze horas a poderão despojar de todo o precioso*”, presságio certo do que viria a ocorrer nove anos mais tarde<sup>1018</sup>.

Para remediar esta situação, que inspirava “*todo o cuidado*”, o militar recomendava a edificação de uma “*praça real*” em Taná. Contudo, reconhecendo a falta de meios do Estado para alcançar esse objectivo a curto prazo, aconselhava que se edificasse prontamente “*huma linha exterior*” que incluísse “*todas as casas da povoação, com advertencias porém que os seus lados não excedão o tiro de mosquete*”. Nos vértices desse perímetro, Coutinho previa a construção de “*reductos, ou pequenos baluartes, capazes só de duas peças de artilheria e guarnição competente*”. Dada a urgência em começar a obra, os muros da linha defensiva deveriam ter apenas a espessura necessária para caber nos parapeitos uma “*fileira de soldados*”, mas deveriam ser complementados por “*fosso e estacada*”. Toda a obra serviria apenas para impedir a “*irrupção de algum corpo*” inimigo em Salcete. Relativamente aos três passos fluviais, recomendava a demolição dos dois a norte após a edificação da visionada “*praça real*” e a manutenção e reforço apenas do baluarte dos Reis Magos<sup>1019</sup>.

---

<sup>1017</sup> A decisão do vice-rei João de Saldanha da Gama foi tomada em Junta dos Três Estados, reunida em Agosto de 1731. Para realizar a obra, ordenou-se a colecta de um “*donativo*”, tanto em Goa como na PN (Carta do vice-rei João Saldanha da Gama datada de 20 de Agosto de 1731, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, HAG, fl. 130). Nova

<sup>1018</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 32.

<sup>1019</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 56.

Após o alarme de invasão marata sobre a ilha, e cessada a guerra em Março de 1732, Coutinho ficou incumbido de conceber o plano para a defesa de Taná<sup>1020</sup>. Este é o único processo de elaboração e execução de um projecto defensivo na PN documentado de forma detalhada, detendo assim grande interesse histórico. A mesma documentação informa-nos amplamente sobre a situação urbana de Taná para os últimos anos do período português.

Coutinho permaneceu em Taná pelo menos entre Setembro e Dezembro de 1733, após um “*ataque de febres*” curado com “*quinaquina*”<sup>1021</sup>. O militar começou por “*medir todos os edefícios desta terra*”, ou seja, efectuar um levantamento topográfico da vila. A tarefa ocupou Coutinho durante três meses, visto não poder contar com “*mais assistencia de pessoa alguma intelligente, devendo só*” ele “*medir, e arrumar pela agulha, os comprimentos e angulos de vários conventos, freguezias, edificios grandes, e mayor número de cazas humildes, ruas, hortas, duas aldeias, dous bairros de Tecelloens, seis lagos, o Rio, sete passos seccos, e a altura das marés*”. Após esta tarefa, e como o próprio militar informa, delineou “*três plantas diferentes*” para o projecto defensivo, “*e a cada huma d’ellas*” fez “*uma exposição*”. Estas plantas e respectivas memórias foram enviadas para o Goa, para apreciação do vice-rei Pedro de Mascarenhas conde de Sandomil<sup>1022</sup>.

Desses três projectos, dois eram para uma “*praça real*” e apenas o terceiro dava corpo à ideia de uma “*linha exterior*” com “*cidadela*”. Não duvido que o primeiro projecto, o mais ambicioso, fosse o de uma cerca abaluartada comparável às de Baçaim ou Damão, envolvendo a maior parte do disperso casario de Taná. O próprio Coutinho considerava este projecto demasiado dispendioso, reflectindo também no facto de o seu circuito defensivo abraçar a “*Colloaria de Maguery*”, cujo aldeão, na opinião do militar, não qualificavam para residirem dentro da praça, “*e havendo de evacuar o terreno que occupa, fica inutil tão extenso recinto*”. Já o segundo projecto seria também uma “*praça real*” mas com uma cerca abaluartada de menor circuito, ficando de fora a referida “*Colloaria*” e possivelmente outros edifícios notáveis da povoação. Este projecto foi inicialmente eleito pelo militar como o mais adequado, sugestão que contava transmitir ao vice-rei. Por último, o terceiro projecto correspondia então à solução pragmática de “*linha exterior*” com “*cidadela*”, já idealizado em 1728. Coutinho começou por desdenhar desta solução na sua memória, classificando-o de “*huma trincheira e huma cidadella*” e asseverando que os moradores de Taná se sentiriam defraudados por tal solução, numa altura em que já tinham contribuído com um “*donativo*” e ainda uma “*finta*” de dois xerafins por

---

<sup>1020</sup> A decisão de nomear André Ribeiro Coutinho para elaborar este projecto remonta, aparentemente, ao período dos governadores empossados após o governo do vice-rei João Saldanha da Gama, tendo sido confirmada pelo vice-rei Pedro de Mascarenhas conde de Sandomil (Provisão dos Governadores do Estado datada de 22 de Março de 1732, *Livro das Monções nº 101-B*, Ms. 120, fl. 1330, HAG).

<sup>1021</sup> Relatório de André Ribeiro Coutinho datado de 6 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 643-651, HAG.

<sup>1022</sup> Carta de André Ribeiro Coutinho datada de 31 de Dezembro de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 658-661, HAG.

fogo para “o relevante empenho de uma praça”<sup>1023</sup>. Contudo, e ainda antes de enviar os projectos e respectivas memórias descritivas para Goa, Coutinho recebeu a informação de que o “donativo” e a “finta” recolhidos para dar início à obra não tinham ido além “dos dezanove mil e tantos xerafins”, quantia insuficiente “nem ainda” para “principiar qualquer das duas primeiras praças”, facto que levou o militar a mudar de ideias e a “retractar o votto que tinha dado na segunda idea”, parecendo-lhe antes melhor defender “Tannâ com a linha e cidadella da terceira idêa”<sup>1024</sup>.

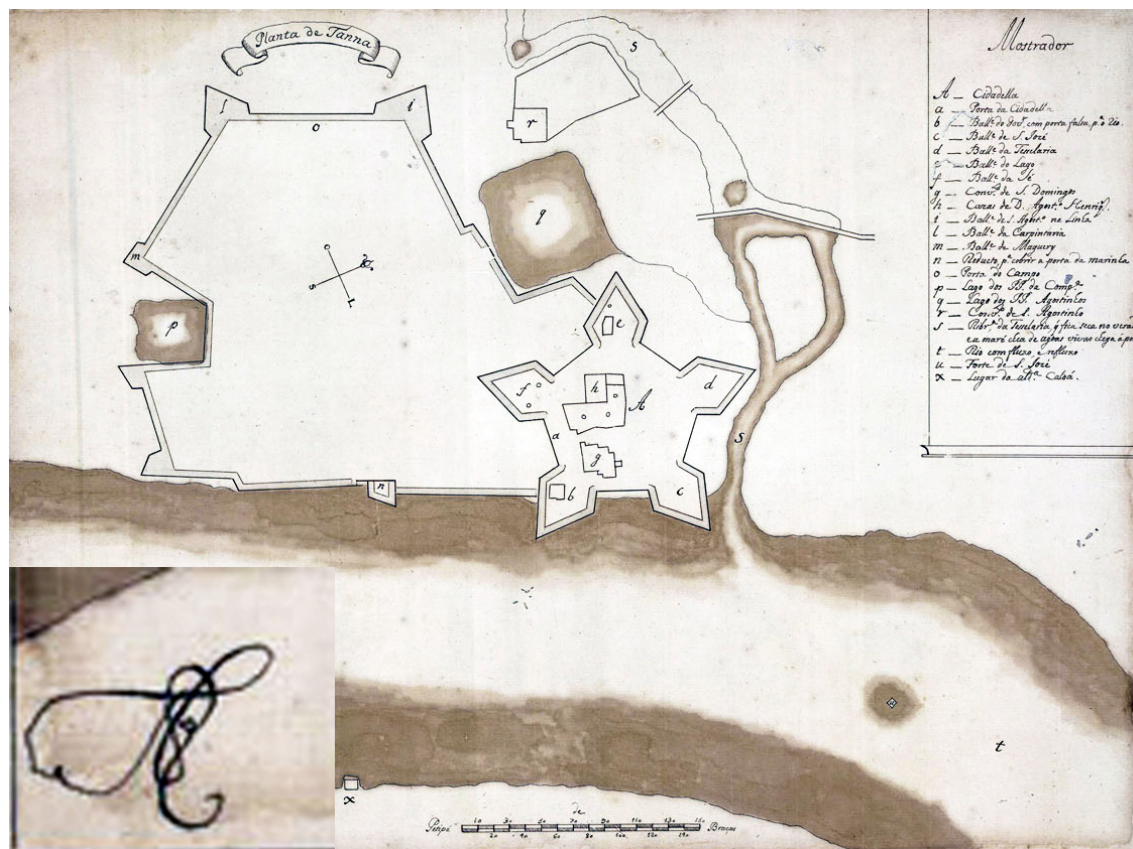


Fig. 85. Planta da cidadela e “linha” de Taná e pormenor do monograma atribuível a André Ribeiro Coutinho (*Planta de Tanna*, ca. 1733, FBN)

Conhecemos a terceira ideia ou projecto de Coutinho por duas cópias, uma das quais contém aquilo que aparenta ser o monograma do militar<sup>1025</sup>. Este documento cartográfico, de expressão seca e sintética mas rigorosa, revela a cidadela implantada na confluência da ribeira de Tecelaria com o rio de Taná - ou seja, na zona norte do centro da povoação - e envolvendo quatro dos seus edifícios

<sup>1023</sup> Carta de André Ribeiro Coutinho datada de 31 de Dezembro de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 658-661, HAG; Carta do vice-rei Pedro Mascarenhas datada de 1733, *Livro das Monções nº 103-C*, Ms. 125, fl. 1243, HAG; Assento do Conselho de Estado datado de 5 de Dezembro de 1733, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. V, Nova Goa, Arquivo Histórico do Estado da Índia, p. 394.

<sup>1024</sup> A insuficiência deste donativo ou contribuição voluntária por parte dos habitantes do distrito de Baçaim foi debatido em Conselho de Estado a 5 de Dezembro de 1733, tendo-se então determinado aplicar um imposto de dois xerafins por cada fogo em toda a ilha de Salcete (Carta de André Ribeiro Coutinho datada de 31 de Dezembro de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 658-661, HAG).

<sup>1025</sup> “Planta de Tanna”, André Ribeiro Coutinho, (s.l.), (s.d.), [ca. 1733], cart. 1088286, FBN.

principais: o convento dominicano de Nossa Senhora do Rosário; as “*casas de Dom Agostinho Henriques*” e dos capitães-tanadares de Taná, bem maiores do que o convento; as “*de Dom António Pereira*”; e ainda uma outra estrutura notável. De forma pentagonal regular, os cinco baluartes da cidadela apresentavam um recorte angular pronunciado, “*em diamante*”, sendo que a sua área de implantação medida pelo exterior aproximava-se dos 47.658 m<sup>2</sup>.

Já a “*linha exterior*” seguia da cidadela para sul aproveitando o alinhamento da frente ribeirinha fortificada pré-existente, pontuada por um “*reducto para cobrir a porta da marinha*”, até atingir e abraçar o colégio jesuíta da Madre de Deus. Nesse local, inflectia para oeste e interior da ilha, prevendo-se dois hornaveques no seu flanco sul, deixando de fora o “*lago dos Padres da Companhia*” e a “*Colloaria de Maguery*”. Inflectindo ligeiramente para norte, continuava até perto da igreja paroquial de São João, sendo essa secção pontuada pelos baluartes “*de Maguery*” e “*da Carpintaria*”. Perto da referida estrutura religiosa, também exterior ao circuito, a linha inflectia sensivelmente em direcção a norte e ao convento de Nossa Senhora da Graça dos agostinhos até atingir o baluarte de “*Santo Agostinho na Linha*”, inflectindo antes do edifício religioso para leste e de novo em direcção à cidadela, terminando no flanco de um dos seus baluartes. Todo este recinto, incluindo o da cidadela, rondava os 308.472 m<sup>2</sup>.

As obras do projecto de Coutinho começaram em Janeiro ou Fevereiro de 1734, tendo a falta de verbas sido motivo constante de preocupação. Certamente não terá agradado aos jesuítas o facto de o seu colégio ficar de fora do recinto da cidadela em edificação, talvez um dos motivos pelo qual tentaram se eximir de pagar a “*finta*” de dois xerafins imposta a todas as habitações de Salcete, facto que afectou significativamente o andamento das obras<sup>1026</sup>.

A empreitada começou precisamente pela cidadela, sendo que a execução da linha exterior ficou relegada para uma segunda fase. Coutinho acompanhou o estaleiro durante o seu primeiro ano, tendo partido para o Brasil em Dezembro de 1734 ou pouco depois, sendo substituído pelo “*tenente-coronel engenheiro*” José Lopes de Sá<sup>1027</sup>.

São da autoria deste engenheiro algumas alterações ao projecto da cidadela de Coutinho, nomeadamente os novos desenhos para os seus dois baluartes ribeirinhos, de tamanho mais reduzido dados os encargos com as suas fundações. Esta alteração é mencionada na correspondência com Goa

---

<sup>1026</sup> Registe-se o facto de não se ter localizado qualquer documento a identificar os jesuítas como administradores das obras defensivas em Taná, em contraste com o que era prática corrente na PN (Carta do vice-rei Pedro Mascarenhas datada de 1733, *Livro das Monções nº 103-C*, Ms. 125, fl. 1243, HAG; Assento do Conselho de Estado datado de 5 de Dezembro de 1733, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. V, Nova Goa, Arquivo Histórico do Estado da Índia, p. 394; Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas datada de 25 de Janeiro de 1735, *Livro das Monções nº 103-C*, Ms. 125, fl. 1281, HAG).

<sup>1027</sup> Relação da guerra que o infl. Maratá fez no Estado da Índia...desde o dia seis de Abril de 1737 até os primeiros de Janeiro de 1745, *cod. 1605 A. G.*, BNP, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas. Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 9, Nova Goa, Tipografia Bragança & Ca., 1931, p. 35.



e surge explicitada numa peça desenhada, onde se constata que Lopes de Sá decidiu substituir os referidos baluartes por meios baluartes, acrescentando um baluarte chato entre eles para varejar todo o flanco leste da fortificação<sup>1028</sup>. Contudo, num momento posterior, nova traça retomou os baluartes inteiros nos dois vértices, mas reduziu-lhes o tamanho, ficando com cerca de metade da área dos restantes, eliminando-se então o baluarte chato<sup>1029</sup>.

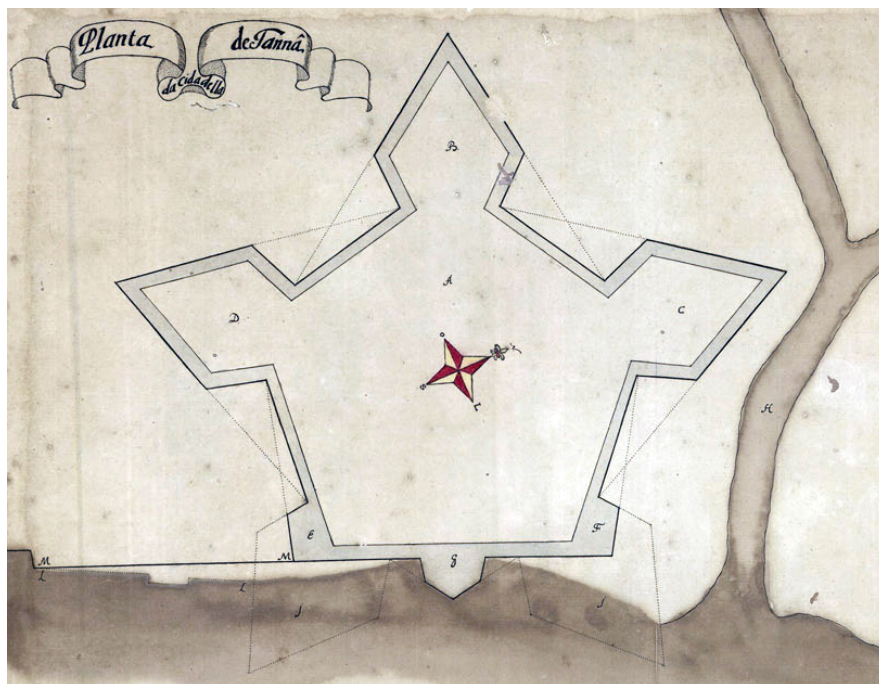


Fig. 86. Planta da cidadela de Taná, pormenor (*Planta da Cidadella de Tanna*, ca. 1734, FBN)

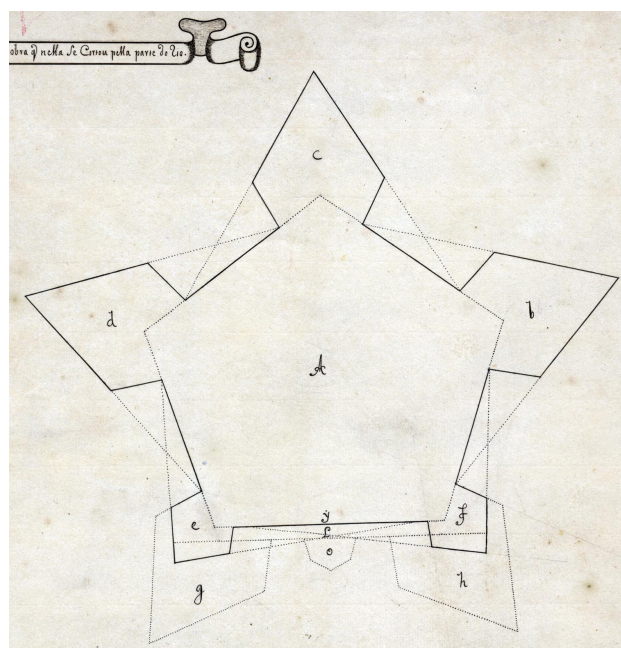


Fig. 87. Planta da cidadela de Taná, pormenor (*Planta da Cidadella de Tanna...*, ca. 1734, BNP)

<sup>1028</sup> Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas datada de 7 de Maio de 1736, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 6*, Ms. 1254, fl. 69, HAG.

<sup>1029</sup> “Planta de Tanná”, (s.l.) (s.d.), [1737-1738], 1/G/54, SGL.





**Taná (1739)**

Legenda:

- 1 – Cidadela (iniciada em 1734)
- 2 – Baluarte de São José
- 3 – Baluarte de São Marçal
- 4 – Porta do Mar
- 5 – Baluarte de São Luís
- 6 – Baluarte de São Pedro
- 7 – Porta de Terra
- 8 – Baluarte de São João
- 9 – Estrutura portuária
- 10 – Muralha ribeirinha artilhada
- 11 – Casa do Corpo da Guarda
- 12 – Linha defensiva de Taná (iniciada em 1735)
- 13 – Hornaveques
- 14 – Baluarte de Magary
- 15 – Baluarte de Carpintaria
- 16 – Baluarte de Santo Agostinho
- 17 – Convento fortificado jesuíta da Madre de Deus
- 18 – Convento dominicano
- 19 – Misericórdia
- 20 – Igreja Matriz
- 21 – Convento franciscano de Santo António
- 22 – Igreja de São João
- 23 – Convento agostiniano
- 24 – Cais e Porta de Mar
- 25 – Casas do capitão-mor

Figura 88.



[A3]

Até Abril de 1737, data em que foi abandonada pelos portugueses e tomada pelos maratas, a obra da cidadela continuou talvez a um ritmo mais lento do que desejado, facto que motivou visitas regulares do general Luís Botelho ao estaleiro, diligências recomendadas pelo seu tio, o vice-rei Pedro de Mascarenhas. Na legenda do documento cartográfico mais importante para a história do período português de Taná, sintetiza-se deste modo o estado das obras na fortificação no momento em que foi capturada pelos maratas:

*"A cidade se achava ao tempo que foi invadida pelo inimigo com os baluartes de São José, São João e São Marçal já de todo acabados na construção das suas muralhas, parapeitos, e guaritas e só lhe faltavam alargar e aperfeiçoar os terraplenos; e no flanco do baluarte de São José que olha para o de São Marçal se achavam montadas cinco peças de artilharia como assim outras tantas no baluarte de São Marçal na face e no flanco que voltam para o rio. O Baluarte de São Pedro que se achava com o flanco e face que mostra o número trinta [voltados para oeste] acabados até o cordão e parte deste posto já na sua muralha; na outra face se andava trabalhando e tinha já quase dezoito palmos [4 m] de alto e o flanco se achava com o alicerce feito. O baluarte de São Luís no flanco e face que mostram os números trinta e um [voltados para sul] se achavam também acabados até ao cordão e este posto e se trabalhava na outra face e flanco tendo-se já feito os alicerces e princípio da sua muralha como assim se tinha aberto a cava do alicerce da cortina do rio que mostra o número trinta e dois. As quatro cortinas que mostra o número trinta e três já de todo acabadas, [todos flancos da cidadela excepto do lado do rio] [...] lhe faltavam os parapeitos..."*<sup>1030</sup>

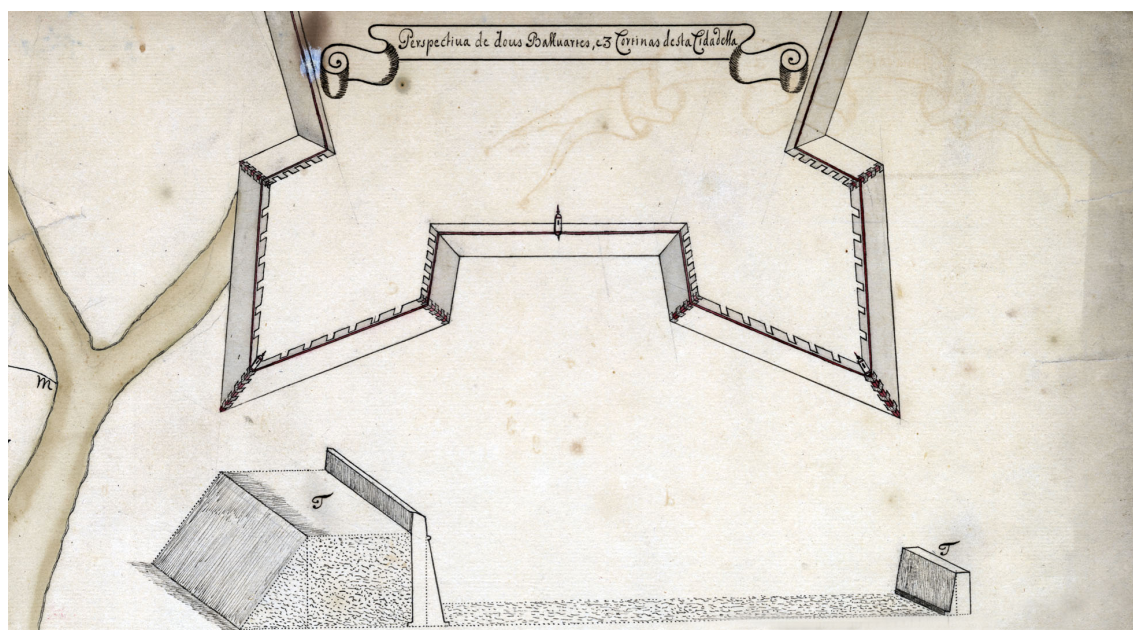


Fig. 89. Planta da cidadela de Taná, pormenor (*Planta da Cidadella de Tanna*, ca. 1735, BNP)

<sup>1030</sup> "Planta de Tanná", (s.l.), (s.d.), [1738], I-G-54, SGL.

### *Período pós-português*

Os maratas apressaram-se a completar a cidadela de Taná, tornando-a a base de operações na guerra contra os portugueses. Para além de concluírem as cortinas e parapeitos em falta, fizeram duas intervenções algo incongruentes nos dois baluartes voltados a sul, implantando-lhes pequenas torres circulares nos seus vértices salientes. Esta intervenção revela como ainda em 1737 os maratas mantinham enraizada a sua arquitectura militar tradicional, mesmo quando confrontados com uma estrutura moderna melhor adaptada às acções ofensivas e defensivas da artilharia. A decorrente campanha militar, durante a qual os militares maratas sitiaram metodicamente pela primeira vez cercas abaluartadas de traçado europeu moderno do calibre de Baçaim ou Chaul, poderá ter contribuído para uma alteração nas suas práticas de fortificar, pelo menos no território conquistado aos portugueses. Assim, em algumas das fortificações conquistadas mais tardiamente nesse conflito, como Tarapur, Mahim-quelme ou a própria Baçaim, a reconstrução ou construção de baluartes pelos maratas seguiu por vezes a traça portuguesa pré-existente.



Fig. 90. Vista de Taná, pormenor (Heen, *Thana Fort*, ca. 1775, BL)



Fig. 91. Vista de Taná, pormenor (Heen, *Thana Fort*, ca. 1775, BL)

A cidadela de Taná manteve-se sob domínio marata durante quatro décadas, tendo sido tomada de assalto pelos ingleses durante a sua campanha de expansão sobre Salcete em antecipação à força expedicionária portuguesa, em Dezembro de 1774. O cerco a Taná durou duas semanas e, apesar da vitória final inglesa, esta foi-lhes particularmente custosa, especialmente por não terem sido



acometidas duas pequenas fortificações a norte da cidadela também guarnecidas pelos maratas, muito provavelmente a antiga torre de São José e o baluarte de Santa Cruz ou de São Jerónimo<sup>1031</sup>. Dois anos depois, ordenou-se a demolição de todas as estruturas próximas à fortificação, do que terá resultado o desmantelamento de ruínas de duas ou três igrejas, partindo do princípio que estas não tivessem sido já destruídas pelos maratas<sup>1032</sup>.

Sob domínio britânico, a cidadela de Taná foi guarnecida por uma força militar até 1833, tendo sido reconvertida em prisão cinco anos mais tarde. Volvidas três décadas, ocorreu uma importante campanha de obras, durante as quais se demoliram as estruturas dentro do seu recinto, incluindo o antigo convento dominicano, intervenções das quais resultou várias pedras de sepulturas portuguesas serem reaproveitadas para o pavimento de novas construções<sup>1033</sup>. Desde finais de Oitocentos até ao presente, ocorreram várias obras na antiga cidadela, mas nenhuma parece ter derrubado as cortinas e baluartes de origem portuguesa, apondo-lhes antes estruturas pontuais e camadas de alvenaria, tanto do lado interior como do exterior.

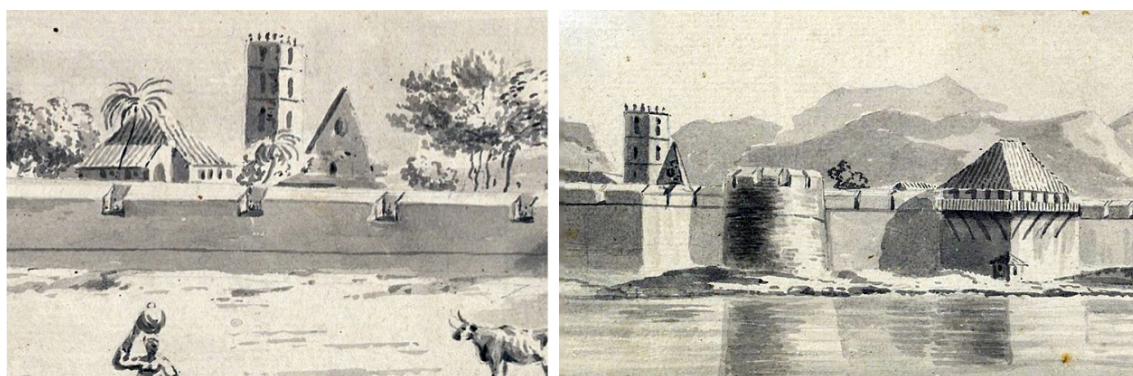


Fig. 92 e 93. Vistas de Taná, pormenores das edificações na cidadela (Heen, *Thana Fort*, ca. 1775, BL)



Fig. 94 e 95. Vistas de Taná, pormenores das edificações na povoação (Heen, *Thana Fort*, ca. 1782, BL)

---

<sup>1031</sup> *Materials Towards a Statistical Account...*, vol. I, Bombay, Government Central Press, 1893, pp. 381-384, 386, 387, 391.

<sup>1032</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of Interest*, Bombay, Central Government Press, 1882, pp. 350.

<sup>1033</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of Interest*, Bombay, Central Government Press, 1882, pp. 350, 351, 355-357; *Indian Railway Service Gazette*, vol. I, nº 34, Jabalpur, Agosto de 1875, p. 6.

### ***Descrição da fortificação***

A cidadela de Taná é a única fortificação de origem portuguesa no território da antiga PN que continua funcional – já não como estrutura militar mas enquanto prisão de alta segurança. Durante uma extensa visita ao recinto, em Junho de 2009, não localizei qualquer inscrição ou elemento notável da camada portuguesa da fortificação, sendo seguro afirmar que os únicos vestígios visíveis desse período são as muralhas em si, cobertas por múltiplas camadas de rebocos e tintas e por vezes emparedadas entre construções mais recentes. Quanto às sete posições defensivas do sistema do rio de Taná, desapareceram sem deixar rasto material aparente.



Fig. 96. Prisão de Taná, antiga cidadela portuguesa (© W. Rossa, 2005)



### 3.2.2. São Jerónimo de Damão Pequeno (Nani Daman)

20°24'48"N, 72°49'55"E

“[J]óia de engenharia militar”

André Ribeiro Coutinho, 1733<sup>1034</sup>

#### *Introdução*

A poucas dezenas de metros da cerca abaluartada de Damão<sup>1035</sup>, na margem norte do Rio Damanganga, implanta-se São Jerónimo, uma das fortificações principais mais depuradas de toda a PN. De forma inversamente proporcional ao seu reduzido tamanho, concentram-se nesta estrutura temas e aspectos cruciais ao funcionamento do sistema defensivo da PN, tais como a aplicação dos modelos da tratadística de engenharia militar e a actuação dos jesuítas nas obras defensivas no território.

Fundada pelo vice-rei Jerónimo de Azevedo em 1614, o estaleiro da obra foi administrado pelos jesuítas de Damão, facto que ficou bem explícito em duas longas inscrições na porta principal da fortificação. As razões para a sua construção permanecem algo misteriosas, sendo polémicas já no tempo da sua obra, e seguramente não se centravam na defesa da barra do rio.

Já o seu desenho, de uma erudição invulgar para as obras da PN, deve-se provavelmente a Júlio Simão, arquitecto-mor do Estado. Nele estão patentes os conhecimentos de ponta da engenharia militar da altura, incluindo o único exemplo no território de um fosso e obra exterior completa com estrada coberta e revelins.

Apesar dessa engenharia aprimorada, a sua relação com a cerca abaluartada de Damão Grande foi uma constante dor de cabeça para os militares, com receio de que um exército atacante ocupasse São Jerónimo e voltasse a sua artilharia contra a cidade portuguesa. Mas esses receios nunca se materializaram. A estrutura encontra-se em excelente estado de conservação, provavelmente o melhor caso entre todas as fortificações da antiga PN. No seu recinto funciona uma escola primária e subsiste a igreja de Nossa Senhora do Mar.

---

<sup>1034</sup> Relatório de André Ribeiro Coutinho datado de 6 de Julho de 1733, *Livro das Monções 102-B*, Ms. 122, fls. 643–651v, HAG.

<sup>1035</sup> A distância mais curta entre o ângulo saliente do baluarte de São Filipe da cerca abaluartada até às muralhas de São Jerónimo é de 295 m.

### *Período português, 1614-1961*

Não existe qualquer registo de uma estrutura defensiva em Damão Pequeno anterior à sua incorporação no Estado, tampouco abundam as notícias acerca desta povoação, habitada maioritariamente por não-cristãos, ou de acções de missionação, facto que terá adiado a edificação de uma estrutura religiosa no local.

Ao contrário do que inicialmente se poderia supor, a fortificação não foi edificada para cruzar tiro de artilharia com a Praça de Damão e defender a barra do rio Damanganga<sup>1036</sup>. Basta constatar que todos os baluartes de São Jerónimo estão voltados na direcção oposta à barra, para terra firme. Nem poderia ser de outra forma, dada a proximidade da estrutura às muralhas de Damão, tornando-a num reduto ideal para bombardear a cidade caso fosse tomada por um exército sitiante. Para além do mais, dadas as dimensões e características da barra, os baluartes e artilharia de Damão Grande eram suficientes para impedir a sua entrada a embarcações ligeiras, as únicas que nela podiam navegar. Também seriam mais que suficientes para impedir que qualquer exército inimigo assentasse arraiais na posição ocupada por São Jerónimo.

O objectivo da sua construção terá sido antes o abrigo e defesa de pessoas não-cristãs que não qualificavam normalmente para morar na praça de Damão: não apenas os habitantes da povoação de Damão Pequeno mas especialmente os mercadores associados ao trato do Golfo de Cambaia e à sua cáfila anual. Esta versão encontra-se explicitada num documento mais tardio, escrito pelo vice-rei Caetano de Melo e Castro:

*“Assy ordeno a Vossa Mercê [capitão-mor de Damão] antecipe a dilligencia de que faça publica esta minha resolução [de se efectuar a feira e negócios da cáfila de Cambaia em Damão] para que haja tempo de que a Damão venhão os negociantes de Surrate e das mais partes e fazer seu emprego; porque para este mesmo effeito foi fabricado o forte de São Jerónimo. Fio do zello de Vossa Mercê solicitará que a feira seja boa...”*<sup>1037</sup>.

À luz desta missiva, recuemos até 1614, data da fundação da fortificação, conforme consta da inscrição na sua porta principal. Estava então ao rubro o conflito pela supremacia naval do Golfo de Cambaia e controlo da barra e comércio marítimo de Surate (Surat). Durante todo o ano anterior e até Outubro de 1614, o vice-rei Jerónimo de Azevedo tinha tentado bloquear a navegação daquele porto, em retaliação pelo reconhecimento da feitoria inglesa na cidade<sup>1038</sup>. A ameaça anglo-

---

<sup>1036</sup> Esta constatação fica demonstrada não apenas pela localização dos seus três baluartes mas também pelo facto de existir apenas uma única canhoeira ao longo de toda vertente sul e sudoeste da fortificação (Cf. DIAS, Pedro, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822): O Espaço Índico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 151, 152).

<sup>1037</sup> Carta do vice-rei Caetano de Melo e Castro datada de 6 de Agosto de 1704, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 3*, Ms. 1251, fl. 107, HAG.

<sup>1038</sup> V. *supra*, 2.2. “Quatro décadas conflituosas, 1570-1615”, pp. 60, 61.

holandesa, os bloqueios a Surate (Surat) e a decorrente guerra com o Império Mogol vieram paralisar o trato da cáfila de Cambaia, que anualmente visitava os portos daquela região, incluindo as cidades da PN.

Face a esta situação e aos perigos da viagem de embarcações portuguesas para Surate (Surat), Jerónimo de Azevedo tentou aliciar os mercadores daquele porto a deslocarem-se a Damão para aí realizar-se o grosso do trato da cáfila. Deste modo evitava-se o perigo dos inimigos europeus na barra do Tapti, procurando-se igualmente subtrair à cidade parte do seu comércio, talvez também para afrontar o seu governador mogol. Assim, a fortificação de São Jerónimo foi edificada com o intuito principal de atrair e abrigar os mercadores - muçulmanos, hindus e parsis - de Surate (Surat) e doutros portos da região durante o período da “*feira de Cambaia*” ou outras visitas a Damão. A escrever duas décadas após a fundação da estrutura, Bocarro também aborda esta situação, mas afirmando que em Damão se “*podia*” efectuar a feira que os portugueses “*faziam em Cambaya*”, pelo que se infere que a iniciativa de Jerónimo de Azevedo não cumpria à altura o seu papel primordial<sup>1039</sup>.

De qualquer modo, o desígnio de fortificar Damão Pequeno gerou considerável celeuma, especialmente dada a posição eminentemente ameaçadora da posição face às muralhas da praça de Damão. Assim, quando o Conselho da Fazenda em Goa instituiu o primeiro capitão e soldados para São Jerónimo, houve necessidade de justificar a decisão através de um longo registo, alegando que a nova fortificação impediria o inimigo de “*assentar o seu arrayal sem demora alguma a par do Rio que não he tão largo que se não passa facilmente a nado*” e que cumpria os objectivos “*em defesa das ditas terras e da fortaleza*” de Damão Grande “*que se ajuda muito do dito beluarte que não daa lugar aos imigos pera poderem ter abrigo algum mais perto della*”<sup>1040</sup>. Do tom defensivo, justificativo e repetitivo deste documento pode-se depreender que a opção e os encargos decorrentes da fundação de São Jerónimo estiveram longe de gerar consenso no Estado.

Enquanto que a natureza transitória da ocupação do seu recinto ajuda a explicar a ausência de casario ou de uma estrutura religiosa dentro do forte, pelo menos durante o seu primeiro século de existência, a sua relação complexa com Damão Grande determinou o partido tomado para a sua traça. Concebido como um hornaveque ou obra córnea, todo o seu flanco sul, incluindo o meio baluarte de São Jerónimo, a sudeste, apresentam um desenho característico daquele tipo de obras exteriores. Já o baluarte de São Francisco Xavier, no flanco oeste, que idealmente deveria ser também um meio-baluarte, apresenta um través para varejar a cortina do flanco oeste. O baluarte

---

<sup>1039</sup> BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 96.

<sup>1040</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 19 de Abril de 1616, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 2*, Ms. 1159, fls. 48v-49v, HAG.

mais pronunciado é o de Santo Inácio, a nordeste. As cortinas têm diferentes espessuras e alturas: a do flanco sul é um singelo muro que não atinge o cordão, sendo que as restantes são algo mais possantes. Este traçado, ao qual voltaremos, visava antes de mais limitar a capacidade ofensiva e defensiva do forte em relação à cerca abaluartada de Damão Grande caso caísse em mãos alheias.

A gestão do estaleiro do forte de São Jerónimo ficou entregue aos jesuítas de Damão, tendo corrido a bom ritmo<sup>1041</sup>. Poderá mesmo levantar-se a hipótese de a sua rápida e competente execução ter sido um factor na decisão de atribuir incumbência semelhante à congregação religiosa para as obras defensivas da alçada de Baçaim. Foi-o seguramente para Chaul, conforme se constata na missiva do governador Fernão de Albuquerque datada de 1620 na qual, para além de elogiar a actuação dos padres António Roiz e João Borges – um dos quais, certamente reitor do colégio da cidade – na administração das obras defensivas do distrito de Damão, informava os religiosos que o senado de Chaul havia solicitado a administração jesuíta para as obras daquela cidade<sup>1042</sup>. Não há duvida que os missionários da Companhia estavam orgulhosos dos resultados, deixando bem claro a importância do seu papel enquanto administradores, não apenas nas duas inscrições da sua porta, mas também pela escolha dos nomes dos seus baluartes. Indubitavelmente, esta é a fortificação do Estado mais jesuíta no território da PN. O facto de nenhuma inscrição em São Jerónimo referir os capitães-mor de Damão Grande é algo surpreendente.



Fig. 97 e 98. Pormenores de inscrições nos baluartes de São Francisco Xavier e Santo Inácio de Loiola  
(© P.V. Gomes, 2001; © W. Rossa, 2005)

<sup>1041</sup> Podemos especular que para o bom andamento das obras tenha contribuído a sinergia criada entre os encomendantes (o vice-rei Jerónimo de Azevedo e António Pinto da Fonseca, vedor geral das obras de fortificação do Estado da Índia a partir de 1611); o projectista (muito provavelmente Júlio Simão); e os executantes (os padres administradores jesuítas). Já em 1616, o Conselho da Fazenda em Goa nomeava o primeiro capitão Vasco Pires, com cem mil xerafins anuais de soldo, e destacava uma guarnição para São Jerónimo (DIAS, Pedro, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822): O Espaço Índico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 149, 150 e nota; Assento do Conselho da Fazenda datado de 19 de Abril de 1616, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 2*, Ms. 1159, fls. 48v-49v, HAG).

<sup>1042</sup> Carta do governador Fernão de Albuquerque datada de 1620, *Livro dos Reis Vizinhos nº 1*, Ms. 969, fls. 121, 121v, HAG.

Como todas as restantes fortificações principais da PN, a recém-edificada estrutura foi visitada pelo engenheiro Homem de Pina entre finais de 1633 e 1634. A principal preocupação relativa ao seu estado resultava duma cedência nas fundações do baluarte de São Francisco Xavier, causando brechas consideráveis nas suas faces. Esta situação recuava alguns anos e já se obrava na reedificação do elemento defensivo. Homem de Pina decidiu suspender essas obras, ordenando antes que se entulhasse a secção norte do seu fosso “*não de area senão de mate ou vaza seca, burrifando a com agoa hi lha calçando com calças*” de modo a estabilizar a área das suas fundações.

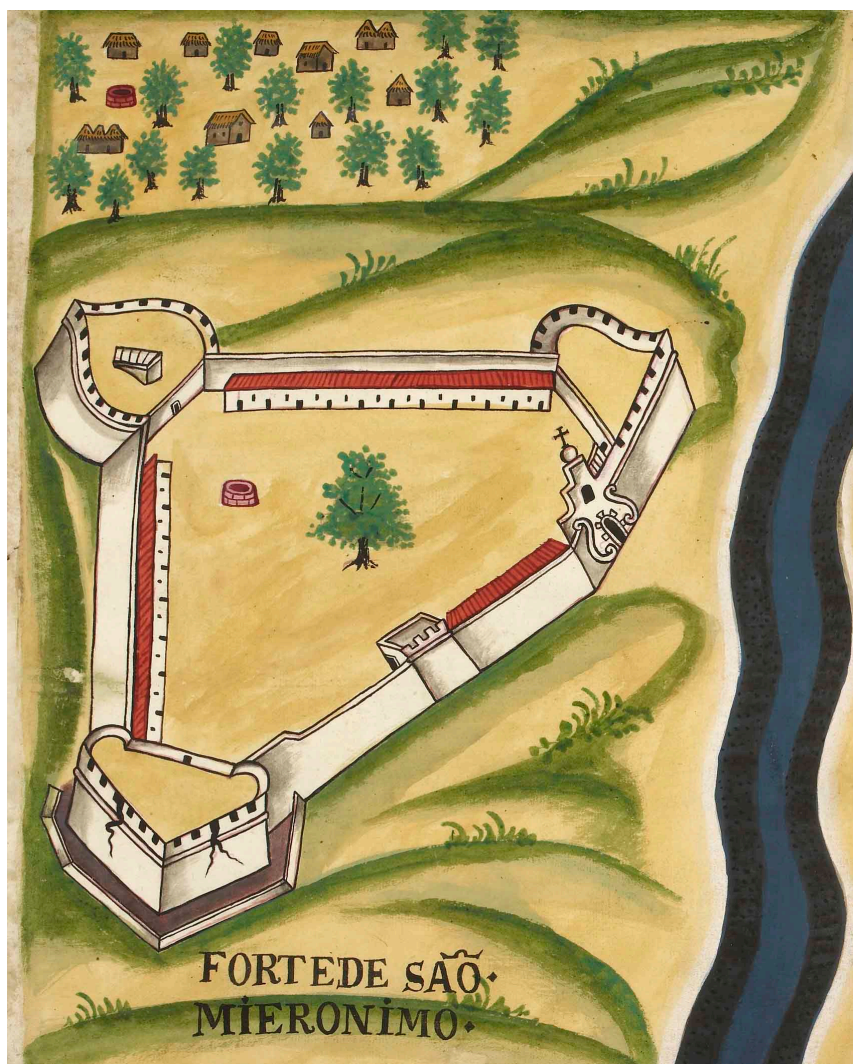


Fig. 99. Forte de São Jerónimo, pormenor, ca. 1634 (Resende, *Livro de Estado...*, 1646, BL)

Em data incerta antes de 1677, sob a esplanada deste baluarte foi instituído um altar ou “*hermida*” consagrada ao seu santo patrono, localizada entre as duas casamatas<sup>1043</sup>. Homem de Pina determinava também reduzir a altura dos muros deste baluarte e também de São Jerónimo “*até o cordão*”, de modo a que ambos ficassem “*inferiores ao beluarte do Campo*”, ou seja, ao de Santo

<sup>1043</sup> Diário do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado de 28 de Maio de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 238, 238v, BACL.

Inácio<sup>1044</sup>. Para o interior do recinto, o engenheiro ordenou uma porta para fechar a gola do meio baluarte de São Jerónimo, perto do “*Corpo da goarda*”, encimada e defendida de “*cada parte*” por “*hum bogio de madeira no alto dos muros*” do mesmo meio baluarte. Para a área exterior, recomendava que no “*espasso de mil paços*”, ou cerca de 1650 m, “*se não*” se consentisse a edificação de “*casas de pedra fortes, nem Irmidas*” e que não se reconstruíssem as estruturas deste tipo que desabassem ou arruinassem. Tampouco aconselhava nesse circuito exterior a existência de “*arvoredos, nem ortas tapadas com fortes leiteiras*”.

Finalmente, o engenheiro receava que a presença de “*fogidos*” pertencentes às nações dos “*enemigos da Europa*” em Damão Pequeno perigasse a cidade. Salientando que se lhes deveria fazer “*bom acolhimento*”, não se deveria deixá-los “*andar livres, vendo os interiores e exteriores de*” São Jerónimo, “*pello muito danno que dahy*” poderia vir. Os ditos refugiados ou desertores deveriam ser “*recolhidos em algum dos conventos até que na primeira embarcação que ouiver os emviarem aos Senhores Vice Reis para que saibão seus intentos e desponhão delles*”<sup>1045</sup>.

Após as intervenções do período do vice-rei Miguel de Noronha conde de Linhares, as menções à fortificação de São Jerónimo diminuem na correspondência do Estado. Apesar da constante nomeação de capitães e guarnições, a história da estrutura defensiva é relativamente obscura, não se tendo localizado qualquer notícia do seu desempenho durante o cerco mogol a Damão Grande em 1638-1639, por exemplo.

A julgar pela já citada carta do vice-rei Caetano e Melo, manteve-se em funções a feira de Cambaia na barra do Damanganga, pelo menos até o alvorecer de Setecentos. Note-se como, no último quartel de Seiscentos, se amontoava muito perto dos muros da fortificação de São Jerónimo o valioso sal da PN, em trânsito para exportação. Se a fortificação era efectivamente aproveitada nessa altura para residência temporária dos mercadores é mais difícil de asseverar<sup>1046</sup>. Já nos primeiros anos de Setecentos, fundou-se a capela de Nossa Senhora do Mar, no canto noroeste do recinto fortificado e num local onde existia um altar consagrado a São Francisco Xavier<sup>1047</sup>.

---

<sup>1044</sup> É curioso notar como estas instruções de Manuel Homem de Pina foram traduzidas em termos visuais na iconografia associada a Pedro Barreto de Resende. Nessa vista de São Jerónimo, assinala-se não apenas as brechas no baluarte em questão mas também o seu fosso entulhado com uma camada de “*mate ou vaza seca*”, e ainda os muros da sua contra-escarpa.

<sup>1045</sup> Apontamentos do engenheiro Manuel Homem de Pina para São Jerónimo datado de 1633, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.

<sup>1046</sup> Regimento e carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datados de 22 de Fevereiro e 1 de Dezembro de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 139v-141, 231-233, BACL; Carta da Câmara de Damão datada de 1 de Dezembro de 1676, *Série Azul*, Ms. 58, fl. 231-233, BACL.

<sup>1047</sup> MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. III, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, pp. 109, 110.





Figura 100.

### São Jerónimo de Damão Pequeno (ca. 1780)

Legenda:

1 – Recinto fortificado

2 – Baluarte de São Jerónimo e Porta

3 – Baluarte de Santo Inácio de Loiola

4 – Baluarte de São Francisco Xavier

5 – Obras exteriores

6 – Capela de Nossa Senhora do Mar (fundada entre 1650 e 1700)

Através de André Ribeiro Coutinho temos novas considerações sobre a fortificação, chamando a atenção para o “*defeito de não ser flanqueada da praça, e por esta causa*” ser perigosa para Damão Grande se fosse atacada por “*qualquer das nações da Europa*”<sup>1048</sup>. De facto, e ao contrário de uma obra córnea convencional, todo o flanco norte e ainda parte das faces dos baluartes de São Francisco Xavier e de Santo Inácio ficavam fora de alcance dos canhões da cerca abaluartada da cidade. Não havia solução fácil para este defeito e nenhuma foi proposta por Coutinho. Apesar dessa constatação e de ter sido edificada, na opinião do militar, “*sem causa justa*”, o Coutinho teceu um rasgado e eloquente elogio à arquitectura de São Jerónimo:

“[H]e huma admirvel peça desta Província, e ainda da Azia. A sua forma he de hornaveque, mas de baluartes inteiros; tem em sua ultima perfeição flancos e cazamatas; tem estrada emcuberta de suficiente altura e nela profundo fosso que defende a chegada às cazamatas; tem agoa dentro e fora de sua muralha; tem ermida, boa goarnição, boas armas, e a precisa artelharia; em sua muralha se não achou nem huma folha verde, e em tudo foi louvavel o cuidado do seu capitão, igoal e bem merecido de tão perfeito edificio e arquitectura militar”<sup>1049</sup>.

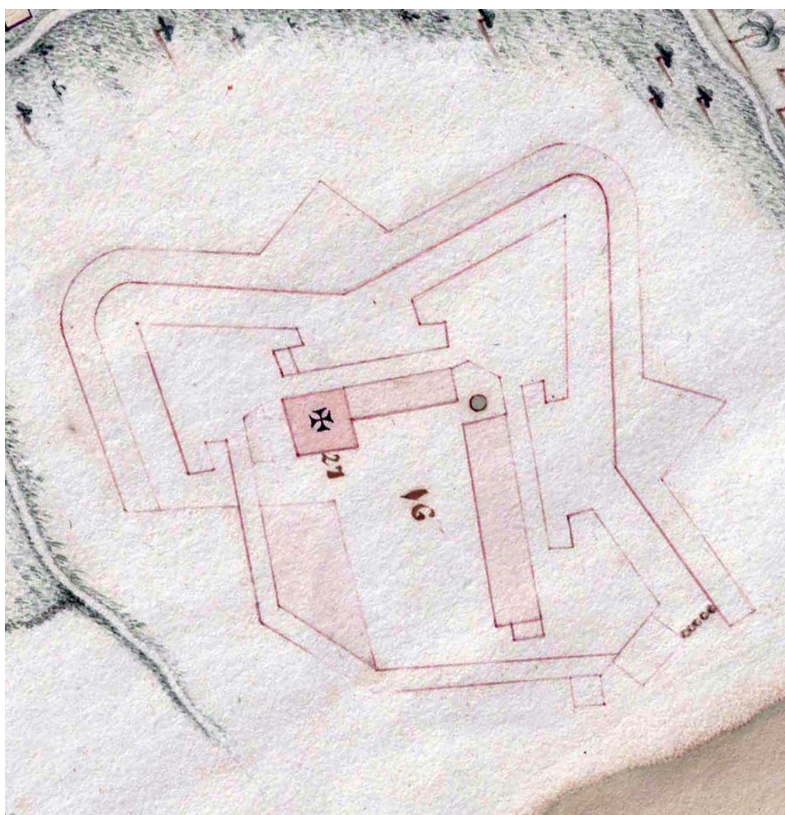


Fig. 101. Mapa de Damão, pormenor do forte de São Jerónimo, ca. 1760 (*Mapa*, AHU)

<sup>1048</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 34.

<sup>1049</sup> Em inícios da década de 1730, a guarnição de São Jerónimo era de cinquenta efectivos, número que incluía um ajudante do capitão; condestável; e vigário (Relatório de André Ribeiro Coutinho datado de 6 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 643–651v, 663–663v; Relação de Philipe de Valladares de Sottomayor datada de 10 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 637–641, HAG).

Quando, em meados de 1738, as forças maratas começaram a abeirar-se do distrito de Damão, determinou-se fazer obras em São Jerónimo, para as quais se havia produzido “*mil e tantos candis de chunambo*”. Contudo, por “*falta de Ingenheiro*” e de fundos, a intervenção não foi efectuada<sup>1050</sup>. Tanto quanto se sabe, a “*jóia*” de arquitectura militar não foi acometida durante o conflito luso-marata de 1737-1739, nem em qualquer data posterior<sup>1051</sup>.

### ***Período pós-português***

Não se registam alterações significativas na arquitectura do forte de São Jerónimo a seguir à extinção do Estado da Índia. A fachada da igreja de Nossa Senhora do Mar foi restaurada e modificada e, justaposto do seu lado leste, foi edificada uma escola primária e que não alterou a traça da cortina norte da fortificação. Apenas do lado exterior dos muros se nota a ocupação e entulhamento de secções de fosso ou estrada coberta, sendo que algumas construções se encostam às muralhas - o que dificulta a análise desta obra exterior que, como já se referiu, é praticamente única no contexto do sistema defensivo da PN.

### ***Descrição actual***

Excluindo o seu fosso e revelins, a fortificação de São Jerónimo ocupa uma área de cerca de 11.700 m<sup>2</sup> medidos pelo seu perímetro exterior. A área útil do recinto fortificado, excluindo a estrutura religiosa existente, corresponde a 8.200 m<sup>2</sup>. Em média, o flanco sul da fortificação está a cerca de 300 m de distância das faces dos baluartes de São Filipe e Madre de Deus da cerca de Damão Grande.

É difícil ficar-se indiferente à arquitectura de São Jerónimo, senão aos seus baluartes e casamatas, pelo menos à sua genial porta, essa sim, verdadeira jóia da arquitectura de origem portuguesa na Ásia. É importante notar que o desenho de toda a sua parte inferior, com seu arco, pilastras e entablamento, é em tudo semelhante às duas portas da cerca abaluartada de Damão Grande que, como já ficou escrito, são provavelmente da traça de Battista Cairattai. Sobre esse arco está um grande quadro rectangular centrado por um nicho com a estátua de São Jerónimo. O nicho é rematado por uma vieira estilizada em semi-círculo. A flanquear o nicho estão duas pilastras sobre as quais avulta mais um friso e o brasão nacional, ladeado por uma cruz de Cristo e uma esfera armilar

---

<sup>1050</sup> Assento do Senado de Damão datado de 13 de Abril de 1738, cit. in MONIZ, Anrónio Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. II, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, pp. 17, 18.

<sup>1051</sup> LOBATO, António, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, p. 176.



sobrepujada de uma pequena cruz. De cada lado das pilastras estão duas inscrições. A do lado direito do observador está encimada pelo que resta do brasão do vice-rei Jerónimo de Azevedo e lê:

*“Este forte São Jeronimo se começou por ordem de Dom Jeronimo de Azevedo sendo Vizo Rei da Índia no ano de 1614 e os Administradores da Fortificação desta cidade lhe mandarão lavrar esta pedra por agradecimento com suas armas abertas e entalhadas pera perpetua memoria dos seculos vindouros”*<sup>1052</sup>.

Do lado esquerdo, a inscrição é encimada pelo brasão do vice-rei Francisco da Gama e reza:

*“Este forte se acabou em tempo de Dom Francisco da Gama Conde Almirante sendo a segunda vez Vizo Rei da India no ano de 1627 e os Administradores de Fortificação em reconhecimento ao dito Vizo Rei em cujo vizoreinado se fês a mor parte deste forte pera defensão do qual mandou de Goa 4 pesas grandes de artelharia ordenarão que nesta frontaria se emtalhasem suas armas pera eterna memoria”*<sup>1053</sup>.



Fig. 102. Porta (© J. Santos, 2006)

<sup>1052</sup> Cf. RIVARA, Joaquim da Cunha, “Inscrições de Damão no anno de 1859”, *O Chronista de Tissuary*, nº 18, Junho de 1867, Nova Goa, Imprensa Nacional, p. 144.

<sup>1053</sup> Cf. RIVARA, Joaquim da Cunha, “Inscrições de Damão no anno de 1859”, *O Chronista de Tissuary*, nº 18, Junho de 1867, Nova Goa, Imprensa Nacional, p. 145.

Ambas as inscrições estão inseridas em quadros de cartelas flamengas. Sobre a superfície rectangular e a flanquear o referido brasão nacional, o conjunto é conformado por aletas e rematado horizontalmente por uma cruz sobre um pequeno pedestal em meia esfera. Ao lado das molduras da porta e do painel superior estão esculpidos em baixo relevo os elementos mais surpreendentes de todo o conjunto: dois gigantes ou titãs equilibrados e abraçados a pergaminhos que serpenteiam até sobre as suas cabeças. Cada gigante empunha uma mó ou clava, sendo que ambos os pergaminhos ostentam inscrições. Estas lêem no seu conjunto:

*“Quem por aqui quizer entrar com esta mo ade pagar”; “Que eu he meu companheiro o vigiamos sem dinheiro”*<sup>1054</sup>.

Toda a esquisita máquina desta porta está em invulgar estado de conservação – à excepção das armas do fundador, que foram completamente obliteradas<sup>1055</sup>.



Fig. 103. Porta, pormenor (© J. Santos, 2006)

Transpondo a porta, e a escassos metros do seu limiar está o topo da antiga casa do “*Corpo da Guarda*”, que antes se estendia ao longo de toda o flanco leste do recinto, zona que actualmente acolhe um cemitério. Imediatamente à mão direita da porta estão os degraus que conduzem à

<sup>1054</sup> É uma mensagem obscura e sobre a qual não me compete aqui uma especular. Direi apenas que me parece estar relacionada com a corrupção dos capitães e soldados do Estado, possivelmente um remoque ao próprio capitão-mor de Damão (Cf. RIVARA, Joaquim da Cunha, “Inscrições de Damão no anno de 1859”, *O Chronista de Tissuary*, nº 18, Junho de 1867, Nova Goa, Imprensa Nacional, p. 144).

<sup>1055</sup> Recorde-se que o vice-rei Jerónimo de Azevedo foi preso em 1617, tendo morrido encarcerado em Lisboa.



esplanada do meio-baluarte de São Jerónimo. No patamar intermédio destes degraus, existe um acesso para alguns compartimentos inseridos ao longo da muralha do flanco leste. O dito baluarte apresenta uma guarita no seu ângulo saliente, sendo que o remate dos seus parapeitos na sua face sul foi alinhada pelo cordão da traça original do forte. No flanco nordeste abrem-se duas canhoelras para varejar a cortina leste da fortificação.



Fig. 104. Baluarte de Santo Inácio de Loiola (© Mendiratta, 2006)

Esta prolonga-se para norte até à excelente máquina do baluarte de Santo Inácio de Loiola que, como foi observado por Pedro Dias, poderia funcionar isoladamente caso uma força atacante tomasse o interior do recinto fortificado<sup>1056</sup>. Assim, os muros da sua gola detêm parapeitos e posições para tiro de espingarda, defendendo a dupla porta que abre para o interior do recinto do forte. A sua esplanada fechava-se também com sólidas portas nos pontos onde comunicava com os parapeitos das cortinas contíguas. As portas na gola do baluarte são decoradas por brasões envolvidos em curiosas cartelas. Enquanto que a do interior do baluarte ostenta o símbolo da congregação jesuíta, aquela que abre para o recinto do fortificação é encimada por um brasão, possivelmente o da casa Loiola. Os seus travezes apresentam pronunciados orelhões, protegendo casamatas precedidas de pequenos fossos. Sobre aquele do lado oeste ergue-se uma empena para um

---

<sup>1056</sup> DIAS, Pedro, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822): O Espaço Índico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 151, 152.



sino, Coroada por um posto de vigia – uma guarita? – acedida por dois lanços de degraus. Apenas no baluarte de Santo Inácio encontramos aquilo que seria a altura regular ou convencional do cordão e parapecitos. No ângulo saliente debruça-se uma guarita e aposto à face exterior do seu revés sul, encontra-se uma curiosa representação em baixo-relevo do santo padroeiro do baluarte.



Fig. 105 e 106. Baluarte de Santo Inácio de Loiola, pormenor das casamatas no flanco oeste e da porta da gola de acesso à esplanada (© Mendiratta, 2006)

Prosseguindo para oeste, atinge-se o baluarte de São Francisco Xavier, escondido pela volumetria da igreja de Nossa Senhora do Mar. Com os seus parapecitos alinhados pelo cordão, as alvenarias deste baluarte são ligeiramente mais baixas do que as do anteriormente descrito. Mas como o de Santo Inácio, esta defesa também poderia funcionar autonomamente, estando dividida dos parapecitos das cortinas contíguas. Igualmente na face exterior dos seus muros encontramos um baixo-relevo de São Francisco Xavier - algo mais tosco e deteriorado que a representação do seu correligionário -, e ainda uma guarita sobre o ângulo saliente.

Na esquina de transição deste baluarte para a cortina oeste, o cordão desloca-se para uma cota mais baixa, sendo que deste ponto, os muros e parapecitos dessa mesma cortina correm segundo uma ligeira pendente descendente em direcção ao vértice sudoeste. Aqui abre-se uma canhoeira no parapeito. Continuando para sudeste, chega-se à guarita sobre o vértice seguinte. Daí, os parapecitos continuam à sua altura mínima até voltarem a fechar na porta da fortificação, local onde o cordão volta a ser ostentado na sua altura regular.





Fig. 107. Fortificação de São Jerónimo a partir de Damão Grande (© J. Santos, 2006)



Fig. 108 e 109. Interior da fortificação e face sul do meio baluarte de São Jerónimo (© Marini, 1956, AHU)



Fig. 110 e 111. Igreja de Nossa Senhora do Mar e capela do cemitério na zona leste (© Marini, 1956, AHU)

### 3.2.3. Tarapur

19°50'03"N, 72°42'30"E

“[A] defeituoza fortificação de Trapor...”

Luís Botelho, 1733<sup>1057</sup>

#### ***Introdução***

Sede de uma das mais produtivas praganas de toda a PN, Tarapur era conjuntamente com Taná (Thane) e Mahim-quelme (Kelwamahim) uma das maiores povoações do território a seguir às suas quatro cidades. Situada cerca de 60 km a sul de Damão e na embocadura de um ribeiro, a povoação e sua prana integraram o Estado da Índia entre 1559 e 1739, período em que os portugueses beneficiaram do seu fértil território. A fortificação em si desenvolveu-se paulatinamente e de forma pouco sistemática, sendo a sua tranqueira primitiva substituída por materiais perenes a partir de 1593.

Este processo, com fortes analogias ao de Mahim-quelme (Kelwamahim), pode ser considerado característico de uma certa maneira de fortificar comum a vários locais da PN, desprovida de muitas regras ou métodos aplicados pelos portugueses noutros locais do globo. O dispositivo defensivo resultante, apesar das suas características *sui generis*, foi suficiente para resistir a várias investidas de exércitos indianos.

Tarapur beneficiou da sua proximidade à fortificação de Asserim (Asherigad), situada 25 km para o interior, sendo as duas posições unidas por uma ligação viária. Após a derrota portuguesa de 1739, a maior parte dos habitantes da povoação refugiou-se em Damão, o que provocou uma escassez de mantimentos nessa cidade.

#### ***Período português***

Após um saque inicial em 1531<sup>1058</sup>, os portugueses ocuparam a prana de Tarapur em 1559 e começaram a fixar-se na povoação. Prontamente edificaram uma tranqueira, que servia de residência ao capitão-tanadar. Nas palavras de Diogo do Couto, um desses capitães na segunda metade de Quinhentos, esta era “feita de palmeiras bravas metidas muito na terra e muito juntas, forradas por

---

<sup>1057</sup> Carta do vice-rei Luís de Meneses datada de Janeiro de 1719, *Livro do Norte* nº 2, Ms. 1377, fl. 75, HAG.

<sup>1058</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década IV, pt. I, liv. IV, cap. 17, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, p. 466.

*dentro com seus esteirões de bambus grossos, com alguns andaimes e guaritas*<sup>1059</sup>. A partir da sua assistência em Tarapur, Couto terá certamente visitado o sertão e vários locais da PN, conforme se infere pelas suas coloridas descrições da paisagem rural da região. De Tarapur exportava-se bate e algodão para Damão e outras regiões. À semelhança de outros locais do distrito, muitas das aldeias da pravana de Tarapur pagavam imposto ao reino vizinho de Sarceta<sup>1060</sup>.

A tranqueira resistiu a um primeiro assédio dos sidis logo em finais de 1559, peleja em que morreu o primeiro capitão português, Martim Lopes de Faria, tendo sido substituído por António de Sampaio<sup>1061</sup>. Já em 1581 um exército mogol saqueou a sua jurisdição, “*por saber que a tanadaria de Tarapor era rica com mercados grossos*”<sup>1062</sup>. Após essa incursão, o distrito de Damão beneficiou de um período de cerca de três décadas de paz entre o Estado e o Império Mogol. Contudo, no contexto da guerra do Morro de Chaul (Korlai), a cavalaria do sultanato de Ahmadnagar alcançou Tarapur em finais de 1593. Mais uma vez, a tranqueira resistiu aos atacantes, mas desta feita, determinou-se começar a substituir a sua cerca de materiais perecíveis por estruturas de pedra e cal, aproveitando a presença na povoação do vedor da fazenda, Francisco Pais, conforme ficou atestado numa das poucas inscrições epigráficas que ainda restam nas ruínas da fortificação. É possível que a fixação de missionários dominicanos na povoação, talvez já em 1583, também tenha contribuído para a iniciativa defensiva<sup>1063</sup>.

Apesar de não sabermos como decorreu esta obra, podemos supor que as principais estruturas tenham ficado justapostas à zona ribeirinha no flanco norte do actual conjunto arqueológico de Tarapur, local onde ainda se vê aquilo que aparenta ser a porta principal da fortificação do período português. A nova estrutura foi posta à prova em finais de 1614, altura em que um capitão

---

<sup>1059</sup> Dada a produtividade e trato regional da zona costeira de Tarapur, é plausível que já existisse na povoação uma casa em materiais perenes para o seu tanadar (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, Liv. VIII, Cap. 6, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 208-211; *Livro das cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia...*, Francisco Mendes da Luz (ed.), *Boletim da Universidade de Coimbra*, vol. 21, Coimbra, 1953, p. 45).

<sup>1060</sup> V. *infra*, 3.4.3. “Distrito de Damão”, pp. 552-565.

<sup>1061</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, Liv. VIII, Cap. 6, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 208-211.

<sup>1062</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década X, cap. 7, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, p. 194.

<sup>1063</sup> Segundo frei Luís de Sousa, no tempo do vice-rei Duarte de Meneses (g. 1584-1588) foi passada uma provisão pela qual os dominicanos que assistiam em Tarapur ficaram com o cargo de Pai dos Cristãos daquela paróquia. Cerca de 1620, assistiam na residência dominicana da povoação quatro religiosos. Por volta desta altura, existia também, aparentemente, um recolhimento feminino em Tarapur afecto aos dominicanos (Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visorrei do Estado”, Antonella Vignati (ed.), *Mare Liberum*, nº 17, Lisboa, CNCDP, 1999, p. 300-305; Carta régia datada de 1 de Março de 1594, *Livro das Monções nº 2*, Ms 2, fl. 245, HAG, pub. in *Arquivo Português Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, p. 430; SOUSA, Fr. Luís de, *Terceira Parte da História de S. Domingos, particular do reino e Conquistas de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Typographia do Panorama, 1866, p. 444-446; MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. IV, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, pp. 63, notas).



“alevantage” do sultanato de Ahmadnagar invadiu a praga. Nessa ocasião, assistia em Tarapur o capitão Constantino de Sá Miranda com cinquenta homens de guarnição<sup>1064</sup>.

Durante o governo de Miguel de Noronha conde de Linhares, o engenheiro Manuel Homem de Pina visitou extensamente a PN e determinou algumas obras para Tarapur:

*“O que se há de fazer na Povoação de Trapor: O baluarte que está para o rio e entrada desta povoação se acabará logo em sua perfeição fazendo-lhe uma parede pela parte de dentro que baste a ter mão nos entulhos e far-se-á a esplanada em que jogue a artilharia que ora tem. A varanda das casas em que mora o capitão se derrubará da parte em que está e na casa que fica no cabo da dita varanda, se soalhará e fará no alto uma guarita que faça um través para a parte das capelas do mosteiro de São Domingos e outro través da dita casa para o baluarte, e por este modo fica tendo esta povoação onde se recolha em tempo de guerra. Consertar-se-ão os reparos dos falcões e se lhe darão cunhas e camorras [?] para com eles resistirem aos malavares que por o rio quiserem entrar e esta obra se há de fazer com brevidade. Em Baçaim a 8 de Março de 1634. Manuel Homem de Pina.”*<sup>1065</sup>



Fig. 112. Vista de Tarapur, pormenor (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE)

<sup>1064</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), vol I, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1876, p. 314.

<sup>1065</sup> O que se há de fazer na Povoação de Trapor, datado de 8 de Março de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, fl. (?), AHU.

Das directivas do engenheiro depreende-se que o recinto fortificado era à época bastante mais exíguo do que aquele que se pode observar actualmente no local. O núcleo principal da fortificação era a residência do capitão que, em conjunto com a sua “*varanda*” a leste e o baluarte ribeirinho a oeste, constituía todo o flanco norte da fortificação. O baluarte ribeirinho seria em 1634 a única posição artilhada da fortificação, mas não detinha nem esplanada nem sequer era entulhado, conforme também se pode inferir a partir da iconografia de Pedro Barreto de Resende. A partir do baluarte arrancava um muro em direcção a leste contendo a porta do mar e as casas do capitão, rematando na sua “*varanda*”. Algures nessa estrutura, soerguia-se uma torre, de planta aparentemente quadrada. Todo este recinto murado aparece representado na referida vista iconográfica desprovido de edificações ou vegetação, sendo provável que se destinasse exclusivamente a albergar os restantes moradores de Tarapur em caso de cerco.

Manuel Homem de Pina determinou prolongar-se o muro da fortificação desde uma casa térrea que ficava no seu vértice nordeste em direcção “*às capelas*” do convento ou residência dos dominicanos, ou seja, para sul ou sudeste. Desse local, deveria inflectir para oeste e prolongar-se novamente até o baluarte ribeirinho. Ainda na década de 1630, a povoação de Tarapur continha cerca de cinquenta moradores portugueses além daqueles destacados para a sua guarnição; duzentos indianos cristãos; e cerca de cem escravos aptos ao serviço de armas<sup>1066</sup>. Tarapur foi uma das circunscrições onde se manteve operacional, até pelo menos o último quartel de Seiscentos, uma significativa milícia de cavaleiros. Esta estava normalmente afecta ao capitão-mor do Campo de Damão. Mas com as ameaças marata e omanita sobre o distrito de Baçaim em 1674-1680, a milícia de Tarapur assistiu por vezes naquela jurisdição<sup>1067</sup>.

Entre 1670 e 1676, os maratas conquistaram o reino de Sarceta e também as terras vizinhas ao distrito de Damão, período durante o qual o capitão António Velles, concertando-se com os moradores de Tarapur, começou a expandir a fortificação de modo a abranger uma área maior da povoação<sup>1068</sup>. É possível que os alinhamentos das muralhas ainda existentes na zona sul e oeste da fortificação recuem até esta data. Contudo, as obras decorreram a um ritmo lento e sem grande plano, levando o capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira a criticar a iniciativa de Velles, que “*mereça hum grande castigo*”. Após inspecção Tarapur, o capitão-geral afirmava que se trabalhava

---

<sup>1066</sup> BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 100.

<sup>1067</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 1 de Dezembro de 1677, *Série Azul*, Ms. 469, fl. 1v, BACL.

<sup>1068</sup> [Aditamento ao] Regimento do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado de 23 de Fevereiro de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fl. 142, BACL; Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 7 de Fevereiro de 1678, *Série Azul*, Ms. 497, fl. 84, BACL.



numa “*serca irregular*”, e que não se podia “*fazer cousa boa sem entrar o braço de Sua Alteza*”<sup>1069</sup>. Opinião análoga registou outro capitão da fortificação, Luís de Abreu Bustamante, em 1677, dizendo que os moradores tinham “*concorrido com o que puderão, com que fizerão sua parede, ainda que sem a arte necessaria*”. O mesmo capitão havia imposto um pequeno tributo ou “*finta*” para financiar a construção de um baluarte para esse perímetro<sup>1070</sup>. Uma das principais preocupações era a existência de três casas “*altas e fortíssimas*” e ainda a igreja dominicana, todas muito próximas e “*cavalleiras*” aos muros. Ainda segundo a visão de Manuel Lobo da Silveira, para segurança da fortificação era forçoso “*meter São Domingos dentro e arrazar tudo o mais athé aonde for necessário*”<sup>1071</sup>.

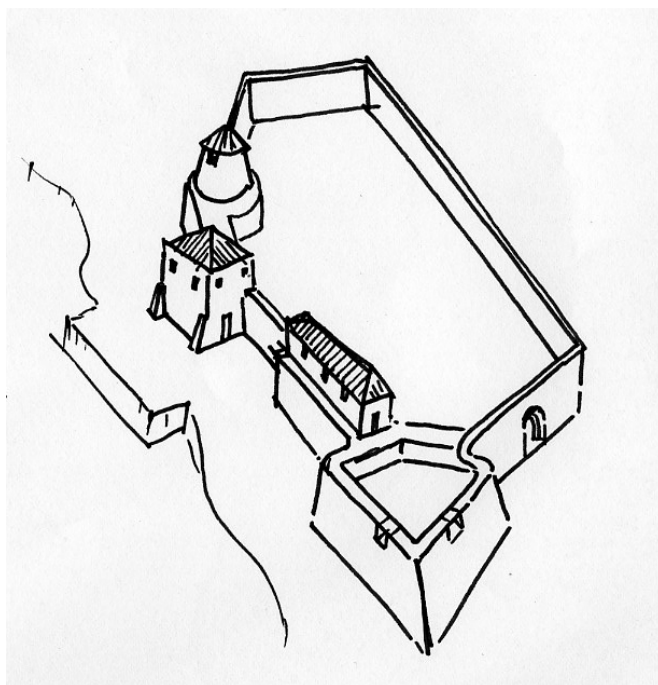


Fig. 113. Reconstituição da fortificação na primeira metade do séc. XVII (© Mendiratta, 2010)

Volvidos poucos anos, surgem novas informações acerca da fortificação, por ocasião da campanha marata de 1683-1684. Durante esse conflito, Tarapur sofreu um breve mas duro assédio, tendo resistido ao exército invasor. No contexto dessa campanha, o capitão Manuel Tavares da Gama, “*filho da Índia*”, ordenou a construção de uma nova tranqueira anexa à fortificação, feita de palmeiras, provavelmente para refúgio dos moradores das aldeias vizinhas<sup>1072</sup>. Ainda durante a

<sup>1069</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 15 de Setembro de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fl. 191, BACL.

<sup>1070</sup> Carta do capitão Luís Abreu de Bustamante datada de 13 de Abril de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fl. 194v, BACL.

<sup>1071</sup> Carta do capitão Manuel da Silva datada de 23 de Maio de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fl. 214, BACL.

<sup>1072</sup> O cerco à fortificação ocorreu na segunda quinzena de Fevereiro de 1683 (Relação verdadeira do que sucedeu no Estado da Índia desde 2 de Janeiro de 1683 até 5 de Janeiro de 1684, *cod. 465*, nº 70, BNP, in PISSURLENCAR, Panduranga “Portugueses e Maratas. Sambhaji”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 2, Nova Goa, Tipografia Bragança & Ca., 1928, pp. 90, 91).

guerra com os maratas, o capitão-geral da PN António Lobo da Silveira decidiu providenciar um celeiro para a fortificação<sup>1073</sup>.

Após esta convulsão, ordenaram-se uma série de intervenções e medidas para melhorar as defesas de Tarapur, criando-se o posto de condestável de Tarapur, “*pago na mesma forma que os mais condestáveis dos fortes*” da cidade de Damão, certamente devido ao reforço da sua artilharia<sup>1074</sup>. Após um período de relativa acalmia na jurisdição de Damão na última década de Seiscentos e duas primeiras do século seguinte, o retorno da vizinhança marata a partir de 1718 levou a uma reacção imediata em relação à defesa de Tarapur, tendo nesse ano o padre administrador de Damão entregue ao seu capitão a quantia de cinco mil xerafins para obras de reparação, visto que a fortificação se achava “*arruinada*” em vários sítios<sup>1075</sup>.

Mas a gravidade da ameaça marata e a falta de efectivos militares requeria intervenções mais radicais em Tarapur. Determinou-se assim redesenhar e diminuir o circuito da fortificação, fazendo uso de uma planta efectuada *in loco* e posteriormente analisada e modificada em Goa pelo vice-rei Luís de Meneses. Escrevia o governante a propósito da intervenção desejada:

*“Remeto a planta de Trapor e para que fique mais defençavel e baste a pouca gente que tem sendo menor a sua circumvalação, tirey huas duas linhas negras ficando de fora com humas ortas ou quintaes e somente duas cazas de telha; e como ficou a artelharia flanqueando melhor do que estava; vão huns pequenos sinaes redondos para [...] as canhoeriras, e como pella outra parte he mais bem fortificada e por esta são quasi todas as ruínas, creio que com a mesma, ou pouco mayor despeza, ficará mais defençável huma praça tão defeituoza.”*<sup>1076</sup>

Não foi possível comprovar a execução desta campanha de obras em documentos posteriores. Quando escreveu o seu primeiro relatório, André Ribeiro Coutinho foi bastante crítico em relação a Tarapur. Começando por descrever a forma da sua implantação como um “*eptagono*” fortificado nos seus vértices por “*três cubos e quatro reductos*”, o militar lamentou o facto de as casas da povoação ficarem contíguas aos seus muros e ainda da proximidade de uma igreja, à “*qual os inimigos*” poderiam “*chegar sem offensa e della fazerem a mayor que pode sentir aquella praça*”.

---

<sup>1073</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 14 de Novembro de 1692, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 16*, Ms. 1174, fl. 76, 76v, HAG.

<sup>1074</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 2 de Novembro de 1690, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 16*, Ms. 1174, fl. 22, HAG.

<sup>1075</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 1 de Outubro de 1718, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 18*, Ms. 1177, fl. 289v, HAG, Carta do vice-rei Luís de Meneses datada de 30 de Agosto de 1719, *Livro do Norte nº 2*, Ms. 1377, fl. 88, HAG.

<sup>1076</sup> Carta do vice-rei Luís de Meneses datada de 8 Janeiro de 1720, *Livro do Norte nº 2*, Ms. 1377, fls. 93v-94v, HAG.



Figura 114.

### **Tarapur (1559-1739)**

Legenda:

1 – Recinto fortificado (1690-1739)

2 – Baluarte da Barra

3 – Casas do capitão

4 – Porta do Mar

Para melhorar a situação defensiva de Tarapur, Coutinho recomendava as mesmas diligências que tinha sugerido para Mahim-quelme, ou seja, “*arrazar todas as casas e arvoredos que estão contíguas à muralha, no que não há o desconforto que parece, por serem todas de terra, e a maior parte cobertas de ollas*”. Estas habitações podiam ser reerguidas à distância de “*meio tiro forte de canhão*”, ou seja, “*junto às últimas que*” naquela altura existiam na povoação. Aconselhava também o fortalecimento do “*baluarte de Nossa Senhora das Angústias*”, muito provavelmente no vértice noroeste do recinto fortificado<sup>1077</sup>. Nessa altura, assistia em Tarapur uma companhia “*do terço*” de sessenta soldados, metade dos quais estavam normalmente destacados na Serra de Santa Cruz (Asava), facto também criticado por Coutinho. Existiam vinte e uma peças de artilharia mas nenhum artilheiro na guarnição<sup>1078</sup>.

Fazendo eco das palavras de Coutinho, encontramos críticas semelhantes a Tarapur por parte do general da PN, Luís Botelho, que em 1733 denunciava as suas “*faltas e defeitos, porque a muralha além de não prestar para nada, não pode comunicar pelas cortinas*”<sup>1079</sup>. Face a todas essas falhas, não deixa de ser algo surpreendente o facto de Tarapur ter sido uma das derradeiras fortificações a ser conquistada pelos maratas durante a guerra de 1737-1739, poucos dias antes da queda de Asserim (Asherigad). O seu último capitão Luís Veloso morreu durante a batalha, tendo sido sepultado pela sua mulher numa das igrejas da povoação já após a rendição dos portugueses, efectuada a 3 de Fevereiro de 1739<sup>1080</sup>. A maior parte dos moradores de Tarapur recolheu a Damão, onde vieram agravar a situação de carestia de alimentos à altura existente na cidade<sup>1081</sup>.

---

<sup>1077</sup> Note-se como um documento de meados de Seiscentos assinala três estruturas religiosas em Tarapur, a *Matriz*, o *convento de São Domingos*, e a *Misericórdia*, encontrando-se todas representada na vista atribuída a Pedro Barreto de Resende de 1634. Já em 1695, Gemeli Careri refere uma residência de franciscanos recolectos, para além daquela afecta aos dominicanos (BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992; CARERI, Gemelli, *Giro del Mondo*, pt. III, Napoli, Nella Stamperia di Giuseppe Roselli, 1700, p. 26; COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tisuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 35, 59).

<sup>1078</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tisuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 35, 59; Relação de Philipe de Valladares de Sottomayor datada de 10 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 637-641, HAG. Nesta altura, em Setembro de 1729, era capitão da fortificação Álvaro Pinheiro de Câmara (MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. II, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, p. 14).

<sup>1079</sup> Carta do General da PN Luís Botelho datada de 15 de Julho de 1733, *Livro das Monções 102-B*, Ms. 122, fls. 627-636v, HAG.

<sup>1080</sup> Relação da guerra que o infiel Maratá fez..., Ms. 1605 (?), BN, cit. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. V, Bastorá, Arquivo Histórico de Goa, 1957, p. 520.

<sup>1081</sup> MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. IV, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, p. 157, nota.



### *Período pós-português*

Os maratas reconstruíram e reocuparam Tarapur, sobrepondo as suas alvenarias de típica estereotomia aos arranques ou fundações dos muros portugueses. É provável que todo o flanco leste resulte de um novo alinhamento e edificação marata e certamente que o pequeno templo hindu no interior do recinto data de depois de 1739. Alguns relatos da segunda metade do século XVIII confirmam o reaproveitamento e guarnecimento marata da fortificação<sup>1082</sup>. Tarapur e a sua pragana foram ocupadas pelos britânicos em 1803, sendo provável que estes tenham também reaproveitado a fortificação, visto estar ainda em bom estado, pelo menos até o fim das campanhas contra os maratas, em 1818. A assistência de religiosos católicos em Tarapur manteve-se durante o período marata, sujeita ao “*varado*” de Damão, talvez com uma curta interrupção na década de 1740<sup>1083</sup>.

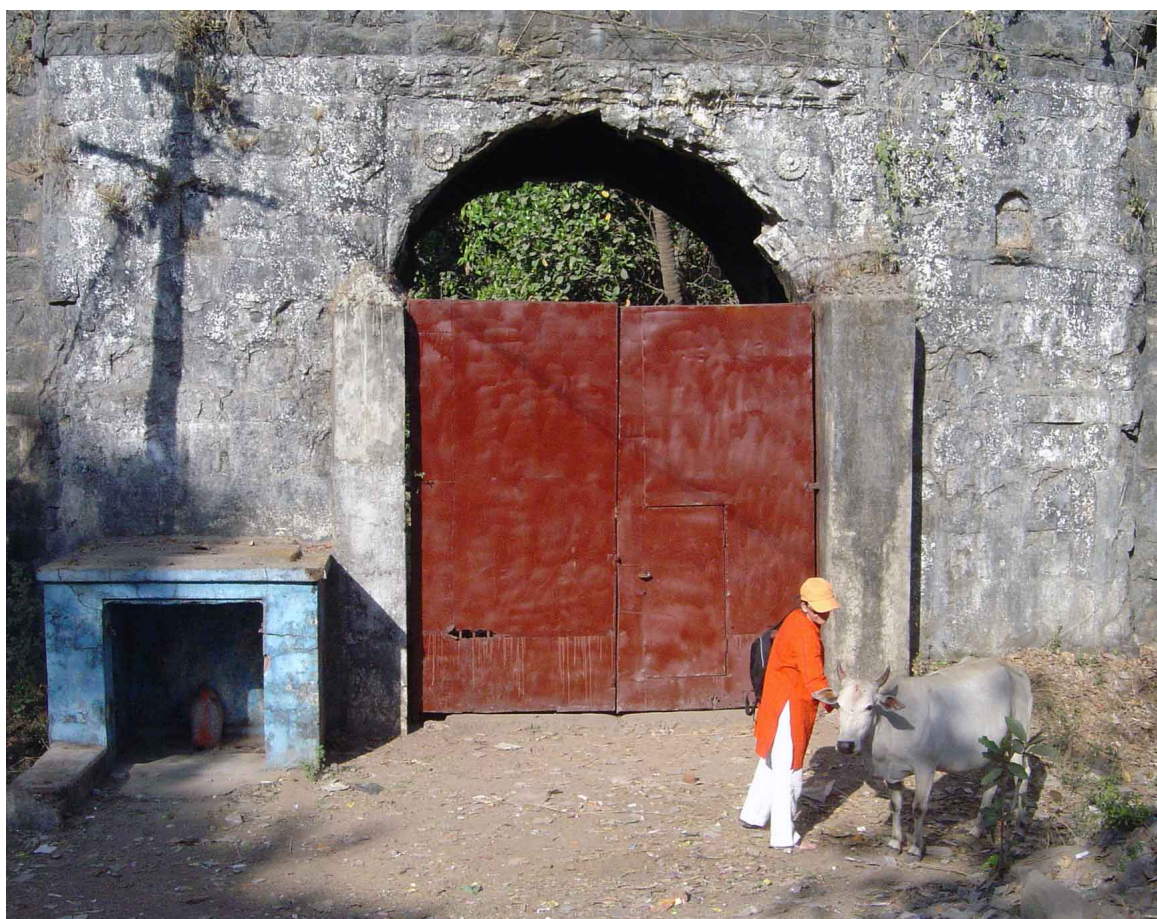


Fig. 115. Porta marata no flanco leste (© W. Rossa, 2007)

---

<sup>1082</sup> DUPERRON, Anquetil du, *Voyage en Inde. 1754-1762. Relation de voyage en préliminaire à la traduction du 'Zend-Avesta'*, Jean Deloche (ed.), École Française d'Extrême-Orient, 1997, p. 392.

<sup>1083</sup> MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. IV, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, p. 59, nota.

### *Descrição Actual*

O recinto da fortificação de Tarapur, cujos muros estão actualmente em bom estado de preservação, é ocupado por um denso palmar, um pequeno templo Hindu e uma casa para o ajudante do proprietário<sup>1084</sup>. Pelo seu perímetro exterior, a fortificação ocupa aproximadamente 28.960 m<sup>2</sup>. As estruturas de origem portuguesa situam-se na sua maior parte no flanco norte do circuito fortificado, sendo que os flancos restantes poderão corresponder a reconstruções ou construções do período pós-1739. Todo o flanco leste - provavelmente aquele mais afectado pelo derradeiro conflito na PN - e a sua porta decorada é seguramente de desenho marata.



Fig. 116 e 117. Baluarte noroeste e pormenor do ângulo saliente (© W. Rossa, 2007; © S. Malpani, 2010)

No vértice noroeste do recinto, implanta-se o baluarte ribeirinho da fortificação portuguesa, preservando no seu essencial a sua traça europeia. Apresenta ainda canhoeriras e um acesso vertical para os parapeitos. Ainda no flanco norte, cerca de 30 m a leste do través do referido baluarte, encontra-se uma porta entaipada na muralha, também de claro desenho português, como se comprova pelos seus motivos decorativos e ainda um nicho para uma estátua sobre o seu arco. Esta

---

<sup>1084</sup> O recinto pertencia, em Janeiro de 2010, a Leeladhar Ragunath Chorge e continha cerca de quatrocentas palmeiras.



seria a porta do mar da fortificação, muito provavelmente integrada na estrutura da casa do capitão português.



Fig. 118 e 119. Porta do Mar no flanco norte, e pormenor (© W. Rossa, 2007; © Mendiratta, 2010)

Continuando para leste ao longo deste flanco, assinalam-se duas inscrições portuguesas embutidas na muralha, claramente fora das suas posições originais. Uma alude à já referida reconstrução da fortificação em finais de Quinhentos:

*“Este Forte mandou fazer o Ilustrissimo Sor. Matias D’Albuquerque Viso Rei da India no ano de 1593”*<sup>1085</sup>.



Fig. 120 e 121. Inscrições apostas nas muralhas no flanco norte (© W. Rossa, 2007; © Mendiratta, 2010)

<sup>1085</sup> MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. I, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, p. 311.



A outra é uma pedra tumular aposta fora do seu contexto. Já as alvenarias do lado oeste e sul apresentam um aparelho diferente, pelo menos para uma altura superior, tratando-se de construções ou reconstruções maratas após 1739. Contudo, precisamente no vértice sudeste do recinto amuralhado é visível, já quase ao nível das fundações, um aparelho de aparência portuguesa. Assim, apenas com uma prospecção arqueológica aturada se poderia indagar a verdadeira dimensão da camada de origem portuguesa nas ruínas de Tarapur.



Fig. 122. Baluarte noroeste de Tarapur (© S. Malpani 2010)



Fig. 123. Pormenor decorativo na porta marata (© Mendiratta, 2010)

### 3.2.4. Asserim (Asherigad)

(19°49'16"N, 72°55'13"E)

“[A] *quelle lugar parece desterro do mundo*”

frei António Gouveia, 1606<sup>1086</sup>

#### *Introdução*

Localizada cerca de 25 km da costa e a leste de Tarapur, Asserim ocupa um lugar extraordinário no conjunto de posições defensivas da PN, sendo a única autêntica fortificação de montanha do território. Existiam outras estruturas defensivas em lugares elevados do território, mas nenhuma comparável em dimensão ou valor estratégico a Asserim<sup>1087</sup>.

Adquirida pelos portugueses em 1556 através do suborno do seu capitão sidi, Asserim foi perdida no contexto do conflito com os maratas em 1684, tendo sido reconquistada três anos mais tarde. Foi novamente tomada pelos maratas, sem batalha, em Fevereiro de 1739.

O poderio militar de Asserim radicava nas suas “muralha naturais”: as escarpas que se elevavam praticamente na vertical desde o sopé da montanha até ao amplo planalto sobre o maciço rochoso. O acesso ao planalto, através de um estreito caminho ao longo das escarpas, culminava num túnel inclinado com degraus esculpidos na rocha viva. Para içar cargas pesadas ou animais, existia um guindaste num dos precipícios do planalto. Estas características defensivas naturais praticamente dispensavam outras edificadas pelo homem e Asserim quase não possuía muralhas ou artilharia – antes, montavam-se pedregulhos no topo da montanha para se despenharem sobre eventuais atacantes. A isto acrescia o vital facto do planalto estar bem provido de água potável e ter dimensão suficiente para suportar gado.

Asserim dominava uma praga bem florestada com árvores de teca, cuja madeira era encaminhada pelos rios Suria e Vaitarna até aos estaleiros navais de Agaçaim (Agashi) ou Baçaim. A sua importância para a defesa da PN reflectia-se na sua considerável guarnição e apertada vigia. A par das quatro cidades da Província do Norte, Asserim figura nas gazetas e primeiras enciclopédias

---

<sup>1086</sup> GOUVEIA, Fr. António, *Jornada do Arcebispo de Goa Dom Frei Aleixo de Menezes...*, Coimbra, Na Officina de Diogo Gomez Loureiro, 1606, p. 125v.

<sup>1087</sup> Apenas as fortificações de Carnalá (Karnala) e Sanguicá (Sankshi) ombreiam com Asserim. Estas foram conquistadas pelos portugueses e retidas durante poucos meses em 1541. Sobre estas duas fortificações, V. *infra*, 1.1. “Génese, ocupação e consolidação, 1521-1739”, p. 21.

européias, tendo ainda sido descrita por vários autores, com destaque para a relação de frei Paulo de Trindade<sup>1088</sup>.

Até recentemente, a historiografia portuguesa ignorava a posição geográfica precisa de Asserim. Em 2007 uma equipa liderada por Walter Rossa e Paulo Varela Gomes escalou a montanha, encontrando uma pedra-de-armas portuguesa e outros vestígios arqueológicos do período português, aclarando assim o enigma da sua localização<sup>1089</sup>.

### ***Período pré-português***

A tradição de construir fortificações sobre elevações encontrava-se amplamente difundida no Decão desde tempo remotos, sendo Asserim uma dentre muitas fortificações edificadas nas montanhas dos Gates Ocidentais. Praticamente tudo o que sabemos sobre a história de Asserim antes dos portugueses encontra-se publicado no *Gazetteer*. Segundo essa fonte, a fortificação foi tomada no início do século XIV por Raja Bhimdev, o líder hindu da região de Salcete, aos Coles<sup>1090</sup>.

A primeira referência portuguesa a Asserim data do tratado luso-gujarate de 1534 pelo qual a jurisdição de Baçaim foi cedida ao Estado. Nesse instrumento, declarava-se que os soldos das guarnições das fortificações de “*Aceira e Coeja*”, ficavam a cargo dos rendimentos das aldeias sob a nova administração portuguesa de Baçaim. As montanhas de Asserim e Coja (Kohoj), separadas por cerca de 18 km, eram assim de destacada importância para a defesa das terras de Baçaim, apesar de permanecerem sob soberania do sultanato de Gujarat. Contudo, já o instrumento do ano seguinte, pelo qual os portugueses obtiveram Diu, cedeu também ao Estado as duas fortificações de “*Aceira e Corja, com todos seus direitos, terras e pertencas*”<sup>1091</sup>.

Assim, a posse *de jure* de Asserim remonta a 1535, facto que parece ter iludido os historiadores e o próprio cronista Diogo do Couto. Terá a corrupção portuguesa do nome contribuído para esta lacuna? Facto é que a primeira grafia portuguesa do sítio cessa na documentação posterior a estes tratados, dando lugar à vulgar Asserim ou Açarim.

---

<sup>1088</sup> TRINDADE, fr. Paulo da, *Conquista Espiritual do Oriente...*(ca. 1629), fr. Félix Lopes (ed.), pt. II, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, pp. 91-95.

<sup>1089</sup> A identificação geográfica de Asserim foi alcançada no âmbito do projecto “Bombaim antes dos Ingleses” (2004-2007), coordenado por Walter Rossa. Em Janeiro de 2010, o presente autor efectuou, com a ajuda de uma pequena equipa, um levantamento topográfico das principais ruínas ainda visíveis em Asserim.

<sup>1090</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: Places of Interest*, Bombay, Government Central Press, 1882, pp. 11-14; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIII, pt. II, *Thana: History*, Bombay, Government Central Press, 1882, pp. 60, 97 e 437.

<sup>1091</sup> *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 63-65, 70.

Seja como for, e por razões que desconheço, os portugueses não ocuparam as duas fortificações e respectivas praganas, sendo que também não se voltou a aludir à sua cedência pelo tratado luso-gujarate. Poderá ter contribuído para esta inacção a guerra de 1538-1540 contra a antiga nobreza indiana de Baçaim e o conflito decorrente entre os sultanatos de Ahmadnagar e Gujarat, ou então o facto de Asserim e Coja (Kohoj) estarem ocupadas pelos aguerridos sidis que em meados do século XVI se autonomizaram do poder central do fragilizado sultanato de Gujarat.



Fig. 124. Montanha de Asserim (© S. Malpani, 2008)

### ***Período português, 1556-1739***

Com a morte do sultão do Gujarat Mahmud Shah III em 1554, instalou-se um conflito interno sucessório naquele reino já enfraquecido. Aproveitando-se desse facto, os portugueses tentaram obter por negociação a cidade e jurisdição de Damão, que à data estava *de facto* nas mãos de militares rebeldes de origem sidi. Contudo, esta questão tardava em concretizar-se. Em inícios de 1555, o vice-rei Francisco Barreto rumou a Baçaim, onde se reuniu com a fidalguia da cidade e com o capitão de Diu, Diogo de Noronha. Ficou então decidido primeiro obter-se as fortificações de Manorá (Manor) e Asserim antes de se intentar uma investida sobre Damão<sup>1092</sup>.

---

<sup>1092</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. III, cap. 8, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 228-230.



Como Asserim detinha fama de ser inexpugnável, tratou o vice-rei de negociar a sua aquisição através da mediação de um influente mercador muçulmano de Baçaim. Este comerciante conhecia o capitão de Asserim, “*hum gentio chamado Condixá*”, segundo as fontes portuguesas. Após breves negociações, a posição foi comprada por seis mil e quinhentos pardaus. Tomando prontamente posse da fortificação em inícios de 1556, o capitão de Baçaim António Moniz Barreto destacou sessenta soldados com seu capitão para defesa da posição. Simultaneamente, ordenou um “*naique*” e duzentos peões para policiamento da respectiva pragana<sup>1093</sup>.

Volvidos poucos anos, a pragana de Asserim foi invadida pelas forças do sultanato de Ahmadnagar, que à altura impunha um apertado cerco a Chaul. Nessa conjuntura, o capitão-mor de Damão, Álvaro Pires de Távora, enviou um socorro para reabastecer e apetrechar os defensores de Asserim<sup>1094</sup>. Entre 1578 e 1581, a pragana de Asserim foi incorporada no distrito de Baçaim<sup>1095</sup>. No ano seguinte, em 1582, a posição foi o ponto de partida para uma campanha contra o rei dos Coles, através da qual se destruiu a sua capital, Javar (Jahwar)<sup>1096</sup>.

Durante o conflito do Morro de Chaul (Korlai) em 1594, a pragana de Asserim foi novamente invadida pelas tropas do sultanato de Ahmadnagar. Estas assentaram arraial perto da montanha, bloqueando a ligação terrestre a Tarapur. Contudo, o capitão Henrique Pereira de Lacerda, desbaratou o arraial em Maio de 1594, chegando pouco depois um socorro de Tarapur sob o comando de Álvaro de Abranches. No regresso à costa, Abranches atacou e desmantelou a posição que o inimigo havia fortificado na montanha de Santa Cruz (Asava)<sup>1097</sup>. Asserim voltou padecer de falta de mantimentos durante o conflito de 1612-1615 contra os exércitos do Império Mogol e do Sultanato de Ahmadnagar. Neste contexto, foi socorrida por uma coluna militar, comandada pelo capitão-geral Gaspar de Mello, com 200 carretas puxadas por bois requisitados aos moradores da

---

<sup>1093</sup> Já em Dezembro de 1562, era capitão de Asserim Rui dias Pereira (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. III cap. 13, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 261-268; Carta do vice-rei Conde do Redondo datada de 20 de Dezembro de 1562, *Livro dos Registos da Casa dos Contos* nº 3, fl. 233v, HAG, cit. in *Arquivo Português Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. V, pt. II, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1865, pp. 524, 525).

<sup>1094</sup> PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorey Dom Luis de Ataíde*, Coimbra, Na impressam de Nicolao Carvalho, 1617, p. 97; *Livro das cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia...*, Francisco Mendes da (ed.), *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1953, p. 41.

<sup>1095</sup> *Livro das cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia...*, Francisco Mendes da (ed.), *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1953, p. 41; RODRIGUES, Vítor Gaspar, “A Organização Militar da Província do Norte durante o Séc. XVI e Princípios do Séc. XVII”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, pp. 255, 256.

<sup>1096</sup> V. *supra*, 2.2. “Quatro décadas conflituosas, 1571-1615”, pp. 51, 52.

<sup>1097</sup> ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Colecção “Pelo Império”, nº 9, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p 22, 23.



ilha de Salcete. Ao longo do caminho terrestre desde Tarapur, o comboio foi atacado pelo inimigo<sup>1098</sup>.

Na segunda metade de Seiscentos, e à medida que aumentava a ameaça marata sobre a PN, a defensibilidade de Asserim voltou preocupar o Estado, registrando-se por exemplo intervenções na “*pataya*” e nas “*guaritas*” do planalto fortificado<sup>1099</sup>. No contexto da invasão do rei Sambhaji, Asserim caiu nas mãos dos maratas em finais de 1683. Segundo François Martin, governador francês de Pondicherry, o capitão português da fortificação havia sido subornado com quarenta ou cinquenta mil xerafins, traição confirmada numa carta do vice-rei Francisco de Távora<sup>1100</sup>. Apenas foi reconquistada pelos portugueses em Outubro de 1687 através de uma audaz escalada por iniciativa do capitão Gaspar Freire de Carmona, que à altura assistia em Manorá (Manor). Segundo o vice-rei Rodrigo da Costa, aos atacantes foi “*necessario treparem como gatos por paos que lhe encostaram*” às escarpas da montanha serra, “*peganodsse por ancas, e pedras, levando só espadas e rodellas, e tanto que chegarão ao cume da serra, acometerão os que nella residião*”, atacando “*com impito e furor*”<sup>1101</sup>. Curiosamente, a maior parte dos soldados desta operação eram “*lascarins*”<sup>1102</sup>.

Em inícios do século XVIII, as defesas de Asserim estavam em mau estado, devido às guerras anteriores. Para se proceder às obras necessárias, o vice-rei Rodrigo da Costa ordenou em 1712 que o engenheiro-mor João Pires de Rebouça visitasse Asserim e orçamentasse as intervenções necessárias<sup>1103</sup>. A partir de 1718, com a proximidade dos maratas em Galiana (Kalyan) e Biundi

---

<sup>1098</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de Lima Felner (ed.), vol. I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1876, pp. 255, 256.

<sup>1099</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 6 de Março de 1677, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 13*, Ms. 1171, fl. 109, HAG; Carta do vice-rei António Pais de Sande datada de 29 de Maio de 1679, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 2*, Ms. 1250, fl. 45, HAG.

<sup>1100</sup> *Mémoires de François Martin, fondateur de Pondichéry (1665-1694)*, Alfred Martineau (ed.), Paris, Société d'éditions géographiques, maritimes et coloniales, 1932, p. 340; Carta do vice-rei Francisco de Távora datada de 8 de Fevereiro de 1684, *Livro das Monções nº 49*, Ms. 56, fl. 347, HAG.

<sup>1101</sup> Para uma descrição deste ataque V. Carta do vice-rei da Índia D. Rodrigo da Costa de 24 de Janeiro de 1688, *Livro das Monções nº 52*, Ms. 60, fls. 287-290, HAG, pub. in PEREIRA, António de Bragança, “Portugueses em Baçaim”, *O Oriente Português*, nº 7-8-9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1935, pp. 301, 302; Carta de Tristão de Mello de Sampaio (s/d), *Livro das Monções nº 52*, Ms. 60, fls. 23, 23v, HAG.

<sup>1102</sup> Por assento do Conselho de Fazenda, distribuíram-se cinco mil xerafins pelos cinquenta lascarins que ajudaram ao capitão Gaspar Freire de Carmona a escalar e reconquistar a fortificação de Asserim. Também durante o período de 1683-1687, um militar indiano, “*Banda Parau*”, capitão de quinhentos homens em terras maratas, tinha desertado para o lado português, assistindo na pragana de Asserim (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 15 de Maio de 1687 e 4 de Fevereiro de 1688, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fls. 178v, 206, 208, HAG).

<sup>1103</sup> Ainda antes, em Novembro de 1703, o Conselho da Fazenda assentou que o “*vizitador*” da PN Francisco Correia de Mesquita pudesse edificar quarenta casas. Uma década volvida, trabalhava-se nas obras de “*reedificação das guaritas, Igreja, Pataya, e Alçapão da Fortaleza da Serra de Asserim*” (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 6 de Novembro de 1703 e de 22 de Dezembro de 1714, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 18*, Ms. 1177, fls. 158, 222v, HAG). Já em Maio de 1728, o mesmo Conselho da Fazenda autorizava o feitor de Baçaim, André Ribeiro Coutinho, a “*reedificar as obras do concerto das cazas do capitão da Praça de Assery, e da Igreja, Pataya, e paços do que precisamente carecerem*” (Assento do Conselho da Fazenda datado de 13 de Maio de 1728, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 68v, HAG; Carta do vice-rei João Saldanha da Gama datada de 14 de Maio de 1728, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fls. 22, 22v, HAG).

(Bhiwandi), Asserim voltou a estar em alvoroço constante<sup>1104</sup>. Em 1728, houve inclusivamente uma tentativa marata de “*tomar por intrepriza*” Asserim, tendo os atacantes sido rechaçados, deixando em campo muitas “*caitocas e escadas*”<sup>1105</sup>. Em relação à sua guarnição, e ainda para inícios de Setecentos, esta era composta por cinquenta soldados europeus e cento e cinco peões indianos com seu “*naique*”. Na raia da pragana, e fronteiro ao território dos Coles, existiam dois passos, também guarnecidos por outros dois “*naiques*”. Já elevação de Santa Cruz (Asava), 12 km a oeste de Asserim, estava ocasionalmente guarnecida com um “*naique*” e dois “*pagens*”<sup>1106</sup>. Perante a grande ofensiva marata contra a PN em 1737, Asserim ficou novamente isolada e cercada por hostes inimigas. Contudo, o cerco foi repellido através de uma contra-ofensiva liderada por Pedro de Mello, o novo general, em Abril de 1738. Após esse socorro, foi nomeado capitão da fortificação Caetano de Sousa Pereira<sup>1107</sup>. Asserim foi definitivamente perdida para os maratas em Fevereiro de 1739<sup>1108</sup>.

Sobre o período marata, que se prolongou até 1817, não consegui localizar qualquer informação histórica. Aquando da ocupação de Asserim pelos ingleses, a posição estava já abandonada e com várias estruturas arruinadas. Contudo, por precaução, um militar inglês determinou a destruição com explosivos do túnel do Passo da Entrada e de outras estruturas no planalto<sup>1109</sup>. Desde então, Asserim permaneceu abandonada.



Fig. 125. Representação da região da PN, pormenor (*Mapa Tepografico...*, ca. 1757, AHU)

<sup>1104</sup> “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...por André Ribeiro Coutinho, 1728”, *O Chronista de Tissuary*, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 33.

<sup>1105</sup> Memórias militares do Estado da Índia pertencentes ao ano de 1728, *Cod. 51-VII-16*, fls. 31, 31v, BA.

<sup>1106</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 6 de Maio de 1694, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 16*, Ms. 1174, fls. 154, 155v, HAG; Regimento dos ordenados ordinária da Fortaleza de Asery [s/d], *Livro do Tombo de Baçaim*, Ms. 1367, fls. 15, 15v, HAG.

<sup>1107</sup> GRACIAS, J. A. Ismael, “Os Últimos Cinco Generaes do Norte”, *O Oriente Português*, vol. III, nº 7, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1906, pp. 225, 226.

<sup>1108</sup> *Relação da guerra que o infl. Maratá fez no Estado da Índia...desde o dia seis de Abril de 1737 até os primeiros de Janeiro de 1745...*, Ms. 1605, BNP, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: como se perdeu Baçaim”, *Boletim Vasco da Gama*, nº 10, Nova Goa, Tipografia Bragança & Ca., 1931, pp. 46, 47.

<sup>1109</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of Interest*, Bombay, Government Central Press, 1882, p. 13.





### Asserim (1556-1739)

Legenda:

- 1 – Casa do capitão e recinto murado
- 2 – Passo da Entrada e posições com artilharia
- 3 – Passos defensivos
- 4 – Passo das Vacas e guindaste
- 5 – Passos defensivos (localizações hipotéticas)
- 6 – Torre hexagonal
- 7 – Túnel e alçapão
- 8 – Igreja de Nossa Senhora dos Remédios
- 9 – Pataia
- 10 – Mina de água
- 11 – Caminho para o guindaste

Figura 126.



[A3]

## Descrições

O primeiro regimento português para fortificação, dado em data pouco posterior à sua conquista, previa o ordenado de trezentos mil reis para o seu capitão. Na hierarquia, seguia-lhe um escrivão<sup>1110</sup>; um meirinho; um “*sobre rolda*”; porteiro; e um condestável. O regimento determinava que em Asserim deveriam residir cinquenta “*homens portugueses*” para sua guarnição, recebendo soldos e mantimentos de “*homens d’armas*” e sem “*quebra alguã como se tirarão aos mais soldados ordinários*”<sup>1111</sup>. A primeira descrição conhecida de Asserim é dada por Diogo do Couto que, tendo sido capitão de Tarapur, muito provavelmente viu a fortificação pelos seus próprios olhos. Couto refere dois acessos ao planalto de Asserim – um para os homens e outro, guindado por cordas, para os animais. Ambos estes acessos, ou passos, situavam-se num “*releixo à roda da serra*” – ou seja, numa estreita plataforma que corria ao longo de parte das face escarpada da montanha. Nestes dois passos principais, o da “*Entrada*” e o das “*Vacas*”, haviam quartéis para soldados. Couto refere ainda outros dez passos, sem os nomear, implantados nos locais onde a força das águas havia aberto sulcos no maciço rochoso.

Nesses passos estavam colocados pedregulhos que, ao menor sinal de perigo, poderiam ser arremessados pelas vertentes abaixo. Curiosamente, Couto menciona um sistema de cordas através do qual os pedregulhos podiam ser soltos de noite sem os soldados se levantarem dos seus catres nos Passos. De seguida, Couto descreve o planalto, onde estavam os “*gazalhados e aposento do capitão, armazéns, cisterna de água e igreja*”. A guarnição de Asserim consistia normalmente em sessenta soldados, pagos em mão pelo feitor de Baçaim, que para tal se deslocava à fortificação<sup>1112</sup>.

Contemporânea com a descrição de Couto é a referência à visita do arcebispo frei Aleixo de Meneses a Asserim em 1597 e cujo relato consta da *Jornada do Arcebispo* escrita por frei António de Gouveia. Asserim teria então setecentos habitantes, “*entre soldados Portuguezes, piães da terra, casados com suas mulheres e filhos*”, que viviam “*no alto da serra*”. Gouveia menciona também os dois acessos ao planalto: o caminho pelo Passo da Entrada e o acesso por “*outro passo*” onde “*vão em huas cordas atados por onde se alão a cima as vacas e gados que se metem na fortaleza e outros serviços*”. Para além do seu valor estratégico, Asserim era cobiçada pelos “*reis vizinhos*” devido ao seu carácter sagrado, do qual fazia parte uma lenda de uma formosa rainha encantada. Por esses motivos “*pretenderão algumas vezes os Reis vizinhos apoderar-se desta fortaleza com muitas invenções*”. Segundo Gouveia, em respeito a esta lenda, haviam os portugueses denominado umas das estruturas defensivas de Passo da

---

<sup>1110</sup> Provisão do vice-rei datada de 4 de Julho de 1564, *Livro das Monções nº 4*, Ms. 6, fl. 275v, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. V, pt. II, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1865, p. 570.

<sup>1111</sup> Cópia dos Capítulos do Regimento que o Vice-Rey Dom Antão de Noronha ordenou a 13 de Março de 1565, *Livro de Regimentos das Fortalezas nº 1*, Ms. 1418, fls. 37, 37v, HAG.

<sup>1112</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. III, cap. 8, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 228-230.

Formosa. No planalto havia “*muitas galgas de pedras grandes, que é a artelharria desta fortaleza*”. Pelo facto de “*nam entrar justiça*” na Serra de Asserim, Gouveia refere que nela se acolhiam “*todos os de casos graves, que por outras partes não têm remédio, e que nela se sofrem por haver soldados*”, concluindo que “*aquelle lugar parece desterro do mundo*”<sup>1113</sup>.

O testemunho de frei Paulo de Trindade, escrito por volta de 1629, é a descrição mais esmiuçada de Asserim, resultando de observações recolhidas em primeira mão, como o próprio assevera<sup>1114</sup>. Trindade começa por afirmar que Asserim se “*pode ter por uma das maravilhas do mundo, porque, além de ser muito alta e sobremaneira íngreme, são mui estranhas as particularidades que nela há*”. Ao descrever o percurso ascendente, Trindade refere o perigoso percurso até o Passo da Boa Esperança, ficando, “*ao entrar por ele, à mão esquerda a serra e à direita um alto e íngreme precipício de mais de meia légua de alto, que tanto tem a dita serra até aquele passo*”. Naturalmente, a meia légua é um exagero, estando o planalto a cerca de 512 m acima do nível do mar. Aquando da mencionada visita de frei Aleixo de Meneses em 1597, havia-se construído uma protecção lateral nessa zona do caminho ascendente, com um “*mainel de cordas e estacas*” que se renovou alguns anos mais tarde, para a visita do arcebispo Cristóvão de Lisboa. Continuando a descrever o percurso, “*depois deste medonho passo se entra por uma porta pequena em um escasso pátio onde está uma escada muito íngreme e de degraus muito estreitos, pela qual se sobe a um alçapão que de ordinário está fechado com chave, e um português de confiança assistente lhe serve de porteiro*”. Este seria o túnel posteriormente destruído pelos britânicos, mas cuja localização e vestígios ainda são identificáveis. Trindade nomeia outro alçapão, que seriam provavelmente os degraus e porta do lado interior do Passo da Entrada. Junto desta última estrutura havia uma cisterna escavada na rocha.

Passando ao amplo planalto, o autor individualiza várias estruturas: a igreja; as casas do vigário; do capitão; do padeiro; e a “*pataia*” onde se recolhia mantimento. Nesta última estrutura, havia normalmente reservas de cereais para dois anos. A guarnição, entre portugueses e indianos, era de quase cem homens e habitava ao longo “*dos pouco mais de dez passos*” da montanha, não se misturando com as casas dos casados, espalhadas pelo planalto. Tanto os passos como as casas eram normalmente cobertas de “*palha e feitas de esteiras grossas de bambus a que se chamam caparas*”.

Para além do Passo da Entrada, Trindade individualiza três passos no planalto: o “*da Tarde*”; o “*das Vacas*”; e o “*da Formosa*”. O primeiro, assim chamado “*por ser tão sombrio que nunca entra o sol nele*”, situava-se a necessariamente a norte e junto dele estava a fonte de água perene que abastecia a maior parte da população. O Passo das Vacas designava-se assim “*porque por ele se provêem de vacas*

---

<sup>1113</sup> GOUVEIA, Fr. António, *Jornada do Arcebispo de Goa Dom Frei Aleixo de Menezes...*, Coimbra, Na Officina de Diogo Gomez Loureyro, 1606, pp. 124v-125v.

<sup>1114</sup> TRINDADE, fr. Paulo da, *Conquista Espiritual do Oriente...*(ca. 1629), fr. Félix Lopes (ed.), pt. II, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, pp. 94-96.



*para a sua sustentação, guindando-as por uma janela que cai sobre o exterior da serra, por não poderem entrar nela por onde entram os homens”. Finalmente, o Passo da Formosa, vizinho ao anterior, estava normalmente “despovoado, porque se diz que não pode morar nele homem que se chame João e nem se pode nomear nele este nome, porque havendo qualquer destas cousas, tudo quanto há no passo se quebra e se faz em pedaços”. O nome “Formosa” resultava de uma lenda sobre “uma moura encantada, e há muitas pessoas que afirmam terem-na visto e ser muito formosa”.*

Da parte leste do planalto, lançava a “serra uma ponta chamada a Tromba por ter semelhança de um tromba de elefante, donde são precipitados os malfeteiros e algumas espias dos inimigos”. Nesse local e ao longo do contorno do planalto estavam “sempre engalgadas grandes galgas que cada uma posta ali em seu lugar custa cinco paraus, que são as armas com que se defendem os seus moradores”. Quando assomava à serra uma pessoa de distinção, mandava o capitão uma ou duas destas galgas, sendo “coisa medonha vê-las ir pelo ar aos tombos até chegar abaixo, onde fazem tão grande estrondo como se disparara uma grossa peça de artilharia, e feitas em pedaços vão fazendo as árvores do mato, e tudo quanto encontram, em pedaços”.

Desde 1601 que assistia em Asserim um pároco, tendo sido o primeiro frei Nuno Barreto. Este religioso havia escrito uma relação do sítio encomendada por frei Aleixo de Menezes, e que, segundo Trindade, havia sido levada para Portugal<sup>1115</sup>. Antes dessa data, apenas existia uma ermida no planalto, onde assistiam esporadicamente missionários franciscanos vindo de Baçaim. Estes primeiros missionários costumavam benzer a água de uma das cisternas, conhecida como a cisterna “da Água Benta”. A descrição de Trindade vai ao pormenor de mencionar a dieta habitual dos habitantes, composta de “um peixe seco chamado dará, do qual” se “vai comendo aos poucos com arroz da ordinária, e ao longo do peixe um canudo de bambu com azeite e legumes e muita carne de mato, como pavões, porcos e veados, que há muitos pelo mato ao longo da serra”. Finalmente, o religioso observava que Asserim se defendia “com tanto cuidado e vigilância como se fora uma das fortalezas de África”, fazendo-se a sua vigia “com muita pontualidade e não pequeno trabalho”. Apesar do isolamento e perigos inerentes à defesa de Asserim, havia sempre soldados prontos para nela assistirem, “pelo mantimento certo que ali acham”<sup>1116</sup>.

Do mesmo ano do relato do religioso franciscano, existe uma informação prestada pelo capitão de Asserim, correspondendo a uma directiva do vice-rei Miguel de Noronha. Nesse documento regista-se que o planalto fortificado tinha treze passos e “simco que” eram “de muita vigia: o da Porta; Tarde; Olifante; Parabu, e Vacas”.

---

<sup>1115</sup> TRINDADE, Fr. Paulo da, *Conquista Espiritual do Oriente...*(ca. 1629), fr. Félix Lopes (ed.), pt. II, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, pp. 94-96.

<sup>1116</sup> TRINDADE, Fr. Paulo da, *Conquista Espiritual do Oriente...*(ca. 1629), fr. Félix Lopes (ed.), pt. II, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, pp. 94-96.

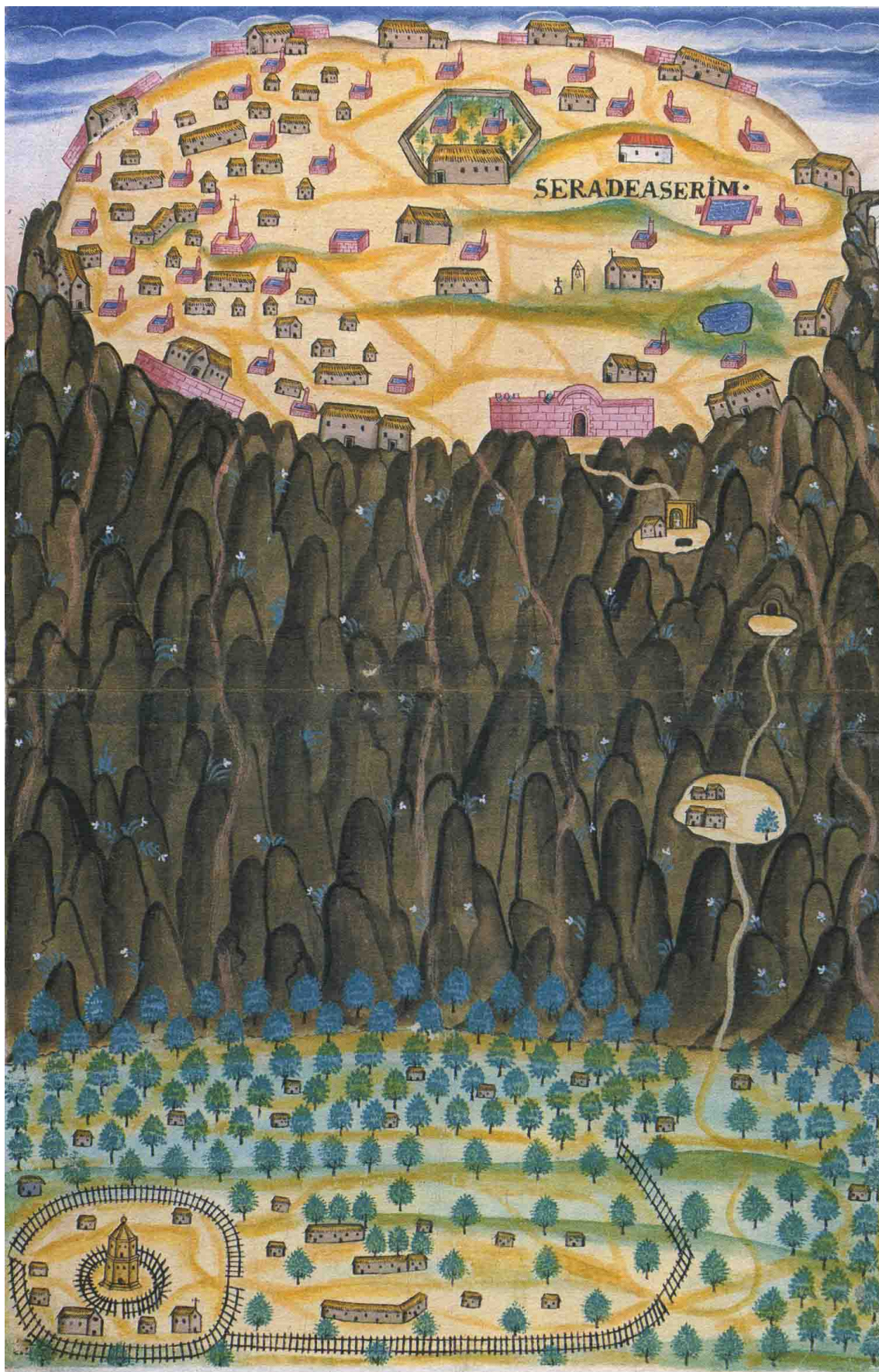


Fig. 127. Asserim (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE)

Estas posições defensivas eram guarnecidas por casados “*porque assim vigiãõ melhor*”, sendo construídas de “*pao e palha*”. Para evitar o deslizamento destas estruturas durante as enxurradas das monções, as suas paredes de contenção eram soldadas “*pelos baixos*”, e inspeccionadas uma vez por mês, “*a verçe fazem algum caminho*”<sup>1117</sup>.

António Bocarro também abordou Asserim, descrevendo a ascensão à montanha onde refere o Passo intermédio da Selada, onde estava “*um naiq com seis ou sete soldados*”. A partir desse local, o caminho fazia-se apenas pelo próprio pé, sendo o próximo Passo o da Boa Esperança. Daqui se continuava o percurso “*por dentro da terra por huma escada lavrada ao picão*”, até o local do alçapão, onde viviam quatro ou cinco portugueses. Próximo do alçapão estava a porta principal da fortificação, no Passo da Entrada, onde residia o porteiro. Na povoação do planalto moravam cento e cinquenta casados ou vizinhos capazes de tomar armas.

Bocarro refere a existência de treze passos em redor do planalto, destacando entre eles os da Porta (ou da Entrada); do Elefante; da Tarde; do “*Parabur*”; e o das Vacas. Ainda no planalto haviam vinte e duas cisternas “*lavradas na pedra pretta*” e dois tanques e ainda cento e vinte e seis “*muras, de três candis cada mura, de bate*”. De seguida, Bocarro enumera os militares e oficiais da Coroa destacados para Asserim e os respectivos salários. A lista é extensa e reflecte não apenas a importância militar da fortificação mas também o seu isolamento face às povoações portuguesas da costa. Para além do capitão-mor, que recebia anualmente três mil xerafins, havia um tradutor, um físico, um barbeiro, um ferreiro, um carpinteiro, etc.

Nesta altura, a guarnição era de apenas cinquenta soldados portugueses, havendo cerca de sessenta peões indianos a assistir na tranqueira no sopé de Asserim. Como os autores precedentes, Bocarro refere o facto da guarnição constar de “*homiziados*”, ou seja, de criminosos indultados<sup>1118</sup>.

Uma das descrições mais elucidativas de Asserim, do ponto de vista militar, provém do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira, que inspeccionou a fortificação em 1678:

*“Resta me agora só dar conta a Vossa Senhoria do que mais notei e he necessario na Serra de Asserim, que subi eu em 15 de Março deste anno [de 1678] [...]. Tem a dita Serra oito passos que são as riscas dellas, destes nomes: o 1º de João Soares, que demora ao noroeste; 2º de Jambullrº, que fica a les noroeste; 3º o das Vacas, a leste; 4º do Paravú a les sueste; 5º do de Elefante ao sueste; 6º o da Tarde, ao sul sueste; 7º do Pico ao sul; 8º a dos Naiques que está ao noroeste; a porta que he de alçapão e demora a oeste.*”

---

<sup>1117</sup> Lista da Serra de Asserim pelo capitão António Barbosa d’Antas datada de 14 de Novembro de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 519v-521v, HAG.

<sup>1118</sup> BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 107.

*Estes são os lugares em que se vigia; o passo mais arriscado he o das Vacas, e tão capaz de subir que quando a Serra era do gentio, subião por elle as boyadas carregadas de mantimentos de que se cobravão os direitos do lugar. A Fortificação que ha em todos estas passos he huma parede de pedra marmore e só são alguma dellas de altura de braça e meyaaté duas braças aonde mais. Estão feitas em lugares incompetentes, a meu entender, e que foi por poupar despeza. Estes riscos das Serras a que chamão passos principião em baixos estreitos, e vêm a morrer em sima largos. E as duas pontas deste fim acabão em dous despenhadeiros. Neste lugar se havião de fortificar, porque sobre ficar facil para vigiar e rondar, tãobem pera os socorrerem os que assistem em sima da Serra não hera possível poderse subir sem se sentir. As ditas paredes que hora estão feitas nestes riscos que são os quebrados que tãobem dão vazão à agoa do inverno, ficão as três parte da altura da Serra. A vigia que tem he de trás de cada qual destas paredes da banda de dentro huma palhota aonde assistem dous ou três, e aonde mais coatro negros, porque he toda gente que Sua Alteza paga naquelle prezidio. Só há hum branco, filho de Tarapur, capitão da assistência.*

*Acho couza muito fácil tomarse a dita Serra, porque por huma e outra parte, e pellos diterros [?] que ficão nas ilhargas destas paredes pode subir folgadamente quanta gente a quizer descalça, e faço o mais barato os negros que prezidem, não he possivel que vigiem, nem como podem dous ou três fazerm-no sempre de noite e de dia. He certo que logo, e principalmente no Inverno que elles estão recolhidos nas palhotas durmindando que podem ouvir o inimigo emcostar em qualquer huma daquellas paredes huma escada ou bambu de esgalhos, e subirem os que quizerem, matarem os das palhotas, e sem ninguém sentir por ficarem muito abaixo da planície em que assistem os mais pretos, e naquelle lugar puxarem o número do poder que quizerem, e repartirem aos mais passos que baste para matar os negros às pedradas e no mesmo tempo cometerem os da planície que estão recolhidos em palhotas, lançar-lhes fogo e esperarlos ás portas dellas [...].*

*As riscas da Serra se devem fortificar por sima nos lugares que ficão apontados, pera que as pontas dos muros vão morrer nos despenhadeiros, porque assy ficaão defensáveis e faceis nas vigias e rondas e socorro da planície.*

*Na qual he no sítio della, mais capaz junto a hum dos dous tanques, onde huma das treze sisternas que há em sima se deve fazer hum fortim com sua pataya dentro para a gente que assiste em sima da Serra dormir e vigiar de noite, poruqe se acazo ella for entrada, o dito fortim se poder defender athe destas praças se lhe poder hir accudir. porque não sendo assym, se por hum destes passos se entrar por descuido ou treyção, logo se perdeo sem remedio algum ou esperanaça, fallando ordinariamente, de se recuperar, e tãobem pella experiência que temos de que nada do que perdemos na índia nos tornou a até agora, e a prevenção seria pera desviar os intentos dos inimigos se exforça as mais das vezes acometer sabendo que a não há, e quando o faça sem ambargo della, he a mayor parte aonde acha [?] de sua distroição.*

*Pello pé da dita Serra vivem huns negros que parecem may selvagens que homens racionais, poruqe as cazas são humas choupanas em que não cabe a cama no chão, o vestido o que lhe deu a natureza, a paga do dinheiro de Sua Alteza três tangas cada hum por quatro larins pouco mais ou menos; nestes fazem alguns a mayor confiança, tendo a experiência mostrado que em havendo qualquer guerra nehum aparece e a my me certificarão que com menos de meyo pardau se pode comprar cada hum delles, e que muito seu intereçe faz infieis a tantos principes da mesma nação a que forão traidores [...].*

*Este inverno [monção de 1678] se arruinou a dita Serra o que se vê pella copia da carta que com esta vay de dous do corrente [mês de Agosto] do capitão della Manoel da Silva. Hé necessario acudir logo a estas ruínas e que quando Vossa Senhoria mandar fazer alguma despeza declare quem ha de assistir pera ellas com dinheiro, porque de outro modo não passa a effeito”<sup>1119</sup>.*

Meio século mais tarde, André Ribeiro Coutinho legou-nos outra descrição da fortificação, baseada com probabilidade em observações directas. Coutinho começa por dizer que no planalto, sobre “*hum dos mayores gigantes de pedra que produziu a natureza*”, havia pasto mais que suficiente para suportar o gado necessário aos habitantes. Coutinho explica que os passos eram “*humas fendas que o tempo e a natureza abriram naquela rocha, e só por estas partes deixa de parecer cortada a plumo aquella admirável eminência*”. Em cada Passo havia “*hum corpo de guarda capaz de dez soldados*”. No centro do planalto, existia uma “*fortaleza em forma circular, muito fraca, muito velha, e só disposta para a defesa com algumas seteiras*”.

De seguida, Coutinho refere uma “*torre sem pavimento, nem portas, e quase padecendo última ruína*”, provavelmente a torre octogonal do lado leste do planalto. Em relação à igreja de Nossa Senhora dos Remédios, estava destelhada, “*sem porta alguma, as paredes fendidas, os arcos quebrados*”, e “*quase sem conserto*”. Semelhante situação padecia a casa do capitão e mesmos os Passos defensivos, que estavam “*sem telhados nem pavimentos*”. A guarnição constava de cento e cinquenta homens, “*que mais servem para arrojar a madeira dos capitães do que exercer a obrigação de soldados*”. Entre a guarnição, existiam crianças ou velhos incapazes de cumprir “*qualquer fatiga, nem ainda de fazer uma sentinella*”. Tal era o estado ruinoso de Asserim, em contraste com o seu valor estratégico, que Coutinho recomendava o seu restauro e reforma antes de qualquer outra intervenção no sistema defensivo da PN, sugerindo que a feitoria de Baçaim acudisse com metade da despesa necessário ou então se empregasse na obra os lucros do próprio negócio da madeira de Asserim<sup>1120</sup>.

---

<sup>1119</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 28 de Agosto de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fls. 133-135, BACL.

<sup>1120</sup> “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...por André Ribeiro Coutinho, 1728”, *O Chronista de Tisuary*, nº 2, Nova Goa, Imprensa Nacional, Fevereiro de 1866, pp. 57, 58.



### *Abuso de poder por parte dos capitães*

Apesar da importância defensiva de Asserim, a sua situação relativamente longe de Baçaim, numa zona densamente florestada e frequentemente atacada, tornava esta posição de fronteira bastante isolada das redes da PN. Dadas estas distâncias, física e temporal, de Asserim à capital da Província, para não dizer à do Estado da Índia, foram-se enraizando hábitos despóticos entre os sucessivos capitães da fortificação. Estes abusavam do seu poder sobre a guarnição, moradores e abunhados das aldeias, cometendo várias ilegalidades e violências. Tornaram-se assim regulares, a partir do século XVII, as queixas contra capitães de Asserim<sup>1121</sup>.

Uma das questões principais radicava no chamado privilégio do negócio da madeira, associado ao cargo: os capitães de Asserim detinham, por inerência, o monopólio de abate e venda da madeira das florestas da maior parte da pragana. Para tornar mais lucrativo este negócio, empregavam os soldados e peões da sua guarnição como lenhadores e arrolavam a população indiana nas mesmas funções, tratando de tudo com mão de ferro. Tornou-se também prática os soldados serem pagos com “*chitos*”, ou seja, letras de pagamento, o que os tornava ainda mais dependentes do capitão para se sustentarem<sup>1122</sup>.

Já no primeiro quartel do século XVIII, refere-se o facto dos capitães costumarem constranger os abunhados das aldeias pertencentes aos foreiros, empregando-os nos seus próprios interesses. Isto tinha causado a decadência e o abandono de várias aldeias, mingando assim a colecta de foros por parte da Fazenda Real<sup>1123</sup>. Aliás, os próprios capitães e talvez alguns dos soldados principais eram habitualmente os rendeiros de muitas das aldeias da pragana, sendo que através destes abusos de poder, logravam arrendá-las “*por muito menos do que valem*” aos seus senhorios, que as arrendavam “*por pouco por não perderem tudo*”<sup>1124</sup>. Não espanta assim que a correspondência entre vice-reis e os capitães de Asserim incluísse ameaças de exoneração a vários dos militares providos no cargo<sup>1125</sup>.

---

<sup>1121</sup> Um dos episódios mais ilustrativos deste abuso de poder relaciona-se com a inspecção da PN pelo vedor da Fazenda Geral, José Pinto Pereira e outros oficiais, em 1633. Estes exoneraram do cargo e prenderam o capitão de Asserim, Inácio de Sande, “*pelas queixas que houve*” das “*forças e violências que fazia a todos os moradores daquela pragana, e pelo que usava com os soldados e peões daquele presidio*” (Relatório Oficial da Fazenda Geral datado 27 de Outubro de 1633, Índia, cx. 16, doc. 85, AHU).

<sup>1122</sup> Existem várias ordens a proibir esta prática (Alvará do vice-rei Jerónimo de Azevedo datado de 21 de Fevereiro de 1613, *Livro de Alvarás nº 3*, fl. 51v, HAG, pub. in *Archivo Português Oriental*, Joaquim Cunha Rivara, (ed.), fasc. VI, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875, p. 920; Carta dos Oficiais da Fazenda de Baçaim para Sua Magestade de 23 de Dezembro de 1626, Índia, cx. 15, doc. 169, AHU).

<sup>1123</sup> [Memorial sobre o Estado da Índia pelo] Conde de Ericeira D. Luiz de Menezes datado de 22 de Outubro de 1720, *cod. 6698*, fl. 23, BNP.

<sup>1124</sup> [Memorial sobre o Estado da Índia] [Manuscrito] do Conde de Ericeira D. Luiz de Menezes datado de 22 de Outubro de 1720, *cod. 6698*, fls. 22v, 23, BNP.

<sup>1125</sup> V. por exemplo, Cartas do vice-rei Vasco de César Menezes datadas de 29 de Abril de 1715, *Livro dos Segredos nº 2*, fl. 85v, HAG.



Talvez a crítica mais acutilante a estas práticas tirânicas provenha da pena de Ribeiro Coutinho. A escrever em 1728, o militar acusava os capitães de: se servirem “*dos soldados para a condução da madeira; não terem completa a lotação*” da guarnição; “*não assistirem na Serra mas na tranqueira*” de Varanapor (Barhanpur); “*quebrarem a paz*” por desavenças com o “*Rei dos Colles; entreterem a mais fácil correspondência com o inimigo*” em situações de guerra; serem desobedientes aos generais da PN; terem prisão privativa; sequestrarem as mulheres dos seus abunhados ou habitantes próximos; cobrarem réditos ilegais nas aldeias vizinhas pertencentes ao reino dos Coles; “*e em fim fazerem quantas tyrantias, insultos, latrocínios e absolutos*” quanto “*inventou a ambição e a desobediência*”<sup>1126</sup>.

### ***Descrição actual***

As principais ruínas em Asserim dividem-se por cinco pólos: o Passo da Entrada; o núcleo central; a zona do celeiro; a torre octogonal; e o Passo do Elefante. Para além destas cinco zonas, não foram encontrados vestígios arqueológicos portugueses significativos, com a excepção do local de implantação do guindaste, no Passo das Vacas.

Em redor do Passo da Entrada, existem várias ruínas de muralhas e estruturas, e ainda aquilo que, com toda a probabilidade, foi o túnel de acesso e o local do alçapão (19°49'23"N, 72°55'3"E). Segundo as estimativas do capitão Dickenson, este teria cerca de 12 m de altura, conduzindo à porta horizontal e blindada do alçapão. Imediatamente a oeste deste local, existem vestígios de uma pequena estrutura, sobre uma plataforma no maciço rochoso, possivelmente um pequeno aquartelamento. A escassos 10 m para Norte do alçapão, está uma pedra-de-armas portuguesa, sem inscrição, e que aparenta pertencer ao período às últimas décadas do século XVI. Esta peça pertencia ou ao portal do Passo da Entrada ou a outra porta, um pouco mais a oeste, da qual não restam vestígios<sup>1127</sup>. Cerca de 6 m para nordeste da pedra-de-armas, existe um tanque de água escavado na rocha, encimado por uma inscrição muito deteriorada, em grafia marata *modi*<sup>1128</sup>.

Do local da pedra-de-armas, inicia-se um percurso de degraus esculpidos na pedra viva que conduzem ao portal do Passo da Entrada. Na ombreira esquerda deste portal encontra-se uma pedra esculpida com motivos indianos, indiciando uma reconstrução marata nessa abertura. Após outro lance de degraus, existe um pequeno rego que provavelmente circundava todo o passo da entrada. A

---

<sup>1126</sup> “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...por André Ribeiro Coutinho, 1728”, *O Chronista de Tisuary*, nº 2, Nova Goa, Imprensa Nacional, Fevereiro de 1866, pp. 57, 58.

<sup>1127</sup> Cf. *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: Places of Interest*, Bombay, Government Central Press, 1882, pp. 11-14.

<sup>1128</sup> No âmbito do presente trabalho, não foi possível determinar a data ou decifrar o conteúdo desta inscrição. Contudo, o tanque em si é referido por frei Paulo da Trindade como sendo o de “*Pimpaltunque*”, devido a uma árvore próxima com o mesmo nome, provavelmente uma *Ficus religiosa* (TRINDADE, Fr. Paulo da, *Conquista Espiritual do Oriente...*(ca. 1629), fr. Félix Lopes (ed.), pt. II, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, pp. 94-96).

este Passo pertencia decerto também uma estrutura quadrada localizada a 10 m para sul, já quase sobre o precipício da montanha. Desta estrutura quadrada, parte um lanço de alvenaria em direcção a oeste que alcança a o local onde o declive do maciço rochoso se torna vertical.

Pela representação de Barreto de Resende, infere-se que o Passo da Entrada era o único edificado integralmente em alvenaria de pedra. Provavelmente, as suas dependências de aquartelamento eram revestidas a telha, embora tal não esteja representado. Aqui situava-se a maior secção de muralha do perímetro defensivo de Asserim. Curiosamente, a vista assinala apenas ameias e peças de artilharia no lado norte da estrutura.



Fig. 128 e 129. Pedra-de-armas e zona do túnel do Passo de Entrada (© BBB, 2007)

O núcleo central do planalto de Asserim, localizado cerca de 350 m a sudeste do Passo da Entrada, está envolvido pelas ruínas de um muro e ocupa uma área de aproximadamente 2200 m<sup>2</sup> (19°49'16"N, 72°55'13"E). Dentro deste perímetro estão as ruínas de pelo menos dois edifícios: a igreja de Nossa Senhora dos Remédios<sup>1129</sup>, com sua dependência anexa; e uma segunda estrutura, possivelmente a casa do capitão. Durante ambas as visitas a Asserim no decurso do presente trabalho (Janeiro de 2007 e Janeiro de 2010), esta zona estava repleta de vegetação, dificultando a leitura dos

---

<sup>1129</sup> Em alguns documentos, esta igreja é designada por Nossa Senhora da Conceição (Carta do governador Rodrigo da Costa datada de 24 de Janeiro de 1688, *Livro das Monções nº 52*, Ms. 60, fl. 330, HAG, pub. in RIVARA, Joaquim da Cunha, *Ensaio Historico da Lingua Concani*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1858, p. 268).



vestígios arqueológicos e o seu levantamento topográfico. As ruínas da pequena igreja situam-se no lado norte da área encintada pelo muro, sendo que a fachada da igreja está orientada, com um ligeiro desvio, a Oeste. As dimensões interiores da nave são, aproximadamente, 13,3 m de comprimento por 6 m de largura, enquanto que a capela mede cerca de 6 m de comprimento por 4,9 m de largura. Da parede sul da capela abre-se uma porta para um compartimento, possivelmente uma sacristia, que por vez poderia ter comunicado com a residência do pároco, mencionada nas fontes históricas. As ruínas das alvenarias apenas nos permitem compreender a planta do edifício e algumas das suas fenestrações. Entre as ruínas encontraram-se várias pedras lavradas com motivos decorativos.



Fig. 130. Ruínas do arco do altar da igreja de Nossa Senhora do Remédios (© Mendiratta, 2010)

Poucos metros a leste da Igreja estão as ruínas de um edifício de implantação rectangular, medindo aproximadamente 15 m de comprimento por 10,5 m de largura. A função desta estrutura é desconhecida, mas provavelmente terá sido a residência do capitão de Asserim, sendo que, neste caso, teria necessariamente um piso superior. No piso térreo encontram-se quatro aberturas, para além da porta principal, na fachada leste, que completa o muro do núcleo central. Esta entrada é precedida de alguns degraus e apresenta cantaria lavrada e um aspecto algo monumental. Actualmente, nas ruínas desta estrutura está improvisado um local de culto hindu, tendo havido



uma deslocação de elementos construtivos. Em fins do século XIX foi encontrada uma inscrição epigráfica que lia:

*“A 27 de Outubro foi reedificado este forte de montanha no ano de 1587 e no ano de 1663 foi construída esta igreja de Nossa Senhora dos Remédios, sendo governador o Vice-rei António de Mello e Castro, sendo general do Norte João de Siqueira de Faria e capitão desta capitania Cr [...]”*<sup>1130</sup>.

Esta inscrição permite-nos datar as ruínas da igreja. Antes de 1663, existiria uma estrutura bem mais modesta, provavelmente feita de adobes e coberta de elementos vegetais, conforme é indiciado pela representação de Barreto de Resende, de 1635. Nesta vista, contudo, não é possível identificar o muro em redor da zona da estrutura religiosa e da suposta casa do capitão. Este deverá assim ter sido edificado após esta data, provavelmente no contexto da edificação da igreja ou ainda durante ou após a ocupação marata de 1684-1686. De resto, a função deste muro não poderia ser outra que não sustentar por um breve período de tempo uma revolta dos próprios habitantes ou guarnição de Asserim.



Fig. 131. Ruínas da estrutura perto da igreja Nossa Senhora do Remédios (© Mendiratta, 2010)

---

<sup>1130</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: Places of Interest*, Government Central Press, Bombay, 1882, p 386.

Caminhando 11 m para leste do recinto murado central, encontramos uma ampla zona repleta de pequenos buracos escavados na rocha e os vestígios de um muro de contenção (19°49'16"N, 72°55'17"E). Estas pequenas incisões na rocha serviam necessariamente para alicerçar pilares de um grupo de pequenas estruturas. Existe ainda uma cava rectangular, a envolver a maior parte das covas pequenas, que poderia ter servido para alicerçar as paredes de uma estrutura maior. Penso que estes vestígios marcam o local de um conjunto de espigueiros, constituindo o grande celeiro ou pataia de Asserim.



Fig. 132. Zona do celeiro ou pataia (© Mendiratta, 2010)

A área entre o celeiro, o núcleo central e o Passo da Tarde constituem as áreas mais arborizadas de todo o planalto, sendo que provavelmente aqui se concentrava a maior parte das casas dos casados, abrigados das monções e dos ventos fortes que sopram em Asserim. A vista de Resende sugere uma demarcação clara entre uma zona habitada e outra onde apenas se implantavam os passos defensivos.

As ruínas da torre octogonal de Asserim situam-se a cerca de 150 m a sudeste da zona do celeiro (ou seja, 19°49'14"N, 72°55'22"E). Apenas restam os vestígios das alvenarias até cerca de 1 m de altura, sendo impossível formar uma ideia da altura da edificação. Decididamente, esta não aparece assinalada na vista de Barreto de Resende. O aparelho das suas alvenarias e a ausência de argamassas ou cal apontam para uma construção ou pré-portuguesa ou pós-1739 (ou ainda do período marata de 1684-1686). Este é o local cimeiro de todo o planalto e seria naturalmente um ponto de observação importante para detectar movimentações inimigas a leste e a sul.



Em finais do século XIX, quando Asserim já se encontrava abandonada, foi observada tombada junto às ruínas desta torre uma pedra-de-armas portuguesa com a seguinte inscrição:

*“Reinando o mais Sereno Rei D. Sebastião, sendo governador deste estado o vice-rei D. Luís D’Athaide, a segunda vez, esta fortaleza foi mandada construir no ano de 1578”*<sup>1131</sup>.

Cerca de 140 m a sudoeste das ruínas da torre, em direcção ao precipício do maciço rochoso, estão as ruínas de um dos Passos de Asserim (19°49’10’’N, 72°55’20’’E). Trata-se muito provavelmente do Passo do Elefante, assim denominado pela forma e aparência desta vertente da montanha. A cerrar a fenda ou pequeno desfiladeiro neste vertente, encontra-se uma plataforma sobre um forte muro de contenção. Esta alvenaria está bem preservada e apresenta no seu aparelho uma arco de descarga. Trata-se seguramente de uma obra pré-portuguesa, à semelhança daquela – possivelmente a mesma - descrita por Ribeiro Coutinho: *“Nos ditos passos, ou fendas, se tem feito muros de pedra preta, ligada por dentro só com gatos de pau ferro [?], obra antiquíssima e admirável em todo o tempo”*<sup>1132</sup>. O aspecto mais curioso desta estrutura é precisamente o conjunto de marcas dos “gatos” ou grafos de metal entre as pedras de cantaria, que dispensavam assim ou uso de argamassa.



Fig. 133. Passo do Elefante (© S. Malpani, 2010)

<sup>1131</sup> A conclusão da data, parcialmente obliterada, foi sugerida por Gerson da Cunha. Em minha opinião, esta inscrição fazia parte da pedra-de-armas que Coroava o Passo da Entrada e que ainda se encontra perto desse local, V. *supra*, pp. 386, 387 (Cf. *Gazetteer Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thane: Places of Interest*, Bombay, Government Central Press, 1882, p 13).

<sup>1132</sup> “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...por André Ribeiro Coutinho, 1728”, *O Chronista de Tissuary*, nº 1, Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 33.



Finalmente, há que referir um outro local, cerca de 130 m a oeste das ruínas do Passo do Elefante (19°49'10"N, 72°55'16"E). Este é seguramente o Passo das Vacas, ou seja, o local por onde se içavam animais do sopé da montanha para o seu planalto, através do famigerado guindaste de Asserim. A fundamentar esta hipótese, existe escavada na rocha uma pequena fundação em forma de "H", associada a uma outra incisão que aparenta ter sido o ponto de contenção de uma alavanca. Segundo as fontes históricas já citadas, os animais eram guindados através de uma abertura numa rocha que caía sobre a serra. Assim parece sugerir o desenho de Barreto de Resende, apesar de não assinalar o guindaste propriamente dito.

Do período pré-português, para além dos vários tanques e cisternas destaca-se talvez de uma gruta sagrada hindu, numa zona central do planalto. A decoração no seu interior poderá ser posterior a 1739.



Fig. 134. Marcas de estrutura no Passo das Vacas (© S. Malpani, 2010)



Fig. 135. Marcas de estrutura no Passo das Vacas (© S. Malpani, 2010)

### ***Relação com a Rede Defensiva da Província do Norte***

Contrastando com todas as outras fortificações importantes da PN – e, talvez, do Estado da Índia até a expansão Setecentista do território de Goa -, Asserim não tinha acesso marítimo nem fluvial. Ou seja, em caso de cerco, apenas a muito custo poderia ser reforçada e reabastecida. Esta desvantagem era contrabalançada pelo facto da fortificação não precisar mais que uma mão cheia de soldados aptos e decididos a defendê-la. Praticamente não tinha artilharia, não precisando assim de pólvora ou de balas, material quase sempre em falta nas restantes fortificações. Tampouco careciam as suas estruturas defensivas de grande manutenção, visto praticamente não ter muralhas. Acrescia ainda o facto de haver uma fonte de água perene no planalto, ocorrência rara entre a constelação de fortificações de montanha do Decão, que dependiam de grandes cisternas e da regularidade das chuvas. Os únicos bens que poderiam escassear em caso de cerco eram os alimentos e a moral. Daí a importância vital do celeiro de Asserim, que normalmente continha reserva de cereais e bate para dois anos, e também o empenho do Estado em pagar pontualmente os soldos da sua guarnição.

Contudo, em várias ocasiões de cerco ou bloqueio, foi efectivamente necessário socorrer Asserim e introduzir mantimentos, por via terrestre. Este tipo de operação, talvez impossível noutras fortificações, era passível de se intentar em Asserim, devido aos dois acessos ao planalto – e talvez outros mais difíceis através dos passos defensivos das vertentes a norte – e o facto do amplo circuito em redor do sopé da montanha ser terreno densamente florestado e relativamente acidentado, assim como o de toda a pragana. Estas condições favoreciam assim operações do tipo de guerrilha e dificultavam a condução de cercos clássicos, nos quais era necessário assentar um perímetro de bloqueio. Tendo em consideração estes factores, Asserim constituía uma poderosa fortificação e por isso lhe imputavam os portugueses tamanha importância, sendo justamente considerada a “chave” de toda a PN. Foi a última fortificação a cair, antes de Baçaim, em poder dos maratas durante a campanha de 1737-1739.

### 3.2.5. Mahim-quelme (Kelwamahim)

19°40'N, 72°47'E

“[Q]uatro das cortinas formadas de paredes de quintais em angulos salientes e reintrantes, muito baixas e igualmente fracas [...]”

André Ribeiro Coutinho, 1733<sup>1133</sup>

#### *Introdução*

A povoação de Mahim-quelme, segunda ou terceira em importância económica do distrito Damão, espalhava-se conjuntamente com uma mão cheia de aldeias vizinhas, ao longo da costa entre o ribeiro de Mahim a norte, e a foz do rio Danda, a sul. numa faixa costeira aproximadamente 85 km a sul de Damão. Frequentemente designada por Maimquelme ou Quelmaim, o sufixo ou prefixo “Quelme” servia para diferenciar o sítio de outra Mahim, a Mahim-bandorá, na jurisdição de Baçaim. Como Tarapur, a praga ou tanadaria de Mahim-quelme continha um importante algar agrícola, exportando arroz, frutos, e açúcar, sustentando assim uma considerável comunidade de foreiros portugueses, muitos dos quais estavam isentos de possuir casa em Damão.

A fortificação de Mahim-quelme, tal como as de Tarapur ou Caranjá (Uran), desenvolveu-se a partir da residência do seu capitão-tanadar, acabando por encerrar – de forma muito irregular – grande parte da povoação. Como os outros dois exemplos, constitui um dos casos mais interessantes da aplicação de um processo defensivo característico da PN. Entre esta fortificação e o ribeiro de Danda 8 km a sul, onde se implantava a casa senhorial da aldeia homónima, existiam várias outras estruturas defensivas de menor dimensão, abordadas nas secções correspondentes aos subgrupos de dispositivos seguintes<sup>1134</sup>.

Infelizmente, as ruínas da fortificação que ainda subsistem hoje em Mahim-quelme representam uma pequena fracção da estrutura de origem portuguesa, embora seja possível que se encontrem os restantes alinhamentos ou fundações desse mesmo perímetro através de prospecções arqueológicas.

#### *Período português*

Tanto quanto se sabe, não existiu qualquer fortificação pré-portuguesa em Mahim-quelme. Tampouco surgem referências à sua povoação anteriores à ocupação pelo Estado, para além de um solitário registo de 1532 indicando, previsivelmente, que a povoação de Mahim tinha sido

---

<sup>1133</sup> Relatório de André Ribeiro Coutinho datado de 6 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 643-651v, HAG.).

<sup>1134</sup> V. *infra*, 3.4.2. “Distrito de Baçaim”, pp. 515-551.

queimada e pilhada por uma força portuguesa<sup>1135</sup>. Após a conquista do distrito de Damão, foi destacado para Mahim-quelme um capitão-tanadar, incitativa que certamente foi acompanhada pela construção de uma estrutura residencial eventualmente torreada e talvez ainda de uma tranqueira<sup>1136</sup>. Foi este afinal o método empregue noutras povoações costeiras importantes da jurisdição.

Volvidos seis anos, a guarnição afecta a Mahim-quelme era já relativamente numerosa e especializada, contando com um escrivão; meirinho e seus quatro peões; um intérprete ou agente do capitão-tanadar; seis soldados portugueses; um “*naique*” com dez peões; um “*boy*” de sombreiro; e um “*tocheiro*”. A esta guarnição, acrescia um corpo volante para vigilância da pragana, composto de cem peões e quatro “*naiques*”, todos sob o comando de um capitão do campo português, “*homem honrado e esforçado e de confiança pera com ella*” tropa de peonagem “*andar e correr as ditas terras e acodir onde for necessário*”. Aconselhava-se o recrutamento de “*piães de Goa*” que estivessem em Mahim-quelme; já os “*naiques*” teriam forçosamente de ser “*cristãos, e homens de muito reccado, e naturaes de Goa*”<sup>1137</sup>.

Apesar destes efectivos militares, aquando da invasão mogol de 1581, o capitão-tanadar e os moradores “*fortificaram-se*” na igreja dos dominicanos, segundo notícia de Diogo do Couto. Situação semelhante aconteceu uma década mais tarde, face a uma incursão do sultanato de Ahmadnagar, sendo que em ambos os ataques, se refere que não havia outra fortificação em Mahim além da estrutura religiosa. Neste último cerco, os moradores foram socorridos pela vinda de reforços que, chegando à barra do ribeiro de Mahim, conseguiram coordenar com o capitão-tanadar uma ataque conjunto sobre os sitiados. Estes retrocederam então para a Serra de Santa Cruz (Asava), continuando a atacar a pragana durante alguns meses<sup>1138</sup>.

Estes dois episódios, para além de evidenciarem a importância da missão dominicana na povoação, permitem-nos pensar que o seu convento teria adquirido uma vocação defensiva, possivelmente incorporando posições de artilharia. Pelo menos era nessas ocasiões de aperto um dispositivo de defesa mais importante que as casas do capitão-tanadar.

---

<sup>1135</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década IV, pt. I, liv. IV, cap. 17, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, p. 466.

<sup>1136</sup> Uma das primeiras referências a esta fortificação surge em Maio de 1561, altura em que era capitão de “*Quelmaym*” Gonçalo Guedes de Reboredo (Alvará do vice-rei Constantino de Bragança datado de 23 de Maio de 1561, *Livro dos Registos da Casa dos Contos nº 4*, fl. 248, HAG, cit. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. V, pt. II, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1865, p. 476).

<sup>1137</sup> Cópia dos Capítulos do Regimento que o Vice-Rey Dom Antão de Noronha ordenou a 13 de Março de 1565, *Livro de Regimentos das Fortalezas nº 1*, Ms. 1418, fls. (?), HAG, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Regimentos das Fortalezas da Índia: estudos e notas, Tipografia Rangel*, Bastorá, 1951, pp. 416-423.

<sup>1138</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década X, cap. 7, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, p. 195; “Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visorrei do Estado”, Antonella Vignati (ed.), *Mare Liberum*, nº 17, Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 300-305.



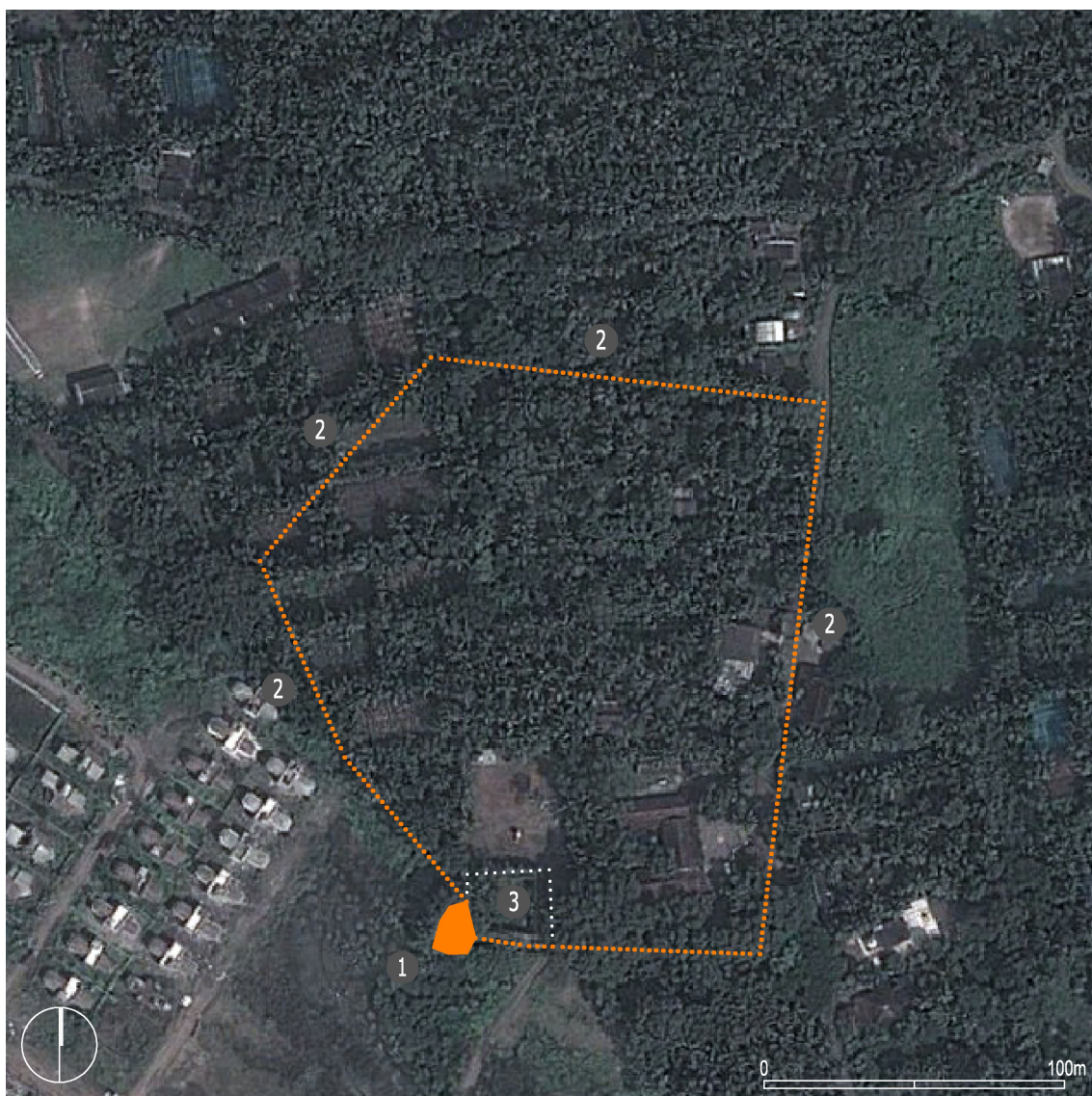


Figura 136.

### **Mahim-quelme (1559-1739)**

Legenda:

1 – Baluarte

2 – Recinto fortificado (alinhamento hipotético)

3 – Recinto fortificado pós-português



As referências à fortificação e povoação de Mahim-quelme até às últimas décadas do período português são muito fragmentadas e lacónicas, levando a crer que a subdivisão tenha sido menos afectada pelas diversas guerras e ataques contra PN. A praga era protegida pela barreira natural de uma cordilheira situada a cerca de 10 km para leste, e ainda pela posição de Asserim (Asherigad)<sup>1139</sup>.

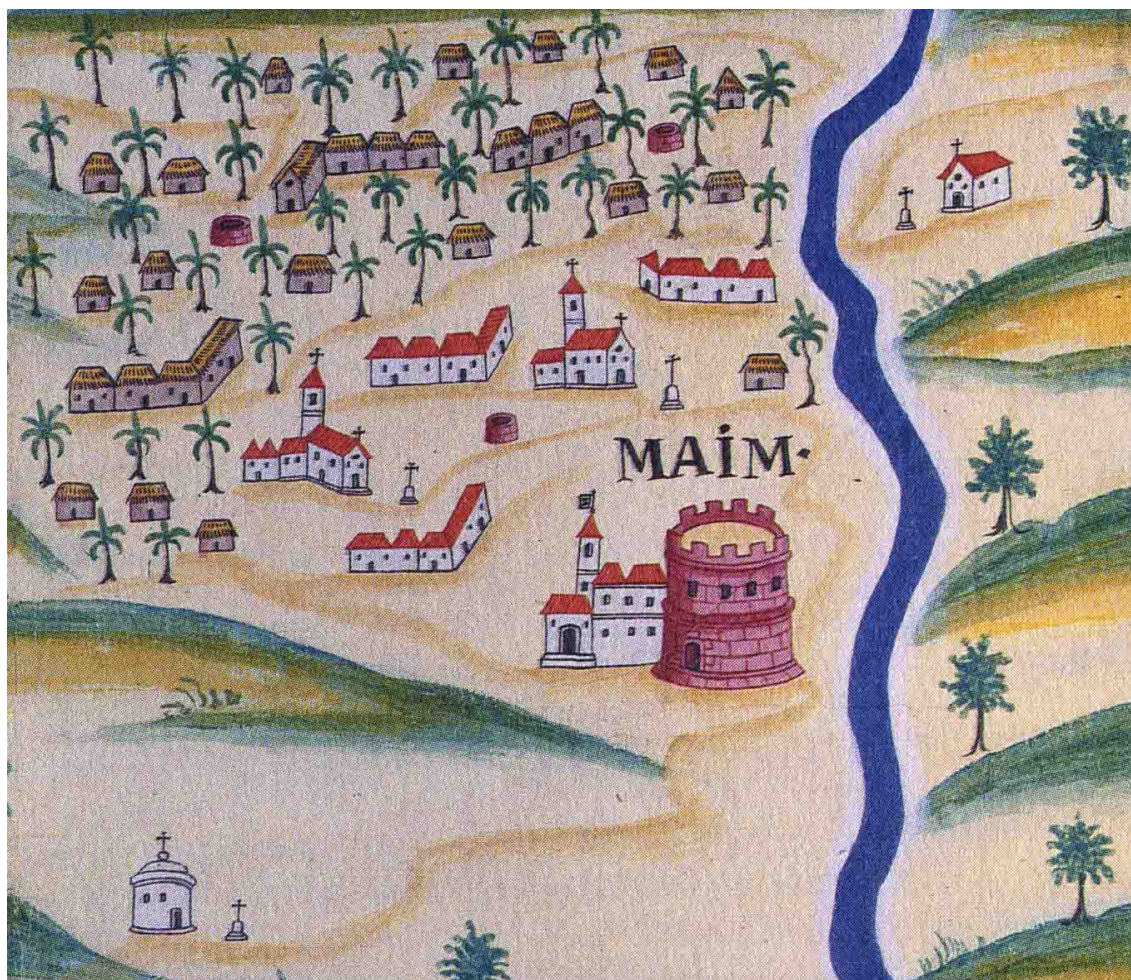


Fig. 137. Mahim-quelme (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE)

Estes factores terão contribuído para a estabilidade e produtividade das suas aldeias, essas sim, bem documentadas relativamente aos seus proprietários e rendimentos. Terá igualmente contribuído para um certo desleixo defensivo relativamente à fortificação de Mahim-quelme o facto da povoação ser composta essencialmente de casas rurais com quintais ou hortas, intercaladas por habitações mais modestas, tudo disperso por uma paisagem densamente arborizada e cultivada. Este carácter fragmentado do assentamento populacional terá dificultado a implementação de projectos defensivos mais ambiciosos do que a individual proto-fortificação de casas senhoriais e principais estruturas religiosas com torres, muros e estacadas de madeira ou outros materiais perecíveis.

---

<sup>1139</sup> V. *infra*, 3.4.3. “Distrito de Damão”, pp. 552-566.

Seria essa a situação de Mahim-quelme em meados de Seiscentos, quando foi visitada pelos oficiais inspectores do governo do vice-rei Miguel de Noronha conde de Linhares. A povoação era então polarizada pelo já referido convento dominicano<sup>1140</sup>; pela Misericórdia; e pela casa do capitão-tanadar, integrando um baluarte e provavelmente um cais<sup>1141</sup>. É este o cenário também traçado, em linhas muito singelas, pela iconografia de Pedro Barreto de Resende.

Por razões que desconheço, e ao contrário das fortificações de Sangens (Sanjan), Danu (Dahanu) e Tarapur, o engenheiro Homem de Pina não determinou, tanto quanto se sabe, qualquer intervenção na fortificação de Mahim-quelme, apesar dos oficiais visitantes terem afirmado que “*deram ordem do que se devia fazer no forte de Maim para o que se fizeram apontamentos que foram enviados para o dito efeito a Damão ao capitão e Padre Administrador*”<sup>1142</sup>.

Quando foi visitada pelo capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira em Maio de 1677, a fortificação tinha o seu “*Baluarte da Omengem arruinado e cahido em parte*”, pelo que os moradores solicitaram a sua reparação. Para além disso, os moradores alegavam que a sua povoação “*hera aberta e tinha a vizinhança de Sivagi Raze, pello que devia ele capitão-geral mandar fazer algum modo de forte pera se poder defender*”<sup>1143</sup>.

Apesar das suas debilidades, a fortificação de Mahim-quelme resistiu à invasão e cerco marata de 1683<sup>1144</sup>. Ainda durante esse assédio, o capitão-geral da PN, António Lobo da Silveira decidiu providenciar um celeiro para Mahim-quelme, mantido a expensas da Fazenda Real<sup>1145</sup>. Através destas escassas notícias, é possível entrever a crescente importância económica de Mahim-quelme e sua praga assim como as maiores preocupações defensivas após o regresso da vizinhança marata em 1718.

---

<sup>1140</sup> Em 1621, este convento incluía “*de ordinario tres religiosos, e tem de renda per anno na feitoria desta cidade duzentos e vinte e coatro pardaos tres larins e hum quarto, entrando nesta copia vinte e cinco pardaos dos catacumenos e doze pardaos pera hum meirinho. E não tem outra renda nenhuma, saluo as esmolos de confrarias, missas e outras semelhanças que deue importar cousa pouca por ser a tanadaria muito pequena, e a gente pouca, e pobre e auer nella a igreja matriz a que todos estão obrigados*” (Carta do ouvidor de Damão Pinheiro da Silva datada de 25 de Dezembro de 1621, *Índia*, cx. 10, doc. 147, fl. (?), AHU; SOUSA, Fr. Luís de, *Terceira Parte da História de S. Domingos, particular do reino e Conquistas de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Typographia do Panorama, 1866, p. 444).

<sup>1141</sup> Em meados de Seiscentos, existia também uma igreja “*Matriz*” em Mahim (Relatório do secretário Valentim Correia datado de 30 de Setembro de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU; Despesas de ordinário se pagam na feitoria de Damão em cada anno [s/d], *Livro das Receitas e despesas das feitorias de Baçaim e Chaul*, Ms. 2316, fls. 20-20v, HAG).

<sup>1142</sup> Relatório do secretário Valentim Correia datado de 30 de Setembro de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.

<sup>1143</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 21 de Maio de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fl. 217v, BACL.

<sup>1144</sup> Durante a guerra, a posição foi defendida pelo capitão Francisco Brito, com “*cento e oitenta e um homens*”, sustentando um mês e meio de cerco contínuo. A reconquista do território da sua praga foi efectuada durante o triénio do capitão-geral da PN José de Melo e Castro, antes de Dezembro de 1685 (Consulta do Conselho Ultramarino datada de 13 de Novembro de 1686, *Índia*, cx. 61, doc. 168, AHU; Consulta do Conselho Ultramarino datada de 10 de Novembro de 1689, *Índia*, cx. 63, doc. 178, AHU).

<sup>1145</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 14 de Novembro de 1692, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 16*, Ms. 1174, fl. 76, 76v, HAG.

Assim, quando André Ribeiro Coutinho redigiu os seus relatórios, a fortificação de Mahim-quelme foi descrita como “*tão irregular e fraca, que em quinhentos e cinquenta passos*”, ou 182 m, “*de comprido e duzentos cinquenta*” ou 82 m “*de largo, forma tres maos baluartes*” voltados para oeste e para o rio, e “*quatro reductos*”, voltados para leste, e “*huma muralha tão baixa, que não passa de duas braças*”, ou seja, 4,4 m. O aparelho desta muralha era heterogéneo, em parte de “*pedra secca, e em parte de pedra e terra*”. Coutinho aconselhou, antes de mais, “*arrazar todas as casas e arvoredos*” que ficavam contíguas aos muros, propondo depois a reedificação do perímetro defensivo em “*pedra e cal*”. A sua guarnição contava com uma companhia “*do terço*” de sessenta soldados, dos quais apenas sete eram “*brancos*”, e um condestável para maneo de quinze peças de artilharia<sup>1146</sup>.

Na década após a redacção deste relatório, ocorreram obras em Mahim-quelme, certamente no sentido de reforçar e homogeneizar as suas muralhas<sup>1147</sup>. É possível que se tenha também proposto a redução do seu circuito, como sucedeu em Tarapur<sup>1148</sup>. Seja como for, Mahim-quelme permaneceu sem dúvida uma fortificação muito irregular e incapaz de resistir a um assédio convencional imposto por um exército com artilharia.

Após um longo período de isolamento e um breve e derradeiro cerco, Mahim-quelme rendeu-se aos maratas a 20 de Janeiro de 1739, capitulação acordada entre o último capitão português António de Melo Pereira e Sousa e o capitão marata “*Sancaragy Panta*”. A maioria dos portugueses pôde abandonar a povoação com seus pertencentes, tendo-se encaminhado para Bombaim por via da base marata na ilha das Vacas (Arnalla Island)<sup>1149</sup>. Contudo, alguns dos soldados foram aparentemente presos pelos maratas em contravenção do instrumento de pazes, chegando eco a Goa de violências cometidas sobre as mulheres da povoação.

---

<sup>1146</sup> Suponho que a medida referida por Coutinho no seu relatório fosse o “pé” anglo-saxónico (0.33 m) e não o passo geométrico (1,65 m). Empregando esta última medida, o recinto da fortificação ocuparia sensivelmente um rectângulo de 907 m por 412 m, o que me parece excessivo (COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 34, 35, 59; Relação de Philipe de Valladares de Sottomayor datada de 10 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 637-641, HAG).

<sup>1147</sup> Em Maio de 1730, o Conselho da Fazenda autorizava o Padre Administrador de Damão a “*reparar e levantar os muros que estiverem cahidos da Praça de Mahim e fazer o concerto que for preciso com o dinheiro daquela administração*” (Assento do Conselho da Fazenda datado de 10 de Maio de 1730, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 160, HAG). Nessa altura, era capitão da fortificação José Vidigal de Souto (MONIZ, Anrónio Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. II, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, p. 14). É possível que Ribeiro Coutinho tenha elaborado um projecto para a reforma de Mahim-quelme, hipótese suscitada por uma carta do general da PN, Luís Botelho: “*Dos Reparos que carece a Praça de Mahim e as Serra de Santa Cruz tenho ordenado ao Administrador de Damão se disponha para aquella obra no principio do verão, mas se Vossa Excelência se inclinar como espero ao parecer de André Ribeiro; por ser obra nova e mayor, será preciso que me venha ordem de Vossa Excelência.*” (Carta do General da PN Luís Botelho datada de 15 de Julho de 1733, *Livro das Monções 102-B*, Ms. 122, fls. 627-636v, HAG).

<sup>1148</sup> V. *supra*, 3.2.3. “Tarapur”, pp. 333-344.

<sup>1149</sup> Contudo, alguns dos soldados foram aparentemente presos pelos maratas em contravenção do instrumento de pazes, chegando eco a Goa de violências cometidas sobre as mulheres da povoação (Parecer para o Conselho de Estado datado de 2 de Março de 1739, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. V, Bastorá, Arquivo Histórico do Estado da Índia, 1957, pp. 518, 520).



### *Período pós-português*

Dado o valor económico da sua praga, os maratas reaproveitaram a fortificação de Mahim-quelme. Durante a campanha de 1737-1739, um dos seus baluartes ficou arruinado, pelo que cerca de 1766, a fortificação incorporava apenas dois baluartes<sup>1150</sup>. Os maratas reduziram assim o perímetro da estrutura defensiva, o que também se infere de algumas referências de viajantes europeus que passaram pela povoação entre a data da derrota portuguesa e o momento de ocupação britânica, em 1818<sup>1151</sup>.

Uma relação desse último ano refere que em redor da fortificação marata propriamente dita - cujas dimensões eram já as da estrutura actualmente visível - existia um recinto envolvente feito com muros de pedra solta, para aquartelamento da anterior guarnição marata. Eventualmente, esses muros de pedra solta poderiam ser ainda os da fortificação portuguesa descritos por Ribeiro Coutinho. Dado o bom estado de conservação da fortificação e sua posição central na povoação de Mahim-quelme, esta foi reconvertida pelos britânicos num *bungalow* para o colector de impostos do distrito de Taná (Thane)<sup>1152</sup>.



Fig. 138 e 139. Baluarte sudoeste e pormenor de abertura (© Mendiratta, 2010)

---

<sup>1150</sup> Cópia da representação para ver e saber as notícias das Terras e Fortalezas do Norte..., pub. in MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. II, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, p. 91.

<sup>1151</sup> DUPERRON, Anquetil du, *Zend Avesta...*, Paris, 1771, p. 382.

<sup>1152</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIII, pt. II, *Thana*, Bombay, Government Central Press, 1882, p. 200.



### *Descrição actual*

As ruínas ainda existentes do recinto fortificado em Mahim-quelme ocupam uma área de aproximadamente 1.400 m<sup>2</sup> e estão, na maior parte, em bom estado de preservação. Contribuiu certamente para este estado o seu reaproveitamento durante o período colonial britânico, sendo que datarão desse período as várias intervenções efectuadas com alvenaria em tijolo entre as estruturas no interior do recinto. Subsistem porém as ruínas de pelo menos um outro baluarte de origem portuguesa, separado desta fortificação e localizado muito provavelmente alguns metros mais para a norte<sup>1153</sup>.

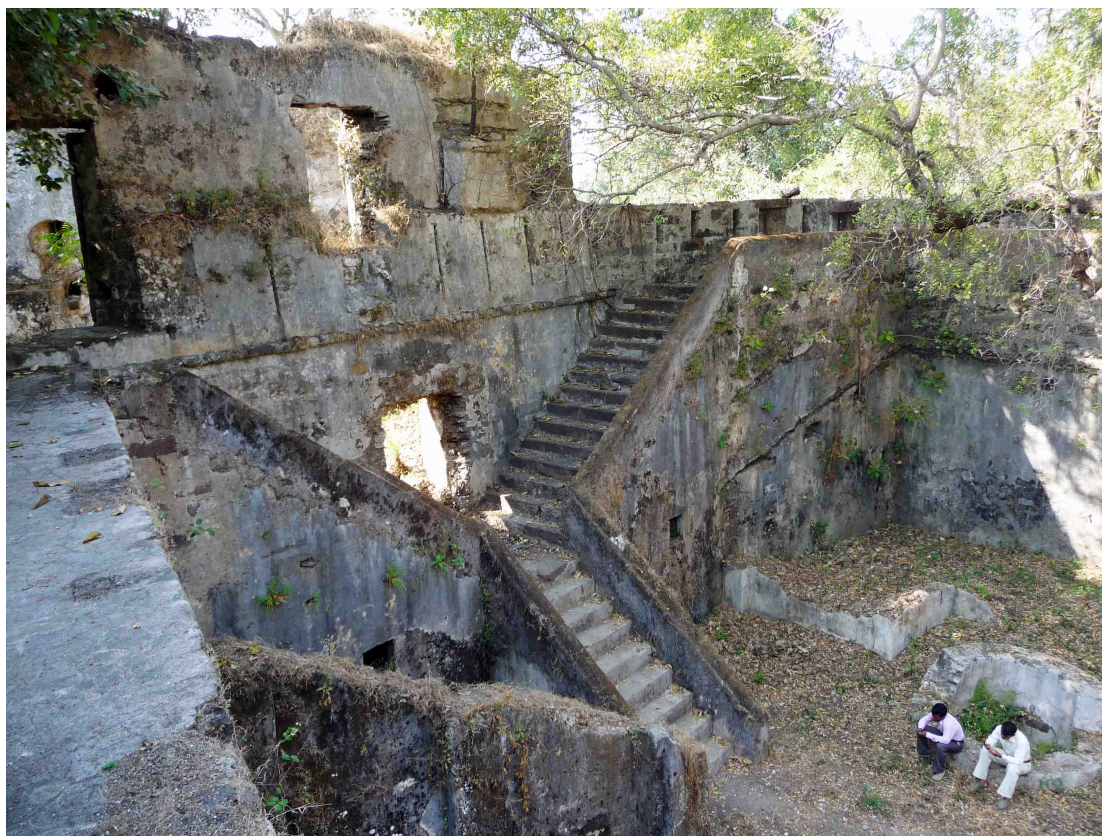


Fig. 140. Baluarte sudoeste e acesso no interior do recinto fortificado (© Mendiratta, 2010)

Do pequeno perímetro fortificado principal, apenas um baluarte e talvez uma cortina se afiguram de origem portuguesa – aquele pela sua traça arquitectónica e esta pelas características construtivas do seu aparelho de pedra<sup>1154</sup>. Partindo deste princípio, a quase totalidade do seu perímetro é de origem marata ou mesmo britânica. Contudo, o baluarte voltado no vértice sudoeste da implantação

---

<sup>1153</sup> No âmbito do presente trabalho, não foi possível documentar este elemento arqueológico.

<sup>1154</sup> Poderão ainda subsistir em Mahim-quelme algumas ruínas das suas estruturas religiosas, nomeadamente, do seu convento dominicano. Em finais de Oitocentos, registou-se a existência de uma sepultura com a seguinte inscrição “*Esta sepultura pertence a Dom Francisco Balboa de Magalhaes Cavalleiro Fidalgo de Sua Magestade e sua mulher Guiomar de Siqueira*”. Esta inscrição foi levada nessa altura para o jardim do colector britânico em Taná (Thane). No seu local original, terão existido cerca de doze outras sepulturas, cujas inscrições que não foram registadas (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIII, pt. II, *Thana*, Bombay, Government Central Press, 1882, p. 198).



apresenta vários motivos de interesse sendo que, dada a sua posição ribeirinha, poderá ter feito parte das estruturas associadas à casa do capitão-tanadar português de Mahim-quelme. De reduzida e irregular implantação e considerável altura, esta estrutura pode talvez ser melhor descrita enquanto uma torre ou um bastião de planta assimétrica e não de um baluarte. Entulhado até uma altura bastante superior à do solo do recinto fortificado, neste primeiro piso do bastião abrem-se várias canhoas para pequenas peças de artilharia e outras aberturas maiores para comunicação com o interior do recinto. Sobre este terrado, existia outro piso sustentado por uma estrutura em madeira e possivelmente um pilar central de pedra, onde se abrem janelas e portas maiores – uma típica área habitável ou de aquartelamento, onde ainda se vêem os vestígios de uma lareira.



Fig. 141. Interior do baluarte sudoeste (© Mendiratta, 2010)

O bastião seria telhado e revestido a cal, ficando parcialmente implantado sobre o rio ou ribeiro de Mahim-quelme, sendo que actualmente fica praticamente rodeado por uma zona pantanosa. Pela sua configuração, este bastião aparenta ter estado sempre no vértice sudoeste de um recinto fortificado, permitindo especular tratar-se do canto sudoeste do perímetro fortificado maior mencionado por Ribeiro Coutinho. Feita esta descrição, facilmente se conclui não ser possível efectuar o exercício de reconstituição gráfica do perímetro da fortificação portuguesa, registando-se apenas a planta do seu bastião a sudoeste e o sítio genérico provável da sua implantação.





Fig. 142. Vista a partir de norte (© S. Malpani, 2010)



Fig. 143. Interior do recinto e porta marata (© Mendiratta, 2010)

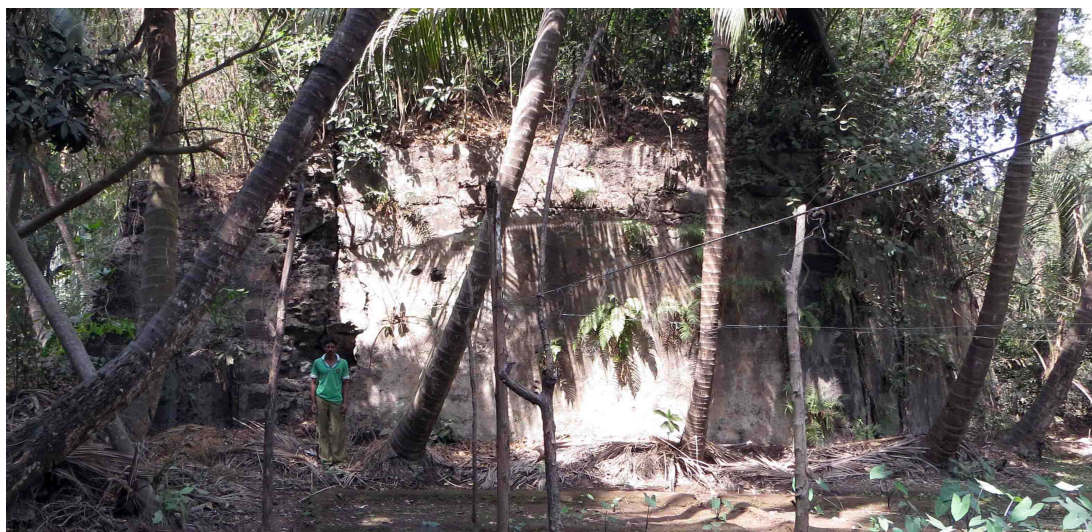


Fig. 144. Baluarte destacado a norte do recinto fortificado (© M. Thakare, 2011)

### 3.2.6. Santa Cruz de Belaflor do Sabaio (Belapur)

19°00'19"N, 73°01'41"E

“[Local] *exposto e costumado às invazões do inimigo...*”

Luís Botelho, 1733<sup>1155</sup>

#### *Introdução*

Situada a cerca de 20 km a sul de Taná (Thane) e na margem oposta do seu rio, Belaflor do Sabaio apenas ficou sob administração directa do Estado da Índia em 1681, após a revolta e fuga do seu capitão vassalo marata. Assim, esta é uma das fortificações menos portuguesas do território, visto que as alterações durante a meia centúria de ocupação pelo Estado não suplantaram as suas características arquitectónicas indianas. Como o forte de Sangens (Sanjan) até à década 1670, Belaflor de Sabaio foi uma fortificação de origem indiana com relativamente modestas intervenções portuguesas.

A estrutura defensiva pouco sofreu com a campanha de 1737-1739, tendo sido rapidamente conquistada pelos maratas nos primeiros dias desse conflito e permanecendo posteriormente à margem dos teatros de operações. Por esses motivos, é actualmente uma das fortificações melhor preservadas e certamente a única de origem não-europeia na região metropolitana de Bombaim. Infelizmente, as notícias acerca da fortificação de Belaflor do Sabaio entre as fontes coevas do Estado constituem registos muito fragmentados.

Curiosamente, a historiografia de origem anglo-saxónica é assevera que a fortificação de Belaflor de Sabaio pertenceu aos sidis de Danda-rajapur entre cerca de 1560 e 1682, narrativa que vingou até ao presente. Trata-se claramente de uma leitura errónea das fontes portuguesas, que referem claramente que os Patkars eram “*gentios*”, ou seja, hindus, facto também explicitado pela própria origem marata do nome<sup>1156</sup>.

Em compensação, as ruínas da fortificação foram rigorosamente documentadas por iniciativa da municipalidade de Navi Mumbai, prevendo-se a curto prazo uma escavação arqueológica e a musealização das estruturas arqueológicas<sup>1157</sup>.

---

<sup>1155</sup> Carta do General da PN Luís Botelho datada de 15 de Julho de 1733, *Livro das Monções 102-B*, Ms. 122, fls. 627-636v, HAG.

<sup>1156</sup> Se a fortificação teve um período de ocupação sidi, este terá ocorrido forçosamente antes 1530 - hipótese que me parece pouco provável - ou então entre 1683 e 1685 (Cf. <[http://en.wikipedia.org/wiki/CBD\\_Belapur](http://en.wikipedia.org/wiki/CBD_Belapur)> Acesso em Julho de 2012)

<sup>1157</sup> O presente autor participou como consultor em duas reuniões entre o promotor desta obra, a CIDCO ou “City Development Corporation of Maharashtra” e o seu arquitecto designado, tendo se inteirado dos principais desafios relativos a esta intervenção no património de Bombaim.

### *Período pré-português*

As primeiras referências a Belafloor do Sabaio e aos seus capitães feudatários do clã Patkar surgem nas fontes portuguesas por volta de 1540, quando se refere que o antigo capitão ou governador de Baçaim Burhan-ul-Mulk havia cedido várias aldeias a “*Posagi*” por este “*goardar a praguanaa panchenaa, e cairena*”<sup>1158</sup>. Esta relação de vassalagem foi confirmada pelo Estado durante o período de consolidação do território, após as guerras de 1538-1540 e 1542, ficando “*Posagi Patecar*” obrigado de defender aquelas subdivisões de terra firme com duzentos peões e cinquenta cavaleiros, e ficando as suas aldeias isentas de quaisquer foros<sup>1159</sup>. Mas o contrato não começou da melhor forma, visto que “*Posagi Patecar*” entrou em revolta contra o Estado antes de 1550, tendo sido condenado à pena capital durante o triênio do capitão Francisco Barreto em Baçaim. Sucedeu-lhe o filho “*Essagi Patecar*”, que também se “*alevantou*” contra a Coroa, tendo sido esbulhado das suas aldeias. Estas foram contudo devolvidas a “*Posagi*”, neto do primeiro, investido das mesmas obrigações militares que os seus ascendentes<sup>1160</sup>.

Após estas hostilidades, a relação entre os Patkars e o Estado estabilizou-se, tendo sido pacífica durante cerca de um século, período durante o qual os capitães vassalos assistiram os portugueses com a sua peonagem e cavalaria, mantendo a sua autonomia e regalias feudais. Este sistema de vassalagem com o clã marata foi seguramente decisivo em evitar a expansão da missão cristã nas praganas de Belafloor, Panchena e Cairena, sendo que também era no interesse dos foreiros portugueses das aldeias nessas subdivisões manter o *status quo* pré-existente<sup>1161</sup>. Poucos ou nenhum desses foreiros terão residido nas suas aldeias antes de 1681<sup>1162</sup>. Apenas após a grave revolta de “*Essagi Patecar*” em Agosto de 1681, da qual resultaria a ocupação e incorporação de Belafloor do Sabaio e das vinte e duas aldeias a ela associadas no sistema administrativo da PN, surgem algumas descrições sobre esta estrutura defensiva<sup>1163</sup>.

As origens da sublevação do capitão marata recuam a meados de 1677, altura em que Patkar escrevia ao Estado no sentido de receber alguma compensação pelos serviços prestados recentemente contra

---

<sup>1158</sup> V. *supra*, 2.1. “Génese, ocupação e consolidação, 1521-1570”, p. 22

<sup>1159</sup> Relatório de todas as pessoas que nas terras de Damão e Baçaim e as mais anexas a elas têm aldeas..., *Índia*, cx. 3, doc. 93, AHU; BARROS, João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década VIII, pt. II, cap. 30, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 257-258.

<sup>1160</sup> Relatório de todas as pessoas que nas terras de Damão e Baçaim e as mais anexas a elas têm aldeas..., *Índia*, cx. 3, doc. 93, AHU.

<sup>1161</sup> V. *supra*, 2.2. “Quatro décadas conflituosas, 1570-1615”, pp. 72, 73.

<sup>1162</sup> KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo-Portuguese negotiations relating to Bombay, 1660-1677*, London, Bombay, Oxford University Press, [1923], p. 534).

<sup>1163</sup> V. *supra*, 2.4. “Novos vizinhos e inimigos, 1658-1687”, pp. 110, 111.

as incursões maratas<sup>1164</sup>. Em Setembro do ano imediato, o seu agente e “*lingoa, Siugy*”, estava preso em Baçaim, sendo que em inícios de 1679, Patkar escrevia novamente ao vice-rei, queixando-se de prejuízos relacionados com o comércio de tabaco, tendo o caso ascendido ao tribunal de Relação de Goa. O capitão marata perdeu a demanda e apesar do Conselho da Fazenda ter decidido protelar a cobrança da quantia decorrente, Patkar e as suas tropas revoltaram-se pela primeira vez ainda em 1679<sup>1165</sup>.

Essa primeira sublevação terá sido celeremente dominada pelos portugueses. Mas novo momento de ruptura ocorreu em Agosto de 1681, altura em que o capitão vassalo entrou em rota de colisão com o foreiro Luís Henriques, um dos mais abastados do distrito de Baçaim. O momento mais dramático da revolta ocorreu quando o Patkar desembarcou trezentos homens para assaltar a aldeia de Turumbá (Trombay), pertencente a Henriques, tendo morto o seu rendeiro e sequestrado um religioso e outras pessoas<sup>1166</sup>. Inteirando-se dessas notícias em Goa<sup>1167</sup>, o vice-rei ordenou ao capitão-geral da PN Rodrigo da Costa que derrotasse a sublevação, tendo antes o cuidado de informar os oficiais mogóis vizinhos.

Assim, em Janeiro ou Fevereiro de 1682, o capitão-geral dirigiu-se à fortificação de Belaflor do Sabaio (Belapur) para acometer o capitão amotinado. Este, quando soube da aproximação da força portuguesa, fugiu para as terras maratas, onde viria a falecer volvidos poucos anos<sup>1168</sup>.

---

<sup>1164</sup> Carta dos governadores arcebispo Fr. António Brandão e António Pais de Sande datada de 8 de Fevereiro de 1678, *Livro dos Reis Vizinhos nº 3*, Ms. 971, fl. 5v, HAG.

<sup>1165</sup> Carta de Essayy Rage Patecar datada de 3 de Setembro de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fl. 173, BACL; Carta do governador António Pais de Sande datada de 12 de Abril de 1679, *Livro dos Reis Vizinhos nº 3*, Ms. 971, fls. 30v-31, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 20 de Maio de 1679, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 13*, Ms. 1171, fl. 255, HAG; Cartas do vice-rei António Pais de Sande datadas de 12 e 19 de Abril de 1679, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 2*, Ms. 1250, fls. 37v, 38, 44, HAG.

<sup>1166</sup> Segundo uma devassa que o vice-rei mandou efectuar, o motivo da acção de Patkar teve origem no facto do capitão vassalo ter feito uma cisterna de “*pedra e cal*” na “*ribeira no limite da sua aldeia*” Moroly na ilha de Turumbá ou Baragão (Trombay Island), “*para tomar água para cultivar as suas terras*”. Esta obra desagradou ao foreiro Luís Henriques, proprietário da aldeia vizinha de Anica (Anik). Este organizou a destruição da cisterna de Patkar. Após mais escaramuças, os abunhados de Luís Henriques foram “*de noite*” cercar a aldeia de Moroly, quebrando as portas das casas e roubando toda a aldeia, amarrando alguns moradores e “*dando-lhes muita pancada*”. Em retaliação, na madrugada do dia 8 de Agosto de 1681, o “*capitão Essagi Raze Patecar*”, feudatário aliado dos portugueses e “*capitão-mor do forte de Belaflor do Sabaio e das Praganas de Belaflor, Champana e Cairena*”, entrou em revolta e atacou a aldeia de Turumbá (Trombay) com uma força de seis galvetas e cerca de trezentos homens. Na referida aldeia, deu saque às principais casas do foreiro e do capelão e ainda às “*boticas do tabaco*”. Os homens de Pakar mataram o “*tanadar*” e outro morador, ferindo três ou quatro outras pessoas. Levaram o corpo do “*tanadar*” para “*enterrar na Serra do Sabaio*” e levaram preso ao capelão e ainda alguma outras pessoas até à aldeia de Calapor, onde largaram o capelão, depois de “*lbe darem muitas pancadas e uma ferida nas costas*” (Sobre a retirada de Essagi Raze Patecar das Praganas Champana e Cairana, datado de 9 de Janeiro de 1683, *Índia*, cx. 58, doc. 51, AHU)

<sup>1167</sup> A situação foi debatida em Conselho de Estado a 29 de Novembro de 1681 e 19 de Março de 1682, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. IV, Pangim, Arquivo Histórico de Goa, 1956, pp. 377, 378, 388-390.

<sup>1168</sup> Sobre a retirada de Essagi Raze Patecar das Praganas Champana e Cairana, datado de 9 de Janeiro de 1683, *Índia*, cx. 58, doc. 51, AHU.



### *Período português*

O Estado confiscou então todas as aldeias de Patkar, incorporando-as na Fazenda Real, ordenando também uma investigação judicial sobre os acontecimentos<sup>1169</sup>. Seguiu-se uma petição de Tristão de Melo de Sampaio - provavelmente o fidalgo mais poderoso da PN à data -, requerendo para ele próprio as aldeias e direitos de “*Essagi Patecar*” em troca da continuação das mesmas obrigações militares. Esta petição foi negada em Conselho de Estado, tendo ao invés algumas aldeias sido leiloadas e outras aforadas a instituições religiosas<sup>1170</sup>. Outras aldeias confiscadas foram mantidas pela Fazenda Real de modo a sustentar a guarnição necessária para a fortificação de Belafior do Sabaio<sup>1171</sup>. Contudo, em meados de 1683, a fortificação e todas as praganas de terra firme foram ocupadas pelos maratas. Esta ocupação durou até inícios de 1686, altura em que o Estado logrou reaver Belafior do Sabaio e as suas três praganas. Durante esse intervalo, é possível que os sidis de Danda-rajapur tenham ocupado temporariamente a posição costeira<sup>1172</sup>.

O primeiro capitão ou capitão-mor português de Belafior do Sabaio após a sua reconquista aos maratas, António Teixeira, assumiu algumas funções anteriormente investidas nos capitães vassalos, tais como a de tanadar das três praganas referidas. Do seu regimento constavam ainda as seguintes obrigações:

*“Não fareis nem consentireis que se faça aos Povos dessas praganas, nem doutros quaesquer vassalos de Sua Magestade nenhum género de vexações, antes dareis callor aos curumbins das aldeas pera [que] debaixo do amparo das vossas armas possam cultivar livremente as terras advertindo que do vosso bom ou mau procedimento nesta matéria se há de conhecer nellas ou huma [re]conhecida melhora ou huma total ruína, à que também se hão de seguir ou o castigo da culpa ou o prémio do merecimento; [...] não se intrometer em assuntos alheios à sua jurisdição e não cometer nenhuma violências sobre o povo; [...] Todo o género de mantimentos que dessas Praganas pelo rio Sabayo levão os naturais a Bombaim fareis vir a esta cidade [de Baçaim] e mais terras do Estado pera que*

---

<sup>1169</sup> *Livro das Monções nº 55-A*, Ms. 63, fls. 18, 22, HAG; Sobre a retirada de Essagi Raze Patecar das Praganas Champana e Cairana, datado de 27 de Setembro de 1683, *Índia*, cx. 58, doc. 108, AHU).

<sup>1170</sup> Em junho de 1682, foram colocadas em leilão as aldeias pertencentes a Patecar nas praganas Panchena e Cairena confiscadas pela Fazenda Real, para serem arrendadas por “*tempo de três annos, tomando fianças idóneas à segurança dos pagamentos dos preços dos ditos arrendamentos ao tempo das novidades dellas, e com obrigação de as tornarem acabados os tempos dos ditos arrendamentos, melhoradas e povoadas de cultivadores*” (Assento do Conselho da Fazenda datado de 30 de Junho de 1682, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 14*, Ms. 1172, fl. 212, HAG).

<sup>1171</sup> Sobre a retirada de Essagi Raze Patecar das Praganas Champana e Cairana, datado de 27 de Setembro de 1683, *Índia*, Caixa nº 58, docs. 51 e 108, AHU; Assento do Conselho de Estado datado 19 de Março de 1682, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. IV, Pangim, Arquivo Histórico de Goa, 1956, pp. 388-390; Assento do Conselho da Fazenda datado de 31 Março de 1682, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 14*, Ms. 1172, fl. 196, HAG.

<sup>1172</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIII, pt. II, *Thana*, Bombay, Government Central Press, 1882, p. 479.

*nellas vendão aos vassallos de Sua Magestade, por não ser justo que eles padeção faltas a troco de que abundem em Bombaim os de outra [...] por ora não devermos tão boas correspondências*<sup>1173</sup>.

O tom destas instruções e o facto de não abordarem as questões da missionação confirmam o interesse dos foreiros e do Estado em manter o *status quo* socioeconómico da população hindu anterior à revolta. Assim, esta região não ficou sujeita nem à actividade missionária dos portugueses nem, aparentemente, à legislação pró-católica vigente nas subdivisões costeiras do distrito de Baçaim. A única estrutura católica de que temos notícia existente nas três praganas foi edificada precisamente dentro da fortificação de Belaflor do Sabaio e destinava-se à sua guarnição<sup>1174</sup>. Isto apesar de algumas das suas aldeias terem sido aforadas ou arrendadas a ordens religiosas e até ao próprio tribunal da Inquisição<sup>1175</sup>.

Podemos também supor que o período entre 1688 e 1718, durante o qual o Império Mogol reocupou os distritos de Galiana (Kalyan) e Biundi (Bhiwandi), tenha sido relativamente pacífico para Belaflor do Sabaio. O facto do cargo de capitão-mor ter sido temporariamente demovido ao de capitão em 1697 – indiciando a extinção de outro posto de capitão do campo – e ainda a suspensão da assistência de uma manchua e respectiva guarnição afecta à fortificação, em 1699, apontam nesse sentido<sup>1176</sup>.

Para as primeiro três décadas de Setecentos, as notícias acerca de Belaflor do Sabaio restringem-se aos nomes do seus capitães, destacando-se o do francês Mathias Renaudier em 1713<sup>1177</sup>, e indicações pontuais de obras de reparo, como as de 1713, 1728 e 1731<sup>1178</sup>. Como seria previsível, é novamente pela pena de André Ribeiro Coutinho que surge a única descrição arquitectónica da fortificação durante o seu período português, pelo que se a transcreve na íntegra:

---

<sup>1173</sup> Regimento para António Teixeira Capitam-mor da Fortaleza de Santa Cruz de Bellaflor e aos mais que lhe sucederem, datado de 6 de Abril de 1686, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fls. 16v-17v, HAG.

<sup>1174</sup> Esta estrutura religiosa e o seu pároco são mencionados em 1702 (Carta régia datada de 18 de Março de 1702, *Livro das Monções nº 66*, Ms. 75, fl. 9, HAG).

<sup>1175</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 30 de Junho de 1682, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 14*, Ms. 1172, fl. 212, HAG; Sobre a retirada de Essagi Raze Patecar das Praganas Champana e Cairana, datado de 27 de Setembro de 1683, *Índia*, cx. 58, doc.108, AHU; Devassa contra Essagi Patecar, *Livro das Monções nº 55-A*, Ms. 63, fls. 18, 22, HAG; Queixas dos curumbins das aldeias do Santo Ofício datada de [Janeiro ou Fevereiro de] 1706, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 3*, Ms. 1251, fl. 138, HAG.

<sup>1176</sup> *Livro das Monções nº 61*, Ms. 70, fl. 424, HAG; Carta do vice-rei António da Câmara Coutinho, datada de Março de 1699, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 3*, Ms. 1251, fls. 6v-7, HAG.

<sup>1177</sup> CORREIA, Germano da Silva, “Os Franceses na colonização Portuguesa da Índia”, *Studia*, nº 4, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1959, p. 34.

<sup>1178</sup> Em Fevereiro de 1713, o Conselho da Fazenda ordenava ao feitor de Baçaim que assistisse com tudo o necessário para a reparação da fortificação, conforme determinação anterior do vice-rei (Assento do Conselho da Fazenda datado de 6 de Fevereiro de 1713, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 18*, Ms. 1177, fl. 92v, HAG). Em Setembro de 1728, assistia na PN o “*engenheiro e capitão de artilharia Francisco de Sarmay, Francez*”. Pouco antes haviam se iniciado obras para a “*forteficação do prezídio do Sabayo*” (Assento do Conselho da Fazenda datado de 2 de Setembro de 1728, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 81v, HAG).

*“Sabayo: A segunda Praganá, que se fechou com presidio, he o Sabayo, e neste sitio se fez hum forte de forma pentagonica irregular, podendo com menos despeza fazer-se hum perfeito rectangulo. A sua guarnição se compõe de quatro companhias, em que ha cento e oitenta homens, cuja existencia he conforme a ambição dos capitães-mores. A força de sua artilheria consiste em catorze peças de quatro libras thé doze. He digno de sua reforma porque cobre a sua jurisdição. Delle se fazem facilmente as entradas na terra do Maratta pela parte de Panvel, e por elle passa grande parte do negocio e provisão deste vizinho. E os socorros e avisos se lhe podem introduzir por terra e agoa. [...] A fortaleza de Sabayo com muito pouca despeza se pode emendar do erro com que sem desculpa a fizeram, fazendo-se hum rectangulo regular, e fortificando-se no angulo que lhe falta com hum baluarte. E como dous lados oppostos são de mayor grandesa que o tiro forte de mosquete, se lhe devem construir no meio destas grandes curtinas dous revelins, sem a qual obra fica com o defeito que só conhecem os engenheiros. Os dous cades, que facilitão entrada furtada a esta praganá, se devem cegar e impedir, como fica dito dos da Saibana.”*<sup>1179</sup>

Parte das sugestões de Ribeiro Coutinho parece ter sido executada visto que as ruínas existentes apresentam uma implantação rectangular, havendo ainda vestígios de alinhamentos no interior do seu recinto que confirmam uma implantação irregular anterior, conforme a descrição do militar.

Com o retorno da vizinhança marata em 1718, reiniciaram-se as incursões nas praganas da terra firme. Suponho que as aldeias das três praganas de Belaflor, Panchena e Cairena tenham ficado largos períodos tempo ocupadas e abandonadas ou “*desaproveitadas*”. Durante a década de 1720, foi nomeado capitão da fortificação um dos primeiros indianos convertidos a atingir aquela graduação militar, José Pereira de Vasconcelos, filho de um dos principais moradores hindus na cidade de Baçaim. Este militar esteve envolvido nas negociações do tratado luso-marata de 1724, sendo que nessa ocasião, o governador de Galiana (Kalyan) chegou ao ponto de sugerir que Vasconcelos liderasse a desejada embaixada portuguesa à corte marata<sup>1180</sup>.

---

<sup>1179</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 31, 32, 56.

<sup>1180</sup> Tradução do Ajuste que foi feito pelo Governador da fortaleza e terras de Galiana...no anno de 1724, Livro de Pazes nº 1, fl. 294, HAG, pub. in Collecção de Tratados e concertos de pazes..., Julío Firmino Biker, tom. VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, pp. 12-15. Carta de Ramachandra Chaksar datada de 25 de Dezembro de 1724, *Livro de Cartas e Ordens nº 14*, fl. 166v, HAG, cit. in LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 90, 91; Carta régia de 28 de Março de 1742, cit. in MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. II, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, pp. 54, 55.

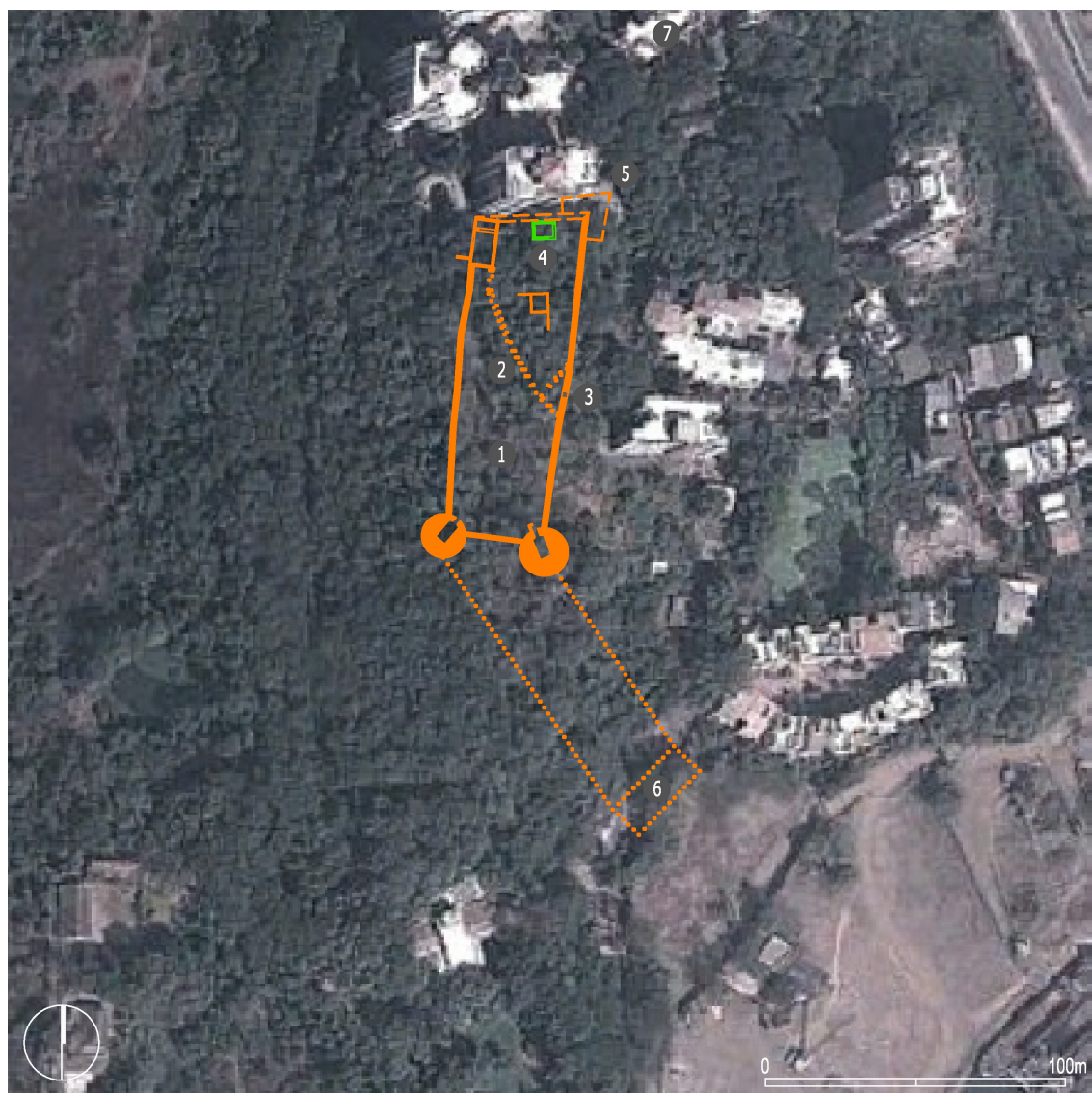


Figura 145.

### **Santa Cruz de Belafior do Sabaio**

Legenda:

- 1 – Recinto fortificado (1687-1737)
- 2 – Alinhamento pré-1687
- 3 – Porta (localização hipotética)
- 4 – Casa do capitão (localização provável)
- 5 – Baluarte (localização provável)
- 6 – Couraça ribeirinha

No período subsequente, as praganas de terra firme continuaram a ser afectadas pelas acções maratas. A escrever em 1733, para além de afirmar que as referidas praganas constituíam um território “*exposto e costumado ás invazões do inimigo*”, o general da PN Luís Botelho queixou-se do capitão da fortificação ao vice-rei Pedro de Mascarenhas, dizendo que o militar tinha “*pouco préstimo para aquella occupação e a sua velhice tira toda a esperança de remédio ou emenda*”<sup>1181</sup>.

Belaflor caiu rapidamente perante a invasão marata de 1737, tendo a falta de abastecimento de água potável dentro do recinto fortificado sido uma das principais causas para o seu abandono pelo portugueses<sup>1182</sup>.



Fig. 146. Mapa da região de Salcete, pormenor mostrando a fortificação principal de Belaflor do Sabaio e a torre destacada (*Mostrador...*, 1737-1738, SGL)

### ***Alterações maratas e inglesas***

Para o período marata de 1737 a 1818, não foi possível localizar qualquer informação para Belaflor do Sabaio. Apesar de terem conquistado a fortificação em 1778, apenas em 1818 se efectuou a anexação definitiva da posição e seu *hinterland* pelos britânicos<sup>1183</sup>. Nessa altura, a fortificação de Belaflor do Sabaio já estava bastante arruinada, excepto a sua extensão ribeirinha, cujas defesas estavam em bom estado. Sob o bastião ou torre principal desta posição existiu até ao momento da anexação inglesa um pequeno cárcere marata<sup>1184</sup>.

---

<sup>1181</sup> Carta do General da PN Luís Botelho datada de 15 de Julho de 1733, *Livro das Monções 102-B*, Ms. 122, fls. 627-636v, HAG

<sup>1182</sup> Cartas do vice-rei Francisco Mascarenhas datadas de 25 de Janeiro e 20 de Dezembro de 1738, *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fls. 214, 214v, 283. HAG.

<sup>1183</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIII, pt. II, *Thana*, Bombay, Government Central Press, 1882, p. 503

<sup>1184</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1882, pp. 43, 44.



### ***Descrição actual***

Os vestígios arqueológicos na zona de Belaflor do Sabaio repartem-se por dois núcleos: o da fortificação principal, Santa Cruz; e uma típica torre de aldeia, 315 m a norte<sup>1185</sup>. Tanto quanto pude apurar, estas duas estruturas defensivas nunca estiveram ligadas, sendo algo estranha a sua relação de proximidade – partindo do princípio que coexistiram cronologicamente no sistema defensivo da PN.

Numa descrição de inícios de Oitocentos, registava-se ainda uma terceira estrutura, uma posição ribeirinha cerca de 120 m a sul da fortificação principal e sobre a margem do rio de Panvel. Provavelmente, esta fortificação ribeirinha e a principal estiveram unidas por duas linhas de cortinas paralelas; mas do núcleo ribeirinho não permaneceram vestígios físicos aparentes<sup>1186</sup>.



Fig. 147. Bastião cilíndrico sudeste (© Mendiratta, 2010)

A fortificação de Santa Cruz de Belaflor do Sabaio situa-se a cerca de 250 m a norte da actual margem do rio de Panvel, implantada sobre uma pequena eminência a 35 m de altitude. A sua morfologia é aproximadamente rectangular, com um eixo maior alinhado sensivelmente a nor-

---

<sup>1185</sup> V. *infra*, 3.4.2. “Distrito de Baçaim”, pp. 515-551.

<sup>1186</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1882, pp. 43, 44.



nordeste. Nos dois vértices a sul implantam-se sólidos bastiões cilíndricos, com aproximadamente 16 m de diâmetro. Estes são de clara traça indiana, como se nota pelo desenho das suas aberturas e aparelho da pedra das suas alvenarias, aparentado a tantas outras fortificações de origem marata no Decão. Podemos supor que entre estes dois bastiões existiria uma porta, possivelmente comunicando com a couraça unida à fortificação ou bateria ribeirinha, embora apenas com um prospecção arqueológica se pode determinar com rigor o seu local. Perpendiculares a este alinhamento, e partindo dos bastiões circulares em direcção a norte, existem duas linhas de muralhas. Aquela no flanco oeste estende-se por aproximadamente 100 m, terminando numa torre de planta rectangular, eventualmente de construção portuguesa. Aquela no flanco oeste é ligeiramente mais comprida, não sendo aparente qualquer torre ou bastião no seu vértice nordeste. Daqui, suponho terá partido a cortina norte do rectângulo, até à dita torre rectangular.



Fig. 148 e 149. Interior do bastião cilíndrico sudeste e pormenor de abertura (© Mendiratta, 2010)

Contudo, no interior deste perímetro fortificado rectangular, vêem-se as fundações de uma outra muralha, muito provavelmente aquela descrita por Ribeiro Coutinho em 1728 e que conferia à fortificação a sua “*forma pentagonica irregular*”. Assinala-se também perto do vértice nordeste da implantação rectangular uma segunda torre de planta quadrada e de nítida aparência portuguesa, possivelmente a casa do capitão-mor de Belaflor do Sabaio. De facto, a esterotomia das alvenarias desta torre assim como a cantaria das ombreiras, padieiras e soleiras das suas aberturas são bastante diversas daquelas nos dois bastiões cilíndricos a sul e assemelham-se a outras torres aldeãs, especialmente aquelas situadas no distrito de Damão.



Fig. 150 e 151. Ruínas da torre de possível origem portuguesa, na zona norte (© Mendiratta, 2010)

Assim, e com base na valiosa descrição de André Ribeiro Coutinho, levanta-se a hipótese de algumas das suas estruturas em Belaflor do Sabaio terem sido edificadas no últimos meio século da presença portuguesa na PN. Ainda segundo o relato britânico de inícios do século XIX, algumas das cortinas detinham parapeitos com cerca de 0,9 m de largura, enquanto que as muralhas em si não ultrapassavam os 4,4 m de altura e 1,76 m de espessura. Já a fortificação ribeirinha compreendia uma bateria para tiro rasante e ainda três bastiões nos vértices do seu recinto, um dos quais, com cerca de 4,4 m de altura, detinha uma espaçosa esplanada coberta com várias posições para peças de artilharia<sup>1187</sup>.

---

<sup>1187</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1882, pp. 43, 44.



### 3.2.7. São Miguel de Caranjá (Uran)

18°52'46"N, 72°56'32"E

*“Hum tiro de espingarda de fortaleza está a povoação e terá entre  
brancos e naturais duzentos homens p<sup>a</sup> tomar armas; dos mouros  
q ali habitão, como já por vezes se tem levantado, vivem sem  
armas.”*

António Bocarro, 1635<sup>1188</sup>

#### ***Introdução***

Localizada no produtivo cassabé de Caranjá - península sobre a baía de Bombaim a cerca de 40 km a sul de Taná - a fortificação de São Miguel na povoação homónima é a única do subgrupo das fortificações principais da PN cujos vestígios materiais desapareceram sem deixar qualquer rasto aparente.

Este cassabé, algo periférico e isolado em relação à alçada de Baçaim, manteve-se administrado por uma linhagem de capitães-tanadares vitalícios com larga jurisdição sobre os moradores e aldeãos do seu território. A fortificação de São Miguel de Caranjá desenvolveu-se assim de forma algo autónoma do Estado, talvez mais à semelhança das casas senhoriais fortificadas, embora parte da sua guarnição e o seu capitão fossem pagos pela Coroa.

Sabemos relativamente pouco sobre a evolução desta estrutura defensiva e o facto de não se conhecer qualquer vestígio arqueológico a ela associado torna a tarefa de reconstituição gráfica um exercício quase puramente especulativo. Mas a escassa informação que foi possível reunir indicia que São Miguel de Caranjá representa um dos mais eloquentes exemplos de um certo modo de *fazer forte* na PN, com analogias aos casos de Tarapur e Mahim-quelme (Kelwamahim) mas em forte oposição a fortificações principais com São Jerónimo de Damão Pequeno (Nani Daman) ou Taná (Thane).

#### ***Período pré-português***

Sabe-se ainda menos sobre a história pré-portuguesa de Caranjá, para além do facto de terem ali existido salinas e arrozais, uma comunidade de pescadores e ainda algumas grutas sagradas hindus. Como a ilha de Salcete, Caranjá pertenceu ao território sob a dinastia dos monarcas Silharas, dominantes na região até inícios do século XIV, tendo sido incorporada em meados desse século na

---

<sup>1188</sup> BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, pp. 117, 118.

esfera do sultanato de Gujarat. A principal povoação costeira da península e origem do topónimo Caranjá situava-se na sua costa sul, sendo que os portugueses alargaram esta designação a todo o Cassabé e também a outra povoação - a principal durante o período da PN - situada no interior norte da subdivisão e conhecida actualmente como Uran<sup>1189</sup>.

### ***Período português***

A ocupação portuguesa manteve as explorações das salinas do cassabé. Assumindo as funções dos tanadares sob a anterior administração de Gujarat - talvez já detentores de considerável autonomia -, os capitães portugueses de Caranjá desenvolveram um empório regional algo periférico e isolado em relação ao resto do distrito de Baçaim e muito próximo da região de fronteira tradicional entre os sultanatos de Gujarat e Ahmadnagar, acostumada a guerras e incursões e à autonomia de líderes militares. Talvez também por estas razões, ou ainda devido a uma tradição administrativa pré-portuguesa, a capitania do cassabé de Caranjá transitou frequentemente de forma hereditária, sendo o seu cargo vitalício, facto que terá contribuído para um maior investimento dos seus capitães sucessivos nas defesas e economia do território - e uma menor ingerência por parte do Estado.

Meia década após a sua cedência aos portugueses, o cassabé de Caranjá foi invadido por um destacamento do capitão Burhan-ul-Mulk, cercando a torre ou casa-torre do capitão-tanadar Manuel de Aguiar e a sua guarnição de dez soldados. Esta estrutura situava-se, com toda a probabilidade, na zona da futura fortificação de São Miguel<sup>1190</sup>. Se já existia uma torre ou casa-torre de materiais perenes em 1539, é lícito supor que durante as três décadas seguintes – período pacífico para os habitantes de Caranjá – esta se tenha desenvolvido e expandido.

Caranjá foi novamente ameaçada em 1569, desta feita por parós malabares tendo a sua guarnição sido reforçada a partir de Chaul<sup>1191</sup>. Passados dois anos, ameaça mais grave surgiu do lado de terra firme, com uma incursão de tropas do sultanato de Ahmadnagar. Nessa altura, o capitão-tanadar Estêvão Perestrelo defendeu-se na fortificação do cassabé com trinta e oito soldados portugueses. Segundo Diogo do Couto, esta estrutura defensiva era apenas um “*forte só no nome, e sómente*” era “*roqueiro hum pequeno baluarte, que se fez pera os aposentos do capitão em tempo que se não temiam*

---

<sup>1189</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1882, p. 191.

<sup>1190</sup> CASTANHEDA, Lopes de, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses (1552-1561): Thirty-one chapters of the lost “Livro IX”*, C. Wessels (ed.), The Hague, Martinus Nijhoff, 1929, pp. 39-43.

<sup>1191</sup> Carta de Luís Freire de Andrade datada de 30 de Novembro de 1571, Corpo Cronológico 1-109-75, IAN-TT, pub. in GOERTZ, R. O. W., *Attack and Defense Techniques in the Siege of Chaul, 1570-1571*, Sep. do II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 286, 287.



*senão alguns ladrões formigueiros*”<sup>1192</sup>. Esta descrição confirma a noção de que Caranjá se defendia neste período apenas através da casa-torre do seu capitão vitalício<sup>1193</sup>. A cavalaria de Ahmadnagar atacou novamente Caranjá em 1593, altura em que era capitão-tanadar Mateus Gomide<sup>1194</sup>.

Volvidas duas décadas, ocorreu um dos episódios mais célebres na história do período português de Caranjá, quando vários moradores se revoltaram e mataram o capitão Baltazar Rebelo de Almeida, ocupando a sua casa-torre. Apesar da revolta ter sido rapidamente esmagada, acarretou consequências para os moradores não-católicos do cassabé e terá certamente motivado uma vigilância mais apertada da sua fortificação<sup>1195</sup>. Surgem também a partir dessa ocasião várias queixas contra os capitães-tanadar de Caranjá relativas a abusos de poder, conduzindo à necessidade de se nomear um “*juíz ordinário para ajudar às desordens*” no cassabé<sup>1196</sup>.

Aquando da inspecção às fortificações da PN no governo do vice-rei Miguel de Noronha, a “*fortaleza*” de Caranjá estava guarnecida por seis soldados, um bombardeiro e cinco peões e defendia-se com seis peças de artilharia ligeira. Compensando esta reduzida guarnição, a defesa da subdivisão ficava normalmente assegurada por uma milícia competente, incluindo doze “*escravos casados*” do capitão. Descrevendo a sua fortificação, o ouvidor Lourenço da Corda refere dois baluartes principais artilhados, de “*São Tiago*” e de “*São Miguel*”, um baluarte secundário, e ainda um “*revelim*” sobre a “*porta do mar*”. Dentro do recinto fortificado assinalavam-se várias estruturas, destacando-se a casa do capitão, à qual se agregava a “*torre velha*” com telhado; um armazém “*de abobada*”; e uma cisterna “*muyto fermosa e grande*”. Para além da falta de artilharia e do mau estado de algumas das suas estruturas, uma das preocupações principais patentes no relatório era a dimensão e altura dos telhados das casas do capitão, da torre “*velha*” e ainda do baluarte de São Tiago. Estes telhados obstruíam a visibilidade a partir de outros locais da fortificação, nomeadamente a do baluarte de São Miguel<sup>1197</sup>.

---

<sup>1192</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VIII, cap. 36, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 362-364; PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorey Dom Luis de Ataíde*, Coimbra, Na impressam de Nicolao Carvalho, 1617, p. 97, 97v.

<sup>1193</sup> Para uma listagem provisória dos capitães-tanadar de Caranjá, V. *infra*, 3.4.2. “Distrito de Baçaim”, pp. 515-551.

<sup>1194</sup> “Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visorey do Estado”, Antonella Vignati (ed.), *Mare Liberum*, nº 17, Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 298, 300.

<sup>1195</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), vol. I, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1876, pp. 50, 51; Carta do vice-rei Jerónimo de Azevedo datada de 7 de Maio de 1613, *Livro de Alvarás nº 3*, fl. 106, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. VI, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875, p. 962.

<sup>1196</sup> Cartas do vice-rei Miguel de Noronha datadas de 20 de Dezembro de 1629 e 19 de Fevereiro de 1630, *Livro das Monções nº 13-A*, Ms. 14, fls. 35, 214, HAG.

<sup>1197</sup> Treslado do Invetário do que se achou nos Baluartes de Taná e Caranjá por João Lourenço da Corda datado de 7 de Dezembro de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 503-506, HAG.

As obras determinadas pelo engenheiro Manuel Homem de Pina no seguimento desta inspecção não se aplicaram tanto à estrutura fortificada existente mas procuravam antes solucionar um problema mais grave: o facto de a maior parte da povoação de Caranjá ficar exterior e apegada aos seus muros e ainda a proximidade do convento franciscano, “*padrasto*” à fortificação:

*“O que se há de fazer na fortaleza de Caranjá é o seguinte. Da esquina da Fortaleza da parte da povoação direito à esquina da portaria de São Francisco se fará um lanço de muro e pela parte do rio e marinhas se fará outro pano de muro a fechar na capela-mor do dito mosteiro, fazendo nele da parte do poente dois baluartes, um em uma das esquinas para que neste intervalo se recolha a gente no tempo de guerra, e por este modo se tira o inconveniente de ficar o dito mosteiro padrasto a esta fortaleza, que o eleger que se cerque toda esta povoação e rio não se pode fazer sem muito largo tempo e grande despesas.”*<sup>1198</sup>

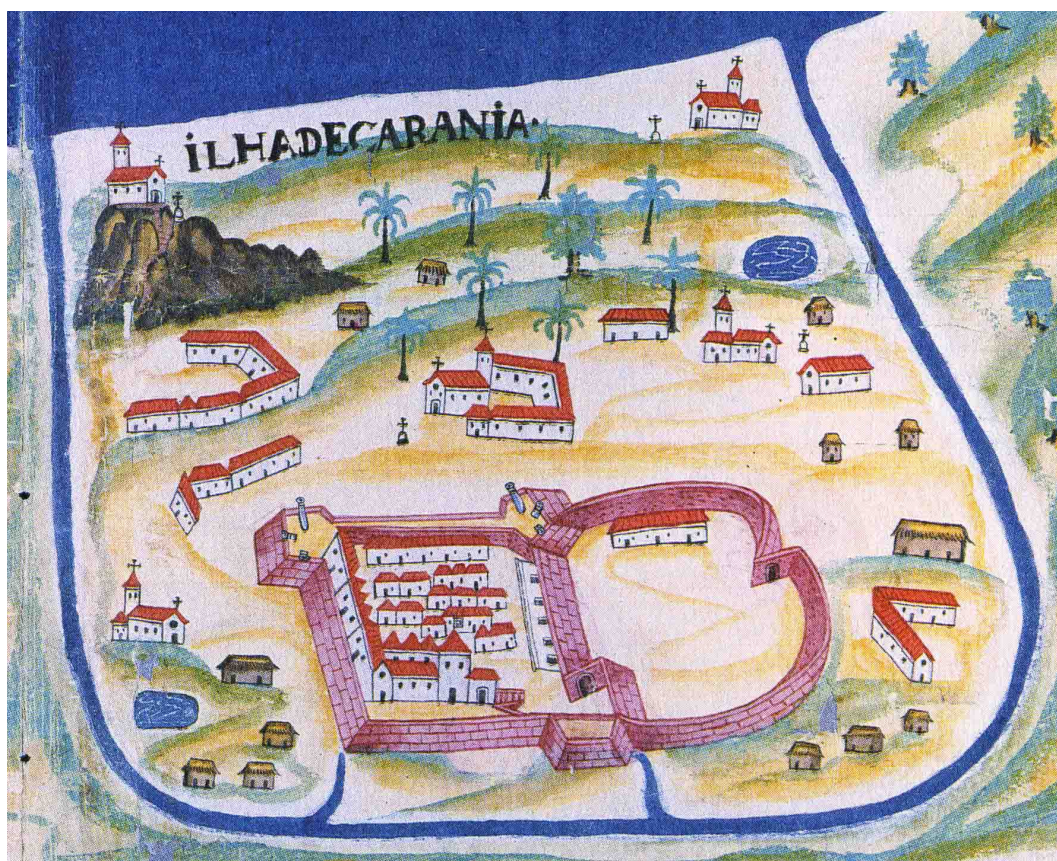


Fig. 152. Pormenor do Cassabé de Caranjá (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE)

Esta importante empreitada ficou a cargo de Fernão Sampaio da Cunha, capitão vitalício de Caranjá ente cerca de 1629 e 1640, suscitando preocupações a Baçaim durante esse período pelos seus

---

<sup>1198</sup> Apontamentos das obras que se há na fortaleza de Caranjá por Manuel Homem de Pina datado de 1 de Maio de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.



atrasos<sup>1199</sup>. Pela iconografia posterior, duvido seriamente que esta expansão tenha sido concluída de modo a encintar o convento franciscano; contudo, parece ter abraçado a igreja Matriz<sup>1200</sup>. A fortificação de São Miguel de Caranjá terá permanecido uma estrutura de implantação aproximadamente quadrangular e orientada sensivelmente segundo os eixos cardeais, com os flancos norte e sul a medirem perto de 270 m e os de oeste e leste, perto de 180 m, conforme os últimos registos oitocentistas referentes às suas ruínas<sup>1201</sup>. Para além deste local de implantação, a leste do convento franciscano e centro da povoação, poucas outras certezas se podem ter relativamente à sua arquitectura.

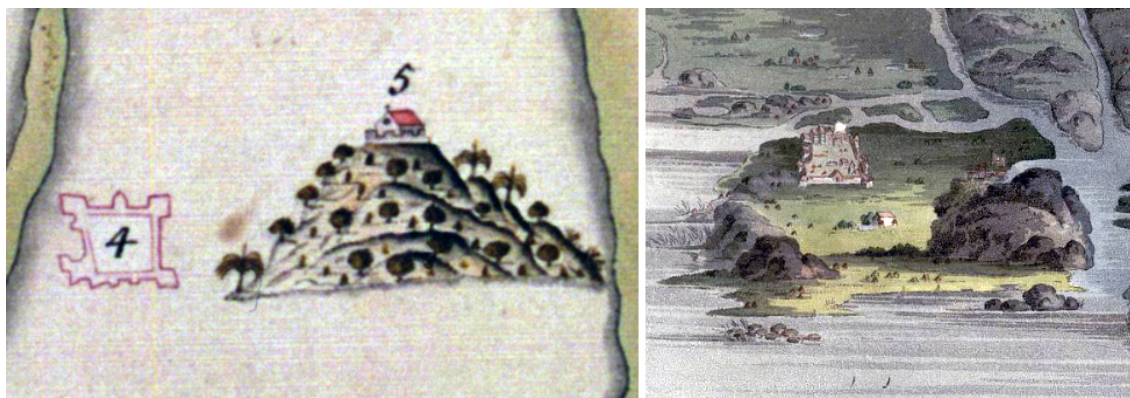


Fig. 153 e 154. Mapa da região de Salcete, pormenor mostrando a zona de Caranjá; Vista da região de Salcete, pormenor de Caranjá (*Mostrador...*, 1737-1738, SGL; Barth, *An Elevated View...*, 1803, BL)



Fig. 155. Igreja de Nossa Senhora da Purificação (© W. Rossa, 2005)

<sup>1199</sup> Cartas do vice-rei Miguel de Noronha datadas de 20 de Dezembro de 1629 e 19 de Fevereiro de 1630, *Livro das Monções nº 13-A*, Ms. 14, fls. 35, 214, HAG; Cartas do vice-rei António Telles datadas de 9 de Julho de 1640, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 1*, Ms. 1249, fl. 30, HAG.

<sup>1200</sup> Tanto a iconografia de Barreto de Resende como a documentação das obras determinadas por Manuel Homem de Pina não apontam para a existência de qualquer estrutura religiosa dentro do recinto fortificado. Já uma descrição de 1726 refere que a Matriz estava “dentro da fortaleza” (Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Goa e seus suffraganeos por Henrique Bravo de Moraes datado de 1726, *cod. 176* (microfilme F 2527), fl. 12, BNL).

<sup>1201</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of Interest*, Bombay, Central Government Press, 1882, pp. 371, 372.

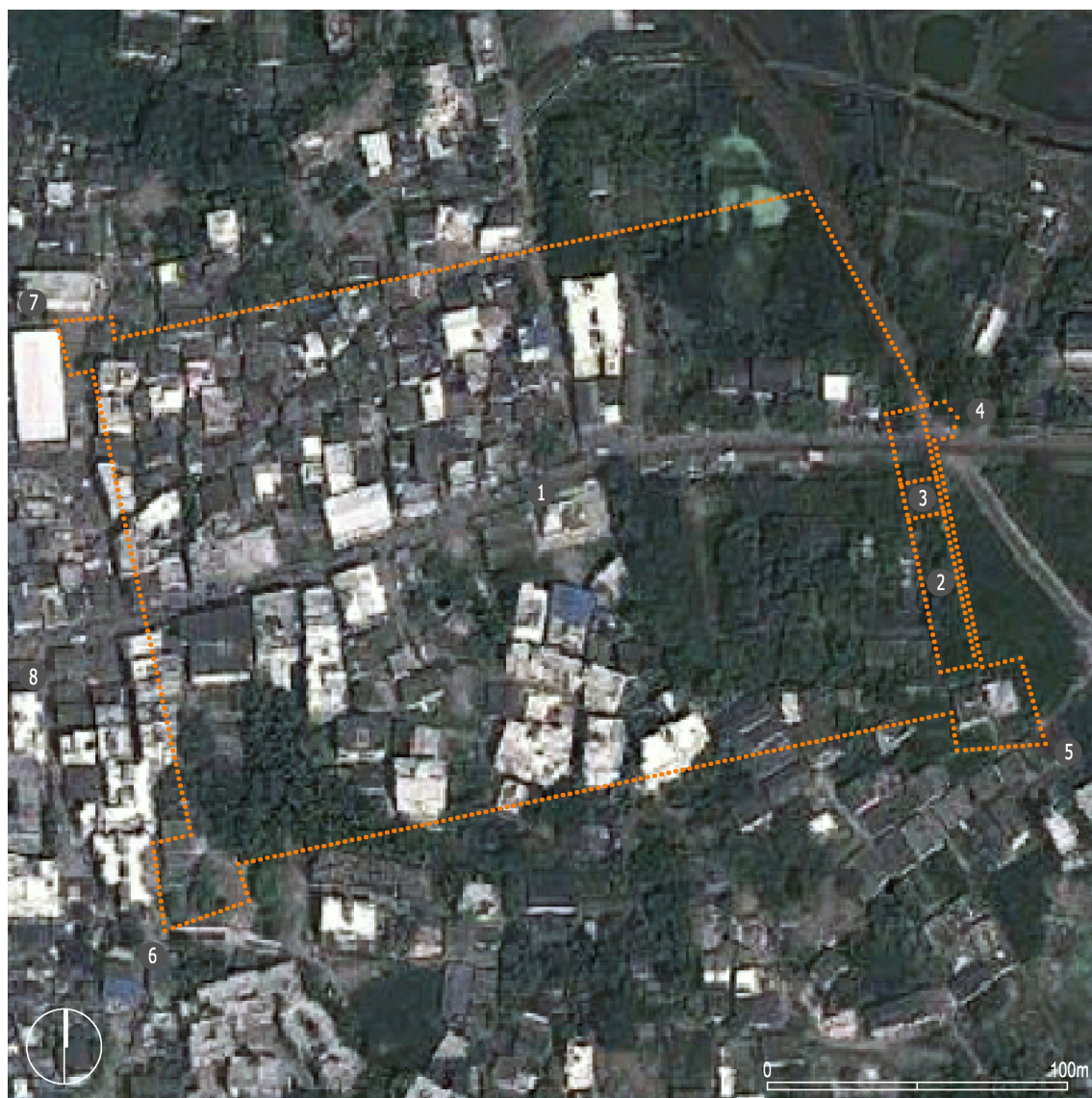


Figura 156.

### São Miguel de Caranjá

Legenda:

- 1 – Recinto fortificado (alinhamento hipotético)
- 2 – Casas do capitão (localização hipotética)
- 3 – Torre (localização hipotética)
- 4 – Rebelim e Porta de Mar (localização hipotética)
- 5 – Baluarte de São Tiago (localização hipotética)
- 6 – Baluarte de São Miguel (localização hipotética)
- 7 – Baluarte secundário (localização hipotética)
- 8 – Igreja de Nossa Senhora da Purificação

Ainda assim, e confrontando toda a documentação a que tive acesso, proponho um elementar esquema de reconstituição da estrutura defensiva. Como o relatório de 1629 e outros documentos referem uma “*porta de mar*” e aludem a um rio próximo, depreende-se que a fortificação era acessível, pelo menos durante a maré cheia, a embarcações ligeiras, dispondo de um cais justaposto ou muito perto dos seus muros. Como várias outras fortificações ribeirinhas comparáveis – Tarapur, Sirgão (Shirgaon), Bombaim – parece-me válido partir do princípio que esta porta do mar fizesse parte da volumetria da zona residencial da fortificação, ou seja, da volumetria das “*casas do capitão*”. Estas casas, a sua torre “*velha*”, a porta do mar e seu “*revelim*” e talvez também o baluarte secundário sem artilharia, corresponderiam ao núcleo mais antigo da fortificação, que suponho ter ficado no seu flanco leste, ou seja, virada para o rio e para as salinas. Ao longo do flanco leste dispunha-se também o armazém “*abobadado*” e no seu vértice sudeste, o baluarte de São Tiago, voltado para “*terra firme*”. Daqui arrancava a cortina sul, com o baluarte de São Miguel no vértice oposto, ou seja, do lado oeste e da povoação. Neste baluarte começava o flanco oeste até um bastião secundário no vértice noroeste. Deste ponto começava a cortina norte, fechando o circuito novamente na zona das casas do capitão.

Resumindo, seria então o flanco leste o núcleo primitivo da fortificação, aquele por onde esta comunicava por via marítima ou fluvial; onde ficava as casas sobradadas do capitão; possivelmente com uma varanda sobre os muros; a torre velha com seu telhado dominando - ou estorvando - todo o conjunto; uma porta do mar e eventualmente um cais apostado, protegido por um revelim<sup>1202</sup>.

Este dispositivo defensivo, melhorado a partir de 1634 por Fernão Sampaio da Cunha e seus sucessores, e intervencionado na década de 1670<sup>1203</sup>, resitiu à incursão dos exércitos maratas em finais de 1683, altura em que estes ocuparam todo o restante cassabé incluindo a fortificação de Nossa Senhora da Penha, na elevação a sul da povoação. Após a reconquista do cassabé<sup>1204</sup>, o novo regimento legislado pelo vice-rei Francisco de Távora conde do Alvor para os seus capitães refere algumas das principais preocupações defensivas para território.

Assim, o capitão Manuel Teles ficava obrigado a pernoitar sempre dentro da fortificação, fechando as suas portas “*com as Ave-marias*”, e a manter a sua artilharia sempre carregada. Em redor da estrutura defensiva, proibia-se a edificação de “*caza alguma a nenhum morador que seja capas de tomar armas*” e dentro do recinto fortificado, “*a algum gentio, ou quem for por outro tanto, for inútil*”

---

<sup>1202</sup> A vista de Pedro Barreto de Resende relativa a Caranjá poderá apresentar uma relação errónea entre os dois baluartes artilhados e as casas do capitão-tanadar (Treslado do Invetário do que se achou nos Baluartes de Taná e Caranjá por João Lourenço da Corda datado de 7 de Dezembro de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 503-506, HAG).

<sup>1203</sup> Em Fevereiro de 1678, o capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira visitou Caranjá em conjunto com o engenheiro Joao Roiz de Sande e o padre administrador para dar seguimento a obras na fortificação (Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 26 de Fevereiro de 1678, *Série Azul*, Ms. 497, fl. 149, BACL).

<sup>1204</sup> A reconquista do território foi efectuada pelo capitão-geral da PN José de Melo e Castro antes de Dezembro de 1685 (Consulta do Conselho Ultramarino datada de 13 de Novembro de 1686, Índia, cx. 61, doc. 168, AHU).



ao serviço e menejo das armas”. Previam-se também no regimento as regras de relacionamento com os “*curumbins do Salgado*”, provavelmente uma das comunidades indianas mais importantes para a economia do cassabé. Esta comunidade tinha um “*cabo para exercitar a justiça entre elles, excepto em casos violentos*”, e ainda “*vigias*” para prevenir as incursões a partir de terra firme, sendo que o capitão ficava encarregue de evitar a entrada de espiões inimigos da terra firme no cassabé e a sua deambulação pelo “*Salgado*”. Ainda em relação à exploração das salinas, ficava Manuel Teles obrigado a consentir que “*todos os foreiros*” do cassabé vendessem “*livremente o seu sal, e nesta matéria*” não se devia intrometer “*em couza alguma com penna de*” pagar “*as partes o damno feito*” e ainda ser castigado “*pello crime*” cometido<sup>1205</sup>.

O último meio século do período português em Caranjá foi relativamente inconspícuo, registando-se as habituais queixas contra os capitães vitalícios e contra o próprio sistema que os instituía no cassabé. Por seu turno, a vizinhança britânica em Bombaim não aparenta ter afectado a produtividade do território, sendo antes provável que tenha contribuído para o seu desenvolvimento. Afinal, o sal era um bem essencial e o das marinhas de Caranjá era particularmente apreciado na região. Algumas obras em inícios de Setecentos melhoraram a situação dos baluartes da fortificação, sendo algumas empreitadas acompanhadas pelo engenheiro João Pires de Rebouça<sup>1206</sup>. Talvez por causa destes melhoramentos e da renovada ameaça marata, a sua guarnição passou a incorporar três artilheiros chefiados por um condestável<sup>1207</sup>. No final do período português, o Cassabé de Caranjá contava com cerca de setecentos e oitenta habitantes cristãos, divididos por três freguesias, sendo o “*pouvo gentilico sem comparação muito mayor*”<sup>1208</sup>.

---

<sup>1205</sup> Regimento para Manoel Telles Capitam da Fortaleza de Caranjá e aos mais que lhe sucederem, datado de 6 de Abril de 1686, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fls. 13v-16, HAG.

<sup>1206</sup> Em Fevereiro de 1712, O Conselho da Fazenda ordenava ao feitor de Baçaim que edificasse umas casas e armazéns na fortificação de Caranjá, “*a qual obra será primeiro orçada pelo engeheiro-mor João Pires Rebouça e arrematada em lanço público*”. Volvido um ano, determinação semelhante do mesmo Conselho da Fazenda ordenava o feitor para que, com a “*intervenção*” do general da PN, mandasse “*laguear os Belluartes que na Fortalleza de Caranja estiverem sem lageamento para melhor poder laborar a artelharia nas occaziões em que for necessario, e do que na dita obra despender com certidão do escrivão de sua Reçeita assinada peloi dito General se lhe levará em conta na Fazenda dos Contos*” (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 5 de Fevereiro de 1712 e 22 de Fevereiro de 1713, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 18*, Ms. 1177, fls. 55v, 95v, HAG). Novas directivas de 1720, 1724 e 1726 repetem as anteriores, insistindo nas obras da cisterna e do “*terrado*” da fortificação (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 1 de Fevereiro de 1720, 24 de Fevereiro de 1724 e 29 de Abril de 1726, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fls. 46, 157, 229v, HAG). Já em 1733, ordenava-se o “*conçerto do Almazem de pólvora da Fortaleza de Caranjá visto ter cabido o tecto delle*” durante a monção desse ano (Assento do Conselho da Fazenda datado de 19 de Outubro de 1733, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 262, HAG).

<sup>1207</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 6 de Maio de 1694, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 16*, Ms. 1174, fls. 154, 155v, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 17 de Junho de 1713, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 18*, Ms. 1177, fl. 106v, HAG.

<sup>1208</sup> Em 1726, as três freguesias eram: Igreja Matriz (330 fregueses); São Bernadino (175 fregueses); Nossa Senhora da Assunção (277 fregueses) (Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Goa e seus suffraganeos por Henrique Bravo de Moraes datado de 1726, *cod. 176* (microfilme F 2527), fl. 12, BNL).

Com a invasão de Salcete em Abril de 1737, os “*mercadores gentios e mouros*” de Caranjá fugiram para Bombaim, tendo o capitão José Luís Pereira procedido ao sequestro das suas fazendas - especialmente do “*mercador mouro Faquir Ally Patel*” - entregando a administração da sua fazenda a um morador português “*abonado*”, António de Souza<sup>1209</sup>. Apesar destes receios, o cassabé foi poupado pelos maratas durante este conflito, sendo de admitir que estes tivessem acordado com Manaji Angre conceder-lhes aquele território mediante o seu apoio naval para as operações de guerra contra as embarcações portuguesas. Caranjá foi conquistada por Manaji Angre apenas a 21 de Março de 1739, depois de uma sublevação popular no cassabé. Nessa ocasião, a guarnição da fortificação contava com cerca de uma centena de homens, tendo estes resistido durante cinco dias a uma força sitiante<sup>1210</sup>.

### ***Período pós português***

Para o período de ocupação de Angre, seus sucessores, ou ainda seus aliados maratas, não localizei qualquer informação sobre a fortificação de Caranjá. Esta e seu cassabé, foram conquistadas pelos ingleses a 30 de Dezembro de 1774 numa operação liderada pelo tenente-coronel Keating. Apesar da fortificação ainda estar guarnecida, não opôs grande resistência ao ataque inglês<sup>1211</sup>. Tudo indica que tenha ficado abandonada pouco depois, ao invés da posição de Nossa Senhor da Penha, que foi reparada e guarnecida pelo novo residente britânico em Caranjá<sup>1212</sup>.

Em meados do século XIX, o *mamlatdar* – ou assistente do colector de impostos – de Caranjá era Manuel de Souza, personagem que teve influência preponderante sobre a povoação, visto ter desmantelado as ruínas da fortificação de São Miguel para reaproveitar os seus materiais no lajeamento de um novo tanque<sup>1213</sup>. Apesar desta demolição, algumas das suas ruínas ainda eram visíveis em finais de Oitocentos<sup>1214</sup>.

Como já foi mencionado, não existem vestígios físicos aparentes da fortificação de São Miguel de Caranjá.

---

<sup>1209</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 17 de Setembro de 1737, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 22*, Ms. 1180, fls. 78, 78v, HAG.

<sup>1210</sup> A guarnição de São Miguel de Caranjá reistiu a cerca de dois mil atacantes durane cinco dias (*Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fls. 286, 286v, HAG; Ms. 6-17, vol. B, fls. 98-159, BPADE).

<sup>1211</sup> *Materials Towards a Statistical Account...*, vol. I, Bombay, Government Central Press, 1893, pp. 387, 388.

<sup>1212</sup> V. *infra*, 3.3.22. “Nossa Senhora da Penha de Caranjá (Dronagiri hill)”, pp. 509-512.

<sup>1213</sup> Pode-se colocar a hipótese de se terem aproveitado elementos da cisterna de origem portuguesa para as obras do tanque Oitocentista.

<sup>1214</sup> É provável que Manuel de Souza, cuja sepultura se encontra na igrejas de Nossa Senhora da Purificação, descenda de António de Souza (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of Interest*, Bombay, Central Government Press, 1882, pp. 193-196, 371, 372).

### 3.2.8. Morro de Chaul (Korlai)

18°32'10"N, 72°54'29"E

“[D]onde descem à borda d’agoa admiraveis couraças...”

André Ribeiro Coutinho, 1728<sup>1215</sup>

#### *Introdução*

A fortificação do Morro de Chaul, situada 2 km a sudoeste da cidade portuguesa de Chaul, constitui uma estrutura arquitectónica excepcional entre todos os dispositivos do sistema defensivo da PN - e ainda, arrisco-me a dizer, na constelação de todas as fortificações pertencentes ao Estado em território do subcontinente indiano. Este carácter excepcional radica essencialmente na invulgar e surpreendente morfologia da fortificação, uma estrutura linear de mais de meio quilómetro implantada ao longo da crista e vertentes de um acidentado promontório<sup>1216</sup>.

Para além da sua inusitada morfologia, outro factor contribui sobremaneira para o interesse acrescido do Morro de Chaul no panorama da PN: este é o único exemplo de um abrangente reaproveitamento português de uma fortificação indiana pré-existente cujos vestígios arqueológicos permanecem em relativo bom estado de preservação. De facto, dos outros três casos notáveis de reaproveitamento – Sangens (Sanjan), Asserim (Asherigad) e Damão – restam apenas ténues e fragmentados vestígios das suas estruturas pré-portuguesas.

Cedo reconhecendo o valor estratégico do escarpado promontório na margem oposta do rio Kundalika e defronte de Chaul para a defesa da cidade e sua barra, os portugueses edificaram no sítio uma primitiva e modesta torre. Por seu turno, o sultanato de Ahmadnagar edificou um extenso conjunto de fortificações ao longo da crista do Morro entre 1593 e 1594, tomadas de assalto pelos portugueses numa célebre, episódio que constitui uma das últimas conquistas de importantes fortificações indianas pelo Estado – excluindo a campanha setecentista de expansão do território goês<sup>1217</sup>.

---

<sup>1215</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tisuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 35.

<sup>1216</sup> A única fortificação comparável ao Morro de Chaul em termos de morfologia e topografia talvez seja a de Chaporá, em Goa, de dimensões menores (Cf. LOBO, Francisco Sousa, “Indo-portuguese Fortification”, *IX Seminar of Indo-Portuguese History*, New Delhi, 7/12/1998 a 11/12/1998, texto dactilografado, p. 16).

<sup>1217</sup> Várias obras portuguesas abordam esta batalha, tais como: BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década XI, Capítulo 32, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 164-173; ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Colecção “Pelo Império”, nº 9, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945; BARBOSA, António, *Breve tratado da victoria do Morro de Chaul. Descripção do sítio, e fortaleza delle, e de alguns bem afortunados successos, que os Portuguezes tiverão neste cerco...*[1635] (Existem duas cópias deste manuscrito: Ms. 482, fls. 10-28v, BPMP; Cod. CXVI/1-4, BPADE); Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visorrei do Estado da Índia”,

Durante o período de ocupação portuguesa, o Estado de Índia conferiu grande valor estratégico ao Morro de Chaul, especialmente a partir do início da ameaça marata em meados de Seiscentos. A fortificação foi beneficiando de várias intervenções e remodelações até 1740, data em que foi entregue aos maratas pelo tratado de paz desse ano.

### ***Período Português, 1521-1593***

Logo com o início das obras da fortificação de Chaul, em 1521, os portugueses viram-se na necessidade de defender a barra do rio Kundalika face às ameaças e bloqueios de embarcações afectas ao sultanato de Gujarate. A cumeeira da montanha no promontório a sudoeste da fortificação em construção, o Morro, constituía um local privilegiado para a observação dessas mesmas frotas inimigas, pelo que a primeira iniciativa portuguesa nesse promontório foi a edificação de uma pequena torre. Descrita como uma “*torre de um sobrado*” por Gaspar Correia e simplesmente como um “*facho*” no relato mais circunstanciado de Fernão Lopes de Castanheda, não restam dúvidas que seria um ponto de observação e de aviso, dando conta à guarnição de Chaul da sortida e número de embarcações inimigas ao largo da costa através do encadeamento de fachos de lenha<sup>1218</sup>.

Pouco depois, ou contemporânea a esta intervenção, Castanheda relata a construção de “*um reparo à maneira de baluarte, com cestões cheios de terra*”, numa “*das pontas da barra da banda do sul*” do Morro, no qual se posicionou artilharia sob o comando do Pêro Vaz Pormão (ou Parmão), militar com experiência de campanhas na península italiana<sup>1219</sup>. João de Barros segue de perto a versão de Castanheda, referindo a construção de “*um modo de baluarte de madeira com entulho de terra ao sopé de um morro que estava naquela ponta da terra*”<sup>1220</sup>. Este proto-baluarte localizava-se sem dúvida no sítio onde depois surgiria o baluarte de Santa Cruz, ou seja, o ponto mais favorável para varejar, ao lume d’agua, a barra do Kundalika, eventualmente cruzando fogo com embarcações portuguesas ancoradas perto da fortificação de Chaul. .

---

Antonella Vignati (ed.), *Mare Liberum*, nº 15, 17, Lisboa, CNCDP, 1998 e 1999, pp. 139-245 e 269-360; ANDRADE, Diogo de Paiva de, *Chauleidos...*, Lisboa, Georgium Rodriguez, 1628.

<sup>1218</sup> CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, Rodrigo de Lima Felner (ed.), liv. II, tom II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1861, pp. 666; CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, liv. V, cap. 74, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833, p. 278.

<sup>1218</sup> CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, Rodrigo de Lima Felner (ed.), liv. II, tom. II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1861, pp. 666-668; CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, liv. V, cap. 74, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833, pp. 293-296.

<sup>1219</sup> CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, liv. V, cap. 74, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833, p. 278.

<sup>1220</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década III, liv. VI, cap. 8, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 80-81.

Ambas as posições foram atacadas por uma força anfíbia de Gujarat nos primeiros dias do ano de 1522. Enquanto que a torre no cume do monte foi tomada, o proto-baluarte resistiu a um breve mas renhido cerco, apesar da morte do capitão Vaz Pormão<sup>1221</sup>. Depois de derrotarem as embarcações do sultanato, os portugueses voltaram a ocupar ambas as posições. Contudo, estas foram abandonadas pouco depois, provavelmente no contexto das relações mais cordiais com Ahmadnagar, de cuja soberania dependia o Morro de Chaul.

Por motivo deste abandono, não encontramos qualquer menção nem ao facto nem à estrutura ribeirinha no meticuloso *Roteiro de Goa a Diu* de João de Castro. Aliás, Castro invoca precisamente a necessidade de se construir uma fortificação no extremo norte do Morro, sobre uma pequena restinga – local que eventualmente se aproxima daquele mencionado por Castanheda e Barros –, para defesa da entrada da barra “porque de necessidade hão de passar” as embarcações “desta restinga” a “um tiro de espingarda” do promontório. As únicas estruturas assinaladas na representação de Castro parecem indicar a aldeia de Korlai, próxima de um tanque, e uma árvore notável a sudeste do Morro<sup>1222</sup>.



Fig. 157. Chaul, pormenor do Morro, ca. 1538 (Castro, *Roteiros...*, 1843)

Esta situação desmilitarizada aparenta ter sido aplicada até 1557, ano em que os portugueses procuraram obter a cedência do Morro junto da corte de Ahmadnagar. O sultanato ripostou

<sup>1221</sup> A batalha no proto-baluarte ocorreu a 31 de Dezembro de 1521, conforme o documento original e o calendário Juliano que vigorou até finais de 1582 (CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, Rodrigo de Lima Felner (ed.), liv. II, tom. II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1861, pp. 666-668; CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, liv. V, cap. 74, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833, pp. 293-296).

<sup>1222</sup> CASTRO, João de, *Roteiro de Goa a Diu (1538-1539)*, Diogo Kopke (ed.), Porto, Typographia Commercial Portuense, 1843, p. 51.



enviando um exército para o local e iniciando a sua própria fortificação, em Março do ano seguinte. Para combater esta iniciativa, o governador Francisco Barreto entrou pela barra de Chaul à testa de uma poderosa armada e numerosa soldadesca, bombardeando o estaleiro do Morro. As hostilidades cessaram então através de um tratado de paz onde ficou assente que o Morro ficaria permanentemente desmilitarizado, tendo-se procedido ao desmantelamento das estruturas em construção<sup>1223</sup>.

Enquanto a posição do Morro não teve um papel importante durante a guerra de 1570-1571, duas décadas mais tarde o Estado e Ahmadnagar chegaram a vias de facto por causa da sua fortificação.

### ***Fortificação indiana, 1593-1594***

Como já ficou exposto, as relações com Ahmadnagar tinham vindo a deteriorar-se desde cerca de 1590. Dois anos mais tarde ocorreu uma disputa em torno de um incidente naval que desencadeou a guerra<sup>1224</sup>. Assim, em Abril de 1593, o tanadar ou capitão de Dabul ocupou o Morro de Chaul e assentou o seu arraial próximo da aldeia de Korlai<sup>1225</sup>. Prontamente se deu início às obras de fortificação, desta feita por traça de um singular arquitecto e engenheiro “*de nação cherquees*”<sup>1226</sup>. Segundo Andrade, as obras, que se faziam de pedra e cal ou “*chunambo*”, iniciaram-se por um “*grande e formoso baluarte*” ribeirinho na ponta norte do istmo, no local onde há altura existia um cruzeiro que foi então derrubado - razão pela qual os portugueses vieram mais tarde a nomeá-lo baluarte de Santa Cruz. Nesse local, as forças de Ahmadnagar assentaram várias peças de artilharia e edificaram armazéns para munições. Em seguida, edificaram outros dois baluartes mais para sul, e ao longo da crista ascendente do monte. Finalmente, a Coroar o cume do Morro, edificaram um quarto e maior baluarte, chamado pelos portugueses “*cavaleiro*”, ao qual estava associado um recinto fortificado com uma cisterna e várias estruturas de pedra cobertas de com folhas de palmeira entrelaçadas e ainda palhotas para aquartelamento da guarnição. Não resulta claro, pela descrição de

---

<sup>1223</sup> Sobre este episódio, V. BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, pt. I, caps. 5 e 6, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 376-391; ANDRADE, Francisco de, *Crónica de D. João III*, pt. IV, cap. 77, Coimbra, 1798.

<sup>1224</sup> V. *supra*, 2.2. “Quatro décadas conflituosas, 1571-1615”, pp. 54, 55.

<sup>1225</sup> O arraial situava-se a leste do Morro num local chamado “*Palmar do Cordeiro*”. Daqui, parte das forças inimigas fizeram incursões noutros locais da PN. Começaram também a atacar o Campo de Chaul. Nessa altura era capitão da cidade Diogo de Sá Pereira, que não tomou nenhuma atitude ofensiva, concentrando-se na defesa e provimento da praça de Chaul (ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Colecção “Pelo Império”, nº 9, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p. 9, 10).

<sup>1226</sup> Este arquitecto viria mais tarde a ser capturado pelos portugueses numa escaramuça. Estes torturaram-no para obter informações sobre os intentos inimigos e sobre as características da fortificação de sua autoria. “*Cherquees*” equivalia a circassiano, um povo ou grupo étnico-linguístico da região do Cáucaso (ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Colecção “Pelo Império”, nº 109, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p. 12).

Andrade, se as quatro posições estavam unidas por cortinas ou couraças, indicando-se apenas que cada uma tinha a sua “*cava com ponte levadiça*”<sup>1227</sup>.

Na relação menos detalhada de Diogo do Couto, refere-se um total de sete baluartes na fortificação indiana: o baluarte de Santa Cruz; quatro baluartes na zona central ou castelo (entre os quais o baluarte ou torre “*da Resistência*”); e dois baluartes no sopé do Morro, a sul. Entre esses dois baluartes a sul havia uma porta encimada por um leão de bronze e no cume do baluarte da “*Resistência*” existia outra escultura, uma águia. Na zona central ou castelo, aludia-se igualmente a uma “*funda*” cisterna em “*pedra lavrada*”<sup>1228</sup>. Apesar dos bombardeamentos navais portugueses, as obras avançaram a bom ritmo durante a mais de um ano, observadas de perto pelos moradores de Chaul, que ficavam sitiados por outra parte do exército de Ahmadnagar.

Com a chegada do capitão-mor da armada da PN Cosme de Lafetá à cidade, em Maio de 1594, e a vinda de mais reforços após a monção, organizou-se a ofensiva contra o Morro, que principiou na madrugada do dia 2 de Setembro. Para este ataque, alistaram-se cerca de mil e quinhentos homens, entre soldados, casados, “*naturais*” e escravos. Após o atravessamento do rio e algumas escaramuças perto da aldeia de Korlai, as forças do sultanato recolheram-se ao Morro<sup>1229</sup>.

Na cava da primeira estrutura fortificada, que ficava numa cota baixa na zona sul do Morro – provavelmente aquela mencionada por Diogo do Couto – travou-se uma primeira batalha entre os atacantes e parte das forças do sultanato que entravam dentro do Morro, apoiados por forças da guarnição da estrutura principal do Morro que tinha descido em seu socorro. A partir dessa primeira posição fortificada no sopé da elevação, foram os portugueses subindo até o próximo baluarte sul da fortificação principal ou castelo, também defendido por uma cava com ponte levadiça. Aqui os portugueses beneficiaram do facto do inimigo não conseguir levantar a ponte nem fechar a porta da fortificação, possivelmente devido ao atravessamento de um elefante morto<sup>1230</sup>.

Após transpor outra porta. Os portugueses conseguiram cercar as forças indianas na “*Torre da Resistência*”, principal bastião no cume do Morro. Esta posição foi mais árdua de conquistar, tendo sido necessário esperar por escadas trazidas de Chaul. Uma vez vencido o baluarte “*da Resistência*”, foram as forças de Ahmadnagar fugindo para o baluarte ribeirinho na ponta norte do Morro e daqui

---

<sup>1227</sup> ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Coleção “Pelo Império”, nº 9, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p. 12; DALGADO, Sebastião Rudolfo, *Glossário Luso-Asiático*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919, pp. 282, 283.

<sup>1228</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década XI, cap. 32, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 165-167.

<sup>1229</sup> ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Coleção “Pelo Império”, nº 9, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p 31-35.

<sup>1230</sup> ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Coleção “Pelo Império”, nº 9, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p 35-40.

choul de mar

A fortaleza de chagel con o morro  
de fratican conquistado em 1592

### *Período português, 1594-1740*

<sup>1231</sup> ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Coleção “Pelo Império”, nº 9, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p. 40-42, 45-47; BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década XI, cap. 32, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 170-173; [Certidão de serviços de] *Nicolaou Barretto da Fonseca, filho de Duarte da Fonseca...*, in [Consultas dirigidas ao Rei pelo Governador da Índia, António Teles de Meneses...], Goa a 13 de Novembro de 1640, *cod. 6946*, fl. 63v, BNP; HERÉDIA, Manuel Godinho de, *Atlas Miscelânea*, vista do Morro de Chaul, pub. in GARCIA, José Manuel, *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia: séculos XVI e XVII*, Lisboa, Quidnovi, 2009, p. 107.

indiano, e do baluarte ribeirinho de Santa Cruz, para onde foi destacado um capitão e guarnição respectiva<sup>1232</sup>.

Ainda que o primeiro ímpeto tenha sido o desmantelamento, tenho séria reservas em interpretar à letra o texto do cronista português. E se de facto ocorreu uma demolição extensa, houve certamente várias construções ou ampliações posteriores. Apenas assim se poderá explicar a extensão das muralhas e o número de baluartes ou bastiões patentes na eloquente vista iconográfica de Barreto de Resende, datada de quatro décadas após a conquista do Morro, onde se vê bem mais do que apenas o baluarte de Santa Cruz e a torre “da Resistência”.

Afigura-se mais provável que os portugueses tenham desmantelado totalmente apenas a componente no extremo sul da fortificação pré-existente – os dois baluartes unidos por uma cortina com uma porta Coroada por uma estátua de um leão – e secções pontuais entre a zona do castelo e o baluarte de Santa Cruz. Seguramente houve campanhas de obras posteriores no sentido de tornar o conjunto mais sólido e eficaz, edificando ou reedificando a ligação entre o pólo mais elevado e o ribeirão através de uma extensa linha de cortinas paralelas. É nesse sentido que aponta uma missiva régia dois anos após a conquista da posição<sup>1233</sup>, assim como uma referência a uma campanha de obras em curso nos primeiros anos de Seiscentos ; e outras intervenções já durante o governo do vice-rei Jerónimo de Azevedo<sup>1234</sup>. O Morro de Chaul terá sido assim reconstruído e mantido em bom reparo e dotado de uma guarnição que, ainda que insuficiente para a sua extensão, pelo menos seria bastante para os seus dois pólos principais.

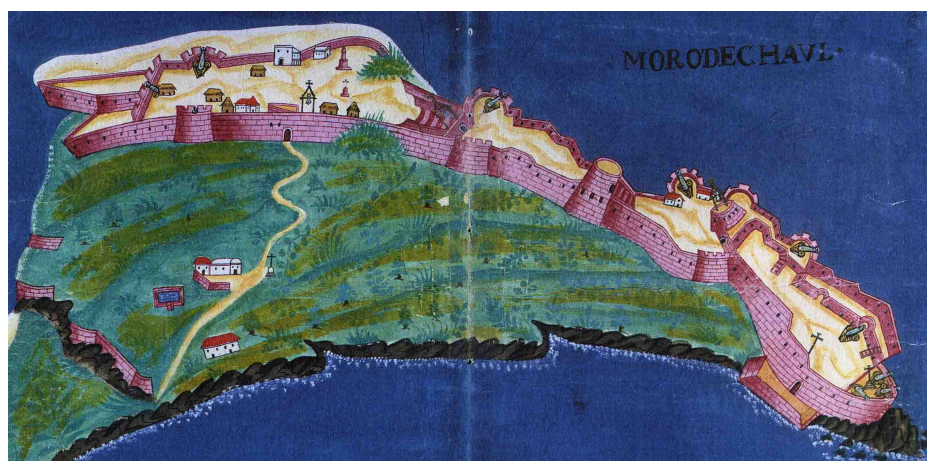


Fig. 159. Vista do Morro, pormenor (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE)

<sup>1232</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década XI, cap. 32, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, p. 173.

<sup>1233</sup> Carta régia datada de 7 de Março de 1596, *Livro das Monções nº 4*, Ms. 6, fls. 617-621, HAG.

<sup>1234</sup> As obras no Morro eram prosseguidas, em 1604, pelo seu capitão Gaspar da Rocha, sendo que se a conclusão dessa empreitada em 1608 (Cartas régias datadas de 26 de Fevereiro de 1605 e 18 de Janeiro de 1607, *DRILM*, António Bulhão Pato (ed.), tom. I, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1880, pp. 4, 98) A escrever em 1617, o vice-rei Jerónimo de Azevedo refere o facto de ter ordenado uma guarnição permanente de cinquenta soldados e a execução de obras necessárias para o Morro (Carta de Jerónimo de Azevedo datada de Março de 1617, *Livro das Monções nº 4*, Ms. 6, fls. (?), HAG).



Todo este aparato contribuiu ainda para a incorporação da aldeia de Korlai no Estado da Índia - local onde a guarnição se abastecia de água, lenha e pedra -, facto que motivou queixas por parte do sultanato de Ahmadnagar<sup>1235</sup>.

Completando este panorama, quando Barreto de Resende representou o Morro por volta de 1634, as suas estruturas equivaleriam em boa medida àquelas que ainda são visíveis actualmente no local. Nessa imagem surge destacado o baluarte de Santa Cruz na ponta norte do promontório, bem identificável pelo seu cruzeiro, dotado de várias peças de artilharia. Esse baluarte era a principal posição artilhada de um recinto fortificado, a “*Couraça*”, onde se implantavam também um pequeno baluarte da parte oeste e ainda o baluarte “*Cavaleiro*”, mais a norte e fechando o recinto da “*Couraça*”. Regista-se ainda nesse pólo ribeirinho: várias estruturas de aquartelamento ou armazenamento; um cais e respectiva porta do Mar; e um segundo cruzeiro. Para esse pólo do Morro, e no seguimento da sua inspecção, o engenheiro Manuel Homem de Pina determinou várias intervenções, destacando-se a construção de dois “*bogios*” ou pequenas guaritas para defender a porta do Mar; a conclusão das obras numa cisterna, perto de ou parte do armazém da pólvora; e ainda o reforço de um pequeno baluarte praticamente apegado ao baluarte “*Cavaleiro*” e voltado para sul<sup>1236</sup>.

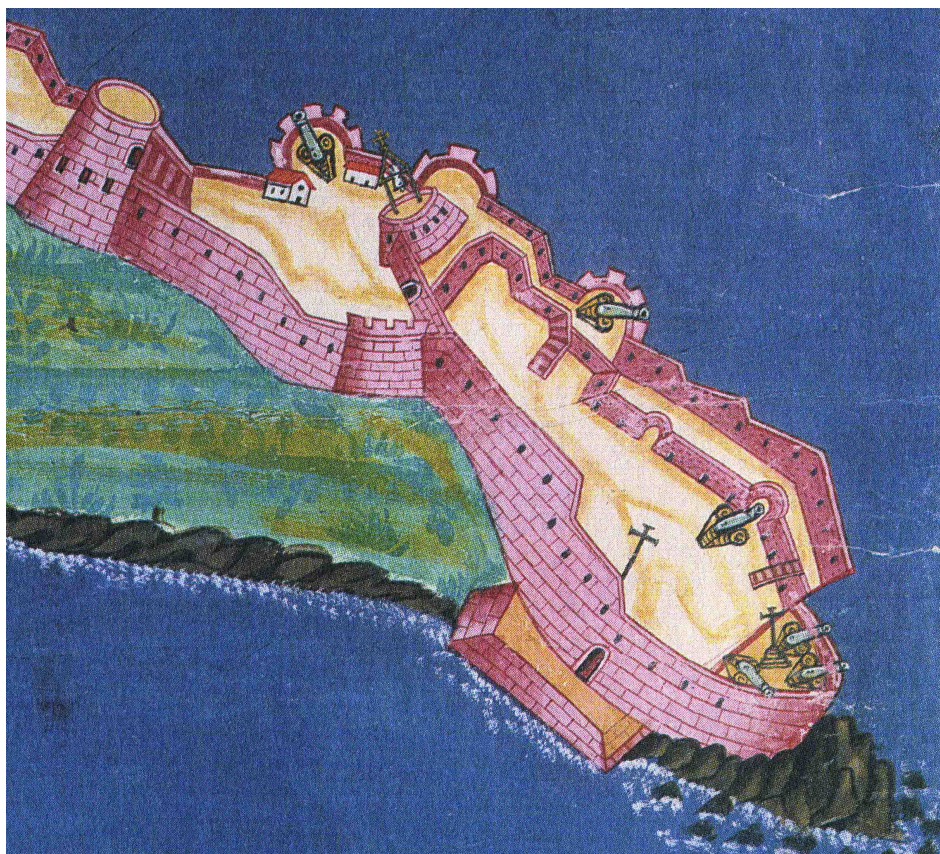


Fig. 160. Vista do Morro, pormenor (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE)

<sup>1235</sup> Carta do vice-rei João Coutinho Conde do Redondo datada de 1619, *Livro dos Reis Vizinhos nº 1*, Ms. 969, fls. 38-38v, HAG.

<sup>1236</sup> Apontamentos de Manuel Homem de Pina datado de 28 de Abril de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.



Deste último baluarte arrancava para sul e ao longo da crista do monte uma linha dupla e extremamente esguia de cortinas, intercaladas por dois núcleos para tiro de artilharia, cada um dotado de dois baluartes, implantados como que em espelho. A primeira posição incluía os baluartes de São Francisco Xavier, voltado para Chaul, e de Santo Inácio, virado para oeste. A segunda posição, algo mais possante, abrangia os baluartes de São Filipe, para leste, e de São Tiago, virado para oeste e para a “*Costa Brava*”. Recomendava-se, em 1634, altear todos estes quatro baluartes nos seus travezes do lado sul, de modo ao nível dos novos parapeitos ficarem à altura das ameias existentes. Homem de Pina tinha feito ainda a “*traça*” para a secção de muro entre os baluartes de São Filipe e São Tiago e a porta do “*Castelo*”, mais a sul, e ainda um baluarte – possivelmente espelhado como os outros – para defender o “*meio*” dessa mesma secção. Esta obra não foi executada<sup>1237</sup>.



Fig. 161. Vista do Morro, pormenor (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE)

As cortinas paralelas terminavam na porta norte do pólo do “*Castelo*”, ladeada por baluartes artilhados e encimada por um sino. No recinto do castelo assinalam-se várias estruturas de pedra e cal e outras de adobes, sendo que duas apresentam coberturas planas, eventualmente associadas à cisterna pré-portuguesa. Vê-se ainda no documento iconográfico de Resende a porta principal da fortificação, voltada para leste e para Chaul; um cruzeiro; e aquilo que parece ser um pelourinho.

<sup>1237</sup> Apontamentos de Manuel Homem de Pina datado de 28 de Abril de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.



No extremo sul, que equivale ao lado esquerdo da imagem, estão os dois baluartes de orelhas de lebre que rematavam a zona do “Castelo”<sup>1238</sup>.

No núcleo do “Castelo”, Homem de Pina determinou várias intervenções, começando pela já mencionada porta norte, sobre a qual era necessária uma “*guarita*”. A atravessar o recinto, e entre a antiga torre “*da Resistência*” voltada para Chaul – designada por “*São Pedro*” pelos portugueses -, e um baluarte oposto do lado oeste, existia uma pequena muralha com parapeito, que se ordenou reforçar. Dentro do recinto, previa-se a reedificação da sua estrutura religiosa em pedra e cal e cobertura de telhado. Para o seu capitão, também se faria uma nova casa e cozinha, aproveitando parte de um armazém. Já para o baluarte de orelhas de lebre, decidiu-se abrir uma cava sobre os seus muros, atravessando o promontório na pequena distância de lés-a-lés<sup>1239</sup>.

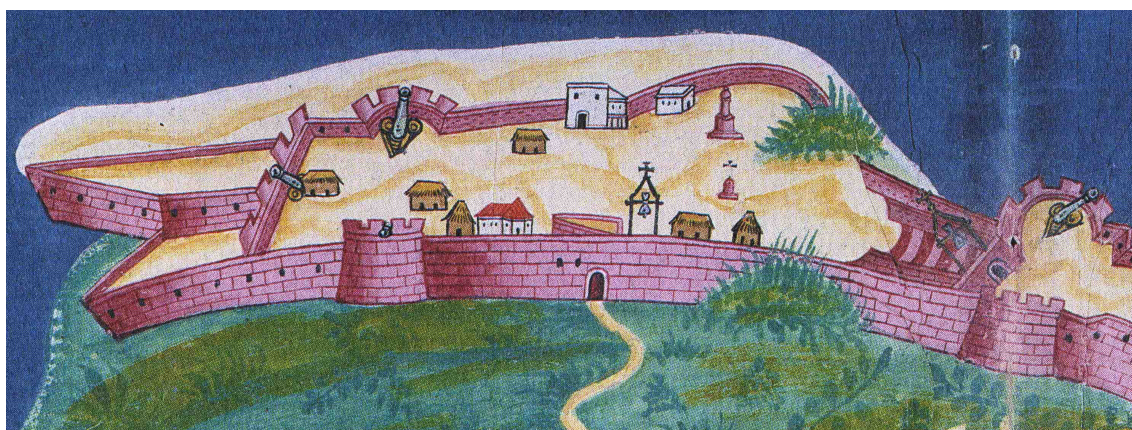


Fig. 162. Vista do Morro, pormenor (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE)

No arrolamento coevo ao desenho de Resende e visita de Homem de Pina, a guarnição do pólo ribeirinho do Morro compunha-se de vinte “*soldados portugueses*” e dois bombardeiros; enquanto que o núcleo do “Castelo” contava com quarenta soldados e dez “*lascarins*”. Listava-se ainda um capitão; condestável; e um “*padre capelão*”. Esta seria assim a guarnição do Morro de Chaul em tempos de paz, como era o ano de 1634, altura em que foi coligida a informação<sup>1240</sup>. Face a estes efectivos, Homem de Pina considerava a “*principal obra*” no Morro “*é mais gente, por ser de muita distancia, e a que ora tem ser para vigiar muito pouca*”<sup>1241</sup>.

<sup>1238</sup> Apontamentos de Manuel Homem de Pina datado de 28 de Abril de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.

<sup>1239</sup> Apontamentos de Manuel Homem de Pina datado de 28 de Abril de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.

<sup>1240</sup> BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 120.

<sup>1241</sup> Apontamentos de Manuel Homem de Pina datado de 28 de Abril de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.





# Morro de Chaul

Legenda:

- 1 – Baluarte de São Pedro, antiga Torre da Resistência
- 2 – Baluarte Cavaleiro
- 3 – Baluarte
- 4 – Baluartes de Orelha de Lebre
- 5 – Fosso
- 6 – Baluarte de Nossa Senhora das Angústias
- 7 – Baluarte de São Diogo
- 8 – Baluarte de São Tiago
- 9 – Baluarte de São Filipe
- 10 – Baluarte de Santo Inácio
- 11 – Baluarte de São Francisco Xavier
- 12 – Baluarte Cavaleiro
- 13 – Baluarte de Santa Cruz
- 14 – Capela de Nossa Senhora das Angústias
- 15 – Armazéns
- 16 – Casa do capitão
- 17 – Cisterna
- 18 – Armazém da pólvora
- 19 - Cais

Figura 163.

[A3]



Não sabemos a que ritmo decorreram as intervenções ordenadas, mas é certo que o Morro continuou deficientemente guarnecido em termos militares. E esta debilidade terá sido uma das causas pela qual um ataque surpresa em 1646 logrou matar o seu capitão, Mateus Pinhão. Este ataque, melhor descrito como um raide, do qual já se deu notícia na parte da história diplomático-militar da PN, constitui um dos episódios mais interessantes do período português do Morro. O militar foi enterrado na própria capela da fortificação e a sua pedra tumular lê:

*“Sepultura de Matheus Pinhão Capitão que foi desta fortaleza cujo valor não pode remediar o descuido de uma sentinela pois [...] o a acabar a vida nas mãos dos inimigos chand[?]arãos depois de atirar a muitos. Ano de 1646”.*



Fig. 164. Sepultura de Mateus Pinhão (© W. Rossa, 2007)

A palavra incompleta na inscrição é, com toda a probabilidade, “*Chandrarãos*” ou “*Chandarãos*” – a grafia portuguesa de Chandra Rao ou Chandrarav. Este era um dos clãs maratas mais antigos do Gates Ocidentais e talvez o mais conhecido na primeira metade do século XVI, detendo uma base de poder autónoma no sultanato de Bijapur<sup>1242</sup>. Note-se como, na primeira metade de Seiscentos, os

<sup>1242</sup> A base do clã Chandrarav era na região de Satará, polarizada pelas fortificações na cordilheira perto da actual aldeia de Javli, (coordenadas: 18°48’05’’N, 73°08’33’’E) (DESHPANDE, Prachi, *Creative Pasts: Historical Memory and Identity in*



portugueses não usavam a palavra “*marata*” visto que não reconheciam a potencial unidade – cultural e linguística – dos clãs guerreiros daquela região do Decão. Conheciam-nos precisamente pelos nomes dos clãs, como “*Chandarãos*”, ou ainda os nomes dos seus líderes militares notáveis.

Com este contexto em mente, penso não ser descabido conceber que o ataque ao Morro em 1646 tenha sido cometido por um militar marata praticamente desconhecido à data: Shivaji Bhosle<sup>1243</sup>. Embora não pertencesse ao clã Chandrarav, Shivaji iniciava precisamente em 1646 o seu fulgurante percurso militar com a conquista da fortificação de Torna, aproximadamente 80 km a leste de Chaul, e outros ataques<sup>1244</sup>, fundando uma base de poder perto de Pune e vizinha à base dos Chandraravs de Javli<sup>1245</sup>. As primeiras acções de Shivaji eram típicos ataques de guerrilha, beneficiando da agilidade da sua cavalaria ligeira e de um superior conhecimento das regiões montanhosas, aliados a um singular espírito de audácia. Muitos dos seus raides iniciais destinaram-se a obter dinheiro ou armamento mais do que derrotar ou conquistar posições inimigas. Terão sido precisamente esses os objectivos de Shivaji neste hipotético ataque sobre o Morro de Chaul. Efectivamente, se juntarmos todas as informações sobre esta acção, conclui-se ter sido um ataque surpresa e de cariz depredatório. Embora num documento coevo português a personagem do audaz assalto seja descrito como um “*mouro alevantado*”, suponho que se tratou de facto do jovem desconhecido Shivaji<sup>1246</sup>.

Dada a gravidade do ataque de 1646, o Estado reagiu prontamente com obras defensivas, reforço da guarnição e atribuição de guarda-costas aos futuros capitães da fortificação<sup>1247</sup>. As intervenções centraram-se no “*Castelo*”, conforme ficou registado por duas inscrições e ainda por referências na documentação, tendo decorrido nos triénios dos capitães que sucederam a Pinhão: António

---

*Western India, 1700-1960*, New York, Columbia University Press, 2007, pp. 43, 44; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIX, *Sátára*, Bombay, Government Central Press, 1885, pp. 230, 231).

<sup>1243</sup> Apesar do Estado ter mantido correspondência com o Shahaji Bhosle, pai de Shivaji, este último operava à altura de forma autónoma do pai que, aliás, estava então destacado num local longínquo no sul do sultanato de Bijapur.

<sup>1244</sup> Torna, coordenadas: 18°16'33"N, 73°37'21"E.

<sup>1245</sup> SARKAR, Janudath, *Shivaji and His Times*, Calcutta, M. C. Sarkar & Sons, 1929, pp. 32, 33; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, pt. II, *History of the Konkan Dakhan and Southern Maratha Country*, Bombay, Government Central Press, 1896, p. 67.

<sup>1246</sup> Também se aludia, nessa mesma missiva, ao facto de o “*ladraão alevantado*” poder ser ajudado por um dos reis vizinhos na sua intenção de conquistar o Morro. Importa referir que, oficialmente, Shivaji era um capitão vassalo do sultanato de Bijapur, pelo que “*mouro alevantado*” se pode interpretar como relativo à sua subordinação militar e não à sua confissão religiosa (Assento do Conselho da Fazenda datado de 3 de Novembro de 1646, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 7*, Ms. 1164, fls. 217-218, HAG).

<sup>1247</sup> Assentos dos Conselhos da Fazenda datados de 5 de Outubro e 3 de Novembro de 1646, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 7*, Ms. 1164, fls. 210v, 211, 217-218, HAG; Cópia de carta do capitão de Chaul Fernão de Miranda Henriques datada de 1 de Setembro de 1652, *Livro das Monções nº 22-B*, Ms. 30, fls. 377-378v, HAG.

Marques e Cristóvão de Abreu de Azevedo. Foram certamente executadas com base nas recomendações anteriores do engenheiro Homem de Pina<sup>1248</sup>.

Na centúria após o ataque de 1646, o Morro de Chaul foi melhor vigiado e defendido do que até então, registando-se várias intervenções no sentido de manter as suas posições e estruturas em bom estado de conservação e prevenção. Contudo, o profundo declínio económico que afectou a cidade de Chaul a partir da segunda metade de Seiscentos – para além dos problemas económicos do Estado em geral - terá condicionado o destacamento de uma guarnição suficiente.

Uma das principais campanhas de obras, ainda no último quartel de Seiscentos, ocorreu após a particularmente rigorosa monção de 1676, pelo que o novo capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira visitou a fortificação em companhia do capitão-engenheiro João Roiz de Sande em inícios do ano seguinte<sup>1249</sup>. Com esses temporais, a cava no extremo sul ficou “*arruinada*”, e um dos baluartes, o de “*Nossa Senhora das Angústias*”, abriu brechas perigosas, tendo-se ainda descoberto muitas das dependências da fortificação com a força dos ventos. Feita a vistoria aos estragos e orçadas as intervenções necessárias, o Conselho da Fazenda incumbiu o padre administrador das obras defensivas de Chaul de prover o Morro de coberturas de “*madeira e telha*”; de “*dezentulhar e empedrar*” a cava; e ainda de reparar o baluarte danificado<sup>1250</sup>. Ficou também decidido prover o baluarte de São Francisco Xavier de um “*terrado*” feito de argamassa; e reparar a cisterna na zona da ribeirinha<sup>1251</sup>.

Estas obras terão vindo a tempo de contribuir para a defesa do Morro face a um ataque do rei marata Sambhaji em 1683, durante o qual a guarnição, apesar de ainda ter sido considerado diminuta para a fortificação, alcançou derrotar os maratas através de alguma sortidas<sup>1252</sup>.

---

<sup>1248</sup> *Junta da Real Fazenda do Estado da Índia, Livro 6 (1638-1668)*, Artur Teodoro de Matos (ed.), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa / Centro de História de Além-mar, 2001, pp. 59, 60 (fls. 8v-9).

<sup>1249</sup> [Aditamento ao] Regimento do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado de 25 de Fevereiro de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fl. 142, BACL.

<sup>1250</sup> Não foi identificar definitivamente o sítio do “*baluarte de Nossa Senhora das Angústias*”. Contudo, se essa era à altura o orago da estrutura religiosa do Morro, então poderá ter sido o baluarte aquele que lhe ficava imediatamente a leste ou aquele maior, cerca de 20 m para sul (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 26 de Fevereiro, 19 de Abril e 7 de Dezembro de 1677, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 13*, Ms. 1171, fls. 108, 112, 138, HAG; Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 17 de Janeiro de 1678, *Série Azul*, Ms. 497, fl. 30, BACL; Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 17 de Julho de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fls. 27, 27v, BACL).

<sup>1251</sup> Lista de obras para o Morro de Chaul datada de 31 de Março de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fl. 176v, BACL.

<sup>1252</sup> “*Em Conselho da Fazenda [...] propôs o Senhor [vice-rei Francisco de Távora], que tinha por notícia que os soldados das três companhias que assistião na fortaleza de Chaul e os de prezídio da do Morro, herão a mayor parte delles incapazes de Armas por serem da terra, e que não tinham as ditas companhias e a fortaleza do Morro gente boa e branca, por se não poderem sustentar com a limitada paga que tinham e andavão por esta cauza servindo aos Inglezes em Bombaim e a outras nações estrangeiras, mouros e gentios, como o assentarão os capitães daquellas praças ao Governo passado e a elle Senhor Vice-rei. E o dito Chaul e Fortaleza do Morro indefensáveis pera qualquer acontecimento.*” (Assento do Conselho da Fazenda datado de 11 de Novembro de 1681, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 14*, Ms. 1172, fls. 146, HAG).

Durante as primeiras décadas de Setecentos, o ritmo das intervenções nas defesas da estrutura defensiva aumentou, acompanhando o avolumar da ameaça de Kanhoji Angre, e novamente dos maratas a partir de 1718<sup>1253</sup>. Assim, quando foi visitada por André Ribeiro Coutinho, o militar elogiou as suas “*admiráveis couraças*”, concluindo ser todo ele uma “*admirável peça*”, não necessitando na sua opinião de qualquer intervenção.

Ainda na descrição de Coutinho referem-se “*sete baluartes e hum cavalleiro*”, nos quais se assestavam trinta peças de artilharia de calibre vário. A sua guarnição era nessa conjuntura de duas “*companhias de guarnição*” e uma “*de quarentena*” da cidade de Chaul, totalizando cento e trinta soldados e ainda um destacamento da cidade; para além do capitão; de um condestável; e dois artilheiros<sup>1254</sup>.

Em Abril de 1739, o Morro foi cercado pelas forças de Sambhaji Angre, que assentaram arraial na igreja de Nossa Senhora do Carmo da aldeia de Korlai. Reforçado a partida da cidade com duas companhias de granadeiros e uma centena de tropas irregulares, efectuou-se uma sortida sobre o arraial de Angre, destruindo a igreja. Esta foi posteriormente reconstruída na sua localização actual. Em Outubro de 1740, a fortificação assim como a praça de Chaul foram entregues aos maratas mediante um tratado.

### ***Período pós-português***

As principais causas do bom estado de conservação das camadas portuguesa e pré-portuguesa da fortificação do Morro de Chaul radicam na sua inactividade em termos militares após 1740, permanecendo à margem dos principais acontecimentos político-militares da região, e a sua posição relativamente isolada.

Em meados de Oitocentos foi edificado perto da antiga couraça ribeirinha um farol, facto que também terá contribuído para uma certo cuidado de asseio e preservação das ruínas próximas. Estas foram votadas a um salutar abandono e lenta deterioração ao sabor da natureza até muito recentemente, constituindo um conjunto arqueológico de grande valor patrimonial, reconhecido como uma das principais ruínas de fortificações ao longo de toda a costa ocidental da Índia.

---

<sup>1253</sup> Os principais registos de obras datam de 1712, durante o qual se construiu um celeiro no Morro; 1713; 1724; 1725 e ainda 1733 (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 7 de Janeiro de 1712 e de 17 de Outubro de 1713, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 18*, Ms. 1177, fls. 45-46, 116, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 6 de Abril de 1724 e 18 e 23 de Agosto de 1725, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fls. 162, 246-247v, HAG).

<sup>1254</sup> Um dos últimos capitães do Morro de Chaul foi Pedro Lauriano (?), natural de Lisboa e que veio do reino em 1702, assistindo no Morro a partir de 27 de Março de 1733 (COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tisuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p 35; Relação de Philipe de Valladares de Sottomayor datada de 10 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 637-641, HAG; Lista da gente que serve datada de (?), *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fl. 242, HAG).

Em Janeiro de 2010, enquanto o presente autor e sua equipa efectuavam os levantamentos topográficos das estruturas, principiou uma intervenção do *Archaeological Survey of India* no Morro, intervenção essa que danificou e desvirtuou algumas das estruturas arqueológicas na zona do castelo, incluindo a antiga igreja da fortificação, cujas pedras lavradas originais da fachada foram destruídas e reaproveitadas para entulho.



Fig. 165. Pedras lavradas da igreja do Morro (© Mendiratta, 2010)



Fig. 166. Vista aérea da zona de implantação da fortificação (© S. Naravane, *Sea and hill forts...*, 1998)



### *Descrição Actual*

As ruínas de estruturas defensivas no Morro de Chaul localizam-se ao longo de um esguio rectângulo orientado aproximadamente a norte-sul, a e entre 18°32'28"N, 72°54,28"E e 18°32'05"N, 72°54,28"E. A grosso modo, este rectângulo acompanha a cumeeira da elevação, atingindo a altitude máxima de 101 m.

Como já ficou explícito, a fortificação compreende dois pólos principais: a zona norte, a “*Couraça*”, com estruturas à cota ribeirinha; e a zona sul, ou o “*Castelo*”, no cume da elevação. Existem ainda ténues vestígios de uma muralha separada da fortificação a cerca de 30 m a sul dos baluartes em orelha de lebre no flanco sul do “*Castelo*”. Começando por estes baluartes, abre-se defronte um fosso sem alvenarias, aparentemente entalhado na rocha viva. O recorte pronunciado dos baluartes de orelha de lebre ou em tesoura – por vezes apelidados de “*hornaveque*” ou “*revelim*” na documentação coeva – dominam a vista da fortificação para quem se aproxima a partir do sul e da aldeia de Korlai. Estes elementos prolongam-se cerca de 15 m para norte, sendo que os seus flancos exteriores têm prolongamento ao longo das muralhas deste primeiro recinto fortificado linear, que culmina numa cortina transversal e num baluarte.



Fig. 167. Baluarte de orelhas de lebre na zona a sul do “*Castelo*” (© Mendiratta, 2010)

Do lado interior deste baluarte e sobre a porta que dava acesso à sua esplanada, encontra-se uma inscrição aludindo à já referida campanha de obras de 1646-1650:



*“Esta forsa mandou fazer o vice-rei da Índia D. Felipe Mascarenhas a peditório do capitão desta praça Cristóvão de Abreu de Azevedo, sendo capitão de Chaul Fernão de Miranda Henriques, em Outubro de 1650. Acabada em Junho de 16[?]”.*

De forma aproximadamente hexagonal, este baluarte poderá ser de origem pré-portuguesa, identificando-se o fosso que lhe fica imediatamente a sul com a segunda cava da fortificação indiana, transpondo a qual se situaria a principal porta do “Castelo” indiano.



Fig. 168. Baluarte sobre a porta sul da zona a sul do “Castelo” (© W. Rossa, 2007)

A porta de acesso ao recinto do “Castelo” português situa-se no flanco leste desta baluarte, não apresentando qualquer inscrição ou motivo decorativo. Transpondo este acesso, abre-se o recinto principal do pólo, onde se situavam as suas estruturas mais importantes e também a porta principal de durante o período português, voltada para leste e para Chaul. Dominando o recinto estão as ruínas da igreja ou capela cujo orago não está cabalmente determinado. As referências do período português referem geralmente as invocações “*das Angústias*”, “*da Boa Viagem*”, e “*do Mar*” de Nossa Senhora.

Por via da necessidade dada a forma rectangular deste recinto, a igreja implanta-se segundo um eixo aproximadamente norte-sul. Evoluindo a partir de uma construção com paredes de esteiras e tecto em “*ola*” ou palha, situação sugerida na vista de Pedro Barreto de Resende, a estrutura foi reformada ou reedificada como um edifício completamente abobadado. Actualmente, ainda subsiste a sua decorada abobada sobre o altar. O frontispício é de típico aspecto “norteiro”: um portal com arco de volta perfeita, encimado por uma janela rectangular e ainda por um óculo, destacando-se os motivos

decorativos nas bases da colunas. Segundo Mitterwallner, a fachada principal incluiria ainda um pequeno alpendre e um campanário<sup>1255</sup>. No interior, do lado direito do altar, nota-se uma abertura para uma sacristia e, no mesmo lado do corpo da nave, subsistem degraus de acesso a um púlpito. Na face exterior da cabeceira implantam-se dois contrafortes. Graças a uma visita anterior às recentes intervenções do *Archaeological Survey of India* na estrutura, temos uma noção bastante rigorosa da sua arquitectura, sendo também possível propor uma reconstituição gráfica para a sua fachada principal.



Fig. 169. Cabeceira da igreja vista a partir de sul, na zona do “Castelo” (© J. Santos, 2006)

Aproximadamente 10 m para oeste da igreja situa-se um pequeno baluarte circular, eventualmente aquele denominado Nossa Senhora das Angústias. Do lado leste, e acompanhando a muralha pelo seu lado interior, começa uma escadaria que desce até à cota da porta principal do pólo do “Castelo”. No seu lado exterior, esta abertura está encimada por uma inscrição e um brasão português, em estado muito avançado de deterioração. Lêem-se ou reconstroem-se as palavras:

“[...] Dom Filipe Segundo [...] mandou fazer esta porta [...] Graça [...]”.

---

<sup>1255</sup> MITTERWALLNER, Gritli von, *Chaul: eine unerforschte stadt an der westküste indiens*, Berlin, Walter de Gruyter, 1964.



No brasão vê-se apenas uma águia e um castelo no quartel superior direito, sendo o escudo envolto por um paquife e eventualmente encimado por elmo.

Imediatamente a norte desta porta, e no vértice nordeste do primeiro recinto do Castelo está um bastião circular, possivelmente a “*Torre de Resistência*” da fortificação indiana. Esta apresenta uma pequena inscrição onde se lê: “*São Pedro*”. Para leste está pequena secção de muralha dividindo em dois o recinto do “*castelo*”, onde se rasga uma porta com uma inscrição semelhante àquela do baluarte do lado sul deste recinto:

*“Este castelo mandou fazer o vice-rei da Índia D. Felipe Mascarenhas em Novembro de 1646 anos, sendo capitão de Chaul Fernão de Miranda Henriques e se acabou em Maio de 1650, sendo capitão desta praça Cristóvão de Abreu de Azevedo”.*

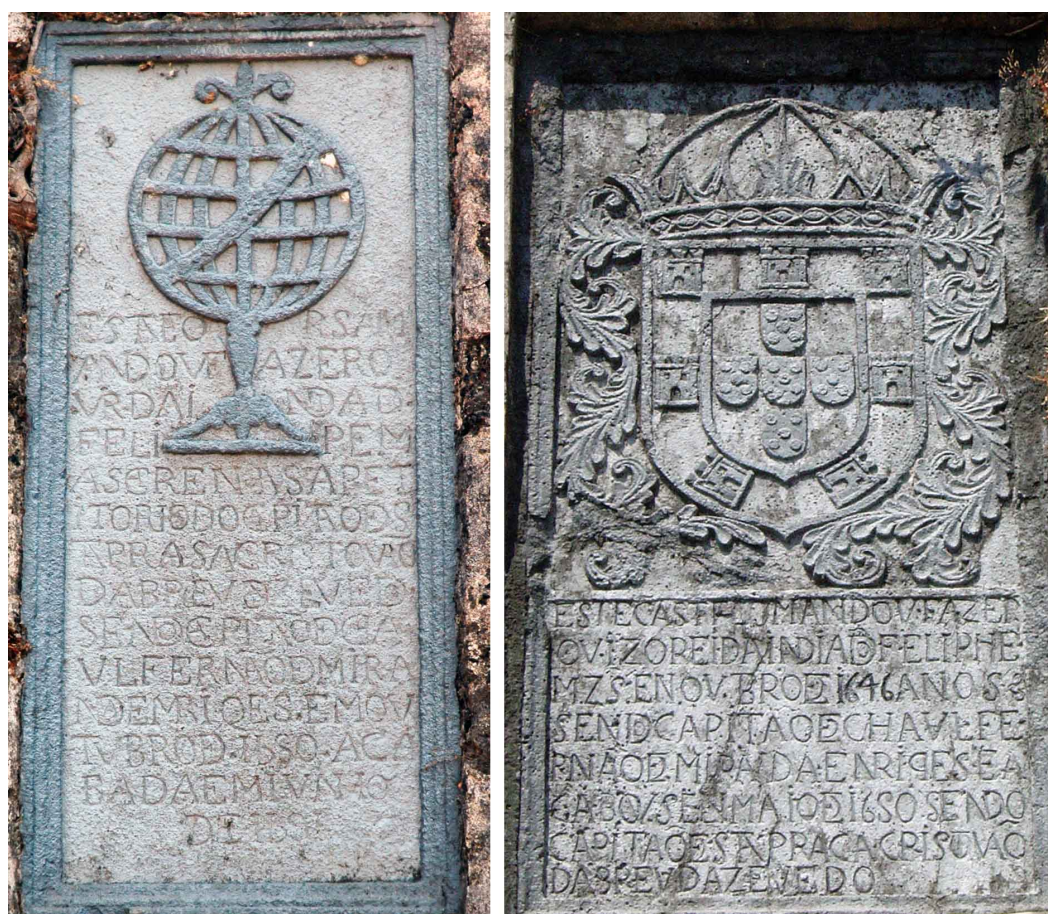


Fig. 170 e 171. Inscrições nas portas sul e norte da zona do “*Castelo*” (© W. Rossa, 2007)

Transpondo a porta, entra-se na parte norte do recinto do “*Castelo*”, onde se situam as estruturas da valiosa cisterna, aparentemente ainda em regular aproveitamento. Para além de algumas pequenas estruturas votivas hindus, destacam-se ainda duas pequenas aberturas na raiz das muralhas do flanco oeste deste recinto, aparentemente para os soldados defecarem. Do lado norte deste recinto está outro bastião circular e ainda uma pequena plataforma do lado oeste, possivelmente também para tiro de artilharia.





Fig. 172. Parte sul da zona do “Castelo” (© Mendiratta, 2010)



Fig. 173. Parte norte da zona do “Castelo” e cisterna em primeiro plano (© Mendiratta, 2010)



Passando a porta perto do bastião circular, abandona-se o pólo do “*Castelo*” e entra-se no exíguo espaço entre duas baixas cortinas paralelas que conduzem até o pólo ribeirinho, acompanhando a cumeeira do promontório. Cerca de 145 m mais a norte, encontramos a primeira parelha de baluartes circulares, sendo o do lado oeste designado por São Tiago e o lado oeste, São Filipe. As cortinas paralelas continuam 120 m para norte, passando por uma poterna, e atingindo nova dupla de baluartes: Santo Inácio, a poente, e São Francisco Xavier, a nascente.



Fig. 174. Parte sul da zona da “*Couraça*” e baluarte cavaleiro (© Mendiratta, 2007)

Prosseguindo ainda mais 100 m para norte e descendo ao longo da pendente, chega-se ao baluarte “*Cavaleiro*” e início do pólo da “*Couraça*”. Esta ocupa um amplo recinto quase triangular, vencendo o declive até a ponta norte do promontório, alcançando aí a cota ribeirinha. Nesse ponto, implanta-se a máquina do baluarte de Santa Cruz, o mais possante, em termos ofensivos, de toda a fortificação. Perto desta defesa, poucos metro a sul abre-se a porta de Mar que dava acesso ao cais para a vital comunicação com a cidade de Chaul. A oeste do baluarte, estão dependências de aquartelamento, perto das quais poderão ainda subsistir as ruínas da cisterna da “*Couraça*”.





Fig. 175. Zona da “*Couraça*” (© W. Rossa, 2007)



Fig. 176. Baluarte de Santa Cruz da zona da “*Couraça*” (© S. Malpani, 2010)

### 3.3. As Fortificações Secundárias

#### 3.3.1. São Luís de Pareri (Pardi)

20°30'29"N, 72°56'48"E

A fortificação de São Luís de Pareri, a mais setentrional do distrito de Damão, foi fundada em 1720 por iniciativa do vice-rei Luís Xavier de Meneses. Situada numa elevação cerca de 16 km a nordeste da Praça de Damão, a posição defendia a planície próximo do rio que constituía a fronteira norte da pragana Poarim. Após 1739, os maratas construíram nova fortificação no local e, mais tarde, os ingleses reaproveitaram a estrutura para uma prisão. Manteve essa função até o fim do século XX. Apesar dessas intervenções, resta ainda no local uma pequena secção de muralha da fortificação português, como que para atestar a sua presença<sup>1256</sup>.

Após o conflito luso-sarceta de 1717-1719 e dado o recrudescimento da ameaça marata sobre toda a PN, o vice-rei Luís Xavier de Meneses decidiu fundar uma fortificação perto da aldeia de Pareri (Pardi), sobre uma elevação onde provavelmente estava situada a sua casa-torre. Esta era uma das povoações mais importantes da área a norte de Damão, e pertencia na década de 1720 ao Doutor Pedro de Emaús<sup>1257</sup>. Sobre a mesma colina existia também uma ermida.

Segundo Ribeiro Coutinho, a fortificação era em forma de um “*rhombo*”, cujos dois ângulos “*diametraes só são fortificados com dois pequenos baluartes*”<sup>1258</sup>. Para as obras concorrerão alguns dos principais moradores de Damão e também o capitão-mor da cidade, Luís de Melo Pereira, que financiou um dos baluartes. Outro baluarte foi patrocinado pelo capitão do campo Marcos Vieira de Carvalho, que também forneceu a madeira necessária para a importante paliçada em redor do fortificação<sup>1259</sup>.

Completando a informação do tempo do vice-rei Luís Xavier de Meneses com aquela de Ribeiro Coutinho, suponho que a fortificação teria originalmente dois cubelos de implantação quadrangular

---

<sup>1256</sup> Estes vestígios arqueológicos foram documentados em Janeiro de 2010 no âmbito dos levantamentos topográficos coordenados pelo autor.

<sup>1257</sup> Jorge Pedro de Emaús foi ouvidor-geral da PN entre aproximadamente 1722 e 1728 (Assento do Conselho da Fazenda datado de 7 de Outubro de 1723, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fl. 128v, HAG; Relatório de André Ribeiro Coutinho datado de 6 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 643-651v, HAG.).

<sup>1258</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tisuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 59.

<sup>1259</sup> Rui Vaz Soares Bacelar, Inácio Pereira de Lacerda e Francisco de Barros, moradores de Damão, financiaram outros dois bastiões e disponibilizaram os seus abunhados para trabalharem na obra ([Memorial sobre o Estado da Índia pelo] Conde de Ericeira D. Luiz de Menezes, Pangim, 22 de Outubro de 1720, *cod.* 6698, fl. 44, BNP; Barbosa, José, *Epítome da vida do illustris. e excellentis. senhor D. Luiz Carlos Ignacio Xavier de Menezes, primeiro marquez do Louriçal, quinto conde da Ericeira ...*, Lisboa, Offic. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1743, pp 45-46).

nos vértices agudos de um recinto amuralhado em forma de losango alongado. As ruínas no local possivelmente correspondem ao cubelo sul deste perímetro. Nos ângulos obtusos, existiriam dois outros elementos, possivelmente de menores dimensões e apenas para tiro de espingarda. A morfologia oblonga da fortificação teria sido condicionada pela disposição do cume da elevação e talvez por um poço ou cisternas preexistentes. Coutinho referia a necessidade de se erguer novo baluarte num dos “*ângulos salientes*” do recinto fortificado. Este tanto poderia representar um quinto baluarte ou a conclusão ou reconstrução de um dos quatro baluartes pré-existentes. Coutinho recomendava também ainda a construção de um fosso e uma estacada em redor da fortificação e o acrescento de duas peças de artilharia e um bombardeiro para a guarnição, contando à altura com cinquenta homens<sup>1260</sup>. Dentro do recinto da fortificação existia um tanque para águas pluviais, transformado em depósito de água durante o período britânico.

Entre o citado relatório de 1728 e o abandono da fortificação uma década mais tarde, registam-se vários investimentos em Pareri, iniciativas que no seu conjunto evidenciam a crescente importância da posição para a defesa do distrito de Damão. Para além da edificação de uma capela – de invocação desconhecida – no recinto fortificado e assistência do respectivo “*capellão*”<sup>1261</sup>, assestou-se mais artilharia nos baluartes<sup>1262</sup>, levando à instituição do posto de condestável em 1736<sup>1263</sup>. Ainda assim, a sua guarnição limitava-se a uma companhia de quarenta homens da tropa volante do Campo de Damão<sup>1264</sup>. Pareri foi evacuada sem batalha em Fevereiro de 1739 por determinação do vice-rei Pedro de Mascarenhas, numa altura em os maratas ocupavam já algumas áreas da praga de Poarim<sup>1265</sup>.

As ruínas de provável origem portuguesa que ainda são visíveis no topo da elevação de Pareri aparentam pertencer a um cubelo ou pequeno baluarte quadrado, e ainda aos alinhamentos das cortinas contíguas. No mesmo local encontram-se vestígios de amplas e diversas estruturas de

---

<sup>1260</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 59.

<sup>1261</sup> A decisão de se edificar uma estrutura religiosa dentro do recinto da fortificação de Pareri tinha sido tomada pelo Conselho da Fazenda de Damão e a tarefa atribuída aos jesuítas, em 1731. Volvidos dois anos, as obras estavam ainda numa fase precoce, permanecendo a primitiva ermida como única estrutura religiosa para a guarnição (Cartas de Luís de Botelho datadas de 6 e 15 de Julho de 1733, *Livro das Monções 102-B*, Ms. 122, fls. 627-636v, 637-646, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 1 de Setembro de 1735, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 22*, Ms. 1180, fl. 21, HAG.).

<sup>1262</sup>

<sup>1263</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 10 de Abril de 1736, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 22*, Ms. 1180, fl. 40v, HAG.

<sup>1264</sup> Relação do capitão Philipe de Valladares de Sottomayor datada de 10 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 637-641, HAG.

<sup>1265</sup> Um dos últimos capitães de Pareri foi Domingos de Souza, activo em 1738 (MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. IV, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, p. 225).



origem marata e inglesa, sendo que nessas dependências da fortificação pós-portuguesa funcionou uma prisão até a década de 1980<sup>1266</sup>.



Fig. 177. Ruínas do baluarte de provável origem portuguesa (© Mendiratta, 2010)



Fig. 178. Ruínas do baluarte de provável origem portuguesa (© Mendiratta, 2010)

---

<sup>1266</sup> *Hikes & Treks*. Em: <<http://www.hikesandtreks.com/gujaratexpedition1.html#killapardi>> Acesso em: 1 de Julho de, 2012.

### 3.3.2. Sangens (Sanjan)

20°11'48"N, 72°48'24"E

Sangens foi uma das cinco fortificações indianas que os portugueses reaproveitaram após o processo de conquista da jurisdição de Damão<sup>1267</sup>. A povoação, situada 23 km para sul da barra do Damanganga, era também um dos pólos principais da comunidade parsi na costa ocidental do subcontinente. Embora enfraquecida politicamente, a influência desta comunidade nas cidades costeiras do sultanato de Gujarat era ainda considerável em meados do século XVI<sup>1268</sup>. As relações entre parsis e portugueses parecem ter sido desde o início cordiais, como no episódio da tomada da fortificação de Damão aos capitães<sup>1269</sup>. Podemos assim supor que a povoação de Sangens e a sua comunidade parsi tenham tido um certo ressurgimento económico na segunda metade de Quinhentos. Nessa altura, a sua fortificação era uma das principais da PN, segundo a hierarquia adoptada para o seu sistema defensivo, incorporando vários baluartes ou bastiões artilhados e contendo uma estrutura religiosa, entre outras características. Contudo, a povoação também ficava apenas a 4,5 km da fronteira com o reino de Sarceta, numa das zonas de menor profundidade territorial de toda a extensão da PN, pelo que a sua defesa sempre inspirou grandes cuidados. Entre a década de 1580 e meados do século XVII, Sangens foi atacada repetidas vezes. Uma série de ataques na década de 1670 deixou a fortificação num estado arruinado, sendo que Sangens nunca recuperou a sua anterior robustez, tornando-se numa fortificação secundária defendendo uma povoação enfraquecida.

Uma das primeiras descrições sobre Sangens, talvez algo idealizada, encontra-se numa carta do padre Monclaro, datada de 1575. O missionário jesuíta elogia a fortificação e as qualidades do capitão-tanadar Luís Xira de Lobo, dizendo que fortaleza “*antiga de São Gens*” era pouco menor que a de Damão e igualmente construída de tijolo ao “*modo das antigas de Portugal*”. Monclaro refere ainda que corria no Norte a “*estória que antigamente vieram por mar à Índia francezes desagarrados e que fizeram estas duas forças*”, de Damão e Sangens, “*a el-rei de Cambaia*”<sup>1270</sup>. Luís Xira de Lobo possuía

---

<sup>1267</sup> As outras quatro foram o forte da cidade de Damão; Danu (Dahanu); Asserim (Asherigad); e Manorá (Manor) (V. *supra*, 2.1. “Cedência, ocupação e consolidação”, pp. 23-27).

<sup>1268</sup> Em Sangens esteve, até inícios do século XIV, o fogo sagrado principal da comunidade Parsi, o *Atash Behram* (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIII, *Thana*, pt. I, Bombay, Government Central Press, 1882, pp. 253-255; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, pp. 301-304).

<sup>1269</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. VI, caps. 5, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1781, pp. 26-33.

<sup>1270</sup> Esta lenda aparenta estar relacionada com a vinda de uma embarcação de Dieppe a Diu em 1527. Vários franceses tornaram-se então combatentes no exército do sultanato de Gujarat. Contudo, afigura-se mais provável que a fortificação date do século XIV ou XV (Carta do Padre Francisco de Monclaro datada 18 de Outubro de 1575, pub. in *Documenta Indica*, Joseph Wicki (ed), vol. X, Roma, Typis Universitatis Gregorianae, 1968, p. 6; “Chronica dos Reis de



também “*em vidas*” uma das aldeias mais lucrativas da pragana de Sangens, renda que terá contribuído para a edificação de uma capela no interior do recinto fortificado, fundada antes de 1565 e cujo orago era Nossa Senhor do Parto<sup>1271</sup>. Na defesa e administração da posição, destacava-se para Sangens nessa altura seis soldados portugueses; escrivão; meirinho; quatro peões do meirinho; e um “*lingoa*”<sup>1272</sup>. Após a morte de Xira Lobo, foi provido na tanadaria Gonçalo Vaz de Camões. Este, contudo, renunciou ao cargo quando constatou que o posto não incluía a posse da referida aldeia<sup>1273</sup>.

O primeiro ataque notável sobre Sangens ocorreu em 1581, quando os exércitos mogóis invadiram todo o distrito de Damão, “*queimando e assolando*” praticamente todas as suas aldeias. Os estragos na fortificação devem ter sido extensos visto que, uma década mais tarde, o senado de Damão punha em causa a utilidade da despesa da sua manutenção e guarnecimento, numa conjuntura em que se obrava na cerca abaluartada da própria cidade sede de distrito<sup>1274</sup>. Novamente em 1613, procedeu-se a reparações em Sangens face à proximidade de forças mogóis<sup>1275</sup>, sendo que o vice-rei Jerónimo de Azevedo sugeriu então a transferência da sua guarnição para uma posição a edificar na barra do Rio de Nargol, 6 km para oeste<sup>1276</sup>.

Dados estes conflitos e a concentração de recursos na fortificação de Damão, é verosímil que a representação de Sangens contida na obra de Pedro Barreto de Resende corresponda a uma visão optimista e generosa do estado da sua fortificação. Podemos confrontar essa representação com o elenco das intervenções sugeridas por Manuel Homem de Pina após a sua visita ao local:

“*Apontamento das obras que se hão de fazer na fortaleza de Sangens:*

---

Guzerate...1535”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Ethel Pope (trad.), nº 22, Bastorá, Tipografia Rangel, 1934, pp. 70-71; MCCABE, Baghdiantz, *Orientalism in early modern France: Eurasian trade, exoticism and the Ancien Regime*, Berg, Oxford, 2008, p. 78; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, pp. 301-304).

<sup>1271</sup> A invocação desta capela parece estar relacionada com a hagiografia associada a São Gens, nome amiúde empregue na documentação portuguesa para designar Sangens.

<sup>1272</sup> Orçamento do Estado da Índia datado de 12 de Dezembro de 1571, *Cod. 51-VII-32*, fls. 9v, 10, BA.

<sup>1273</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, *Regimentos das Fortalezas da Índia: estudos e notas*, Bastorá, Tipografia Rangel, 1951, p. 423.; Carta do Padre Francisco de Monclaro datada 18 de Outubro de 1575, pub. in *Documenta Indica*, Joseph Wicki (ed.), vol. X, Roma, Typis Universitatis Gregorianae, 1968, p. 6; *Livro das cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia...*, Francisco Mendes da Luz (ed.), *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1953, p. 44.

<sup>1274</sup> Carta régia datada de Janeiro de 1591, *Livro das Monções nº 3-B*, Ms 4, fls. 430-437, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, p. 293.

<sup>1275</sup> Alvará do vice-rei Jerónimo de Azevedo de 18 de Maio de 1613, *Livro de Alvarás nº 3*, fl. 109v, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. VI, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 966, 967; BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Ciencias de Lisboa, vol I, 1876.

<sup>1276</sup> Carta do vice-rei Jerónimo de Azevedo datada de 28 de Dezembro de 1616, *Livro das Monções nº 12*, Ms. 13, fl. 299, HAG.

1. Ao baluarte da igreja se há de fazer de novo a esplanada em que jogue a artilharia. Esta esplanada há de ser feita de argamassa sobre uma fiada de parede de pedra e cal.
2. A guarita do meio do pano do muro da parte da várzea também se há de fazer a esplanada de argamassa.
3. O baluarte da várzea que ora está caído por terra se lhe tirarão fora os entulhos e descobrirão os alicerces até chegar ao chão deles, e deixando os entulhos tirados fora se tornarão a levantar suas paredes até chegar à superfície do terrapleno antigo onde se lhe lançará uma ordem de vigas grossas sobre as quais se cobrirá de tabuado sobre que se faça argamassa, e esplanada em que jogue a artilharia, ficando o dito baluarte vazo [?] por baixo que deste modo seja seguro de não tornar a fazer outra semelhante ruína causada dos entulhos que dentro existem [?].
4. A guarita que fica no pano de muro que corre a frente com o tanque está arruinada. Tirar-se-á o mato de que está cercada e vendo que custava mais repará-la que derrubá-la, se faça o que menos custar por ser nesta parte escusa.
5. O baluarte do tanque parte do rio, se lhe há de fazer de argamassa a esplanada e que jogue a artilharia e possa de si lançar as águas para fora.
6. O baluarte que está místico com as casas do capitão também se lhe há de consertar a argamassa de sua esplanada e todas estas argamassas destes baluartes e guaritas a que se hão de fazer as esplanadas se farão levantadas no meios que possam bem lançar de si as águas para fora que de as recolher em si nascem fazerem os danos e ruínas que ora têm.
7. As casas em que mora o capitão se consertarão que não chova de modo que apodreçam as madeiras e [?] caídas ao chão.
8. O que mais importa na fortaleza é que se lhe corte com muito cuidado as árvores que pelos muros e baluartes nascem e outro se lhe terá sempre cortado o mato que ao pé da dita fortaleza se cria para que se possa livremente andar de redor da dita fortaleza.
9. Estas são as obras que se há de fazer nesta fortaleza e o que mais convém é sua brevidade antes de vir a maiores ruínas.”<sup>1277</sup>

Com um dos baluartes “*por terra*”, e praticamente todos os outros baluartes ou redutos com “*danos e ruínas*” e ainda a vegetação já a trepar “*pelos muros*” e a obstruir a circulação pelo exterior do perímetro, a fortificação de Sangens estaria em 1635 bem pior do que a vista de Resende sugere<sup>1278</sup>. No texto que precede a iconografia, António Bocarro também não encara esta situação, limitando-se

---

<sup>1277</sup> Apontamentos das obras que se hão de fazer na fortaleza de Sangens por Manuel Homem de Pina datado de 16 de Março de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.

<sup>1278</sup> O documento iconográfico de Barreto de Resende parece sugerir que apenas metade do perímetro amuralhado estava provido de banquetas e parapeitos.

a relatar que a estrutura defensiva era de “*forma redonda*”, abraçando um perímetro de aproximadamente 660 m e com muros de aproximadamente 6,5 m de altura e 1,1 m de espessura. Este perímetro era pontuado por “*seis baluartes*” de planta circular, cada um com cerca de 6,6 m de diâmetro. No total existiam seis peças de artilharia na fortificação. Dentro deste recinto moravam quatro “*casados portugueses*”; o capitão; nove soldados europeus; e o vigário<sup>1279</sup>.

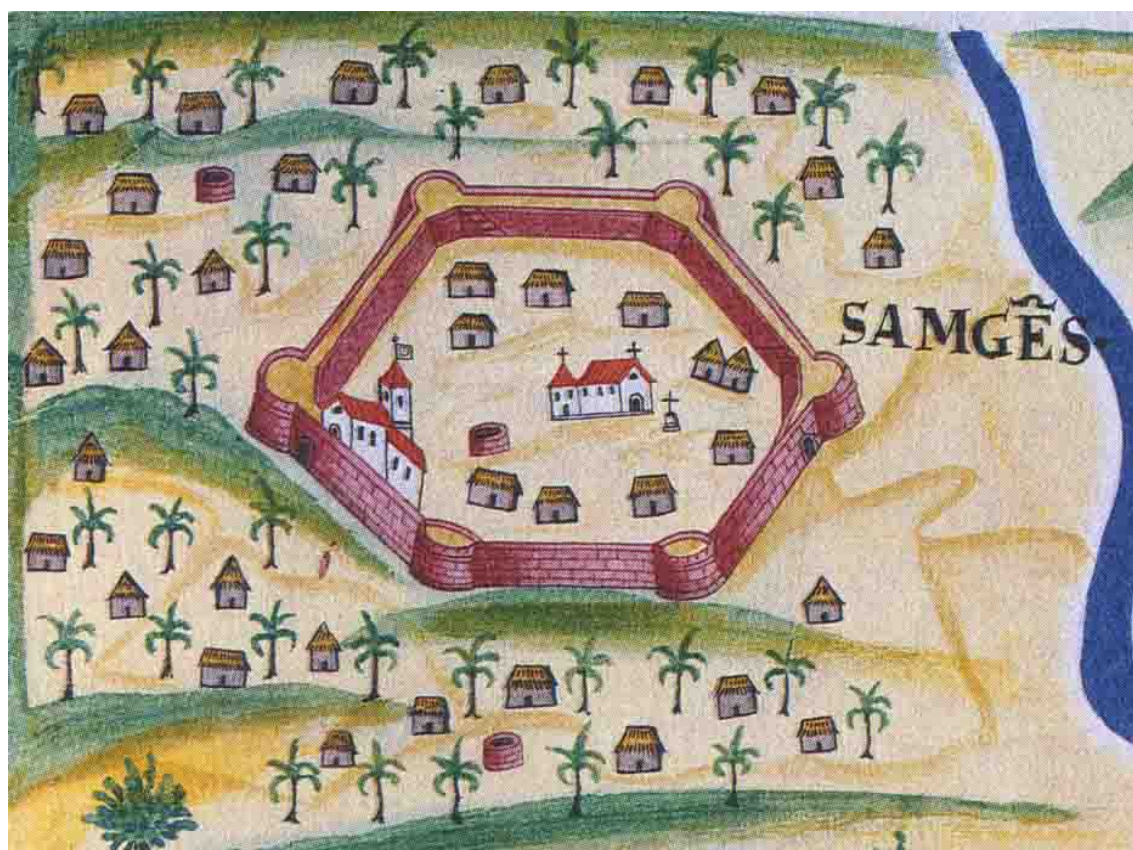


Fig. 179. Vista de Sangens, pormenor (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE)

Em data incerta, algures entre 1638 e 1677, a fortificação de Sangens ficou substancialmente arruinada. Os ataques mais duros terão resultado de uma invasão por parte dos Coles, em 1670 e incursões maratas a partir desse ano<sup>1280</sup>. Mas também é possível que a invasão mogol de 1638 e a guerrilha do reino de Sarceta ao longo das primeiras sete décadas de Seiscentos também tenham contribuído para a sua ruína. Com a maioria dos seus baluartes derrubados, a estrutura defensiva encolheu sobre as casas sobradadas do capitão, a igreja e um baluarte contíguo. A fortificação passou assim a ser secundária, segundo a hierarquia que temos vindo a empregar.

---

<sup>1279</sup> BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, pp. 97, 98.

<sup>1280</sup> André Ribeiro Coutinho escrevia, em 1733, que a fortificação tinha sido “*demolida*” no tempo da “*guerra de Sivagi*” (Relatório de André Ribeiro Coutinho datado de 6 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 643–651v, HAG, pub. in LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, p. 136). V. *supra*, 2.4. “Novos vizinhos e inimigos, 1658-1688”, pp. 106, 107.

No regimento do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira, que tomou posse em Fevereiro de 1677, constava a tarefa de reconstruir Sangens, por se manifestar ao vice-rei Luís Furtado e Albuquerque estar a fortificação “*em ruínas*” e aparentemente desguarnecida<sup>1281</sup>. Volvido ano e meio, Lobo da Silveira lamentava não ter conseguido cumprir a tarefa, nem se quer reparar as casas do capitão, ostensivamente por objecção dos padres administradores de Damão<sup>1282</sup>. Esta situação manteve-se sem grandes alterações até ao tempo do general da PN Luís Botelho, que numa carta ao vice-rei, escreveu:

“O Prezídio de Sangéns se reduz a hum casa com hum mao baluarte e sinco ou seis pessos de artelharia em cuja obra se gastou mais de 20.000 xerafins da Fazenda Real, sem que a dita obra se possa defender a si nem ao seu terreno. O capitão do dito prezídio me requereio várias obras de que necessita para a sua deffença , mas a que ali se acha feito hé por tal modo, que necessita de se desfazer e principiar a fortificação necessária. Reporto-me à informação que a Vossa Excelência der André Ribeiro que está mais exacta por ser da sua inspecção.”<sup>1283</sup>

A esta notícia se pode acrescentar a passagem de André Ribeiro Coutinho da mesma altura, dizendo que sobre as ruínas em Sangens se tinha erguido uma “*casa forte sem mais defença do que a da sua frente*”<sup>1284</sup>. A questão da defesa de Sangens não tinha solução aparente, dada a debilidade económica do Estado. Apenas a capela de Nossa Senhora do Parto, descrita já no final do período português como ermida, parece ter sido mantida em reparo. Manteve-se também destacada em Sangens, para a década de 1730, uma companhia de quarenta homens da tropa volante do capitão do campo de Damão. Num último esforço defensivo, em 1736, terá sido colocado um artilheiro no seu baluarte operacional<sup>1285</sup>. Durante a ofensiva final marata, recrutou-se na pragaana Sangens elementos da comunidade parsi, organizados numa companhia de cerca de cinquenta homens sob o capitão “*Dagy Jasanga*” ou “*Jacinga*”. Esta tropa distinguiu-se na defesa das aldeias em redor de Damão Pequeno (Nani Daman) em Dezembro de 1738 e noutros locais do distrito de Damão, tendo acabado os seus dias na defesa de Baçaim.

---

<sup>1281</sup> Regimento do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado de 22 de Fevereiro de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 139v-141, BACL.

<sup>1282</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 19 de Setembro de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fl. 212v, BACL.

<sup>1283</sup> Carta do General da PN Luís Botelho datada de 15 de Julho de 1733, *Livro das Monções 102-B*, Ms. 122, fls. 627-636v, HAG.

<sup>1284</sup> Relatório de André Ribeiro Coutinho datado de 6 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 643-651v, HAG, pub. in LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658- 1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, p. 136.

<sup>1285</sup> Despesas de ordinário se pagam na feitoria de Damão em cada anno [s/d], *Livro das Receitas e despesas das feitorias de Baçaim e Chaul*, Ms. 2316, fls. 20-20v, HAG; Assentos do Conselho da Fazenda datados de 22 de Setembro e 5 de Outubro de 1735, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 22*, Ms. 1180, fls. 23v, 26, HAG; Relação de Philipe de Valladares de Sottomayor datada de 10 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 637-641, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 10 de Abril de 1736, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 22*, Ms. 1180, fl. 40v, HAG.



Não parece ter existido qualquer intenção de defender a fortificação de Sangens durante esse conflito, destacando-se antes homens e recursos para a posição de Catravará (Kathalwadi), aproximadamente 2 km para noroeste<sup>1286</sup>.



Fig. 180 e 181. Bastiões circulares do período pré-português (© Mendiratta, 2010)

Excluindo os vestígios de dois bastiões cilíndricos da fortificação pré-portuguesa, que atestam a sua extensão e qualidades construtivas, todo o conjunto das estruturas defensivas em Sangens se concentram no flanco norte do recinto. Aqui destacam-se as ruínas da capela de Nossa Senhora do Parto, com algumas alvenarias ainda em boa altura mas já sem sinal de arranque de eventuais abóbadas. Praticamente toda a parede da cabeceira também desmoronou e desapareceu. A acompanhar a parede norte da capela, encontra-se o alinhamento de um muro e de um baluarte de recorte angular, a oeste, e um bastião circular a leste. O aparelho da pedra de todo este muro norte e ainda dos dois baluartes compõe-se com grandes blocos talhados, característicos das edificações de origem indiana. Contudo, também se poderá tratar de uma muro que esteve em contacto com uma área aquosa, provavelmente uma várzea, empregando assim o aparelho que os portugueses reservavam para essas situações ou para as sapatas das muralhas.

Apenas com uma escavação arqueológica se poderá tentar averiguar estas duas hipóteses<sup>1287</sup>. Suponho que as casas do capitão estivessem implantadas junto do baluarte angular, edificado algures

---

<sup>1286</sup> MONIZ, Anrónio Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. II, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, pp. 17, 18, 92, 93; LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658- 1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 173-176.



entre 1677 e 1728 no vértice noroeste do recinto amuralhado, como também é sugerido pela iconografia de Barreto de Resende.



Fig. 182. Porta principal da igreja de Nossa Senhora do Parto (© Mendiratta, 2010)



Fig. 183. Muro da zona norte da fortificação, perto da igreja (© Mendiratta, 2010)

---

<sup>1287</sup> Relatos ingleses oitocentistas referem uma extensa várzea *em frente* da fortificação (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, pp. 301-304).

### 3.3.3. Danu (Dahanu)

19°58'21"N, 72°43'10"E

A fortificação da povoação de Danu, aproximadamente 50 km para sul de Damão, desenvolveu-se muito provavelmente sobre uma estrutura defensiva pré-portuguesa, sendo que o Estado delegou a tarefa de a defender, conjuntamente com a sua pequena pragana, ao senhorio da referida aldeia costeira. Deste modo, fundiu-se a assistência militar com os direitos latifundiários num sistema com algumas analogias ao caso da subdivisão de Caranjá (Uran), no distrito de Baçaim, onde os capitães-tanadar também sucederam por vezes de forma hereditária. Contudo, ao invés do capitão de Caranjá (Uran), o de Danu não recebia nenhum soldo do Estado, arrecadando-o directamente nos foros da suas aldeias, ficando ainda obrigado a sustentar trinta espingardeiros para defesa da fortificação e suas terras<sup>1288</sup>. Esta solução talvez tenha sido adoptada dada a posição de Danu e da sua pragana, numa das zonas mais expostas a ataques da terra firme, visto que nessa latitude a PN apenas atingia cerca de 7 km de profundidade territorial<sup>1289</sup>. Tornava-se assim necessário assegurar não apenas a eficaz defesa da fortificação de Danu mas também a segurança e produtividade das suas aldeias. Um capitão pago pela Coroa e a fixação de foreiros com obrigações de cavalo ou espingarda – necessariamente subtraídos à milícia afecta à cidade de Damão – não seriam suficientes para a defesa da pragana. Optou-se assim por um sistema de auto-gestão feudal, concedendo-se amplas liberdades ao senhorio, benesses que lhe possibilitavam assegurar uma força com o triplo do número de milicianos susceptíveis de serem sustentados pelas aldeias da subdivisão<sup>1290</sup>.

Não espanta que toda esta autonomia tenha enriquecido os sucessivos capitães-foreiros de Danu, os quais cedo investiram numa robusta casa senhorial fortificada. Deste modo, quando os mogóis invadiram o distrito de Damão em 1581, assolando as posições de Sangens (Sanjan) e Tarapur, o capitão de Danu estava “*muito fortificado em huma torre*”, posição que resistiu ao ataque<sup>1291</sup>.

A situação geográfica de Danu e seu porto possibilitavam ao capitão-foreiro, em períodos de paz, contratar directamente com o reino de Sarceta para escoamento da madeira de teca, produto sempre procurado por todo o subcontinente, especialmente para construção naval. Foi esse mesmo trato que motivou um dos monarcas feudatários a requerer ao Estado, em 1615, a aldeia de Danu para si,

---

<sup>1288</sup> *Livro das cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia...*, Francisco Mendes da Luz (ed.), *Boletim da Universidade de Coimbra*, vol. 21, Coimbra, 1953, pp. 44, 45.

<sup>1289</sup> Especialmente porque a sobrenia portuguesa nunca se implantou *de facto* na pragana de Ganjar, a leste da subdivisão de Danu (V. *infra*, 3.4.3. “Distrito de Damão”, pp. 552-566).

<sup>1290</sup> Ao que tudo indica, este funcionou do ponto de vista militar, tendo a fortificação de Danu permanecido invicta entre 1559 e Fevereiro de 1739.

<sup>1291</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década X, cap. 7, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778, pp. 194, 195.

proposta, proposta feita num contexto de uma acordo de pazes e reforma do sistema de chouto e que lhe foi negada<sup>1292</sup>.

Para o primeiro século da presença portuguesa em Danu, o cargo de capitão-foreiro esteve provido de forma hereditária na família Paim de Melo. O primeiro membro a ocupar o cargo foi Francisco Paim de Melo, a partir de 1559 ou 1560, sucedido pelo seu filho Gaspar antes de 1594<sup>1293</sup>. No primeiro regimento para a fortificação, feito escassos anos após a sua incorporação no Estado, previa-se soldos para o seu capitão e quatro soldados, sendo que um deles acumulava a função de meirinho e outro a de escrivão.<sup>1294</sup> Em meados de Seiscentos, o capitão-foreiro de Danu era Gaspar Paim de Melo - provavelmente filho ou neto do segundo senhorio -, descrito pelo vice-rei António de Melo e Castro como um dos mais “*poderosos*” foreiros da PN, “*senhor de dezoito ou desanove aldeas*”<sup>1295</sup>. Possivelmente, incluíam-se nesse número as dez aldeias da pragana de Danu<sup>1296</sup>.

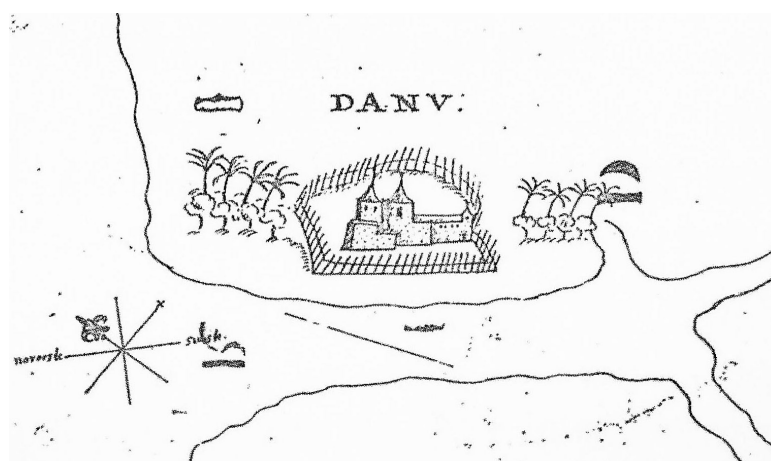


Fig. 184. Vista de Danu, ca. 1612 (Erédia, *Atlas Miscelânea...*, (desaparecido))

Apenas se conhecem duas representações da estrutura defensiva de Danu: uma da autoria de Godinho de Erédia e outra no conjunto iconográfico de Barreto de Resende. A primeira é extremamente esquemática, vendo-se apenas um conjunto edificado onde se destaca um volume mais elevado e talvez uma estrutura religiosa completamente rodeado por uma tranqueira. Na ponta oeste do conjunto, surge aquilo que se poderá interpretar como um baluarte.

<sup>1292</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, vol II, 1876, pp. 389-400; *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado Portuguez fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 197-201.

<sup>1293</sup> MATOS, Artur Teodoro de, *O Tombo de Damão, 1592*, Centro de Estudos Damião de Góis / CNCDP, Lisboa, 2001, pp. 182-185; ABREU, António de, *Orçamento do Estado da Índia de 1574*, cit. in GODINHO, V. M., *Les Finances de L'Etat Portugais des Indes Orientales (1517-1635)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 197.

<sup>1294</sup> Regimento datado de 1565, *Livro dos Regimentos das Fortalezas nº 1*, Ms. 1418, fl. 43, HAG.

<sup>1295</sup> Carta do vice-rei António de Melo e Castro datada de 7 de Janeiro de 1666, *Livro das Monções nº 30*, Ms. 39, fl. 77, HAG; MATOS, Artur Teodoro de, *O Tombo de Damão, 1592*, Centro de Estudos Damião de Góis / CNCDP, Lisboa, 2001, pp. 182-185;

<sup>1296</sup> V. *infra*, 3.4.3. “Distrito de Damão”, pp. 552-566.



Na vista de Resende, mais eloquente, representa-se uma casa senhorial com três partes individualizadas e um recinto murado - aparentemente a oeste ou a sudoeste da casa - incorporando canhoeriras. A leste dispunha-se uma capela, a de Nossa Senhora das Angústias, envolvida por considerável casario feito de adobes.



Fig. 185. Vista de Danu, pormenor (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE)

Registe-se também a lacónica informação do engenheiro Manuel Homem de Pina da mesma data:

*“Este rio sobre o banco da entrada tem de baixa-mar de águas vivas uma braça de água e como esteja dentro na enseada de Cambaia onde levantam muito as águas podem por ele entrar de meia maré adiante grandes pataxos. Há do banco para dentro muito grande fundo e surgidouro para muitas embarcações. Há neste rio e em seu distrito muitas madeiras de toda a sorte para embarcações. Toda a ajuda que se dara aos foreiros deste cassabé para fazerem um baluarte para resistir ao que lhe quiser entrar na dita barra será de importância à segurança do dito rio, e também dos foros reais que sua majestade tem neste lugar.”*<sup>1297</sup>

Este novo baluarte sugerido por Homem de Pina terá talvez sido edificado entre esta data e a década de 1660, altura em que o jesuíta Manuel Godinho nos legou a seguinte descrição:

*“O rio de Danu he de cinquenta passos na largura em preamar, e por isso capaz de navios de remo sómente. Em entrando da barra para dentro, doze passos da praya está hum forte redondo, que deita para fora hum baluarte, em o qual jogão tres falcões pelouros de pedra, e huma peça de bronze*

<sup>1297</sup> Apontamentos do Rio de Danu e do que nele há por Manuel Homem de Pina datado de 12 de Março de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.

*de seis libras, para guarda, e vigia deste forte; de mais dos soldados Portugueses paga Sua Magestade [a] dous capitães, ou Nayques da gente da terra, com dez piães. O effeito para que se fizerão este, e os mais fortes que por aquella costa temos, foi para impedir que os Malavares não entrem com seus paraos por aquelles rios dentro a roubar, e cativar a gente das aldeas, que são del Rey de Portugal.”*<sup>1298</sup>

A situação hereditária de Danu parece ter continuado até à extinção da PN, mantendo-se também a obrigação de sustentar trinta espingardeiros<sup>1299</sup>.

Em virtude do extenso reaproveitamento da casa senhorial de Danu pelos maratas após 1739, torna-se extremamente difícil averiguar se ainda restam vestígios de elementos de origem portuguesa no local. Os elementos defensivos ainda visíveis – bastiões circulares, muralhas, parapeitos – aparentam datar todos do período marata. O recinto encontra-se actualmente ocupado por repartições governamentais.



Fig. 186. Lado norte da fortificação (© Mendiratta, 2010)

---

<sup>1298</sup> GODINHO, Padre Manoel, *Relação do novo caminho que fez por terra...*, Lisboa, na Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1665, pp. 12, 13.

<sup>1299</sup> Alvará do vice-rei Pedro António de Noronha datado de 26 de Maio de 1696, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fl., 88v, 89, HAG.



### 3.3.4. Serra de Santa Cruz (Asava)

19°45'38"N, 72°48'52"E

A importância vital da elevação de Santa Cruz, situada a 71,2 km para sul da cidade de Damão e a 13,7 km da orla costeira, relacionava-se com a defesa da serra de Asserim (Asherigad), localizada 12 km mais para o interior. Quem controlasse Santa Cruz poderia facilmente atacar as vias de comunicação entre a costa e aquela fortificação principal, perigando assim capacidade defensiva da sua guarnição. Deste modo, muitas das passagens relativas a Santa Cruz entre a documentação coeva reportam aos socorros a Asserim (Asherigad) e à condução de mantimento e outros apetrechos por caminhos ocupados ou ameaçados pelos inimigos do Estado.

Uma das primeiras situações deste género ocorreu durante a guerra com o sultanato de Ahmadnagar em 1592-1594, sendo que Santa Cruz foi ocupada por uma força indiana que faziam sortidas sobre as aldeias das praganas de Tarapur e Mahim-quelme (Kelwamahim). Daqui foram desalojados por uma acção do capitão de Asserim (Asherigad) Henrique Pereira<sup>1300</sup>. Apesar dessa importância estratégica, a opção de fortificar e guarnecer Santa Cruz foi apenas ponderada pelo Estado a partir de 1670, face à nova vizinhança marata. Contudo, nenhuma intervenção foi efectuada até a posição ser tomada por Sambhaji em 1683, tendo sido reconquistada pelos portugueses apenas em Janeiro de 1687<sup>1301</sup>.

Datarão desse período de ocupação marata as primeiras obras defensivas no local após meados do século XVI e também a decisão do Estado de defender permanentemente a montanha com cerca de cinquenta espingardeiros, tendo sido dotada de uma “*pataia*” ou celeiro<sup>1302</sup>. A guarnição portuguesa das estruturas de origem marata em Santa Cruz e das suas essenciais cisternas para recolha das águas pluviais continuou até Agosto de 1737, altura em que a montanha foi definitivamente perdida pelo Estado<sup>1303</sup>.

Nesse meio século, ventilou-se tanto a demolição da “*quasi de todo arruinada pequena fortificação*”, como advogou António Ribeiro Coutinho em 1728<sup>1304</sup>, como a necessidade de se reconstruir e reforçar Santa Cruz, recomendada pelo mesmo Coutinho em 1731, e provê-la de um capitão. É

---

<sup>1300</sup> “Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visorrei do Estado”, Antonella Vignati (ed.), *Mare Liberum*, nº 17, Lisboa, CNCDP, 1999, p. 300-305.

<sup>1301</sup> Carta do vice-rei Rodrigo da Costa datada de 27 de Janeiro de 1687, *Livro das Monções nº 52*, Ms. 60, fl. 15, HAG.

<sup>1302</sup> Assentos do Conselho da Fazenda datados de 15 de Fevereiro de 1687, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fl. 166v, 167, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 14 de Maio de 1693, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 16*, Ms. 1174, fl. 106v, HAG.

<sup>1303</sup> *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fl. 282v, HAG.

<sup>1304</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tisuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 59.

ainda possível que este militar tenha desenhado o projecto de uma nova fortificação para o sítio<sup>1305</sup>. Mas nenhuma obra de consequência foi encetada, pelo que se pôde apurar – nem de demolição nem de construção. A única descrição conhecida da fortificação é igualmente da autoria de Ribeiro Coutinho:

*“A Serra de Santa Cruz, da jurisdição de Trapor, é um padrão do nosso repreensível descuido e do louvável cuidado dos mouros e gentios, seus primeiros fundadores, porque ainda alguns fragmentos de suas muralhas mostram a admirável matéria de que foram feitas, sendo a forma a que lhe regulou a área da mesma serra; e hoje se vê um monte de ruínas, a que muito pouca despesa pode e deve remediar; a sua guarnição com a de Bará [Bahrot], sendo numerosas, podem impedir facilmente as entradas dos nossos inimigos nas que lhe ficarem vizinhas, e recolher com brevidade as prezas que fizerem e embaraçar as que se levarem de nossos domínios.”*<sup>1306</sup>

No contexto da presente investigação, não foi possível escalar a montanha de Santa Cruz. Relatos de finais do século XIX dão contas de ténues vestígios no cume da elevação para além de três cisternas escavadas na rocha<sup>1307</sup>.

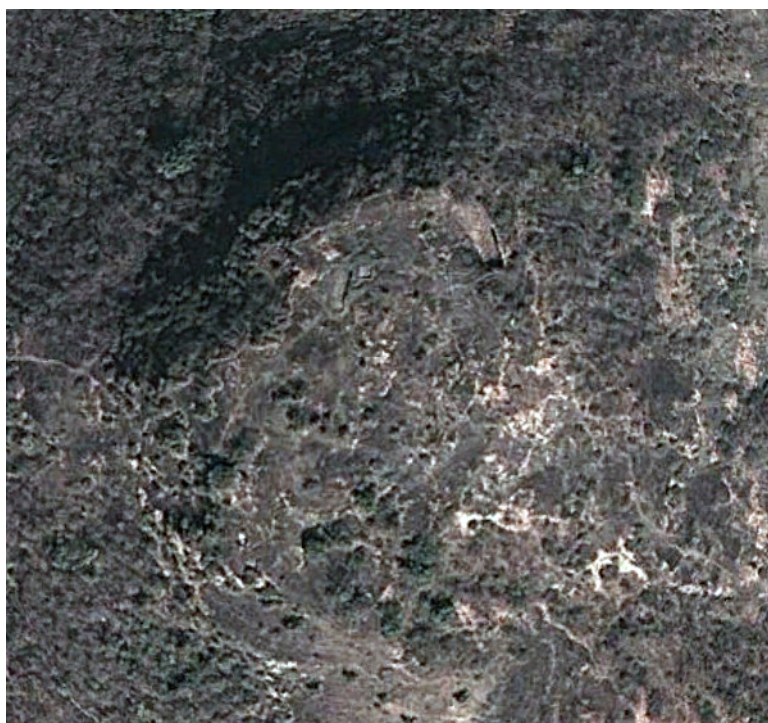


Fig. 187. Vista de satélite do sítio de Santa Cruz (© Googleearth, 2012)

---

<sup>1305</sup> Carta do vice-rei Saldanha da Gama datada de 16 de Novembro de 1731, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, HAG 1253, fl. 141v; Carta do general da PN Luís Botelho datada de 15 de Julho de 1733, *Livro das Monções 102-B*, Ms. 122, fls. 627-636v, HAG.

<sup>1306</sup> Relatório de André Ribeiro Coutinho datado de 6 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 643-651v, HAG, pub. in LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658- 1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, p. 135.

<sup>1307</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, p. 11.

### 3.3.5. Manorá (Manor)

19°43'19"N, 72°54'40"E

#### *Introdução*

Assim como Asserim (Asherigad) e Saibana Velha (Saivan), Manorá era uma das fortificações mais próximas da problemática raia seca da PN, exposta constantemente às invasões e guerrilha dos inimigos do Estado. Apesar do seu valor estratégico, a documentação coeva acerca desta posição sertaneja é relativamente escassa, dificultando a leitura da evolução das suas estruturas defensivas. E, na verdade, apenas se a pode incluir Manorá no grupo das fortificações principais do sistema defensivo da PN para o período do século XVIII, visto que anteriormente o seu perímetro defensivo era de materiais perecíveis.

Adquirida pelo Estado em 1556, da sua pragana se extraía a valiosa madeira de teca essencial à construção naval na PN e outras regiões. Ocupada pelos maratas entre 1683 e 1686, Manorá voltou a estar sujeita a ataques quase constantes daquela nação a partir da terceira década de Setecentos. Foi por eles conquistada em 1738, tendo sido parcialmente desmantelada em antecipação a uma contra-ofensiva portuguesa. Os vestígios arqueológicos em Manorá são ténues, estando na maior parte submersos por vegetação e entulho. Na ausência de uma escavação arqueológica, é apenas possível determinar o alinhamento aproximado da sua implantação no terreno.

Quando o governador Francisco Barreto determinou conquistar Asserim (Asherigad) e Manorá, estas duas praganas estavam sujeitas ao capitão “*alevantado*” de Damão, sidi “*Bofetá*”, sendo capitão de Manorá “*hum Turco por nome Agader*”. Depois da ocupação de Asserim por suborno e abandono do seu capitão, o governador enviou seiscentos soldados e dez embarcações para conquistar Manorá, visto que “*Agader*” não havia acedido a negociar a sua entrega aos portugueses. Quando as tropas portuguesas chegaram à fortificação, encontraram-na abandonada, tendo havido apenas algumas escaramuças nos matos com os soldados de “*Agader*”<sup>1308</sup>. Não localizei qualquer descrição sobre as características desta fortificação no momento da sua ocupação pelo Estado, sendo que a única especulação que me parece verosímil fazer é a de que esta incluía já uma estrutura em materiais perenes, muito provavelmente a torre descrita durante o período português.

Com a incorporação da posição no Estado, ficou por seu primeiro capitão Jorge Manhas ou Manhais, “*com cento e vinte soldados, e alguns Naiques e peões da terra*”<sup>1309</sup>. Através do primeiro

---

<sup>1308</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. III, cap. 12, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 261-270.

<sup>1309</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. III, cap. 12, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, p. 268.

regimento conhecido para o posto ordenado pelo vice-rei Antão de Noronha, sabemos que a Manhais sucederam António de Sá Pereira e Domingos de Mesquita. Estes eram também tanadares (feitores/recebedores) da pragana, possivelmente detendo o posto de capitães-mor, visto que no passo de Quião (Kev)<sup>1310</sup>, assistia o capitão do campo de Manorá, com “*três nafaes e um tocheiro*” e parte da peonagem. A fortificação de Manorá incluía nessa altura uma tranqueira rodeando a torre de provável origem pré-portuguesa. Dentro da tranqueira viviam agora menos soldados, vinte e sete soldados, mas talvez com suas famílias, conjuntamente com o capitão<sup>1311</sup>. Para atrair os soldados a assentarem suas morada na recém-conquistada posição sertaneja, o vice-rei Antão de Noronha concedeu-lhes algumas benesses:

*“E porque esta gente com melhor vontade folge de estarem em terra por ser nova, me praz que os pagamentos que lhes fizerem sejam em pardaus de ouro ou moeda que o valha à rezão de trezentos reis e este favor que assy lhes faço durará enquanto não mandar o contrário por que não fique por costume”*<sup>1312</sup>.

Completava-se a lotação da fortificação com um meirinho português “*suficiente pera o cargo*”, assistido por quatro peões; o escrivão da fortificação; e um “*fizico*” simultaneamente cirurgião e “*sangrador*”<sup>1313</sup>. Ficavam assim previstos no seu primeiro regimento, um total de quarenta pessoas afectas à fortificação de Manorá e sua pragana, sendo que destes, trinta e dois seriam provavelmente portugueses - reinóis ou descendentes - e os restantes indianos. O número de efectivos militares afigura-se reduzido, pelo que talvez estivesse prevista a contratação pontual de mais peões da terra e a assistência da milícia dos foreiros das aldeias - residentes em Damão? - e seus abunhados em casos de necessidade maior.

Poucos anos volvidos sobre o primeiro regimento dos seus capitães, a pragana de Manorá foi subtraída à jurisdição de Damão e incorporada na de Baçaim, provavelmente por iniciativa do governador António Moniz Barreto (g. 1573-1576). Duas décadas mais tarde, a fortificação foi visitada pelo arcebispo frei Aleixo de Meneses que então percorria toda a PN, tendo sido destacado um prelado para assistir na fortificação<sup>1314</sup>. Podemos assim supor que datará dos derradeiros anos de Quinhentos a edificação de uma primeira estrutura religiosa em Manorá, seguramente dentro do recinto da tranqueira e fabricada com materiais perecíveis.

---

<sup>1310</sup> Aldeia situada a cerca de 8 km a leste de Manorá (Manor), na margem do Rio Deheri (Quião (Kev), coordenadas: 19°43'23"N, 72°58'44"E).

<sup>1311</sup> Regimento datado de 3 de Outubro de 1567, *Livro de Instruções e Regimentos nº 1*, Ms. 1418, fl. 35v, HAG.

<sup>1312</sup> Regimento datado de 3 de Outubro de 1567, *Livro de Instruções e Regimentos nº 1*, Ms. 1418, fl. 35v, HAG.

<sup>1313</sup> Regimento datado de 3 de Outubro de 1567, *Livro de Instruções e Regimentos nº 1*, Ms. 1418, fl. 35v, HAG.

<sup>1314</sup> Fr. Aleixo de Meneses visitou Manorá em 1597 (GOUVEIA, Fr. António, *Jornada do Arcebispo de Goa Dom Frei Aleixo de Menezes...*, Na Officina de Diogo Gomez Loureyro, Coimbra, 1606, pp. 124v.

Enquanto que a fortificação foi perdida ou abandonada pelos portugueses em 1593 no contexto de uma invasão de um exército de Ahmadnagar<sup>1315</sup>, durante o conflito de 1613-1615, Manorá resistiu isolada à ocupação do seu território, sendo abastecida por via fluvial<sup>1316</sup>.

A primeira - e mais detalhada - descrição da tranqueira de Manorá surge apenas durante o governo do vice-rei Miguel de Noronha conde de Linhares, por mão do seu capitão, Crispeão de Mesquita. Este começa por informar que a tranqueira estava “*situada entre os mais agrestes e doentios matos de todo este Norte*”. De implantação circular, “*feita a modo de hum poço*”, a sua cerca de “*paos muito velhos e podres*” era servida por quatro entradas afuniladas ou “*balções*”. Em redor dessa tranqueira, existia outro perímetro defensivo, uma “*sebe de paos delgados*”, para protecção daqueles que viviam “*de fora*”, ou seja, os “*oitenta gentios e mouros frecheiros e rodelleiros e alguns espimgardeiros*”. Nesse recinto envolvente à tranqueira estava a “*pataya*” de Manorá, “*feita de esteyras de Bambus coberta de palha*” e por isso “*sogeita a uma frecha de fogo inimiga*”. Dentro da tranqueira propriamente dita, apenas residiam cristãos, contando à altura com “*vinte e dous portugueses e vinte e três homens da terra*”<sup>1317</sup>. Aqui estava situada a torre de Manorá, descrita nestes moldes por Mesquita:

*“Tem pera a defençaõ della hum sobrado alto em que estão cinco pessas: huma meya esfera de ferro e dous falcõens e dous berços de metal, avendo mister mais. [...] Cobre as ditas pessas hum telhado muyto alto e amtgiao que pello ser estão alguns barrotes podres e alguns afastados da parede. E a ripa podre, que tudo sostemtão doze pomtalites [?], arriscado o dito telhado a cair à primeira bombarda per cujo respeyto chove em toda ella de maneira que não ha lugar aonde se recolha hum candil de arros pelo que não he em nada deffensavel por estar como diguo e não ter mantimentos e agoa dentro [da tranqueira]. E pera o estar se há de fazer do telhado hum terrado e com dous de coatro [?] cantos que tem dous revezes com suas bombardeiras e seteiras pera defenderem as coatro paredes...”*<sup>1318</sup>

Atentando às obras sugeridas pelo capitão, infere-se que a torre era de planta quadrada ou rectangular, “*de coatro paredes*”, e o seu telhado de quatro águas. Dentro da torre, Mesquita recomendava a construção de dependências para armazenamento de pólvora e lenha. Para a tranqueira, “*seis tanques de madeira de trinta pipas de agoa cada hum*”. Mesquita informava ainda que Manorá era apenas habitada e guarnecida pelos que a “*buscão pera valhacouto de seus omisios*”, dando

---

<sup>1315</sup> “Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visorrei do Estado”, Antonella Vignati (ed.), *Mare Liberum*, nº 17, CNCDP, Lisboa, 1999, p. 300-305.

<sup>1316</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, vol. I, 1876, pp. 59, 60, 88-92.

<sup>1317</sup> Informação sobre a fortificação de Manorá pelo capitão Crispeão da Misquita datada de 13 de Novembro de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 518-519v, HAG.

<sup>1318</sup> Informação sobre a fortificação de Manorá pelo capitão Crispeão da Misquita datada de 13 de Novembro de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 518-519v, HAG.



a entender que entre os seus moradores haviam criminosos indultados, à semelhança do que acontecia em Asserim (Asherigad)<sup>1319</sup>.

A informação dada pelo capitão Crispeão Mesquita serviu de base ao relatório de António Bocarro e muito provavelmente ao documento iconográfico de Pedro Barreto de Resende. Nesse texto, apenas se acrescenta os soldos da guarnição composta em 1634: pelo capitão; capitão do campo; escrivão da feitoria; meirinho; “fizico; parbu ou escrivão”; vinte e dois soldados portugueses; dois “*nayques*”; oitenta e quatro peões; oito “*nafares*”; dois “*tocheiros*”; e um “*mainato*”<sup>1320</sup>.



Fig. 188. Vista de Manorá, pormenor (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE)

Já a vista de Barreto de Resende, bastante sintética, apresenta uma imponente torre de três pisos com artilharia assestada nos dois pisos superiores e Coroada por um telhado. Dentro do recinto oval da tranqueira, representado por um singelo gradeamento, surgem habitações em materiais perecíveis e árvores, para além de duas pequenas edificações identificadas com “*posos*”. No documento iconográfico, uma legenda indica que “*asistem aqui vinte portugueses cristãos e vinte e nove homens e a*

---

<sup>1319</sup> Informação sobre a fortificação de Manorá pelo capitão Crispeão da Misquita datada de 13 de Novembro de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 518-519v, HAG.

<sup>1320</sup> BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, pp. 104, 105.

*mesma lha prezidiavam oitenta gentios e mouros frecheiros e espimgardeiros*<sup>1321</sup>. Não se discerne qualquer estrutura religiosa na representação e tampouco é nomeado um religioso no arrolamento da guarnição, pelo que se pode inferir que a assistência espiritual em Manorá estava então interrompida<sup>1322</sup>. Note-se ainda como o cargo de feitor de Manorá continuava associado ao do capitão, que provavelmente também acumulava o de ouvidor para os casos menos graves de justiça, incumbências que certamente lhe conferiam uma grande autonomia e margem de manobra para beneficiar do trato da madeira de teca, principal “*interesse*” associado ao posto militar<sup>1323</sup>.

A ameaça marata sobre a PN a partir da ascensão de Shivaji certamente conduziu a um maior investimento em Manorá, tendo sido, por exemplo, nomeado um “*artilheiro*” para assistir na sua guarnição<sup>1324</sup>. Em finais da década de 1670, refere-se por exemplo a “*formosa torre*” de Manorá e a igreja ou capela de Nossa Senhora da Assunção, recentemente intervencionada<sup>1325</sup>.

Não obstante os reforços militares, os maratas apoderaram-se de Manorá em 1683 e aí permaneceram provavelmente até inícios de 1686, altura em que foi reocupada pelo Estado e ordenada a edificação de uma nova tranqueira, desta feita defendida por duzentos homens<sup>1326</sup>. Já em fins de Seiscentos, e face à relativa estabilidade decorrente do tratado luso-mogol de 1694, reduziu-se a sua guarnição para cento e setenta homens, mas manteve-se dois artilheiros e um condestável<sup>1327</sup>.

---

<sup>1321</sup> BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

<sup>1322</sup> Na segunda metade de Seiscentos, a guarnição contava com trinta soldados portugueses, existindo ainda um vigário para a capela da fortificação (Regimento do ordinária da Fortaleza de Manora [s/d, ca. de 1663], *Livro do Tombo de Baçaim*, Ms. 1367, fls. 16, 16v, HAG).

<sup>1323</sup> Em 1620, o governador Fernão de Albuquerque passava uma provisão a confirmar e ordenar o pagamento dos quartéis dos “*casados*” que assistiam na fortificação de Manorá de modo a evitar que o capitão respectivo os arrecadasse para si (Provisão do Conselho da Fazenda datada de 20 de Março de 1620, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 2*, Ms. 1160, fl. 59, HAG).

<sup>1324</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 6 Setembro de 1679, *Livro dos Assentos do Conselho de Estado nº 14*, Ms. 1172, fl. 11v, HAG.

<sup>1325</sup> Cartas do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datadas de 18 de Julho e Agosto de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fls. 36v, 94, BACL; Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 25 de Novembro de 1678, *Série Azul*, Ms. 499, fl. 89, BACL.

<sup>1326</sup> Assentos do Conselho da Fazenda datados de 25 de Junho e 2 de Julho de 1686 e de 15 de Maio e 18 de Outubro de 1687, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fls. 135v-136v, 179v, 189v, HAG.

<sup>1327</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 6 de Maio de 1694, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 16*, Ms. 1174, fls. 154, 155v, HAG).





Figura 189.

**Manorá** (ca. 1720)

Legenda:

1 – Forte (iniciado ca. 1699)

2 – Porta principal

Na transição para Setecentos, iniciaram-se obras de vulto em Manorá, segundo a “*planta do capitão engenheiro*” João Pires Rebouça. Sugiro que tenha sido essa a campanha pela qual se substituiu a tranqueira por um recinto bem mais exíguo com muros de pedra e cal, adquirindo a implantação e os quatro baluartes cujos alinhamentos ainda são visíveis no terreno, tendo-se desmantelado a sua torre. Rebouça assistiu pessoalmente no estaleiro pelo menos durante 1699, mas as obras prolongaram-se durante longos anos<sup>1328</sup>.

Para formarmos uma noção, por mais básica que seja, desta nova fortificação em materiais perenes, temos de ir novamente beber às palavras de André Ribeiro Coutinho:

*“Indigna he de nome de praça a fortificação de Manorá, tanto pela sua situação e forma, como pela sua fraqueza e imperfeição; porque debaixo de hum padraço, a que se chega sem ser visto da praça, se fortificou hum quadrado de muralhas muito singelas, e pela parte de dous flancos de seus baluartes tão baixa, que não passa de altura de hum homem. O seu assento he em rocha, que se lhe diminuiu a despeza para os alicerces, lhe tirou a capacidade para o fosso, e assim ficou com o ordinario defeito de nossas praças neste Estado. Em quanto se não levantão as suas muralhas, tirão os capitães cada anno huma finta dos moradores para se guarnecer de patingas, cujo tributo se faz insuportavel ao conhecimento de que sem se renovarem as mesmas patingas, se pagão todos os anos. Tem oito peças de artilheria [...]. A sua guarnição he de cento e quatro soldados em três companhias. A casa da polvora he incapaz, porque por hum lado he feita de bambus. Os pavimentos de dous baluartes são de madeira, materia disposta a todo o accidente de fogo, e tão arruinado hum delles, que não sofrerá duas descargas de suas peças. Porem, o mayor defeito desta praça e Asserim he o contrato da madeira [...]. O mayor defeito da praça de Manorá he o padraço, de que se vê dominada; porém na Asia não he tão sensivel este defeito como na Europa: porque tomada ella (o que Deos não permita) nos podemos servir delle [padraço] para a sua restauração, melhor do que os nossos inimigos para o seu ataque. E passando deste embaraço, se deve mandar entulhar de terra hum dos baluartes que tem o pavimento de madeira; a muralha deve ser levantada para se escuzar a annual despeza de estacada sobre ella; devem-se-lhe trocar cinco peças por outras de serventia; sobre a porta da igreja se deve fazer huma sacada, em que dez homens defendão a sua chegada, porque entrada esta, ficão os inimigos amparados e contiguos à fortaleza por espaço só de dez ou doze passos; deve-se mandar fazer caça da polvora, porque a que tem he de*

---

<sup>1328</sup> Em Março de 1698, o Conselho da Fazenda ordenava ao feitor de Baçaim que applicasse o rendimento do mandovim de Manorá nas obras que agora se iniciavam para a sua fortificação, “*na forma da planta que apresentar o Capitão Engenheiro Pires Rebouça*” (Assento do Conselho da Fazenda datado de 5 de Março de 1698, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 17, Ms. 1175, fl. 58v, HAG; Carta do governador António Luís Gonçalves da Fonseca, datada de 25 de Abril de 1699, *Livro da Correspondência de Baçaim* nº 3, Ms. 1251, fl. 33, HAG). Em 1713, ainda prosseguiram reparações na fortificação, ordenando-se ao feitor de Baçaim que assistisse com tudo o necessário para as obras (Assento do Conselho da Fazenda datado de 31 de Agosto de 1713, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 18, Ms. 1177, fl. 112, HAG).

*tal capacidade que a perde toda. E em tudo mais deve seguir o que está dito dos defeitos de Asserim.*”<sup>1329</sup>

Entre outros aspectos, podemos inferir deste relatório que a torre de três pisos de Manorá tinha sido destruída ou demolida e os seus materiais provavelmente reaproveitados para as novas muralhas e baluartes. Salienta-se o facto de se edificar anualmente uma “*estacada*” sobre as muralhas para compensar a sua reduzida altura, exemplo interessante de justaposição de materiais construtivos. Note-se ainda como a estrutura religiosa de Manorá – à altura, provavelmente já uma edificação em materiais perenes – tinha ficado de fora no novo perímetro defensivo, mas próxima o suficiente para constituir uma ameaça em caso de cerco.

Contemporânea com a descrição de Coutinho, temos a notícia da nomeação do fidalgo germânico “*Francisco Barão de Galafens*”, ou Frank von Gallenfeld, para capitão de Manorá. Este militar escreveu uma missiva ao vice-rei João Saldanha da Gama, expondo que a “*defença e segurança*” da fortificação “*constava em quatro beluartes*” e que “*não estava acabado mais que hum, e os outro per acabar*” ou aperfeiçoar. Gallenfeld dispôs-se a fazer as reparações necessárias, sugerindo que a Fazenda Régia contribuísse dois mil xerafins para obra, ficando o resto da despesa a encargo dos foreiros da praga. Esta iniciativa foi aprovada pelo Conselho da Fazenda em Goa e recomendada ao general da PN da altura, António Casco de Melo<sup>1330</sup>.

No caso dessas obras terem sido executadas a bom ritmo, contribuíram certamente para a resistência da fortificação durante o cerco marata de inícios de 1731, assédio breve mas apertado, durante o qual von Gallenfeld foi socorrido por via fluvial pelo tenente António dos Santos que logrou desbaratar o arraial inimigo e descercar a posição. Após este embate, ordenou-se mais uma vez a reconstrução das defesas de Manorá<sup>1331</sup>.

É seguro partir do princípio que a fortificação tenha ficado profundamente arruinada após a guerra luso-marata de 1737-39, visto que segundo uma missiva coeva, os maratas desmantelaram sistematicamente as suas principais estruturas em Fevereiro de 1738, antes de abandonarem a recém-conquistada posição em antecipação de uma contra-ofensiva portuguesa. Também não é

---

<sup>1329</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria... no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 33, 34, 58.

<sup>1330</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 10 de Março 1729, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 116v, HAG; Cartas do vice-rei João Saldanha da Gama datadas de 11 de Março de 1729, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fl. 43v, HAG.

<sup>1331</sup> O cerco a Manorá começou a 27 de Fevereiro, sendo que o socorro chegou à fortificação a 5 de Março de 1731 (*Carta do vice-rei João de Saldanha da Gama de 27 de Junho de 1731*, *Livro das Monções nº 99*, Ms. 116, fls. 248, 248v, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 26 de Abril de 1731, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 186, HAG; Ms. 6-17, vol. B, fls. 98-159, BPADE).



verosímil que os portugueses tenham intentado reconstruir as suas muralhas até Janeiro de 1739, altura em que ficou definitivamente em posse dos maratas<sup>1332</sup>.

Tampouco terá existido uma ocupação pós-portuguesa em Manorá, uma vez que, ao contrário das fortificações da orla costeira, esta posição tinha pouco valor estratégico para os maratas. Não localizei qualquer documento relativo à fortificação após a expulsão dos portugueses - nem sequer uma descrição das suas ruínas.

As ruínas das fortificação de Manorá localizam-se aproximadamente a 43,5 km a norte de Baçaim, entre um cotovelo do rio Vaitarna e o centro da actual povoação de Manor, dispendo-se num recinto aproximadamente de cerca de 500 m<sup>2</sup>. Esta área encontra-se actualmente coberta por escombros e vegetação, sendo apenas visíveis alguns arranques de cortinas e baluartes no seus flancos leste e sul. No flanco oeste, várias casas apegam-se ao que aparenta ser o limite da fortificação. No âmbito do presente trabalho, dada a falta de meios e tempo para proceder a um desbaste da vegetação no local, apenas se conseguiu determinar a forma básica de implantação da fortificação e a grossura média das suas paredes principais, 2,2 m, para além do local provável da entrada principal. Não se encontraram vestígios da capela de Manorá nem de um cais sobre o Rio Vaitarna nem ainda de qualquer outra estrutura para além dos muros e baluartes do perímetro da fortificação.



Fig. 190. Pormenor do ângulo saliente do baluarte nordeste (© Mendiratta, 2010)

---

<sup>1332</sup> PISSURLENCAR, Panduranga “Maratas em Baçaim”, *O Oriente Português*, nº 7-8-9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1935, pp. 200, 201, 380, nota.

### 3.3.6. Casa senhorial fortificada de Sirgão (Shirgaon)

19°41'46"N, 72°42'48"E

Os vestígios portugueses em Sirgão (Shirgaon), situados 19 km a sul de Tarapur, representam o exemplo mais interessante e eloquente de uma casa senhorial sistematicamente fortificada de toda a PN. Apesar das extensas alterações e acrescentos maratas e de intervenções ainda mais recentes, as ruínas em Sirgão permitem-nos reconstituir em boa medida a evolução da sua casa senhorial a partir da sua primitiva casa-torre. É possível também propor uma distribuição funcional básica para as compartimentações das estruturas arruinadas. A posição de Sirgão foi conquistada definitivamente pelos maratas em Janeiro de 1739.



Fig. 191. Vista de Sirgão, pormenor (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE)

Contrastando com o valor arqueológico das ruínas, existem escassas notícias coevas sobre a casa senhorial. À semelhança de outros empórios privados da PN, as únicas referências que foram publicadas sobre a casa senhorial cingem-se praticamente ao aforamento da aldeia e a situações bélicas mais graves. Na última década de Quinhentos, António Godinho de Andrade defendeu a posição de um ataque da cavalaria de Ahmadnagar, embora talvez não fosse o senhorio da aldeia<sup>1333</sup>. Ainda nesse século, Francisco Gonçalves sucedeu ao senhorio João Lopes, sendo que já em Seiscentos, a aldeia pertenceu a Filipe de Castro e também a seu filho, Rodrigo de Castro<sup>1334</sup>. Transitou pouco depois para Manuel Lobo da Silveira, capitão-geral da PN, após um “*embargo*” e

<sup>1333</sup> “Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visor-rei do Estado”, Antonella Vignati (ed.), *Mare Liberum*, nº 17, Lisboa, CNCDP, 1999, p. 300-305.

<sup>1334</sup> MATOS, Artur Teodoro de, *O Tombo de Damão, 1592*, Centro de Estudos Damião de Góis / CNCDP, Lisboa, 2001, p. 194; Assento do Conselho da Fazenda datado de 18 de Maio de 1666, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 8, Ms. 1166, fl. 12, HAG.

uma “sentença” contra a viúva de Rodrigo de Castro, Dona Ana Valadares de Sottomaio<sup>1335</sup>. O seu último foreiro Luís Afonso Dantas, casado com um neta de Lobo da Silveira, secretário do vice-rei João Saldanha da Gama e derradeiro senhorio de Quelme<sup>1336</sup>.

Afonso Dantas, embora residisse em Goa, investiu na defesa da sua casa senhorial fortificada durante a campanha marata de 1737-1739. Assim, em Abril de 1738, o Conselho da Fazenda analisou a representação de Dantas, “foreiro mayor” da aldeia de Sirgão, na qual alegava que até aquela data, e durante vinte e quatro anos, tinha sustentado à sua custa o presídio do forte da aldeia, defendendo-o sempre com sucesso. O foreiro alegava ainda que na presente guerra, havia:

*“[R]esistido a ataques, baterias e minas com que por tempo de cincoenta e três dias o apertou gravemente o inimigo Marata até que com o socorro mandado de Baçaym [sob Pedro de Mello], foi [o inimigo] obrigado a desalojar deixando livre o dito forte, porém a aldea tão destruída que tendo o supplicante depois do referido successo ordenando a seu procurador Vicente Ferrer Espinoza comandante do dito Forte que tudo o que ella rendesse se empregasse no seu fornecimento e paga do seu presídio, lhe respondeo agora por carta de 29 de Março [de 1738] estar a dita aldea sem rendimento.”*<sup>1337</sup>

Face a esta situação, Dantas afirmava-se impossibilitado de continuar os custos da guarnição do forte, visto que outra aldeia sua também estava tomada pelo inimigo. Citando o exemplo de Bendorá (Bandra), “que sendo dos padres da Companhia se tem sustentado desde o princípio desta mesma guerra e se acha actualmente sustentando com grossa despesa da” Fazenda Real, solicitava ao Estado que sustentasse a defesa de Sirgão, dado ainda a sua proximidade a Mahim-quelme (Kelwamahim), que se encontrava cercada, “circunstancias todas que bem mostram ser muito util a conservação do dito forte principalmente quando com a sua posse ficará o inimigo senhor de mais hum porto de mar com bastantes galvetas e muita extensão da praya, podendo com estas ventagens dificultar muito mais a navegação das nossas de Damão e Tarapor para Baçaim”. O Conselho da Fazenda autorizou o Feitor de Damão, “recebendo pelo procurador da dita Aldea Vicente Ferrer Espinoza a lista da gente de sua guarnição”, a pagar soldos à guarnição<sup>1338</sup>. Sirgão foi conquistada pelos maratas nos últimos dia de Janeiro de 1739, sendo o seu capitão preso e enviado para Galiana (Kalyan)<sup>1339</sup>.

---

<sup>1335</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 23 Março de 1682, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 14*, Ms. 1172, fls. 191-192v, HAG.

<sup>1336</sup> Carta régia datada de 23 de Março de 1700, *Cod. 51-VII-24*, fl. 110, BA.

<sup>1337</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 21 de Abril de 1738, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 22*, Ms. 1180, fls. 91-92, HAG.

<sup>1338</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 21 de Abril de 1738, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 22*, Ms. 1180, fls. 91-92, HAG.

<sup>1339</sup> Carta do ex-capitão de Sirgão datada de 8 de Fevereiro de 1739, *Livro das Monções nº 110*, Ms. 131, fl. 26, HAG.



Não temos qualquer notícia de uma estrutura defensiva indiana em Sirgão anterior à sua incorporação no Estado. A estrutura portuguesa, conjuntamente com as ampliações maratas, ocupam uma área de aproximadamente 6000 m<sup>2</sup> e a sua implantação corresponde de grosso modo a um quadrado alinhado segundo os eixos cardinais. As intervenções maratas centram-se nos flancos norte, leste e sul sendo que a face oeste contém a maioria das estruturas arqueológicas de origem portuguesa.



Fig. 192. Vista da fortificação a partir de noroeste (© W. Rossa, 2007)

Originalmente, a posição era banhada por um pequeno esteiro suficiente para pequenas embarcações do lado oeste, que conduzia ao Mar da Arábia. O flanco oeste da fortificação abria para uma zona onde estaria possivelmente um pequeno cais. No canto sudoeste da fortificação situa-se um baluarte moderno em forma de losango, de desenho Europeu. No canto noroeste implanta-se um baluarte cilíndrico que poderá remontar igualmente ao período português. Já os dois baluartes a sudeste e nordeste são claramente de execução marata assim como o cubelo com uma pequena torre cilíndrica adçada sobre a actual entrada da fortificação, a meio do flanco norte.

No interior do recinto, encontra-se um tanque de forma quadrada entulhado. Também no interior do recinto, a percorrê-lo de norte a sul, são visíveis as ruínas de uma antiga alvenaria. Este seria talvez o antigo muro do flanco leste da casa senhorial fortificada, que teria assim menos 1200 m<sup>2</sup> de área do que o posterior perímetro fortificado marata.

O núcleo fundacional da fortificação foi a sua casa-torre. Apesar de ter sido envolvida por estruturas posteriores pelos seus lados oeste e sul, a volumetria da torre permanece inalterada, registando-se somente o entaipamento de algumas das suas janelas e a abertura de uma nova porta no piso térreo.

Reveste-se de particular interesse o desenho das aberturas ainda discerníveis, especialmente da abertura a nível do segundo piso no flanco norte da torre e que provavelmente integrava uma sacada.



Fig. 193. Vista do interior do recinto e da casa-torre primitiva (© Mendiratta, 2010)

Como foi dito, o essencial da casa senhorial portuguesa encostou-se à parede oeste do casa-torre, formando um corpo rectangular igualmente de dois pisos. Ao nível do piso térreo, a estrutura rectangular dividia-se em dois compartimentos, notando-se ainda os vestígios de uma segunda parede transversal formando uma terceira divisão. Na parede oeste rasgava-se a porta de mar, entretanto entaipada e, sobre o seu arco, nota-se ainda o “negativo” de uma inscrição lapidar rectangular<sup>1340</sup>. Alinhada com esta abertura, abria-se uma porta de dimensões semelhantes na parede oposta para o interior do recinto da área murada. Enquanto que estas dependências ao nível do piso térreo se relacionavam com o armazenamento e a actividade naval e talvez ainda uma capela na divisão no topo norte, a função do segundo piso da estrutura seria certamente residencial. Nos extremos da volumetria rectangular e também no piso superior, situavam-se as esplanadas dos dois baluartes da fortificação, aparentemente sem ligação exterior entre eles.

---

<sup>1340</sup> Sugiro que este elemento epigráfico removido seja a pedra-de-armas que actualmente se encontra encrustada num banco próximo da principal entrada para o recinto fortificado, no seu flanco norte.





Fig. 194 e 195. Vista do interior da casa-torre primitiva e pormenor de abertura (© Mendiratta, 2010)



Fig. 196 e 197. Baluarte sudoeste a a partir do exterior (© Mendiratta, 2010)

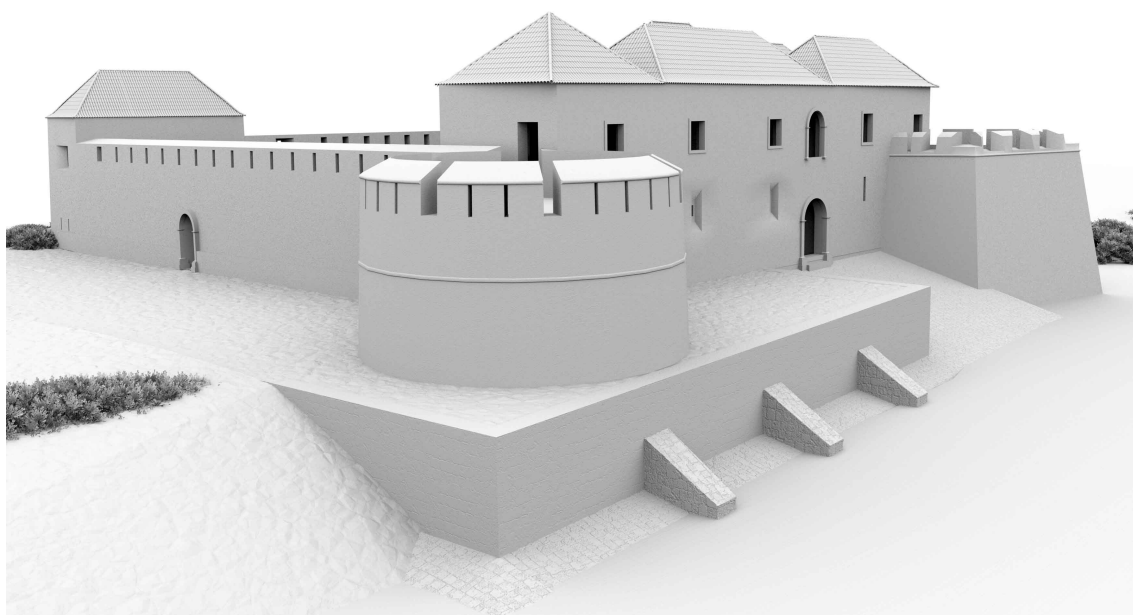


Fig. 198. Reconstituição gráfica da fortificação vista a partir de noroeste (© Mendiratta, 2012)



Fig. 199. Reconstituição gráfica da fortificação vista a partir de nordeste (© Mendiratta, 2012)

### 3.3.7. Forte da praia de Quelme (Madla)

19°37'05"N, 72°43'41"E

Implantado sobre a praia 2,8 km a sul da fortificação principal de Mahim-quelme<sup>1341</sup>, o fortim da praia de Quelme – sítio conhecido localmente como Madla – constitui uma misteriosa e bem conservada fortificação, completamente ausente da documentação portuguesa compulsada. Como as três fortificações secundárias na zona da aldeia de Quelme descritas em baixo, e até formulação mais judiciosa, sugiro que esta fortificação fizesse parte do empório privado do fidalgo Rodrigo de Castro, tendo sido por ele fundada entre 1670 e 1690 - ou então por iniciativa dos senhorios da mesma aldeia em data posterior<sup>1342</sup>.

A sua posição visava prevenir um ataque sobre a longa extensão de praia a norte de Quelme. Ainda que incapaz de resistir a um assédio decidido por parte dos omanitas – ameaça contra a qual terá sido edificada -, a fortificação seria vital para o aviso da casa senhorial fortificada de Quelme de raides anfíbios, protelando as acções inimigas. Sobre este sistema de defesa costeiro, atente-se numa missiva do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira de 1677:

*“Tenho dado ordem de Damão até esta cidade [de Baçaim] pera que os Vazadares das aldeas de Beira mar tenham nas suas torres ou cazas as armas grandes como pessos e falcois ou camaras, e ramadas em todas as ditas prayas do distrito à vista humas das outras e que em cada hum possão bem caber vinte homens e nellas de noite e de dia sempre vigias pera que em aparecendo barcos de alto bordo deem avizo à torre ou caza pera dar em rebate com a arma grande de que tiver das nomeadas e ha de estar atirando athe as Torres mais vezinhas de hum e outra parte lhe responderem e os mesmos vazadares hão de ter pera isso polvora; e mandarão fazer no distrito cada hum da sua aldeas as ramadas necessarias que se ande conservar todo o verão, e dado o rebate hão de acudir à praya todos os vazadares [ou] por sua falta os tanadares com toda a gente das aldeas armada [...] pera impedir a desembarcação a todo o Inimigo que quizer saltar em terra.”*<sup>1343</sup>

Em vez de edificar uma ramada ou uma torre, um dos senhorios de Quelme terá construído uma curiosa fortificação, assemelhando-se a um forte abaluartado em miniatura. De facto, os seus quatro baluartes angulares dispõem-se de forma simétrica nos vértices de um quadrado com 14,6 m de lado, ficando assim as cortinas intermédias apenas com cerca de 6 m de comprimento. A única porta da fortificação abria-se para sudeste, sendo que na metade noroeste do exíguo recinto interior ficava

---

<sup>1341</sup> V. *supra*, 3.2.5. “Mahim-quelme (Kelwamahim)”, pp. 369-378.

<sup>1342</sup> V. *infra*, 3.3.8. “Casa senhorial fortificada de Quelme (Kelwa)”, pp. 457-460.

<sup>1343</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 16 de Outubro de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 309v-310v, BACL.



uma dependência de aquartelamento. Enquanto que todos os baluartes aparentam terem sido entulhados, não se encontraram vestígios de lajeamento. As cortinas apenas apresentam um estreito parapeito.



Fig. 200. Fortificação a partir de sudeste (© Mendiratta, 2012)

Mais uma vez, notam-se em na fortificação de Madla alterações posteriores com uma aparelho de pedra distinto, claramente dispensando o emprego da cal, tão cara às edificações de origem portuguesa. A presença de dois tipos de aparelho radicalmente diferentes nas alvenarias, para além de todo desenho e também alguns pormenores da estrutura – como nas padieiras das aberturas –, reforçam a minha convicção que a posição de Madla é de facto de origem portuguesa, provavelmente edificada no último quartel de Seiscentos, com intervenções maratas após 1739.



Fig. 201. Baluarte sudeste, pormenor (© Mendiratta, 2012)

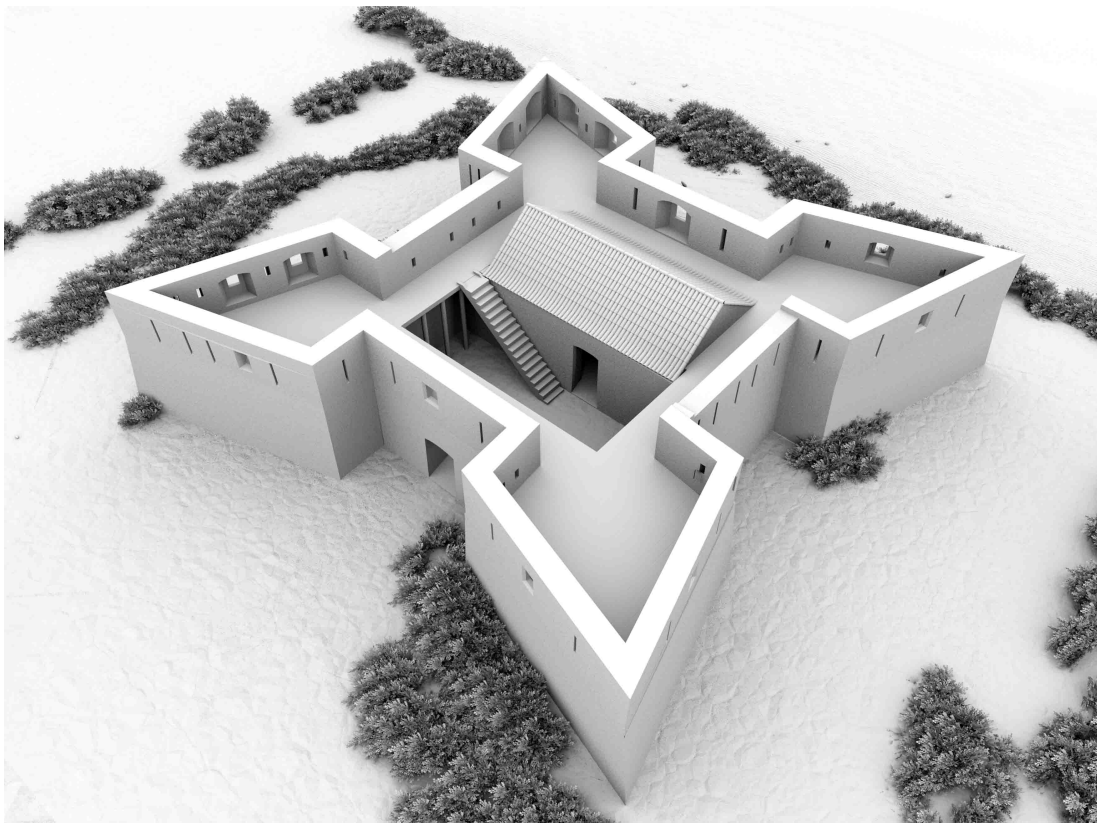


Fig. 202. Reconstituição gráfica da fortificação a partir de nordeste (© Mendiratta, 2012)

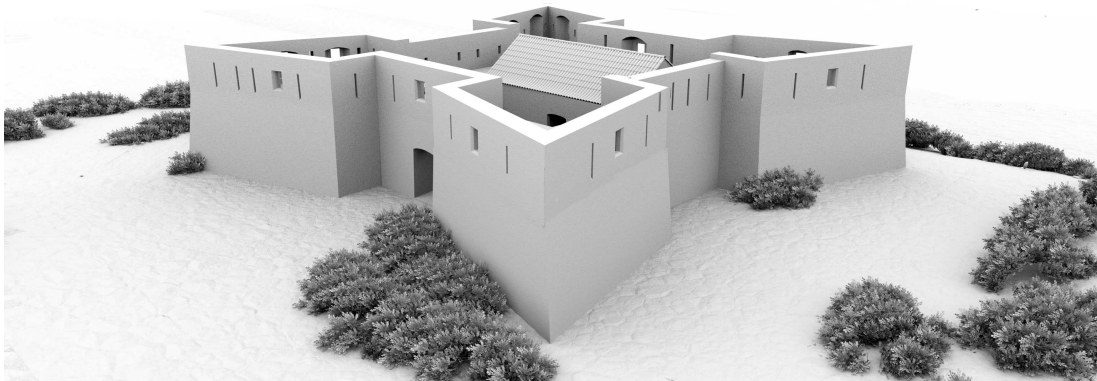


Fig. 203. Reconstituição gráfica da fortificação a partir de nordeste (© Mendiratta, 2012)

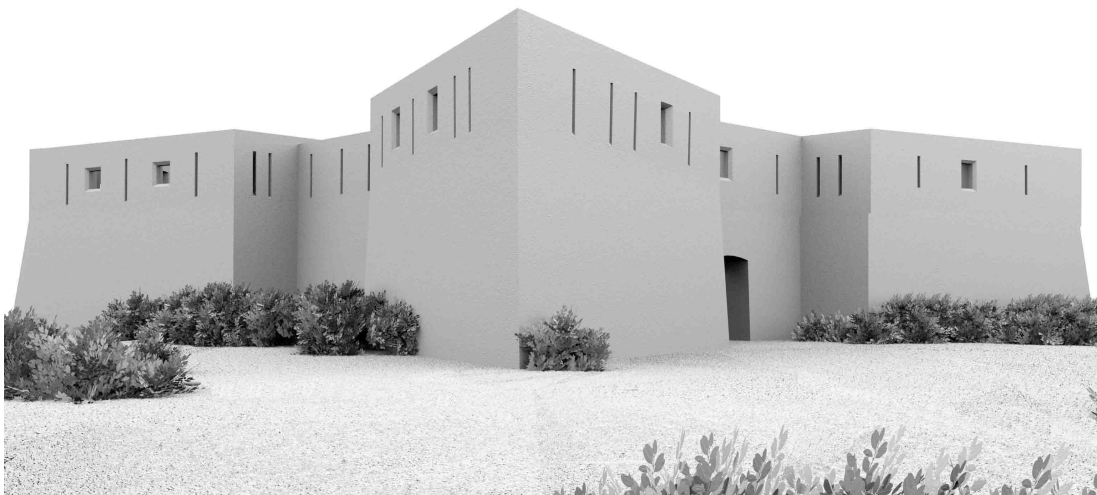


Fig. 204. Reconstituição gráfica da fortificação a partir de sudeste (© Mendiratta, 2012)



### 3.3.8. Casa senhorial fortificada de Quelme (Kelwa)

19°36'06"N, 72°44'01"E

Antes de 1670, a aldeia de Quelme, situada a cerca de 90 km para sul de Damão na praga de Mahim-quelme, tinha sido confiscado pela Fazenda Real pelo facto do seu anterior foreiro, Mateus Afonso de Melo, ter sido condenado no tribunal da Inquisição. A entidade geotributária “*com suas pacarias*” foi arrematada a Rodrigo de Castro que, com o conluio de oficiais do Estado, logrou alterar o seu foral, tornando-se enfiteuta com “*cláusulas de morgado e sucessão*”<sup>1344</sup>. De seguida, Castro “*fundou huma fortaleza capaz de recolher quinhentos homens*” na aldeia, “*onde cavalgou vinte peças de artilharia*”. Segundo opinião de um oficial da Coroa, este fidalgo era o “*mais rico e poderoso do Norte*”, sendo que nas suas aldeias não “*entrava justiça*”<sup>1345</sup>. Esta opinião já tinha sido verbalizada pelo vice-rei António de Melo e Castro em 1666, afirmando que Rodrigo de Castro era “*senhor de vinte e huma ou vinte e duas*” aldeias na PN. A sua casa senhorial em Quelme foi descrita pelo capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira em 1677 como um “*castelo*” e o facto de conter artilharia sem esse direito estar previsto no foral incomodava o militar, provavelmente melindrado com o poder acumulado por Rodrigo da Costa<sup>1346</sup>.

Esta contextualização histórica ajuda a interpretar não apenas os vestígios arqueológicos na aldeia de Quelme mas também a concentração de estruturas defensivas em seu redor – e o facto destas fortificações praticamente não serem mencionadas na documentação coeva do Estado. A aldeia de Quelme foi assim o centro daquele que terá sido o maior empório latifundiário laico na PN, o couro do fidalgo Rodrigo de Castro, defendido por um conjunto de fortificações sobre a barra do rio e nas praias a norte e ainda outra casa fortificada na aldeia vizinha de Danda<sup>1347</sup>.

Após a morte de Rodrigo de Castro, a responsabilidade de manter e guarnecer a casa senhorial e posições fortificadas nas praias a norte do rio de Danda transitou para os senhorios subsequentes da aldeia. Em 1729, o seu proprietário era Luís Caetano de Almeida, que à data procedia a obras de

---

<sup>1344</sup> Carta do governador António Pais de Sande datada de 13 de Janeiro de 1680, *Livro das Monções nº 44-45*, Ms. 51, fl. 45, HAG.

<sup>1345</sup> Carta do procurador da Coroa André Freire de Ataíde datada de 4 de Janeiro de 1670, *Livro das Monções nº 34*, Ms. 42, fl. 63, HAG.

<sup>1346</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 20 de Agosto de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fl. 285, BACL.

<sup>1347</sup> A aldeia de Quelme não é mencionada no *Tombo de Damão* de 1592.

fortificação, mediante licença concedida pelo vice-rei João Saldanha da Gama<sup>1348</sup>. A zona de Quelme foi conquistada pelos maratas em Janeiro de 1739<sup>1349</sup>.

No local subsistem os vestígios de dois pequenos baluartes entulhados de recorte angular, dispostos nos vértices noroeste e sudeste de um perímetro rectangular com cerca de 105 m de comprimento e 36 m de largura. No interior desse recinto, situam-se as ruínas de parte da casa senhorial, provavelmente da sua capela privativa. É possível que esta mesma dependência tenha sido mantida enquanto local de culto pelos poucos residentes católicos de Quelme após a queda da PN<sup>1350</sup>.



Fig. 205. Ruínas de estrutura (capela privativa?) da casa senhorial (© Mendiratta, 2010)

Esta comunidade edificou em 2006 uma nova capela, consagrada a Nossa Senhora dos Remédios, a poucos metros do conjunto arruinado. Algumas características no principal compartimento desta estrutura apontam de facto para a sua função religiosa, tais como a sua implantação, a sugerir a existência de um altar no remate de uma divisão rectangular, o seu elevado pé direito e alguns

---

<sup>1348</sup> Esta autorização era concedida mediante a contrapartida de defender e guarnecer a fortificação da aldeia (Cartas do vice-rei João Saldanha da Gama datadas de 1 de Maio de 1729, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fls. 49, 49v, HAG).

<sup>1349</sup> *Selections from the Letters, Dispatches and other State Papers preserved at the Bombay Secretariat, Maratha Series*, vol. I, pt. 1, George W. Forrest (ed.), Bombay, Government Central Press, 1885, p. 27.

<sup>1350</sup> DUPERRON, Anquetil du, *Voyage en Inde. 1754-1762. Relation de voyage en préliminaire à la traduction du 'Zend-Avesta'*, Jean Deloche (ed.), [s.l.], École Française d'Extrême-Orient, 1997, p. 393, Hove, A. P., *Tours for scientific and economical research made in Guzerat, Kattiawar, and the Conkuns* [1787-1788], Bombaim, 1855, p. 100.

orifícios na parede talvez para o suporte de painéis. Note-se também o facto de ainda se preservar uma imagem de Nossa Senhora num nicho na alvenaria daquilo que terá sido a zona do altar da capela. As próprias obras recentes terão danificado ou obliterado vestígios arqueológicos a sul deste compartimento. Contudo, não podemos deixar de destacar alguns pormenores da sua edificação, tais como os frisos e arcos sobre pilastras no interior da presumida capela privativa; os frisos e goteiras no exterior; e duas aberturas numa dependência contígua evidenciando provavelmente uma parte da casa senhorial com dois pisos. Se as ruínas descritas correspondiam efectivamente à capela privativa da casa senhorial de Quelme, então podemos imaginar a imponência e qualidade arquitectónica do resto do conjunto.

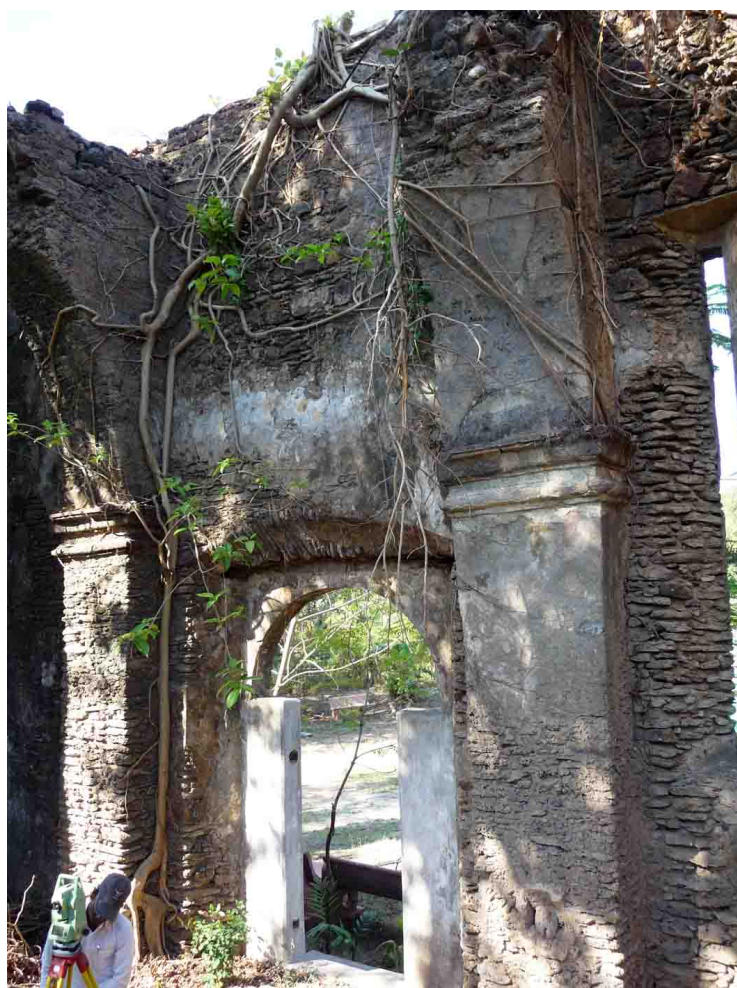


Fig. 206. Ruínas de estrutura (capela privativa?) da casa senhorial (© Mendiratta, 2010)

Como em Sirgão (Shirgaon), parece-me lícito supor que a secção nobre da casa senhorial de Quelme correspondesse a um volume rectangular de dois pisos paralelo ao rio Danda, e no qual estaria a porta de mar do conjunto. Se assim foi, toda esta volumetria desapareceu, sendo que a parte que permanece actualmente talvez corresponda ao flanco leste de uma casa senhorial disposta em forma de “U”, com analogias não só a Sirgão (Shirgaon) mas também a Gorbandel (Ghodbandar).



Poucos metros a nordeste desta edificação arruinada está uma baluarte angular de reduzidas dimensões mas completamente entulhado e relativamente bem preservado, à excepção dos parapeitos e canhoeriras que desapareceram. Estranhamente, não se discernem marcas de muros que deveriam ter arrancado dos flancos do baluarte tanto em direcção a sul como a leste. Tampouco se constata as marcas de qualquer elemento que permitisse aos defensores subir à cota da esplanada do baluarte. Estas duas ausências podem indiciar que a cerca da casa senhorial – pelo menos nesta zona – fosse de materiais perecíveis e que a escada para aceder ao baluarte fosse de madeira.



Fig. 207. Ruínas do baluarte noroeste (© Mendiratta, 2010)

O segundo baluarte, implantado no vértice sudeste do recinto, apresenta maiores dimensões que o primeiro, sendo que também não se vislumbram vestígios de qualquer escada ou rampa de acesso à sua esplanada nem de arranques de muros a partir da sua gola. Na esplanada ainda existem secções de parapeito preservadas, atestando inclusivamente um reaproveitamento pós-português.

A sul deste recinto e já sobre a margem do rio Danda existem alguns ténues sinais de construções – um cais? – que também poderão estar relacionadas com a casa senhorial de Quelme. A par dos empórios privados de Bombaim, Mazagão (Mazgaon), Germal (Ghormal) e Sirgão (Shirgaon), a casa senhorial de Quelme terá sido uma das mais desenvolvidas e possantes de toda a PN.

### 3.3.9. Baluarte do Mar de Quelme (Panikot, Kelwa)

19°35'56"N, 73°43'34"E

Não se conhece qualquer referência entre os documentos portugueses a esta pequena fortificação fluvial, implantada num banco de areia sobre a barra do Rio Danda, aproximadamente 850 m a leste da anteriormente descrita casa senhorial fortificada de Quelme. Pelo que já ficou exposto em relação a essa última estrutura, pode-se conjecturar a mesma explicação para a ausência de informação. Sugiro que este baluarte fluvial, para além de ter sido edificado num período tardio, algures entre 1670 e 1737, tenha resultado de uma iniciativa defensiva privada - ou de Rodrigo de Castro, foreiro de Quelme, ou de um dos senhorios subsequentes.

Se partirmos dessa hipótese, então o baluarte de mar de Quelme detém particular interesse para a história do sistema defensivo da PN, visto ser o único baluarte fluvial do território que sobreviveu até hoje. E, conjuntamente com a estrutura análoga na barra do rio Chassis em Diu, são os únicos exemplos deste tipo de elemento defensivo em toda a extensão do antigo Estado da Índia.



Fig. 208. Fortificação a partir do sul (© S. Malpani, 2010)

Entende-se por “baluarte fluvial” uma estrutura adequada ao emprego da artilharia, normalmente rodeada maioritariamente por água - ainda que fique parcialmente “em seco” durante os períodos de maré vaza. É este o caso do baluarte na barra do rio Danda, actualmente acessível por escassas horas através de uma língua de praia. Através de descrições e fontes iconográficas, sabemos que existiram



pelo menos mais dois baluartes fluviais na PN: os baluartes dos Reis Magos e do Passo Seco, ambos no rio de Taná (Thane). Para além destas duas posições, existiam tanto nesse rio como noutros pontos da costa, torres de planta quadrada ou redonda que, dispondo apenas de peças de artilharia ligeira, poderiam suste-se igualmente isoladas na água. Naturalmente que os custos de edificar, guarnecer e manter baluartes fluviais ultrapassava aqueles dispendidos com estruturas equivalentes em terra.



Fig. 209. Fortificação a partir de sudeste (© Mendiratta, 2010)

A implantação do baluarte de Quelme é de forma rectangular, evocando claramente uma embarcação. Do lado oeste e voltada para o mar, eleva-se uma torre de morfologia triangular e com dois pisos, onde se abrem várias canhoeriras. Esta seria coberta por um telhado e teria talvez uma zona de aquartelamento no piso superior, onde se rasgam aberturas maiores eventualmente providas de varandas de madeiras<sup>1351</sup>. A leste desta torre ou bastião triangular, dispõe-se uma plataforma rectangular apenas com frestas para tiro de espingarda nos seus parapeitos, contendo um tanque para recolha de água e uma estrutura de aquartelamento ou armazenamento de um piso no seu recinto. No extremo leste e a uma cota ligeiramente mais elevada, situa-se uma plataforma de tiro

---

<sup>1351</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, p. 200.



com várias canhoelras mas sem qualquer cobertura, de forma triangular e evocando a quilha de uma embarcação.

Não se localizou qualquer inscrição ou símbolos portugueses. Vários elementos comprovam um reaproveitamento ou camada marata, especialmente as claras diferenças no aparelho da pedra nas alvenarias da torre ou bastião triangular a oeste e também no extremo leste da plataforma de tiro.



Fig. 210. Interior do recinto fortificado e torre em segundo plano (© Mendiratta, 2010)



Fig. 211. Interior da torre triangular (© Mendiratta, 2010)



Fig. 212. Reconstituição gráfica da fortificação a partir de noroeste (© Mendiratta, 2012)



Fig. 213. Reconstituição gráfica da fortificação a partir de leste (© Mendiratta, 2012)



### 3.3.10. Casa senhorial fortificada de Danda (Danda-Kital)

19°35'44"N, 72°44'08"E

Defronte da aldeia de Quelme, na margem sul do ribeiro de Danda, situa-se a aldeia homónima, onde subsistem os vestígios de uma estrutura defensiva. Esta é mencionada numa carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira:

*“[O]s filhos de Dom Rodrigo de Castro, de que em Goa estão dois, têm em Quelme hum castelo a que elles chamão baluarte e em outra aldea que com esta parte se chama Danda, hum fortim coadrangular ainda imperfeito. Ordeney ao capitão de Maym que fizesse goarneçer tudo por seus danos [?] senão que havia de mandar arazar. Respondeu me que o baluarte estava bem preparado [e] do forte que retirava a artelharia; eu bem sey que não posso nada nem no hey de fazer sem expreças ordem de Vossa Excelência. E destes estratagemas me formão antes Vossa Excelência dilitos; ordene Vossa Excelência o que for servido [...]”*<sup>1352</sup>

O empório feudal de Rodrigo de Castro prolongava-se assim até Danda<sup>1353</sup>, onde os seus filhos seguiam as pisadas do pai, fortificando a sua aldeia. Infelizmente, não consegui localizar qualquer outra notícia soobre esta casa senhorial fortificada, até a derradeira campanha marata contra a PN. Mas podem-se estabelecer algumas analogias entre as duas casas senhoriais fortificadas em ambas as margens do Rio Danda.



Fig. 214. Ruínas do baluarte central (© Mendiratta, 2010)

<sup>1352</sup> V. *supra*, 3.3.8. “Casa senhorial fortificada de Quelme”, pp. 457-460.

<sup>1353</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 20 de Agosto de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fl. 285, BACL.

Também em Danda subsistem as ruínas de dois baluartes. O primeiro, aparentemente mais central em relação à aldeia actual, será melhor descrito enquanto um bastião de morfologia irregular. Apresenta várias aberturas alinhadas por um cordão, aparentemente para tiro de artilharia. Deste bastião vêm-se ainda os arranques de dois muros, sugerindo a implantação de uma defesa num vértice de um recinto murado. O aparelho da pedra das suas alvenarias; o desenho das aberturas; e a própria morfologia da implantação apontam para uma estrutura de origem portuguesa. No seu interior existem elementos decorativos que evidenciam um aproveitamento indiano posterior. O facto de o interior do bastião ter sido entulhado e ter um pavimento superior ao da zona exterior envolvente e a abertura de algumas frecheiras nas alvenarias também reforçam a vocação defensiva desta estrutura.



Fig. 215 e 216. Ruínas do baluarte oeste (© Mendiratta, 2010)

O segundo bastião, situado aproximadamente a 135 m a oeste do primeiro, está mais arruinado, não sendo clara a forma da sua implantação. Mas a estereotomia do seu aparelho construtivo; o desenho e altura do seu cordão; e o recorte das suas aberturas são semelhantes aos da primeira estrutura. Nesta estrutura, existe uma ângulo saliente mais pronunciado.

Pelas características acima descritas, podemos supor que os dois baluartes ou bastiões em ruínas em Danda pertenceram muito provavelmente ao *“fortim coadrangular ainda imperfeito”* mencionado em 1677. À semelhança do que ficou dito para Quelme, existiu em Danda uma casa senhorial fortificada incorporando um considerável recinto murado, dispondo de pequenos bastiões ou torres nos seu vértices.



Aproximadamente 270 m para leste do primeiro bastião, e na margem sul do rio Danda, subsistem as ruínas de uma considerável estrutura de origem portuguesa, talvez uma capela ou uma outra casa rural<sup>1354</sup>.



Fig. 217. Ruínas da estrutura ribeirinha a leste (© Mendiratta, 2010)



Fig. 218. Ruínas da estrutura ribeirinha a leste (© Mendiratta, 2010)

---

<sup>1354</sup> V. *infra*, 2.4.3. “Distrito de Damão”, pp. 591, 592.

### 3.3.11. Saibana Nova (Chandipo ou Mandvi)

19°28'42"N, 72°54'04"E

A problemática fronteira do distrito de Baçaim, entre a montanha de Tacamaca (Takmak) e o rio de Kamvadi ou “*de Biundi*” (Bhiwandi), foi uma constante preocupação para o Estado, especialmente a partir do último quartel de Seiscentos. Ao longo de maior parte dessa extensão de 35 km de raia, eleva-se uma cordilheira que constituía preciosa barreira natural para a antiga PN. Mas tanto a norte como a sul dessa serra, perto dos rios Tansa e Kamvadi respectivamente, os exércitos inimigos podiam facilmente penetrar nas praganas portuguesas de Hera e Caimão.

Poucos anos após a cedência do território de Baçaim aos portugueses, estes terão edificado e guarnecido uma tranqueira em Saibana Velha (Saivan), a norte da referida cordilheira, entre esta e o rio Tansa. Por aqui passava a “*estrada real*”, principal ligação pré-portuguesa entra a antiga cidade de Sopará (Nallasopara) e Agra<sup>1355</sup>. Contudo, a tranqueira portuguesa foi por repetidas vezes conquistada e queimada por forças inimigas, sem ser possível socorrê-la em tempo útil a partir de Baçaim. Durante a guerra de 1612-1615, por exemplo, as praganas de Hera, Caimão e Solgão foram rapidamente invadidas e ocupadas pelos exércitos de Ahmदनगर, demonstrando a ineficácia das tranqueiras e respectivas guarnições. Consequentemente, o vice-rei Jerónimo de Azevedo ordenou algumas reformas, questionando-se também a opção de fortificar com uma tranqueira um local fronteiro tão exposto como Saibana Velha (Saivan)<sup>1356</sup>.

Estas dúvidas levaram à eleição de um novo local para defender as praganas sertanejas de Baçaim e “trancar” a “*estrada real*”, sítio esse determinado durante a visita do Provedor da Fazenda Geral Valentim Correia à PN em 1634. Nesse contexto, ordenou-se que a maior parte da guarnição de Saibana Velha (Saivan) passasse para uma nova tranqueira a edificar no sítio “*de Chandipo*” (Chandip), cerca de 8,75 km mais perto da linha de costa. O facto de se recomendar obras de beneficiação nesse novo local faz supor que já existiria aí uma estrutura primitiva, provavelmente uma torre feita da madeira<sup>1357</sup>.

A transferência para Saibana Nova teve lugar prontamente, abandonando-se Saibana Velha (Saivan) no ano seguinte a fazer jus nas palavras de Bocarro, que considerava o local “*melhor e mais a*

---

<sup>1355</sup> Esta rota passava pelo desfiladeiro de Tal e fortificação de Balvantgad (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, pp. 14, 46, 197).

<sup>1356</sup> Alvará do vice-rei Jerónimo de Azevedo datado de 21 de Fevereiro de 1613, *Livro de Alvarás nº 3*, fls. (?), HAG, pub in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara, vol. IV, fasc. VI, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 920-921.

<sup>1357</sup> Relação das fortificações da Província do Norte de Valentim Correia datada de 17 de Novembro de 1634, *Livro das Monções nº 19-D*, Ms. 25, fls. 65-70, HAG.

*propósito que o outro*”<sup>1358</sup>. Não foi possível determinar se esta tranqueira Seiscentista de Saibana Nova foi implantada no mesmo sítio onde no século XVIII viria a ser edificada uma nova fortificação de pedra e cal – também designada por Saibana Nova – ou se se situava mais a leste e próximo da localização actual da aldeia de Chandipo (Chandip).

Seja como for, a tranqueira de Saibana Nova seria uma típica fortificação em materiais perecíveis como tantas outras na PN:

“[H]uma cerca de estacas, por fora espinhos com humas guaritas de taboa; da banda de fora tem huma povoação da gente da mesma tranqueira; e dentro della outra, tudo de palha e olla tão junta que hum tisão basta pera queimar tudo; porque as parede são de varas e o payol em que estão as munições do mesmo.”<sup>1359</sup>

Esta fortificação passou a ser o principal posto do capitão do “*Campo de Baçaim*”, que comandava normalmente meio milhar de peões indianos - entre “*frecheiros, rodeleiros*” e espingardeiros - e cerca de uma vintena de soldados europeus<sup>1360</sup>. A sua morfologia foi descrita como uma “*forma oblonga*”, com três “*reductos, tão mal dispostos, que a todos se pode chegar, e pôr fogo sem se flanquiar*”<sup>1361</sup>.

A partir de 1670, com o início da vizinhança marata ao longo do sertão de Baçaim, houve necessidade de investir nas tranqueiras e guarnições das praganas de terra firme, acostumadas à ameaça menor da guerrilha dos Coles<sup>1362</sup>. Durante o triénio de José de Melo e Castro (1677-1679), este capitão do Campo assistia tanto em Saibana Nova como na recém-edificada tranqueira de Carolly (Karivli), nos arredores da cidade de Biundi (Bhiwandi) ou na torre de Firinguipará (Kharbay)<sup>1363</sup>. Por seu turno, os maratas haviam fortificado a posição de Gontará (Gumtara), aproximadamente a 8 km para sudeste de Saibana Velha (Saivan)<sup>1364</sup>.

Na conjuntura da nova ameaça marata, o capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira recomendava a edificação de uma “*boa atalaya de pedra e qal*” num sítio perto da tranqueira de

---

<sup>1358</sup> Carta do vice-rei Miguel de Noronha conde de Linhares datada de 8 de Fevereiro de 1635, *Livro das Monções nº 19-B*, Ms. 23, fls. 65-70, HAG; Carta régia datada de 30 de Janeiro de 1636, *DRILM*, liv. 36, fl. 95, nº 26, IAN/TT; Carta do vice-rei Pêro da Silva datada de 3 de Março de 1636, *DRILM*, liv. 37, fl. 51, nº 26, IAN/TT.

<sup>1359</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 18 de Julho de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fls. 35-36v, BACL.

<sup>1360</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 18 de Julho de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fls. 35-36v, BACL; Cartas do vice-rei António Telles datadas de 9 de Maio de 1640, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 1*, Ms. 1249, fl. 5, HAG.

<sup>1361</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tisuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 31.

<sup>1362</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 18 de Julho de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fls. 35-36v, BACL.

<sup>1363</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 3 de Dezembro de 1677, *Série Azul*, Ms. 496, fl. 4, BACL.

<sup>1364</sup> Carta do capitão José de Melo e Castro datada de 20 de Outubro de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fl. 313v, BACL; Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 3 de Dezembro de 1677, *Série Azul*, Ms. 496, fl. 6, BACL.

Saibana Nova e mais próxima ao Rio Tansa, “*com seu fosso, que molhe o rio*”, não apenas para se poder melhor socorrer de Baçaim mas também para evitar o encargo anual que os foreiros faziam com a “*reforma da dita tranqueira*”<sup>1365</sup>. Aparentemente, esta ideia não teve então seguimento no terreno.

Com a invasão de Sambhaji em 1683-1684, a tranqueira terá sido mais uma vez queimada e posteriormente refeita<sup>1366</sup>. Após esse conflito, a lotação da gente das tranqueiras sob o capitão-mor do Campo de Baçaim foi reduzida para trezentos homens, mas tendo-se aumentado drasticamente a proporção de espingardeiros<sup>1367</sup>



Fig. 219. Vista da região de Salcete, pormenor de Saibana Nova (Barth, *An Elevated View...*, 1803, BL)

Na primeira década de Setecentos, numa das poucas iniciativas defensivas de vulto na raia do distrito de Baçaim durante o período relativamente pacífico de 1688-1718, decidiu-se substituir a tranqueira de Saibana Nova por uma fortificação integralmente de pedra e cal. O projecto da nova posição foi atribuído ao engenheiro-mor Pires de Rebouça, incumbido de desenhar uma fortificação com baluartes em materiais perenes, substituindo as estacadas e “*guaritas*” de madeira<sup>1368</sup>. Como já

---

<sup>1365</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 18 de Julho de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fls. 35-36v, BACL.

<sup>1366</sup> Assentos do Conselho da fazenda datados de 25 de Junho e 2 de Julho de 1686, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fl. 135v, 136, 136v, HAG; Regimento para Francisco da Silva Ferrão, capitam-mor do campo de Baçaim e Tranqueira de Saibana e aos mais que lhe sucederem, datado de 14 de Abril de 1686, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fls. 17v-18v, HAG.

<sup>1367</sup> Já em 1695, o seu número foi ainda reduzido para *trinta soldados brancos e cento e cinquenta espingardeiros pretos* (Assento do Conselho da fazenda datado de 8 de Abril de 1684, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fl. 37v, 38, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 6 de Maio de 1694, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 16*, Ms. 1174, fls. 154, 155v, HAG).

<sup>1368</sup> Carta do vice-rei D. Rodrigo da Costa datada de 20 de Janeiro de 1712, fl. 4v, *Livro dos Segredos nº 2*, HAG (Microfilme da Filmoteca Ultramarina Portuguesa, Ficheiro 28, Gaveta 1, Divisão 12, Doc. 3/1); Carta do vice-rei Vasco César Meneses datada de 30 de Janeiro de 1713, *Livro dos Segredos nº 2*, fl. 33v, HAG (Microfilme da Filmoteca Ultramarina Portuguesa, Ficheiro 28, Gaveta 1, Divisão 12, Doc. 14/1); Carta do vice-rei Vasco de César Meneses datada de 24 de Março de 1715, *Livro dos Segredos nº 2*, fl. 83v, HAG (Microfilme da Filmoteca Ultramarina Portuguesa,



ficou dito, não foi possível confirmar se o local desta nova estrutura coincidiu com o da posição pré-existente ou se foi implantado um ou dois quilómetros mais para oeste - mas herdou o nome dessa tranqueira.

As obras terão decorrido a um ritmo lento, sendo que em 1728, quando criticou o projecto, André Ribeiro Coutinho ainda descreveu uma tranqueira e não uma estrutura nova em edificação, recomendando também a construção de uma nova fortificação no “*candê*” de Parol, cerca de 5,1 km a leste de Mandvi<sup>1369</sup>.

Os trabalhos foram interrompidas pela guerra luso-marata de 1730-1732, período de ocupação pelas tropas indianas. Suponho que a maior parte dos trabalhos na obra de Saibana Nova tenha decorrido entre 1732 e 1737, ano em que a fortificação “*já era defensável com quatro baluartes, e fez muito boa defença*” face à nova invasão marata, tendo-se rendido em Maio desse ano “*por falta de muniçoens, não sendo possível que de Baçaim fosse socorrido pello cerco que experimentava*”<sup>1370</sup>.



Fig. 220. Sítio e ruínas da fortificação (© Mendiratta, 2010)

---

Ficheiro 28, Gaveta 1, Divisão 12, Doc. 34/1); Carta do vice-rei Vasco César de Meneses datada de 19 de Março de 1716, *Livro do Norte nº 2*, Ms. 1377, fl. 20v, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 21 de Fevereiro de 1715, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 18*, Ms. 1177, fl. 170v.

<sup>1369</sup> Parol, coordenadas: 19°27'34"N, 72°56'44"E. V. *infra*, 3.4.2 “Distrito de Baçaim”, pp. 552-566 (COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 32, 55, 56).

<sup>1370</sup> Saibana Nova foi conquistada pelos maratas a 13 Maio de 1737, com a rendição do seu último capitão português, José de Miranda (*Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fls. 282-286v; HAG; Ms. 6-17, vol. B, fls. 98-159, BPADE).



As ruínas da fortificação dispõem-se em forma de rectângulo com 71 m de comprimento e 23,5 m de largura, junto a uma pequena lagoa. Nos seus vértices noroeste e sudoeste vêem-se as ruínas de bastiões hexagonais, que poderão corresponder a uma reconstrução marata pós-1737. No vértice nordeste, os alinhamentos sugerem um baluarte angular, situação análoga no vértice sudeste. Existiam duas portas, em posições centrais nos flancos norte e sul. Ao longo de todo o comprimento dos flancos oeste e leste, apóe-se as “*caixas*”, elementos que provavelmente suportavam um parapeito em madeira, visto não existir qualquer indício de banquetas em pedra.

Curiosamente, ainda se notam algumas pedras esculpidas com motivos hindus inseridas nos muros da fortificação ou deles recentemente retiradas. Estas provêm provavelmente do conjunto de estruturas sagradas hindus situadas em redor da aldeia de Parol<sup>1371</sup>.



Fig. 221. Pedras com motivos decorativos embutidas nas muralhas (© Raut, 2008)

---

<sup>1371</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, p. 297

### 3.3.12. Serra Nilá (Nildongri)

19°25'25"N, 72°48'49"E

As primeiras notícias acerca desta posição, implantada sobre uma pequena colina 10 km a norte de Baçaim e muito próximo do local da aldeia e ponte de Sopará (Nallasopara), datam do século XVIII e provêm, novamente, da pena de André Ribeiro Coutinho. Começando por dizer que a elevação se fortificara “*sem assistencia de engenheiro*”, o militar criticou os seus “*dous pequenos baluartes*”, nos quais eram incapazes de “*laborar uma peça de quatro libras com guarnição de seis soldados*”. Para além deste defeito, as obras tinham estancado a meio, ficando as suas muralhas “*imperfeitas e incapazes*”. Coutinho recomendou a completa demolição das estruturas, à excepção de um “*baluarte destacado do dito forte*”. Para essa solitária posição se deviam destacar dez soldados, “*ficando com a serventia e utilidade de atalayar aquella larga campina*”<sup>1372</sup>.

Não foi possível comprovar o estado das ruínas da fortificação, ainda bem visíveis em finais de Oitocentos<sup>1373</sup>.



Fig. 222. Vista da região de Salcete, pormenor de Nilá, à direita e junto da fortificação maior em Jindama, flutuando a bandeira branca (Barth, *An Elevated View...*, 1803, BL)

---

<sup>1372</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tisuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 32, 54.

<sup>1373</sup> Apenas se conhece uma representação, muito esquemática, da fortificação de Nilá: BARTH, J. S., *An elevated view of the Islands of Bombay and Salsette, with the surrounding country*, Robert Cribb (ed.), London, 1803 (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thane: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, pp. 328, 339, 417).

### 3.3.13. Cambá (Kambhe)

19°18'47"N, 73°02'13"E

As origens desta estrutura defensiva, situada 23,4 km a leste de Baçaim e já no extremo do sertão da PN, são quase tão elusivas como os seus vestígios arqueológicos. As primeiras referências parecem datar do período de 1670-1676, quando os maratas consolidaram a sua conquista das terras em redor da PN. Nessa conjuntura, ocuparam e fortificaram a montanha de Gontará (Gumatara), sensivelmente equidistante entre Cambá e Saibana Velha (Saivan) e na cordilheira que delimitava a extensão da PN para leste, fronteira com o reino dos Coles<sup>1374</sup>.

Uma década mais tarde, os exércitos de Sambhaji tomavam facilmente a posição de Cambá – provavelmente uma torre rodeada por uma estacada<sup>1375</sup>. Não sabemos se terão também expandido as suas defesas nesse intervalo, mas entre esse conflito e 1728 certamente terão havido algumas intervenções em Cambá, visto que nesse ano os maratas tiveram de cercar a fortificação, travando-se um aceso combate e impedindo-se uma tentativa de escalada<sup>1376</sup>. Ainda assim, André Ribeiro Coutinho não mencionou esta fortificação no seu relatório datado do mesmo ano, afirmando antes que a praga de Caimão era “*toda aberta*” face às ameaças de terra firme<sup>1377</sup>.

Cambá foi novamente conquistada em Junho de 1730 pelo capitão Pilaji Jadhav. Reconquistada pelo Estado em 1732, a fortificação caiu definitivamente em mão dos maratas em Abril de 1737, aparentemente sem resistência<sup>1378</sup>. Após esse momento, não terá sido reaproveitada enquanto fortificação.

Uma lacónica referência de finais de Oitocentos assinala dois bastiões entre as ruínas da estrutura<sup>1379</sup>. Não foi possível comprovar os alinhamentos da fortificação de Cambá a partir dos seus ténues vestígios arqueológicos, permitindo-nos apenas assinalar o seu local de implantação.

---

<sup>1374</sup> Cartas do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datadas de 18 e 20 de Outubro de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 311, 311v, 313v, BACL; Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 6 de Dezembro de 1677, *Série Azul*, Ms. 496, fl. 32, BACL.

<sup>1375</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Sambaji”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 3, Bastorá, Tipografia Rangel, 1928, p. 66.

<sup>1376</sup> Memórias militares do Estado da Índia pertencentes ao ano de 1728, *Cod. 51-VII-16*, fl. 31v, BA.

<sup>1377</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 32, 54.

<sup>1378</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “A campanha Luso-marata de Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 52, Bastorá, Tipografia Rangel, 1942, pp. 79, 80; Cartas do vice-rei Saldanha da Gama datadas de 30 de Abril, 20 de Agosto e 24 e 28 de Outubro de 1731, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fls. 131, 128, 128v, 138v, 139, HAG.

<sup>1379</sup> Apenas se conhece uma representação da fortificação de Cambá: BARTH, J. S., *An elevated view of the Islands of Bombay and Salsette, with the surrounding country*, Robert Cribb (ed.), London, 1803 (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, Bombay, *Thana: places of interest*, Government Central Press, 1887, p. 50).

### 3.3.14. Aguada de Dongrim (Dongri)

19°18'33"N, 72°47'34"E

A importância estratégica do monte de Dongrim, implantado aproximadamente 2,8 km a sul das muralhas de Baçaim e na margem sul do Rio de Gorbandel ficou cedo estabelecida para os portugueses. Para além de ser um local privilegiado para controlo da barra do rio, dos dois ou três poços no sopé da elevação se retirava a melhor água potável nas redondezas, enviada para as casas da capital da PN em vasilhas e vendida às embarcações ancoradas ao na barra. Daqui derivou a designação mais comum do local na documentação coeva: Aguada. Também das encostas da serra se extraía o célebre granito de Baçaim, exportado para vários locais do Estado da Índia. Talvez atraídos por estes interesses económicos, os jesuítas tornaram-se proprietários da aldeia de Dongrim na primeira década do século XVII, tendo aí fundado a igreja de Nossa Senhora de Belém em 1613<sup>1380</sup>.

Apesar desses factores e das ameaças das embarcações dos corsários malabares, a opção de se fortificar Dongrim não foi abordada pelo Estado até à segunda década de Seiscentos, no contexto do conflito com os rivais europeus. Numa missiva de 1616, o vice-rei Jerónimo de Azevedo recomendou a fortificação de várias barras e baías da PN, incluindo Dongrim<sup>1381</sup>. Baçaim vivia então no receio de ataque e bloqueio de holandeses ou ingleses, à semelhança de tantas outras cidades do Estado da Índia. Por conseguinte, e após o ataque anglo-holandês a Bombaim, o senado de Baçaim escreveu ao Conselho da Fazenda em Goa no sentido de se iniciarem as obras em Dongrim<sup>1382</sup>.

Mas estas terão apenas começado em 1634, após a visita do engenheiro Manuel Homem de Pina à PN. Pela clareza da sua informação, transcrevemos aqui a memória descritiva do projecto do dito engenheiro:

*“Apontamentos das obras que se hão de fazer no forte de Aguada de Baçaim. Entrando a barra, antes de chegar à restinga grande defronte do canal de entrada, ao pé da serra [de Dongrim], e*

---

<sup>1380</sup> Conforme atesta uma data inscrita na fachada principal da igreja de Nossa Senhora de Belém de Dongrim.

<sup>1381</sup> Carta do vice-rei Jerónimo de Azevedo datada de 28 de Dezembro de 1616, *Livro das Monções nº 12*, Ms. 13, fl. 299, HAG.

<sup>1382</sup> Em 1619, protelava-se o início das obras em Dongrim, apesar do projecto defensivo ser considerado “*bastante necessário*” (Carta do vice-rei João Coutinho datada de 7 de Fevereiro de 1619, *DRILM*, António Bulhão Pato (ed.), tom. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, pp. 268-269). No ano imediato, a metrópole autorizou a realização desta obra (Carta régia datada de 5 de Março de 1620, *DRILM*, Silva Rego (ed.), vol. VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1974, pp. 365-366). Contudo, a empreitada ainda não tinha sido encetada em 1621, ostensivamente por falta de verbas (Carta do governador Fernão de Albuquerque datada de 10 de Fevereiro de 1621, *DRILM*, Silva Rego (ed.), vol. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1975, p.149). Voltou-se a insistir na metrópole aquando da partida do novo vice-rei Francisco da Gama, em 1622 (Carta régia datada de 8 de Fevereiro de 1622, *DRILM*, Silva Rego (ed.), vol. VIII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1977, pp. 360-361; Carta do Senado de Baçaim ao Conselho da Fazenda, datada de 23 de Dezembro de 1626, *Índia*, cx. 15, doc. 169, AHU).

*juntos a ela estão dois penedos quase místicos sobre os quais se há de fazer a couraça em que joguem seis peças de artilharia, ou as que lhes puserem.*

*A frente desta couraça há de ter de comprido doze braças de dez palmos [26,4 m] com o través que fica para a parte de Aguada há de ter de largo sete braças de dez palmos [15,4 m]. O través que fica para a parte do mar terá de largo três braças de dez palmos [6,6 m].*

*A entrada deste forte será pela parte da Aguada, fazendo-lhe sua subida encostada à mesma serra. Os penedos sobre que se há de fazer a dita esplanada se cortarão ao redor, e lavrarão de modo que fiquem como paredes. E no intervalo que há de um ao outro que é distancia de quatro braças [8,8 m] pouco mais ou menos, se fará de parede forte de modo que não se arruíne com a bateria que lhe faz o mar nas preia-mares que só a esse tempo lhe chega.*

*Subindo desta couraça ao alto da serra se fará uma estrada entre duas paredes de alto de quinze palmos [3,3 m] até chegar à dita ermida e na qual se fará uma casa forte para dela se defender o alto daquela serra não ofendam dela a que estiver na dita fortaleza. E que na couraça se façam ao pé da serra casas para recolhimento do capitão e alguns soldados, e nos baixos das ditas casas se farão recolhimentos para no inverno se recolherem as peças da artilharia por lha não apodrecer os reparos.*

*Esta é a forma por que se há de fazer esta obra para ficar como convém.”<sup>1383</sup>*

Deste texto, para além das dimensões da couraça, ficamos a saber que já existia uma ermida no topo da elevação a sul da margem do rio, mas não se especificam as características básicas da “*casa-forte*” para a envolver e fortificar. Contudo, meia dúzia de anos após o início dos trabalhos, as próprias obras nos “*penedos*” do baluarte ribeirinho tinham provocado alterações no leito do rio, desviando os bancos de areia no meio da barra. Se antes, estes obstáculos impeliavam as embarcações a passarem perto de Dongrim, com as perturbações das obras acabaram por alargar o canal fluvial, pelo que a artilharia do baluarte já não era capaz de varrer eficazmente a barra<sup>1384</sup>.

Esta constatação atrasou ainda mais as obras, embora se tenha nomeado um capitão para a posição em 1641<sup>1385</sup>. Continuaram assim os trabalhos na posição cavaleira ao baluarte ribeirinho e nas linhas paralelas de cortinas para unir os dois pólos - cujas cotas diferenciavam cerca de 70 m, distando em planta outros 80 m – embora não tenha localizado informações concretas sobre o seu andamento. Já

---

<sup>1383</sup> Apontamentos das obras que se hão de fazer no forte de Aguada de Baçaim por Manuel Homem de Pina datado de 25 de Março de 1634, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.

<sup>1384</sup> Em 1637, o “*baluarte novo na barra*” de Aguada de Dongrim estava a ser edificado, com verbas geradas localmente (Carta do vice-rei Pêro da Silva datada de 2 de Dezembro de 1637, *DRILM*, liv. 42, fls. 29-29v, nº 30, IAN/TT; Carta do vice-rei João de Meneses datada de 12 de Julho de 1641, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 1*, Ms. 1249, fls. 33v-34v, HAG).

<sup>1385</sup> O capitão provido era Luis de Melo de Sampaio (Carta do vice-rei João de Meneses datada de 6 de Agosto de 1641, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 1*, Ms. 1249, fl. 39, 39v, HAG).



no século XVIII, e na visão crítica de Ribeiro Coutinho, sintetizava-se deste modo o malogrado projecto defensivo:

*“Vossa Excelência [o vice-rei Pedro de Mascarenhas] me ordena lhe dê informação sobre a que já tem da imperfeita fortaleza da Aguada na Barra desta cidade e [o] que posso dizer he que como o curço das águas mudou há annos um banco de areia da dita barra e o encostou à principiada fortaleza da Aguada, lhe inutilizou o mayor objecto da suas offenças, alongando o canal da dita Barra a tal distância que pouco ou nenhum dano recebem já hoje della as embarcações de alto bordo; e as galvetas do Angriá e Sedy ordinariamente tomam uma rocha que em meyo da água está ao Norte da dita barra, onde se achão muitos sinaes e fragmentos de seus diabólicos sacrificios. E nesta rocha he que se deve fazer hum forte, do qual crusando os tiros com os da bateria baixa da Aguada ficará fechada a barra athé a uma almadia. E não é cousa esta que eu perdera de vista, havendo dinheiro que subeje das importantíssimas obras de Tannâ, Saibana e Mahim.”*<sup>1386</sup>



Fig. 223 e 224. Mapa da região de Salcete, pormenor mostrando a zona e fortificação de Dongrim; Vista da região de Salcete, pormenor de Baçaim e Dongrim (*Mostrador...*, 1737-1738, SGL; Barth, *An Elevated View...*, 1803, BL)

Apesar das incongruências da estrutura defensiva, esta foi palco de duras batalhas durante a guerra luso-marata de 1737-1739, altura em que os portugueses esforçaram-se por manter testas-de-ponte na ilha de Salcete, ocupada logo nas primeiras horas desse conflito. A posição foi apenas evacuada em Fevereiro de 1739 por determinação de Goa, tendo-se transferido a sua artilharia para a capital da PN<sup>1387</sup>.

Durante o período marata e no início da administração britânica, a fortificação de Dongrim foi extensamente intervencionada, pelo que dificilmente se poderá discernir actualmente quais as

<sup>1386</sup> Relatório de André Ribeiro Coutinho datado de 6 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 643–651v, HAG.

<sup>1387</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas. Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 10, Bastorá, Tipografia Rangel, 1931, pp. 43, 48, 49; PISSURLENCAR, Panduranga, “A campanha Luso-marata de Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 52, Bastorá, Tipografia Rangel, 1942, pp. 85, 86.

alvenarias e alinhamentos de origem portuguesa<sup>1388</sup>. Ainda assim, pelo menos as duas cortinas paralelas que descem da elevação até à cota da posição ribeirinha aparentam corresponder àquelas iniciadas em 1634 e ainda inacabadas em 1737, conforme atesta um documento iconográfico<sup>1389</sup>. No topo da elevação de Dongrim, os vestígios de fortificações são muito ténues, dadas obras de demolição recentes.



Fig. 225. Sítio da fortificação de Dongrim (© BBB, 2007)



Fig. 226. Muralha da couraça (© BBB, 2007)

---

<sup>1388</sup> O polaco Hove notou que os ingleses tinham completado o baluarte ribeirinho após a ocupação da ilha de Salcete em 1774 (Hove, A. P., *Tours for scientific and economical research made in Guzerat, Kattiawar, and the Conkuns* [1787-1788], Bombaim, 1855, p. 15).

<sup>1389</sup> “Mostrador da parte da Costa do N. da Barra de Bombaim athé a de Baçaim, em que comprehende a ilha de Salcete...”, (s.l.), (s.d), [1738], 6-D-17, SGL.



### 3.3.15. Casa senhorial de Gorbandel (Ghodbandar)

19°17'45"N, 72°43'17"E

Até prova em contrário, os vestígios arqueológicos em Gorbandel representam a mais imponente e desenvolvida casa senhorial de toda a PN. Efectivamente, quando comparada com Sirgão (Shirgaon) ou Quelme (Kelwa) ou com aquilo que sabemos de Bombaim, Mazagão (Mazgaon) ou Germal (Ghormal), constata-se o requinte e ostentação do investimento dos foreiros de Gorbandel na arquitectura da sua residência rural. Ainda que as dependências de Sirgão (Shirgaon) possam ter sido mais extensas, não detinham a magnificência e unidade da casa de Gorbandel. Apenas a já descrita casa senhorial fortificada de Quelme (Kelwa) tenha talvez rivalizado com Gorbandel em termos de qualidade arquitectónica.

Localizada na margem sul do rio de Gorbandel e numa das zonas mais seguras de toda a orla costeira da ilha de Salcete, apenas 8 km a leste de Baçaim, Uma das primeiras referências à importância de Gorbandel e seu comércio data de 1614, altura em que o vice-rei Jerónimo de Azevedo decretou um embargo às movimentações do seu cais por suspeitas de tráfico ilícito por parte do seu senhorio no contexto da guerra com as potências vizinhas<sup>1390</sup>.



Fig. 227, 228 e 229. Vista de Gorbandel, pormenor; Mapa da região de Salcete, pormenor mostrando a zona de Gorbandel; Vista da região de Salcete, pormenor da zona de Gorbandel e ilha de Juá (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE; *Mostrador...*, 1737-1738, SGL; Barth, *An Elevated View...*, 1803, BL

A casa senhorial está estreitamente ligada ao nome do foreiro Martim Afonso de Melo<sup>1391</sup>. Na segunda metade de Seiscentos, este fidalgo era capitão de uma das companhias da guarnição de Baçaim e seu filho João proprietário das “*melhores cazas*” na mesma cidade, onde o general da PN

<sup>1390</sup> Alvará do vice-rei Jerónimo de Azevedo datado de 2 de Março de 1614, *Livro de Alvarás nº 3*, fl. 163, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. VI, pt. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 1024, 1025.

<sup>1391</sup> Terá Martim Afonso sido descendente de Gaspar de Melo Pereira, capitão de Baçaim e filho de Manuel de Melo Pereira, capitão de Damão no século XVI, ambos foreiros da aldeia Gorai na ilha de Salcete? ou de Martim Afonso de Melo, capitão de Baçaim entre 1568 e 1574? (Cf. TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu Território: Política e Economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010, pp. 310, 311).

Manuel Lobo da Silveira fez poiso à sua chegada ao norte, em 1677<sup>1392</sup>. Terão sido seguramente os seus ascendentes a iniciar a casa senhorial.

Permanece em aberto a natureza e extensão da fortificação da casa de Gorbandel. Para além da sua localização estratégica, sob uma pequena elevação escarpada dos lados sul e oeste, não se pôde confirmar no local ou nas fontes histórica a existência de qualquer baluarte, bastião ou plataforma de tiro ribeirinha. Ao longo dos muros da propriedade, e apesar da sua altura e considerável espessura em certas secções, não se observou qualquer vestígio de parapeitos. Contudo, afigura-se improvável que um fidalgo da qualidade e com as posses de Martim Afonso de Melo se pudesse dar ao luxo de descuidar a matéria da defesa da sua casa senhorial. Apesar da relativa segurança do curso fluvial entre Baçaim e Taná (Thane), este não era estanque a raides de embarcações malabares, holandesas e mesmo maratas, a partir da segunda metade do século XVII.

Tanto assim que no ano de 1672, algumas embarcações vindas de Galiana (Kalyan) atacaram a casa senhorial. As informações colhidas sobre esta acção são escassas mas asseveram que o foreiro rechaçou o ataque<sup>1393</sup>. Com probabilidade, esta defesa só terá sido possível graças à combinação de artilharia de embarcações portuguesas e de posições de tiro ribeirinhas assestadas no cais da casa senhorial. A escolha da casa senhorial como alvo desta acção marata também aponta para a sua importância económica e estratégica.

Gorbandel foi conquistada pelos maratas a 6 de Abril de 1737, tornado-se uma das principais bases para a sua campanha contra a PN.

As ruínas da casa senhorial propriamente dita dispõem-se em forma de “U”, abarcando um pátio rectangular com cerca de 18,3 m por 21 m. No lado desobstruído do pátio, a oeste, irrompe parte do maciço rochoso que conduz à cota mais elevada da colina da antiga propriedade, onde domina um bastião cilíndrico. Este foi seguramente edificado pouco depois de Abril de 1737 e no local de uma torre preexistente. De facto, este ainda é o local mais propício à observação de embarcações vindas da barra de Baçaim e também de uma ampla extensão de planície em redor.

Nos flancos leste e norte da casa abriam-se amplas arcadas, de escala e monumentalidade conventual. No flanco leste, defronte desta arcada, dispunha-se um escadório que conduzia ao acesso principal da casa. Um precioso documento iconográfico britânico, de meados de Oitocentos, indica que este flanco tinha dois pisos, sendo que no superior rasgavam-se amplas janelas com arcos de volta perfeita, eventualmente revestidas com painéis de carepas. Os outros dois flancos do “U”, a

---

<sup>1392</sup> Carta do capitão de Baçaim Luís de Sousa datada de 29 de Março de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fl. 178, BACL.

<sup>1393</sup> O ataque foi liderado pelo general Moropant Pingle (DUFF, Grant, *A History of the Mahrattas*, vol. I, Londres, Longman, Rees, Orme, Brown and Green, 1826, p. 237; DIGHE, V. G., *Peshwa Bajirao I: Maratha Expansion*, Bombay, Karnatak Publishing House, 1944, p. 157).



sul e norte, tinham apenas um piso. A fachada leste da casa senhorial é comparável àquelas ainda visíveis em duas estruturas na antiga praça do pelourinho em Baçaim, identificadas como o senado da cidade e o “palácio” do general da PN<sup>1394</sup>.



Fig. 230. Vista de Gorbandel, pormenor da fachada principal da casa senhorial (Postans, 1843, BL)



Fig. 231. Ruínas da fachada principal da casa senhorial (© W. Rossa, 2007)

---

<sup>1394</sup> ROSSA, Walter, “Baçaim, sete alegações para uma aproximação ao espaço físico”, *Os Espaços de um Império: estudos*, Mafalda Soares da Cunha (coord.), Porto, CNCDP, 1999, pp. 104-123.



A arcada do flanco norte abria para a um extenso quintal, onde se destacava um formoso tanque de rega. O terreno estendia-se até ao rio, a uma cota bastante menor, articulando-se a diferenças de cota através de socalcos. Junto ao rio, existiam outras estruturas e um considerável cais, conforme ainda evidenciam significativos vestígios.



Fig. 232. Arcada do flanco norte (© W. Rossa, 2007)

Para além da aguarela britânica Oitocentista referida, existe outra representação da casa senhorial de Gorbandel proveniente de Pedro Barreto de Resende. Nessa imagem destaca-se o escadório que conduz a uma entrada monumentalizada e aquilo que aparenta ser a volumetria de uma torre, implantada numa zona central da fachada principal. Para além da torre, todo o restante conjunto apresenta apenas um piso, pelo que sugiro que o segundo piso do flanco leste patente na aguarela britânica resulte de um acrescento efectuado após 1635 e talvez já no século XVIII. Isto ajudaria a explicar a aparência relativamente moderna das suas amplas aberturas.

Para além do reaproveitamento marata entre 1737 e 1774 e de um breve período de guarnecimento militar britânico nos dois ou três anos subsequentes, não se localizaram informações sobre o período colonial inglês, embora a referida representação oitocentista sugira que a casa estivesse nessa altura ainda em razoável estado de conservação e as suas alvenarias caiadas.





Fig. 233. Vista do pátio (© BBB, 2007)



Fig. 234. Arcada do flanco norte durante obras de reconstrução (© Mendiratta, 2010)

### 3.3.16. Pareica (Parsik)

19°12'34"N, 73°00'58"E

Esta fortificação situava-se na pragana de Cairena, terra firme defronte da ilha de Salcete, e implantava-se num cotovelo de Rio de Biundi (Bhiwandi), 25 km para sudeste de Baçaim. As referências a esta fortificação entre a documentação portuguesa coeva são deveras escassas, tornando-se muito difícil alcançar os dados básicos relativamente à sua história. Na aldeia homónima, existia um passo fluvial em direcção à aldeia de Divem (Anjurdive), na pragana de Anjor.

Para além de menções relativas ao aforamento da aldeia de Pareica, uma das primeiras passagens acerca da sua importância defensiva surge com o relato de António Bocarro sobre a guerra de 1612-1615, durante a qual o capitão Rui Freire de Andrade mandou construir uma “*tranqueira defronte de Pareica, que é à entradas dos rios de Galiana*”, onde se aprestou alguma artilharia<sup>1395</sup>. Não sabemos se Bocarro tinha em mente o local a norte da aldeia e onde de facto veio a surgir a fortificação de Pareica ou o sítio defronte da aldeia para oeste, e na outra margem do Rio de Taná (Thane), onde viria a surgir a estrutura de São Jerónimo<sup>1396</sup>.

Partindo da primeira hipótese, a estrutura defensiva de Pareica visava controlar e impedir a navegação inimiga no dito cotovelo do rio de Biundi (Bhiwandi) e vigiar e protelar a movimentação de exércitos entre o dito rio e a abrupta cordilheira de Murumba. Contudo, mantendo esta hipótese, a tranqueira provavelmente não foi mantida e guarnecida pelo Estado após o dito conflito, visto que apenas surge novamente referenciada oito décadas mais tarde. Recorde-se que a responsabilidade da defesa da pragana Cairena recaía, até 1681, exclusivamente sobre o clã marata Patkar sedado em Belaflor do Sabaio (Belapur).

Durante campanha de Sambhaji iniciada em 1683, alude-se à presença de um capitão em Pareica<sup>1397</sup>, posto que aparentemente se manteve continuamente provido até a queda da PN<sup>1398</sup>. Meio século mais tarde, durante a guerra luso-marata de 1730-1732, “*o forte de Parssica*” resistiu a um cerco prolongado, fazendo-se posteriormente obras para o “*conçerto*” dos seus “*beluartes e cazas*”. Já em 1734, o feitor de Baçaim ordenou o “*cubrimento*” da fortificação, não se especificando com

---

<sup>1395</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, vol. I, 1876, pp. 59, 60.

<sup>1396</sup> V. *supra*, 3.2.1. “Taná (Thane)”, pp. 297-318.

<sup>1397</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Sambaji”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 3, Bastorá, Tipografia Rangel, 1928, p. 66.

<sup>1398</sup> Carta do vice-rei António da Câmara Coutinho, datada de Março de 1699, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 3*, Ms. 1251, fls. 6v-7, HAG.



que materiais. A derradeira referência portuguesa à posição dá conta que havia sido conquistada pelo capitão marata Narayana Joshi escassas horas após a queda de Taná (Thane), em Abril de 1737<sup>1399</sup>.

A única representação portuguesa que conheço da posição mostra uma estrutura com posições de artilharia de forma indeterminada, implantada à cota ribeirinha, no sopé de uma elevação. Numa posição mais elevada e algo afastado da couraça, representa-se uma torre de dois pisos e coberta por um telhado. Não se sugere qualquer elemento de ligação entre as duas posições.

Em inícios do século XIX, os vestígios da fortificação de origem portuguesa – talvez com intervenções maratas – ainda constituíam um considerável conjunto arruinado, descrito pelo capitão de artilharia Thomas Dickenson. No âmbito da ocupação britânica da posição, a torre à cota elevada estava aproximadamente 165 m afastada para sul do pólo ribeirinho. Este implantava-se a cerca de 7 m acima do nível da água e formava um recinto fortificado com uma couraça ao longo do rio e outros dois ou três flancos. Enquanto que a espessura dos muros destes flancos não ultrapassava 1 m, a plataforma ao longo do rio apresentava seis canhoes e um exíguo parapeito. No interior do recinto havia um poço<sup>1400</sup>.

Actualmente, na elevação onde provavelmente se implantava a torre cavaleira, existe um conjunto de numerosas edificações do período colonial britânico, a maior parte das quais abandonadas. Este complexo é sensivelmente contemporâneo com a abertura do grupo de túneis ferroviários de Pareica, entre cerca de 1870 e 1916. À cota inferior, existe um muro que poderá ser o único ténue vestígio da couraça portuguesa, muito perto da estrada que contorna o local.



Fig. 235. Mapa da região de Salcete, pormenor da zona de Pareica (*Mostrador...*, 1737-1738, SGL)

<sup>1399</sup> Assentos do Conselho da Fazenda datados de 9 de Janeiro, 6 de Março e 23 de Agosto de 1731 e de 18 de Fevereiro de 1734, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fls. 178, 182v, 192v, 193, 269, HAG; Carta do vice-rei Saldanha da Gama datada de 9 de Janeiro de 1732, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, HAG, fl. 146v; Carta do vice-rei Francisco Mascarenhas datada de 25 de Janeiro de 1738, *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fl. 214, HAG; PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1931, pp. 30-32; PISSURLENCAR, Panduranga, “A campanha Luso-marata de Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 52, Bastorá, Tipografia Rangel, 1942, p. 86, nota 69.

<sup>1400</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thane: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, p. 298.

### 3.3.17. Igreja fortificada de Arengal

19°09'46"N, 72°47'03"E

Como quase todas as aldeias da costa ocidental da ilha de Salcete, a povoação de Arengal, a cerca de 18,7 km a sul de Baçaim, contava com uma comunidade de pescadores Kolis que terá sido maioritariamente convertida por missionários franciscanos na transição do século XVI para XVII, data da fundação da igreja de São Boaventura. Esta estrutura tornou-se sede de uma paróquia que por meados da década de 1720 incluía mais de quinhentos e cinquenta fregueses, dispersos por uma mão cheia de aldeias circundantes<sup>1401</sup>.

Com a ameaça omanita sobre a PN na segunda metade de Seiscentos, decidiu-se guarnecer a estrutura religiosa com seis soldados dada a sua localização sobre uma praia sem rochedos, propícia ao desembarque<sup>1402</sup>. Talvez nessa ocasião se tenha procedido a obras de reforço e adaptação dos seus muros para tiro de espingarda. Contudo, é provável que o aspecto militar da igreja já recuasse à sua fundação, numa altura em que se temiam os raides dos corsários malavares.



Fig. 236. Fachada da igreja e torre (© W. Rossa, 2007)

<sup>1401</sup> Meersman escreve que a igreja de São Boaventura de Arengal foi fundada em 1599, tendo os missionários obtido a posse desta aldeia algumas décadas antes. Esta resultou de uma doação régia, talvez no reinado de D. Sebastião, para sustento da casa franciscana de Manapacer (Mandapeshwar) (MEERSMAN, Achilles, *The ancient Franciscan provinces in India, 1500-1835*, Bangalore, Christian Literature Society Press, 1971, p. 205; Parecer do Conselho Ultramarino datado de 16 de Março de 1665, *Índia*, cx. 47, doc. 176, AHU; Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Goa e seus suffraganeos por Henrique Bravo de Moraes datado de 1726, *cod. 176* (microfilme F 2527), fl. 14, BNL; GOMES, Paulo Varela, “Erangal (Arengal)”, *Património de Origem Portuguesa no Mundo – Arquitectura e Urbanismo*, José Mattoso (ed.), Walter Rossa (ed.), vol. “Ásia e Oceânia”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 136).

<sup>1402</sup> MEERSMAN, Achilles, *The ancient Franciscan provinces in India, 1500-1835*, Bangalore, Christian Literature Society Press, 1971, p. 205.



Perante a escassez de dados históricos, atente-se nas alvenarias da igreja e ruínas das dependências anexas: sem dúvida que grande parte da aparência castrense do conjunto radica na torre justaposta ao frontispício da igreja, do seu lado norte. Trata-se de um volume destacado do corpo da igreja e que corresponde a uma obra de faseamento diferente – ou anterior ou posterior à edificação de São Boaventura. Se adoptarmos a primeira hipótese, então poderá tratar-se das ruínas da casa-torre do senhorio da aldeia anterior à vinda dos missionários, estrutura posteriormente integrada no conjunto religioso. Alguns indícios apontam de facto para a precocidade da dita torre, nomeadamente as ameias a rematar as suas alvenarias<sup>1403</sup>. Se a torre tivesse sido edificada pelos franciscanos em data posterior à igreja, ou seja, durante o século XVII, penso que dificilmente adoptariam tal solução. O recorte da janela no flanco oeste e os resquícios de um eventual contraforte também indiciam uma obra anterior á da igreja. Note-se ainda o desenho da porta voltada a sul, provavelmente uma abertura rasgada mais tarde pelos franciscanos para aceder ao interior da sua residência.



Fig. 237. Torre, pormenor (© Mendiratta, 2010)

---

<sup>1403</sup> Confirmarndo tratar-se de uma casa-torre, em Arengal teremos o único exemplo desse tipo de estrutura na PN onde as ameias ainda são visíveis. Em Portugal, empregavam-se nesta mesma altura ameias manuelinas de carácter decorativo nas torres solarengas (AZEVEDO, Carlos de, *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*, Lisboa, Livros Horizonte, 1969, pp. 23-27).

Assim, sugiro que a torre de Arengal e talvez as alvenarias do seu lado norte sejam as ruínas de uma casa-torre edificada seguramente antes de 1590 e possivelmente mesmo bastante antes. Infelizmente, não consegui localizar a data do primeiro aforamento da aldeia de Arengal nem o nome do seu primeiro senhorio. Com analogias a outras aldeias adquiridas pelas ordens missionárias onde já existiria uma casa senhorial – como Bandorá (Bandra) e talvez a Serra de Dongrim (Dongri) –, Arengal seria assim um curioso caso de reaproveitamento de uma casa-torre por uma das ordens missionárias<sup>1404</sup>.



Fig. 238. Interior do recinto murado a norte da igreja (© Mendiratta, 2010)

A própria igreja de São Boaventura também apresenta uma sobriedade e uma solidez de matiz defensiva. A sua fachada principal, com um tímpano acrescentado muito recentemente, ostenta apenas uma porta com singelas molduras de pedra de cantaria. Sobre a linha do tímpano, sem dúvida que avultava uma pronunciada empena e um telhado de grande declive, como em quase todas as igrejas franciscanas da PN<sup>1405</sup>. No flanco sul, abrem-se cinco esguias janelas bem acima da cota de soleira, e uma abertura talvez mais recente no volume da capela-mor. Ainda na volumetria

---

<sup>1404</sup> V. *infra*, 2.3.18 “Convento fortificado de Bandorá (Bandra)” pp. 498-501.

<sup>1405</sup> Registe-se o facto de a nave da igreja ser originalmente abobadada, tal como a sua capela-mor (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thane: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, p. 383; GOMES, Paulo Varela, “Erangal (Arengal)”, *Património de Origem Portuguesa no Mundo – Arquitectura e Urbanismo*, José Mattoso (ed.), Walter Rossa (ed.), vol. “Ásia e Oceânia”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 136)



da capela-mor mas na parede do lado oposto, voltada a norte, apõe-se uma construção perpendicular, formando um claustro ou pátio a norte do corpo da igreja, com as componente da já descrita casa-torre a encerrar o recinto do lado oeste. Já fora deste recinto mas muito próximo ao dito volume a leste do pátio, encontra-se um poço de forma quadrada.

Seria pertinente comparar São Boaventura de Arengal com a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Manapacer (Mandapeshwar), tentando discernir também o impacte de sucessivos restauros após 1739. No caso de São Boaventura, sabemos que o local esteve abandonado entre a extinção da PN e 1976, altura em que se iniciou um restauro abrangente da igreja, conforme consta de uma inscrição perto da sua porta principal<sup>1406</sup>.



Fig. 239. Interior do recinto murado a norte da igreja (© Mendiratta, 2010)

---

<sup>1406</sup> Esta inscrição lê “*This imposing church was built in 1575. The regular Catholic activity was carried out over here till the time of Maratha invasion in 1739. The annual celebrations called ‘Baravi’ however, were held at these abandoned ruins for generations. In 1976 the Parish Priest of Madh Church got these dilapidated ruins repaired and renovated. Once again, Catholic-activity was re-introduced. (Rev.) Fr. F. Correa. January, 1987.*”

### 3.3.18. Versavá (Madh Island)

19°07'55"N, 72°47'40"E

A fortificação de Versavá representa um dos raros casos relativamente bem documentados de iniciativas defensivas para a PN, sendo possível traçar a sua origem e evolução com alguma certeza. Malogradamente, as ruínas desta fortificação situam-se hoje numa propriedade pertencente à Força Aérea Indiana, instituição que não me facultou acesso ao local no âmbito do presente trabalho.

Implantada sobre uma pequena baía na costa ocidental da ilha de Salcete e na embocadura do Rio “*das Cabras*”, aproximadamente 21,8 km a sul de Baçaim, a importância estratégica da posição de Versavá surge após o ataque anglo-holandês a Bombaim em 1626 e as várias derrotas que os rivais europeus vinham infligindo às embarcações do Estado. O bloqueio holandês à barra de Goa entre 1636 e 1644 acabou por espolpear a nova iniciativa defensiva, sendo vital nessa conjuntura assegurar uma baía na PN onde embarcações de alto-bordo pudessem ancorar ao abrigo das intempéries e das embarcações inimigas, ou seja, numa baía abrigada e defendida a partir de fortificações em terra firme. Como a defesa da baía e barra de Bombaim constituía um desafio desmedido para os recursos do Estado, Versavá foi escolhida em alternativa, determinando-se uma série de medidas na década de 1640 de modo a tornar a sua baía um local seguro para as armadas portuguesa – para além de defensável contra uma tentativa de ocupação por parte dos mesmos holandeses.

As primeiras menções a Versavá no contexto dos bloqueios a Goa recuam pelo menos a 1641<sup>1407</sup>. Após a monção de 1643, o governador João Telo de Meneses abordou a questão da sua fortificação em Conselho de Fazenda, determinando-se então enviar à PN o engenheiro-mor Guiseppe Angeli para elaborar um projecto de uma posição “*que fosse defençavel no rio de Verssavá pera abrigo das embarcações que se meterem do dito rio*”<sup>1408</sup>. Em companhia do engenheiro partiu também o “*provedor e vizitador*” Valentim Correia, que nessa conjuntura fazia escala na PN rumo a Mascate<sup>1409</sup>. Apesar de algo extensa, é interessante ouvir pela voz dos próprios a notícia do que se passou em Outubro desse ano:

“*Aos Dezoito dias do mês de Outubro de mil Seiscentos e corenta e três annos, Ruy Dias da Cunha, capitão desta fortaleza de Baçay, Valentim Correia Vedor da fazenda de Mascatte e sua jurisdição*

---

<sup>1407</sup> Cartas do governador João Telo de Meneses datadas de 2 e 12 de Setembro de 1641, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 1*, Ms. 1249, fls. 39, 39v, 42, HAG.

<sup>1408</sup> Assentos do Conselho da Fazenda datados de 7 e 12 de Setembro de 1643, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 7*, Ms. 1164, fls. 37v, 40, HAG

<sup>1409</sup> Em Conselho da Fazenda, decidiu-se que Valentim Correia arrematasse a obra de Versavá “*de empreitada*” em Baçaim, “*conforme os apontamentos do engenheiro do Estado*”, Guiseppe Anjeli (Assentos do Conselho da Fazenda datados de 7 e 12 de Setembro de 1643, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 7*, Ms. 1164, fls. 37v, 40, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 31 de Dezembro de 1642, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 6*, Ms. 1163, fl. 273, HAG).

e [com] os mesmos poderes nestas fortalezas e cidades do Norte, João Barreto feitor de Sua Magestade, António Rebello de Azevedo, Jorge de Amaral de Loureiro escrivão da feitoria, Joseph Angeli engenheiro do Estado, Amador Manco de Siqueira piloto português, Francisco Lopes condestável mor desta cidade, todos juntos nesta Aldea Mar, virão o citio por terra da Barra de Varssava, enceedas, e por mar se embarcarão em duas galvetas bem esquipadas e [com] os mais antigos e práticos pilotos gentios daquela barra que foi prumada toda e os canais; e de baixamar se acharão seis braças, sinco e meia no surgidouro de lama e area, sem alfaques mais que chão deretio, e na entrada da Barra na passagem mais estreita que tem de largo oitenta e coatro braças, se acharão de fundo pello meo do canal coatro braças largas, e pellas ilhargas três e mea folgadas e tudo limpo e igoal e de baixamar de todo; e se tomarão as medidas necessárias demarcando as balizas onde seavião por pera com mais segurança entrarem as embarçaõins; e fizerão escolher do citio mais apreposito pera segurança da entrada e do Rio ficar deffensável que o mesmo engenheiro traçou de esquesfês [?] a planta que com esta será em nossa presença, conferindo nós com elle todos por ser o lugar que se escolheo pera o Beluarte e fortificação em hum tezo alto em que está parte de outro [baluarte] velho ou goarita<sup>1410</sup>; e que ficasse este semdo cavalleiro à couraça que a baixo delle se avia também de fazer de que pudessem jogar seis ou oito pessos, e duas no beluarte de sima cavaleiro, que com seos panos de muros e casas que se devião ter dentro pera outo ou des soldados e dous baombardeiros, hera a obra que parecia necessária e se requeria em segurança do Rio, Barra e Baia de dentro, e não vir a notícia do Inimigo da Europa, pois coando se senhoreasse primeiro do citio e lugar [?] não tão somente ficaria senhor delle, e lhe seria de muita utilidade mas o seria também do melhor da ilha de Salcete pois as aldeas que se avizinhavão ao porto eram as de mayor porte della; e depois de estar o Inimigo nelle com muito e grande custo e difficuldade se poderia tirar por ser huma ilha separada que o mar rodea e deffensável [...] e se fizesse o farol por descubrir muito ao mar pera ambas as pontas pera o verem as embarçaõins que vierem demandar a Barra. E que assim lhes parecia a todos os nomeados e em particular ao dito engenheiro Jusepe Angeli em que se assinou com o dito capitão, Vedor da Fazenda e mais nomiados pera se mandar agora ao Senhor Conde Vice-rey e aos Conselho da Fazenda por cujo assento e provizão por elle passada se mandou fazer esta diligencia [...] [Assinado por] Gioseppe Angili [e outros]”<sup>1411</sup>.

Regressado da PN, Angeli submeteu o projecto e um “*modello*” à apreciação do Conselho da Fazenda, que se pronunciou em prol da iniciativa em Março de 1644, recomendando “*sem a menor*

---

<sup>1410</sup> A torre preexistente talvez corresponda àquela assinalada na vista da ilha de Salcete elaborada por Barreto de Resende, cerca de 1634.

<sup>1411</sup> Documento datado de 18 de Outubro de 1643, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 7*, Ms. 1164, fls. 65, 65v, HAG.



*dilação*” se entregasse a obra “*por empreitada*”<sup>1412</sup>. O contrato foi celebrado com António Vogado, foreiro da aldeia Mar (Madh), situada a 1 km para norte do local da obra. Para gerir a verba e fiscalizar o estaleiro, cumprindo o papel de padre administrador, foi nomeado um religioso franciscano, frei António da Conceição<sup>1413</sup>. O governador enviou-lhe o contrato entre o Estado e o empreiteiro, recomendando-lhe que verificasse “*que no chunambo se não deite mais areia da que se custuma lançar em todas, porque nisto consiste a substancial das paredes, nas quais, e na madeira, e em tudo o mais, procurará Vossa Paternidade que aja toda a fortaleza e perfeição possível*”<sup>1414</sup>. As obras tiveram assim início, na melhor das hipóteses, após a monção de 1644, sendo que não localizei referências concretas sobre o seu progresso.



Fig. 240. Vista da região de Salcete, pormenor da zona de Versavá (Barth, *An Elevated View...*, 1803, BL)

Volvidas duas décadas, face aos desentendimentos com os ingleses, o vice-rei António de Melo e Castro ordenou o reforço da artilharia da fortificação de Versavá, à semelhança do que tinha feito para a casa senhorial de Bombaim<sup>1415</sup>. Já em 1674, e na ressaca do ataque omanita ao cassabé de Baçaim, procedeu-se a um reforço considerável da guarnição de Versavá. Assistia então na

<sup>1412</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 25 de Março de 1644, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 7*, Ms. 1164, fls. 64, 64v, HAG.

<sup>1413</sup> Carta do vice-rei Conde de Aveiras datada de 28 de Agosto de 1644, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 1*, Ms. 1249, fls. 67, 67v, HAG.

<sup>1414</sup> Carta do vice-rei Conde de Aveiras datada de 6 de Março de 1644, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 1*, Ms. 1249, fl. 92, HAG.

<sup>1415</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 15 de Novembro de 1663, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 10*, Ms. 1168, fl. 149v, HAG.

fortificação o capitão-tanadar da ilha de Salcete, António Camelo de Abreu, tendo-se aumentado a artilharia para onze peças – distribuídas entre o baluarte “*cavalleiro*” e a “*coirassa*” – e os artilheiros de um para três. Acrescentou-se também uma manchua e respectiva tripulação à guarnição. No baluarte cavaleiro acendia-se um “*lampião*” alimentado a azeite<sup>1416</sup>. Na década seguinte, edificou-se um armazém no recinto fortificado “*capaz de recolher nelle a virtualha das naos que aly costumão invernar [...] pera se evitar os gastos que todos os annos fazem os Feitores nas palhotas para o dito effeito*”<sup>1417</sup>. A sua restante guarnição era, já nos derradeiros anos de Seiscentos, constituída por cerca de quarenta soldados<sup>1418</sup>.

Este seria o cenário encontrado pelos omanitas quando tomaram a fortificação de assalto, em Fevereiro de 1700<sup>1419</sup>. Dada a fragilidade do dispositivo nessa ocasião, ordenou-se nova campanha de obras. Desta feita, o engenheiro encarregue do projecto foi Pires de Rebouça e os administradores foram os reitores do colégio jesuíta de Baçaim – primeiro Julião Pereira e depois António Guerreiro –, tendo-se procedido a uma “*finta*” entre os moradores dada a falta de liquidez da Fazenda Régia<sup>1420</sup>. Uma das principais preocupações nesta fase era o abastecimento de água para a guarnição e também para as embarcações que na baía faziam aguada, sendo que apenas em 1719 se considerou terminado o “*poço de Versava*”<sup>1421</sup>. Esta obra, para além de intervenções no poço propriamente dito – situado perto da praia e das casas do “*senhor de Versarvá*” –, incluiu também a construção de um pequeno aqueduto, parcialmente sustentado por “*batelões*”, para facilitar o abastecimento às embarcações na baía<sup>1422</sup>. Porém, um ano depois do sistema estar operacional, a água do poço “*perturbou-se*” e ficou salgada, pelo que as embarcações reverteram ao processo de abastecimento

---

<sup>1416</sup> Cartas do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datadas de 17 e 19 de Setembro e 14 de Outubro de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fls. 203, 203v, BACL.

<sup>1417</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 20 de Outubro de 1682, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 14*, Ms. 1172, fls. 238v, HAG.

<sup>1418</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 6 de Maio de 1694, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 16*, Ms. 1174, fls. 154, 155v, HAG.

<sup>1419</sup> V. *supra*, 2.5. “Um balão de oxigénio, 1688-1718”, pp. 130, 131.

<sup>1420</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 4 de Novembro de 1701, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 17*, Ms. 1175, fl. 208v-209, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 17 de Dezembro de 1703, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 18*, Ms. 1176, fl. 204v, HAG; Carta do governador António da Câmara Coutinho datada de 1 de Abril de 1700, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 3*, Ms. 1251, fls. 25v-26v, HAG; Carta do vice-rei Vasco César Meneses datada de 4 de Abril de 1714, *Livro dos Segredos nº 2*, fl. 62, HAG; Carta do vice-rei Luís de Meneses datada de 30 de Agosto de 1719, *Livro do Norte nº 2*, Ms. 1377, fls. 88v, 89, HAG.

<sup>1421</sup> Carta do vice-rei Luís de Meneses datada de 30 de Agosto de 1719, *Livro do Norte nº 2*, Ms. 1377, fls. 88v, 89, HAG.

<sup>1422</sup> Carta do vice-rei Luís de Meneses datada de 6 de Fevereiro de 1719, *Livro do Norte nº 2*, Ms. 1377, fls. 81v, HAG; Carta do vice-rei Saldanha da Gama datada de 2 Outubro de 1727, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 5*, Ms. 1253, fl. 1, HAG; [Memorial sobre o Estado da Índia] [Manuscrito], Conde de Ericeira D. Luiz de Menezes, Pangim, 22 de Outubro de 1720, *cod. 6698*, fl. 12, BNP.

“por condução de callões (isto hé quartas de barro sem aza)” enchidos em poços mais afastados da orla costeira<sup>1423</sup>.

Em finais da década de 1720, na apreciação crítica de Ribeiro Coutinho, Versavá era “*hum pequeno forte, muito antigo, muito disforme, e muito arruinado*” e das suas dez peças de artilharia, apenas duas estavam aptas a abrir fogo<sup>1424</sup>. Ainda assim, Versavá resistiu isolada durante quase dois anos após a conquista da ilha de Salcete pelos maratas em 1737. Durante esse período, foi capitão da fortificação João de Sousa Ferraz, que apenas a evacuou em Fevereiro de 1739<sup>1425</sup>. A fortificação foi reaproveitada pelos maratas até 1774 e pelos ingleses até 1818<sup>1426</sup>.

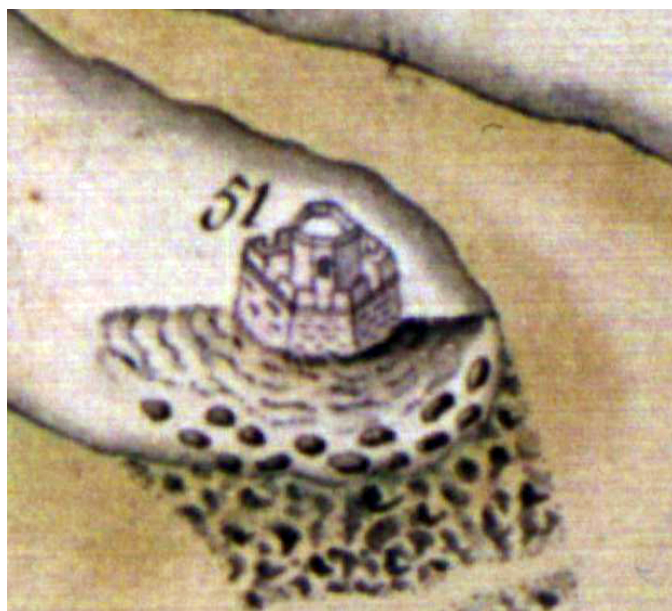


Fig. 241. Mapa da região de Salcete, pormenor mostrando o forte de Versavá (*Mostrador*, 1737-1738, SGL)

Uma das poucas representações da fortificação, efectuada durante a guerra de 1737-1739, mostra uma torre hexagonal de cobertura plana sobre uma plataforma igualmente hexagonal provida de canhoiras. Esta imagem, contudo, segue uma certa sinalética patente no documento iconográfico em questão e carece de uma descodificação para ser interpretada<sup>1427</sup>. Uma imagem mais recente destaca claramente a couraça, de forma aparentemente rectangular, numa cota ligeiramente inferior

---

<sup>1423</sup> Relatório de André Ribeiro Coutinho, 6 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 643–651v, HAG.

<sup>1424</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 32.

<sup>1425</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas. Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 10, Bastorá, Tipografia Rangel, 1931, pp. 48, 49; PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas. Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 11, Bastorá, Tipografia Rangel, 1931, p. 43.

<sup>1426</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, pp. 380, 381.

<sup>1427</sup> “Mostrador da parte da Costa do N. da Barra de Bombaim até a de Baçaim, em que comprehende a ilha de Salcete...”, (s.l.), (s.d.), [1738], 6-D-17, SGL.

à de uma plataforma hexagonal encimada por uma torre da mesma forma – mas desta feita coberta por um conspícuo telhado<sup>1428</sup>.

Se à clareza do relatório de 1643 pudéssemos juntar a planta elaborada por Guiseppe Angeli, ficaríamos com uma noção bastante nítida de Versavá e teríamos um excelente ponto de partida para analisar as ruínas ainda existentes. Mas não se conhece o paradeiro do documento iconográfico nem foi possível visitar o local.



Fig. 242. Fortificação de Versavá a partir do noroeste (© BBB, 2007)

---

<sup>1428</sup> BARTH, J. S., *An elevated view of the Islands of Bombay and Salsette, with the surrounding country*, Robert Cribb (ed.), London, 1803.

### 3.3.19. Residência fortificada de Santa Ana de Bandorá (Bandra)

19°03'08"N, 72°50'22"E

Sabe-se muito pouco acerca do período português em Bandorá, aldeia situada a 31 km a sul de Baçaim e que se desenvolveu à sombra da residência dos jesuítas, tornando-se numa povoação com cerca de quatro mil cristãos em meados da década de 1720<sup>1429</sup>. A residência fortificada de Santa Ana de Bandorá foi o epicentro dessa povoação e também do empório latifundiário jesuíta no distrito de Baçaim. Sendo de menor escala do que a residência e forte de Rachol em Goa, desenvolveu-se de forma análoga, permanecendo a mais robusta estrutura defensiva da ilha de Salcete praticamente até o fim da PN.

Até à chegada dos portugueses à região, a sua movimentada barra – pela qual se podia aceder à baía de Bombaim – era defendida por uma fortificação em Mahim. Pouco depois desta ter sido atacada e destruída, os portugueses devem ter constatado a necessidade de defender a embocadura do rio de Bandorá-Mahim contra as acções dos corsários malabares. Assim, um dos primeiros – senão o primeiro – foreiro português de Bandorá, António Pessoa, edificou na aldeia uma casa provavelmente dotada de uma torre<sup>1430</sup>. A aldeia foi adquirida pelos jesuítas entre 1568 e 1570, sendo que pouco depois as casas de António Pessoa foram compradas pela congregação religiosa para aí fundarem a residência e igreja de Santa Ana<sup>1431</sup>, estrutura concluída numa primeira versão por volta de 1580. Nas cartas anuais dos missionários da década de 1570, refere-se a existência de uma fortificação anexa ou muito próxima à casa jesuíta, dotada de artilharia e normalmente defendida por dez ou doze soldados sob as ordens do capitão-tanadar da ilha de Salcete<sup>1432</sup>. Este oficial assistia normalmente na aldeia, onde teria a sua residência. A importância económica da

---

<sup>1429</sup> As contas provêm da notícia manuscrita do padre Henrique Bravo de Moraes para a Academia de História Portuguesa. O autor contabilizava 1477 fregueses na igreja de Santo André e 2690 para a igreja da residência de Santa Ana (Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Goa e seus suffraganeos por Henrique Bravo de Moraes datado de 1726, *cod.* 176 (microfilme F 2527), fl. 12v, BNL).

<sup>1430</sup> António Pessoa recebeu a mercê de João de Castro em 1548, parte de uma antiga posse feudal de um proprietário indiano (Carta do vedor da Fazenda Simão Botelho datada de 24 de Dezembro de 1548, pub. in *Subsidios para a História da Índia Portuguesa...*, Rodrigo de Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1868, p. 6; TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu Território: Política e Economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010, pp. 304 e 306, nota 205).

<sup>1431</sup> Carta do Padre Gomes Vaz datada de 14 de Novembro de 1576, pub. in *Documenta Indica*, José Wicki (ed.), vol. X, Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1948, p. 45.

<sup>1432</sup> Carta do Padre Francisco de Monclaro datada 18 de Outubro de 1575, pub. in *Documenta Indica*, Joseph Wicki (ed.), vol. X, Roma, Typis Universitatis Gregorianae, 1968, p. 12; Sumarium Indicum de 8 de Dezembro de 1577, pub. in *Documenta Indica*, Joseph Wicki (ed.), vol. XIII, Roma, Typis Universitatis Gregorianae, p. 9.



aldeia e das propriedades a ela agregadas eram, já em meados da mesma década, a maior fonte de rendimento para a casa-mãe dos jesuítas em Velha Goa, o colégio de São Paulo<sup>1433</sup>.

Estes interesses cresceram consideravelmente na segunda década de Seiscentos, quando os inacianos adquiriram os direitos associados ao mandovim de Bandorá<sup>1434</sup>, e ainda todo o cassabé de Mahim, com os seus produtivos palmeirais e salinas<sup>1435</sup>. Note-se como detinham também várias outras aldeias perto de Bandorá, como Marol, Curlém (Kurla), Condutoim (Kondivti) e Quirol (Kirol)<sup>1436</sup>. Não será assim de espantar que a fortificação da aldeia e a residência se tivessem fundido num só complexo e que, no contexto do conflito de 1612-1615, fossem descritos como a “*paragem de mais importância da defesa da ilha de Salcete*”, estando inclusivamente guarnecido com vinte soldados<sup>1437</sup>.



Fig. 243. Residência fortificada de Bandorá (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE)

---

<sup>1433</sup> Carta do Padre Gomes Vaz datada de 14 de Novembro de 1576, pub. in Documenta Indica, José Wicki (ed.), vol. X, Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1948, p. 45.

<sup>1434</sup> Carta régia datada de 2 de Abril de 1615, *DRILM*, António Bulhão Pato (ed.), tom. III, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1885, pp. 346-356.

<sup>1435</sup> “Possui também o Colégio de Baçaim dos padres da Companhia o cassabé de Maim bandorá por doação que lhe fez Jorge Borges confirmada por alvará de Sua majestade feito em 5 de Fevereiro de 1616, e este cassabé forro de gastos conforme as informações que achei pode render 7 mil patacoês” (Carta do procurador Sebastião Soares Pais datada de 24 de Janeiro de 1637, *DRILM*, liv. 38, fls. 557, 557v, nº 159, IAN/TT).

<sup>1436</sup> *Alguns Capitulos tirados das cartas que vieram este anno de 1588.*, Pe. Amador Rebello (ed.), Imp. por Antonio Ribeyro, Lisboa, 1588, p. 5; TEIXEIRA, André Dias, *Baçaim e o seu território: política e economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2010, pp. 176, 177.

<sup>1437</sup> “Lista dos despachos que o conde de Linhares vice-rei da Índia consultou a Vossa Magestade pelas vias deste ano de 1630”, *Secção Portuguesa*, liv. 1523, fls. 8v-10v, AGS.

A primeira representação da residência fortificada provém da vista da ilha de Salcete por Barreto de Resende, onde sobressai a sua aparência militar, com quatro bastiões ou baluartes providos de artilharia. Sobre a fachada da igreja de Santa Ana, em vez de avultar a típica cruz, flutua uma bandeira – marco que assinala a assistência de um capitão a soldo da Coroa, segundo a sinalética empregue por Resende.

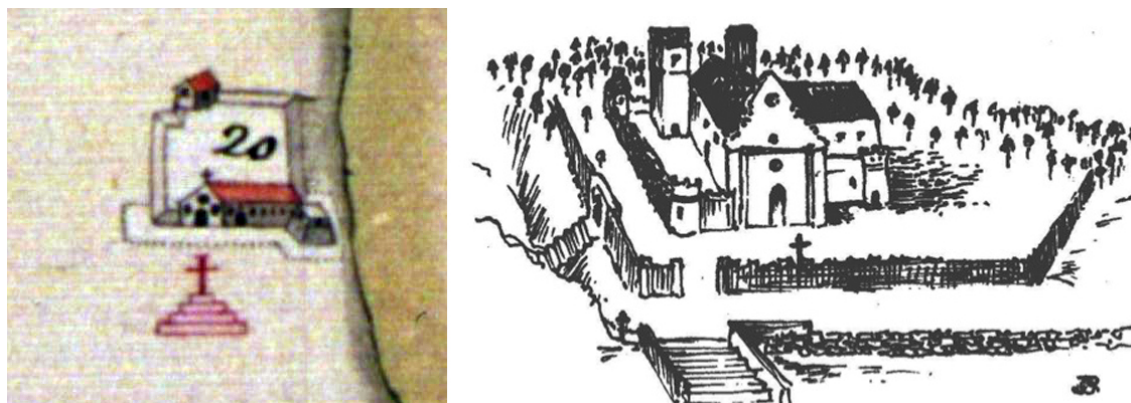


Fig. 244 e 245. Mapa da região de Salcete, pormenor mostrando a residência fortificada; vista a partir do norte, ca. 1718 (*Mostrador*, 1737-1738, SGL; Fernandes, 1927)

Conhecem-se pelo menos mais quatro representações da residência fortificada, sendo que uma delas, datada de 1718 e a mais pormenorizada<sup>1438</sup>, lança algumas dúvidas sobre a interpretação das restantes três<sup>1439</sup>.

Ainda assim, e sintetizando a informação disponível, depreende-se que o frontispício da igreja de Santa Ana estava voltado a norte, sendo a cabeceira flanqueada por duas torres destacadas da volumetria da capela-mor, do lado sul. Próximo da torre sudeste implantava-se o principal baluarte da fortificação e talvez o único com um desenho poligonal de recorte moderno. A leste da outra torre da cabeceira dispunha-se um bastião no vértice sudeste do recinto, provavelmente de forma cilíndrica. Daqui arrancava um pano de muro para norte até outro bastião de planta circular. Inflectindo então para oeste, a muralha fechava novamente junto da fachada principal da igreja, que ficava assim integrada no seu flanco norte. Uma estacada formava uma segunda barreira ao longo de todo o flanco oeste, abraçando a fachada principal e também o baluarte mais robusto, a sudoeste.

Quando o médico inglês Fryer visitou a residência em 1675, notou também a existência de uma considerável milícia para além de várias peças de artilharia assestadas nos seus bastiões<sup>1440</sup>. Contudo,

<sup>1438</sup> A representação de 1718 foi publicada por Braz Fernandes e possivelmente fazia parte do seu arquivo de família (FERNANDES, Braz, *Bandra: it's religious and secular history*, Bombaim, 1927).

<sup>1439</sup> A primeira imagem data de 1665; a segunda 1739; e a terceira de cerca de 1803 ([Mapa do território de Bombaim], (s.l), (s.d), [1665], Cart. Ms.-X CM. N°694, AHU; “Mostrador da parte da Costa do N. da Barra de Bombaim até a de Baçaim, em que comprehende a ilha de Salcete...”, (s.l), (s.d), [1738], 6-D-17, SGL; BARTH, J. S., *An elevated view of the Islands of Bombay and Salsette, with the surrounding country*, Robert Cribb (ed.), London, 1803).

quando confrontados com o raide omanita de 1700, os religiosos não hesitaram em abandonar a sua residência e aldeia, expondo-as ao saque e às chamas. Aparentemente, a residência foi poupada a esta última calamidade, tendo os omanitas embarcado apressadamente volvidos escassos dias. A fortificação terá então regressado à sua anterior disposição, recebendo um reforço de soldados, o que aliás causou alguns embaraços aos religiosos<sup>1441</sup>. Novamente em 1722, sofreu alguns estragos na sequência de bombardeamentos ingleses<sup>1442</sup>.

Com a conquista marata da ilha de Salcete em Abril de 1737, a residência fortificada resistiu isolada por intermédio dos ingleses, que para aí destacaram algumas tropas<sup>1443</sup>. Esta situação manteve-se durante dois anos, até que o vice-rei Francisco de Mascarenhas ordenou a evacuação da estrutura para concentrar recursos na defesa de Baçaim. Consequentemente, Santa Ana foi demolida com explosivos em inícios de Abril de 1739<sup>1444</sup>.

Sobre o local, a administração britânica edificou um matadouro, em funcionamento até finais do século XIX<sup>1445</sup>. Actualmente, o sítio encontra-se ocupado por uma garagem de transportes públicos. Um dos escassos vestígios da igreja de Santa Ana é o seu cruzeiro, que foi transladado para junto da igreja de Santo André, aproximadamente a 1,6 km para oeste do seu local original.

---

<sup>1440</sup> FRYER, John, *A New Account of the Travels of East India and Persia, being nine years' travels, 1672-1681*, Londres, Hakluyt Society, 1909-15, pp. 70, 71.

<sup>1441</sup> Carta do governador António da Câmara Coutinho, datada de 25 de Agosto de 1700, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 3*, Ms. 1251, fl. 7v, HAG.

<sup>1442</sup> V. *supra*, 2.6. “Escalada bélica e queda da Província do Norte, 1718-1739”, pp. 153, 154.

<sup>1443</sup> Proceedings and Consultations of the Government of India and of its Presidencies and Provinces, 5 January 1737-28 December 1738, IOR/P/341/9, fls. 86-87, BL, cit. in *Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. I, *History*, Bombay, Government Central Press, 1893, pp. 181, 182; Assento do Conselho da Fazenda datado de 31 de Outubro de 1737, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 22*, Ms. 1180, fl. 81, HAG.

<sup>1444</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas. Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 10, Bastorá, Tipografia Rangel, 1931, pp. 48, 49; PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas. Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 11, Bastorá, Tipografia Rangel, 1931, p. 43.

<sup>1445</sup> CUNHA, Gerson da, *The Origin of Bombay*, New Delhi, Asian Educational Society, 1993, p. 213.



### 3.3.20. Baluarte do Nome de Jesus de Bandorá (Bandra)

19°02'30"N, 72°49'05"E

Para além da estrutura defensiva da aldeia de Bandorá (Bandra), já operacional na década de 1570 como ficou dito, os portugueses edificaram outra torre cerca de 2,4 km para oeste e no extremo sul da ilha de Salcete, defronte de Varoly (Worli). Este era um local sobranceiro ao rio de Bandorá/Mahim, ponto privilegiado para detectar movimentações ao largo da costa e para aviso das aldeias mais próximas. Sugiro que esta estrutura defensiva seja aquela representada na iconografia de Barreto de Resende, numa altura em que ainda não existia – ou em que ainda passou despercebida – a ermida de Nossa Senhora do Monte<sup>1446</sup>.



Fig. 246. Ruínas da fortificação e porta principal em segundo plano (© BBB, 2007)

No ano de 1640, conforme uma inscrição sobre a sua porta principal<sup>1447</sup>, fundou-se uma nova estrutura defensiva à cota ribeirinha e a sudoeste da primitiva torre. O contexto desta iniciativa ainda não está esclarecido, mas poderá ter sido inspirada pelo receio de um bloqueio holandês à embocadura do rio, à semelhança daquele imposto à barra do Mandovi de Goa em 1638, e no mesmo contexto que conduziu ao reforço da posição de Versavá (Madh Island)<sup>1448</sup>. A fortificação,

---

<sup>1446</sup> Pedro Barreto de Resende assinala duas torres na costa ocidental da ilha de Salcete. Estou em querer que uma seria em Bandorá (Bandra) e a outra em Versavá (Versava).

<sup>1447</sup> A inscrição lê: “*Este Baluarte se fes em Lovor do Nome de Jesus no Anno 1640*”.

<sup>1448</sup> V. *supra*, 3.3.17 “Versavá (Versava)”, pp. 490-495.

aparentemente designada por “*Baluarte do Nome de Jesus*”, detinha uma componente ribeirinha ou couraça com uma plataforma de tiro adaptada à topografia da costa rochosa, e uma componente a uma cota mais elevada. Através de duas cortinas, a couraça unia-se ao pólo sobranceiro, cerca de 50 m para nordeste. Aqui implantava-se uma pequena estrutura, possivelmente uma singela torre. A articulação desta estrutura defensiva assemelha-se assim às de Versavá (Madh Island) e Aguada de Dongrim (Dongri)<sup>1449</sup>, embora seja de escala mais reduzida.

A fundação, construção e guarnição desta fortificação aparentam ter sido da responsabilidade dos próprios jesuítas, não se tendo localizado qualquer alusão à iniciativa na correspondência do Estado.

Conforme se vê num documento iconográfico de 1665, as obras estariam no essencial concluídas nessa altura. Outros dois documentos, de 1739 e de inícios do século XIX, também representam a fortificação. A última vista, ligeiramente mais eloquente, mostra uns muros de suporte ao longo do declive no interior do recinto fortificado. Ambas as posições foram ocupadas pelos omanitas durante breves dias no ano de 1700 no seguimento do ataque sobre Versavá (Madh Island).

A estrutura sobreviveu às demolições que os ingleses efectuaram na residência de Santa Ana, tendo ficado provavelmente abandonada durante o período marata entre 1739 e 1774. As suas ruínas são hoje em dia amenamente frequentadas pelos habitantes de Bombaim e conhecidas por “*Castello de Aguada*”, designação de origem obscura.

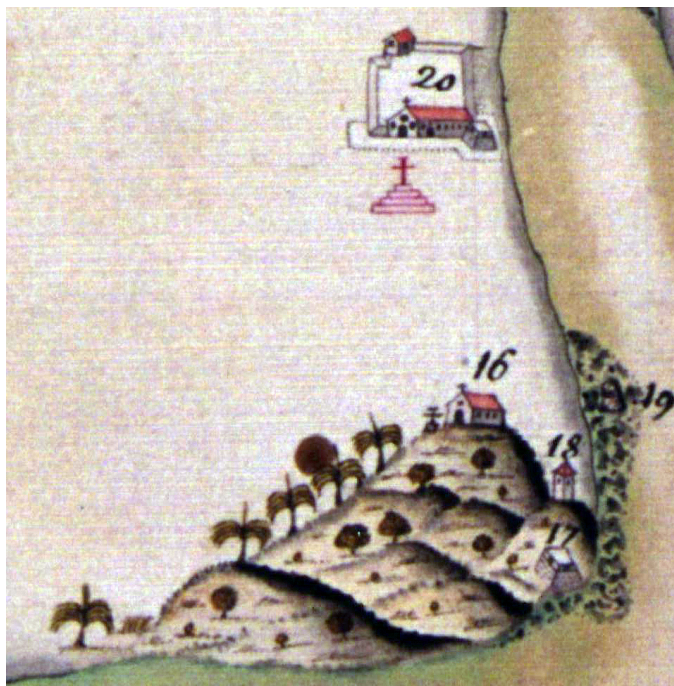


Fig. 247. Residência fortificada jesuíta de Bandorá e outras estruturas  
(*Mostrador...*, 1737-1738, SGL)

<sup>1449</sup> V. *supra*, 3.3.14 “Aguada de Dongrim (Dongri)”, pp. 475-478 e 3.3.16. “Pareica (Parsik)”, pp. 484-485.



### 3.3.21. Casa senhorial fortificada de Bombaim (Mumbai fort)

18°55'53"N, 72°50'17"E

No ponto mais central da actual metrópole de Mumbai, implantava-se a famigerada casa senhorial fortificada de Bombaim, uma estrutura defensiva que no panorama geral da história da PN representa uma fortificação com interesse inversamente proporcional ao seu relativamente reduzido tamanho e capacidade defensiva e ofensiva. Como já foi ficou várias vezes dito, Bombaim pertenceu ao Estado entre 1534 e Fevereiro de 1665, data em que passou *de facto* para a Coroa britânica.

Para praticamente todo o primeiro século do período português, a história da aldeia de Bombaim e sua casa senhorial está envolta numa bruma de mistério. Apenas com o ataque anglo-holandês ao local, em 1626, surgem referências às defesas de Bombaim na correspondência do Estado. Até esse momento, as pouquíssimas menções na historiografia centram-se em torno de um notável foreiro da aldeia e ilha homónima, Garcia de Orta. Mas mesmo os dados acerca deste personagem, autor do célebre tratado botânico e uma das figuras pioneiras mais conhecidas na história do Estado da Índia, não nos fornecem praticamente nenhuma informação sobre Bombaim. Apenas ficamos a saber que Orta recebeu a aldeia em regime de enfiteuse e que nela morava o seu rendeiro, Simão Toscano, ocupando-se principalmente do cultivo de mangas e outro frutos.

Como já ficou exposto, não me parece plausível que Garcia de Orta tenha feito de Bombaim a sua residência, a não ser que tivesse sido forçado a tal por causa da Inquisição. Mas mesmo essa hipótese parece pouco provável, visto ter sido sepultado em Velha Goa<sup>1450</sup>. Não duvido que tenha visitado a sua ilha e que nela tivesse uma casa – mas esta seria seguramente uma estrutura mais humilde do que aquela incendiada pelos ingleses e holandeses em 1626<sup>1451</sup>.

Porém, existem outras pistas que apontam para a importância da barra e baía de Bombaim pelo menos desde o alvorecer de Seiscentos. Se antes disso, as armadas de alto-bordo apenas faziam escalas ocasionais ao longo da costa da PN, com o assomar das embarcações inglesas e holandesas ao Golfo de Cambaia, a baía tornou-se um local onde as armadas portuguesas rotineiramente invernavam ou reabasteciam. Bombaim e Mazagão (Mazgaon) tornaram-se inclusivamente locais capazes de reparar e fabricar embarcações de grande porte<sup>1452</sup>, factores que contribuíram certamente

---

<sup>1450</sup> CUNHA, Gerson da, *The Origin of Bombay*, New Delhi, Asian Educational Society, 1993, p. 122.

<sup>1451</sup> Cf. GONÇALVES, Júlio, *Garcia de Orta e a sua ilha de Bombaim*, sep. do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, Julho-Dezembro de 1963, pp. 207, 208.

<sup>1452</sup> Em 1621, a nau capitania Nossa Senhora do Paraíso tinha arribado do reino a Bombaim e aí determinou o Conselho da Fazenda que invernassem e fosse consertada, “*pello aparelho que no Norte ha de madeira e de officiaes e de se poder contratar o conserto della e pello vedor da fazenda do Norte com o capitão de Baçay*”, e tendo ainda em conta as dificuldades da viagem para Goa (Assento do Conselho da Fazenda datado de 30 de Junho de 1621, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 2*, Ms. 1159, fls. 180v, 181, HAG). Volvido um ano, foi a vez da armada afectada ao capitão Nuno Botelho ser reparada no

para o desenvolvimento da ilha e propriedades dos foreiros. Por estes motivos, Bombaim aparece destacada em alguns documentos cartográficos de inícios de Seiscentos. Por outro lado, uma brevíssima passagem de António Bocarro permite-nos pensar que a casa senhorial já estivesse dotada de artilharia em 1613<sup>1453</sup>.

Contudo, o Estado praticamente nunca investiu na defesa da casa senhorial, ao contrário do que sucedia em Caranjá (Uran), onde sustentava um capitão-tanadar. A evolução do cassabé de Bombaim e da figura do seu senhorio parecem ter tido antes mais analogias com a praga de Danu (Dahanu), no distrito de Damão ou com a fortificação de Sirgão (Shirgaon), perto de Tarapur. Embora a primeira posição tivesse desde cedo um carácter militar mais vincado, sendo o seu foreiro constantemente designado por capitão, o senhorio de Bombaim também teria seguramente certas regalias no seu foral em troca do ónus de manter e guarnecer uma estrutura defensiva importante ao Estado, à semelhança do que acontecia com Sirgão (Shirgaon)<sup>1454</sup>. Assim, em 1618 assistia um capitão na “*fortaleza de Bombaj*”, Manuel Cabral, que acabou os seus dias assassinado “*a spinguarda*” por dois outros portugueses na própria “*Igreja daquela povoação*”. O vice-rei nomeou como novo capitão Fernão Coutinho, filho do falecido<sup>1455</sup>.

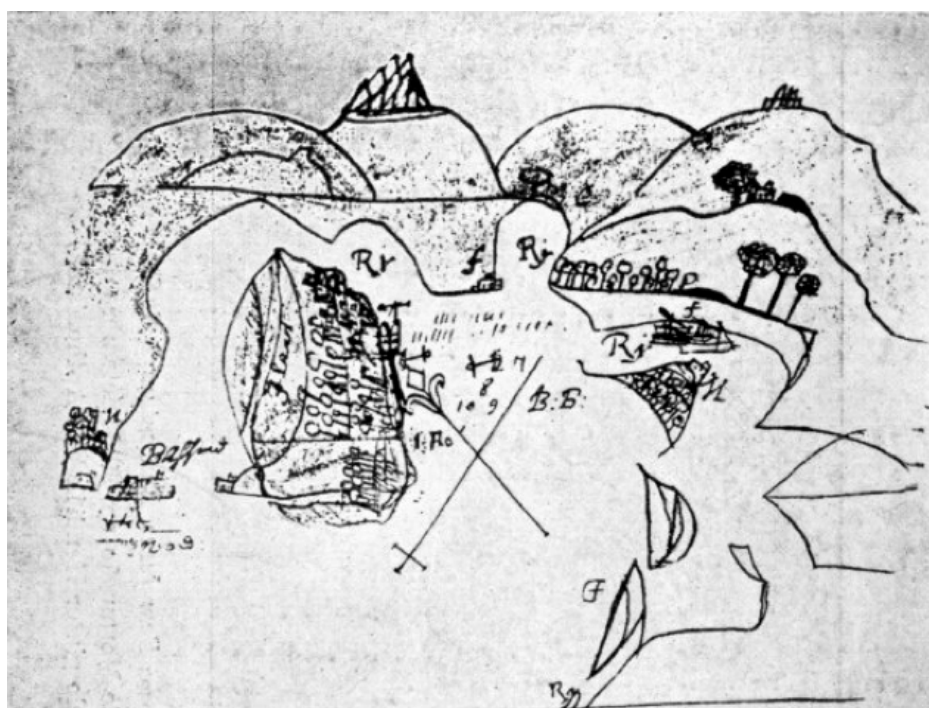


Fig. 248. Mapa da baía de Bombaim, 1626 (Davies, *Diary*, BL)

mesmo local (Carta do governador Fernão de Albuquerque datada de 18 de Fevereiro de 1622, *DRILM*, Silva Rego (ed.), vol. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 408-409, 1975).

<sup>1453</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), vol I, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1876, pp. 59, 60.

<sup>1454</sup> V. *supra*, 3.3.6. “Sirgão (Shirgaon)”, pp. 448-453.

<sup>1455</sup> Carta do capitão de Baçaim Gaspar Pereira datada de 20 de Fevereiro de 1618, *DRILM*, António Bulhão Pato (ed.), tom. V, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1885, pp. 184, 185.

Quando a força anglo-holandesa desembarcou em Bombaim, em Outubro de 1626, foi recebida com tiros de artilharia ligeira, tanto da casa senhorial como de embarcações surtas na sua barra. Durante esse ataque, a casa senhorial (*large houses*) portuguesa foi descrita como incorporando um armazém, uma estrutura religiosa e uma fortificação (“*a warehouse, a frierry, and a forte*”). Dela foram retiradas duas ou três peças de artilharia de pequeno calibre e quatro embarcações que estavam em construção ou em reparações no cais, visto que os habitantes haviam fugido com tudo de valor do recheio da casa senhorial e da igreja de Nossa Senhora de Esperança<sup>1456</sup>.

Esta acção guindou Bombaim para a ribalta, tanto para o Estado como para a *East India Company*, que passou a ter a ilha na mira como um dos sítios propícios para estabelecimento de uma base fortificada na costa ocidental indiana<sup>1457</sup>. Escassos anos após o ataque anglo-holandês, a casa senhorial foi visitada pelo ouvidor de Taná (Thane) por ordem do vice-rei Miguel de Noronha conde de Linhares. Transcreve-se aqui o seu relato:

*“No forte de Bombaim achou o dito ouvidor duas pessas de colher coado que os pellouros delas terião de pezo cada hum dous arratelles com seus repairos sem mais nada. O qual forte está encostado nas cazas do vazadar e senhorio do dito Cassabé, Manoel de Mello de Castelo Branco<sup>1458</sup>, capitão do dito forte. E as ditas pessas do dito forte não jogua mais as ditas pessa que pera a banda do mar e não da terra por ser cousa muy pequena. O qual forte não tem bombardeiro nenhum nem soldados nem guardas porquanto Sua Magestade não dava nada ao dito forte nem tinha ordenado. E por esta rezão estava este dito forte deseparado e desprovido pela dita rezão. O qual forte não pode jogar nenhuma pessa pera a banda da terra por lhe impedir as ditas cazas do dito senhorio e capitão Manoel de Castelo Branco por ser couza pequena como dito he.”*<sup>1459</sup>

Nas entrelinhas deste documento, infere-se que o Estado estava temporariamente a contribuir para algumas despesas na defesa da casa senhorial, possivelmente um soldo para o seu foreiro, designado por capitão. Contudo, a problemática da fortificação da baía de Bombaim não tinha solução linear, dadas as grandes distâncias entre as posições da sua barra, permitindo a entrada de embarcações a salvo do alcance da artilharia. Por estes motivos, e após extensa correspondência entre o Estado e a

---

<sup>1456</sup> A igreja franciscana de Nossa Senhora da Esperança foi fundada cerca de 1565 (MEERSMAN, Achilles, *The Ancient Franciscan provinces in India, 1500-1835*, Bangalore, Christian Literature Society Press, 1971, p. 214; KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo-Portuguese negotiations relating to Bombay, 1660-1677*, London, Bombay, Oxford University Press, [1923], p. 422-425).

<sup>1457</sup> Um dos primeiros documentos a recomendar o reforço das defesas de Bombaim provém do Senado de Baçaim (Carta do Senado de Baçaim datada de 23 de Dezembro de 1626, *Índia*, cx. 15, doc. 169, AHU).

<sup>1458</sup> Note-se que existe uma sepultura na capela-mor da igreja do convento franciscano de Santo António de Baçaim com a inscrição: “*Sepultura de Dona Mariana Galvoa e de Manoel de Melo Castelbranco seu marido e de seus erdeiros. Falesseo ao dezquatro [?] Dagosto 1619*” (FERNANDES, Braz, *Armas e Inscrições do Forte de Baçaim*, ed. António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958, p. 31).

<sup>1459</sup> Relatório do ouvidor Sebastião Soares Pais datado de 12 de Dezembro de 1629, *Livro das Monções 13-B*, Ms. 15, fls. 526-526v, HAG.

metrópole, concluiu-se que a sua defesa apenas poderia ser assegurada por embarcações de alto-bordo em patrulha<sup>1460</sup>. Ficaram assim na gaveta sugestões para o reforço defensivo da casa senhorial ou das torres nas ilhas de Elefante (Elefanta Island) e das Patecas (Butcher's Island). Por seu turno, tanto embarcações holandesas como inglesas continuaram a frequentar de quando em vez a baía, não se registando porém qualquer outra tentativa de desembarque. Não obstante, a importância da baía de Bombaim para abrigo das embarcações de alto-bordo manteve-se ao longo do século XVII, especialmente dados os bloqueios holandeses à barra de Goa<sup>1461</sup>.

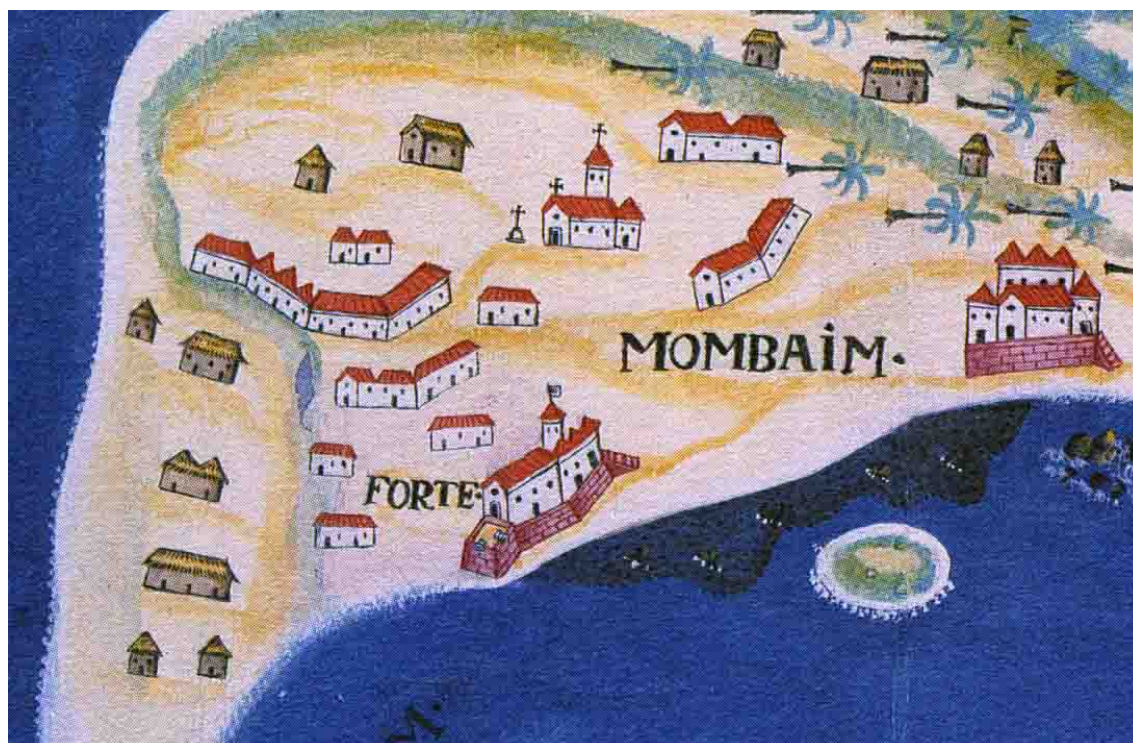


Fig. 249. Casas senhoriais de Bombaim e Mazagão, pormenor (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE)

A Manuel de Melo Castelo Branco sucedeu como foreiro de Bombaim seu filho Luís. Mais tarde, a mercê aparenta ter transitado para Rodrigo de Monsanto e depois para a sua viúva, Inês de Miranda<sup>1462</sup>. O ano de 1661 foi duplamente problemático para Bombaim: para além de um raide por parte dos omanitas, que pilharam e incendiaram novamente a casa senhorial<sup>1463</sup>, o tratado luso-britânico desse ano cedia a aldeia, ilha e cassabé aos ingleses. A foreira Inês de Miranda teve assim a

<sup>1460</sup> Carta régia datada de 22 de Março de 1630, *DRILM*, liv. 27, fl. 99, nº 65, IAN/TT; Cartas régias datadas de 10 de Agosto e 8 de Outubro de 1631, *DRILM*, liv. 28, fl. 290, nº 142 e fls. 5-6, nº 3, IAN/TT; Carta régia datada de 28 de Janeiro de 1636, *DRILM*, liv. 36, fl. 143, nº 3, IAN/TT.

<sup>1461</sup> TEIXEIRA, André Dias, *Baçaím e o seu território: política e economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2010, pp. 190-193.

<sup>1462</sup> *Junta da Real Fazenda do Estado da Índia, Livro 6 (1638-1668)*, Artur Teodoro de Matos (dir), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa / Centro de História de Além-mar, 2001, p. 19.

<sup>1463</sup> Assento do Conselho de Estado datado de 6 de Dezembro de 1661, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. IV, Pangim, Arquivo Histórico de Goa, 1956, pp. 71-77.



pouca sorte de ter sido esbulhada de sua casa e extensas propriedades por força do tratado consumado em Bombaim a 18 de Fevereiro de 1665. Nesse entrementes, a casa senhorial voltou a ter um reforço de artilharia vinda de Baçaim, receando-se a sua ocupação por via da força pelas tropas inglesas<sup>1464</sup>.



Fig. 250. Igreja de Nossa Senhora da Esperança e casa senhorial de Bombaim e (*Mapa...*, 1665, AHU)

Como seria a casa senhorial à data da sua cedência à Coroa britânica? Sem dúvida, uma das grandes casas senhoriais da PN, a sua implantação dividia-se em duas áreas rectangulares que formavam um ângulo obtuso entre elas, sugerindo duas fases de construção. Sensivelmente na charneira desse ângulo destacava-se um volume vertical, eventualmente a casa-torre primitiva da aldeia, conforme se vê na iconografia de Barreto de Resende. A volumetria sul, de dois pisos, estava dotada de um baluarte de desenho poligonal moderno na sua ponta sul, provido de artilharia. A volumetria norte também terminava num baluarte, embora Resende não o tenha representado, sendo verosímil que apenas tenha sido edificado após 1635. Essa parte da casa estava dotada de aberturas ao nível do piso térreo, talvez para receber as mercadorias vindas de embarcações. Toda a frente leste das duas volumetrias era aparentemente reforçada por uma muralha, embora esta também pudesse ter sido

---

<sup>1464</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 15 de Novembro de 1663, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 10*, Ms. 1168, fl. 149v, HAG.

apenas um embasamento para fazer a transição entre os rochedos da costa e as zonas habitáveis. Certamente não haveria canhoeirias nessa frente. Não existiria qualquer muro a formar um perímetro para oeste das casas, sendo admissível que houvesse uma cerca de espinhos. Nesse recinto ou a oeste das casas estendia-se uma ampla horta.

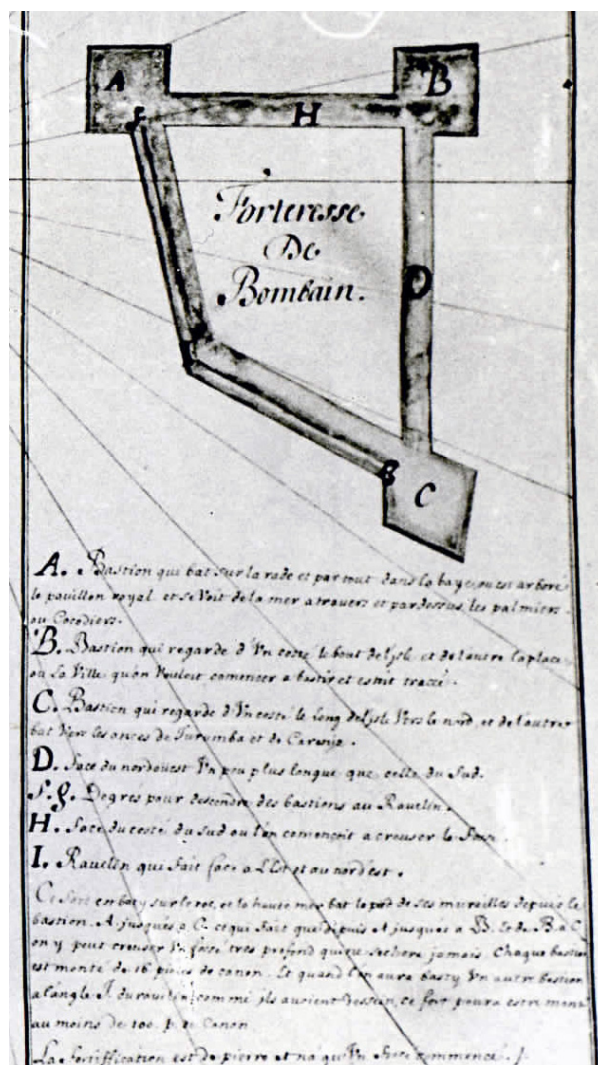


Fig. 251. Mapa da zona de Bombaim, pormenor da fortificação, ca. 1672 (Alvernaz, 1674, AHU)

Para formar esta imagem básica da casa senhorial de Bombaim, para além da iconografia de Barreto de Resende e de outra vista de 1665, baseio-me sobretudo na interpretação daquilo que foram as alterações e acrescentos ingleses. Pois ainda que estes tenham feito profundas intervenções durante quase três séculos, deixaram discerníveis os principais alinhamentos da casa senhorial portuguesa.

A primeira alteração feita pelos ingleses, imediatamente após a cedência do território, foi a edificação de uma plataforma ou tenalha de cerca de cinquenta e uma jardas (50,5 m) de comprimento entre os dois baluartes portugueses, estrutura suficiente para montar dezoito peças de artilharia. De seguida, erguram uma paliçada, usando terra e troncos de coqueiros, fechando um recinto a oeste da casa, perímetro que foi posteriormente reconstruído em pedra e cal. Destas e doutras intervenções,

infe-re-se que os ingleses foram justapondo às alvenarias portuguesas construções mais robustas, envolvendo o núcleo original com “casas” sucessivas de paredes e muros, para além de alterações mais localizadas nas fachadas. Todas intervenções alteraram profundamente a estética da casa senhorial, tornando-a quase irreconhecível e dando lugar ao *Bombay Castle*<sup>1465</sup>.

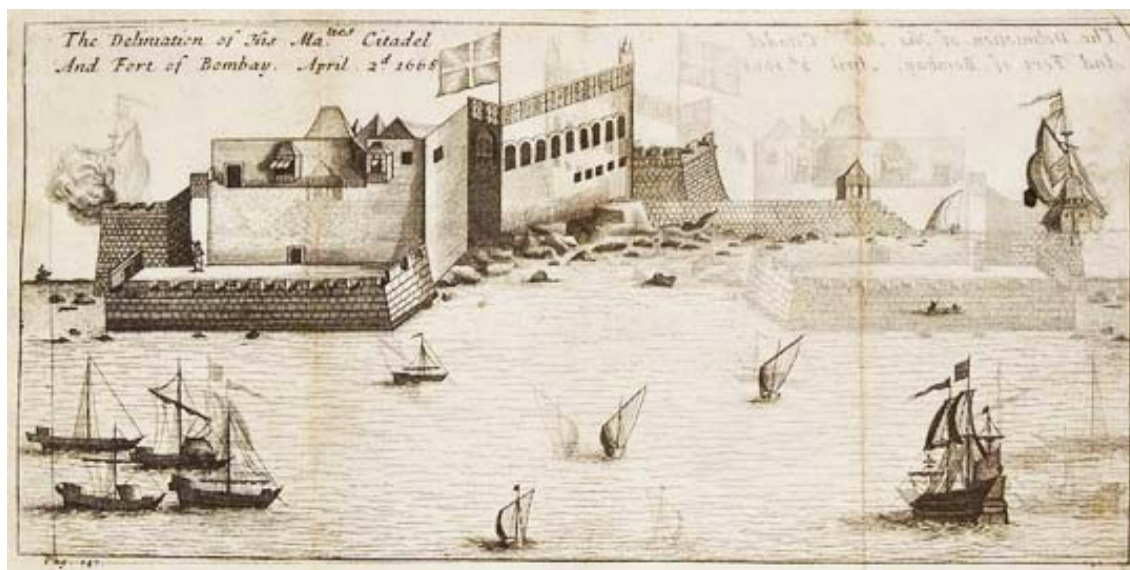


Fig. 252. Vista da fortificação de Bombaim em 1668 (Ovington, 1689)

Presentemente, o sítio da casa senhorial está dentro de uma base naval de acesso muito restrito. Sobre uma das muralhas britânicas encontra-se um relógio de sol, reputadamente de origem portuguesa mas que ostenta, com toda a probabilidade, o brasão de um dos primeiros presidentes ingleses de Bombaim, John Childe (g. 1681-1683).



Fig. 253. Relógio de Sol na fortificação de Bombaim (© BBB, 2007)

---

<sup>1465</sup> Para um resumo das alterações britânicas na casa senhorial fortificada desde 1668 até 1764, V. *Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. II, *Trade and Fortifications*, Bombay, Government Central Press, 1894, pp. 268-271; *Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. III, *Administration*, Bombay, Government Central Press, 1894, pp. 652-654; KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo-Portuguese negotiations relating to Bombay, 1660-1677*, London, Bombay, Oxford University Press, [1923], pp. 476, 477.



### 3.3.22. Nossa Senhora da Penha de Caranjá (Dronagiri hill)

18°52'01"N, 72°56'09"E

No cume de uma abrupta elevação situada a 1,43 km para sul do forte de São Miguel de Caranjá (Uran) situam-se as ruínas da ermida e fortificação de Nossa Senhora da Penha (Dronagiri Hill). As origens desta estrutura religiosa recuam pelo menos até 1604, provavelmente fundada por missionários franciscanos. Na década de 1630, a ermida era um popular local de peregrinação e o seu interior estava repleto de imagens de ex-votos a testemunhar milagres associados a Nossa Senhora<sup>1466</sup>. Nessa altura, não se fez menção de qualquer estrutura defensiva na elevação.

Com a campanha de Sambhaji contra a PN, o cassabé de Caranjá foi praticamente todo ocupado, à excepção da fortificação de São Miguel. É possível que se tenha improvisado nessa ocasião uma tranqueira em redor da ermida, defendendo o pronunciado cume da elevação. Se esta defesa existiu, foi insuficiente para deter os maratas, que conquistaram a posição a 22 de Dezembro de 1683<sup>1467</sup>.



Fig. 254. Fachada principal da igreja de Nossa Senhora da Penha (© Mendiratta, 2010)

---

<sup>1466</sup> TRINDADE, fr. Paulo da, *Conquista Espiritual do Oriente...*, fr. Félix Lopes (ed.), vol. II, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, pp.

<sup>1467</sup> Regimento para Manoel Telles capitão da Fortaleza de Caranjá datado de 6 de Abril de 1686, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fls. 13v, 16, HAG.



Estes usaram Nossa Senhora da Penha como base para controlo do território e afigura-se provável que tenham iniciado no local um perímetro amuralhado. O Estado apenas conseguiu reconquistar a posição em inícios de 1685<sup>1468</sup>, tendo prontamente ordenado a construção de uma cisterna junto à ermida, visto que não havia qualquer fonte de água potável junto do cume<sup>1469</sup>. Também ficou permanentemente destacada uma pequena guarnição para a posição<sup>1470</sup>. O facto de não se mencionar nessa conjuntura a necessidade de erguer muralhas ou baluartes ou se quer de se reparar estruturas em madeira indicia também uma iniciativa de fortificação marata. As notícias sobre o local são escassas até o retorno da vizinhança dos mesmos marata à PN a partir de 1718, altura em que surgem ordens para manter a fortificação de Nossa Senhora da Penha em bom reparo, tendo-se também procedido à edificação de uma “*pataya*” ou celeiro para armazenar mantimentos<sup>1471</sup>. Já no final do período português, a fortificação estava apetrechada com seis peças de artilharia<sup>1472</sup>. A fortificação foi tomada em Março de 1739 por Manaji Angre, com o conluio de alguns moradores do cassabé<sup>1473</sup>.

Em Dezembro de 1774, quando foi conquistado pelos ingleses sob comando do tenente-coronel Keating, a fortificação foi descrita como sendo de implantação quadrangular, flanqueada por cinco bastiões, montando treze peças de artilharia, e com muros muito baixos, sendo que no seu armazém havia cento e cinquenta mura de bate<sup>1474</sup>.

Os vestígios arqueológicos na montanha da Penha de Caranjá apresentam destacado interesse, visto que as ruínas da ermida ou capela de Nossa Senhora da Penha estão em relativo bom estado de conservação. O perímetro da fortificação ocupa cerca de 2.790 m<sup>2</sup> e dispõe-se segundo uma implantação muito irregular, fazendo uso da topografia do local. Tanto esta morfologia, como as características dos seus bastiões cilíndricos como o aparelho das alvenarias e ainda o desenho da porta a nordeste atestam claramente as origens indianas da fortificação, sobre as quais parecem ter

---

<sup>1468</sup> Carta do vice-rei Francisco de Távora datada de 20 de Março de 1685, *Livro das Monções*, nº 49, Ms. (?), fl. 311, HAG, cit. por LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, p. 33, nota).

<sup>1469</sup> Portaria para se fazer huma sisterna na Serra de Nossa Senhora da Penha, datado de 6 de Abril de 1686, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fl. 25v, HAG; Assentos do Conselho da fazenda datados de 6 de Julho de 1686, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fl. 138v, HAG.

<sup>1470</sup> Uma década mais tarde, esta guarnição era de cinquenta soldados (Assento do Conselho da Fazenda datado de 6 de Maio de 1694, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 16*, Ms. 1174, fls. 154, 155v, HAG).

<sup>1471</sup> Assentos do Conselho da Fazenda datados de 1 de Fevereiro de 1720, 24 de Fevereiro de 1724, 29 de Abril de 1726 e Maio de 1726, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 19*, Ms. 1178, fls. 46, 157, 229v, 234v, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 30 de Setembro de 1728, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 82v, HAG.

<sup>1472</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 32.

<sup>1473</sup> *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fls. 286, 286v, HAG; Ms. 6-17, vol. B, fls. 98-159, BPADE.

<sup>1474</sup> V. *Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. I, *History*, Bombay, Government Central Press, 1894, pp. 387, 388.

existido poucas alterações ou intervenções portuguesas. Estas observações vêm reforçar a noção de que este perímetro defensivo terá sido edificado em 1683-1685, tendo sido reformado ou restaurado entre 1739 e 1774. Assim, as intervenções portuguesas resumem-se praticamente às estruturas no interior do recinto: a capela; a cisterna; e outras dependências de armazenamento e aquartelamento.

Destas, merece claro destaque a capela, um dos raros exemplos de uma edificação religiosa do antigo território rural da PN, com abóbada original em bom estado de conservação. A fachada da capela está voltada a norte, a escassos metros do flanco norte da muralha que olha para Caranjá (Uran). Neste exíguo espaço, e a nordeste do corpo da capela, situa-se a cisterna, com os seus arcos para suporte de uma cobertura plana que desapareceu quase por completo. Adoçada a leste da capela existiu uma estrutura indefinida, provavelmente para aquartelamento da guarnição ou então para armazenamento de bate.

Nossa Senhora da Penha constitui assim mais um exemplo de uma fortificação de origem marata reaproveitada pelo Estado, como sucedeu em Belaflor do Sabaio (Belapur), Firanguipará (Kharbav) ou outras posições de montanha no sertão de Damão. Entre outros factores, o relativo bom estado de conservação das suas ruínas deve-se ao facto de se situarem numa zona de acesso muito restrito por razões de segurança, relacionada com uma refinaria de petróleo próxima. Dada a escassez de documentação histórica, sem uma aturada prospecção arqueológica não se poderá aprofundar condignamente o estudo desta estrutura defensiva.

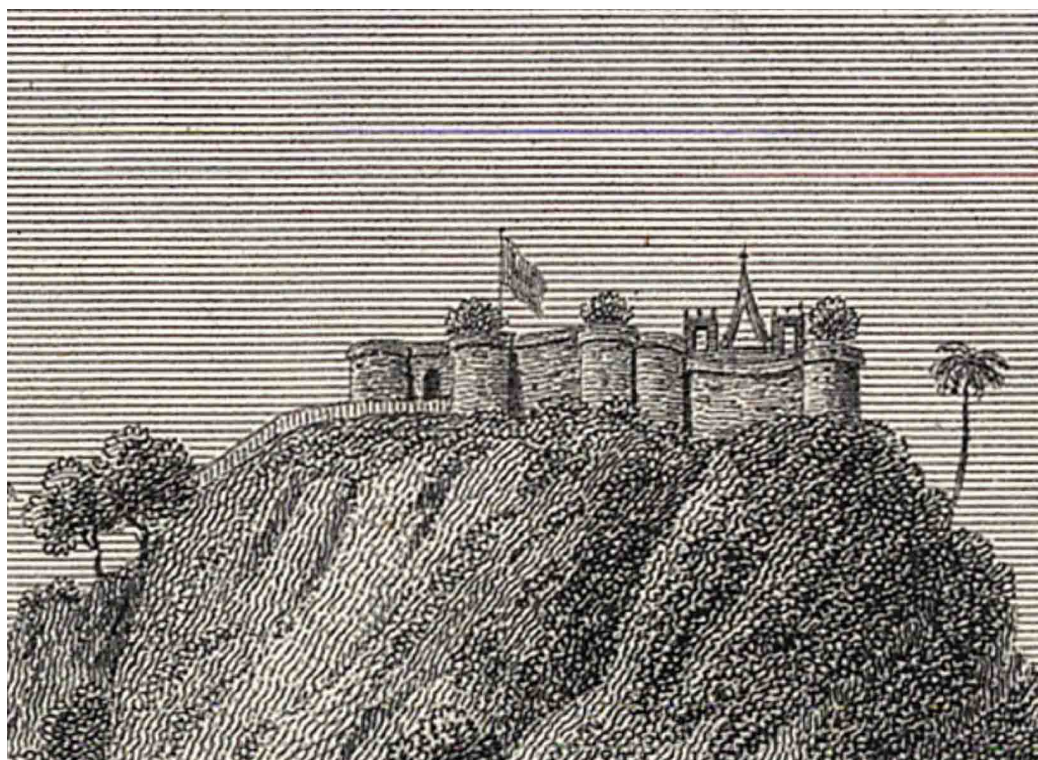


Fig. 255. Vista da fortificação de Nossa Senhora da Penha (Forbes, 1774)

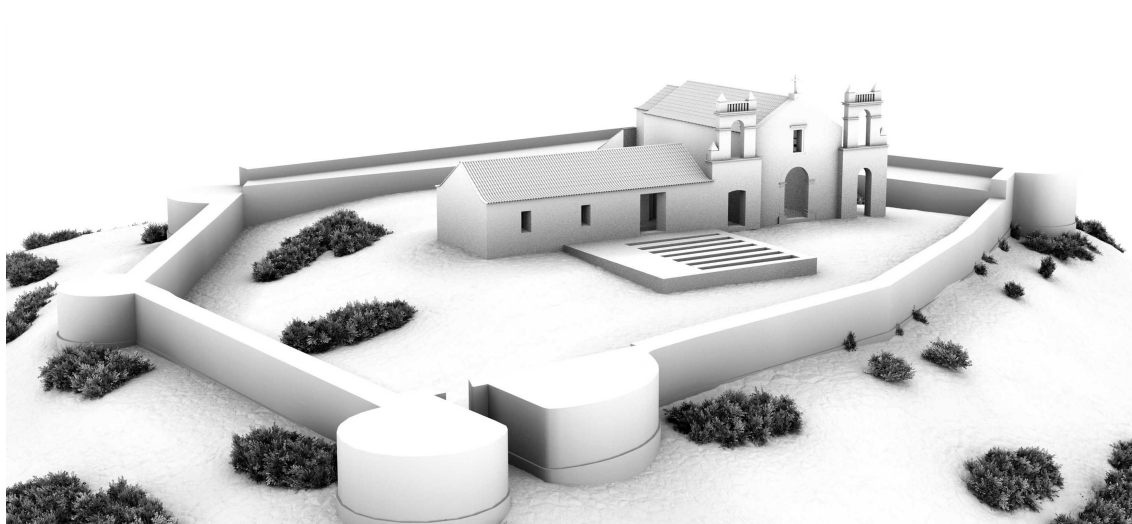


Fig. 256. Reconstituição gráfica da fortificação, visto a partir de nordeste (© Mendiratta, 2010)

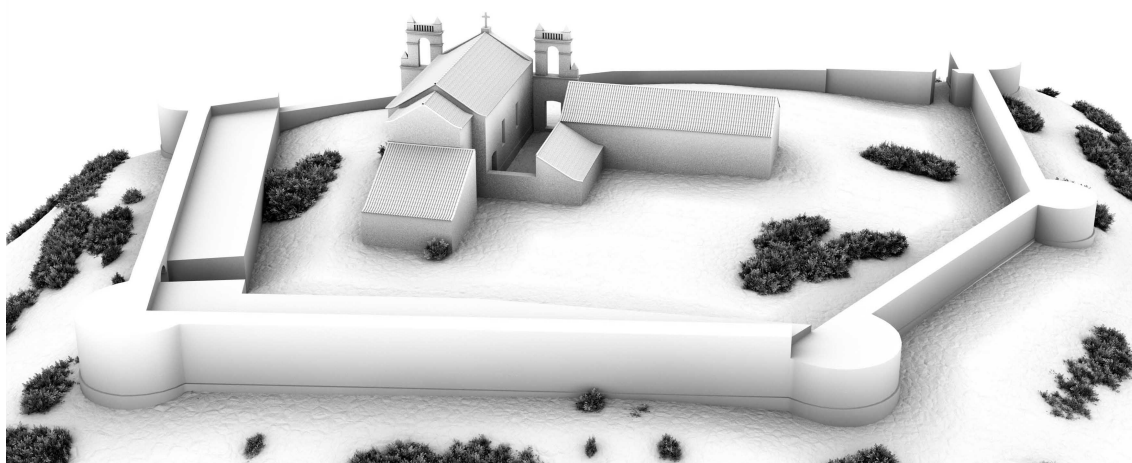


Fig. 257. Reconstituição gráfica da fortificação, a partir sul (© Mendiratta, 2010)



Fig. 258. Reconstituição gráfica da fortificação, pormenor visto a partir de nordeste (© Mendiratta, 2010)

### 3.4. Tranqueiras, torres, casas-torre e outros dispositivos

#### 3.4.1. Terras de Chaul

Comparado com os distritos de Baçaim e Damão, o exíguo circuito em redor da cidade de Chaul representou um território praticamente insignificante em termos económicos. Apenas a aldeia de Corlê (Korlai), incorporada após o conflito de 1593-1594, teve aparentemente um enquadramento oficial semelhante às aldeias da restante PN. Ainda assim, os moradores portugueses em Chaul estabeleceram uma área de influência em redor da cidade, arrendando terrenos pertencentes ao sultanato de Ahmadnagar. Atente-se na síntese desta situação feita pelo ouvidor-geral Francisco Monteiro Leite em 1602 que, pela sua objectividade, merece ser aqui transcrita:

*“E em Chaul, posto que não há Aldeas como Baçaim e Damão porque não tem termo para isso, não deixão os portugueses de ter algumas nas terras de Chaul de Cima como he em Nagão e Malaa e em Tal e no Baty e da outra banda do Rio do Estamim e em outra partes que muito mais serviço de Deos e de El Rey fora não terem lá taes aldeas pelas infinitas forças que lá fazem aos varatecas e lavradores; e tanto que os esbulhão de suas ortas e terras e pedaços de chãos muitas vezes ajuntando-os às suas e cortando lhes as arvores e tomando lhes os seus boys e espancando-os e fazendo lhes forças de todo o modo e prendendo os em troncos privados que laa fazem; e sem quererem pagar o foro ao Melique; [...] E o Melique estaa muito escandalizado destas cousas e principalmente de lhe não pagarem o seu foro que foi tambem causa de nos fazer a guerra passada, havendo naquelle tempo muito poucas aldeas em mão dos portugueses; mas hoje quem quer tem laa aldea que Francisco de Revoredo repartio no tempo que governou Chaul de Cima sem dellas pagarem foro ao Melique, pela qual razão temo que se o Melique torna às suas posses, ha de pedir satisfação, ou há de tornar a fazer guerra...”*<sup>1475</sup>

Note-se ainda como Monteiro Leite refere um português, Francisco de Revoredo, como sendo tanadar ou agente do tandar de Chaul de Cima, algures entre 1594 e 1602. Este dado reforça a noção da significativa influência de certos portugueses na corte de Ahmadnagar nas últimas décadas de Quinhentos<sup>1476</sup>. Após o conflito de 1613-1615, procurou-se regularizar a situação legal das várias propriedades portuguesas nas terras do sultanato e também definir a fronteira a norte do Campo de Chaul. Ficou assim aparentemente reconhecida a soberania *de jure* do Estado sobre a faixa costeira desde as muralhas da cidade até ao ribeiro de Regaçaim, também apelidado “do Paulo”, cerca de 8 km para norte. Contudo, não localizei qualquer registo de fortificação, casa-torre ou outra

---

<sup>1475</sup> Lembrança das cousas do Norte pelo ouvidor-geral por Francisco Monteiro Leite datado de 25 de Junho de 1602, *cod. 11410*, fl. 77, 78v, BNP.

<sup>1476</sup> V. *supra*, 2.2. “Quatro décadas conflituosas, 1570-1615”, p. 45, nota 137.



construção notável a norte do perímetro defensivo do Campo de Chaul e do convento da Madre de Deus. Nessa pequena faixa costeira situavam-se as aldeias de Nagão (Nagaon) e Malá (Bagmala) respectivamente a 5 e 4 km das muralhas da cidade<sup>1477</sup>.

Para leste das muralhas de Chaul, e já na margem ribeirinha de Chaul de Cima, também houve fixação de portugueses, conforme ficou registado na iconografia de Barreto de Resende. Enquanto que na primeira versão da vista iconográfica assinala-se o que parece ser uma estrutura religiosa católica próximo a um templo hindu, a versão mais tardia apenas desenha uma edificação de pedra e cal de claro recorte português.



Fig. 259 e 260. Vistas de Chaul, pormenores da zona ribeirinha de Chaul de Cima (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE); (Resende, *Livro de Estado...*, 1646, BL)

Poderá tratar-se de uma representação da casa de Adão Pires, estrutura assinalada e legendada num documento cartográfico de 1735<sup>1478</sup>. A verdade é que nessa zona da margem do Kundalika subsistem hoje várias estruturas arqueológicas, uma das quais poderá ter sido uma casa senhorial de origem portuguesa.



Fig. 261. Ruínas de uma casa senhorial (?) perto de Chaul de Cima (© S. Malpani, 2010)

<sup>1477</sup> Nagão (Nagaon), coordenadas: 18°36'34"N, 72°54'47"E; Malá (Bagmala), coordenadas: 18°35'25"N, 72°55'28"E.

<sup>1478</sup> [Planta de Chaul e da sua região], (s.d.), (s.n.) [ca. 1735], D 370 V, BNL.

Os portugueses também estenderam a sua influência para sul do rio Kundalika, também designado por rio do “*Estamim*”. Após a conquista do Morro (Korlai), o Estado estendeu a sua influência sobre a zona a leste da recém-ocupada aldeia de Corlê (Korlai). Entre 1598 e 1599, no seguimento da visita de frei Aleixo de Meneses, iniciou-se a edificação de uma fortificação sobre a elevação imediatamente a sul de cidade, na “*venda da Cuja*” (Cheul Hill), local onde as forças de Ahmadnagar tinham assestado artilharia para bater a praça de Chaul durante o conflito de 1593-1594<sup>1479</sup>. Para essa fortificação foram destacados trinta soldados do Morro de Chaul (Korlai). Contudo, escassos anos mais tarde, o vice-rei Aires de Saldanha ordenou a demolição desta estrutura, facto que causou estranheza na metrópole<sup>1480</sup>. Tanto quanto pude apurar, este local não voltou a ser fortificado.



Fig. 262. Mapa da zona de Corlê, assinalando-se a elevação de “Cheul Knoll” (*Gazetteer*, vol. XI, 1883)

Já após o desmantelamento desta posição, surgiram queixas por parte do sultanato de Ahmadnagar sobre a apropriação de algumas aldeias na mesma margem sul do rio, provavelmente a leste da aldeia de Corlê (Korlai). O Estado ordenou averiguar-se o caso no tribunal da relação de Goa, em 1610, sendo que a situação poderá ter contribuído para o deflagrar da guerra em 1613<sup>1481</sup>.

<sup>1479</sup> ANDRADE, Francisco de, *Comentários da Vitória de Chaul*, Jorge de Faro (ed.), Coleção “Pelo Império”, nº 9, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p. 20.

<sup>1480</sup> Cartas régias datadas de 26 de Fevereiro e 6 de Março de 1605 e 18 de Janeiro de 1607, *DRILM*, António Bulhão Pato (ed.), tom. I, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1880, pp. 4, 34, 94.

<sup>1481</sup> Carta régia datada de 23 de Janeiro de 1610, *DRILM*, António Bulhão Pato (ed.), tom. I, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1880, pp. 293, 294.



Assim, em todo o circuito ou área de influência em redor de Chaul, e para além do seu Campo fortificado e da fortificação do Morro (Korlai), apenas há notícia da efêmera fortificação em Cuja (Cheul Hill). Porém, poderão ter existido casas-torre na própria aldeia de Corlê (Korlai) ou na zona ribeirinha de Chaul de Cima (Cheul) ou ainda nas aldeias de Nagão (Nagaon) e Malá (Bagmala).

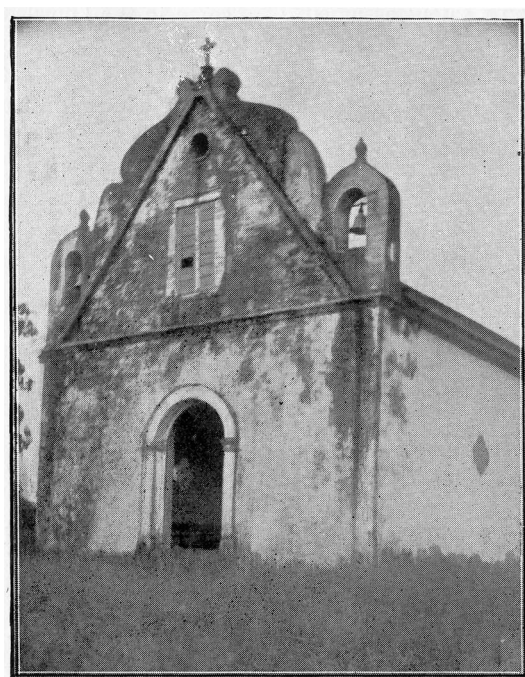


Photo by **Church of N. S. do Carmo, Korlay, Chaul. Built in 1588. Rebuilt in 1802.** Braz A. Fernandes.



Fig. 263 e 264. Fachada da igreja de Nossa Senhora do Carmo de Corlê em inícios do séc. XX (*In the Mission Field*, 1925); e em inícios do séc. XXI (© BBB, 2007).



Fig. 265. Casa na aldeia de Corlê (© W. Rossa, 2007)

### 3.4.2. Distrito de Baçaim

Quando os portugueses obtiveram a jurisdição de Baçaim em 1534, esta dividia-se em tanadarias. Cada tanadaria estava sob a responsabilidade militar e administrativa de um tanadar, encarregue de lhe sacar tributo e de a defender com um número fixo de tropas. As tanadarias podiam-se subdividir ainda em praganas e cassabés, subdivisões de natureza exclusivamente fiscal e que não pressupunham a descentralização do aparelho administrativo e militar das tanadarias. Por seu turno, cada pragana ou cassabé contava com um número certo de entidades geotributárias: principalmente aldeias, mas também pacarias, “*sorretores*”, “*marinhas*”, etc. Finalmente, e num processo que provavelmente se generalizou já sob a administração portuguesa, muitas entidades geotributárias, como as aldeias ou pacarias, poderiam ser ainda parceladas e arrendadas em hortas, “*terras*” ou “*chãos*”. Em termos sintéticos, foi esta a matriz de organização territorial sobre a qual os portugueses operaram, a partir de 1534.

Logo nos primeiros anos de administração do Estado, a organização do território de Baçaim foi fixada em oito divisões que correspondiam, em boa medida, à organização das tanadarias pré-existentes. Contudo, nem todas estas circunscrições foram apelidadas de tanadarias ou os seus chefes de tanadares. Estas subdivisões eram: Baçaim; Agaçaim (Agashi); “Campo de Baçaim”; ilha de Salcete; Taná (Thane); “Terra Firme”; Mahim; e Caranjá (Uran). No Tombo de Simão Botelho, onde se arrolavam todas as despesas do Estado relativas às terras de Baçaim por volta de 1550, a todas estas divisões correspondia um “*tanadar*”, com duas excepções: o tanadar de Baçaim era designado por capitão ou capitão-mor; e a defesa da divisão “Terra Firme” não recaía sobre o Estado mas sim sobre dois militares indianos, um dos quais detinha um estatuto equivalente ao de tanadar na anterior administração do sultanato de Gujarate. Regista-se também o facto de o Campo de Baçaim ficar sob a responsabilidade de um “*tanadar-mor*”<sup>1482</sup>. Este título não se traduzia num ascendente sobre qualquer outro tanadar mas reflectia apenas o facto de o “*tanadar-mor*” comandar normalmente outros quatro capitães afectos à sua tanadaria - estes com funções militares mais restritas. Na década de 1570 foram incorporadas no distrito de Baçaim mais duas divisões: Asserim (Asherigad) e Manorá (Manor).

Tendencialmente, o Estado tentou separar as esferas militar e fiscal reunidas na figura do capitão-tanadar português, herdada da anterior administração indiana. De modo geral, a responsabilidade

---

<sup>1482</sup> Quando Simão Botelho afirmou: “*Ha tambem nestas terras cinco tanadarias...*” na sua carta datada de 1548, estava a pôr de parte a tanadaria afecta ao anteriormente mencionado *tanadar-mor*; a circunscrição afecta ao capitão-mor da cidade de Baçaim; e toda a zona de “Terra Firme” a leste da tanadaria e ilha de Salcete (Carta do vedor da Fazenda Simão Botelho datada de 24 de Dezembro de 1548, pub. in *Subsidios para a História da Índia Portuguesa...*, Rodrigo de Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1868, p. 8; Cf. Orçamento do Estado da Índia datado de 12 de Dezembro de 1571, *Cod. 51-VII-32*, fls 13-15, BA).



de tributar as aldeias das tanadarias transitou dos tanadares para os senhorios das aldeias, ficando estes responsáveis perante a figura do feitor de Baçaim, encarregue da “*arrecadação côforme ao dito fora*” de cada aldeia e “*aos quarteis do anno*”<sup>1483</sup>. As designações de “*tanadaria*” e de “*tanadar*” foram empregues com menor frequência à medida que se preferiam diferenciar as praganas e os cassabés de índole fiscal das jurisdições militares de cabos, capitães, capitães-mor ou capitães-geral destacados para fortificações e armadas.

Apesar da organização administrativo-militar em tanadarias ter sofrido assim algumas alterações ao longo dos dois séculos de administração portuguesa, é aquela que agora nos serve melhor para agrupar os dispositivos do sistema defensivo da PN. Contudo, por razões que ficarão patentes ao longo do texto, optou-se por efectuar duas alterações, a saber, a junção da tanadaria de Agaçaim (Agashi) com o circuito de Baçaim, dando assim origem à divisão “Cassabé”; e a junção da tanadaria da vila de Taná (Thane) na tanadaria envolvente da ilha de Salcete. Resulta assim uma compartimentação do distrito de Baçaim em oito divisões que, apesar de não estar estipulada na documentação coeva nem de corresponder a uma rigorosa compartimentação do território para fins de estratégia militar, é aquele que melhor reflecte e reparte as preocupações defensivas, sendo assim a mais intuitiva para se abordar as fortificações no seu conjunto. Compete dizer que é a mesma arrumação territorial empregue pelo militar André Ribeiro Coutinho no seu relatório de 1728 sobre a defesa da PN, tantas vezes citado ao longo do presente trabalho.

### ***Asserim (Pragana de Asserim)***

Quando em 1556 as praganas de Asserim e de Manorá (Manor) foram conquistadas pelo Estado, estavam aparentemente unidas numa só tanadaria, sujeita ao tanadar que assistia talvez na segunda daquelas fortificações. Volvidos escassos anos, a tanadaria Asserim-Manorá foi desmembrada nas duas respectivas praganas e estas incorporadas no distrito de Baçaim<sup>1484</sup>. Na sua pragana, o capitão-mor de Asserim (Asherigad) acumulava uma extensa autoridade embora nunca tivesse sido designado por capitão-tanadar durante o período português. Não foi possível apurar o número de entidades geotributárias pertencentes à pragana de Asserim. Gerson da Cunha avança o número de trinta e oito aldeias e seis pacarias sem citar a sua fonte<sup>1485</sup>. Por esse motivo, também não poderá ser

---

<sup>1483</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, *Regimentos das Fortalezas da Índia*, Bastorá, Tipografia Rangel, 1951, p. 303.

<sup>1484</sup> *Livro das cidades, e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das capitánias, e mais cargos, que nelas há, e da importância deles*, Francisco Mendes da Luz (ed.), Sep. de Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1952, p. 41; RODRIGUES, Vítor Gaspar, “A Organização Militar da Província do Norte durante o Séc. XVI e Princípios do Séc. XVII”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, pp. 255, 256.

<sup>1485</sup> CUNHA, J. Gerson da, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein*, Bombay, Thacker, Vining & Co., 1876, p. 206.

considerada definitiva a área de 322,6 km<sup>2</sup> que se postula para essa subdivisão, baseada em alguns descritores geográficos e sobretudo na cartografia de origem britânica pós-1739. A partir destes elementos, infere-se que a oeste, a praga de Asserim confinava ao longo do rio Suria com as tanadarias de Mahim-quelme (Kelwamahim) e Tarapur, do distrito de Damão. Para nordeste, fazia fronteira com a praga de Ganjar (Ganjad), parcela *de facto* pertencente ao reino dos Coles. Para norte, a fronteira passava provavelmente muito perto da montanha de Mahalaxmi, um pouco a norte do Rio Suria. A leste, o curso do dito rio constituía a fronteira tradicional entre o reino do Coles e de Sarceta. A praga de Asserim confinava assim a leste com os Coles, passando a fronteira aproximadamente 6 km para o interior da fortificação principal portuguesa<sup>1486</sup>.

Para além da já descrita fortificação de Asserim (Asherigad), temos notícia de uma tranqueira principal na sua circunscrição, Varanapor (Barhanpur), que esteve implantada em dois locais distintos<sup>1487</sup>. Numa primeira fase, ficou perto da aldeia homónima, aproximadamente 3,4 km para norte da montanha de Asserim (Asherigad). A função desta tranqueira era manter aberto o caminho desde a fortificação principal até um afluente do rio Suria, curso por onde o capitão de Asserim (Asherigad) fazia escoar a madeira que mandava abater na praga. Em Varanapor (Barhanpur) também se armazenava grande parte do cereal necessário à guarnição da fortificação de montanha em caso de cerco, visto que esta apenas tinha inicialmente uma pequena “*pataia*” ou celeiro. Diogo do Couto descreveu a posição como um “*tranqueira quadrada com seus cubelos*”, onde residia o capitão-de-campo de Asserim com alguns soldados portugueses e ainda um “*naique*” e cem peões indianos<sup>1488</sup>.

Já na década de 1630, Varanapor (Barhanpur) consistia numa aldeia “*sercada de madeira e espinhos*” acessível por “*duas camselas que servem de portas*”. No centro deste recinto estava “*hum Baileo de vigia e sua torre de madeira sercada de paos grossos a modos de muros com três berços de metal*”. Defendiam a tranqueira cento e dez peões repartidos por quatro naires e um naique-mor, todos às ordens de um capitão “*do Campo*” português<sup>1489</sup>. A esta descrição, soma-se o sugestivo desenho de Pedro Barreto de Resende, sensivelmente da mesma data. Nele surge destacada a torre madeira de dois pisos, aparentemente de planta hexagonal, rodeada por uma primeira paliçada. No recinto concêntrico dispõem-se algumas casas de adobes cobertas de material vegetal, onde sobressaem dois

---

<sup>1486</sup> Relato do capitão de Asserim António Barbosa d’Antas datado de 14 de Novembro de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 519v-521v, HAG.

<sup>1487</sup> A actual aldeia de Barhanpur situa-se em: 19°51’20”N, 72°55’21”E.

<sup>1488</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. III, cap. 8, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 228-230.

<sup>1489</sup> Relato do capitão de Asserim António Barbosa d’Antas datado de 14 de Novembro de 1629, *Livro das Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 519v-521v, HAG.

volumes. Um destes seria a importante “*pataia*” e o outro talvez uma estrutura religiosa primitiva<sup>1490</sup>. A defender esta zona, onde muito provavelmente apenas habitavam cristãos, figura nova estacada, com duas cancelas. Representa-se ainda uma terceira área envolvente, também parcialmente rodeada por uma paliçada ou cerca de espinhos, onde se implantava um casario mais numeroso. Esta seria a povoação não-católica, apegada em parte ao caminho que conduzia à montanha de Asserim (Asherigad) e também dispersa pelos matos próximos.



Fig. 266. Vista de Asserim, pormenor de Varanapor, (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE)

Com uma incursão dos Coles, provavelmente em 1670, a tranqueira ficou destruída, pelo que foi reedificada num local diferente, mais próximo do afluente do rio Suria, ficando assim a um “*tiro de mosquete*” da água<sup>1491</sup>. Esta alteração foi notada pelo capitão-geral Manuel Lobo da Silveira, que inspeccionou Asserim (Asherigad) durante a monção de 1678. Segundo o oficial, a mudança enfraquecia a defesa da fortificação principal na montanha, tendo sido obra unicamente para os capitães “*sigurarem a sua madeira*”. No local da antiga estrutura tinha permanecido a “*pataia*”, guarnecida por quatro peões. Feita “*duns paos miseráveis, com quatro guaritas de taboas*”, a nova tranqueira de Varanapor (Barhanpur) seria ainda mais fraca que a sua versão anterior, pelo que o capitão-geral recomendou reconstruir a tranqueira no sítio original e aumentar a pataia da Serra de Asserim (Asherigad) para esta não ficar dependente do bate armazenado no seu exterior<sup>1492</sup>.

<sup>1490</sup> O missionário franciscano Paulo da Trindade refere a existência de uma paróquia em Asserim (Asherigad) a partir dos primeiros anos de Seiscentos, cujo pároco ficava “*também com a obrigação de curar a fortaleza de Virinapur*” ou Varanapor (Barhanpur) (TRINDADE, fr. Paulo da, *Conquista Espiritual do Oriente...*, fr. Félix Lopes (ed.), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, pp. 91-93).

<sup>1491</sup> Esta distância poderia variar entre os 300 m e 600 m, segundo algumas interpretações (Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 28 de Agosto de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fls. 133-135, BACL).

<sup>1492</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 28 de Agosto de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fls. 133-135, BACL.

Existe um fragmentado registo do último quartel de Seiscentos relativo a uma tranqueira no sítio de “*Amadavary*” onde estava “*arruinada a pataya*”, sendo “*incapaz de poder recolher nella o mantimento do Prezídio*” de Asserim (Asherigad), tendo-se recomendando ao capitão-geral Manuel Lobo da Silveira que procedesse à sua reconstrução<sup>1493</sup>. Se identificarmos esse local com a actual aldeia de Dhanivari<sup>1494</sup>, então teríamos um importante descritor geográfico para o limite norte da pravana de Asserim, delimitação que coincidiria com as demarcações patentes na cartografia inglesa Oitocentista.

A defesa da pravana continuou a ser assegurada por um corpo de cerca uma centena de peões sob as ordens de um capitão do Campo, sendo que metade ficava normalmente sedeadada na tranqueira de Varanapor (Barhanpur) e outra metade na montanha – onde havia mais moradores com armas<sup>1495</sup>. Em períodos de paz, o número de peões chegou a ser reduzido para setenta<sup>1496</sup>.

### ***Manorá (pravana de Manorá)***

A tanadaria e pravana de Manorá as suas trinta e seis aldeias distribuíam-se por aproximadamente 313,4 km<sup>2</sup>. A norte, a pravana confinava com a de Asserim, enquanto que a oeste, os cursos dos rios Vaitarna e Suria separavam-na das pravas de Mahim-quelme e Tarapur. A sul, a fronteira acompanhava durante poucos quilómetros o rio Tansa, inflectindo depois para norte em direcção à montanha de Tacamaca (Takmak), linha que separava a subdivisão da pravana Hera. Para leste, parte da fronteira com o reino dos Coles seguia novamente o rio Vaitarna, sendo que a norte da ancestral fortificação de Coja (Kohoj), a fronteira expandia alguns quilómetros para o interior. Toda a pravana de Manorá ficava assim ao alcance das incursões dos Coles, factor que cedo terá desvalorizado as suas entidades geotributárias.

Por outro lado, à semelhança do que acontecia na vizinha pravana de Asserim, os capitães-tanadar de Manorá tinham como principal “*interesse*” associado ao cargo o trato de madeira, o que causava fricções com os foreiros. Numa exposição mais tardia da década de 1720, lamentava-se o facto dos capitães dessas duas jurisdições “*obrigarem a gente das aldeias a que trabalhem neste exercício*” do corte da madeira “*por jornais muito diminutos*”. Para além do mais, os próprios capitães eram os rendeiros de muitas das aldeias dessas duas pravas, empregando abusivamente da sua autoridade para

---

<sup>1493</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 6 de Março de 1677, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 13*, Ms. 1171, fl. 109, HAG.

<sup>1494</sup> Arnadavari (Dhanavari), coordenadas: 19°58'35"N, 72°55'31"E (loc. prov.).

<sup>1495</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 29 de Outubro de 1678, *Série Azul*, Ms. 499, fls. 12, 12v, BACL.

<sup>1496</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 6 de Maio de 1694, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 16*, Ms. 1174, fls. 154, 155v, HAG.



canalizar os cultivadores e gados de toda a circunscrição para as entidades geotributárias que arrendavam. Logravam assim arrendá-las “*por muito menos do que valem*” aos ditos foreiros, que as “*largam por pouco por não perderem tudo*”<sup>1497</sup>.

Da mesma madeira “*do interesse*” dos capitães se faziam as tranqueiras, havendo notícia de pelo menos duas na praga, para além da principal em Manorá. A primeira terá sido a de Quião (Kev) situada bem no limite da subdivisão e perto do ponto onde o rio Vaitarna entrava nas terras do reino dos Coles. Porém, esta posição parece ter sido abandonada ainda em Quinhentos, sendo que a partir do primeiros anos do século seguinte surgem várias referências a Corangangem (Kura-Gaunje), defesa que se manteve guarnecida até final do período português.

A tranqueira de Corangangem (Kura-Gaunje), também posta sobre a fronteira leste mas já ligeiramente a sudoeste da fortificação de Coja (Kohoj)<sup>1498</sup>, teve uma história atribulada, tendo sido várias vezes atacada e destruída. Mencionada num relatório de 1602 como “*guardando as aldeas*” de Manorá<sup>1499</sup>, esta foi uma das posições abandonadas pelos portugueses durante a guerra de 1612-1615, o que levou o vice-rei Jerónimo de Azevedo a extinguir a posição e o cargo respectivo e a ordenar uma devassa sobre a conduta do capitão Manuel Correia da Silva<sup>1500</sup>. Porém, por volta de 1620 a tranqueira foi reconstruída, por iniciativa do capitão de Baçaim Francisco Távora de Ataíde, talvez devido a um recrudescimento das incursões dos Coles<sup>1501</sup>. Já no final dessa década, a tranqueira foi descrita desta forma sintética:

*“Apontamento e lixta do que a tramqueira de Coremgangem tem em sy. Esta distamte desta cidade sete legoas. A tramqueira de Coremgangem tem des portuguezes de ordenança e cem peões espimgardeiros, frecheiros e rodelleiros. Esta tramqueira he muyto fronteira ao inimigo Rey do Colle e aos ladroens. Não tem artelharia nenhuma, tendo necessidade della. São duas forças de paos cada*

---

<sup>1497</sup> [Memorial sobre o Estado da Índia] [Manuscrito] do Conde de Ericeira D. Luiz de Menezes datado de 22 de Outubro de 1720, *cod.* 6698, fls. 22v, 23, BNP.

<sup>1498</sup> A designação de Corangangem, também escrita “Carangagem” ou “Coranganges”, provém da aglutinação do nome de duas aldeias próximas, Kura e Gaunje. A localização aproximada da tranqueira será: 19°38’55”N, 72°57’29”E.

<sup>1499</sup> É possível que a tranqueira tenha sido fundada em 1600 ou 1601 por iniciativa do capitão de Baçaim (Lembrança das cousas do Norte pelo ouvidor-geral por Francisco Monteiro Leite datado de 25 de Junho de 1602, *cod.* 11410, fl. 76, BNP; Carta régia datada de 23 de Março de 1604, *Livro das Monções nº 9, 10 e 11*, Ms. 12, fls. 22-23, HAG; Carta ânua dos Jesuítas da Província de Goa datada de 30 de Novembro de 1602, *Goana Historia*, 33, I-II, fls. 73-81, ARSI)

<sup>1500</sup> Alvarás do vice-rei Jerónimo de Azevedo datados de 21 de Fevereiro de 1613 e 9 de Abril de 1614, *Livro de Alvarás nº 3*, fls. 51v, 173v, 174, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim Cunha Rivara, (ed.), fasc. VI, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 920, 1051, 1052.

<sup>1501</sup> [Certidão de] *Francisco Távora de Atayde, moço fidalgo, filho de António de Atayde, natural de Villa Viçosa, q. do Reuno veo de 614*, in Consultas dirigidas ao Rei pelo Governador da Índia, António Teles de Meneses datado de 13 de Novembro de 1640, fls. 10, 11, *cod.* 6946, BNP; Carta do governador Fernão de Albuquerque datada de 5 de Março de 1620, *Livro dos Reis Vizinhos nº 1*, Ms. 969, fl. 91v, HAG.

*huma dellas tem coatro guaritas. Está parte della no chão por estarem podres os paos de está sercada o que se deve acudir e torná-la a fazer de novo.*”<sup>1502</sup>

Poucos anos mais tarde, o capitão João Coelho de Niza iniciava o seu triénio em Corangagem (Kura-Gaunje), encontrando-a “*aberta por todas as partes, com os paos podres, sem nenhuma guarita, nem defensão, e desprovida de polvora e chumbo*”. Segundo consta da sua certidão de serviços, Coelho de Niza restaurou a cerca e guarneceu-a “*com quatro guaritas altas e humas cazas no meyo dellas, de madeira de tecca e cobertas de telha, e huma Igreja da mesma maneira, tudo a sua custa*”<sup>1503</sup>.

Durante a invasão do rei dos Coles de 1670 e as campanhas subsequentes de Sambhaji, a tranqueira foi tomada e queimada, tendo sido reconstruída em Julho de 1686, pouco depois de os portugueses reconquistarem a zona<sup>1504</sup>. Nessa ocasião, foi dotada de duzentos homens. Mas finda a guerra luso-marata e com o retorno da vizinha mogol, a guarnição foi reduzida para quarenta peões<sup>1505</sup>.

Já no final do período português, parte da guarnição da tranqueira de Corangagem encontrava-se destacada na montanha de Tacamaca (Takmak) para impedir que esta fosse ocupada pelas forças maratas. Esta elevação, situada cerca de 17,5 km a sul de Manorá (Manor) numa elevação com 910 m de altitude, foi provavelmente dotada de estruturas defensivas antes do período português. Quando os maratas conquistaram os reinos dos Coles e de Sarceta, entre 1670 e 1676, em Tacamaca (Takmak) não existiam mais que umas cisternas escavadas na rocha e ruínas de muralhas.

Face à nova ameaça, o vice-rei Luís Furtado e Albuquerque (g. 1671-1677) ordenou a defesa da posição fronteiriça<sup>1506</sup>, tendo o capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira cumprido esta directiva com pessoas destacadas da tranqueira de Saibana Nova (Chandip ou Mandvi), limpando-se também as suas cisternas<sup>1507</sup>. Contudo, esta decisão não aparenta ter resultado em qualquer actividade construtiva portuguesa no sítio nem mesmo no seu guarnecimento permanente. Ao invés, durante os períodos de ocupação marata, entre 1683 e 1686 e novamente de 1730 a 1732, é provável que se tenham edificado no topo da elevação algumas estruturas de aquartelamento. Entre 1733 e 1737, Tacamaca (Takmak) esteve guarnecida com um pequeno destacamento português de dez soldados

---

<sup>1502</sup> Apontamento e lista do que a tranqueira de Coremgangem tem...datado de Novembro de 1629, *Livro da Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 522-522v, HAG

<sup>1503</sup> [Certidão de serviços de] *José Coelho de Niza, cavaleiro fidalgo...*, in Consultas dirigidas ao Rei pelo Governador da Índia, António Teles de Meneses datado de 13 de Novembro de 1640, fls. 55v, 56, *cod. 6946*, BNP.

<sup>1504</sup> Assentos do Conselho da Fazenda datados de 25 de Junho e 2 de Julho de 1686, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fls. 135v, 136, 136v, HAG.

<sup>1505</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 6 de Maio de 1694, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 16*, Ms. 1174, fls. 154, 155v, HAG.

<sup>1506</sup> Regimento do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado 22 de Fevereiro de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 139v-141, BACL.

<sup>1507</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 17 de Julho de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fl. 28, BACL.

sob o capitão da tranqueira de Corangangem (Kura-Gaunje)<sup>1508</sup>, tendo sido uma das primeiras posições fronteiriças a cair na derradeira campanha contra a PN. Por tudo o que ficou exposto, Tacamaca (Takmak) não se pode considerar nem uma tranqueira nem uma torre, mas sim outro dispositivo defensivo – provavelmente, apenas cisternas escavadas no topo de uma montanha e talvez uma ou duas palhotas entre ancestrais muros caídos.

Para além das suas três tranqueiras e da posição de montanha, assinalam-se as ruínas de pelo menos cinco casas-torre entre as aldeias da pragana de Manorá: Ducatana (Dhuktan); Alloly (Haloli); Dainsar (Dahisar); Sacrem (Sakhare); e Pargão (Pargaon)<sup>1509</sup>.



Fig. 267. Ruínas da casa-torre de Ducatana (© BBB, 2007)

Deste conjunto de estruturas, que talvez remonte à segunda metade do século XVI e às primeiras vagas de foreiros portugueses<sup>1510</sup>, apenas foi possível documentar os vestígios arqueológicos de Pargão (Pargaon) e Ducatana (Dhuktan). Esta última aldeia pertenceu no último quartel de

---

<sup>1508</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 5 de Fevereiro de 1733, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 242, HAG.

<sup>1509</sup> Ducatana (Dhuktan), coordenadas: 19°40'59"N, 72°52'07"E; Alloly (Haloli), coordenadas: 19°40'06"N, 72°54'02"E; Dainsar (Dahisar), coordenadas: 19°38'33"N, 72°53'14"E; Sacrem (Sakhare), coordenadas: 19°38'21"N, 72°52'05"E; Pargão (Pargaon), coordenadas: 19°35'53"N, 72°52'37"E.

<sup>1510</sup> ANTUNES, Luís Frederico Dias, "Algumas considerações sobre os Prazos de Baçaim e Damão", *Anais de História de Além-mar*, vol. III, Lisboa, Centro de História de Além-mar / FCSH Universidade Nova, Dezembro de 2002, pp. 231-257.

Seiscentos a Rodrigo de Castro, um dos senhorios mais poderosos de toda PN e um dos poucos que possuía aldeias em ambos distritos de Damão e Baçaim<sup>1511</sup>. Apesar do seu avançado estado de ruína, esta estrutura representa um dos mais eloquentes exemplos de torres solarengas na PN, especialmente pela sua relação com a paisagem. Situada num terreno com uma ligeira pendente, a meio caminho entre o rio Suria e um pequeno monte a leste, a sua posição domina um ampla zona de várzeas em redor e ainda a cordilheira de Santa Cruz (Asava) e Caldurga (Kaldrug), no horizonte a oeste. Enquanto que a espessura das suas paredes e a ausência de aberturas – para além da porta – no piso térreo atestam a sua vocação defensiva, uma série de pequenos orifícios nas faces exteriores das alvenarias sugerem a aposição de dependências em madeira ao redor da torre de pedra e cal<sup>1512</sup>. Aparentemente, durante uma das guerras luso-maratas, ocorreu uma importante batalha neste local ou próximo dele, conforme alude uma pequena inscrição e uma cruz colocadas junto às ruínas em 1915<sup>1513</sup>.

Os vestígios na aldeia Pargão (Pargaon) sugerem a existência de uma estrutura rural no centro da povoação, com vários muros em redor do sítio onde se implantaria uma torre ou casa-torre. Porém, nesse preciso local foi edificado recentemente um reservatório de água, constatando-se várias outras construções, intervenções e desabamentos, processos que dificultam a leitura das ruínas. Devido a constrangimentos de tempo, não foi possível documentar as restantes ruínas nas aldeias da praga de Manorá.



Fig. 268. Ruínas de estrutura em Pargão (© Raut, 2007)

---

<sup>1511</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 22 de Julho de 1690, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 16*, Ms. 1174, fls. 13, 13v, HAG.

<sup>1512</sup> A prática de apôr construções de madeira a torres senhoriais estava amplamente difundida em Portugal (AZEVEDO, Carlos de, *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*, Lisboa, Livros Horizontes, 1969, pp. 27, 28).

<sup>1513</sup> A inscrição lê: “In Memory of the 300 Christians massacred about this place. W. Annunciation & C.º Scul. Bombay. Rev. Com. Azarias Souza e Menezes. Vicar of Tarapur. Anno 1-1-1915”.



### *Campo de Baçaim ou de Saibana (praganas Solgão, Hera e Caimão)*

A tanadaria do Campo de Baçaim, também designada frequentemente por Campo de Saibana - nome de uma das suas tranqueiras - foi a divisão do distrito que mais preocupações defensivas suscitou ao Estado. A sua fronteira leste foi palco de inúmeras invasões e acções de guerrilha, levando à fixação de numerosos contingentes de tropas, ainda que maioritariamente de origem indiana. A tanadaria subdividia-se em três praganas: Hera, com vinte e nove aldeias e 227,3 km<sup>2</sup>; Solgão, com vinte e oito aldeias e cerca de 133,6 km<sup>2</sup>; e Caimão, abrangendo quarenta e três entidades geotributárias e 254,2 km<sup>2</sup>. Destas três praganas, as de Hera e Caimão confinavam com os reinos indianos ao longo de cerca de 35 km de raia. Face às grandes invasões das potências indianas, os portugueses não tinham capacidade de defender eficazmente essa fronteira, recuando então para as tanadarias e cassabés de Agaçaim e Baçaim. Mas nessa primeira linha se poderia auscultar as movimentações inimigas e eventualmente retardar o seu avanço, atacando as suas linhas de comunicação, ganhando tempo para se preparar a defesa dos cassabés na costa.

Já na guerrilha com o reino dos Coles, que afectou com altos e baixos praticamente a totalidade dos dois séculos de história da PN, essa mesma raia e as aldeias de Hera (Hedavad) e Caimão (Kaiman) constituíam o palco central de operações<sup>1514</sup>, sendo que raramente lograram os Coles ultrapassar o Campo de Baçaim e ameaçar os cassabés costeiros. Para responder a estas ameaças, e tendo em conta os sempre limitados recursos do Estado, cedo se verificou a necessidade de instituir corpos volantes que pudessem percorrer rapidamente a extensão da fronteira, assistindo em locais diferentes conforme as ocasiões assim o ditassem. Pelos mesmos motivos, não compensava ao Estado edificar e guarnecer fortificações de pedra e cal nessa mesma fronteira. Para além de ser preciso um grande investimento inicial, essas posições obrigariam a uma constante despesa em abastecimento de víveres e apetrechos de guerra. Para além do mais, se as fortificações caíssem em mãos das grandes potências de terra firme, estas poderiam mais facilmente sustentá-las e defendê-las tornando-se tarefa árdua desalojá-las. Assim, procedeu-se à construção de uma rede de tranqueiras de madeira em diversos locais da tanadaria do Campo de Baçaim.

Naturalmente que esta situação estava longe de ser a ideal para os foreiros das cerca de cem de aldeias da tanadaria. Dificilmente as podiam granjear e rentabilizar sujeitas como estavam à guerrilha dos Coles e ainda à mercê das invasões de maior escala. Nem se quer era possível assegurar a fixação dos aldeãos nas suas terras, visto que estes facilmente poderiam passar às vizinhas e evitar o resgate pelas forças portuguesas. Não espanta assim que os foreiros destas aldeias tenham anuído a

---

<sup>1514</sup> Hera (Hedavad), coordenadas: 19°26'47"N, 72°52'56"E (localização provável).

pagar o imposto do grão-candil aos Coles, equivalente ao chouto taxado em Damão<sup>1515</sup>. A este panorama, pode-se acrescentar-se a situação já descrita para as tanadaria de Manorá e Asserim, onde os capitães ou soldados se tornavam os rendeiros de entidades geotributárias<sup>1516</sup>. Por tudo isto, as aldeias das praganas do Campo de Baçaim dificilmente poderiam sustentar as obrigações de milícia que recaíam sobre os seus senhorios, tendo sido progressivamente diminuídas até à sua extinção final, no último quartel de Seiscentos.

Mesmo suspendendo-se as obrigações de cavalo ou de espingarda devido às quebras nos rendimentos rurais, muitos foreiros simplesmente não estavam interessados em possuir as entidades geotributárias. Não existiam a estrutura e infra-estrutura necessária para se aplicar o processo de ocupação e exploração colonial desenvolvido na faixa costeira – muito menos para consentir acções de missionação, que poderiam despovoar ou enfraquecer permanentemente aldeias inteiras. Aos senhorios com meios para ultrapassar todas estas dificuldades e para granjear as aldeias mais próximas da fronteira, seria naturalmente aconselhável a edificação de uma torre, não apenas para proteger o produto da sua aldeia em caso de incursões ou roubos, mas também como símbolo de efectiva apropriação do território numa zona onde a soberania e mecanismos de defesa do Estado eram muito voláteis.

A responsabilidade militar desta extensa e problemática parcela territorial era do capitão-mor do Campo de Baçaim, inicialmente designado por “*tanadar-mor*”. Sob as suas ordens militavam normalmente outros capitães e naiques-mor, para além de um número variável de elementos militares consoante as ocasiões. A jurisdição deste capitão-mor não excedia as três praganas da sua tanadaria<sup>1517</sup>, sendo que não incluía a pragana de Manorá (Manor) nem as praganas de terra firme a leste da ilha de Salcete. Todos respondiam igualmente perante o capitão-mor de Baçaim, ou perante um capitão-geral ou general, se houvesse um designado para a PN.

Durante as primeiras oito décadas após a cedência de Baçaim, a estância por excelência do capitão-mor do Campo era a tranqueira de Saibana Velha (Saivan) na pragana de Hera, e em Baçaim de Cima (Vasai) durante períodos de paz<sup>1518</sup>. A aldeia fronteiriça de Saibana Velha (Saivan) - à beira do

---

<sup>1515</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década XI, Liv. 3, caps. 10, 11, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788, pp. 335-336, 354; Carta régia datada de 10 de Março de 1598, *Livro das Monções nº 2*, Ms 2, fl. 406, HAG, pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), fasc. III, pt. II, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 863, 864.

<sup>1516</sup> V. *supra*, p. 519.

<sup>1517</sup> Para o último quartel do século XVII e período subsequente, a jurisdição do capitão-mor do Campo parece ter sido alargada à pragana Anjor. V. *infra*, pp. 527, 528.

<sup>1518</sup> As casas dos primeiros tanadares-mor em Baçaim de Cima (Vasai) são mencionadas por Simão Botelho, em 1548. Mais de um século depois, o capitão-geral Manuel Lobo da Silveira queixava-se do facto do capitão-mor do Campo estar a residir nesse mesmo local numa altura em que se temia uma ataque marata (Carta do vedor da Fazenda Simão Botelho datada de 24 de Dezembro de 1548, pub. in *Subsidios para a História da Índia Portuguesa...*, Rodrigo de Lima Felner

rio Tansa, cerca de 30 km a montante de Agaçaim - é mencionada no *Tombo* de 1548, embora não haja referência explícita a nenhuma tranqueira<sup>1519</sup>. Assinala-se porém os quatro capitães que com seus naiques e peonagem defendiam os “*passos*” das pragana de Hera e de Caimão sob as ordens do dito tandar-mor<sup>1520</sup>. Saibana Velha (Saivan) seria seguramente um desses passos, pois por ela passava a “*estrada real*” que unia Baçaim às cidades indianas da terra firme até Agra<sup>1521</sup>. Durante toda a segunda metade de Quinhentos, a tranqueira de Saibana Velha (Saivan) esteve no epicentro da guerrilha com o reino dos Coles, mas apenas para o derradeiro ano desse século se regista uma menção à tranqueira que “*hera a defenção do distrito de Baçaim*”, estrutura destruída e sua guarnição morta durante uma incursão do rei feudatário vizinho. A tranqueira foi reedificada pelo capitão Álvaro da Costa, depois de ter derrotado algumas forças inimigas<sup>1522</sup>. Durante a guerra de 1612-1615, toda a tanadaria foi rapidamente invadida e ocupada pelos exércitos de Ahmadnagar, sendo a tranqueira novamente queimada.

No princípio do conflito de 1612-1615, o vice-rei Jerónimo de Azevedo ordenava o desmantelamento das tranqueiras de Saibana (Saivan), Corangangem e Majorá (Majur?), sem dúvida por não terem oferecido resistência à cavalaria de Ahmadnagar. Prevvia-se também a concentração das suas guarnições numa única posição, a tranqueira de Hera (Hedavade), onde deveria passar a residir o capitão-mor do Campo de Baçaim<sup>1523</sup>.

Por conseguinte, o vice-rei Jerónimo de Azevedo determinou edificar nova tranqueira perto da principal aldeia da pragana de Hera, provavelmente no mandovim de Hera (Mandvi) ou na aldeia de Hedavade<sup>1524</sup>, prevendo-se aí a concentração de todas as tropa afectas ao capitão-mor do Campo<sup>1525</sup>. Contudo, restabelecida a paz, a tranqueira de Saibana Velha (Saivan) foi reedificada aparentemente no mesmo sítio, tendo o seu capitão Lopo Gomes de Abreu recebido um novo

---

(ed.), Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1868, p. 8; Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 6 de Dezembro de 1678, *Série Azul*, Ms. 496, fl. 32, BACL).

<sup>1519</sup> Tranqueira de Saibana Velha (Saivan): 19°28'49"N, 72°59'10"E (localização provável).

<sup>1520</sup> *Subsidios para a História da Índia Portuguesa...*, Rodrigo de Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1868, pp. 210, 211.

<sup>1521</sup> Esta rota passava pelo desfiladeiro de Tal e fortificação de Balvantgad (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, pp. 14, 46, 197).

<sup>1522</sup> Certidão de Serviços de Francisco Homem de Azevedo datado de 26 de Agosto de 1603, *Res.* 2, maç. 4, nº 100, fl. 23, SGL.

<sup>1523</sup> Alvará do vice-rei Jerónimo de Azevedo datado de 21 de Fevereiro de 1613, *Livro de Alvarás nº 3*, fls. (?), HAG, pub in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara, vol. IV, fasc. VI, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 920-921.

<sup>1524</sup> V. *supra*, 3.3.10. “Saibana Nova (Mandvi ou Chandip)”, pp. 468-472.

<sup>1525</sup> Alvará do vice-rei Jerónimo de Azevedo de 21 de Fevereiro de 1613, *Livro de Alvarás nº 3*, fl. 52v, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim Cunha Rivara, (ed.), fasc. VI, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 920, 921.

regimento por parte do dito vice-rei em 1617<sup>1526</sup>. Como não se conhece qualquer representação visual desta tranqueira, transcreve-se aqui a melhor descrição localizada, datada de 1629, escassos antes da estrutura ser abandonada:

*“Apontamento e lixta do que a tranqueira de Saibana tem em sy. E esta tranqueira esta distamte desta cidade seis legoas. A tranqueira do Capitão-mor do campo, Lopo Gomes de Abreu, está situada numa aldeia por nome Saibana. Tem de circuito sessenta braças [cerca de 132 m] a qual hé feita de madeira com dous baluartes da mesma madeira com seus telhados e casa do capitão sendo tãobem de madeira. Tem hum falcão de metal aparelhado, havendoçe-se mister quando menos mais dous pera defenção da dita tranqueira; e assy tem mais huma serca de espinhos e paos de mato em que se agazalhão os vinte e nove portugueses que per regimento tem a dita tranqueira com suas molheres e familia. E assy mais os cristãos espingardeiros da copia dos quinhentos e coarenta entre piões e naiques que tem a dita tranqueira tãobem per regimento. E nesta serca estão duas guaritas de madeira com alguns mosquetes de trilhão que o dito capitão comprou per seu dinheiro que não basta per esta serca. Tem mais outra serca o que fazem três em que se agazalhão toda a mais cópia de piões gentios e mouros . Esta última cerca tem coatro guaritas. Nessas e nas mais há de noute vigias aos coartos e portugueses que roldão.”*<sup>1527</sup>

Atente-se na segregação religiosa aplicada na distribuição das estruturas, sendo de prever que no segundo anel concêntrico também existisse uma separação entre as habitações hindus e muçulmanas. Todo o cenário aponta para um fortificação e povoação de carácter efémero ou nómada, por assim dizer, sobressaindo o facto de existir apenas uma peça de artilharia ligeira. Aquando da visita dos oficiais do Estado à PN em Outubro de 1633, ordenou-se que a maior parte da guarnição de Saibana Velha (Saivan) passasse para uma nova tranqueira a edificar no sítio “*de Chandipo*” (Chandip), cerca de 8,75 km mais para oeste:

*“Item. Foram ver a tranqueira de Saibana e o sítio de Chandipo para onde ordenaram se passasse a maior parte da gente da dita tranqueira e se fizessem em uma e outra parte as obras necessárias pelos apontamentos que sobre isso se fizeram e se entregaram para o dito efeito aos ministros e oficiais a quem tocava.”*<sup>1528</sup>

---

<sup>1526</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 18 de Julho de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fls. 35-36v, BACL.

<sup>1527</sup> Apontamento e lista do que a tranqueira de Saibana tem...datado de Novembro de 1629, *Livro da Monções nº 13-B*, Ms. 15, fls. 522-522v, HAG.

<sup>1528</sup> Relatório Oficial da Fazenda Geral datado 27 de Outubro de 1633, *Índia*, cx. 16, doc. 85, AHU.



O facto de se recomendar obras de beneficiação também neste novo local faz supor que já existiria aí uma estrutura primitiva, provavelmente uma torre feita da madeira<sup>1529</sup>. Contudo, é provável que no local de Saibana Velha (Saivan) tivessem continuado a haver estruturas de apoio para aquartelamento temporário ou que tenha existido uma ou outra reconstrução esporádica da sua tranqueira<sup>1530</sup>.

Ainda que o capitão-mor do Campo tenha passado a assistir a maior parte do tempo na nova tranqueira de Saibana Nova (Mandvi ou Chandip), já bastante mais perto da faixa costeira e perto da delimitação da pragana Solgão, terá também continuado operacional a tranqueira de Majorá (Majur), sita na pragana Caimão e a sul da cordilheira de Gontará (Gumtara). Este era o segundo local mais atreito a incursões na tanadaria, entre o rio Kamavadi e a cidade indiana de Biundi (Bhiwandi). A posição de Majorá (Majur) existia desde pelo menos inícios de Seiscentos, visto ter sido uma das que o vice-rei Jerónimo de Azevedo pretendeu desguarnecer após a guerra de 1612-1615<sup>1531</sup>. Contudo, foi por várias guarnecida em períodos posteriores<sup>1532</sup>.

Entre a década de 1630 e a campanha luso-marata de 1683-1684, a defesa do Campo de Baçaim assentou assim nas três posições de Saibana Nova (Mandvi ou Chandip); Saibana Velha (Saivan); e Majorá (Majur)<sup>1533</sup>. Contudo, ainda antes desse conflito, a vizinhança marata consolidou-se ao longo de toda a PN. Terá sido nesse período que surgiu a necessidade de defender melhor a pragana de Caimão e também Anjor, esta última até então defendida por capitães indianos vassalos. Sugiro que tenham sido edificadas, reforçadas ou simplesmente restauradas nessa ocasião uma série de estruturas vizinhas à cidade de Biundi (Bhiwandi), a maior parte das quais torres de aldeias, entre as quais a mais robusta e desenvolvida fortificação de Cambá (Kambhe), já descrita<sup>1534</sup>.

---

<sup>1529</sup> Relação das fortificações da Província do Norte de Valentim Correia datada de 17 de Novembro de 1634, *Livro das Monções nº 19-D*, Ms. 25, fls. 65-70, HAG; Carta do vice-rei Miguel de Noronha conde de Linhares datada de 8 de Fevereiro de 1635, *Livro das Monções nº 19-B*, Ms. 23, fls. 65-70, HAG; Carta régia datada de 30 de Janeiro de 1636, *DRILM*, liv. 36, fl. 95, nº 26, IAN/TT; Carta do vice-rei Pêro da Silva datada de 3 de Março de 1636, *DRILM*, liv. 37, fl. 51, nº 26, IAN/TT.

<sup>1530</sup> Assento do Conselho da fazenda datado de 8 de Abril de 1684, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fl. 37v, 38, HAG; Assento do Conselho da Fazenda datado de 21 de Fevereiro de 1715, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 18*, Ms. 1177, fl. 170v, HAG.

<sup>1531</sup> Alvará do vice-rei Jerónimo de Azevedo de 21 de Fevereiro de 1613, *Livro de Alvarás nº 3*, fl. 52v, HAG, pub. in *Arquivo Português Oriental*, Joaquim Cunha Rivara, (ed.), fasc. VI, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 920, 921.

<sup>1532</sup> Durante a primeira metade de 1695, por exemplo, decidiu-se levantar uma companhia de vinte espingardeiros para defender o “sítio” de Majorá (Majur) (Assento do Conselho da Fazenda datado de 27 de Julho de 1695, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 16*, Ms. 1174, fl. 200, HAG).

<sup>1533</sup> Assento do Conselho da fazenda datado de 8 de Abril de 1684, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fl. 37v, 38, HAG.

<sup>1534</sup> V. *supra*, 3.3.12 “Cambá (Kambhe)”, p. 474. De referir ainda que esta área foi severamente afectada por uma invasão de forças mogóis em 1651-1652 (Assento do Conselho da Fazenda datado de 5 de Julho de 1652, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 8*, Ms. 1166, fls. 117v, 118v, HAG).

Deste grupo destaca-se também a torre de Firanguipará (Kharbav)<sup>1535</sup>, cuja designação poderá sugerir um dos primeiros locais a ser ocupado e povoado por portugueses no sul da pravana de Caimão, próximo da confluência dos rios de Gorbandel e Kamvadi. A primeira referência encontrada sobre Firanguipará (Kharvbav) data de 1678. Nesse ano, e face a ameaças oriundas de Biundi (Bhiwandi) e Galiana (Kalyan), assistia um capitão e “cabo” da pravana Caimão na torre de “*Firinguipadã*”, sob ordens do capitão do Campo de Baçaim. Esse mesmo militar afirmava que não existiam mais que dez milicianos *espingardeiros* em toda a pravana de Caimão, todos concentrados na dita torre<sup>1536</sup>. Quatro décadas mais tarde, a fortificação era ainda descrita como uma torre, mantendo-se para ela destacado um capitão<sup>1537</sup>.



Fig. 269. Ruínas de estrutura em Pargão (© Mendiratta, 2010)

Firanguipará (Kharbav) foi conquistada pelos maratas na segunda metade de 1730 e as estruturas que hoje se vêem no local datam provavelmente dessa fase, não se entretendo qualquer vestígio de

---

<sup>1535</sup> Firinguipará (Kharbav): 19°17'43"N, 72°59'41"E.

<sup>1536</sup> Cartas do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datadas de 8 de Agosto e 11 de Setembro de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fls. 76, 76v, 185v, BACL; Carta do capitão Manuel Silva Peixoto datada de 11 de Setembro de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fl. 185v, BACL.

<sup>1537</sup> Carta do vice-rei Luís de Meneses datada de 4 de Março de 1720, transc. in *Espólio da Memória Histórica do Caso de Nagar-Aveli*, verbete nº 499, AHU.



uma casa-torre de aparência portuguesa<sup>1538</sup>. À falta de documentação, não se pode asseverar categoricamente que as ruínas subsistentes na actual aldeia de Kharbav sejam de origem portuguesa, podendo antes corresponder a uma profunda reconstrução sobre a torre portuguesa obrada pelos maratas entre 1730 e 1732.

Foram documentados vestígios de torres ou outras estruturas similares em pelo menos cinco outras aldeias nesta área da praga Caimão, embora acerca delas não se tenham localizado referências entre as fontes portuguesas. Em Nandorqui (Nandurkhi)<sup>1539</sup>; Zunandurkhi<sup>1540</sup>; Gany (Gane)<sup>1541</sup>; e Nagala (Nagle)<sup>1542</sup>, os vestígios arqueológicos são semelhantes: estruturas de implantação quadrada, com grossas alvenarias e escassas ou nenhuma abertura no piso térreo para além da porta e ainda pequenos orifícios de encaixe no exterior das paredes.



Fig. 270. Ruínas da casa-torre de Nandorqui (© Mendiratta, 2010)

---

<sup>1538</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Como se perdeu Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 9, Nova Goa, 1931, pp. 30-32; BURGESS, James, *Revised Lists of Antiquarian Remains in the Bombay Presidency...*, Archaeological Survey of India, New Imperial Series of Reports. vol. 16, Bombay, 1897, p. 112.

<sup>1539</sup> Nandorqui (Nandurkhi): 19°19'07"N, 73°01'03"E.

<sup>1540</sup> Zunandurkhi: 19°19'51"N, 73°01'18"E.

<sup>1541</sup> Gany (Gane): 19°18'45"N, 73°00'02"E. Em 18 de Agosto de 1678, apenas havia “*huma espingarda*” na aldeia Gany (Gane), pelo que o capitão-geral ordenava ao seu detentor para assistir na “*torre de Fringuipará*” (Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 8 de Agosto de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fl. 95, BACL).

<sup>1542</sup> Nagala (Nagle), coordenadas: 19°18'40"N, 72°56'41"E.



Em Dongripada situa-se uma estrutura habitacional ainda em uso que poderá remontar ao período português e constituir um valioso exemplo de uma habitação rural da PN<sup>1543</sup>. Não se pode descrever esta edificação enquanto torre ou casa-torre, mas a sua volumetria sugere um certa influência desse tipo de edificações e várias das suas características sugerem uma origem ou influência portuguesa. Atente-se no facto de praticamente não apresentar aberturas ao nível do piso térreo para além de três ou quatro frestas e uma porta bastante elevada em relação ao nível do exterior. O piso superior também apresenta reduzidas aberturas, e apenas uma em cada lado da volumetria. Atente-se no aparelho da pedra e dos pequenos orifícios no exterior das alvenarias e anda o desenho do friso desenhado sob o beiral da última fiada de telhas imitando o seu perfil – pormenor decorativo invulgar em construções indianas recentes no território da antiga PN.



Fig. 271. Casa rural em Dongripada (© Mendiratta, 2010)

Para além das tranqueiras e das torres, existiram no Campo de Baçaim alguns dispositivos de defesa sobre elevações. Para além da já abordada fortificação de Nilá (Niladongri), situada na pragana Solgão<sup>1544</sup>, mas relacionada com o sistema de Sopará (Nalasopara), assinalam-se vestígios de estruturas nas montanhas de Jindama (Jidvhan)<sup>1545</sup>, Camandurgo (Kamandurg)<sup>1546</sup>, e Tungar<sup>1547</sup>. Em

<sup>1543</sup> Dongripada, coordenadas: 19°20'49"N, 72°55'13"E.

<sup>1544</sup> V. *supra*, 3.3.11. "Nilá (Nildongri)", p. 473.

<sup>1545</sup> Jindama (Jidvhan), coordenadas: 19°28'00"N, 72°49'38"E. [Conf. no Gazetteer relação com torre sobre elevação a uma milha para sul da igreja de Virar, pertencente a Manuel Teles de Meneses (FERNANDES, Braz, *Armas e Inscrições do Forte de Baçaim*, ed. António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958, p. 43)



todos estes lugares, terão existido antigos dispositivos defensivos, já arruinados à altura da ocupação portuguesa. Durante as guerras de 1683-1684, 1724 e 1730-1732, os maratas guarneceram estas posições, talvez consertando alguns dos seus muros e cisternas<sup>1548</sup>. Durante o último destes conflitos, a posição de Jindama (Jidvhan), por exemplo, foi palco de uma acesa batalha e sítio onde se deteve a entrada das forças maratas nos cassabés de Agaçaim (Agashi) e Baçaim:

*“O dito António dos Santos [capitão-mor do Campo de Baçaim], por ordem do general [da PN, Martinho da Silveira Meneses] os foi buscar [aos maratas] a Serra Judana, que he impenetravel, aonde os ditos inimigos tinham levantado varias fortificações, occupou huma eminencia paralela à dita serra, de donde esteve contendendo com os ditos inimigos hum dia inteiro; estando já dezenganado de não poder tomar a serra, alargarão os mesmos inimigos, [e] deixando a prezidiada se recolheu ao seu campo.”*<sup>1549</sup>

Após esse momento, o Estado ordenou o *“conçerto da Serra de Givandana e da suas sisterna”*<sup>1550</sup>. Porém, não se encontrou qualquer indicação que os portugueses tenham edificado qualquer estrutura em materiais perenes em Jindama (Jidvhan) ou nas outras posições mencionadas.



Fig. 272. Ruínas de casa-torre em Nagala (© Mendiratta, 2010)

---

<sup>1546</sup> Camandurga (Kamandurg), coordenadas :19°22'56"N, 72°57'23"E.

<sup>1547</sup> Tungar, coordenadas: 19°26'43"N, 72°55'321"E.

<sup>1548</sup> Parecer do Conselho Ultramarino datado de 13 de Novembro de 1686, *Índia*, cx. 61, doc. 168, AHU.

<sup>1549</sup> Carta do vice-rei João Saldanha da Gama datada de 27 de Junho de 1731, *Livro das Monções nº 99*, Ms. 116, fl. 248, HAG.

<sup>1550</sup> Assentos do Conselho da Fazenda datado de 9 de Janeiro, 6 de Março e 23 de Agosto de 1731, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fls. 178, 182v, 192v, 193, HAG.

### ***Cassabé (cassabés de Agaçaim, Sopará e Baçaim)***

O “*frondoso, fructifero e officioso*” Cassabé representava a parcela mais densamente habitada e aproveitada de toda a PN, produzindo açúcar, arroz, cocos, areca, figos e outros frutos<sup>1551</sup>. Considerando o conjunto das suas três subdivisões – Agaçaim (Agashi), Sopará (Nallasopara) e Baçaim -, ocupava uma área de 124,2 km<sup>2</sup> com cerca de oitenta e duas entidades geotributárias entre aldeias, hortas e “*pacarias*”. Claramente delimitado pelos rios Vaitarna a norte, Sopará a leste, e de Gorbandel a sul, no Cassabé florescia um grande número de igrejas e também, seguramente, muitas casas rurais de foreiros portugueses. Porém, são escassas as referências a torres ou casas-torre nos três cassabés. Talvez a proximidade à praça de Baçaim e a existência do rio de Sopará tenham levado os proprietários a descuidar as questões defensivas e a edificar casas mais confortáveis e refinadas, de menor vocação ou invocação defensiva. Este era o fértil território que importava ao Estado defender quando as grandes potências da terra firme indiana invadiam e transpunham as tranqueiras das praganas sertanejas.

Os pontos nevrálgicos da tanadaria do Cassabé eram os vários passos e pontes ao longo do rio de Sopará, especialmente aquele situado na própria aldeia<sup>1552</sup>, e toda a extensão entre esta e a pacaria Bolinge (Bolinj), cerca de 5 km para norte<sup>1553</sup>.

No passo de Sopará (Nallasopara) improvisou-se uma linha de tranqueira logo após a primeira invasão do cassabé, em 1540, derrubando-se também a sua ponte<sup>1554</sup>. Mas, à semelhança de outras tranqueiras, esta era insuficiente para deter um exército invasor determinado, sendo que o Cassabé foi extensamente invadido pelo menos em quatro outras ocasiões: em 1593-1594; 1612-1615; 1683-1684; e 1737-1739. Para além do mais, este frágil sistema foi minado pelo rápido assoreamento do curso fluvial, fenómeno notado pelos portugueses em meados de Seiscentos, altura em que se começa a referir a necessidade de “*abrir*” o rio de Sopará<sup>1555</sup>. Apenas assim se poderia manter a navegação de embarcações ligeiras nas zonas mais estreitas, elemento essencial para impedir as tentativas de atravessamentos. Durante o governo do general da PN Manuel de Sousa Meneses

---

<sup>1551</sup> Cópia da representação para ver e saber as notícias das Terras e Fortalezas do Norte..., pub. in MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. II, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, p. 92; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIII, pt. II, *Thana*, Bombay, Government Central Press, 1882, p. 563.

<sup>1552</sup> O cassabé de Sopará (Nallasopara), subdivisão fiscal com apenas a aldeia homónima, um mandovi e talvez 1,5 km<sup>2</sup>, devia a sua existência à desaparecida cidade de Sopará (Sopara), principal núcleo urbano de toda a região até meados de século XIII (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1882, pp. 314-323).

<sup>1553</sup> Bolinge (Bolinj), coordenadas: 19°26'22"N, 72°47'50"E.

<sup>1554</sup> CASTANHEDA, Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses (1552-1561): Thirty-one chapters of the lost “Livro IX”*, C. Wessels (ed.), The Hague, Martinus Nijhoff, 1929, pp. 4, 5.

<sup>1555</sup> Relação das fortificações da Província do Norte de Valentim Correia datada de 17 de Novembro de 1634, *Livro das Monções nº 19-D*, Ms. 25, fls. 65-70, HAG; Carta do governador Filipe Mascarenhas datada de 19 de Dezembro de 1646, *DRILM*, liv. 55, fl. 484, nº 20, IAN/TT.

(g. 1713-1715), o projecto esteve perto de ter sido implementado, tendo o vice-rei Vasco César de Meneses chegado a pedir emprestadas as enxadas necessárias para os trabalhos ao padre administrador António Guerreiro, reitor do colégio jesuíta de Baçaim. Contudo, na capital da PN, as vontades não se coadunaram e o projecto foi suspenso, não sem antes terem fugido muitos dos curumbins das aldeias próximas com receio de serem alistados para a obra<sup>1556</sup>.



Fig. 273. Vista da região da ilha de Salcete, pormenor da zona do Cassabé de Baçaim, assinalando-se as três torres ao longo do rio de Suporá assim como duas pontes (Barth, *An Elevated View...*, 1803, BL)

Com o recrudescimento da ameaça marata a partir de 1718, assinalam-se mais intervenções na tranqueira linear de Suporá: quatro “*atalayas*” feitas de “*troncos de palmeiras*” dotadas de peças de artilharia ligeira<sup>1557</sup>. Volvidos poucos anos, três destas atalaias foram substituídas por “*reductos*” de pedra, mantendo-se unidos pela “*estacada vegetante*” que corria ao longo do rio, sendo que cada um deveria ser rodeado por uma cava. Apesar de não ter sido possível estabelecer com rigor o local de implantação destas três torres, ficariam certamente muito perto da ponte de Sopará e não distariam muito umas das outras, pelo facto de se flanquearem “*mutuamente*” com peças de artilharia<sup>1558</sup>. Atravessando a sua ponte e a 1 km para leste da aldeia de Sopará (Nallasopara) situava-se a já descrita posição de Nilá (Nildongri), edificada muito provavelmente após 1724 e assinalando o início da “*estrada real*” ao longo do Campo de Baçaim e das praganas Solgão e Hera<sup>1559</sup>. Enquanto

<sup>1556</sup> Sobre este projecto defensivo, V. Cartas do vice-rei Vasco César de Meneses datadas de 26 de Setembro, 27 de Outubro, 24 de Novembro, 23 de Dezembro e 30 de Dezembro de 1714, *Livro dos Segredos* nº 2, fls. 65, 67, 69v, 71v, 72 e 73, HAG.

<sup>1557</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 24 de Fevereiro de 1724, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 19, Ms. 1178, fl. 160, HAG.

<sup>1558</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 31, 54; Assentos do Conselho da Fazenda datado de 9 de Janeiro, 6 de Março e 23 de Agosto de 1731, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda* nº 20, Ms. 1179, fls. 178, 182v, 192v, 193, HAG.

<sup>1559</sup> V. *supra*, 3.3.11. “Nilá (Nildongri)”, p. 473.



que estes melhoramentos terão contribuído para deter o avanço marata sobre o Cassabé em 1730, de nada serviram na derradeira campanha de 1737.

Para além do passo de Sopará, existiram pelo menos mais duas pontes sobre o rio, em Gocorvém (Gokhvire)<sup>1560</sup> e Tembi (Tembhi)<sup>1561</sup> Enquanto que no primeiro local se ordenava a edificação de um reduto de pedra e cal por volta de 1728, é provável que na segunda posição tenha existido pelo menos uma atalaia de madeira<sup>1562</sup>.

Na faixa costeira do Cassabé, para além da capital Baçaim na ponta sul, ficava na parte do norte a importante povoação de Agaçaim (Agashi), sede de um tanadar. Esta incumbência, ao invés de outras no distrito, nunca esteve associada a uma fortificação nem parece ter tido uma vocação particularmente militar. O tanadar de Agaçaim (Agashi) terá tido assim uma função eminentemente administrativa, associada às actividades do mandovim da subdivisão<sup>1563</sup>.



Fig. 274. Vista de Agaçaim e da torra da Ilha das Vacas. As duas estruturas religiosas estão legendadas de “Con.to de S. D.os” e “Igreja” (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE)

<sup>1560</sup> Ponte de Gocorvém (Gokhivira), coordenadas: 19°23'32"N, 72°49'46"E. Esta ponte foi provavelmente destruída pelo general Goddard em Novembro de 1780, no contexto da primeira conquista britânica de Baçaim (NARAVANE, M. S., *Battles of the Honourable East India Company*, New Delhi, A.P.H. Publishing Corporation, 2006, p. 60).

<sup>1561</sup> Ponte de Tembi (Tembhi), coordenadas: 19°28'11"N, 72°46'53"E.

<sup>1562</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria ...no anno de 1728”, *O Chronista de Tisuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 54;

<sup>1563</sup> Inicialmente, a tanadaria foi provida em “soldados pobres”, por “não ser de muito rendimento” (*Livro das cidades, e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das capitánias, e mais cargos, que nelas há, e da importância deles*, Francisco Mendes da Luz (ed.), Sep. de Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1952, p. 39).



Num processo análogo àquele ocorrido em várias outras povoações da PN – como Tarapur, Mahim-quelme (Kelwamahim) ou Taná (Thane) – o casario de Agaçaim (Agashi) desenvolveu-se de forma irregular, ficando intercalado por extensas hortas e palmares. Esta disposição dificultava a aplicação de projectos abrangentes de fortificação, sendo que a principal defesa da povoação, pelo menos até 1613, foi a igreja fundada pelos franciscanos, sendo queimada pelas forças de Ahmadnagar nesse ano<sup>1564</sup>. Após esse desaire, quando se considerou a possibilidade de dotar a povoação com uma fortificação, optou-se por mantê-la aberta de modo a não incentivar a saída de residentes de Baçaim<sup>1565</sup>.



Fig. 275. Torre da Ilha das Vacas (© Mendiratta, 2010)

Uma das poucas estruturas defensivas perto da povoação foi implantada na ilha das Vacas (Arnalla) por iniciativa do seu senhorio, estrutura que surge claramente destacada na iconografia de Barreto de Resende. Destinada a prevenir desembarques de corsários malabares, já na década de 1630 estava

---

<sup>1564</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, vol. I, 1876, pp. 62, 64, 66; Carta do capitão de Baçaim Gaspar Pereira datada de 18 de Dezembro de 1613, *DRILM*, António Bulhão Pato (ed.), tom. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, pp. 463, 464; Alvará do vice-rei Jerónimo de Azevedo datado de 7 de Maio de 1613, *Livro de Alvarás nº 3*, fl. 105v, HAG, pub. in *Arquivo Português Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), vol. VI, Nova Goa, Imprensa Nacional, pp. 961, 962; Carta do vice-rei Jerónimo de Azevedo datada de 22 de Dezembro de 1613, *Livro das Monções nº 12*, Ms. 13, fls. 44v-46, HAG.

<sup>1565</sup> Carta do vice-rei João Coutinho datada de 7 de Fevereiro de 1619, *DRILM*, António Bulhão Pato (ed.), tom. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, pp. 268-269.

abandonada e em mau estado. Ainda assim, voltou a estar guarnecida nos últimos anos de Seiscentos, pelo que poderá ter sido restaurada<sup>1566</sup>. Contudo, a estrutura que se vê actualmente no local, se bem que possa corresponder ao sítio da torre portuguesa, tem um perfil marata, não apenas pelo aparelho da pedra e ausência de vestígios de cal mas também pela compartimentação no interior do seu recinto. Pode-se especular que os maratas tenham envolvido a torre de origem portuguesa com uma nova camada de alvenaria, embora nenhum elemento observado no local tenha indiciado tal suposição.



Fig. 276. Interior da torre da Ilha das Vacas (© Mendiratta, 2010)

As ameaças de ataques anfíbios ao Cassabé regressaram na segunda metade do século XVII, especialmente após o desembarque e pilhagens dos omanitas nos arredores de Baçaim em 1674. No seguimento dessa acção, e como as armadas inimigas continuavam a assomar à costa da PN, o capitão-geral Manuel Lobo da Silveira ordenou a edificação de dois “*baluartes de palmeiras entulhados, pera por artelharia*”, um no local do dito desembarque perto da aldeia Borgão

---

<sup>1566</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 11 de Setembro de 1697, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 17*, Ms. 1175, fl. 35, HAG.



(Bhuigaon) e outro na praia da aldeia Vagoly (Wagoli)<sup>1567</sup>. Destes apenas o primeiro foi levantado, empregando “*arriba de cento e tantas palmeiras*”<sup>1568</sup>.

Descendo até a ponta sul do Cassabé, situava-se a extensa zona suburbana em redor da cidade abaluartada e capital da PN. Com pelo menos sete igrejas ou capelas espalhadas num arco de 5 km de raio em redor das muralhas, esta era a parcela territorial onde a presença colonial portuguesa se fazia sentir com maior intensidade. Entre as várias aldeias e hortas intercaladas por palmeirais, vários dos principais fidalgos que serviam em Baçaim tinham suas casas rurais ou suburbanas<sup>1569</sup>, sendo que as respectivas entidades geotributárias estavam geralmente aforadas a antigos capitães, capitães-mor ou generais e extensamente repartidas e arrendadas a “*rendeiros*” que eram sustentados pelos “*hortelões*”. Naturalmente que não convinha à defesa da cidade de Baçaim existirem casas senhoriais fortificadas ou grandes estaturas religiosas num raio em redor da cerca abaluartada ao alcance da artilharia - e de tal também não há notícia.

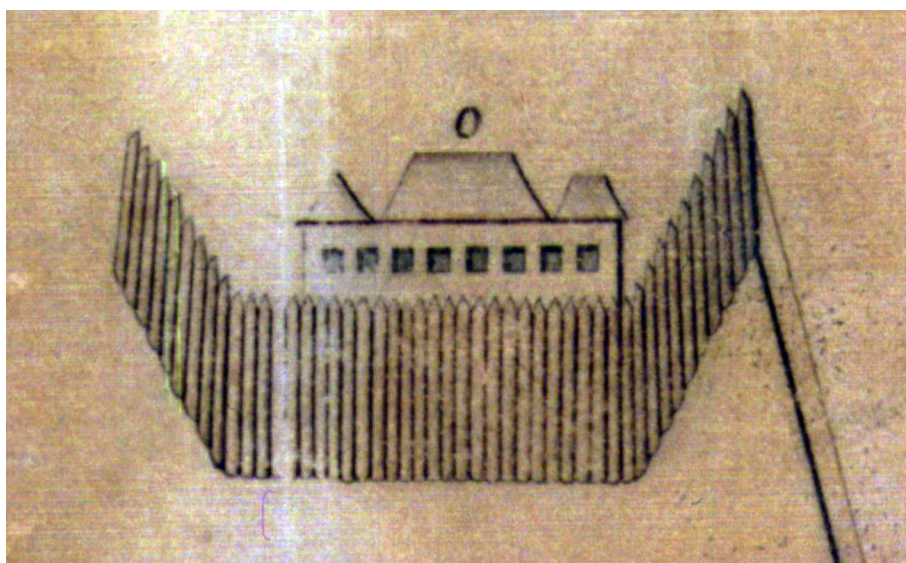


Fig. 277. Mapa do cerco a Baçaim, pormenor da casa senhorial de Madrapor, Baçaim de Cima, durante a sua ocupação pelo exército marata (*Mappa dos Aproxes...*, 1739, SGL)

---

<sup>1567</sup> Aldeia de Borgão (Bhuigaon), coordenadas: 19°23'03"N, 72°46'27"E. Aldeia de Vagoly (Wagoli), coordenadas: 19°24'46"N, 72°47'01"E

<sup>1568</sup> Diário e carata do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datados de 30 de Agosto e 19 de Setembro de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fls. 138, 216v, BACL; Carta do capitão Fernão Viegas Leitão datada de 15 de Setembro de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fl. 198v, BACL.

<sup>1569</sup> Destaca-se a casa de Madrapôr em Baçaim de Cima (Vasai) pertencente à família do general Martinho da Silveira Meneses ou a casa de Palle do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira (CORREIA, Alberto C. Germano da Silva, *História da colonização portuguesa na Índia*, vol. V, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1954, p. 234; Cartas do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datadas de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fls., BACL).

### *Ilha de Salcete (pragana de Salcete e cassabé de Taná)*

Com as suas cento e vinte entidades geotributárias espalhadas por uma área de aproximadamente 597 km<sup>2</sup><sup>1570</sup>, a ilha de Salcete, composta pela pragana homónima e pelo cassabé de Taná (Thane), constituía uma divisão em vários aspectos excepcional, tendo em conta a sua área e número de entidades geotributárias. Na ilha de Salcete também se concentravam pelo menos quarenta e quatro estruturas Católicas, cerca de metade de todas as existentes no distrito de Baçaim. Estes dados demonstram o desenvolvimento e investimento das ordens missionárias em Salcete, considerada a parcela mais segura e mais produtiva da PN - o mais “*precioso torrão*” de todo território<sup>1571</sup>. Nas palavras sintéticas de Ribeiro Coutinho, de “*suas aldeas se substenta a mayor parte da jurisdição de Baçaim, e corte de Goa*”<sup>1572</sup>. Parte desta vitalidade económica radicava inicialmente na produção têxtil e de mobiliário dos bairros de “*Tessellaria*” e “*Carpintaria*” da vila de Taná (Thane). Mas na restante pragana, abundavam os arrozais, hortas e a actividade piscatória no litoral, pelo que as suas aldeias eram de facto as mais cobiçadas pelos fidalgos e casas religiosas do Estado.



Fig. 278. Vista da Ilha de Salcete (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE)

<sup>1570</sup> Esta área incluiu as zonas alagadiças e pantanosas da ilha, muitas das quais ficam submersas durante o período das monções.

<sup>1571</sup> *Rellação da guerra que o infl. Maratá fez no Estado da Índia..., desde o dia seis de Abril de 1737 até os primeiros de Janeiro de 1745, cod. 1605 A. G., BNP.*

<sup>1572</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tisuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 56.



Constatando com esta importância económica, o investimento do Estado em estruturas defensivas foi relativamente pequeno em Salcete, especialmente se excluirmos o projecto da cidadela de Taná (Thane) na década de 1730, já abordado noutra parte deste trabalho<sup>1573</sup>. É certo que a completa insularidade do território terá proporcionado alguma segurança aos seus moradores, pelo menos até ao ataque anglo-holandês a Bombaim na terceira década de Seiscentos. Naturalmente que as aldeias costeiras da praga, especialmente aquelas da sua costa ocidental, estiveram sempre sujeitas aos ataques dos corsários malabares. Mas o facto de não terem sido afectadas pela guerrilha dos Coles ou do reino de Sarceta nem pelas invasões de larga escala do território que assolaram praganas inteiras e despovoaram inúmeras aldeias, certamente conduziu ao investimento e reforço do desenvolvimento da economia de Salcete.



Fig. 279. Mapa da Ilha de Salcete, após a queda da PN (Bellin, *Voyages...*, 1782)

Também importa salientar que a estratégia de defesa da ilha de Salcete por parte do Estado assentou quase sempre na existência de uma armada de embarcações ligeiras capaz de impedir tentativas de atravessamento para a ilha por parte dos inimigos de terra firme. Já contra as armadas holandesas e inglesas, as forças navais portuguesa eram nitidamente insuficientes para garantir a defesa das praias de Salcete.

Tendo em conta este contexto, pode-se dividir em dois períodos distintos a evolução dos dispositivos defensivos para a ilha de Salcete talvez um pouco em contra-corrente com o que se passou na restante PN. Assim, houve um claro momento de viragem na década que começou em 1634, período relativamente pacífico para o território da PN em geral, mas que em Salcete se

<sup>1573</sup> V. *supra*, 3.2.1. “Taná (Thane)”, pp. 297-218.

traduziu numa série de investimentos defensivos. Estes investimentos resultaram de uma situação que se vivia há alguns anos e que atingiu um momento de crise com o apertado bloqueio holandês à barra de Goa, entre 1636 e 1644. Também decorreram em parte da visita dos altos oficiais do Estado por ordem do vice-rei Miguel de Noronha à PN, acompanhados do engenheiro-mor Manuel Homem de Pina. Assim, durante a referida década, tiveram início as obras na fortificação de Aguada de Dongrim (Dongri); foi fundada uma posição ribeirinha em Bandorá (Bandra); e ainda uma fortificação maior na barra de Versavá (Madh Island)<sup>1574</sup>. Também sintomático desta preocupação defensiva foi o provimento constante, a partir da década de 1640, do cargo de capitão-mor da ilha de Salcete<sup>1575</sup>. É ainda possível que tenham existido obras de reforço na residência fortificada de Arengal e em torres e casas-torre da pragana<sup>1576</sup>.

Este último grupo de dispositivos é aquele que aqui nos interessa, visto que já se abordou a fortificação principal de Taná (Thane) com seu sistema defensivo fluvial, e as quatro fortificações secundárias situadas na pragana de Salcete. E, verdade seja dita, para a quantidade e qualidade das aldeias desta subdivisão, conhecem-se poucos exemplos de torres solarengas ou casas senhoriais, quer pela documentação histórica quer por descrições de ruínas. Para ajudar a explicar esta aparente incongruência, sugiro três factores. Antes de mais, constata-se que das cento e quinze aldeias da pragana, cerca de trinta pertenciam em meados de Seiscentos às ordens missionárias. Segundo, alguns dados apontam para a concentração de casas senhoriais na vila de Taná (Thane) onde terão residido normalmente grande parte dos foreiros laicos de Salcete. Finalmente, e de maior consequência, tanto em Taná (Thane) como em praticamente todas as aldeias do restante território da pragana de Salcete, ocorreram transformações radicais ao longo do século XX resultantes da avassaladora expansão urbana de Bombaim. Assim, e se excluirmos uma eventual torre solarenga incorporada na igreja franciscana de Arengal e, eventualmente, outra na casa senhorial de Gorbandel (Ghodbandar), apenas se pôde contabilizar oito torres em toda a extensão da pragana de Salcete – todas ao longo da linha de costa.

Duas dessas estruturas situavam-se na ilha de Baragão<sup>1577</sup>, também designada pelo nome da sua aldeia principal, Turumbá (Trombay). Ambas estavam implantadas à cota ribeirinha e pertenciam,

---

<sup>1574</sup> V. *supra*, 3.3.14. “Aguada de Dongrim (Dongri)”, pp. 475-478; 3.3.18. “Versavá (Versava)”, pp. 490-495; 3.3.20. “Baluarte de Jesus de Bandorá (Bandra)”, pp. 500, 501.

<sup>1575</sup> Já em inícios de 1580, se diferenciava entre as “*tanadarias da villa de Taná*” e da “*ilha de Salcete*”. Contudo, este último cargo era “*demenos importancia que os mais Tanadares*”, ficando geralmente provida em “*soldados pobres*”. O primeiro militar provido na década de 1640 foi o capitão Valentim Pereira da Cunha (*Livro das cidades, e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia...*, Francisco Mendes da Luz (ed.), Sep. de Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1952, pp. 39, 40; Alvará do governador João Telo de Meneses datado de 9 de Julho de 1642, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 1*, Ms. 1249, fl. 58v, HAG).

<sup>1576</sup> V. *supra*, 3.3.17 “Igreja fortificada de Arengal”, pp. 486-489.

<sup>1577</sup> A palavra Baragão deriva do étimo marata *Bharagaon*, ou “doze aldeias”.

na segunda metade do século XVII, à família Henriques, que aí acumulou consideráveis propriedades. Luís Henriques era o foreiro da aldeia de Turumbá (Trombay), onde se implantava uma torre ou casa-torre perto da igreja de Santo António<sup>1578</sup>. O seu filho António era proprietário da aldeia de Maula (Mahul), que também apresentava uma torre ou pequeno baluarte, provido de artilharia na mesma data. Junto desta última posição ficava a igreja franciscana de Nossa Senhora da Conceição.

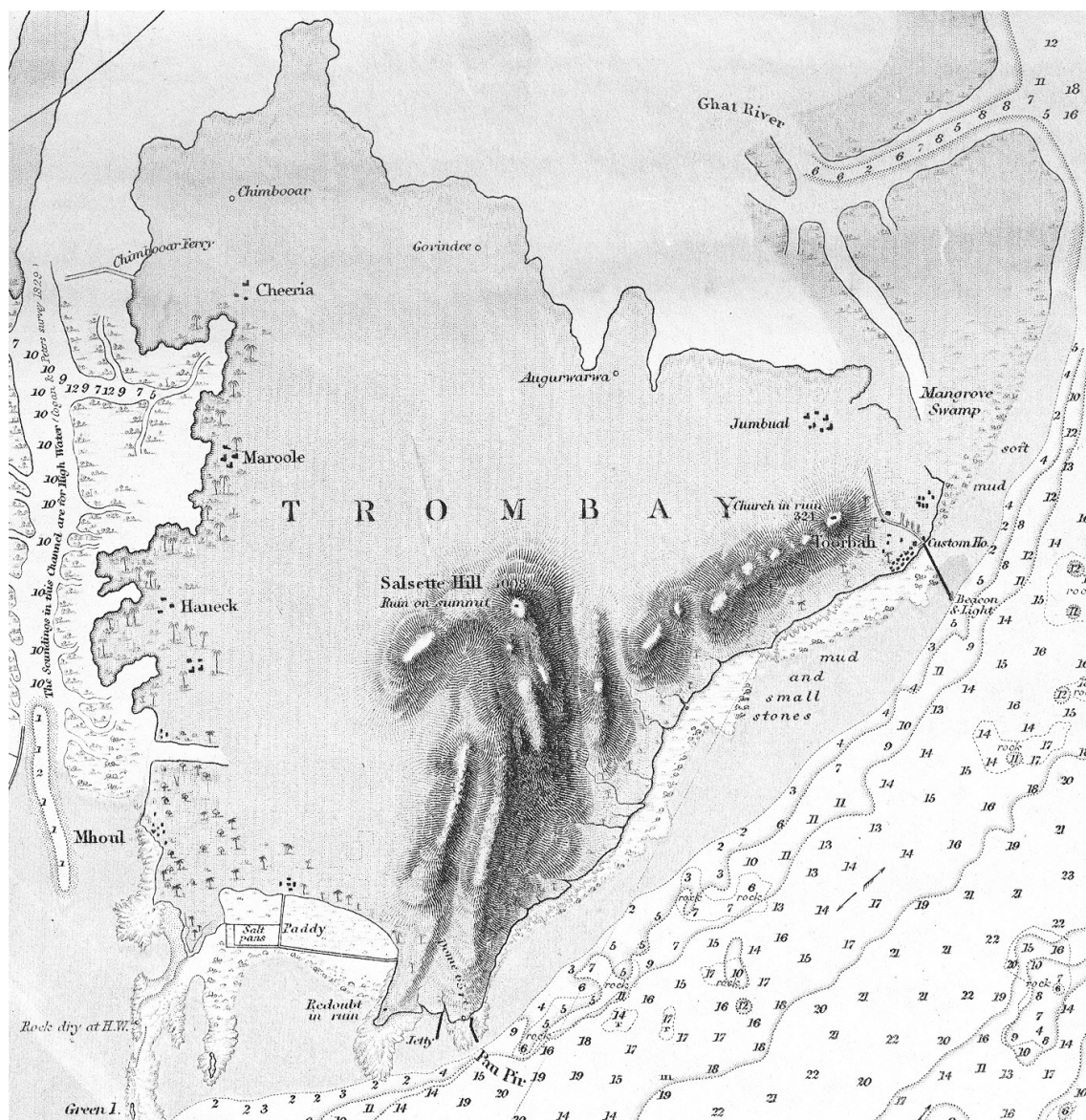


Fig. 280. Mapa da baía de Bombaim, pormenor da ilha de Baragão ou Turumbá (Whish, 1878, NHM)

<sup>1578</sup> Luís Henriques era talvez descendente de Brás de Henriques, casado com Caetana de Meneses que faleceu em 1630 e foi sepultada na referida igreja de Santo António de Turumbá (Diário do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado de 8 de Abril de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 184-186, BACL; Carta do vice-rei Pedro António de Noronha datada de 15 de Dezembro de 1696, *Livro das Monções nº 60*, Ms. 69, fl. 146, HAG, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. V, Bastorá, Arquivo Histórico do Estado da Índia, 1957, p. 18; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, pp. 362, 363).



Na ilha de Baragão cultivavam-se algumas várzeas, na zona noroeste, enquanto que na costa leste se exploravam salinas. Também na parte leste da ilha erguia-se uma montanha donde possivelmente se extraía basalto. Sobre o cume desta elevação implantava-se a ermida de Nossa Senhora da Saúde, possivelmente designada posteriormente por São Sebastião<sup>1579</sup>. A noroeste desta ilha situava-se a aldeia de Curlem (Kurla), onde já em 1666 existia uma torre, provavelmente relacionada com as movimentações de corsários entre a baía de Bombaim e Bandorá (Bandra). Por ocasião da guerra não-declarada de 1722 com os ingleses, esta estrutura foi consideravelmente reforçada em Abril desse ano, recebendo alguma artilharia. Esta acção afrontou os ingleses estabelecidos na fortificação de Sião (Sion) sobre a margem oposta do rio, que atacaram e destruíram a torre de Curlem (Kurla) em Junho do mesmo ano<sup>1580</sup>. Não localizei qualquer informação acerca da reconstrução do dispositivo após esse ataque.

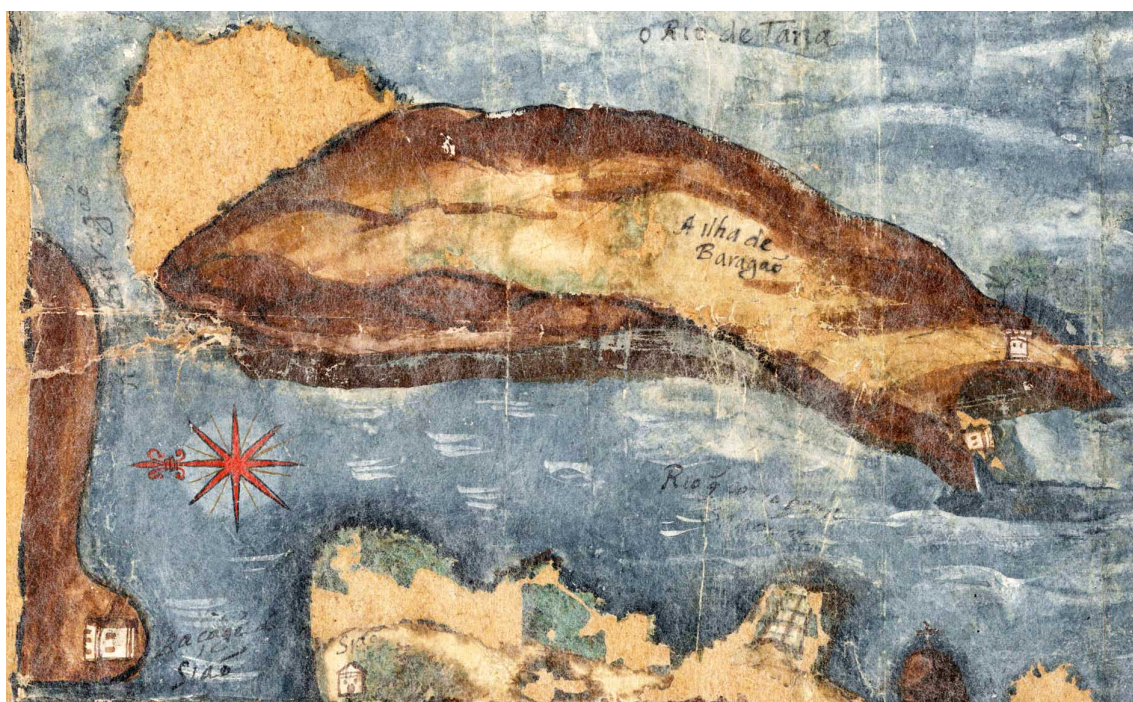


Fig. 281. Mapa da baía de Bombaim, pormenor da ilha de Baragão ou Turumbá, com as suas duas torres, e ainda a torre da aldeia de Curlem, do lado esquerdo da imagem (Mapa..., 1665, AHU)

Prosseguindo para oeste ao longo do rio de Mahim-Bandorá, e já perto do Baluarte do Nome de Jesus, situavam-se duas torres. Aquela à cota ribeirinha, designada na década de 1730 por “*fortim da Restinga*”, aparenta ter sido de construção mais recente e adequada ao tiro de artilharia,

<sup>1579</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, pp. 362, 363; MITTERWALLNER, Gritli von, *Chaul: eine unerforschte stadt an der westküste indiens*, Berlin, Walter de Gruyter, 1964, pp. 185, 186.

<sup>1580</sup> “Memorandum or Abstract taken from Letters and Papers from Bombay Relative to the Disputes Between the English and the Portuguese”, Ms. IOR/H/60, fls. 60 e segs., BL; BIDDULPH, John, *The Pirates of Malabar; and, An Englishwoman in India two hundred years ago*, London, Smith, Elder & Co., 1907.



provavelmente edificada em 1716 face às tensas relações com os ingleses em Mahim<sup>1581</sup>. A segunda posição aparece representada na mesma época como uma típica torre de aldeia, com dois pisos, telhado e pequenas frestas, implantando-se aparentemente a uma cota intermédia entre a fortificação do Nome de Jesus e a ermida de Nossa Senhora do Monte<sup>1582</sup>.

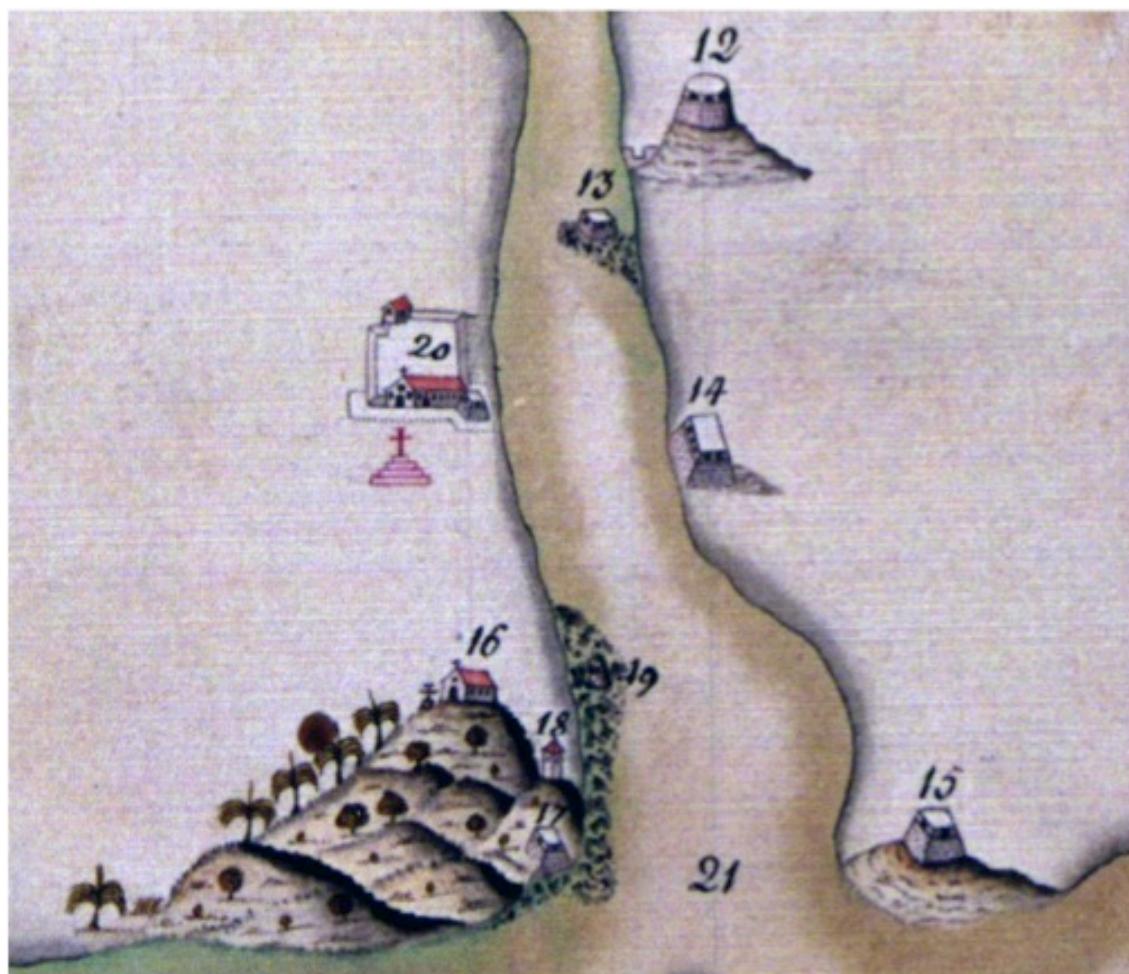


Fig. 282. Residência fortificada jesuíta de Bandorá e outras estruturas defensivas, portuguesas e inglesas, ao longo do rio de Bandorá/Mahim (*Mostrador...*, 1737-1738, SGL)

Rodeando a ponta de Bandorá (Bandra) e prosseguindo para norte ao longo da costa ocidental da ilha, surgem duas estruturas perto da fortificação de Versavá (Madh Island). A primeira é com toda a probabilidade uma pequena atalaia para ajudar à navegação, assinalando com uma lâmpada a existência do pequeno ilhéu sobre o qual se implanta. Contudo, enquanto que esta atalaia está

<sup>1581</sup> *Collecção de Tratados e Concertos de Pazes que o Estado da Índia fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 192.

<sup>1582</sup> “Mostrador da parte da Costa do Norte da Barra de Bombaim até a de Baçaim, em que comprehende a ilha de Salcete...”, (s.l.), (s.d). [1738], 6-D-17, SGL.

assinalada no mapa *Mostrador* datável de 1737-1738<sup>1583</sup>, o mesmo não acontece para uma estrutura maior e localizada sobre uma posição mais proeminente na costa, perto da aldeia Mar (Madh)<sup>1584</sup>.

Esta curiosa estrutura defensiva consiste numa edificação de volumetria rectangular, aparentemente com um pequeno recinto interior a céu aberto, pelo que não se pode considerar exactamente uma torre. Tampouco afigura ser uma couraça ou plataforma de desenho mais moderno para tiro de artilharia, não só porque se encontra algo afastada da costa e a uma cota bastante acima do nível do mar mas também dada a altura das suas alvenarias e a ausência de canhoes ou esplanada para suportar canhões. Numa primeira impressão, o seu desenho parece fundir a imagética de uma torre com o desenho de uma fortificação elementar, de recinto rectangular e com bastiões ou redutos em dois dos vértices diametralmente opostos. Estes elementos, contudo, apenas se destacam ligeiramente do perímetro de implantação rectangular, talvez o mínimo indispensável para um espingardeiro atirar sobre as cortinas perpendiculares contíguas. Este tipo de morfologia não é inusitada, sendo que tanto as fortificações secundárias de São Luís de Pareri (Pardi) e de Nilá (Nildongri) poderão ter apresentado uma traça semelhante, ainda que de maior proporções.



Fig. 283. Fortificação da aldeia Mar (© BBB, 2007)

---

<sup>1583</sup> “Mostrador da parte da Costa do Norte da Barra de Bombaim até a de Baçaim, em que comprehende a ilha de Salcete...”, (s.l.), (s.d). [1738], 6-D-17, SGL.

<sup>1584</sup> O primeiro foreiro português de Mar (Madh) foi António de Sousa Coutinho, por carta de aforamento de 31 de Agosto de 1553 (CORREIA, Alberto C. Germano da Silva, *História da colonização portuguesa na Índia*, vol. (?), Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1948-1950, p. 113).



Este tipo de implantação encontra-se exemplificado de forma mais eloquente nas plantas esquemáticas das fortificações de Sofragão (Sabaragamuva) e Panature, construídas ou planeadas na terceira década do século XVII para o sertão da ilha de Sri-Lanka<sup>1585</sup>. O facto de não surgir descrita ou sequer referenciada em qualquer documento português consultado e de não figurar no circunstanciado mapa datável de 1737-1738, dificulta a tarefa de interpretação desta estrutura. Não se pode pôr completamente de parte a hipótese de se tratar de uma edificação marata ou inglesa, embora tal seja improvável. Arrisco-me a conjecturar que se trata de uma estrutura edificada na primeira metade do século XVII, e que tenha sido votada ao abandono após a conclusão das obras em Versavá (Madh Island), por volta de 1660.



Fig. 284. Fortificação da aldeia Mar, vista a partir do sul (© S. Malpani, 2010)

Uma sétima estrutura, de origem incerta, localiza-se no sítio de Dhanapani aproximadamente 450 m para norte da igreja fortificada de Arengal<sup>1586</sup>. De forma cilíndrica e de reduzidas dimensões, com um pronunciado cordão e vestígios de ameias, esta posição poderá ter servido como posto para uma

---

<sup>1585</sup> Comprovando-se a noção de que a fortificação de Mar (Madh) continha um exíguo recinto interior a céu aberto, isso implicaria em princípio a sua classificação como fortificação secundária e não como torre ou casa-torre, segundo o sistema hierárquico em que temos vindo a organizar os dispositivos do sistema defensivo da PN. Porém, e apesar de soar algo paradoxal, prefiro descrever provisoriamente esta fortificação enquanto uma torre com um pátio (GARCIA, José Manuel, *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia: séculos XVI e XVII*, Lisboa, Quidnovi, 2009, pp. 186, 187).

<sup>1586</sup> Dhanapani, coordenadas: 19°10'01"N, 72°47'02"E.

mão cheia de espingardeiros no vértice de uma propriedade rural, eventualmente aquela pertencente à referida igreja franciscana de Arengal.

A oitava e última torre, na aldeia Utaná (Utan) figura claramente no *Mostrador* de 1738<sup>1587</sup>, mas as suas ruínas não terão sobrevivido até ao presente<sup>1588</sup>. Nesse documento iconográfico, afigura tratar-se de uma torre de planta circular, talvez capaz de peças de artilharia ligeira. Actualmente existe um pequeno farol na praia perto da aldeia, possivelmente no sítio da torre de origem portuguesa<sup>1589</sup>.



Fig. 285 e 286. Torre de Utaná (*Mostrador...*, 1737-1738, SGL). Torre de Dhanapani (© Raut, 2008)

Para além do conjunto de torres acima descritas, existem ainda mais três construções que importa destacar na ilha de Salcete. Embora não se possa afirmar que fossem dispositivos do sistema defensivo, teriam certamente potencial de fensivo em caso de ataque por forças que não exércitos em campanhas convencionais. A primeira dessas estruturas é hoje uma ermida dedicada a Nossa Senhora de Lourdes, implantada sobre a elevação imediatamente a sul de Aguada de Dongrim (Dongri)<sup>1590</sup>. Pela sua posição sobre um monte em parte escarpado e de difícil acesso; pela espessura das suas alvenarias e desenho das suas aberturas; e especialmente pelo volume vertical que se destaca num dos lados da sua fachada, pode-se entrever na capela uma vocação ou invocação defensiva. Também não se pode descartar a hipótese da estrutura ter tido uma função que não a religiosa durante o período da PN, visto que não localizei qualquer menção entre as fontes coevas sobre uma capela ou ermida no local em questão, estando ausente do *Mostrador* de 1737-1738<sup>1591</sup>.

---

<sup>1587</sup> “Mostrador da parte da Costa do Norte da Barra de Bombaim até a de Baçaim, em que comprehende a ilha de Salcete...”, (s.l.), (s.d). [1738], 6-D-17, SGL.

<sup>1588</sup> “Mostrador da parte da Costa do Norte da Barra de Bombaim até a de Baçaim, em que comprehende a ilha de Salcete...”, (s.l.), (s.d). [1738], 6-D-17, SGL.

<sup>1589</sup> Torre de Utaná (Utan), coordenadas: 19°16'44"N, 72°46'49"E (localização provável).

<sup>1590</sup> Nossa Senhora de Lourdes de Dongrim (Dongri), coordenadas: 19°17'12"N, 72°48'11"E.

<sup>1591</sup> “Mostrador da parte da Costa do Norte da Barra de Bombaim até a de Baçaim, em que comprehende a ilha de Salcete...”, (s.l.), (s.d). [1738], 6-D-17, SGL.





Fig. 287. Ruínas da igreja conhecida como Nossa Senhora de Lourdes, Dongrim (© S. Malpani, 2010)

A segunda estrutura, já bastante mais para leste ao longo do rio de Gorbandel, é o que resta da antiga casa senhorial da aldeia Germal (Gaimukh ou Ghormal)<sup>1592</sup>. Descrita pelo inglês Fryer como uma das mais notáveis e luxuosas residências rurais de Salcete no último quartel de Seiscentos, o seu jardim em socalcos terminava sobre o rio e talvez um cais acostável com estruturas de apoio. Suponho que tivessem pertencido a essas dependências ribeirinhas os diminutos vestígios arqueológicos ainda visíveis no local, onde apesar de tudo figuram elementos que traem uma origem portuguesa, a nível do aparelho da pedra e do desenho de padieiras e ombreira das aberturas.



Fig. 288. Ruínas da casa senhorial da aldeia Germal (© Mendiratta, 2010)

---

<sup>1592</sup> Germal (Gaimukh ou Ghormal), coordenadas: 19°17'13"N, 72°56'18"E.

Fechando este breve panorama sobre a praga de Salcete, e como se expôs o pouco que se sabe acerca da arquitectura da casa-mãe dos jesuítas na ilha, a residência fortificada de Santa Ana de Bendorá (Bandra), compete marcar no mapa o centro da acção missionária franciscana: o “*Real Colégio*” de Manapacer (Mandapeshwar)<sup>1593</sup>. Esta aldeia localizava-se algo afastada da orla de Salcete mas perto da margem do rio de Manori, que ainda hoje se prolonga para norte até atingir o Rio de Gorbandel. A fundação da igreja de Nossa Senhora da Piedade num templo hindu escavado na pedra data de 1547, constituindo seguramente a primeira estrutura católica de origem portuguesa na ilha de Salcete e também em todo o distrito de Baçaim para além da sombra do forte de São Sebastião.



Fig. 289. Ruínas do Real Colégio de Manapacer sobre a gruta hindu convertida em igreja de Nossa Senhora da Piedade por frei António do Porto (© W. Spink, 1970)

Nada indicia que o imponente colégio que se desenvolveu sobre a gruta hindu convertida tenha sido dotado de qualquer elemento defensivo. Tampouco a pioneira aldeia missionária que se desenvolveu em redor da missão teve, tanto quanto se sabe, qualquer elemento defensivo. Naturalmente que a capela a Coroar o sacromonte mariano da dita aldeia seria o ponto ideal de vigia sobre um grande extensão de planície em redor e o seu sino dobrado a rebate em caso de perigo. Também as dependências do convento teriam de ter a segurança mínima para acolher os generais da PN e mesmo um ou outro vice-rei que visitava a ilha de Salcete para dar caça aos tigres ou para visitar as grutas de Canerim (Kanhari)<sup>1594</sup>. Mas nenhum dado em concreto aponta para existência de uma peça de artilharia ligeira ou uma banquetta para espingardeiros por exemplo, ou sequer para uma milícia aldeã.

<sup>1593</sup> Real Colégio de Manapacer (Mandapeshwar): 19°14'42"N, 72°51'12"E.

<sup>1594</sup> Algumas notícias referem a popularidade de ambas as actividades entre os portugueses moradores da PN (SANTA RITA, Joaquim de, *Academia dos Humildes e Ignorantes: diálogo entre hum theologo, hum filosofo, hum ermitão e hum soldado no sítio de Nossa Senhora da Consolação*, Lisboa, Na Officina de Ignacio Nogueira Xisto, 1762-1770, pp. 102, 103; Carta do vice-rei António de Melo e Castro datada de 30 de Dezembro de 1662, *Índia*, cx. 44, doc. 129, AHU; Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Goa e seus suffraganeos por Henrique Bravo de Moraes datado de 1726, *Cod. 176* (microfilme F 2527), fl. 12v, BNL).

### ***“Terra firme” (praganas Anjor, Cairena, Panchena e Sabaio)***

O conjunto destas quatro praganas nunca constituiu uma verdadeira tanadaria, como já foi referido. Se até 1681, o Estado praticamente não interferiu na defesa do seu território, mesmo após essa data não se instituiu uma tanadaria agrupando as suas quatro subdivisões, embora se tenha ponderado manter a figura do capitão-feudatário indiano preexistente no seguimento de uma petição do fidalgo Tristão de Melo de Sampaio<sup>1595</sup>. Tampouco a incorporação das praganas no aparelho administrativo e militar do Estado se traduziu num maior investimento ou ocupação colonial do território, como já ficou exposto.

Começando pela subdivisão mais a norte, a de Anjor, esta distribuía-se por 84,7 km<sup>2</sup> e trinta e cinco entidades geotributárias. Toda esta zona ficava encravada entre as cidades de Biundi (Bhiwandi) e Galiana (Kalyan), ficando amplamente exposta a invasões das potências confinantes. Num período inicial do século XVI, a segurança desta praga ficou a cargo de um capitão feudatário hindu, “*Tongogi*”, provavelmente pertencente a um clã marata fixado na zona de vassalagem. Num documento mais tardio, registava-se desta forma o acordo:

*“Item. A Aldea Selar [Shelar], que estaa lançada no tombo que fez o contador António Gonçalves na praga Anzor entre outras que forão dadas a Tondogi e por seu falecimento ficarão a seu Irmão Chandogi que as comia com a obrigação de dose homens de cavallo e sem piães per guardar as terras da dita praga. [O] Vice-Rey dom Luis d’Ataide fez mercê desta dita aldea por esta devoluta a Diogo Barradas com obrigação de viver em Baçaim e passando a outros possuidores a possue oje Mateus Vaz sem cavallo.*

*Item. Coni [Khoni] e Criranby [?] do numero das acima ditas que comia o dito Chandogi com a dita obrigação lançadas no dito tombo pello dito contador ficando devolutas por o dito possuydor ser alevantado. O Vice-Rey dom António [de Noronha] fez mercê dellas a Manuel Dias Picoto confirmada pello governador Antonio Monis Barreto sem nenhuma obrigação e oje a possue Antonio d’Abreu sem obrigação nem obrigação alguma [sic].”<sup>1596</sup>*

Apesar de “*Chandogi*” ter sido esbulhado das suas aldeias após a guerra de 1570-1571, esta alteração não parece ter acarretado qualquer investimento ou construção defensiva na praga Anjor. Pelo menos de tal não foi encontrada qualquer notícia até último quartel de Seiscentos. Quando o exército mogol invadiu a subdivisão em 1651, também não se registou qualquer fortificação; antes,

---

<sup>1595</sup> Parecer do Conselho Ultramarino datado de 17 de Janeiro de 1691, *Índia*, cx. 64, doc. 72, AHU.

<sup>1596</sup> Relatório de todas as pessoas que nas terras de Damão e Baçaim e as mais anexas a elas têm aldeas datado de 20 de Novembro de 1611, *Índia*, Cx. 3, doc. 93, AHU.

os vários foreiros aproveitaram para serem aliviados das obrigações milicianas alegando o despovoamento das suas aldeias<sup>1597</sup>.

Com a vizinhança marata implantada em Biundi (Bhiwandi) e Galiana (Kalyan) no início da década de 1670, surgiu a necessidade de edificar uma “*tranqueira que he huma serca paos em Carrollly*” (Karivli), lugar pertencente ao Estado “*junto a Aldea Camba, do capitão-mor da armada do Norte, Inácio de Sarmento Carvalho*”. A iniciativa partira do capitão-mor do Campo, José de Melo e Castro e constituía, em 1677, um dos locais onde este assistia com a sua peonagem<sup>1598</sup>. Apesar de alguns foreiros com obrigação de espingarda terem assistido na mesma altura na aldeia Divem (Anjurdivi) e de o capitão-geral Manuel Lobo da Silveira ter erguido uma “*barraca*” no sítio de Chordóvem<sup>1599</sup>, não existiam os meios necessários para defender a praga de Anjor dos exércitos de Shivaji. Podemos assim supor que, até o retorno da vizinhança mogol por volta de 1690, a soberania do Estado e os rendimentos das aldeias nesta praga estiveram severamente hipotecados, recuando a linha de defesa da PN para a praga Caimão e o rio Kamvadi, cuja margem foi pontuada por uma mão cheia de posições defensivas. Se a extrema debilidade defensiva da praga de Anjor travava a rentabilidade das suas aldeias, também se afigura verosímil que os primeiros senhorios portugueses com os meios para tal tenham edificados casa-torre nas suas aldeias antes do advento da expansão marata.

Pela sua situação geográfica a sul de Anjor, a praga Cairena terá mantido uma maior ligação com a ilha de Salcete e entre todas as quatro pragas aqui abordadas, terá sido aquela mais atreita ao investimento dos foreiros portugueses<sup>1600</sup>. Com vinte e uma aldeias distribuídas por aproximadamente 127,1 km<sup>2</sup>, pela sua proximidade a Taná (Thane) e pela existência de vários passos de atravessamento para aquela vila, muitas das aldeias ribeirinhas de Cairena ficavam com as costas mais quentes, por assim dizer, do que aquelas nas pragas Anjor, Sabaio e Panchena. Como já foi abordado, a defesa desta praga e de Panchena ficou sob a responsabilidade dos capitães feudatários do clã Patkar, sedeados em Belaflor do Sabaio (Belapur)<sup>1601</sup>. Este sistema extinguiu-se em 1681, com a revolta de “*Essagi*” Patkar, “*vassalo do Estado, capitão mor das pragas de Champana e Cairana*”, encarregue de defender aquelas duas subdivisões com “*trezentos homens de pé*”

---

<sup>1597</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 5 de Julho de 1652, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 8*, Ms. 1166, fls. 117v, 118v, HAG.

<sup>1598</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 3 de Dezembro de 1677, *Série Azul*, Ms. 496, fl. 7, BACL.

<sup>1599</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado de 17 de Setembro de 1678, *Série Azul*, Ms. 498, fl. 201, BACL.

<sup>1600</sup> O nome da subdivisão provinha de uma aldeia homónima onde existia um “*bandel*” em meados de Quinhentos, sobre o qual o clã Patkar detinham direitos, para além de possuir um número considerável de aldeias (*Subsidios para a Historia da India Portuguesa...*, Rodrigo Lima Felner (ed.), Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868, pp. 193-195).

<sup>1601</sup> V. *supra*, 3.2.8. “Santa Cruz de Belaflor do Sabaio (Belapur)”, pp. 379-389.



e vinte e cinco de cavallo”<sup>1602</sup>. Entre finais de 1683 e meados de 1686, toda esta parcela foi ocupada pelos maratas.

Cairena foi a única das quatro subdivisões de terra firme a ser dotada de uma fortificação de pedra e cal por iniciativa do Estado, em Pareica (Parsik), algures na primeira metade do século XVII<sup>1603</sup>. Sabemos também que existiu pelo menos uma casa-torre na aldeia de Caloá (Kalwa)<sup>1604</sup>, entre as mais rentáveis da pragana devido ao facto de ficar defronte do mandovim de Taná (Thane)<sup>1605</sup>. O *Mostrador* de 1737-1738 representa esta estrutura como um ampla casa senhorial apegada a uma típica torre solarenga, parte de um considerável recinto murado<sup>1606</sup>. Como maioria das aldeias desta pragana dispostas ao longo do rio de Taná (Thane) foram aforadas a proprietários portugueses, afigura-se provável que tenham existido mais casas-torre.

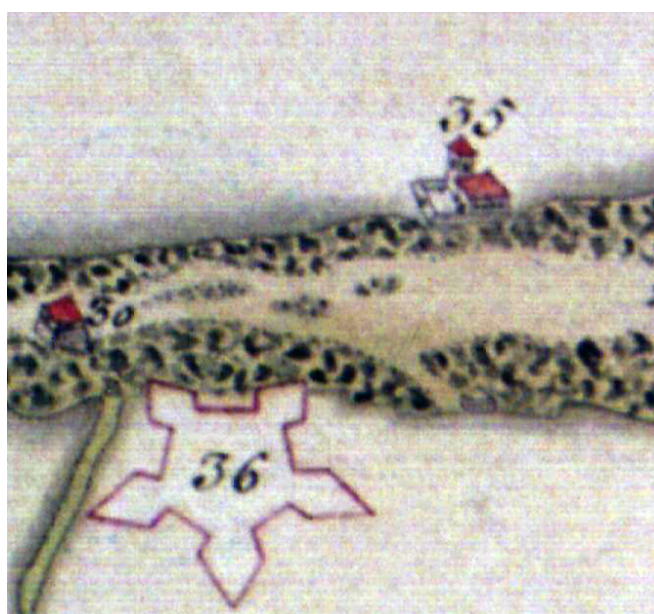


Fig. 290. Casa-torre da aldeia Caloá e relação com a cidadela de Taná (*Mostrador...*, 1737-1738, SGL)

<sup>1602</sup> Parecer do Conselho Ultramarino datado de 27 de Setembro de 1683, *Índia*, cx. 58, doc. 108, AHU.

<sup>1603</sup> V. *supra*, 3.3.16 “Pareica (Parsik)”, pp. 484, 485.

<sup>1604</sup> Também designada por *Calera*, coordenadas: 19°11’40”N, 72°59’22”E.

<sup>1605</sup> Esta aldeia foi primeiramente dada em regime de enfiteuse a Francisco Varela pelo vice-rei João de Castro. Varela faleceu em 1606 e foi sepultado na nave da igreja do convento franciscano de Santo António de Baçaim. A aldeia foi mais tarde aforada aos fidalgos Martim Afonso de Melo; António Pereira; e Lopo de Melo de Sampaio. Enquanto que uma primeira referência às “*casas*” do foreiro da aldeia surge em 1677, apenas com as plantas relativas à construção da cidadela de Taná (Thane) na década de 1730, surge assinalada a “*torre*” da dita aldeia. Já durante a guerra luso-marata de 1730-1732, a aldeia de Caloá (Kalwa) foi palco de uma dura peleja e um dos pontos onde se travou o avanço das tropas indianas sobre a ilha de Salcete (*Subsidios para a Historia da India Portuguesa...*, Rodrigo Lima Felner (ed.), Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868, pp. 190, 191; FERNANDES, Braz, *Armas e Inscrições do Forte de Baçaim*, ed. António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958, p. 37; Diário do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado de 8 de Abril de 1677, *Série Azul*, Ms. 497, fls. 184-186, BACL; Assentos do Conselho da Fazenda datado de 9 de Janeiro, 6 de Março e 23 de Agosto de 1731, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fls. 178, 182v, 192v, 193, HAG.

<sup>1606</sup> “Mostrador da parte da Costa do N. da Barra de Bombaim até a de Baçaim, em que comprehende a ilha de Salcete...”, (s.l.), (s.d). [1738], 6-D-17, SGL.

Apesar da fuga dos Patkars e incorporação das suas aldeias na PN, esta região não ficou sujeita nem à actividade missionária dos portugueses nem, aparentemente, à legislação pró-cristã vigente nas subdivisões costeiras do território de Baçaim<sup>1607</sup>. A única estrutura católica de que há notícia nas três praganas de Belaflor, Panchena e Cairena foi edificada precisamente dentro da fortificação de Belaflor do Sabaio (Belapur) e destinava-se à sua guarnição<sup>1608</sup>. Isto apesar de algumas das suas aldeias terem sido aforadas ou arrendadas a ordens religiosas e até ao próprio tribunal da Inquisição<sup>1609</sup>. As duas aldeias mais valiosas que tinham pertencido aos Patkars foram aforadas a Tristão de Melo de Sampaio, em compensação pelos seus serviços e pelo facto de o Estado ter negado a sua petição, em que requeria para si a totalidade das vinte e duas aldeias do antigo capitão feudatário com os mesmos direitos e obrigações<sup>1610</sup>.

A leste de Cairena e da cordilheira de Murumba começava a vastidão da terra firme do Decão e aí situava-se a pragana Panchena, ocupando cerca de 155,4 km<sup>2</sup> e incorporando quarenta aldeias. Dentre todas as praganas do distrito de Baçaim, esta foi muito provavelmente aquela onde a presença e influência do Estado e dos foreiros portugueses foram mais ténues. Raramente se refere as suas aldeias na documentação coeva - para além do registo dos seus foreiros - e muito menos qualquer fortificação. Desprovida de qualquer barreira natural a leste, rios ou montanhas, as suas aldeias ficavam completamente expostas ao ataques dos vizinhos da PN, especialmente dos maratas a partir de 1670. A altura mais próspera da economia da pragana terá sido seguramente antes da vizinhança do reino marata e durante o período em que o clã Patkar assegurou a sua defesa.

Após a ocupação da pragana por Sambhaji na década de 1680, é possível que algumas das suas aldeias não tenham sido reincorporadas no Estado. Certamente aquelas que gravitavam em redor de Galiana (Kalyan) terão sido muito mais influenciadas pela soberania marata ou mogol do que pela portuguesa. A povoação mais desenvolvida desta pragana, pelo menos no período inicial da PN, terá sido Taloja (Taloje) acessível a partir de um rio que desaguava na baía de Bombaim em Belaflor do Sabaio (Belapur).

---

<sup>1607</sup> Em Junho de 1682, foram colocadas em leilão as aldeias pertencentes a Patecar nas praganas Panchena e Cairena confiscadas pela Fazenda Real, para serem arrendadas por “*tempo de três annos, tomando fianças idóneas à segurança dos pagamentos dos preços dos ditos arrendamentos ao tempo das novidades dellas, e com obrigação de as tornarem acabados os tempos dos ditos arrendamentos, melhoradasm e povoadas de cultivadores*” (Assento do Conselho da Fazenda datado de 30 de Junho de 1682, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 14*, Ms. 1172, fl. 212, HAG, *Sobre a retirada de Essagi Raze Patecar das Praganas Champana e Cairana*, datado de 27 de Setembro de 1683, *Índia*, cx. 58, doc. 108, AHU; Devassa contra Essagi Patecar, *Livro das Monções nº 55-A*, Ms. 63, fls. 18, 22, HAG; Queixas dos curumbins das aldeias do Santo Officio datada de [Janeiro ou Fevereiro de] 1706, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 3*, Ms. 1251, fl. 138, HAG).

<sup>1608</sup> Esta estrutura religiosa é mencionada em 1702 (Carta régia datada de 18 de Março de 1702, *Livro das Monções nº 66*, Ms. 75, fls. 9, 10, HAG)

<sup>1609</sup> Os “*curumbins*” hindus de algumas das antigas aldeias de Patkar queixaram-se da Inquisição ao Estado (Queixas dos curumbins das aldeias do Santo Officio datada de [Janeiro ou Fevereiro de] 1706, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 3*, Ms. 1251, fl. 138, HAG).

<sup>1610</sup> Parecer do Conselho Ultramarino datado de 17 de Fevereiro de 1691, *Índia*, cx. 64, doc. 72, AHU.

Não foi encontrada qualquer referência a construções de origem portuguesa nesta subdivisão, à excepção de uma tranqueira no sítio de Panchelapaly<sup>1611</sup>. Esta foi edificada pouco antes de 1646, data em que surge referenciada no contexto de algumas incursões por parte do sultanato de Bijapur. Face a esses ataques, e a desentendimentos entre o capitão-mor do Campo de Baçaim e o capitão da referida tranqueira, António Cardoso, ponderava-se o seu desmantelamento e a concentração de recursos e peonagem em Saibana Nova (Chadip ou Mandvi). Infere-se que a iniciativa de construir e guarnecer a posição de Panchelapaly tinha resultado da incapacidade do capitão “*Possagi Patecar*” para assegurar a defesa das aldeias raianas durante essas incursões, pelo que também se ventilou a hipótese de alterar o enquadramento do sistema de vassalagem da linhagem marata. A decisão do Conselho de Estado nessas deliberações foi no sentido de se manter a tranqueira funcional e guarnecida mas também de manter inalterado o sistema de assistência militar do clã Patkars<sup>1612</sup>. Contudo, não se localizou mais nenhuma menção a esta tranqueira, pelo que talvez tenha sido desmantelada após as incursões mogóis das décadas de 1640 e 1650.

A quarta e última subdivisão pertencente à parcela de terra firme, a sul de Cairena na foz do rio de Panoel (Pavel), era a de Sabaio, pragana criada apenas no seguimento da referida revolta de 1681, através do desmembramento de aldeias das subdivisões de Cairena e de Panchena. Centrada na povoação de Belaflor do Sabaio (Belapur), sede do clã marata Patkar durante sucessivas gerações, Sabaio abrangia duas dezenas de entidades geotributárias dispostas por cerca de 46,5 km<sup>2</sup> subtraídos à área postulada para a pragana de Cairena<sup>1613</sup>. Para além da já abordada fortificação principal de Belaflor do Sabaio (Belapur), apenas se conhece mais uma estrutura defensiva, situada bem perto daquela. Trata-se de uma imponente torre ainda existente e representada e no citado documento cartográfico *Mostrador* de 1737-1738<sup>1614</sup>.

Numa primeira impressão, esta torre aparenta ter sofrido várias intervenções recentes, continuando a ser usada actualmente como estrutura de apoio e de abrigo para funcionários do governo indiano. Para além das marcas de intervenções, as suas características gerais parecem apontar para uma casa-torre, tais como o aparelho da pedra e o desenho e localização da sua porta. Contudo, a tratar-se de uma torre de iniciativa privada, estranha-se o facto de não apresentar mais aberturas no piso superior, como acontece em quase todos os outros exemplos conhecidos. A ser uma torre defensiva erguida e guarnecida pelo Estado, para além de causar espécie a sua proximidade à fortificação

---

<sup>1611</sup> Não foi possível determinar o local de Panchelapaly. Pode-se especular ter sido perto da actual aldeia de Pali, coordenadas: 19°08'38"N, 73°06'52"E.

<sup>1612</sup> Assento do Conselho de Estado datado de 20 de Fevereiro de 1646, pub. in PISSURLENCAR, Panduranga, *Assentos do Conselho de Estado*, vol. III, Bastorá, Arquivo Histórico de Goa, 1955, pp. 102-105.

<sup>1613</sup> No total, Patkar possuía vinte e duas aldeias nas três praganas de Terra Firme e ainda na de Salcete (*Sobre a retirada de Essagi Raze Patecar das Praganas Champana e Cairana*, datado de 27 de Setembro de 1683, *Índia*, cx. 58, doc. 108, AHU)

<sup>1614</sup> “Mostrador da parte da Costa do N. da Barra de Bombaim até a de Baçaim, em que comprehende a ilha de Salcete...”, (s.l.), (s.d.) [1738], 6-D-17, SGL.

principal, não se consegue entrever qual o valor estratégico do local de sua implantação – para além de eventualmente defender uma posição ligeiramente eminente face a Belaflor do Sabaio (Belapur).

Infelizmente, as intervenções de restauro e conservação incidiram sobre alguns dos elementos que nos permitiriam formar algum juízo sobre possíveis origens portuguesas, como ombreiras e padieiras de janelas e portas. Também não foi possível ter acesso à cobertura da torre, onde eventualmente se poderiam detectar vestígios de ameias. Tampouco existe qualquer informação sobre esta estrutura anterior a 1738. Pode-se especular que a estrutura tenha sido edificada empregando práticas portuguesas mas por iniciativa de um patrono indiano, o clã Patkar. Todas estas dúvidas convergem na pergunta: qual a relação entre esta torre e a fortificação de Belaflor do Sabaio (Belapur), ocupada e guarnecida pelo Estado a partir de 1681?



Fig. 291. Ruínas da torre perto de Belaflor do Sabaio (© S. Malpani, 2010)



### *Tanadaria de Mahim-Bombaim (cassabés de Mahim e Bombaim)*

O arquipélago composto por algumas pequenas a sul da ilha de Salcete correspondia inicialmente a uma única tanadaria com sede na sua povoação mais desenvolvida, Mahim. Porém, a subdivisão desmembrou-se em dois cassabés, com a separação de uma aldeia que foi adquirindo importância durante o período português: Bombaim. Os limites entre os dois cassabés de Mahim e Bombaim não são claros, assim como não é linear fixar a área territorial de todo o arquipélago. A primeira dúvida é suscitada pela falta de documentação coeva elucidativa e a segunda questão advém da natureza geográfica do arquipélago, com grandes áreas pantanosas entre as suas ilhas, sendo que entre algumas se podia facilmente atravessar por ribeiros de pouca profundidade. O processo pelo qual as ilhas coalesceram derivava não apenas de fenómenos naturais de sedimentação e assoreamento mas foi também impulsionado por acções artificiais de aterros e “*vallados*”.

Para um período inicial da PN, pode-se estimar a área total enxuta do arquipélago em 32,7 km<sup>2</sup>, sendo que destes, a ilha de Bombaim ocuparia 25,5 km<sup>2</sup>, a Mahim 4,6 km<sup>2</sup> e as restantes três ilhas de Varoli (Worli), Candil Pequeno (Old Woman’s Island) e Candil grande (Colaba Island) cerca de 1,7 km<sup>2</sup>. Apesar de não termos a certeza do número de entidades geotributárias afectas aos dois cassabés, estas constituíam inicialmente sete aldeias, progressivamente desmultiplicadas em “*marinhas*”, “*pacarias*”, “*hortas*” ou outras entidades geotributárias, que por seu turno estariam arrendadas em parcelas<sup>1615</sup>.

Mahim era sem dúvida a povoação mais antiga e a principal do arquipélago durante o século XVI. Apesar do cargo do seu tanadar se reputar o de “*menos importancia de todos*” no distrito de Baçaim em finais de Quinhentos<sup>1616</sup>, a ele esteve inicialmente associado o mandovim da aldeia de Bandorá (Bandra), na margem oposta do rio homónimo e já na ilha de Salcete. As casas do tanadar situavam-se talvez no local da fortificação atacada pelo Estado em 1520 e, conjuntamente com as igrejas de São Miguel Arcanjo e de Nossa Senhora de Salvação, constituíam as estruturas mais robustas da ilha de Mahim<sup>1617</sup>. Tanto quanto pude indagar, nenhuma destas estruturas teve qualquer elemento

---

<sup>1615</sup> *Subsidios para a Historia da India Portuguesa...*, Rodrigo Lima Felner (ed.), Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868, pp. 157-161; CUNHA, Gerson da, *The Origin of Bombay*, New Delhi, Asian Educational Services, 1993, pp. 205-207.

<sup>1616</sup> *Livro das cidades, e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das capitánias, e mais cargos, que nelas há, e da importância deles*, Francisco Mendes da Luz (ed.), Sep. de Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1952, p. 40.

<sup>1617</sup> Mahim terá sido um dos primeiros portos no golfo de Cambaia a ser acometido pelos portugueses, em 1505, altura em que se encontrou uma fortaleza de tijolo abandonada pela sua guarnição. A fortificação foi bombardeada em 1517 (BARROS, João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década II, liv. III, cap. 5, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777, pp. 289, 290; BARROS, João de, COUTO, Diogo, *Décadas da Ásia*, Década III, liv. I, cap. 7, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777, p. 71).

defensivo ou sofreu qualquer ataque entre 1534 e 1665<sup>1618</sup>. Apesar das duas referidas igrejas serem de fundação franciscana, foram os jesuítas que mais beneficiaram da produtiva ilha de Mahim, extensamente cultivada com palmeiras e hortas, tendo adquirido o senhorio de todo o cassabé em inícios de Seiscentos<sup>1619</sup>. Nesta subdivisão estava certamente incluída a aldeia de Parella (Parel), visto que aí foi fundada a casa jesuíta<sup>1620</sup>. A reitoria de Parella (Parel) desenvolveu-se provavelmente na maior estrutura de todo o arquipélago durante o período português, rodeada por uma extensa propriedade agrícola e algumas salinas ou marinhas, uma das principais explorações da congregação religiosa na área. Numa representação de 1666, vislumbra-se aquilo que poderá ter sido uma guarita ou uma atalaia num dos vértices da cerca da residência, mas tal elemento não pôde ser confirmado noutros documentos.



Fig. 292. Mapa da baía de Bombaim, pormenor da ilha de Mahim e da residência jesuíta de Parella na ilha de Bombaim. Note-se a “Ponte de Mahim” a unir as duas zonas (*Mapa...*, 1665, AHU)

<sup>1618</sup> Os ingleses fortificaram a aldeia de Mahim a partir de 1676, sendo que não registaram nessa conjuntura qualquer estrutura defensiva pré-existente (*Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. II, *Trade and Fortifications*, Bombay, Government Central Press, 1894, pp. 269-270, 273).

<sup>1619</sup> Os jesuítas obtiveram o cassabé de Mahim por doação de Jorge Borges, confirmada pela Coroa em 1616 (Carta do procurador Sebastião Soares Pais datada de 24 de Janeiro de 1637, *DRILM*, liv. 38, fls. 557, 557v, nº 159, IAN/TT). Durante os ventos ciclónicos e maremoto que varreram grande parte do distrito de Baçaim a 7 de Maio de 1618, a ilha de Mahim foi uma das zonas mais afectadas (*Relaçam da mais extraordinaria, admiravel, e lastimosa tormenta de vento... era de 1618, aos 17 do mes de Mayo*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619).

<sup>1620</sup> *Subsidios para a Historia da India Portuguesa...*, Rodrigo Lima Felner (ed.), Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868, p. 157.

A partir da década de 1680, as extensas propriedades dos jesuítas foram sendo confiscadas pelos ingleses e a reitoria de Parella (Parel) tornou-se na principal residência rural do presidente de Bombaim, tendo sido extensamente intervencionada. A norte de Parella (Parel) ficavam as aldeias de Vadalá (Wadala)<sup>1621</sup> e Sião (Sion)<sup>1622</sup>, cada qual com a sua capela e “coloaria”, e ainda a povoação de Daravi (Dharavi)<sup>1623</sup>.



Fig. 293. A antiga residência jesuíta de Parella em finais do séc. XIX (© Haffkine Institute)

A sul de Parella (Parel) ficava a aldeia de Mazagão (Mazgaon), polarizada pela sua altiva casa senhorial. Nas últimas décadas anteriores a 1665, esta aldeia rivalizou com Bombaim em termos de população e actividade de construção naval, sendo que nela se implantou a igreja de Nossa Senhora da Glória e a capela de Nossa Senhora do Rosário. Na representação de Barreto de Resende, a casa senhorial da aldeia figura destacada, evidenciando algumas parecenças com a de Bombaim, mas sem qualquer baluarte ou posição para artilharia. A volumetria também apresenta um aspecto mais compacto comparado com a disposição rectangular e alongada da casa de Bombaim. Não surge, contudo, qualquer estrutura religiosa<sup>1624</sup>.

---

<sup>1621</sup> Vadalá (Wadala), coordenadas: 19°01'05"N, 17°51'52"E.

<sup>1622</sup> Sião (Sion), coordenadas: 19°02'43"N, 72°51'56"E.

<sup>1623</sup> Daravi (Dharavi), coordenadas: 19°02'42"N, 72°51'10"E.

<sup>1624</sup> V. *supra*, 3.3.21 “Casa senhorial fortificada de Bombaim”, p. 507. A fundação da igreja de Nossa Senhora da Glória de Mazagão (Mazgaon) recua à década de 1580 (MEERSMAN, Achilles, *The ancient Franciscan provinces in India, 1500-1835*, Bangalore, Christian Literature Society Press, 1971, p. 219).



Por documentos do período inglês, sabemos que a casa de Mazagão (Mazgaon) ficava implantada sobre uma pequena elevação escarpada junto à costa, posição mais favorável à sua defesa, e que a sua volumetria de planta tendencialmente quadrangular dispunha de dois pisos e um generoso telhado. A sua posição sobranceira era um marco forte na paisagem e ponto de referência na navegação da baía, pelo que na fase pós-1665, os seus proprietários eram confrangidos pelas autoridades a manter a casa caiada. Através da extensa informação relativo ao litígio entre os senhorios portugueses e a administração britânica ficamos a saber os sucessivos foreiros desde 1534 até meados do século XVIII<sup>1625</sup>.



Fig. 294. A porta da propriedade da casa senhorial de Mazagão (© W. Rossa, 2000)

<sup>1625</sup> Alguns dos senhorios da aldeia de Mazagão foram: António Pessoa (mercê do vice-rei João de Castro); Lionel de Sousa de Lima, na década de 1570; Rui de Sousa, no primeiro quartel do século XVII (?); Bernardino de Távora no segundo quartel do século XVII; Álvaro Pires de Távora no terceiro quartel do século XVII; Cristóvão de Sousa de Távora; Dona Senhorinha de Sousa de Távora; e Martinho da Silveira Meneses. Em Mazagão (Mazgaon) concentravam-se algumas das principais famílias de descendentes ou indo-portuguesas associadas ao arquipélago (Carta do vice-rei António de Melo e Castro datada de Janeiro de 1666, *Livro das Monções* n.º 35, Ms. 43, fl. (?), HAG; KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo-Portuguese negotiations relating to Bombay, 1660-1677*, London, Bombay, Oxford University Press, [1923], p. 542-551; CUNHA, Gerson da, *The Origin of Bombay*, New Delhi, Asian Educational Services, 1993, pp. 218-228; GOMES, Paulo Varela, "Two (and a few other) Bombay churches: issues of architecture and identity", *Mumbai Reader*, n.º 7, Bombaim, 2007.).



Está igualmente ausente da vista de Barreto de Resende a torre do porto ou “coloaria” de Mazagão (Mazgaon), claramente visível num documento iconográfico de 1666 e estrutura mais tarde reaproveitada pelos ingleses. Podemos supor assim que este dispositivo defensivo – o único comprovadamente existente no arquipélago para além da casa senhorial fortificada de Bombaim – tenha sido edificado entre 1634 e 1666, altura em que tanto Mazagão (Mazgaon) como Bombaim se desenvolveram com o aumento de actividade naval na baía<sup>1626</sup>. Faziam também parte do senhorio de Mazagão (Mazgaon) a ilha das Patecas (Butcher’s Island)<sup>1627</sup> e um ilhéu (Cross Island) mais próximo da costa<sup>1628</sup>.



Fig. 295. Mapa da baía de Bombaim, pormenor da casa senhorial de Mazagão e da torre do seu porto ou “coloaria”, vendo-se também a Ilha da Cruz (Cross Island) e a Ilha das Patecas, parcelas inicialmente agregadas ao senhorio da aldeia (Mapa..., 1665, AHU)

<sup>1626</sup> No porto de Mazagão (Mazgaon) construía-se em 1644 uma grande embarcação capaz de viajar para Portugal, encomendada pelo Estado ao senhorio Bernardino de Távora (CORREIA, Alberto C. Germano da Silva, *História da colonização portuguesa na Índia*, vol. (?), Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1948-1950, p. 238; Assentos do Conselho da Fazenda datados de Março de 1644, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 7*, Ms. 1164, fls. 64, 64v, HAG).

<sup>1627</sup> A ilha das Patecas (Butcher’s Island) foi apenas apropriada pelos ingleses em 1676, durante o confisco das propriedades de Bernardino de Távora. Mas a edificação de uma fortificação na ilha data apenas de 1722 (Carta do vice-rei José de Sampaio e Castro datada de 5 de Fevereiro de 1722, *Livro dos Reis Vizinhos nº 7*, Ms. 975, fls. (?), HAG, pub. in *Collecção dos Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. III, Imprensa Nacional, Lisboa, 1883, p. 349).

<sup>1628</sup> Segundo a tradição local, a cruz no ilhéu defronte de Mazagão foi aí colocada pelos portugueses anos antes da cedência do território de Baçaim pelo sultanato de Gujarate (Diário do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado de 8 de Abril de 1677, Série Azul, Ms. 58, fls. 184-186, BACL).

Para leste da aldeia de Mazagão (Mazgaon) transpondo uma extensa área pantanosa ou de arrozais, ficava a ilha de Varoli (Worli), parcela menos aproveitada para fins agrícolas e na qual terá existido talvez apenas uma casa em pedra e cal, pertencente ao seu foreiro<sup>1629</sup>.

Continuando para sul, e atravessando um pequeno vale, começava a dispersa aldeia de Bombaim, actual centro da metrópole de Mumbai. Do lado poente e perto de um areal virado a sudoeste, ficava a povoação de Girgão (Girgaon). A sul da aldeia de Bombaim e junto à costa leste, ficava a já descrita casa senhorial fortificada. Como a praga de Danu (Dahanu) no distrito de Damão, o cassabé de Bombaim era de “*senhorio particular*”<sup>1630</sup>. Isto implicava, em princípio, que o seu foreiro ou senhorio poderia arrendar a maior parte das entidades geotributárias da subdivisão, ficando com a responsabilidade de pagar um foro colectivo anual ao Estado e ainda encarregue de algumas obrigações milicianas extraordinárias centradas na sua casa senhorial. Na prática, e já para um período próximo da cedência do território aos ingleses, existiam outros senhorios no cassabé que subarrendavam as parcelas, “*hortas e terras*”, das entidades geotributárias pertencentes ao “*foreiro maior*”<sup>1631</sup>.

Apesar de o raide anglo-holandês de 1626 ter colocado o cassabé de Bombaim no mapa, por assim dizer, conhecem-se poucas referências ao seu território para as quatro décadas seguintes. Por notícias muito fragmentadas, fica-se com uma impressão de crescimento comercial e populacional polarizados pela aldeia e da crescente importância da baía e actividades de construção e reparação navais. Talvez uma das razões para esta escassez de dados seja o facto de todo este trato centrado em Bombaim ser de foro privado, não sendo à priori do interesse do Estado<sup>1632</sup>.

Na ponta sul do arquipélago ficava a ilha de Candil Grande (Colaba Island) separada da de Bombaim pelo ilhéu de Candil Pequeno (Old Woman’s Island). Estas zonas não estavam cultivadas devido aos seus solos rochosos, sendo que não há notícia de qualquer estrutura perene nelas implantada durante a administração portuguesa<sup>1633</sup>.

---

<sup>1629</sup> Esta aldeia ou terra foi aforada a Manuel Serrão pelo vice-rie João de Castro Figuram em mapas ingleses do século XIX as ruínas de duas fortificações em Varoli (Worli) mas ambas aparentam datar do período pós-1665. (Maps of the Bombay revenue survey, Worlee Fort, Sheet no. 26, 1872, IOR/2627/26, BL).

<sup>1630</sup> Uma das primeiras menções ao cassabé de Bombaim ocorre no compêndio de António Bocarro de 1635 (BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, pp. 116, 117).

<sup>1631</sup> *Junta da Real Fazenda do Estado da Índia, Livro 6 (1638-1668)*, Artur Teodoro de Matos (ed.), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa / Centro de História de Além-mar, 2001, p. 19.

<sup>1632</sup> Sobre os negócios particulares dos foreiros do distrito de Baçaim, nomeadamente a venda de arroz, V. TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu Território: Política e Economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010, pp. 342-357.

<sup>1633</sup> A tradição local refere a existência de uma torre de origem portuguesa no sul da ilha de Candil (Colaba Island), no mesmo local onde os ingleses edificaram um farol. Não se localizou qualquer informação conducente a essa versão.



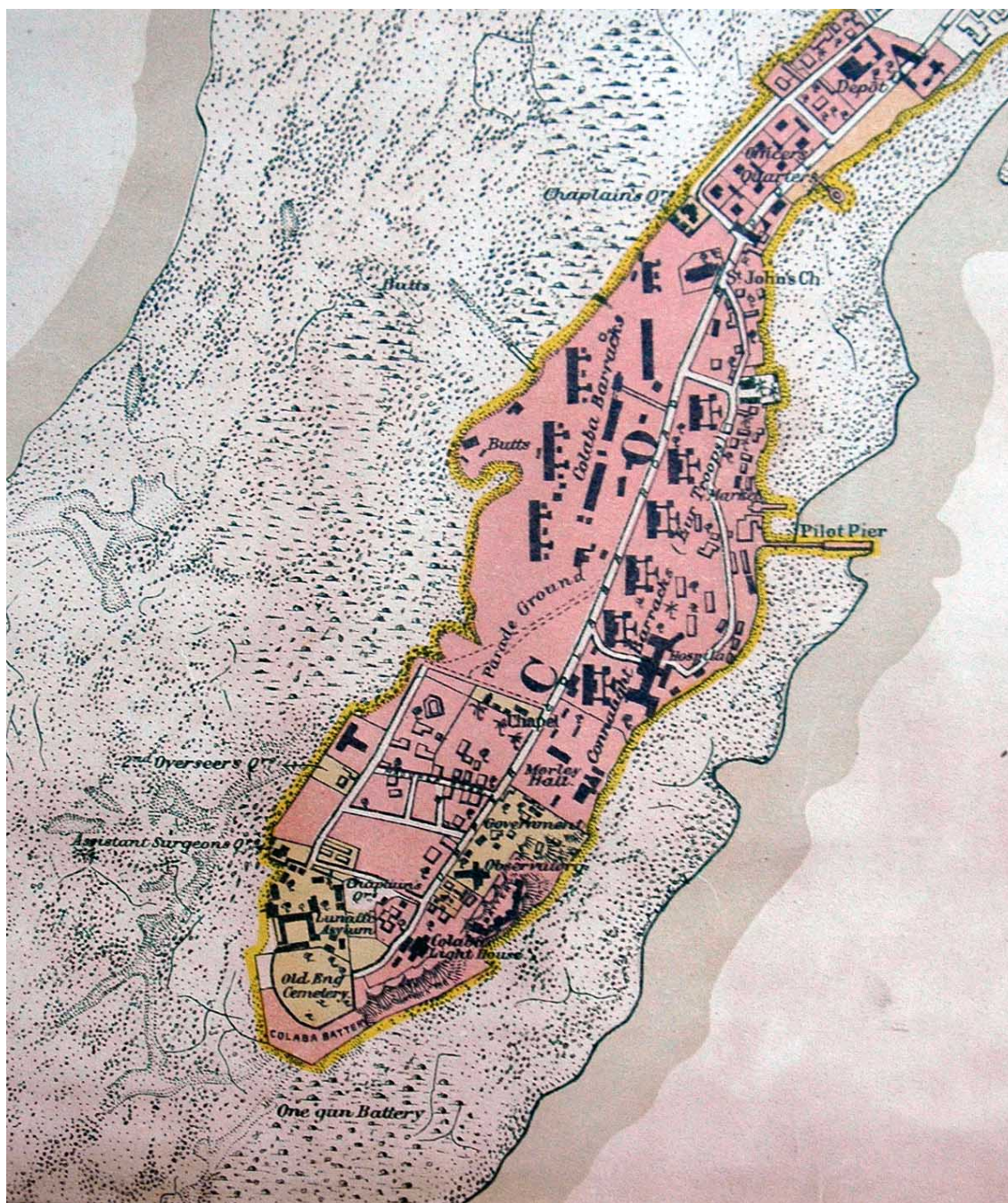


Fig. 296. Mapa de Bombaim, pormenor da ilha de Colaba (*Bombay...*, 1938, ASM)

Para além da casa senhorial de Bombaim e da torre de Mazagão (Mazgaon), e de eventuais elementos defensivos nas casas do tanadar em Mahim e na reitoria jesuíta de Parella (Parel), não localizei qualquer outra referência a dispositivos defensivos no arquipélago de Mahim-Bombaim. A escrever em por volta de 1668, John Fryer refere algumas peças de artilharia ligeira montadas em pequenas torres localizadas em locais convenientes para “*assustar os piratas malavares*”<sup>1634</sup>. É possível que os ténues vestígios de uma estrutura circular implantada sobre terrenos alagadiços perto da

<sup>1634</sup> FRYER, John, *A New Account of the Travels of East India and Persia, being nine years' travels, 1672-1681*, Londres, Hakluyt Society, 1909-15.



antiga aldeia de Vadalá (Wadala) corresponda a uma dessas torres, embora também se possa tratar de um antigo moinho<sup>1635</sup>.



Fig. 297. Ruínas perto de Vadalá (© Mendiratta, 2009)

No momento da entrega de Bombaim aos ingleses, veio à tona a problemática da subdivisão administrativa do arquipélago. Do ponto de vista da compartimentação territorial em tanadarias, todas as ilhas faziam parte da tanadaria de Mahim-Bombaim, designação aliás empregue pelo “*escrivão e tabelião público*” dessa mesma circunscrição em meados de Seiscentos e que indicia a crescente importância de Bombaim<sup>1636</sup>. Contudo, do ponto de vista fiscal, a tanadaria estava efectivamente subdividida nos cassabés de Mahim e de Bombaim. Qual a fronteira entre os ditos cassabés em 1665, altura em que praticamente todas as ilhas já tinham coalescido?

Compulsando a documentação disponível - toda ela relativa ao dito processo de cedência - sobrevém a noção de que o cassabé de Bombaim se restringia à dispersa aldeia homónima e área em redor e talvez à aldeia de Mazagão (Mazgaon). Contudo, no próprio dia da entrega, os oficiais do

---

<sup>1635</sup> Ruínas perto de Vadalá (Wadala): 19°01'17"N, 72°52'34"E.

<sup>1636</sup> Este tabelião era provavelmente António Pereira (Carta de Aforamento datada de 11 de Fevereiro de 1659. *Livro de Cartas Patentes e Alvarás nº 43 (1661-1662)*, fls. 79-81, HAG, pub. in CORREIA, Germano, *História da Colonização Portuguesa na Índia*, vol. V, Lisboa, Agência-geral do Ultramar, 1954, pp. 112-113; Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 14 de Janeiro de 1678, *Série Azul*, Ms. 497, fl. 15, BACL).



Estado vindos de Goa determinaram que a aldeia de Parella (Parel) e a aldeia-ilha de Varoli (Worli) também pertenciam ao cassabé, perfazendo assim a totalidade do território efectivamente cedido a 18 de Fevereiro de 1665<sup>1637</sup>. Esta decisão foi pouco depois considerada “errada” e “*em damno*” dos portugueses mas pouca diferença fez o reparo, pois os ingleses ignoraram estas subtilezas e no decurso de um mês ocuparam praticamente toda a *tanadaria* de Mahim-Bombaim<sup>1638</sup>. Quando o capitão-geral da PN Inácio Sarmento de Carvalho protestou contra esta ocupação, alegando que o governador inglês “bem” sabia “*que da ilha de Bombaim e de Mahim havia divisão de hum riacho e alagadiço, que os naturales entulharão para maior commodidade sua*”, Humphrey Cooke respondeu-lhe que certamente esse entulhamento não era posterior ao “*tempo quando se tratou do casamento*”, enviando-lhe ainda um “*treslado do mapa desta ilha (que veio de Inglaterra)*” onde o dito rio não figurava<sup>1639</sup>. E assim ficou – mal – resolvida a questão<sup>1640</sup>.

---

<sup>1637</sup> Os oficiais eram o chanceler da Relação de Goa Sebastião Álvares Migos e o vedor da Fazenda Luís Mendes de Vasconcelos (*Collecção de Tratados e Concertos de Pazes que o Estado da Índia fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 57, 73-75; *Supplemento à Collecção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos Público...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. IX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872, pp. 238-267; *Materials Towards a Statistical Account...*, vol. I, Bombay, Government Central Press, 1893, pp. 13, 14).

<sup>1638</sup> A ocupação de Mahim por Humphrey Cooke ocorreu em Março de 1665 e foi referenciada numa carta de António de Melo e Castro. De todo o território afecto à tanadaria de Mahim-Bombaim, os ingleses apenas não ocuparam nessa ocasião as ilhas de Candil Grande (Colaba) e das Patecas (Butcher's Island), parcelas insulares ainda geograficamente separadas das restantes. Note-se que o tanadar português foi inicialmente mantido em funções pelos ingleses (CUNHA, Gerson da, *The Origin of Bombay*, New Delhi, Asian Educational Services, 1993, p. 303; KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo-Portuguese negotiations relating to Bombay, 1660-1677*, London, Bombay, Oxford University Press, [1923], p. 467).

<sup>1639</sup> Samuel Pepys refere a existência de um mapa (“*draught*”) mostrado ao monarca inglês no âmbito das negociações do tratado, onde as ilhas de Salcete e do arquipélago de Bombaim estavam representadas unidas, formando apenas uma massa terrestre. Numa missiva inglesa de 1677 este mapa é descrito como tendo sido entregue pelo embaixador português em Inglaterra, Francisco de Melo, a Carlos II (Carta do capitão-geral da PN Inácio Sarmento de Carvalho datada de 26 de Maio de 1665 e carta do governador Humphrey Cooke datada de 27 de Maio de 1665, pub. in *Collecção de Tratados e Concertos de Pazes que o Estado da Índia fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 83-87; KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo-Portuguese negotiations relating to Bombay, 1660-1677*, London, Bombay, Oxford University Press, [1923], pp. 442, 443, 516-518, 524-525; PEPYS, Samuel, *Diary*, Lord Braybrooke (ed.), Kessingir Pub., 2004, p. 220).

<sup>1640</sup> A historiografia de origem anglo-saxónica de Bombaim repete invariavelmente o número de sete ilhas iniciais a constituir o arquipélago: Mahim; Parela-Vadalá (Parell); Mazagão (Mazgaon); Bombaim; Varoli (Worli); Candil Pequeno (Old Woman's Island); e Candil Grande (Colaba). Compete dizer que nenhum documento do período português contabiliza sete ilhas. Tampouco se conhece qualquer documento cartográfico coevo que assinalasse esse número de ilhas. Nos primeiros mapas de Bombaim, desde o de David Davies de 1626 até aos holandeses ou franceses de fins de Seiscentos passando pela representação de Barreto de Resende, todos apontam para quatro ou cinco ilhas, no máximo. O equívoco radica no mapa e artigo de R. X. Murphy publicado em 1843, onde surge pela primeira vez a noção de sete ilhas “ancestrais” do arquipélago. Para além da associação à *Heptanesia* da cartografia Ptolomaica, o número sete poderá estar relacionado com as sete aldeias ou povoações principais do arquipélago durante o período português, conforme os primeiros aforamentos feitos pelo vice-rei João de Castro. Na minha opinião, deve-se contabilizar no máximo o número de cinco ilhas para os primórdios da presença portuguesa na região, sendo que Parela-Vadalá, Mazagão e Bombaim formavam apenas uma entidade insular – embora repartida por dois cassabés, como ficou demonstrado. (Cf. CUNHA, Gerson da, *The Origin of Bombay*, New Delhi, Asian Educational Services, 1993, pp. 23-27; *Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, vol. II, *Trade and Fortifications*, Bombay, Government Central Press, 1894, pp. 648, 649).

### *Tanadaria de Caranjá (cassabé de Caranjá)*

A capitania-tanadaria e cassabé de Caranjá apresenta algumas idiossincrasias em relação às demais divisões da PN, sendo a única onde o Estado sustentou um capitão-tanadar cujo cargo era normalmente vitalício e hereditário<sup>1641</sup>. Também constituiu a única subdivisão fronteira às potências da terra firme com uma considerável presença da igreja Católica, com pelo menos cinco estruturas religiosas dispersas por uma área de 92,8 km<sup>2</sup><sup>1642</sup>. Como no cassabé de Bombaim, a maior parte da subdivisão cabia a um só senhorio, designado amiúde por “*foreiro maior do cassabé*”, facto que ajuda a explicar o número muito reduzido de entidades geotributárias explicitadas na documentação coeva para o seu circuito. De facto, as duas aldeias principais que detinham foreiros próprios – Sevem (Sheva), e Nevem (Nhava) - estavam desligadas da parcela principal e constituíam territórios insulares<sup>1643</sup>.



Fig. 298. Pormenor do Cassabé de Caranjá (Bocarro e Resende, *Livro...*, 1635, BPADE)

<sup>1641</sup> Embora na praga de Danu (Dahanu) a capitania também tenha transitado de forma hereditária, o capitão-senhorio não recebia soldo do Estado. V. *supra*, 3.3.3. “Danu (Dahanu)”, pp. 433-436.

<sup>1642</sup> Registe-se o facto de duas destas igrejas – a dominicana de Nossa Senhora do Rosário e a franciscana de São Bernardino – terem sido fundadas na década de 1620, altura em que também se destruíram alguns templos hindus na aldeia de Sevem (Sheva) e Nevem (Nhava). Nesta última aldeia foi fundada estrutura religiosa, cujas ruínas ainda subsistiam em finais de Oitocentos (MEERSMAN, Achilles, *The ancient Franciscan provinces in India, 1500-1835*, Bangalore, Christian Literature Society Press, 1971, 236-239; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thane: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, p. 194).

<sup>1643</sup> Sevem (Sheva), coordenadas: 18°56'31"N, 70°57'27"E; Nevem (Nhava), coordenadas: 18°57'51"N, 72°5'0.0"E.

Aparentemente, o cassabé de Caranjá manteve estas características administrativas até o fim do período português, sendo assim a subdivisão onde a figura preexistente do tanadar indiano se manteve com maior vigor, transitando para o capitão-tanadar vitalício do cassabé. Este cargo propiciava uma ampla alçada sobre o território, facto que cedo motivou queixas contra os providos por parte dos moradores<sup>1644</sup>. Mas esta situação também contribuiu para um maior investimento nas suas fortificações e na manutenção de uma substancial milícia<sup>1645</sup>. A este facto também não terá sido alheio o interesse dos jesuítas na exploração agrícola da subdivisão, a quem pertencia parte substancial dos foros devidos ao Estado<sup>1646</sup>. Para além da fortificação principal do cassabé, São Miguel de Caranjá (Uran) e da fortificação secundária da Penha de Caranjá (Dronagiri Hill)<sup>1647</sup>, existiram no cassabé pelo menos mais duas estruturas defensivas. A primeira era uma torre, na ilha do Elefante (Elefanta Island). O senhorio desta ilha e da sua aldeia de Puri (Gharapuri) era o próprio capitão-tandar do cassabé. Um dos militares ergueu uma torre provida de um mastro “em

---

<sup>1644</sup> Alguns dos captiães-tanadar de Caranjá foram: Manuel de Aguiar, em 1539 (CASTANHEDA, Lopes de, História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses (1552-1561): Thirty-one chapters of the lost “Livro IX”, C. Wessels (ed.), The Hague, Martinus Nijhoff, 1929, pp. 39-43); Estêvão Perestrelo, nas décadas de 1560 e 1570 (BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década VII, liv. III, Cap. 6, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1778- p. 219; Livro das Cidades e Fortalezas, Boletim... p. 39); Mateus Gomide, em 1593 (Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visorrei do Estado”, ed. Antonella Vignati, *Mare Liberum*, nº 17, Lisboa, CNCDP, , 1999, pp. 298, 300); Luís Perestrelo até 1604, altura em que deixou o cargo em dote para a sua filha, Maria de Sousa (Carta régia datada de 6 de Janeiro de 1602, *Livro das Monções nº 8*, Ms. 11, fls. 40-45, HAG; Carta régia datada de 26 de Fevereiro de 1605, *DRILM*, António Bulhão Pato (ed.), tom. I, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1880, p. 4); Baltazar Rebelo de Almeida, assassinado em 1613 (BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo Lima Felner (ed.), vol. I, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1876, pp. 50, 51; Alvará do vice-rei Jerónimo de Azevedo datado de 7 de Maio de 1613, Livro de Alvarás nº 3, fl. 105v, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), vol. VI, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 961, 962); Fernão Sampaio da Cunha, em 1614 e nas décadas de 1620 e 1630 (Cartas do vice-rei Miguel de Noronha datadas de 20 de Dezembro de 1629 e 19 de Fevereiro de 1630, *Livro das Monções nº 13-A*, Ms. 4, fls. 35, 214, HAG; Cartas do vice-rei António Telles datadas de 9 de Julho de 1640, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 1*, Ms. 1249, fl. 30, HAG); Manuel Sampaio da Cunha (filho do anterior), que *endoideceu* antes de 1649; seu tio, Lourenço de Melo de Sampaio, após 1649 (Parecer do Conselho Ultramarino datado de 27 de Janeiro de 1649, *Índia*, cx. 34, doc. 78, AHU); Baltazar Rebelo de Almeida, nas décadas de 1650 e 1660 (Carta do governador António Melo e Castro datada de 26 de Janeiro de 1664, *Índia*, cx. 46, doc. 52, AHU); Pêro Lamego Palha, antes de 1673 (Carta do príncipe regente datada de 6 de Março de 1673, *Livro das Monções nº 38-B*, Ms. 47, fl. (?), HAG); Francisco Rebelo de Almeida, possivelmente em 1674 (Carta do príncipe regente datada de 15 de Fevereiro de 1675, *Livro das Monções nº 39-40*, Ms. 48, fl. (?), HAG); Fernando Alves da Costa, antes de 1677 (Carta do vice-rei Luís Furtado de Albuquerque datada de 1 de Novembro de 1677, *Série Azul*, Ms. 499, fl. 77, BACL); Luís de Silveira, até 1678 (Diário do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado de 26 de Fevereiro de 1678, *Série Azul*, Ms. 497, fl. 149, BACL); Manuel Teles de Meneses, após 1683 (Parecer do Conselho Ultramarino datado de 13 de Dezembro de 1683, *Índia*, cx. 58, doc. 45, AHU); Pedro da Silva Zuzarte, em 1692 (Parecer do Conselho Ultramarino datado de 2 de Setembro de 1692, *Índia*, cx. 66, doc. 42, AHU); Pedro Rebelo de Almeida, a partir de 1694 ou 1702 (Parecer do Conselho Ultramarino datado de 9 de Dezembro de 1694, *Índia*, cx. 67, doc. 90; Carta do vice-rei Caetano de Melo e Castro datada de 16 de Julho de 1704, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 3*, Ms. 1251, fls. 105v, HAG); António Perestrelo de Sousa, em 1702 (Carta do Governadores datada de 7 de Janeiro de 1702, *Livro das Monções nº 65*, Ms. 74, fl. 290, HAG); José Luís Pereira, em 1737 (Assento do Conselho da Fazenda datado de 17 de Setembro de 1737, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 22*, Ms. 1180, fls. 78, 78v, HAG).

<sup>1645</sup> BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, pp. 117, 118.

<sup>1646</sup> Para um resumo dos itinerários dos jesuítas em Caranjá, V. TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu Território: Política e Economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010, pp. 339, 340.

<sup>1647</sup> V. *supra*, 3.2.7. “São Miguel de Caranjá (Uran)”, pp. 390-398 e 3.3.21. “Penha de Caranjá (Dronagiri Hill)”, pp. 509-512.

que largão huma bandeira quando pelo rio há parós de enemigos”, conforme ficou representado por Barreto de Resende. Possivelmente, a fundação desta estrutura recua até a década de 1560, altura de intensa actividade dos corsários ao longo da costa da PN, registando-se inclusivamente um ataque anfíbio ao próprio cassabé de Caranjá<sup>1648</sup>. Apesar desta torre ter sido provavelmente abandonada ainda durante o período da PN, as suas ruínas ainda eram visíveis em finais de Oitocentos<sup>1649</sup>. Porém, obras de fortificação na ilha do Elefante (Elefanta Island) no contexto da primeira e segunda Guerras Mundiais terão obliterado os vestígios da estrutura de origem portuguesa.

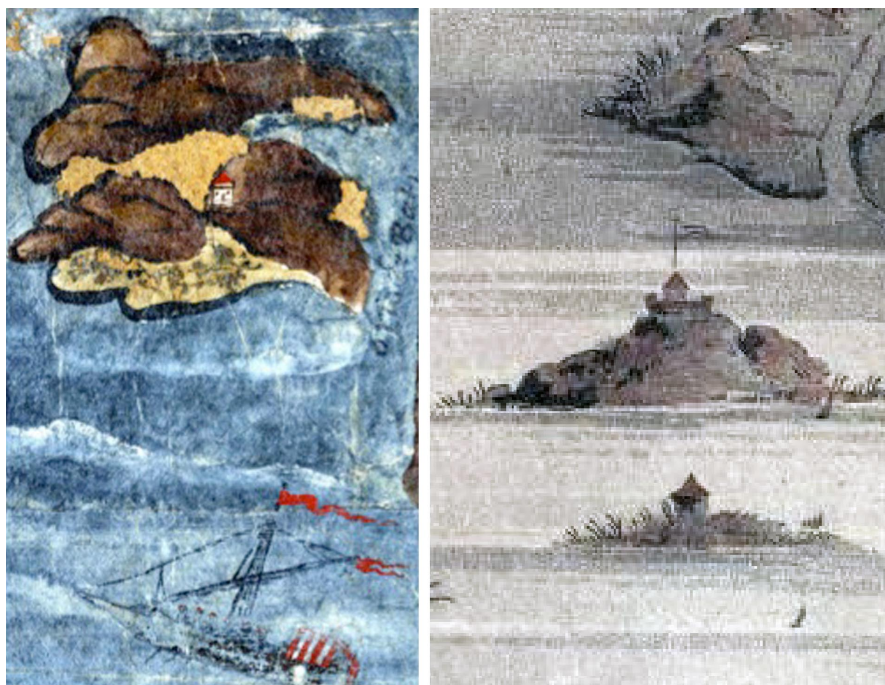


Fig. 299 e 300. Mapa da baía de Bombaim, pormenor da torre da Ilha do Elefante (*Mapa...*, 1665, AHU); Vista da região da ilha de Salcete, pormenor da referida torre e da torre da ilha das Patecas (Barth, *An Elevated View...*, 1803, BL)

O segundo dispositivo defensivo, provavelmente uma pequena couraça ribeirinha com artilharia, situava-se na povoação de Caranjá dos Coles (Karanja), na costa sul do cassabé, onde se cobravam taxaões sobre a navegação que demandava os rio de Nagotana e de Panvel<sup>1650</sup>.

<sup>1648</sup> Carta de Luís Freire de Andrade datada de 30 de Novembro de 1571, *Corpo Cronológico 1-109-75*, IAN-TT, pub. in GOERTZ, R. O. W., *Attack and Defense Techniques in the Siege of Chaul, 1570-1571*, Sep. do II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 286, 287.

<sup>1649</sup> A torre figura num mapa da ilha datado de 1901 (*Progress Report, Archaeological Survey of Western India*, Poona, Government Office, 1901, pp. 8, 9). Aproximadamente 150 m para leste das ruínas da torre estava originalmente a estátua do elefante que deu origem à designação portuguesa da ilha (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, pp. 91, 92)

<sup>1650</sup> KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo-Portuguese negotiations relating to Bombay, 1660-1677*, London, Bombay, Oxford University Press, [1923], p. 534.



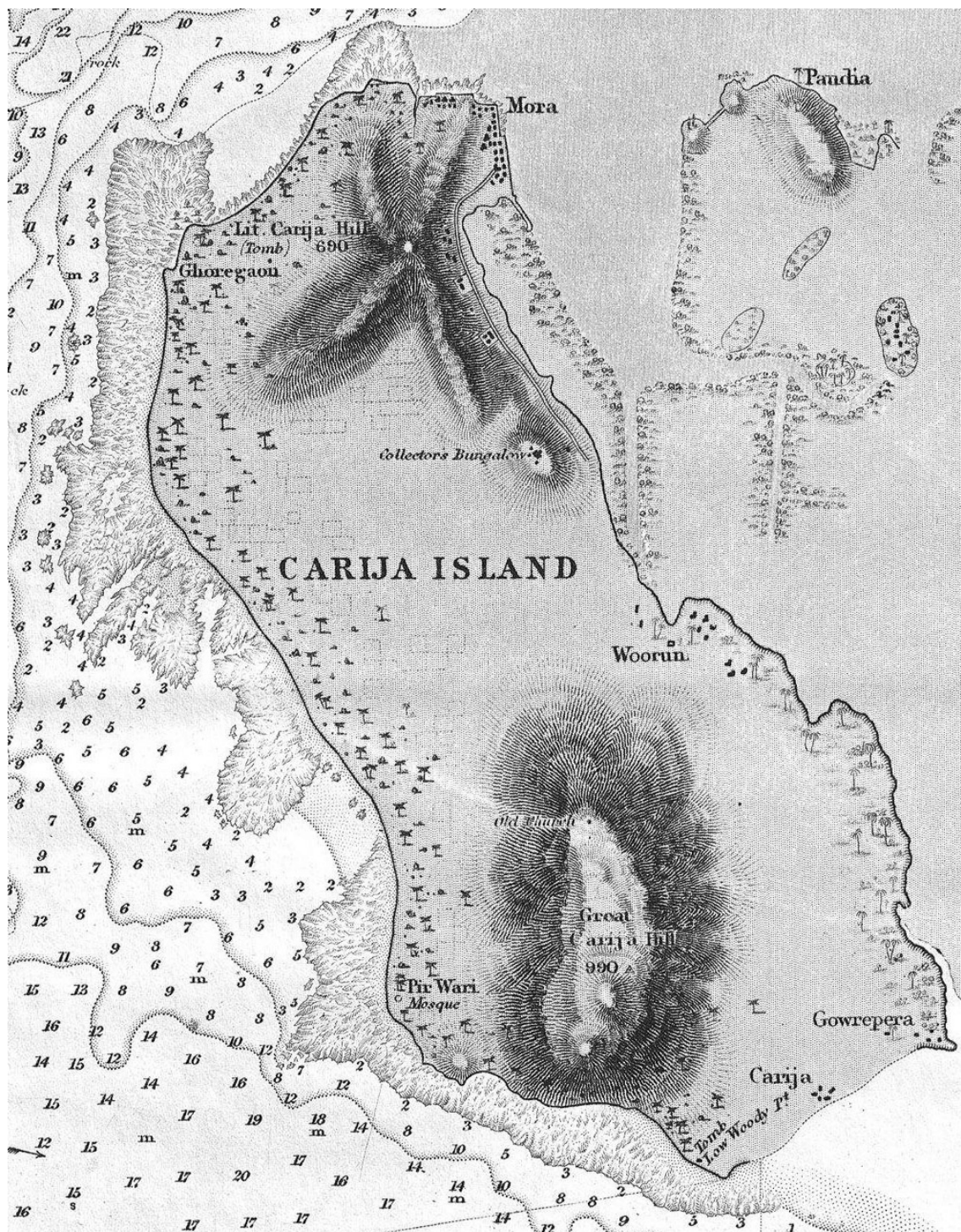


Fig. 301. Mapa da baía de Bombaim, pormenor da zona de Caranjá (Whish, 1878, NHM)

### 3.4.3. Distrito de Damão

Durante o seu período de máxima extensão, entre 1560 e 1581, o distrito de Damão incluiu dez praganas e cerca de quatrocentas entidades geotributárias dispostas por aproximadamente 2.469 km<sup>2</sup><sup>1651</sup>. Numa undécima pragana, a de Ganjar, a soberania portuguesa nunca foi imposta embora pertencesse *de jure* ao distrito de Damão, pelo menos na opinião de alguns oficiais do Estado<sup>1652</sup>. Após 1581, o distrito perdeu a pragana de Boticer e aproximadamente 399 km<sup>2</sup> do seu território, estabilizando assim em nove praganas e 2.070 km<sup>2</sup>, situação que se manteve inalterada até 1739<sup>1653</sup>. Contudo, em duas dessas nove subdivisões, as praganas de Loça e Bará, a soberania portuguesa foi muito limitada e a influência do reino de Sarceta - rendeiro oficial de grande parte das aldeias nelas contidas - superior.

Excluindo assim as subdivisões de Boticer e Ganjar, ao distrito de Damão correspondiam inicialmente cinco tanadarias: a do Campo (praganas Poarim, Callana, Loça e Naer); de Sangens (praganas de Sangens e Bará); Danu; Tarapur; e Mahim-quelme<sup>1654</sup>. Em data indeterminada antes de 1683, o posto de tanadar em Sangens (Sanjan) foi extinto, sendo as suas praganas incorporadas na tanadaria do Campo de Damão<sup>1655</sup>.

---

<sup>1651</sup> Não se contabilizam aqui as praganas de Asserim e Manorá, que estiveram primeiramente afectas a Damão mas que foram incorporadas no distrito de Baçaim poucos anos após a sua ocupação pelos portugueses.

<sup>1652</sup> Segundo os dados recolhidos, esta pequena pragana sertaneja, situada a sul de Bará e a leste da circunscrição de Tarapur, teve apenas uma fugaz influência portuguesa, pois já no alvorecer de Seiscentos, o ouvidor-geral Francisco Monteiro Leite afirmava que “*todas as aldeas que forão de Sua Magestade*” dessa pragana estavam de posse do rei do Coles, que tinha “*aly hum thanadar por nosso consentimento, cuidando que se*” lhe tapava “*a bocca com aquillo pera não inquietar e roubar as mais aldeas nas terras de Damão*”. Apesar da informação indiciar que as aldeias desta subdivisão tivessem chegado a ser aforadas, não consegui encontrar nenhum registo a esse respeito. Também não foi possível confirmar se esta pragana equivalia à subdivisão de “*Gortogar*” mencionada no *Tombo* de 1592. (Lembrança das cousas do Norte pelo ouvidor-geral por Francisco Monteiro Leite datado de 25 de Junho de 1602, Ms. 11410, fl. 76, BNP; MATOS, Artur Teodoro de, *O Tombo de Damão, 1592*, Centro de Estudos Damião de Góis / CNCDP, Lisboa, 2001, pp. 286, 287).

<sup>1653</sup> Tanto quanto se sabe, a pragana Boticer não fazia parte da jurisdição de Damão aquando da conquista portuguesa. A decisão de a invadir foi tomada pelo vice-rei Constantino de Bragança, verificando que os militares sidis usavam aquela zona como plataforma para incursões sobre a pragana de Poarim (Pardi). Após algumas batalhas perto da principal elevação da pragana, Parnela (Parnera), e na fortificação da sua povoação mais importante, Bulsar (Valsad), os portugueses retiraram destas duas posições em meados de 1560. Contudo, houve novas tentativas de reocupar a subdivisão após 1563, tendo o vice-rei Antão de Noronha aforado pelo menos três das suas aldeias a Belchior Fróis. A localização dessas entidades geotributárias permite-nos supor que a pragana se estendia desde o rio Par, onde confinava com a circunscrição de Poarim, até o rio Ambika, cerca de 37 km a norte da cidade de Damão. A sua profundidade territorial é difícil de determinar, sendo 20 km uma estimativa cautelosa. Assim, a sua área totalizaria cerca de 399km<sup>2</sup>. No encaço do primeiro tratado luso-mogol de 1573, a posse da pragana pelo Estado foi reconhecida. Mas com a campanha mogol de 1581, foi novamente ocupada e definitivamente incorporada no Império Mogol. Para as duas décadas após as batalhas iniciais, não localizei qualquer registo relativamente ao guarnecimento ou intervenções nas duas posições fortificadas da pragana (ANTUNES, Luís Frederico Dias, “Algumas considerações sobre os prazos de Baçaim e Damão”, *Anais de História de Além-Mar*, vol. III, Lisboa, CHAM, 2002, pp. 231-257).

<sup>1654</sup> *Livro das cidades, e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das capitánias, e mais cargos, que nelas há, e da importância deles*, Francisco Mendes da Luz (ed.), Sep. de Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1952, pp. 44-46.

<sup>1655</sup> Carta do vice-rei Francisco de Távora datada de 24 de Janeiro de 1683, *Livro das Monções nº 47*, Ms. 54, fl. 60, HAG.

Como referiu Vítor Rodrigues, no distrito de Damão existiu uma “*mais racional organização dos efectivos militares*”, tirando partido “*da aprendizagem realizada em Baçaim*”<sup>1656</sup>. Dada a extensão e venerabilidade da sua fronteira terrestre, desde o início do período português que o Estado investiu num corpo volante de tropas comandado por um capitão do campo para defender o sertão de Damão. Nesse corpo serviam normalmente sipaios ou lascarins e, em períodos de necessidade extrema, os foreiros com obrigações de milícia. Este corpo volante circulava entre várias tranqueiras, sendo que as mais frequentadas se situavam nas praganas de Poarim e Sangens<sup>1657</sup>.

Também a milícia dos foreiros de Damão, encarregue principalmente da defesa da capital do distrito em caso de invasão ou cerco, aparenta ter funcionado melhor do que em Baçaim. Apesar das múltiplas queixas relativas ao seu préstimo, as várias obrigações de cavalo e de espingarda foram mais duradouras para os foreiros de Damão, sendo que os de Baçaim cedo começaram a tentar eximir-se dessas responsabilidades<sup>1658</sup>.

### ***Tanadaria do Campo de Damão (Praganas Poarim, Callana, Loaça e Naer)***

Excluindo as duas primeiras décadas da administração portuguesa em Damão, a pragana de Poarim representou efectivamente a fronteira norte do distrito e da PN, subdivisão vizinha ao Império Mogol entre 1581 e 1676 e novamente entre cerca de 1688 e 1720. Para além deste poderoso confinante, esta subdivisão foi quase constantemente assolada por incursões do reino de Sarceta. Até à década de 1720, o Estado apenas edificou uma mão cheia de tranqueiras na pragana. Por esses motivos, as aldeias da pragana de Poarim não atingiram a estabilidade e importância económica de outras pertencentes ao distrito de Damão.

Ocupando cerca de 277,6 km<sup>2</sup> e dispondo-se ao longo de aproximadamente 8 km de costa entre os rios Coleiqua (Kolak) e Par, a topografia da pragana de Poarim era praticamente plana, com a notável excepção da montanha de Pareri (Pardi). Perto desta elevação situava-se a aldeia de Balda ou Balla, principal povoação da subdivisão. Aqui se desenvolveu uma tranqueira, aparentemente por incitava dos seus primeiros foreiros, mas guarnecida normalmente por sipaios do corpo volante do

---

<sup>1656</sup> RODRIGUES, Vítor Gaspar, “A Organização Militar da Província do Norte durante o Séc. XVI e Princípios do Séc. XVII”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, p. 258.

<sup>1657</sup> Os portugueses incorporaram também os “*abexins*” ou sidis convertidos ao Cristianismo na guarda afecta ao capitão-mor de Damão (Treslado das Provisões que o Vice-rei Matias de Albuquerque e o Conde da Vidigueira passaram sobre os abexins., *Livro de Regimentos das Fortalezas nº 1*, Ms. 1418, fls. 156v, 157, HAG).

<sup>1658</sup> Ao comparar o Tombo de Damão de 1592 com o relatório de 1611, fica-se com a impressão que existiram menos diminuições nas obrigações milicianas dos senhorios de Damão do que nos de Baçaim. Mas apenas um estudo aprofundado poderá abordar a eficácia militar dos fidalgos de Damão aos olhos do Estado (Relatório de todas as pessoas que nas terras de Damão e Baçaim e as mais anexas a elas têm aldeas datado de 20 de Novembro de 1611, *Índia*, cx. 3, doc. 93, AHU; MATOS, Artur Teodoro de, *O Tombo de Damão, 1592*, Centro de Estudos Damião de Góis / CNCDP, Lisboa, 2001).

Campo de Damão. André Ribeiro Coutinho descreveu-a enquanto “*algumas torres de seis e sete lados de pedra e cal e outras de madeira*”, unidas por cortinas de “*cardeiras e leiteiras*”. Na década de 1730, a aldeia de Balda pertencia ao desembargador José Pedro de Emaús, que também zelava pelas estruturas da tranqueira<sup>1659</sup>.

Com a construção de uma nova fortificação de pedra e cal na elevação de Pareri (Pardi) a partir de 1720<sup>1660</sup>, a tranqueira de Balda perdeu valor estratégico, mas foi aparentemente mantida pelo seu foreiro. Para além destas fortificações, assinalam-se no último quartel de Seiscentos pelo menos mais três tranqueiras na pragana de Poarim: Sodolvara (Sodhalwada); Goima; e Panchalay<sup>1661</sup>. Estas estruturas podem ter consistido em torres particulares rodeadas por estacadas, à semelhança da tranqueira de Balda ou posições exclusivamente em materiais perecíveis. Coloca-se ainda hipótese de a tranqueira de Callamuquel ou Caramoquel, mencionada em vários documentos coevos, também ter ficado situada nesta pragana<sup>1662</sup>.

Note-se a importância da comunidade parsi estabelecida na pragana de Poarim, instrumental na transferência do *Atash Behram*, ou fogo sagrado, de Navsari para a aldeia de Vudevera (Udvada) três anos após a queda da PN<sup>1663</sup>. Segundo António Moniz, nesta aldeia também existia uma tranqueira por volta de 1712<sup>1664</sup>.

A sul do rio de Par e até à foz do Damanganga, estendia-se a pragana de Callana, com cerca de 122,7 km<sup>2</sup> e trinta e uma aldeias. O seu território acompanhava a direcção sudeste dos mesmos cursos fluviais até cerca de 17 km para o interior da orla costeira. Ainda mais para leste, dispunha-se a pragana sertaneja de Loça. Talvez por estar completamente envolvida por outras circunscrições do lado terrestre e dada a edificação do forte de São Jerónimo em Damão Pequeno, a pragana Callana não foi dotada, aparentemente, de qualquer ou fortificação por parte do Estado até o momento da guerra luso-marata de 1737-1739.

Durante os ataques à pragana Naer em Dezembro de 1738, menciona-se uma linha de estacadas a formar uma primeira barreira para defesa das povoações em redor de São Jerónimo. Esta linha de tranqueira começava na aldeia de Catrivará (Kathiria), junto à sua “*jampa grande*”, ou entrada -

---

<sup>1659</sup> Relatório de André Ribeiro Coutinho datado de 6 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 643-651v, HAG.

<sup>1660</sup> V. *supra*, 3.3.1 “Pareri (Pardi)”, pp. 425-427.

<sup>1661</sup> Diário do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado de 17 de Julho de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 262-263, BACL; Alvarás do vice-rei Pedro António de Noronha datados 11 de Março de 1695 e de 26 de Maio de 1696, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fls. 76v, 77, 90v, HAG.

<sup>1662</sup> Em algumas referências, surge também a grafia “Gramuquer”.

<sup>1663</sup> BOYCE, Mary, KOTWAL, Firoze, “Irānshāh”, *Encyclopedia Iranica*, 2006. Disponível em: <<http://www.iranicaonline.org/articles/iransah>> Acesso em: 27 de Setembro, 2012.

<sup>1664</sup> MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. IV, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, p. 149, nota.



onde existia um posto policial e da guarda fiscal já no século XIX. É possível que nesse local tivesse existido originalmente uma casa-torre. Daqui, a estacada prolongava-se até Carivari (Khariwari), já na margem norte do Damanganga. Toda esta estacada foi defendida de ataques maratas pelo alferes Manuel Caetano Rodrigues e pelo capitão parsi Dagy Jansanga, entre Dezembro de 1738 e Janeiro do ano seguinte<sup>1665</sup>.

Para além de uma eventual torre em Catrivará (Kathiria), regista-se uma breve descrição de uma casa senhorial na aldeia de Varacunda (Varkund), visitada em 1673 pelo italiano Ambrosio Bembo. Este refere uma residência rural dividida em duas partes, uma das quais reservada para as mulheres da família, uma capela privativa e extensas hortas em redor<sup>1666</sup>. Após 1739, cerca de metade das aldeias da pragana de Callana permaneceu sob soberania do Estado, conforme estipulado pelo tratado de Puna (Pune) em 1740<sup>1667</sup>.

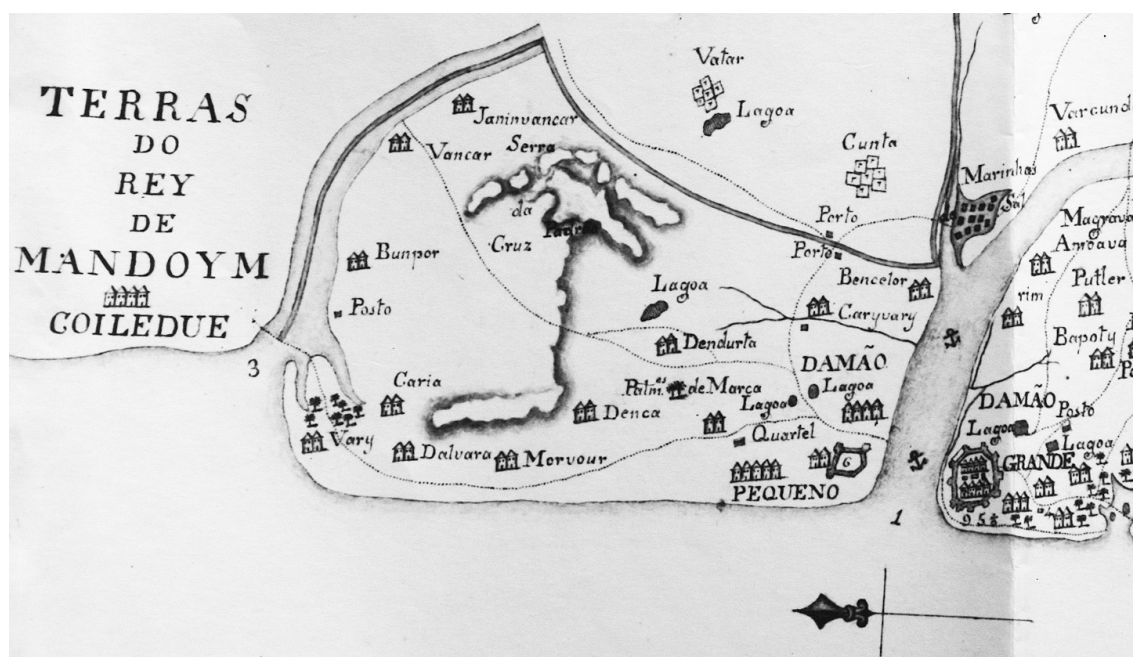


Fig. 302. Mapa do território de Damão, pormenor da zona da antiga pragana de Callana (*Carta do Território de Damão...*, 1830, AHU)

A pragana de Loça situava-se no interior do distrito ocupando aproximadamente 173,8 km<sup>2</sup> e incluía trinta e três aldeias. Pela sua posição sertaneja e topografia acidentada coberta por florestas, assegurar a eficaz defesa desta subdivisão era tarefa árdua para o Estado, ficando assim a soberania

<sup>1665</sup> MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. III, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, pp. 106-108, vol. IV, pp. 160, 259.

<sup>1666</sup> Enquanto que nessa data era foreiro de Varacunda Bento Teixeira, já na década de 1720, eras seu senhorio Tomás de Noronha (BEMBO, Ambrosio, *The Travels and Journal of Ambrosio Bembo*, ed. Anthony Welch, trad. Clara Bargellini, Berkley, University of California Press, 2007, pp. 197, 198; CORREIA, Alberto C. Germano da Silva, *História da colonização portuguesa na Índia*, vol. V, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1954, p. 251).

<sup>1667</sup> V. *supra*, 2.7. "Epílogo, 1739-1961", pp. 181-184.

portuguesa dependente em boa medida das relações com o reino feudatário vizinho<sup>1668</sup>. Já no período final da PN, André Ribeiro Coutinho referia a necessidade de fortificar uma das principais aldeias da praga, Dungará (Dungra), “*metida pelas terras do Chotiá dentro*”, assegurando assim uma posição intermédia entre as posições de Pareri (Pardi) e Bará (Bahrot) para defesa da raia seca das subdivisões de Callana e Naer<sup>1669</sup>. Esta sugestão não parece ter sido aplicada pelo Estado. Tampouco se encontrou qualquer referência a casas-torre ou tranqueiras situadas nesta subdivisão. Note-se como várias das aldeias de Loça foram novamente cedidas ao Estado pelos maratas entre 1783 e 1785<sup>1670</sup>.



Fig. 303. Mapa inglês do colectorado de Taná, pormenor da zona da antiga praga de Naer do distrito de Damão (*Topographical Survey...*, 1849, BL)

A subdivisão de Naer, que incluía a praça de Damão e zona suburbana a sul, compreendia trinta e seis entidades geotributárias distribuídas por uma área de aproximadamente 142,8 km<sup>2</sup>. Dispunha-se a sul do rio Damanganga e até o ribeiro de Nagi, a norte da aldeia de Moroli, onde confinava com a praga de Sangens. Para leste, estendia-se até à subdivisão de Loça, vizinhando também com os territórios normalmente dependentes do reino de Sarceta. Para além da já tratada

<sup>1668</sup> Os monarcas de Sarceta tinham provavelmente um papel preponderante no trato da madeira de teca de Loça e que era encaminhada para Damão para exportação. É possível que algumas das aldeias desta praga fossem arrendadas ao dito rei, à semelhança do que acontecia na subdivisão de Bará (MATOS, Artur Teodoro de, *O Tombo de Damão, 1592*, Centro de Estudos Damião de Góis / CNCDP, Lisboa, 2001, p. 192).

<sup>1669</sup> Relatório de André Ribeiro Coutinho datado de 6 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 643-651v, HAG.

<sup>1670</sup> V. *supra*, 2.7. “Epílogo, 1739-1961”, pp. 181-184.

fortificação de Damão Grande<sup>1671</sup>, subsistem ainda as ruínas de pelo menos duas casas senhoriais nas aldeias de Fanaca (Phansa) e Calagão (Kalgaon).

As ruínas em Fanaca (Phansa) foram documentadas de forma rigorosa, constituindo um exemplo de uma casa senhorial incorporando uma varanda ou alpendre e um zona central da volumetria com dois pisos, eventualmente de planta quadrangular. Implantada numa pequena elevação com uma ampla e desafogada vista sobre a paisagem envolvente, as estruturas arqueológicas dispõem-se perto de uma solitária *Adansonia*<sup>1672</sup>. Apesar do avançado estado de ruína das alvenarias, ainda foi possível documentar as fenestrações e orifícios correspondentes ao travejamento do piso superior. Não localizei, contudo, qualquer documentação referente a esta casa senhorial para além da lista dos seus senhorios contida no *Tombo de Damão*<sup>1673</sup>.



Fig. 304. Ruínas da casa senhorial da aldeia de Fanaca (© Mendiratta, 2010)

Já as alvenarias das estruturas na aldeia de Calagão (Kalgaon) atingem maior altura e permitem observar outros pormenores, tais como pedra de cantaria nas molduras das aberturas e emprego de tijolo e cal nas alvenarias. Contudo, dada a vegetação e entulho em redor do seu núcleo central, uma típica torre senhorial de implantação quadrada, não foi possível determinar os alinhamentos do restante conjunto edificado. Muito próximo dos vestígios da casa estão três *Adansonias*. Ao contrário

---

<sup>1671</sup> V. *supra*, 3.1.3 “Damão”, pp. 263-296 e 2.2.2. “São Jerónimo de Damão Pequeno”, pp. 319-332.

<sup>1672</sup> Vulga Baobá, árvore nativa da ilha de Madagáscar e do continente Africano.

<sup>1673</sup> MATOS, Artur Teodoro de, *O Tombo de Damão, 1592*, Centro de Estudos Damião de Góis / CNCDP, Lisboa, 2001, pp. 52, 53.



da casa de Fanaca (Phansa), esta estrutura não está implantada num lugar cimeiro e desafogado, encontrando-se antes à mesma cota que o casario e arvoredo da aldeia envolvente.

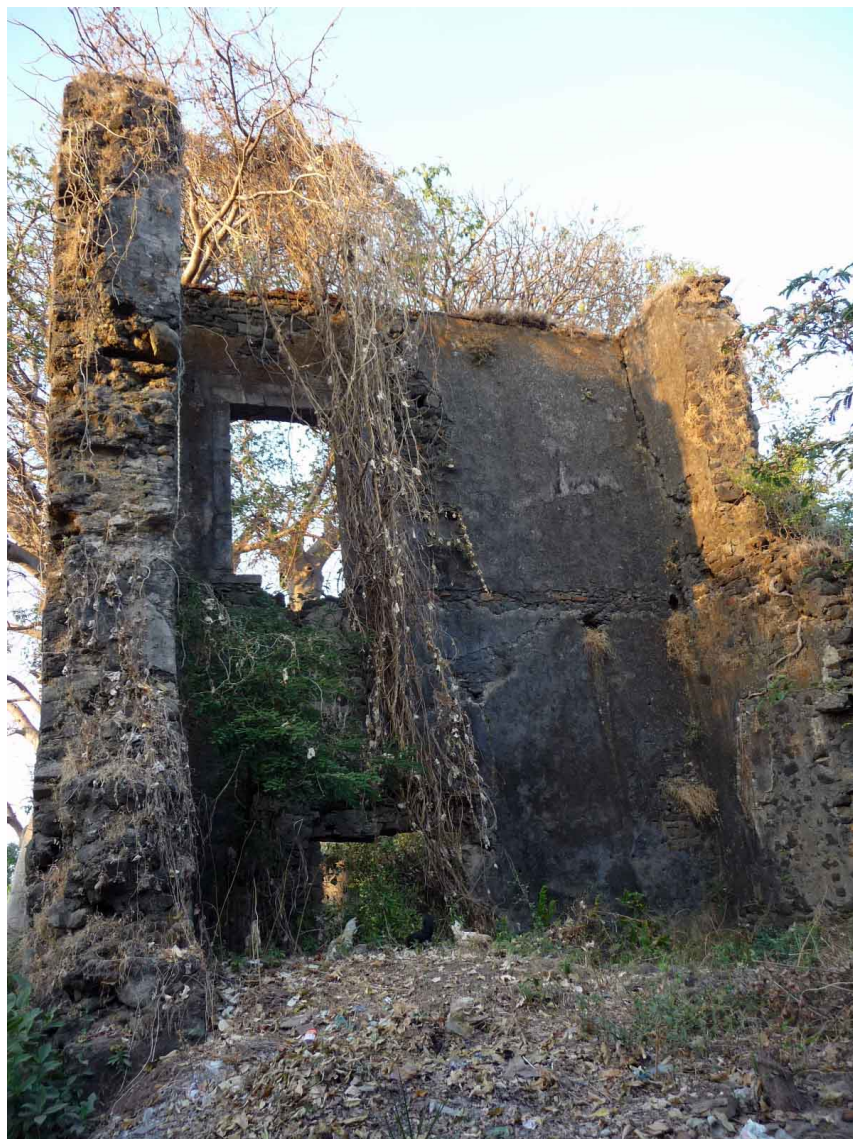


Fig. 305. Ruínas da casa senhorial da aldeia de Calagão (© Mendiratta, 2010)

Regista-se ainda a menção de uma torre na aldeia de Carmala (Karambel), que susteve um ataque de forças mogóis em 1638<sup>1674</sup>. Esta posição defensiva foi designada por tranqueira no último quartel do século XVII<sup>1675</sup>, tratando-se talvez da clássica estrutura defensiva de aldeia descrita por André Ribeiro Coutinho para toda a PN: “*huma torre ou casa forte*” com uma “*cava*” em redor de uma

---

<sup>1674</sup> Regimento para Dom Brás de Castro Capitão-mor do Norte, datado de Dezembro de 1638, *Livro de Regimentos nº 3*, Ms. 1420, fls. 124v-125v, HAG.

<sup>1675</sup> Diário do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado de 17 de Julho de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 262-263, BACL; Portaria do vice-rei Pedro António de Noronha datada de 11 de Março de 1695, *Livro do Norte nº 1*, Ms. 1376, fls. 76v, 77, HAG.



estacada<sup>1676</sup>. Nota ainda para a casa senhorial da aldeia de Ambavari, uma das poucas que terá sido mantida até finais de Oitocentos no seu anterior enquadramento senhorial. Nessa aldeia existia uma ermida da invocação da Madre de Deus, situada na fazenda pertencente em 1748 a Manuel de Barros de Meneses e possivelmente integrada na casa senhorial da aldeia<sup>1677</sup>.

À semelhança de Amabavari, cerca de dois terços das aldeias e metade da área desta pragana permaneceram sob soberania mediante o já referido acordo luso-marata de Puna (Pune), assinado em 1740.



Fig. 306. Mapa da zona de Damão, pormenor da casa senhorial de Ambvari, assinalando-se a ermida da Madre de Deus (*Mapa...*, ca. 1760, AHU)

<sup>1676</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 52.

<sup>1677</sup> Nesta propriedade existia um extenso magueiral e daí a origem do seu nome: em marata, “*amba*” significa manga e “*vaddi*” significa horta. A ermida era filial da igreja Matriz de Damão Grande. Entre a praça e Ambavari existia uma ponte de madeira, reedificada em pedra em finais de Setecentos. (MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. IV, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, p. 259).

### *Tanadaria de Sangens (Praganas Sangens e Bará)*

Para sul do ribeiro de Nagi e ao longo de aproximadamente 31 km de costa, ficava a pragana Sangens, abrangendo cinquenta e uma aldeias dispostas por 382,2 km<sup>2</sup>. Existem várias referências a tranqueiras e torres nesta subdivisão, o que terá resultado principalmente de dois factores: primeiro, muitas das suas aldeias ficavam próximas à problemática fronteira com o reino de Sarceta; segundo, a ruína da fortificação principal de Sangens (Sanjan), no terceiro quartel de Seiscentos, fez com que as aldeias em redor necessitassem de incrementar as suas defesas.

Uma das primeiras menções a tranqueiras nesta subdivisão surge com a descrição de António Bocarro de 1635, onde se menciona a “*tranqueira chamada Pansa*”, situada a cerca de 3,3 km do forte de Sangens (Sanjan) e “*posta nos confins das nossas terras*”. Este descritor geográfico enfatiza precisamente a proximidade da aldeia de Sangens e povoações circunvizinhas à raia seca da PN. Embora não tenha conseguido localizar “*Pansa*”, a área genérica mais provável aparenta ser entre as aldeias Gibincá (Gimsa) e Guirigama, aproximadamente a 4 km para sudeste de Sangens (Sanjan), embora também não se possa pôr de parte a associação com a aldeia Sama (Sambha), 3 km a leste da sede da pragana. De qualquer modo, a tranqueira em “*Pansa*” era defendida à data por um capitão e peonagem indiana. As suas defesas, ainda seguindo a descrição de Bocarro, eram apenas uma “*sebe de espinhos que se chama cardeiros*” disposta em forma circular sobre um “*terrapleno*”, no meio da qual ficavam a “*casa*” do dito capitão<sup>1678</sup>. Sem qualquer artilharia ou soldados portugueses, tratava-se de uma posição de diminuta capacidade defensiva, apenas para freio das rotineiras incursões dos reinos vizinhos feudatários. Poderia ainda servir como ponto avançado para detecção de movimentações de exércitos maiores.

António Bocarro também refere a tranqueira de Solsumba (Solsumbha), essa sim, bem identificável pelo facto de ainda subsistirem as ruínas da sua casa-torre. Estas constituem um dos mais eloquentes exemplos deste tipo de estruturas na PN, com as alvenarias ainda a atestar os seus dois pisos, e ostentando o tijolo medieval, tão difundido na área de Sangens e Damão. A sua implantação, rodeada por arrozais, sugere que estes terão constituído uma protecção complementar a um eventual fosso e à mencionada estacada. A vitalidade económica das várzeas da aldeia de Solsumba (Solsumbha) em meados de Seiscentos é comprovada pelo registo de uma aquisição de cem “*muras*” de bate pelo rei marata Shivaji directamente ao seu foreiro, Manuel Peixoto da Gama, uma transacção que foi debatida em Baçaim<sup>1679</sup>.

---

<sup>1678</sup> BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 98.

<sup>1679</sup> Diário do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado de 17 de Julho de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 262-263, BACL.





Fig. 307. Ruínas da casa-torre da aldeia de Solsumba (© Mendiratta, 2010)

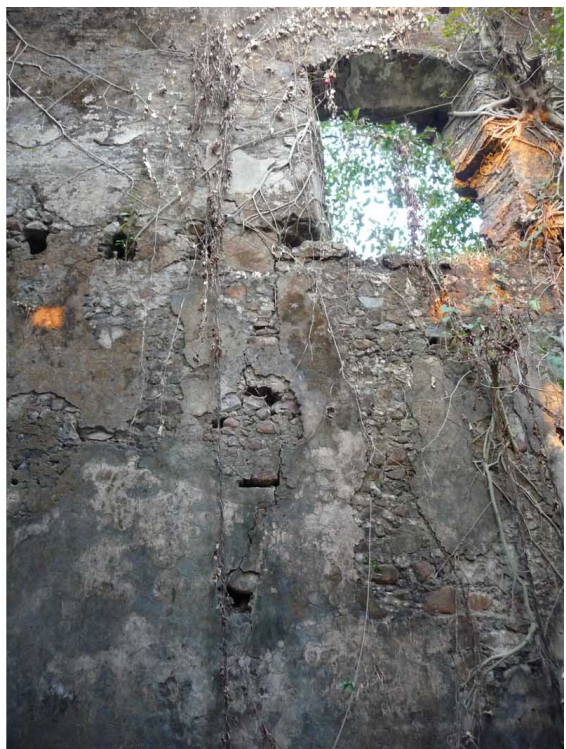


Fig. 308 e 309. Ruínas da casa-torre da aldeia de Solsumba (© Mendiratta, 2010)



Também na aldeia de Ava (Ahu) subsistem os vestígios de uma casa-torre de origem portuguesa. Embora com alvenarias em pior estado de conservação, estas empregam também tijolo para os cunhais da torre, notando-se ainda uma abertura entaipada sugerindo uma segunda volumetria da casa senhorial aposta à da torre propriamente dita.



Fig. 310. Ruínas da casa-torre da aldeia de Ava (© Mendiratta, 2010)

Na aldeia próxima de Pallaguão (Palgam), também se encontram relativamente bem conservados os vestígios daquilo que aparenta ser uma casa-torre, reaproveitada ou parcialmente reconstruída após 1739. Contudo, também poderá ser antes uma estrutura construída após o período português, influenciada pelo difundido modelo de casas-torre da PN, não obstante uma das alvenarias exteriores da casa-torre ostentar uma cruz em baixo-relevo que não aparenta ser recente. Note-se também o uso de tijolo, especialmente na volumetria destacada da chaminé e ainda nas frestas ao nível do piso térreo.





Fig. 311. Ruínas da casa-torre da aldeia de Pallaguão (© Mendiratta, 2010)



Fig. 312 e 313. Ruínas da casa-torre da aldeia de Pallaguão e cruz votiva nas alvenarias (© Mendiratta, 2010)



Ainda perto destas aldeias e da fortificação da aldeia de Sangens (Sanjan), importa referir as ruínas da fortificação de Catravará (Khatalwadi), também registada na documentação portuguesa como “*Catalla Bara*”. Apesar de não ter sido possível averiguar a extensão desta estrutura, esta poderá ter sido edificada durante o período final da PN, incorporando um ou dois baluartes artilhados unidos por um perímetro de tranqueira. Assim sugerem documentos relativos ao ataque marata de Dezembro de 1738, altura em que existiam “*atalayas de pao, estacada, caza forte, outra caza que servia de cozinha ao capitam*”, e oito peças de artilharia em Catravará (Kathalwadi)<sup>1680</sup>. Existiu também, pelo menos a partir da segunda metade de Seiscentos, outra tranqueira na aldeia de Umpellota (Uplot), também designada por “*Umplata*” ou “*Ampolete*”<sup>1681</sup>, bem sobre a fronteira da pragana.



Fig. 314. Ruínas da fortificação de Catravará (© S. Malapani, 2010)

---

<sup>1680</sup> Esta tranqueira ou fortificação secundária rendeu-se aos maratas a 26 de Dezembro de 1738 (Carta do capitão de Damão Filipe de Valadares Sottomaior datada de 29 de Dezembro de 1738, *Livro das Monções nº 108*, Ms. 30, fl. 104, HAG, trans. in Espólio da Memória Histórica do Caso de Nagar-Aveli, *verbete nº 2402*, AHU).

<sup>1681</sup> Diário do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado de 17 de Julho de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 262-263, BACL.

Nessa mesma campanha marata que rapidamente conquistou Sangens, refere-se ainda posições defensivas nas aldeias de Nargol e Umbargão (Umbargaon)<sup>1682</sup>. A primeira tinha sido doada em finais do século XVI aos jesuítas de Damão, constituindo a principal aldeia da congregação religiosa em todo o distrito. Nessa aldeia situava-se a capela Nossa Senhora dos Remédios, sede de paróquia no último período da PN<sup>1683</sup>. Para além de uma tranqueira em Nargol, já existente em inícios de Seiscentos<sup>1684</sup>, o Estado destacou em 1738 para sua defesa algumas peças de artilharia ligeira. Mas a aldeia e casa jesuíta acabaram por ser evacuadas<sup>1685</sup>. Assim como sucedeu em Umbargão (Umbargaon), onde existiu uma casa-torre de maior capacidade defensiva, cujas ruínas ainda eram visíveis em finais de Oitocentos<sup>1686</sup>. As ruínas de outra casa-torre ou de uma casa-agrícola foram registadas em finais do século XIX na aldeia de Cunavará (Khunava), no extremo sul da pragana<sup>1687</sup>.

No sertão a leste das subdivisões de Sangens (Sanjan) e Danu (Dahanu), ficava a pequena pragana de Bará, ocupando cerca de 145,7 km<sup>2</sup>. Entre todas as subdivisões que pertenceram efectivamente ao distrito de Damão até 1739, a pragana de Bará foi aquela onde a soberania portuguesa se exerceu de forma mais frágil, não se registando qualquer edificação ou intervenção no seu território até ao último quartel de Seiscentos. Efectivamente, nesta subdivisão, a influência do reino de Sarceta fazia-se sentir com peso, provavelmente desde o momento da conquista do distrito de Damão em 1559.

Nessa mesma conjuntura, aproveitando a desintegração do sultanato de Gujrate e a derrota dos sidis de Damão pelos portugueses, o reino de Sarceta também tentou alargar o seu território às aldeias de Bará, situadas “*muchito pella terra adentro*”, razão pela qual foram um dos principais alvos das suas incursões, estando “*despovoadas*” na década de 1580<sup>1688</sup>. Ainda na segunda metade do séc. XVI, os foreiros portugueses da pragana efectuaram um acordo com o monarca vizinho pelo qual

---

<sup>1682</sup> Umbargão (Umbargaon), coordenadas: 20°12'03"N, 72°44'58"E.

<sup>1683</sup> Em 1639, o provincial jesuíta de Goa pedia ao reino para se confirmar a doação/aforamento da aldeia Nargol em substituição da esmola régia que recebia o colégio das Onze Mil Virgens de Damão. O foral anterior da aldeia incluía obrigação de “*cavallo arábico*”. O foreiro Luís da Fonseca fez a doação da aldeia, que possuía em enfiteuse, confirmada pelo vice-rei Miguel de Noronha a 4 de Dezembro de 1635, conformando-se com o parecer do Conselho da Fazenda. Antes disso, já tinha havido uma primeira doação pela sua foreira Inês Pita, o que motivou uma queixa do Senado de Damão (Petição sobre o aforamento da aldeia Nargol, 15 de Dezembro de 1639, *Cod. 51-VI-21*, fls. 262-266, BA; Carta régia para o vice-rei Conde de Aveiras datada (?) de 1640, *Livro das Monções nº 21-B*, Ms. 28, fls. 533v, HAG; MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. III, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, pp. 122, nota; vol. IV, p. 57, nota).

<sup>1684</sup> BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, Rodrigo de José Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, vol. II, 1876, p. 670.

<sup>1685</sup> Carta do capitão de Damão Filipe de Valadares Sottomaior datada de 29 de Dezembro de 1738, *Livro das Monções nº 108*, Ms. 30, fl. 104, HAG, trans. in *Espólio da Memória Histórica do Caso de Nagar-Aveli*, verbete nº 2402, AHU.

<sup>1686</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, p. 370.

<sup>1687</sup> BURGESS, James, *Revised Lists of Antiquarian Remains in the Bombay Presidency...*, Archaeological Survey of India, New Imperial Series of Reports. vol. 16, Bombay, 1897, p. 114.

<sup>1688</sup> MATOS, Artur Teodoro de, *O Tombo de Damão, 1592*, Centro de Estudos Damião de Góis / CNCDP, Lisboa, 2001, p. 182.

este passou a ser o rendeiro ou “*vazadar*” perpétuo de quase todas as suas aldeias e entidades geotributárias. Assim, o próprio rei de Sarceta pagava por cada aldeia uma renda ao senhorio respectivo, retendo na fonte, por assim dizer, o valor do chouto.

Este curioso sistema, que também foi adoptado pontualmente noutras aldeias sertanejas do distrito, foi descrito pelo ouvidor-geral Monteiro Leite durante a sua visita à PN em 1602. Deplorando o facto de a renda auferida pelos foreiros não ser suficiente para estes desempenharem as suas obrigações milicianas, o oficial considerava indispensável a edificação de uma tranqueira na pragana para reimplantar e assegurar a soberania portuguesa. A estrutura defensiva deveria ser permanentemente guarnecida por quatrocentos peões e ainda, “*por tempo de dous annos*”, por quarenta portugueses. Ainda segundo Monteiro Leite, a tranqueira de Bará seria crucial para a defesa das praganas de Sangens (Sanjan) e Danu (Dahanu), cujas aldeias haviam sido igualmente pilhadas nos anos anteriores. Ainda que o ouvidor-geral não tenha especificado o local para o desejado dispositivo defensivo, suponho que tivesse em mente a principal aldeia do termo, Bará, situada na zona central da pragana, ou a montanha homónima, situada 6,9 km para oeste.

Não localizei qualquer documento relativo à materialização da iniciativa sugerida por Monteiro Leite durante o século XVII. Tampouco se refere a existência de qualquer tranqueira na pragana quando, no contexto da conquista do reino de Sarceta por Shivaji em 1670-1676, o vice-rei Luís Furtado e Albuquerque (g. 1671-1677) ordenou a vigia da elevação, a “*Serra de Bará*” (Bahrot)<sup>1689</sup>. Nessa ocasião, os maratas completavam uma nova fortificação sobre a montanha de Gambirgara (Ghambhirdad), 22,7 km para leste da montanha Bará (Bahrot) e muito perto da fronteira do distrito de Damão<sup>1690</sup>. Tanto quanto se sabe, não se edificou nessa ocasião qualquer estrutura em materiais perenes no topo da montanha do lado português<sup>1691</sup>.

Nova incursão marata, em 1730, conquistou a Serra de Bará (Bahrot), mantendo-se aquartelada uma força no local que também efectuava sortidas sobre as aldeias vizinhas. Nessa altura, os maratas improvisaram estruturas de abrigo junto às cisternas de origem pré-portuguesa e ainda alguns panos de muralha. Apenas foram desalojados em 1732, altura em que também surgiram disputas entre os foreiros portugueses e o rei de Sarceta<sup>1692</sup>. Volvido um ano, André Ribeiro Coutinho e o general da

---

<sup>1689</sup> Esta montanha também era conhecida por pico de Sangens, nomenclatura adoptada pelos ingleses como “*Sanjan Peak*” (Regimento do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado 22 de Fevereiro de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 139v-141, BACL; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, pp. 304, 305).

<sup>1690</sup> Regimento do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datado de 22 de Fevereiro de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 139v-141, BACL.

<sup>1691</sup> “*Sobre a serra Bara da jurisdição de Damão já escrevy a Vossa Excelencia não pode estar nella gente por ser muito fora [a] Damão e nao ter recolhimento os homens nem aonde o compor, que he neçessario fazer primeiro*” (Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 16 de Julho de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fl. 258, BACL).

<sup>1692</sup> Em 1732, o senhorio António de Moura entrou numa disputa com o rei de Sarceta, “*Ramona Rama*”, rendeiro de aldeias na pragana. O monarca escreveu então ao Senado de Damão, ameaçando invadir as terras portuguesas caso a



PN Luís Botelho informavam que a posição de montanha – uns tanques que recolhiam as águas pluviais rodeados por um dispositivo defensivo, muito provavelmente uma pequena tranqueira – estava guarnecida e dispunha de um pequeno celeiro. Recomendava-se a edificação de uma torre num local “*padrasto*” à posição, ligando-a à fortificação ou tranqueira com duas cortinas de “*pedra seca*”<sup>1693</sup>. A confirmar-se a execução destas melhorias propostas em 1733 e o conserto e reaproveitamento das muralhas maratas com artilharia – tudo iniciativas algo improváveis dada a falta de recursos do Estado – a estrutura em Bará (Bahrot) poderia ser considerada como uma fortificação secundária para o último punhado de anos da existência da PN, conforme a hierarquia que temos vindo a seguir<sup>1694</sup>.

Com a campanha marata contra o distrito de Damão em Dezembro de 1738, a pragana de Bará e sua montanha caíram rapidamente nas mãos dos atacantes. No âmbito do presente trabalho, não foi possível visitar este local. Mas afigura-se verosímil que tanto as estaturas maratas como as portuguesas tivessem ficado em redor das cisternas e do santuário parsi na mesma montanha, cerca de 2 km a noroeste do seu cume<sup>1695</sup>.

### *Tanadaria Danu (Pragana de Danu)*

A diminuta tanadaria de Danu (Dahanu), com aproximadamente 64 km<sup>2</sup> e onze entidades geotributárias, constituía a mais pequena subdivisão do distrito de Damão. A sua importância económica radicava no seu porto, local de escoamento da madeira de teca das florestas a leste, como já ficou dito<sup>1696</sup>. Não encontrei qualquer referência a tranqueiras ou casas-torre nas aldeias desta pragana. Note-se que todas as suas entidades geotributárias estavam concentradas nas mãos do “*senhorio da pragana*” que residia na casa-senhorial fortificada de Danu (Dahanu)<sup>1697</sup>.

---

disputa não fosse resolvida. Infere-se desta missiva que existiam na pragana uma tranqueira e uma posição fortificada na Serra de Bará (Bahrot) (Carta do rei de Sarceta datada de 13 de Setembro de 1732, cit. in MONIZ, Anrónio Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, Lisboa, Associação Damão-Diu, vol. II, 2000, pp. 15, 16).

<sup>1693</sup> Guarneçiam Bará (Bahrot) duas companhias, uma “*de christãos*” e outra “*de cipaiois*”, cada uma com quarenta homens (Relatório de André Ribeiro Coutinho datado de 6 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 643-651v, HAG; Carta do General da PN Luís Botelho datada de 15 de Julho de 1733, *Livro das Monções 102-B*, Ms. 122, fls. 627-636v, HAG; Relação de Philipe de Valladares de Sottomayor datada de 10 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 637-641, HAG).

<sup>1694</sup> A posição esteve guarnecida com um contingente nos derradeiros anos da PN (Carta do capitão de Damão Filipe Valadares de Sottomayor datada de 19 de Dezembro de 1738, *Livro das Monções nº 108*, Ms. 130, fl. 83, HAG).

<sup>1695</sup> Estas estruturas arqueológicas, conhecidas como *Bahrot Caves*, são um importante local de peregrinação para os parsis e datam de cerca de 1465. Coordenadas: 20°04'04"N, 72°49'41"E (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, pp. 302, 304, 305; BOYCE, Mary, KOTWAL, Firoze, “*Irānshāh*”, *Encyclopedia Iranica*, 2006. Disponível em:

<<http://www.iranicaonline.org/articles/iransah>> Acesso em Julho de 2012.

<sup>1696</sup> V. *supra*, 3.3.3. “Danu (Dahanu)”, pp. 433-437.

<sup>1697</sup> MATOS, Artur Teodoro de, *O Tombo de Damão, 1592*, Lisboa, Centro de Estudos Damião de Góis / CNCDP, 2001, pp. 183, 184.

### *Tanadaria Tarapur (Pragana de Tarapur)*

A extensa e produtiva pragana de Tarapur continha sessenta e sete aldeias dispostas por 353,4 km<sup>2</sup>, ao longo de cerca de 25 km de orla costeira, entre os Rios de Danu e de Dudh. Beneficiando da proximidade de Asserim (Asherigad) para defesa da sua fronteira a leste e, mais tarde, da fortificação de Santa Cruz (Asava)<sup>1698</sup>, as suas povoações e propriedades detinham rendimentos económicos estáveis, sustentando uma considerável milícia. De facto, os cerca de sessenta cavaleiros das obrigações das aldeias de Tarapur representavam o mais substancial corpo miliciano montado de toda a PN, tendo inclusivamente sido destacados para as fronteiras do distrito de Baçaim no último quartel do século XVII<sup>1699</sup>. A vitalidade das suas aldeias permite-nos supor que muitas estivessem dotadas de torres e casas-torre, embora não tenha sido possível percorrer sistematicamente todo o território da pragana de Tarapur para o presente trabalho. Permanecem vestígios de estruturas de origem portuguesa em pelo menos quatro aldeias: Agabana (Agavan); Asanaguão (Asangaon); Cambolim (Kumbhavali); e Chinchana (Chinachani). Pelo menos um documento português refere ainda uma tranqueira na aldeia de Singuão (Shigaon)<sup>1700</sup>.



Fig. 315. Ruínas da casa-torre de Cambolim (© M. Thakare, 2012)

<sup>1698</sup> V. *supra*, 3.3.4. “Santa Cruz (Asava)”, pp. 437, 438.

<sup>1699</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 1 de Dezembro de 1677, *Série Azul*, Ms. 496, fl. 1v, BACL.

<sup>1700</sup> Agabana (Agavan), coordenadas: 19°44’46’’N, 72°44’59’’E; Asanaguão (Asangaon), coordenadas: 19°54’17’’N, 72°44’58’’E; Cambolim (Kumbhavali), coordenadas: 19°46’18’’N, 72°42’59’’E; Chinchana (Chinachani), coordenadas: 19°52’12’’N, 72°40’52’’E (NARAVANE, M. S., *The Heritage Sites of Maritime Maharashtra*, Bombaim, Maritime History Society, 2001, pp. 55, 56); Singuão (Shigaon), coordenadas: 19°50’34’’N, 72°47’32’’E (Relação de Philipe de Valladares de Sottomayor datada de 10 de Julho de 1733, Livro das Monções nº 102-B, Ms. 122, fls. 637-641, HAG).

Deste conjunto, destaca-se as ruínas da estrutura em Cambolim (Kumbhavali), uma robusta casa-torre de cariz marcadamente defensivo com pelo menos dois pisos, dotada de pedra de cantaria nos cunhais e nas molduras das aberturas. Nas faces exteriores das alvenarias, notam-se pequenos orifícios dispostos segundo um padrão regular, provavelmente os pontos de contacto de uma desaparecida estrutura em madeira.

Nota ainda para o percurso terrestre desde Tarapur até Asserim (Asherigad), linha de comunicação vital para a defesa da PN. Esta passava provavelmente cerca de 4 km a sul da tranqueira de Singuão (Shigaon), pela aldeia de Mapargana (Mahagaon?) no sopé da montanha de Santa Cruz (Asava), transpondo o rio Suria perto da aldeia de Kiro<sup>1701</sup>.

### ***Tanadaria Mahim-quelme (Pragana de Mahim-quelme)***

A subdivisão de Mahim-quelme (Kelwamahim) era a mais meridional do distrito de Damão, dispondo-se ao longo de cerca de 26 km de costa, desde o ribeiro de Dudh até o Rio Vaitarna. Em média, a pragana atingia uma profundidade territorial de 15 km, sendo que o mesmo Rio Vaitarna e ainda o Suria determinavam em boa medida o limite leste da pragana, onde confrontava com a subdivisão de Manorá (Manor) pertencente ao distrito de Baçaim. As suas sessenta e sete aldeias distribuíam-se por cerca de 397,3 km<sup>2</sup>.

Paralelamente à costa e aos Rios Vaitarna e Suria e ao longo de uma serra, avultavam as posições fortificadas de Caldruga (Kaldurg), Santa Maria (Tandulwadi), o desfiladeiro de Chandavari (Chandavadi) e ainda a posição de Santa Cruz (Asava), esta última já na pragana de Tarapur. Esta serra constituía uma barreira natural para defesa da pragana, que também beneficiava dos cursos dos rios Vaitarna e Suria e ainda da proximidade da fortificação de Asserim (Asherigad). Assim, as suas aldeias e propriedades forneciam rendas estáveis que permitiam aos foreiros fornecer ou sustentar milícias e tropas volantes para segurança da pragana, à semelhança do que acontecia na subdivisão de Tarapur. As povoações maiores situavam-se ao longo da costa, desde Sirgão (Shirgaon) até Dantorá (Datvire). O território estaria densamente aproveitado para a agricultura, incluindo plantações de cana-de-açúcar e frutos, para além de arrozais.

Já se deu notícia da fortificação principal de Mahim-quelme (Kelwamahim), sede da pragana; da fortificação secundária em Sirgão (Shirgaon); das três em Quelme (Kelwa); e da fortificação secundária em Danda. Ainda em Quelme, entre o forte da praia de Quelme (Kelwa) e a casa senhorial da aldeia, registos Oitocentistas indicam a existência de outra estrutura sobre a linha de

---

<sup>1701</sup> Mapargana (Mahagaon?), coordenadas: 19°48'05"N, 72°48'45"E (localização provável); Kiro<sup>1701</sup>, coordenadas: 19°48'03"N, 72°50'47"E.

costa, conhecida localmente como a torre de Futka. Não foi possível documentar esta posição no âmbito do presente trabalho<sup>1702</sup>.

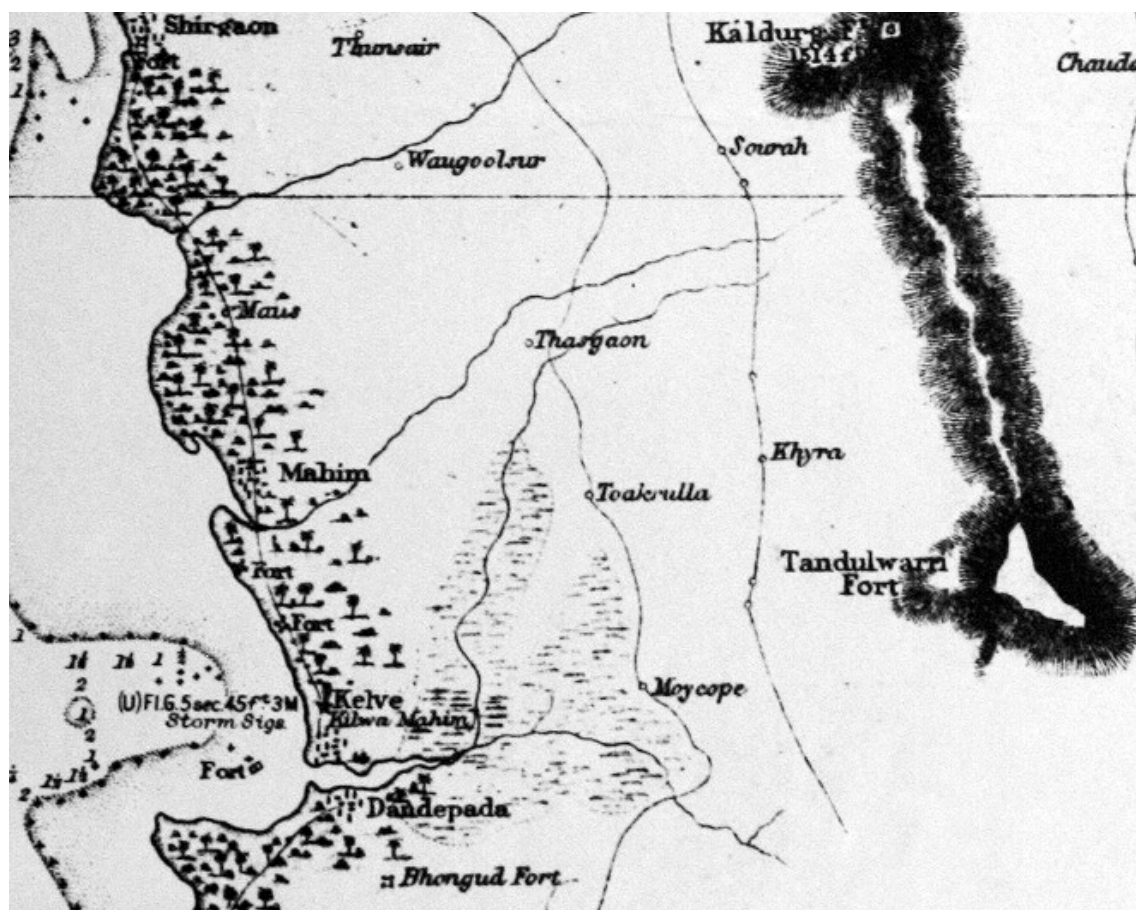


Fig. 316. Mapa da Costa Ocidental da Índia, pormenor da zona de Mahim-quelme. Note-se as duas fortificações assinaladas entre as povoações de Quelme e Mahim-quelme (*West Coast of India...*, 1855, BL)

Próximo da casa senhorial fortificada de Danda, cerca de 230 m para leste do primeiro bastião e sobre a margem do rio, existe um outro núcleo de ruínas. Trata-se de uma área considerável com alinhamentos de vários compartimentos, onde ainda se constata pormenores construtivos, como o arranque de uma abóbada de pedra e uma escadaria com compartimento inferior com uma abóbada de tijolo. Contudo, nada nestes elementos aponta para uma vocação defensiva e apenas através de uma aturada prospecção arqueológica se poderia tentar determinar a sua função. Provisoriamente, suponho tratar-se de uma edificação religiosa ou de uma casa senhorial<sup>1703</sup>.

<sup>1702</sup> Alguns relatos recentes sugerem que esta estrutura está hoje enterrada pela areia (*Hikes & Treks*. Em: <<http://www.hikesandtreks.com/mahseafort2.html#madlabhurj>> Acesso em: 1 de Julho de, 2012).

<sup>1703</sup> Embora seja uma pista ténue, regista-se o facto de Pedro Barreto de Resende assinalar na sua iconografia uma estrutura religiosa na margem de um rio a sul de Mahim-quelme. Em fins do século XIX, este local era conhecido como “Kital”. Ainda em Danda, assinala-se a existência de um fragmento de uma pedra-de-armas, denotando motivos decorativos e ailo que parece ser uma Coroa de conde sobre um brasão cujo desenho desapareceu por completo (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, p. 200)





Fig. 317. Ruínas de estrutura de origem portuguesa próximo da casa-senhorial de Danda  
(© Mendiratta, 2010)



Fig. 318 e 319. Ruínas de estrutura de origem portuguesa próximo da casa-senhorial de Danda  
(© Mendiratta, 2010)



Segundo o *Gazetteer*, em finais de Oitocentos existiam outras seis estruturas defensivas ao longo da costa da praga entre a aldeia de Danda e o rio Dantorá (Datvire), e ainda outras três no interior da praga. Deste grupo de nove estruturas, apenas foi possível documentar fotograficamente quatro no âmbito do presente trabalho. Ainda na margem do rio de Danda e cerca de 200 m a oeste do centro da aldeia, subsistem as ruínas de uma estrutura de alegada origem portuguesa conhecida localmente como *Tankisha*<sup>1704</sup>. Prosseguindo para sul, e já na costa do Índico, aproximadamente a 1,3 km para sul da aldeia de Usernim (Usarni), situam-se os ténues vestígios de uma posição na embocadura de um ribeiro, eventualmente uma pequena atalaia costeira<sup>1705</sup>.



Fig. 320. Local provável de implantação da torre da aldeia de Usernim (© Raut, 2008)

Deste local, continuando 2,17 km para sul, atinge-se a aldeia de Matana (Mathane). Próximo do seu centro estão as ruínas de uma estrutura maior, possivelmente a antiga casa senhorial da aldeia<sup>1706</sup>. Escassos 740 m para sudeste estão os vestígios da torre da aldeia de Eravana (Edwan),

<sup>1704</sup> Tankisha, coordenadas: 19°35'33"N, 72°43'44"E (localização aproximada).

<sup>1705</sup> Usernim (Usarni), coordenadas: 19°34'00"N, 72°43'14"E. Em 1678, o senhorio da aldeia de Usernim (Usarni) era Filipe de Castro (Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de Novembro de 1678, *Série Azul*, Ms. 499, fl. 36v, BACL).

<sup>1706</sup> Matana (Mathane), coordenadas: 19°32'51"N, 72°43'30"E. Em 1678, o senhorio desta entidade geotributária era Mateus de Castro (Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de Novembro de 1678, *Série Azul*, Ms. 499, fl. 36v, BACL).

aparentemente uma típica torre de implantação quadrangular de dois pisos<sup>1707</sup>. Aproximadamente 950 m para sul deste local existiam as ruínas da torre de Corá (Kore)<sup>1708</sup>. Inflexindo para sudeste, a cerca de 3,78 km, situava-se a aldeia de Dantorá (Datiware), no extremo sul da praga de Mahim-quelme e também de todo o distrito de Damão<sup>1709</sup>. Esta povoação e sua fortificação eram algo mais importantes do que as restantes, também devido ao passo sobre o rio Vaitarna, na ligação viária entre Damão e Baçaim<sup>1710</sup>. Contudo, não foi possível determinar se os escassos vestígios arqueológicos documentados em Dantorá (Datiware) constituíam a referida fortificação ou apenas uma estrutura de pedra e cal na sua aldeia.



Fig. 321 e 322. Ruínas das torres das aldeias de Matana e de Eravana (© Raut, 2008)

Desta aldeia no extremo sul do distrito de Damão, inflectindo cerca de 4,4 km para nordeste e transpondo um ribeiro e zona alagadiça, está a aldeia de Viratana (Virathan). Neste local subsistem as ruínas de uma notável edificação, aparentemente de cariz religioso, e vários alinhamentos de muros e paredes - talvez parte de uma considerável casa senhorial. Infelizmente, não foi possível

<sup>1707</sup> Eravana (Edwan), coordenadas: 19°32'29"N, 72°43'42"E. Em 1678, o senhorio da aldeia era Luís de Castro (Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de Novembro de 1678, *Série Azul*, Ms. 499, fl. 36v, BACL).

<sup>1708</sup> Corá (Kore), coordenadas: 19°31'59"N, 72°43'48"E (localização provável). Em 1678, o senhorio de Corá (Kore) era Dona Madalena Coutinho (Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de Novembro de 1678, *Série Azul*, Ms. 499, fl. 36v, BACL).

<sup>1709</sup> Dantorá (Datiware), 19°31'05"N, 72°45'45"E. Em 1678, o seu senhorio era Francisco Alves da Silva (Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de Novembro de 1678, *Série Azul*, Ms. 499, fl. 36v, BACL).

<sup>1710</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, p. 55.



analisar o sítio<sup>1711</sup>. Assinalam-se ainda ruínas nas aldeias de Chatalla (Chatalle) e Catalla (Khatali), respectivamente a 3,8 km e 6,8 km a noroeste de Viratan (Virathan)<sup>1712</sup>.



Fig. 323. Ruínas de estrutura na aldeia de Dantorá (© Mendiratta, 2010)

Relativamente a posições fortificadas na serra na parte leste da pragana, é mais difícil de asseverar quais as estruturas com uma camada portuguesa. Tanto na montanha Caldru (Kaldurg) como na de Santa Maria (Tandulwadi) existiam, muito provavelmente já antes de 1559, tanques escavados na rocha para recolha das águas da chuva e abastecimento de guarnições<sup>1713</sup>. Porém, nenhuma das fontes portuguesa portuguesas menciona estruturas propriamente ditas nos cumes das elevações. O general da PN Luís Botelho, a escrever em 1733, refere-se deste modo lacónico a Caldru (Kaldurg):

*“Na Serra de Caldru, donde também estive, temos huma guarda posta pelo general meu antecessor para deffença da agoa da dita serra, que eu não considero segura se for atacada; e posto que nós*

---

<sup>1711</sup> Viratana (Virathan), coordenadas: 19°32'53"N, 72°47'25"E.

<sup>1712</sup> Chatalla (Chatalle), coordenadas: 19°34'07"N, 72°45'40"E (localização provável) Catalla (Khatali), 19°35'16"N, 72°44'26"E (localização provável) (*Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIV, *Thana: places of interest*, Bombay, Government Central Press, 1887, p. 200).

<sup>1713</sup> Caldru (Kaldurg), coordenadas: 19°41'28"N, 72°49'01"E.



*nunca conservámos a dita serra e o estado presente de sua guarnição a não deffende, não me atrevi contudo a tirar-lhe a guarda que hoje tem, nem o farey sem ordem de Vossa Excelência.*<sup>1714</sup>

Muito perto da montanha Caldru (Kaldurg) situava-se o “candê” ou desfiladeiro de Chandavari (Chandavadi), o sítio mais atreito à transposição de toda a serra e por onde passa actualmente uma estrada na mesma direcção<sup>1715</sup>. Este desfiladeiro constituía assim o principal caminho de incursão sobre o coração pragana e foi palco de várias batalhas entre o Estado e os maratas.



Fig. 324. Mapa da Pargana de Mahim, pormenor (Survey..., 1833, BL)

<sup>1714</sup> Esta guarnição era uma companhia destacada da pragana de Tarapur e constava de trinta e seis homens por regimento (Carta do General da PN Luís Botelho datada de 15 de Julho de 1733, *Livro das Monções 102-B*, Ms. 122, fls. 627-636v, HAG; Relação de Philipe de Valladares de Sottomayor datada de 10 de Julho de 1733, *Livro das Monções nº 102-B*, Ms. 122, fls. 637-641, HAG).

<sup>1715</sup> Chandavari (Chandavadi), coordenadas: 19°42'02"N, 72°49'02"E.

A montanha de Santa Maria (Tandulwadi)<sup>1716</sup>, mais a sul, foi aparentemente dotada de algumas estruturas defensivas durante os períodos de ocupação marata de 1683-1684 e 1730-1732, visto que em meados de 1733, o Conselho da Fazenda autorizava o feitor da cidade de Damão a pagar os “*officiaes, pedreiros, cavouqueiros e carpinteiros que por ordem do general*” da PN, Luís Botelho, “*trabalharão nas obras*”<sup>1717</sup>. Registe-se ainda o facto desta posição ter sido uma das primeiras fortificações do distrito de Damão – senão mesmo a primeira – a ser conquistada pelos maratas durante a sua derradeira campanha, tendo sido tomada antes de Agosto de 1737<sup>1718</sup>.

Existem escassas referências a tranqueiras no circuito de Mahim-quelme embora, bem entendido, seja altamente provável que a maior parte das fortificações já mencionadas incluísse defesas em materiais efémeros a par daqueles em pedra e cal. Também nos derradeiros anos da administração portuguesa, refere-se a tranqueira de Capaça (Kapase)<sup>1719</sup>, “*do Campo de Maim*”, cuja guarnição assistia em 1733 “*no Passo de Laltana, junto à Serra de Santa Maria*”<sup>1720</sup>.

Assim, e sintetizando este panorama da praga de Mahim-quelme, para além da fortificação principal de Mahim e das cinco secundárias, regista-se pelo menos treze estruturas autónomas de pedra e cal e duas localizações prováveis para tranqueiras – ou seja, uma vintena de dispositivos do sistema defensivo. Considerando que esta praga abrangia no total quase setenta aldeias, numa das zonas mais estáveis e produtivas da PN, julgo ser provável existirem mais vestígios de torres ou casas-torre nas aldeias desta subdivisão.

---

<sup>1716</sup> Santa Maria (Tandulwadi), coordenadas: 19°37'05"N, 72°50'29"E.

<sup>1717</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 5 de Fevereiro de 1733, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 243, HAG.

<sup>1718</sup> Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas datada de Outubro de 1737, *Livro das Monções nº 107*, Ms. 129, fl. 282v.

<sup>1719</sup> Capaça (Kapase), coordenadas: 19°35'00"N, 72°48'31"E.

<sup>1720</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 5 de Fevereiro de 1733, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 20*, Ms. 1179, fl. 243v, HAG.



#### 4. Conclusão

A PN foi o primeiro território na terra firme indiana a ser ocupado e administrado por uma nação europeia<sup>1721</sup>. Até esse momento, a soberania portuguesa a Oriente implantava-se apenas em fortificações e cidades costeiras e em duas ou três pequenas ilhas<sup>1722</sup>. As características do sistema de apropriação e administração territorial aplicado pelo Estado na PN conciliou aspectos da administração indo-muçulmana pré-existente com práticas portuguesas de exploração fundiária, nomeadamente o regime de aforamentos<sup>1723</sup>. Através desse sistema, os portugueses tornaram-se senhores da grande maioria das aldeias ou entidades geotributárias da PN, mediante o pagamento dos respectivos foros ao Estado e também o serviço miliciano que assegurava a primeira linha de defesa do território. Este facto, aliado ao contexto de instabilidade defensiva que afectou grande parte do território ao longo da sua história, estão na base do processo pelo qual a PN foi dotada de uma rede de estruturas particulares de vocação defensiva.

Em função da capacidade e vontade de investimento por parte dos senhores portugueses nas suas aldeias e propriedades, amiúde reflectidas pela natureza mais ou menos duradoura dos contratos de aforamento realizados com a Coroa, as referidas estruturas rurais poderiam variar consideravelmente em dimensão, complexidade arquitectónica e capacidade defensiva. Numa das pontas do espectro estava a singela casa agrícola ou torre-celeiro, de reduzidas dimensões e geralmente de implantação quadrada; no outro, estava a casa senhorial fortificada, dotada de baluartes e artilharia, com recinto murado e cais acostável, ostentando orgulhosamente o brasão do seu dono.

A maior parte das cerca de setecentas e cinquenta aldeias da PN foi deste modo provida de pelo menos uma estrutura em materiais perenes de origem portuguesa entre 1534 e 1739. Podemos considerar que a constelação de aldeias e a rede de estruturas pertencentes aos seus senhores constituíam a matriz primordial da organização do território, uma matriz desenvolvida e densificada

---

<sup>1721</sup> Não obstante a influência de macedónios do exército de Alexandre Magno que se fixaram em algumas cidades da região do actual estado do Punjab durante o século IV A.C. Se nessa altura existiu uma efectiva ocupação e administração de origem europeia nas cidades, terá sido por um período efémero, entre 326 e 316 a.C. Tampouco se pode falar numa cultura ou civilização Europeia estabilizada nessa época ("Punjab", *Encyclopaedia Britannica, Eleventh Edition*, vol. XXII, New York, The Encyclopaedia Britannica Company, 1911, p. 656).

<sup>1722</sup> GOMES, Paulo Varela, ROSSA, Walter, "O primeiro território: Bombaim e os portugueses", *Oceanos*, nº 41, Lisboa, CNCDP, 2000, pp. 210-224.

<sup>1723</sup> THOMAZ, Luís Filipe, "Estrutura Política e Administrativa do Estado da Índia no Século XVI", *De Ceuta a Timor*, Lisboa, DIFEL, 1994, pp. 207-243; LOBATO, Alexandre, "Sobre os Prazos da Índia", *2º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa*, Luís de Albuquerque (ed.), Inácio Guerreiro (ed.), Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 459-466; *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIII, pt. 2, *Thana*, Bombay, Government Central Press, 1882, pp. 552-555, 562-565; TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu Território: Política e Economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010, pp. 245-272.



pelos portugueses. Efetivamente, vários registos salientam a vitalidade económica da faixa costeira da PN onde se situava a maior parte das suas aldeias e hortas<sup>1724</sup>.

A produção de arroz era um dos componentes fundamentais dessa economia e aquele do qual geralmente dependiam os senhorios para assegurarem o pagamento dos foros ao Estado e a continuidade de todo o sistema de terratenência<sup>1725</sup>. O arroz e o gado das aldeias eram também os alvos preferidos das repetidas incursões dos vários vizinhos hostis aos portugueses, sendo que estas normalmente ocorriam logo após as colheitas<sup>1726</sup>.

Na referida casa-agrícola ou torre-celeiro, guardava-se o arroz ou outros géneros procedentes da aldeia, sendo a sua defesa essencial para a subsistência do senhorio, arrendatário e aldeões<sup>1727</sup>. Em muitas aldeias, esta seria mesmo a única estrutura em pedra e cal, sendo as restantes edificadas com outros materiais e soluções, como a “*tradicional técnica de paredes em armação de bambu aberto em lâminas, por vezes entrelaçado e amarrado com fibras resistentes, corda de coco*”, ou os preenchimentos de “*argamassa de terra e bosta diluída*”, por vezes consolidados por uma “*armação primária de madeira*” a sustentar coberturas em materiais vegetais<sup>1728</sup>. O senhorio – que na maior parte dos casos não residia na(s) sua(s) aldeia(s) – mantinha alguns guardas para vigiarem a casa-agrícola enquanto o arroz ou bate era arrecadado em trânsito para ser embarcado ou transportado para uma das barras da costa, sendo que cerca de metade da produção ficava para os aldeões<sup>1729</sup>. Se a aldeia fosse atacada e o arroz roubado, o senhorio podia ficar arruinado e ser expropriado e a aldeia ficar despovoada, situação que obviamente também não interessava à Coroa.

A casa-agrícola constituía assim a estrutura de vocação defensiva mais elementar e disseminada na PN. Pelas ruínas que ainda são visíveis em alguns locais e por algumas escassas informações coevas, é possível formar uma noção básica das suas características. Como já se referiu, era de pedra e cal e de implantação quadrada ou tendencialmente quadrada. Conforme se constata ainda por alguns exemplos e se infere pela espessura das paredes noutros, teria normalmente dois pisos. No térreo, as aberturas eram reduzidas ao mínimo e no segundo existiam aberturas algo maiores. Em redor da

---

<sup>1724</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIII, pt. 2, *Thana*, Bombay, Government Central Press, 1882, pp. 562-565; Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Goa e seus suffraganeos por Henrique Bravo de Moraes datado de 1726, *Cod. 176* (microfilme F 2527), fl. 13, BNP.

<sup>1725</sup> TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu Território: Política e Economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010, pp. 342-357.

<sup>1726</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, Vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 55.

<sup>1727</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIII, pt. 2, *Thana*, Bombay, Government Central Press, 1882, p. 552, nota 10.

<sup>1728</sup> MESTRE, Victor, “Habitação, Damão”, *Património de Origem Portuguesa no Mundo – Arquitectura e Urbanismo*, José Mattoso (ed.), Walter Rossa (ed.), vol. “Ásia e Oceânia”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

<sup>1729</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIII, pt. 2, *Thana*, Bombay, Government Central Press, 1882, p. 552.

casa-agrícola poderia haver uma cerca de madeira ou de espinhos e ainda uma cava, elementos cruciais para reforçar as hipóteses de resistência em caso de acometimento<sup>1730</sup>.

Dependendo da qualidade do foreiro, este poderia morar temporariamente na sua aldeia, sendo que a maioria deveria também possuir casa em Baçaim ou em Damão<sup>1731</sup>. Mas existiam exceções, e certos senhorios estavam dispensados dessa obrigação residencial nas cidades, podendo viver permanentemente noutra povoação ou nas suas propriedades rurais, ou ainda, em casos extraordinários, fora do território da PN<sup>1732</sup>. De qualquer modo, era essencial a figura do “rendeiro” para a gestão da aldeia e manutenção das estruturas do senhorio, sendo que aquele assegurava no local o elo entre os interesses do senhorio e os aldeões<sup>1733</sup>.

Ao invés do que sucedeu no território goês, onde o sistema pré-existente de gancarias providenciou uma classe estável e influente de rendeiros de origem indiana para grande parte das terras agrícolas, na PN permanece por esclarecer a frequência com que o “chefe” da aldeia – designado por “*patel*”, “*matarém*”, ou “*prabu*” – ascendeu à posição de rendeiro dos senhorios portugueses, especialmente nas zonas onde não existiu missionação.

Nas zonas cristianizadas da PN, como na ilha de Salcete - onde ocorreram processos de conversão de aldeias inteiras -, a classe dos “*prabus*” parece ter preenchido amiúde a função de rendeiros dos portugueses. Mas mesmo em Salcete, e ainda nas restantes subdivisões da PN, aparenta ter existido uma diversidade substancial de figuras e comunidades a ocupar o nível de “rendeiros”: desde os próprios soldados e capitães portugueses e descendentes; ao rei de Sarceta ou o monarca dos Coles; ou aos “*patéis*” e “*prabus*” não convertidos<sup>1734</sup>.

Toda esta diversidade, concomitantemente com o sistema de terratenência adoptado pelo Estado, aparenta ter contribuído para uma maior influência e ingerência da classe dos senhorios sobre as suas propriedades agrícolas, criando uma ligação mais franca à economia da aldeia. Note-se que a esmagadora maioria dos senhorios eram católicos e, pelo menos para nos primeiros aforamentos do século XVI, de condição social média, como soldados veteranos. Mesmo nas parcelas onde

---

<sup>1730</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tisuary*, Vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 52.

<sup>1731</sup> Trelado do Capítulo 256 do Regimento do vice-rei Antão de Noronha sobre as aldeias de Baçaim e seus aforamentos datado de 16 de Setembro de 1657, *Livro das Monções nº 26-B*, Ms. 36, fl. 319, HAG.

<sup>1732</sup> MATOS, Artur Teodoro de, *O Tombo de Damão, 1592*, Lisboa, Centro de Estudos Damião de Góis / CNCDP, 2001, pp. 13, 14.

<sup>1733</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIII, pt. 2, *Thana*, Bombay, Government Central Press, 1882, pp. 552-555, 562-565; TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu Território: Política e Economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010, pp. 245-272; BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 98; Queixas dos curumbins das aldeias do Santo Ofício datada de [Janeiro ou Fevereiro de] 1706, *Livro da Correspondência de Baçaim nº 3*, Ms. 1251, fl. 138, HAG.

<sup>1734</sup> Parecer do Conselho Ultramarino datado de 6 de Janeiro de 1703, *Índia*, cx. 75 doc. 59, AHU.

praticamente não existiu atividade missionária - o distrito de Damão e as praganas de terra firme em Baçaim – a maioria dos senhorios eram portugueses, constituindo uma exceção a esta regra o caso do clã Patkar, e apenas até 1680<sup>1735</sup>.

Assim, torna-se quase inevitável associar a elementar casa-agrícola da PN acima descrita à figura do rendeiro da aldeia respectiva. Esta estrutura poderia desenvolver-se e expandir-se, havendo condições que o favorecessem. Logo à partida, a casa poderia ter um piso superior com maior conforto doméstico, talvez com aberturas maiores e uma cobertura de telha. Poderiam surgir estruturas em madeira apegadas à volumetria central, formando dependências ou alpendres adequados às atividades rurais na propriedade. No recinto envolvente surgiria um poço ou tanque de rega, talvez rodeados por muros de pedra.

A casa-agrícola podia então evoluir para uma casa-torre ou torre solarenga, tipo de edificação rural difundida em Portugal na Baixa Idade Média e na qual a sua congénere indo-portuguesa naturalmente se inspirou. Ao desenvolvimento e diversificação da exploração agrícola da aldeia poderia corresponder também um aumento da sua capacidade defensiva, sendo que o senhorio ou o rendeiro talvez tivessem escravos e mais “*abunhados*” para pegar em armas<sup>1736</sup>. Isto possibilitaria a construção de um perímetro defensivo mais robusto em torno da casa-torre, sendo as dependências anexas de madeira progressivamente substituídas por outra em pedra e cal para apoio à lavoura ou ao trato comercial, se a propriedade tivesse acesso fluvial ou marítimo.

Se fosse esse o caso, então a casa-torre teria condições para evoluir para uma distinta casa senhorial fortificada, da qualidade das de Bombaim, Quelme, ou Sirgão. Em redor do núcleo original e de outras partes da casa com dois pisos, poderia ser edificado um muro suficiente para tiro de espingarda pontuado nos vértices por baluartes com peças de artilharia. A estrutura do cais poderia ser articulada com o perímetro defensivo, rasgando-se uma porta de mar em complemento à porta de terra. Poderia surgir uma capela privativa em zona destacada da volumetria da casa senhorial assim como um pátio interior. Se o recinto murado fosse extenso e se a casa não estivesse à borda de água, poderia existir um polo ribeirinho autónomo para armazenamento e apoio às embarcações.

Estas casas senhoriais maiores adquiriam um papel mais proeminente na defesa da PN, não apenas contra as incursões da guerrilha vizinha ou dos corsários malabares, mas também contra os exércitos

---

<sup>1735</sup> Estatisticamente, as aldeias ou propriedades da PN aforadas a pessoas que não portugueses e seus descendentes representaram sempre uma parcela diminuta entre a totalidade das entidades geotributárias do território. Inversamente, os hindus tornaram-se preponderantes nos interesses não latifundiários associados ao comércio das suas cidades, como os arrendamentos dos mandovins; trato do tabaco; do sal; etc. (MATOS, Artur Teodoro de, *O Tombo de Damão, 1592*, Centro de Estudos Damião de Góis / CNCDP, Lisboa, 2001; TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu Território: Política e Economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010),

<sup>1736</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 52.

e armadas convencionais das potências indianas e europeias. Por esse motivo, o Estado poderia contribuir temporariamente para o seu apetrechamento e guarnecimento em caso de ameaça ou conflito<sup>1737</sup>.

Todos estes dispositivos revestem-se de destacado interesse do ponto de vista da história da arquitetura, visto que representam um processo de transposição de modelos enraizados em Portugal para um contexto muito distinto, onde viriam a evoluir de modo autónomo, influenciados pelas condicionantes locais. Assim, ao invés das suas congéneres em Portugal, que foram perdendo a sua vocação militar, as casas-torre da PN evoluíram amiúde para dispositivos defensivos mais robustos e por vezes adaptados às novas necessidades da pirobalística, raramente abdicando da sua função castrense. Para além do seu papel fundacional no ordenamento do território, um exemplo do funcionamento em rede das casas-torre enquanto dispositivo defensivo ficou notavelmente descrito por um capitão-geral da PN quando, no último quartel de Seiscentos, ordenou que ao longo da costa desde Damão até Baçaim, todos os foreiros tivessem nas suas “*torres ou cazas as armas grandes como pessos e falcois ou camaras*”, de modo a poderem “*dar em rebate com a arma grande*”, em caso de desembarque de inimigos, “*atirando athé as Torres mais vezinhas de huma e outra parte*” até estas “*lhe responderem*”, de modo a concentrarem na praia acometida “*toda a gente das aldeas armada*”<sup>1738</sup>.

É igualmente verdade que alguns indícios apontam para uma progressiva fragmentação e atrofio desta rede de dispositivos durante um período mais tardio da PN. Ribeiro Coutinho, por exemplo, lamentava na década de 1720 o facto de muitos foreiros não terem “*huma torre, ou casa forte na sua aldea, assim como houve no princípio do nosso governo*”<sup>1739</sup>. Infere-se do comentário que o problema não era recente, recuando talvez à conflituosa vizinhança marata na PN. Pode-se relacionar o enfraquecimento da rede de casas-torre aldeãs com a deterioração do sistema miliciano investido nos foreiros. De forma progressiva durante a segunda metade do séc. XVII, e finalmente por um alvará datado de 1696, a obrigação miliciania foi extinta e substituída por um incremento pecuniário nos foros devidos ao Estado: os foros ou “*pensões de cavalo e espingarda*”. Esta taxação adicional, aliada à devastação das guerras durante o período de 1658-1687, poderá ter contribuído para uma quebra na capacidade de investimento dos senhorios nas suas aldeias, resultando no abandono e ruína de muitas estruturas rurais.

Mas também podemos entrever outra causa para a decadência de alguns dispositivos rurais e do próprio sistema miliciano: a acumulação de aldeias por parte de certos senhorios. De facto, a

---

<sup>1737</sup> V. *supra*, 3.3.3. “Danu (Dahanu)”, pp. 435-438; 3.3.5 “Casa senhorial fortificada de Sirgão (Shirgaon)”, pp. 448-453 e 3.3.21. “Casa senhorial fortificada de Bombaim (Mumbai fort)”, pp. 502-508.

<sup>1738</sup> Carta do capitão-geral da PN Manuel Lobo da Silveira datada de 16 de Outubro de 1677, *Série Azul*, Ms. 58, fls. 309v-310v, BACL.

<sup>1739</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tisuary*, Vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, p. 52.



concentração de parcelas fundiárias nas mãos de alguns fidalgos foi uma das questões que mais atenção mereceu na correspondência entre o Estado e a metrópole ao longo de todo o século XVII. Não é difícil de compreender como essa situação abalava as fundações do sistema miliciano. Nas palavras do vice-rei António Melo e Castro, “*os fidalgos dos Norte mais ricos, ou por vontade ou por força*”, tinham adquirido grande número de aldeias, como “*Dom Rodrigo de Castro, senhor de vinte e huma ou vinte e duas Aldeas, Gaspar de Paim de Mello de dezoito ou dezanove, e outros com dez e doze*”<sup>1740</sup>. Essa concentração de entidades geotributárias implicava que o senhorio fosse representado nas obrigações milicianas “*por seus criados, comunmente inúteis para menearem*” as espingardas, “*nem os cavallos herão montados por pessoas que pudessem nelles pelejar*”<sup>1741</sup>. A acumulação de aldeias e responsabilidades milicianas, para além de favorecer a casta dos poderosos fidalgos, em cujos coutos não se atrevia “*a justiça de Vossa Magestade a acudir os seus excessos*”, facilitava também os esquemas de corrupção, por vezes com o conluio dos capitães encarregues de efectuar os alardos dos milicianos nas suas jurisdições. Assim, “*aquellas Aldeas que havião de sustentar cem homens, que estarião alli para a defesa das mesmas terras*”, eram ocupadas por “*quatro ou cinco pessoas*”<sup>1742</sup>. E isto para não falar nas acumulação de propriedades por parte das ordens religiosas.

Resumindo, enquanto que o foreiro mais humilde, por assim dizer, detentor de apenas uma ou duas aldeias - como foi regra nos primeiros aforamentos do século XVI -, ficava mais dependente do rendimento das suas entidades geotributárias para seu sustento, nas quais importava investir e defender a produção, sendo que dificilmente podia contornar o serviço miliciano, já o fidalgo detentor de uma vintena de aldeias não mantinha uma ligação tão franca com todas as suas parcelas fundiárias, interessando-lhe talvez concentrar os recursos numa grande casa senhorial, possivelmente implantada numa aldeia de doação perpétua, enquanto comprava e vendia outras entidades geotributárias conforme interesses mais diversificados. No fundo, o surgimento das grandes casas senhoriais e conventos ou residências fortificadas nas divisões mais produtivas da PN e o enfraquecimento das casas-torre ou casas-agrícola nas aldeias menos valiosas e mais expostas às incursões de terra firme eram as duas faces de um mesmo processo de recomposição económico-social, tendência que a Coroa não conseguia impedir.

Na guerra luso-marata de 1683-1684 assistiu-se ao colapso do serviço miliciano e à destruição e despovoamento de muitas aldeias nas zonas ocupadas. É possível que muitos dispositivos casas-torre nessas aldeias tenham permanecido em ruínas desde então.

---

<sup>1740</sup> Carta do vice-rei António de Melo e Castro datada de 7 de Janeiro de 1666, *Livro das Monções nº 30*, Ms. 39, fl. 77, HAG.

<sup>1741</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 30 de Outubro de 1685, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 15*, Ms. 1173, fls. 106, 106v, HAG.

<sup>1742</sup> Carta do vice-rei António de Melo e Castro datada de 7 de Janeiro de 1666, *Livro das Monções nº 30*, Ms. 39, fl. 77, HAG.

Apesar de se conhecerem exemplos de casas senhoriais dotadas de elementos defensivos noutros espaços da expansão ultramarina portuguesa<sup>1743</sup>, apenas na PN as casas-torre consubstanciaram – pelo menos durante o primeiro século e meio da sua história – os nós de uma rede relativamente densa que estruturava uma considerável parcela territorial, constituindo a sua primeira linha de defesa e acarretando uma obrigação miliciana abrangente por parte dos senhorios das aldeias. Se considerarmos que a PN continha cerca de setecentas e cinquenta aldeias, sugiro que a maior parte desse número tenha sido dotada de pelo menos uma casa-agrícola e que em pelo menos um terço dessas povoações tenha existido uma casa-torre de dois pisos com telhado e capacidade defensiva para tiro de espingarda ou artilharia ligeira. Assim, tanto pela sua disseminação como pela sua importância vital no ordenamento e defesa do território, no sistema defensivo da PN constatamos uma verdadeira segunda vida da casa-torre de origem europeia – situação que necessita de ser cotejada com os outros espaços influenciados pela colonização ocidental da época moderna.

Um substancial número de aldeias tinha por senhorio – muitas vezes perpétuo – uma das ordens religiosas que missionou na Índia. Os jesuítas destacavam-se claramente enquanto latifundiários, tendo lhes passado pelas mãos cerca de quarenta aldeias e um cassabé<sup>1744</sup>. Tanto nessas parcelas rurais como nas cidades da PN, os jesuítas foram um dos principais agentes de desenvolvimento económico, situação com paralelo noutros territórios do Estado, como a província de Salcete de Goa. Nas suas aldeias, e fazendo uso de superiores capacidades de investimento e de organização e também de inovadoras práticas agrícolas, desenvolveram-se as culturas e rendas mais estáveis que possibilitaram à Companhia obter grandes dividendos do território, essenciais para o financiamento das múltiplas missões espalhadas pela Ásia.

Nas parcelas da PN expostas à missionação fixou-se uma rede de estruturas religiosas exteriores às cidades, algumas das quais se tornaram verdadeiros empórios rurais, tais como as casas jesuítas de Bandorá (Bandra) ou Parella (Parel), mas também a dos franciscanos em Manapacer (Mandapeshwar). À vocação agrícola dessas estruturas acrescentou-se também, em vários casos, a fortificação. O exemplo mais eloquente é o da desaparecida residência fortificada de Bandorá

---

<sup>1743</sup> No Brasil, existe o exemplo da Casa da Torre de Garcia d'Avila, no estado da Bahia, e possivelmente outros casos cujos os vestígios desapareceram, como a torre primitiva de Olinda. No continente africano, não se localizou qualquer exemplo documentado. Em Goa e em Ceilão, apesar de também não se conhecerem exemplos de estruturas subsistentes, seguramente terão existido edificações análogas à casa-torre da PN. Em Timor, é provável que nas primeiras décadas de Setecentos, tenham surgido torres de origem particular ou semi-estatal, como entre os dispositivos do sistema fortificado de Lifau.

<sup>1744</sup> Para uma lista das possessões jesuítas na PN, V. TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu Território: Política e Economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento em História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2010, pp. 320-329; Carta do vice-rei Francisco José de Sampaio datada de 13 de Janeiro de 1721, pub. in *Collecção de Tratados e Concertos de Paz que o Estado da Índia fez...*, Júlio Firmino Biker (ed.), tom. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 231-235.

(Bandra), com os seus baluartes artilhados e substancial milícia de espingardeiros; mas poderíamos também citar os casos franciscanos do convento da Madre de Deus no Campo de Chaul ou a residência de Arengal, na ilha de Salcete. Mesmo as estruturas religiosas desprovidas de baluartes artilhados ou redutos aptos ao tiro de espingarda constituíam frequentemente o elemento de resistência mais robusto de muitas povoações. Para esse fim serviram os conventos de Chaul durante o cerco de 1570-1571; a principal igreja de Agaçaim face a duas invasões de larga escala pelas tropas de Ahmadnagar; a igreja dominicana de Mahim-quelme, face a incursões dos mogóis; e poderíamos referir uma longa lista de exemplos semelhantes.

Estas situações conheceram vários paralelos por todos os territórios ultramarinos da Coroa portuguesa: basta pensar no colégio fortificado de Rachol em Goa; nas estruturas dos dominicanos em Timor e Moçambique; ou na defesa das missões jesuítas sul-americanas. Porém, foi no palco da PN que apareceu em cena pela primeira vez a figura do religioso enquanto administrador das obras régias de fortificação. E foi também nesse território que a referida incumbência/responsabilidade foi levada até às últimas consequências pelos jesuítas.

A atribuição da administração das obras de fortificação a religiosos foi primeiramente ensaiada em Damão na década de 1580, com dominicanos e jesuítas encarregues alternadamente de gerir e fiscalizar as empreitadas desse estaleiro, substituindo o papel do vedor das obras do Estado. A esta decisão por parte da Coroa não terá sido alheio o clima de contencioso e desconfiança entre o senado de Damão e os altos oficiais do Estado destacados para a cidade relativamente ao financiamento e gestão das ditas obras, grupos que geralmente detinham interesses e agendas políticas diversas. Os dominicanos foram afastados dessas funções no alvorecer de Seiscentos, ficando a responsabilidade exclusivamente nas mãos dos jesuítas praticamente até à expulsão da Companhia em 1759, com apenas uma ou duas brevíssimas interrupções. De facto, ao empreendedorismo e influência política da Companhia de Jesus, aliava-se a sua experiência em obras de grande porte e questões de engenharia, saber desenvolvido a partir da década de 1550 e assente na “*pedagogia jesuíta*” e no ensino da matemática e da geometria consolidado na célebre “*Aula da Esfera*” em Lisboa e noutras instituições equivalentes disseminadas pela Europa<sup>1745</sup>.

Foi na fortificação de São Jerónimo, em Damão Pequeno, que os padres administradores do Colégio das Onze Mil Virgens demonstraram com maior eloquência e ostentação a capacidade da congregação religiosa de *fazer obra* militar. A sua relativamente célere execução; a aplicação canónica das mais avançadas noções de engenharia; e a retórica patente no seu monumental pórtico; tudo

---

<sup>1745</sup> ALBQUERQUE, Luís, *A Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão no Século XVII*, Lisboa, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga da Junta de Investigações do Ultramar, 1972; CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, *Da Cidade e Fortificação em Textos Portugueses (1540-1640)*, dissertação de doutoramento, Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, 2008, p. 324.

pretendia apregoar a superioridade da Companhia enquanto instituição polivalente na vanguarda da gesta imperial ibérica.

Praticamente na mesma altura em que se concluíam as obras em São Jerónimo, os jesuítas foram chamados a assumir as mesmas incumbências na restante PN. Esta decisão traduziu-se num aumento significativo do poder e influência da congregação em todas as esferas da sociedade. A figura do padre administrador tornou-se onnipresente em praticamente todos os estaleiros defensivos, ficando geralmente guardados nos colégios jesuítas os cofres das verbas a aplicar. Mas a jurisdição dos administradores não se limitou às obras: estendeu-se também à crucial produção e gestão da pólvora; de armas pessoais; e mesmo de embarcações de guerra; e ainda ao provimento e gestão dos celeiros urbanos. Não é assim de espantar que, consolidado este vero empório economico-defensivo pelos jesuítas, estes chegassem ao ponto de serem responsáveis pelo cunhagem de moeda no seu colégio das Onze Mil Virgens em Damão – os célebres “*bazarucos*” de cobre ou “*tutanaga*” – para compensar a falta de liquidez do Estado, situação única nos anais daquela congregação e talvez entre todas as ordens religiosas do cristianismo<sup>1746</sup>.

Embora seja difícil de constatar as diferenças a nível de arquitetura decorrentes da atribuição da administração das obras defensivas aos jesuítas, afigura-se verosímil que estas tenham resultado em incrementos qualitativos, pelo menos ao nível da gestão e execução das empreitadas. No distrito de Baçaim, as principais estruturas fortificadas já estavam implantadas e em boa medida completadas quando os jesuítas foram empossados da sua administração em 1624. Assim, teríamos de procurar traços da sua acção nas estruturas defensivas mais recentes - tais como Saibana Nova (Mandvi ou Chandip); Versavá (Madh Island); ou Pareica (Parsik) - ou em intervenções de restauro ou reconstrução, exercício apenas consequente no âmbito de estudos monográficos e respectivas prospecções arqueológicas.

Ainda assim, podemos constatar a mão dos jesuítas pela simbologia e hagiografia associada à congregação – o monograma de Cristo, as invocações de São Francisco Xavier, de Santo Inácio de Loiola, de São Paulo e São Pedro – empregues para decorar e designar portais e baluartes, para além das inscrições propriamente ditas evocativas de intervenções<sup>1747</sup>.

Por outro lado, as obras com maiores desafios a nível de engenharia, como o aqueduto sobre batelões perto de Versavá (Madh Island), as cisternas para as fortificações, ou as pontes espalhadas pelo território, terão certamente beneficiado do superior conhecimento construtivo dos jesuítas,

---

<sup>1746</sup> Carta do governador Fernão de Albuquerque datada de 1620, *Livro dos Reis Vizinhos nº 1*, Ms. 969, fls. 121, 121v, HAG; MONIZ, António Francisco, *Notícias e Documentos para a História de Damão*, vol. III, Lisboa, Associação Damão-Diu, 2000, p. 128; COUVREUR, Raul da Costa, *Numismática Indo-portuguesa: Bazarucos*, sep. do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, nº 3-4, Lisboa, Março-Abril, 1943.

<sup>1747</sup> V. por exemplo, as intervenções nas portas principais das fortalezas de Baçaim e Chaul na década de 1630 (3.1.1. “Chaul”, pp. 187-226 e 3.1.2. “Baçaim”, pp. 227-262.



especialmente tendo em conta a falta de técnicos especializados na Índia. Não espanta assim que, na segunda metade do século XVII, religiosos que sabiam da “*profissão e arte de fortificar*” como o padre Filipe Grimaldi, tenham sido enviados à PN em substituição dos engenheiros do Estado para “*vizitar*”<sup>1748</sup> e determinar obras nos dispositivos de todo o sistema defensivo.

Desde a figura do padre Reimão mentor da obra da ponte do conde de Linhares em Goa; até à de Julião Pereira, padre administrador de Baçaim e responsável pelo estaleiro de Versavá (Madh Island); até os sucessivos religiosos administradores em Mormugão, arrolava-se um escol de jesuítas que também desempenhavam as funções de engenheiros, grupo que teve certamente um papel importante na evolução dos dispositivos da defesa da PN.

Para além de várias outras iniciativas pioneiras no campo da missionação cristã – como a primeira redução católica na aldeia jesuíta da Trindade (Tirandaz) ou a reconsagração de grutas hindus em Manapacer (Mandapeshwar) – pode-se afirmar que pela primeira vez na PN foi ensaiada a atribuição da administração das obras defensivas do Estado às ordens religiosas. E que foi apenas nesse território que a incumbência se desenvolveu num sólido e diversificado empório económico-militar sob o controlo dos jesuítas, abrangendo um largo espectro de responsabilidades sobre as obras terrestres e navais; produção e gestão de pólvora e armamento; provimento e gestão de celeiros públicos; cunhagem de moeda; etc.

Apesar da administração dos jesuítas ter provavelmente contribuído para um incremento qualitativo em algumas fortificações, o panorama geral dos dispositivos pertencentes ao sistema defensivo da PN é muito heterogéneo, tanto em termos qualitativos de engenharia militar como em escala e impacte sobre a paisagem e bem assim a nível de materiais e soluções construtivas. Já vimos o leque de estruturas através das quais os senhorios procuravam proteger as suas aldeias e propriedades. Já constatámos a existência de residências e conventos fortificados e de igrejas com vocação defensiva nas povoações. Mas também os dispositivos fundados e guarnecidos por iniciativa do Estado na PN são de uma surpreendente diversidade, à qual não são alheias as condicionantes existentes nos sítios onde estes se implantaram – tanto a nível de fortificações indianas pré-existentes como a nível do emprego de materiais e soluções construtivas locais. Para o caso de Damão, podemos inclusivamente argumentar que a fortificação indiana pré-existente teve uma influência decisiva no traçado de uma cidade inteira e em alguns aspectos da sua cerca abaluartada.

As fortificações pré-existentes no território foram apropriadas e intervencionadas de maneiras díspares pelos portugueses. Mesmo o caso excepcional de Baçaim, onde a fortificação indiana foi

---

<sup>1748</sup> Assento do Conselho da Fazenda datado de 8 de Outubro de 1666, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda nº 11*, Ms. 1169, fl. 198v, 199, HAG.

rebetada “*athé os alicerces*” pelo governador Nuno da Cunha, não terá constituído razia suficiente para impedir que se reaproveitassem os sulcos e alinhamentos das suas fundações, como já se argumentou<sup>1749</sup>. Caso contrário, qual a razão para a inusitada morfologia do forte de São Sebastião, iniciado em 1536?

Outras estruturas foram integralmente reaproveitadas, como Sangens (Sanjan), cujas muralhas e baluartes de tijolo se mantiveram inalteradas pelo menos até a segunda metade de Seiscentos, limitando-se os portugueses a edificar casas para o capitão e uma capela dentro do recinto. O Morro de Chaul (Korlai) representa sem dúvida o caso mais interessante de reaproveitamento do ponto de vista arquitectónico e apenas um demorado estudo monográfico poderia evidenciar como os portugueses articularam uma extensa e acidentada fortificação pré-existente – e acabada de construir – com o desenrolar das suas várias necessidades defensivas ao longo de século e meio. Em Asserim (Asherigad), teremos talvez o único exemplo de uma fortificação de montanha afastada da costa, extensamente reaproveitada e guarnecida pelo Estado da Índia, sendo que a nível do seu perímetro defensivo, talvez tenham existido poucas alterações portuguesas, pugnando-se antes pela manutenção dos sólidos muros indianos. Já Belaflor do Sabaio (Belapur), apenas incorporada no Estado no último quartel do século XVII, representa um singular exemplo de uma intervenção portuguesa sobre uma precoce fortificação de origem marata, desenvolvida e concluída durante a segunda metade de Quinhentos, ainda antes do tempo de Shivaji.

Para não falar de Diu, obviamente, onde os dispositivos indianos pré-existentes serviram de base para uma extensa remodelação no Baluarte do Mar e foram extensamente reaproveitados na muralha a envolver a cidade.

Para todas fortificações nomeadas, cada caso é um caso. Não é discernível qualquer método ou padrão à priori empregue pelos portugueses no processo de reaproveitamento de estruturas existentes. É verdade que processos análogos ocorreram em praticamente todas as parcelas da expansão portuguesa onde tal foi possível, com destaque para o Norte de África nos séculos XV e XVI e o território goês durante o século XVII. Contudo, na esfera da PN, ao valor e diversidade das pré-existências indianas - desde as estruturas fundadas pelos sultanatos de Gujarat e Ahmadnagar até às fortificações de origem marata ou abexim -, acrescia uma panóplia de materiais e soluções construtivas empregues de modo pouco ortodoxo nas intervenções portuguesas, resultando em singulares incongruências ou desfasamentos entre métodos de *fazer forte*.

Logo desde o início, houve um extenso uso de madeira, mantendo-se o seu emprego em tranqueiras e torres até o final da PN, situação que talvez tenha tido paralelo apenas em Ceilão. Tornou-se prática corrente, por exemplo, intercalar estruturas de pedra e cal com outras em madeira nos

---

<sup>1749</sup> V. *supra*, 3.1.2. “Baçaim”, pp. 227-262.

perímetros defensivos das mesma fortificações. Foi também prática comum até à extinção da PN empregar estacadas de madeira exteriores às cercas abaluartadas para defender os áreas ribeirinhas durante a maré vaza ou proteger os seus solos das acções erosivas do mar. Também se fabricava estacaria em madeira para assentar estruturas de pedra em zonas junto à água<sup>1750</sup>.

As estacadas poderiam ser duplas e entulhadas ou de parede simples e revestidas por esteiras de bambus ou os famigerados espinhos, as “*cardeiras*” e “*leiteiras*”, cuja sapa era nociva para a pele. Também se apunham estacadas a muros de pedra para servirem de banquetta aos espingardeiros. Até sobre os próprio muros de pedra, poderia acrescentar-se uma fiada de estacada. Baluartes ou torres de pedra e cal poderiam constituir os únicos elementos em materiais perenes de avultadas fortificações, sendo unidos por extensas paliçadas que terminavam nos seus flancos.

Este tipo de solução foi muito provavelmente empregue na casa senhorial fortificada de Quelme (Kelwa). Nessa estrutura defensiva, aos baluartes nos vértices do recinto – ainda visíveis e em razoável estado de conservação –, apegavam-se tranqueiras de paus rolados e espinhos ou então de linha e dupla e entulhada, formando assim um todo híbrido, em termos tectónicos. Ecos de soluções semelhantes chegam-nos da aldeia do desembargador Pedro Emaús, em Pareri (Pardi), defendida por um circuito que incluía torres ou redutos hexagonais tanto em madeira como em materiais perenes unidos por uma tranqueira de madeira e espinhos. Isto para além das dependências de armazenamento e aquartelamento, tanto nas fortificações do Estado como nas casas-torre dos senhorios, que normalmente eram primeiramente edificadas em madeira e cobertas a folha de ola.

A abundância e ductilidade da madeira deu assim origem às omnipresentes *tranqueiras* que as fontes portuguesas coevas concordam e enfatizam como dispositivo mais elementar e imediato empregue pelo Estado para defender uma posição e um perímetro. Em alguns casos, estes perímetros em madeira foram progressivamente substituídos ou ampliados por cortinas de pedra e cal, mas noutras situações apenas renovados com mais camadas de paus rolados. A tranqueira era definitivamente o método mais expediente e menos oneroso de envolver um recinto. A pedra e cal, quando surgia, vinha quase sempre no seu encalço.

Quando António Bocarro compilou a sua relação das fortificações do Estado, já algumas das tranqueiras da PN tinham sido substituídas por estruturas de pedra e cal. Apenas se representam duas na iconografia associada a Pedro Barreto de Resende, referindo-se mais duas na componente

---

<sup>1750</sup> A justaposição de estacadas de madeira a baluartes de pedra cal surge representada com alguma frequência na iconografia associada a Pedro Barreto de Resende para o Ceilão (BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992).

escrita<sup>1751</sup>. Mas se olharmos para além de Bocarro e Resende, as referências a tranqueiras – assim como a torres – são uma das constantes relativas ao sistema defensivo do território.

Diogo do Couto, ex-capitão de Tarapur e conhecedor do território da PN, legou-nos algumas das descrições mais detalhadas do modo como os portugueses empregaram a teca e outros materiais perecíveis para a defesa das suas povoações. O caso de Damão poderá ser tido por exemplar deste modo pragmático de *fazer forte* face a situações de emergência de invasões inimigas. Para defender uma cidade cuja cerca abaluartada estava ainda, na sua maior parte, nos alicerces, o capitão não hesitou em edificar baluartes de madeira intercalados com “*adobes crus*” ou cercas de “*espinhos interlaçados*” por paus rolados de teca sobre “*valos de areia*”, perímetro improvisado que condicionou o alinhamento dos muros e o desenho dos baluartes de pedra e cal subsequentes<sup>1752</sup>.

A defesa do valioso cassabé de Baçaim, constante preocupação dos generais do território, assentava ainda em inícios de Setecentos em quatro ou cinco torres ao longo do estreito ribeiro de Sopará, a maior parte de madeira e apenas uma de pedra e cal, todas unidas por aquilo que André Ribeiro Coutinho definiu por uma “*estacada vegetante*”. Tanto as torres de madeira como as de pedra e cal montavam peças de artilharia ligeira<sup>1753</sup>.

Para além da madeira e da vegetação local, empregue em barreiras e para estruturas, coberturas e fundações de edifícios, pode-se mencionar também a variante indiana da cal, o chunambo; os “*adobes crus*”; o tijolo de fabrico local; as carepas para as janelas; e, naturalmente, os vários tipos de pedra. É lícito supor que o emprego de todos estes materiais e tecnologias locais tenha tido algum impacto sobre o desenho dos dispositivos edificadas pelos portugueses.

Em síntese, pela diversidade e extensão do reaproveitamento de fortificações indianas pré-existentes; pelo uso recorrente da madeira e outros materiais vegetais muitas vezes justapostos a estruturas de pedra e cal; e pelo facto de tanto privados como as ordens religiosas terem fundado e mantido estruturas defensivas; os dispositivos do sistema defensivo da PN apresentam uma diversidade invulgar, tanto a nível de escala, como da morfologia e também dos materiais usados.

---

<sup>1751</sup> As tranqueiras representadas são Manorá (Manor) e Varanapur (Bhranpur) e são mencionadas as de Saibana Nova (Mandvi ou Chandip) e Carangangem (Kuran-Gaunza) (BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 114; BOCARRO, António, *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* [1635], Isabel Cid (ed.), vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992).

<sup>1752</sup> BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Década X, cap. 5, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1778 p. 186.

<sup>1753</sup> COUTINHO, André Ribeiro, “Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728”, *O Chronista de Tisuary*, vol. I, nº 1, Nova Goa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1866, pp. 31, 54.



Concluindo com uma reflexão sobre o território, e repetindo a frase inicial deste texto, foi na PN que se desenvolveu a primeira paisagem rural indiana marcada pela presença dominante de uma sociedade indo-europeia. Não há dúvida que essa paisagem detinha algumas analogias com aquelas que surgiram com alguns anos de defasamento nas terras de Bardez e Salcete em Goa. Porém, na PN a ligação dos portugueses ou descendentes à terra e à exploração agrícola esteve presente quase desde o início da sua ocupação e foi mais franca e direta do que em Goa, como já ficou exposto. A dicotomia entre áreas cristianizadas e não-cristianizadas na PN resultou em paisagens rurais diversas. Mas esta dicotomia resultou essencialmente da vontade dos próprios senhorios portugueses, que não quiseram correr o risco de verem as suas aldeias perturbadas pelas ações missionárias. Não representou, de modo geral e com a exceção das praganas associadas aos Patkars, uma menor implantação das estruturas de soberania portuguesa – embora esta fosse constantemente ameaçada pelas incursões dos vizinhos e inimigos do Estado. Naturalmente que quanto mais perto da costa, mais “indo-portuguesa” se tornava a paisagem, culminando nas cidades do território.

Assim, praticamente toda a paisagem da PN que não as montanhas e os matos esteve intensamente orientada para a exploração agrícola sob a classe de senhorios portugueses ou descendentes. Um marco forte nessa paisagem foi a introdução sistemática de culturas e árvores provenientes de locais longínquos – como o ananás – e o desenvolvimento de técnicas de irrigação e contenção de cheias através do sistema de “*vallados*”<sup>1754</sup>. Ainda que certas parcelas tenham entrado em declínio no período final da PN – especialmente nas praganas sertanejas com as campanhas maratas –, a maior parte do território aproveitado era ainda extremamente fértil após a queda da PN, como notou um oficial britânico em 1821, afirmando que talvez não houvesse zona em toda o subcontinente indiano tão extensamente cultivada como o Cassabé de Baçaim<sup>1755</sup>.

Foi esta produtividade agrícola, aliada ao regime de aforamentos, que possibilitou a rede de casas senhoriais na PN, sendo que apenas temos uma pálida ideia da sua extensão e valor patrimonial pelas ruínas que ainda subsistem e por alguns exemplos que nos permitem entrever os lucros gerados por investimentos de gerações sucessivas na exploração da terra. Mas note-se que foi o fausto das casas rurais e o poder acumulado pelos seus proprietários, incluindo os jesuítas, que mais espantou os primeiros estrangeiros a visitar a PN. As casas senhoriais e os seus jardins, as igrejas e as suas hortas, as extensas várzeas intercaladas por rios e elevações, pontuavam toda esta fértil paisagem rural, constituindo um cenário diferente dos exíguos territórios administrados à altura por outras potências europeias na Índia.

---

<sup>1754</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIII, pt. II, *Thana*, Bombay, Government Central Press, 1882, p. 281.

<sup>1755</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. XIII, pt. II, *Thana*, Bombay, Government Central Press, 1882, p. 563, nota.

Qual o impacto dos dispositivos do sistema defensivo da PN na paisagem e ordenamento do seu território? Por tudo o que ficou registado ao longo deste trabalho, podemos aqui responder com convicção que o impacto dos vários dispositivos desse sistema sobre a paisagem foi matricial e profundo, sendo que em boa medida, o ordenamento do território e a rede de dispositivos defensivos constituíram duas realidades indissociáveis da *cultura do território* desenvolvida durante dois séculos na PN. Essa cultura ou mentalidade do território era também *de fronteira*, embora num sentido menos dinâmico do que o significado associado a outras esferas da expansão colonial europeia. Excepto para um breve período inicial, os portugueses não procuraram *empurrar* a fronteira da PN para o interior do subcontinente indiano. Antes, eram eles próprios que recuavam frequentemente para novas linhas de defesa sobre a costa, abandonando o território restante às forças ocupantes indianas. O estudo da intricada história militar da PN evidencia esta *cultura do território de fronteira*, fornecendo a base histórica para a hierarquização adoptada para os dispositivos do seu sistema defensivo, mas que no fundo traduz também uma articulação – mais ou menos planeada – do próprio território.

Assim, o último grupo dos dispositivos defensivos, - as tranqueiras, torres e casas-torre -, apenas protegia as aldeias e povoações face a incursões e raides dos feudatários vizinhos e dos corsários. Qualquer praga ou subdivisão que apenas fosse defendida com dispositivos deste grupo ficava praticamente indefesa face a uma invasão de uma potência indiana. Repare-se como em certas pragas – Panchena, Anjor, Bará ou Loça – nem sequer existiam tranqueiras permanentes.

O conjunto de subdivisões defendidas apenas pelo quarto e último grupo de dispositivos - onde nunca houve acção missionária ou sequer estruturas religiosas exteriores aos recintos fortificados -, era rotineiramente sacrificada e evacuada durante as invasões de exércitos convencionais. Estas pragas correspondiam ao *sertão* da PN. Algumas foram dotadas, já num período mais tardio, de fortificações em pedra e cal pertencentes ao terceiro grupo das fortificações secundárias – Pareri (Pardi) em 1720; Manorá (Manor) em 1700; Saibana Nova (Mandvi ou Chandip) em inícios de Setecentos – mas apenas em Asserim (Asherigad), temos uma fortificação principal implantada numa praga sertaneja, uma posição excepcional a vários níveis, como já ficou demonstrado.

Todas as restantes fortificações principais, assim como dois terços das fortificações secundárias, bem como todas as cidades com cerca abaluartada, ficavam implantadas nas pragas da faixa costeira do território. Nessa zona, que se estendia desde a praga Callana até ao cassabé de Caranjá, estava indubitavelmente o grosso da economia da PN, com as culturas mais estáveis, diversificadas e rentáveis - vitalidade produtiva que justificava o superior investimento nas estruturas defensivas por parte do Estado mas também o investimento dos missionários e dos próprios senhores. Não se conhece, por exemplo, qualquer casa senhorial fortificada situada numa das pragas do sertão. Contudo, a faixa costeira não formava um contínuo homogéneo, como já foi constatado para o caso

da missionação no distrito de Damão, onde os interesses dos privados e dos religiosos colidiram, tendo os últimos prevalecido. Assim, numa certa perspectiva, as praganas de Sangens ou Danu podem ser vistas antes como subdivisões do sertão ou como áreas ambíguas na referida dicotomia e não como fazendo parte da faixa costeira.

No topo da pirâmide estavam as cidades com as suas sofisticadas cercas abaluartadas, exemplos da melhor engenharia militar que o Estado podia providenciar, concebidas para resistir a cercos prolongados por parte de exércitos muito mais numerosos que os seus defensores. As três cidades da PN abordadas neste trabalho incluem-se entre os exemplos mais eloquentes de toda o universo urbanístico português. Representam, conjuntamente com Diu, os casos onde os baluartes e muralhas estão melhor preservados.

Assim, se a rede de casas senhoriais, a extensão do empório económico-defensivo jesuíta e o heterodoxo aproveitamento de fortificações pré-existentes e soluções construtivas locais distinguem o sistema defensivo da PN das restantes parcelas do domínio ultramarino da Coroa portuguesa, também tornam única ao nível da história global a paisagem deste primeiro território indo-europeu.



Fig. 325. Símbolo do senado de Baçaim, com as três setas associadas ao culto de São Sebastião (© BBB, 2007)







## **5. Bibliografia e Fontes**

### **Fontes Manuscritas**

#### **Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (AHU)**

- *Índia*, Cx. 3
- *Índia*, Cx. 10
- *Índia*, Cx. 14
- *Índia*, Cx. 15
- *Índia*, Cx. 16
- *Índia*, Cx. 50
- *Índia*, Cx. 51
- *Índia*, Cx. 79

#### **Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa (BACL)**

- Série Azul, Ms. 58
- Série Azul, Ms. 496
- Série Azul, Ms. 497
- Série Azul, Ms. 498
- Série Azul, Ms. 499
- Série Azul, Ms. 500
- Série Azul, Ms. 503
- Série Azul, Ms. 504
- Série Azul, Ms. 505
- Série Azul, Ms. 506
- Série Azul, Ms. 507
- Série Azul, Ms. 508
- Série Azul, Ms. 509
- Série Azul, Ms. 510

#### **Biblioteca do Palácio da Ajuda, Lisboa (BPA)**

- Cod. 51-VI-21
- Cod. 51-VI-54
- Cod. 51-VII-15
- Cod. 51-VII-16
- Cod. 51-VII-24
- Cod. 51-VII-30
- Cod. 52-VII-32
- Cod. 51-VIII-18
- Cod. 51-VIII-19

#### **Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa (BNP)**

- Cod. 176 (Microfilme F 2527)
- Cod 465 (Microfilme F 1443)
- Cod 6698 (<http://purl.pt/16448>)
- Cod. 11410 (Microfilme FR 704)

#### **Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa (SGL)**

- Res. 2, maço 3, nº 5
- Res. 2, maço 4, nº 100 (nº Cat. 1441)

#### **British Library, Londres (BL)**

- IOR/E/3/88

- IOR/F/4/68/1486
- IOR/H/36
- IOR/H/48
- IOR/H/60
- IOR/H/334
- IOR/P/341/9 (Proceedings and Consultations of the Government of India and of its Presidencies and Provinces, 1737-1738)
- IOR/V/23/269, N° 180
- IOR/V/27/21/29 [Documentos extraídos da Biblioteca Pública de Évora, Manuscritos, Vol. B., 6-17, fols. 98 a 159]
- IOR/MSS Eur C167 ('Pirates and Picaroons, the Pax Britannica on the Bombay coast': an unpublished history of the western seaboard of India)
- IOR/MSS Eur D831 ('The Angrias of Konkan', 'Karwar - Early Days', 'The Bombay Steam Navigation Company')
- Manuscripts, *Sloane* n° 197

### **Historical Archives of Goa, Pangim (HAG)**

- Ms. 7 (Livro das Monções n° 5 ,1595-1690)
- Ms. 15 (Livro das Monções n° 13-B, 1629-1630)
- Ms. 24 (Livro das Monções n° 19-D, 1634-1635)
- Ms. 56 (Livro das Monções n° 49)
- Ms. 57 (Livro das Monções n° 50)
- Ms. 58 (Livro das Monções n° 51-A)
- Ms. 59 (Livro das Monções n° 51-B)
- Ms. 60 (Livro das Monções n° 52)
- Ms. 122 (Livro das Monções n° 102-B)
- Ms. 129 (Livro das Monções n° 107)
- Ms. 1159 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 1, 1613-1618)
- Ms. 1160 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 2)
- Ms. 1161 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 3)
- Ms. 1162 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 4)
- Ms. 1163 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 5)
- Ms. 1164 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 6)
- Ms. 1165 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 7)
- Ms. 1166 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 8)
- Ms. 1167 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 9)
- Ms. 1168 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 10)
- Ms. 1169 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 11)
- Ms. 1170 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 12)
- Ms. 1171 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 13)
- Ms. 1172 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 14)
- Ms. 1173 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 15)
- Ms. 1174 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 16)
- Ms. 1175 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 17)
- Ms. 1176 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 18)
- Ms. 1177 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 19)
- Ms. 1178 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 20)
- Ms. 1179 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 21)
- Ms. 1180 (Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n° 22)
- Ms. 1247 (Livro da Correspondência de Chaul n° 2, 1663-1672)
- Ms. 1248 (Livro da Correspondência de Chaul n° 3, 1734-1740)
- Ms. 1249 (Livro da Correspondência de Baçaim n° 1, 1639-1660)
- Ms. 1250 (Livro da Correspondência de Baçaim n° 2, 1678-1681)
- Ms. 1251 (Livro da Correspondência de Baçaim n° 3, 1699-1706)
- Ms. 1252 (Livro da Correspondência de Baçaim n° 4, 1693-1698)
- Ms. 1253 (Livro da Correspondência de Baçaim n° 5, 1727-1732)
- Ms. 1254 (Livro da Correspondência de Baçaim n° 6, 1735-1737)
- Ms. 1255 (Livro da Correspondência de Baçaim n° 7, 1737-1739)

- Ms. 1376 (Livro do Norte nº 1, 1686-1696)
- Ms. 1377 (Livro do Norte nº 2, 1715-1720)
- Ms. 1378 (Livro de Portarias do Governo, 1735-1738)
- Ms. 1418 (Livro dos Regimentos das Fortalezas nº 1, 1596-?)
- Ms. 1419 (Livro dos Regimentos das Fortalezas nº 2)
- Ms. 1420 (Livro dos Regimentos das Fortalezas nº 3)
- Ms. 1421 (Livro dos Regimentos das Fortalezas nº 4)
- Ms. 1422 (Livro dos Regimentos das Fortalezas nº 5)
- Ms. 1423 (Livro dos Regimentos das Fortalezas nº 6)
- Ms. 1424 (Livro dos Regimentos das Fortalezas nº 7)
- Ms. 1425 (Livro dos Regimentos das Fortalezas nº 8)
- Ms. 1426 (Livro dos Regimentos das Fortalezas nº 9)
- Ms. 1427 (Livro dos Regimentos das Fortalezas nº 10)
- Ms. 1428 (Livro dos Regimentos das Fortalezas nº 11)
- Ms. 1429 (Livro dos Regimentos das Fortalezas nº 12)
- Ms. 1430 (Livro dos Regimentos das Fortalezas nº 13)
- Ms. 2316 (Livro das Receitas das Feitoria de Baçaim e Chaul, 1667-1684)
- Ms. 2322 (Livro de Pensões, Alvará e Cartas, 1727-1729)
- Ms. 2323 (Livro Correspondência (?), 1724-1740)
- Ms. 2624 (Livro de Baçaim, 1661-1662)
- Ms. 2666 (Livro das Contas da Feitoria de Chaul, 1680-1736)
- Ms. 3067 (Livro do Tombo de Baçaim, 1610-1730)
- Ms. 4516 (Livro dos Prazos do Norte)

## Fontes Impressas

ANDRADE, Francisco de, *Comentários da vitória de Chaul: Inédito*, Jorge de Faro (ed.), Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945.

ANDRADE, Francisco de, *Crónica de D. João III*, 4 vols., Coimbra, Na Real Off. da Universidade, 1796.

*Archivo Portuguez-Oriental*, Joaquim Cunha Rivara (ed.), 6 fascículos em 10 vols., Nova Goa, Imprensa Nacional, 1857-1877.

*A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*. Catálogo da exposição do Porto em 1994, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

*Arquivo Português Oriental*, António de Bragança Pereira (ed.), 4 tomos, Bastorá, Tipografia Rangel, 1936-1939.

*Assentos do Conselho da Fazenda (1613-1621)*, Vithal Trimbak Gune (ed.), Goa, Directorate of Historical Archives & Archaeology (Museum), 1979.

*Assentos do Conselho de Estado (Proceedings of the State Council at Goa). Supplementary series*, Vithal Trimbak Gune (ed.), 2 vols., Pangim, Historical Archives of Goa, 1972.

*Assentos do Conselho do Estado / Governo Geral do Estado da Índia*, Panduronga Pissurlencar (ed.), 5 vols., Goa, Tipografia Rangel, 1953-1957.

AUBIN, Jean, “Le ‘Orçamento do Estado da Índia’ de António de Abreu (1574)”, in *Studia*, nº 4, Lisboa, Centro de Estudos Ultramarinos, 1959, pp. 171-289.

BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia*, Déz Décadas, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1778.

BEMBO, Ambrosio, *The travels and journal of Ambrosio Bembo [Viaggio e geornale per parte dell'Asia di quattro anni incirca fatto de me Ambrosio Bembo Nobile Veneto (1671-1675)]*, Clara Bargellini (trad.), Berkeley, London, University of California Press, 2007.

BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia* [1636], Rodrigo José de Lima Felner (ed.), 2 vols., Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1876.



BOCARRO, António; RESENDE, Pedro Barreto, (c. 1635) *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental...* [c. 1635], Isabel Cid (ed.), 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992.

CARERI, Giovanni Francesco Gemelli, *Giro del Mondo*, vol. III, Napoli, Giuseppe Roselli, 1699-1700.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

CASTANHEDA, Lopes de, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses (1552-1561): Thirty-one chapters of the lost "Livro IX"*, C. Wessels (ed.), The Hague, Martinus Nijhoff, 1929.

CASTRO, D. João de, *Roteiro de Goa a Diu*, col. *Obras Completas de D. João de Castro*, Coimbra, Academia Internacional de Língua Portuguesa, 1968-82.

"Chronica Geral dos Sucessos do Reyno de Gusarate a q. chamão Cambaya", Ethel Pope (ed.), in *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 22 e 23, Bastorá, Tipografia Rangel, 1934, pp. 61-88 e 67-81.

*Collecção de tratados e concertos de pazes que o Estado da India Portuguesa fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Asia e Africa Oriental desde o principio da conquista até ao fim do século XVIII*, Judice Firmino Biker (ed.), 14 toms., Lisboa, Imprensa Nacional, 1881-1887.

CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, 8 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921-1931.

COSTA, A. Fontoura da, *Deambulações da Ganda de Modafar, rei de Cambaia, de 1514 a 1516*, Lisboa, Agencia-Geral das Colónias, 1937.

COSTA, António Rodrigues da Costa, *Relaçam dos Successos e Gloriosas Acções Militares obradas no Estado da Índia, ordenadas e dirigidas pelo vice-rey... Vasco Fernandes Cezar de Menezes em o anno passado de 1713*, Lisboa, Na Off. de Antonio Pedrozo Galram, 1715.

COSTA, Diogo, *Relação das Guerras da India desde o anno de 1736 até o de 1740*, Porto, Na Officina de Antonio Pedroso Coimbra, 1741.

COUTINHO, André Ribeiro, *O Capitão de Infantaria Portuguez...*, 2 tomos, Lisboa, Oficina Silviana, 1751.

COUTO, Diogo do, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, Lisboa, Escriptorio, 1903.

*A Description of the port and island of Bombay: and an historical account of the transactions between the English and Portugeze concerning it, from the year 1661 to this present time*, [London], 1724.

*Diário do Conde de Sarzedas, Vice-rei do Estado da Índia (1655-1656)*, Artur Teodoro de Matos (dir.), Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2001.

DIAS, Luís Fernando de Carvalho "As Ordenações da Índia", in *Garcia de Orta*, nº especial, Lisboa, Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar, 1956, pp. 229-245.

*Documenta Indica*, Joseph Wicki (ed.), 18 vols., Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1948-1988.

*Documentação Ultramarina Portuguesa - VIII (Colecção de S. Lourenço, III)*, Elaine Sanceau (ed.), 3 vols., Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1973-1983.

*Documentação ultramarina portuguesa*, António da Silva Rego (dir.), 5 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1967.

*Documentos para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, António da Silva Rego (ed.), 14 vols., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949-1951.

*Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções (1625-1736)*, Artur Teodoro de Matos (dir.), vol. II, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa / Centro de História de Além-mar, 2002.

*Documentos remetidos da Índia*, António da Silva Rego (dir.) 4 tomos, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974-1982.

*Documentos Remmetidos da Índia ou Livros das Monções*, António de Raymundo Bulhão Pato (dir.), 5 toms., Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1880-1893.

FOSTER, William, *The Voyage of Thomas Best to the East Indies*, 1612-1614, London, 1934.

FOSTER, William, *The English Factories in India, 1618-1669*, 13 vols., Oxford, Clarendon Press, 1906-1927.

- FREITAS, Jorge Borja Araújo de, “Documentos referents à Índia, no Arquivo da Torre do Tombo”, in *Memórias*, nº 25 - Sep. II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical / Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985.
- FRYER, John, *New account of East India and Persia, being nine years' travels, 1672-1681*, 3 vols., London, Hakluyt Society, 1909.
- GARCIA, José Inácio de Abranches, *Arquivo da Relação de Goa, contendo documentos dos séculos XVII, XVIII e XIX...*, 2 vols., pt. I, 1607-1640, Nova Goa, 1871.
- GODINHO, Manuel, *Relação do novo caminho que fez por terra, e mar...*, Lisboa, Na Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1885.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Documentos sobre a expansão portuguesa*, 3 vols., Lisboa, 1943-1956.
- GOUVEIA, António de, *Jornada do Arcebispo de Goa Frey Aleixo de Menezes...*, Coimbra, Na Officina de Diogo Gomez Loureyro, 1606.
- GUERREIRO, Pe. Fernão, *Relação anual das coisas que fizeram os Padres da companhia de Jesus nas suas Missões...dos anos 1600 a 1609*, 3 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade Lisboa / Imprensa Nacional, 1930-1942.
- O Índico na Biblioteca da Ajuda: catálogo dos manuscritos relativos a Moçambique, Pérsia, Índia, Malaca, Molucas e Timor*, Francisco G. Cunha Leão (coord.), Lisboa, Comissão Nacional Para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses / Centro de Estudos Damião de Góis, 1998.
- Junta da real Fazenda do Estado da Índia*, Artur Teodoro de Matos (dir.), 3 vols., Lisboa, Universidade Nova de Lisboa / Centro de História de Além-Mar, , 2001.
- LAVAL, François Pyrard de, *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes Orientales (1601-1611)*, Xavier de Castro (ed.), Geneviève Bouchon (ed.), 2 vols, Paris, Editions Chandeigne, 1998.
- LINHARES, Conde de (D. Miguel de Noronha), *Diario do 3º conde de Linhares, vice-rei da Índia*, 2 vols., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1937-1943.
- Livro das cidades, e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das capitánias, e mais cargos, que nelas há, e da importância deles*, Francisco Mendes da Luz (ed.), Sep. de Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1952.
- MACEDO, José Pereira de, *Vida del grande D. Luis de Attaguia, tercer Conde de Attaguia y Virrey de la Índia do vezes*, Madrid, En la Imprensa del Reino, 1633.
- MONFORTE, Manuel, *Chronica da Provincia da Piedade, primeira capucha de toda a Ordem e regular observancia de nosso serafico Padre S. Francisco*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1751.
- O orçamento do Estado da Índia: 1571*, Artur Teodoro de Matos (dir.), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Centro de Estudos Damião de Góis, 1999.
- PAWAR, A. G., “English records on the conquest of Salsette by the Marathas in 1737”, in *Journal of the University of Bombay*, vol. 11, nº 1-2, Bombay, 1942, pp. 29-?
- PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o Visorei Dom Luís de Ataíde*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987.
- PISSURLENCAR, Panduranga, “Notícias do Reino, situação, forças e costumes do Marata : (uma relação inédita)”, Sep. do *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 77, Bastorá, Tipografia Rangel, 1959.
- PISSURLENCAR, Panduranga, *Agentes da diplomacia portuguesa na Índia : hindus, muçulmanos, judeus e persas*, Bastorá, Tipografia Rangel, 1952.
- PISSURLENCAR, Panduranga, *Regimentos das Fortalezas da Índia: estudos e notas*, Bastorá, Tipografia Rangel, 1951.
- QUEIROZ, Pe. Fernão de, *História da Vida do Venerável Irmão Pedro de Basto, Coadjutor temporal da Companhia de Jesus...*, Lisboa, na Officina de Miguel de Deslandes, 1689.
- RESENDE, Pedro Barreto, (1646) *Livro de Estado da Índia...* Transcrição dactilográfica do código existente no Museu Britânico (Mss. Sloane 197) por Armando Cortesão, Londres, 1936-1937.

SANTOS, Fr. João dos, *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, Manuel Lobato (ed.), M. C. Guerreiro Vieira (ed.), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

SOUSA, Pe. Francisco de, *Oriente Conquistado a Jesu Christo*, Porto, Lello & Irmão, 1978.

*Subsidios para a historia da India Portuguesa...*, Rodrigo José de Lima Felner (ed.), Lisboa, Academia Real das Ciencias, 1868.

*O Tombo de Damão, 1592*, Artur Teodoro de Matos (dir.), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Centro de Estudos Damião de Góis, 2001.

*O Tombo de Chaul, 1591-1592*, Artur Teodoro de Matos (dir.), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Centro de Estudos Damião de Góis, 2000.

*Treaties, Agreements, &c., entered into between Great Britain and Portugal, between the 23rd June 1661 and the 19th November 1850*, Series: Selections from the Records of the Bombay Government. New series nº 10., Bombay, 1855.

TRINDADE, Frei Paulo da, *Conquista Espiritual do Oriente*, Fr. Félix Lopes (ed.), 3 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962-1964.

VALLE, Pietro della, *The travels of... in India*, 2 vols., New Deli, Asian Educational Services, 1991.

“Vida e acções de Mathias de Albuquerque, capitão e visorrei do Estado da Índia”, Antonella Vignati (ed.), in *Mare Liberum*, nº 15 e nº 17, Lisboa, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998 e 1999, pp. 139-245 e 269-360.

WICKI, José, “Lista de Moedas, Pesos e Embarcações do Oriente composta por Nicolau Pereira S.J. por 1582”, in *Studia*, nº 33, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971, pp. 137-148.

WICKI, José, “Duas Relações sobre a situação da Índia Portuguesa nos anos de 1568 e 1569”, in *Studia*, nº 8, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1961, pp. 175-176.

WICKI, José, “Duas cartas oficiais de vice-reis da Índia, escritas em 1661 e 1664”, in *Studia*, nº 3, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1961, pp. 36-89.

WICKI, José (1959), “Os percalços das aldeias e terras de Baçaim vistos e julgados pelo P. Francisco Rodrigues SJ (por 1570)”, Sep. do *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 76, Bastorá, Tipografia Rangel, 1959.

## Fontes Gráficas

- [ca. 1615] – “Bacaym”, [S.l. : s.n.] 1 mapa, In: Plantas de Praças das Conquistas de Portugal Feytas por ordem de Ruy Lourenço de Távora Vizorey da India. Por Manoel Godinho de Eredia Cosmographo em 615, AHM, 3º/47º Nº3730/8 AV2

- [ca. 1615] – “Manor”, [S.l.: s.n., S.D.] 1 mapa, In: Plantas de Praças das Conquistas de Portugal Feytas por ordem de Ruy Lourenço de Távora Vizorey da India. Por Manoel Godinho de Eredia Cosmographo em 615, AHM, 3º/47º Nº3730/18 AV2

- [ca. 1665] – [Mapa da ilha de Bombaim], [S.l. : s.n.], 1 planta ms. s. cartão aquarela color. ; 51x74 cm, AHU, Col. Cartografia Ms.-X CM. Nº694 (330)

- [ca. 1730] – “Bombay, situé par 19º de Latitude nº Es. par 70ºW de Longitude”, Escala: 1 légua = 51 mm, [S.l: s.n., S.D.] 1 mapa ms. a preto e cores s. papel, 55x70 cm, AHM, (s) 3º/47º Nº1528 AU2

- [ca. 1735] – [Planta de Chaul e da sua região], [S.l. : s.n.], 1 planta ms. s. papel colorido, 30x41 cm, BNL, D 370 V.

- [1739] – “Planta dos aproxes, batarias, e galarias com q. o inimigo Marata rendeo por Capitulaçoens a Praça e Cidade de Bacaim em Mayo de 1739, depois de a ter situado 25 mezes com perda de mais de 30 mil expugnadores, e feito huma consideravel despesa”, Escala: petipé de 1000 palmos = 91 mm, [S.l.: s.n.] 1 planta ms. s. papel aquarela, castanho colado em tela, 59x47 cm, SGL, 1/G/53

- [1739] - “Planta de Tanná”, Escala: 150 palmos = 94 mm, [S.l : s.n., S.D] 1 planta ms. s. papel aquarela a castanho colado em tela, 68x47 cm, SGL, 1/G/54

- [1739] – “Planta de cada fortificação de Tanna, Planta e desenho da e Cidadella da//Fortaleza de Tanna Publicação”, [S.l. : s.n.], 1 planta ms. s. papel : color, 49x38 cm, BNL, D. 334 A.
- [1739] – “Planta da Cidadella de Tanna ; Perspectiva de dous balluartes, e 3 cortinas desta Cidadella”, [S.l. : s.n.], 1 planta ms. s. papel color aguarela, 69x48 cm, Notas: No verso da folha tem “Planta da Cidadella de Tanna como ultimamente se executou”, BNL, 333 A
- [1739] – “Planta de Tanna”, [S.l. : s.n.], 1 planta ms. s. papel color, 36x31 cm, BNL, D. 370 V
- [1739] – “Mostrador da parte da Costa do N. da Barra de Bombaim athé a de Baçaim, em que comprehende a ilha de Salcete Costa da terra firme com varias ilhas adjacentes e seus Rios”, [S.l.: s.n.], 1 planta ms. s. papel aguarela color, 141x56 cm, SGL, Cota(s) 6/D/17
- [ca. 1750] - “A Reduced chart of Bombay Harbour, to serve as an INDEX for the large one of eight sheets, by Wn. Nicholson Matter of this Majesty's ship Elizabeth”, Escala: (em milhas), London : H. Gregory Near the India House, [S.D.], 1 planta, impr. a preto s. papel, 40x53 cm, SGL, 2/P/31
- [ca. 1760] – “Mappa Tepográfico da Costa de Concon desde Dabul the o Pico de Danum”, Escala: 2 léguas} 58 mm, [S.l.: s.n.], 1 planta ms. s. papel color, 77x95 cm, JICU (CECA), P 33 – nº 73.
- [ca. 1760] - “Planta da Praça de Damão”[s.l., s.n.], *Cart. M. 58, D. 756*, AHU
- [1763] – “Mapa da Provinsia de Basaim, Índia / José Gomes Cruz piloto do numaro, das Naos de Guerra [...]”, Escala: Petipé de vinte e coatro milhas = 184 mm, [S.l.: s.n.], 1 mapa ms. papel, 61x48 cm, AHU, Col. Cartografia Ms.-X CM. Nº701
- (1775) - “Draught of Tannah River, Basseen and Mahim Bars and the greatest part of the Island of Salset”, W.A. Skynner, London, 1778, British Library, Maps 52850 (1)
- [ca. 1840] - “Map of the Tannah Collectorate. Reduced from 3 Sheets of Captain F. Jervis's Konkun Atlas...”, On the scale of two miles to one inch, Bombay, British Library, Maps 57100 (1)
- (1873) - “Map of the Salsette Talook of the Tanna Zilla”, Scale, 2 miles to an inch, Poona, 1873, Scale, 2 miles to an inch. British Library, Maps I.S
- (1920) – “[Road Map of] Thana District”, Scale, 8 miles to an inch, [Poona], [1920], British Library, Maps 57100 (2)
- (1925) – “Planta da antiga cidade e fortaleza de Baçaim fundada por Nuno da Cunha em 1536 conquistada e destruida pelos Maratas em 1739”, A. Brás Fernandes, Escala: 150 Jardas = 92 mm, [S.l.: s.n., S.D.], 1 planta ms. s. papel, SGL, 3/G/36

## Obras de Consulta

ALBUQUERQUE, Luís, *A Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão no Século XVII*, Lisboa, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga da Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

ALBUQUERQUE, Teresa, *Santa Cruz that was*, Bombaim, Shamrock, 1981.

ALMEIDA, Fleur d', *Thana under the Portuguese (1534-1737): a socio-economic study*, Thesis submitted to the University of Bombay for awarding the degree of PhD in History, Bombay, 2003.

ALMEIDA, J. Mendes de, *Simão Botelho de Andrade 6º vedor da Fazenda da Índia, 1504-1565*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1969.

AMES, Glenn, “The Province of the North: War, Trade and Urban Planning in an Age of Decline and Rebirth, ca. 1600-1683” in *Nodes of Empire: Portuguese Colonial Cities in the Early Modern Period*, ed. Liam M. Brockey, Ashgate, Farnham e Burlington, 2008.

AMES, Glenn, “The Portuguese Province of the North: 'Creole' power groups in urban centres and their hinterlands, ca. 1630-1680”, in *Creole Societies in the Portuguese Colonial Empire: Proceedings of the Charles R. Boxer Centenary Conference*, Malyn Newitt (ed.), Philip Havik (ed.), Bristol, University of Bristol, 2007.

ANTUNES, Luís Frederico, “A Província do Norte”, in *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. V, tom. II, Lisboa, Editorial Estampa, 2006, pp. 220-221.



ANTUNES, Luís Frederico Dias, “Algumas considerações sobre os Prazos de Baçaim e Damão”, in *Anais de História de Além-mar*, vol. III, Centro de História de Além-mar / Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova, Lisboa, Dezembro de 2002, pp. 231-257.

APTE, B. K., *History of the Maratha Navy and merchantships*, Bombay, State Board for Literature and Culture Government of Maharashtra Sachivalaya, 1973.

*Aquém e Além da Taprobana: Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, Luis Filipe Thomaz (ed.), Lisboa, Centro de História de Além-mar, Universidade Nova de Lisboa, 2002.

BALSEMÃO, Eduardo Pinto de, *Os Portuguezes no Oriente: feitos gloriosos praticados pelos Portuguezes no Oriente*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1882.

BANAGI, D. R., *Bombay and the Sidis*, London, Macmillan & Co., 1932.

BAPTISTA, Elsie, *The East Indian's catholic community of Bombay, Salsette and Bassein*, Bombay, The Bombay East Indian Association, 1967.

BLANCO, Maria Manuela Sobral, *O Estado Português da Índia: da rendição de Ormuz à perda de Cochim (1622-1663)*, dissertação de doutoramento em História, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

*Boletim Oficial do Governo do Estado da Índia*, nº 1-260, Nova Goa, Imprensa Nacional, 3 de Janeiro a 23 de Novembro de 1883.

BOXER, Charles, VASCONCELOS, Frazão, *André Furtado de Mendonça, 1558-1610*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955.

BURGESS, James, *Revised Lists of Antiquarian Remains in the Bombay Presidency...*, Archaeological Survey of India, New Imperial Series of Reports. vol. 16, Bombay, 1897.

BURNELL, John, *Bombay in the days of Queen Anne, being an account of the Settlement*, Londres, Hakluyt Society, 1933.

*A carreira da Índia e as rotas dos estreitos: actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, 7 a 11 de junho de 1996, Artur Teodoro de Matos (ed.), Luís Filipe Thomaz (ed.), Angra do Heroísmo, 1998.

CASTRO, D. João, *Obras Completas*, Cortesão, Armando (ed.), Albuquerque, Luis de (ed.), 3 vols., Coimbra, 1976.

*Catalogue of maps in the Bombay Archives*, Sanjiv P. Desai (dir.), 3 vols, Bombay, Government of Maharashtra, Department of Archives, 1979.

*The Charme of Bombay: An anthology of writings in praise of the first city in India*. Bombay, D. B. Taraporevala, Sons & Co., 1915.

*Colecção de São Lourenço*, Elaine Sanceau (ed.), 2 vols, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973-1975.

*Collecção de Notícias para a História e geografia das nações Ultramarinas que vivem nos doimínios Portuguezes ou Ihe são visinhas*, 7 vols., Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1812-1856.

*Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822: Actas*, Walter Rossa (org.), Renata de Araujo (org.), Hélder Carita (org.), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

COMMISSARIAT, Manekshah Sorabshah, *A History of Gujarat, including a survey of its chief architectural monuments and inscriptions ...*, Bombay, Longmans, Green & Co., 1938.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, *Da Cidade e Fortificação em Textos Portugueses (1540-1640)*, dissertação de doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008.

CORDEIRO, Luciano (1898), *Dois Capitães da Índia*, Lisboa, Escriptorio, 1898.

CORREIA, Alberto Germano da Silva, *História da colonização portuguesa na Índia*, 5 vols., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1948-1950.

CORREA, Fr., *A visit to Vasai Fort*, Bombay, Saptarshi Prakashan, 1993.

COSTA, A. Fontoura da, *Bibliografia Náutica Portuguesa até 1700*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.

- COSTA, D. António Pedro, *Relatório da Nova Diocese de Damão...*, Bombaim, 1892.
- COSTA, Melba Maria Olívia Ferreira Lopes da, *Nuno da Cunha, governador da Índia: 1528-1538*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1997.
- COUTO, Dejanirah, "A Fortaleza de Baçaim", in *Oceanos*, nº28, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, pp. 105-118.
- COUTO, Dejanirah, "Em torno da Concessão e da Fortaleza de Baçaim (1529-1546)" in *Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 117-132.
- COUTO, Dejanirah, "Em torno da Concessão e da Fortaleza de Baçaim (1529-1546)", in *Mare Liberum*, nº9, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 117-132.
- COUTO, Dejanirah, "A Fortaleza de Baçaim: a Capital do Norte", in *Oceanos*, nº 19/20, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, pp. 258-266.
- CUNHA, J. Gerson da, *The Origin of Bombay*, New Delhi, Asian Educational Services, 1993.
- CUNHA, J. Gerson da, *Notes on the history of Chaul and Bassein*, New Delhi, Asian Educational Services, 1993
- DALGADO, Sebastião Rodolfo, *Glossário Luso-Asiático*, 2 vols, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919-1921.
- DANVERS, F.C., *Report to the Secretary of State for India in Council on the Portuguese Records Relating to the East Indies Contained in the Archivo da Torre do Tombo and the Public Libraries at Lisbon and Evora*, London, 1892.
- DAVID, M. D., *History of Bombay 1661-1708*, dissertação de doutoramento, University of Bombay, Bombay, 1973
- DESAI, Ramesh, *Shivaji, the last great fort architect*, Bombay, Maharashtra Information Centre, Government of Maharashtra, 1987.
- Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*, Luís de Albuquerque (dir.), Francisco Contente Domingues (coord.), 2 vols, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- DIGHE, V. G., "Kanhoji Angria", in *Sardesai Commemoration Volume*, Bombay, 1938.
- DOSSAL, MARIAM, *Imperial designs and Indian realities. The planning of Bombay City, 1845-1875*, Bombay, Oxford University Press, 1991.
- DOUGLAS, James, *Glimpses of old Bombay and western Indi : with other papers*, London, Sampson & Low, 1900.
- DOUGLAS, James, *Round about Bombay*, Bombay, Bombay Gazzette Steam Press, 1886.
- D'SA, Manoel Francis X., *The History of the Diocese of Damaun*, [Bombaim,] 1924.
- DUPERRON, Anquetil du (1771), *Voyage en Inde. 1754-1762. Relation de voyage en préliminaire à la traduction du 'Zend-Avesta'*, anot. Jean Deloche, École Française d'Extrêm-Orient, [s.l.], 1997.
- ENTHOVEN, R. E., *The tribes and castes of Bombay*, 3 vols., New Delhi, Asian Educational Services, 1990.
- ERICEIRA, D. Luiz Menezes Conde da, *História de Portugal Restaurado...*, 4 vols. Lisboa, Offic. de Domingos Rodrigues, aos Anjos, 1751-1759.
- Espaços de um Império: Estudos*, Artur Teodoro de Matos (coord.), Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- FERNANDES, Brás António, *Armas e inscrições do forte de Baçaim*, António Machado de Faria (trad.), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1957.
- FERNADES, Braz António, *A Guide to the Ruins of Bassein*, Bombay, Bombay Historical Society, 1948.
- FERNANDES, Braz António, *Bandra, its Religious and Secular History, etc.*, Bombay, 1927.
- FERNANDES, Braz António, "The last days of Bassein", in *The Indo-Portuguese Review*, vol. 7, Calcutta, Indo-Portuguese Association, 1924-25, pp. 56-59.
- FERNADES, A. Braz, *A Historical Sketch of Mount Poinsur*, Bombay, Examiner Press, 1923

FERRARI, Leonardo de, *Imágenes de un imperio perdido: el Atlas del Marqués de Heliche* [Material cartográfico], Rocío Sánchez Rubio (ed.), Isabel Testón Núñez (ed.), [Mérida], Junta de Extremadura, [2004].

FERREIRA, Maria Margarida Oliveira, *D. Francisco da Gama: vice-rei da Índia 1596-1600 (subsídios biográficos : o seu governo e a sua época à luz da correspondência oficial)*, Tese de licenciatura em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1971.

FICALHO, Conde de, Garcia da Orta e o seu tempo, Nuno de Sampaio (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

“The first wars and treaties of the Western Presidency”, in *Bombay Quarterly Review*, vol. 4, Bombay, Smith, Taylor and Company, Julho - Outubro de 1856, pp. 70-118.

FLORES, Jorge, “I will do as my father did’: On Portuguese and Other European Views of Mughal Succession Crises”, in *e-JPH*, vol. III, nº 2, 2005 (acedido em 2011).

FLORES, Jorge, “Comunicação entre impérios: A engrenagem das relações entre Goa e a corte mogol durante o governo do conde de Linhares (1629-1635),” in *O domínio da distância. Comunicação e cartografia*, Maria Emília Madeira Santos (ed.), Manuel Lobato (ed.), Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006, pp. 29-43.

FLORES, Jorge, “Dois retratos portugueses da Índia de Jehangir: Jerónimo Xavier e Manuel Godinho de Erédia” in *Goa e o Grão-Mogol, Catálogo da Exposição*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, pp. 44-65.

FLORES, Jorge, *Firangistan e hindustan: o Estado da Índia e os Confins Meridionais do Império Mogol (1572-1636)*, dissertação de doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004.

FORBES, James, F.R.S., *Oriental Memoirs: selected and abridged from a series of familiar letters written during seventeen years' residence in India...*, 4 vols, London, 1813.

FORJAZ, Jorge, NORONHA, José Francisco de, *Os luso-descendentes da Índia portuguesa*, 3 vols, Lisboa, Fundação Oriente, 2003.

*Gazetteer of the Bombay Presidency*, 27 vols., Bombay, Government Central Press, 1877-1904.

GOERTZ, R. O. W., “Attack and Defense Techniques in the Siege of Chaul, 1570-1571”, Sep. do *II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985.

GOMES, Paulo Varela, “Dans les villes de l'Asie Portugaise: frontières religieuses », in *Frontières religieuses. Rejets et passages, dissimulation et contrebande spirituelle*. Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian e Centre Roland Mousnier / Université de Paris IV, (no prelo).

GOMES, Paulo Varela, “Portuguese settlements and trading centres”, in *Encounters: the meeting of Asia and Europe, 1500-1800*, London, Victoria & Albert Museum, 2004, pp. 126-133.

GOMES, Paulo Varela; ROSSA, Walter, O primeiro território — Bombaim e os Portugueses. *Oceanos*, nº 41, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 210-224.

GONÇALVES, José Júlio, *Síntese Bibliográfica de Goa*, 2 vols., Lisboa, Agencia Geral do Ultramar, 1966.

GONÇALVES, José Júlio, *Bibliografia Antropológica do Ultramar Português*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1960.

GONÇALVES, José Júlio, NUNES, J. Lúcio, *Bibliografia Histórico-Militar do Ultramar Português*, Lisboa, ed. dos autores, 1956.

GONÇALVES, Júlio, *Seis fortalezas feitorias da Índia : introdução a uma história do domínio português no Oriente*, Lisboa, Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1942.

GRACIAS, João Amâncio, “O Fundador de Baçaim: Nuno da Cunha, 9º Governador da Índia, e o seu tempo”, in *O Oriente Português*, nº7-8-9, Nova Goa, 1935, pp. 51-96.

GRACIAS, João Amâncio, *A Epopeia Portuguesa nas Terras do Norte: conferência realizada no Instituto Vasco da Gama*, Bastorá, Tipografia Rangel, 1935, pp. 1-39.

- GRACIAS, João Baptista Amâncio, *Antiguidades Portuguezas em Baçaim. O Oriente Português*. Nova Goa: Comissão Arqueológica da Índia Portuguesa. nº2, 1905, pp. 256-65
- GRACIAS, J. A. Ismael, *Uma Dona Portuguesa na corte do Grão-mogol: documentos de 1710 e 1719 precedidos d'um esboço histórico das relações entre o Estado da Índia e o Grão-mogol nos séculos XVI e XVII*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1907.
- HEBER, Reginald, *Narrative of a journey through the upper provinces of India: from Calcutta to Bombay, 1824-1825...*, 3 vols., New Delhi, Asian Educational Services, 1995.
- HILDRETH, H. R., *Week-End Trips around Bombay. By rail, road and ferry-steamer...*, Bombay, 1917.
- Historic Bassein and its future*, *Indica*, nº 46, Bombay, Heras Institute of Indian History and Culture, September 1987.
- HULL, Ernest R., *Bombay Mission-History, with a special study of the Padroado question*, Bombay, 1927.
- HULL, Ernest R., *A short guide to Bassein*, Bombay, 1941.
- HUMBERT, J., *Catholic Bombay*, 2 vols., Bombay, 1964.
- India and Portugal. Cultural Interactions*, José Pereira (ed.), Pratapaditya Pal (ed.), Mumbai, Marg Publications, 2001.
- JACKSON, Kenneth David, DURÃO, José Guilherme Ferreira, *De Chaul a Batticaloa: as marcas do império marítimo português na Índia e no Sri Lanka*, Ericeira, Mar de Letras, 2005.
- KAMALAPUR, J. N., *The Deccan Forts. A study in the art of fortification in mediaeval India*, Bombay, Popular Book Depot, 1961.
- KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo-Portuguese negotiations relating to Bombay, 1660-1677*, London, Bombay, Oxford University Press, [1923].
- LAGOA, Visconde de, *Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina (Corrigenda e adenda à 1ª parte)*, Lisboa, Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar, 1954.
- LAGOA, Visconde de, *Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina*, Lisboa, Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, 1953.
- LEÃO, Mário César, *A Província do Norte do Estado da Índia (1534-1729)*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1996.
- LEMOES, Carlos M., "Portuguese cartography of Bombay maritime area in the 16th and 17th centuries", in *Shipping & marine industries journal*, vol. 27, Janeiro de 2005, pp. 75-78.
- LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965.
- LOBO, Francisco Sousa, "Indo-portuguese Fortification", *IX Seminar of Indo-Portuguese History*, New Delhi, 7/12/1998 a 11/12/1998, texto dactilografado.
- LOPES, Félix, *Os Franciscanos no Oriente português de 1584 a 1590*, Sep. de Studia, nº 9, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962.
- LUME, José Miguel Ribeiro, *Portugueses em cargos, ofícios e funções no Estado português da Índia: 1580-1640: contribuição para o seu inventário*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994.
- MACHADO, Barbosa, *Memoria spara Historia de Portugal, que Comprehend em o Governo del rey D. Sebastião*, Lisboa, Na Officina de Joseph Natonio da Sylva, 1736.
- The Maratha Supremacy*, in *The History and Culture of the Indian People*, vol. 8, Bombay, Bharatiya Vidya Bhavan, 1991.
- MARTINS, Maria Helena Ferreira, *História da arquitectura militar portuguesa na Índia e Sri Lanka : reflexos na arquitectura da coexistência das culturas locais e portuguesas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- MEERSMAN, Achilles, *Annual reports of the Portuguese Franciscans in India, 1713-1833*, Lisboa, Centro de Estudos Histó ricos Ultramarinos, 1972.



- MEERSMAN, Achilles, *The Franciscans in Bombay: history of the Franciscans in the territory comprised within the boundaries of the present Archdiocese of Bombay*, Everybody's St. Anthony, St. Anthony's Friary, Bangalore, 1957.
- MEHROTRA, Rahul, DWIVEDI, Sharada, LAMBAH, Abha, *A City's Legacy, The Indian Navy's Heritage in Mumbai*, New Delhi, Eminence Designs, 2005.
- MEHROTRA, Rahul, SAVANT Sandhya, *The Fort Precint in Bombay. A proposal fol area conservation*, Bombay, The Urban Research Institute, 1994
- MILHEIRO, Nuno Vítor Antunes, *Prática científica e saberes de Portugal: visões do oriente na cartografia portuguesa: sécs. XVI e XVII*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.
- MITTERWALLNER, Gritli von, *Chaul - Eine Unerforschte stadt an der Wastküste Indiens*, Berlin, Walter de Gruyter & Co., 1964.
- MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino, *Batalhas e combates da marinha portuguesa, 1139-1975*, 8 vols., Lisboa, Sá da Costa, 1989-1997.
- MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino, *Espadas contra canhões: balanço da guerra no mar contra os ingleses e os holandeses, 1583-1663*, Lisboa, Academia de Marinha, 1995.
- MORAES, G. M., *The Maratha-Portuguese war of 1683-84*, Bombay, University of Bombay, 1943.
- MORAES, G. M., "Kanhoji Angria's relations with the Portuguese", in *Journal of the University of Bombay*, vol. 10, pt. 1, Julho 1941.
- MOREIRA, Rafael, "História das Fortificações no Mundo", in *Arquitectura Militar no Renascimento*, Lisboa, Alfa, p. 151. [comp]
- MOSES, Henry, M. D., *Sketches of India; with notes on the seasons, scenery, and society of Bombay, Elephanta, and Salsette*, London, 1750.
- NARAVANE, M. S., *The maritime and coastal forts of India*, New Delhi, APH Pub. Corp., 1998.
- NARAVANE, M. S., *Sea and hill forts of western India: aerial views and historical perspective / text and editing by M.S. Naravane ; photographs by Gopal Bodhe*, Mumbai, Maritime History Society, [1998].
- PAES, Leonardo, *Promptuario das diffiniçoens indicas, deduzidas de varios chronistas da India, graves authores, e das historias gentilicas ...*, Lisboa, Offic. de Antonio Pedrozo Galram, 1713.
- PEREIRA, A. B. de Bragança, "Os Portuguese em Baçaim", in *Oriente Português*, nº 7-8-9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1935.
- PINTO, Clara Alferes, "Damão, a Misericórdia e a cidade, através das plantas e da documentação", in *Anais de História de Além-Mar*, vol./ano II, Lisboa, Centro de História de Além Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000, pp. 77-100.
- PINTO, Gonçalo Teixeira, *Memorias sobre as Possessões Portuguezas na Asia escriptas no anno de 1823*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), Nova Goa, Imprensa Nacional, 1859.
- PISSURLENCAR, Panduranga, "A campanha Luso-marata de Baçaim", in *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 52, Bastorá, Tipografia Rangel, 1942, pp. 75-120.
- PISSURLENCAR, Panduranga, "Portugueses e maratas : tentativas para a reconquista da Provincia do Norte", Separata do *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Bastorá, Tipografia Rangel, 1940.
- PISSURLENCAR, Panduranga, "Antigualhas", in *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 42, Bastorá, Tipografia Rangel, 1939, pp. 109-198.
- PISSURLENCAR, Panduranga, "Maratas em Baçaim", in *Oriente Português*, nº 7-8-9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1935.
- PISSURLENCAR, Panduranga, "Portugueses e Maratas: Como se perdeu Baçaim" in *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 10 nº 18-19, 1931 e 1933, pp. 25-60 e pp. 94-129.
- PISSURLENCAR, Panduranga, "Prince Akbar and the Portuguese", in *Bengal Past and Present*, vol. 35, Calcutta, 1928, pp. 163-169.

- PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Shivaji”, Sep. do *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1926.
- PORTUGAL, Pedro Miguel de Almeida, Administração pública – Índia, 1688-1756, dissertação de doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996.
- RAWLINSON, Hugh George, *British Beginnings in Western India, 1579-1657. An account of the early days of the British factory of Surat*, Oxford, Clarendon Press, 1920.
- REGO, António da Silva, *O padroado português no Oriente e a sua historiografia, 1838-1950*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1978.
- RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha, “Baçaim em 1859”, in *O Chronista de Tissuary*, nº23, vol, ano II, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1867, pp. 276-278.
- RODRIGUES, Vítor, *A evolução da Arte da Guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*, trabalho apresentado para prestação das provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar no Instituto de Investigação Científico-Tropical, 2 vols., Lisboa, 1998.
- ROHATGI, P., GODREJ, P., MEHROTRA, R., *Bombay to Mumbai. Changing perspectives*, Bombay, Marg Publications, 1997.
- ROSSA, Walter, *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002.
- ROSSA, Walter, *Cidades Indo-Portuguesas: contribuição para o estudo do urbanismo português no hindustão Ocidental/Indo-Portuguese Cities: a contribution to the study of Portuguese urbanism in the Western hindustan*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- SALDANHA, Padre M. J. Gabriel de, *História de Goa (política e arqueológica)*, 2 vols., New Delhi, Asian Educational Services, 1990.
- SALES, Maria de Lourdes Aboim, *A vida cristã em Baçaim no século XVI*, dissertação de doutoramento em História, especialidade em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.
- SALETORRE, *The Kolis in the Marhatta Empire*, 1939.
- SARDESAI, Govind Sakharan, *New history of the Marathas: the expansion of the Maratha power 1707-1772*, Bombay, K. B. Dhawale, 1948.
- SENA, Surendra-Natha, *Military System of the Marathas. With a brief account of their maritime activities*, Calcutta, The Book Co., 1928.
- Shahu's campaign against the Sides of Janjira: 1733-1736*, Bombay, Government Central Press, 1930. [comp]
- SHEPPARD, Samuel Townsend, *Bombay*, Bombay, Times of India Press, 1932.
- SHEPPARD, Samuel Townsend, *Bombay place names and street names*, Bombay, 1917.
- SILVA, Jacinta Freire de Andrade e, *Vida de Dom João de Castro, quarto Vice-rei da Índia*, Lisboa, [comp.] 1759.
- SOARES, Joaquim Pedro Celestino, *Documentos comprovativos do bosquejo das possessões portuguesas no Oriente*, Lisboa, 1853.
- SOUSA, Alfredo Botelho de, *O período da restauração na Índia*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.
- SOUSA, Alfredo Botelho de, *Subsídios para a história militar marítima da Índia, (1585-1669)*, 4 vols., Lisboa, Ministério da Marinha, 1930-1956 .
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, *Mughals and Franks. Explorations in connected history*. New Delhi, Oxford University Press, 2005.
- TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu território: política e economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento em História, especialidade em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Janeiro de 2010.
- TEIXEIRA, André, PIRES, Silvana, “O Tombo de Baçaim de 1727-1720”, sep. de *Anais de História de Além-mar*, vol. VIII, Lisboa, Centro de História de Além-mar / Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 325-363.

TELLES, Ricardo Michael, “Epigrafia de Baçaim”, in *O Oriente Português*, nº7-8-9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1935.

TINDALL, Gillian, *City of gold. The biography of Bombay*, New Delhi, Penguin. 1992.

VELHINHO, Moysés, “O Mestre-de-campo André Ribeiro Coutinho, 2º governador do Continente de Rio Grande de São Pedro”, in *Sep. do Bol. da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, nº 5, Lisboa, 1969.

VIEIRA, Maria Florinda Miranda, *O Estado da Índia e o Governo do V Conde da Ericeira 1717-1720*, Tese de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra [Texto policopiado], Coimbra, 1961

XAVIER, Carlos, “A cidade e o porto de Damão nos séculos XVIII e XIX”, in *Studia*, nº46, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1987, pp. 287-301.

## 6. Anexo

### 6.1. Comentários à Bibliografia

#### *Índia antes de 1974*

Joaquim da Cunha Rivara (1809-1879) e Filipe Nery Xavier (1801-1875) merecem a distinção de serem os pioneiros da historiografia da PN<sup>1756</sup>. As primeiras contribuições de Rivara, secretário do Estado da Índia durante três termos consecutivos, resultam da transcrição e anotações de documentos manuscritos do Arquivo do Governo do Estado da Índia a partir de 1856, onde à data se guardavam os célebres *Livros das Monções*, *Livros do Senado de Goa*, *Livros dos Reis Vizinhos*, etc. Estas transcrições foram inicialmente publicadas no *Boletim do Governo do Estado* da Índia entre 1855 e 1867 e mais tarde coligidas no *Arquivo Português Oriental*, colecção que permanece uma fonte monumental sobre a história do Estado da Índia<sup>1757</sup>.

No seguimento de uma viagem ao território da antiga PN em 1859, Rivara publicou uma breve relação e alguns artigos, dispersos por publicações periódicas<sup>1758</sup>. Numa dessas revistas, o *Chronista de Tissuary*, Rivara publicou a transcrição de um documento-chave para a PN, o “Extracto Individual do estado em que se encontra a Infantaria...por André de Ribeiro Coutinho [1728]”<sup>1759</sup>. Esta perspicaz escolha de Rivara revela não apenas o seu estudo dos *Livros das Monções* mas também a constatação da necessidade de providenciar documentos que ajudassem a esclarecer a geografia e organização de um território que permanecia então no esquecimento da historiografia. Para além do mais, o militar e engenheiro André Ribeiro Coutinho constitui umas das personagens fulcrais para o estudo das fortificações da PN. A publicação de fontes manuscritas por Rivara relaciona-se com

---

<sup>1756</sup> Para uma introdução à biografia de Cunha Rivara e um acervo da sua obra, V. ABREU, Manuel Vicente de, *Noção de alguns filhos distintos da Índia portuguesa que se ilustram fora da pátria*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1874, pp. 95-172; FRANCO, Luís F., RAFAEL, Gina, *Joaquim de Heliodoro da Cunha Rivara 1809-1879*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2009; NEVES, Álvaro, *Memórias biográficas de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara*, Coimbra, 1929.

<sup>1757</sup> *Archivo Portuguez-Oriental*, Joaquim da Cunha Rivara (ed.), 6 fasc. em 10 vols., Nova Goa, Imprensa Nacional, 1857-1877.

<sup>1758</sup> RIVARA, Joaquim da Cunha, “Jornada às Praças do Norte em 1859”, *O Instituto Vasco da Gama*, vol. I, 1872, pp. 162-?, 189-?, 240-?, 269-?, 289-? e vol. II, 1873, pp. 1-?, 27-?, 51-?, 77-?; RIVARA, Joaquim da Cunha, “Baçaim em 1859”, *O Chronista de Tissuary*, nº 24, Dezembro de 1867 Goa: Imprensa Nacional, 1867, pp. 276-278; RIVARA, Joaquim da Cunha, “Heranças e partilhas dos moradores Portuguezes de Bombaim”, *O Chronista de Tissuary*, nº 4, Abril de 1866, pp. 101-109, Goa, Imprensa Nacional, 1866; RIVARA, Joaquim da Cunha, “A Índia no Governo do Vice-rei Conde de Villa Verde”, *O Chronista de Tissuary*, Cap. III, nº 13, Janeiro de 1867, pp. 75-77. Cap. VI, Junho 1867 pp. 199-204, Goa: Imprensa Nacional, 1867; RIVARA, Joaquim da Cunha, “Inscrições de Damão no anno de 1859”, *O Chronista de Tissuary*, nº 18, Junho 1867 pp. 143-146, nº 19, Julho de 1867, pp. 167-170, nº 20, Agosto de 1867, p. 198, nº 21, Setembro de 1867, pp. 204-206, nº 22, Outubro de 1867, pp. 229-230; RIVARA, Joaquim da Cunha, *Inscrições de Diu*, Goa, Imprensa Nacional, 1865.

<sup>1759</sup> RIVARA, Joaquim da Cunha, “Notícia das praças e terras da Província do Norte...em 1728, por André Ribeiro Coutinho”, *O Chronista de Tissuary*, nº 1, Janeiro de 1866, pp. 29-35 e nº 2, Fevereiro de 1866, pp. 50-59, Goa: Imprensa Nacional, 1866.



iniciativas similares na Índia sob administração Britânica, nomeadamente o periódico *Selections from the Records of the Bombay Government*, iniciado em 1855. Rivara foi um publicista incansável, tendo dedicado bastante atenção à polémica do Padroado Régio que, em meados de Oitocentos, inflamava as paixões dos católicos na Índia. Quando regressou a Portugal, trouxe consigo uma extensa biblioteca e um espólio de manuscritos, hoje depositados no Arquivo Distrital e Biblioteca Pública de Évora. Entre os seus trabalhos não publicados, salienta-se o *1º Volume da História da Índia no século XVII* e também a *Collecção de todas as inscripções que achou na antiga cidade de Goa, Ribandar, Pangim e outros logares circumvisinhos*<sup>1760</sup>.

Filipe Nery Xavier, natural de Goa e militar de profissão, dedicou-se essencialmente à história da sua terra natal. Contudo, muitas das suas obras detêm interesse para o estudo de todo o Estado da Índia<sup>1761</sup>. Xavier editou o periódico *Gabinete Litterario das Fontainhas* entre 1846 e 1852 onde se publicaram alguns artigos relacionados com a PN<sup>1762</sup>. Como número suplementar desse periódico, logrou iniciar o *Esboço de um diccionario histórico-administrativo* [do Estado da Índia]<sup>1763</sup>. Apesar de não ter passado das duas primeiras letras do alfabeto, o seu conteúdo, anotações e referências bibliográficas constituem uma fonte valiosa, destacando-se as entradas “Baçaim” e “Bombaim”. Dois anos antes, Nery Xavier havia já contribuído com um *Diccionario Histórico-Explicativo de alguns nomes proprios...* como substancial apêndice à *Viagem de Duas Mil Léguas* de Lagrange Barbuda de Monteiro. Este apêndice contém várias referências à história dos locais da antiga PN, especialmente Baçaim e Bombaim<sup>1764</sup>. Xavier publicou ainda outros estudos com achegas notáveis para a história de Damão e Diu<sup>1765</sup>.

---

<sup>1760</sup> Estes manuscritos estão guardados no espólio “Armários do Gabinete Rivara” na BPADE.

<sup>1761</sup> Para a biografia de Nery Xavier, v. [XAVIER, Filipe Nery], *Serviços de Filipe Nery Xavier official maior da secretaria do Governo Geral e director da Imprensa Nacional...até o corrente ano de 1871*, Nova Goa, s.d.

<sup>1762</sup> XAVIER, Filipe Nery, “[Baçaim?]”, in *Gabinete Litterario das Fontainhas*, vol. IV, Nova Goa, 1850, pp. 217 e segs.

<sup>1763</sup> XAVIER, Filipe Nery, “Esboço de um Diccionario Historico-administrativo”, *Gabinete Litterario das Fontainhas*, vol. 4, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1850, pp. (?).

<sup>1764</sup> É neste *Diccionario Histórico-Explicativo* que Nery Xavier, a partir de “*documentos officiaes*” não explicitados, enumera pela primeira vez no âmbito da historiografia as subdivisões da jurisdição de Baçaim: “9 *Praganas*, 4 *Cacabes*, 50 *Pacarias*, 324 *aldeas*, 18 *Hortas*, 10 *Sarretores*, 4 *Terras* e 3 *ilhas Principais* e estava dividida em 7 *Districtos ou Jurisdicções*”. Estas sete jurisdições seriam as sedes de “*capitães-môres*”, agrupando as entidades geotributárias anteriores. Para além desses locais, Nery Xavier escreve sobre “*Calacavaddy*” (um bairro Indo-português na cidade de Bombaim), Damão, Diu e ilha de Elephanta. A entrada “*Bombaim*” do mesmo *Diccionario* compreende uma síntese bastante alargada de toda a polémica da cessão da ilha em à coroa britânica 1665 e algumas subsequentes contendidas entre ingleses e portugueses até 1739 (MONTEIRO, Cláudio Lefrange Monteiro de Barbuda, XAVIER, Filipe Nery, *Huma Viagem de Duas Mil Léguas...*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1848).

<sup>1765</sup> XAVIER, Filipe Nery, *Códigos dos usos e costumes dos habitantes não christãos de Damão*, [comp] 1854; XAVIER, Filipe Nery, *Códigos dos usos e costumes dos habitantes não christãos de Diu*, [comp], 1854; XAVIER, Filipe Nery, *Nobiliarchia Goana ou catalogo das pessoas que depois da restauração de Portugal em 1640 até ao anno de 1860...*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1862; XAVIER, Filipe Nery, *Synopse por ordem alphabetica e chronologica dos objectos mais salientes que comportam os boletins do Governo Geral do Estado da Índia, publicados nos anos de 1837 a [1852]*, 4 pts, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1846-1853; XAVIER, Filipe Nery, “Série dos capitães, castelães e governadores de Dio”, *Ilustração Goana*, 1862 [comp]; XAVIER, Filipe Nery, “Relação dos padrões e inscripções que existem na fortaleza de Dio”, *Ilustração Goana*, 1862 [comp].

Enquanto Rivara e Nery Xavier desencadeavam, do lado português, o interesse pela história da PN, os britânicos estabelecidos em Bombaim visitavam com cada vez maior frequência as ruínas de Baçaim, desenvolvendo a indústria turística da periferia da metrópole. Apesar de as descrições publicadas sobre as ruínas serem geralmente sumários repetitivos e pouco informados<sup>1766</sup>, a assiduidade dos relatos e um ou outro reparo fora do discurso turístico/romântico habitual permitenos formar uma ideia do estado das estruturas arqueológicas principais de Baçaim a partir de meados do século XIX em diante. Curiosamente, as visitas a Baçaim incluíam geralmente uma paragem em Gorbandel. De referir ainda alguns artigos publicados no *Bombay Quarterly Review* e *Bombay Gazette* com alguns temas relacionados com a história da PN<sup>1767</sup>.

Precisamente em Bombaim, na geração seguinte à de Rivara e Nery Xavier, encontramos José Gerson da Cunha (1844-1900)<sup>1768</sup>, médico Goês radicado naquela cidade. Cunha foi o primeiro autor cuja produção se centrou na história da PN, merecendo assim uma apreciação cuidada as duas monografias: *Notes on the Antiquities of Chaul and Bassein* (1876); e *The origin of Bombay* (1900). As actividades iniciais de Gerson da Cunha foram apoiadas pela *Bombay Branch of the Royal Asiatic Society*<sup>1769</sup>. Este núcleo da célebre sociedade britânica dedicada aos assuntos Orientais interessou-se progressivamente pela história da PN, cujos legados mais visíveis eram precisamente as ruínas de Baçaim e Chaul e ainda a comunidade Indiana Católica de Bombaim, Salcete e arredores.

No prefácio da sua primeira obra monográfica Gerson da Cunha refere o seu reconhecimento para com Alexander Kyd Nairne, que havia então concluído o seu *History of the Konkan* e ainda para com James Campbell, encarregue de coligir e editar o *Gazetteer da Bombay Presidency*<sup>1770</sup>. Esta exaustiva colecção, iniciada em 1877, cita amplamente o *Antiquities of Chaul and Bassein* de Cunha. Assim, não é de admirar que nesta publicação, Cunha tenha seguido de perto o estilo historiográfico de influência anglo-saxónica vigente na altura. Tanto para Chaul como para Baçaim, Cunha tece

---

<sup>1766</sup> V. por exmplo, HEBER, Reginald, *Narrative of a Journey through the Upper Provinces of India, from Calcutta to Bombay, 1824-1825...*, vol. 2, London, John Murray, 1844, p. 128-132; STOCQUELER, J. H., *The hand-book of British India: a guide to the stranger, the traveller, the resident and all who may have business with or appertaining to India*, WM. H. Allen and Co., London, 1854, pp. 330-333; CARY, Amelia, Viscountess Falkland, *Chow-Chow; being selections from a journal kept in India, Egypt, and Syria*, Hurst & Blackett, Londres, vol. 1, 1857, pp.124-126;

<sup>1767</sup> “The first wars and treaties of the Western Presidency: records of the Government of Bombay from 1726 to 1740”, *Bombay Quarterly Review*, Bombaim, Julho - Outubro de 1856, vol. 4, pp. 70-118; “Ruins of Bassein”, *Bombay Gazette*, Bombaim, 12 de Abril de 1838, pp. 84-86.

<sup>1768</sup> Em relação à biografia de Gerson da Cunha, V. GRACIAS, João B. Amâncio, “Notícia necrológica e biográfica de Gerson da Cunha”, *O Instituto*, nº 48, vol. 1, 1901, pp. 47-49; VICENTE, Filipa Lowndes, *Outros Orientalismos: A Índia Entre Florença e Bombaim, 1860-1900*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

<sup>1769</sup> Os primeiros artigos sobre Baçaim e Chaul apareceram publicados no periódico daquela instituição: CUNHA, J. Gerson da, “Notes on the History and Antiquities of the Island of Bassein”, *Journal of The Bombay Branch of the Royal Asiatic Society*, palestra de 12 de Setembro de 1874, Vol. 10, nº 30, Bombaim, 1874, pp. 316-407; CUNHA, J. Gerson da, “Notes on the History and Antiquities if Chaul”, *Journal of The Bombay Branch of the Royal Asiatic Society*, palestra de 12 de Fevereiro de 1876, Bombaim, 1876, Vol. 12, nº 33, pp. 51-162.

<sup>1770</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, 27 vols., Bombay, Government Central Press, 1877-1904.

considerações etimológicas, geológicas e orográficas, para em seguida relatar a história de ambos locais a partir das suas origens mais remotas. Pondo de parte as informações de carácter folclórico ou lendário, o próprio Cunha admite que existem escassas “*fontes autênticas (authentic sources)*” para a história pré-portuguesa de Baçaim - ao invés de Chaul, que seria um porto já conhecido entre os mercadores da antiguidade clássica e bastante frequentado pelos árabes.

Em relação ao distrito de Baçaim, Cunha intenta identificar e descrever as suas subdivisões – as praganas e cassabés – mas, para além de confundir as jurisdições fiscais com o sistema de tanadarias, não esclarece a posição geográfica das partes mais afastadas da costa. Para esta descrição, a fonte de Cunha foi indubitavelmente o *Tombo de Simão Botelho*, publicado em 1868<sup>1771</sup>. A história de Taná (Thane), relacionada com os missionários do século XIV, é mais aprofundada do que a de Baçaim. Após as respectivas resenhas históricas, Cunha descreve com razoável pormenor as ruínas de Chaul e Baçaim, transcrevendo muitas inscrições lapidares e comentando a arquitectura das estruturas arruinadas. Para Chaul, Cunha descreve também as ruínas da cidade pré-portuguesa, Chaul de Cima (Cheul), com as suas estruturas islâmicas e hindus. Por fim, o autor fornece alguns conselhos práticos aos turistas.

No primeiro ano do século XX, Gerson da Cunha publicou a sua segunda monografia sobre um território da antiga PN: *The Origin of Bombay*<sup>1772</sup>. Esta obra manteve-se como a monografia mais aprofundada sobre o período português de Bombaim até o projecto “Bombaim antes dos Ingleses”. Aproveitando a informação reunida ao longo de quatro décadas de residência em Bombaim, Cunha traça a história das sete ilhas de Bombaim ao longo de quatro períodos principais: o hindu; o islâmico; o português; e o britânico. Naturalmente, as treze décadas do período português (1534-1665) ocupam a maior porção da obra. Fazendo uso principalmente das *Décadas da Ásia* e das *Lendas da Índia* de Gaspar Correia, considerados por Cunha como as fontes mais sólidas para a história do arquipélago de Bombaim durante século XVI, o autor traduz e relata os contactos dos portugueses com o território, entre o ataque a Dabul por D. Lourenço de Almeida, em 1508 e a cessão de Baçaim em 1534. Após essa data, Cunha acrescenta informações do *Livro das Fortalezas...*, de António Bocarro e o *Livro dos pesos, medidas e moedas...* de António Nunes e os *Colóquios dos Simples*, de Garcia de Orta. A partir desta última obra, Cunha tece considerações essencialmente económicas sobre o original “*cassabé*” de Bombaim, aludindo também ao facto de Orta ser provavelmente o primeiro europeu a fazer referência aos parsis estabelecidos na Índia. Cunha alude

---

<sup>1771</sup> *Subsidios para a Historia da India Portuguesa...*, Rodrigo Lima Felner (ed.), Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868, pp. 115-217.

<sup>1772</sup> CUNHA, J. Gerson da, “The Origin of Bombay”, sep. *The Journal of The Bombay Branch of the Royal Asiatic Society*, Bombaim, 1900.

em passagem a um curioso livro ou manuscrito - que não conseguiu localizar - intitulado *História de Mahim* e supostamente escrito em 1594<sup>1773</sup>.

Sobre as primeiras actividades missionárias portuguesa no território, Cunha acrescenta alguma informação em relação ao seu *Notes on the Antiquities of Chaul and Bassein*, mas mantém erroneamente a data de 1534 como ano de chegada de Fr. António do Porto e missionários franciscanos a Bombaim e Salcete<sup>1774</sup>. Cunha retoma a história das estruturas religiosas do território mas, infelizmente, não acrescenta descrições coevas dos locais. A saga da entrega de Bombaim aos ingleses é aprofundada, assim como o papel da comunidade dos luso-descendentes ou *East-Indians*. Curiosamente, na parte final do *Origin of Bombay* estão patentes vários comentários preconceituosos de Gerson da Cunha - católico de casta brâmane - sobre esses mesmos descendentes dos católicos indianos da PN e outros católicos não-bramânes.

Cunha reuniu ainda uma importante colecção numismática a partir das suas visitas pelos antigos territórios da PN<sup>1775</sup>. Esta colecção foi leiloadada em 1889 e posteriormente adquirida pelo Museu *Prince of Wales*, em Bombaim<sup>1776</sup>.

Como se referiu, a investigação de Gerson da Cunha foi aproveitada pelo *Gazetteer of the Bombay Presidency*, obra monumental e de importância crucial para a história do Norte. Os volumes relevantes desta colecção forneceram as melhores descrições do território da PN e das suas estruturas arqueológicas - para além das quatro cidades fortificadas - durante mais de um século, até a conclusão do mapa interactivo SIG e Base de Dados do projecto “Bombaim antes dos Ingleses”, em 2007<sup>1777</sup>. Composto por 27 volumes publicados entre 1877 e 1904, o *Gazetteer* enumera mais de duas centenas de estruturas arqueológicas autónomas de origem ou com intervenções portuguesas (embora algumas referências sejam bastante lacónicas)<sup>1778</sup>. Idealmente, a informação contida no *Gazetteer* deveria ser cotejada com a excelente e minuciosa cartografia que os ingleses tinham

---

<sup>1773</sup> O nome do autor dessa obra, Caetano de Souza, leva-nos a inferir que sua data será errónea, sendo provavelmente de 1694 ou 1794. O nome “Caetano” é praticamente inexistente entre os católicos de origem portuguesa na Índia até à beatificação de São Caetano pelo Papa Urbano VIII em 1629. A primeira referência à obra encontra-se em: NAYAK, Shamrao Moroji, *A History of the Pattana Prabhus...*, Bombaim, Family Printing Press, 1877, pp. 64-66.

<sup>1774</sup> CUNHA, J. Gerson da, “The Origin of Bombay”, sep. *The Journal of The Bombay Branch of the Royal Asiatic Society*, Bombaim, 1900, p. 139.

<sup>1775</sup> CUNHA, J. Gerson da, *Contributions to the study of Indo-Portuguese numismatics*, Education Society's Press, Bombaim, 4 vols., 1880-1883; MORAES, George M, “Dr. José Gerson da Cunha, 1844-1900”, *Journal of the Bombay Asiatic Society*, New Series, vol. 39-40, pp 39-41, Bombay, 1964.

<sup>1776</sup> *Catalogue of the highly important and valuable collection of oriental coins, in gold, silver, and copper, &c. formed by J. Gerson da Cunha, of Bombay ... : which will be sold by auction by Messrs. Sotheby, Wilkinson & Hodge ... on Wednesday, the 20th of November, 1889...*, Sotheby, Wilkinson and Hodge, [Londres], 1889.

<sup>1777</sup> *Gazetteer of the Bombay Presidency*, 27 vols., Bombay, Government Central Press, 1877-1904.

<sup>1778</sup> De salientar o método como os autores do *Gazetteer* optaram por referenciar geograficamente a maioria das ruínas mencionadas: providenciando direcções e distâncias a partir das estações ferroviárias mais próximas. De facto, é ainda hoje possível localizar a maioria dos locais a partir destas referências, uma vez que as localizações das estações e apeadeiros do sistema ferroviário pouco mudaram desde a independência da Índia.



produzido à data de todos os territórios da antiga PN. Nessa cartografia, estão assinaladas as ruínas mais importantes e ainda as igrejas do antigo território, para além de todos os outros elementos indispensáveis a uma óptima compreensão do terreno<sup>1779</sup>.

Antes do surgimento do *Gazetteer*, a maioria das publicações de origem britânica sobre a história de Bombaim ou territórios vizinhos relegavam para um plano secundário a camada portuguesa da PN. Com a excepção de Baçaim e algumas igrejas da ilha de Salcete, e o seu referido charme turístico, as restantes estruturas mereceram escassa atenção por parte da historiografia britânica. Contudo, após a publicação da primeira monografia de Gerson da Cunha e dos volumes do *Gazetteer*, a situação alterou-se gradualmente.

De assinalar o interesse do *Archaeological Survey of Índia* pelas ruínas de Baçaim, resultando na execução e publicação de uma detalhada planta da cidade em 1907. Este documento e os relatórios das intervenções nas ruínas demonstram uma preocupação em impedir a degradação de algumas das estruturas de Baçaim<sup>1780</sup>.

O crescente interesse pela arqueologia e pelo património, influenciado pelas actividades do abrangente *Archaeological Survey of Índia*, influenciaram a criação da *Comissão Permanente de Arqueologia* em Goa em 1895 e da instituição, no ano seguinte, do *Museu Real da Índia Portuguesa*<sup>1781</sup>. Sedeada em Goa, a Comissão iniciou em 1904 a sua publicação periódica: *O Oriente Português*. A criação desta Comissão e do seu periódico abre um novo capítulo na historiografia da PN. Surgiu prontamente uma iniciativa relacionada em Diu, onde o governador distrital João Herculano de Moura institui em 1902 uma pequena comissão com o objectivo de reunir numa sala dos Paços do Município todas as inscrições lapidares tombadas ou dispersas<sup>1782</sup>.

Conquanto a maioria das actividades arqueológicas e de investigação histórica da Comissão Permanente se centraram em Goa, o *Oriente Português*, a par do *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, tornou-se no repositório privilegiado da investigação histórica sobre o Estado da Índia em geral, acolhendo regularmente artigos sobre a história da PN. No periódico surgem ainda publicados pela primeira vez em língua portuguesa fotografias, foto-gravuras ou desenhos parciais mais ou menos rigorosos de ruínas em Diu, Damão, Baçaim e Chaul. Quase todos os historiadores e investigadores

---

<sup>1779</sup> A cartografia resulta das séries *Topographical Survey of India*, iniciadas para zona de Bombaim por volta de 1820 e de ampla difusão na Índia Britânica.

<sup>1780</sup> *Progress Report of the Archaeological Survey of India-Western Circle, 1905-1907*, Bombay, Government General Department, 1907, pp. 30, 31.

<sup>1781</sup> Sobre a instituição da Comissão Permanente de Arqueologia e do Museu, V. “Documentos relativos à fundação dos Museus archeologicos e à criação da comissão permanente de archeologia”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, Janeiro de 1904, vol. I, nº 1, pp. 1-15

<sup>1782</sup> “Museu Archeologico de Diu”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, Junho de 1904, vol. I, nº 6, p. 324. A comissão criada por Herculano de Moura é provavelmente o autor de: *Trasladação das Ossadas de Portugueses mortos na defesa de Diu*, Tipografia das Notícias, Margão, 1906.

mais activos de Goa após Rivara e Nery Xavier estiveram associados ao *Oriente Português*, desde o seu primeiro editor, Ismael Gracias, até a autora do seu último artigo, Propércia Correia Afonso.

Entre os autores que assinaram artigos sobre a PN durante as primeiras três décadas da publicação, salientam-se alguns nomes. O já referido Herculano de Moura (1871-1907) escreveu vários artigos sobre Diu<sup>1783</sup> tendo deixada ainda iniciada e manuscrita a *História de Diu desde a conquista portuguesa até os nossos dias*<sup>1784</sup>. A sua única publicação monográfica aborda as inscrições hindus da gruta do Elefante<sup>1785</sup>. O seu trabalho de historiador foi de certa forma continuado por Jerónimo de Quadros que, entre vários artigos sobre Diu<sup>1786</sup>, publicou parcialmente o *Tombo* daquela cidade<sup>1787</sup> e ainda um fragmento do Tombo de Baçaim<sup>1788</sup>. Entre os trabalhos monográficos de Quadros, salienta-se *Diu: Apontamentos para a sua História...* de 1899<sup>1789</sup>.

Em relação a Damão, destaca-se António Moniz Júnior (1857-1919), com uma exaustiva colectânea de documentos para a história da cidade, publicados em quatro volumes entre 1900 e 1917<sup>1790</sup>. Esta colectânea contém alguma informação sobre o distrito de Damão anterior à queda da PN. As referências, embora algo fragmentadas, a locais como Tarapur, Sangens, Mahim-quelme ou Danu constituem as primeiras tentativas de abordagens historiográficas a um território menos estudado e compreendido do que o distrito de Baçaim. De facto, até o trabalho do presente autor, os limites e

---

<sup>1783</sup> MOURA, J. Herculano de, “A Misericórdia de Diu”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, Janeiro de 1904, vol. I, nº 1, pp. 44-57; MOURA, J. Herculano de, “Uma Inscrição Inglesa em Diu”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, Março de 1905, vol. II, nº 3, pp. 83-98; MOURA, J. Herculano de, “Três cartas inéditas para a história de Diu”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, Julho e Agosto de 1905, vol. II, nº 7 e nº 8, pp. 277-289 e pp. 341-354; MOURA, J. Herculano de, “Dois Franceses, castellães de Diu”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, Setembro de 1905, vol. II, nº 9, pp. 405-422.

<sup>1784</sup> GRACIAS, J. A. Ismael, “Herculano de Moura” *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, Outubro-Novembro de 1907, vol. IV, nº 10-11, pp. 472-475.

<sup>1785</sup> MOURA, J. Herculano de, *Inscrições indianas em Cintra: nótulas de archeologia historica e bibliographica acerca dos templos hindus de Somráth-Patane e Elephanta*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1906.

<sup>1786</sup> QUADROS, Jerónimo, “Três inscrições do voto da Conceição”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, Dezembro de 1904, vol. I, nº 12, pp. 618-622; QUADROS, Jerónimo, “Em Vésperas de se perder Baçaim: três documentos inéditos”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, Maio de 1905, vol. II, nº 5, pp. 219-226; QUADROS, Jerónimo, “Negócios Consulares em Bombaim: João de Sousa Ferraz”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, Setembro-Outubro de 1908, vol. V, nº 9-10, pp. 290-299; QUADROS, Jerónimo, “A Cidade de Diu”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, Janeiro-Fevereiro de 1909, vol. VI, nº 1-2, pp. 39-43; QUADROS, Jerónimo, “Portugal no Guzerathe: Affonso de Albuquerque e Diu”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, Janeiro-Fevereiro, Maio-Junho de 1911, vol. VIII, nº 1-2, nº 5-6, pp. 25-34, pp. 118-126.

<sup>1787</sup> QUADROS, Jerónimo, “Tombo de Diu”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, Março-Abril e Julho-Agosto de 1914, vol. XI, nº 3-4 e 7-8, pp. 54-6 e pp. 165-176; Março-Abril de 1915, vol. XII, nº 3-4, pp. 53-63; Outubro de 1932, 2ª Série, nº 4, pp. 34-42; 1935, 2ª Série, nº 11, pp. 71-104.

<sup>1788</sup> QUADROS, Jerónimo, “O Tombo de Baçaim”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Tipografia Rangel, Bastorá, 1937, nº 15-16-17, pp.

<sup>1789</sup> QUADROS, Jerónimo, *Diu: Apontamentos para a sua História e Chorographia*, Nova Goa: Tipographia Fontainhas, 1899; QUADROS, Jerónimo, *Catálogo do Museu Archeológico de Diu*, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1907.

<sup>1790</sup> MONIZ, António Francisco, *Notícias e documentos para a história de Damão, antiga Província do Norte*, 4 vols., Nova Goa, Tipografia Rangel, 1900-1917.

subdivisões do distrito de Damão no contexto da PN continuavam por definir e as principais povoações por analisar do ponto de vista histórico. Moniz Júnior assinou alguns artigos sobre Damão no *Oriente Português*, aproveitando documentos manuscritos depositados no arquivo daquela cidade<sup>1791</sup>, e ainda em periódicos de Bombaim<sup>1792</sup>.

José António Ismael Gracias (1857-1919), director do *Oriente Português* até o seu falecimento, também contribuiu significativamente para a história da PN, com excertos de um livro que ficou no prelo, intitulado *Como, porque e quando se perdeu Baçaim*<sup>1793</sup>. Salientam-se ainda os artigos de J. B. Amancio Gracias (1872-1950)<sup>1794</sup>; e de J. M. do Carmo Nazareth<sup>1795</sup>.

Para assinalar o quarto centenário da cedência de Baçaim aos portugueses, o *Oriente Português* dedicou um número tripló especial à história da cidade e sua antiga jurisdição, incluindo o artigo “Portugueses em Baçaim” de António Bernardo de Bragança Pereira (1883-1955)<sup>1796</sup>. Este volumoso texto veio de certo modo colmatar a falta de tradução para Português dos estudos de Gerson da Cunha, acrescentando ainda um considerável manancial de informação reunido de diversas fontes. Apesar da importância inegável do texto para a historiografia da PN, é nítida a

---

<sup>1791</sup> MONIZ, António Francisco, “Um curioso documento para a História da Conversão”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, 1904, vol. I, nº 1, pp. 565-568; MONIZ, António Francisco, “Sepulturas do convento de S. Francisco de Damão”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, 1905, vol. II, nº 4, pp. 159-167; 1906, vol. III, nº 10-11, pp. 387-401; MONIZ, António Francisco, “Sé Matriz de Damão”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, 1907, vol. IV, nº 5, pp. 181-191; MONIZ, António Francisco, “O forte de S. Jerónimo e a igreja de N. Sra. do Mar, de Damão”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, 1908, vol. V, nº 3-4, 5-6 e 7-8, pp. 98-108, 134-140 e 232-238; MONIZ, António Francisco, “O convento de S. Domingos e a Confraria do Rozário em Damão”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, 1909, vol. VI, nº 9-10 e 11-12, pp. 293-304 e 387-394; 1910, vol. VII, nº 1-2, pp. 27-33; MONIZ, António Francisco, “Onde estão as alaias do colégio das Onze Mil Virgens da Cidade de Damão?”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, 1913, vol. X, nº 9-10, pp. 225-245; MONIZ, António Francisco, “A Alfândega de Damão”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, 1914, vol. XI, nº 5-6, pp. 127-134; MONIZ, António Francisco, “Uma inscrição reaberta”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, 1915, vol. VII, nº 3-4, pp. 64-71; MONIZ, António Francisco, “A Horta do Colégio dos Jesuítas”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, 1916, vol. XIII, nº 5-6, pp. 167-171; MONIZ, António Francisco, “O convento de Sto. Agostinho de Damão”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, 1916, vol. XIII, nº 11-12, pp. 340-353; MONIZ, António Francisco, “Para a História dos Maratas”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, 1919, vol. XVI, nº 7-8, pp. 224-229.

<sup>1792</sup> MONIZ, António Francisco, “Documentos Portugueses”, *O Anglo-Lusitano*, [comp]

<sup>1793</sup> GRACIAS, J. A. Ismael, “Os últimos cinco generaes do Norte”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, 1906, vol. III, nº 1-2, 3-4, 5-6, 7, 8-9, 10-11, 12, pp. 1-18, 77-92, 147-160, 225-236, 275-291, 371-386, 451-458; 1907, vol. IV, 1907, nº 1-2-3, pp. 25-41; GRACIAS, J. A. Ismael, “Os últimos dias de Baçaim”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, 1907, vol. IV, nº 4, 5, 6, 7-8, pp. 121-128, 163-171, 208-216, 255-266, 335-347; GRACIAS, J. A. Ismael, “Os sobrevividos de Baçaim”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, 1907, vol. IV, nº 10-11, pp. 385-395; 1908, vol. V, pp. 4-12.

<sup>1794</sup> GRACIAS, J. B. Amancio, “Antiguidades Portuguesas em Baçaim”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, 1905, vol. II, nº 6, pp. 256-265; GRACIAS, J. B. Amancio, “O hospício e capela do Colabo em Bombaim”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, 1916, vol. XIII, nº 11-12, pp. 354-364; GRACIAS, J. B. Amancio, *Perfil de Miguel Rozario de Quadros, fidalgo-cavalleiro...*, Nicol’s Print. Works, Bombaim, 1895.

<sup>1795</sup> NAZARETH, J. M. Do Carmo, “Início de Estudos Militares na Índia”, *O Oriente Português*, Comissão Permanente de Arqueologia, Nova Goa, 1908, vol. V, nº 9-10, pp. 354-364.

<sup>1796</sup> PEREIRA, António de Bragança, “Os Portugueses em Baçaim”, *O Oriente Português*, Vol. 7-8-9, Tipografia Rangel, Bastorá, 1935, pp. 97-318.

opção do autor em compilar e transcrever as fontes históricas em detrimento da sua análise crítica e cuidada.

Uma das contribuições fundamentais do artigo de Bragança Pereira é a listagem das entidades geotributárias das várias subdivisões do distrito de Baçaim – e alguns dos seus proprietários - a partir de manuscritos pertencentes ao Arquivo Histórico de Goa<sup>1797</sup>. Esta enumeração veio completar a informação do *Tombo* de Simão Botelho, publicado em 1868<sup>1798</sup>. Contudo, as subdivisões sertanejas e respectivas aldeias listada estão ausentes do mapa da jurisdição de Baçaim que acompanha o artigo, perpetuando assim os erros da escassa cartografia publicada em estudos de origem britânica<sup>1799</sup>. Já a iconografia Seiscentista de Baçaim, com origem na obra de António Bocarro e Pedro Barreto de Resende, é dada à estampa pela primeira vez<sup>1800</sup>. Bragança Pereira publica também alguns dados provenientes de manuscritos estantes em Lisboa, nomeadamente as *Notícias do Arcebispado de Goa*<sup>1801</sup>, contendo informações relevantes para os aspectos religiosos e económicos do território dependente de Baçaim<sup>1802</sup>. A história religiosa do território merece destaque no artigo, compilando o autor diversas fontes impressas e manuscritas sobre o clero secular e especialmente o regular. As relações externas do território são relatadas essencialmente a partir das *Décadas da Ásia* enquanto a onnipresente saga da cessão de Bombaim em 1665 é abordada com base em publicações inglesas e manuscritos do Arquivo Histórico de Goa.

O número triplo do Oriente Português inclui também um artigo de Panduranga Pissurlencar (1894-1969), intitulado “Maratas em Baçaim”<sup>1803</sup>. Pissurlencar, herdeiro condigno de Cunha Rivara na direcção dos arquivos do governo de Goa, foi provavelmente a individualidade que mais contribuiu para a história da PN até o surgimento do projecto “Bombaim antes dos Ingleses”, A obra de Pissurlencar é geralmente desprovida do patriotismo que por vezes turvava a investigação de alguns autores conterrâneos em Goa. Para além deste facto, Pissurlencar dominava a língua marata,

---

<sup>1797</sup> Provavelmente, Bragança Pereira teve acesso ao mesmo manuscrito do Arquivo Histórico de Goa publicado recentemente: TEIXEIRA, André, PIRES, Silvana Remédio, “O Tombo de Baçaim de 1727-1730”, *Anais de História de Além-Mar*, vol. VIII, Lisboa, Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp.325–63. A esta fonte primordial e ao Tombo de Simão Botelho foi adicionada informação de outros Manuscritos do Arquivo de Goa, alguns dos quais publicados no fascículos do *Arquivo Português Oriental* editados por Cunha Rivara entre 1855 e 1877.

<sup>1798</sup> *Subsídios para a Historia da India Portuguesa...*, dir. Rodrigo Lima Felner, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1868, pp. 115-217.

<sup>1799</sup> HULL, Ernest R., *Bombay Mission-History, with a special study of the Padroado question*, Bombaim, 1927.

<sup>1800</sup> *Breve Tratado ou Epilogo de Todos os Visorreys, que tem Havido no Estado da India...*, ca. 1636, MSS Fonds Portugais n° 1, BNF.

<sup>1801</sup> Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Goa e seus suffraganeos por Henrique Bravo de Moraes datado de 1726, *cod. 176* (microfilme F 2527), BNP.

<sup>1802</sup> Entre outros manuscritos, destaca-se: *Noticias da India desde o fim do governo do Vice Rey Vasco Fr.z Cezar athe o fim do anno de 1738...*, *cod. 465*, f. 98-159, BNP;

<sup>1803</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “Maratas em Baçaim”, in *O Oriente Português*, 2ª Série, n° 7-8-9, Bastorá, 1935, pp. 319-391; PISSURLENCAR, Panduranga, “Agentes hindus da diplomacia Portuguesa na Índia”, in *O Oriente Português*, Bastorá, 1933, 2ª Série, n° 5, pp. 1-46.



o que lhe colocava numa posição privilegiada para estudar as relações luso-maratas. Este tópico polarizou de facto a sua carreira literária e possibilitou à historiografia portuguesa ter acesso, pela primeira vez, à versão Indiana de acontecimentos chave na história do Estado da Índia. O texto “Maratas em Baçaim” sintetiza e actualiza, de modo geral, uma série de artigos que o autor havia publicado no *Boletim do Instituto Vasco da Gama* sobre o tópico das relações luso-maratas<sup>1804</sup>, dedicando especial atenção à PN durante a primeira metade do século XVIII. Pissurlencar descreve o complexo equilíbrio de poderes na região, referindo as manobras diplomáticas e militares Portuguesas que procuravam alimentar os conflitos entre as facções Indianas vizinhas. A ascendência progressiva dos maratas e as causas imediatas do conflito de 1737-1739 também são abordadas, fazendo uso de documentos manuscritos portugueses e maratas. As referências a fortificações e localidades sertanejas do território da PN são particularmente cruciais para o presente trabalho, apesar de não estarem identificadas geograficamente. São de igual modo importantes algumas descrições relacionadas com engenharia e táticas militares.

Para além deste conjunto de artigos Pissurlencar redigiu ainda o *Roteiro dos Arquivos de Goa*, ferramenta indispensável e em boa hora disponibilizada aos investigadores da área<sup>1805</sup> e ainda duas compilações documentais, os *Assentos do Conselho de Estado* e os *Regimentos das Fortalezas da Índia*, ambas a partir de transcrições de manuscritos dos Arquivo Histórico de Goa<sup>1806</sup>.

O número especial do *Oriente Português* completa-se com um acervo de transcrições epigráficas de Baçaim por Ricardo Michael Teles (?-?) e um texto de Amâncio Gracias (?-?) sobre a figura de Nuno da Cunha, governador do Estado da Índia aquando a cessão de Baçaim<sup>1807</sup>. O período de publicação do *Oriente Português* corresponde à “idade de ouro” da produção historiográfica sobre o Estado da

---

<sup>1804</sup> PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Shivaji”, separata do *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1926 nº 1; PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Sambhaji”, in *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1928, nº 2, 3, 4, pp. 66-92, 62-92, 53-67; PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Rajaram”, in *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1929, nº 6, pp. 80-89; PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Como se perdeu Baçaim”, in *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1931, nº 9, 10, pp. 22-81, 25-60; 1932, nº 11, 12, pp. 30-81, 77-111; PISSURLENCAR, Panduranga, “Portugueses e Maratas: Tentativas para a Reconquista da Província do Norte”, separata do *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Tipografia Rangel, Bastorá, 1940; PISSURLENCAR, Panduranga, “A campanha Luso-Marata de Baçaim”, in *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1942, nº 52, pp. 75-120; PISSURLENCAR, Panduranga, “Notícias do Reino, situação, forças e costumes do Marata (uma relação inédita), separata do *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Tipografia Rangel, Bastorá, 1959, nº 77.

<sup>1805</sup> *Roteiro dos Arquivos da Índia Portuguesa*, Panduranga Pissurlencar (ed.), Arquivo Histórico do Estado da Índia, Goa, 1955.

<sup>1806</sup> *Assentos do Conselho do Estado...1618-1633*, Panduranga Pissurlencar (ed.), 5 vols, Tipografia Rangel, Bastorá, 1953; PISSURLENCAR, Panduranga, *Regimentos das Fortalezas da Índia*, Tipografia Rangel, Bastorá, 1951; PISSURLENCAR, Panduranga, *Portuguese records on Rustamji Manockji, the Parsi broker of Surat*, Nova Goa, 1932; PISSURLENCAR, Panduranga, *Agentes da Diplomacia Portuguesa na Índia: hindus, muçulmanos, Judeus e Persas*, Tipografia Rangel, Bastorá, 1952.

<sup>1807</sup> TELES, Ricardo Michael, “Epigrafia de Baçaim”, *O Oriente Português*, 2ª Série, nº 7-8-9, Bastorá, 1935.

Índia, que também corresponde, grosso modo, ao dinamismo e optimismo que influenciou Goa durante a Primeira Republica.

Entretanto, e regressando a Bombaim, havia surgido em 1926 a associação *Indian Historical Research Institute* e o periódico respectivo, por iniciativa do jesuíta Henrique Heras (1888-1955), académico ligado ao Colégio de São Francisco Xavier. Apesar de se ter dedicado sobretudo ao estudo da Índia antiga, Heras escreveu alguns ensaios sobre tópicos relacionados com a PN<sup>1808</sup>. Heras foi ainda co-fundador da *Bombay Historical Society*, que iniciou um periódico em 1928, contendo alguns artigos relacionados com a PN<sup>1809</sup>. Ambas as publicações, próximas da comunidade católica de Bombaim, deram voz a um dos seus filhos, Braz António Fernandes (1881-1951). Fernandes havia já assinado uma pequena monografia sobre Bandra, na ilha de Salcete, onde se destaca uma ilustração setecentista da residência jesuíta de Santa Ana<sup>1810</sup>.

Em 1925, a diocese de Damão encarregou uma comissão – da qual Braz Fernandes fez parte – de editar uma colectânea de artigos e fotografias sobre a história e património dos East Indians. O resultado, o valioso *In the Mission Field*<sup>1811</sup>, contém uma planta das ruínas de Baçaim da autoria de Braz Fernandes – provavelmente com base no levantamento do *Archaeological Survey of India* de 1907 – onde o autor procurou identificar as estruturas arqueológicas existentes. A obra publica ainda várias fotografias de igrejas de origem portuguesa, muitas das quais constituem as únicas imagens conhecidas anteriores a intervenções ou demolições. Enquanto os ensaios se dedicam maioritariamente aos aspectos religiosos ou sociológicos da comunidade da diocese, salientam-se várias referências sobre a história da jurisdição de Baçaim.

Braz Fernandes prosseguiu com as suas investigações em Baçaim, tendo efectuado um exaustivo levantamento epigráfico, publicado com anotações em 1958<sup>1812</sup>.

Também na longínqua Calcutá (Kolkata), a comunidade de luso-descendentes publicou, entre 1918 e 1927, o *Indo-Portuguese review*, com alguns artigos relacionados com a PN<sup>1813</sup>.

De resto, durante as primeiro quatro décadas do século XX surgiram algumas obras monográficas de autores indianos ou britânicos, centrados nas relações anglo-portuguesas em Bombaim. Para além

---

<sup>1808</sup> HERAS, H, “The Portuguese alliance with the Muhammadan kingdoms of the Deccan”, in *Journal of the Bombay Branch of the Royal Asiatic Society*, nova série, vol. 1, nº 122-125, Bombay, 1925-1926.

<sup>1809</sup> SCHURHAMMER, Georg, “Some documents on the Bassein Mission in the possession of the Society of Jesus”, Sep. *Bombay Historical Society*, Bombaim, 1929.

<sup>1810</sup> FERNANDES, Braz, *Bandra: it's religious and secular history*, Bombaim, 1927.

<sup>1811</sup> *In The Mission Field*, Diocese of Damaun (ed), Bombay, 1925.

<sup>1812</sup> FERNANDES, Braz, *Armas e Inscrições do Forte de Baçaim*, ed. António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958.

<sup>1813</sup> FERNANDES, Braz A., “The last days of Bassein” in *The Indo-Portuguese Review*, Indo-Portuguese Association. vol./ano VII, Calcutá, 1924-25, pp. 56-59.

da brilhante monografia de Shafaat Khan<sup>1814</sup>, a restante mão-cheia de estudo aborda geralmente aspectos tangenciais à história da PN<sup>1815</sup>.

A libertação de Goa em 1961 produziu naturalmente um efeito negativo no estudo da história do Estado que, volvidos quatro séculos e meio de administração colonial, finalmente se esvaneceu. Contudo, alguns aspectos parciais da história da PN continuaram a ser abordados, como a história dos missionários Franciscanos, por Achilles Meersman<sup>1816</sup>,

### ***Portugal antes de 1974***

Durante todo o século XIX e primeiras décadas do século XX, o interesse dos historiadores em Portugal acompanhou em boa medida os interesses económicos do Império, então orientado para o ultramar Africano. E o escasso interesse pela história da PN do Estado da Índia em Portugal esteve durante muito tempo praticamente cingido às cidades de Damão e Diu. Neste período, a publicação de fontes gerais sobre o Estado da Índia deveu-se sobretudo a iniciativas da Academia Real de Ciências (depois Academia de Ciências de Lisboa)<sup>1817</sup>, sendo de particular importância a primeira série da *Collecção de monumentos ineditos para a historia das conquistas dos portugueses em Africa, Asia e America* dedicada ao Estado da Índia<sup>1818</sup>. Nesta colecção, destaca-se a publicação do Tombo de Simão Botelho de 1548, documento fundamental, onde se enumeram todas as aldeias e outras entidades geotributárias do distrito de Baçaim e respectivas rendas para o período 1534-1547<sup>1819</sup>. Por seu turno, a Sociedade de Geografia de Lisboa publicou alguns ensaios e artigos no seu periódico<sup>1820</sup>. Em relação a trabalhos monográficos sobre Diu ou Damão, pouco acrescentavam à

---

<sup>1814</sup> KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo Portuguese negotiations relating to Bombay 1660-1677*, London, Oxford University Press, 1922

<sup>1815</sup> ENTHOVEN, R. E., *The tribes and castes of Bombay*, Asian Educational Services, New Delhi: 3 vols, 1990 (1ª ed. 1922); HULL, Ernest R., *Bombay Mission-History, with a special study of the Padroado question*, Bombaim, 1927.

<sup>1816</sup> Meersman, Achilles, *The Ancient Franciscan provinces in Índia, 1500-1835*, Chritian Literature Society Press, Bangalore, 1971; Meersman, Achilles, *Annual reposrts of the Portuguese Franciscans in Índia, 1713-1833*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1972.

<sup>1817</sup> *Collecção de tratados e concertos de pazes que o Estado da India Portuguesa fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Asia e Africa Oriental desde o principio da conquista até ao fim do seculo XVIII*, ed. Julio Firmino Judice Biker, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 14 tom., 1881-1887;

<sup>1818</sup> CORREA, Gaspar, *Lendas da Índia*, Rodrigo José de Lima Felner (ed.), 4 vols., Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1858-1864; BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, dir. De Rodrigo de José Lima Felner, Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 2 vols, 1876;

<sup>1819</sup> *Subsidios para a Historia da India Portuguesa...*, dir. Rodrigo Lima Felner, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1868, pp. 115-217.

<sup>1820</sup> PEREIRA, F. M. Esteves, *A Peça de Diu*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1892.

produção feita a partir do Estado da Índia<sup>1821</sup>, talvez com a excepção de algumas dissertações académicas num período mais tardio<sup>1822</sup>.

Sobressaem neste panorama, a *Índia Portuguesa* de Lopes Mendes (1834-1894), que inclui resumos básicos mas valiosos da história de Diu e Damão; e a abrangente *História da Colonização Portuguesa na Índia*, de Alberto Germano Correia (1888-1967), na qual se registam informações interessantes sobre a PN, especialmente sobre o regime de aforamentos das suas aldeias<sup>1823</sup>.

Durante os anos 50 do século XX, assistiu-se a um incremento e diversificação da investigação sobre todo o Império português, à medida que se as noções políticas como o luso-tropicalismo ganhavam terreno. Simultaneamente, a independência da Índia alterou de certo modo a indiferença do Estado Novo para com a sua província ultramarina Indiana, provocando um aumento do investimento da metrópole no desenvolvimento económico daquela esfera colonial. Estas duas condicionantes produziram não apenas um aumento da produção académica sobre a história do Estado da Índia mas também um interesse acrescido pelo património arquitectónico Indo-português e a sua preservação. Parte deste interesse foi nutrido pela Junta de Investigações do Ultramar e pelo Ministério das Obras Públicas. É neste contexto que surgem nomes de historiadores como Carlos de Azevedo<sup>1824</sup> e Mário Tavares Chicó. Este último autor contribuiu para o número especial do periódico Garcia de Orta publicado em 1956 e dedicado ao Estado da Índia<sup>1825</sup>.

Surge também neste contexto a obra do Padre António de Silva Rego. Embora a sua própria investigação relativa à PN tenha sido mínima, a publicação ou documentação de um vasto manancial de manuscritos - do arquivo do Estado da Índia e de outros locais - contribuiu decisivamente para a investigação de várias gerações de autores. Silva Rego apoiou ainda criação do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

---

<sup>1821</sup> *História Quinhentista (inédita) do segundo cerco de Diu...*, ed. António Baião, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1925; DELDUQUE, Adelino, *Diu: Breve Notícia Histórica e descritiva*, J. Rodrigues, Lisboa, 1928; FERREIRA, Manuel António, *Epopéia de Diu*, 2 vols, Agencia Geral das Colónias, Lisboa, 1941.

<sup>1822</sup> FERNANDES, José Maria Carmo, *Os Portugueses em Diu no século XVI*, tese de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1940; BARROS, Teresa Leitão de, *As Heroínas de Diu*, S.N.I., Lisboa, 1951; COUTO, Adriano José Ernesto, *A Cessão de Bombaim à Inglaterra*, tese de Licenciatura em ciências históricas e filosóficas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1952.

<sup>1823</sup> CORREIA, A. C. Germano, *História da Colonização Portuguesa na Índia*, Lisboa, Agencia Geral do Ultramar, 6 vols., 1948-1958.

<sup>1824</sup> Carlos de Azevedo (1918-1974), historiador de Arte, publicou alguns ensaios sobre os assuntos Indo-portugueses, entre os quais se destaca: AZEVEDO, Carlos, *A Arte de Goa Damão e Diu*, Lisboa, Com. Executiva do V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama, 1970.

<sup>1825</sup> CHICÓ, Mário Tavares, "A 'cidade ideal' do Renascimento e as cidades portuguesa da Índia", *Garcia de Orta*, número especial, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1956.



Contudo, neste contexto final do Estado Novo, a contribuição mais significativa para a história da PN pertence sem dúvida a Alexandre Lobato (1915-1985), autor da valiosa monografia *Relações Luso-maratas (1658-1737)*<sup>1826</sup>. Apesar das conotações políticas com a agenda do Estado Novo, a investigação de Lobato proporciona uma visão complementar à de Pissurlencar sobre o período histórico em questão, dedicando particular atenção à PN e à reforma do seu sistema defensivo durante o início do século XVIII. Conforme Lobato menciona na introdução da obra, esta fazia parte de um projecto mais ambicioso, com outras catorze partes dedicadas ao tema das relações Luso-maratas. Este material manuscrito que Lobato não logrou publicar representa uma das contribuições decisivas para o presente trabalho de investigação, com elementos transcritos a partir de documentos em Lisboa e Goa<sup>1827</sup>.

### ***Índia e Portugal após 1974***

Em Portugal, com o fim do Estado Novo, a investigação da história do Estado da Índia despiu em boa medida o seu traje pró-colonial e luso-tropical, entrando numa fase cientificamente mais objectiva e diversificada, embora não necessariamente menos politizada. Relativamente à história da PN em particular, a produção tem sido claramente polarizada por três instituições: o Centro de História de Além Mar da Universidade Nova de Lisboa; o Instituto de Investigação Científico-Tropical; e o Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra. E também por um evento científico regular, os seminários de História Indo-portuguesa.

Começando por este último elemento, a organização do primeiro Seminário de História Indo-portuguesa em 1978 através dos esforços de John Correia Afonso e outros intervenientes representa o primeiro evento científico centrado na história do Estado da Índia, juntando investigadores de ambos os lados do Cabo da Esperança. No decorrer dos seus seis primeiros seminários (1978-1992), surgiu uma mão cheia de ensaios com interesse directo para a PN, tais como os de Alexandre Lobato<sup>1828</sup>; R. W. Goertz<sup>1829</sup>; A.R. Kulkarni<sup>1830</sup>; e Luís Filipe Thomaz<sup>1831</sup>.

---

<sup>1826</sup> LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-maratas (1658-1737)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965.

<sup>1827</sup> *Espólio da Memória Histórica do Caso de Nagar-Aveli*, [não catalogado], AHU.

<sup>1828</sup> LOBATO, Alexandre, “Sobre os Prazos da Índia”, *2º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa*, Luís de Albuquerque (ed.), Inácio Guerreiro (ed.), Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 459-466.

<sup>1829</sup> GOERTZ, R. O. W., “Attack and Defense Techniques in the Siege of Chaul, 1570-1571”, *Sep. do II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 269, 270.

<sup>1830</sup> KULKARNI, A. R., “Portuguese in the Deccan Politics: A Study of New Marathi Documents from Lisbon”, in *Indo-Portuguese History: Old Issues, New Questions*, Teotonio R. de Souza (ed.), New Delhi, Concept Publishing Company, 1985, pp. 114-122.

<sup>1831</sup> THOMAZ, Luís Filipe, “Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI”, *Actas do 2º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa*, Luís de Albuquerque (ed.), Inácio Guerreiro (ed.), Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985.

Já o Sétimo Seminário em 1994, originalmente previsto para ter lugar em Damão, foi dedicado à PN. Infelizmente, a maior parte dos participantes optou por conferenciar sobre a história – já calcorreada, por assim dizer – das cidades de Diu, Damão e Bombaim ou então sobre tópicos posteriores a 1739 e apenas tenuemente relacionados com o território da PN. Nesse cenário de algum desalento, contrastam alguns valiosos contributos. Vítor Gaspar Rodrigues assinou um estudo sobre a organização militar da PN durante o seu primeiro século de existência, focando os aspectos da compartimentação territorial dos efectivos militares e ainda as fragilidades do sistema miliciano<sup>1832</sup>. Luís Filipe Thomaz escreveu um brilhante estudo sobre o Estado da Índia entre 1567 e 1575, contendo achegas cruciais para a história da PN<sup>1833</sup>. João Paulo Oliveira e Costa abordou os primeiros anos da presença portuguesa em Chaul, centrados na personagem do capitão Simão de Andrade<sup>1834</sup>. Charles Borges demonstrou a preponderância económica e política dos jesuítas na PN, descrevendo os intricados processos de doação de aldeias à ordem religiosa<sup>1835</sup>. Por seu turno, Sanjay Subrahmanyam abordou aspectos das relações luso-mogóis por alturas de 1580 e algumas implicações para a história do território<sup>1836</sup>. Já Dejanirah Couto descreveu pormenorizadamente o processo de cedência de Baçaim, sintetizando várias fontes sobre os primeiros anos da PN<sup>1837</sup>. Livia Baptista Ferrão apresentou uma primeira leitura, eminentemente económica, do precioso *Tombo de Damão*<sup>1838</sup>. Rafael Moreira teceu algumas considerações sobre a arquitectura religiosa do território<sup>1839</sup>. Em passagem, refira-se ainda os estudos de Luís Frederico Antunes<sup>1840</sup>; António Carmo de Azevedo<sup>1841</sup>; e Joseph Barros<sup>1842</sup>.

---

<sup>1832</sup> RODRIGUES, Vítor Gaspar, “A Organização Militar da Província do Norte durante o Séc. XVI e Princípios do Séc. XVII”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, pp. 247-266.

<sup>1833</sup> THOMAZ, Luís Filipe, “A Crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, pp. 481-520.

<sup>1834</sup> COSTA, João Paulo Oliveira e, “Simão de Andrade, Fidalgo da Índia e Capitão de Chaul”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995.

<sup>1835</sup> BORGES, J. Charles, “Jesuit Economic Interests in the Portuguese Province of the North till the mid-18th century”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, pp. 49-58.

<sup>1836</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay, “A Matter of Alignment: Mughal Gujarat and the Iberian World in the Transition of 1580-81”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, pp. 461-480.

<sup>1837</sup> COUTO, Dejanirah, “Em Torno da Concessão e da Fortaleza de Baçaim (1529-1546)”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, pp. 117-132.

<sup>1838</sup> FERRÃO, Livia, “Tenants, Rents and Revenues from Daman in the Late 16th Century”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, pp. 139-148.

<sup>1839</sup> MOREIRA, Rafael, “From Manueline to Renaissance in Portuguese India”, in *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, pp. 401-408.

Do Oitavo Seminário (Angra-do-Heroísmo, 1996) até ao mais recente Décimo-terceiro Seminário de História Indo-portuguesa (Marselha, 2010), os estudos que abordaram a história da PN são praticamente todos da autoria de pessoas relacionadas com as três instituições mencionadas em baixo.

Entre os investigadores associados ao Centro de Estudos de Além-Mar, destaca-se Artur Teodoro de Matos, especialmente pela coordenação da transcrição e publicação integral dos valiosos *Tombo*s de Diu, Damão e Chaul. Em todos estes volumes surgem anotações de grande rigor sobre os principais acontecimentos relativos àquelas três cidades. Infelizmente, Teodoro de Matos não logrou publicar o *Tombo de Baçaim*, que veio a ser mais tarde parcialmente abordado por André Teixeira e Silvana Pires. O *Tombo de Damão* constitui uma fonte imprescindível para a história da PN, pois enumera detalhadamente todas as entidades geotributárias daquele distrito, listagem que permitiu ao presente autor iniciar o trabalho de delinear os limites do distrito e das suas subdivisões. Teodoro de Matos foi ainda um dos impulsionadores do centro Damião de Góis, sediado no [completar] e dinamizador de algumas publicações com interesse para a história da PN<sup>1843</sup>. Ainda associadas ao Centro de História de Além-Mar, refira-se as dissertações de Jorge Flores<sup>1844</sup>, e os textos de Luís Frederico Antunes e Carla Alferes Pinto<sup>1845</sup>.

O Instituto de Investigação Científico-Tropical, herdeiro de instituições ligadas directamente à administração das antigas colónias, tem vindo a fomentar investigação sobre a história do Estado da Índia, onde se destaca a obra de Vítor Gaspar Rodrigues, dedicada essencialmente às questões navais e militares<sup>1846</sup> e alguns textos de Manuel Lobato<sup>1847</sup>.

---

<sup>1840</sup> ANTUNES, Luís Frederico Dias, “A Crise no Estado da Índia no Final do Século XVII e a Criação das Companhias de Comércio das Índias Orientais e dos Baneanes de Diu”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995.

<sup>1841</sup> AZEVEDO, António do Carmo, “Diu: the Parsi Connection”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995.

<sup>1842</sup> BORGES, Charles J., “Jesuit Economic Interests in the Portuguese Province of the North till the mid-18th century”, *Actas do 7º Seminário Internacional de História Indo-portuguesa: O Estado da Índia e a Província do Norte, Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Julho de 1995, pp. 49-58.

<sup>1843</sup> Destaca-se a recente publicação, sob direcção de Artur Teodoro de Matos, dos sumários de alguns dos *Livros das Monções*, estantes nos IAN/TT: mais precisamente dos livros 25 (1625-1736), 26 (1628-1630), 27 (1629-1630) e 28 (1631).

<sup>1844</sup> FLORES, Jorge, *Firangistan e hindustan: O Estado da Índia e os Confins Meridionais do Império Mogol (1572-1636)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004; SALES, Maria de Lurdes, *A vida cristã em Baçaim no século XVI*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.

<sup>1845</sup> ANTUNES, Luís Frederico Dias, “Algumas considerações sobre os prazos de Baçaim e Damão”, in *Anais de História de Além-Mar*, vol. III, Lisboa, CHAM, 2002, pp. 231-257; PINTO, Clara Alferes, “Damão, a Misericórdia e a cidade, através das plantas e da documentação”, *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, vol. I, 2000, pp. 77-100; PINTO, Carla Alferes, “A Misericórdia de Baçaim (1540-1729)”, in *Ler História*, nº 44, Lisboa, 2003, pp.

<sup>1846</sup> RODRIGUES, Vítor Gaspar, *A Organização Militar do Estado Português da Índia (1500-1580)*, trabalho de síntese apresentado em provas públicas para efeito de progressão na carreira de investigação, Lisboa, edição policopiada, Março de 1990; RODRIGUES, Vítor Gaspar, “O Contributo das ‘tropas gentias’ e dos ‘casados’ na afirmação e manutenção do

[comp. com mais Seminários]

Merece notícia alargada, nesta recensão historiográfica o projecto “Bombaim antes dos Ingleses”, (“BBB”), desenvolvido pelo Centro de Estudos do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra<sup>1848</sup>. Para além dos seus resultados científicos, o projecto inovou através da sua metodologia, desencadeando um interesse alargado junto do público. A isto acresce o facto de três dissertações académicas - incluindo o presente trabalho - terem germinado no seio do projecto referido. Os dois protagonistas do projecto, docentes no Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, são Walter Rossa e Paulo Varela Gomes. Ambos vêm desenvolvendo uma actividade académica e científica relacionada com as questões da história do Estado da Índia – enquanto que Walter Rossa abordou sobretudo temas da urbanística, Paulo Varela Gomes dedicou-se a questões centradas na arquitectura e arte religiosas e ainda nas culturas urbanas.

A publicação da obra *Cidades Indo-portuguesas do hindustão* (1997)<sup>1849</sup> e a organização do congresso *Universo Urbanístico Português* (1999), por parte de Walter Rossa, representam um momento de charneira no progresso da historiografia das cidades da Expansão. A primeira obra aborda os principais núcleos urbanos do Estado da Índia no subcontinente (Diu, Damão, Baçaim, Chaul, Velha Goa, Pangim, Cochim e São Tomé de Meliapor), procurando sintetizar a informação histórica produzida até à data com alguns documentos cartográficos e iconográficos inéditos ou pouco estudados. A análise decorrente consolida não apenas as noções de pragmatismo a vários níveis aplicadas ao urbanismo da expansão Portuguesa mas introduz também o conceito de “traçado regulado”, um dos *leitomifs* da visão científica de Walter Rossa a nível de desenho urbano.

Na colectânea de estudos no âmbito da exposição *Os Espaços de um Império*, Rossa abordou a história urbanística da capital da PN em “Baçaim, sete alegações para uma aproximação ao espaço físico”<sup>1850</sup>. Volvida mais de uma década, o ensaio mantém-se como pedra de toque da história

---

Estado da Índia no século XVI”, publicado em *Limites do Mar e da Terra. Actas da VIII Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia*, Cascais, Patrimónia, 1998, pp. 341 a 347; RODRIGUES, Vítor Gaspar, *A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*, 2 vols., dissertação apresentada no IICT para prestação das Provas de Acesso à Categoria de Investigador Auxiliar da Carreira de Investigação Científica, Lisboa, ed. policopiada, 1999; RODRIGUES, Vítor Gaspar, “Conjunturas de Guerra (séc. XVI a XVIII). A Guerra na Índia: a guerra no mar”, *Nova História Militar de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 198-214; RODRIGUES, Vítor Gaspar, “Conjunturas de Guerra (séc. XVI a XVIII). A Guerra na Índia: as conquistas em terra”, *Nova História Militar de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 214-223.

<sup>1847</sup> LOBATO, Manuel, “A guerra dos Maratas”, *Nova História Militar de Portugal*, vol 2, M. T. Barata (dir), A. M. Hespanha (coord.), Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, 317-329.

<sup>1848</sup> Este Centro de Estudos foi incorporado, em 2009, no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, adoptando o nome de Núcleo de Cidades, Cultura e Arquitectura.

<sup>1849</sup> ROSSA, Walter, *Cidades Indo-portuguesas: contribuições para o estudo do urbanismo português no hindustão Ocidental* (ed. bilingue em português e inglês), Lisboa, CNCDP, 1997.

<sup>1850</sup> ROSSA, Walter, “Baçaim, sete alegações para uma aproximação ao espaço físico”, *Os Espaços de um Império: estudos*, Mafalda Soares da Cunha (coord.), Porto, CNCDP, 1999, pp. 104-123.



urbana de Baçaim, havendo escassas actualizações a apontar, sendo quase todas resultado da continuada investigação do próprio autor. O texto começa por sintetizar o estado da arte relativamente à historiografia de Baçaim em 1997, salientando os efeitos duradouros, a nível de história de Urbanismo, das opiniões de Mário Chicó, publicadas quatro décadas antes. Em seguida, Rossa caracteriza o território dependente de Baçaim, ou seja, o distrito sul da PN, alegando talvez pela primeira vez o facto de este abranger maior área (até à sua perda em 1739) do que o território Goês. Aliás, a sua estimativa de 2500 km<sup>2</sup> para o distrito de Baçaim está muito próxima da área rigorosamente delimitada no âmbito do projecto “Bombaim antes dos Ingleses” e sujeita a ligeiras correcções durante o presente trabalho: 2458,7 km<sup>2</sup><sup>1851</sup>. Procurando individualizar o tipo de ocupação/colonização portuguesa em Baçaim e sua jurisdição, o autor relaciona os sistemas económico-militares preexistentes na região com aqueles, ainda de origem medieval, levados pelos portugueses para o Oriente, encontrando nesse entrosamento algumas achegas para a caracterização do urbanismo e arquitectura do respectivo cenário territorial. Taná e a ilha de Salcete merecem destaque assim como as sete originais ilhas de Bombaim. Passando ao meio urbano propriamente dito, Rossa refere a importância de Baçaim de Cima, extra-muros do núcleo colonial, e ainda do território – o cassabé – circundante, na morfologia da urbe de origem Portuguesa. Rossa concluiu o seu texto notando que o complexo perímetro abaluartado de Baçaim reflecte o “*pragmatismo e expeditismo*” que acompanhavam as “*soluções de compromisso/transição entre tradições e escolas de engenharia militar*”.

Um ano antes, Rossa apresentou outra comunicação intitulada “O Urbanismo regulado e as primeiras cidades de implantação Portuguesa”<sup>1852</sup>. Mencionando as especificidades do acto de urbanizar na esfera do Estado da Índia – por comparação com o espaço do Atlântico, mais perto dos centros decisores –, Rossa destaca a sua diversidade e complexidade, radizando as suas causas principais na evolução das estratégias económico-militares e na vitalidade das implantações pré-existent. Como exemplo deste campo de diversidade, o autor faz uma leitura crítica do já mencionado artigo de Tavares Chicó, sobre o urbanismo de Damão e o seu suposto desenho de “cidade ideal” renascentista.

Paulo Varela Gomes, delegado da Fundação Oriente em Goa durante 1996-1998 e 2007-2009, também contribuiu decisivamente para a história de arquitectura e arte de origem portuguesa na Índia. Entre outros artigos relacionados com a PN salienta-se o seu trabalho sobre as estruturas

---

<sup>1851</sup> V. *supra*, 3.4. “Tranqueiras, torres, casas-torre e outros dispositivos”, pp. 515-599.

<sup>1852</sup> ROSSA, Walter, “O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas”, *Colectânea de Textos: Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Renata de Araujo e Hélder Carita (org.), Lisboa, CNCDP, 507-536.

religiosas de Mandapeshwar, na ilha de Salcete<sup>1853</sup>. Este estudo, desenvolvido no contexto do projecto “Bombaim antes dos Ingleses”, reflecte sobre um dos aspectos mais interessantes da arquitectura religiosa da PN – a sua relação com os sítios e estruturas das religiões hindu e budista. Lança também pistas importantes para a correlação entre a actividade missionária e a paisagem territorial na Província do Norte.

Noutros artigos, Varela Gomes tem vindo abordado sobretudo as vivências e paisagens urbanas das povoações Indo-portuguesas e as diferentes retóricas arquitectónicas patentes nos seus traçados urbanos e arquitectura<sup>1854</sup>.

Paulo Varela Gomes e Walter Rossa planearam e guiaram uma viagem de estudo com alunos de arquitectura da Universidade de Coimbra à Índia em 2000, durante a qual tiveram oportunidade de visitar vários locais da antiga PN<sup>1855</sup>. No encalço da viagem, e em jeito de relatório, publicaram um artigo seminal: “O primeiro território: Bombaim e os portugueses”<sup>1856</sup>. Nesse texto, Varela Gomes e Rossa levantaram o véu da camada Indo-portuguesa ainda presente na malha urbana e suburbana da metrópole. Desde pequenas estruturas perdidas no miolo do centro, até igrejas renovadas ao longo das principais artérias da cidade, até o esqueleto da própria infra-estrutura suburbana – os vestígios de origem portuguesa constituem o património físico mais remoto de Bombaim. Este facto veio desmentir a historiografia anglo-saxónica (e, por consequência, Indiana) que praticamente ignorava a história de Bombaim antes de 1665. Por outro lado, a importância político-económica e a dimensão territorial da PN são expostas face ao esquecimento ou branqueamento da história. Especialmente para a ilha de Salcete, as estruturas e infra-estruturas Indo-portuguesas são identificadas e descritas, demonstrando o seu valor patrimonial. Em síntese, o artigo constitui um excelente panorama da história e do território do distrito de Baçaim da PN, estabelecendo os *leitmotifs* da subsequente investigação.

Em conjunto, a viagem e o artigo “O primeiro território: Bombaim e os portugueses” representam a génese do projecto de investigação “Bombaim antes dos Ingleses”, cujo financiamento pela

---

<sup>1853</sup> GOMES, Paulo Varela, “‘There is no spot in the world where the Catholic and Heathen imagery come so closely in contact as here’, Franciscan architecture in Mandapeshwar / Mount Painsur, Bombay, India”, Institute of Fine Arts - New York University, March, 2006; GOMES, Paulo Varela, “Bombay Portuguese - ser ou não ser português em Bombaim no século XIX”, *Revista Portuguesa de História das Ideias*, n. 28, 2007; GOMES, Paulo Varela, “Three (and a few other) Bombay churches”, *Mumbai Reader*, nº 7, Bombaim, 2007.

<sup>1854</sup> GOMES, Paulo Varela, “Portuguese settlements and trading centres”, *Encounters, the meeting of Asia and Europe, 1500-1800*, ed. Anna Jackson e Amin Jaffer, V&A Publications, Victoria & Albert Museum, London, 2004; GOMES, Paulo Varela, “Dans les villes de l’Asie portugaise: frontières religieuses”, *Frontières religieuses. Rejets et passages, dissimulation et contrebande spirituelle*, Centre Culturel Calouste Gulbenkian and Centre Roland Mousnier / Université de Paris IV, Sorbonne, Paris, 2004.

<sup>1855</sup> As experiências desta visita de estudo foram publicadas em: GOMES, Paulo Varela, GRANCHI, Nuno, *Himalayan Express: mantra, memória e viagem na Índia*, Coimbra, Almedina, 2001.

<sup>1856</sup> GOMES, Paulo Varela, ROSSA, Walter, “O primeiro território: Bombaim e os portugueses”, in *Oceanos*, nº 41, Lisboa, CNCDP, 2000.

Fundação Para a Ciência e Tecnologia decorreu entre Setembro de 2004 e Janeiro de 2007. Desde o seu início, o projecto contou com a parceria do Centro de História de Além-Mar e desenvolveu também contactos com investigadores Indianos, introduzindo uma abordagem e metodologia multidisciplinares.

Sedeado no Centro de Estudos do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra (actual Núcleo de Arquitectura e Urbanismo), a investigação do “Bombaim antes dos Ingleses” teve por objecto primordial:

*“[A]s marcas físicas da colonização portuguesa e o seu significado, existentes no território que entre 1534 e 1739 foi o distrito de Baçaim da Província do Norte do Estado da Índia e que, hoje-em-dia, coincide a área metropolitana de Bombaim, a Greater Mumbai. Essas marcas discernem-se em três escalas: território, urbanismo e edificado. Da constelação de aldeias, vilas ou cidades e respectiva rede viária às obras de carácter religioso, militar ou particular essas marcas subsistem sobre formas diversas, da renovação quase integral à ruína”<sup>1857</sup>.*

No decorrer do projecto, construiu-se uma Base de Dados abrangente - compreendendo documentos, fotográficos, iconográficos, cartográficos, manuscritos e impressos - sobre a história da PN. Esta Base de Dados foi associada a um motor de busca num mapa digital em ambiente SIG<sup>1858</sup>, tendo por base imagens de satélite adquiridas junto da Agencia Espacial Europeia. Este método permitiu alcançar o objectivo principal do projecto, ou seja:

*“[C]artografar, descrever e interpretar o território em questão. Por interpretação dever-se-á aqui entender a tentativa de reconstituição de itens arruinados ou profundamente adulterados. Com essa tarefa logrou-se organizar uma base de informação que nos permite ter uma leitura contínua da evolução histórica do território do período português à contemporaneidade. Por razões óbvias a cartografia antiga e a produzida constituiu uma ferramenta e suporte essencial”<sup>1859</sup>.*

Os resultados do Projecto ainda demonstraram como “*uma metrópole de génese aparentemente caótica e incaracterística como a de Bombaim se desenvolveu [...] a partir de uma estrutura de matriz essencialmente rural preexistente [...]. A cartografia produzida vem assim explicar muitos aspectos*

---

<sup>1857</sup> Relatório Final do Projecto de Investigação “Bombaim Antes dos Ingleses”, financiado pela Fundação Para a Ciência e Tecnologia (POCTI/HAR/47225/2002), Walter Rossa (coord.), Centro de Estudos do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, 2008, p. 4.

<sup>1858</sup> Sistema de Informação Geográfica.

<sup>1859</sup> Relatório Final do Projecto de Investigação “Bombaim Antes dos Ingleses”, financiado pela Fundação Para a Ciência e Tecnologia (POCTI/HAR/47225/2002), coord. Walter Rossa, Centro de Estudos do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, 2008, p. 4.

*esquecidos ou incompreendidos do desenvolvimento urbano e suburbano daquela grande conglomeração urbana da Ásia*”<sup>1860</sup>.

Como consequência directa do projecto “Bombaim antes dos Ingleses”, surge o trabalho de André Teixeira, “Baçaim e o seu território: Política e Economia (1534-1665)”. Constitui a primeira dissertação de doutoramento redigida em Portugal inteiramente dedicada à história da PN, embora cingindo-se ao distrito de Baçaim<sup>1861</sup>. No âmbito da presente revisão historiográfica, apenas comentarei brevemente os capítulos da dissertação de Teixeira que abordam questões relacionadas com a história diplomático-militar da PN, sendo que alguns aspectos mais específicos já foram abordados ao longo do restante trabalho.

Um dos argumentos principais de Teixeira assenta na noção de que o distrito de Baçaim sofreu um “*cercio geoestratégico*” a partir da fixação inglesa em Bombaim (1665), conceito que me parece discutível sob vários aspectos<sup>1862</sup>. Apesar dos ingleses ambicionarem ocupar um porto na costa noroeste do subcontinente desde inícios do século XVII e de nunca terem desistido da sua pretensão sobre a ilha de Salcete, a verdade é que a estratégia da East Índia Company na região da PN (será que se poder definir como geoestratégia para meados de Seiscentos?) nunca contemplou o cerco e conquista de Baçaim e respectivo distrito sertanejo. De facto, o contrário é mais correcto, sendo que a política da *East Índia Company* se pautou regularmente – pelo menos até à batalha de Plassey, 1757 – pelo repúdio em conquistar ou ocupar parcelas de território Indiano. Tampouco existiu um esforço concertado de ingleses com outros potentados regionais – sidis, árabes omanitas ou maratas – em expulsar os portugueses. Talvez se possa evocar um cerco geoestratégico ao distrito de Baçaim apenas a partir de 1720, e por parte da política expansionista marata, que de facto direccionou-se concertadamente e eficazmente contra a PN a partir dessa data. No presente trabalho, o que sobressai para o período 1665-1720, é precisamente o facto dos principais inimigos vizinhos dos portugueses nunca se terem coligado para os tentar expulsar do território da PN, realidade a que provavelmente não será alheia a diplomacia dos próprios portugueses na Índia, hábeis em alimentar rivalidades e manipular dissensões.

---

<sup>1860</sup> Relatório Final do Projecto de Investigação “Bombaim Antes dos Ingleses”, financiado pela Fundação Para a Ciência e Tecnologia (POCTI/HAR/47225/2002), coord. Walter Rossa, Centro de Estudos do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, 2008, p. 4.

<sup>1861</sup> Esta dissertação de doutoramento foi aprovada por unanimidade e com distinção pelo respectivo júri. O júri foi presidido por João Paulo Oliveira e Costa e incluiu Artur Teodoro de Matos, Paulo Varela Gomes, Walter Rossa, Dejanirah Couto e Alexandra Pereira Pelúcia aquando da sua defesa na Universidade Nova de Lisboa (TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu Território: Política e Economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010).

<sup>1862</sup> TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu Território: Política e Economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010, pp. 218-227.



Passando a aspectos mais concretos, no capítulo 6 (Parte I) “O incremento do Sistema Defensivo [do distrito de Baçaim]”, Teixeira alude ao início da edificação da cerca abaluartada de Baçaim, mas não esclarece, em meu entender, as motivações imediatas para a iniciativa. Tampouco me parece verosímil a sua interpretação que a principal preocupação no decurso das mesmas obras até o início do século XVII, fosse a ameaça naval em detrimentos da terrestre. Já em relação à defesa da raia seca da jurisdição de Baçaim, a identificação geográfica de algumas estruturas defensivas aparenta ser nebulosa. As torres ou casas-torres que pontuavam o território e constituíam a tipologia defensiva mais difundida pelo território mereceram pouca atenção por parte do autor, mencionando apenas duas estruturas<sup>1863</sup>.

Em relação ao capítulo 7 (Parte I) “O Reforço da Administração Régia”, parece-me precoce a abordagem de Teixeira em relação à extinção do cargo de *tanador-mor* de Baçaim, identificando essa iniciativa como o momento de substituição de um sistema administrativo-militar de origem indomuçulmano por outro português. O cargo de tanadar manteve-se em várias outras subdivisões até o final do período português. Por outro lado, a enumeração do quadro militar da jurisdição e sua evolução aparenta ser mais descritiva que analítica e ainda pouco cotejada com a geografia do território<sup>1864</sup>. O capítulo 11 (Parte I) “Limitações e antagonismos na administração portuguesa” aborda as deficiências do sistema defensivo do território de Baçaim, aproximadamente para o período 1625-1675. Teixeira refere que, para esse intervalo, não foram iniciadas novas estruturas defensivas nem houve “*obras de reparação substanciais*”, afirmação precipitada como fica demonstrado ao longo do presente trabalho<sup>1865</sup>.

Para além da tese de André Teixeira, a segunda dissertação emergente do “Bombaim antes dos Ingleses” é de autoria de Pedro Nobre e retoma o tema da cessão de Bombaim ao Ingleses<sup>1866</sup>. Em meu entender, esta dissertação de mestrado, igualmente sediada no Centro de História de Além-mar, não veio acrescentar dados novos à polémica histórica que apaixonou tantos outros autores.

Exterior às três instituições académicas referidas, nota ainda para o livro “História da Província do Norte do Estado da Índia”, de Mário César Leão, monografia algo ligeira que sintetiza os principais elementos já publicados por outros autores - sendo ainda assim a primeira obra monográfica

---

<sup>1863</sup> TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu Território: Política e Economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010, pp. 124-141.

<sup>1864</sup> TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu Território: Política e Economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010, pp. 142-161.

<sup>1865</sup> TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu Território: Política e Economia (1534-1665)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010, pp. 228-243.

<sup>1866</sup> NOBRE, Pedro David, *A entrega de Bombaim ao Reino Unido (1661-1668) – Um processo político-diplomático*, tese de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Julho de 2008.

publicada em Portugal sobre o território em questão. Leão baseia-se sobretudo no número especial do *Oriente Português* dedicado a Baçaim (1934-1935) e na obra de Gerson da Cunha.

Finalmente, o estado da arte propriamente dito em relação à história de arquitectura e urbanismo da PN está presentemente (Junho de 2012) sintetizado no volume da Ásia e Oceania da obra *Património de Origem Portuguesa no Mundo: Arquitectura e Urbanismo*, publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian em 2010. As diversas entradas sobre as estruturas arquitectónicas ou arqueológicas de origem portuguesa no território e os textos introdutórios de Walter Rossa (coordenador do volume) representam de facto o estado mais avançado da investigação dentro da disciplina. De igual modo, a elucidativa cartografia que acompanha o volume incorpora a investigação mais recente de vários investigadores e vem ilustrar de forma novel e eloquente as características do urbanismo de origem Portuguesa fora de Portugal. Mais uma vez, esta cartografia muito deve ao projecto “Bombaim antes dos Ingleses” e à sua metodologia, especialmente os elementos relacionados com a PN<sup>1867</sup>.

Do lado Indiano, a maior parte dos trabalhos elaborados desde 1974 provém de Bombaim e lida geralmente com a história da comunidade dos East-Indians, os descendentes dos Indianos convertidos pelos missionários portugueses no território da antiga PN. Geralmente, estes estudos centram-se em questões antropológicas ou sociológicas, pouco acrescentam à investigação relevante.

Na esfera da Universidade de Bombaim, refira-se o trabalho de Mariam Dossal, sobre o legado de origem portuguesa na metrópole<sup>1868</sup>. Fleur de Souza concluiu uma dissertação de mestrado sobre o Taná durante o período Português<sup>1869</sup>. A partir da comunidade de *East-Indians* de Bombaim, destaca-se os trabalhos de Regin D'Silva<sup>1870</sup>; Teresa Albuquerque<sup>1871</sup>; e Elsie Baptista<sup>1872</sup>. A

---

<sup>1867</sup> *Património de Origem Portuguesa no Mundo – Arquitectura e Urbanismo*, José Mattoso (ed.), Walter Rossa (ed.), vol. “Ásia e Oceânia”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

<sup>1868</sup> DOSSAL, Mariam, “Continuity and change: The Portuguese Presence in British Bombay, ca. 1660/1860”, in *Vasco da Gama and Linking of Europe and Asia*, ed. Anthony Disney e Emily Booth, Oxford University Press, New delhi, 2000, pp. 403-418; DOSSAL, Mariam, “From Bassein to Bombay: territory, colony and property”, in *Universo Urbanístico Português 1415-1822, Actas dos Congresso Internacional*, coord. Walter Rossa, Renata Araújo e Hélder Carita, Lisboa, CNCDP, 2001, pp. 855-866.

<sup>1869</sup> SOUZA, Fleur de, *Thane under the Portuguese (1534-1737): a socio-economic study*, PhD thesis submitted to the University of Bombay in History, Bombaim, 2003.

<sup>1870</sup> D'SILVA, Regin Dominic, *Bassein under the Portuguese (1534 – 1640) A Socio Economic Study*, PhD thesis presented at the University of Baroda, Baroda, 1986, D'SILVA, Regin Dominic, “Bassein Fort and its Citadel”, in *Indica*, nº 2, vol. 24, Heras Institute for Indian History and Culture, Bombaim, Setembro de 1987; DAVID, M. D., “Historic Bassein”, in *Indica*, nº 2, vol. 24, Heras Institute for Indian History and Culture, Bombaim, Setembro de 1987, pp. 89-103.

<sup>1871</sup> ALBUQUERQUE, Teresa, “Christian impact on nineteenth century Bombay”, in *Indica*, nº 2, vol. 20, Heras Institute for Indian History and Culture, Bombaim, Setembro de 1983; ALBUQUERQUE, Teresa, *To love is to serve. Catholics of Bombay*, Bombay, Heras Institute of Indian History and Culture, 1986; ALBUQUERQUE, Teresa, “Education in 19<sup>th</sup> century Bombay: indo-portuguese contribution”, in *Indica*, Heras Institute of Indian History and Culture, nº 1-2, vol. 38, 2001, pp. 176-184, ALBUQUERQUE, Teresa, *Bassein: the Portuguese interlude*, Wenden Offset Private, Bombaim, 2004.

<sup>1872</sup> BAPTISTA, Elsie, *The East Indians, Catholic community of Bandra, Salcette end Bassein*, Bandra, D. K. Parker, 1967.

publicação *Indica*, periódico do *Heras Institute of Indian History and Culture*, *St. Xavier's College* de Bombaim, tem vindo a publicar alguns artigos com interesse, especialmente para a história de Baçaim<sup>1873</sup>. Salienta-se ainda os artigos da já referida Dejanirah Couto sobre a história de Baçaim<sup>1874</sup>.

### ***Historiografia da PN: Outros Países***

As publicações monográficas sobre a história da PN elaboradas fora do âmbito indiano ou português contam-se pelos dedos de uma mão. De alguns outros autores referem-se artigos e contribuições, publicadas geralmente em periódicos já mencionados.

Entre as obras monográficas, destaca-se claramente o brilhante estudo da historiadora alemã Gritli von Mitterwallner (1925-2012), *Chaul: eine unerforschte stadt an der westküste indiens*, decorrendo de duas viagens à Índia na década de 1960<sup>1875</sup>. Integra essa obra um levantamento com bastante rigor tanto da praça fortificada de Chaul - incluindo as principais ruínas de edifícios - como da fortificação do Morro. Para além das várias fotografias desses dois locais, Mitterwallner inclui ainda imagens de algumas igrejas na ilha de Salcete, hoje destruídas ou completamente alteradas<sup>1876</sup>. Destaca-se também o facto de Mitterwallner identificar vestígios de motivos tardo-góticos e manuelinos entre as estruturas religiosas da cidade, propondo pistas para as reconstituições gráficas de algumas ruínas.

Salienta-se também o livro de John Clemens, *The genesis of a language: the formation and development of Korlai Portuguese*. Apesar de ser um estudo filológico, contém alguns elementos importantes sobre a história daquela antiga aldeia da PN<sup>1877</sup>. O prolífero Charles Ralph Boxer assinou alguns artigos relacionados com a PN, como o *Plano para Reconquista da Província do Norte* entre outros<sup>1878</sup>. Finalmente, do lado Norte-Americano, Glenn Ames abordou alguns aspectos da

---

<sup>1873</sup> GENSE, James, "The Bombay Riddle and the Bombay Answer", in *Indica*, nº 2, vol. 2, Heras Institute of Indian History and Culture, Bombaim, Setembro de 1965, pp. 121-123; D'COSTA, Anthony, "Tombo de Baçaim (1610-1730)", in *Indica*, nº 2, vol. 6, Heras Institute for Indian History and Culture, Bombaim, Setembro de 1969, pp. 106-120; GOERTZ, R. W., "Attack and defense techniques in the siege of Chaul", in *Indica*, nº 2, vol. 18, Heras Institute for Indian History and Culture, Bombaim, Setembro de 1981, pp. 97-10; KULKARNI, A. R., "Religion and the Bassein Campaign" in *Indica*, nº 2, vol. 24, Heras Institute for Indian History and Culture, Bombaim, Setembro de 1987;

<sup>1874</sup> COUTO, Dejanirah, "A Fortaleza de Baçaim", in *Oceanos*, nº 28, Lisboa, CNCDP, 1996, pp. 105-118.

<sup>1875</sup> MITTERWALLNER, Gritli von, *Chaul: eine unerforschte stadt an der westküste indiens*, Berlin, Walter de Gruyter, 1964.

<sup>1876</sup> Não foi possível consultar o espólio fotográfico de Mitterwallner que ascende, segundo a própria autora, a dez mil imagens relacionadas com arquitectura de origem portuguesa na Índia (MITTERWALLNER, Gritli von, *Chaul: eine unerforschte stadt an der westküste indiens*, Berlin, Walter de Gruyter, 1964, p. VII).

<sup>1877</sup> CLEMENS, John Clancy, *The genesis of a language: the formation and development of Korlai Portuguese*, J. Benjamins Pub. Co., 1996.

<sup>1878</sup> BOXER, Charles Ralph, "O plano de reconquista da Província do Norte elaborado pelo Capitão Caetano de Sousa Pereira", *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 29, Tip. Rangel, Bastorá, 1936, pp. 1-12; BOXER, Charles Ralph,

história da PN, destacando-se o texto “The Province of the North: Continuity and Change in an Age of Decline and Rebirth, ca. 1571-1680”<sup>1879</sup>.

Em relação a obras mais generalistas sobre o Estado da Índia mas que incidem sobre a história da PN, salienta-se a obra do australiano Michael Pearson, especialmente a publicação *Merchants and Rulers*<sup>1880</sup> e ainda a sua contribuição para a *New Cambridge History of India*, onde assinou o volume *Portuguese in India*<sup>1881</sup>.

### ***Historiografia da História da Arquitectura e Engenharia Militar do Estado da Índia***

Do ponto de vista da História da Arquitectura e Engenharia Militar, permanece por publicar um estudo sobre o conjunto de fortificações de origem portuguesa a leste do Cabo da Boa Esperança ou mesmo mais estritamente, aquelas situadas na Ásia do Sul. Ao longo do século XX e início do XXI, foram surgindo paulatinamente publicações ou ensaios relativos a casos específicos ao longo das orlas do Índico.

Previsivelmente, o primeiro território a ser abordado foi Goa, por Ricardo Michael Teles. No seu artigo publicado em 1935, Teles fornece descrições algo sumárias das várias fortificações do território – cerca de três dezenas –, incluindo Anjediva. Sobressai a importância das transcrições de inscrições e referências bibliográficas dadas pelo autor, para além das fotografias que acompanham o texto<sup>1882</sup>.

Volvido pouco mais de uma década, chegava à Índia a “Brigada de Estudos dos Monumentos da Índia Portuguesa”, equipa que incluía Mário Tavares Chicó. O historiador assinou um sucinto artigo no seguimento de uma visita a Damão e Baçaim, em 1951, e que foi publicado cinco anos mais tarde num periódico já referido<sup>1883</sup>. Apesar do seu carácter pioneiro, o estudo de Chicó foi condicionado por uma leitura que, à distância de meio século, podemos descrever como pouco aprofundada e condicionada pela “*ainda imberbe historiografia do urbanismo e da urbanística*

---

“Nuno Álvares Botelho e sua armada de Alto Bordo (1624-1625): relação contemporânea, inédita, na Biblioteca Nacional de Lisboa”, Sep. *Revista de História*, vol. XVI, Porto, 1928; BOXER, Charles Ralph, “The general of the galleons and the anglo-portuguese trade celebrated at Goa in January 1635”, *Ethnos*, nº 1, Casa Portuguesa, Lisboa, 1935, pp. 27-33;

<sup>1879</sup> AMES, Glenn, J., “The Province of the North: Continuity and Change in an Age of Decline and Rebirth, ca. 1571-1680”, in *Portuguese colonial cities in the early modern world*, Liam Matthew Brockey (dir.), Ashgate Publishing, 2008.

<sup>1880</sup> PEARSON, M. N., *Merchants and Rulers in Gujarat: the Response to the Portuguese in the Sixteenth Century*, University of California Press, 1976.

<sup>1881</sup> PEARSON, M. N., *The Portuguese in India*, col. *The Cambridge New History of India*, Cambridge University Press, Cambridge, New York, 1987.

<sup>1882</sup> TELES, Ricardo Michael, “Fortalezas de Goa e suas legendas”, *O Oriente Português*, ser. 2, nº 7-8-9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1935, pp. 275-328.

<sup>1883</sup> CHICÓ, Mário Tavares, “A ‘cidade ideal’ do Renascimento e as cidades portuguesa da Índia”, sep. de *Garcia de Orta*, nº especial, Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, 1956.



portugueses”<sup>1884</sup>. Sintetizando, Chicó propõe no ensaio “*dois tipos de cidades*” fundadas pelos portugueses no contexto da expansão ultramarina: o “*comummente empregado no povoamento do Brasil*”, de traçado “*irregular*” com raízes na Idade Média, e aquele inspirado na cidade ideal do Renascimento e na “*fórmula greco-romana radiocêntrica*”. Segundo Chicó, cidades como Damão, Baçaim e mesmo Chaul, Cochim e São Tomé de Meliapor - que “*tinham também certa regularidade*”-, podiam ser interpretadas como integrando o segundo grupo. Parece-me claro que Chicó alicerçou este argumento na excepção – Damão – e não na “regra” da realidade do universo urbanístico de origem portuguesa no Oriente<sup>1885</sup>. Por outro lado, existiriam vários argumentos que se poderiam esgrimir para transferir precisamente no Brasil o campo mais propício e provável para experiências de fundação portuguesa relacionadas com a “*cidade ideal*” do Renascimento, e não na Ásia do Sul, como alega o autor. De facto, na esfera oriental da expansão, os portugueses operaram quase sempre sobre situações urbanas ou proto-urbanas pré-existentes caracterizadas por práticas de urbanização profundamente enraizadas geralmente opostas à visão cartesiana da ocupação do espaço.

Escassos anos após a publicação do artigo de Chicó, outro membro da “Brigada”, Carlos de Azevedo, assinou um ensaio sobre a fortificação de Jesus em Mombaça, Quênia, em co-autoria com Charles Boxer. Esta obra permanece como um notável exemplo de um estudo monográfico sobre uma fortificação de origem europeia no Índico, beneficiando das visões complementares de dois historiadores, ambos com sólido prestígio nos campos respectivos<sup>1886</sup>.

Ainda no seguimento do interesse despertado pelas actividades de Chicó e Azevedo, pode-se enquadrar o já abordado estudo monográfico de Mitterwallner sobre Chaul e talvez o artigo de Wolfram Kleiss de 1978, relativo à fortificação de Ormuz<sup>1887</sup>.

Igualmente em 1978 teve lugar o *Primeiro Seminário de História Indo-portuguesa*, evento científico que contribuiu para retomar o estudo do engenharia militar e história das cidades portuguesas do Oriente. A assinalar o início dessa tendência, surgiu a colectânea de textos coordenada por Rafael Moreira, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, publicada em 1989. Na colectânea,

---

<sup>1884</sup> ROSSA, Walter, “Baçaim, sete alegações para uma aproximação ao espaço físico”, *Os Espaços de um Império: estudos*, Mafalda Soares da Cunha (coord.), Porto, CNCDP, 1999, pp. 104-123.

<sup>1885</sup> Para uma leitura crítica do artigo de Mário Tavares Chicó, V. MITTERWALLNER, Gritli von, *Chaul: eine unerforschte stadt an der westküste indiens*, Berlin, Walter de Gruyter, 1964 pp. 52-57; ROSSA, Walter, “Baçaim, sete alegações para uma aproximação ao espaço físico”, *Os Espaços de um Império: estudos*, Mafalda Soares da Cunha (coord.), Porto, CNCDP, 1999, pp. 104-123.

<sup>1886</sup> A obra de Azevedo e Boxer influenciou vários estudos posteriores sobre a mesma fortificação (ABUNGU, George, “Forte Jesus de Mombaça. *Poder, autoridade e conflito*”, *Oceanos*, nº 8-9, Lisboa, CNCDP, Outubro/Dezembro de 1996, pp. 96-102).

<sup>1887</sup> KLEISS, Wolfram, “Die portugiesische Seefestung auf der Insel Hormoz am Persischen Golf”, *Architektura*, nº 8, Munique, 1978, pp. 166-183.

Augusto Pereira Brandão assina um texto sobre as fortificações do *Oriente*<sup>1888</sup>, ensaio algo incipiente mas acompanhado de valiosas imagens.

Mas o verdadeiro período em que se “*renovou o interesse pelo tema da cidade colonial*” de origem/influência portuguesa foi a década de 1990<sup>1889</sup>, altura em foram dados à estampa alguns textos espoletados pelas comemorações dos cinco séculos dos descobrimentos portugueses. Para além do seminal estudo *Cidades Indo-portuguesas do Índico* de Walter Rossa<sup>1890</sup>, merecem destaque as colectâneas relativas à exposição *Espaços do Império*<sup>1891</sup> e ao colóquio *Universo Urbanístico Português*<sup>1892</sup>.

Na primeira colectânea, salienta-se o já abordado ensaio de Walter Rossa sobre Baçaim acompanhado do levantamento topográfico das ruínas da cidade. Apesar de a maior dos estudos sobre as restantes cidades não focarem aspectos urbanísticos ou arquitectónicos, o texto de Rafael Moreira sobre Diu fornece uma noção informada sobre a evolução urbana da cidade e a sua fortaleza de São Tomé<sup>1893</sup>, e o ensaio de Sabine Choukroun contém algumas achegas sobre a economia e paisagem rural do distrito de Damão<sup>1894</sup>. Nota também para os ensaios compilados no número 8-9 da publicação periódica *Oceanos*<sup>1895</sup>.

Mas apenas com a publicação da obra *Património de Origem Portuguesa no Mundo – Arquitectura e Urbanismo* vieram à estampa textos relativos às redes de fortificações nas várias parcelas territoriais do Estado da Índia<sup>1896</sup>. Nessa obra, merecem destaque as cinco contextualizações assinadas pelo coordenador do volume sobre a Ásia e a Oceânia, Walter Rossa, especialmente aquele referente à PN<sup>1897</sup>.

---

<sup>1888</sup> BRANDÃO, Augusto Pereira, “Oriente”, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Rafael Moreira (ed.), Lisboa, Alfa, 1989, pp. 159-187.

<sup>1889</sup> “A História Urbana em Portugal”, *Os Espaços de um Império: estudos*, Mafalda Soares da Cunha (coord.), Porto, CNCDP, 1999, p. 555.

<sup>1890</sup> V. *supra*, p. 647.

<sup>1891</sup> *Os Espaços de um Império: estudos*, Mafalda Soares da Cunha (coord.), Porto, CNCDP, 1999; *Os Espaços de um Império: catálogo*, Mafalda Soares da Cunha (coord.), Porto, CNCDP, 1999.

<sup>1892</sup> *Colectânea de Textos: Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Renata de Araujo e Hélder Carita (org.), Lisboa, CNCDP, 507-536.

<sup>1893</sup> MOREIRA, Rafael, “A Fortaleza de Diu e a Arquitectura Militar no Índico”, *Os Espaços de um Império: estudos*, Mafalda Soares da Cunha (coord.), Porto, CNCDP, 1999, pp. 138-159.

<sup>1894</sup> CHOUKROUN, Sabine, “Damão: a Fortaleza e o seu Distrito”, *Os Espaços de um Império, catálogo da Exposição*, Mafalda Soares da Cunha (coord.), Porto, CNCDP, 1999, pp. 124-137.

<sup>1895</sup> GARCIA, José Manuel, “Breve roteiro das fortificações portuguesas no Estado da Índia”, *Oceanos*, nº 8-9, Lisboa, CNCDP, Outubro/Dezembro de 1996, pp. 121-126.

<sup>1896</sup> *Património de Origem Portuguesa no Mundo-Arquitectura e Urbanismo*, José Mattoso (ed.), Walter Rossa (ed.), vol. “Ásia e Oceânia”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

<sup>1897</sup> ROSSA, Walter, “Enquadramento da Província do Norte”, *Património de Origem Portuguesa no Mundo-Arquitectura e Urbanismo*, José Mattoso (ed.), Walter Rossa (ed.), vol. “Ásia e Oceânia”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 63-87.

Uma nota final para os trabalhos que, apesar de não incidirem especificamente sobre o Estado da Índia, apresentam os indispensáveis enquadramentos ou introduções relativamente à engenharia militar de matiz portuguesa em geral. Nesse campo, inclui-se os trabalhos de Mário Barroca<sup>1898</sup>; Rafael Moreira<sup>1899</sup>; Margarida Tavares da Conceição<sup>1900</sup>; e José Manuel Garcia<sup>1901</sup>. Todos se relacionam com as fortificações abordadas no presente trabalho, desde a casa-torre até à história urbanística de Damão.

---

<sup>1898</sup> BARROCA, Mário, "Em Torno da Residência Senhorial Fortificada", *Revista de História*, vol. IX, Porto, 1989, pp. 12-15.

<sup>1899</sup> MOREIRA, Rafael, *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal: a encomenda régia entre o Moderno e o Romano*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991.

<sup>1900</sup> CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, *Da Cidade e Fortificação em Textos Portugueses (1540-1640)*, dissertação de doutoramento, Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, 2008.

<sup>1901</sup> GARCIA, José Manuel, *Cidades e fortalezas do Estado da Índia: séculos XVI e XVII*, Matosinhos, Quidnovi, 2009.